



**CONGRESSO NACIONAL**

**ANAIS DO SENADO FEDERAL**

ATAS DA 136ª SESSÃO À 139ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 29 Nº 36  
17 AGO. A 22 AGO.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
**SUBSECRETARIA DE ANAIS**  
BRASÍLIA – BRASIL  
2005

## **VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL**

**1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.**

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.  
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-  
v. ; 27 cm.  
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531  
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal  
Subsecretaria de Anais - SSANS  
Via N 2, Unidade de Apoio I.  
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



## **SENADO FEDERAL**

### **COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)**

<b>PRESIDENTE</b>	<b>Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)</b>
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador TIÃO VIANA (PT-AC)</b>
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)</b>
<b>2º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)</b>
<b>3º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)</b>
<b>4º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)</b>

### **SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

<b>1º Senadora</b>	<b>SERYS SLHESARENKO (PT-MT)</b>
<b>2º Senador</b>	<b>PAPALÉO PAES (PSDB-AP)</b>
<b>3º Senador</b>	<b>ALVARO DIAS (PSDB-PR)</b>
<b>4º Senador</b>	<b>AELTON FREITAS (PL-MG)</b>

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**  
**(52ª LEGISLATURA)**

	<b>BAHIA</b>	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		<b>SANTA CATARINA</b>
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	<b>MARANHÃO</b>	PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		<b>ALAGOAS</b>
PMDB	Mauro Fecury	P-SOL	Heloísa Helena
	<b>PARÁ</b>	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		<b>SERGIPE</b>
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	<b>PERNAMBUCO</b>	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		<b>AMAZONAS</b>
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	<b>SÃO PAULO</b>	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		<b>PARANÁ</b>
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	<b>MINAS GERAIS</b>	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		<b>ACRE</b>
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	PT	Tião Viana
	<b>GOIÁS</b>	P-SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	<b>MATO GROSSO</b>	PT	Delcídio Amaral
S/ Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		<b>DISTRITO FEDERAL</b>
PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		<b>TOCANTINS</b>
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	<b>CEARÁ</b>	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
S/ Partido	Patrícia Saboya Gomes		<b>AMAPÁ</b>
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	<b>PARAÍBA</b>	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		<b>RONDÔNIA</b>
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		<b>RORAIMA</b>
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	<b>PIAUI</b>	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá



## ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
<b>AGRADECIMENTO</b>			
Presta agradecimento à Ministra Marina Silva, pela audiência destinada a tratar de assuntos pertinentes ao cultivo de camarão na região Nordeste. Senador Mão Santa. ....	388	Transcrição de matérias intituladas “CNBB pede reforma política profunda e fim da reeleição” e “Presidente da CNBB cobra explicação de Lula”, publicadas, respectivamente, nos jornais “O Estado de S.Paulo” e “Folha Dirigida” em suas edições de 12 de agosto de 2005. Senador Sérgio Guerra. ...	294
<b>(ANEEL)</b>			
Trata a respeito da falta de indicação para cargos de direção, na Aneel. Senador José Jorge. ....	72	Transcrição do artigo intitulado “O que já está provado”, do colunista Clóvis Rossi, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> . Senador Flexa Ribeiro. .	297
<b>ARTIGO DE IMPRENSA</b>			
Transcrição de matéria do jornal <b>Correio Braziliense</b> , do dia 13 de agosto de 2005, sob o título “Imprensa denuncia Embaixadora Brasileira”, do jornalista Rodrigo Craveiro, da equipe do Correio. Senador Arthur Virgílio. ....	59	Transcrição do artigo do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , intitulado “Eutanásia incerta”. Senador Flexa Ribeiro. ....	297
Transcrição do artigo “Lição de humildade”, publicada na revista <i>Exame</i> , edição de 17 de agosto de 2005. Senador Arthur Virgílio. ....	189	Transcrição do artigo da articulista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , intitulado “Fantasmas”. Senador Leonel Pavan. ...	299
Transcrição do artigo “Crise, humor e grandeza”, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , de 4 de agosto de 2005. Senador Sérgio Guerra. ....	191	Transcrição do editorial do jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , de 14 de agosto de 2005, intitulado “O vazio do PT”. Senador Teotônio Vilela Filho. ....	300
Transcrição do artigo “O cerco se aperta”, do escritor Carlos Heitor Cony, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , de 9 de agosto de 2005. Senador Almeida Lima. ....	192	Transcrição do artigo de autoria do jornalista Diogo Mainardi, publicado na revista <b>Veja</b> , de 10 de agosto de 2005, intitulado “Confie em mim”. Senador Reginaldo Duarte. ....	300
Transcrição de matérias publicadas na semana do dia 17 de agosto de 2005, intituladas: “A crise sobre a rampa”, “Negócio de Família”, “Até para o Genro”, “Corrupção e Bordel”. Senador Leonel Pavan. ....	193	Transcrição do artigo de Clóvis Rossi, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , de 13 de agosto de 2005, intitulado “A desculpa que faltou” Senador Arthur Virgílio. ....	302
Transcrição de matéria da revista <b>IstoÉ</b> , intitulada “A Verdadeira História de Papillon”. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	231	Transcrição de matéria intitulada “As 30 melhores entrevistas da Revista <b>Playboy</b> ”, que contém entrevista concedida por Lula no Aeroporto de Recife, em julho de 1979. Senador Arthur Virgílio.	358
Transcrição do artigo intitulado “Autocorrupção”, publicado na revista <i>Saúde em Primeira Página</i> . Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	263	Transcrição de matérias publicadas em jornais de grande circulação, em edições de 12 de agosto de 2005, sobre a destruição da imagem ética do Partido dos Trabalhadores. Senador Sérgio Guerra. ....	395
		Transcrição do artigo de autoria do Sr. Jarbas Passarinho, intitulado “O parlamentarismo do PT”, publicado no jornal <b>Correio Braziliense</b> do dia 9 de agosto de 2005. Senador Flexa Ribeiro. ....	400

	Pág.		Pág.
Transcrição do artigo intitulado “O elogio da mediocridade”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> do dia 14 de agosto de 2005. Senador Reginaldo Duarte. ....	401	Aviso de Ministro de Estado, N° 204/2005, de 18 de agosto de 2005, do Ministro de Minas e Energia, que encaminha resposta ao Requerimento n° 176, de 2005, do Senador Luiz Otávio. ....	342
Transcrição de documentos referentes à Fundação de Seguridade Social – GEAP, entidade de assistência a servidores públicos federais. Senador José Sarney. ....	451	BANCO	
Transcrição de artigo de autoria do jornalista Carlos Heitor Cony, intitulado “Plural majestático”, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 13 de agosto de 2005. Senador Sérgio Guerra. ...	501	Discursa sobre atual administração do Banco do Brasil. Aparte ao Senador Rodolpho Tourinho. Senador Edison Lobão. ....	282
Transcrição de várias matérias publicadas pela revista <b>Veja</b> , do último dia 17 de agosto de 2005, que enfatiza a atual crise política e seus desmembramentos. Senador Teotônio Vilela Filho. ....	502	CALAMIDADE PÚBLICA	
Transcrição do texto intitulado “Despudor sem disfarce”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 12 de agosto de 2005. Senador Flexa Ribeiro. ....	514	Consternação pelo incêndio do Mercado Público de Florianópolis. Senadora Ideli Salvatti. ....	473
Transcrição do artigo intitulado “O silêncio do avestruz”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista <b>Veja</b> , edição de 17 de agosto de 2005. Senador Leonel Pavan. ....	516	CONGRESSO NACIONAL	
Transcrição do artigo intitulado “Já é hora de <i>impeachment?</i> ”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal <b>Correio Braziliense</b> , edição de 14 de agosto de 2005. Senador Alvaro Dias. ....	517	Reflete acerca da atual conjuntura que envolve o Congresso Nacional. Senador Papaléo Paes. ...	30
Transcrição de matérias publicadas nas revistas: <b>Veja</b> , <b>Época</b> e <b>Istoé</b> , que tratam da crise política que se instalou no país, a saber: “A luta de Lula contra o <i>impeachment</i> .”, edição de 17 de agosto de 2005; “A confissão”, edição de 15 de agosto de 2005; “Lula ganha tempo.”. Senador Arthur Virgílio. ....	518	Comenta a atual conjuntura que envolve o Congresso Nacional. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Mão Santa. ....	31
AVISO		CORRUPÇÃO	
Aviso de Ministro de Estado, N°s 832 e 833, de 2005, de 10 de agosto de 2005, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Previdência da República, que restitui os Ofícios n° 1.521 e 1.560, de 2005, referentes aos Requerentes n°s 47 e 253, de 2005, respectivamente, do Senador Arthur Virgílio. ....	22	Comenta a necessidade de punição para os políticos corruptos. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Mão Santa. ....	444
Aviso de Ministro de Estado, N° 1.725, de 2005, de 5 de agosto de 2005, do Ministro da Justiça, que encaminha resposta ao Requerimento n° 466, de 2005, do Senador Arthur Virgílio. ....	22	Comenta a corrupção na Administração Municipal. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Mão Santa. ....	458
Aviso de Ministro de Estado, N° 314/2005, de 17 de agosto de 2005, do Ministro da Fazenda, que encaminha resposta ao Requerimento n° 177, de 2005, do Senador Luiz Otávio. ....	342	Comenta notícias relacionadas ao caixa dois, abastecedor de recursos para as campanhas do Governo Lula. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. Senador Heráclito Fortes. ....	462
		Tece considerações acerca das denúncias de corrupção feitas pela Kroll, empresa que rastreia contas bancárias, ao Partido dos Trabalhadores. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Heráclito Fortes. ....	465
		Tece considerações sobre a corrupção no PT, Partido dos Trabalhadores. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Leonel Pavan. ....	468
		Tece considerações sobre a corrupção no PT, Partido dos Trabalhadores. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	469
		Tece considerações sobre a corrupção no PT, Partido dos Trabalhadores. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador José Agripino. ....	469
		Tece considerações sobre a corrupção no PT, Partido dos Trabalhadores. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Sibá Machado. ....	470

	Pág.		Pág.
(CPI)			
Reclama da atuação parcial do Senador Amir Lando na presidência da CPI do Mensalão. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	46	Tece comentários ao depoimento do Sr. Delúbio Soares, à CPMI do "Mensalão". Senador Rodolpho Tourinho. ....	280
Comenta atuação da CPI do Mensalão. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Sibá Machado. ....	46	Tece comentários ao depoimento do Sr. Delúbio Soares, prestado em 18 de agosto de 2005 à CPMI do "Mensalão". Senador Leonel Pavan. ....	283
Reforça a informação de que a base de apoio do governo impede o trabalho da CPMI dos Correios. Senadora Heloísa Helena. ....	46	Trata a respeito de requerimento endereçado ao Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Mensalão, Senador Amir Lando, que solicita a transferência de todas as bases de dados relativas às movimentações do MTB Bank, pertencentes ao acervo da CPMI do Banestado. Senador Pedro Simon. ....	349
Contesta a atuação do Senador Sibá Machado, presente em todas as comissões, e que desconhece a protelação que ocorre na CPI do Mensalão e dos Correios. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	46	Comenta a CPMI do Banestado. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Arthur Virgílio. ....	350
Trata a respeito das afirmações do Senador Antônio Carlos Magalhães, o qual reitera que cumprirá o seu mandato enquanto estiver na suplência da Ministra Marina Silva. Senador Sibá Machado. ....	47	Comenta a preocupação de S.Exa. com o aparecimento das personalidades de sucesso instantâneo criadas pelas CPI's. Senador Ney Suassuna. ....	447
Comenta a existência de uma sindicância dentro da CPMI dos Correios, em especial sobre documentos do Banco Rural. Senador Sibá Machado. ....	47	Discorda do pronunciamento do Senador Ney Suassuna, que discursa sobre a preocupação de S.Exa. com o aparecimento das personalidades de sucesso instantâneo criadas pelas CPI's. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Heráclito Fortes. ....	449
Solicita que o Senador Sibá Machado divulgue quem fez as gravações e depois as divulgou e quem subtraiu documentos da CPI. Senador Heráclito Fortes. ....	47	Defesa do comparecimento do Sr. Rogério Buratti à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, para esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades na prefeitura de Ribeirão Preto durante a gestão do Ministro Antonio Palocci. Senador Garibaldi Alves Filho. ....	457
Comenta existência de uma sindicância dentro da CPMI dos Correios, em especial sobre documentos do Banco Rural. Senador Sibá Machado. ....	47	<b>CRISE POLÍTICA</b>	
Trata a respeito das repercussões do depoimento do publicitário Duda Mendonça na CPMI. Senador José Agripino. ....	48	Relato de trechos da declaração da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, sobre a crise política por que passa o Brasil, feita na quadragésima terceira Assembléia Geral. Senador José Maranhão. ....	34
Comenta as repercussões do depoimento do publicitário Duda Mendonça na CPMI. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Jefferson Péres. ....	49	Discursa sobre a crise política brasileira envolvendo o Partido dos Trabalhadores, PT, e o Governo do Presidente Lula. Senador Ramez Tebet. ....	92
Comenta as repercussões do depoimento do publicitário Duda Mendonça na CPMI. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Sibá Machado. .	50	Comenta a crise política brasileira envolvendo o Partido dos Trabalhadores, PT, e o Governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Leonel Pavan. ....	94
Comunica a prisão do Advogado Rogério Buratti, em Ribeirão Preto, acusado de super faturamento de contrato para limpeza de lixo e fraude em licitação. Senador Arthur Virgílio. ....	50	Tece considerações sobre entrevista do Deputado Hélio Bicudo concedida à revista <i>Veja</i> , a respeito da crise política no Brasil. Senador Efraim Morais. ....	95
Tece comentários sobre a popularidade que o desenrolar das CPI's está alcançando junto à população. Senador Sibá Machado. ....	249	Tece comentários à crise política reinante no país. Senador Arthur Virgílio. ....	243
Discursa sobre prováveis irregularidades que vêm ocorrendo com relação aos documentos recolhidos pelas CPI's. Senador Sibá Machado. ....	249		

#### IV

	Pág.		Pág.
Tece considerações sobre a grave crise criada pelas denúncias em apuração pelas CPI's. Senador Teotônio Vilela Filho. ....	254	ao Senador Cristovam Buarque. Senador Flexa Ribeiro. ....	275
<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>			
Discursa sobre reunião, conduzida pela Ministra Dilma Roussef, com o objetivo de colher a adesão dos governadores envolvidos com a transposição do Rio São Francisco. Senador José Jorge. ....	38	Discursa sobre a aprovação, em 18 de agosto de 2005, na Comissão de Educação de projeto de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que obriga o uso da Língua Brasileira de Sinais na escola básica. Senador Cristovam Buarque. ....	356
Protesto pela forma de tratamento dada na reunião, conduzida pela Ministra Dilma Roussef, a representantes de Pernambuco. Senador José Jorge. ....	38	Comenta os benefícios da Educação para o país. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Mão Santa. ....	357
Comenta reunião, conduzida pela Ministra Dilma Roussef, com o objetivo de colher a adesão dos governadores envolvidos com a transposição do Rio São Francisco. Aparte ao Senador José Jorge. Senador César Borges. ....	39	Tece considerações sobre projeto de lei de autoria de S.Exa., que trata do aumento do acesso de alunos ao ensino superior. Senador Eduardo Siqueira Campos. ....	432
<b>DISCRIMINAÇÃO RACIAL</b>			
Discursa sobre aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Lei do Senado 309, de 2004, que define crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. Senador Paulo Paim. ....	302	Comenta o financiamento das faculdades. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. Senador Mão Santa. ....	433
Comenta manifesto de integrantes da marcha Zumbi+10, em que pedem a investigação e punição de todos os envolvidos em esquema de corrupção no Governo. Senador Paulo Paim. ....	470	Comenta a preocupação de S.Exa. a respeito da proposta de emenda constitucional sobre educação, em discussão na Câmara dos Deputados, que traz prejuízo aos municípios brasileiros. Senador Osmar Dias. ....	446
<b>EDUCAÇÃO</b>			
Apelo para as necessidades prementes e urgentes por que passa o Estado do Rio de Janeiro, especialmente na área das Universidades Federais, que constituem o pólo de destaque do Estado. Senador Roberto Saturnino. ....	235	Discorre a respeito da educação como uma questão estrutural brasileira. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Marco Maciel. ....	447
Comenta a responsabilidade do Governo Federal em manter a tradição das universidades públicas. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. Senador Mão Santa. ....	236	<b>ELOGIO</b>	
Faz reflexão sobre fato relevante ocorrido em 29 de julho de 2005, que foi a entrega do Anteprojeto de Reforma Universitária ao Presidente da República. Senador Eduardo Azeredo. ....	239	Elogia a programação da TV-Senado sobre saúde, em especial aparelhos para exames do câncer. Senador Jorge Bornhausen. ....	24
Discursa sobre as verbas destinadas ao pagamento de Professores de Ensino Superior. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Mão Santa. .	241	Elogia a atitude do Senador Eduardo Suplicy, sobre a necessidade da vinda do Presidente Lula ao Congresso Nacional para esclarecimentos. Senador Heráclito Fortes. ....	34
Comenta os investimentos na Educação e suas implicações na consciência política. Aparte		Elogia o trabalho do Senador Gilberto Goellner. Aparte ao Senador Gilberto Goellner. Senador Leonel Pavan. ....	259
		Elogia o Senador Garibaldi Alves Filho. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Mão Santa. ....	382
		Elogia a entrevista concedida, em 21 de agosto de 2005, pelo Ministro Palocci, para esclarecimentos sobre denúncias formuladas pelo Sr. Rogério Buratti. Senador Paulo Paim. ....	466
		Elogia a entrevista concedida, em 21 de agosto de 2005, pelo Ministro Palocci, para esclarecimentos sobre denúncias formuladas pelo Sr. Rogério Buratti. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Edison Lobão. ....	467
		Elogia o filme "Os 2 filhos de Francisco", sobre a dupla sertaneja Zezé Di Camargo e Luciano. Senador Eduardo Suplicy. ....	476

	Pág.		Pág.
Elogia o Ministro Antônio Palocci pela entrevista coletiva concedida à imprensa, em 21 de agosto de 2005. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	477	Comenta notícia relacionada ao advogado Rogério Buratti, relativo ao recebimento de propina pelo atual Ministro Antonio Palocci, quando na gestão da prefeitura de Ribeirão Preto. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Alvaro Dias. ....	359
Elogia o Senador Alberto Silva no pronunciamento quanto à defesa da adoção de uma política destinada à implantação do biodiesel como combustível alternativo. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador João Batista Motta. ....	498	Comenta as denúncias do Sr. Rogério Buratti ao Ministério Público de São Paulo, envolvendo o Ministro Antonio Palocci. Senador Alvaro Dias. ....	386
Elogia o Senador Alberto Silva no pronunciamento quanto à defesa da adoção de uma política destinada à implantação do biodiesel como combustível alternativo. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Flexa Ribeiro. ....	498	Tece considerações acerca da corrupção no Governo Lula. Senador Alvaro Dias. ....	386
		Comenta a respeito da corrupção no Governo Lula. Aparte ao Senador Alvaro Dias. Senador Mão Santa. ....	387
<b>EMIGRAÇÃO</b>		Comenta entrevista concedida pelo Ministro Antônio Palocci, para esclarecimentos das denúncias de envolvimento no esquema de corrupção no município de Ribeirão Preto. Senador Sérgio Guerra. ....	459
Trata a respeito da importância dos trabalhos realizados pela CPMI da Emigração Ilegal. Senadora Lúcia Vânia. ....	402	Discorre a respeito das denúncias de envolvimento no esquema de corrupção no município de Ribeirão Preto, relacionadas ao Ministro Antônio Palocci. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. Senador José Agripino. ....	460
<b>ESPORTES</b>		Realiza análise das notícias veiculadas sobre o recebimento de propina pelo Ministro Palocci, quando prefeito de Ribeirão Preto. Senador José Agripino. ....	462
Discorre acerca do corte de recursos destinados à realização dos Jogos Pan-Americanos. Senador Roberto Saturnino. ....	235	Trata a respeito das denúncias de envolvimento no esquema de corrupção no município de Ribeirão Preto, relacionadas ao Ministro Antônio Palocci. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	464
<b>GOVERNO</b>		Demonstra preocupação com os reflexos na economia nacional das denúncias do Sr. Rogério Buratti. Senadora Idelli Salvatti. ....	473
Discorre sobre a distinção entre Governo, Presidente e Partido. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Tasso Jereissati. ....	93	Comenta entrevista concedida pelo Ministro Antônio Palocci, para esclarecimentos das denúncias de envolvimento no esquema de corrupção no município de Ribeirão Preto. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Paulo Paim. ....	474
<b>GOVERNO ESTADUAL</b>		Comenta os reflexos na economia nacional das denúncias do Sr. Rogério Buratti. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Sibá Machado. ....	475
Tece considerações sobre a crise institucional no Estado de Rondônia. Senador Valdir Raupp. ...	346	Faz leitura de correspondência de apoio dirigida ao Ministro Antonio Palocci, após a entrevista coletiva concedida à imprensa, em 21 de agosto de 2005. Senador Eduardo Suplicy. ....	476
<b>GOVERNO FEDERAL</b>		Questiona as declarações do Ministro Antonio Palocci, em entrevista coletiva concedida à imprensa, em 21 de agosto de 2005. Senador Arthur Virgílio. ....	479
Discursa sobre o perigo de convulsão social no país. Senadora Íris de Araújo. ....	275	Questiona as declarações do Ministro Antonio Palocci, em entrevista coletiva concedida à imprensa, em 21 de agosto de 2005. Senador Arthur Virgílio. ....	479
Discorre a respeito da divulgação, pela imprensa, de revelações do advogado Rogério Buratti, relativo ao recebimento de propina pelo atual Ministro Antonio Palocci, quando na gestão da prefeitura de Ribeirão Preto. Senador Arthur Virgílio. ....	358		
Comenta notícia relacionada ao advogado Rogério Buratti, relativo ao recebimento de propina pelo atual Ministro Antonio Palocci, quando na gestão da prefeitura de Ribeirão Preto. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Jorge. ....	358		



	Pág.		Pág.
sa, em 21 de agosto de 2005. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Leonel Pavan. ....	480	Homenageia a maçonaria brasileira pela passagem do Dia do Maçom. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Paulo Octávio. ....	307
Elucida os questionamentos feitos pelo Senador Arthur Virgílio acerca das declarações do Ministro Antonio Palocci, em entrevista coletiva concedida à imprensa, em 21 de agosto de 2005. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Suplicy. ....	480	Homenageia a maçonaria brasileira pela passagem do Dia do Maçom. Senador Mão Santa. ...	308
		Homenageia a maçonaria brasileira pela passagem do Dia do Maçom. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	309
<b>GOVERNO MUNICIPAL</b>		Homenageia a maçonaria brasileira pela passagem do Dia do Maçom. Senador Arthur Virgílio. ..	341
Tece considerações sobre a entrevista coletiva concedida pelo Ministro Antonio Palocci, em 21 de agosto de 2005. Senador José Jorge. ....	441	Presta homenagem à memória de seu irmão, o empresário alagoano José Aprígio. Senador Teotônio Vilela Filho. ....	342
Tece comentários sobre a entrevista concedida pelo Ministro Antonio Palocci. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	442	Presta homenagem à memória do empresário alagoano José Aprígio, irmão do Senador Teotônio Vilela Filho. Aparte ao Senador Teotônio Vilela Filho. Senador Mão Santa. ....	344
Tece considerações sobre a entrevista concedida pelo Ministro Antonio Palocci. Senador Alvaro Dias. ....	449	Presta homenagem à memória do empresário alagoano José Aprígio, irmão do Senador Teotônio Vilela Filho. Aparte ao Senador Teotônio Vilela Filho. Senadora Heloísa Helena. ....	344
Tece considerações sobre a entrevista coletiva concedida em 21 de agosto de 2005 pelo Ministro Antônio Palocci. Senador Heráclito Fortes. ....	456	Presta homenagem à memória do empresário alagoano José Aprígio, irmão do Senador Teotônio Vilela Filho. Aparte ao Senador Teotônio Vilela Filho. Senador Pedro Simon. ....	344
<b>HOMENAGEM</b>		Presta homenagem à memória do empresário alagoano José Aprígio, irmão do Senador Teotônio Vilela Filho. Aparte ao Senador Teotônio Vilela Filho. Senador José Jorge. ....	345
Encaminha voto de aplauso ao escritor amazonense Milton Hatoum. Senador Arthur Virgílio. .	72	Presta homenagem à memória do empresário alagoano José Aprígio, irmão do Senador Teotônio Vilela Filho. Aparte ao Senador Teotônio Vilela Filho. Senador Alvaro Dias. ....	345
Tece reflexões sobre a comemoração da adesão do Pará à independência do Brasil, ocorrida em 15 de agosto de 1823. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	181	Homenageia os 60 anos de existência da Fundação Ruben Berta, entidade formada pelos funcionários da Varig. Senador Romero Jucá. ....	394
Registra o centenário do Clube do Remo, em Belém do Pará. Senador Luiz Otávio. ....	198	Presta homenagem à memória do empresário alagoano José Aprígio, irmão do Senador Teotônio Vilela Filho. Senador Arthur Virgílio. ....	390
Homenageia todos os que tombaram no Pará em busca de justiça, citando a Cabanagem, o Massacre Brigue Palhaço, e inclusive o Massacre de Eldorado do Carajás, em 1996. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	201	Homenageia o Dia do Maçom. Senador Arthur Virgílio. ....	390
Registra a passagem dos 50 anos da Companhia Energética de Goiás-Celg. Senadora Lúcia Vânia. ....	203		
Congratula o Senado pela aprovação célebre de projeto que modifica a legislação eleitoral. Senador Fernando Bezerra. ....	275	<b>HOMENAGEM PÓSTUMA</b>	
Homenageia o dia 15 de agosto, data em que o Estado do Pará aderiu à Independência do Brasil, no ano de 1823. Senador Flexa Ribeiro. ....	297	Discursa sobre a vida pública do político Miguel Arraes. Senador Pedro Simon. ....	182
Homenageia a maçonaria brasileira pela passagem do Dia do Maçom. Senador Alvaro Dias. ..	305	Homenageia a vida pública do político Miguel Arraes. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Eduardo Azeredo. ....	184
Homenageia a maçonaria brasileira pela passagem do Dia do Maçom. Senador Valdir Raupp. ....	307	Homenageia a vida pública do político Miguel Arraes. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Tasso Jereissati. ....	185

Pág.	Pág.
Homenageia a vida pública do político Miguel Arraes. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Sérgio Guerra. ....	185
Homenageia a vida pública do político Miguel Arraes. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Eduardo Suplicy. ....	186
Homenageia a vida pública do político Miguel Arraes. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Wellington Salgado de Oliveira. ....	186
Homenageia a vida pública do político Miguel Arraes. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador José Maranhão. ....	186
Homenageia a vida pública do político Miguel Arraes. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Garibaldi Alves Filho. ....	187
Homenageia a vida pública do político Miguel Arraes. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Heráclito Fortes. ....	188
Homenageia a vida pública do político Miguel Arraes. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Mão Santa. ....	188
Homenageia Miguel Arraes, falecido em 13 de agosto de 2005. Senador João Capiberibe. ....	268
Homenageia Miguel Arraes, falecido em 13 de agosto de 2005. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Ney Suassuna. ....	268
Homenageia Miguel Arraes, falecido em 13 de agosto de 2005. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Mão Santa. ....	269
Homenageia Miguel Arraes, falecido em 13 de agosto de 2005. Aparte ao Senador João Capiberibe. Senador Cristovam Buarque. ....	269
Presta homenagem póstuma ao Senador Francisco Duarte Filho, pelo transcurso do centenário de seu nascimento. Senador José Agripino. ....	521
<b>LEGISLAÇÃO ELEITORAL</b>	
Tece considerações a respeito da resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que determinou a redução do número de vereadores no país. Senador Ribamar Fiquene. ....	290
Discursa a respeito da aprovação, em 18 de agosto de 2005, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de projeto de reforma eleitoral. Senador José Jorge. ....	350
Comenta os possíveis resultados advindos da reforma eleitoral. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	351
Comenta a reforma eleitoral. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Cristovam Buarque. ..	352
Discursa sobre a “Carta Aberta à Nação”, elaborada pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, e pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – Conamp, sobre a atual crise no país. Senador Garibaldi Alves Filho. ....	381
<b>MANIFESTAÇÃO COLETIVA</b>	
Saúda a todos os militantes em marcha pela defesa da ética, não subsidiada pelo poder público nem pelo mensalão. Senadora Heloísa Helena. ...	50
<b>MANAUS</b>	
Discute a Proposta de Emenda à Constituição N° 59, de 2004, que altera o nome da chamada Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. Senador Arthur Virgílio. ....	55
Comenta os interesses do Senador Arthur Virgílio em relação aos interesses do Estado do Amazonas. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador José Agripino. ....	56
Trata dos êxitos advindos da construção do Pólo Industrial em Manaus. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Aloizio Mercadante. ....	56
Comenta os interesses do Senador Arthur Virgílio em relação aos interesses do Estado do Amazonas. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Gilberto Mestrinho. ....	57
Trata a respeito dos recursos da SUFRAMA-Superintendência da Zona Franca de Manaus, que estão contingenciados. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Jefferson Péres. ....	57
Discute a Proposta de Emenda à Constituição N° 59, de 2004, que altera o nome da chamada Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Flexa Ribeiro. ....	58
<b>MENSAGEM</b>	
Mensagem N° 536, de 2005, na origem, que, nos termos do art. 61 da Constituição, submete à elevada consideração deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Altera o Programa Gestão Pública para um Brasil de todos, constante do Plano Plurianual para o período 2004-2007”. ....	19
Mensagem N° 212, de 2005 (N° 454, na origem), nos termos do § 1° do art. 64 da Constituição, ao projeto de lei que tramita no Senado Federal com o n° 62, de 2005 (n° 4.776/05 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre a gestão de flores-	

	Pág.		Pág.
tas públicas para a produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro-SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal-FNDF, e dá outras providências”, encaminhando ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 93, de 2005. ....	52		
Mensagem Nº 353, de 2005, que, nos termos do art. 62 da Constituição, submete à deliberação dos Senadores o texto da Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, que “Institui o Projeto Escola de Fábrica, que autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos-Prouni, que institui o Programa de Educação Tutorial-Pet, que altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, e dá outras providências. ....	104		
<b>OFÍCIO</b>			
Ofício de Ministro de Estado Nº 1, de 2005, de 28 de julho de 2005, do Ministro da Integração Nacional, que encaminha resposta ao Requerimento nº 497, de 2005, do Senador César Borges. ....	22		
Ofício de Ministro de Estado Nº 2, de 2005, de 4 de agosto de 2005, do Ministro da Integração Nacional, que encaminha resposta ao Requerimento nº 673, de 2005, do Senador José Jorge. ....	22		
Ofício de Ministro de Estado Nº 84, de 2005, de 10 de agosto de 2005, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, que encaminha resposta ao requerimento nº 687, de 2005, do Senador José Jorge. ....	22		
Ofício de Ministro de Estado Nº 136, de 2005, de 11 de agosto de 2005, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que encaminha resposta ao Requerimento nº 117, de 2005, do Senador Arthur Virgílio. ....	22		
Ofício de Ministro de Estado Nº 221, de 2005, de 12 de agosto de 2005, do Advogado-Geral da União, que encaminha resposta ao Requerimento nº 1.126, de 2004, do Senador Edison Lobão. ....	22		
Ofício de Ministro de Estado Nº 318, de 2005, de 5 de agosto de 2005, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, que encaminha resposta ao Requerimento nº 549, de 2005, do Senador Pedro Simon. ....	22		
Ofício de Ministro de Estado Nº 330, de 2005, de 5 de agosto de 2005, do Ministro da Educação, que encaminha resposta ao Requerimento nº 1.590, de 2004, do Senador José Jorge. ....	22		
Ofício de Ministro de Estado Nº 334, de 2005, de 11 de agosto de 2005, do Ministro do Planeja-	22	mento, Orçamento e Gestão, que encaminha resposta ao Requerimento nº 357, de 2005, do Senador Arthur Virgílio. ....	22
		Ofício de Ministro de Estado Nº 639, de 2005, de 4 de agosto de 2005, do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, que encaminha resposta ao Requerimento nº 118, de 2005, do Senador Arthur Virgílio. ....	22
		Ofício de Ministro de Estado Nº 1.269, de 2005, de 10 de agosto de 2005, da Ministra do Meio Ambiente, que encaminha resposta ao Requerimento nº 548, de 2005, do Senador Arthur Virgílio. ....	22
		Ofício de Ministro de Estado Nº 1.319, de 2005, de 15 de agosto de 2005, da Ministra do Meio Ambiente, que encaminha resposta ao Requerimento nº 287, de 2004, do Senador Arthur Virgílio. ....	22
		Ofício de Ministro de Estado Nº 1.450, de 2005, de 4 de agosto de 2005, do Ministro do Trabalho e Emprego, que encaminha resposta ao Requerimento nº 315, de 2005, dos Senadores Eduardo Suplicy e Ideli Salvatti. ....	22
		Ofício de Ministro de Estado Nº 7.033, de 2005, de 3 de agosto de 2005, do Ministro da Defesa, que encaminha resposta ao Requerimento nº 129, de 2005, do Senador Arthur Virgílio. ....	22
		Ofício da Ministra de Estado do Meio Ambiente, Nº 1.284/2005, de 12 de agosto de 2005, que encaminha resposta ao Requerimento nº 1.148, de 2004, do Senador Arthur Virgílio. ....	342
<b>PARECER</b>			
		Parecer Nº 1.479, de 2005 (da Comissão Diretora) que apresenta redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004 (nº 1.103, de 1999, na Casa de Origem). Senador Renan Calheiros. ....	15
		Parecer Nº 1.480, de 2005 (da Comissão Diretora) que apresenta redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986, de 2000, na Casa de origem). Senador Renan Calheiros. ....	16
		Parecer Nº 1.481, de 2005 (da Comissão Diretora) que apresenta redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005 (nº 1.652, de 2003, na Casa de origem). Senador Tião Vianna. ....	16
		Parecer Nº 1.482, de 2005 (da Comissão Diretora) que apresenta redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001 (nº 3.786,	



Pág.	Pág.
de 1997, na Casa de origem). Senador Tião Viana. ....	17
Parecer N° 1.483, de 2005 (da Comissão Diretora) que apresenta redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n° 96 de 2001 (n° 2.646, de 2000, na Casa de origem). Senador Tião Viana. ....	17
Parecer N° 1.484, de 2005 (da Comissão Diretora) que apresenta redação final do Projeto de Lei do Senado N° 16, de 2005. Senador Renan Calheiros. ....	18
Parecer N° 1.485, de 2005-CRE, acerca da Mensagem N° 4, de 2003 ( <i>Escolha do Chefe de Missão Diplomática-votação secreta</i> ) e Mensagem N° 4, de 2003 (n°1.208/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Ricardo Luiz Viana de Carvalho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname, exercer o de Embaixador do Brasil junto a Santa Lúcia. Senador Papaléo Paes. ....	58
Parecer N° 1.486, de 2005-CRE, acerca da Mensagem N° 135, de 2004, a respeito da escolha do Chefe de Missão Diplomática-Votação Secreta, (n° 463/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à Comunidade da Dominica. Senador Papaléo Paes. ....	61
Parecer N° 1.487, de 2005-CRE, acerca da Mensagem N° 139, de 2004 (n° 476/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Cesário Melantônio Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Turquia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Azerbaijão. Senador Papaléo Paes. ....	62
Parecer N° 1.488, de 2005-CRE, acerca da Mensagem N° 150, de 2004 (n° 539/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Marcos Caramuru de Paiva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para,	
cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Brunei Darussalam. Senador Flávio Arns. ....	64
Parecer N° 1.489, de 2005-CRE, acerca da Mensagem N° 151, de 2004 (n° 540/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Lúcio Pires de Amorim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente, com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Maurício. Senador Papaléo Paes. ....	66
Parecer N° 1.490, de 2005-CRE, acerca da Mensagem N° 191, de 2004 (n° 793/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Lúcio Pires de Amorim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Lesoto. Senador Papaléo Paes. ....	66
Parecer N° 1.491, de 2005-CRE, acerca da Mensagem N° 192, de 2004 (n° 794/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Lúcio Pires de Amorim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana. Senador Papaléo Paes. ....	66
Parecer N° 1.492, de 2005-CRE, acerca da Mensagem N° 175, de 2004 (n° 671/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antônio José Rezende de Castro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Uganda. Senador Papaléo Paes. ....	68
Parecer N° 1.493, de 2005-CRE, acerca da Mensagem N° 91, de 2005 (n° 62/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Antônio José Rezende de Castro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente	

	Pág.		Pág.
do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Burundi. Senador Papaléo Paes. ....	68	da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República das Maldivas. Senador Papaléo Paes. ....	74
Parecer N° 1.494, de 2005-CRE, acerca da Mensagem N° 176, de 2004 (n° 672/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Renato Luiz Rodrigues Marques, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Ucrânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Moldova. Senador Papaléo Paes. ....	70	Parecer N° 1.499, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 163, de 2005 (n° 370/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh. Senador Papaléo Paes. ....	75
Parecer N° 1.495, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 112, de 2005 (n° 150/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Renato Luiz Rodrigues Marques, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Ucrânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Quirguiz. Senador Papaléo Paes. ....	70	Parecer N° 1.500, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 92, de 2005 (n° 76/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora Leda Lucia Martins Camargo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suazilândia. Senador Papaléo Paes. ....	76
Parecer N° 1.496, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 179, de 2004 (n° 681/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. José Augusto Lindgren Alves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bósnia-Herzegovina. Senador Papaléo Paes. ....	72	Parecer N° 1.501, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 95, de 2005 (n° 97/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora Leda Lucia Martins Camargo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à República de Madagascar. Senador Papaléo Paes. ....	76
Parecer N° 1.497, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 198, de 2004 (n° 808/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe de Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista de Sri Lanka. Senador Papaléo Paes. ....	74	Parecer N° 1.502, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 93, de 2005 (n° 95/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Andorra. Senador Papaléo Paes. ..	78
Parecer N° 1.498, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 5, de 2005 (n° 6/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe		Parecer N° 1.503, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 111, de 2005 (n° 149/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Fausto Martha Godoy, Ministro de Segunda Classe	



	Pág.		Pág.
nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Senador Leonel Pavan. ....	419		
<b>PATRIMÔNIO</b>			
Comenta a importância da conservação dos patrimônios arquitetônicos. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	473		
<b>POLÍTICA</b>			
Comenta a política dos governos antecessores ao Presidente Lula. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	94		
Adverte sobre o fato de que a população começa a execrar a classe política brasileira como um todo, e não apenas o PT. Senador Cristovam Buarque. ....	272		
Trata do descontentamento do povo brasileiro diante da atual conjuntura política brasileira. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Alberto Silva. ....	273		
Trata do descontentamento do povo brasileiro diante da atual conjuntura política brasileira. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador João Capiberibe. ....	274		
Tece comentários ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque, sobre o fato de que a população começa a execrar a classe política brasileira como um todo, e não apenas o PT. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Mão Santa. ....	274		
<b>POLÍTICA AGRÍCOLA</b>			
Discursa a respeito da participação de S. Exa. na vigésima primeira Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal que tratou da crise da rizicultura no Estado do Rio Grande do Sul. Senador Paulo Paim. ....	200		
Discursa a respeito da crise na agricultura do Estado do Mato Grosso, com a falência de inúmeros produtores rurais. Senador Gilberto Goellner. ....	257		
Realiza apelo às autoridades pela apresentação de solução para acabar com a crise na agricultura brasileira. Senador Leonel Pavan. ....	433		
<b>POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA</b>			
Comenta o anúncio do edital de licitação das novas obras de infra-estrutura do Centro Espacial de Alcântara, no Maranhão. Senador Edison Lobão. ....	347		
		<b>POLÍTICA CULTURAL</b>	
		Comenta a realização, entre os dias 15 a 20 de agosto de 2005, da trigésima terceira Edição do Festival de Cinema de Gramado-RS. Senador Sérgio Zambiasi. ....	393
		<b>POLÍTICA DE EMPREGO</b>	
		Parabeniza o Senador Alberto Silva pela criação de empregos políticos no Estado do Piauí. Aparte ao Senador Alberto Silva. Senador Eduardo Suplicy. ....	499
		Reitera a contestação dos dados do CAGED, apresentados pelo Ministro Antônio Palocci e pelo Senador Eduardo Suplicy, comparando a criação de empregos no Governo Lula e no Governo Fernando Henrique Cardoso. Senador Arthur Virgílio. ....	499
		Comenta os dados estatísticos quanto à criação de empregos pelos governos Lula e Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Eduardo Suplicy. ....	500
		<b>POLÍTICA DE TRANSPORTES</b>	
		Congratula a nova Diretoria da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos-NTU e discursa sobre a publicação do relatório anual 2004/2005 da NTU. Senador Romero Jucá. ....	202
		<b>POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE</b>	
		Realiza protesto contra a intenção do Ibama de desapropriar grande parte de terras no Estado de Minas, na área do Parque da Serra da Canastra, e apelo no sentido de que o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente revejam a decisão tomada. Senador Aelton Freitas. ....	251
		<b>POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA</b>	
		Tece considerações sobre declaração do Presidente Nacional do PT, Sr. Tarso Genro, que afirmou que o Governo do PT errou em manter uma política de juros altos e superávit exagerado. Senador João Batista Motta. ....	242
		Comenta a política de juros altos e superávit exagerado. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Mão Santa. ....	242
		Comenta o desenvolvimento econômico advindo da política econômico-financeira do Governo do PT. Aparte ao Senador João Batista Motta. Senador Sibá Machado. ....	243



	Pág.		XIII Pág.
Trata do Brasil como campeão mundial de elevadas taxas de juros. Senador César Borges. .	245	Comenta a agenda cumprida na Bahia em diversos municípios. Senador João Capiberibe. ...	29
Trata do Brasil como campeão mundial de elevadas taxas de juros. Aparte ao Senador César Borges. Senador Mão Santa. ....	246	Tece considerações sobre a atuação do Partido dos Trabalhadores e a necessidade de explicações a serem dadas pelo Presidente Lula. Senador José Agripino. ....	253
Trata do Brasil como campeão mundial de elevadas taxas de juros. Aparte ao Senador César Borges. Senador Sibá Machado. ....	246	Discorre sobre a desilusão de militantes do Partido dos Trabalhadores com os atos de corrupção de dirigentes da sigla. Senadora Heloísa Helena.	390
<b>POLÍTICA ENERGÉTICA</b>			
Trata a respeito da proposta ao Presidente da República de investimento na produção de energia renovável. Senador Alberto Silva.....	288	Comenta a desilusão de militantes do Partido dos Trabalhadores com os atos de corrupção de dirigentes da sigla, e a conseqüente decisão de sair do Partido. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Cristovam Buarque. ....	392
Defesa da adoção de uma política destinada à implantação do biodiesel como combustível alternativo. Senador Alberto Silva. ....	497	Relata o Manifesto do novo grupo parlamentar do PMDB intitulado: "Novo Grupo Autêntico do PMDB". Senador Mão Santa. ....	428
<b>POLÍTICA EXTERNA</b>			
Discursa a respeito da inconsistência e incompetência da atual política externa brasileira. Senador Arthur Virgílio. ....	189	Registra a realização da segunda reunião do Fórum dos Deputados Estaduais do Partido da Frente Liberal-PFL, realizada no dia 19 de agosto de 2005, em Recife-PE. Senador Marco Maciel. ..	443
<b>POLÍTICA FISCAL</b>			
Apresenta sugestão, que foi levada, em 18 de agosto de 2005, à Receita Federal, elaborada pelo Professor da USP, Sr. Valmor Slomski, que dispõe sobre a declaração de bens e direitos em tempo real, objetivando proporcionar um maior controle no combate à sonegação e lavagem de dinheiro. Senadora Ideli Salvatti. ....	237	Discursa sobre a decisão da Câmara dos Deputados, em 17 de agosto de 2005, de reduzir o salário mínimo aprovado pelo Senado. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	247
Critica a elevada carga tributária praticada no Brasil, com base em dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – IBPT, e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Senador Leonel Pavan. ....	400	Reivindica o aprofundamento do debate sobre política para o salário mínimo que contemple aposentados e pensionistas da Previdência Social. Senador Paulo Paim. ....	382
<b>POLÍTICA INDUSTRIAL</b>			
Crise do setor moveleiro de Santa Catarina. Senador Leonel Pavan. ....	283	Comenta política para o salário mínimo que contemple aposentados e pensionistas da Previdência Social. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mão Santa. ....	384
Comenta a respeito da crise do setor moveleiro de Santa Catarina. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Flexa Ribeiro. ....	284	Comenta política para o salário mínimo que contemple aposentados e pensionistas da Previdência Social. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Garibaldi Alves Filho. ....	384
<b>POLÍTICA PARTIDÁRIA</b>			
Registro do décimo Congresso do Partido Socialista Brasileiro que se realizará nesta semana em Brasília, com a ausência de Miguel Arraes. Senador João Capiberibe. ....	29	Discursa acerca da matéria publicada na revista <b>IstoÉ</b> sobre a devolução de cartões do Programa Bolsa-Família na Paraíba. Senador José Maranhão. ....	292
<b>POLÍTICA SALARIAL</b>			
<b>POLÍTICA SOCIAL</b>			

	Pág.		Pág.
Comenta os programas sociais na Paraíba. Aparte ao Senador José Maranhão. Senador Garibaldi Alves Filho. ....	293	60 da Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941, Lei de Contravenções Penais. ....	2
<b>PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>		Projeto de Lei da Câmara Nº 76, de 2005 (nº 4.628/2001, na Casa de Origem), que dispõe sobre o Programa Especial de Treinamento-PET e dá outras providências. ....	3
Tece comentários às declarações do Presidente Lula, em 17 de agosto de 2005, na Bahia. Senador Eduardo Suplicy. ....	32	Projeto de Lei da Câmara Nº 77, de 2005 (nº 5.373/2001, na Casa de Origem), que denomina “Viaduto Colonizador Ênio Pipino” o viaduto situado no trevo de acesso à cidade de SINOP, Estado de Mato Grosso, na BR-163. ....	6
Comenta a necessidade da vinda do Presidente Lula ao Congresso Nacional para esclarecimentos. Senador Eduardo Suplicy. ....	32	Projeto de Lei da Câmara Nº 78, de 2005 (nº 1.876/2003, na Casa de Origem), que dá nova redação ao art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro. ..	7
Comenta a necessidade da vinda do Presidente Lula ao Congresso Nacional para esclarecimentos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador José Jorge. ....	33	Projeto de Lei da Câmara Nº 79, de 2005 (nº 2.866/2004, na Casa de Origem), que institui o dia 5 de maio como o “Dia Nacional do Líder Comunitário”. ..	8
Reflete sobre o discurso do Senador José Sarney, proferido na tribuna do Senado a respeito da responsabilidade do Presidente Lula pela crise política e discordância com parte de seu conteúdo. Senador Jefferson Péres. ....	40	Projeto de Lei da Câmara Nº 80, de 2005 (nº 3.482/2004, na Casa de Origem), que institui o Dia Nacional da Matemática. ....	9
Comenta o pronunciamento do Presidente Lula em Vitória da Conquista, Bahia. Senador Arthur Virgílio. ....	41	Projeto de Lei da Câmara Nº 81, de 2005 (nº 3.945/2004, na Casa de Origem), que confere prioridade à tramitação dos processos relativos à tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneas. ....	10
Tece comentários ao pronunciamento do Presidente Lula em Vitória da Conquista, Bahia. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Jefferson Péres. .	42	Projeto de Lei da Câmara Nº 82, de 2005 (nº 7.405/2002, na Casa de Origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências. ....	406
Comenta a responsabilidade do Presidente Lula pelos atos que praticou em sua campanha eleitoral. Senador José Agripino. ....	48	Projeto de Lei da Câmara Nº 83, de 2005 (nº 936/2003, na Casa de Origem), que altera a redação do art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. ....	408
Comenta a responsabilidade do Presidente Lula pelos atos que praticou em sua campanha eleitoral. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Arthur Virgílio. ....	48	Projeto de Lei da Câmara Nº 84, de 2005 (nº 1.285/2003, na Casa de Origem), que acrescenta parágrafo ao art. 506 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973-Código de Processo Civil. ....	409
Discorre a respeito de mensagens que recebe através da Internet acerca da atuação do Presidente Lula e citação especial sobre mensagem que veio pelo correio, traduzindo o inconformismo do povo brasileiro. Senador Arthur Virgílio. ....	189	Projeto de Lei da Câmara Nº 85, de 2005 (nº 2.306/2003, na Casa de Origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. ....	409
Comenta palavras do Presidente Lula em viagem à Bahia. Senador Flexa Ribeiro. ....	297	Projeto de Lei da Câmara Nº 86, de 2005 (nº 3.094/2004, na Casa de Origem), que altera o art. 64 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. ....	411
<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>		<b>PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL</b>	
Trata a respeito da PEC que retira parte do Cofins e a PEC sobre a CPMF e sugestão da destinação de 50 por cento dos recursos para o Fundo de Combate à Pobreza. Senador Eduardo Siqueira Campos. ....	26	Projeto de Lei Nº 38, de 2005-CN, Mensagem Nº 97, de 2005-CN, (Nº 536/2005, na origem), que	
<b>PROJETO DE LEI DA CÂMARA</b>			
Projeto de Lei da Câmara Nº 75, de 2005 (nº 4.130/2001, na Casa de Origem), que revoga o art			

Pág.	Pág.	
	PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	
altera o programa Gestão Pública para um Brasil de Todos, constante do Plano Plurianual para o período de 2004-2007. ....	18	
<b>PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO</b>		
Projeto de Lei de Conversão N° 21, de 2005 (Proveniente da Medida Provisória n° 251, de 2005), que institui o Projeto Escola de Fábrica, que autoriza a concessão a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos-Prouni, que institui o Programa Educação Tutorial-Pet, que altera a Lei n° 5.537, de 21 de novembro de 1969, e a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, e dá outras providências. ....	98	
<b>PROJETO DE LEI DO SENADO</b>		
Projeto de Lei do Senado N° 289, de 2005, que altera a redação da Lei n° 9.096, de 19 de setembro de 1995, a qual dispõe sobre partidos políticos e regulamenta os artigos 17 e 14, § 3° inciso V, da Constituição Federal. Senador Aloizio Mercadante. ....	213	
Projeto de Lei do Senado N° 290, de 2005, que acrescenta parágrafos ao art. 23 da Lei n° 9.096, de 19 de setembro de 1995. Senador Pedro Simon. .	213	
Projeto de Lei do Senado N° 291, de 2005, que altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte-SIMPLES, e dá outras providências. Senador Ney Suassuna. ....	215	
Projeto de Lei do Senado N° 292, de 2005, que altera a redação dos arts. 1.211-A e 1.211-C da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para adequá-la à Lei n° 10.741, de 1° de outubro de 2003, e incluir no rol das pessoas com prioridade processual as portadoras de câncer e da Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS). Senador Augusto Botelho. ....	424	
Projeto de Lei do Senado N° 293, de 2005, que acrescenta o art.67-A à Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de tornar obrigatória a inserção, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais-SIASG, das informações referentes aos contratos e convênios firmados pelos órgãos e entidades integrantes do orçamento da União. Senador Augusto Botelho. ....	426	
	Proposta de Emenda à Constituição N° 40, de 2005, que altera o art.89 da Constituição Federal, para estatuir a participação dos Ex-Presidentes da República no Conselho da República. Senador Alberto Silva. ....	353
	<b>REFORMA POLÍTICA</b>	
	Tece referências à reunião de 17 de agosto de 2005 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando foi apreciado o projeto de autoria do Senador Jorge Bornhausen, sobre a reforma eleitoral. Senador Mão Santa. ....	23
	Realiza manifestações sobre o pronunciamento do Senador Mão Santa. Senador Jorge Bornhausen. ....	24
	Tece considerações sobre uma agenda positiva para o desenvolvimento de ações legislativas. Senador Jorge Bornhausen. ....	24
	Realiza apelo para que seja agendado na agenda positiva da Câmara o projeto sobre a reforma eleitoral. Senador Jorge Bornhausen. ....	24
	Comenta uma agenda positiva para o desenvolvimento de ações legislativas. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. Senador Ramez Tebet. ....	25
	Reflete a respeito do projeto de reforma eleitoral, de autoria do Senador Jorge Bornhausen. Senador Eduardo Siqueira Campos. ....	26
	Comenta o projeto de reforma eleitoral, de autoria do Senador Jorge Bornhausen. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. Senador Leonel Pavan. ....	28
	Comenta o projeto de reforma eleitoral, de autoria do Senador Jorge Bornhausen. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. Senador Mão Santa. ....	28
	Comenta o projeto de reforma eleitoral, de autoria do Senador Jorge Bornhausen. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. Senador Ramez Tebet. ....	29
	Discursa sobre a crise moral que só pode ser debelada com uma reforma política que ouça a sociedade civil. Senador Papaléo Paes. ....	30
	Discursa sobre a aprovação, em 18 de agosto de 2005, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de projeto de reforma eleitoral parcial, de autoria do Senador Jorge Bornhausen. Senador Pedro Simon. ....	287
	Discursa sobre a aprovação, em 18 de agosto de 2005, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de projeto de reforma eleitoral parcial,	

	Pág.		Pág.
de autoria do Senador Jorge Bornhausen. Senador Garibaldi Alves Filho. ....	293	nova redação ao § 3º do art 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências. Senador Papaléo Paes.	88
<b>REQUERIMENTO</b>		Requerimento nº 897, de 2005, que requer informações ao Exmo. Sr Ministro de Estado da Fazenda sobre o montante, em reais, da compensação fiscal, a que tiveram direito as emissoras de rádio, as emissoras de televisão, e as empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, referente à cedência do horário gratuito para a propaganda eleitoral e partidária. Senador Papaléo Paes. ....	91
Requerimento nº 890, de 2005, que requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2005 que, “Dispõe sobre a Publicidade Oficial da Administração Pública Federal e dá outras providências”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. Senador Gerson Camata. ....	14	Requerimento nº 898, de 2005, que requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Ciência e Tecnologia informações sobre a previsão orçamentária e a efetiva liberação de recursos feitas a UNE, bem como esclarecimentos sobre se as liberações foram precedidas das usualmente exigidas prestações de contas de parcelas anteriores. Senador José Agripino. ....	91
Requerimento nº 891, de 2005, nos termos dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que solicita ao Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, informações a respeito das ações empreendidas pelo Ministério das Relações Exteriores no sentido de apurar incidente que originou as acusações de racismo feitas à embaixadora brasileira na República de Moçambique. Senador João Capiberibe.	14	Requerimento nº 899, de 2005, que requer, de acordo com o art.216 do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º da Constituição Federal, e que considera a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Ministro da Educação, a listagem completa de impressos encomendados a gráficas localizadas no Rio Grande do Sul, do ano 2003 até 17 de agosto de 2005, especificando o tipo de trabalho gráfico executado, com que objetivo, qualidade e valores. Senador Arthur Virgílio. ....	92
Requerimento nº 892, de 2005, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, que requer licença para tratamento de saúde, no período de 17 de agosto de 2005 a 15 de setembro de 2005. Senador Maguito Vilela. ....	62	Requerimento nº 900, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao escritor amazonense Milton Hatoum pelo lançamento de seu novo livro, intitulado Cinzas do Norte. Senador Arthur Virgílio. ....	92
Requerimento nº 893, de 2005, para fins previstos no art. 56, inciso II, da Constituição Federal, que requer licença para tratar de interesses particulares (art.43, inciso II, do Regimento Interno), por 120 dias a partir de 16 de setembro de 2005. Senador Maguito Vilela. ....	62	Requerimento nº 901, de 2005, que requer, nos termos do item 12, alínea “c”, inciso II do art. 255 do Regimento Interno, sobre o PLS nº 312/2003-que altera a Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, para instituir o abono anual para os benefícios da prestação continuada pago pela assistência social que além da Comissão de Assuntos Sociais - CAS, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE. Senador Ney Suassuna. ....	218
Requerimento nº 894, de 2005, nos termos do art. 321 do Regimento Interno, que requer a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2005, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. Senador Eduardo Azeredo. ....	87	Requerimento Nº 902, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do ator Cláudio Correia e Castro, ocorrido em 16 de agosto de 2005, no Rio de Janeiro. Senador Arthur Virgílio. ....	219
Requerimento nº 895, de 2005, nos termos do art. 321 do Regimento Interno, que requer a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986/2000, na Casa de Origem), que altera a Lei nº 6259, de 30 de outubro de 1975. Senador Papaléo Paes. ....	87	Requerimento Nº 903, de 2005, que solicita, nos termos do inciso II, “a”, do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja concedida licença para desempenhar a missão de representar	
Requerimento nº 896, de 2005, nos termos do art. 321 do Regimento Interno, que requer a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004 (nº 1.103/99, na Casa de Origem), que dá			



Pág.		Pág.
	o Senado Federal na Reunião por um Outro Mundo (Sommet pour un Autre Monde-SPAM), ocorrida de 20 a 30 de agosto de 2005. Senadora Heloísa Helena. ....	
219	Requerimento nº 904, de 2005, que requer, nos termos dos arts.218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, homenagens pelo falecimento do Radialista José Carlos Aguiar, da Rádio Bandeirantes – AM de Tubarão, Santa Catarina. Senador Leonel Pavan. ....	
219	Requerimento nº 905, de 2005, que requer, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 346, por regularem a mesma matéria. Senador Aloizio Mercadante. ....	
259	Requerimento nº 906, de 2005, que requer, nos termos do art. 119 do Regimento Interno, a dispensa de parecer da Comissão de Educação para o PLS nº 148 de 2005, que “regulamenta as relações entre a internet e a propaganda eleitoral e dá outras providências”, a fim de que a matéria seja reencaminhada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e assim, possa ser analisada juntamente com outras que pretendem modificar o processo eleitoral, principalmente, porque o prazo para que as novas regras passem a valer, já nas próximas eleições, está se esgotará. Senadora Serys Silhessarenko. ....	
260	Requerimento nº 907, de 2005, que requer, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Solene a ser realizada no dia 15 de setembro, às 10 horas da manhã, a fim de celebrar os 20 anos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Senadora Serys Silhessarenko. ....	
260	Requerimento nº 908, de 2005, que requer, na forma do disposto no art. 76, § 1º, do Regimento Interno, prorrogação, por sessenta dias, do prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial destinada a apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal. Senador Marco Maciel. ....	
261	Requerimento nº 909, de 2005, que requer, nos termos regimentais e conforme as tradições da Casa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do pediatra Eduardo Luiz Mouzinho Mariz, ex-integrante do Quadro Médico do Senado Federal, ocorrido ao anoitecer de 17 de agosto de 2005, em Brasília, dessa decisão dando ciência à família do conceituado médico. Senador Marco Maciel. ....	
	Requerimento nº 910, de 2005, que requer Voto de Pesar de Lembrança ao ensejo do transcur-	
	so do segundo aniversário da morte do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, vítima do atentado contra o prédio da representação da ONU no Iraque. Senador Arthur Virgílio. ....	342
	<b>SAUDAÇÃO</b>	
	Saúda o retorno da Senadora Íris de Araújo ao convívio da Casa. Senador César Borges. ....	245
	Saúda a vinda da Senadora Íris de Araújo ao Senado Federal. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Pedro Simon. ....	278
	Saúda a vinda da Senadora Íris de Araújo ao Senado Federal. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Mão Santa. ....	278
	Saúda a vinda da Senadora Íris de Araújo ao Senado Federal. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Leonel Pavan. ....	278
	Saúda a vinda da Senadora Íris de Araújo ao Senado Federal. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Flexa Ribeiro. ....	279
	Saúda a vinda da Senadora Íris de Araújo ao Senado Federal. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Romero Jucá. ....	279
	Saúda a vinda da Senadora Íris de Araújo ao Senado Federal. Aparte à Senadora Íris de Araújo. Senador Garibaldi Alves Filho. ....	280
	Saúda o Senador Paulo Paim, que discursou sobre a política para o salário mínimo que contemple aposentados e pensionistas da Previdência Social. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senadora Heloísa Helena. ....	385
	<b>SAÚDE</b>	
	Informa o estado de saúde do Vice-Presidente José Alencar que se submeteu a uma angioplastia de rotina no Incor, em São Paulo. Senador Marcelo Crivella. ....	181
	<b>SOLIDARIEDADE</b>	
	Demonstra solidariedade com a proposta do Senador Eduardo Suplicy de trazer o Presidente Lula ao Congresso Nacional. Senador José Jorge. ....	38
	<b>TELECOMUNICAÇÃO</b>	
	Analisa a telefonia no Brasil e saúda a liminar que põe fim à limitação de noventa dias para os usuários da telefonia celular pré-paga. Senador Sérgio Cabral. ....	181



# Ata da 136ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 17 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Eduardo Siqueira Campos,  
Papaléo Paes, Leonel Pavan e Augusto Botelho

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SR. SENADORES:

## SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 17/8/2005 07:39:00 até 17/8/2005 20:08:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X	PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X		PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X	PMDB	MA	RIBAMAR FIGUENE	X	X
Bloco-PT	SP	ALDIZIO MERCADANTE	X	X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	X	PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	X	X	PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X	PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	Bloco-PT	MT	SÉRGIO SLHESARENKO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	MS	DELCEGIO AMARAL	X	X	PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X	PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X					
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
PMDB	RN	GABRIEL ALVES FILHO	X	X					
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X					
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X					
P-SOL	AC	HELENA HELENA	X	X					
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDEU SALVATTI	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PERES	X	X					
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X						
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X					
PFL	RN	JOSÉ ADRIANO	X	X					
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X					
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X					
PSDB	GO	LUCIA VÂNIA	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X					
-	MT	LUIZ SOARES	X						
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X					
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X					
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X					
-	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X	X					
PFL	DF	PAULO OCTAVIO	X	X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X					
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X					

Compareceram: 78 Senadores

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 79 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2005**  
(Nº 4.130/2001, na Casa de Origem)

**Revoga o art. 60 da Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941, Lei de Contravenções Penais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica revogado o art. 60 da Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **PROJETO DE LEI** **Nº 4.130 / 2001**

Altera dispositivos da Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, Lei das Contravenções Penais

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 17, da Lei nº 3.688, de 03.10.41, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 17 A ação penal é pública, devendo a autoridade proceder de ofício.*

*Parágrafo único. Excentuam-se do disposto no caput deste artigo os delitos previstos nos artigos 21, 26, 27, 29, 30, 31, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 47, 48, 49, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 67 desta Lei, quando se procederá mediante representação de qualquer um do povo."*

Art. 2º Revoga-se o artigo 60 da Lei nº 3.688, de 03.10.41

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

A Lei das Contravenções Penais, de 1941, trata de todos os delitos; cuja gravidade e reprovação social não são suficientes para serem considerados crimes. Estes últimos, por razões óbvias, trazem sanções muito mais graves que os primeiros.

Todavia, como o conjunto do sistema penal e processual penal brasileiro está defasado diante da realidade brasileira neste início de século, o texto previa que a quase totalidade das condutas consideradas contravenções fossem de ação pública, quer dizer, deveriam ser procedidas de ofício, independente de representação do ofendido.

Transcorrido mais de meio século, a previsão de que todas estas contravenções independam de representação não mais parece razoável. A mais das vezes, é possível que o ofendido e o agente, com mediação da autoridade policial, possam conciliar suas diferenças, deixando de haver interesse na continuidade da ação penal.

Tendo esta idéia em vista é que se propõe o presente Projeto de Lei, que exige representação nas seguintes contravenções:

- *vias de fato;*
- *violação de lugar ou objeto;*

- exploração da credulidade pública;
- desabamento de construção;
- perigo de desabamento;
- omissão de cautela na guarda ou condução de animais;
- arremesso ou colocação perigosa;
- emissão de fumaça, vapor ou gás;
- associação secreta;
- provocação de tumulto - Conduta inconveniente;
- falso alarme;
- perturbação do trabalho ou do sossego alheio;
- recusa de moeda de curso legal;
- simulação da qualidade de funcionário;
- exercício ilegal de profissão ou atividade;
- exercício ilegal do comércio de coisas antigas e obras de

arte:

- matrícula ou escrituração de indústria e profissão;
- importunação ofensiva ao pudor;
- embriaguez;
- bebidas alcoólicas;
- crueldade contra animais;
- perturbação da tranqüilidade;
- omissão de comunicação de crime e
- inumação ou exumação de cadáver.

Além disto, a proposta revoga o artigo 60 da referida Lei, que considera a mendicância uma contravenção penal. Nada poderia parecer mais surreal tendo em vista a realidade social, caracterizada por uma das piores distribuições de renda do planeta.

É por todos estes motivos que encaminho o presente Projeto de Lei, mais condizente com a realidade nacional, para cuja aprovação conto com o apoio dos meus ilustres Pares.

Sala das Sessões, em 20 de Setembro de 2001.

Deputado ORLANDO FANTAZZINI NETO

#### LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 3.688, DE OUTUBRO DE 1941

(Vide Lei nº 1.390, de 3.7.1951)

Vide Lei nº 7.437, de 20.12.1985

#### Lei das Contravenções Penais.

Art. 60. Mendigar, por ociosidade ou cupidez:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.

Parágrafo único. Aumenta-se a pena de um sexto a um terço, se a contravenção é praticada:

a) de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento.

b) mediante simulação de moléstia ou deformidade;

c) em companhia de alienado ou de menor de dezoito anos.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2005**  
(Nº 4.628/2001, Na Casa de Origem)

**Dispõe sobre o Programa Especial de Treinamento – PET e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei institui o Programa Especial de Treinamento – PET, com o objetivo de propiciar aos alunos da graduação, sob a orientação de um professor tutor, formação acadêmica ampla em âmbito de ensino, pesquisa e extensão, contato com programas interdisciplinares e experiência em atuação coletiva e no planejamento e execução de atividades diversificadas.

Art. 2º As ações do Programa Especial de Treinamento serão desenvolvidas nas universidades públicas e privadas.

Art. 3º O Programa Especial de Treinamento terá ainda os seguintes objetivos específicos:

I – propiciar ao aluno da graduação a possibilidade de otimizar seu potencial acadêmico;

II – promover a integração da carreira acadêmica com a futura atividade profissional, mediante exercício permanente das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

III – promover a melhoria do ensino de graduação, por meio do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas.

Art. 4º Cada projeto de formação de grupo participante do Programa Especial de Treinamento será formado por 12 (doze) alunos bolsistas e por 1 (um) professor tutor de um determinado curso de graduação.

§ 1º O candidato a bolsista deverá estar cursando entre o 2º (segundo) e o 4º (quarto) semestre da graduação e não poderá apresentar reprovação no histórico escolar.

§ 2º O professor tutor deverá ter qualificação em nível de doutorado.

§ 3º O professor tutor e os alunos bolsistas não poderão ter acúmulo de bolsas.

Art. 5º Cada aluno participante do programa deverá receber valor equivalente ao da bolsa de iniciação científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e o professor tutor, valor equivalente ao da bolsa de produtividade científica do CNPq no nível de Pesquisador II-C.

§ 1º As atividades do grupo terão um aporte financeiro anual correspondente ao valor de 2 (duas) cotas de bolsa por bolsista integrante do grupo.

§ 2º No caso de professor tutor de grupo PET que já recebe bolsa de produtividade de pesquisa do CNPq, a bolsa que lhe caberia pela tutoria do grupo PET será revertida em favor das atividades do grupo, conforme o disposto no § 1º deste artigo.

Art. 6º Os grupos do Programa Especial de Treinamento que pertencerem a unidades acadêmicas em cuja área de atuação a instituição disponha de curso de

pós-graduação deverão adotar ações conjuntas entre o curso de graduação e o de pós-graduação.

Art. 7º Será constituído Comitê de Acompanhamento Nacional do Programa Especial de Treinamento com a finalidade de coordenar o processo de acompanhamento, elaborar as normas básicas do Programa e estabelecer suas metas de expansão.

Parágrafo único. O Comitê de Acompanhamento Nacional será composto de forma partidária por representantes do Governo Federal e do setor acadêmico-científico.

Art. 8º Os recursos do Programa terão origem:

I – nas dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral da União;

II – na destinação de 10% (dez por cento) dos recursos a que se refere o *caput* do art. 3º-A do Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969.

Art. 9º O *caput* do art. 3º-A do Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º-A Serão aplicados no financiamento de projetos de implantação e recuperação de infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa e na formação de recursos humanos em nível de graduação 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos destinados:

..... “(NR)

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.628, DE 2001**

#### **Dispõe sobre o Programa Especial de Treinamento – PET e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Especial de Treinamento – PET, com o objetivo de propiciar aos alunos da graduação, sob a orientação de um professor tutor, uma formação acadêmica ampla ao nível de ensino, pesquisa e extensão, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva e o planejamento e execução de um programa diversificado de atividades.

Art. 2º As ações do Programa Especial de Treinamento serão desenvolvidas nas universidades públicas e privadas.

Art. 3º O Programa será de responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia, sendo coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e terá os seguintes objetivos:



I – propiciar ao aluno da graduação a possibilidade de otimizar seu potencial acadêmico;

II – promover a integração da carreira acadêmica com a futura atividade profissional, mediante exercício permanente das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

III – promover a melhoria do ensino de graduação, através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas.

Parágrafo único. Os grupos deverão propor atividades de extensão as quais devem ser:

I – projetos culturais que envolvam a comunidade;

II – projetos conjuntos com o ensino médio e fundamental;

III – projetos de caráter social.

Art. 4º Cada projeto de formação de grupo Programa Especial de Treinamento será formado por 12 alunos bolsistas e por um professor tutor de um determinado curso de graduação.

§ 1º O candidato a bolsista deverá estar cursando entre o 2º e 4º semestre da graduação e não poderá apresentar reprovação no histórico escolar.

§ 2º O professor tutor deverá ter qualificação ao nível de doutorado.

§ 3º O professor tutor e os alunos bolsistas não poderão ter acúmulo de bolsas.

Art. 5º Cada aluno participante do programa deverá receber valor igual à bolsa de Iniciação Científica do CNPq e o professor tutor o equivalente ao valor da bolsa de produtividade científica do CNPq no nível de Pesquisador II-C.

Parágrafo único. As atividades do grupo terão um aporte financeiro correspondentes ao valor de duas cotas de bolsa por bolsista integrante do grupo por ano.

Art. 6º Os grupos de Programa Especial de Treinamento que pertencerem a unidades acadêmicas, em cuja área de atuação a Instituição disponha de curso de Pós-Graduação, deverão adotar ações conjuntas entre o curso de Graduação e o de Pós-Graduação.

Art. 7º O processo de acompanhamento e avaliação dos grupos Programa Especial de Treinamento será coordenado por um Comitê de Acompanhamento Nacional do Programa Especial de Treinamento que será constituído de forma paritária por representantes indicados por: CNPq/MCT, Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação e Comissão Executiva Nacional do PET.

§ 1º O Comitê de Acompanhamento Nacional deverá elaborar as normas de orientações básicas do Programa Especial de Treinamento.

§ 2º O Comitê de Acompanhamento Nacional deverá estabelecer metas de expansão do Programa Especial de Treinamento, onde deverá contemplar inicialmente no mínimo os 314 (trezentos e quatorze) grupos existentes no país, formados em 1999.

Art. 8º Os recursos do Programa terão origem:

I – nas dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral da União;

II – no orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia;

III – na destinação de recursos do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), em percentual a ser definido pelo Poder Executivo.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A educação é o meio pelo qual os indivíduos constroem caminhos verdadeiramente democráticos e libertadores, configurando-se como agentes sociais da elaboração do conhecimento. Nesse sentido ressalta-se o papel da Universidade como centro do debate científico, capaz de responder às demandas sociais para as quais foi criada.

Para responder a estas demandas não poderá a Universidade fugir da sua vocação: pesquisa e extensão. Não é possível estabelecer ensino de qualidade, desvinculado do exercício da pesquisa e extensão. Estes são a seiva que alimenta a Universidade, arejando os espaços sócio-político-ideológicos, propondo perspectivas de ação frente às questões que se apresentam.

Neste contexto é que se apresenta o Programa Especial de Treinamento – PET, criado em 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES. O PET tem por objetivo melhorar o ensino da graduação e a qualidade dos cursos de pós-graduação por meio de um treinamento avançado, visando à formação acadêmica de excelente nível que fortalece a integração desta com a futura atividade profissional.

O Programa foi concebido dentro de uma filosofia tutorial, na qual um grupo de alunos desenvolve atividades nas quais através da proposta do “aprender fazendo” desenvolvem habilidades que possibilitam sua fácil inserção, seja no meio acadêmico ou no mercado de trabalho. O Programa trabalha com as três vertentes que sustentam as universidades brasileiras: ensino, pesquisa e extensão. Cada grupo PET, que conta com 12 alunos e um professor tutor, forma cidadãos que aprendem durante três anos a trabalhar em equipe, a irradiar para os demais colegas o espírito de liderança e o compromisso com a geração do conhecimento para

a solução dos mais diversos problemas. Deste modo as atividades desenvolvidas pelo Programa possibilitam a melhora da qualidade do curso, como também, nos remete a futuros profissionais com ampla formação, não apenas tecnológica-científica, mas especialmente com senso ético-social.

Entretanto, desde 1997, o Programa vem sofrendo ataques contundentes em suas bases de sustentação: primeiramente foi cortado parte dos recursos, depois tentaram diminuir para seis o número de alunos em cada grupo; a seguir tentaram decretar a extinção do Programa. Hoje, o Programa encontra-se sob supervisão do Ministério da Educação, através da Secretaria de Ensino Superior – SESu. Porém, esta não deu continuidade às avaliações anuais e introduziu novos protocolos que atrasaram o pagamento das bolsas dos alunos e dos professores tutores.

Assim o Programa sobrevive, atualmente, às custas de emendas parlamentares que não conseguem garantir os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades propostas.

Diante dos fatos expostos, entendemos que a continuidade das ações do PET, ou seja, a interdisciplinaridade, a atuação coletiva, a interação dos corpos discente e docente, o planejamento e a execução de uma planilha diversificada de atividades, como também a possibilidade de sua expansão só se viabilizará pela institucionalização do referido Programa.

E é com a intenção de assegurar esses objetivos que apresentamos este Projeto de Lei que poderá reverter o quadro da formação superior nas diferentes áreas de conhecimento das universidades, bem como, possibilitará a formação de profissionais críticos e atuantes, contamos com o apoio dos ilustres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 8 de maio de 2001. – Deputado **Inácio** (PCdoB – CE) – Deputado **Aldo Arantes** (PCdoB – GO) – Deputado **Haroldo Lima** (PCdoB – BA) – Deputado **Sérgio Miranda** (PCdoB – MG) – Deputada **Tânia Soares** (PCdoB – SE) – Deputado **Agnelo Queiroz** (PCdoB – DF) – Deputado **Aldo Rebelo** (PCdoB – SP) – Deputada **Jandira Feghali** (PCdoB – RJ) – Deputada **Socorro Gomes** (PCdoB – PA) – Deputada **Vanessa Graziotin** (PCdoB – AM).

*LEGISLAÇÃO CITADA*

*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

DECRETO-LEI Nº 719, DE 31 DE JULHO DE 1969

**Cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dá outras providências.**

Art. 3º-A. Serão destinados ao financiamento de projetos de implantação e recuperação de infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa vinte por cento dos recursos destinados: (Artigo incluído pela Lei nº 10.197, de 14-2-2001)

I – ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT oriundos de: (Inciso incluído pela Lei nº 10.197, de 14-2-2001)

**a)** contribuição de intervenção no domínio econômico;

**b)** compensação financeira sobre o uso de recursos naturais;

**c)** percentual sobre receita ou lucro de empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços públicos; e

**d)** contratos firmados pela União, suas autarquias e fundações;

II – a fundos constituídos ou que vierem a ser constituídos com vistas a apoiar financeiramente o desenvolvimento científico e tecnológico de setores econômicos específicos. Inciso incluído pela Lei nº 10.197, de 14-2-2001)

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação.)*

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 77, DE 2005**  
(Nº 5.373/2001, na Casa de Origem)

**Denomina “Viaduto Colonizador Ênio Pipino” o viaduto situado no trevo de acesso à cidade de SINOP, Estado de Mato Grosso, na BR-163.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado “Viaduto Colonizador Ênio Pipino” o viaduto situado no trevo de acesso à cidade de SINOP, Estado de Mato Grosso, na BR-163.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.373, DE 2001**

**Denomina “Viaduto Colonizador Ênio Pipino” o viaduto situado no trevo de acesso à cidade de SINOP – Mt na BR-163.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado “Viaduto Colonizador Ênio Pipino” o viaduto situado no trevo de acesso à cidade de Sinop – MT, na BR-163.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



### Justificação

Empresário de destaque do setor imobiliário brasileiro, na área específica de colonização, Ênio Pipino nasceu em 12 de junho de 1917, na cidade de Penápolis – SP.

Aos trinta e um anos de idade, fundou a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda., atual SINOP Terras Ltda., a empresa de colonização mais antiga do País. Em 1970, fundou a Colonizadora SINOP S/A, com vistas à atuação na região amazônica e Centro Oeste do Brasil. As empresas em questão têm por objetivos propiciar condições para a fixação do homem a terra, ainda, inóspita. A colonização, **de per si**, alinha-se com o espírito de conquista inato ao ser humano que, no Brasil, atendeu de pronto à criação de novas fronteiras de ocupação do território nacional.

Ao norte do Estado do Paraná, o trabalho de sua empresa resultou na formação de onze cidades, Terra Rica, Iporã, Ubitatã, Formosa do Oeste, Jesuítas, Carajá, Nilza, Yolanda, Adhemar de Barros, Marajó e Iverã, com o assentamento de centenas de pessoas.

Em 1971, passou a atuar com mais intensidade no Estado do Mato Grosso, tendo adquirido de terceiros uma área de 645 hectares na altura do quilômetro 500 da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), onde desenvolveu o Projeto de Colonização Gleba Celeste, pelo qual foram implantadas as cidades de SINOP, Vera, Santa Carmen e Claudia, envolvendo cerca de 180 mil pessoas e 4.800 propriedades agrícolas. Estes núcleos urbanos passaram a contar com obras de infra-estrutura, escolas, igrejas, centros de lazer, cooperativas e campos experimentais. O projeto acha-se consolidado, e SINOP destaca-se como a quarta arrecadação de rendas de Mato Grosso.

A contribuição de Ênio Pipino ao processo de ocupação espacial do território brasileiro pode ser demonstrada por meio das várias comendas e títulos auferidos ao longo de sua vida, a exemplo dos títulos de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná e Cidadão Benemérito do Estado de Mato Grosso.

No entanto, o reconhecimento do trabalho pioneiro de Ênio Pipino pela população beneficiada com os projetos de colonização resulta no préstimo de homenagens ao desbravador e destemido empresário, a exemplo da denominação de “Viaduto Colonizador Ênio Pipino” para o viaduto em construção no trevo de acesso à cidade de SINOP – MT, situado na BR-163, objeto do presente projeto de lei, o qual, pelas qualidades e merecimento irrefutável do homenageado, pretendemos ver aprovado com o apoio dos nossos Pares.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 2001.  
– Deputada **Celcita Pinheiro**.

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2005 (Nº 1.876/2003, na Casa de Origem)

#### Dá nova redação ao art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 159. A Carteira Nacional de Habilitação, expedida em modelo único e de acordo com as especificações do Contran, atendidos os pré-requisitos estabelecidos neste Código, conterà fotografia, identificação, CPF, altura, tipo sanguíneo e fator RH do condutor, terá fé pública e equivalerá a documento de identidade em todo o território nacional.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.876, DE 2003

#### Dá nova redação ao art. 159 da Lei nº 9.503 de 23-9-1997 (Código de Trânsito Brasileiro.)

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O artigo 159, **caput** da Lei nº 9.503/97, passa a ter a seguinte redação:

“Art 159. A Carteira Nacional de Habilitação, expedida em modelo único e de acordo com as especificações do Contran, atendidos os pré-requisitos estabelecidos neste Código, conterà fotografia, identificação, CPF, altura, tipo sanguíneo e fator RH do condutor, terá fé pública e equivalerá a documento de identidade em todo o território nacional”.(NR)

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### Justificação

O objetivo desta proposição, visa dotar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de uma importante informação do condutor, que por certo evitará que muitas vidas sejam ceifadas por falta de um pronto atendimento adequado, face a inexistência dessa informação quando da assistência aos condutores acidentados. principalmente nas longas rodovias onde as distâncias entre cidades as vezes são gigantescas,

sabendo o tipo sangüíneo e fator RH in loco, os profissionais poderão ativar imediatamente a coleta de sangue para o acidentado tornando-se o atendimento mais efetivo e eficaz.

Sala das Sessões, 7 de agosto de 2003. – Deputado **Colbert Martins** – PPS.

*LEGISLAÇÃO CITADA*

*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

**Institui o Código de Trânsito Brasileiro.**

Art. 159. A Carteira Nacional de Habilitação, expedida em modelo único e de acordo com as especificações do Contran, atendidos os pré-requisitos estabelecidos neste Código, conterà fotografia, identificação e CPF do condutor, terá fé pública e equivalerá a documento de identidade em todo o território nacional.

§ 1º É obrigatório o porte da Permissão para Dirigir ou da Carteira Nacional de Habilitação quando o condutor estiver à direção do veículo.

§ 2º (VETADO)

§ 3º A emissão de nova via da Carteira Nacional de Habilitação será regulamentada pelo Contran.

§ 4º (VETADO)

§ 5º A Carteira Nacional de Habilitação e a Permissão para Dirigir somente terão validade para a condução de veículo quando apresentada em original.

§ 6º A identificação da Carteira Nacional de Habilitação expedida e a da autoridade expedidora serão registradas no Renach.

§ 7º A cada condutor corresponderá um único registro no Renach, agregando-se neste todas as informações.

§ 8º A renovação da validade da Carteira Nacional de Habilitação ou a emissão de uma nova via somente será realizada após quitação de débitos constantes do prontuário do condutor.

§ 9º (VETADO)

§ 10. A validade da Carteira Nacional de Habilitação está condicionada ao prazo de vigência do exame de aptidão física e mental. (Incluído pela Lei nº 9.602, de 1998)

§ 11. A Carteira Nacional de Habilitação, expedida na vigência do Código anterior, será substituída por ocasião do vencimento do prazo para revalidação do exame de aptidão física e mental, ressalvados os casos especiais previstos nesta Lei. (Incluído pela Lei nº 9.602, de 1998)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2005**

(Nº 2.866/2004, na Casa de origem)

**Institui o dia 5 de maio como o “Dia Nacional do Líder Comunitário”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a data anual de 5 de maio como o “Dia Nacional do Líder Comunitário”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.866, DE 2004**

**Institui o dia 5 de maio como o “Dia Nacional do Líder Comunitário”.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a data anual de 5 de maio como o “Dia Nacional do Líder Comunitário”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

No Brasil, décadas de insucesso em experiências com programas voltados para o desenvolvimento comunitário permitiram a compreensão, ratificada pelos relatórios oficiais do Banco Mundial, de que as políticas de inclusão, para dar certo, precisam ser orientadas e geridas pelos próprios excluídos.

É com base nessa concepção participativa que se organiza a atividade de uma das mais importantes personagens do processo de consolidação da democracia e das políticas de combate à pobreza e à desigualdade social – o Líder Comunitário.

A atividade de liderança comunitária está estreitamente ligada ao cotidiano dos brasileiros e assume, cada vez com mais intensidade, o papel de elo entre cidadãos e órgãos governamentais na gestão de projetos sociais. Permite que ações voltadas para o bem-estar coletivo tenham origem dentro das próprias comunidades a que se destinam, o que amplia significativamente as possibilidades de sucesso dessas ações.

Por estar integrado, como membro, à comunidade em que atua, o Líder tem uma percepção privilegiada das necessidades do seu meio e das estratégias possíveis para satisfazê-las. Possui ainda instrumentos extraordinários para relacionar-se com os moradores e para adaptar-se às mudanças locais.

Frente à inegável importância dos serviços prestados pelos Líderes Comunitários à sociedade brasileira, é que sugerimos essa justa homenagem anual. Instituir o “Dia Nacional do Líder Comunitário” configura-se forma

de demonstrar reconhecimento e respeito àqueles que lutam para o bem-estar social e que tanto contribuem para a consolidação da democracia neste País.

Sala das Sessões, 20 de janeiro de 2004. – Deputado **Neucimar Fraga**.

(À Comissão de Educação.)

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2005**

(Nº 3.482/2004, na Casa de origem)

#### **Institui o Dia Nacional da Matemática.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Matemática, a ser comemorado anualmente em todo o território nacional no dia 6 de maio, data de nascimento do matemático, educador e escritor Malba Tahan.

Art. 2º O Poder Executivo, por meio dos Ministérios da Educação e da Cultura, incentivará a promoção de atividades educativas e culturais alusivas à referida data.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.482, DE 2004**

#### **Institui o Dia Nacional da Matemática.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Matemática, a ser comemorado anualmente em todo o território nacional no dia 6 de maio, data de nascimento do matemático, educador e escritor Malba Tahan.

Art. 2º O Poder Executivo, por meio dos Ministérios da Educação e da Cultura, incentivará a promoção de atividades educativas e culturais alusivas à data.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

A iniciativa legislativa ora apresentada é uma resposta ao legítimo anseio da Sociedade Brasileira de Educação Matemática, no sentido de criar o Dia Nacional da Matemática, data que já vem sendo comemorada em alguns estados brasileiros.

A data escolhida 6 de maio marca o dia de nascimento de Júlio César de Mello e Souza, o Malba Tahan, matemático, educador e escritor brasileiro que muito contribuiu para o desenvolvimento da pedagogia da matemática entre nós, tanto ao exercer atividades de ensino e pesquisa como também as do ofício de escritor.

Malba Tahan, pseudônimo de Júlio César de Mello e Souza, nasceu no dia 6 de maio de 1895, na

cidade do Rio de Janeiro, tendo falecido em 1974, aos 79 anos de idade.

Apesar de ter sido aluno medíocre, inclusive em matemática, durante os estudos primários e secundários, Malba Tahan tornou-se professor de matemática dos mais competentes e criativos, tendo exercido o magistério nas melhores escolas do Rio de Janeiro, por exemplo, como titular no incomparável Colégio Pedro II. Desenvolveu uma pedagogia original da matemática, baseada em atividades lúdicas e imaginativas, sobretudo por meio dos seus personagens “árabes”, fato que o levou a estudar a língua e a cultura árabe. Incansável como conferencista e educador, deu palestras e participou de programas de treinamento de professores em todo o País. Mas foi na literatura pedagógica, matemática e imaginativa que Malba Tahan deixou para sempre sua marca de gênio.

De fato, seus 69 livros de contos e 51 de matemática já ultrapassaram o número de dois milhões de exemplares vendidos. Sua obra mais conhecida, **O homem que calculava**, conta com cerca de 40 edições.

É a esse brasileiro versátil e genial, que sabia escrever deliciosamente à moda das Mil e Uma Noites, que a proposta legislativa em apreço pretende homenagear. Mais ainda: com a instituição do Dia Nacional da Matemática pretende-se, também, incentivar os nossos estudantes e professores a que cultivem o saber e a cultura, a matemática em particular.

Nesse sentido, é bom lembrar que a matemática é a ciência por excelência, pois que preside a todas as outras; além disso, é ferramenta essencial no desenvolvimento da lógica e da arte de pensar, para não falar da enorme influência na vida diária, nos campos aplicados, como as engenharias e a medicina, e até mesmo nas artes, de que são bons exemplos a música, o desenho, a pintura e a arquitetura.

Assim, o Dia Nacional da Matemática será, certamente, uma data de reflexão e mobilização em torno da educação e da cultura, da matemática de modo particular, que, espera-se, contará com a participação das escolas e universidades, das secretarias de educação e cultura e de toda a sociedade, com a colaboração de entidades educacionais e científicas, como a Sociedade Brasileira de Educação Matemática.

Peço, portanto, o apoio dos meus ilustres pares nesta Casa no sentido de aprovar o Projeto de Lei que ora submeto à Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 5 de maio de 2004. – Deputada Professora **Raquel Teixeira**.

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2005**

(Nº 3.945/2004, na Casa de Origem)

**Confere prioridade à tramitação dos processos relativos à tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta dispositivo às Leis nºs 7.347, de 24 de julho de 1995, e 9.079, de 11 de setembro de

1990, para conferir prioridade à tramitação dos processos relativos à tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Art. 2º O art. 19 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1995 – Lei da Ação Civil Pública, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

“Art. 18. ....

§ 1º As ações de que trata esta, Lei terão prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais, em qualquer instância.

§ 2º O autor da ação requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.” (NR)

Art. 3º o art. 97 da Lei nº 9.079, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, ficando o atual parágrafo único renumerado como § 1º:

“Art. 87. ....

§ 2º As ações coletivas de que trata este Código terão prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais, em qualquer instância.

§ 3º o autor da ação requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.”(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.945, DE 2004****Dá maior celeridade às ações judiciais de interesse difuso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As ações judiciais que tenham por objeto a tutela de todo e qualquer interesse difuso, coletivo ou individual homogêneo, receberão tratamento prioritário na prática de todo e qualquer ato ou diligência procedimental, tais como distribuição, publicação de despachos na imprensa oficial, citações e intimações, inclusão em pautas de audiências, elaboração de pareceres pelo órgão do Ministério Público, julgamentos e prolação de decisões judiciais.

Parágrafo único. O autor da ação respectiva, ao ajuizar a mesma junto ao órgão jurisdicional competente, deverá, na própria petição inicial, formular requerimento expresso para fazer valer a determinação contida nesta lei, o qual poderá ser indeferido pelo juiz da causa ou pelo juiz distribuidor somente se houver constatação de que o interesse em questão é meramente individual.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Além das ações individuais, a legislação processual vigente faz previsão para as ações Coletivas, através das quais podem ser deduzidas em Juízo as pretensões que caracterizam o direito como difuso, coletivo ou individual homogêneo.

Entretanto, cumpre ressaltar que a estrutura clássica do Processo Civil não prestigiava a tutela dessas espécies de direitos, em razão da concepção eminentemente privatística que norteou a elaboração de suas linhas fundamentais.

Neste sentido, Mauro Cappelletti e Bryan Garth discorrem que

“a concepção tradicional do processo civil não deixava espaço para a proteção dos direitos difusos. O processo era visto apenas como um assunto entre duas partes, que se destinava à solução de uma controvérsia entre essas mesmas partes a respeito de seus próprios interesses individuais. Direitos que pertencessem a um grupo, ao público em geral ou a um segmento do público não se enquadravam bem nesse esquema. As regras determinantes da legitimidade, as normas de procedimento e a atuação dos juizes não eram destinadas a facilitar as demandas por interesses difusos intentadas por particulares (...), sendo que a visão individualista do devido processo judicial está cedendo lugar



rapidamente, ou melhor, está se difundindo com uma concepção social, coletiva. Apenas tal transformação pode assegurar a realização dos direitos públicos relativos a interesses difusos”.<sup>1</sup>

É importante repensarmos o Direito Processual tradicional numa perspectiva coletiva, adequando-o às novas realidades sociais, onde uma sociedade de massa, cada vez mais complexa, socorrer-se-á do Poder Judiciário deduzindo pretensões coletivas e de extensão social.

Nessa perspectiva, Ada Pellegrini Grinover, notável processualista, a quem devotamos grande admiração, leciona que:

“A tutela jurisdicional dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos representa, neste final de milênio, uma das conquistas mais expressivas do Direito brasileiro. Colocados a meio caminho entre os interesses públicos e os privados, próprios de uma sociedade de massa e resultado de conflitos de massa, carregados de relevância política e capazes de transformar conceitos jurídicos estratificados, os interesses transindividuais têm uma clara dimensão social e configuram, nova categoria política e jurídica”.<sup>2</sup>

A mesma autora também pondera, em outro artigo de sua autoria, acerca da origem do estudo que culminou no delineamento dos aspectos fundamentais dessas espécies de direitos, conforme transcrito abaixo.

“O estudo dos interesses coletivos ou difusos surgiu e floresceu na Itália nos anos setenta. Denti, Cappelletti, Proto Pisani, Vigoriti, Trocker, anteciparam o Congresso de Pavia de 1974, que discutiu seus aspectos fundamentais, destacando com precisão as características que os distinguem: indeterminados pela titularidade, indivisíveis com relação ao objeto, colocados a meio caminho entre os interesses públicos e os privados, próprios de uma sociedade de massa e resultado de conflitos de massa, carregados de relevância política e capazes de transformar conceitos jurídicos estratificados, como a responsabilidade civil pelos danos causados no lugar da responsabilidade civil pelos prejuízos sofridos, como a legitimação, a coisa julgada, os poderes e a responsabilidade do juiz e do

Ministério Público, o próprio sentido da jurisdição, da ação, do processo (...). Nesse sentido, de um modelo processual individualista a um modelo social, de esquemas abstratos a esquemas concretos, do plano estático ao plano dinâmico, o processo transformou-se de individual em coletivo, ora inspirando-se ao sistema das **class actions da common law**, ora estruturando novas técnicas, mais aderentes à realidade social e política subjacente”.<sup>3</sup>

Destarte, pode-se conceituar como difuso o direito ou interesse que atinge número indeterminado de pessoas, ligadas por relação meramente factual, enquanto que seriam coletivos aqueles outros interesses e direitos pertencentes a grupo ou categoria de pessoas em tese determináveis, ligadas por uma mesma relação jurídica base. Assim, a indeterminação dos titulares seria a característica básica dos interesses difusos, enquanto que a determinabilidade relativa acusaria de coletivo o direito ou interesse. Ambos seriam de natureza indivisível.

Os direitos individuais homogêneos, por seu turno, são aqueles cujos titulares são perfeitamente individualizáveis, detentores de direito divisível. O que une esses titulares a ponto de propiciar a defesa coletiva desses direitos individuais é a origem comum do pedido que pretendem fazer em juízo.

Assim, como exemplos de ações que buscam a tutela desses direitos nominados de transindividuais, teríamos uma ação civil pública para defesa do meio ambiente; do patrimônio histórico, turístico e paisagístico; do patrimônio público; dos direitos dos consumidores, das pessoas idosas, dos portadores de deficiência, etc.

O quadro a seguir demonstra e exemplifica com exatidão as diferenças e semelhanças existentes entre direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> **Revista de Processo**, vol. 96, p. 28/36, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1999.

<sup>2</sup> **Revista de Processo**, vol. 96, p. 28/36, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1999.

<sup>3</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini. Significado Social, Político e Jurídico da Tutela dos Interesses Difusos. **Revista de Processo**, ano 25, nº 97, jan-mar de 2000. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000. p. 09.

<sup>4</sup> ZAVASCKI, Teori Albino. **Defesa de Direitos Coletivos e Defesa Coletiva de Direitos**, In: **Revista de Processo**, ano 20, nº 78, abr/jun de 1995. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995, Pág. 34 e 35.

DIREITOS	DIFUSOS	COLETIVOS	INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS
1) Sob o aspecto subjetivo são:	Transindividuais, com indeterminação absoluta dos titulares (= não têm titular individual e a ligação entre os vários titulares difusos decorre de mera circunstancia de fato. Exemplo: morar na mesma favela).	Transindividuais, com determinação relativa dos titulares (= não têm titular individual e a ligação entre os vários titulares coletivos decorre de uma relação jurídica-base. Exemplo: Estatuto da OAB).	Individuais (= há perfeita identificação do sujeito, assim da relação dele com o objeto do seu direito). A ligação que existe com outros sujeitos decorre da circunstancia de serem titulares (individuais) de direitos com "origem comum".
2) Sob o aspecto objetivo são:	Indivisíveis (= não podem ser satisfeitos nem lesados senão em forma que afete a todos os possíveis titulares).	Indivisíveis (= não podem ser satisfeitos nem lesados senão em forma que afete a todos os possíveis titulares).	Divisíveis (= podem ser satisfeitos ou lesados em forma diferenciada e individualizada, satisfazendo ou lesando um ou alguns titulares sem afetar os demais).
3) Exemplo:	Direito ao meio ambiente sadio (art. 225 CF/88).	Direito de classe dos advogados de ter representante na composição dos Tribunais (art. 94 da CF/88).	Direito dos adquirentes a abatimento proporcional do preço pago na aquisição de mercadoria viciada (CDC, artigo 18, § 1º, III).
4) Em decorrência de sua natureza:	<p>a) são insuscetíveis de apropriação individual;</p> <p>b) são insuscetíveis de transmissão, seja por ato <i>inter vivos</i>, seja <i>mortis causa</i>;</p> <p>c) são insuscetíveis de renúncia ou de transação;</p> <p>d) sua defesa em juízo dá sempre em forma de substituição processual (o sujeito ativo da relação processual não é o sujeito ativo da relação de direito material), razão pela qual o objeto do litígio é indisponível para o autor da demanda, que não poderá celebrar acordos, nem renunciar, nem confessar (CPC, artigo 351) nem assumir ônus probatório não fixado na Lei (CPC artigo 333, parágrafo único, I);</p> <p>e) a mutação dos titulares ativos difusos da relação de direitos se dá com absoluta informalidade jurídica (basta alteração nas circunstancias de fato).</p>	<p>a) são insuscetíveis de apropriação individual;</p> <p>b) são insuscetíveis de transmissão, seja por ato <i>inter vivos</i>, seja <i>mortis causa</i>;</p> <p>c) são insuscetíveis de renúncia ou de transação;</p> <p>d) sua defesa em juízo dá sempre em forma de substituição processual (o sujeito ativo da relação processual não é o sujeito ativo da relação de direito material), razão pela qual o objeto do litígio é indisponível para o autor da demanda, que não poderá celebrar acordos, nem renunciar, nem confessar (CPC, artigo 351) nem assumir ônus probatório não fixado na Lei (CPC artigo 333, parágrafo único, I);</p> <p>e) a mutação dos titulares coletivos da relação jurídica de direito material se dá com relativa informalidade (basta a adesão ou a exclusão do sujeito à relação jurídica-base).</p>	<p>a) individuais e divisíveis, fazem parte do patrimônio individual do seu titular;</p> <p>b) são transmissíveis por ato <i>inter vivos</i> (cessão) ou <i>mortis causa</i>, salvo exceções (direitos extrapatrimoniais).</p> <p>c) são suscetíveis de renúncia e transação, salvo exceções (v.g. direitos personalíssimos).</p> <p>d) são defendidos em juízo, geralmente, por seu próprio titular. A defesa por terceiro o será em forma de representação (com aquiescência do titular). O regime de substituição processual dependerá de expressa autorização em lei (CPC, artigo 6º);</p> <p>e) a mutação do pólo ativo na relação de direito material, quando admitida, ocorre mediante ato ou fato jurídico típico e específico (contrato, sucessão <i>mortis causa</i>, usucapião, etc).</p>

A importância das ações coletivas deve ser aferida em face da ordem constitucional vigente que incrementou, de forma considerável, o arsenal de instrumentos jurídico-processuais aptos a propiciarem a tutela jurisdicional dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Dessa forma, evita-se a pulverização de litígios individuais similares e, ao mesmo tempo, assegura uma maior efetividade ao respeito dos direitos positivados na legislação pátria.

A propósito, Rodolfo de Camargo Mancuso, brilhante Professor de Direito Processual Civil da USP e Procurador do Município de São Paulo, elenca as seguintes vantagens do incremento da jurisdição coletiva:

*“i) permite o tratamento processual unitário da matéria controvertida, o que constitui a técnica adequada nas demandas que envolvem interesses metaindividuais, pela própria natureza indivisível deste; ii) previne a pulverização dos conflitos de massa em múltiplas ações individuais, as quais tumultuam o ambiente judiciário, retardam a prestação jurisdicional, e, ao cabo, levam ao descrédito social no Poder Judiciário; iii) evita o paroxismo das decisões qualitativamente diversas sobre um mesmo assunto, ocorrência incompatível com a garantia constitucional da isonomia, a qual deve se estender à norma julgada, e não apenas restringir-se à norma legislada; iv) oferece um parâmetro judicial apriorístico, útil para o equacionamento ou mesmo a prevenção de conflitos plurissubjetivos, como aqueles que Contrapõem contribuintes e Fisco; aposentados e Previdência Social; poupadores e sistema bancário; servidores públicos e Estado; consumidores e fornecedores; v) viabiliza a uniformização da jurisprudência, permitindo uma resposta judiciária homogênea, cuja eficácia se expande ao longo da extensão e compreensão do interesse metaindividual considerado, estabelecendo, assim, um confiável parâmetro judiciário para as demandas assemelhadas”.*

Assim, necessário se faz dar prioridade de tramitação às ações coletivas, que se prestam a tutelar os interesses de um número muito grande de pessoas atingidas pela conduta ilegal, buscando-se, assim, minorar o caos existente no sistema judiciário brasileiro, acelerar a atividade judicante e defender a cidadania na distribuição de justiça.

Em outras palavras, é forçoso reconhecer que a jurisdição coletiva apresenta-se como uma das grandes soluções para o crônico problema da obstrução das vias jurisdicionais, pois tem a capacidade de convergir, em uma única relação processual, uma enorme gama de interesses.

Diante desses argumentos, esperamos contar com o apoio dos ilustres membros desta Casa para ver aprovada a presente proposição, que, sem dúvida, preservará a efetividade do Direito Processual e prestigiará a jurisdição como instrumento de solução de conflitos, caso seja aprovada.

Sala das Sessões, 8 de julho de 2004. – **Manato**, Deputado Federal.

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985

**Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.**

.....  
Art. 18. Nas ações de que trata esta lei, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogado, custas e despesas processuais. (Redação dada pela Lei nº 8.078, de 1990)

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

**Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.**

.....  
Art. 87. Nas ações coletivas de que trata este código não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora, salvo comprovada má-fé, em honorários de advogados, custas e despesas processuais.

Parágrafo único. Em caso litigância de má-fé, a associação autora e os direitos responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.

.....  
*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Os **Projetos de Lei da Câmara nºs 75, 78 e 81, de 2005**, vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; o de **nº 76, de 2005**, vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação; e os de **nºs 77, 79 e 80, de 2005**, à Comissão de Educação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 890, DE 2005**

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2005 que, “Dispões sobre a publicidade oficial da administração pública federal e dá outras providências”, seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2005. – **Gerson Camata**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, **c**, do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 891, DE 2005**

Senhor Presidente

Nos termos dos artigos 216 e 217 do Interno do Senado Federal, requeiro as informações ao Exmo. Sr. Ministro das Exteriores, embaixador Celso Amorim:

1. Que ações já foram empreendidas pelo Ministério das Relações Exteriores no sentido de apurar incidente que deu origem a acusações de racismo feitas à embaixadora brasileira na República de Moçambique?
2. A que conclusões chegou o Ministério das Relações Exteriores?
3. Quais as responsabilidades apuradas a respeito do incidente e que providências, diante disso, foram tomadas pelo governo brasileiro?

#### **Justificação**

Informou a imprensa moçambicana que a embaixadora da República Federativa do Brasil em Moçambique, Leda Lúcia Martins Camargo insultou dois seguranças do complexo comercial Shoprite, localizada

na capital moçambicana Maputo, por terem impedido de entrar e circular com um cachorro. A diplomata teria respondido a eles: “não há razões de me impedir porque o meu cachorro é muito limpo que a cidade de Maputo e os Moçambicanos”. Essa informação teria sido dada ao jornal moçambicano Zambeze pelos próprios seguranças.

Sempre segundo a imprensa, a embaixadora teria confirmado ter havido um incidente, mas alega que os seguranças queriam dar pontapés em seu cachorro.

Por outro lado, um grupo de trabalhadores da embaixada brasileira em Maputo preparou um abaixo-assinado no qual denunciam o que constituiriam atos de abuso de poder da diplomata. Sobre tais denúncias, a ela se atribui a declaração de que se trata de assunto interno da Embaixada. “Que sou dura, isso sim e continuarei a sê-lo, tal como exige a minha função”, teria dito a diplomata.

Caso se confirmem essas informações, haveria grande dano às relações entre o Brasil e Moçambique, tradicionalmente muito próximas, seja pela língua, seja pelo passado colonial, seja pela amizade que sempre uniu os dois países, e de que sou testemunha pessoal. Nesse sentido, as informações que solicito seriam de grande importância para o Senado Federal.

Sala de sessões, 17 de agosto de 2005. – Senador **João Capiberibe**.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Senhor Primeiro Vice-Presidente

Em aditamento ao Requerimento nº 863, de 11 de agosto de 2005, onde se lê a “Décima Conferência Mundial leia-se a Segunda Conferência Mundial.”

Senado Federal, 17 de agosto de 2005.– Senador **Renan Calheiros** Presidente

Ofício nº 12/2005 – COR

Brasília, 16 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, com fundamento nas atribuições que me são conferidas pelo art. 2º da Resolução nº 17, de 1993, que dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar, resolvi instaurar Sindicância com vistas a apurar os fatos noticiados na mídia



nacional, destacadamente na Revista **Época** de 15 de agosto e nos jornais **O Globo**, **O Estado de S. Paulo**, **Jornal do Brasil** e **Correio Braziliense** desta data, sobre eventual sumiço de notas fiscais (provas) do arquivo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 3, de 2005 – CN, que requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafo.

Cordialmente – Senador **Romeu Tuma**, Corregedor.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. nº 825/05-LPL

Brasília, 17 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Tento a honra de indicar a V. Ex<sup>a</sup>, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI, destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, como suplente, o Deputado Medeiros (PL/SP) em substituição ao Deputado Humberto Michiles (PL/AM).

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Partido Liberal – PL.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. Nº 968

Brasília 17 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Tornar sem efeito a indicação do Deputado Darci Coelho – PP/TO, como Suplente na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do

Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos. “Compra de Votos”.

Atenciosamente, – Deputado **José Janene**, Líder do PP.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. Nº 977

Brasília, 17 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Indico o Deputado João Pizzolatti – PP/SC, como Suplente na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda A Constituição nº 01/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos. “Compra de Votos”.

Atenciosamente, – Deputado **José Janene**, Líder do PP.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência designa o Sr. Deputado João Pizzolatti, como suplente, para compor a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

**PARECER Nº 1.479, DE 2005**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004 (nº 1.103, de 1999, na Casa de origem).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara

nº 65, de 2004 (nº 1.103, de 1999, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 17 de agosto de 2005 – **Renan Calheiros**, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **Papaléo Paes** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Álvaro Dias**

ANEXO AO PARECER Nº 1.479, DE 2005

**Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004 (nº 1.103, de 1999, na Casa de origem).**

**Dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências.**

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1 – CMA)

Dê-se à ementa do Projeto a seguinte redação:

“Acrescenta § 4º ao art. 32 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que ‘regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências’, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 32. ....  
.....

§ 4º Deverá ficar depositada, no acervo da unidade de conservação, cópia impressa, fotográfica ou audiovisual de toda e qualquer pesquisa científica nela realizada.’ (NR)”

EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 3 – CMA)

Dê-se ao art. 2º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.”

**PARECER Nº 1.480, DE 2005**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986, de 2000, na Casa de origem).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986, de 2000, na Casa de origem), que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.

Sala de Reuniões dá Comissão, 17 de agosto de 2005. – **Renan Calheiros**, Presidente – **Tião Viana**, Relator – **Papaléo Paes** – **Eduardo Siqueira Campos** – **Álvaro Dias**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.480, DE 2005

**Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986, de 2000, na Casa de origem).**

**Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975**

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 1 – CAS)

Dê-se à ementa do Projeto a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para incluir a intoxicação por agrotóxicos entre os agravos à saúde sujeitos à notificação compulsória.”

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 2 – CAS)

Dê-se ao art. 1º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 7º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

‘Art. 7º .....  
.....

III – de intoxicação por agrotóxicos e afins, conforme estão definidos no inciso I do art. 2º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

.....’ (NR)”

**PARECER Nº 1.481, DE 2005**

(Da Comissão Diretora)

**Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005 (nº 1.652, de 2003, na Casa de origem).**

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005 (nº 1.652, de 2003, na Casa de origem), que altera a

Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 17 de agosto de 2005. – Senador **Tião Viana** – Senador **Papaléo Paes** – Senador **João Alves Souza** – Senador **Álvaro Dias**.

ANEXO AO PARECER Nº 1.481, DE 2005

**Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005 (nº 1.652, de 2003, na Casa de origem).**

**Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

I – Cadeira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

II – número de inscrição na Previdência Social;

III – .....

§ 1º A anotação da Cadeira de Trabalho e Previdência Social deve ser efetivada no prazo máximo de 10 (dez) dias, findo o qual aplicar-se-á ao empregador as mesmas disposições do § 3º do art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º O empregado doméstico que for contratado e ainda não tiver inscrição na Previdência Social terá direito a 1 (um) dia útil de folga para adotar essa providência, podendo o empregador, de comum acordo, fazê-lo em seu lugar.”(NR)

Art. 2º A Lei nº 5.859, de 1972, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A. Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto no pagamento do salário do empregado doméstico, salvo quando resultar de adiantamento ou for decorrente de contribuição devida à Previdência Social.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **PARECER Nº 1.482, DE 2005**

(Da Comissão Diretora)

**Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001 (nº 3.786, de 1997, na Casa de origem).**

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001 (nº 3.786, de 1997, na Casa de origem), que dispõe sobre inscrições em Braille nos medicamentos.

Sala de Reuniões da Comissão, 17 de agosto de 2005.– Senador **Tião Viana** – **Papaléo Paes** – **João Alberto Souza** – **Álvaro Dias**

ANEXO AO PARECER Nº 1.482, DE 2005

**Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado, ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001 (nº 3.786 de 1997, na Casa de origem.)**

**Altera o art. 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, para obrigar a inscrição em Braille do nome e da data de validade na rotulagem de medicamentos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 59. ....

Parágrafo único. Os medicamentos comercializados no território nacional conterão o nome do produto e sua data de validade em braille.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigora depois de decorridos 360 (trezentos e sessenta) dias de sua publicação oficial.

## **PARECER Nº 1.483, DE 2005**

(Da Comissão Diretora)

**Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 96 de 2001 (nº 2.646, de 2000, na Casa de origem).**

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2001

(nº 2.646, de 2000, na Casa de origem), que altera a redação do § 1º do art. 285 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Sala de Reuniões da Comissão, 17 de agosto de 2005. – **Tião Viana – Papaléo Paes – João Alberto Souza – Álvaro Dias.**

ANEXO AO PARECER Nº 1.483, DE 2005

**Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 96 de 2001 (nº 2.646, de 200, na Casa de origem).**

**Acrescenta § 6º ao art. 282 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1977, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a interposição de recursos por iniciativa dos infratores que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º art. 282 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 282. ....

.....  
 § 6º Havendo entre ambos vínculo trabalhista, o proprietário do veículo, recebida a notificação de penalidade de multa, deverá cientificar formalmente o condutor responsável pela infração, bem como apresentá-lo na forma do § 7º do art. 257, pelo menos 20 (vinte) dias antes do vencimento do prazo recursal, sob pena de, não o fazendo, deixar de poder transferir-lhe os ônus correspondentes ao respectivo pagamento.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PARECER Nº 1.484, DE 2005**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Lei do Senado Nº 16, de 2005.**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2005, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.

Sala de Reuniões da Comissão, 17 de agosto de 2005. – **Renan Calheiros – Presidente Tião Viana – Relator Papaléo Pais – Eduardo Siqueira Campos – Álvaro Dias.**

ANEXO AO PARECER Nº 1.484, DE 2005

**Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2005.**

**Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce (UFVD), com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º A UFVD terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, podendo, para tal, celebrar convênios com os governos estadual e municipais.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFVD, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidos nos termos de seu Estatuto e das normas pertinentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
 – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI Nº 38, DE 2005-CN**

**MENSAGEM Nº 97, DE 2005-CN**

(Nº 536/2005, na origem)

**Altera o programa Gestão Pública para um Brasil de Todos, constante do Plano Plurianual para o período 2004-2007.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Plano Plurianual para o quadriênio 2004-2007, aprovado pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, passa a incorporar as alterações constantes desta Lei.

Art. 2º Fica alterado o programa Gestão Pública para um Brasil de Todos, constante do Anexo II da Lei nº 10.933, de 2004, na forma do Anexo a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Plano Plurianual 2004 - 2007  
Anexo II - Programas de Governo

Valores em R\$ 1,00

Programa **1088 Gestão Pública para um Brasil de Todos** Órgão Responsável **47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Objetivo *Promover ações de desenvolvimento institucional e de otimização da gestão das organizações públicas alinhadas com a nova concepção de gestão pública para fortalecer a capacidade de governo no alcance de seus megaobjetivos constantes do PPA 2004-2007.*

Público-alvo *Administração Pública Federal*

Indicador (unidade de medida)	Data	Referência		2007	Regionalização	Consolidação dos Valores do Programa		Totais
		Índice				Totais	Esfera/Cat. Econômica	
					Nacional	210.128.590	Fiscal/Seguridade	210.128.590
							Despesas Correntes	177.128.590
							Despesas de Capital	33.000.000
<b>AÇÕES DOS ORÇAMENTOS FISCAL/SEGURIDADE</b>							<b>Total</b>	<b>210.128.590</b>

ALTERADAS

Projetos		Órgão Executor	Produto (unidade)	Início	Regionalização	Total	Período
Ação	Título						
				Término		Estimado	2004 - 2007
0684	Apoio à Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros - PROMOEX	M. do Planej. Orç. e Gestão	Projeto implementado (unidade)	08/2005 08/2008	Nacional	R\$ 168.084.000 33	110.820.600 33

### MENSAGEM Nº 536

Senhores Membros do Congresso Nacional,  
Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que "Altera o programa Gestão Pública para um Brasil de Todos, constante do Plano Plurianual para o período 2004-2007".

Brasília, 16 de agosto de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 166/2005-MP

Brasília, 12 agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à superior deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que propõe alteração no Plano Plurianual 2004-2007 – PPA 2004-2007, aprovado pela Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, no programa 1088 – Gestão Pública para um Brasil de Todos, na ação 0684 – Apoio à Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros -PROMOEX, com o objetivo de elevar em R\$ 86.823.722,00 (oitenta e seis milhões, oitocentos e vinte e três mil, setecentos e vinte e dois reais) os recursos destinados a esta ação, na forma a seguir:

Órgão/Programa/Ação	R\$ 1,00	
	Destino	Origem
<b>47000 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão</b>	<b>86.823.722</b>	
1088 - Gestão Pública para um Brasil de Todos	86.823.722	
0684 - Apoio à Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros - PROMOEX	86.823.722	
<b>Reserva PPA / Revisão 2004</b>		<b>86.823.722</b>
<b>Total</b>	<b>86.823.722</b>	<b>86.823.722</b>

2. A presente proposta visa a compatibilizar a programação do PPA com o arranjo financeiro e a previsão de gastos apresentados na Carta Consulta aprovada pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX, nos termos da resolução nº 652, de 10 de dezembro de 2002, haja vista que no PPA estão previstos R\$ 23.996.878,00 (vinte e três milhões, novecentos e noventa e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais) e o projeto – tendo agora como mutuário a

União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – indica o custo aproximado de US\$ 38.600.000 (trinta e oito milhões, seiscentos mil dólares americanos), os quais, convertidos à taxa de R\$ 2,61/US\$ 1,00, representam R\$ 100.746.000,00 (cem milhões, setecentos e quarenta e seis mil reais), para o período de 2005 a 2007.

3. A alteração visa ao atendimento dos artigos 4º, 5º da Lei nº 10.933, de 2004, cujo artigo 42 dispõe que



“Os valores financeiros estabelecidos para as ações orçamentárias são estimativos, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais, ressalvado o disposto no § 2º do art. 7º, o qual estabelece que “os desembolsos das operações de crédito externo de que trata o **caput** limitar-se-ão, no período de vigência do Plano Plurianual, aos valores financeiros previstos para as ações constantes deste Plano”.

4. Convém destacar que a exequibilidade fiscal, ao longo do período de vigência do Plano, dos recursos provenientes de financiamento externo (fonte 148) e dos recursos do Tesouro (fonte 100) está respaldada pela disponibilidade de recursos da última estimativa de receitas e despesas da revisão 2004 do PPA 2004-2007.

5. O Promoex tem por objetivo geral fortalecer o sistema de controle externo como instrumento de cidadania, incluindo intensificação das relações intergovernamentais e interinstitucionais, com vista ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que atende ao desafio

28 do atual Governo, de “implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão”, e aos objetivos setoriais de “elaborar e disseminar estudos, pesquisas, indicadores e processos de avaliação da ação do Estado, para aprimoramento do planejamento governamental, bem como desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade do Governo na gestão das políticas públicas”.

6. É oportuno destacar que mediante proposta deste Ministério, encontra-se em tramitação no

Congresso Nacional, projeto de Lei nº 29/ 2005-CN (MSG Nº 0086/2005-CN e Nº 0501/2005, na origem), que trata da ação 5310– PNAGE, para acrescentar o valor de R\$ 150.000.000,00, relativa ao mesmo Programa a que se vincula a ação 0684– PROMOEX, objeto da presente proposta.

7. São essas as razões que me levam a encaminhar a Vossa Excelência o Projeto de Lei em questão.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

## LEGISLAÇÃO CITADA

### LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004.

Vide texto compilado  
Mensagem de Veto

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.

*Art. 4º Os valores financeiros estabelecidos para as ações orçamentárias são estimativos, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais, ressalvado o disposto no § 2º do art. 7º. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)*

*Art. 5º A alteração ou a exclusão de programas constantes do Plano Plurianual, assim como a inclusão de novos programas, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, observado e disposto no art. 6º desta Lei.*

*Art. 5º A alteração ou a exclusão de programas constantes do Plano Plurianual, assim como a inclusão de novos programas, será proposta pelo Poder Executivo, por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico, ressalvado o disposto nos §§ 11, 12 e 13 deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)*

*§ 1º Os projetos de lei de revisão anual serão encaminhados ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto dos exercícios de 2004, 2005 e 2006.*

*§ 2º As dotações orçamentárias condicionadas à aprovação dos projetos de lei previstos no caput serão canceladas pelo Poder Executivo, até 30 dias após a sanção da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, caso o projeto não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data da aprovação do projeto de lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais.*

*§ 2º É vedada a execução orçamentária de programações alteradas enquanto não aprovados os projetos de lei previstos no caput, ressalvado o disposto nos §§ 11, 12 e 13 deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)*

*§ 3º A proposta de alteração de programa ou a inclusão de novo programa, que contemple despesa obrigatória de caráter continuado, deverá apresentar o impacto orçamentário e financeiro no período do Plano Plurianual, que será considerado na margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, constante das leis de diretrizes orçamentárias e das leis orçamentárias.*

*§ 4º A proposta de alteração ou inclusão de programas, conterá, no mínimo:*

- I - diagnóstico do problema a ser enfrentado ou da demanda da sociedade a ser atendida;*
- II - demonstração da compatibilidade com os megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual;*
- III - identificação dos efeitos financeiros e demonstração da exequibilidade fiscal ao longo do período de vigência do Plano Plurianual.*

*§ 5º A proposta de exclusão de programa conterá exposição das razões que a justifiquem e o seu impacto nos megaobjetivos, desafios e diretrizes definidos no Plano Plurianual.*

*§ 6º Considera-se alteração de programa:*

- I - adequação de denominação ou de objetivo e modificação do público-alvo, dos indicadores ou dos índices;*
- II - inclusão ou exclusão de ações orçamentárias, ressalvado e disposto no art. 6º;*
- III - alteração de tipo, de título, do produto, da unidade de medida e das metas das ações orçamentárias;*
- IV - alteração dos valores estimados para cada ação, no período do Plano Plurianual, respeitada a respectiva regionalização.*

*I - adequação de denominação ou do objetivo e modificação do público-alvo; (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)*

*II - inclusão ou exclusão de ações orçamentárias; (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)*

*III - alteração do título, do produto e da unidade de medida; (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)*

*IV - alteração da meta física de projetos de grande vulto. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)*

§ 7º As alterações no Plano Plurianual deverão ter a mesma formatação e conter todos os elementos presentes nesta Lei.

§ 8º Os códigos e os títulos dos programas e ações do Plano Plurianual serão aplicados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias e seus créditos adicionais e nas leis que o modifiquem.

§ 9º Excepcionalmente, em função de possível alteração do conceito de ação orçamentária a ser definido na lei de diretrizes orçamentárias para 2005, o projeto de lei previsto no **caput** poderá propor agregação ou desmembramento de ações, alteração de seus códigos, títulos e produtos, desde que não modifique a finalidade das ações e não prejudique o disposto no art. 3º, § 3º, desta Lei.

§ 10. O projeto de lei previsto no **caput** incorporará os ajustes decorrentes da compatibilização prevista no art. 11 da lei orçamentária para 2004.

§ 11. As alterações de que trata o inciso III do § 6º deste artigo poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais, desde que mantenha a mesma codificação e não modifique a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)

§ 12. As inclusões de ações orçamentárias poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais, quando decorrentes de fusões e desmembramentos de atividades do mesmo programa, hipótese em que deverá ser apresentado, a partir de 2006, o alinhamento da série histórica dessas alterações e os respectivos atributos, bem como as justificativas. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)

§ 13. Excepcionalmente, para os exercícios de 2004 e 2005, tanto a inclusão de que trata o inciso II quanto a alteração de que trata o inciso IV, ambos do § 6º deste artigo, poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária e de seus créditos adicionais. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)

§ 14. A continuidade da execução, a partir do exercício de 2006, das ações incluídas no Plano Plurianual na forma do § 13, quando se tratar de ações plurianuais, fica condicionada a alteração deste Plano. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)

§ 15. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações dos indicadores e índices dos programas deste Plano. (Incluído pela Lei nº 11.044, de 2004)

Art. 7º Somente poderão ser contratadas operações de crédito externo para o financiamento de ações integrantes desta Lei.

§ 1º As operações de crédito externo que tenham como objeto o financiamento de projetos terão como limite contratual o valor total estimado desses projetos.

~~§ 2º Os desembolsos das operações de crédito externo limitar-se-ão, no período de vigência do Plano Plurianual, aos valores financeiros previstos para as ações nesta Lei.~~

§ 2º Os desembolsos decorrentes das operações de crédito externo de que trata o **caput** limitar-se-ão, no período de vigência do Plano Plurianual, aos valores financeiros previstos para as ações constantes deste Plano. (Redação dada pela Lei nº 11.044, de 2004)

## P rojeto de Lei Nº 29 de 2005-CN

Vide texto compilado  
Mensagem de Veto

**Altera o programa Gestão Pública para um Brasil de Todos, constante do Plano Plurianual para o período 2004-2007**

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 22-8 publicação e distribuição de avulsos;

Até 5-9 prazo para realização de audiências públicas;

Até 8-9 prazo para apresentação de emendas perante a Comissão;

Até 13-9 prazo para publicação e distribuição dos avulsos das emendas;

Até 29-9 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do parecer sobre o projeto de lei do plano plurianual pela Comissão;

Até 6-10 prazo para encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 1/2005, de 28 de julho último, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando resposta ao Requerimento nº 497, de 2005, do Senador César Borges.
- Nº 2/2005, de 4 do corrente, do Ministro da Integração Nacional, encaminhando resposta ao Requerimento nº 673, de 2005, do Senador José Jorge.
- Nº 84/2005, de 10 do corrente, do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, encaminhando resposta ao Requerimento nº 687, de 2005, do Senador José Jorge.
- Nº 136/2005, de 11 do corrente, do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando resposta ao Requerimento nº 117, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 221/2005, de 12 do corrente, do Advogado-Geral da União, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.126, de 2004, do Senador Edison Lobão.
- Nº 318/2005, de 5 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando resposta ao Requerimento nº 549, de 2005, do Senador Pedro Simon.
- Nº 330/2005, de 5 do corrente, do Ministro da Educação, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.590, de 2004, do Senador José Jorge.
- Nº 334/2005, de 11 do corrente, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, encaminhando resposta ao Requerimento nº 357, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 639/2005, de 4 do corrente, do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, encaminhando resposta ao Requerimento nº 118, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 1.269/2005, de 10 do corrente, da Ministra do Meio Ambiente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 548, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 1.319/2005, de 15 do corrente, da Ministra do Meio Ambiente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 287, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

– Nº 1.450/2005, de 4 do corrente, do Ministro do Trabalho e Emprego, encaminhando resposta ao Requerimento nº 315, de 2005, dos Senadores Eduardo Suplicy e Ideli Salvatti.

– Nº 7.033/2005, de 3 do corrente, do Ministro da Defesa, encaminhando resposta ao Requerimento nº 129, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nºs 832 e 833/2005, de 10 do corrente, da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, restituindo os Ofícios nº 1.521 e 1.560, de 2005, referentes aos Requerimentos nºs 47 e 253, de 2005, respectivamente, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 1.725/2005, de 5 do corrente, do Ministro da Justiça, encaminhando resposta ao Requerimento nº 466, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Antes, solicitam a palavra, pela ordem, os Srs. Senadores Paulo Paim, Flexa Ribeiro e Garibaldi Alves Filho.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, pela ordem.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, também solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, pela ordem.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>as</sup>. serão atendidos na prorrogação da Hora do Expediente, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa por até 12 minutos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, há poucos instantes, estávamos nós na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e o primeiro item da pauta até agora, quis Deus, trazido pela inteligência privilegiada, que é o Presidente do PFL, Senador Bornhausen. É muito oportuno dar o nosso pensamento neste instante. E quis Deus estar presente o Senador Bornhausen que, em boa hora, com a sua característica de líder, surge diante dessas dificuldades.

Quero fazer a minha reflexão. Evidentemente, sou otimista, porque Senador Bornhausen, Senador Papaléo, que é médico, Tião Viana, a Medicina, tem a Psicologia, tem a neurolingüística, que ela diz que tem que ter uma modelagem, um modelo. A minha geração era Juscelino, médico, político. Então, o modelo. E ele diz que é melhor ser otimista. O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando. Eu sou otimista. Falar em reforma traz-me à mente a religião cristã. Somos católicos, apostólicos e reconhecemos como estava péssimo, como a igreja... Aí, surgiu o alemão Lutero, fez uma reforma e melhorou as igrejas de Cristo no mundo. E o País neste tumulto, Bornhausen lança essa esperança que não pode morrer numa reforma.

Senador Bornhausen, atentai bem! Aqui está o livro **Minha vida**, de Bill Clinton. Quero crer que o maior símbolo da política foi Abraham Lincoln. Li muitas obras dele, muitas mesmo. Interessante, Senador Bornhausen. Se V. Ex<sup>a</sup> estudar a vida de Abraham Lincoln e ver as convenções que ele disputou, são iguais às que Bill Clinton e o Bush disputaram. Mantêm-se a tradição, a educação, aquelas prévias.

Atentai bem à preocupação que tenho de encurtar o tempo de campanha. Eu saía lá do meu Piauí, onde há 224 cidades. Passaria, então, para a realidade de Minas Gerais, de Juscelino Kubitschek. Parece que são 800 cidades. Como um candidato que surge vai fazer uma campanha em 60 dias, em um Estado que possui mais de 800 cidades? Atentai bem! Acho que têm que ser limitados os custos, mas não o tempo.

Senador Jorge Bornhausen, V. Ex<sup>a</sup> é uma luz, é uma inteligência ímpar e privilegiada, e o País deve mais. V. Ex<sup>a</sup>, além da experiência que teve de Governo, V. Ex<sup>a</sup> foi mais bravo, foi mais correto, foi mais altivo como oposicionista. É esse renascer da democracia.

Nos Estados Unidos, há uma prévia. Atentai para a reflexão, porque V. Ex<sup>a</sup> é um dos que pensa neste Parlamento, que pensa com pureza. Nos Estados Unidos, há a prévia um ano antes. Eles saem, Senador Garibaldi Alves Filho, de caminhonete, de ônibus, de barco, de avião, um ano antes, nas sérias prévias. Essa, sim, conscientiza. Essa, sim, aponta as lideranças.

Lembro a V. Ex<sup>a</sup> que Abraham Lincoln, uma vez, foi candidato a Vice-Presidente da República e perdeu. Abraham Lincoln perdeu várias eleições, mais do que Rui Barbosa. Eles só não perderam a vergonha e a dignidade. Então, chegou um colégio nessas prévias, querendo vender os votos dos convencionais. Atentai bem! Ele disse que não. Ele era candidato a Vice-Presidente. Primeiro, ele não tinha aquele dinheiro e, se tivesse, não o usaria, porque era contra os seus princípios. Perdeu. Depois, o País se lembrou dele na nova candidatura à Presidência. É o destino.

Quero dizer-lhes que essas são as diferenças. Acredito que não se deve economizar tempo, mas se devem economizar gastos, dispêndios, meios.

Noventa dias em um Estado que tem 600, 800 cidades. No meu Piauí, já existem 224. Deus me permitiu criar 78 cidades naquele Estado quando o governei. É diferente de Sergipe, pois cabem no Piauí 12 Sergipes e, em Minas Gerais, umas 20.

Já que os americanos estão aqui, lembro que eles têm uma sabedoria que é: *First things first*, ou seja, “primeiro as coisas primeiras”. Temos mesmo, Senador Jorge Bornhausen, que – já, agora, para ontem – purgar o Congresso Nacional, purificá-lo. É aqui que deve ser a reforma e a moralização. É para já.

Quanto àquela proposta que o ex-Presidente José Sarney apresentou ontem de lista partidária, Senador Jorge Bornhausen, é melhor voltarmos às capitânicas hereditárias. Lista de partidos já houve. É melhor voltarmos às capitânicas hereditárias, pois cada um se resolve. Lista partidária? Atentai bem o que haverá. Com essa corrupção toda, esses marginais da política, pelo menos, estão distribuindo dinheiro aí. Se houver lista partidária, esses banqueiros poderosos comprarão o Presidente do Partido e dirão que coloquem seus filhos como primeiros da lista – ou, então, eles os inserem por conta própria.

Temos, todavia, que encarar o problema. E eu quero lhe dizer que este é o mais grave momento que vivemos neste País.



Nunca dantes, jamais, desde Pedro Álvares Cabral, desde as Capitânicas Hereditárias, os governos gerais, o Imperador Pedro I, o Imperador Pedro II, a Princesa, os primeiros Presidentes da República, o ditador civil Vargas, os presidentes que se seguiram, os militares e os recentes, nunca dantes houve tanta corrupção. Nunca dantes!

E eu acho que essa é a reforma. É como aquela que o Lutero fez na religião cristã. Essa é a reforma. Os partidos, os partidos estão aí e se vendendo. Os partidos sem significado se vendem mesmo. Isso é que é.

Aqui falou-se muito em medidas provisórias. E elas exigiam urgência e prevalência. De urgência quem sabe aqui sou eu, desses 81. Eu sei, como médico cirurgião, o que é uma urgência. Urgência é purgar agora.

E aqui, Senador Ramez Tebet, atentai bem, essa purgação, Senador Paim, é em dois turnos. O primeiro turno é aqui. Premiar os bons e punir os maus. E vai haver o segundo turno. No segundo turno, nós poderemos chamar o Sr. Lula para confessá-lo. Mas o primeiro turno é aqui! *First things first* – primeiro as coisas primeiras. É isso o que a sociedade quer. Essa é a reforma mais urgente. É aqui que podemos e temos que fazê-la. Essa é a urgência! Essa é a emergência.

E, sobretudo, quero dar meu ponto de vista pessoal, porque estamos aqui para aconselhar o Presidente da República. É esse o dever do Senado. É um poder moderador. É como disse Deus a Moisés: “Chame os mais experimentados, os mais vividos. Eles o ajudarão a carregar o fardo do povo!” Nasceu aí.

Então, quero lhe parabenizar, Senador Tião Viana. Essa é uma homenagem ao Acre, a V. Ex<sup>a</sup>, ao PT. Atentai bem! Coincide com a minha opinião. E isso quer dizer também que o PT não tem que ser todo destruído, não. Tem que ser purificado. Quero enfrentá-lo de peito aberto, frontalmente! Essa, sim, é a voz do PMDB autêntico, que tem um Presidente de honra aqui, Ramez Tebet.

Refiro-me ao seu irmão, Senador Tião Viana. Governo, partido e país. Atentai bem! Ó Lula, busque, busque o Jorge Viana, que pode ser seu Richelieu. Ó Lula, você está sem condições de governar. E quem diz isso é o Mão Santa, que votou nele e o ajudou dentro do Piauí. Atentai bem! Vem do PT do Acre a sugestão mais sensata ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva: convocar, além do Conselho da República, os ex-Presidentes José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Itamar Franco, já que eles também enfrentaram crises de grandes proporções e podem contribuir com suas experiências. Deus mandou Moisés buscar os mais experientes.

Quero lhe dizer, Lula, que a história ensina! Eu sei que o Lula não gosta de ler. Ele não gosta de ouvir; ele fica só falando. Mas se conta sobre aquele povo que foi à rua e gritou: liberdade, igualdade, fraternidade. Nasceu o governo do povo, pelo povo e para o povo. Atentai bem! Quem não se lembra de Luiz XIV, Senador Jorge Bornhouse, Versailles, *l'état c'est moi*. O que o sucedeu era fraco. Luiz XV era fraco, de pouco saber, de pouca vontade de trabalhar. Mas ele buscou Richelieu e governou 17 anos. Buscou, depois, o Cardeal Mazarino, e foram mais 18. Eu penso assim: se o Luiz XV conseguiu, com Richelieu e com o Cardeal Mazarino, governar a França por 35 anos, como o Lula não pode terminar o seu Governo? Eu acho que ele tem que terminar, mas tem que buscar o Richelieu dele. E está aqui o Richelieu, esse jovem do Acre que foi prefeitinho e agora é Governador. Nenhum do núcleo duro o entende.

Essas são as minhas palavras e a homenagem ao Líder do PFL, que se consagrou na Oposição e teve a coragem de iniciar essa reforma. E eu digo que a reforma, inicialmente, tem que ser no ser humano, em nós brasileiros e aqui no Congresso, expulsando os maus.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR)  
– Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Pela ordem, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a minha inscrição, como Líder, para falar após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

Senador Jorge Bornhausen, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por até 12 minutos.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não aparteei o eminente Senador Mão Santa, que foi muito generoso em suas palavras e considerações ao meu respeito, porque, estando inscrito logo a seguir, poderia desta tribuna agradecer as considerações que fez ao meu respeito e ao projeto que apresentei modificando as regras do sistema eleitoral. Quero, portanto, deixar isso consignado no início deste pronunciamento.

Sr. Presidente, ontem ocupei esta tribuna para fazer considerações de ordem política e pedir respostas ao Presidente da República sobre questões que reputo da maior importância. Mas tive a oportunidade



de dizer e repetir que, da mesma maneira com que não pretendíamos, não podíamos, não queríamos e não iríamos fazer acordos sobre investigações e punições, o PFL estava, como sempre esteve, pronto para dialogar no Congresso Nacional com as Lideranças de todos os Partidos, inclusive com as Lideranças do Governo, para tratar de uma agenda que seja importante para o desenvolvimento das nossas ações legislativas. E é por isso que hoje farei considerações sobre uma agenda positiva.

Evidentemente não vou aqui desfilar projetos que se encontram em andamento na Câmara dos Deputados, alguns da maior importância, como a questão da micro e pequena empresa, mas vou ater-me a projetos que hoje discuti no Senado e que, desta tribuna, vou apelar para que sejam inseridos na agenda positiva da Câmara dos Deputados.

Fui convidado pela TV Senado para um programa muito importante que realiza a televisão da Casa, o “Programa da Cidadania”, para discutir com uma das profissionais mais brilhantes que tem o Brasil no setor de tiróide, a Dr<sup>a</sup> Valéria Guimarães. Ela nos deu uma bela lição prática de como combater esse mal que aflige grande parte da população brasileira e mundial, tecendo considerações especialmente sobre uma proposta de emenda à Constituição que apresentei nesta Casa e que, por unanimidade, foi aprovado nas duas votações neste Senado.

Tendo vivido problemas graves de enfermidade, que me obrigaram a buscar tratamento para pessoas da minha família, minha mulher especificamente, fui aos Estados Unidos, porque aqui nós não tínhamos um aparelho que pode localizar o câncer e suas metástases da cabeça aos pés, o chamado PET Scan. Atualmente temos esse aparelho em quatro hospitais de São Paulo e, por intermédio da nobre e inteligente médica, hoje soube que também já o temos aqui em Brasília.

Quando fui aos Estados Unidos para que minha senhora pudesse fazer esse exame, encontrei-me com o médico responsável pela área de medicina nuclear do Hospital Albert Einstein, Dr. Jairo Wagner, e perguntei-lhe por que esses aparelhos não existiam no Brasil. Ele me disse que esse era um problema de ordem constitucional.

Na época da Constituinte – e eu dela participei –, preocupados com o problema nuclear, sempre tendo em vista o problema das armas nucleares, os acontecimentos ocorridos em Chernobyl, os acontecimentos ocorridos em Goiânia, fizemos com que a produção, a industrialização, a pesquisa, a lavra dos minérios nucleares ficassem como monopólio do Governo. E a

Cnen (Comissão Nacional de Energia Nuclear) passou a exercer esse monopólio.

Assim que surgiu o primeiro aparelho na cidade de São Paulo, a Cnen começou a produzi-los, mas sua produção é insuficiente. Esses radioisótopos têm vida curta, de até duas horas. Por isso mesmo, há necessidade de que a produção se dê perto do hospital onde existe a máquina apropriada, o chamado PET Scan. Milhares de vidas serão salvas com aparelhos dessa natureza.

Aprovamos essa emenda à Constituição em 2003, Sr. Presidente. V. Ex<sup>a</sup> é médico e sabe da importância disso.

Hoje ouvi das palavras da ilustre médica um apelo, o qual venho trazer, desta tribuna, ao Presidente Severino Cavalcanti: se a agenda é positiva, coloque em primeiro lugar a vida. Milhares de vidas precisam dessa oportunidade, de ter um equipamento que possa prevenir doença tão triste, tão desagradável e infeliz como é o câncer. Por esse motivo, resolvi falar hoje sobre isso, de onde vou à Presidência da Câmara fazer um apelo.

Mais importante do que qualquer reforma é a vida do cidadão brasileiro, e por ela, nós que somos representantes do povo brasileiro neste Congresso, temos a obrigação de lutar. Faço tal constatação em virtude dessa ação desenvolvida pela TV Senado hoje, no período da manhã, que muito me alegrou e me deu a obrigação de falar aqui no Senado e de fazer esse apelo ao Presidente da Câmara.

Ouçó, com atenção, o aparte do ilustre Senador Ramez Tebet.

**O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS)** – Senador Jorge Bornhausen, cada vez mais cresce minha admiração por V. Ex<sup>a</sup>. Esses últimos dias permito-me dizer que são dias do Senado da República que pertencem a V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> colocou no papel, pediu, e o Presidente Renan Calheiros reuniu os Líderes da Casa – para essa reunião tive a honra, embora não lidere um partido, de ser convidado – para V. Ex<sup>a</sup> apresentar o projeto de mudanças na nossa legislação eleitoral para o aprimoramento moral, para combater a corrupção no Brasil. Em suma, como um lenitivo capaz de diminuir a corrupção que assola o nosso País. E agora V. Ex<sup>a</sup> ocupa essa tribuna, não para falar da reforma eleitoral, mas para falar da vida dos cidadãos. V. Ex<sup>a</sup> mostra seu coração humanitário, mostra a grandeza da sua alma. Conheço o seu problema, o problema da sua família. Mas também conheço – e V. Ex<sup>a</sup> conhece melhor do que eu – os problemas que assolam as famílias do Brasil, as mais humildes, as mais necessitadas, as que não podem custear um bom tratamento médico, Senador Jorge Bornhausen. Esse aparelho que V. Ex<sup>a</sup>

está a se referir, conclamando a Câmara para que vote projeto que está naquela Casa tramitando e que já passou por esta Casa, ainda não é privilégio, ainda não está à altura de todos os brasileiros, mas daqueles que podem pagar para se submeter a exame dessa natureza, aparelho que, como V. Ex<sup>a</sup> salientou, existe em quatro hospitais de São Paulo. Vamos admitir que existam seis, oito ou dez aparelhos no Brasil, que é um país continente, de quase 200 milhões de brasileiros. Senador Jorge Bornhausen, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> efusivamente. Essa é uma faceta que V. Ex<sup>a</sup> expõe sobre a sua personalidade, o seu caráter. Cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> de um Senador que representa Mato Grosso do Sul e admira suas idéias e sua preocupação com os problemas nacionais.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ramez Tebet, generoso nas suas palavras em função da amizade mútua que temos.

V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. Quando fala nos custos, V. Ex<sup>a</sup> está falando a verdade, porque, na realidade, se mantido esse monopólio, a produção é muito pequena, a máquina é muito cara, e o exame tem que ter custo elevado. Se não tivermos a possibilidade de fazer com que, por permissão, com fiscalização, haja essa flexibilização do monopólio, não teremos exames que possam ser suportados pelo SUS.

Evidentemente, um exame dessa natureza, nos Estados Unidos, custa US\$5 mil, fora passagem, estadia. O preço no Brasil já é bem inferior a isso, mas temos que avançar. Para avançar, temos que flexibilizar a nossa Constituição, a fim de que haja, em todas as capitais ou nas grandes cidades, aparelhos de Pet Scan, para que, com a ação da produção de radioisótopos em escala que permita a queda do preço, estejamos atendendo à vida daqueles que não puderam e não podem hoje fazer a prevenção ou fazer a localização de uma doença tão grave.

Nesta oportunidade, solicito ao Presidente da Câmara dos Deputados, no intuito de colaborar com a agenda positiva, que inclua na relação de projetos aquele que está sendo discutido, como o foi hoje na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sobre o aprimoramento do sistema eleitoral, e que será amanhã votado naquela Comissão. Poderá terminar ali a sua discussão, e o projeto será enviado no prazo regimental para a Câmara. Ele faz cortes indispensáveis, necessários em despesas que consideramos que não influem na reflexão do eleitor brasileiro, como são os showmícios, a boca-de-urna e os dispositivos de brindes, que têm que acabar. A publicidade oficial também deve ser afastada no período da campanha eleitoral. Portanto, trata-se de um projeto que objetiva

melhorar a qualidade da reflexão por parte do eleitor de cada candidato que se apresentar pelos respectivos partidos políticos.

Fazendo essas observações, que levarei pessoalmente ainda hoje ao Presidente Severino Cavalcanti, tenho certeza de que apresentarei a idéia do Senado da República, que quer avançar, melhorar a nossa Carta Magna e melhorar o sistema eleitoral brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Jorge Bornhausen, a Presidência, ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, bem como o aparte do Senador Ramez Tebet, toma a decisão de encaminhar ao Presidente Severino Cavalcanti o pronunciamento que seguramente envolve a intenção e a sensibilidade de todos os Senadores desta Casa.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC) – Agradeço a providência de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, por permuta com o Senador José Jorge.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador João Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição pela Liderança do PSB, se possível, imediatamente ou logo em seguida.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes; nobre Senador Tião Viana, nosso sempre Presidente desta Casa; meus nobres Pares, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; meus caros telespectadores da TV Senado e muito particularmente o meu querido Estado do Tocantins, quero, em primeiro lugar, saudar a presença de alguns prefeitos no plenário desta Casa, na tribuna de honra, visitando os Senadores e a sua representação. São eles: Prefeito João Batista, do Município de Fortaleza do Tabocão; Prefeito Padre Milton, da cidade de Guaraí, e Prefeito Orlei Brito Alves, da cidade de Tupirama, que se fazem acompanhar dos Presidentes das Câmaras Francisco Gonçalves de Sousa, de Fortaleza do Tabocão, e Enival Peres, de Guaraí.

Tendo feito essa saudação, Sr. Presidente, vou, até em homenagem aos prefeitos, referir-me a duas propostas de emenda à Constituição que fiz. Uma delas retira parte da Cofins, essa contribuição que acabou se transformando em algo permanente.

Sr. Presidente, eu queria ter-me referido, em primeiro lugar, à CPMF, porque também é uma contribuição que não é compartilhada, como o são todas as demais. Eu já registrei, da tribuna desta Casa, que a União tem sido um parceiro ingrato para com os Municípios, porque vai gradativamente abandonando as arrecadações que faz com os impostos – esses, sim, compartilhados – e cria contribuições que entram somente no caixa da União.

O caso da CPMF é explícito: era provisória, e não há uma só vez que estejamos perto do prazo da extinção dessa contribuição que ele não seja renovado; aumentam-se seus percentuais, e parte desses recursos acabam indo para o Fundo de Combate à Pobreza. Temos notícias da imprensa de que esse Fundo de Combate à Pobreza vem sendo utilizado para um milhão de finalidades, menos para o próprio combate à pobreza, que está nos Municípios do Brasil afora.

Em minha proposta de emenda à Constituição, preconizo a ida de 50% desses recursos do Fundo de Combate à Pobreza para as prefeituras, porque, assim, entendo que o Governo estaria fazendo alguma coisa diretamente nos locais onde estão os problemas de nosso País.

Em homenagem à presença dos prefeitos neste recinto, que são de todos os Partidos, de Partidos diferentes, não são Prefeitos que necessariamente integram a coligação pela qual me elegi, peço uma atenção especial desta Casa na análise dessas propostas de emenda à Constituição que fazem com que os Municípios possam partilhar dessas contribuições que o Governo criou e com as quais já está arrecadando o dobro do que arrecada em impostos, deixando seu sócio esquecido, os prefeitos e os Municípios brasileiros.

Sr. Presidente, já que, por ser membro da Mesa, não sou membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quero referir-me ao projeto que está sendo analisado naquela Comissão, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, ao qual apresentei algumas emendas. Será uma oportunidade extraordinária se soubermos aprovar a referida matéria nas duas Casas antes de primeiro de outubro, de forma enxuta, rápida, até atendendo à Constituição, para que sejam abolidas algumas coisas que se transformaram, ao longo das eleições, em verdadeiros empecilhos para que se identifique o verdadeiro candidato.

Sr. Presidente, já virou uma questão bastante desconfortável, eu diria, para qualquer candidato, a pergunta que faz o eleitor: “O comício estava cheio,

mas estava cheio para ver o cantor ou estava cheio para ouvir as propostas do candidato?”

Muitas das vezes, a população chega a reclamar dos discursos. Com razão! Porque parece ter alguma coisa muito mais audível, muito mais atraente ou talvez até muito mais crível na música popular brasileira, seja ela sertaneja, seja de outra natureza qualquer. Então, não há que se confundir, Sr. Presidente. Nós precisamos ir à praça pública para defender a nossa história política, as nossas posições. E que o comício volte a ter o teor e a participação daqueles que querem ouvir propostas, e não ouvir música. São dois momentos distintos.

O segundo ponto, Sr. Presidente, que é uma forma direta de comprar a consciência de alguém, são as camisetas. Muitas vezes, a camiseta passa a ser a melhor peça do vestuário da pessoa que a recebeu. E então, independentemente do nome que está ali estampado, ela usa a camiseta. E, quando nos encontra, ainda diz: “Olha, Senador, eu sou um apaixonado pelo seu desempenho, sou um apaixonado pela história da criação do nosso Estado. Ganhei esta camiseta e estou usando, porque é a única que tenho”. Entendo essa ser uma forma de comprar a consciência daqueles que ingenuamente usam a camiseta porque não têm com que se vestir.

E existe outro ponto importantíssimo, Senadora Heloísa Helena e meus nobres Senadores, que eu quero tratar: a pintura do muro. Em nenhuma prestação de contas, existe o item “pintura de tantos muros”. Agora, pergunto: qual é o cidadão brasileiro que, nos dias de hoje, vai deixar de comprar um quilo de arroz ou de feijão para pintar o nome do seu candidato no muro? Não faz isso nunca! Não pode fazer, não tem condições de fazer. E o que ocorre então? Cito o exemplo de Municípios como os do meu Estado, o Tocantins – são 139 municípios, e lá fazemos de forma padronizada a pintura do nome de candidatos a Governador, Senador ou seja lá o que for. O que ocorre então? Tem que ter a autorização do morador. Mas quem faz é o candidato, e não declara. E não há como nenhum tribunal aferir se são cem, quinhentos ou mil muros. E o aspecto da poluição urbana, da poluição visual presente nesses muros pintados também ocorre quando há a fixação de propaganda pública em postes – o que está autorizado. Nós temos que acabar com isso! E a notícia que se tem é que, na hora de se pegar autorização, paga-se. O morador até diz: “Olhe, pode pintar o nome do candidato que quiser no meu muro; dando-me alguma coisa e depois pintando-o de novo quando acabar a eleição, pra mim está bom”.

Essa é a situação do eleitor brasileiro, da população brasileira. E aí é que está, aí é que reside o poder econômico, porque, tendo recurso e condições, o candidato pinta o muro no Estado inteiro, em todos os Municípios. Quem não tem essa condição – porque não é barato – não pode concorrer.

Entendo que qualquer forma de brinde, Senador Ramez Tebet – caneta, boné, camiseta –, encarece a campanha e faz prevalecer o poder financeiro. Pintura de muro, além do ponto de vista estético, atinge também do ponto de vista moral. **Showmício** não há mais o que comentar. Entendo que, se fossem só essas medidas, só essas, já estaríamos fazendo muito.

É importante também a questão da televisão, porque hoje as ilhas de edição eletrônica, os avanços tecnológicos na área da produção do **marketing** eleitoral fazem com que o eleitor sonhe com alguma coisa que ele só vai ver na televisão, que não se transformará em realidade. Mas, no momento em que se apresentar somente o candidato para dizer o que pensa, o que fez e o que pretende fazer... Não quero aqui diminuir o papel dos marqueteiros, das agências de publicidade, mas que eles voltem a fazer publicidade para as Casas Bahia, que estejam sujeitos ao Procon – e não tem Procon eleitoral que dê conta da farsa que é levada ao eleitor hoje. Quem tem história, quem vem a esta tribuna, quem participa de debate está desvalorizado. É melhor assistir a qualquer depoimento em CPI hoje do que ouvir o que se está dizendo aqui.

Sr. Presidente, estou entusiasmado, porque sou apaixonado por esta tribuna. Cresci nos corredores desta Casa, tenho história. Fui Prefeito, fui Deputado Federal e guardo comigo uma eleição que me trouxe para esta Casa com 74,6% dos votos válidos, numa eleição de vaga única. Então, tenho história para defender, paixão pelo meu Estado, por este Parlamento, cujo patrono é Rui Barbosa, e creio que esta será uma oportunidade única para realizarmos modificações.

E mais: quero anunciar a esta Casa que estou hoje, em atenção até a um reclamo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, apresentando uma PEC, Senadora Heloísa Helena, que diminui o prazo para seis meses para as mudanças, porque, atualmente, se não aprovarmos até 1º de outubro, nenhuma dessas mudanças que estamos preconizando serão válidas para o próximo ano. Então, estamos apresentando uma PEC que diminui para seis meses o prazo de mudanças eleitorais. Poderemos até discutir melhor – eu quero aprovar rápido –, mas que possamos

evitar o risco de não aprovar a matéria, pois, se não a aprovarmos, teremos eleições nos moldes antigos. O País não vai mais aceitar uma eleição com toda essa trucagem, com toda essa maquiagem que se faz no processo eleitoral brasileiro.

Portanto, espero a aprovação desta PEC. Estou também colhendo assinaturas, para que, se não a aprovarmos até 1º de outubro, tenhamos mais prazos para as mudanças propostas pelo Senador Jorge Bornhausen.

Eu terminei, Sr. Presidente. Apelo à consciência das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores para que não ultrapassem o tempo.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte apenas para...?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Considerando o tema extremamente importante, eu peço a V. Ex<sup>as</sup> que façam as intervenções em um tempo bastante breve, dois minutos, a fim de que se cumpra o Regimento.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Meu pronunciamento está encerrado. Apenas terei o prazer de ouvir os Pares, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Eduardo Siqueira Campos, quero cumprimentá-lo por trazer esse tema para discussão aqui no Senado. Já vimos e ouvimos inúmeras outras propostas, especialmente a do Senador Jorge Bornhausen. Se aprovarmos dessa forma uma reforma política abrangente, diminuindo os custos de campanha, os pobres poderão disputar as eleições em igualdade de condições, porque hoje, infelizmente, a mídia supera as propostas. Eu queria que acrescentasse ao seu projeto a questão dos postes, espaços públicos onde se pendura qualquer tipo de coisa. Quem tem maior poder aquisitivo usa os postes mais rapidamente que os outros e com painéis de propaganda de maior qualidade. Pediria a V. Ex<sup>a</sup> que acrescentasse também os espaços públicos.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Eduardo Siqueira Campos, o seu Estado é muito novo, e V. Ex<sup>a</sup> também. Para onde vamos, levamos a formação profissional. Preside esta sessão o Senador Papaléo Paes. Lembro-me de que, uma vez, ganhei um estágio num hospital, cujo nome não citarei, em uma das maiores cidades do Brasil. Antes de inscrever-me e de ficar naquele hospital, companheiros médicos me disseram: “Não vá. Você vai é estragar seu nome. Nesse hospital, há médicos que não são éticos, que fazem aborto”. Essa é a situação hoje do Parlamento, do Con-



gresso. Não é o Congresso de Rui Barbosa, de Ramez Tebet não. O Congresso está contaminado, está poluído. Precisamos começar a reforma aqui; purgar aqui; cassar aqui. Aí, no segundo turno, vamos ao Planalto. Mas aqui é já. Aqui é que há urgência.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Eduardo Siqueira Campos, quero assinar essa proposta de emenda à Constituição de V. Ex<sup>a</sup>. Estou convencido, pelo histórico do Parlamento brasileiro, de que votamos as matérias para resolver crises, e essa crise precisa ser resolvida. E, quanto mais prazo temos, sempre fica para a última hora. De sorte que ou realizamos essa votação até três de outubro ou prorrogamos por seis meses, porque votaremos de última hora. Então, vamos aproveitar esta hora em que há praticamente unanimidade nesta Casa, a não ser em relação a detalhes. No fulcro, na base, estão todos de acordo com o projeto do Senador Jorge Bornhausen. Vamos para a frente para ajudar a moralizar o País. Isso é que é importante.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Agradeço, Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, a oportunidade que V. Ex<sup>a</sup> me deu de poder ouvir os meus pares. Espero que o Congresso Nacional faça essas mudanças.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Capiberibe, pela Liderança do PSB, pelo prazo de cinco minutos.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na tarde de hoje, farei alguns registros, começando pelo X Congresso do Partido Socialista Brasileiro, que ocorrerá neste fim de semana em Brasília e será marcado pelo vazio do nosso companheiro e Presidente Miguel Arraes, que nos observa em outra dimensão. Estivemos em Recife, acompanhando e dando o último adeus a um dos grandes ícones da política nordestina e brasileira.

Tive a felicidade de conviver com o nosso companheiro Miguel Arraes na volta do exílio. Trabalhei com Miguel Arraes em Recife durante dois anos, nos anos 80, ainda na ditadura militar. Mas, Sr. Presidente e Srs.

Senadores, na sexta-feira, usarei a tribuna para falar da experiência e da convivência com o eterno Presidente do nosso Partido, Miguel Arraes.

Também nesse fim de semana, tive a felicidade de ser recebido pelos meus companheiros, pela direção do Partido Socialista Brasileiro na Bahia, pela nossa Presidente, Deputada Lídice da Mata, pelo Deputado Domingos Leonelli, escritor, publicitário, e cumpri uma agenda, apresentando o projeto Transparência para a Prefeita de Lauro de Freitas, Moema Gramacho, e sua equipe.

Fiz uma apresentação das possibilidades de prestação de conta em tempo real das receitas e das despesas da Prefeitura. A Prefeita ficou entusiasmada porque ela já vinha ensaiando essa prestação de contas nas ruas da cidade. Vi alguns *outdoors* nas ruas da cidade, demonstrando a entrada e a saída dos recursos que ela gerencia naquela Prefeitura.

Também tive oportunidade de fazer a mesma apresentação para o Prefeito João Henrique, da cidade de Salvador, essa belíssima capital da Bahia. Na apresentação, o Prefeito João Henrique viu o detalhamento das despesas e imediatamente ligou para o seu Secretário de Fazenda e o convocou para estudar a possibilidade, para que ele saia na frente. Fez isso até mesmo porque soube que há um projeto, que foi aprovado por unanimidade no Senado e tramita na Câmara dos Deputados, na Comissão de Finanças e Tributação, cujo Presidente é o Deputado Geddel Vieira Lima, que já me afirmou que vai colocar em votação esse projeto na próxima quarta-feira, dia 24. O Prefeito ficou entusiasmado com a idéia e, com sua equipe, vai estudar a possibilidade de colocar todas as suas receitas e o detalhamento de todas as despesas daquela Prefeitura, em tempo real, por meio da rede mundial de computadores. Esse é um processo simples, feito com um programa que custa R\$2.000,00 (dois mil reais) ou R\$3.000,00 (três mil reais) que permite o detalhamento de todas as receitas e despesas.

Estive também na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, Sr. Presidente, e tive conhecimento de que lá os Deputados lutam, há 14 anos, para obter a senha do Sistema de Administração Orçamentária e Financeira do Governo da Bahia e até hoje não conseguiram. Quando fiz a demonstração, com o exemplo que temos hoje no Ministério da Ciência e Tecnologia, com o detalhamento de todas as receitas e despesas, e também do Governo do Amapá, os Deputados ficaram entusiasmados com a possibilidade de acessar, sem senha, sem nenhum obstáculo, todas as despesas e receitas do seu Estado.



Por último, Sr. Presidente, tomei conhecimento, pela imprensa de Moçambique, de um episódio de manifestação de racismo envolvendo a nossa embaixadora do Brasil lá. É uma denúncia de jornal. Para esclarecê-la, fiz um requerimento à Mesa do Senado para que o Ministério das Relações Exteriores nos informe, de fato, o que aconteceu entre a embaixadora e dois trabalhadores de um grande **shopping center** lá na cidade de Maputo. Também estou entrando com um requerimento junto à Comissão de Relações Exteriores para que a embaixadora venha esclarecer esse incidente que levanta suspeitas de que ela tenha feito algumas manifestações que, no nosso País, é crime e, portanto, é necessário que se esclareça essa situação.

Era isso que eu gostaria de dizer na tarde de hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leonel Pavan.*

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A próxima oradora inscrita é a Senadora Ideli Salvatti. (Pausa.)

O próximo orador inscrito é o grande Senador Papaléo Paes. Após o pronunciamento do Sr. Papaléo Paes será dada a palavra para o Senador Jefferson Péres.

Com a palavra o Sr. Senador Papaléo Paes.

S. Ex<sup>a</sup> tem dez minutos e mais dois de tolerância, que esta Presidência lhe concede.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, espero que o Regimento seja cumprido rigorosamente por V. Ex<sup>a</sup>.

Antes de entrar no tema do meu pronunciamento, informo que estou encaminhando à Mesa um requerimento de informações ao Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre o montante em reais da compensação fiscal a que tiveram direito as emissoras de rádio e de televisão e as empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações referente à cedência do horário gratuito para a propaganda eleitoral e partidária.

Esse requerimento é para que essas informações também sirvam de subsídios neste momento em que estamos vendo as duas Casas açodadamente querendo aprovar uma reforma eleitoral para tentar minimizar esses escândalos no Congresso Nacional. Com cer-

teza absoluta, são escândalos que não têm a ver com todos os parlamentares, mas têm a ver com grande número de parlamentares que merecem receber atenção negativa do povo, que merecem receber punição, por meio do voto principalmente, e condenação, caso ocorra, pelo Ministério Público Federal.

Sr. Presidente, volto à tribuna para dar continuidade ao tema que venho tratando nos últimos dias e externar minhas reflexões sobre a conjuntura que envolve o Congresso Nacional. Olhando o busto de Rui Barbosa, como faz sempre o Senador Mão Santa, no plenário desta Casa, entendo que não podemos deixar de considerar as suas palavras que se tornaram eternas. Disse certa vez Rui, quando de referia à verdadeira crise tomando como base o Brasil de sua época:

Todas as crises, portanto, que pelo Brasil estão passando e que dia a dia sentimos crescer aceleradamente a crise política, a crise econômica, a crise financeira, não vêm a ser mais do que sintomas, exteriorizações parciais, manifestações reveladoras de um estado mais profundo, uma suprema crise: a crise moral.

A crise política, que no dizer de Rui Barbosa, é sintoma parcial de uma suprema crise, que é a crise moral. No meu entender, só pode ser debelada com ações concretas, mais especificamente, com uma profunda reforma política, que passa particularmente pela participação do povo. Não devemos fazer reforma política sem ouvir a sociedade, as instituições democráticas existentes na sociedade civil, afinal de contas, é o povo que elege os seus representantes e este tem o direito de se manifestar de que forma ou de que modo gostaria de elegê-los. Portanto, a sociedade não pode ficar à margem neste processo de reforma.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o povo está do lado de fora do Congresso Nacional. Pergunto: será que realmente está? Certamente que esta expressão não significa que os Senadores e os Deputados federais estejam alienados da vontade soberana do povo, razão pela qual temos que ter a humildade de dizer que membros do Congresso Nacional macularam os seus mandatos, fazendo com que os meios de comunicação e a sociedade se manifestem com repúdio e indignação, esperando atitudes concretas por parte do Congresso.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não podemos decepcionar aqueles que representamos, não

podemos ofender a sociedade civil. Temos o dever de dar demonstração da importância do Poder Legislativo, que é essencial à democracia. Ninguém tem a autoridade para se intitular dono da verdade, para tentar impor suas idéias e descartar a vontade soberana do povo.

Quem elege o representante é o povo, e todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes legais, ou melhor, eleitos, e é o que estabelece o parágrafo único do art. 1º da nossa Carta Constitucional. Entendo que o povo saberá, democraticamente, retirar da vida pública, aqueles que fazem mal ao País e à sociedade. O Brasil precisa ser passado a limpo, no dito popular. Portanto, doa a quem doer, e, mais, a questão não é a de se levar em conta a biografia de quem quer que seja; o que importa, neste momento, é a dignidade, o respeito à coisa pública, a obediência ao ordenamento jurídico vigente e, sobretudo, o respeito ao eleitor como cidadão, que a bem da verdade foi ofendido.

Concedo o aparte ao Senado Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, entre todas as suas virtudes, há uma que todos admiramos: a serenidade. V. Exª deixou a serenidade agora porque apareceu uma virtude maior: a firmeza. Atentai bem, atentai bem, Senadora Heloísa Helena! Cristo, cuja imagem neste plenário está acima do busto de Rui Barbosa, em determinado momento pegou o chicote e pôs os vendilhões fora do templo. É chegado esse momento. O Senador Papaléo Paes, que é a cara do “amai uns aos outros”, sereno, bondoso, está começando a se exasperar, quando predomina nesta Casa a leniência e a corrupção. Rui Barbosa disse que “justiça tardia é uma injustiça qualificada”. Estamos levando com a barriga, estamos “pizzando”, como aconteceu na CPI do Banestado, mas o povo não suporta isso. Abraham Lincoln disse que qualquer coisa com a opinião pública tem êxito, mas contra ela malogra. A opinião pública está contra esse estado e essa leniência do Congresso com a corrupção.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP) – Senador Mão Santa, fico honrado com o seu aparte e digo-lhe: V. Exª, como médico, sabe muito bem que a formação que recebemos na Faculdade de Medicina e a que adquirimos em nossa convivência, no exercício de nossa profissão, fortalece-nos muito, em termos de uma responsabilidade muito grande com o povo, com esse povo que nos elege, que em nós deposita confiança.

Sr. Presidente, peço a V. Exª os meus dois minutos de tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Exª, com certeza, não só tem o direito de dois minutos, como também, se for necessário, algum tempo mais.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, termino o meu pronunciamento ratificando tudo aquilo que já disse nesta Casa a respeito da crise existente, complementando agora o entendimento de que a sociedade civil não poderá ficar de fora quando se tratar de reforma política, pois os principais interessados não devem ficar à margem neste contexto, entendendo que, neste momento, a iniciativa de uma reforma emergencial, devido ao prazo, se faz necessária e servirá para reflexões dentro de uma profunda reforma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Eu queria dizer que está inscrito pela Liderança do PDT o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Antes da Ordem do Dia, depois do próximo orador.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Exª quer falar após a Ordem do Dia?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Não, Sr. Presidente. Antes da Ordem do Dia, mas após o próximo orador inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Após o próximo orador.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador José Maranhão. Por favor, no microfone, para deixar registrado.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB. Pela ordem.) – Eu estava confiando no volume da minha voz.

Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – A Mesa aguarda a indicação por parte do PMDB para conceder a palavra a V. Exª. O Regimento determina que, para ser concedida a palavra a quem não é Líder, deve haver uma autorização da Liderança.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – A autorização escrita que V. Exª está solicitando está chegando aqui agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Aguardaremos.

Obrigado, Senador.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Pois não.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Solicito que V. Ex<sup>a</sup> também me inscreva, pela Liderança do Bloco, antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito para falar antes da Ordem do Dia.

Intercalando, concedo a palavra ao próximo orador, Senador Eduardo Suplicy. Logo após, concederemos a palavra ao Líder do Bloco. É antes da Ordem do Dia, Senador Sibá Machado?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sim, antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Após o Senador Eduardo Suplicy...

Corrigindo, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. O próximo orador será o Senador Maguito Vilela, pelo PMDB. Por isso, digo ao Senador José Maranhão que já existe uma autorização aqui para o Senador Maguito Vilela falar pelo PMDB. Apenas um pode falar, a não ser que V. Ex<sup>a</sup> consiga autorização para falar após a Ordem do Dia. É um por sessão. Infelizmente, Senador José Maranhão, o inscrito é o Senador Maguito Vilela, a não ser que haja uma substituição.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – O Senador Maguito Vilela está presente? (Pausa.)

Parece-me que S. Ex<sup>a</sup> não está presente, não vai falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – A Mesa aguarda a substituição.

Há orador inscrito na tribuna, o Senador Eduardo Suplicy, que está com a palavra. S. Ex<sup>a</sup> tem dez minutos, mais dois minutos de tolerância.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Lula, ainda há pouco, em Vitória da Conquista, na Bahia, falou de sua determinação em contribuir para que haja a apuração completa dos fatos. O Presidente Lula, portanto, ressalta que quer contribuir para que toda a verdade venha à tona e explicitou que, de maneira alguma, deseja que haja qualquer empecilho e que o Governo não irá obstar que a apuração seja feita da forma a mais completa.

O Presidente Lula ressalta que está de consciência limpa, ainda que haja o desejo de segmentos políticos de tentar implicar o Palácio do Planalto na

apuração ou nos episódios que preocupam a toda Nação e a nós próprios, a nós do Partido dos Trabalhadores.

Foi justamente pensando que seja importante ao próprio Presidente Lula que contribua para o desvendar desses episódios que sugeri a ele que faça uma visita inédita, por sua característica, ao Congresso Nacional, e que aqui possa abrir a oportunidade de um diálogo entre os Deputados e os Senadores. Poderiam alguns avaliar: mas será que o Presidente iria se sujeitar a vir ao Congresso Nacional, numa forma que mais caracteriza o parlamentarismo, quando o Chefe de Estado dialoga com os representantes do povo?

Eu soube que o Governador Jorge Viana e representantes do Partido dos Trabalhadores ali do Acre sugeriram que o Presidente tenha um diálogo com o Conselho da República e os ex-presidentes José Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco, para pensarem como é que vai haver a governabilidade depois de todos esses episódios. Mas eu considero que o Presidente poderá dar um passo importante no esclarecimento de todos esses episódios, se tiver esse diálogo com os representantes do povo. E pensei assim a partir da reação do Congresso Nacional e da opinião pública à fala do Presidente, ainda na última sexta-feira, quando ele mostrou toda a sua indignação, pediu desculpas, disse ter-se sentido traído e que quer a apuração completa dos fatos.

Ainda ontem, o ex-presidente José Sarney relembrou aqui os momentos de crise que envolveram os chefes da Nação Brasileira em décadas recentes. E aqui quero fazer também uma recordação desses episódios, mas lembrando também de crises que ocorreram com chefes de estado de outras nações.

As que ocorreram no Brasil, das mais sérias, foram, por exemplo, quando Getúlio Vargas, em 1954, passou a ser objeto de uma campanha, liderada pelo então Deputado Carlos Lacerda, da UDN, que falava do “mar de lama” que havia no Palácio do Governo. Houve o atentado contra Carlos Lacerda, na Rua Tonelero, onde foi morto o Major Vaz. Carlos Lacerda foi atingido na perna, ficou ferido, mas permaneceu vivo. E, como se soube depois, por uma das pessoas responsáveis pela segurança do Presidente Vargas, independentemente de qualquer orientação do Presidente, que jamais faria aquilo. Mas, diante da pressão tão forte da opinião pública e da própria imprensa sobre tudo o que estava acontecendo, então o Presidente Getúlio Vargas, em agosto de 1954, dá

um tiro em si próprio. No dia seguinte, o que se viu foi o povo nas ruas, comovido, homenageando seu Presidente.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador José Jorge, mas acredito que terá mais elementos se puder aguardar eu avançar neste raciocínio.

Queria lembrar também que Juscelino Kubitschek foi objeto de campanhas de oposição muito fortes, inclusive sofreu uma tentativa de golpe militar, mas que logo foi desmontada. Inclusive, foi muito generoso com as pessoas que tentaram fazer aquilo e os anistiou, concluindo seu mandato de uma maneira muito positiva, constituindo-se num dos mais brilhantes Presidentes da História do Brasil e querido pelo povo.

Tivemos, então, a eleição de Jânio Quadros. Surpreendentemente, sete meses após o início de seu mandato, sem que houvesse uma situação tão grave quanto aquela que ocorreu com Getúlio Vargas, sentindo-se sem o apoio necessário no Congresso Nacional, denunciando as “forças terríveis e ocultas” que queriam até convocar sua esposa, D. Eloá, ao Congresso Nacional, renuncia. Esse foi um outro episódio muito particular.

Tivemos depois, com o seu vice-Presidente, João Goulart, que assume a Presidência, uma situação extremamente crítica, que desemboca em 31 de março com o golpe de Estado e 21 anos de ditadura militar. Ora, algo que, de maneira alguma, gostaríamos que acontecesse.

Felizmente, Senador Jefferson Péres, nós estamos vendo as instituições brasileiras funcionando, o Congresso Nacional funcionando com normalidade, a constituição de CPIs que estão examinando os fatos, apurando-os, e isso sem qualquer tipo de ameaça de golpes que não sejam os procedimentos...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – ...que estão previstos na Constituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC. Fazendo soar a campainha) – Senador Eduardo Suplicy, tem V. Ex<sup>a</sup> mais um minuto.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de salientar que o importante é que possamos contribuir, e o Presidente e o Partido dos Trabalhadores – eu falo aqui para os meus colegas, aqueles que inclusive estiveram envolvidos em alguns desses episódios como o Sr. Sílvio Pereira, o

Delúbio Soares, o Marcelo Sereno e José Dirceu –, todos tenham a disposição, como que um compromisso de honra, de contribuir para que a verdade venha inteiramente à tona.

Delúbio Soares voltará amanhã ao Congresso e à CPI, e eu espero que tenha uma atitude diferente daquela do seu primeiro depoimento, dizendo as coisas tais como elas aconteceram. E avalio, Sr. Presidente, que é fundamental que o Presidente possa dar também a sua contribuição porque hoje o Presidente da República, depois de dois ou três meses da apuração dos fatos, já sabe muito mais do que antes.

Concedo, rapidamente, o aparte ao nobre Senador José Jorge, conforme prometi.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Eduardo Suplicy...

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – É para concluir, Sr. Presidente. Após ouvir o aparte do Senador José Jorge, concluirei.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Agradeço, nobre Senador Eduardo Suplicy. É muito bom que V. Ex<sup>a</sup> historicamente todas essas crises. Mas, na verdade, esta crise de agora é diferente das anteriores. Não há nenhum membro da oposição que seja figura relevante desta crise. A crise é própria e interna do Governo e do PT e, infelizmente, tanto o Governo quanto o PT reagem de forma equivocada. A cada dia que o PT divulga uma nota, eu me decepciono mais. Ontem mesmo, tentou-se abrir uma sindicância contra as pessoas envolvidas e o Presidente Tarso Genro perdeu a votação por 9 a 6. E assim por diante. Então, penso que é necessário que o Governo e o PT reajam de forma correta, voltando àquela época da defesa da ética, que sempre foi a mais importante bandeira do PT e do Presidente Lula. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Eduardo Suplicy, a Presidência lhe concede mais dois minutos para que possa concluir, tempo disponível para expor os seus pensamentos.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, vou aqui dizer o quão importante é a disposição de dizer a verdade. Quando Richard Nixon negou-se a admitir que na Casa Branca havia uma conspiração para se espionar o edifício Watergate, tornou-se quase que inevitável o seu impedimento e ele precisou renunciar, exatamente porque havia faltado com a verdade em relação ao povo. Bill Clinton, depois de reeleito, namorou a Monica Lewinsky e surgiu um noticiário muito forte na imprensa que poderia envolvê-lo e desmoralizá-lo. Primeiro ele negou, mas, depois, dialogando com sua esposa, Hillary Clinton, com seus



familiares, com seus amigos e com sua consciência, confirmou o fato. Resolveu dizer as coisas tais como tinham ocorrido e pediu desculpas a sua esposa, a sua família, ao povo norte-americano. Isso fez com que o Congresso revertesse o processo e ele pôde concluir seu mandato.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP)

– Continuarei falando deste assunto nos próximos dias.

Sr. Presidente, quero dizer aqui que nada será tão importante do que a própria contribuição do Presidente Lula para o desvendar completo de todos esses fatos. E foi por essa razão que sugeri que Sua Excelência viesse aqui dialogar conosco, Senadores e Deputados, numa atitude inédita e espontânea que o Presidente poderá ter em breve.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Concedo a palavra ao nobre Senador José Maranhão, que falará como Líder, para uma comunicação urgente de interesse partidário, por cinco minutos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

O Senador Eduardo Suplicy, ao encerrar o seu pronunciamento, convocou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para vir ao Congresso. Creio que não seja conveniente. No entanto, louvo a atitude do Senador Eduardo Suplicy. Trata-se de um atitude isolada. Mas, parabênz-o pela coragem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar o meu apoio.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Chamo à tribuna, pela Liderança do PMDB, o Senador José Maranhão.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP) –

Não se trata de convocação. Espero que o Presidente tome a iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Há orador na tribuna. Eu pediria aos demais Senadores o devido respeito.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aguardo a disposição dos colegas de não interferir e peço a V. Ex<sup>a</sup> que desconte o tempo das conversas paralelas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com o exíguo tempo de cinco minutos apenas que me restam, lerei alguns trechos da declaração da CNBB sobre a

crise política do Brasil, que foi proferida na 43<sup>a</sup> Assembléia Geral, em Itaici, dia 15 do corrente.

O documento tem muita oportunidade neste momento que está vivendo o Brasil de crise marcada pelo envolvimento de figuras exponenciais, tanto do Executivo quanto do Legislativo, diferentemente de outras crises em que o Poder já se envolveu no Brasil.

Disse, com muito razão, que esta crise é mais grave ainda do que aquela ocorrida no **impeachment** do Presidente Collor, porque, naquela época, somente o Executivo era acusado da prática de atos de corrupção. Nesta crise, estão envolvidos tanto o Executivo, por alguns de seus membros mais proeminentes, quanto o Legislativo, pela ação de alguns Parlamentares, cujos nomes já foram declinados publicamente e cujos atos já foram discutidos em prosa e verso na imprensa e nas tribunas parlamentares nas Comissões Parlamentares de Inquérito.

A crise atual não tem realmente precedentes no Brasil. Por isso, a nota da 43<sup>a</sup> Assembléia Geral de Bispos do Brasil tem uma grande importância. Ela analisa a situação com imparcialidade, com firmeza e com absoluta isenção e pode, neste momento, constituir-se até num roteiro para o próprio Congresso Nacional orientar-se no processo de apuração.

A CNBB diz, com toda a clareza, que é preciso apurar e responsabilizar criminalmente, punindo, inclusive com a devolução dos valores, que são elevados, aqueles que se apropriaram de recursos públicos – mas sempre com serenidade, sempre evitando que esse episódio se transforme não num instrumento de apuração serena, justa, de apuração da verdade, mas num instrumento de promoção pessoal de quem quer que seja.

Vou ler, Sr. Presidente, alguns trechos importantes desta nota, pedindo a V. Ex<sup>a</sup> que ela conste, na íntegra, nos Anais da nossa Casa, porque, realmente, ela tem uma importância histórica da maior valia. Diz a nota:

Nós, Bispos da Igreja Católica no Brasil, reunidos na 43<sup>a</sup> Assembléia Geral da CNBB, de 09 a 17 de agosto de 2005, em Itaici, Indaiatuba, SP, nos preocupamos com a situação do País. Diante das reiteradas denúncias de corrupção nas diferentes instâncias do Poder Público, e face à indignação que elas levantam, conclamamos o povo brasileiro a recuperar a esperança, concretizando-a em compromisso de participação política.



Diz mais adiante:

O uso de fontes escusas para o financiamento de campanhas eleitorais, o desvio de recursos públicos, a manipulação de empresas estatais em benefício de partidos, e tantas outras denúncias de corrupção que vêm acontecendo de longa data, e que nos últimos dias emergiram de forma escandalosa, provocam, em todos nós, a indignação ética.

É preciso buscar raízes históricas da perversa cultura de corrupção implantada no País. Ela se nutre da impunidade, acobertada pela conivência, que se torna cumplicidade, incentivada por corporativismos históricos, habituados a usar em benefício de interesses particulares as estruturas do poder público.

A indignação ética, que nasce da consciência da violação de valores fundamentais, resulta estéril caso não leve a um maior comprometimento pessoal com ações concretas, em favor do aprimoramento da ordem política. É indispensável contribuir para uma maior participação popular nas decisões sobre os rumos do nosso País, fortalecendo a prática da democracia, sem nos omitir ou desistir.

Para que esse compromisso ético com o Brasil seja efetivo, é preciso ter presente a corrupção pessoal e a estrutural.

A corrupção pessoal deve ser investigada, punida inclusive com devolução dos recursos desviados, e também prevenida por meio de maior transparência na administração dos bens públicos. Sua erradicação requer um esforço de conversão pessoal e uma sólida consciência moral, cultivada por uma educação permanente para a cidadania, para a renovação do tecido social da Nação.

A corrupção estrutural convive com o atual sistema político-eleitoral brasileiro, e vem associada à estrutura econômica que acentua e legitima as desigualdades. É urgente uma radical reforma deste sistema.

Sr. Presidente, cumpre aqui, até para injetar um pouco de confiança na ação desta Casa Legislativa, lembrar que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com prazo aberto para emendas até as 15 horas de hoje que já passaram, um projeto de lei de autoria do Senador Bornhausen. Esse projeto realmente representa a nossa contribuição possível, dentro da exiguidade do prazo e dentro do calendário

geral do País, pois visa tipificar, como atividade ilegal, práticas políticas que contribuem para o ambiente de corrupção que geralmente é estimulado por campanhas caras, pela participação de elementos culturais nos chamados “showmícios”, que não são efetivamente atos políticos, mas que contribuem para o encarecimento da campanha.

O projeto do Senador Bornhausen está sendo objeto de discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – e creio que o Relator, Senador José Jorge, deverá proferir o seu parecer ainda amanhã – e vai ser aprovado em tempo hábil, de maneira que, nas próximas eleições, não se repitam as mesmas práticas nocivas de corrupção.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador José Maranhão, já lhe concedemos três minutos e, agora, mais um para V. Ex<sup>a</sup> concluir o seu pronunciamento.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Pois não, Sr. Presidente. Vou simplesmente ler mais um trecho aqui do manifesto dos bispos brasileiros para dar como concluído o meu discurso, já que o tempo está se esaurindo.

A Palavra de Deus nos conforta e sempre nos assegura que “a Verdade vos libertará” (Jo 8,32). Nos momentos difíceis, a graça de Deus se manifesta mais. Podemos contar com sua ajuda. Apostamos nas convicções éticas e cristãs do povo brasileiro, capazes de reanimar a todos, na superação dos impasses que a crise atual nos apresenta.

Reanimando-nos mutuamente, vamos todos nos unir por um novo Brasil, conforme a convocação da 4<sup>a</sup> Semana Social Brasileira que neste momento queremos encorajar “dando as razões da nossa esperança” (1 Pd 3,15).

Que Deus nos ajude e proteja por intercessão de Nossa Senhora Aparecida.

É o que diz o manifesto dos bispos brasileiros apresentado na 43<sup>a</sup> Assembléia da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

Passo às mãos de V. Ex<sup>a</sup>, pedindo que conste nos Anais da nossa Casa.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ MARANHÃO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

43ª Assembleia Geral da CNBB

Dia-a-Dia

Sen. José Maranhão

## DECLARAÇÃO DA CNBB SOBRE A CRISE POLÍTICA DO BRASIL

segunda: 15 de agosto de 2005

### RESGATAR A DIGNIDADE DA POLÍTICA

#### Nós, Bispos da Igreja Católica no Brasil

Nós, Bispos da Igreja Católica no Brasil, reunidos na 43ª Assembléia Geral da CNBB, de 09 a 17 de agosto de 2005, em Itaici, Indaiatuba, SP, nos preocupamos com a situação do País. Diante das reiteradas denúncias de corrupção nas diferentes instâncias do Poder Público, e face à indignação que elas levantam, conclamamos o povo brasileiro a recuperar a esperança, concretizando-a em compromissos de participação política.

A atual crise está levando o povo ao descrédito da ação política, em contraste com as expectativas de mudanças que haviam sido suscitadas nos últimos anos. É indispensável, por isto, renovar a convicção de que a política é uma forma sublime de praticar a caridade, quando colocada ao serviço da justiça e do bem comum.

O uso de fontes escusas para o financiamento de campanhas eleitorais, o desvio de recursos públicos, a manipulação de empresas estatais em benefício de partidos, e tantas outras denúncias de corrupção que vêm acontecendo de longa data, e que nos últimos dias emergiram de forma escandalosa, provocam, em todos nós, a indignação ética.

*E' preciso buscar as raízes históricas da perversa cultura de corrupção implantada no País. Ela se nutre da impunidade, acobertada pela conivência, que se torna cumplicidade, incentivada por corporativismos históricos, habituados a usar em benefício de interesses particulares as estruturas do poder público.*

A indignação ética, que nasce da consciência da violação de valores fundamentais, resulta estéril caso não leve a um maior comprometimento pessoal com ações concretas, em favor do aprimoramento da ordem política. E' indispensável contribuir para uma maior participação popular nas decisões sobre os rumos do nosso País, fortalecendo a prática da democracia, sem omitir-nos ou desistir.

Para que esse compromisso ético com o Brasil seja efetivo, é preciso ter presente a corrupção pessoal e a estrutural.

A corrupção pessoal deve ser investigada, punida inclusive com devolução dos recursos desviados, e também prevenida por meio de maior transparência na administração dos bens públicos. Sua erradicação requer um esforço de conversão pessoal e uma sólida consciência moral, cultivada por uma educação permanente para a cidadania, para a renovação do tecido social da Nação.

A corrupção estrutural convive com o atual sistema político-eleitoral

brasileiro, e vem associada à estrutura econômica que acentua e legitima as desigualdades. É urgente uma radical reforma deste sistema.

Este é o clamor mais evidente que emerge em meio a esta crise. Não se pode desperdiçar este momento para realizar uma profunda reforma política, como oportunidade de assegurar a fidelidade partidária; aprimorar os institutos da democracia representativa e favorecer os institutos da democracia direta, participativa e deliberativa, por meio de referendos, plebiscitos e conselhos, em todos os níveis de decisão, conforme o Art.14 da Constituição Federal. Urge assegurar a lisura nas campanhas eleitorais pela aplicação mais rápida e severa da lei 9840 contra a corrupção eleitoral.

Apoiamos e incentivamos todo o trabalho de averiguação criteriosa dos fatos, quando fundamentada no direito e no respeito à dignidade da pessoa, levada adiante pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pela Controladoria Geral da União, e pelas diversas Comissões Parlamentares de Inquérito.

Reconhecemos a importância da imprensa para divulgar os fatos, e colocá-los à disposição da cidadania, para aprimoramento da consciência política dos cidadãos. É importante, no entanto, manter o discernimento, a busca incansável da verdade, sem hipocrisias e sem pré-julgamentos, para formarmos uma opinião pública esclarecida e operante.

Em sintonia com o povo, devemos ter a lucidez e o senso crítico de não somente enxergar a corrupção na administração dos recursos públicos, mas perceber igualmente o grande mal do nosso país, que é sua enorme desigualdade social. Esta desigualdade é mantida e acentuada por uma política econômica que aumenta a concentração de renda e da riqueza, mediante mecanismos que privilegiam o capital financeiro e frustram políticas públicas mais eficazes e abrangentes.

Os pobres são as maiores vítimas da crise. Ninguém pode roubar-lhes a esperança de justiça e de condições dignas de vida.

A experiência de participação popular na política – por meio de movimentos sociais, sindicatos, pastorais sociais, e partidos políticos – é uma conquista e um patrimônio histórico do povo brasileiro, que não podem ser perdidos pela ação nefasta de políticos que buscam o poder e vantagens pessoais a qualquer custo.

Associamo-nos, portanto, aos governantes e ao povo brasileiro, para fazer desta crise um momento de purificação política e de maior comprometimento na ação concreta pela construção de um Brasil justo, solidário, democrático e respeitoso da vida e da ecologia.

Reafirmamos nossa confiança no povo brasileiro, cuja cultura, apesar de alguns aspectos ambíguos, guarda valores de grande significação ética, como a solidariedade, a cordialidade e o senso de justiça. O povo já deu, ao longo da história, muitas provas de energia e capacidade de superar crises. Alicerçados nos valores do Evangelho, proclamamos com todo vigor: não vamos desistir do projeto de construir uma Nação justa, pacífica e democrática.

A Palavra de Deus nos conforta e sempre nos assegura que “a Verdade vos libertará” (Jo 8,32). Nos momentos difíceis, a graça de Deus se manifesta mais. Podemos contar com sua ajuda. Apostamos nas convicções éticas e cristãs do povo brasileiro, capazes de reanimar a todos, na superação dos impasses que a crise atual nos apresenta.

Reanimando-nos mutuamente, vamos todos nos unir ao mutirão por um novo Brasil, conforme a convocação da 4ª Semana Social Brasileira, que neste momento queremos encorajar, “dando as razões da nossa esperança” (1 Pd 3, 15)

Que Deus nos ajude e proteja por intercessão de Nossa Senhora Aparecida.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Será deferido, na forma do Regimento.

O próximo orador inscrito, pela Liderança da Minoria, é o Senador José Jorge.

Quero pedir ao Senador Sibá Machado que reconsidere. Eu acabei criando uma confusão na colocação dos Senadores que vão usar da tribuna. O Senador Jefferson Péres solicitou a palavra para pronunciar-se antes da Hora do Expediente, e eu coloquei-o após a Ordem do Dia. Então, após o Senador José Jorge, me permita ...

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– ... após o Senador José Jorge, permita-me, Senador Sibá Machado, conceder a palavra ao Senador Jefferson Péres, e, após o Senador Jefferson Péres...

**O SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Inscrito, não?

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Não, como Líder.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pela ordem,

Sr. Presidente, eu queria fazer uma correção.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O Senador Eduardo Suplicy, do PT, quis justificar a corrupção que há no País trazendo à tona fatos da vida de Bill Clinton, cujo livro tenho aqui. Não tem nada a ver. O caso do Brasil é de corrupção. E foi igual ao do Vice-Presidente de Nixon, que sonogou imposto de renda. Foi cassado por imediato.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Senador Mão Santa, chamam-me a atenção de que não há motivo para tomar a palavra pela ordem.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pela ordem da verdade. Está acima do Regimento, o espírito da lei de Montesquieu. O Senador desvirtuou a verdade, não tem nada que ver fatos da vida do estadista Bill Clinton com a corrupção do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Está registrado o protesto de V. Ex<sup>a</sup>.

Como inscrito, tem a palavra o Senador José Jorge; logo depois, como o uso da palavra é intercalado, o Senador Jefferson Péres.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por dez minutos, Senador José Jorge, com prorrogação de mais dois, que certamente o seu pronunciamento será de grande importância para o nosso País.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, gostaria de me solidarizar com a proposta do Senador Eduardo Suplicy, do Senador Heráclito Fortes, de termos a presença do Presidente Lula no Congresso. Segundo, Presidente, eu gostaria de voltar ao tema do meu discurso.

O Governo Federal, Sr. Presidente, fez ontem uma reunião na Casa Civil, na presença do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes; do Ministro de Minas e Energia; e da Chefe da Casa Civil, Ministra Dilma Rousseff. Chamou os três Ministros com o objetivo de colherem dos governadores de Estado envolvidos na transposição do rio São Francisco a assinatura de um termo de compromisso em defesa do projeto. Todos nós sabemos que esse é um projeto polêmico.

O termo é uma exigência da ANA, Agência Nacional de Águas, para conceder a outorga definitiva para o uso externo das águas do rio São Francisco.

Para a reunião, conduzida pela Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, compareceu o Vice-Governador Mendonça Filho, já que o Governador Jarbas Vasconcelos se encontrava ontem no Exterior – ele já voltou. Na oportunidade, o Governador em exercício defendeu o posicionamento do Estado de Pernambuco de não aceitar a proposta de transposição, nos termos que vem sendo defendida pelo Governo Federal, por considerá-la prejudicial aos interesses do Estado.

O Governo Federal pediu a adesão de todos os Estados receptores da água a ser transportada, mas o Vice-Governador pernambucano recusou-se a assinar qualquer documento que representasse uma mudança na posição que vem sendo adotada pelo Estado de Pernambuco.

Ao ser convocado para essa reunião, não ficou explícito que o Governo do Estado teria que assinar o termo de compromisso naquelas condições.

A razão para a recusa, segundo o próprio Governador Mendonça Filho, é a seguinte: “Pernambuco tem uma situação particular, pois é doador e receptor. As alterações que foram sugeridas em carta ao Ministro Ciro Gomes receberam uma sinalização positiva, mas essas sugestões precisam se transformar num compromisso do Governo Federal para com os pernambucanos”.

Mendonça Filho sugeriu que o documento apresentado ontem incorporasse um compromisso formal da União para a viabilização do Canal do Sertão, que é um canal que sairia diretamente da barragem de Sobradinho, e das alterações em relação ao Eixo Leste.

Cabe explicar que, na situação do projeto atual, Pernambuco praticamente não é beneficiado em nada. É um projeto caro, de difícil viabilidade, que divide a região. Assim, não tem por que o Estado de Pernambuco aprovar um projeto na condição em que ele está.



Segundo o governador em exercício, “essas propostas são essenciais para que a transposição realmente beneficie Pernambuco. O Estado não pode ser mera passagem para as águas que vão para o Ceará, para a Paraíba e para o Rio Grande do Norte”.

No encontro do Pacto 21, em 29 de julho último, o Governador Jarbas Vasconcelos anunciou a intenção do Governo Federal de atender parte dos pleitos do Estado. A alteração mais importante, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é a criação de um novo eixo, o Oeste, saindo da barragem de Sobradinho, com destino a Pontal de Sobradinho.

O trecho proposto tem 50 quilômetros de extensão e aproveita o traçado básico do Canal do Sertão. O projeto básico já foi iniciado e deve ser concluído até fevereiro de 2006. Esse eixo permitirá o aproveitamento de uma área de 27 mil hectares em Pernambuco. No futuro, o Eixo Oeste poderá subir até Araripina, alcançando cerca de 90% das melhores terras do Estado.

Outra mudança que beneficiaria Pernambuco é o chamado Eixo Norte. A vazão do açude Entremonter seria ampliada de 10 metros cúbicos por segundo para 15 metros cúbicos por segundo, aumentando a área irrigada de 20 para 30 mil hectares.

Somente com a inclusão do Eixo Oeste e a alteração do Eixo Norte, Pernambuco poderá ganhar uma área para a agricultura irrigada maior do que todos os 43 mil hectares utilizados hoje no vale do São Francisco. Além dos 57 mil hectares, outros 20 mil devem ser alcançados pelo ramal do Agreste, ligando os Municípios de Sertânia e Pesqueira.

Sem a assinatura de Pernambuco, a ANA não poderá fazer a outorga. Sem ela, as obras civis que estão em fase de licitação não poderão ser iniciadas, conforme deseja o Governo Federal. Pernambuco não pretende inviabilizar a construção dessa transposição. O que não se pode é tomar decisões que tragam, no futuro, grandes perdas ao desenvolvimento econômico e social de Pernambuco.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a construção dessas obras de transposição do rio São Francisco me parece mais um programa de *marketing* do que um programa de construção em que o Governo do Presidente Lula esteja efetivamente empenhado. Muitas outras coisas podem ser feitas, unindo todo o Nordeste, como o Gasene. Nenhum Estado do Nordeste deixará de ser beneficiado pelo Gasene.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pois não, Senador.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – A Sudene e a Sudam, que Juscelino Kubitschek criou para acabar

com a desigualdade entre o Sul, o Norte e o Nordeste, está lá acabada, parada. Era hora de o Lula, um filho pródigo, voltar e fazer como Cristo: Levanta-te! Levanta-te, Sudene. A Sudene está aí parada e une todo o Nordeste.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É verdade. É outra promessa não cumprida, vamos dizer assim.

Concedo um aparte ao Senador César Borges.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – Senador José Jorge, em primeiro lugar, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> transmitisse ao Vice-Governador de Pernambuco, Mendonça Filho, nosso colega de Partido, a nossa satisfação pela sua posição corajosa de defender o seu Estado, que tanto admiramos, e o Nordeste, como V. Ex<sup>a</sup> acaba de relatar. Esse projeto de transposição tem que ser explicado à Nação brasileira, Senador José Jorge. Aliado ao pedido para que transmita ao Vice-Governador Mendonça Filho a nossa admiração pela sua atitude, gostaria de perguntar a V. Ex<sup>a</sup> – conhecedor profundo que é da questão nacional, dos investimentos públicos, que hoje estão cada vez mais difíceis no País, tanto que se anuncia agora, de uma hora para outra, um bilhão de investimentos, e pelo menos 50% desse valor vai praticamente para o Ministério da Fazenda e para a Infraero – qual é a verdadeira motivação e o que há por trás desse interesse, dessa idéia fixa do Governo Lula de fazer esse malfadado projeto da transposição das águas do São Francisco?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Meu caro Senador César Borges, minha opinião sobre isso é que é *marketing*, é uma espécie de transposição do Fome Zero – imagino –, porque, se não há dinheiro para dar continuidade às obras que estão em andamento, como se vai fazer uma obra tão cara? Como se suspende o Gasene para fazer essa obra, que inclusive divide o Nordeste?

Também gostaria de falar sobre um fato grave que aconteceu ontem, Senador César Borges. Terminada a reunião, recebi em meu gabinete, juntamente com o Senador Marco Maciel, o Vice-Governador Mendonça Filho e o Secretário de Planejamento, Raul Henry, que se queixaram, inclusive, da forma deselegante e mal-educada como foram tratados pelo Ministro Ciro Gomes. Foi uma reunião em que foram convocados os governadores de três outros Estados – Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará –, além dos ministros...

(Interrupção do som.)

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Mais um minuto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> dispõe de mais dois minutos para concluir.



**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Além do Ministro Ciro Gomes e da Ministra Dilma Rousseff. Eles se sentiram constrangidos e maltratados porque se recusaram a assinar um documento para o qual a assinatura não estava prevista nessa reunião. O Ministro Ciro Gomes sempre foi useiro e vezeiro em tratar mal as pessoas. Aliás, até quando era candidato, ele tratava mal os eleitores. Mas, de qualquer maneira, em nome do povo pernambucano, gostaria de deixar o meu protesto pela forma como o nosso Governador em exercício e o Secretário de Planejamento foram tratados na reunião com a Ministra Dilma Rousseff e o Ministro Ciro Gomes.

Pernambuco é um dos Estados brasileiros que tem uma das mais belas histórias de resistência. Não é com ameaça que alguém convence o Estado de Pernambuco a mudar sua opinião. Ninguém nunca convenceu. O Estado de Pernambuco luta por aquilo que considera certo e justo, muitas vezes até para seu próprio prejuízo. É um Estado que recebe todos que vêm de todo canto. Essa semana mesmo faleceu o Governador Miguel Arraes, que foi três vezes Governador de Pernambuco e era cearense, e nem por isso sofreu constrangimento alguma vez.

Então, dessa forma, tratando mal, com grosseira, ninguém vai convencer Pernambuco a fazer nada daquilo que não interesse ao nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O próximo inscrito, pela Liderança do PDT, é o Senador Jefferson Péres, que terá cinco minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres pela Liderança do PDT.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ontem esta Casa ouviu com muita atenção o discurso do eminente Senador e prezado amigo José Sarney. O discurso foi muito bom, tanto na forma – S. Ex<sup>a</sup> é um homem de letras – como no conteúdo, até a metade. Aí, Sr. Presidente, o discurso ficou, a meu ver – e desculpe a franqueza, meu eminente amigo – comprometido.

O Senador José Sarney, um homem experiente, um homem inteligente, dizer peremptoriamente que não há nada que, nem de leve, comprometa o Presidente da República é negar a evidência.

O Presidente da República está, sim, comprometido. Há evidências disso. Mas, se dúvidas havia, há antecedentes que reforçam a evidência. Conforme citarei aqui, quem vai tentar convencer o Senador José Sarney não sou eu, que sou um oposicionista; não é uma ex-petista, como a Senadora Heloísa Helena, que

pode até falar levada pela emoção, pela mágoa, justa, por ter sido excluída do partido; quem vai falar são dois petistas históricos: um, que se desfilou voluntariamente, indignado com o comportamento inclusive do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva; o outro ainda está no PT.

Vejam o que disse – muitos dos senhores ouviram – o Sr. César Benjamin, domingo, no “Canal Livre” da TV Bandeirantes. Sociólogo, coordenador das duas primeiras campanhas de Lula, em 1989 e em 1994, coordenador das campanhas do então candidato a Presidente, disse César Benjamim, conforme texto de Sebastião Neri:

Em 93 (...) Lula nomeou um desconhecido professor primário de Goiânia, Delúbio Soares, para representante da CUT no Conselho do FAT. Era a mina.

O FAT (...), com mais de R\$30 bilhões do FGTS. (...) O Conselho é quem decide os investimentos.

(...) Na campanha de Lula em 94, o estupefato guerrilheiro Benjamin descobriu que o grosso do dinheiro do partido vinha criminosamente do FAT.

Benjamin chamou Lula, Dirceu, o comando do PT, e disse que aquilo era um escândalo inaceitável.

Ele nomeia:

Lula e Dirceu mandaram que em nome do partido ele esquecesse tudo. Benjamim não esqueceu (...) e abandonou o PT. (...)

Já naquela época, Benjamin profeticamente disse (...): “Isso aí é o ovo da serpente”.

A serpente já está maior que uma jibóia.

O outro merece ainda mais credibilidade: Hélio Bicudo, do alto dos seus 83 anos, jurista, respeitado, ex-Deputado, Vice-Prefeito, até há pouco tempo, da Prefeitura de Marta Suplicy. Ele é petista há 25 anos, desde a fundação do Partido, e muito ligado a Lula. A entrevista de S. Ex<sup>a</sup> na **Veja** é estarecedora, Senador Leonel Pavan:

O senhor acredita que o Presidente Lula sabia dos fatos que estão vindo a público?

(...) É impossível que ele não soubesse como os fundos estavam sendo angariados e gastos (...).

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Dê-me mais um minuto, por favor, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> dispõe de mais dois minutos ainda, Senador.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – E continua a entrevista:

Por que o Presidente não tomou nenhuma atitude (...)?

Ele é mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete. Sempre agiu dessa forma. (...)

Há outros exemplos dessa característica?

Há um muito claro. Em 1997, presidi uma comissão de sindicância do PT para apurar denúncias contra o empresário Roberto Teixeira, que estava usando o nome de Lula para obter contratos de prefeituras em São Paulo. A responsabilidade dele ficou claríssima.

Isso na sindicância presidida por Hélio Bicudo!

Foi pedida a instalação de uma comissão de ética, e isso foi deixado de lado por determinação de Lula, porque o Roberto Teixeira é compadre dele.

A acusação é frontal! Hélio Bicudo está mentindo, Senador José Agripino? Está caluniando Lula?

Sr. Presidente, o Presidente Lula vai escapar do tribunal judicial, vai escapar do tribunal político, mas do tribunal de ética ele não escaparia no julgamento moral. Estaria inapelavelmente condenado. Ele sabia de tudo, sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Como o Regimento determina que as Lideranças dos Partidos têm prioridade, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pelo PSDB. Em seguida, terá a palavra o Senador José Agripino, pelo PFL.

Infelizmente, Senador Sibá Machado, a palavra das Lideranças tem preferência sobre as demais.

Em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia, com 23 votações nominais. Teremos um dia hoje bastante puxado. Por isso, quero convocar as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores para que venham até o plenário. Após a palavra do Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB, e do Senador José Agripino, pelo PFL, será iniciada a Ordem do Dia, com 23 votações nominais.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acabei de ouvir trechos do pronunciamento do Senhor Presidente da República, em Vitória da Conquista, no mesmo estilo diante do tal pedido de desculpas. Em outras palavras, quase que repetindo o “vão ter que me engolir”.

Aqui temos uma notícia *on line* que diz assim: “Lula: ‘Se mexerem com vocês, também mexerão comigo’.” E ninguém está mexendo com o povo de Vitória da Conquista a não ser o próprio Presidente da República, trazendo instabilidade a partir da incapacidade

que tem de controlar o avassalador esquema de corrupção que grassa no seu Governo.

Depois ele diz: “Não são poucos os que querem jogar a corrupção para dentro do Planalto”. Aí, ele tem razão, são muitos: a complacência dele é uma, o Sr. José Dirceu é outro, o Sr. Delúbio Soares é outro, o Sr. Luiz Gushiken é um quarto, o Sr. Sílvio Pereira é um quinto, o Sr. Marcos Valério é um sexto, o Sr. Duda Mendonça é um sétimo, são muitos. Não são poucos os que querem jogar a corrupção para dentro do Palácio do Planalto. Mais do que esses poucos ou esses mais ou menos que querem jogar a corrupção para dentro do Palácio do Planalto, são milhões os que querem tirar a corrupção de dentro do Palácio do Planalto. Eu diria que é a população brasileira inteira.

Sr. Presidente, em seguida àquela manifestação com jovens de boa-fé liderados por uma juventude caquética da UNE, tivemos, depois da manifestação “Chapa Branca”, um protesto a favor. Foi o primeiro que vi na minha vida. Protesto a favor: “vamos sair a favor”. Aprenderão que não é *slogan*, não é consigna, não mobilizarão ninguém se saírem com alguma coisa do tipo: “Corrupto unido jamais será vencido!” Isso não vai dar em coisa alguma. O povo só sai se for o contrário, para enfrentar a corrupção.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na nota assinada hoje pelo Deputado Ricardo Berzoini, Secretário do PT, divulgada com o título de “Resolução”, o PT passou um certo atestado de óbito para si próprio. Comprova que já morreu. Falta lavar o documento.

Em um passado não muito distante, existiu no País uma agremiação com a alcunha de “O Maior Partido do Ocidente”. Foi a Arena. Agora, passamos a ter – se é que ainda temos – um Partido que agia sem o conhecimento de suas instâncias formais, o que, bem traduzido, significa que ali se fazia o que bem se entendia, já que as instâncias formais, Senador Jefferson Péres, não sabiam de nada. No seu suposto **mea culpa**, o Partido dos Trabalhadores confessa que ainda de nada sabe e promete se recompor, para consolidar importantes conquistas para o povo brasileiro e para recuperar a economia e a geração de empregos, num País que estava à beira de um desastre. O desastre, em 2002 – é preciso que parem de mentir de uma vez por todas –, se chamava Lula, se chamava Lula e sua trajetória de vida, se chamava Lula e suas concepções sobre a economia, se chamava Lula e o medo que os mercados e a economia real do País tinham de que seu Governo fosse um governo de negar de vez a estabilidade econômica.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O mais interessante foi a vacina que a nota do PT prega: as

confusões já vistas eles colocam lá; e aquelas por vir, as possivelmente vindouras.

Com essa absurdidade sem tamanho, o PT erra, desde logo, o tempo do verbo. Não, Dr. Berzoini, o País entregue ao governo petista não estava na beira do desastre. Quanto aos dados econômicos, sociais e o que mais queira, o partido do mensalão comprova o contrário. Por favor, use o verbo no tempo correto. Agora, sim, o País está à beira do desastre.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Senador Arthur Virgílio, conceda-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Concedo o aparte, com muita honra, ao Senador Jefferson Péres.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Senador Arthur Virgílio, isso é o que se chama de inverter as coisas, subversão das coisas. O pouco que este Governo está fazendo e mostrando, como aumento enorme das exportações, agronegócio – pelo menos no ano passado – exuberante, inflação sob controle, não seria a colheita dos frutos do Governo Fernando Henrique Cardoso? Embora tenha sido Oposição ao Governo no segundo mandato, tenho que reconhecer isso. E ele disse que recebeu o País em desastre?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Perfeitamente, Senador Jefferson Péres. Eles têm a síndrome do marco zero. Tudo não havia antes. Em algumas coisas, eles têm razão: mensalão, por exemplo, é invenção genuinamente deles. Inovaram nesse terreno da corrupção, porque havia em outros Governos, em outros momentos, mas mensalão é deles, é criação deles.

Sr. Presidente, vejo que faltou ao PT, como faltou ao Presidente Lula – portanto, a coerência entre ambos – sinceridade. Criaram a chamada república do mensalão. Pecaram feio.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Fingem pedir desculpas à Nação, porque não mencionam o nome dos tais pecadores, não dão o nome dos corruptos, evitam, com clareza – já concluo, Sr. Presidente –, que as apurações se dêem de maneira mais célere. Ou seja, é uma luta para se conseguir aprovar um requerimento convocando alguém. Depois, é outra luta para se conseguir que esse alguém seja ouvido, e o tempo vai passando. E o tempo não vai passando a favor. Já estou prevendo que, nesse ritmo, essas CPIs vão ser prorrogadas, e não vai ter recesso, e teremos o tempo do recesso dedicado a se completarem, antes do período eleitoral, essas investigações todas, para que todos sejam punidos.

Encerro, dizendo que o Presidente Lula fez mais do mesmo, o Presidente Lula fez a mesma coisa de

antes. Um pouco de respiro, voltou à arrogância, voltou à imprevidência, voltou ao populismo.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – A única coisa que o Brasil pede do Presidente é que o Presidente pare de falar insinceramente à Nação e retome o compromisso da verdade, dando nome aos bois da corrupção, dando nome aos bezerros de ouro da corrupção, dizendo quais são as providências concretas, porque não está ganhando tempo. Sua Excelência está perdendo tempo, porque perder tempo político significa estar o Presidente perdendo credibilidade, perdendo densidade.

Há pouco, eu falava com um Deputado, um dos mais experimentados Parlamentares com assento neste Congresso, que nos estava dando a honra de sua visita. S. Ex<sup>a</sup> saiu e disse: “Olha, Arthur, o caldo está entornado, e essa gente não percebe. O caldo está entornando, o barco está à deriva, e essa gente não nota; essa gente não providencia. Então, está ficando quase irreversível a situação”. Percebi desalento no velho analista da cena brasileira, lúcido como sempre foi. Notem que não se trata de alguém que vê com antipatia este Governo – ele tentou ver com simpatia –, mas os fatos falam mais forte...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ... do que qualquer simpatia. Portanto, não sei mesmo o que dizer. A crise se avoluma.

Concluo, Sr. Presidente, e desta vez realmente o faço. Pobre do país cujo Presidente e cuja estabilidade política dependem de o doleiro não falar; dependem de o Silvinho calar; dependem de o Delúbio silenciar; dependem de o Dirceu não se zangar; dependem de o Marcos Valério dizer apenas metade da verdade; dependem de o Duda não contar tudo. Pobre do país, pobre do Presidente, pobre do Governo, cuja estabilidade política se assenta em bases tão túbias, tão frágeis, porque o ideal seria que os tivéssemos visto preservarem a majestade do poder que conquistaram. Hoje, não. São reféns do doleiro Barcelona, são reféns do Seu Land Rover, são reféns do Seu Delúbio, são reféns de todos aqueles que sabem que outros sabem dos malfeitos que uns praticaram...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ... outros autorizaram e de que muitos tomaram conhecimento.

Era o que eu tinha dizer, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DIRCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

Na nota, assinada pelo Deputado Ricardo Berzoini e divulgada hoje, com o pretensioso título de *Resolução*, o PT passa ele próprio um atestado de óbito.

O PT comprova e assina embaixo que o Partido já morreu. Só faltava lavrar o documento.

- Num passado não muito distante, existiu no País uma agremiação com a alcunha de *o maior partido do Ocidente*.

- Agora, passamos a ter – se é que ainda temos – um partido que agia *sem o conhecimento de suas instâncias formais*, o que, bem traduzido, significa que ali se fazia o que bem se entendia.

No seu *Mea Culpa*, o Partido dos Trabalhadores confessa que ainda de nada sabe e promete se recompor para *consolidar importantes conquistas para o povo brasileiro, recuperar a economia e a geração de empregos num país que estava à beira do desastre*.

= COM ESSA ABSURDIDADE sem tamanho, o PT erra desde logo no tempo do verbo.

- Não, Dr. Berzoini, o PAÍS entregue ao Governo Petista não estava à beira do desastre. Os dados econômicos, sociais e o que mais queira o partido do mensalão comprovam o contrário.

- Por favor, use o verbo no tempo correto: Agora, sim, o PAÍS ESTÁ à beira do desastre.

- Outra correção. Agora, o País não está à beira do desastre. O Governo que aí finge governar é o próprio desastre e empurrou o Brasil para o próprio, i.é, para o Desastre mesmo, com letra maiúscula.

= Chega de tapeações. Tapeações que, no começo, eram promessas. Promessas mil de milhões de empregos.

= O PT falou e falou em geração de empregos. Depois, mostrou e comprovou que não sabe nem o que é gerar nem o que é emprego. Muito menos promessas mil.

Mais adiante, no mesmo AO – (o Atestado de Óbito do PT), a *Resolução* (sic!) rotula o discurso de Lula na última sexta-feira como *início de um novo diálogo entre o Governo e a Sociedade Civil*.

Que Deus nos livre dessa ameaça!

O que já houve, basta. Foi uma experiência mal ajambrada que não deu certo. Por que insistir na mesma receita de resultados ázimos?

Na nota, a modéstia ficou lá longe. Quem nada fez em mais da metade do quadriênio perdido, agora ensaia uma maçaroca e promete um orçamento nacional para o próximo ano capaz de alavancar grandes investimentos públicos em:

infra-estrutura  
habitação popular,  
recuperação do salário mínimo,  
implementação da reforma agrária  
avanços na  
educação,  
saúde e  
combate à pobreza.

De duas, uma: ou o PT embotou geral ou deu a louca no partido.

Esse elenco de realizações já constou do roteiro de um filme que o Brasil já viu. Já viu e não gostou. Reprise, nunca mais!

= Enfim, um texto mais para o terreno da *abilolagem* do que para o campo da humildade e da realidade.

= O PT pecou feio.

= O PT criou a República do Mensalão.

= A República de verdade dispensa o pecador. Adeus, PT! É o que soa bem para a Nação humilhada pelos petistas.

*Orlando Silva*



**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso

I e § 2º, do Regimento Interno.)

Íntegra da resolução:

*As novas denúncias relacionadas com financiamento paralelo de campanhas eleitorais, que envolvem diretamente o Partido dos Trabalhadores e sem o conhecimento de suas instâncias formais, demonstram, mais uma vez, a necessidade de que o PT continue reunindo informações para a apuração de responsabilidades e de aplicação de punições exemplares. A Executiva Nacional do PT, na sua composição atual, afirma que desconhece tais operações e ainda mais, que desconhece se mais fatos dessa natureza virão à tona.*

*O Partido, com esta resolução, faz o seu primeiro pedido de desculpas à Nação, pois os atos que nos comprometem, moral e politicamente perante os brasileiros, foram cometidos por dirigentes do PT, sem o conhecimento de suas instâncias. Quando tivermos um quadro completo das responsabilidades, como as já assumidas pelo nosso ex tesoureiro, elas serão amplamente divulgadas à sociedade brasileira.*

*Tais atos criaram uma situação de constrangimento para o PT e para o nosso governo. É impossível avaliar, neste momento, a profundidade e a gravidade de tais danos. Estamos recompondo nossa vida interna, reorganizando as nossas estruturas administrativas e procurando responder à crise política para defender a continuidade com normalidade do governo Lula. Ao Presidente, o PT manifesta a sua confiança e a disposição de defender o seu mandato, que já consolidou importantes conquistas para o povo brasileiro, recuperando a economia e a geração de empregos num país que estava à beira do desastre.*

*A continuidade do projeto do PT, fundado na ética, na democracia, na busca de emancipação e justiça, na construção de uma sociedade sem miséria e sem opressões, é o ponto de partida de todas as ações da atual Executiva Nacional. Reconhecemos a necessidade de construir métodos mais democráticos de direção, maior respeito à pluralidade interna e também reconhecemos a exigência de promover o fim dos relacionamentos informais - por isso não transparentes - entre governo e partido, que só favorecem a manipulação das instâncias partidárias por dirigentes com mais acesso ao poder.*

*O discurso do Presidente à Nação deve ser entendido como o início de um novo diálogo entre o governo e a sociedade civil. A ele devem se seguir propostas concretas de combate à crise, quer em relação à reforma política, ao aprofundamento do combate aos crimes de natureza financeira, bem como ao preparo de um orçamento nacional, para o próximo ano, capaz de alavancar grandes investimentos públicos em infraestrutura e habitação popular, prosseguir a recuperação do poder de compra do salário mínimo, implementação da reforma agrária, bem como investimentos ainda maiores em educação, saúde e combate à pobreza.*

*São necessárias medidas imediatas que promovam altas taxas de crescimento e juros compatíveis com o alavancamento da produção e do consumo das classes trabalhadoras de baixa e média renda, sem comprometer a estabilidade macro econômica.*

*É hora de combinar estabilidade com crescimento e distribuição de renda. Neste sentido, a saída política para a crise deve contemplar, sem demagogia, medidas de profundidade para estimular o setor produtivo e a melhoria dos padrões de consumo das classes assalariadas. Não se trata de uma polêmica entre direita e esquerda, mas de um cumprimento efetivo, ou não, das funções públicas do Estado.*

*O PT defende uma ampla reforma política, com fidelidade partidária rigorosa e financiamento público e redução dos custos de campanhas, com vigência ainda para as eleições de 2006. Por isso, após emenda constitucional que amplie, até o final deste ano, o prazo para votação de mudanças na lei eleitoral, para aplicação nas eleições de 2006.*

*A Executiva Nacional orienta todos os seus Diretórios Municipais para que promovam debates e manifestações em defesa do PT, contra a corrupção e a impunidade, e em defesa do governo Lula no dia 27 de agosto.*

*A Executiva Nacional aprovou também a constituição de uma comissão de sindicância, com a finalidade de consolidar as informações a respeito dos filiados citados nas denúncias, a partir dos relatórios apresentados por esses filiados e de oitivas dos mesmos, sem prejuízo do trabalho da comissão de ética, e levar à próxima reunião do DN suas conclusões e pareceres, para deliberação.*

*Deverá ainda diagnosticar os problemas de financiamento de campanha desde a eleição de 1998, com o objetivo de municiar a direção partidária de informações e propostas que permitam prevenir futuros desvios de conduta nas relações financeiras do Partido.*

*A Executiva Nacional convoca reunião extraordinária do Diretório Nacional para o dia 3 de setembro, em São Paulo, com a seguinte pauta:*

*1. Encaminhamento de decisões punitivas a membros do partido, a partir dos pareceres da Comissão de Sindicância e/ou da Comissão de Ética.*

*2. Conjuntura Nacional: crise política, situação do governo Lula, propostas ao governo e ação partidária no Legislativo e na Sociedade Civil.*

Brasília, 16 de agosto de 2005.

//



## Lula: "Se mexerem com vocês, também mexerão comigo"

13:17 17/08

Da Redação

**Em mais um discurso em tom de campanha e dirigido às classes mais baixas Luiz Inácio Lula da Silva disse que "não são poucos" os que querem jogar o Palácio do Planalto as denúncias de corrupção. Ele disse, porém, que está "consciência limpa" e reafirmou que, no que depender dele, todos os culpados serão punidos.**

[Leia abaixo o texto](#) ↕

Publicidade



No discurso feito de improviso, durante lançamento do programa Luz Para Todos, em Vitória da Conquista (BA), o presidente defendeu a oferta de políticas públicas para a população mais pobre do País e disse que o seu papel como presidente é "não perder a paciência nunca".

"Governar um País deste tamanho não é uma tarefa simples, é um jogo de paciência cotidiano", disse. "O meu trabalho como presidente não é só administrar a grande política de Brasília, é cuidar para que a família brasileira viva em paz, viva em harmonia", disse.

Lula foi recebido com muitos aplausos por um público, incluindo representantes do sindicato dos metalúrgicos e da Umes (União Municipal dos Estudantes) que carregava bandeiras do PT e frases com os dizeres: "Lula é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo". E ele agradeceu o apoio dos manifestantes pró-governo. Antes de iniciar o discurso improvisado, disse: "Se mexerem com vocês, também mexerão comigo".

Ele voltou a defender a punição dos culpados, mas disse estar com "a consciência limpa" e que "sou um homem tranquilo porque tenho a consciência limpa, tranquilo". **"Não são poucos os que querem jogar a corrupção para dentro do Planalto"**

Segundo Lula, estão querendo levar a crise política para dentro do Planalto. "Não são poucos os que querem jogar para dentro do Palácio do Planalto algum processo de corrupção, mas eu estou mais atento", disse. "Não haverá de nossa parte nada que não possa favorecer qualquer fiscalização", disse. Segundo ele, os culpados precisam ser punidos, mas é preciso que esperem o julgamento dos tribunais para que não sejam cometidas injustiças.

"Tantos quantos cometeram erros, praticaram ilícitos, serão punidos da forma mais rigorosa. Todos os culpados serão punidos pelo presidente. O máximo que o presidente pode fazer é afastar. Depois tem que pagar", disse. "Isso vale para a minha casa, para o meu partido, para os meus amigos sindicalistas brasileiros. Tem lei, regras. Quem não cumpriu, cometeu erros, tem que pagar", disse.

Ao falar sobre os benefícios do programa que leva energia elétrica para aqueles que não dispõem de luz e do candieiro, Lula defendeu a oferta de políticas públicas para os mais necessitados. "É fácil governar apenas para aqueles que conseguem audiências", disse. "Tem uma parte do Brasil que conquistou a cidadania. Uma parte tem acesso às melhores escolas, os melhores médicos. Mas há uma parte mais pobre que ainda não teve oportunidade".

Lula destacou, entretanto, que isso exige paciência e enfrentar interesses estabelecidos. E, segundo o presidente "não perder a paciência nunca", a contrário do cidadão que pode ficar nervoso por mais que esteja irritado ou nervoso, em função do cargo que estou e porque também sei que o povo gosta de um presidente que fica gritando, berrando. O povo quer um presidente que converse com tranquilidade e respeito".

O presidente voltou a dizer que as suas viagens deixam a oposição irritada, mas reafirmou que ele quer andar no meio do povo".

### Ex-assessor de Palocci está preso em Ribeirão Preto

O Globo

**RIBEIRÃO PRETO** - O advogado Rogério Buratti, que foi assessor do ministro Antonio Palocci quando ele foi prefeito de Ribeirão Preto pelo PT, está preso em Ribeirão Preto. Ele chegou por volta das 13h30m para depor na polícia da cidade sobre superfaturamento de contratos para a limpeza de lixo na cidade e fraude em licitações, quando recebeu a voz de prisão. O mandado de prisão temporária foi assinado pelo juiz Luiz Augusto Freire Teotônio, de Ribeirão Preto, a pedido dos cinco promotores públicos da cidade que o estão ouvindo na delegacia de polícia da cidade. A ordem de prisão foi expedida com base em documentos obtidos pelos promotores.

### MAIS NOTÍCIAS DO

**17/08 15:12** - PT ter entre ficar com Tars

**17/08 15:09** - Manife queimam boneco sir

**17/08 15:09** - Teleci "Encontros e Desen

**17/08 15:06** - Frente temporais no Sul do

**17/08 15:01** - "Sou r coração de mãe", di

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL

– BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL

– BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queremos – o Governo diz também que quer, e até o Presidente da República repete demais esse assunto – apurar tudo. Entretanto, a atuação parcial do Senador Amir Lando na CPI do Mensalão não permite que se apure coisa alguma. Ele não deixa, inclusive, que se votem os requerimentos, nem permite que se tratem os assuntos na profundidade que a situação exige.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que veja o Senador Amir Lando e peça ao Presidente da Casa que diga a orientação que o Senado tem, ou seja, se é para apurar ou para fazer acórdino, acórdão ou coisa que o valha, passando para debaixo do tapete as imoralidades que estão existindo e que a Comissão do Mensalão não quer apurar por parte do seu Presidente e por inteligência bem privilegiada do Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Será encaminhada a sua reclamação ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela

ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou membro dessas duas Comissões. Preciso contraditar o Senador Antonio Carlos Magalhães, porque vejo ambas as Comissões trabalhando de comum acordo entre seus membros. Não houve requerimento das duas Comissões que não tenha sido aprovado. Acabamos de entender que qualquer requerimento sem acordo deve ser submetido a voto. As pessoas devem expor suas opiniões e votarem.

Amanhã, inclusive, faremos uma nova reunião de trabalho. Não há problema algum. Votamos, hoje, mais de 30 requerimentos naquela Comissão, de comum acordo. Não houve problema. Desconheço essa questão e defendo o Senador Amir Lando.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Também será encaminhada a sua reclamação ao Presidente desta Casa.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu me sinto na obrigação de falar. Eu não sei o que ocorre na CPMI do Mensalão, não sou parte, não sei como agiu o Senador Amir Lando.

Mas, como o Senador Sibá acabou trazendo depoimento sobre duas Comissões, inclusive sobre uma de que faço parte, que é a CPMI que tenta investigar os Correios, sinto-me na obrigação de dizer que isso não é verdade. A base de bajulação do Governo age de uma forma que impede mesmo. Nós é que ficamos todo o tempo, o tempo todo, querendo que se votem requerimentos, e não se votam.

Sinto-me na obrigação de dizer que o Senador Jefferson Péres já pediu 300 vezes que se vote um requerimento seu, assim como o Senador César Borges; quanto a mim, nem se fala.

Não sei o que acontece na outra Comissão, mas o Senador Sibá, ao se referir à CPMI de que faço parte, acabou nos comprometendo a todos. Realmente, naquela CPMI, pelo amor de Deus, não se vota mesmo, não.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Peço a palavra pelo art. 14, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– As observações da Senadora Heloísa Helena, do Senador Sibá Machado e do Senador Antonio Carlos Magalhães serão encaminhadas ao Presidente da Casa.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Eu não quero que se fale com o Presidente da Casa, não. Só estou falando aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Concedo a palavra, pelo art. 14, ao Senador Antonio Carlos Magalhães e, logo após, falará o Senador José Agripino.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Também fui citado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Quero adiantar aos demais Senadores que há 23 itens na Ordem do Dia que exigem votação nominal. Convoco todos os Senadores a comparecem ao plenário, para que possamos, hoje, votar os projetos.

Concedo a palavra, pelo art. 14, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Não há dúvida, Sr. Presidente, de que o Senador Sibá Machado tem se projetado muito. É o grande líder, hoje, desta Casa. Por isso, corre em todas as Comissões. Vai na Comissão de Justiça e diz que tem que ir para a CPI dos Bingos, e tem que ir para a CPMI do Mensalão, e tem que ir para a CPMI

dos Correios. Essa figura realmente acabou com o Mercadante, acabou com o Delcídio, acabou com toda a Bancada do PT. É o mérito desse Senador que está realmente empolgando a Nação brasileira. V. Ex<sup>a</sup>, quando aparece na televisão, Senador Sibá Machado, todos aplaudem! Realmente, V. Ex<sup>a</sup> parece que é uma grande figura e, por isso, não vê com os seus próprios olhos o que está-se passando na CPI do Mensalão, nem na CPI dos Correios, como a Senadora disse com muita propriedade.

Ora, é preciso fazer as coisas com seriedade, não tentar protelação, não fazer acordinho para salvar A ou B. Não queremos o *impeachment* de Lula. Temos dito isso várias vezes. Mas, se se chegar a isso, o que fazer?

Deixo claro que os Senadores e Deputados que estão atrapalhando o funcionamento da CPI estão também prejudicando o Presidente da República. Na maneira de agradar, prejudicam-no, como vimos ontem.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, invoco o art. 14 porque também fui citado. Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me concedesse cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Sibá Machado, antes que V. Ex<sup>a</sup> faça uso da palavra com base no art. 14, registro a presença neste plenário do Senador Duciomar Costa, hoje Prefeito de Belém do Pará e que aniversaria hoje.

Com a palavra, o Senador Sibá Machado, de acordo com o art. 14 do Regimento Interno. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dois minutos, o mesmo tempo usado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero dizer a V. Ex<sup>as</sup> que gosto de tratar as pessoas com profundo respeito – a todos – e não importa a idade e a vida de cada um. Respeito a todos e vou fazer isso eternamente. Em segundo lugar, cumprirei o mandato que me foi outorgado pela atual Constituição e por vontade do povo do Acre. Enquanto a Senadora Marina Silva for Ministra de Estado, eu estarei aqui. E, se o meu Partido me conduz a todas as CPIs em que estou é porque acha que...

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – E se a Ministra Marina voltar?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Estarei fora daqui. Não há nenhum problema. Isso está na lei. No dia em que o edital for publicado no **Diário Oficial da União**, estarei fora daqui. Virei aqui apenas para cumprimentar V. Ex<sup>as</sup>, se assim me for permitido.

Acompanho os debates e estranho mesmo a posição da CPI, de onde sumiram documentos por duas vezes e houve alteração de documentos do Banco

Rural. Não se sabe quem foi, mas é preciso que se investigue. Precisamos ainda investigar pessoas que gravam audiências fechadas, que, no outro dia, são divulgadas pela TVs – e não sou eu. Não posso admitir quem quer que seja fazendo isso.

Quero corrigir-me retirando a generalização feita e para qual a Senadora Heloísa Helena, corretamente, me chamou a atenção. Isso não existe. Mas quero afirmar que assisto e que acompanho todos os trabalhos. Essas duas CPIs têm, sim, um nervosismo nos debates, o que é peculiar entre partes que estão trabalhando em pontos tão divergentes. Mas, na CPI do Mensalão, Sr. Presidente, esse tipo de debate não está posto. E, se não está, eu não posso julgar que é por incompetência de quem está lá dentro. É uma nova relação; é outro tipo de harmonia. Nós estamos convivendo em outro patamar que não o da CPI dos Correios. E pretendemos, sim, segundo o nosso Relator, não fugir do foco, não atirar para todos os lados para, depois, abraçar algo que não podemos. Pretendemos, sim, fechar um relatório à altura do que serve a esta Casa e aos propósitos dessas duas CPIs.

Então, diante disso, agradeço a todos e especialmente às pessoas que aqui me ajudam a crescer e a prestar um bom serviço. E quanto ao meu mandato, vou cumpri-lo enquanto aqui estiver.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na qualidade de membro da CPI dos Correios, solicito ao Senador Sibá Machado, por quem tenho muito apreço e admiração, que dissesse quem fez as gravações e depois as divulgou e quem subtraiu documentos da CPI. Trata-se de fatos graves, mencionado aqui de maneira geral.

Como membro da Comissão e tendo em vista a responsabilidade do Senador Sibá Machado naquela CPI, quer seja representando o Partido dos Trabalhadores, quer seja por seu próprio valor, penso que S. Ex<sup>a</sup> está na obrigação de dizer à Nação o que sabe sobre esses fatos, se é que sabe de fatos dessa natureza, porque estará prestando um grande serviço ao País denunciando os responsáveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Eu gostaria de pedir a atenção dos demais Senadores, porque precisamos retomar aqui...

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o que falarei agora seria fruto do discurso que ia fazer.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> e a todos os Senadores desta Casa que existe, sim, uma sindicância dentro da CPMI dos Correios, e não é de hoje.

Os documentos do Banco Rural estão alterados. Uma página de um documento apareceu no jornal **O Globo** noutro dia, e ninguém sabe quem foi. E agora há uma dúvida sobre dez notas fiscais, e também ninguém sabe quem foi. Se eu soubesse, Senador, eu diria com toda a tranqüilidade. Mas estou falando aqui para V. Ex<sup>a</sup> sobre um fato ocorrido e que não se sabe ainda quem o realizou.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC. *Fazendo soar a campanha.*) – Peço a atenção do Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, apenas para concluir. Sr. Presidente, pelo amor de Deus, eu só quero concluir.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, tanto quanto eu, todos naquela Comissão ficam sob suspeita porque todos nós temos acesso aos mesmos documentos. E enquanto não aparecer o responsável, todos os membros das duas Comissões estão sob suspeitas. Quero externar aqui a minha angústia que, com certeza, deve ser de todos. Sumiram, sim, documentos, e nós temos que descobrir o responsável.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Nós vamos encaminhar toda essa discussão ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros.

Com a palavra, pela Liderança do PFL, o Senador José Agripino.

Logo após, será iniciada a Ordem do Dia, com a votação de 23 projetos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador Jefferson Péres, V. Ex<sup>a</sup>, a quem eu pedi que ficasse no plenário e que gentilmente me atendeu, comentarei um fato ocorrido na semana passada.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jefferson Péres, é um jurista que respeito, não assistiu à sexta-feira tensa que vivemos aqui. Éramos poucos. Era o Governo reunido na Granja do Torto, e nós, poucos, reunidos aqui, no plenário do Senado, estabelecendo um contraponto. Contraponto de quê? Do que provocou o depoimento do publicitário Duda Mendonça na quinta-feira.

Duda Mendonça disse, com todas as letras, que havia contratado, com a campanha do Presidente Lula, o esquema de *marketing* e de assessoria por R\$25 milhões; havia recebido R\$14 milhões no País de forma legítima, parte; de forma ilegítima, outra parte. Havia recebido também R\$11 milhões nas Bahamas, numa conta que lhe haviam orientado abrir no exterior, para receber o saldo da conta da campanha do Presidente Lula.

Quem disse isso foi Duda Mendonça, o homem do chapeuzinho, que inventou os chapéus, os bonés de Lula. Disse que recebeu os R\$11 milhões em moeda estrangeira, lá fora.

A Nação ficou impactada com isso e estabeleceu-se evidentemente uma polêmica enorme, Senador Ramez Tebet, porque isso é escancarar. Quantos prefeitos do seu Mato Grosso e do meu Estado estão sendo cassados por denúncias que não chegam a 1% dessa gravidade, por abuso de poder político, poder econômico? Estão sendo cassados.

Duda Mendonça chega aqui, Senador Jefferson, declara o que declarou e provoca o *frisson* que provocou. É neste ponto que solicito a atenção de V. Ex<sup>a</sup>. Eu disse que estava indignado, mas que aguardaria, até a segunda-feira, uma manifestação por parte daqueles que precisam explicar, uma manifestação sobre o fato que tinha sido declarado pelo Duda Mendonça. Se não houvesse uma declaração, se a Procuradoria-Geral da República, que tem a obrigação de defender o interesse da sociedade, a legalidade, o interesse do cidadão que neste momento está em jogo, eu ia tomar a iniciativa de provocar a Procuradoria, no sentido da reabertura das contas do Presidente Lula, para que esse assunto ficasse esclarecido.

O que aconteceu, pelo depoimento de Duda, foi um escárnio. O nível de denúncias é tal que nós estamos perdendo as referências. Isso é o fim! Conta de campanha declarada por um publicitário, que nem convocado foi, Senador Antonio Carlos Magalhães, e que veio aqui voluntariamente para dizer que recebeu R\$11 milhões em moeda estrangeira! Ninguém sabe se foi daqui pra lá ou se foi moeda estrangeira que já estava lá e foi direto para a conta nas Bahamas. Então, eu me animei...

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> me concede dez segundos?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Pois não, Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Qualquer fato, dessas dezenas já arroladas, seria desestabilizador em relação ao que é normal.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Em condições normais de temperatura e pressão, qualquer um deles.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Todos juntos, nesse quadro, mostram-nos algo parecido com o caos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Todos juntos, Senador Arthur Virgílio, fazem com que percam as referências. E parece tudo tão normal, tão absurdo que o mais absurdo parece normal.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador José Agripino, desafio o mais empedernido opositorista a



acompanhar tudo isso, e desafio o mais competente jornalista a dizer que está cobrindo tudo isso. Ninguém consegue. Sob esse aspecto, o Governo nos dribla mais do que o Garrincha fazia com os seus “joões”.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – De tudo o que aconteceu, houve um pronunciamento logo depois, de Sua Excelência, o Presidente, em que, mais uma vez, ele disse que nada era com ele. Ele passou ao largo dos malfeitos do PT, dessa turma de traidores que ele não nominou. Nada é com ele.

Senador Jefferson Péres, tenho em mãos a Lei nº 9.504/97, a Lei Eleitoral. No art. 21, ela diz:

O candidato é o único responsável pela veracidade das informações financeiras e contábeis de sua campanha, devendo assinar a respectiva prestação de contas sozinho ou, se for o caso, em conjunto com a pessoa que tenha designado para essa tarefa.

O candidato é o único responsável! V. Ex<sup>a</sup> foi candidato, como o Antonio Carlos Magalhães foi, como o César Borges foi, como eu fui. Assinamos tantas vezes as contas de campanha, conscientes do que estávamos assinando, daquilo que recebemos e do que pagamos. O Presidente Lula assinou a prestação de contas dele, e ele é o único responsável; é ele, Luiz Inácio Lula da Silva! Não adianta dizer que não sabia. Sabia porque assinou; sabia porque assinou!

Art. 24. [da mesma lei]: É vedado a partido e candidato, receber direta ou indiretamente doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

I. entidade ou governo estrangeiro.

Entidade. Pode ser uma ONG, pode ser uma instituição financeira. É o que vai ser investigado. Vou repetir: “É vedado a partido e candidato...”. O candidato foi Luiz Inácio Lula da Silva, que tinha a obrigação de saber, porque assinou a prestação de contas. Ele tinha a obrigação de saber o que ele assinou, o que gastou e quanto custou. Vinte e cinco milhões foi quanto Duda disse, o que impactou o País inteiro. Muito bem!

O candidato, Senadora Heloísa Helena, não deu resposta nenhuma, fez aquele pronunciamento que todos nós vimos, não convenceu ninguém. Agora, vou eu fazer ar de paisagem? Vou eu ficar assistindo a isso tudo? Eu, que fui eleito para ser oposição, que tenho o dever de fiscalizar, de cobrar e denunciar, por dever de ofício; vou eu ficar calado? Conhecendo o art. 22 da Lei das Inelegibilidades, ele diz:

Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá

representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito:...

Está aqui escrito. É o caso. Sabendo disso, vou eu calar? Esperei até hoje. Eu disse que seria segunda. Hoje é quarta. Esperei até hoje. Não houve resposta alguma. A resposta está aqui: eu e o Senador Arthur Virgílio vamos entrar agora com uma ação de investigação que se chama – não sou jurista, Senador Jefferson Péres – ação de investigação judicial eleitoral, muito bem feita, muito pragmática, muito correta. Está aqui feita, assinada por mim e pelo Senador Arthur Virgílio. Vamos entregar ao Procurador-Geral da República e pedir que ele, à luz dos fatos postos na minha banca, com as provas, inclusive com as cópias das transferências em moeda estrangeira que Duda Mendonça entregou à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – foi público –, abra a ação de investigação eleitoral e provoque o Tribunal Superior Eleitoral, que, aí sim, vai reabrir as contas de Lula, fazer o cotejo com o que Duda Mendonça falou, e passar a limpo.

O que pode redundar disso? Pode redundar, entre outras coisas, inelegibilidade do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva. É isso que quero? Não é isso que quero, mas é isso que preciso fazer, a menos que eu queira fazer ar de paisagem, achar que nada aconteceu, que Duda é um boquirroto e que tudo o que ele falou não merece fé. Merece, pelo menos, ser investigado pelo fórum próprio que é o Ministério Público, a Procuradoria-Geral da República, que é paga com recursos públicos do contribuinte para defender o interesse da sociedade.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Jefferson Péres.

**O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM)** – Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Arthur Virgílio fizeram muito bem de entrar com essa ação pedindo uma ação do Ministério Público. A confissão do Duda revela dois crimes: crime eleitoral e o crime comum de evasão de divisas, de lavagem de dinheiro. O crime eleitoral talvez esteja prescrito pela preclusão, não sei. Mais sonegação fiscal. Pelos crimes comuns, ele só poderá ser processado porque foram praticados antes de ele assumir depois que deixou a Presidência da República. Agora, o fato de ele se alhear, fingir que não tem nada com isso e não dar explicações, isso está explicado pelo petista Hélio Bicudo, que acabei de ler da tribuna,

textualmente, Senador José Agripino, referindo-se ao Lula: “Ele é mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete; sempre agiu dessa forma”.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Só que, Senador Jefferson Péres, agora ele assinou! A sua prestação de contas foi assinada por ele. Não tem mais o que escapar, não precisa Hélio Bicudo dizer nada, está escrito. O que é preciso é que o Ministério Público instale a ação de investigação e que o Tribunal Superior Eleitoral cumpra sua obrigação, comece a ouvir os depoentes, as pessoas que podem passar essa história a limpo, porque agora há uma coisa que ninguém destrói: a prestação de contas está assinada. Eu acho que se impõe a reabertura para o cotejo das informações que a comissão parlamentar de inquérito está produzindo, que o Duda Mendonça já informou, que o Toninho da Barcelona poderá vir a informar, enfim, tudo isso que está sendo investigado. Está na hora da verdade, e nós vamos provocar o Ministério Público para cumprir o nosso dever cívico de cidadão e de instrumento da sociedade para passar este País a limpo.

Ouçõ, com muito prazer, o Senador Sibá Machado, se eu puder, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Não sei se é permitido, mas, como concedemos antes, vamos conceder ao Senador Sibá Machado também.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino, esses números que envolvem o Presidente Lula, a prestação de contas do Presidente Lula, não estamos nos furtando a nenhuma investigação sobre eles. O que nos preocupa é que estão colocando num tom de ameaça, como se fosse para a destruição da figura do meu Partido. Queremos assegurar a V. Ex<sup>a</sup>, a esta Casa, a todo o mundo que não queremos nos furtar à investigação. Agora, o doleiro foi muito irresponsável em escolher um nome para citar; quando ele disse que teria notícias de muito mais tempo, que dissesse quais são essas notícias. E fica tentando matar todo mundo dos nervos. Quanto a essa prestação de contas e principalmente àquele caso, eu gostaria de voltar à tribuna num momento mais calmo, para poder falar sobre isso com maior propriedade. Mas digo a V. Ex<sup>a</sup>: creio que o meu Partido deveria fazer logo essa devassa nas suas contas, abrir logo esse sigilo fiscal para todos nós, deixar aberto ao Senado, às CPIs e tudo o mais, exatamente para garantir a V. Ex<sup>a</sup> e a todos nós que esse problema não existe. E, se existir, que dê a nós o resultado que emana da lei. Mas deixo V. Ex<sup>a</sup> tranqüilo de que não há nenhuma preocupação de nossa parte com o tipo de investigação que envolve o PT.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Graças a Deus, Senador Sibá. E o que quero é exatamente livrar V. Ex<sup>a</sup> de morrer dos nervos. Quero que essa in-

vestigação se proceda logo. O que estou provocando é à luz da lei. Eu citei os artigos da lei. O que a gente não pode é, em função da desabrida afronta à lei, fazer de conta que nada houve porque é um assunto que diz respeito ao Presidente da República. Temos de investigar, sim, para usar as expressões de Sua Excelência o Presidente, doa em quem doer, chegue aonde chegar, rasgue as carnes que rasgar. Agora, é nossa obrigação. Vou provocar o Ministério Público. Vou acompanhado do Senador Arthur Virgílio, agora, ao Procurador-Geral de República, e espero que este assunto fique esclarecido no menor espaço de tempo possível, até para que não morra ninguém de ataque de nervos, como V. Ex<sup>a</sup> diz. Não quero que ninguém morra dos nervos. Quero que o País se salve deste vendaval de acusações de lama e de corrupção que tem de ser varrido de uma vez por todas.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

Senadora Heloísa Helena, a Presidência pretende atender a solicitação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A minha intervenção é para comunicar à Casa, Sr. Presidente, que às 13 horas e 30 minutos de hoje o advogado Rogério Buratti foi preso na cidade de Ribeirão Preto, por ordem do juiz Luiz Augusto Freire Teotônio, acusado de superfaturamento de contrato para limpeza de lixo na cidade e fraude em licitações. Foi nesse momento que ele recebeu voz de prisão. Esse é um dado que interessa muito o funcionamento da CPI senatorial dos Bingos, Sr. Presidente.

Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

*Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Leonel Pavan, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4<sup>o</sup> Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência agradece a informação transmitida por V. Ex<sup>a</sup> aos demais Senadores.

Senadora Heloísa Helena, a Presidência vai lhe conceder a palavra, conforme a solicitação e a inscrição de V. Ex<sup>a</sup>. Em seguida, passaremos à Ordem do Dia, pois temos 23 itens a serem votados.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senador Siqueira, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> de coração pela generosidade. Sei que temos que entrar na Ordem do Dia, mas como são mais de vinte itens na pauta, eu não poderia deixar de fazer uma saudação a todos os militantes, às

mulheres e aos homens de bem e de paz, até porque querem continuar ensinando aos seus filhos que é proibido roubar. Vieram hoje, numa marcha, a Brasília, com muita paz e carinho, uma marcha maravilhosa, não subsidiada pelo poder público nem pelo mensalão. Uma marcha muito bonita, com muitos militantes. Quero saudar a todos esses militantes.

Algumas pessoas, Sr. Presidente, imediatamente perguntaram se era a marcha pedindo o *impeachment* do Senhor Presidente ou qualquer uma dessas coisas. Isso nem faz parte do nosso calendário e da nossa discussão. Talvez essa angústia da base de bajulação do governo seja justamente porque nós, num passado muito recente, fazíamos muito como palavra de ordem: *xô, fora isso, fora aquilo outro*. Lembro com clareza que eu era parte de muitas das manifestações populares, na época eu era do PT, e nós dizíamos: *Xô, Sarney*. Hoje todo o grupo do ex-Presidente Sarney está dentro do Governo Lula. Dizíamos: *Fora, Collor*. Hoje todo o grupo do ex-Presidente Collor está dentro do Governo Lula. Dizíamos: *Fora, Fernando Henrique*. Muitos que lá estavam no Governo Fernando Henrique estão hoje dentro do Governo Lula.

Sim, exatamente, o Senador Leonel Pavan diz “do PMDB”. Uma banda, porque tem alguns que não querem.

Talvez, porque nós, num passado muito recente, condenássemos todos esses governos como se fossem o exemplo e o retrato da corrupção, embora devêssemos saber que às vezes também, mesmo em determinadas estruturas partidárias, não cabe a generalização, como muitos hoje pedem, de forma justa, que não haja a generalização com o PT ou com o Governo Lula, mas talvez essa angústia seja justamente por isso. Porque todos os que condenávamos no passado, gritando com palavra de ordem “*fora isso, xô aquilo outro, hoje são os grupos que estão dentro do Governo Lula*”. Então, isso não faz parte da nossa discussão. Nossa palavra de ordem é “*fora todos os corruptos*”. Se é do governo passado, se é do atual governo, se é do Congresso Nacional, essa é a palavra de ordem que, definitivamente, quer a grande maioria do povo brasileiro, sem generalização perversa, entendendo as circunstâncias de cada um. Agora, já dissemos qual é a nossa posição. Acaso o relatório final da CPI indique para a necessidade da instalação de um processo de crime de responsabilidade, que ninguém está discutindo agora, a CPI sequer consegue andar para investigar, imaginem aprovar o relatório final. Depois que ela aprovar o relatório final, abrir-se-á ou não o processo de crime de responsabilidade, que poderá culminar ou não com o afastamento do Presidente. Na nossa opinião, este momento não chegará; não acreditamos que ele acabe configurando-se, até porque os banqueiros, o capital

financeiro, a elite política e econômica seguram o atual governo, como seguraram governos passados. Sei que isso não se configurará, mas, caso se configure, que o povo brasileiro seja consultado sobre a antecipação das eleições. O povo, soberano, deve ser consultado. Os senadores, os deputados, todos nós perderíamos uma parte do nosso mandato, e o Presidente também. Se a população quiser eleger o Presidente Lula por mais 100 anos, terá o direito de fazê-lo. Se a população e os militantes da base bajulatória do governo quiserem, mesmo se acontecer algum problema – Deus nos livre que aconteça –, que ele fique lá, formolizado, governando, não há nenhum problema.

O que para nós é essencial é que essas decisões não sejam das cúpulas partidárias, da elite política econômica e do capital financeiro, esse é o sentido. Ninguém precisa ficar alvoroçado. Até entendo o alvoroço, porque hoje quem manda no Governo Lula são justamente aqueles ou da pocilga do capital ou da lama da corrupção, que nós, num passado muito recente, condenávamos com veemência e ferocidade.

Então, não adiantam os ataques ao P-SOL, aos outros partidos que estão envolvidos na marcha que fizemos hoje, sem subsídio e sem mensalão. Não adianta o ataque, a ameaça, a histeria e outras coisas mais sórdidas. Saibam que estamos sabendo de tudo. Portanto, sem sordidez, sem ameaça e sem histeria, façamos o debate com a sociedade.

A única coisa que queremos é que o povo brasileiro seja consultado. Se ele quiser que qualquer dirigente político permaneça no cargo **ad eternum**, que decida da forma mais bela, mais legítima e mais democrática que efetivamente há.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

Em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, igualmente, Sr. Presidente.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas fazer uma comunicação de urgência. O Presidente de honra do meu Partido e Vice-Presidente do Brasil, José Alencar, foi internado agora à tarde, para desobstrução de uma artéria, após ter passado mal em seu gabinete. S. Ex<sup>a</sup> foi levado para São Paulo, e, pela informação que recebi, o procedimento cirúrgico se deu com sucesso.

Era o que queria comunicar ao Plenário do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tenho certeza de que não só esta Presi-



dência, como também os demais Senadores – todos nós fomos colegas do Vice-Presidente da República, José Alencar – desejam que S. Ex<sup>a</sup> tenha um pronto restabelecimento. Que as bênçãos de Deus recaiam sobre sua recuperação.

Antes de ouvir o Senador Arthur Virgílio, determino a todas as Comissões que suspendam seus trabalhos, para que possamos cumprir a Ordem do Dia.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era precisamente essa a comunicação que ia fazer à Casa. Desejo, em nome do PSDB – creio que, em nome de todos os Senadores, V. Ex<sup>a</sup> já o fez –, o pleno restabelecimento deste brasileiro ilustre que é o Vice-Presidente José Alencar.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência agradece a V. Ex<sup>a</sup> e reitera o apelo a todas as Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que se encontram nas Comissões ou em outras dependências da Casa, para que venham ao plenário, pois daremos início à Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência informa que, em virtude da edição da Medida Provisória nº 259, de 21 de julho último, que alterou a organização da Presidência da República e dos Ministérios, determinou a modificação de destinatários dos seguintes requerimentos de informações de autoria do nobre Senador Arthur Virgílio:

- os de **n<sup>os</sup> 394 e 399, de 2005**, endereçados respectivamente ao Secretário Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e ao Ministro-Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República, serão enviados ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República;
- o de **n<sup>o</sup> 397, de 2005**, endereçado ao Secretário Especial dos Direitos Humanos, será enviado ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; e
- o de **n<sup>o</sup> 402, de 2005**, endereçado ao Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, em virtude do desmembramento da Pasta, será enviado ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral e ao Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos, ambos órgãos integrantes da estrutura da Presidência da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência comunica às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que a sessão conjunta do Congresso Nacional, anteriormente convocada para hoje, às 10 horas, foi transferida para amanhã, dia 18 do corrente, quinta-feira, às 12 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 4, de 2005– CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2006 e dá outras providências”.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1<sup>o</sup> Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Brasília, 16 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1<sup>o</sup> do art. 5<sup>o</sup> do Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, solicito a V. Exa seja reiterado o pedido de informações feito ao Ministro de Estado da Fazenda por meio do Requerimento nº 1.441, de 2004.

Cordialmente, Senador **Álvaro Dias**.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação, e o pedido de informações será reiterado.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1<sup>o</sup> Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lida a seguinte:

#### **MENSAGEM Nº 212, DE 2005**

(N<sup>o</sup> 454, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Dirijo-me a Vossas Excelências para solicitar seja atribuído o regime de urgência, de acordo com os termos do § 1<sup>o</sup> do art. 64 da Constituição, ao projeto de lei que tramita no Senado Federal com o nº 62, de 2005 (n<sup>o</sup> 4.776/05 na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre a gestão de florestas públicas pra produção sustentável, institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, e dá outras providências”, encaminhado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 93, de 2005.

Brasília, 21 de julho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005**, passa a tramitar, a partir de hoje, em regime de urgência, com prazo determinado de 45 dias, nos termos do § 1<sup>o</sup>, do



art. 64 da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno desta Casa.

A Presidência esclarece ao Plenário que a matéria foi lida no dia 12/07/2005, e despachada às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos, de Meio Ambiente, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle.

Uma vez que a matéria passa a tramitar em regime de urgência constitucional, a Presidência determina sejam feitas mais duas autuações da proposição, a fim de serem encaminhadas simultaneamente às Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, às quais também foi despachada. Devolvo o processo principal à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde somente poderá receber emendas pelo prazo único de cinco dias úteis, de acordo com o art. 122, II, "b", combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, findo o qual, sendo apresentadas as emendas, as mesmas deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa a fim de serem publicadas no **Diário do Senado Federal** e em avulsos para serem distribuídos às Senhoras e aos Senhores Senadores, na forma do Regimento Interno desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência reitera aos Presidentes de todas as Comissões que ainda estão em funcionamento que suspendam seus trabalhos, a fim de que possamos prosseguir com a Ordem do Dia e cumprir o Regimento das duas Casas no tocante ao funcionamento das comissões e da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Passa-se à:

### ORDEM DO DIA

A Presidência transfere os Itens de nº 1 a 6, para a Ordem do Dia da sessão de amanhã.

São os seguintes os itens adiados:

1

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 31, DE 2000**

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Re-

latora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

2

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 29, DE 2002**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

3

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 87, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

### 5

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

##### Nº 12, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, *que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

### 6

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004—COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, *que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e  
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência propõe ao Plenário a inclusão na pauta da presente sessão de três requerimentos de audiências em Comissões. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, assim será feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) –

#### REQUERIMENTO Nº 831, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 831, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de

distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) –

#### REQUERIMENTO Nº 844, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 844, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, retorna à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) –

#### REQUERIMENTO Nº 864, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 864, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 310, de 1995, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Uma vez que a matéria já se encontra instruída pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a

proposição vai à Comissão de Educação e, posteriormente, retorna à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – **Item 7:**

#### **REQUERIMENTO Nº 1.407, DE 2004**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.407, de 2004, do Senador César Borges, requerendo, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre a existência de recursos de entidades da administração pública depositados no Banco Santos S. A.

Parecer sob o nº 452, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

A Presidência esclarece que, em razão de a Lei nº 11.036, de 2004, haver transformado em Ministro de Estado o cargo de Presidente do Bando Central, é a este que deverão ser solicitadas as informações.

Votação do requerimento, sem prejuízo da emenda.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação da Emenda nº 1 da CCJ.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Será cumprida a deliberação do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é o Item 7?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Requerimento de autoria do nobre Senador César Borges. É um requerimento de informações. Em função da mudança do Ministério objeto do requerimento, este será enviado conforme a deliberação do Plenário e a propositura do nobre Senador César Borges, relatada pelo eminente Senador Demóstenes Torres.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – **Item 8:**

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2004**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004,

tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão. Discussão da proposta e da emenda, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao eminente autor da matéria, nobre Líder Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos no terceiro dia de discussão dessa proposta de emenda à Constituição de que fui o primeiro signatário, que altera o nome da chamada Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.

Esta matéria recebeu duas emendas, uma extremamente significativa, do Senador Antonio Carlos Valadares, que, numa boa tautologia, ratifica que não há prejuízo para os incentivos para a região. A outra, do Senador Alvaro Dias, que mexeu no nome por mim sugerido; de início, pensei em Pólo Industrial da Amazônia Ocidental, e o Senador Alvaro Dias optou no seu relatório por escrever Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.

O fato é que temos, sob qualquer critério de análise, não menos que o terceiro pólo industrial do País.

O Amazonas cresce à revelia de governos estaduais, de Governo Federal; pelo dinamismo do pólo de Manaus, cresce mais do que qualquer outra região do País, atingindo níveis significativos nas exportações do setor e lutando para, em dois ou três anos mais, equilibrar a balança comercial do Pólo de Manaus, o que colocará por terra, de uma vez por todas, a idéia de que haveria ali paraíso fiscal. Não há, não há nada disso. O Amazonas recolhe hoje 62% dos tributos federais da Região Norte. Os demais Estados, somados, recolhem 38%, sinal de que há vitória, há êxito, de que é um projeto de desenvolvimento regional que deu certo.

Senadora Heloísa Helena – V. Ex<sup>a</sup> hoje fez uma caminhada muito bonita em manifestação contra a corrupção –, sem dúvida alguma, o pólo de Manaus representa o êxito que não logrou ter a Sudam, até porque a Sudam previa o paternalismo, colocava-se dinheiro na mão de empresários. Na Suframa, não. Na Suframa, dava-se a oportunidade de competição a partir de incentivos que o Governo brasileiro reconheceu, de Castello Branco para cá, como justos para desenvolver uma região estratégica.

Entendo que temos uma emenda corretiva a fazer, que será apresentada no último dia, aguardando outras emendas que porventura surjam, mas supondo que haja consenso no Senado para aprovar, por larga margem, essa matéria. Aliás, essa matéria nasceu também da compreensão do Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, que disse, num determinado dia, que entendia ser mais justo mudar o nome, que era mais correto chamar de pólo industrial aquilo que é um pólo industrial sofisticado, e chamar de pólo industrial sofisticado aquilo que não é meramente uma zona de livre comércio – poderia ser e foi, cumpriu um belo papel enquanto foi –, mas, se é um pólo industrial, que se chame de pólo industrial. Isso vai fazer bem para os investidores, isso vai fazer bem para a saúde econômica do País, pela importância desse pólo que já representa de 6 a 7% do Produto Interno Bruto brasileiro.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Concedo um aparte ao Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, deixarei meu coração aqui com V. Ex<sup>a</sup>. Sou um orgulhoso da minha terra, do pólo turístico do Rio Grande do Norte, das frutas que o Rio Grande do Norte produz. Cada vez que se fala das vocações, da potencialidade do meu Estado, que não é um Estado nem grande, nem rico – o de V. Ex<sup>a</sup> é bem maior, não é ainda rico –, confesso que fico todo vaidoso. Outro dia fui ao Palácio do Planalto – não ia lá há dois anos e meio – com a Governadora e com toda bancada tratar da refinaria de petróleo. Não interessa divergência política com a Governadora nem com o partido A, B ou C, pois em jogo estava o interesse da minha terra. V. Ex<sup>a</sup> é um sujeito que, em tudo, é ferrinho de dentista, é tihoso, osso duro de roer; quando se mete a enveredar por uma causa, saiam do meio, porque às vezes é bravo até demais. Agora, quando V. Ex<sup>a</sup> vai tratar dos assuntos de sua terra, vira um cordeiro como está agora. É Arthur Virgílio “ternurinha”.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – É um homem que, como eu, se orgulha do Pólo Industrial de Manaus. Lembro-me de quando eu era engenheiro e construía estradas. A empresa onde trabalhava fazia a Perimetral Norte, a Transamazônica, e eu ia a Manaus. Naquela época estava o pólo em seu começo, era Zona Franca de Manaus, com seus produtos importados, era uma coisa diferente. Naquele tempo tinha muito mais importado para vender para quem não ia ao exterior do que a fábrica que já produzia coisas. Inverteu-se a situação, agora ninguém mais vai a Manaus comprar coisa nenhuma.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Nossa economia era fechada, não se importava nada.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Isso mesmo. Hoje o que vocês têm lá é um enorme parque fabril. A televisão que tenho na minha casa foi fabricada na Zona Franca de Manaus. Só que é um pólo industrial multifacetado, abrangente, e V. Ex<sup>a</sup> tem todo o direito de, ufanisticamente, querer que não seja mais Zona Franca de Manaus, mas sim pólo industrial, ou seja, ser o que realmente é. Eu estou entusiasticamente solidário com a proposta de V. Ex<sup>a</sup>. Agora, quis fazer de propósito este registro, porque somos irmãos em muitas coisas, mas nisso, particularmente. Quando falamos das coisas da nossa terra, enchemos o peito, pelo fato de não sermos filhos de São Paulo, do Rio de Janeiro ou de Minas Gerais, mas por sermos filhos do Amazonas e do Rio Grande do Norte, que são Estados pequenos, mas que têm trunfos dos quais nós muito nos orgulhamos – eu, dos meus trunfos, e V. Ex<sup>a</sup>, do Pólo Industrial de Manaus. Cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Agripino, pelo aparte fraterno, generoso e que antecipa a boa vontade do Partido da Frente Liberal, o grande Partido do qual V. Ex<sup>a</sup> é Líder na Casa, em relação à matéria para quando chegar o momento de sua votação. Agradeço de coração.

Senador Aloizio Mercadante.

**O Sr. Aloizio Mercadante** (Bloco/PT – SP) – Quero, também, afirmar que a experiência da Zona Franca de Manaus é uma experiência de êxito no que se refere à construção de um pólo industrial numa área estratégica desta Nação. Trata-se de pólo industrial hoje em duas rodas: na área de plásticos e na área de eletroeletrônicos, que é um segmento de liderança nacional, é um segmento que agrega valor, que gera tecnologia, que gera emprego qualificado e que se justifica pelas condições especiais em que esse processo de industrialização se deu. Prorrogamos a existência da Zona Franca de Manaus e, portanto, está assegurada na Reforma Tributária essa condição. A denominação sugerida pelo Senador Arthur Virgílio, de Pólo Indus-



trial da Amazônia Brasileira, associa um conceito mais amplo, mais preciso a essa experiência, traz uma visão mais contemporânea dela. Eu diria que a percepção da sociedade, dos investidores e da economia melhoram com esse novo conceito. De minha parte, V. Ex<sup>a</sup> terá todo o apoio, porque acho que é meritória a experiência e vem de acordo com o êxito dessa experiência que significa hoje 7% do PIB do País.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, que, neste momento, antecipa o apoio do Partido dos Trabalhadores. V. Ex<sup>a</sup> pensou comigo essa formulação, e chegamos juntos, num debate na Casa, à conclusão de que faríamos justiça, liquidaríamos preconceitos e colocaríamos os nomes corretos nos bois certos chamando de pólo industrial aquilo que é um pólo industrial.

Registro a presença de dois atentos Deputados do Amazonas que, sabendo que neste momento estaríamos debatendo o Pólo Industrial de Manaus, se fizeram presentes – nunca se furtam a participar dessas lutas pela economia da nossa terra na Câmara dos Deputados –, o Deputado Pauderney Avelino e o Deputado Carlos Souza.

Ouçõ o Senador Gilberto Mestrinho e, em seguida, os Senadores Jefferson Péres e Flexa Ribeiro.

**O Sr. Gilberto Mestrinho** (PMDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> tem sido um batalhador incansável pelos assuntos pertinentes ao Amazonas especialmente. Reconheço a sua luta política, mesmo sendo nós de partidos diferentes. Quando se trata de Amazonas e da Amazônia lutamos juntos, e V. Ex<sup>a</sup> tem capitaneado esses movimentos. A idéia de criação, de transformação, de nomeação da Zona Franca como Pólo Industrial de Manaus é profundamente justa. Não é justa, porém, Senador, a situação do órgão que controla a Zona Franca de Manaus; não é justo que esteja funcionando, apesar da receita que produz, apesar do superávit, tão precariamente. Já vai a R\$464 milhões os recursos que são contingenciados aqui. A luz tem sido cortada nas agências do interior – ainda ontem a cortaram em Boa Vista. Por quê? Porque ela está com um déficit mensal de um milhão e pouco. Além de cortar todas as despesas, como custeio de manutenção, pagamento de funcionários, ela já está com um déficit de pouco mais de um milhão de reais. Acredito que nós, da bancada, comungamos do mesmo sentimento e queremos fazer um apelo ao Ministro da Fazenda no sentido de que, pelo menos, libere parte dos recursos da Suframa que estão contingenciados, pelo menos parte dos R\$464 milhões que, ao longo desses anos, vêm sendo contingenciados, para que ela possa continuar prestando grandes serviços. Tra-

ta-se de um órgão que está gerando superávit de exportações extraordinário este ano: vamos atingir dois bilhões em exportações, o que é fantástico para nós da Amazônia. De qualquer maneira, parabéns e muito obrigado pela luta por nossa terra.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Foi-se o tempo.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Para concluir, Sr. Presidente.

Senador Mestrinho, V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão, é uma luta até antiga, já falei isso com o Ministro Malan, muitas vezes sem êxito, e com o Ministro Palocci, muitas vezes sem êxito também.

O que dói mais é que esse contingenciamento – e eu não sou contra a luta por superávits numa economia que precisa deles para melhorar a relação dívida/PIB –, é que esses superávits se dão, no tocante à Suframa, em cima dos recursos arrecadados lá; são preços públicos arrecadados pela Suframa na sua faina diária no distrito industrial.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ou seja, dói mais do que se fosse, por exemplo, recurso do Orçamento.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Jefferson Péres.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Senador Arthur Virgílio, eu estava me reservando e continuo a me reservar para um pronunciamento mais demorado sobre essa sua oportuna iniciativa no último dia, no dia da votação, e vou fazê-lo. Mas, por hoje, apenas aproveito a deixa do Senador Gilberto Mestrinho para manifestar aqui, de público, o meu protesto também contra esse contingenciamento excessivo, exagerado e inaceitável. Lembra-me o Deputado Pauderney Avelino, Senador Arthur Virgílio, que, no Governo passado, de V. Ex<sup>a</sup>, havia contingenciamento, mas, no caso da Suframa, atingia 16%. No atual está em 65%. Isso é inaceitável, Senador.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Tem razão V. Ex<sup>a</sup>. Isso, é bom que se diga, prejudica não só o Amazonas, mas também prejudica Acre, Rondônia, Roraima e Amapá, prejudica a Amazônia ocidental, mas também a parte oriental, que é o Amapá, e, portanto, prejudica projetos infra-estruturantes, que geram emprego, renda e prepara essas regiões para o turismo, para o desenvolvimento industrial.

Mas encerro, concedendo o aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela proposta de emenda à Constituição alterando a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. O Pólo Industrial de Manaus é uma realidade que deve ser apoiada por todos os brasileiros e todos os amazônidas, Senador Arthur Virgílio. Quero aqui trazer o apoio dos paraenses na certeza de que a Amazônia, por meio do pólo industrial de Manaus, estará contemplada em seu projeto de desenvolvimento. Ainda discutindo com o Senador Antonio Carlos Magalhães, que é o Relator do projeto de lei que trata da reativação da Sudene, que será rebatido para a Sudam, eu conversava com S. Ex<sup>a</sup> no sentido de que os projetos de incentivo ao desenvolvimento das regiões ainda em desenvolvimento não tenham prazo temporal, pois a todo tempo estamos postergando e ampliando o prazo da Zona Franca e desses projetos de incentivo. Que eles sejam válidos até que a renda **per capita** da região fique próxima ou igual à média brasileira. Ainda sobre o contingenciamento dos recursos para a nossa região, Senador Arthur Virgílio, há um projeto de lei tramitando nesta Casa que pede que não sejam contingenciados os recursos para as Regiões em desenvolvimento, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que representam tão-somente 3% do Orçamento da União, não consideradas as transferências constitucionais. Parabéns ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, encerro dizendo que demos, hoje, o terceiro passo de uma série de cinco passos para que esses projetos sejam aprovados no Senado, remetidos à Câmara e, se Deus quiser, aprovados para que virem letra de lei com todas as suas repercussões favoráveis sobre a economia do Amazonas, da Amazônia Ocidental mais Amapá, e com reflexos favoráveis também, sem dúvida alguma, sobre a economia brasileira, porque não é um projeto que interessa somente a uma região, mas à Nação. E a Nação, lucidamente, precisa cada vez mais compreender essa verdade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência vai reiterar a solicitação para que os Presidentes das Comissões que ainda estejam com as mesmas em funcionamento suspendam imediatamente seus trabalhos, tendo em vista que vamos iniciar agora uma série de votações nominais que

necessitam de quórum qualificado para aprovação de embaixadores e outras matérias.

Senador Arthur Virgílio, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento de sua discussão.

A Presidência aproveita para convocar as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa para o início das votações nominais.

E a Presidência propõe ao Plenário que as mensagens de indicação de Chefes de Missão Diplomática para exercer a titularidade e, cumulativamente, mais de um posto, sejam apreciadas em uma só votação.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, assim se procederá.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – **Item 9:**

#### **MENSAGEM Nº 4, DE 2003**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)*

*(Votação secreta)*

Mensagem nº 4, de 2003 (nº 1.208/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Ricardo Luiz Viana de Carvalho*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname, exercer o de Embaixador do Brasil junto a Santa Lúcia.

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

Concedo a palavra, para proceder à leitura do parecer, ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

#### **PARECER Nº 1.485, DE 2005–CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura de parecer:) – O indicado recebeu 16 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhum voto em branco, nenhum voto nulo e nenhuma abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado no dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência acaba de receber a informação de que a CPI dos Bingos continua em funcionamento e solicita mais uma vez, sob pena de nulidade, que as Comissões suspendam os seus trabalhos.

A Presidência solicita à Secretaria-Geral da Mesa que proceda ao contato com o nobre Senador Efraim Morais, que preside aquela Comissão, e aproveite para convocar as Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que se encontram em todas as dependências da Casa para que venham ao plenário, ao mesmo tempo em que saúda a presença do sempre Senador Hugo Napoleão no recinto deste plenário. Para nós, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é sempre uma honra tê-lo em nosso meio, nobre Senador Hugo Napoleão.

Vamos concluir a votação.

Senador Sibá Machado, a Presidência está aguardando o voto de V. Ex<sup>a</sup> para concluir a votação. O voto da Senadora Heloísa Helena também.

A Presidência relembra às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que esta é a escolha do Sr. Ricardo Luiz Viana de Carvalho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para que, cumulativamente com o cargo de Embaixador junto à República de Suriname, exercer também o de Embaixador do Brasil junto à Santa Lúcia.

A Presidência vai encerrar a votação, mas aguardará o voto dos Senadores Flexa Ribeiro, Almeida Lima e Delcídio Amaral, de quem este Plenário está saudoso.

A Presidência esclarece a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Delcídio Amaral, que se trata da votação de embaixador para, cumulativamente, exercer o cargo de Embaixador junto à República do Suriname e junto a Santa Lúcia. O nome do Ministro de Carreira é Ricardo Luiz Viana de Carvalho.

A Presidência está aguardando o voto do Senador Jefferson Péres.

Senador Arthur Virgílio, o painel não registra o voto de V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Jefferson Péres, V. Ex<sup>a</sup> pode mudar de posto, a Presidência o aguardará.

A Presidência determina o apoio da Secretaria-Geral da Mesa para que o Senador Jefferson Péres possa exercer o seu direito de voto.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito o processamento dessa votação para me reportar a uma matéria do jornal **Correio Braziliense** do dia 13 deste mês, sob o título “Imprensa denuncia Embaixadora Brasileira”, do jornalista Rodrigo Craveiro, da equipe do **Correio**.

Refere-se à Embaixadora do Brasil em Moçambique Leda Lúcia Martins Camargo, que foi acusada pelo semanário local **Zambezi** de ter insultado dois seguranças em um dos maiores complexos comerciais da capital Maputo.

Segundo o jornal, a diplomata teria chamado os funcionários moçambicanos do *shopping* de porcos, numa atitude racista. Ela desmente e diz mais, que enviou nota ao semanário **Zambezi**. Ela disse que o respeito e afeto que a Embaixadora tem pelos moçambicanos são demonstrados em todas as ocasiões. É lamentável que interesses mesquinhos de pessoas, a quem a embaixadora foi obrigada por profissionalismo a enfrentar, possam se sobrepor à seriedade de um chefe de posto estrangeiro. A embaixadora nega, veementemente, afirmativas desairosas que pessoas maldosas lhe atribuíram.

Muito bem, esse jornal **Zambezi** está sem telefone por falta de pagamento, o que cheira aquilo que, no Brasil, em linguagem de gíria, chamamos de picaretagem. Conheço-a pessoalmente e como amigo fraterno a Embaixadora Leda Camargo. É mentira, ela, pura e simplesmente, não é racista. É uma pessoa correta, uma profissional de escol, que não envergonharia a representação brasileira lá fora. É simplesmente mentira, asseguro a V. Ex<sup>a</sup>.

Portanto, quero deixar bem tranqüila a Nação brasileira quanto ao fato de que ela foi lá para, ao contrário, promover a integração entre Brasil e Moçambique, jamais para dividir um país que descende de negros, com muito orgulho, como o nosso, e um país que é de negros, com muito orgulho, para eles, que é Moçambique.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência vai encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração)*





**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Votaram SIM 46 Srs. Senadores; NÃO, 8.

Não houve abstenções.

Total: 54 votos

Está aprovado o nome do Sr. Ricardo Luiz Viana de Carvalho.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – **Item 10:**

### MENSAGEM Nº 135, DE 2004

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)  
(Votação secreta)

Mensagem nº 135, de 2004 (nº 463/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Sr<sup>a</sup> *Gilda Maria Ramos Guimarães*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à Comunidade da Dominica.

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator **ad hoc**: Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para leitura do parecer.

### PARECER Nº 1.486, DE 2005–CRE

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura do parecer:– Sr. Presidente, a indicada recebeu 12 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhum voto em branco, nenhum nulo e não houve nenhuma abstenção.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

### MENSAGEM Nº 135, DE 2004 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sra. GILDA MARIA RAMOS GUIMARÃES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE TRINIDAD E TOBAGO, EXERCER O DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO À COMUNIDADE DA DOMINICA

Num. Sessão: 1  
Data Sessão: 17/8/2005

Num. Votação: 2  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 17/8/2005 17:16:24  
Encerramento: 17/8/2005 17:19:12

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CARÉPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PFL	PE	MARCO MARIEL	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
-	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMÓN	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PMDB	MA	RIBAMAR FIGUENE	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SHLESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Partido UF Nome do Senador Voto  
Votos NÃO : 07 Total : 50  
Votos ABST. : 01



Primeiro-Secretário

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 42

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 42 Srs. Senadores; e NÃO, 7.

Houve uma abstenção.

Total: 50 votos.

Aprovado o nome da Sr<sup>a</sup> Gilda Maria Ramos Guimarães.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

Foi registrado o voto do nobre Senador Tasso Jereissati.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra pela ordem o nobre Senador Maguito Vilela.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tentei acionar o painel e não consegui, mas o meu voto é “sim”. Peço o registro em ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Mesa informa que V. Ex<sup>a</sup> está com requerimento de licença a partir de hoje. Por isso, não deve ser registrada a votação de V. Ex<sup>a</sup>.

Aproveito para colocar em votação o requerimento de afastamento do eminente Senador Maguito Vilela.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 892, DE 2005**

Nos termos do artigo 43, inciso I, do

Regimento Interno, requeiro licença para tratamento de saúde, conforme laudo médico anexo, no período de 17 de agosto de 2005 a 15 de setembro de 2005.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2005. – Senador **Maguito Vilela**.

#### **REQUERIMENTO Nº 893, DE 2005**

Para os fins previstos no art. 56, inciso II, da Constituição Federal, requeiro licença para tratar de interesses particulares (art. 43, inciso II, do Regimento Interno), por 120 dias a partir de 16 de setembro de 2005.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2005. – Senador **Maguito Vilela**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação os requerimentos.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

A Presidência tomará as providências para convocação do 1º Suplente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 11:**

#### **MENSAGEM Nº 139, DE 2004**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)*

Mensagem nº 139, de 2004 (nº 476/2004, na origem), *pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Cesário Melantonio Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Azerbaidjão.*

Leitura do Parecer da Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer.

#### **PARECER Nº 1.487, DE 2005-CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura do parecer:) – O indicado recebeu 15 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhum em branco, nenhum nulo, nenhuma abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

O painel já está aberto para votação.

A Mesa esclarece às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que, tendo atenção ao processo de votação, agilizaremos os trabalhos, porque há ainda vinte itens a serem votados no dia de hoje. Peço a sensibilidade de V. Ex<sup>as</sup> para a votação das matérias.

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC.

*Fazendo soar a campanha.)* – A Mesa reitera aos Srs. Senadores que estão em seus gabinetes que venham ao plenário e aqui permaneçam para votação de matérias que exigem quórum qualificado. (Pausa.)

Vou encerrar a votação.

*(Procede-se à apuração)*

**MENSAGEM Nº 139, DE 2004 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

Sr. CESÁRIO MELANTONIO NETO, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA TURQUIA, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA AZERBAIJÃO

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 17/8/2005

Num.Votação: 3  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 17/8/2005 17:21:07  
Encerramento: 17/8/2005 17:23:54

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
P-SÓL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
P-SÓL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHÉSSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: TIÃO VIANA

Votos SIM : 42  
Votos NÃO : 06 Total : 49

Votos ABST. : 01



Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 42 Srs. Senadores; e NÃO, 6.

Houve uma abstenção.

Total: 49 votos.

Aprovado o nome do Sr. Cesário Melantonio Neto.

Será feita devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, por um defeito na aparelhagem, não consegui consignar o meu voto. Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> o consignasse. Sei que o voto é secreto, mas gostaria que constasse em Ata essa correção.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – **Item 12.**

#### **MENSAGEM Nº 150, DE 2004**

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática.)

(Votação secreta.)

Mensagem nº 150, de 2004 (nº 539/2004, na origem), *pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Marcos Caramuru de Paiva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Brunei Darussalam.*

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo como Relator **ad hoc** o Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para ler o parecer.

#### **PARECER Nº 1.488, DE 2005-CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura do parecer.) – Foram 13 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhum em branco, nenhum nulo e nenhuma abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública. Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pode V. Ex<sup>a</sup> informar quantas votações ainda temos?

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Ainda temos 19 votações nominais, Senador Osmar Dias. Por isso, a Mesa encarece aos Srs. Senadores que tenham pronta atenção na hora de votar, o que abreviará o tempo de votação e o aproveitamento da sessão para o debate.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Mais 19?

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sim, Excelência.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. O Senador Papaléo Paes está confirmando.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Todos já votaram?

Vou encerrar a votação.

*(Procede-se à apuração.)*











**MENSAGEM Nº 150, DE 2004 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

Sr. MARCOS CARAMURU DE PAIVA, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À FEDERAÇÃO O DA MALÁSIA, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO SULTANATO DE BRUNEI DARUSSALAM

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 17/8/2005

Num.Votação: 4  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 17/8/2005 17:24:27  
Encerramento: 17/8/2005 17:26:48

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou	<b>Votos SIM : 44</b>			
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou				
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou	<b>Votos NÃO : 07</b>			
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou	<b>Votos ABST. : 01</b>			
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou	<b>Primeiro-Secretário</b>			
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou	<b>Primeiro-Secretário</b>			
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou	<b>Primeiro-Secretário</b>			
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou				
PMDB	TO	LÉOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou	<b>Primeiro-Secretário</b>			
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou				
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
-	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou				
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou	<b>Primeiro-Secretário</b>			
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou				
PMDB	MA	RIBAMAR FIGUENE	Votou				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou	<b>Primeiro-Secretário</b>			
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou				
PFL	SP	ROMÉU TUMA	Votou				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou				
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou	<b>Primeiro-Secretário</b>			
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou				
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou				

Presidente: TIÃO VIANA

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 44 Srs. Senadores; e NÃO, 7.

Houve uma abstenção.

Total: 52 votos.

Aprovada a indicação do nome do Sr. Marcos Caramuru de Paiva.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 13:**

**MENSAGEM Nº 151, DE 2004**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)  
(Votação secreta)*

Mensagem nº 151, de 2004 (nº 540/2004, na origem), *pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Lúcio Pires de Amorim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Maurício.*

Leitura do Parecer da Comissão de Relação Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador João Alberto Souza.

Concedo a palavra ao 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer.

**PARECER Nº 1.489, DE 2005-CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura do parecer:) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o indicado recebeu 13 votos favoráveis, nenhum contrário, contrário em branco, nenhum nulo e não houve nenhuma abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 17:**

**MENSAGEM Nº 191, DE 2004**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)  
(Votação secreta)*

Mensagem nº 191, de 2004 (nº 793/2004, na origem), *pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Lúcio Pires de Amorim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do*

*Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Lesoto.*

Leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator **ad hoc**: Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer.

**PARECER Nº 1.490, DE 2005-CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura do parecer:) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o indicado recebeu 13 votos favoráveis, nenhum contrário, contrário em branco, nenhum nulo e não houve nenhuma abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT–AC)

– **Item 18:**

**MENSAGEM Nº 192, DE 2004**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)  
(Votação secreta)*

Mensagem nº 192, de 2004 (nº 794/2004, na origem), *pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Lúcio Pires de Amorim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.*

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer.

**PARECER Nº 1.491, DE 2005-CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura do parecer:) – O indicado recebeu 13 votos favoráveis. Não houve nenhum voto contrário, nem em branco, nem nulo e nenhuma abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação das mensagens, que, de acordo com a deliberação do Senado no dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso

VII, do Regimento Interno, deve ser precedida por escrutínio secreto em sessão pública.

Em votação. (Pausa.)

(*Procede-se à votação nominal e secreta por sistema eletrônico.*)

#### MENSAGENS NºS 151, 191 E 192, DE 2004 (ESC. DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. LÚCIO PIRES DE AMORIM, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE MAURÍCIO, REINO DO LESOTO E REPÚBLICA DE BOTSUANA

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 17/8/2005

Num.Votação: 5  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 17/8/2005 17:27:52  
Encerramento: 17/8/2005 17:30:03

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DÉLCÍDIO AMARAL	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
-	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	Votou
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Votos SIM : 44  
Votos NÃO : 08  
Votos ABST. : 01

**Total : 53**

Primeiro-Secretário

Presidente: TIÃO VIANA

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 17/8/2005 17:30:04

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 44 Srs. Senadores; e NÃO, 8.

Houve uma abstenção.

Total: 53 votos.

Aprovado o nome do Sr. Lúcio Pires de Amorim.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 14:**

**MENSAGEM Nº 175, DE 2004**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática.)*

*(Votação secreta)*

Mensagem nº 175, de 2004 (nº 671/2004, na origem), *pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio José Rezende de Castro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Uganda.*

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional: Relator Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer.

**PARECER Nº 1.492, DE 2005–CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Antonio José Rezende de Castro obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 12 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nenhum em branco, nenhum nulo e não houve nenhuma abstenção; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 21:**

**MENSAGEM Nº 91, DE 2005**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)*

*(Votação secreta)*

Mensagem nº 91, de 2005 (nº 62/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do *Antonio José Rezende de Castro*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Burundi.

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional: Relator **ad hoc**: Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra ao 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para leitura do parecer.

**PARECER Nº 1.493, DE 2005–CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura de parecer:) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Antonio José Rezende de Castro obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com dez votos favoráveis, não houve nenhum voto contrário, nem branco, nem nulo e não houve nenhuma abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*




## MENSAGENS NºS 175/2004 E 91/2005 (ESC. DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. ANTONIO JOSÉ REZENDE DE CASTRO, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO QUÊNIA, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE UGANDA E REPÚBLICA DO BURUNDI

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 17/8/2005

Num.Votação: 6  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 17/8/2005 17:30:23  
Encerramento: 17/8/2005 17:32:38

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou	<b>Votos NÃO : 05 Total : 51</b>			
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou	<b>Votos ABST. : 02</b>			
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou				
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou				
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
PDT	AM	JÉFFERSON PÉRES	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou				
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou				
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
-	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou				
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou				
PMDB	MA	RIBAMAR FIGUENE	Votou				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou				
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou				
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou				

Presidente: TIÃO VIANA

**Votos SIM : 44**

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 17/8/2005 17:32:39

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 44 Srs. Senadores; e NÃO, 5.

Houve 2 abstenções.

Total: 51.

Aprovado o nome do Sr. Antonio José Rezende de Castro para Embaixador do Brasil no Quênia para função cumulativa.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 15:**

**MENSAGEM Nº 176, DE 2004**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)*

*(Votação secreta)*

Mensagem nº 176, de 2004 (nº 672/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. *Renato Luiz Rodrigues Marques*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Ucrânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Moldova.

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator **ad hoc**: Senador João Capiberibe.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para leitura do parecer.

**PARECER Nº 1.494, DE 2005–CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura de parecer:) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Renato Luiz Rodrigues Marques obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 12 votos favoráveis; não houve nenhum voto contrário, nem branco, nem nulo e nenhuma abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– **Item 26:**

**MENSAGEM Nº 112, DE 2005**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)*

*(Votação secreta)*

Mensagem nº 112, de 2005 (nº 150/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. *Renato Luiz Rodrigues Marques*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Ucrânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Quirguiz.

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional: Relator: João Batista Motta.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para leitura do parecer.

**PARECER Nº 1.495, DE 2005–CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura de parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Renato Luiz Rodrigues Marques obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 15 votos favoráveis; não houve nenhum voto contrário, nem branco, nem nulo e nenhuma abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*


## MENSAGENS NºS 176/2004 E 112/2005 (ESC. DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. RENATO LUIZ RODRIGUES MARQUES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À UCRAÍNA, EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA MOLDOVA E REPÚBLICA QUIRGUIZ

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 17/8/2005

Num.Votação: 7  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 17/8/2005 17:33:00  
Encerramento: 17/8/2005 17:36:01

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou	<b>Votos SIM :</b>			<b>46</b>
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou				
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou				
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou	<b>Votos NÃO :</b>			<b>07</b>
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou	<b>Votos ABST. :</b>			<b>01</b>
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou	Primeiro-Secretário			
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou				
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou				
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
-	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou				
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou				
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	Votou				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou				
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou				
Bloco-PT	MT	SERYS SHLESSARENKO	Votou				
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou				
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou				

Presidente: TIÃO VIANA

Operador: HELIO FERREIRA LIMA

Emissão: 17/8/2005 17:36:03

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Votaram SIM 46 Srs. Senadores; e NÃO, 7 – registrado o voto do Senador Teotônio Vilela Filho.

Houve uma abstenção.

Total: 54.

Aprovado o nome do Sr. Renato Luiz Rodrigues Marques.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – **Item 16:**

**MENSAGEM Nº 179, DE 2004**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)*

*(Votação secreta)*

Mensagem nº 179, de 2004 (nº 681/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. *José Augusto Lindgren Alves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bósnia-Herzegovina.

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional: Relator **ad hoc**: Senador Rodolpho Tourinho.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para leitura do parecer.

**PARECER Nº 1.496, DE 2005–CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura de parecer:) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. José Augusto Lindgren Alves obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com 13 votos favoráveis; não houve nenhum voto contrário, nem branco, nem nulo e nenhuma abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*

*O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Líder Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste dia em que estamos votando todas essas indicações para chefe de missão diplomática, cujos nomes necessitam ser aprovadas pelo Senado, eu gostaria de lembrar a V. Ex<sup>a</sup> e aos Líderes do Governo que faz mais de 90 dias que a Aneel dispõe de dois cargos para diretor, e o Governo não se digna a enviar as indicações para o Senado.

Na realidade, isso é um desrespeito à agência, que presta um grande serviço ao País. Na verdade, ela cuida de um setor fundamental, que é o da energia elétrica, um setor difícil e que não pode passar esse tempo todo sem que as vagas sejam ocupadas. A Aneel tem cinco diretores, e há 90 dias está funcionando somente com três; sem falar na ANP, que, desde janeiro, está funcionando sem presidente. O nome do presidente foi enviado para cá e foi rejeitado pela Comissão de Infra-Estrutura. Isso ocorreu há mais de seis meses, e o Governo não envia outro nome para ocupar a vaga de Presidente da ANP.

Então, eu faria um apelo aos Líderes, para que solicitassem ao Governo a indicação do novo presidente da ANP e dos dois diretores da Aneel, para que o funcionamento dessas agências não seja prejudicado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Agradeço a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Jorge.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Líder Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto se processa a votação, tomo a liberdade de encaminhar à Mesa, junto com o Senador Gilberto Mestrinho e com o Senador Jefferson Péres, um voto de aplauso que requeremos ao escritor amazonense Milton Hatoum, que é, a nosso ver, talvez o mais vigoroso romancista da sua geração. Ele é absolutamente notável, e sua obra é digna da leitura de todos os brasileiros.



O escritor é figura de renome internacional e precisa ser muito mais conhecido, muito mais lido e muito mais apreendido aqui, no País.

Encaminho, portanto, o voto de aplauso, com a forte sugestão de que todos as Sr<sup>as</sup> Senadoras e todos os Srs. Senadores leiam Milton Hatoum. Foram três ou quatro livros ao longo de toda a sua vida. Era um homem de 54 para 55 anos de idade. Todos os seus livros, sem exceção, são obras-primas. O primeiro, um opúsculo, ele o está aperfeiçoando: é o livro **Entre Dois Mundos**. O segundo é o livro **Relato de um Certo Oriente**. O

terceiro livro é intitulado **Dois Irmãos**, e o quarto – não o li, mas já gostei –, **Cinzas do Norte**.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa aguarda, Senador Arthur Virgílio, o requerimento assinado por V. Ex<sup>a</sup>, pelo Senador Jefferson Péres e pelo Senador Gilberto Mestrinho, para a apreciação do Plenário e para o conseqüente encaminhamento.

Todos já votaram? (Pausa.)

Declaro encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração*)

**MENSAGEM Nº 179, DE 2004 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

Sr. JOSÉ AUGUSTO LINDGREN ALVES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA BULGÁRIA, EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA BÓSNIA-HERZEGÓVINA

Num. Sessão: **1** Num. Votação: **8** Abertura: **17/8/2005 17:38:03**  
Data Sessão: **17/8/2005** Hora Sessão: **14:00:00** Encerramento: **17/8/2005 17:41:24**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou				
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou				
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou				
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou				
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
PFL	PB	EFFRAIM MORAIS	Votou				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEJDE	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou				
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou				
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou				
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	Votou				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou				
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	Votou				
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou				
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou				

Votos SIM : **44**  
Votos NÃO : **09** **Total : 53**  
Votos ABST. : **00**

  
Primeiro-Secretário

Presidente: RENAN CALHEIROS

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 17/8/2005 17:41:26

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 44 Srs. Senadores; e NÃO, 9. Não houve abstenção.

Total: 53 votos.

Está, portanto, aprovado nome do Sr. José Augusto Lindgren Alves.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 19:**

#### **MENSAGEM Nº 198, DE 2004**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)*

Mensagem nº 198, de 2004 (nº 808/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *José Vicente de Sá Pimentel*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista de Sri Lanka.

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator **ad hoc**: Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para proceder à leitura do parecer do Senador Valdir Raupp.

#### **PARECER Nº 1.497, DE 2005–CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura de parecer:) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a indicação do nome do Sr. José Vicente de Sá Pimentel obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com 12 votos favoráveis e nenhum voto contrário, nenhum branco e nenhum nulo, e não houve nenhuma abstenção; portanto, pela unanimidade dos membros presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 20:**

#### **MENSAGEM Nº 5, DE 2005**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)*

Mensagem nº 5, de 2005 (nº 6/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a esco-

lha do Senhor *José Vicente de Sá Pimentel*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República das Maldivas.

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer do Senador Mão Santa.

#### **PARECER Nº 1.498, DE 2005–CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura de parecer.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a indicação do nome do Sr. José Vicente de Sá Pimentel obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com 16 votos favoráveis e nenhum voto contrário, nenhum em branco e nenhum voto nulo, e não houve nenhuma abstenção; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 32:**

#### **MENSAGEM Nº 163, DE 2005**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)*

Mensagem nº 163, de 2005 (nº 370/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Jospe Vicente de Sá Pimentel*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc** Senador João Batista Motta.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer do Senador João Batista Motta.

**PARECER Nº 1.499, DE 2005–CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura de parecer:) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a indicação do nome do Sr. José Vicente de Sá Pimentel obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com 11 votos favoráveis e nenhum voto contrário, nenhum branco e nenhum nulo, e não houve nenhuma abstenção; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

**MENSAGENS NºS 198/2004, 5 E 163/2005 (ESC. DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

Sr. JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REP. DA ÍNDIA, EXECER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DEMOCRÁTICA SOCIALISTA DE SRI LANKA, REP. DAS MALDIVAS E REP. POPULAR DE BANGLADESH

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 17/8/2005

Num.Votação: 9  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 17/8/2005 17:41:47  
Encerramento: 17/8/2005 17:45:00

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
-	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
<i>Presidente: RENAN CALHEIROS</i>			
<b>Votos SIM : 47</b>			
<b>Votos NÃO : 07</b>			
<b>Votos ABST. : 00</b>			
<b>Total : 54</b>			

  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Votaram SIM 47 Srs Senadores; e NÃO 7.

Não houve abstenção.

Total: 54 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. José Vicente de Sá Pimentel.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item 22:**

#### **MENSAGEM Nº 92, DE 2005**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)*

Mensagem nº 92, de 2005 (nº 76/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Sr<sup>a</sup> *Leda Lucia Martins Camargo*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suazilândia.

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator: Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer do Senador Gerson Camata.

#### **PARECER Nº 1.500, DE 2005–CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura de parecer:) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a indicação do nome da Sr<sup>a</sup> Leda Lucia Martins Camargo obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com 16 votos favoráveis e nenhum voto contrário, nenhum branco e nenhum nulo, e não houve nenhuma abstenção; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item 24:**

#### **MENSAGEM Nº 95, DE 2005**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)*

*(Votação secreta)*

Mensagem nº 95, de 2005 (nº 97/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Sr<sup>a</sup> *Leda Lucia Martins Camargo*, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à República de Madagascar.

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator: Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer do Senador Gerson Camata.

#### **PARECER Nº 1.501, DE 2005–CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para leitura de parecer.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a indicação do nome da Sr<sup>a</sup> Leda Lucia Martins Camargo obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 16 votos favoráveis e nenhum voto contrário, nenhum branco e nenhum nulo, e não houve nenhuma abstenção; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*



**MENSAGENS NºS 92 E 95, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

Sra. LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, EXERCER O DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO AO REINO DE SUAZILÂNDIA E REPÚBLICA DE MADAGASCAR

Num. Sessão: **1**  
Data Sessão: **17/8/2005**

Num. Votação: **10**  
Hora Sessão: **14:00:00**

Abertura: **17/8/2005 17:45:18**  
Encerramento: **17/8/2005 17:47:59**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PFL	PE	JOSÉ JORGE	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
-	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

**Votos SIM : 42**

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 17/8/2005 17:48:02

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 42 Srs. Senadores; e NÃO, 6. Houve 1 abstenção. Total: 49 votos.

Está, portanto, aprovado o nome da Sr<sup>a</sup> Leda Lucia Martins Camargo.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Faço um apelo à Casa, às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores, para que todos permaneçam na Casa, porque ainda teremos sete votações nominais.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**Votos NÃO : 06**      **Total : 49**  
**Votos ABST. : 01**



Primeiro-Secretário

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que consigne o meu voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará o voto de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, com muita satisfação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 23:**

**MENSAGEM Nº 93, DE 2005**  
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)  
(Votação secreta)

Mensagem nº 93, de 2005 (nº 95/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a es-

colha do Senhor *José Viegas Filho*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Andorra.

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relator **ad hoc**: Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer do Senador Marco Maciel.

### PARECER Nº 1.502, DE 2005–CRE

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura de parecer.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a indicação do nome do Sr. José Viegas Filho obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 16 votos favoráveis e nenhum

voto contrário, nenhum branco e nenhum nulo, e não houve nenhuma abstenção; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Em votação.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

A Presidência registra a presença, com muita satisfação, da Deputada Luciana Genro.

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*

### MENSAGEM Nº 93, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. JOSÉ VIEGAS FILHO, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO REINO DA ESPANHA, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO PRINCIPADO DE ANDORRA

Num. Sessão: **I**  
Data Sessão: **17/8/2005**

Num. Votação: **II**  
Hora Sessão: **14:00:00**

Abertura: **17/8/2005 17:48:27**  
Encerramento: **17/8/2005 17:51:33**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
P-SCD	AC	GERALDO MESSQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PFL	SC	JÓRGE BORNHAUSEN	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
-	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMÓN	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 44

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Votos NÃO : 06 Total : 50  
Votos ABST. : 00



Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 44 Srs. Senadores; e NÃO, 6. Não houve abstenção.

Total: 50 votos.

Está aprovado o nome Sr. José Viegas Filho.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, queria registrar a presença honrosa e ilustre para esta Casa do ex-Deputado Milton Temer, companheiro valoroso e uma das maiores lideranças do P-SOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Deputado Milton Temer, é uma honra recebê-lo aqui, tanto V. Ex<sup>a</sup> quanto a Deputada Luciana Genro.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros) – **Item 25:**

#### MENSAGEM Nº 111, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

(Votação secreta)

Mensagem nº 111, de 2005 (nº 149/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Fausto Martha Godoy, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica

#### MENSAGEM Nº 111, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. FAUSTO MARTHA GODOY, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR JUNTO À REPÚBLICA ISLÂMICA DO PAQUISTÃO, EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA TADJIQUISTÃO

Num.Sessão:	1	Num.Votação:	12	Abertura:	17/8/2005 17:52:14
Data Sessão:	17/8/2005	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	17/8/2005 17:54:20

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	Votou

do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Tadjiquistão.

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer do Senador Cristovam Buarque.

#### PARECER Nº 1.503, DE 2005–CRE

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura de parecer:) – Sr. Presidente, o indicado recebeu 12 votos favoráveis; não houve voto contrário, nem branco, nem nulo. Não houve abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do Senador Cristovam Buarque é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

Faltam ainda cinco votações nominais. Faço novamente um apelo à Casa, para que possamos concluí-las.

Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

Votos ABST. : 01



Primeiro-Secretário

PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTJIMA CLEIDE	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	TO	LÉOMAR QUINTANILHA	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
-	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENÉ	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	RÔMEU TUMA	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 41  
Votos NÃO : 07 Total : 49

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 17/8/2005 17:54:22

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 41 Srs. Senadores; e NÃO 7.

Houve uma abstenção.

Total: 49 votos.

Está aprovado o nome do Sr. Fausto Martha Godoy.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 27:**

**MENSAGEM Nº 133, DE 2005**

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)  
(Votação secreta)

Mensagem nº 133, de 2005 (nº 235/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. *Júlio César Gomes dos Santos*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de

Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer de autoria do nobre Senador Marco Maciel.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Na votação anterior, acabei não votando. Meu voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará o voto de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Leonel Pavan.



O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, procederá à leitura do parecer.

### PARECER Nº 1.504, DE 2005—CRE

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura do parecer:) – O indicado recebeu 18 votos favoráveis. Não houve voto contrário, nem em branco, nem nulo. Não houve abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do Senador Marco Maciel é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimen-

to Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero registrar o excelente trabalho do Embaixador Júlio César como Cônsul em Nova Iorque, nos Estados Unidos, e endossar o nome de S. Ex<sup>ª</sup> para nosso Embaixador na Colômbia. É uma pessoa que muito trabalha pelo nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

### MENSAGEM Nº 133, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. JÚLIO CÉSAR GOMES DOS SANTOS, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA COLÔMBIA

Num. Sessão: **1** Num. Votação: **13** Abertura: **17/8/2005 17:54:35**  
Data Sessão: **17/8/2005** Hora Sessão: **14:00:00** Encerramento: **17/8/2005 17:57:43**

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
-	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 42  
Votos NÃO : 04      Total : 46  
Votos ABST. : 00

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
			
		Primeiro-Secretário	

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 42 Srs. Senadores; e NÃO, 4.

Não houve abstenções.

Total: 46 votos.

Está, portanto, aprovado nome do Sr. Júlio César Gomes dos Santos.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, queria registrar o meu voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – A Mesa registrará o voto de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Suplicy, ressaltando que a votação é secreta.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB

– AL) – **Item 28:**

#### **MENSAGEM Nº 147, DE 2005**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)*

*(Votação secreta)*

Mensagem nº 147, de 2005 (nº 318/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Ivan Oliveira Cannabrava*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer de autoria do Senador Eduardo Azeredo.

#### **PARECER Nº 1.505, DE 2005–CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura de parecer:) – O indicado recebeu 18 votos favoráveis; não houve votos contrários, nem em branco, nem nulos. Não houve abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 29:**

#### **MENSAGEM Nº 148, DE 2005**

*(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)*

*(Votação secreta)*

Mensagem nº 148, de 2005 (nº 319/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. *Ivan Oliveira Cannabrava*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer o de Embaixador do Brasil junto à Belize.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer de autoria do Senador Eduardo Azeredo.

#### **PARECER Nº 1.506, DE 2005–CRE**

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura de parecer:) – O indicado recebeu 18 votos favoráveis; não houve votos contrários, nem em branco, nem nulos. Não houve abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do nobre Senador Eduardo Azeredo é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.).

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

*(Procede-se à votação nominal e pelo sistema eletrônico.)*


**MENSAGENS NºS 147 E 148, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

Sr. IVAN OLIVEIRA CANNABRAVA, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS E BELIZE

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 17/8/2005

Num.Votação: 14  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 17/8/2005 17:57:58  
Encerramento: 17/8/2005 18:01:41

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou	<b>Votos NÃO : 07    Total : 51</b>			
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou				
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou	<b>Votos ABST. : 00</b>			
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou				
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou				
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou	Primeiro-Secretário			
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	Votou				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou				
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou				
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
-	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou				
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	Votou				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou				
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou				
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou				
Bloco-PT	MT	SERYS SHLESSARENKO	Votou				
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou				
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou				

Presidente: RENAN CALHEIROS

**Votos SIM : 44**

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 17/8/2005 18:01:44

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL)

– Votaram SIM 44 Srs. Senadores; e NÃO 7.

Não houve abstenção.

Total: 51 votos.

Está aprovado o nome do Sr. Ivan Oliveira Cannabrava.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL)

– Item 30:

### MENSAGEM Nº 149, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 149, de 2005 (nº 328/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora *Kátia Godinho Gilaberte*, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à República de Gâmbia.

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer.

### PARECER Nº 1.507, DE 2005–CRE

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Para a leitura do parecer:– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Sr<sup>a</sup> Kátia Godinho Gilaberte obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com 16 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nem branco, nem nulo, e não houve abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer do nobre Senador Sérgio Zambiasi é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

Em votação.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

### MENSAGEM Nº 149, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sra. KÁTIA GODINHO GILABERTE, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBaixADORA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO SENEGAL, EXERCER O DE EMBaixADORA DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE GÂMBIA

Num. Sessão: 1      Data Sessão: 17/8/2005      Num. Votação: 15      Hora Sessão: 14:00:00      Abertura: 17/8/2005 18:02:04      Encerramento: 17/8/2005 18:04:01

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	SP	ALCÍZIO MERCADANTE	Votou
PSDB	PB	ALVARO DIAS	Votou
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARRIS	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	Votou
PMDB	AP	JOSE SARNEY	Votou
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PFL	PE	MARIO MACIEL	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PMDB	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PMDB	RS	PEDRO SIMÓN	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	MA	RIBAMAR FIGUENE	Votou
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou
PMDB	RR	ROMERO JUCA	Votou
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou
Bloco-PT	MT	SÉRGIO SILHESARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
Bloco-PT	AC	TIAGO VIANA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 42  
Votos NÃO : 06      Total : 49

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Partido UF Nome do Senador Voto

Votos ABST. : 01

  
Primeiro-Secretário





**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL)  
– Votaram SIM 40 Srs. Senadores; e NÃO, 5.

Não houve abstenção.

Total: 45 votos.

Foi aprovado o nome do Sr José Jeronimo Moscardo de Souza.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL)  
– Última votação nominal.

Nunca é demais comemorar: apesar da crise, o Senado continua com grande produtividade. Agradeço às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores, bem como aos Srs. Líderes Partidários.

### Item 33:

#### MENSAGEM Nº 165, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 165, de 2005 (nº 378/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Mauro Mendes de Azeredo*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto República Helênic.

Leitura do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Relatora **ad hoc**: Senadora Serys Slhessarenko.

#### MENSAGEM Nº 165, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. MAURO MENDES DE AZEREDO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA HELÊNICA

Num. Sessão:	1	Num. Votação:	17	Abertura:	17/8/2005 18:06:47		
Data Sessão:	17/8/2005	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	17/8/2005 18:11:25		
Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	Votou				
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou				
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	Votou				
PMDB	RO	AMIR LANDO	Votou				
Bloco-PT	PA	ANA JERÔNIMA SAREPA	Votou				
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	Votou				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
PFL	PB	EFFRAIM MORAIS	Votou				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou				
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou				
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PSDB	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou				
PFL	SC	JÓRGE BORNHAUSEN	Votou				
PDT	MS	JUVENCIO DA FONSECA	Votou				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou				
PFL	PE	MARCOS MACIEL	Votou				
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou				
PDT	PR	OSMAR DIAS	Votou				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	Votou				
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou				
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	Votou				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	Votou				
PFL	SP	ROMELI TUMA	Votou				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	Votou				
Bloco-PT	AC	SIBA MACHADO	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou				
Bloco-PT	AC	TIAO VIANA	Votou				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou				
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	Votou				

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 43  
Votos NÃO : 04  
Votos ABST. : 01

Total : 48

Operador: HELIO FERREIRA LIMA

Emissão: 17/8/2005 18:11:27

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes, para a leitura do parecer.

#### PARECER Nº 1.509, DE 2005–CRE

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP Para a leitura do parecer:– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Sr Mauro Mendes de Azeredo obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, com 18 votos favoráveis, nenhum voto contrário, nem branco, nem nulo, e não houve abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL)  
– O parecer da Senadora Serys Slhessarenko é favorável.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Em votação.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

Se todos já votaram, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)

  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 43 Srs. Senadores; e NÃO, 4. Houve uma abstenção.

Total: 48 votos.

Aprovado o nome do Sr. Mauro Mendes de Azevedo.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 894, DE 2005**

##### **Dispensa de publicação de redação final.**

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2005, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2005. – Senador, **Eduardo Azeredo**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Aprovada a redação final, o projeto vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

#### **REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 2005**

##### **Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal do Vale do Rio Doce (UFVD), com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º A UFVD terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, podendo, para tal, celebrar convênios com os governos estadual e municipais.

Art. 3º A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da UFVD, observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão definidos nos termos de seu Estatuto e das normas pertinentes.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 895, DE 2005**

##### **Dispensa de publicação de redação final.**

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2004 (nº 3.986/2000, na Casa de origem), que altera a Lei nº 6259, de 30 de outubro de 1975.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2005. – Senador **Papaléo Paes**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a redação final, o projeto volta à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

#### **REDAÇÃO FINAL DAS EMENDAS DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2004 (Nº 3.986, de 2000, na Casa de origem).**

##### **Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.**

## EMENDA Nº 1

**(Corresponde à Emenda nº 1 – CAS)**

Dê-se à ementa do Projeto a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para incluir a intoxicação por agrotóxicos entre os agravos à saúde sujeitos à notificação compulsória.”

## Emenda nº 2

**(Corresponde à Emenda nº 2 – CAS)**

Dê-se ao art. 1º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 7º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 7º .....

III – de intoxicação por agrotóxicos e afins, conforme estão definidos no inciso I do art. 2º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

..... ”(NR)”

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 896, DE 2005****Dispensa de publicação de redação final.**

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requerio a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004 (nº 1.103/99, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2005.  
– Senador **Papaléo Paes**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a redação final, o projeto volta à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

**REDAÇÃO FINAL DAS EMENDAS DOSENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2004**

(Nº 1.103, de 1999, na Casa de origem)

**Dá nova redação ao § 3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências.**

## EMENDA Nº 1

**(Corresponde à Emenda nº 1 – CMA)**

Dê-se à ementa do Projeto a seguinte redação:

“Acrescenta § 4º ao art. 32 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, para obrigar o depósito, na unidade de conservação, de cópia de pesquisa nela realizada.”

## EMENDA Nº 2

**(Corresponde à Emenda nº 2 – CMA)**

Dê-se ao art. 1º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 32 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências”, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

‘Art. 32.....

§ 4º Deverá ficar depositada, no acervo da unidade de conservação, cópia impressa, fotográfica ou audiovisual de toda e qualquer pesquisa científica nela realizada.’ (NR)”

## EMENDA Nº 3

**(Corresponde à Emenda nº 3 – CMA)**

Dê-se ao art. 2º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.”



**O SR PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

### **PARECER Nº 1.510, DE 2005**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as emendas apresentadas em Plenário à Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo com 1º secretário o Senador Pedro Simon, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros dos tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.**

Relator: Senador **José Jorge**

#### **I – Relatório**

Em exame as emendas de nºs 3, 4, 5 e 6 à Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, do Senador Pedro Simon e outros Senadores, que eleva para setenta e cinco anos a idade limite para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos em geral, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, mediante alteração do § 1º, inciso II, do art. 40 da Constituição Federal. A proposição também estende a medida aos membros dos tribunais, por meio de alteração dos arts. 73, § 1º, 101, 104, parágrafo único, 107, **caput**, e 111, § 1º, todos da Constituição.

Nos termos do Parecer nº 463, de 2005, esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania manifestou-se pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, com as emendas 1 e 2 do relator. A primeira delas suprime as alterações propostas pelo art. 1º da PEC nos arts. 73, 101, 104, 107 e 111 e modifica o inciso II do § 1º do art. 40, para estabelecer dois limites de idade para a aposentadoria compulsória dos servidores, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição: aos setenta anos de idade, ou aos setenta e cinco anos de idade, na forma de lei complementar.

A segunda emenda aprovada por esta comissão acrescenta a cláusula de vigência. As 4 emendas apresentadas em Plenário são relatadas a seguir.

A emenda de nº 3, dos Senadores Garibaldi Alves Filho e Ramez Tebet, acrescenta ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o art. 95, para estabelecer que até que entre em vigor a lei complementar que disciplina o disposto no inciso II do art. 40 desta Constituição Federal, os Ministros dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e os Ministros Titula-

res e Substitutos do Tribunal de Contas da União se aposentarão compulsoriamente aos setenta e cinco anos de idade.

A emenda de nº 4, do Senador Antonio Carlos Magalhães, também acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar que até que entre em vigor a lei complementar de que trata o inciso II do art. 40 desta Constituição Federal, os ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores se aposentarão compulsoriamente aos setenta e cinco anos de idade.

A emenda de nº 5, do Senador Demóstenes Torres, acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para determinar que até que entre em vigor a lei complementar de que trata o inciso II do art. 40, os ministros do Supremo Tribunal Federal se aposentarão compulsoriamente aos setenta e cinco anos de idade.

A emenda de nº 6, dos Senadores Garibaldi Alves Filho e Ramez Tebet, acrescenta ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias o art. 95, para estabelecer que até que entre em vigor a lei complementar que disciplina o disposto no inciso II do art. 40 desta Constituição Federal, se aposentarão compulsoriamente aos setenta e cinco anos de idade os ministros dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário, os ministros Titulares e auditores, bem como aqueles que lhes sejam equiparados, do Tribunal de Contas da União, os desembargadores dos Tribunais Regionais Federais, os desembargadores dos Tribunais Regionais do Trabalho, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e os Conselheiros e Auditores, bem como aqueles que lhes sejam equiparados, dos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios.

#### **II – Análise**

São pertinentes e defensáveis os argumentos apresentados pelos autores das propostas, quando alertam para as diferenças entre funções, forma de ingresso e ausência de carreiras no caso de magistrados dos tribunais superiores, com relação aos servidores públicos em geral. Todavia, entendo que essas diferenças são mais acentuadas no que se refere aos ministros do Supremo Tribunal Federal, que pela natureza especialíssima de suas funções não deveriam estar sujeitos ao tratamento uniformemente atribuído aos demais agentes públicos.

#### **III – Voto**

Deste modo, o voto é pela aprovação da emenda de nº 5 e pela rejeição das emendas de nºs 3, 4 e 6.

Sala da Comissão, 17 de agosto de 2005.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

EMENDAS DE PLENÁRIO Nºs 3 a 6

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 43 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 17/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE :	
RELATOR:	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE (RELATOR)	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA	6- TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(**)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)</b>	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA	4-ROMERO JUCÁ
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 11/08/2005

(\*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(\*\*) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

**O SR PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 897, DE 2005**

**Requer informações ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Fazenda sobre o montante, em reais, da compensação fiscal, a que tiveram direito as emissoras de rádio, as emissoras de televisão, e as empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, referente à cedência do horário gratuito para a propaganda eleitoral e partidária.**

Requeiro, com fulcro no art. 50 § 2º da Constituição Federal e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Fazenda se digne a prestar, por intermédio da Receita Federal do Brasil, com base na Lei nº 9.096, de 1995, na Lei nº 9.504, de 1997 e no Decreto nº 5.331, de 2005, as seguintes informações:

**a)** qual foi o montante, em reais, da compensação fiscal a que tiveram direito as emissoras de rádio e televisão referente à cedência do horário gratuito para veiculação da propaganda eleitoral, bem assim para os comunicados, instruções e outras requisições da Justiça Eleitoral, de que trata o art. 99 da Lei nº 9.504, de 1997, nas eleições de 1998, 2002 e 2004, discriminado por eleição, por emissora de televisão e por emissora de rádio;

**b)** qual foi o montante, em reais, da compensação fiscal a que tiveram direito as empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações obrigadas ao tráfego gratuito de sinais de televisão e rádio referente à cedência do horário gratuito para veiculação da propaganda eleitoral, bem assim para os comunicados, instruções e outras requisições da Justiça Eleitoral de que trata o art. 99 da Lei nº 9.504, de 1997, nas eleições de 1998, 2002 e 2004, discriminado por eleição e por concessionária de serviços públicos de telecomunicações;

**c)** qual foi o montante, em reais, da compensação fiscal a que tiveram direito as emissoras de rádio e televisão referente à cedência do horário gratuito para veiculação da propaganda partidária, bem assim para os comunicados, instruções e outras requisições da Justiça Eleitoral, de que trata o parágrafo único do

art. 52 da Lei nº 9.096, de 1995, nos anos de 1998 a 2004, discriminado por ano, por emissora de televisão e por emissora de rádio;

**d)** qual foi o montante, em reais, da compensação fiscal a que tiveram direito as empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações obrigadas ao tráfego gratuito de sinais de televisão e rádio referente à cedência do horário gratuito para veiculação da propaganda partidária, bem assim para os comunicados, instruções e outras requisições da Justiça Eleitoral de que trata o parágrafo único do art. 52 da Lei nº 9.096, de 1995, nos anos de 1998 a 2004, discriminado por ano e por concessionária de serviços públicos de telecomunicações.

As informações requeridas serão da maior relevância para o Senado Federal, no exercício de sua competência legislativa e fiscalizadora, delinear um novo modelo de sistema partidário e eleitoral para o país, no momento em que estamos discutindo projetos de lei, tanto de iniciativa do Senado Federal, como da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2005. – **Papaléo Paes.**

#### **REQUERIMENTO Nº 898, DE 2005**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro da Ciência e Tecnologia informações sobre a previsão orçamentária e a efetiva liberação de recursos feitas à UNE, bem como esclarecimentos sobre se as liberações foram precedidas das usualmente exigidas prestações de contas de parcelas anteriores,

#### **Justificação**

A despeito da consideração e do respeito que a União Nacional dos Estudantes – UNE – nos merece, causou-me estranheza a concentração, no mês de julho, dos últimos repasses financeiros feitos pelo Governo Federal em favor daquela entidade, principalmente, se comparados com as liberações feitas em anos anteriores. Tal estranheza se intensifica, quando confrontados referidos valores com os que são repassados aos programas prioritários do Governo, sabidamente, bem abaixo do previsto e do desejado.

De acordo com os dados do Siafi, os valores desses repasses foram:

Em 2003 – R\$600.000,00

Em 2004 – R\$599.621,97

Em 2005 – R\$1.185.649,30

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2005. – **José Agripino**

**REQUERIMENTO Nº 899, DE 2005**

**Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Ministro da Educação, a listagem completa de impressos encomendados a gráficas localizadas no Rio Grande do Sul, do ano de 2003 até esta data, especificando o tipo de trabalho gráfico executado, com que objetivo, quantidade e valores.**

**Justificação**

O pedido ora formulado destina-se a obter dados complementares a respeito dos trabalhos gráficos contratados em duas gráficas do Rio Grande do Sul, do ano de 2003 até esta data. O assunto foi levantado pela revista **Época**, com a denúncia de favorecimento a gráficas que, antes, realizaram trabalhos para o então candidato a Governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. Em resposta a Requerimento anterior, o MEC enviou ao solicitante informações amplas, mas sem especificar o tipo de material gráfico realizado na Estado do Rio Grande do Sul, daí a nova solicitação, para que o Senado possa se inteirar do assunto objeto da denúncia.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2005.  
– **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

( À Mesa para decisão )

**O SR PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 900, DE 2005**

**Requer Voto de Aplauso ao escritor amazonense Milton Hatoum pelo lançamento de seu novo livro, intitulado Cinzas do Norte.**

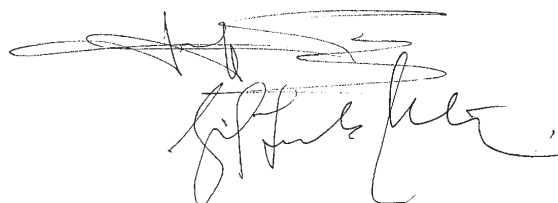
Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao escritor amazonense Milton Hatoum, pelo lançamento de seu novo livro, intitulado Cinzas do Norte, com enredo que se passa na Manaus dos anos 60.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado.

**Justificação**

Detentor de exuberante texto, Milton Hatoum é, a meu ver, o mais vigoroso escritor da atual geração. Seu livro inicial, Dois Irmãos, será filmado com roteiro, já pronto, de Maria Camargo. A homenagem que ora formulo justifica-se pelo valor do novo livro, que mereceu acolhida favorável da crítica especializada, em especial do Caderno 2 de **O Estado de S. Paulo**. Nessa avaliação do jornal, o livro Cinzas do Norte inovou com uma trama tragicamente envolvente e que sua edição sai num momento de fragilidade política, propondo, ademais, uma reflexão sobre o Brasil.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2005. – **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.



**O SR PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Voltando à lista de oradores, concedo a palavra, com muita satisfação, pelo tempo que resta da sessão, ao nobre Senador Ramez Tebet.

**O SR RAMEZ TEBET** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, a crise, que se torna cada vez mais aguda em decorrência da soma de novos episódios e denúncias, está a carecer do Senhor Presidente da República atitudes mais enérgicas e determinadas. Infelizmente, o pronunciamento de Sua Excelência à Nação, em cadeia nacional de tevê, não satisfaz as grandes interrogações que se postam, hoje, nos espaços institucionais. Qual é, efetivamente, a responsabilidade do Presidente da República nos eventos escandalosos que atingem o partido do qual é presidente de honra, o Partido dos Trabalhadores.

Creio que foi por isso que o Senador Eduardo Suplicy leu desta tribuna uma carta dirigida a Sua Excelência, o Presidente da República, sugerindo que ele comparecesse ao Congresso Nacional para dar maiores explicações à Nação.

Creio que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem o dever indeclinável de vir a público expressar, de maneira clara e objetiva, as razões que motivam sua indignação contra o partido que fundou, nomeando



os responsáveis pelos escândalos, exigindo punições severas contra os responsáveis pelos desmandos e ilícitudes e, mais que isso, o expurgo do PT de todos aqueles que se jogaram no maior oceano de lama da história política contemporânea de nossa Pátria.

Se não o fizer, se não partir para atitudes contundentes, se continuar a tergiversar, até parecendo que deseja contornar o despenhadeiro em que se encontra o seu partido com uma retórica frouxa e ineficaz, positivamente o Presidente Lula estará contribuindo para expandir as suspeitas que já se projetam sobre o seu nome.

Ontem, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esta Casa assistiu, com muita atenção, a peroração do Senador José Sarney, que mostrou, do alto de sua experiência política e do cume de sua competência intelectual, os contornos da crise que estamos vivendo, focando a necessidade de reformas urgentes, eximindo a figura do Presidente de maiores responsabilidades, listando, enfim, medidas para serem aplicadas já nas eleições do próximo ano.

Concordamos com Sua Excelência, o Senador Sarney, quanto ao ponto de origem da crise, o **ethos** do nosso **homo politicus** e não a natureza das nossas instituições políticas e sociais, e partilhamos ainda da idéia de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva constitui o maior exemplo da dinâmica social brasileira em toda a história da República, mas não podemos aceitar a idéia de que o Presidente nada tem nada a ver com a situação de descalabro que atinge a esfera política, a partir do sistema de cooptação arquitetado pelo Partido dos Trabalhadores.

Uma coisa – entendo eu – é enaltecer a figura humana do Presidente, buscar a força de suas origens humildes, percorrer a trilha de sacrifícios que deu contorno à sua vida. Outra coisa é deixar de reconhecer que a crise a que o Brasil assiste livra o Presidente da República de sua responsabilidade em relação aos eventos que estão sendo investigados.

Afinal de contas, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Lula e o PT estão umbilicalmente unidos pelo cordão genético que traça a configuração de suas vidas. O PT e o Lula são entes indissociáveis, inseparáveis, integrados. Mexer com um é mexer com outro, ambos se somam no delineamento e na construção de um projeto político e partidário. Se assim é, a retórica que defende a repartição de corpos xifópagos – Lula e o PT, o PT e Lula – não resiste a uma análise mais aguda.

Por essa razão, insistimos na idéia de que o Presidente da República, do alto da força de seu cargo, venha a público proclamar de maneira mais clara e mais sincera a sua indignação, deixando de lado as

meias palavras, os meios tons, os sofismas e as comparações com o passado.

Quero lembrar aqui, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que a Nação não viu nenhum ato de autoridade por parte do Presidente da República; em relação aos seus Ministros, aqueles que deixaram o cargo, pediram demissão e não foram exonerados, nenhuma palavra, nem do Presidente da República e nem do seu Partido oficialmente; de membros do seu Partido, sim. Mas o seu Partido ainda se encontra naquela escalada de apuração dos fatos dentro desse ente partidário.

O que a Nação pede e exige, de forma clara, é que o Presidente da República aja com a autoridade que o cargo lhe confere, contribuindo para o apressamento das investigações que estão sendo feitas pelas CPIs, e estão sendo feitas de maneira a não merecer reparos, diga-se de passagem, porque, no seu todo, no mérito, as CPIs estão agindo, as CPIs estão trabalhando. Não serão elas que irão punir, as CPIs estão investigando. A punição vai caber ao Parlamento, mas é inegável que, no sistema presidencialista que vivemos, um sistema imperial, é muito importante e forte a presença do Presidente da República, inclusive no Congresso Nacional.

Senador Tasso Jereissati, por gentileza.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Senador Tebet, apenas para parabenizá-lo por suas palavras que, mais uma vez, fazem jus ao brilhante e experiente Parlamentar que orgulha esta Casa e que sempre, ao falar da tribuna desta Casa, o faz com uma profundidade, com uma propriedade tão grande. Não existe – e isso precisa ficar claro – nenhum brasileiro que esteja acima da lei, nenhum homem público que esteja acima do julgamento público da população ou que esteja livre ou impune a qualquer tipo de ato ilícito ou antiético. É impossível participarmos de uma farsa em que praticamente se ignora toda a tradição brasileira do nosso presidencialismo. O Presidente não tem nada a ver com o Governo, o Governo não tem nada a ver com o seu Partido, o Partido do Governo não tem nada a ver com o Governo. São coisas completamente apartes, estanques entre si, que não se comunicam, a ponto de até chegarmos a ver determinadas circunstâncias em que se diz que o Presidente não tem nada a ver com o seu Governo. Ora, não dá para fazer com que a Nação inteira e muito menos esta Casa venham a engolir a proposta de fazer disso tudo uma grande cortina de fumaça, esquecendo e deixando para trás um sistema presidencialista, querendo que se acredite que o Presidente não tem nada a ver com o seu Governo. É preciso haver muita objetividade, muita clareza e mui-

to espírito público. Essas três coisas V. Ex<sup>a</sup> acaba de colocar aqui com as suas palavras.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Senador Tasso Jereissati, vim aqui, com toda certeza, inspirado em V. Ex<sup>a</sup> e em outros Senadores que têm o mesmo pensamento, que querem que as coisas aconteçam e que o País seja passado a limpo.

Ouvi ontem, atentamente, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e quero dizer que ele me impulsionou a comparecer a esta tribuna para fazer essas considerações à Nação brasileira. Entendo, assim como V. Ex<sup>a</sup>, que vivemos um presidencialismo imperial. Não é possível dissociar governo de partido político. Isso não existe. E todos sabemos a força que o Presidente da República tem. Sua Excelência devia exigir do seu Partido, no meu entender, a rápida punição dos culpados.

Houve Partido aqui – refiro-me expressamente ao PFL – que, pela simples citação do nome de um Parlamentar seu, um Deputado, em um noticiário, resolveu expulsá-lo das suas fileiras.

Penso que o País está a exigir atitudes mais energéticas que sejam realmente próprias de um Presidente da República que queira ver as coisas a limpo, as coisas transparentes. É esse o nosso objetivo. Por isso que estamos aqui nesta Casa. Tenho consciência de que não podemos perder essa oportunidade.

Faço um apelo ao Presidente da República para que proceda, aja. Estamos, e temos que compreender as dificuldades por que o País passa no momento. A democracia representativa não corre risco só no Brasil, ela não atravessa uma crise só no Brasil, mas uma crise em todo o mundo. Suas origens dizem respeito, inclusive, ao enfraquecimento dos partidos políticos. Estamos vivendo em um ciclo de declínio de ideologias, de arrefecimento dos parlamentos; há outras esferas de representação social, como as organizações não-governamentais.

Portanto, cumpre a nós zelar pelo nosso Parlamento, dar força ao nosso Parlamento. Daí por que o Parlamento estar funcionando, com toda certeza, com três CPIs para apurar atos de corrupção. Atos de corrupção, Senador Tasso Jereissati, vamos falar a verdade, que mais parecem um oceano, de tão grandes. E sabe por quê? Porque tem de tudo, é uma verdadeira novela. Se V. Ex<sup>a</sup>s me permitem, desculpem a expressão, e creio que não ofenderei o Parlamento, está tendo cafetina, ex-mulher, doleiro, jogo; quer dizer, é um oceano de corrupção. Precisamos sair disso e só conseguiremos se agirmos com eficiência e rapidez.

Confio no Parlamento! Confio nas instituições brasileiras! Acho que vamos tirar grandes ensinamentos dessa crise que estamos atravessando.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, com a experiência que já adquiriu no Parlamento, faz um discurso realmente correto. O pronunciamento do Senador Sarney, ontem, até determinada parte, foi louvável, como V. Ex<sup>a</sup> salientou, mas, em uma outra parte, não foi louvável, porque entrou numa posição contrária à Nação brasileira, inclusive ao Congresso Nacional, que, assim como V. Ex<sup>a</sup>, trata esse assunto com muita propriedade. V. Ex<sup>a</sup> cresce aos olhos de seus colegas. Ninguém quer fazer mal ao Presidente da República – V. Ex<sup>a</sup> já salientou as suas qualidades – mas, ao mesmo tempo, ninguém quer deixar de apurar a verdade para, inclusive, elevar o nível do Parlamento perante a opinião pública. De maneira que V. Ex<sup>a</sup> aborda muito bem o tema. Ontem, fiquei extremamente contristado quando se fazia o exame dos Presidentes da República e não se fez praticamente uma referência sequer ao grande Presidente Juscelino Kubitschek, que foi do PSB da época, que seria o PMDB também, e que foi um estadista que enfrentou os maiores problemas políticos e militares, e sempre se saiu como um verdadeiro democrata. De modo que V. Ex<sup>a</sup> hoje está fazendo o discurso que todos desejávamos ver. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Senador Antonio Carlos Magalhães, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, mas penso que o discurso que estou fazendo V. Ex<sup>a</sup> já o fez com mais propriedade do que eu, assim como outros Senadores.

Concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Ramez Tebet, primeiramente, quero dizer que nos sentimos orgulhosos de sermos seus amigos, não apenas pelo que V. Ex<sup>a</sup> representa neste Congresso, mas pelo que representa a todos os brasileiros. O carinho que o povo catarinense tem por V. Ex<sup>a</sup> foi demonstrado recentemente em Blumenau, quando V. Ex<sup>a</sup> lá esteve proferindo uma palestra. O seu brilhante pronunciamento mostra realmente que V. Ex<sup>a</sup> quer que o Brasil volte novamente à normalidade e que todos os culpados sejam punidos. Porém, é bom dizer que não se pode separar um homem público que pertence a um partido das possíveis falcatruas que o partido esteja cometendo. Ou ele sai do partido, ou ele pede punição para os que estão dentro do partido. O Presidente Lula pertence ao PT e não diz quais os membros do PT estão envolvidos, não chama a atenção dos envolvidos e se coloca a par de toda essa confusão. O Partido que dá sustentação ao Presidente Lula e o Partido a que Sua Excelência pertence é o PT. Se o PT está envolvido, infelizmente, o Presidente acabará

sendo envolvido, se não tomar posições mais duras, denunciando, mostrando quem são realmente os culpados. Gostaríamos que o momento fosse outro. Nós, Parlamentares, Senador Ramez Tebet, estamos cumprindo a nossa missão, denunciando, falando, cobrando, exigindo transparência. A sociedade não nos perdoaria, se ficássemos todos calados aqui, assistindo a tudo, sem falar nada. Se estamos usando a tribuna, cobrando na CPMI, é porque queremos que os fatos sejam esclarecidos. Acusam-nos – nós da Oposição – de cobrarmos demais, mas temos de cobrar, porque, infelizmente, aqueles que estão bem próximos de tudo isso não o estão fazendo. E, para falar realmente a verdade, o Governo continua cometendo erros. Trazer aquela multidão de estudantes e de sindicalistas ontem a Brasília, para fazer manifestações, aliás, para fazer protesto a favor de um Governo que está envolvido em corrupção?! Olha, é impossível acreditar! Alguém está patrocinando essas pessoas que estão vindo para cá dizer amém ao Lula. Conheço protestos para melhorar as coisas, não protesto para apoiar, não protesto para dizer que as coisas estão boas. Acho que, infelizmente, o Governo também está envolvido com as coisas que aconteceram ontem em Brasília, patrocinando esses movimentos, que a sociedade brasileira certamente não está aprovando.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Senador Leonel Pavan, agradeço as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, que enaltecem o meu pronunciamento. Aproveito a oportunidade para dizer que realmente foi com alegria que, estando em Blumenau, pude atestar o grande prestígio de que V. Ex<sup>a</sup> desfruta no Estado que tão bem representa aqui.

O que V. Ex<sup>a</sup> acaba de me dizer em seu aparte, Senador Leonel Pavan, é uma verdade verdadeira. Ninguém vai acreditar, em sã consciência, que o Presidente Lula não tenha forças dentro do seu Partido para exigir o expurgo daqueles que o traíram ou daqueles que não lhe foram leais. Ninguém tem mais autoridade do que o Presidente de exigir do seu Partido. Se isso faltar a Sua Excelência, que foi o maior fundador do Partido dos Trabalhadores, V. Ex<sup>a</sup> tem razão, o Presidente Lula deverá deixar o Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apesar de todo o aparato de ilegalidade, a democracia brasileira não comporta mais atitudes populistas. Por isso mesmo, nosso temor é o de que Sua Excelência, o Presidente da República, acossado pelo arsenal de denúncias que se abatem sobre atores políticos, grupos privados e instituições da administração federal, parta para a criação de um sistema de contrapressão, escudado em seu forte carisma. O confronto entre posições ex-

tremadas poderá cerrar os ânimos e contribuir para um desfecho terrível.

Isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ninguém deseja. Queremos a permanência do Presidente da República no rito da legalidade, como esta Casa tem afirmado por meio de todos os Senadores que se manifestam desta tribuna.

Em face da moldura exposta, só resta uma alternativa para que o Presidente da República possa preservar o acervo, que já se esvai, de sua credibilidade – volto a afirmar o que afirmei no início: ter voz de autoridade, ter voz de comando, exigir a punição rigorosa de todos os culpados, ajudar na investigação, exigir a punição e o expurgo dos companheiros que macularam a história do seu Partido e, de maneira modesta, sem arrogância, mobilizar a classe política para uma agenda positiva.

É isso que se espera de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República. Se assim não for, penso eu, Sua Excelência estará abrindo sua própria cova, e não é isso que estamos desejando.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Prorrogo a sessão por mais vinte minutos, para dividir exatamente os vinte minutos com o Senador Efraim Morais e o Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em tempos agudos de crise, como os de agora, é natural que a exacerbação dos ânimos e o conflito de interesses gerem excessos verbais e dúvidas a respeito da real dimensão dos problemas.

Em situações como essas, os gregos antigos buscavam a orientação dos oráculos. O Oráculo de Delfos – também chamado de Templo de Apolo – tornou-se por séculos uma espécie de santuário dos governantes da antiguidade greco-romana, onde se buscava a orientação dos sábios e sacerdotes, sobretudo em momentos de crise e de grandes controvérsias políticas.

Não temos hoje nada equivalente, mas, na versão contemporânea, nossos oráculos são aqueles homens de bem e de notório saber, cuja coragem e história de vida os colocam acima de qualquer suspeita. Deles se diz que são a “reserva moral da Nação”.

No início de nossa vida republicana, houve nomes como Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. Mais recentemente, podemos citar Barbosa Lima Sobrinho e Sobral Pinto, que, já nonagenários, foram recrutados pela cidadania para se fazerem presentes e darem sua chancela moral à campanha das Diretas-Já e à luta pela redemocratização do País.



Barbosa Lima Sobrinho, aos 95 anos, foi o autor do pedido de *impeachment* do Presidente Collor. Foi sua a primeira assinatura daquele documento histórico, que propiciou a abertura do processo na Câmara dos Deputados e expressou a indignação cívica da sociedade brasileira.

Hoje, felizmente, apesar de todos os pesares, ainda existem figuras desse porte. Não são muitas, mas são igualmente respeitáveis. Cito aqui uma delas – e quero-me deter em declarações que fez esta semana à revista **Veja**. Refiro-me ao advogado, jurista, professor e militante histórico da causa dos direitos humanos, o cidadão Hélio Bicudo.

Dispensamo-nos de apresentá-lo, visto que não creio que haja um só homem público neste País que não o conheça e não o respeite. Em seu louvor, basta lembrar sua corajosa militância contra o esquadrão da morte em São Paulo, na década dos 60 e 70 do século passado.

Foi ainda, fundador do Partido dos Trabalhadores, no qual militou intensamente, sendo um dos responsáveis pela credibilidade que a bandeira da ética ali adquiriu. Hoje, ele expressa melhor que ninguém o desencanto da sociedade civil diante da sucessão de escândalos que assola a vida pública brasileira.

Nada melhor, pois, neste momento em que o PT está na berlinda, desmoronando como Partido e como paradigma de ética na política, que ouvir o oráculo Hélio Bicudo. Foi com esse ânimo que bebi suas palavras na densa e sincera entrevista que prestou à edição desta semana da revista **Veja** – muito significativamente intitulada “Lula esconde a sujeira”.

Se alguém, por exemplo, tinha alguma dúvida sobre se o Presidente Lula sabia ou não do que se passava a seu redor, das inúmeras ações predatórias ao Erário que seus auxiliares diretos promoviam, deve meditar sobre essas palavras de Hélio Bicudo:

Lula é um homem centralizador. Sempre foi Presidente de fato do Partido. É impossível que ele não soubesse como os fundos estavam sendo angariados e gastos e quem era o responsável. Não é porque o sujeito é candidato a Presidente que não precisa saber de dinheiro. Pelo contrário. É aí que começa a corrupção.

E ainda disse Hélio Bicudo:

Ele é mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete. Sempre agiu dessa forma. Seu pronunciamento de sexta-feira confirma. Lula manteve a postura de que não faz parte disso e não abre espaço para uma discussão pública.

Sr. Presidente, para que a observação não fique apenas no campo dos adjetivos, Hélio Bicudo relata um acontecimento que presenciou há oito anos e que

já antecipava esse traço moral da personalidade do Presidente Lula, como homem público omisso e empenhado em proteger amigos e compadres.

Volto a citar trecho da entrevista de Hélio Bicudo à **Veja**:

Em 1997, presidi uma comissão de sindicância do PT para apurar denúncia contra o empresário Roberto Teixeira, que estava usando o nome de Lula para obter contratos de prefeituras em São Paulo. A responsabilidade dele ficou claríssima. Foi pedida a instalação de uma comissão de ética, e isso foi deixado de lado por determinação de Lula, porque Roberto Teixeira é compadre dele. O único punido foi o Paulo de Tarso Venceslau, autor da denúncia. Ainda que não existisse necessariamente um crime, havia um problema sério, ético, político, que tinha de ter sido discutido e não foi. Essas coisas todas vão se acumulando e, no final, acontece o que se vê hoje.

A entrevista vale por um ensaio sociológico a respeito do PT e de parte da Esquerda brasileira. Bicudo, numa única frase, resume, por exemplo, o perfil político e moral do ex-Ministro José Dirceu.

Diz dele: “É um homem que luta, sem restrição a meios, pelo poder.”

Vejam bem, Sr. Presidente, sem restrição a meios! Ou seja, vale tudo – roubar, comprar consciências, corromper –, desde que a causa seja, em tese, boa. Só que – e a história humana é rica em exemplos –, ao se recorrer a meios espúrios em busca de fins nobres, os fins se perdem no horizonte e acaba prevalecendo, como agora, apenas a perversão perpetrada em nome do bem.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PI)** – Os fins não justificam os meios, porque pelo errado não se chega ao certo. Basta ver em que deu a Revolução Soviética, que levou à prática aquele princípio maquiavélico.

Hélio Bicudo não hesita em atribuir a Lula a responsabilidade política, que embute um crime de lesa-Constituição, pela disfuncionalidade de seu Governo. Disse, ainda, Hélio Bicudo:

Ele (Lula) dividiu o Governo como se estivéssemos num sistema parlamentarista. É o chefe do Estado, mas não do Governo. Nisso há, aliás, uma clara violação da Constituição, que é presidencialista. A consequência foi o aparelhamento do Estado, um Governo sem projeto e essa tática de alcançar resultados pela corrupção do Congresso Nacional.

Na mesma edição da revista **Veja**, há outra matéria a respeito do PT, intitulada “A Agonia de um Partido”, cuja leitura recomendo e que mostra o perfil centraliza-



dor da direção daquela legenda, que permitiu que uma pequena cúpula agisse à revelia da militância.

Diz a matéria, Sr. Presidente, assinada pelo repórter Marcelo Carneiro, que, para os petistas hoje pegos em flagrante litígio com a lisura, a democracia – assim como a ética – jamais foi um fim em si mesmo, mas apenas um meio de chegar ao poder.

É apenas um recurso estratégico. Usa-se a democracia para, a seguir, acabar com ela.

Essa armadilha, Srs. Senadores – e os fatos estão aí para demonstrá-lo –, já havia sido acionada internamente no Partido. Na seqüência, não tenho dúvidas, seria usada por envolver o próprio País.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PI)** – Nada mais ilustrativo do golpe autoritário imposto pela cúpula petista sobre sua militância que o pranto de alguns de seus parlamentares, semana passada, quando ouviram as revelações bombásticas do marqueteiro Duda Mendonça sobre o financiamento eleitoral espúrio da eleição passada.

Um político como o Senador Aloizio Mercadante, por exemplo, viu-se obrigado a manifestar publicamente seu repúdio a tudo aquilo e a desconhecer o seu próprio Partido.

Outro petista ilustre, o Senador Cristovam Buarque, ameaça se desligar da legenda e, com certeza, o Brasil inteiro, principalmente o Distrito Federal, esperam um posicionamento firme do Senador.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PI)** – No entanto, espantosamente, o grande operador de todo esse processo, o tesoureiro Delúbio Soares, não foi expulso do Partido. E o Sr. Sílvio “Land Rover” Pereira afastou-se por vontade própria. Não foi mandado embora.

Isso equivale, Sr. Presidente, a uma confissão de culpa da cúpula do Partido. Fica claro que Delúbio Soares detém uma caixa-preta cujos segredos envolvem gente graúda do Partido nas falcatruas já denunciadas.

A revista **Veja** atribui a José Dirceu responsabilidade direta na preservação de Delúbio Soares, cujo destino foi discutido na reunião do Diretório Nacional do Partido, dia 6 passado. Dirceu teria barganhado a expulsão de Delúbio por uma mera suspensão de sua filiação...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB)** – Vou concluir, Sr. Presidente, com mais três minutos.

Dirceu teria barganhado a expulsão de Delúbio por uma mera suspensão de sua filiação.

Por que esse cuidado, esse zelo, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores? Por que o mesmo Dirceu foi sumário e implacável com personalidades respeitáveis como a Senadora Heloísa Helena, cujo único delito era cobrar o cumprimento de princípios programáticos do Partido, e, inversamente, tão zeloso com figuras execráveis, delinqüentes, como Delúbio Soares – essa pergunta é feita por todo o País, e não apenas pela classe política.

A verdade, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é que a índole da cúpula do PT e do Governo Lula não é boa. Por essa razão, deixaram de lado figuras históricas e respeitáveis do Partido, como Hélio Bicudo, e optaram por personagens como Delúbio e Sílvio Land Rover.

E aqui reporto-me outra vez às palavras de Hélio Bicudo. Ouçam o seu desabafo, Srs. Senadores:

Se Lula quisesse transformar o sonho petista em realidade, poderia ter se cercado de gente que o ajudaria nisso.

Pessoas como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Fábio Konder Comparato, Maria Victoria Benevides, Paulo Nogueira Batista Junior trabalharam no programa e foram depois pura e simplesmente deixadas de lado. Foi uma escolha. Que continua. Em vez de buscar as pessoas autênticas, que comungam do ideal que acho que ainda é dele também, Lula se reúne com o Chávez. Para quê?

Bicudo, por modéstia, não cita a si próprio, mas não deixa de registrar que, antes da posse, Lula, sem que ele lhe pedisse coisa alguma, lhe prometera uma posição no Governo. Para sua surpresa, o que lhe ofereceram não era uma missão, mas uma mordomia.

O emissário do Ministro Celso Amorim, segundo seu relato, ofereceu-lhe uma vaga de conselheiro da Unesco, frisando que se tratava de um cargo “formidável”, com direito a três viagens anuais a Paris. Não sabia com quem estava falando. Bicudo, que é de outra estirpe, ficou de fora, observando e acompanhando, dia a dia, o fenecer de um belo sonho.

Vou concluir, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, suas palavras, palavras de Hélio Bicudo refletem o nosso desencanto. Mas, seu exemplo de luta, sua história devem nos animar a reagir e a recuperar a esperança – ou a aprender a lição do Deputado Fernando Gabeira: a de sonhar desta vez o sonho certo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Antes de conceder a palavra ao Senador Pedro Simon para encerrar a sessão, pela ordem, vou con-

ceder a palavra à Senadora Ana Júlia. Antes, se me permitirem, peço para ler um Expediente que está sobre a mesa, especificamente uma medida provisória.

Sobre a mesa, Ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

É lido o seguinte:

OS-GSE nº 413/05

Brasília, 15 de agosto de 2005

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2005 (Medida Provisória nº 251/05, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 9-8-05, que “Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com referência ao **Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2005**, proveniente da **Medida Provisória nº 251, de 2005**, a Presidência comunica ao Plenário que o prazo de 45 dias para a apreciação da matéria pelo Congresso Nacional encontra-se esgotado e o de vigência foi prorrogado por ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional por mais sessenta dias, conforme prevê o § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, esgotando-se no próximo dia 12 de outubro. Uma vez recebida formalmente pelo Senado nesta data, a matéria passa a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que se ultime a sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência inclui o Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2005, na Ordem do Dia de amanhã, e designa o Senador Romeu Tuma Relator Revisor do Projeto de Lei de Conversão.

Aproveito também a oportunidade para informar ao Plenário que a sessão do Senado na próxima segunda-feira, dia 22 de agosto, será deliberativa, para que possamos agilizar, se for o caso, a discussão e a votação, na terça e na quarta-feira, da reforma política

– da urgente urgentíssima reforma política. Combinamos isso com os Srs. Líderes partidários e com o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

É o seguinte o projeto recebido:

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 21, DE 2005**

(Proveniente da Medida Provisória nº 251, de 2005)

**Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – Prouni, institui o Programa de Educação Tutorial – Pet, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1969, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, como parte integrante da política nacional para a juventude, o Projeto Escola de Fábrica, com a finalidade de prover formação profissional inicial e continuada a jovens de baixa renda que atendam aos requisitos previstos no art. 2º desta lei, mediante cursos ministrados em espaços educativos específicos, instalados no âmbito de estabelecimentos produtivos urbanos ou rurais.

Art. 2º Os jovens participantes do Projeto Escola de Fábrica deverão ter idade entre 16 (dezesseis) e 24 (vinte e quatro) anos, renda familiar mensal **per capita** de até um salário mínimo e meio e estar matriculados na educação básica regular da rede pública ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, prioritariamente no ensino de nível médio, observadas as restrições fixadas em regulamento.

§ 1º Fica autorizada a concessão de bolsa-auxílio aos jovens admitidos no Projeto Escola de Fábrica no valor de até R\$150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, durante o período do curso, mediante comprovação da renda prevista no **caput** deste artigo, conforme dispuser o regulamento.

§ 2º Os portadores de deficiência, assim definidos em lei, terão tratamento adequado às suas necessidades em todo o Projeto Escola de Fábrica.

Art. 3º Os cursos de formação profissional de que trata o art. 1º desta lei deverão se enquadrar em uma das áreas profissionais definidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional, nos termos dos arts. 7º e 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

§ 1º Os cursos serão orientados por projetos pedagógicos e planos de trabalho focados na articulação entre as necessidades educativas e produtivas da educação profissional, definidas a partir da identificação de necessidades locais e regionais de trabalho, de acordo com a legislação vigente para a educação profissional.

§ 2º A organização curricular dos cursos conjugará necessariamente atividades teóricas e práticas em módulos que contemplem a formação profissional inicial e o apoio à educação básica.

§ 3º As horas-aula de atividades teóricas e práticas de módulos de formação profissional inicial poderão ser computadas no itinerário formativo pertinente, nos termos da legislação aplicável à educação profissional, de forma a incentivar e favorecer a obtenção de diploma de técnico de nível médio.

§ 4º Os cursos serão ministrados em espaços educativos específicos, observando as seguintes diretrizes:

I – limitação das atividades práticas, dentro da carga horária dos cursos, de acordo com regulamento;

II – limitação da duração das aulas a 5 (cinco) horas diárias;

III – duração mínima de 6 (seis) e máxima de 12 (doze) meses.

§ 5º Observado o disposto neste artigo, os demais parâmetros de elaboração dos projetos pedagógicos e dos cursos serão definidos pelo Ministério da Educação, com preponderância do caráter socioeducacional sobre o caráter profissional, observado o disposto no § 1º do art. 68 da Lei nº 9.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, no que couber.

Art. 4º A avaliação dos alunos e a expedição de certificados de formação inicial serão de responsabilidade das instituições oficiais de educação profissional e tecnológica ou de unidades gestoras credenciadas perante as autoridades educacionais competentes.

Art. 5º O Projeto Escola de Fábrica será executado mediante:

I – transferência de recursos financeiros às unidades gestoras selecionadas e credenciadas pelo Ministério da Educação por meio de convênio;

II – pagamento de bolsas-auxílio.

§ 1º O pagamento das bolsas-auxílio aos jovens poderá ser executado pela Caixa Econômica Federal, mediante remuneração e condições a serem pactuadas, obedecidas as formalidades legais.

§ 2º Fica autorizada a suspensão da transferência de recursos financeiros à unidade gestora que:

I – não cumprir, no todo ou parte, o plano de trabalho apresentado ao Ministério da Educação; ou

II – utilizar os recursos recebidos em desacordo com os critérios estabelecidos para a execução do Projeto Escola de Fábrica, conforme constatado por análise documental ou auditoria.

§ 3º Os critérios e condições adicionais para concessão, distribuição, manutenção e cancelamento das bolsas, inclusive quanto à frequência escolar mínima a ser exigida do jovem participante do Projeto Escola de Fábrica, bem como os critérios para a transferência de recursos às unidades gestoras, serão definidos em regulamento.

Art. 6º Poderá ser unidade gestora qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, inclusive instituição oficial de educação profissional e tecnológica, ou entidade privada sem fins lucrativos, que possua comprovada experiência em gestão de projetos educacionais ou em gestão de projetos sociais.

Parágrafo único. Os recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras deverão ser aplicados em despesas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 7º Para a fiel execução do Projeto Escola de Fábrica, compete:

I – à unidade gestora: formular o projeto pedagógico e o plano de trabalho para preparação e instalação dos cursos, elaborar o material didático, pré-selecionar os estabelecimentos produtivos interessados, prestar contas dos recursos recebidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e acompanhar o andamento dos cursos, zelando por seu regular desenvolvimento;

II – ao estabelecimento produtivo: prover infraestrutura física adequada para a instalação de espaços educativos específicos, disponibilizar pessoal para atuar como instrutores, indicar a necessidade de cursos e arcar com as despesas de implantação dos espaços educativos, transporte, alimentação e uniforme dos alunos;

III – ao FNDE: efetuar os repasses dos recursos financeiros, analisar as prestações de contas e apoiar tecnicamente a execução dos planos de trabalho;

IV – ao Ministério da Educação: selecionar e credenciar as unidades gestoras considerando o projeto pedagógico e o plano de trabalho formulados para os cursos e os estabelecimentos produtivos pré-selecionados.

§ 1º O responsável legal pelo estabelecimento produtivo vinculado ao Projeto Escola de Fábrica deve providenciar seguro de vida e seguro contra

acidentes pessoais em favor dos jovens participantes do Projeto.

§ 2º As atividades práticas do Projeto Escola de Fábrica sujeitam-se às normas de saúde e segurança no trabalho e às restrições do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que couber.

Art. 8º A execução e a gestão do Projeto Escola de Fábrica são de responsabilidade do Ministério da Educação.

§ 1º À Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República compete a articulação do Projeto Escola de Fábrica com os demais programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos.

§ 2º Fica assegurada a participação da Secretaria Nacional de Juventude no controle e acompanhamento do Projeto Escola de Fábrica, observadas as diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas para a juventude propostas pelo Conselho Nacional de Juventude – CNJ.

Art. 9º A supervisão do Projeto Escola de Fábrica será efetuada:

I – pelo Ministério da Educação e por instituições oficiais de educação profissional e tecnológica, quanto ao conteúdo, à orientação pedagógica e aos aspectos administrativos dos cursos;

II – pelo FNDE, quanto aos aspectos operacionais das transferências.

§ 1º O Ministério da Educação designará, por indicação de instituições oficiais de educação profissional e tecnológica, supervisores pertencentes aos quadros docentes destas últimas responsáveis pela supervisão e pela inspeção **in loco** do Projeto Escola de Fábrica.

§ 2º Os estabelecimentos produtivos vinculados ao Projeto Escola de Fábrica deverão providenciar cadernos, diários individuais para registro das atividades realizadas, bem como manter quadro afixado em local visível com a relação nominal dos participantes, para fins de monitoramento e avaliação do Projeto.

Art. 10. A vinculação de estabelecimento produtivo ao Projeto Escola de Fábrica não o exime do cumprimento da porcentagem mínima de contratação de aprendizes, nos termos do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Art. 11. Fica autorizada a concessão de bolsa-permanência, no valor de até R\$300,00 (trezentos reais) mensais, exclusivamente para custeio das despesas educacionais, a estudante beneficiário de bolsa integral do Programa Universidade para Todos – Prouni, instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de

2005, matriculado em curso de turno integral, conforme critérios de concessão, distribuição, manutenção e cancelamento de bolsas a serem estabelecidos em regulamento, inclusive quanto ao aproveitamento e à frequência mínima a ser exigida do estudante.

Art. 12. Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa de Educação Tutorial – PET, destinado a fomentar grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores tutores de grupos do PET.

§ 1º O tutor de grupo do PET receberá, semestralmente, o valor equivalente a uma bolsa de iniciação científica por aluno participante, devendo aplicar o valor integralmente no custeio das atividades do grupo, prestar contas dos gastos perante o Ministério da Educação e, no caso de aquisição de material didático, doá-lo à instituição de ensino superior a que se vincula o grupo do PET ao final de suas atividades.

§ 2º Os objetivos, os critérios de composição e avaliação dos grupos, o processo seletivo de alunos e tutores, as obrigações de bolsistas e professores tutores e as condições para manutenção dos grupos e das bolsas serão definidos em regulamento.

§ 3º o processo seletivo referido no § 2º deste artigo deverá observar, quanto aos alunos, o potencial para atividade acadêmica, a frequência e o aproveitamento escolar, e, quanto aos tutores, a titulação.

§ 4º A instituição de educação superior integrada ao PET deverá dar publicidade permanente ao processo seletivo, aos beneficiários, aos valores recebidos e à aplicação dos recursos.

Art. 13. Fica autorizada a concessão de bolsa de tutoria a professores tutores participantes do PET, em valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de doutorado e mestrado no País.

§ 1º A bolsa de tutoria do PET será concedida diretamente a professor pertencente ao quadro permanente da instituição de ensino superior, contratado em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, que tenha titulação de doutor.

§ 2º Excepcionalmente, a bolsa de tutoria poderá ser concedida a professor com titulação de mestre.

Art. 14. Fica autorizada a concessão de bolsa de iniciação científica diretamente a estudante de graduação em regime de dedicação integral às atividades do PET, em valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica.

Art. 15. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade



de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira.

Parágrafo único. Os valores dos benefícios previstos nesta lei poderão ser atualizados mediante ato do Poder Executivo, em periodicidade nunca inferior a 12 (doze) meses.

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei.

Art. 17. O **caput** do art. 3º da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

“Art. 3º .....

**d)** financiar programas de ensino profissional e tecnológico.

..... ” (NR)

Art. 18. Os arts. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico—profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

.....  
 § 5º A idade máxima prevista no **caput** deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.

§ 6º Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.” (NR)

“Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ressalvada a hipótese prevista no § 5º do art. 428 desta Consolidação, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:

..... ” (NR)

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 251, DE 2005

**Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, como parte integrante da política nacional para a juventude, o Projeto Escola de Fábrica, com a finalidade de prover formação profissional inicial e continuada a jovens de baixa renda que atendam aos requisitos previstos no art. 2º, mediante cursos ministrados em espaços educativos, específicos; instalados no âmbito de estabelecimentos produtivos urbanos ou rurais.

Art. 2º Os jovens participantes do Projeto Escola de Fábrica deverão ter idade entre dezesseis e vinte e quatro anos, renda familiar mensal **per capita** de até um salário mínimo e meio, e estar matriculados na educação básica regular da rede pública ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, prioritariamente no ensino de nível médio, observadas as restrições fixadas em regulamento.

Parágrafo único. Fica autorizada a concessão de bolsa-auxílio aos jovens admitidos no Projeto escola de Fábrica no valor de até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais mensais, mediante comprovação da renda prevista no **caput**, conforme dispuser o regulamento.

Art. 3º Os cursos de formação profissional inicial e continuada do Projeto Escola de Fábrica deverão se enquadrar em uma das Arcas profissionais definidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional, nos termos dos arts. 7º e 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

§ 1º Os cursos serão orientados por projetos pedagógicos e planos de trabalho focados na articulação entre as necessidades educativas e produtivas da educação profissional, definidas a partir da identificação de necessidades locais e regionais de trabalho, de acordo com a legislação vigente para a educação profissional.

§ 2º A organização curricular dos cursos conjugará necessariamente atividades teóricas e práticas

em módulos que contemplem a formação profissional inicial e o apoio à educação básica.

§ 3º As horas-aula de atividades teóricas e práticas de módulos de formação profissional inicial poderão ser computadas no itinerário formativo pertinente, nos termos da legislação aplicável à educação profissional, de forma a incentivar e favorecer a obtenção de diploma de técnico de nível médio.

§ 4º Os cursos serão ministrados em espaços educativos específicos, observando as seguintes diretrizes:

I – limitação das atividades práticas a dez por cento da carga horária total dos cursos;

II – limitação da duração das aulas a cinco horas diárias; o

III – duração mínima de seis e máxima de doze meses.

§ 5º Observado o disposto nos parágrafos deste artigo, os demais parâmetros de elaboração dos projetos pedagógicos e dos cursos saio definidos pelo Ministério da Educação, com preponderância do caráter socioeducacional sobre o caráter profissional, observado o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, no que couber.

Art. 4º A avaliação dos alunos e a expedição de certificados de formação inicial serão de responsabilidade das instituições oficiais de educação profissional e tecnológica ou de unidades gestoras credenciadas junto às autoridades educacionais competentes.

Art. 5º O Projeto Escola de Fábrica será executado mediante:

I – transferência de recursos financeiros às unidades gestoras, selecionadas e credenciadas pelo Ministério da Educação, por meio de convênio; e

II – pagamento de bolsas-auxílio.

§ 1º O pagamento das bolsas-auxílio aos jovens poderá ser executado pela Caixa Econômica Federal, mediante remuneração e condições a serem pactuadas, obedecidas as formalidades legais.

§ 2º Fica autorizada a suspensão da transferência de recursos financeiros unidade gestora que:

I – não cumprir o plano de trabalho apresentado ao Ministério da Educação; ou

II – utilizar os recursos recebidos em desacordo com os critérios estabelecidos para a execução do Projeto Escola de Fábrica, conforme constatado por análise documental ou auditoria.

§ 3º Os critérios e condições adicionais para concessão, distribuição, manutenção o cancelamento das bolsas, inclusive quanto à frequência escolar mínima a ser exigida do jovem participante do Projeto Escola de Fábrica, bem como os critérios para a transferên-

cia de recursos às unidades gestoras, serão definidos em regulamento.

Art. 6º Poderá ser unidade gestora qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, autárquica ou fundacional, de qualquer esfera de governo, inclusive instituição oficial de educação profissional e tecnológica, ou entidade privada sem fins lucrativos.

Parágrafo único. Os recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras devera ser aplicados os desposas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, do acordo com os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Art. 7º Para a fiel execução do Projeto Escola de Fábrica, compete:

I – à unidade gestora: formular o projeto pedagógico e o plano de trabalho para preparação e instalação dos cursos, elaborar o material didático, pré-selecionar os estabelecimentos produtivos interessados, prestar contas dos recursos recebidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –FNDE e acompanhar o andamento dos cursos, zelando por seu regular desenvolvimento;

II – ao estabelecimento produtivo: prever infraestrutura física adequada para a instalação de espaços educativos específicos, disponibilizar pessoal para atuar como instrutores, indicar a necessidade de cursos e arcar com as despesas de implantação dos espaços educativos, transporte, alimentação e uniforme dos alunos;

III – ao FNDE: efetuar os repasses dos recursos financeiros, analisar as prestações de contas e apoiar tecnicamente a execução dos planos de trabalho; e

IV – ao Ministério da Educação: selecionar e credenciar as unidades gestoras considerando o projeto pedagógico e o plano de trabalho formulados para os cursos e os estabelecimentos produtivos pré-selecionados.

§ 1º O responsável legal pelo estabelecimento produtivo vinculado ao Projeto Escola de Fábricas deve providenciar seguro de vida e seguro contra acidentes pessoais em favor dos jovens participantes do Projeto.

§ 2º As atividades práticas do Projeto Escola de Fábrica sujeitam-se às normas de saúde e segurança no trabalho e às restrições do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que couber.

Art. 8º A execução e a gestão do Projeto Escola de Fábrica do de responsabilidade do Ministério da Educação.

§ 1º À Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República compete a articulação do Projeto Escola de Fábrica com os demais programas e projetos destinados, em âmbito

federal, aos jovens na faixa etária entre quinze e vinte e nove anos.

§ 2º Fica assegurada a participação da Secretaria Nacional de Juventude no controle e acompanhamento do Projeto Escola de Fábrica, observadas as diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas para a juventude propostas pelo Conselho Nacional da Juventude – CNJ.

Art. 9º A supervisão do Projeto Escola da Fábrica será efetuada:

I – pelo Ministério da Educação e por instituições oficiais de educação profissional e tecnológica, quanto ao conteúdo, à orientação pedagógica e aos aspectos administrativos dos cursos; e

II – pelo FNDE, quanto aos aspectos operacionais das transferências.

§ 1º O Ministério da Educação designará, por indicação de instituições oficiais de educação profissional e tecnológica, supervisores pertencentes aos quadros docentes destas últimas, responsáveis pela supervisão e pela inspeção *in loco* do Projeto Escola de Fábrica.

§ 2º Os estabelecimento produtivos vinculados ao Projeto Escola de Fábrica devoto providenciar cadernos-diários individuais para registro das atividades realizadas, bem como manter quadro afixado em local visível com a relação nominal dos participantes, para fins de monitoramento e avaliação do Projeto.

Art. 10. A vinculação de estabelecimento produtivo ao Projeto Escola de Fábrica não o exime do cumprimento da porcentagem mínima de contratação de aprendizes, nos termos do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º, de maio de 1943.

Art. 11. Fica autorizada a concessão de bolsa-permanência, no valor de até R\$300,00 (trezentos reais) mensais, exclusivamente para custeio das despesas educacionais, a estudante beneficiário de bolsa integral do Programa Universidade para Todos – PROUNI, instituído pela, Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, matriculado cru curso de turno integral, conforme critérios de concessão, distribuição, manutenção e cancelamento de bolsas a serem estabelecidos em regulamento.

Art. 12. Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa de Educação Tutorial PET, destinado a fomentar grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores tutores de grupos do PET.

§ 1º O tutor de grupo do PET receberá, semestralmente, o valor equivalente a uma bolsa de iniciação científica por aluno participante, devendo aplicar o valor

integralmente no custeio das atividades do grupo, prestar contas dos gastos perante o Ministério da Educação e, no caso de aquisição de material didático, doá-lo à instituição de ensino superior a que se vincula o grupo do PET, ao final de suas atividades.

§ 2º Os objetivos, os critérios de composição e avaliação dos grupos, o processo seletivo de alunos e tutores, as obrigações de bolsistas e professores tutores e as condições para manutenção dos grupos e das bolsas serão definidos em regulamento.

Art. 13. Fica autorizada a concessão de bolsa de tutoria a professores tutores participantes do PET, em valor condizente com a política federal de concessão de bolsas de doutorado e mestrado no País.

§ 1º A bolsa de tutoria do PBT será concedida diretamente a professor pertencente ao quadro permanente da instituição de ensino superior, contratado em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, que tenha, preferencialmente, titulação de doutor.

§ 2º Excepcionalmente, a bolsa de tutoria poderá ser concedida a professor com titulação de mestre.

Art. 14. Fica autorizada a concessão de bolsa de iniciação científica diretamente a estudante de graduação em regime de dedicação integral as atividades do PET, em valor condizente com a política federal de concessão de bolsas de iniciação científica.

Art. 15. As despesas decorrentes desta Medida Provisória correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira.

Parágrafo único. Os valores dos benefícios previstos nesta Medida Provisória poderão ser atualizados mediante ato do Poder Executivo, em periodicidade nunca inferior a doze meses.

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Medida Provisória.

Art. 17. O art. 3º da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

d) financiar programa de ensino profissional e tecnológico.” (NR)

Art. 18. Os arts. 428 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o

empregador se compromete a assegurar a maior de quatorze e menor de vinte e quatro anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

.....  
 § 5º A idade máxima prevista no **caput** não se aplica a aprendizes com deficiência.

§ 6º Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade do aprendiz com deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.” (NR)

“Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar vinte e quatro anos, ressalvada a hipótese prevista no § 5º do art. 428, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:

..... ” (NR)

Art. 19. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de junho de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

### MENSAGEM Nº 353, DE 2005

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, que “Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – Prouni, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências”.

Brasília, 14 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

E.M.I. nº 28 – MEC/MTE/SG

Em 14 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória, que “Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos

– PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências”.

1. É indisputável que o Governo Federal tem focado a atenção em políticas públicas voltadas tanto à inclusão social do jovem carente em situação de vulnerabilidade social quanto a políticas públicas de expansão do acesso à educação, em suas mais variadas modalidades. São exemplos o Programa Nacional do Primeiro Emprego, contando inclusive com os Consórcios Sociais da Juventude, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego; o Programa Universidade para Todos – PROUNI, no âmbito do Ministério da Educação, e o mais recente Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República.

2. É nesse contexto geral que se insere a presente minuta de Medida Provisória ao criar o Projeto Escola de Fábrica, permitir a concessão de bolsas de permanência a estudantes de baixa renda, instituir o Programa de Educação Tutorial – PET e ampliar a faixa etária do menor aprendiz na Consolidação das Leis do Trabalho. O primeiro Projeto é a oficialização, na forma de política pública, de experiências bem sucedidas da sociedade civil, porém difusas. Os outros dois projetos complementam e regularizam os programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação. A alteração da CLT amplia consideravelmente a faixa de jovens que terão acesso ao mercado de trabalho pelo contrato de aprendizagem.

3. O Projeto Escola de Fábrica concretiza um dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, qual seja, seu art. 40: “Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”.

4. O Projeto busca viabilizar a disseminação da formação profissional preliminar, vale dizer, não se trata de uma educação no e pelo trabalho, mas sim de uma formação humana para o trabalho, sensibilizando e envolvendo empresas, organizações públicas civis sem fins lucrativos (as chamadas “unidades gestoras” mencionadas no ali. 7º, § 1º, da Medida Provisória proposta), na “formação profissional inicial e continuada a jovens de baixa renda”, como disposto no art. 2º da anexa minuta de Medida Provisória.

5. O Projeto Escola de Fábrica está inserido no Programa de Reforma da Educação Profissional – PROEP e faz parte do esforço governamental de construção de uma política nacional para a juventude



de, que procura tornar mais conseqüente e objetiva a multiplicidade de iniciativas e ações das esferas de governo e da própria sociedade civil.

6. Embora o público alvo seja composto por jovens de baixa renda com idade entre 16 e 24 anos, o Projeto não se confunde nem se sobrepõe a outras iniciativas do Governo Federal direcionadas a esse mesmo público, pois prevalece a preponderância da educação, do desenvolvimento humano e social acompanhado de iniciação à formação para o trabalho; a meta do Projeto não é a formação ou a qualificação técnico-profissional. Por essa razão, o Projeto Escola de Fábrica não se confunde, em medida alguma, com o contrato de aprendizagem previsto pela legislação trabalhista.

7. Com efeito, os jovens beneficiários têm de estar matriculados na educação básica, prioritariamente no ensino de nível médio, bem como os cursos serão preponderantemente teórico-formativos, limitadas as atividades práticas a 10% (dez por cento) da carga horária total dos cursos. Assim é que tais cursos serão ministrados em espaços educativos especificamente designados para as finalidades do Projeto nos limites de um estabelecimento produtivo – e em observância das normas de saúde e segurança no trabalho para as atividades práticas desenvolvidas pelos jovens.

8. Para garantir a sustentabilidade inicial do Projeto, é fundamental o pagamento de bolsa-auxílio aos estudantes selecionados, durante o período do curso, a fim de custear as despesas básicas e incentivar a permanência dos beneficiários.

9. As unidades gestoras e as empresas participantes, espalhadas por todo o Brasil, passarão a interagir de forma a consolidar uma rede nacional de formadores para a educação profissional. A expansão nacional dessa rede tem como meta inicial propiciar a implantação, ainda em 2005, de quinhentos espaços educativos em fábricas, empresas industriais ou prestadoras de serviço, agroindústrias, enfim, nas mais variadas unidades de produção urbanas ou rurais.

10. O Projeto contou com ampla discussão entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Emprego, bem como com a Procuradoria-Geral do Ministério Público do Trabalho, tendo sido incorporados pontos substantivos para aperfeiçoá-lo.

11. Com vistas à harmonização desta iniciativa com os demais programas e projetos federais destinados a jovens na mesma faixa etária, a anexa minuta de Medida Provisória prevê, em seu art. 8º, a participação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional da Juventude na articulação do Projeto Escola de Fábrica com os demais programas e projetos destinados à juventude, bem assim no controle e

acompanhamento da sua execução, com vistas à sua integração à política nacional para a juventude.

12. O Prouni, um reconhecido avanço nas políticas de acesso ao ensino superior privado, garante o ingresso do aluno de baixa renda na educação superior, contudo, demanda complementação por parte do Governo Federal no que diz respeito à permanência dos beneficiários.

13. Para tanto, a concessão de bolsas-permanência para beneficiários do Prouni é mecanismo indispensável para assegurar a continuidade dos estudos e impedir a interrupção da Formação profissional superior. Não raro o estudante abandona o curso em função dos elevados custos para concluir educação superior. A bolsa-permanência vem suprir essa dificuldade.

14. Note-se, ademais, que o acesso à educação superior viabiliza mobilidade social, de forma que não é necessário contemplar todos os beneficiários do Prouni com bolsas-permanência, mas apenas aqueles que, em função da grade curricular do curso que freqüentam e de sua faixa de renda, estão impossibilitados de pleitear um estágio ou um posto de trabalho ou suportar, às suas expensas, seus custos educacionais. As bolsas-permanência serão destinadas apenas aos alunos matriculados em cursos de turno integral, beneficiários de bolsa integral do Prouni (i.e., com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio).

15. Em consonância com políticas públicas de inclusão social do jovem levadas a efeito pelo Governo Federal, é inadmissível o desperdício de talentos em um país tão carente de educação: não é justo que o jovem capaz, que tenha conseguido uma bolsa integral em um concorrido curso de medicina, engenharia ou odontologia, seja obrigado a abandonar o curso única e exclusivamente por contingências econômicas.

16. Se, de um lado, é indiscutível a relevância de ações para a formação profissional e a inclusão social no ensino superior, é igualmente indispensável que o Governo Federal atue na pesquisa e na qualificação dos futuros profissionais do magistério.

17. As bolsas de iniciação científica para alunos de graduação e de tutoria para os tutores do Programa de Educação Tutorial – PET asseguram a viabilidade de um programa de educação comprovadamente bem sucedido, que aprimora e qualifica a educação superior pública e privada. É mais um esforço de formação qualificada de pessoal de nível superior, a fim de fomentar o desenvolvimento de uma graduação de qualidade e que, além disso, representa o atendimento de uma demanda histórica por parte da comunidade acadêmica nacional.

18. Por fim, considerando a necessidade e oportunidade de fortalecer a efetividade social das políticas

públicas de trabalho e qualificação profissional, em particular na modalidade de aprendizagem profissional do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE do Ministério do Trabalho e Emprego, propõe-se a extensão da faixa etária do menor aprendiz, atualmente definido como o maior de quatorze e menor de dezoito anos, para o maior de quatorze e menor de vinte e quatro anos, com vistas a ampliar o acesso dessa parcela da juventude brasileira à qualificação social e profissional e a oportunidade de inserção no mundo do trabalho.

19. Para tanto, faz-se necessário promover a alteração da redação dos arts. 428 e 433 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, nos termos do art. 18 da anexa proposta de Medida Provisória.

20. Vale considerar que os recursos a serem aportados nos programas e projetos que constituem o objeto da presente minuta de Medida Provisória serão remanejados a partir das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Educação por força da vinculação constitucional para manutenção e desenvolvimento do ensino, dentro das metas e dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

21. Como é possível perceber, não se trata de um aumento de despesa desacompanhado da respectiva compensação de receitas; muito pelo contrário, a edição da presente Medida Provisória mantém o mesmo nível de despesa para o Ministério da Educação.

Trata-se, em verdade, de uma repriorização interna das metas e objetivos constantes da Lei Orçamentária Anual e do Plano Plurianual.

22. É evidente a presença dos requisitos de relevância e urgência para a edição de

Medidas Provisórias, nos termos do art. 62 da Constituição Federal. Diante da construção da Política

Nacional de Juventude conduzida pelo Governo Federal, é premente a implementação de ações no âmbito da educação profissional, do acesso, da permanência e da qualificação no ensino superior.

23. No que diz respeito ao Projeto Escola de Fábrica, a necessidade de imediata autorização legislativa para o pagamento das bolsas é incontornável. A educação profissional constitui, hoje em dia, uma das demandas sociais mais urgentes e historicamente menos atendidas. Em complemento, a interação entre o mundo do trabalho e a escola, conduzida como política pública, é imprescindível tanto para a renovação do paradigma da educação profissional quanto para a ampliação de oportunidades para o jovem.

24. Há de considerar-se, ainda, no que diz respeito ao processo de implementação do Prouni, que o Ministério da Educação já tem informações acerca da evasão por parte de bolsistas integrais matriculados em cursos de turno integral e, não obstante a urgência da medida, o universo de alunos a ser contemplado é reduzido, cerca de 3.600 alunos em 2005. Se o Governo Federal não proporcionar uma resposta imediata a essa questão, pode-se comprometer irreversivelmente a política de acesso ao ensino superior, com inclusão social.

25. Por fim – mas não menos urgente ou relevante – tem-se a instituição do PET, medida incontornável diante da histórica demanda da comunidade acadêmica por um programa além da política nacional de iniciação científica que assegure o aprimoramento e a qualificação da educação superior, pública ou privada.

26. Tais iniciativas são absolutamente indispensáveis para complementar o quadro de investimento em educação e profissionalização do jovem, preocupação central do Governo Federal.

São estas, Senhor Presidente, as razões que justificam o encaminhamento da presente minuta de Medida Provisória, que ora submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente, **Tarso Genro**, Ministro de Estado da Educação – **Ricardo Berzoini**, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego – **Luiz Dulci**, Ministro de Estado-Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República.

OS-GSE nº 413/05

Brasília, 15 de agosto de 2005

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2005 (Medida Provisória nº 251/05, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 9-8-05, que “Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário

# MPV Nº 251

Publicação no DO	15-6-2005
Designação da Comissão	16-6-2005 (SF)
Instalação da Comissão	17-6-2005
Emendas	até 21-6-2005 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	15-6-2005 a 28-6-2005 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	28-6-2005
Prazo na CD	de 29-6-2005 a 12-7-2005** (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	12-7-2005(**)
Prazo no SF	13-7-2005 a 26-7-2005** (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	26-7-2005**
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	27-7-2005 a 29-7-2005** (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	30-7-2005 (46º dia)**
Prazo final no Congresso	13-8-2005 (60 dias)**
Prazo prorrogado	12-10-2005***
(***) Prazo prorrogado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 28, de 2005, publicado no DOU (Seção I), de 4-8-2005.	
(**) Prazo recontado em virtude do funcionamento do Congresso Nacional durante o mês de Julho/2005	

## Emendas apresentadas perante a Comissão Mista

CONGRESSISTAS	EMENDA N°S
Deputado ÁLVARO DIAS	013.
Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO	002, 005, 006, 018, 019, 021, 026, 029.
Deputado ANTÔNIO CARLOS M. THAME	003.
Senador ARTHUR VIRGÍLIO	001.
Deputados CARLOS ALBERTO LERÉIA e JOSÉ CARLOS ALELUIA	043.
Deputado CARLOS EDUARDO CADUCA	036.
Deputado EDUARDO BARBOSA	035.
Deputado EDUARDO GOMES	007, 015, 034.
Deputado EDUARDO PAES	039.
Deputado EDUARDO SCIARRA	012, 017.
Deputado EDUARDO VALVERDE	014.
Deputado JOSÉ CARLOS MACHADO	004, 009, 024, 027, 031, 044.
Senador LEONEL PAVAN	010.
Deputado LUIZ CARLOS HAULY	008, 011, 022, 037, 038, 041.
Deputado LOBBE NETO	028, 030, 032, 033.
Deputado RICARDO IZAR	042.
Senador RODOLPHO TOURINHO	040.
Deputada THELMA DE OLIVEIRA	016, 020, 023, 025.

**TOTAL DE EMENDAS: 044**



**MPV - 251****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00001**

Data <b>21/06/2005</b>		proposição <b>Medida Provisória nº 251, de 14/06/2005</b>							
Autor <b>SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO</b>			nº do proponente						
1	Supressiva	2.	substitutiva	3.	modificativa	4.	aditiva	5.	Substitutiva global
<b>Página</b>	<b>Artigo</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>alinea</b>	<b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b>				

Suprimam-se os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18 da Medida Provisória nº 251, de 2005.

**JUSTIFICATIVA**

De acordo com o art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República somente pode editar Medidas Provisórias em casos de relevância e urgência.

Ocorre que, mais uma vez, o atual governo edita uma Medida Provisória que, se por um lado, é relevante, por outro está desprovida do requisito constitucional de urgência, uma vez que o proposto na MP 251, de 2005, poderia ser apresentado por meio de um Projeto de Lei, a ser apreciado detalhadamente pelo Congresso Nacional.

Assim, proponho a presente emenda por entender que a referida Medida Provisória não cumpre o requisito constitucional da urgência, muito embora a sociedade já conheça os problemas com a inserção de jovens no mercado de trabalho e o esforço que vem sendo feito ao longo dos anos para reverter essa situação.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005.



MPV - 251

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00002

DATA 21/06/05	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 251, de 14 de junho de 2005
------------------	--

AUTOR DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO	Nº PRONTUÁRIO
--------------------------------	---------------

TIPO				
<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	<input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	<input type="checkbox"/> ADITIVA	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 1	ARTIGO Ementa	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
-------------	------------------	-----------	--------	--------

## TEXTO

Dê-se à ementa da Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, a seguinte redação:

“Institui, no âmbito do Ministério da Educação, como parte integrante da política nacional de juventude, o Projeto Escola de Fábrica e o Programa de Educação Tutorial – PET, e dá outras providências” (NR).

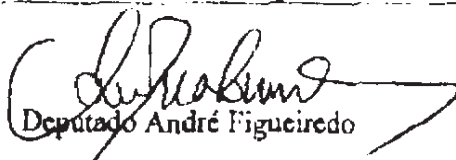
## JUSTIFICAÇÃO

Apresentamos a presente emenda no sentido de adequar a redação da MPV 251/05 ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determinu o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona” que determina:

*Art. 1º. A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis obedecerão ao disposto nesta Lei Complementar.*

*Parágrafo único. As disposições desta Lei Complementar aplicam-se, ainda, às medidas provisórias e demais atos normativos referidos no art. 59 da Constituição Federal, bem como, no que couber, aos decretos e aos demais atos de regulamentação expedidos por órgãos do Poder Executivo.*

*Art. 5º. A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.*

  
Deputado André Figueiredo

MPV - 251

00003

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 21.06.05	proposição Medida Provisória nº 251, de 14/06/2005			
Autor Deputado ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME			nº do prolatorio 332	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2. <input type="checkbox"/> substitutiva    3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa    4. <input type="checkbox"/> aditiva    5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página 01 de 01	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Substitua-se a expressão "Projeto Escola de Fábrica" por "Projeto Escola em Ambiente Produtivo" na Ementa ; no art. 1º; no parágrafo único e no caput do art. 2º; no art. 3º; no § 3º, no inciso II do § 2º e no caput do art. 5º; nos §§ 1º e 2º e no caput do art. 7º; nos §§ 1º e 2º e no caput do art. 8º; nos §§ 1º e 2º e no caput do art. 9º; e no caput do art. 10, da Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005.

## JUSTIFICAÇÃO

Segundo a própria exposição de motivos que acompanha a MP nº 251, de 2005, o projeto não envolve ou se destina apenas à "indústria" e muito menos à indústria de transformação com a qual a expressão "Escola de Fábrica" guardaria maior consonância.

Pelo contrário, afóra outros setores de atividade, também diz respeito ao "comércio" e "serviços", que juntos congregam mais de 50% dos empregos, enquanto que a indústria de transformação alcança menos de 20% do total.

Essa constatação mais do que se justifica o presente ajustamento, a fim de que não se tome a parte pelo todo, eliminando a indução a uma possível distorção, capaz de privilegiar o segmento da "indústria de transformação" em detrimento de outros.

PARLAMENTAR



MPV - 251

00004

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 251/05
------	---

Autor Deputado JOSÉ CARLOS MACHADO	Nº do proponente
---------------------------------------	------------------

<input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 X <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se aos artigos 1º e 2º da MP, a seguinte redação.

-Art.1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Projeto Escola de Fábrica, com a finalidade de prover formação profissional inicial e continuada a cidadãos de baixa renda que atendam aos requisitos previstos no art. 2º, mediante cursos ministrados em espaços educativos específicos, instalados no âmbito de estabelecimentos produtivos urbanos ou rurais."

Art. 2º Os cidadãos participantes do Projeto Escola de Fábrica deverão ter idade entre catorze e vinte e nove anos, renda familiar mensal per capita de até um salário mínimo e meio, e estar matriculados ou egresso na educação básica regular da rede pública ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos."

## JUSTIFICATIVA

A Política Educacional do País deve instituir seus programas de forma legal e com controle administrativo por seu Ministério afim. No caso deste Programa de formação profissional, seu controle deve ficar a cargo do Ministério da Educação pelos seguintes fundamentos legais: trata-se de educação profissional, já prevista na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de recursos oriundo do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, não podendo ser integrante de outra pasta.

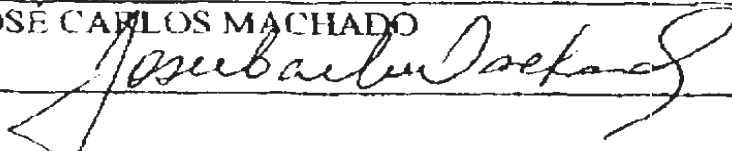
O programa Projeto Escola de Fábrica necessita ser compreendido como formação inicial e continuada de jovens e adultos. Para tanto, observar "restrições" fixadas em regulamento pode acarretar insegurança jurídica da norma.

Priorizar o ensino médio pode, não corresponder à real necessidade das inúmeras realidades brasileiras. Importante também, como já prevê a artigo 39, parágrafo único da Lei de Diretrizes e Bases da e Educação Nacional, incluir o egresso. seria esta ação um grande avanço na concepção e atendimento à finalidade social do programa.

PARLAMENTAR

JOSÉ CARLOS MACHADO

PFL/SE





MPV - 251

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00005

DATA 21/06/05	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 251, de 14 de junho de 2005
------------------	--

AUTOR DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO	Nº PRONTUÁRIO
--------------------------------	---------------

TIPO				
1 ( ) SUPRESSIVA	2 ( ) SUBSTITUTIVA	3 (X) MODIFICATIVA	4 ( ) ADITIVA	5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 1	ARTIGO 1º	PARAGRAFO	INCISO	ALÍNEA
-------------	--------------	-----------	--------	--------

## TEXTO

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, como parte integrante da política nacional para a juventude, o Projeto Escola de Fábrica.

Parágrafo único. O Projeto de que trata o *caput* deste artigo tem a finalidade de prover *formação profissional inicial e continuada a jovens de baixa renda que atendam aos requisitos previstos no art. 2º desta Lei, mediante cursos ministrados em espaços educativos específicos, instalados no âmbito de estabelecimentos urbanos ou rurais, segundo projetos pedagógicos e planos de trabalho previamente aprovados pelo Ministério da Educação*” (NR).

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a tornar claro, no texto da lei, que os cursos do Projeto Escola de Fábrica seguem projetos pedagógicos e planos de trabalho previamente aprovados pelo Ministério da Educação, de modo a evitar interpretações díspares sobre o fato de a seleção das unidades gestoras ser condicionada à aprovação dessas proposições.

  
Deputado André Figueiredo

MPV - 251

00006

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 20/06/05	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 251, de 14 de junho de 2005
------------------	--

AUTOR DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO	Nº PRONTUÁRIO
--------------------------------	---------------

TIPO				
<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	<input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	<input type="checkbox"/> ADITIVA	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 1	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO caput	INCISO	ALÍNEA
-------------	--------------	--------------------	--------	--------

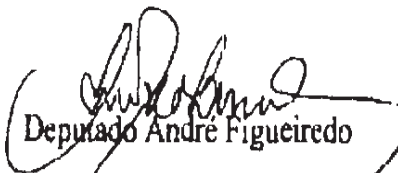
## TEXTO

Dê-se ao *caput* do art. 2º, da Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, a seguinte redação:

"Art. 2º. Os jovens participantes do Projeto Escola de Fábrica deverão ter idade entre dezesseis e vinte e nove anos, renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, e estar matriculados na educação básica regular da rede pública ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, prioritariamente no ensino de nível médio, observadas as restrições fixadas em regulamento" (NR).

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a adequar a faixa etária atendida pelo Projeto Escola de Fábrica à faixa etária atendida pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República. A alteração ora proposta viabiliza a plena aplicação do disposto no art. 8º, § 1º da Medida Provisória em tela.

  
Deputado André Figueiredo

MPV - 251

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00007

data 20/06/2005	proposição Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005.
--------------------	---

Autor EDUARDO GOMES	nº do proponente 060
------------------------	-------------------------

<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> substitutiva	<input checked="" type="checkbox"/> modificativa	<input type="checkbox"/> aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	---------------------------------------	--	----------------------------------	--

Página	Art. 2º	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	------------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altera o artigo 2º, *caput*, da MP 251, de 14 de junho de 2005, passando a ter a seguinte redação:

Art. 2º: "Os jovens participantes do Projeto Escola de Fábrica deverão ter idade entre dezesseis e vinte e quatro anos, renda familiar mensal per capita de até um salário mínimo e meio, e estar matriculados na educação básica regular da rede pública ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, observadas as restrições fixadas em regulamento."

## JUSTIFICAÇÃO

O Poder Executivo objetiva beneficiar, por meio do Projeto Escola de Fábrica, jovens integrantes de renda familiar mensal "per capita" não superior a um salário mínimo e meio, situados na faixa etária entre 16 e 24 anos de idade.

Entretanto, a MP especificou que os jovens do ensino médio terão prioridade no recebimento do benefício, sendo que significativa parcela dos estudantes brasileiros em situação de carência está matriculada no ensino fundamental.

É de salientar, no ponto, que o Governo não possui recursos financeiros para atender a todos.

Com isso, a manutenção do termo "prioridade" no texto legal implicaria, em tese, exclusão daqueles estudantes de nível fundamental, quando o Projeto não dispuser de recursos suficientes para atender a todos os estudantes na situação de carência.

Conclui-se que, em se mantendo o texto integral, grande parte de jovens estudantes não se beneficiará do Projeto.

Contamos com o apoio dos nobres Deputados para a aprovação da presente emenda.  
Sala das Sessões, de de 2005.

PARLAMENTAR



EDUARDO GOMES  
DEPUTADO FEDERAL

MPV - 251

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00008

2	DATA 21/06/2005	3	PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 251, de 14 de junho de 2005
4	AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly - PSDB/PR	5	N.º PRONTUÁRIO 454
6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA    2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA    3- <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA    4- <input type="checkbox"/> ADITIVA    5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

TEXTO

**EMENDA MODIFICATIVA**

O art. 2º da MP 251, de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Os jovens participantes do Projeto Escola de Fábrica deverão ter idade entre dezesseis e vinte e quatro anos, renda familiar mensal per capita de até um salário mínimo e meio, e estar matriculados na educação básica regular da rede pública ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, prioritariamente no ensino de nível médio, observadas as restrições fixadas em regulamento.

Parágrafo único Fica autorizada a concessão de bolsa-auxílio aos jovens admitidos no Projeto Escola de Fábrica no valor de até R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, mediante comprovação da renda prevista no caput, conforme dispuser o regulamento.

**JUSTIFICATIVA**

A presente Emenda visa a corrigir o valor da bolsa para R\$ 300,00 (trezentos reais), o mesmo valor do salário mínimo.

A educação é o principal suporte do desenvolvimento econômico.

Neste sentido, o valor da bolsa deve ser significativo para incentivar o seu pleno desenvolvimento educacional, sob pena do investimento estatal não ter a contrapartida necessária.

ASSINA

  
Dep. LUIZ CARLOS HAULY - PSDB/PR



**MPV - 251**

**00009**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição <b>Medida Provisória nº 251/05</b>
------	--

Autor <b>Deputado JOSE CARLOS MACHADO</b>	Nº do proponente
--	------------------

<input type="checkbox"/> 1. Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. substitutiva	<input checked="" type="checkbox"/> 3. modificativa	<input type="checkbox"/> 4. aditiva	<input type="checkbox"/> 5. Substitutiva global
--	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º da MP, a seguinte redação:

“Art. 2º.....


**Parágrafo único. Fica autorizada a concessão de bolsa-auxílio aos jovens admitidos no Projeto Escola de Fábrica no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, mediante comprovação da renda prevista no caput, conforme dispuser o regulamento.”**

**JUSTIFICATIVA**

De acordo com a Exposição Ministerial, o Governo Federal tem focado a atenção em políticas públicas voltadas tanto à inclusão social do jovem carente em situação de vulnerabilidade social, quanto a políticas públicas de expansão do acesso à educação. Portanto, a garantia de um valor mínimo e fixo das bolsas é necessária para êxito e eficácia educacional, pois, de outra forma, poderiam ser criadas bolsas em valor insignificante.

A exemplo do Bolsa Família, o valor fixo das bolsas criará um resultado social que efetivamente contribuirá com o indivíduo, as famílias, ter-se-á uma política eficaz.

PARLAMENTAR

<b>JOSE CARLOS MACHADO</b> 	<b>PFL/SE</b>
---	---------------

MPV - 251

00010

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 21/06/2005	proposição Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005
--------------------	--

Autor SENADOR LEONEL PAVAN	nº do prontuário
-------------------------------	------------------

<input type="checkbox"/> 1. Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. Substitutiva	<input checked="" type="checkbox"/> 3. Modificativa	<input type="checkbox"/> 4. Aditiva	<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global
--	--	---	-------------------------------------	---

	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			

Dê-se ao parágrafo único do artigo 2º da Medida Provisória nº 251, de 2005, a seguinte redação:

"Art. 2.º....."

*Parágrafo único. Fica autorizada a concessão de bolsa-auxílio aos jovens admitidos no Projeto Escola de Fábrica no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), durante o período do curso, mediante comprovação da renda prevista no caput, conforme dispuser o regulamento."*

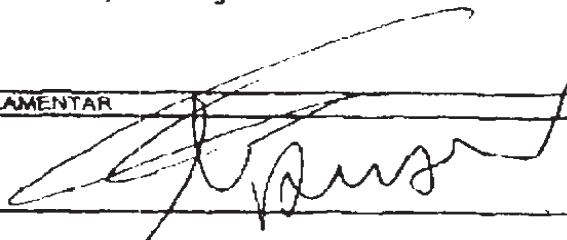
## JUSTIFICATIVA

A presente emenda eleva o valor da bolsa-auxílio concedida aos jovens admitidos no Projeto Escola de Fábrica de R\$ 150,00 para R\$ 300,00. Com essa medida, espera-se dar um incentivo maior à continuidade dos cursos, evitando a sua interrupção por parte dos estudantes.

Além disso, a emenda propõe que a bolsa seja concedida enquanto durar o curso, uma vez que esse prazo não consta no texto da Medida Provisória.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005.

PARLAMENTAR



MPV - 251

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00011

2	DATA 21/06/2005	3	PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 251, de 14 de junho de 2005
4	AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly - PSDB/PR	5	N. PRONTUÁRIO 454
6	1- <input type="checkbox"/> SUPRESIVA    2- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA    3- <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA    4- <input type="checkbox"/> ADITIVA    5- <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

TEXTO

## EMENDA MODIFICATIVA

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 251, de 2005:

Art. 2º Os jovens participantes do Projeto Escola de Fábrica deverão ter idade entre dezesseis e vinte e quatro anos, renda familiar mensal per capita de até um salário mínimo e meio, e estar matriculados na educação básica regular da rede pública ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, prioritariamente no ensino de nível médio, observadas as restrições fixadas em regulamento.

Parágrafo único. Fica autorizada a concessão de bolsa-auxílio aos jovens admitidos no Projeto Escola de Fábrica no valor de até R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, mediante comprovação da renda prevista no caput, conforme dispuser o regulamento.

## JUSTIFICATIVA

A presente Emenda visa a corrigir o valor da bolsa para R\$ 300,00 (trezentos reais), o mesmo valor do salário mínimo.

A educação é o principal suporte do desenvolvimento econômico. Neste sentido, o valor da bolsa deve ser significativo para incentivar o seu pleno desenvolvimento educacional, sob pena do investimento estatal não ter a contrapartida necessária.

ASSINA

  
Dep. LUIZ CARLOS HAULY - PSDB/PR

MPV - 251

00012

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória n° 251/05
------	---

Autor Deputado Eduardo Sciarra	N° do protocolo
-----------------------------------	-----------------

1 Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3 modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--------------	--	----------------	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 2° da MP o seguinte § 2° e dê-se a seguinte redação ao parágrafo único.

"Art.2° .....

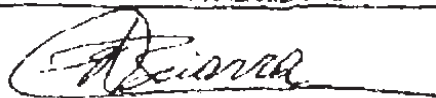
§ 1° .....

§ 2° O valor do benefício referido no § 1° será reajustado anualmente a fim de preservar-lhe o poder aquisitivo "

## JUSTIFICATIVA

É importante que os benefícios do Programa Escola de Fábrica sejam atraentes para os beneficiários. Assim a preservação de seu poder aquisitivo é fundamental, sob pena do programa perder sua efetividade em ano futuro

PARLAMENTAR





**MPV - 251**

**00013**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data  
**21/06/2005**

proposição  
**Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005**

Autor  
**SENADOR ÁLVARO DIAS**

nº do prontuário

1  Supressiva    2.  substitutiva    3.  modificativa    4.  aditiva    5.  Substitutivo global

Parágrafo    Inciso    Alinea  
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao parágrafo único do artigo 2º da Medida Provisória nº 251, de 2005, a seguinte redação:

"Art. 2.º .....

*Parágrafo único. Fica autorizada a concessão de bolsa-auxílio aos jovens admitidos no Projeto Escola de Fábrica no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), durante o período do curso, mediante comprovação da renda prevista no caput, conforme dispuser o regulamento."*

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda visa a elevar o valor da bolsa-auxílio concedida aos jovens admitidos no Projeto Escola de Fábrica, o que permitiria alcançar mais facilmente os objetivos do Projeto de custear as despesas básicas e incentivar a permanência dos beneficiários.

Além disso, a emenda pretende explicitar, no corpo da Medida Provisória, o prazo de duração da referida bolsa, que deve coincidir com o período do curso.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005.

PARLAMENTAR

**MPV - 251****EMENDA Nº****00014****MP 251/2005****AUTOR: DEPUTADO EDUARDO VALVERDE PT/RO**

Altera a redação do Parágrafo único do Art. 2º da Medida Provisória nº 251 de 14 de junho de 2005.

Emenda Modificativa.

O Parágrafo único do Art. 2º passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º...

*Parágrafo único.* Fica autorizada a concessão de bolsa-auxílio aos jovens admitidos no Projeto Escola de Fábrica no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, mediante comprovação de renda prevista no caput, conforme dispuser o regulamento.

### JUSTIFICAÇÃO

A bolsa-auxílio que será concedida aos jovens admitidos no Projeto Escola Fábrica será de grande importância para o desenvolvimento da carreira profissional dos jovens e preparação de mão de obra qualificada, contribuindo efetivamente para a redução do desemprego, melhorando a qualidade de vida e evitando a violência.

No entanto, colocar como teto o valor da bolsa, permitindo que o valor da mesma possa ser inferior, sem determinar claramente os critérios de redução, não é aconselhável, pois reduziria o impacto positivo da medida. Assim, pelo exposto, proponho que o valor da bolsa-auxílio fique no valor estipulado de R\$150,00 (cento e cinquenta reais).

Sala de Sessões em,        de junho de 2005.

  
**EDUARDO VALVERDE**  
DEPUTADO FEDERAL PT/RO

MPV - 251

00015

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 20/06/2005	proposição Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005
--------------------	--

autor DEPUTADO EDUARDO GOMES	nº do prontuário 060
---------------------------------	-------------------------

<input type="checkbox"/> 1. Supressiva	<input type="checkbox"/> 2. Substitutiva	<input type="checkbox"/> 3. modificativa	<input checked="" type="checkbox"/> 4. editiva	<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global
--	--	--	--	---

Página	Art. 2º	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	---------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescenta-se parágrafo ao artigo 2º, da Medida Provisória 251, de 14 de junho de 2005, com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

Parágrafo único. (...)

§. Os deficientes, assim definidos em lei, terão tratamento prioritário em todo o Projeto, inclusive no pagamento da bolsa-auxílio"

## JUSTIFICAÇÃO

Seguindo a política de proteção a grupos vulneráveis — reforçada na própria Exposição de Motivos (item 1) — nada mais justo do que conferir aos deficientes o atendimento prioritário em todo o Projeto Escola de Fábrica.

Em verdade, a realidade dos deficientes em nosso País é dura: desde cedo, há necessidade de adaptação ao modo de vida diferente da maioria das pessoas, em razão da rotina e do forte preconceito social (às vezes, da própria família).

Conseqüência desse comportamento está no isolamento social e na depressão.


Mas o que pouco se sabe é que, se recebessem o tratamento adequado, o deficiente poderia preparar-se com muito mais facilidade para enfrentar o meio social e ser aceito por ele.

Por isso, atribuir prioridade a minorias, notadamente os deficientes em situação de carência (portanto, duplamente vulneráveis), no Projeto Escola de Fábrica, implicaria significativo avanço no sentido de fomentar a interação do grupo com a comunidade.

Contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente.

Sala das Sessões, de de 2005.

PARLAMENTAR



EDUARDO GOMES  
Deputado Federal

MPV - 251

00016

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 21.06.05	proposição Medida Provisória n° 251, de 14/06/2005
------------------	---

Autor Deputado THELMA DE OLIVEIRA	n° do proponente
--------------------------------------	------------------

<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> substitutiva	<input checked="" type="checkbox"/> modificativa	<input type="checkbox"/> aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	---------------------------------------	--	----------------------------------	--

Página 01 de 01	Artigo 3.º	Parágrafo § 4º	Inciso I	Alinea
-----------------	------------	----------------	----------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao inciso I do § 4º do art. 3º da presente Medida Provisória a seguinte redação:

"Art. 3.º.....

§ 4º.....

*I - limitação das atividades práticas, dentro da carga horária dos cursos, de acordo com regulamento.*

## JUSTIFICAÇÃO

A emenda suprime o percentual de 10% da carga horária dos cursos, permitindo que o limite de atividades práticas possa ser ampliado de acordo com o regulamento, observadas as necessidades de um programa de formação inicial e continuada com enfoque técnico-profissionalizante, respeitado no que couber a legislação em vigor.

PARLAMENTAR





**MPV - 251**

**00017**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data	proposição <b>Medida Provisória n° 251/05</b>
------	--

Autor <b>Deputado Eduardo Sciarra</b>	N° do precatório
--	------------------

1 Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3.X modificativa	4. aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutiva global
--------------	--	------------------	------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Dê-se aos incisos I e II do § 4º do art. 3º, a seguinte redação.

“Art. 12.....


§ 4º.....

- II – limitação da duração das aulas até cinco horas diárias; e
- III – duração mínima de seis e máxima de vinte e quatro meses.”

**JUSTIFICATIVA**

A questão da limitação da duração do tempo de aula de até cinco horas, visa flexibilizar a carga horária de acordo com a necessidade, realidade e peculiaridade de cada curso. Faz-se necessário também ampliar a duração dos cursos para vinte e quatro meses, para garantir qualidade e eficácia das capacitações.

PARLAMENTAR


---

MPV - 251

00018

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21/06/05	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 251, de 14 de junho de 2005
------------------	--

AUTOR DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO	Nº PRONTUÁRIO
--------------------------------	---------------

TIPO				
<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	<input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	<input type="checkbox"/> ADITIVA	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL

PAGINA 1	ARTIGO 3º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
-------------	--------------	-----------	--------	--------

## TEXTO

Dê-se ao art. 3º da Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, a seguinte redação:

“Art 3º. Os cursos de formação profissional de que trata o art. 1º desta Lei deverão se enquadrar em uma das áreas profissionais definidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional, nos termos dos arts. 7º e 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, alterada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.

§ 5º Observado o disposto neste artigo, os demais parâmetros de elaboração dos projetos pedagógicos e dos cursos serão definidos pelo Ministério da Educação, com preponderância do caráter sócio-educacional sobre o caráter profissional, observado o disposto no §1º, art 68, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, no que couber” (NR).

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a promover ajuste redacional no texto da Medida Provisória em epígrafe.

  
Deputado André Figueiredo

MPV - 251

00019

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21/06/05	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 251, de 14 de junho de 2005
------------------	--

AUTOR DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO	Nº PRONTUÁRIO
--------------------------------	---------------

TIPO				
1 ( ) SUPRESSIVA	2 ( ) SUBSTITUTIVA	3 (X) MODIFICATIVA	4 ( ) ADITIVA	5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 1	ARTIGO 5º	PARAGRAFO	INCISO	ALINEA
-------------	--------------	-----------	--------	--------

## TEXTO

Dê-se ao art. 5º da Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, a seguinte redação:

“Art. 5º. O Projeto Escola de Fábrica será executado mediante:

I – transferência de recursos financeiros às unidades gestoras, selecionadas mediante aprovação prévia do projeto pedagógico e do plano de trabalho em conformidade com o disposto nos arts. 1º e 3º desta Lei e credenciadas pelo Ministério da Educação, por meio de convênio; e

II – pagamento de bolsa-auxílio.

.....  
§ 2º .....

I – não cumprir, no todo ou em parte, o plano de trabalho apresentado ao Ministério da Educação” (NR).

## JUSTIFICAÇÃO

Uma vez que o Projeto Escola de Fábrica disponibiliza recursos financeiros públicos às unidades gestoras faz-se imprescindível a transparência, em lei, dos critérios mínimos de seleção dos concorrentes, de modo a evitar futuros favorecimentos e/ou prejuízos. Como propomos emenda fazendo mencionar no art. 1º o fato de que os projetos pedagógicos e os planos de trabalho devem ser previamente aprovados pelo MEC, incluímos o art. 1º como referência na presente emenda.

Ademais, entendemos igualmente necessário o esclarecimento de que o descumprimento do plano de trabalho, mesmo parcialmente, resulta em suspensão dos recursos públicos merecidos pelas unidades gestoras. Essas constituem as razões que justificam a presente emenda.

  
Deputado André Figueiredo

MPV - 251

00020

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 21.06.05	proposição Medida Provisória nº 251, de 14/06/2005
------------------	---

Autor Deputado THÉLMA DE OLIVEIRA	nº do prontuário
--------------------------------------	------------------

<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> substitutiva	<input checked="" type="checkbox"/> modificativa	<input type="checkbox"/> aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	---------------------------------------	--	----------------------------------	--

Página 01 de 01	Artigo 5.º	Parágrafo 5.º	Inciso	Alínea
-----------------	------------	---------------	--------	--------

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao § 3º do art. 5º da presente Medida Provisória a seguinte redação:

"Art. 5.º.....

.....

§ 3º Os critérios e condições adicionais para concessão, distribuição, manutenção e cancelamento das bolsas, inclusive quanto ao aproveitamento e à frequência escolar mínima a ser exigida do jovem participante do Projeto Escola de Fábrica, bem como os critérios para a transferência de recursos às unidades gestoras, serão definidos em regulamento."

## JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa deixar claro que, além da frequência escolar mínima exigida do jovem para participar do projeto, este também deverá ser avaliado em seu aproveitamento escolar, para que possa fazer jus à concessão ou manutenção da bolsa-auxílio.

Juntos, esses dois requisitos constituem parte necessária e relevante do conjunto de critérios e condições a que se submete a bolsa-auxílio, a serem incorporados ao regulamento do Projeto Escola de Fábrica.

PARLAMENTAR



MPV -251

00021

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21/06/05	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 251, de 14 de junho de 2005
------------------	--

AUTOR DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO	Nº PRONTUÁRIO
--------------------------------	---------------

TIPO				
<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	<input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	<input type="checkbox"/> ADITIVA	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 1	ARTIGO 6º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
-------------	--------------	-----------	--------	--------

## TEXTO

Dê-se ao art. 6º da Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, a seguinte redação:

“Art. 6º. Poderá ser unidade gestora qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, autárquica ou fundacional, de qualquer esfera de governo, inclusive instituição oficial de educação profissional e tecnológica, ou entidade privada sem fins lucrativos que possua comprovada experiência em gestão de projetos educacionais ou em gestão de projetos sociais e esteja associada a instituição educativa credenciada para atuar na educação profissional” (NR).

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a adequar o texto da Lei aos critérios de elegibilidade das instituições participantes do Projeto Escola de Fábrica, conforme disposto na “Chamada Pública MEC/SETEC/DPAL/DDPE – Instituições Gestoras – 01/2004”. A presente emenda, ademais, restringe, como forma de proteção, o tipo de instituição apta a ser credenciada como unidade gestora do Projeto Escola de Fábrica.

  
Deputado André Figueiredo



MPV -251

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00022

2 DATA 21/6/2005		3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 251 de 14 de junho de 2005	
4 AUTOR DEP. LUIZ CARLOS HAULY		5 N.º PRONTUÁRIO 454	
6	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	1. <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	2. <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA
			4. <input type="checkbox"/> ADITIVA
			5. <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
7	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

## TEXTO

## EMENDA MODIFICATIVA

O art. 6º da MP 251, de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Poderá ser unidade gestora qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, autárquica ou fundacional, de qualquer esfera de governo, inclusive instituição oficial de educação profissional e tecnológica, ou entidade privada sem fins lucrativos, com no mínimo 6 anos de experiência na área objeto do convênio e escolhida mediante processo de licitação pública, vedada a sua dispensa ou inexigibilidade para entidades privadas.

## JUSTIFICATIVA

O principal mecanismo de controle dos convênios e aplicar a Lei de Licitação na escolha das entidades privadas.

Além disso, é importante que a entidade contratada por licitação tenha larga experiência na área, daí fixarmos o prazo mínimo de experiência de 6 anos.

Tal emenda aperfeiçoa o processo, assegurando transparência em todo o processo.

  
DEP. LUIZ CARLOS HAULY-PSDB-PR

MPV -251

00023

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 21.06.05	proposição Medida Provisória nº 251, de 14/06/2005
------------------	---

Autor Deputado THELMA DE OLIVEIRA	nº do prolatorio
--------------------------------------	------------------

<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> substitutiva	<input checked="" type="checkbox"/> modificativa	<input type="checkbox"/> aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutivo global
-------------------------------------	---------------------------------------	--	----------------------------------	--

Página 01 de 01	Artigo 6.º	Parágrafo	Inciso	Alinea
-----------------	------------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao art. 6º da presente Medida Provisória a seguinte redação:

*"Art. 6º Poderá ser unidade gestora qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, autárquica ou fundacional, de qualquer esfera de governo, inclusive instituição oficial de educação profissional e tecnológica, Serviços Nacionais de Aprendizagem, ou entidade privada sem fins lucrativos."*

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo incluir os Serviços Sociais de Aprendizagem no rol de unidades gestoras que atuarão na "formação profissional inicial e continuada a jovens de baixa renda", já que alijá-los desse processo representaria sério *contrasenso*, haja vista o seu papel na educação profissionalizante.

PARLAMENTAR



MPV -251

00024

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 251/05
------	---

Autor Deputado JOSE CARLOS MACHADO	Nº do proponente
---------------------------------------	------------------

<input checked="" type="checkbox"/> 1 Supressiva	<input type="checkbox"/> 2 Substitutiva	<input type="checkbox"/> 3 modificativa	<input type="checkbox"/> 4. aditiva	<input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global
--	---	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inclso	alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprimam-se os parágrafos 1º e 2º do art. 8 da MP.

## JUSTIFICATIVA

O Ministério da Educação deve ter a competência da articulação, controle e acompanhamento do Projeto Escola de Fábrica, em âmbito federal, também quanto aos jovens na faixa etária entre quinze e vinte e nove anos.

Não faz sentido, dois órgãos coordenarem ações da mesma natureza. A exemplo dos programas que tiveram êxito no Brasil, coordenados pelo FNDE, como Alimentação Escolar, é necessário controle efetivo e permanente do órgão responsável pela educação no Brasil.

Faz-se necessário a implantação de uma política pública educacional eficaz na área de formação permanente, este é o único e mais seguro caminho que os países encontraram para manter a empregabilidade de seus cidadãos.

PARLAMENTAR

JOSE CARLOS MACHADO 	PFL/SE
--	--------

MPV -251

00025

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 21.06.05	proposição Medida Provisória nº 251, de 14/06/2005
------------------	---

Autor Deputado THELMA DE OLIVEIRA	nº do proponente
--------------------------------------	------------------

1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---	--	--	-------------------------------------	---

Página 01 de 01	Artigo 8.º	Parágrafo § 1º	inciso	Alinea
-----------------	------------	----------------	--------	--------


## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Suprima-se a expressão "aos jovens na faixa etária entre quinze e vinte e nove anos.", *in fine* do § 1º do art. 8º da presente Medida Provisória.

## JUSTIFICAÇÃO

A emenda compatibiliza as faixas etárias do Projeto Escola de Fábrica e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, que textualmente abrange jovens entre dezesseis e vinte e quatro anos e entre dezoito e vinte e quatro anos de idade, respectivamente.

## PARLAMENTAR


---

MPV -251

00026

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 21/06/05	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 251, de 14 de junho de 2005
------------------	--

AUTOR DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO	Nº PRONTUÁRIO
--------------------------------	---------------

TIPO				
1 ( ) SUPRESSIVA	2 ( ) SUBSTITUTIVA	3 (X) MODIFICATIVA	4 ( ) ADITIVA	5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 1	ARTIGO 8º	PARÁGRAFO 2º	INCISO	ALÍNEA
-------------	--------------	-----------------	--------	--------

## TEXTO

Dê-se ao §2º, art. 8º, da Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, a seguinte redação:

“Art. 8º. ....

§2º Fica assegurada a participação da Secretaria Nacional de Juventude no controle e acompanhamento do Projeto Escola de Fábrica, do Programa de Educação Tutorial – PET e do Programa Universidade para Todos – PROUNI, no que couber, observadas suas respectivas especificidades, bem assim as diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas para a juventude propostas pelo Conselho Nacional da Juventude – CNJ” (NR).

## JUSTIFICAÇÃO

A Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona” determina:

*Art. 1º. A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis obedecerão ao disposto nesta Lei Complementar.*

*Parágrafo único. As disposições desta Lei Complementar aplicam-se, ainda, às medidas provisórias e demais atos normativos referidos no art. 59 da Constituição Federal, bem como, no que couber, aos decretos e aos demais atos de regulamentação expedidos por órgãos do Poder Executivo.*

*Art. 7º. O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:*

*I – excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;*

*II – a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.*



Entendemos que, se mantido o conteúdo original, a MPV 251/05 incorrerá em ilegalidade, por ferir frontalmente o que determina a Lei Complementar nº 95/98. Visando a sanar esse problema, apresentamos a presente emenda, entendendo, ademais, ser possível tratar o Projeto Escola de Fábrica, o Programa de Educação Tutorial – PET e o Programa Universidade para Todos – PROUNI como ações correlatas à temática da juventude, bem assim à Política Nacional de Juventude, razão pela qual entendemos deva ser assegurada a participação da Secretaria Nacional de Juventude no controle e acompanhamento dos mesmos.

Vale lembrar que é atribuição da Secretaria Nacional de Juventude, conforme disposto no substitutivo aprovado pelo Plenário desta Casa à MPV 238/05, a articulação de todos os programas e projetos, em âmbito federal, destinados aos jovens na faixa etária de quinze a vinte e nove anos, grupo etário exclusivo ou majoritário nos Programas e Projetos em questão.

  
Deputado André Figueiredo

MPV -251

00027

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data		proposição Medida Provisória nº 251/05		
Autor Deputado JOSE CARLOS VIANEIRO		Nº do prontuário		
1. <input type="checkbox"/> Supressiva		2. <input type="checkbox"/> substitutiva		3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa
		4. <input type="checkbox"/> aditiva		5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao artigo 11 da MP a seguinte redação:

“Art. 11. Fica autorizada a concessão de bolsa-permanência, no valor de até R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, exclusivamente para custeio das despesas educacionais, a estudante beneficiário de bolsa integral do Programa Universidade para Todos - Prouni, instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, matriculado, prioritariamente, em curso de turno integral, conforme critérios de concessão, distribuição, manutenção e cancelamento de bolsas a serem estabelecidos em regulamento.”

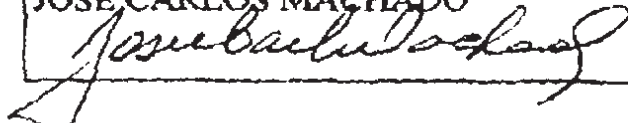
## JUSTIFICATIVA

A realidade educacional do Brasil é múltipla. Em algumas regiões preponderam cursos noturnos, turnos parciais, portanto, restringir a concessão de bolsa-permanência, somente para cursos integrais geraria uma exclusão de estudantes que necessitariam e desejariam participar do programa.

PARLAMENTAR

JOSE CARLOS MACHADO

PFL/SE



MPV -251

00028

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 21.06.05	proposição Medida Provisória nº 251, de 14/06/2005			
Autor Deputado LOBBE NETO	nº do proeminente			
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> substitutiva <input checked="" type="checkbox"/> modificativa <input type="checkbox"/> aditiva <input type="checkbox"/> Substitutiva global				
Página 01 de 01	Artigo 11	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao art. 11 da presente Medida Provisória a seguinte redação:

*"Art. 11. Fica autorizada a concessão de bolsa-permanência, no valor de até R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, exclusivamente para custeio das despesas educacionais, a estudante beneficiário de bolsa integral do Programa Universidade para Todos - Prouni, instituído pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, matriculado em curso de turno integral, inclusive quanto ao aproveitamento e à frequência escolar mínima a ser exigida do estudante, conforme critérios de concessão, distribuição, manutenção e cancelamento de bolsas a serem estabelecidos em regulamento".*

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda tem por objetivo frisar que somente será concedida ou renovada a bolsa-permanência ao estudante de bolsa integral do PROUNI, se ele atingir ou mantiver o aproveitamento e a frequência escolar mínima exigidos, conforme definido em regulamento.

PARLAMENTAR

MPV -251

00029

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

21/060/05	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 251, de 14 de junho de 2005
-----------	--

AUTOR DEP. ANDRÉ FIGUEIREDO	Nº PRONTUÁRIO
--------------------------------	---------------

TIPO  
 ( ) SUPRESSIVA   
 ( ) SUBSTITUTIVA   
 (X) MODIFICATIVA   
 ( ) ADITIVA   
 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 1	ARTIGO 12	PARÁGRAFO caput	INCISO	ALINEA
-------------	--------------	--------------------	--------	--------

**TEXTO**

*Dê-se ao caput do art. 12 da Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, a seguinte redação:*

**"Art. 12.** Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, como parte integrante da política nacional para a juventude, o Programa de Educação Tutorial – PET, destinado a fomentar grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores tutores de grupos do PET" (NR).

**JUSTIFICAÇÃO**

Apresentamos a presente emenda no sentido de adequar a redação da MPV 251/05 ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que mencionam" que determina:

*Art. 1º. A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis obedecerão ao disposto nesta Lei Complementar.*

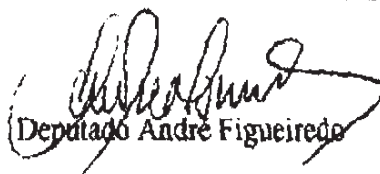
*Parágrafo único. As disposições desta Lei Complementar aplicam-se, ainda, às medidas provisórias e demais atos normativos referidos no art. 59 da Constituição Federal, bem como, no que couber, aos decretos e aos demais atos de regulamentação expedidos por órgãos do Poder Executivo.*

*Art. 7º. O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:*

*I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;*

*II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.*

A presente emenda conduna-se a outras emendas de nossa autoria que visam a tratar como única matéria ligada à temática da juventude, em particular à política nacional de juventude, os programas e projetos instituídos pela Medida Provisória em epígrafe.

  
Deputado André Figueiredo

MPV -251

00030

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 21.06.05	proposição Medida Provisória nº 251, de 14/06/2005			
Autor Deputado LOBBE NETO			nº do proponente	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva    2 <input type="checkbox"/> Substitutiva    3 modificativa    4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva    5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página 01 de 01	Artigo 12	Parágrafo § 3º	Inciso	Alinea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao art. 12 da presente Medida Provisória o seguinte § 3º:

"Art. 12. ....  
....."

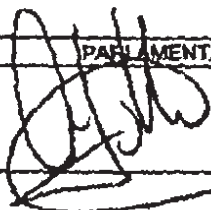
*§ 3º O processo seletivo de alunos e tutores de que trata o § 2º deste artigo deverá observar, respectivamente, o potencial para atividade acadêmica, a frequência e o aproveitamento escolar, bem como a titulação e a experiência acadêmica, para a concessão das bolsas referidas no caput."*

### JUSTIFICAÇÃO

A emenda tem por objetivo estabelecer um critério mínimo, no corpo da Medida Provisória, para a concessão de bolsa de iniciação científica aos alunos de graduação e bolsa de tutoria à professores tutores de grupos do PET (Programa de Educação Tutorial), dentre aqueles a serem definidos em regulamento.

Com a proposta, pretende-se deixar claro que somente será concedida ou renovada a bolsa ao aluno, desde que atenda satisfatoriamente a requisitos de potencial para atividade acadêmica, de freqüência e aproveitamento escolar e, no caso do professor, de titulação e experiência acadêmica.

PARLAMENTAR



MPV -251

00031

### APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposta Medida Provisória nº 251/05
------	---

Autor Deputado JOSÉ CARLOS MACHADO	Nº do prontário
---------------------------------------	-----------------

1 Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3X modificativa	4. aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutiva global
--------------	--	-----------------	------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se ao artigo 12 os seguintes §§ 3º e 4º.

“Art. 12.....

§ 3º A seleção dos estudantes e tutores obedecerá, preferencialmente, o mérito acadêmico.

§ 4º A instituição de educação superior integrada ao PET deverá dar publicidade permanente ao processo seletivo, beneficiários, valores recebidos, aplicação dos recursos.”



**JUSTIFICATIVA**

Muitas iniciativas educacionais no Brasil visam a garantia de cotas, ou seja, políticas de acesso às universidades, aos programas. Tenta-se resolver os problemas sociais brasileiros, faz-se necessário, também garantir e aprimorar políticas que estimulem o mérito acadêmico e publicidade dos gastos públicos.

Não podemos nos descuidar de nosso fim primeiro, a qualidade na educação, o ensinar a pensar, a criar o novo, a produção do conhecimento científico que visa a verdadeira transformação social que se dá com a competência acadêmica.

PARLAMENTAR

 JOSÉ CARLOS MACHADO  


PFL/SE

MPV - 251

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

00032

 data  
 21.06.05

 proposição  
 Medida Provisória nº 251, de 14/06/2005

Autor

Deputado LOBBE NETO

nº do precatório

 1  Supressiva    2.  substitutiva    3  modificativa    4.  aditiva    5.  Substitutivo global

Página 01 de 01

Artigo 13

Parágrafo

Inciso

Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO


Dê-se ao *caput* do art. 13 da presente Medida Provisória a seguinte redação:

*"Art. 13. Fica autorizada a concessão de bolsa de tutoria a professores tutores participantes do PET, em valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de doutorado e mestrado no País.*

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda substitui a expressão "condizente com" por "equivalente ao praticado na", de modo a estabelecer o mesmo valor da política federal de concessão de bolsas de doutorado e mestrado no País, trazendo maior rigor à respectiva definição.

PARLAMENTAR



**MPV -251**

**00033**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

data <b>21.06.05</b>	proposição <b>Medida Provisória nº 251, de 14/06/2005</b>
-------------------------	--

Autor <b>Deputado LOBBE NETO</b>	nº do precatório
-------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutiva global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página 01 de 01	<b>Artigo 14</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alínea</b>
-----------------	------------------	------------------	---------------	---------------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Dê-se ao *caput* do art. 14 da presente Medida Provisória a seguinte redação:

*“Art. 14. Fica autorizada a concessão de bolsa de iniciação científica diretamente a estudante de graduação em regime de dedicação integral às atividades do PET, em valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica.”*

**JUSTIFICAÇÃO**

A emenda substitui a expressão “condizente com” por “equivalente ao praticado na”, de modo a estabelecer o mesmo valor da política federal de concessão de bolsas de doutorado e mestrado no País, trazendo maior rigor à respectiva definição.

PARLAMENTAR

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV -251

00034

data 20/06/2005	proposição Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005
--------------------	--

autor DEPUTADO EDUARDO GOMES	nº de protocolo 040
---------------------------------	------------------------

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	---	-------------------------------------	---

Página	Art. 16	Parágrafo	Inciso	Alinea
--------	---------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Altera o artigo 16 da Medida Provisória nº 251/2005 para a seguinte redação:

*"Art. 16. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Medida Provisória em 60 dias, a contar de sua publicação oficial"*

## JUSTIFICAÇÃO

Do texto da Medida Provisória, fica claro que a eficácia do Projeto Escola de Fábrica está condicionada à elaboração de regulamentação posterior pelo Poder Executivo.

Como exemplo, destacamos a exigência do regulamento em alguns dos principais temas do Projeto: a) a forma de comprovação de renda para o recebimento de bolsa-auxílio aos jovens, no valor de R\$ 150,00 (art. 2º, parágrafo único); b) as condições para concessão, distribuição, manutenção e cancelamento das bolsas, inclusive quanto à frequência escolar mínima a ser exigida do jovem participante do Projeto Escola Fábrica (art. 5º, § 3º c/c art. 11); c) os objetivos, os critérios de composição e avaliação dos grupos, o processo seletivo de alunos e tutores, as obrigações de bolsistas e professores tutores e as condições para manutenção dos grupos e das bolsas (art. 12, § 2º), entre outros.

Daí porque torna-se necessário fixar prazo razoável para que aquele Poder regule as questões especificadas na MP, sob pena de se tornar ineficaz a referida legislação.

Cumpra salientar, no ponto, que a matéria encontra-se disciplinada por Medida Provisória — dotada, em tese, do requisito da urgência — o que mais reforça o estabelecimento de prazo para a regulamentação da matéria.

Eventual descumprimento do referido prazo pelo Governo poderá ensejar a adoção dos remédios constitucionais pela população diretamente beneficiada, como o Mandado de Injunção.

Contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente.

Sala das Sessões, de \_\_\_\_\_ de 2005.

PARLAMENTAR

  
EDUARDO GOMES  
Deputado Federal

**MPV -251**

**00035**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>data</b> 21.06.05	<b>proposição</b> Medida Provisória nº 251, de 14/06/2005
-------------------------	--

<b>Autor</b> Deputado <b>EDUARDO BARBOSA</b>	<b>nº do prontuário</b> 230
---	--------------------------------

1.  Supressiva    2.  substitutiva    3.  modificativa    4.  aditiva    5.  Substitutivo global

<b>Página 01 de 01</b>	<b>Artigo 18</b>	<b>Parágrafo</b>	<b>Inciso</b>	<b>Alinea</b>
------------------------	------------------	------------------	---------------	---------------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Dê-se aos §§ 5º e 6º do art. 428 da CLT, modificado pelo o art. 18 da presente Medida Provisória, a seguinte redação:

"Art. 18.....

'Art. 428. ....

*§ 5º. A idade máxima prevista no caput não se aplica a aprendiz portador de deficiência.*

*§ 6º. Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização."*

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta de emenda objetiva alterar as denominações de aprendiz com "deficiência" e "com deficiência mental" para aprendiz "portador de deficiência" e "portador de deficiência mental", adequando-as, técnica e legislativamente, ao tratamento terminológico, hoje predominante em relação à questão da deficiência.

PARLAMENTAR

*Barbosa*

MPV -251

00036

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 15/06/05		Proposição Medida Provisória nº 251 / 2005		
Autor Deputado Carlos Eduardo Cadoca				Nº Prontuário
<input type="checkbox"/> Suprativa	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
Página	Artigo 20	Parágrafo	Inclso	Alínea

## TEXTO

Acrescenta-se artigo 18-A à Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, renumerando-se o 19:

"Art. 18-A Os valores expressos em moeda, de que tratam o art. 2º, parágrafo único e o art. 11 desta Medida Provisória, serão corrigidos automaticamente a cada ano, tomando como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulado no período.

*Parágrafo único.* A contagem de prazo para os reajustes de que trata o caput se iniciará na data de publicação desta Medida Provisória."(NR)

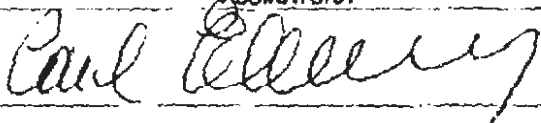
## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda justifica-se pela necessidade de mantermos durante o tempo, os benefícios propostos pela Medida Provisória 251 de 2005. Devemos evitar que, depois de transcorrido algum tempo, tenhamos que editar outras proposições para corrigir os valores monetários - que obviamente sofrerão os efeitos inflacionários. Vale lembrar que a não-correção prejudicará principalmente, os jovens de baixa renda, que se pretende atender com o Projeto Escola de Fábrica, o Programa de Educação Tutorial (PET) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).

A escolha do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) decorre da sua própria natureza. Seu universo de pesquisa é composto por pessoas que ganham de 1 a 8 salários mínimos. Ressalto que atualmente é o índice que corrige o salário mínimo. Assim sendo, considero-o o mais apropriado para proteger o poder de compra dos beneficiários dessa MP, ou seja, aqueles cuja renda familiar mensal per capita é de até um salário mínimo e meio.

É com base no exposto que julgo necessária a alteração ora proposta.

ASSINATURA





MPV -251

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00037

2 DATA 21/6/2005	3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 251 de 14 de junho de 2005
------------------------	---

4 AUTOR DEP. LUIZ CARLOS HAULY	5 N.º PRONTUÁRIO 454
--------------------------------------	----------------------------

6

<input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3-	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4-	<input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5-	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
------------------------------------	----	---------------------------------------	----	---------------------------------------	----	---	----	--

0	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALINEA
---	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO

## EMENDA ADITIVA

A MP 251/05, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

**Art.** A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 4ºA. O total dos financiamentos de que trata o art. 4º, por instituição de ensino superior cadastrada, não será inferior, anualmente, ao montante recolhido no ano anterior a título de impostos e contribuições federais.

§ 1º A instituição cadastrada informará anualmente ao MEC, até 31 de janeiro, discriminadamente, o montante recolhido a título de impostos e contribuições federais.

§ 2º No total referido no caput serão considerados o valor dos contratos existentes e o financiamento de novos estudantes, por instituição." (NR)

## JUSTIFICATIVA

É inegável o sucesso do Programa de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, que em apenas dois anos e meio beneficiou 152.000 universitários, com a aplicação de R\$885 milhões. Em 2001, foram 1.102 faculdades participantes, com 19.200 cursos.

O FIES está possibilitando o ingresso de estudantes de situação econômica menos privilegiada em cursos superiores não gratuitos, assim como tamqu

viável a continuidade e a conclusão de cursos por parte de alunos que não podiam arcar com os respectivos encargos educacionais.

Além do estudantes, o programa beneficia as instituições de ensino, com o aumento das receitas e lucros auferidos, em face do que passam a recolher maiores somas de impostos e contribuições.

A idéia que inspirou este projeto é carrear os recursos assim arrecadados para o financiamento de estudantes no âmbito do FIES, cujo montante, por instituição cadastrada, seria no mínimo igual ao valor dos tributos recolhidos no ano anterior.

Atualmente a mantenedora da IES fixa o valor desejado para o financiamento de seus estudantes e os recursos do FIES são distribuídos por estado e por curso de forma diretamente proporcional à demanda, respeitado o valor fixado pela mantenedora.

Como se vê, não há um parâmetro para o atendimento do valor fixado, relativamente a cada instituição. Por isso, o projeto dispõe que o total dos financiamentos não será inferior ao montante recolhido no ano anterior, a título de impostos e contribuições federais.

Além disso, acrescenta-se a possibilidade de financiamento a alunos de cursos de pós-graduação não gratuitos, que não contam com fonte alguma de financiamento.

  
DEP. LUIZ CARLOS HAULY-PSDB-PR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV -251

00038

2 DATA 21/06/2005		3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 251, de 14 de junho de 2005			
4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR			5 N. PRONTUÁRIO 454		
6	1 <input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	+ <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA	

TEXTO

**EMENDA ADITIVA**

Acrescente-se o seguinte artigo à MP nº 251, de 14 de junho de 2005:

Art. A Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva e em cursos de pós-graduação, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (MEC).

.....(NR)

"Art. 4ºA. O total dos financiamentos de que trata o art. 4º, por instituição de ensino superior cadastrada, não será inferior, anualmente, ao montante recolhido no ano anterior a título de impostos e contribuições federais.

§ 1º A instituição cadastrada informará anualmente ao MEC, até 31 de janeiro, discriminadamente, o montante recolhido a título de impostos e contribuições federais.

§ 2º No total referido no *caput* serão considerados o valor dos contratos existentes e o financiamento de novos estudantes, por instituição." (NR)

**JUSTIFICATIVA**

É inegável o sucesso do Programa de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, que em apenas dois anos e meio beneficiou 152.000 universitários, com a aplicação de R\$885 milhões. Em 2001, foram 1.102 faculdades participantes, com 19.200 cursos.

O FIES está possibilitando o ingresso de estudantes de situação econômica menos privilegiada em cursos superiores não gratuitos, assim como tomou viável a continuidade e a conclusão de cursos por parte de alunos que não podiam arcar com os respectivos encargos educacionais.

Além do estudantes, o programa beneficia as instituições de ensino, com o aumento das receitas e lucros auferidos, em face do que passam a recolher maiores somas de impostos e contribuições.

A idéia que inspirou este projeto é carrear os recursos assim arrecadados para o financiamento de estudantes no âmbito do FIES, cujo montante, por instituição cadastrada, seria no mínimo igual ao valor dos tributos recolhidos no ano anterior.

Atualmente, a mantenedora da IES fixa o valor desejado para o financiamento de seus estudantes e os recursos do FIES são distribuídos por estado e por curso de forma diretamente proporcional à demanda, respeitado o valor fixado pela mantenedora.

Como se vê, não há um parâmetro para o atendimento do valor fixado, relativamente a cada instituição. Por isso, o projeto dispõe que o total dos financiamentos não será inferior ao montante recolhido no ano anterior, a título de impostos e contribuições federais.

Além disso, acrescenta-se a possibilidade de financiamento a alunos de cursos de pós-graduação não gratuitos, que não contam com fonte alguma de financiamento.

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY - PSDB/PR

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**MPV -251**

**00039**

<b>Data:</b> 16/06/05		<b>Proposição:</b> MP 251/2005		
<b>Autor:</b> Deputado <b>EDUARDO PAES</b>			<b>Nº Prontuário:</b> 307	
<input type="checkbox"/> Supressiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva	<input type="checkbox"/> Modificativa	<input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	<input type="checkbox"/> Substitutiva/Global
<b>Página:</b> 01/01	<b>Artigo:</b>	<b>Parágrafo:</b>	<b>Inclso:</b>	<b>Alínea:</b>

Inclua-se onde couber, na MP 251/05, o seguinte artigo, acrescentando o § 2º ao art. 3º da Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005:

Art. O art. 3º da Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005 passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único:

"Art. 3º .....

§ 1º - O beneficiário do Prouni responde legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por ele prestadas.

§ 2º - A instituição de ensino superior participante do PROUNI poderá incluir em sua programação anual de bolsas, percentual destinado a bolsas integrais ou parciais a alunos regularmente matriculados, que perderam sua condição econômica, necessária ao custeio do curso, conforme regulamento."

**JUSTIFICATIVA**

O objetivo da presente emenda é flexibilizar a concessão de bolsas no meio do curso e por tempo variável, para alunos que tenham passado por algum acontecimento que ocasionou grave perda de renda. O desemprego, o falecimento do responsável, doença na família, dentre outros acontecimentos transformam completamente a situação econômica dos alunos, especialmente daqueles com baixa renda familiar, sem reservas econômicas e sem condições de contratar seguros privados.

A presente emenda oferece a possibilidade às instituições de manterem alunos com bom rendimento e que já investiram muito na vida acadêmica, mas que por motivos de força maior não têm mais condições de pagar a universidade.

**Assinatura**





**EMENDA Nº****MPV -251****00040****(à Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005)**

**Acrescente-se à Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, onde couber, o seguinte artigo, dando-lhe a numeração devida:**

**Art. ... O art. 5º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:**

**Art 5º .....**

**§ 7º O termo de adesão poderá prever que até metade das bolsas integrais oferecidas pela instituição poderá ser convertido em bolsas parciais à razão de duas bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) para cada bolsa integral, ou à razão de quatro bolsas parciais de 25% (vinte e cinco por cento) para cada bolsa integral, observado o disposto nos §§ 2º e 6º.(NR)**

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 213, de 2004, que resultou na Lei nº 11.096, de 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos – PROUNI, foi objeto de várias negociações nas duas Casas do Congresso Nacional.

O texto original, oriundo do Poder Executivo, possibilitava a adesão ao programa, por parte das instituições interessadas, através de duas modalidades. A primeira delas, que condicionava a oferta de bolsas do programa considerando apenas o número de alunos regularmente matriculados. A outra alternativa, vinculava a oferta de bolsas também ao faturamento de cada instituição.

Em relação ao termo de adesão ao PROUNI condicionado, exclusivamente, ao número de alunos matriculados, tanto o texto original da medida provisória quanto o Projeto de Lei de Conversão encaminhado ao Senado Federal possibilitavam que a metade das vagas oferecidas fosse

composta por bolsas parciais de 50% na razão de duas bolsas parciais para cada bolsa integral.

No Senado Federal, novamente, a proposição sofreu alterações em relação ao número de vagas a serem ofertadas pelas instituições interessadas em aderir ao programa e, além disso foi instituída uma nova modalidade de bolsa parcial de 25%.

Entretanto, surpreendentemente, a redação final e, portanto, a lei sancionada, retirou do texto, possivelmente de forma equivocada, a possibilidade de oferta de metade das bolsas vinculadas ao número de alunos regularmente matriculados em bolsas parciais.

A presente emenda, tem objetivo retornar o espírito da medida provisória original, possibilitando, portanto, o termo de adesão ao PROUNI às instituições que ofereçam, em relação ao número de alunos regularmente matriculados, metade de suas vagas em bolsas parciais, na razão de duas bolsas parciais de 50% para cada bolsa integral e, naturalmente, 4 bolsas parciais de 25% para cada bolsa integral.

Sala da Comissão,



Senador RODOLPHO TOURINHO

MPV -251

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00041

2 DATA 21/06/2005	3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 251, de 14 de junho de 2005			
4 AUTOR Dep. Luiz Carlos Hauly - PSDB/PR			5 N.º PRONTUÁRIO 454	
6				
<input type="checkbox"/> SUPRESIVA	2	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA
				4
			<input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5
				<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
0	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

## TEXTO

## EMENDA ADITIVA

A MP 177/04, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art... Toda aplicação dos recursos do Projeto Escola de Fábrica e do Programa de Educação Tutorial - PET, instituídos, respectivamente, pelos art 1º e 12 da presente Medida Provisória, bem como os nomes e valores dos órgãos e entidades beneficiados com recursos públicos, deverão ser disponibilizados de acordo com a Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998.”

## Justificação

Um dos pilares da Administração Pública é a transparência da gestão dos recursos públicos.

Nesse sentido, a presente alteração visa a assegurar que toda a arrecadação, execução orçamentária, bem como contratos realizados tenham ampla divulgação, de forma assegurar o controle dos social dos gastos realizados nos supracitados Programas, sendo divulgados no site [www.contaspublicas.gov.br](http://www.contaspublicas.gov.br), mantido pelo Tribunal de Contas da União, em observância à Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1.998

ASSINA



Dep. LUIZ CARLOS HAULY - PSDB/PR

**EMENDA Nº****MPV -251,****(à Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005)****00042**

Acrescente-se à Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, onde couber, o seguinte artigo, dando-lhe a numeração devida:

Art. ... O art. 5º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

Art 5º .....

.....

§ 7º O termo de adesão poderá prever que até metade das bolsas integrais oferecidas pela instituição poderá ser convertido em bolsas parciais à razão de duas bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) para cada bolsa integral, ou à razão de quatro bolsas parciais de 25% (vinte e cinco por cento) para cada bolsa integral, observado o disposto nos §§ 2º e 6º.(NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 213, de 2004, que resultou na Lei nº 11.096, de 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos – PROUNI, foi objeto de várias negociações nas duas Casas do Congresso Nacional.

O texto original, oriundo do Poder Executivo, possibilitava a adesão ao programa, por parte das instituições interessadas, através de duas modalidades. A primeira delas, que condicionava a oferta de bolsas do programa considerando apenas o número de alunos regularmente matriculados. A outra alternativa, vinculava a oferta de bolsas ao faturamento de cada instituição.

Em relação ao termo de adesão ao PROUNI condicionado, exclusivamente, ao número de alunos matriculados, tanto o texto original da medida provisória quanto o Projeto de Lei de Conversão encaminhado ao Senado Federal possibilitavam que a metade das vagas oferecidas fosse

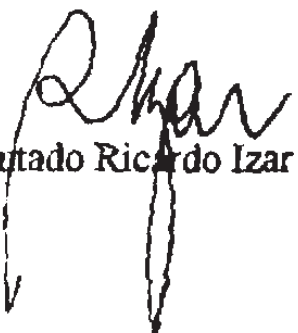
composta por bolsas parciais de 50% na razão de duas bolsas parciais para cada bolsa integral.

No Senado Federal, novamente, a proposição sofreu alterações em relação ao número de vagas a serem ofertadas pelas instituições interessadas em aderir ao programa e, além disso foi instituída uma nova modalidade de bolsa parcial de 25%.

Entretanto, surpreendentemente, a redação final e, portanto, a lei sancionada, retirou do texto, possivelmente de forma equivocada, a possibilidade de oferta de metade das bolsas vinculadas ao número de alunos regularmente matriculados em bolsas parciais.

A presente emenda, tem objetivo retornar o espírito da medida provisória original, possibilitando, portanto, o termo de adesão ao PROUNI às instituições que ofereçam, em relação ao número de alunos regularmente matriculados, metade de suas vagas em bolsas parciais, na razão de duas bolsas parciais de 50% para cada bolsa integral e, naturalmente, 4 bolsas parciais de 25% para cada bolsa integral.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005



Deputado Ricardo Izar



**MEDIDA PROVISÓRIA 251, de 14 de junho de 2005 MPV -251****00043****EMENDA Nº \_\_\_\_\_**

Acrescente à Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, onde couber, o seguinte artigo, dando-lhe a numeração devida:

**Art. ... O Art. 5º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, para a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:**

**“Art. 5º .....**

**.....”**

**§ 7º O termo de adesão poderá prever que até metade das bolsas integrais oferecidas pela instituição poderá ser convertido em bolsas parciais à razão de duas bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) para cada bolsa integral, ou à razão de duas bolsas parciais de 25% (vinte e cinco por cento) para cada bolsa integral, observado o disposto nos §§ 2º e 6º. (NR)”**

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 213, de 2004, que resultou na Lei nº 11.096, de 2005, que instituiu o Programa Universidade para Todos – PROUNI, foi objeto de várias negociações nas duas Casas do Congresso Nacional.

O texto original, oriundo do Poder Executivo, possibilitava a adesão ao programa, por parte das instituições interessadas, através de duas modalidades. A primeira delas, que condicionava a oferta de bolsas do programa considerando apenas o número de alunos regularmente matriculados. A outra alternativa, vinculava a oferta de bolsas também ao faturamento de cada instituição.


Em relação ao termo de adesão ao PROUNI condicionado, exclusivamente, ao número de alunos matriculados, tanto o texto original da medida provisória quanto o Projeto de Lei de Conversão encaminhado ao Senado Federal possibilitavam que a metade das vagas oferecidas fossem composta por bolsas parciais de 50% na razão de duas bolsas parciais para cada bolsa integral.

No Senado federal, novamente, a proposição sofreu alterações em relação ao número de vagas a serem ofertadas pelas instituições interessadas em aderir ao programa e, além disso foi instituída uma nova modalidade de bolsa parcial em 25%.

Entretanto, surpreendentemente, a redação final e, portanto, a lei sancionada, retirou do texto, possivelmente de forma equivocada, a possibilidade de oferta de metade das bolsas vinculadas ao número de alunos regularmente matriculados em bolsas parciais.

A presente emenda tem por objetivo retornar o espírito da Medida Provisória original, possibilitando, portanto, o termo de adesão ao PROUNI às instituições que ofereçam, em relação ao número de alunos regularmente matriculados, metade de suas vagas em bolsas parciais, na razão de duas bolsas parciais de 50% para cada bolsa integral e, naturalmente, 4 bolsas parciais de 25% para cada bolsa integral.

Sala da Comissão, em



Paulo Roberto Costa  
PSDB - GOIÁS

José Roberto  
Fech. Moliz

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

**MPV -251  
00044**

data	proposição <b>Medida Provisória nº 251/05</b>
------	--

Autor <b>Deputado JOSÉ CARLOS MACHADO</b>	Nº do proponente
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Ssupressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
--	--	---	------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

**TEXTO / JUSTIFICAÇÃO**

Dê-se ao § 3º do art. 5º da MP a seguinte redação:

"Art.5º.....  
....."

§3º Os critérios e condições adicionais para concessão, distribuição, manutenção e cancelamento das bolsas, inclusive quanto ao aproveitamento e à frequência escolar mínima a ser exigida do jovem participante do Projeto Escola de Fábrica, bem como os critérios para a transferência de recursos às unidades gestoras, serão definidos em regulamento."

**JUSTIFICATIVA**

A qualidade pedagógica no processo de ensino necessita ser garantida no aproveitamento escolar. Sem este controle, o processo perde seu sentido, sua relevância. A educação profissional necessita ser efetivada neste processo.

O programa de bolsas só se efetiva com eficácia quando a aprendizagem, o processo de educação é garantido, levando à construção da autonomia do cidadão.

PARLAMENTAR

<b>JOSÉ CARLOS MACHADO</b> 	<b>PFL/SE</b>
---	---------------

## NOTA TÉCNICA Nº 12/2005

### Subsídios acerca da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005.

#### I – Introdução

Com base no art. 62, da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 53, de 2005-CN (nº 353/2005, na origem), a Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, que “institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências.”

A presente Nota Técnica atende a determinação do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, o qual estabelece: “o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da casa a que pertencer o relator de medida provisória encaminhará aos relatores e à comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de medida provisória.”

#### II – Síntese e Aspectos Relevantes

A Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, adota, com força de lei, o seguinte:

- 1 – institui o Projeto Escola de Fábrica;
- 2 – autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI;
- 3 – autoriza, no âmbito do Programa de Educação Tutorial – PET, a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores tutores de grupos;
- 4 – altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências.

#### Projeto Escola de Fábrica

Com o escopo de reforçar as ações de políticas públicas nacionais em educação e profissionalização da juventude, a Medida Provisória – MP em questão institui o Projeto Escola de Fábrica, no âmbito do Ministério da Educação, buscando viabilizar a disseminação da formação profissional inicial e continuada a jovens com idade entre dezesseis e vinte e quatro anos, matriculados na educação básica regular da rede pública ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos,

prioritariamente no ensino médio, e com renda familiar mensal **per capita** de até um salário mínimo e meio, por meio de cursos ministrados em espaços educativos específicos, a partir da identificação de necessidades locais e regionais de trabalho, de acordo com a legislação vigente para a educação profissional.

Aos jovens admitidos neste projeto, conceder-se-á bolsa-auxílio de até R\$150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, conforme disposição em regulamento.

Os arts. 3º e 4º da MP em tela dispõem sobre as áreas profissionais em que os cursos de formação deverão se enquadrar a carga horária e duração dos cursos; a legislação aplicável; a avaliação e expedição de certificados; e os demais parâmetros a serem definidos pelo MEC.

Prevê o art. 5º que a execução do Projeto Escola de Fábrica ocorrerá mediante transferência de recursos financeiros às unidades gestoras, selecionadas e credenciadas pelo Ministério da Educação, por meio de convênio, e pagamento de bolsas-auxílio aos jovens, que poderá ser efetuado pela Caixa Econômica Federal. O § 2º estipula as hipóteses de suspensão da transferência de recursos financeiros, enquanto o § 3º transfere a definição dos demais critérios e condições para disposição em regulamento.

O art. 6º estabelece quais entidades poderão se revestir na qualidade de unidade gestora, devendo os recursos financeiros, por elas recebidos, serem aplicados em despesas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo como os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394/96.

As normas adicionais sobre execução, gestão e supervisão do Projeto Escola de Fábrica consubstanciam-se nos arts. 7º, 8º e 9º.

Por fim, o art. 10 proclama que a vinculação de estabelecimento produtivo ao Projeto Escola de Fábrica não o desobriga do cumprimento da porcentagem mínima de contratação de aprendizes, nos termos do art. 429 da CLT.

A Exposição de Motivos Interministerial (EMI) nº 28 – MEC/MTE/SG, de 14 de junho de 2005, que acompanha a Medida Provisória nº 251, de 2005, esclarece que o Projeto Escola de Fábrica insere-se no Programa de Reforma da Educação Profissional – PROEP e não se sobrepõe a outras iniciativas do Governo Federal direcionadas ao mesmo público nem se confunde com o contrato de aprendizagem previsto nos arts. 428 a 433 da legislação trabalhista consolidada, vez que esse se destina à formação ou à qualificação técnico-profissional, ou seja formação no e pelo trabalho, enquanto aquele se dirige à formação para o trabalho com preponderância da educação.

A meta inicial, segundo a referida EMI, é propiciar a implantação, ainda em 2005, de quinhentos espaços educativos.

### **Bolsa Permanência aos Estudantes do Prouni**

Segunda providência da Medida Provisória nº 251, a concessão de bolsa no valor mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais) aos alunos do ensino superior de turno integral, que sejam beneficiários de bolsa integral do Prouni e tenham renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, busca assegurar a continuidade dos estudos e impedir a evasão desses alunos por motivo de contingências econômicas.

A EMI nº 28 justifica a concessão de bolsas-permanência apenas a alunos com baixa renda familiar e matriculados em cursos que exigem turno integral, alegando impossibilidade desses discentes em pleitear um estágio ou um posto de trabalho ou suportar, às suas expensas, seus custos educacionais.

### **Programa de Educação Tutorial – PET**

Preliminarmente, cumpre ressaltar que o PET não foi instituído por esta Medida Provisória, como fica subentendido num momento. Na verdade o Programa foi constituído e implantado em 1979 pela Capes, constituindo-se em um Programa acadêmico direcionado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação. Eles são selecionados pelas IES – Instituições de Ensino Superior – que participam do Programa e se organizam em grupos, recebendo orientação acadêmica de professores-tutores. Os alunos do PET tem a possibilidade de se preparar para o exercício profissional por meio do trabalho em grupo. A partir de 31 de dezembro de 1999, o PET teve sua gestão transferida para a Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC. Desde então, vem sendo executado, levando-se em conta as diretrizes e os interesses acadêmicos das Universidades às quais se vincula, e que passaram a ser responsáveis por sua estruturação e coordenação.

Segundo dados do Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior – DEPEM, órgão vinculado ao SESu e responsável pelo PET, em 2003, contabilizava-se 299 grupos em todo o País, distribuídos em 59 Instituições de Ensino Superior e alcançando 3.185 bolsistas<sup>1</sup>.

Consoante dispõe a Medida Provisória em comento, o Programa de Educação Tutorial – PET, instituído no âmbito do Ministério da Educação, visa aprimorar a formação qualificada de pessoal de nível superior, fomentando grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores tutores de grupos do PET, em valor condizente com a política federal de concessão da respectiva bolsa.

O § 1º do art. 12 trata do tutor de grupo do PET, o qual receberá, semestralmente, o valor equivalente a uma bolsa de iniciação científica por aluno participante, devendo aplicar o valor integralmente no custeio das atividades do grupo, prestar contas e doar o material didático adquirido à instituição de ensino superior a que se vincula o grupo do PET, ao final de suas atividades. Os objetivos, critérios de composição e demais normas relacionadas à matéria serão definidos em regulamento.

O art. 13 cuida da concessão de bolsa de tutoria a professores tutores participantes do PET, que será outorgada diretamente a professor do quadro permanente da instituição de ensino superior, contratado em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, que tenha, preferencialmente, titulação de doutor. A bolsa poderá, excepcionalmente, ser concedida a professor com título de mestre.

A concessão de bolsa de iniciação científica é autorizada, pelo art. 14, diretamente a estudante de graduação em regime de dedicação integral às atividades do PET.

### **Ampliação da parcela de Jovens que terão acesso à Aprendizagem Profissional**

As alterações legislativas propostas visam ampliar o número de jovens que terão acesso ao mercado de trabalho mediante contato de aprendizagem.

Dessa forma, promove-se modificação na redação dos arts. 428 e 433 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), estendendo-se a faixa etária do contato de aprendizagem, atualmente definido como o maior de quatorze e menor de dezoito anos, para o maior de quatorze e menor de vinte e quatro anos.

Além disso, a medida provisória inclui mais dois parágrafos ao art. 428 da CLT, determinando que a idade máxima de 24 anos não seja aplicada a aprendizes com deficiência e estabelecendo que, para fins do contrato de aprendizagem, deve ser considerado, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização para comprovação da escolaridade de aprendiz com deficiência mental.

A EMI nº 28/2005 justifica tais alterações, considerando a necessidade e oportunidade de fortalecer a efetividade social das políticas públicas de trabalho e qualificação profissional, em particular na modalidade de aprendizagem profissional do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Por fim, fica acrescido a alínea **d** ao art. 3º da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, que pela redação dada pelo Decreto-Lei nº 872, de 1969, instituiu

<sup>1</sup><http://www.mec.gov.br/sesu/ftp/pet2003>. Consulta realizada 22 de junho de 2005.



o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A mencionada alínea introduz o financiamento de programas de ensino profissional e tecnológico dentre as atribuições do FNDE.

### **Recursos para financiar as despesas decorrentes da MP**

Segundo o art. 15, as despesas decorrentes desta medida provisória correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira.

A MP permite a atualização dos valores dos benefícios nela previstos, em período nunca inferior a doze meses, mediante ato do Poder Executivo.

Cabe ao Poder Executivo regulamentar o disposto na Medida Provisória nº 251 de 2005.

### **III – Compatibilidade e Adequação Orçamentária e Financeira**

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, que “Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências”, refere-se da seguinte forma ao exame de adequação orçamentária e financeira: “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da medida provisória abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000), no seu art. 16, § 1º, estabelece os seguintes conceitos sobre adequação e compatibilidade financeira e orçamentária:

“§ 1º Para os fins desta lei complementar, considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despe-

sa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.”

A medida provisória em análise cria diversas despesas de caráter continuado para a União, deixando, contudo, de estimar o impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes, assim como deixa de demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

Nos termos do art. 17 da LRF, as despesas correntes obrigatórias de caráter continuado derivadas de medida provisória que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios, deverão ser instruídas com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes, bem como deve ser demonstrada a origem dos recursos para seu custeio.

Embora o art. 15 da norma em exame, cujo conteúdo é endossado pela EMI nº 28, afirme que as despesas resultantes da Medida Provisória nº 251, de 2005, não deverão provocar impacto orçamentário-financeiro, posto que os recursos a serem aportados nos programas e projetos objeto desta medida provisória serão remanejados a partir das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Educação, tal dispositivo não cumpre a exigência imposta pelo art. 17 da LRF.

Ao contrário, o que se verifica é a imposição de uma série de despesas de caráter continuado decorrentes desta medida provisória, adiante listadas, sem estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o exercício atual e os dois subseqüentes e a ausência da origem dos recursos para seu custeio:

**a)** Concessão de bolsa-auxílio aos jovens admitidos no Projeto Escola de Fábrica no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, todavia sem estimar o montante a ser despendido e o universo de jovens atendidos.

**b)** Custo com a avaliação dos alunos do Projeto Escola de Fábrica e com a expedição de certificados, previsto no art. 4º da MP.

**c)** A execução, conforme prevê o art. 5º do Projeto Escola de Fábrica mediante a transferência de recursos financeiros as unidades gestoras.

**d)** Determinação, consoante art. § 1º do art. 8º, para que o responsável legal pelo estabelecimento produtivo vinculado ao Projeto Escola de Fábrica providencie seguro de vida e seguro contra acidentes pessoais em favor

dos jovens participantes do projeto, sem contudo especificar, claramente, quais recursos cobrirão as respectivas despesas.

**e)** Concessão de bolsa-permanência no valor de até R\$300,00 (trezentos reais) mensais a beneficiário de bolsa integral do Prouni matriculados em cursos que exigem turno integral, faltando estimar o gasto anual.

**f)** Permite, no âmbito do PET, a concessão de bolsas de iniciação científica a estudantes de graduação e bolsas de tutoria a professores tutores de grupos, sem especificar o montante anual da despesa.

No tocante ao orçamento, verifica-se a existência da dotação 12.364.1073.4413.0001 – Treinamento Especial para Alunos da Graduação de Entidades de Ensino Superior – PET, fonte 112, no montante de R\$14.737.000,00 (quatorze milhões, setecentos e trinta e sete mil reais), para custeio, na Lei Orçamentária para o exercício de 2005 e previsão de R\$61.738.087,00 (sessenta e um milhões, setecentos e trinta e oito mil e oitenta e sete reais), em âmbito nacional, no Plano Plurianual – PPA, 2004-2007 para atender às despesas com a concessão de bolsas do PET<sup>2</sup>.

Em relação às despesas do Projeto Escola de Fábrica e de concessão de bolsas-permanência aos estudantes do Prouni, por tratar de ações novas ainda não constam na lei orçamentária para 2005. Segundo o Ministério da Educação, o Poder Executivo está preparando um projeto de lei visando a abertura de crédito especial para atender essas ações.

Dessa forma, constata-se que não foram atendidas as exigências contidas nos arts. 16 e 17 da LRF.

Esses são os subsídios.

Brasília, 22 de junho de 2005. – **Marcos Rogério Rocha Mendlovitz**, Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira.

**PARECER DO RELATOR, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 251, DE 2005, E EMENDAS A ELA APRESENTADAS (PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO).**

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BIFFI** (PT–MS. Para emitir parecer. Sem revisão do arador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fui escolhido ontem para relatar esta Medida Provisória. Foi um trabalho árduo, ouvi Parlamentares e técnicos, inclusive a respeito das emendas apresentadas ao projeto.

Vou direto ao voto.

Voto.

A instituição de programas e definição de respectivas fontes de competência inequívoca do Poder Executivo, nos termos do art. 84 Federal.

O Projeto Escola de Fábrica concretiza um dispositivo da Lei nº9.394 de 20 de dezembro 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que estabelece em seu art. 40:

“Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”.

O Programa de Educação Tutorial – PET integra as responsabilidades do Ministério da Educação, em especial da Secretaria de Educação Superior – SESU, de fomentar a formação de jovens pesquisadores, também durante o curso de graduação.

O Programa é apontado como um instrumento adequado para a efetiva incorporação de estudantes de baixa renda em projetos acadêmicos. Seu êxito vem sendo comprovado há mais de vinte e cinco anos, quando teve seu início na CAPES, órgão do próprio Ministério da Educação.

A concessão da bolsa permanência para os estudantes do PROUNI corresponde ao atendimento a uma demanda real, constituindo efetiva garantia para a permanência e continuidade dos estudos dos alunos economicamente carentes, beneficiários do Programa.

Os requisitos de relevância e urgência apresentados na Justificação da MP nº 251/2005, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, são: I) construção da Política Nacional de Juventude; II) necessidade de autorização legislativa para pagamento de bolsas; III) informações acerca da evasão de alunos beneficiários do PROUNI, o que demanda ação imediata; IV) histórica demanda da comunidade acadêmica pela consolidação do PET; e V) interação entre os mundos do trabalho e a escola é imperativa para a ampliação de oportunidades para os jovens.

E o texto da Justificação finaliza: “Tais iniciativas são absolutamente indispensáveis para complementar o quadro de investimento em educação e profissionalização do jovem, preocupação central do Governo Federal”.

O mérito, a urgência e a relevância do diploma legal em apreço, portanto, estão claramente caracterizados.

Dentre as diversas emendas, várias efetivamente contribuem para o aperfeiçoamento da texto. Outras, ainda que meritórias, devem ser parcialmente

acolhidas. Outras ainda, embora abordando questões relevantes, apresentam teor que não pode ser compatibilizado com o conjunto da proposição, como adiante se comenta.

A Emenda nº 1 propõe a retirada integral da proposta, argumentando sua desnecessidade. O Projeto Escola de Fábrica já está em andamento e há justificativas de relevância e urgência para implementação da bolsa-permanência para alunos beneficiários do PROUNI e do Programa de Educação Tutorial – PET.

A Emenda nº 2 propõe alteração na ementa, vinculando não apenas o Projeto Escola de Fábrica, mas também as bolsas-permanência do PROUNI e o PET à política nacional da juventude. Não parece necessária a alteração.

A Emenda nº 3, sugerindo a modificação do nome original do Projeto Escola de Fábrica para “Projeto Escola em Ambiente Produtivo”, descaracteriza um projeto já conhecido. Além disso, o termo “Fábrica” é utilizado apenas em sentido simbólico – o Projeto pode tomar lugar em qualquer ambiente produtivo.

As Emendas nºs 4 e 24 sugerem que o Projeto Escola de Fábrica fique restrito ao

Ministério da Educação. Tal proposta não pode ser acatada, visto que as ações são

Implementadas e coordenadas em conjunto com a política nacional para a juventude, da

Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República.

A Emenda nº 5 propõe conteúdo que, de fato, já se encontra contemplado no art. 7º da Medida Provisória.

A Emenda nº 6, ao propor a ampliação da faixa etária para 16 e 29 anos, pode implicar necessidade adicional de recursos, que pode inviabilizar a implementação do Projeto Escola de Fábrica. Ademais, é preciso cuidar da compatibilização com a faixa etária prevista para contrato de aprendizagem, que ficaria excessivamente ampla se estendida até 29 anos de idade. Cabe ainda lembrar que já existem diversos programas complementares para as diversas faixas etárias no contexto da Política Nacional de Juventude.

A Emenda nº 7, retirando a prioridade para recebimento de benefício para os alunos do ensino médio, introduz profunda mudança no perfil do projeto, podendo descaracterizá-lo.

As Emendas nºs 8 e 11 propõem aumentar o valor da bolsa-auxílio para R\$300,00, o que poderia implicar a redução pela metade no atendimento a jovens carentes, público alvo do projeto.

As Emendas nºs 9 e 14 buscam fixar rigidamente o valor da bolsa-auxílio em R\$150,00, o que reduz a flexibilidade do projeto e pode também limitar a dimensão do atendimento a jovens carentes.

As Emendas nºs 10 e 13, além de pretenderem alterar o valor do benefício para, respectivamente, R\$300,00 e R\$200,00, contêm interessante proposta

de limitar a concessão da bolsa ao penado de duração do curso. No tocante a esta questão, cabe o acatamento parcial das emendas.

As Emendas nºs 12 e 36 tratam de matéria que já se encontra disposta no parágrafo único do art. 15 do texto da medida provisória, não cabendo especificar índices que escapam ao contexto das políticas de governo de aplicação de recursos em programas e projetos.

A Emenda nº 15 apresenta sugestão que merece acatamento, relativa a pessoas portadoras de deficiência. Cabe, porém, uma pequena alteração, assegurando o tratamento adequado mas não necessariamente prioritário, a fim de não discriminar outros segmentos que merecem igualmente o indispensável atendimento.

A Emenda nº 16 propõe oportuna modificação com relação à questão das atividades práticas na carga horária dos cursos, favorecendo a desejada flexibilidade do projeto.

A Emenda nº 17 propõe a possibilidade de duração do curso de até 24 meses, prazo excessivamente longo tendo em vista o espírito do Projeto Escola de Fábrica e as regulamentações da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional inicial.

A Emenda nº 18 apresenta alteração formal adequada, informando melhor o texto atual da legislação citada no art. 3º da medida provisória.

A Emenda nº 19 merece acatamento parcial, pois introduz aperfeiçoamento no texto ao sugerir que poderão ser apenas as instituições que não cumprirem no todo ou em parte o plano de trabalho aprovado. Com relação às demais alterações sugeridas, tratam de matéria que já se encontra disposta em outros dispositivos da medida provisória.

As Emendas nºs 20 e 44, ao buscarem a inserção do requisito relativo a aproveitamento, poderiam estar trazendo para o seio do projeto, que se caracteriza pelo seu espírito inclusivo, concretizado por meio de cursos de curta duração, um não desejado elemento de seletividade e de avaliação acadêmica.

A Emenda nº 21 apresenta interessante proposta de melhor qualificação das entidades privadas sem fins lucrativos, merecendo acatamento parcial. Para evitar limitações excessivas ao projeto, não é necessário obrigar a associação com instituição educativa credenciada para atuar na educação profissional.

A Emenda nº 22 restringe desnecessária e excessivamente o âmbito do Projeto Escola de Fábrica, pois exige 6 anos de experiência na área e escolha mediante licitação pública. Tais medidas podem com-

prometer a efetividade e a eficácia social do Projeto Escola de Fábrica.

A Emenda nº 23 trata de assunto já contemplado no texto da medida provisória, na medida em que os Serviços Nacionais de Aprendizagem são, juridicamente, entidades privadas sem fins lucrativos.

A Emenda nº 25 diz respeito apenas à atuação da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, que se encontra regulada por outros diplomas legais e abrange, de fato, a faixa etária até 29 anos de idade.

A Emenda nº 26 introduz modificação nas responsabilidades de gestão de dois programas cuja responsabilidade é exclusiva do Ministério da Educação: o Programa Universidade para Todos – PROUNI e o Programa de Educação Tutorial – PET. A articulação com a Secretaria Nacional de Juventude deve acontecer, porém de outras formas, à semelhança de todos os demais programas de governo que se voltam para os jovens mas não estão sob o controle dessa secretaria.

A Emenda nº 27, ao mudar de exclusiva para prioritária a concessão de bolsas de permanência do PROUNI a estudantes matriculados em cursos de turno integral, pode gerar impacto orçamentário e financeiro nas dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Educação, acarretando prejuízos a outras ações do ministério.

A Emenda nº 28 apresenta proposta que aperfeiçoa o texto da medida provisória, acrescentando requisitos de aproveitamento e frequência mínima escolar para a concessão de bolsas de permanência do PROUNI.

A Emenda nº 29 incide em questão similar à comentada na Emenda nº 26.

A Emenda nº 30, versando sobre características a serem consideradas para seleção de alunos e tutores do PET, aperfeiçoa o texto da medida provisória. Não cabe, porém, acrescentar o requisito “experiência acadêmica”, a fim de evitar que se restrinja demasiadamente o conjunto de possíveis tutores do PET, que já devem apresentar titulação elevada.

A Emenda nº 31 merece ser incorporada no que diz respeito à obrigação de publicidade permanente do PET.

As Emendas nºs 32 e 33 sugerem oportuna adequação ao texto, tomando mais precisa a forma de atribuir valor monetário à bolsa de tutoria do PET.

A Emenda nº 34, embora tenha a meritória intenção de promover a rápida regulamentação do disposto na medida provisória, gera obrigação que pode

resultar na dilatação indesejada do prazo de regulamentação, se incorporada ao texto de projeto de lei de conversão.

A Emenda nº 35 propõe adequação ao texto, sugerindo o uso da expressão “portador de deficiência” ao invés de “deficiente”.

As Emendas nºs 37 e 38 tratam de alterações na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, relativa ao FIES, que não é objeto da presente medida provisória.

As Emendas nºs 39, 40, 42 e 43, ainda que tratando do PROUNI, versam sobre matérias do programa não contempladas na medida provisória e introduzem profundas alterações em seu perfil, especialmente com relação à seleção de estudantes, e em seu modo de funcionamento.

A Emenda nº 41 trata de obrigação legal a que todos os entes públicos estão sujeitos. O cumprimento do disposto na Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998, não demanda tal menção expressa para ser aplicável à execução orçamentária do Ministério da Educação.

Tendo em vista o exposto, voto pela admissibilidade, pela constitucionalidade, pela adequação orçamentária e financeira e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, pela aprovação integral das Emendas de nºs 16, 18, 32, 33 e 35, pela aprovação parcial das Emendas de nºs 10, 13, 15, 19, 21, 28, 30 e 31, pela rejeição das Emendas de nos 1, 2, 3, 4, 6, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 17, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44, na forma do Projeto de Lei de Conversão em anexo.

É o parecer.

**PARECER ESCRITO ENCAMINHADO  
À MESA COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 251, DE 2005**

(Mensagem Nº 00053, de 15-6-2005-CN  
e Nº 00353, de 14-6-2005 – PR)

**Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei de nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, e dá outras providências.**

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Antonio Carlos Biffi**



## I – Relatório

O Poder Executivo editou e encaminhou à apreciação do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 352, de 14 de junho do corrente ano, a Medida Provisória nº 251, que dispõe sobre programas e ações voltados para a inclusão social de jovens:

- instituição do Projeto denominado Escola de Fábrica;
- autorização para concessão de bolsas de manutenção a beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI;
- instituição do Programa de Educação Tutorial – PET; e
- ampliação da faixa etária para trabalhador aprendiz.

A Medida Provisória veio acompanhada da Exposição de Motivos dos Ministros da Educação e do Trabalho que enfatiza a interrelação dos novos programas e ações no âmbito das “políticas pública voltadas tanto à inclusão social do jovem carente em situação de vulnerabilidade social quanto a políticas públicas de expansão do acesso à educação, em suas mais variadas modalidades”.

A Mensagem esclarece que o Projeto Escola de Fábrica busca “... a oficialização, na forma de política pública, de experiências bem sucedidas da sociedade civil, porém difusas”. Informa, ainda, que “... O Projeto Escola de Fábrica esta inserido no Programa de Reforma da Educação Profissional – PROEP, e faz parte do esforço governamental de construção de uma política nacional para a juventude, que procura tornar mais conseqüente e objetiva a multiplicidade de iniciativas e ações das esferas de governo e da própria sociedade civil”.

A mensagem destaca também que a elaboração do Projeto Escola de Fábrica “... contou com ampla discussão entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Emprego”. Houve ainda a participação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional de Juventude.

A concessão de bolsas de permanência, a participantes do Programa Universidade para Todos – PROUNI, visa ampliar as possibilidades de estudantes de baixo poder aquisitivo poderem usufruir, de forma efetiva, da bolsa de estudos e concluírem seus estudos.

A instituição por meio de Lei, do Programa de Educação Tutorial – PET, possibilita a regularização e continuidade de um programa já implementado, desde 1979/80, pela Capes e SESU/MEC, de tutoria para estudos em dedicação integral durante o curso de graduação. Visa a “... formação qualificada de pessoal de nível superior, a fim de fomentar o desenvolvimento de uma graduação de qualidade e (...) representa o

atendimento de uma demanda histórica par parte da comunidade acadêmica nacional.”

A alteração da CLT é considerada necessária pois “... amplia consideravelmente a faixa de jovens que terão acesso ao mercado de trabalho pelo contrato de aprendizagem”.

Finalmente, a Exposição de Motivos informa que os recursos a serem aportados nos programas e projetos, objetos da presente Medida Provisória, “... serão remanejadas a partir das dotações orçamentárias das consignadas ao Ministério da Educação por força da vinculação constitucional para manutenção e desenvolvimento do ensino, dentro das metas e dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Tendo como base essas premissas, o texto da Médida Provisória assim se apresenta:

### 1 – O Projeto Escola de Fábrica

Os artigos 1º ao 10 da Medida Provisória em apreço tratam do Projeto Escola de Fábrica.

O art. 1º institui o Projeto, no âmbito do Ministério da Educação, como parte da política nacional para a juventude, com a finalidade de prover educação profissional a jovens de baixa renda, a ser ministrada em estabelecimentos produtivos urbanos ou rurais.

O art. 2º estabelece os requisitos para participação no Projeto: idade entre 16 e 24 anos; renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio; e matrícula na educação básica regular ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, prioritariamente no ensino médio.

O parágrafo único deste artigo estabelece o valor da bolsa-auxílio, em até R\$150,00 (cento e cinqüenta reais).

O art. 3º estabelece que os cursos deverão enquadrar-se nas áreas profissionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Os parágrafos definem as características dos cursos e as condições e diretrizes para a sua implementação: projetos pedagógicos e planos de trabalho focados na articulação entre necessidades educativas e produtivas, definidas a partir da identificação das necessidades locais e regionais, nos termos da legislação da educação profissional; organização curricular conjuga atividades teóricas e práticas que contemplam formação profissional inicial e apoio à educação básica; atividades do módulo de formação inicial poderão ser computadas para obtenção de diploma de técnico de nível médio.

Os cursos deverão ser ministrados em espaços educativos específicos, com a observância das seguintes diretrizes: limitação das atividades práticas a 10



por cento da carga horária; limitação a 5 horas diárias de atividades duração mínima de 6 e máxima de 12 meses. Além disso, deverá o Ministério da Educação regulamentar os demais parâmetros para elaboração dos projetos pedagógicos e implementação dos cursos, observado o disposto no Estatutos da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990).

O art. 4º atribui a avaliação dos alunos e a expedição de certificados às instituições oficiais de educação profissional e tecnológica ou a unidades gestoras credenciadas junto às autoridades educacionais competentes.

O art. 5º estabelece que o Projeto será executado mediante a transferência de recursos financeiros a unidades gestoras selecionadas e credenciadas pelo Ministério da Educação e a concessão de bolsas de estudo. Caberá à Caixa Econômica Federal o pagamento das bolsas, mediante remuneração e condições a serem pactuadas. Prevê-se a suspensão de transferência de recursos à unidade gestora em caso de não cumprimento de plano de trabalho ou inadequação no uso dos recursos. Atribui-se à regulamentação a definição dos critérios e condições para concessão, distribuição, manutenção e cancelamento das bolsas, a exigência de frequência escolar, assim como para a transferência de recursos às unidades gestoras.

O art. 6º estabelece como elegíveis para unidades gestoras qualquer órgão ou entidade da administração pública (direta, autárquica ou fundacional), de qualquer esfera de Governo, inclusive instituição oficial de educação profissional e tecnológica, e entidade privada sem fins lucrativos. Os recursos recebidos pelas unidades gestoras deverão ser aplicados em despesas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com o disposto nos art. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de diretrizes e bases da educação nacional.

O art. 7º estabelece as responsabilidades dos diferentes agentes envolvidos: à unidade gestora cabe formular o projeto pedagógico e o plano de trabalho para instalação dos cursos, elaborar material didático, pré-selecionar os estabelecimentos produtivos, prestar contas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, acompanhar e zelar pelo desenvolvimento dos cursos; ao estabelecimento produtivo cabe prover infra-estrutura física adequada para a instalação de espaços educativos específicos, disponibilizar pessoal para atuar como instrutores e arcar com as despesas de implantação dos espaços educativos, transporte, alimentação e uniforme dos alunos; ao FNDE compete efetuar os repasses de recursos, analisar as prestações de contas e apoiar tecnicamente a execução do Projeto; ao Ministério da Educação

incumbe selecionar e credenciar as unidades gestoras e os estabelecimentos produtivos pré-selecionados.

Deverá o responsável legal pelo estabelecimento produtivo providenciar seguro de vida e seguro contra acidentes pessoais para os jovens participantes do Projeto. Ademais, determina-se que as atividades do Projeto devem sujeitar-se às normas de saúde e segurança no trabalho e às restrições do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que couber.

O art. 8º atribui ao Ministério da Educação a execução e gestão do Projeto e à Secretaria Nacional da Juventude, da Secretaria-Geral da Presidência da República, a competência de sua articulação com outros programas e projetos destinados a jovens entre 15 e 29 anos de idade. A este último órgão é assegurada a participação no controle e acompanhamento do Projeto.

O art. 9º atribui a supervisão da implementação pedagógica e administrativa do Projeto ao Ministério da Educação e as Instituições oficiais de educação profissional e tecnológica. Ao FNDE incumbirá a responsabilidade quanto aos aspectos operacionais das transferências de recursos. Deverá também o MEC designar supervisores, indicados pelas instituições oficiais de educação profissional e tecnológica, dentre os seus quadros, para realizar a supervisão e inspeção **in loco**. Os estabelecimentos produtivos vinculados ao Projeto deverão manter cadernos-diários individuais para registro das atividades e quadro afixado em local visível, com relação nominal de participantes, para fins de avaliação e monitoramento.

O art. 10 explicita que estabelecimento produtivo vinculado ao Projeto não fica dispensado do cumprimento da porcentagem mínima de contratação de aprendizes, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

## **2 – Bolsa para beneficiários do PROUNI**

O art. 11 autoriza o Poder Executivo a conceder bolsa-permanência no valor de até R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, para custeio de despesas educacionais, aos beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, instituído pela Lei nº 11.096, de 2005.

## **3 – Programa de Educação Tutorial – PET**

O art. 12 institui, também no âmbito do Ministério da Educação, o Programa de Educação Tutorial – PET, destinada a fomentar a aprendizagem mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a alunos e bolsas a professores tutores.

O professor-tutor de um grupo de estudantes do PET receberá, semestralmente, para custeio das atividades do grupo, o equivalente a uma bolsa de iniciação científica por aluno participante. A prestação de contas será feita perante o MEC e os materiais comprados serão doados à instituição de ensino a que se vincula o grupo do PET, ao final de suas atividades.

A regulamentação do Programa deverá definir seus objetivos, os critérios de composição e seleção de alunos e tutores, avaliação e condições de manutenção dos grupos, bem como as obrigações dos participantes.

O art. 13 autoriza a concessão de bolsa de tutoria para o professor-tutor, em valor condizente com a política federal de bolsas de mestrado e doutorado. A bolsa deverá ser concedida diretamente a professor pertencente ao quadro permanente da instituição de ensino superior, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva e preferencialmente com titular em nível de doutorado. Excepcionalmente a bolsa poderá ser concedida a professor com titulação de mestrado.

O art. 14 autoriza a concessão de bolsas, em valor condizente com a política federal de bolsas de iniciação científica, diretamente a estudantes em dedicação integral às atividades do PET.

O art. 15 estabelece que as despesas das ações decorrentes desta medida provisória correrão à conta das dotações orçamentárias do MEC e do FNDE, observados os limites de movimentação e empenho e de programação orçamentária e financeira.

O art. 16 atribui ao Poder Executivo a regulamentação do disposto nesta medida provisória.

O art. 17 trata do financiamento da educação profissional, mediante o acréscimo de um novo inciso ao artigo 3º da Lei nº 5.537, de 1968, possibilitando ao FNDE destinar recursos a programas de ensino profissional e tecnológico.

#### **4 – Ampliação da faixa etária de trabalhador aprendiz**

O art. 18 altera os arts. 428 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (Decreto-Lei nº 5.452, de 1943) em relação a algumas características do contrário de aprendizagem. As modificações no art. 428 ampliam a faixa etária de trabalhador aprendiz para 14 aos 24 anos de idade, não se aplicando esse limite máximo aos aprendizes com deficiência. No caso deficiência mental, a comprovação de escolaridade deverá considerar, sobretudo as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização. No art. 433, eleva-se para 24 anos o limite de idade para a extinção do contrato de aprendizagem.

Finalmente, o art. 19 estabelece a vigência da medida provisória a partir de sua publicação.

Foram apresentadas 44 emendas ao texto da medida provisória.

A Emenda nº 1, de autoria do Senador Arthur Virgílio – PSDB/AM, é supressiva global de todos os artigos da MP, sob o argumento de que esta não cumpre o requisito constitucional de urgência.

A Emenda nº 2, do Deputado André Figueiredo – PDT/CE, altera a redação da ementa da MP com vistas a adequá-la, ao disposto na Lei Complementar Nº 95, de 1998, que dispõe sobre redação de atos normativos.

#### **IV.1 – Emendas aos artigos 1 a 10, que tratam do Programa Escolado Fábrica**

A Emenda nº 3, do Deputado Antônio Carlos Mendes Trame – PSDB/SP, propõe a substituição do nome do “Projeto Escola de Fábrica por “Projeto Escola em Ambiente Produtivo”, considerado mais apropriado ao envolvimento de todos os setores de atividade econômica.

##### **Emendas aos artigos 1º e 2º**

A Emenda nº 4, do Deputado José Carlos Machado – PFL/SE, altera os artigos 1º e 2º. Do art. 1º é retirada a expressão “como parte integrante da política nacional para a juventude no art. 2º são propostas três alterações: o limite superior de idade passa de 24 para 29 anos; são eliminadas as expressões prioritariamente no ensino de nível médio assim como observadas as restrições fixadas em regulamentar”. O objetivo da emenda é atribuir ao MEC o controle administrativo do projeto e ampliar a abrangência de atendimento do programa, eliminando eventual insegurança jurídica derivada de restrições estabelecidas em regulamento.

A Emenda nº 5, do Deputado André Figueiredo – PDT/CE, dá nova redação ao artigo 1º, com o acréscimo de um parágrafo único, com vistas a tomar claro que os cursos devem seguir projetos pedagógicos e planos de trabalho aprovados pelo MEC.

A Emenda nº 6, do Deputado André Figueiredo – PDT/CE, altera o artigo 2º estabelecendo que o limite superior de idade passa de 24 para 29 anos, em sintonia com a faixa etária atendida pela a Secretaria Nacional da Juventude.

A Emenda nº 7, do Deputado André Figueiredo – PDT/CE, exclui do texto do artigo 2º a expressão prioritariamente no ensino de nível médio com o objetivo de melhor atender à demanda por ensino fundamental, mais comum entre jovens integrantes da faixa de renda visada pelo Programa.

As emendas nº 8, do Deputado Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR, nº 10, do Senador Leonel Panava – PSDB/SC, e nº 11, do Deputado Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR, propõem valor de até ou igual a R\$300,00 (trezentos reais) para a bolsa-auxílio aos jovens integrantes do Projeto Escola de Fábrica.

As emendas nº 9, do Deputado José Carlos Machado – PFL/SE, e nº 14, do Deputado Eduardo Valverde PT/RO, propõem o valor preciso de S150,00 (cento e cinquenta reais) para a bolsa-auxílio aos integrantes do Programa Escola de Fábrica.

A emenda nº 12, do Deputado Eduardo Sciarra – PFL/PR, acrescenta novo parágrafo ao artigo 2º estabelecendo que o valor da bolsa-auxílio será reajustado anualmente, para preservar-lhe o poder aquisitivo.

A emenda nº 13, do Senador Álvaro Dias – PDT/PR, propõe valor de R\$200,00 (duzentos reais) para a bolsa auxílio aos jovens integrantes do Programa Escola de Fábrica.

A emenda nº 15, do Deputado Eduardo Gomes – PSDB/TO, acrescenta parágrafo único ao artigo 2º, atribuindo tratamento prioritário a deficientes, com vistas à sua integração à comunidade.

Emendas ao artigo 3º

A emenda nº 16, da Deputada Thelma de Oliveira – PSDB/MT, dá nova redação ao inciso I e II do § 4º do artigo 3º, atribuindo à regulamentação a definição da carga horária das atividades práticas.

A emenda nº 17, do Deputado Eduardo Sclarra – PFL/PR, altera a redação dos incisos I e II do § 4º do art. 3º, estabelecendo o limite de cinco horas diárias de aulas e duração mínima de seis e máxima de vinte e quatro meses, para os cursos do projeto.

A emenda nº 18, do Deputado André Figueiredo – PDT/CE, altera o **caput** do art. 3º e o seu § 5º, com vistas a promover ajuste redacional.

**Emendas ao artigo 5º**

A emenda nº 19, do Deputado André Figueiredo – PDT/CE, dá nova redação ao inciso I do art. 5º, introduzindo, na seleção das unidades gestoras, a aprovação prévia do projeto pedagógico e do plano de trabalho por parte do MEC. No inciso I do § 2º, é acrescentada, às razões para suspensão de transferência de recursos, o não cumprimento do plano de trabalho no todo ou em parte.

A emenda nº 20, da Deputada Thelma de Oliveira – PSDB/MT, e a emenda nº 44, do Deputado José Carlos Machado – PFL/SE, alteram a redação § 3º do artigo 5º, acrescentando aos critérios para manutenção da bolsa, a expressão aproveitamento escolar.

**Emendas ao artigo 6º**

A emenda nº 21, do Deputado André Figueiredo – PDT/CE, acrescenta ao **caput** do artigo 6º a expres-

são “... que possua comprovada experiência em gestão de projetos educacionais ou em gestão de projetos sociais e esteja Associada a instituição educativa credenciada para atuar na educação Profissional”.

A emenda nº 22, do Deputado Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR, acrescenta ao **caput** do artigo 6º a expressão “... com, no mínimo, 6 anos de experiência na área objeto do convênio e escolhida mediante processo de licitação pública, vedada a sua dispensa ou inexigibilidade para entidades privadas”.

A emenda nº 23, da Deputada Thelma de Oliveira – PSDB/MT, acrescenta os “Serviços Nacionais de Aprendizagem” ao grupo das instituições que poderão ser unidades gestoras do programa.

Emendas ao artigo 8º

A emenda nº 24, do Deputado José Carlos Machado – PFL/SE, suprime os § 1º e 2º do art. 8º, sob a justificativa de que “não faz sentido dois órgãos coordenarem ações da mesma natureza”.

A emenda nº 25, da Deputada Thelma de Oliveira – PSDB/SP, suprime do § 1º do artigo 8º a expressão “... aos jovens na faixa etária entre quinze e vinte e nove anos”, com vistas à compatibilização com o Pro Jovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

A emenda nº 26, do Deputado André Figueiredo – PDT/CE, oferece nova redação ao § 2º do art. 8º, incluindo o PET e o Prouni entre os programas a serem também controlados e acompanhados pela Secretaria Nacional de Juventude.

#### **IV.2 – Emendas ao artigo 11 que trata de bolsas de manutenção para beneficiários do Prouni**

A emenda nº 27, do Deputado José Carlos Machado – PFL/SE, acrescenta ao art. 11º a expressão “prioritariamente” quando se refere à matrícula em curso de turno integral.

A emenda nº 28, do Deputado Lobbe Neto – PSDB/SP, acrescenta a o aproveitamento e a frequência escolar aos critérios para manutenção da bolsa,

#### **IV.3 – Emendas aos artigos 12 a 14 que tratam do Programa Especial de Treinamento – PET**

Emendas ao artigo 12

A emenda nº 29, do Deputado André Figueiredo – PDT/CE, altera o **caput** do art. 12 propondo a inclusão do PET na política nacional para a juventude.

A emenda nº 30, do Deputado Lobbe Neto – PSDB/SP, acrescenta novo § 3º ao artigo 12, que explicita critérios para seleção de bolsistas PET: “o potencial para atividade acadêmica, a frequência e o aproveitamento escolar, bem como a titulação e a experiência acadêmica”.



A emenda nº 31, do Deputado José Carlos Machado – PFL/SE, acrescenta novos § 3º e 4º ao art. 12, estabelecendo que a seleção de estudantes e tutores obedecerá, preferencialmente, ao mérito acadêmico, com ampla publicidade acerca do processo seletivo, dos beneficiários, valores recebidos e aplicação de recursos.

#### **Emendas ao artigo 13**

A emenda nº 32, do Deputado Lobbe Neto – PSDB/SP, altera o **caput** do art. 13 estabelecendo que o valor da bolsa de tutores deve ser equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de doutorado e mestrado no País.

A emenda nº 33, do Deputado Lobbe Neto – PSDB/SP, altera o **caput** do art. 14, estabelecendo que o valor da bolsa de estudantes do PET deve ser equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica.

#### **IV.4 – Emenda ao artigo 16, que trata da regulamentação da medida provisória**

A emenda nº 34, do Deputado Eduardo Gomes – PSDB/TO estabelece o prazo de 60 dias para a regulamentação da medida provisória.

#### **IV.5 – Emendas ao artigo 18 que altera a CLT**

A emenda nº 35, do Deputado Eduardo Barbosa – PSDB/MG, modifica a redação dos parágrafos 5º e 6º, que a MP acrescenta ao art. 428 da CLT. Propõe a substituição das expressões “aprendizes com deficiência e aprendiz com deficiência mental” respectivamente pelas expressões aprendiz portador de deficiência” e “aprendiz portador de deficiência mental”.

#### **IV.6 – Novos artigos**

A emenda nº 36, do Deputado Carlos Eduardo Cadoca – PMDB/PE, propõe o acréscimo de novo artigo após o art. 18, estabelecendo a correção anual automática dos valores das bolsas, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

A emenda nº 41, do Deputado Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR, propõe o acréscimo de novo artigo que estabeleça a publicidade dos nomes e valores de órgãos e entidades beneficiados com recursos públicos, nos termos da Lei nº 9.755, de 1998.

#### **IV.7 – Emendas sobre matérias alheias ao conteúdo MP nº 251/05**

A emenda nº 37, do Deputado Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR, acrescenta artigo ao texto da MP, com vistas à inclusão de novo artigo na Lei nº 10.260/01, que instituiu o Programa de Financiamento do Estudante de Ensino Superior – FIES. É proposto que o total de financiamento para cada instituição não seja inferior

ao montante de impostos e contribuições recolhido no ano anterior.

A emenda nº 38, do Deputado Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR, altera o artigo 1º da Lei nº 10.260/01, que instituiu o Programa de Financiamento do Estudante de Ensino Superior – FIES. É proposta a concessão do financiamento também para curso de pós-graduação. O teor da emenda nº 37 – inclusão de novo artigo na Lei do Fies – está incluído nesta emenda de nº 38

A Emenda nº 39, do Deputado Eduardo Paes – PSDB/RJ,

propõe alteração na Lei nº 11.906/05, que instituiu o Prouni, em seu artigo 3º.

O parágrafo 1º atribui ao beneficiário do Prouni responsabilidade legal pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas prestadas; o parágrafo 2º abre a possibilidade de inclusão no Prouni, com bolsas integrais ou parciais, de estudantes que tenham perdido sua condição econômica.

As Emendas nº 40, do Senador Rodolfo Tourinho – PFL/BA, nº 42, do Deputado Ricardo Izar – PTB/SP, e nº 43, dos Deputados Carlos Alberto (PSDB/GO), e José Carlos Aleluia (PFL/BA) propõem acrescentar novo parágrafo ao artigo 5º da Lei nº 11.906/05, que instituiu o Prouni: trata-se de possibilitar a transformação de bolsas integrais em bolsas parciais, de 50% ou 25% por cento.

#### **II – Voto do Relator**

A instituição de programas e definição de respectivas fontes de financiamento é competência inequívoca da Poder Executivo nos termos do art. 84, da Constituição Federal.

O Projeto Escola de Fábrica concretiza um dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que estabelece em seu art. 40:

“Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.”

O Programa de Educação Tutorial – PET, integra as responsabilidades do Ministério da Educação, em especial da Secretaria de Educação Superior – SESU, de fomentar a formação de jovens pesquisadores, também durante o curso de graduação. O Programa é apontado como um instrumento adequado para a efetiva incorporação de estudantes de baixa renda em projetos acadêmicos. Seu êxito vem sendo comprovado há mais de vinte e cinco anos, quando teve seu início na CAPES, órgão do próprio Ministério da Educação.

A concessão da bolsa permanência para os estudantes do Prouni corresponde ao atendimento a uma demanda real, constituindo efetiva garantia para a permanência e continuidade dos estudos dos alunos economicamente carentes, beneficiários do Programa.

Os requisitos de relevância e urgência apresentados na Justificação da MP nº 251/2005, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, são:

i) construção da Política Nacional de Juventude; ii) necessidade de autorização legislativa para pagamento de bolsas; iii) informações acerca da evasão de alunos beneficiários do Prouni, o que demanda ação imediata; iv) histórica demanda da comunidade acadêmica pela consolidação do PET; e v) interação entre o mundo do trabalho e a escola é imperativa para o ampliação de oportunidades para os jovens.

E, o texto da Justificação finaliza: “Tais iniciativas são absolutamente indispensáveis para complementar o quadro de investimento em educação e profissionalização do jovem, preocupação central do Governo Federal.”

O mérito, a urgência e a relevância do diploma legal em apreço, portanto, estio claramente caracterizados.

Dentre as diversas emendas, várias efetivamente contribuem para o aperfeiçoamento do texto. Outras, ainda que meritórias, devem ser parcialmente acolhidas. Outras ainda, embora abordando questões relevantes, apresentam teor que não pode ser compatibilizado com o conjunto da proposição, como adiante se comenta.

A Emenda nº 1, propõe a retirada integral da proposta, argumentando sua desnecessidade. O Projeto Escola de Fábrica já está em andamento e há justificativas de relevância e urgência para implementação da bolsa permanência para alunos beneficiários do Prouni e do Programa de Educação Tutorai – PET.

A Emenda nº 2, propõe alteração na ementa, vinculando não apenas o Projeto Escola de Fábrica, mas também as bolsas-permanência do Prouni e o PET à política nacional da juventude. Não parece necessária a alteração.

A Emenda nº 3, sugerindo a modificação do nome original do Projeto Escola de Fábrica para «Projeto Escola em Ambiente Produtivo», descaracteriza um projeto já conhecido. Além disso, o termo “Fábrica” é utilizado apenas em sentido simbólico (o Projeto pode tomar lugar em qualquer ambiente produtivo).

As Emendas nºs 4 e 24, sugerem que o Projeto Escola de Fábrica fique restrito ao Ministério da Educação. Tal proposta não pode ser acatada, visto que as ações são implementadas e coordenadas em conjunto com a política nacional para a juventude, da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República.

A Emenda nº 5, propõe conteúdo que, de fato, já se encontra contemplado no art. 7º da Medida Provisória.

A Emenda nº 6, ao propor a ampliação da faixa etária para dezesseis e vinte e nove anos, pode implicar necessidade adicional de recursos que pode inviabilizar a implementação do Projeto Escola de Fábrica. Ademais, é preciso cuidar da compatibilização com a faixa etária prevista para contrato de aprendizagem, que ficaria excessivamente ampla se estendida até vinte e nove anos de idade. Cabe ainda lembrar que já existem diversos programas complementares para as diversas faixas etárias, no contexto da Política Nacional de Juventude.

A Emenda nº 7, retirando a prioridade para recebimento de benefício para os alunos do ensino médio, introduz profunda mudança no perfil do projeto, podendo descaracterizá-lo.

As Emendas nºs 8 e 11, propõem aumentar o valor da bolsa-auxílio para R\$300,00 o que poderia implicar a redução, pela metade, do atendimento a jovens carentes, público alvo do projeto.

A Emenda nºs 9 e 14 buscam fixar, rigidamente, o valor da bolsa-auxílio em R\$150,00, o que reduz a flexibilidade do projeto e pode também limitar a dimensão do atendimento a jovens carentes.

As Emendas nºs 10 e 13, além de pretender alterar o valor do benefício para, respectivamente, R\$300,00 e R\$200,00, contém interessante proposta de limitar a concessão da bolsa ao período de duração do curso. No tocante a esta questão, cabe o acatamento parcial das emendas,

As Emendas nºs 12 e 36, tratam de matéria que já se encontra disposta no parágrafo único do art. 15 do texto da medida provisória, não cabendo especificar índices que escapam ao contexto das políticas de governo de aplicação de recursos em programas e projetos.

A Emenda nº 15, apresenta sugestão que merece acatamento, relativa a pessoas portadoras de deficiência. Cabe, porém, uma pequena alteração, assegurando o tratamento adequado, mas não necessariamente prioritário, a fim de não discriminar outros segmentos que merecem igual mente o indispensável atendimento.

A Emenda nº 16, propõe oportuna modificação com relação a questão das atividades práticas na carga horária dos cursos, *favorecendo* a desejada flexibilidade, do projeto.

A Emenda nº 17, propõe a possibilidade de duração do curso de até 24 meses, o que é excessivamente longo, tendo em vista o espírito do Projeto Escola de Fábrica e as regulamentações da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional inicial.



A Emenda nº 18, apresenta alteração formal adequada, informando melhor o texto atual da legislação citada no art. 3º da medida provisória.

A Emenda nº 19, merece acatamento parcial, pois introduz aperfeiçoamento no texto, ao sugerir que poderão ser apenas as instituições que não cumprirem no todo ou em parte o plano de trabalho aprovado. Com relação às demais alterações sugeridas, trata sobre matéria que já se encontra disposta em outros dispositivos da medida provisória.

As Emendas nºs 20 e 44, ao buscarem a inserção do requisito relativo a aproveitamento, poderiam estar trazendo para o seio do projeto, que se caracteriza pelo seu espírito inclusivo, concretizado por meio de cursos de curta duração, um não desejado elemento de seletividade e de avaliação acadêmica.

A Emenda nº 21 apresenta interessante proposta de melhor qualificação das entidades privadas sem fins lucrativos, merecendo acatamento parcial. Para evitar limitações excessivas ao projeto, não é necessário obrigar a associação com instituição educativa credenciada para atuar na educação profissional.

A Emenda nº 22 restringe desnecessária e excessivamente o âmbito do Projeto Escola de Fábrica, pois exige 6 anos de experiência na área e escolha mediante licitação pública. Tais medidas podem comprometer a efetividade e a eficácia social do Projeto Escola de Fábrica.

A Emenda nº 23 trata de assunto já contemplado no texto da medida provisória, na medida em que os Serviços Nacionais de Aprendizagem são, juridicamente, entidades privadas sem fins lucrativos.

A Emenda nº 25 diz respeito apenas à atuação da Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, que se encontra regulada por outros diplomas legais e abrange, de fato, a faixa etária até vinte e nove anos de idade.

A Emenda nº 26 introduz modificação nas responsabilidades de gestão de dois programas cuja responsabilidade é exclusiva do Ministério da Educação: o Programa Universidade para Todos – PROUNI e o Programa de Educação Tutorial – PET. A articulação com a Secretaria Nacional da Juventude deve acontecer, porém de outras formas, à semelhança de todos os demais programas de governo que se voltam para os jovens mas não estão sob o controle dessa secretaria.

A Emenda nº 27, ao mudar de exclusiva para prioritária, a concessão de bolsas de permanência do PROUNI a estudantes matriculados em cursos de turno integral, pode gerar impacto orçamentário e financeiro nas dotações ao Ministério da Educação, acarretando prejuízos a outras ações do ministério.

A Emenda nº 28 apresenta proposta que aperfeiçoa o texto da medida provisória, acrescentando

requisitos de aproveitamento e frequência mínima escolar para a concessão de bolsas de permanência do PROUNI.

A Emenda nº 29 incide em questão similar à comentada na Emenda nº 26.

A Emenda nº 30, versando sobre características a serem consideradas para seleção de alunos e tutores do PET, aperfeiçoa o texto da medida provisória. Não cabe, porém, acrescentar o requisito “experiência acadêmica”, a fim de evitar que se restrinja demasiadamente o conjunto de possíveis tutores do PET, que já devem apresentar titulação elevada.

A Emenda nº 31 merece ser incorporada no que diz respeito à obrigação de publicidade permanente do PET.

As Emendas nºs 32 e 33 sugerem oportuna adequação ao texto, tornando mais precisa a forma de atribuir valor monetário à bolsa de tutoria do PET.

A Emenda nº 34, embora tenha a meritória intenção de promover a rápida regulamentação do disposto na medida provisória, gera obrigação que pode resultar a dilatação indesejada do prazo de regulamentação, se incorporada ao texto de projeto de lei de conversão.

A Emenda nº 35 propõe adequação ao texto, sugerindo o uso da expressão “portador de deficiência” ao invés de “deficiente”.

As Emendas nºs 37 e 38 tratam de alterações na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, relativa ao FIES, que não é objeto da presente medida provisória.

As Emendas nºs 39, 40, 42 e 43, ainda que tratando do PROUNI, versam sobre matérias do programa não contempladas na medida provisória e introduzem profundas alterações em seu perfil, especialmente com relação à seleção de estudantes, e em seu modo de funcionamento.

A Emenda nº 41 trata de obrigação legal a que todos os entes públicos estão sujeitos. O cumprimento do disposto na Lei nº 9.755, de 16

de dezembro de 1998, não demanda tal menção expressa para ser aplicável à execução orçamentária do Ministério da Educação.

Tendo em vista o exposto, voto pela admissibilidade, pela constitucionalidade, pela adequação orçamentária e financeira e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005, pela aprovação integral das Emendas de nº 16, 18, 32, 33 e 35, pela aprovação parcial das Emendas de nº 10, 13, 15, 19, 21, 28, 30 e 31, pela rejeição das Emendas de nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 17, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44, na forma do projetado conversão anexo.

Sala da Comissão, em 2005.

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2005**  
(Medida Provisória nº 251, de 2005)

**Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências.**

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, como parte integrante da política nacional para a juventude, o Projeto Escola de Fábrica, com a finalidade de prover formação profissional inicial e continuada a jovens de baixa renda que atendam aos requisitos previstos no art. 2º, mediante cursos ministrados em espaços educativos específicos, instalados no âmbito do estabelecimentos produtivos urbanos ou rurais.

Art. 2º Os jovens participantes do Projeto Escola de Fábrica deverão ter idade entre dezesseis e vinte e quatro anos, renda familiar mensal **per capita** de até um salário mínimo e meio, e estar matriculados na educação básica regular da rede pública ou na modalidade de Educação de Jovens e Adultos prioritariamente no ensino de nível médio, observadas as restrições fixadas e regulamento.

§ 1º Fica autorizada a concessão de bolsa-auxílio aos jovens admitidos no Projeto Escola de Fábrica no valor de até R\$150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, durante o período do curso, mediante comprovação da renda prevista no **caput**, conforme dispuser o regulamento.

§ 2º Os portadores de deficiência, assim definidos em lei, terão tratamento adequado às suas necessidades em todo o Projeto Escola de Fábrica.

Art. 3º Os cursos de formação profissional de que trata o art. 1º desta Lei deverão se enquadrar em uma das áreas profissionais definidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação para a Educação Profissional, nos termos dos arts. 7º e 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, alterada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.

§ 1º Os cursos serão orientados por projetos pedagógicos e planos de trabalho focados na articulação entre as necessidades educativas e produtivas da educação profissional, definidas a partir da identificação de necessidades locais e regionais de trabalho, de acordo com a legislação vigente para a educação profissional.

§ 2º A organização curricular dos cursos conjugará necessariamente atividades teóricas e práticas em módulos que contemplem a formação profissional inicial e o apoio à educação básica.

§ 3º As horas-aula de atividades teóricas e práticas de módulos de formação profissional inicial poderão

ser computadas no itinerário formativo pertinente, nos termos da legislação aplicável à educação profissional, de forma a incentivar e favorecer a obtenção de diploma de técnico de nível médio.

§ 4º Os cursos serão ministrados em espaços educativos específicos observando as seguintes diretrizes:

I – limitação das atividades práticas, dentro da carga horária dos cursos de acordo com regulamento;

II – limitação da duração das aulas a cinco horas diárias;

III – duração mínima de seis e máxima de doze meses.

§ 5º Observado disposto neste artigo, os demais parâmetros de elaboração dos projetos pedagógicos e dos cursos serão definidos pelo Ministério da Educação, com preponderância do caráter socioeducacional sobre o caráter profissional, observado o disposto no § 1º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, no que couber.

Art. 4º A avaliação dos alunos e a expedição de certificados de formação inicial serão de responsabilidade das instituições oficiais de educação profissional e tecnológica ou de unidades gestoras credenciadas junto às autoridades educacionais competentes.

Art. 5º O Projeto Escola de Fábrica será executado mediante:

I – transferência de recursos financeiros às unidades gestoras, selecionadas e credenciadas pelo Ministério da Educação, por meio de convênio;

II – pagamento de bolsas-auxílio.

§ 1º O pagamento das bolsas-auxílio aos jovens poderá ser executado pela Caixa Econômica Federal, mediante remuneração e condições a serem pactuadas, obedecidas as formalidades legais.

§ 2º Fica autorizada a suspensão da transferência de recursos financeiros à unidade gestora que:

I – não cumprir, no todo ou em parte, o plano de trabalho apresentado ao Ministério da Educação ou;

II – utilizar os recursos recebidos em desacordo com os critérios estabelecidos para a execução do Projeto Escola de Fábrica, conforme constatado por análise documental ou auditoria.

§ 3º Os critérios e condições adicionais para concessão, distribuição manutenção e cancelamento das bolsas, inclusive quanto à frequência escola mínima a ser exigida do jovem participante do Projeto Escola de Fábrica, bem como os critérios para a transferência de recursos às unidades gestoras, serem definidos em regulamento.

Art. 6º Poderá ser unidade gestora qualquer órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista, de qualquer esfera de governo, inclusive instituição oficial de educação

profissional e tecnológica, ou entidade privada sem fins lucrativos, que possua comprovada experiência em gestão de projetos educacionais ou em gestão de projetos sociais.

Parágrafo único. Os recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras deverão ser aplicados em despesas consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino, de acordo com os arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 7º Para a fiel execução do Projeto Escola de Fábrica, compete:

I – à unidade gestora: formular o projeto pedagógico e o plano de trabalho para preparação e instalação dos cursos, elaborar o material didático, pré-selecionar os estabelecimentos produtivos interessados, prestar contas dos recursos recebidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, e acompanhar o andamento dos cursos, zelando por seu regular desenvolvimento;

II – ao estabelecimento produtivo: prover infraestrutura física adequada para a instalação de espaços educativos específicos, disponibilizar pessoa para atuar como instrutores, indicar a necessidade de cursos e arcar com as despesas de implantação dos espaços educativos, transporte, alimentação e uniforme dos alunos;

III – ao FNDE: efetuar os repasses dos recursos financeiros, analisar prestações de contas e apoiar tecnicamente a execução dos planos de trabalho;

IV – ao Ministério da Educação: selecionar e credenciar as unidade gestoras considerando o projeto pedagógico e o plano de trabalho formulado para os cursos e os estabelecimentos produtivos pré-selecionados.

§ 1º O responsável legal pelo estabelecimento produtivo vinculado ao Projeto Escola de Fábrica deve providenciar seguro de vida e seguro contra acidentes pessoais em favor dos jovens participantes do Projeto.

§ 2º As atividades práticas do Projeto Escola de Fábrica sujeitam-se às normas de saúde e segurança no trabalho e às restrições do Estatuto da Criança e do Adolescente, no que couber.

Art. 8º A execução e a gestão do Projeto Escola de Fábrica são de responsabilidade do Ministério da Educação.

§ 1º À Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República compete a articulação do Projeto Escola de Fábrica com os demais programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária entre quinze e vinte e nove anos.

§ 2º Fica assegurada a participação da Secretaria Nacional de Juventude no controle e acompanhamento do Projeto Escola de Fábrica, observadas as

diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas para a juventude propostas pelo Conselho Nacional da Juventude – CNJ.

Art. 9º A supervisão do Projeto Escola de Fábrica será efetuada:

I – pelo Ministério da Educação e por instituições oficiais de educação profissional e tecnológica, quanto ao conteúdo, à orientação pedagógica e aos aspectos administrativos dos cursos;

II – pelo FNDE, quanto aos aspectos operacionais das transferências.

§ 1º O Ministério da Educação designará, por indicação de instituições oficiais de educação profissional e tecnológica, supervisores pertencentes aos quadros docentes destas últimas, responsáveis pela supervisão e pela inspeção *in loco* do Projeto Escola de Fábrica.

§ 2º Os estabelecimentos produtivos vinculados ao Projeto Escola de Fábrica deverão providenciar cadernos-diários individuais para registro das atividades realizadas, bem como manter quadro afixado em local visível com a relação nominal dos participantes, para fins de monitoramento e avaliação do Projeto.

Art. 10. A vinculação de estabelecimento produtivo ao Projeto Escola da Fábrica não o exime do cumprimento da porcentagem mínima de contratação de aprendizes, nos termos do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.

Art. 11. Fica autorizada a concessão de bolsa-permanência, no valor de até R\$300,00 (trezentos reais) mensais, exclusivamente para custeio das despesa educacionais a estudante beneficiado de bolsa integral do Programa Universidade para Todos – PROUNI, instituído pela Lei de nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, matriculado em curso de turno integral, conforme critério de concessão, distribuição, manutenção e cancelamento de bolsas a serem estabelecidos em regulamento, inclusive quanto ao aproveitamento e à frequência mínima a se exigida do estudante.

Art. 12. Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa de Educação Tutorial – PET, destinado a fomentar grupos de aprendizagem tutorial mediante a concessão de bolsas de iniciação científica a estudante de graduação e bolsas de tutoria de grupos de PET.

§ 1º O tutor de grupo do PET receberá, semestralmente, o valor equivalente a uma bolsa de iniciação científica por aluno participante, devendo aplicar o valor integralmente no custeio das atividades do grupo, prestar contas dos gastos perante o Ministério da Educação e no caso de aquisição de material didático, doá-lo à instituição de ensino superior a que se vincula o grupo do PET, ao final de sua atividades.



§ 2º Os objetivos, os critérios de composição e avaliação dos grupos, o processo seletivo de alunos e tutores, as obrigações de bolsistas e professores tutores e as condições para manutenção dos grupos e das bolsas serão definidas em regulamento.

§ 3º O processo seletivo referido no § 2º deste artigo deverá observar quanto aos alunos, o potencial para atividade acadêmica, a frequência e aproveitamento escolar, e quanto aos tutores, a titulação.

§ 4º A instituição de educação superior integrada ao PET deverá dar publicidade permanente ao processo seletivo, beneficiários, valores recebidos e aplicação dos recursos.

Art. 13. Fica autorizada a concessão de bolsa de tutoria a professores tutores participantes do PET, em valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de doutorado e mestrado no País.

§ 1º A bolsa de tutoria do PET será concedida diretamente a professor pertencente ao quadro permanente da instituição de ensino superior, contratado em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, que tenha, preferencialmente, titulação de doutor.

§ 2º Excepcionalmente, a bolsa de tutoria poderá ser concedida a professor com titulação de mestre.

Art. 14. Fica autorizada a concessão de bolsa de iniciação científica diretamente a estudante de graduação em regime de dedicação integral às atividades do PET, em valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica.

Art. 15. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação e ao FNDE, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira.

Parágrafo único. Os valores dos benefícios previstos nesta Lei poderão ser atualizados mediante ato do Poder Executivo, em periodicidade nunca inferior a doze meses.

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 17. O art. 3º da Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea: “d) financiar programas de ensino profissional e tecnológico.” (NR)

Art. 18. Os arts. 428 e 433 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 428 Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por

escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de vinte e quatro anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional melódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

.....  
§ 5º A idade máxima prevista no **caput** não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.

§ 6º Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.” (NR)

“Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar vinte e quatro anos, ressalvada a hipótese prevista no § 5º do art. 428, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:

..... ”(NR)

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 4 de agosto 2005. – **Antonio Carlos Biffi**, Relator

**REFORMULAÇÃO DO PARECER DO RELATOR, EM SUBSTITUIÇÃO A COMISSÃO MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 251; DE 2005, E EMENDAS A ELA APRESENTADAS (PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO).**

**O SR. ANTÔNIO CARLOS BIFFI** (PT–MS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, recebi algumas sugestões de destaque do PPS. São dois destaques e uma correção que faço.

Proposto no final da minha fala, o primeiro destaque propõe a supressão do texto que sugere a alteração do art. 428 da CLT, reduzindo a idade máxima do contrato de aprendizagem de 24 para 18 anos, o que significa a redução de jovens no mercado de trabalho, mediante contrato de aprendizagem.

Nesse sentido, posiciono-me pela rejeição do destaque, porque a proposta é passar de 18 para 24 anos.

O segundo destaque é o do Deputado Fernando Coruja, do PPS de Santa Catarina.

O DVS em apreço sugere a supressão da expressão “preferencialmente”, constante do § 1º do art. 13 da Medida Provisória nº 251, de 2005.

Com efeito, em uma interpretação sistemática, o destaque do Deputado Fernando Coruja aprimora a redação do Programa de Educação Tutorial – PET e merece acolhida sem ressalvas.

A correção que faço é em relação ao § 5º do art. 3º do Projeto de Lei de Conversão. Onde se lê “§ 1º da

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990” leia-se “§ 1º do art. 68 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990”.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, eram essas as observações e a alteração a serem feitas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## Consulta Tramitação das Proposições

**Proposição:** MPV-251/2005 

**Autor:** Poder Executivo

**Data de Apresentação:** 15/06/2005

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime de tramitação:** Urgência

**Origem:** MSC-353/2005

**Situação:** PLEN: Aguardando Encaminhamento.

**Ementa:** Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial - PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e dá outras providências.

**Explicação da Ementa:** Estabelecendo como atribuição do INDEP o financiamento de programas de ensino profissional e tecnológico e aumentando para 24 (vinte e quatro) anos a idade máxima do contrato de trabalho especial do aprendiz. Alterando o Decreto - Lei nº 5.452, de 1943.

**Indexação:** \_ Criação, Projeto Escola de Fábrica, vinculação, (MEC), Secretaria Nacional de Juventude, concessão, bolsa - auxílio, bolsa - permanência, estudante, baixa renda, escola pública, educação de jovens e adultos, ensino médio, estudante universitário, beneficiário, (PROUNI), educação profissional, formação profissional, cursos, instalação, empresa, empresa rural, indústria, fábrica, supervisão, (FNDE). \_ Criação, Programa de Educação Tutorial, desenvolvimento, grupo, aprendizagem, concessão, bolsa de iniciação científica, estudante, curso de graduação, bolsa de tutoria, seleção, professor, tutor, bolsista. \_ Alteração, lei federal, competência, (INDEP), financiamento, programa, ensino, educação profissional, educação tecnológica. \_ Alteração, legislação trabalhista, (CLT), aumento, limite de idade, contratação, contrato de trabalho, aprendizagem, aprendiz, exclusão, portador de necessidade especial, pessoa deficiente.

**Despacho:**

29/6/2005 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário.

- PLEN (PLENÁRIO)

MSC 353/2005 (Mensagem) - Poder Executivo 

### Legislação Citada

#### Emendas

- MPV25105 (MPV25105)

EMC 1/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Arthur Virgílio 

EMC 2/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - André Figueiredo 

EMC 3/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Mendes Thame 

EMC 4/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Machado 

EMC 5/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - André Figueiredo 

EMC 6/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - André Figueiredo 

EMC 7/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Eduardo Gomes 

EMC 8/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Carlos Haully 

EMC 9/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Machado 

EMC 10/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Leonel Pavan 

EMC 11/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Carlos Haully 

EMC 12/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Eduardo Sciarra 

EMC 13/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Álvaro Dias 

EMC 14/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Eduardo Valverde 

EMC 15/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Eduardo Gomes 

EMC 16/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Thelma de Oliveira 

EMC 17/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Eduardo Sciarra 

EMC 18/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - André Figueiredo 

EMC 19/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - André Figueiredo 

EMC 20/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Thelma de Oliveira 

EMC 21/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - André Figueiredo 


EMC 22/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Carlos Haully 

EMC 23/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Thelma de Oliveira 


















EMC 24/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Machado 

EMC 25/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Thelma de Oliveira 

EMC 26/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - André Figueiredo 

EMC 27/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Machado 



- EMC 28/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Lobbe Neto 
- EMC 29/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - André Figueiredo 
- EMC 30/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Lobbe Neto 
- EMC 31/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Machado 
- EMC 32/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Lobbe Neto 
- EMC 33/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Lobbe Neto 
- EMC 34/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Eduardo Gomes 
- EMC 35/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Eduardo Barbosa 
- EMC 36/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Carlos Eduardo Cadoca 
- EMC 37/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Carlos Haully 
- EMC 38/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Carlos Haully 
- EMC 39/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Eduardo Paes 
- EMC 40/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Rodolpho Tourinho 
- EMC 41/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Carlos Haully 
- EMC 42/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Ricardo Izar 
- EMC 43/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - Carlos Alberto Leréia 
- EMC 44/2005 MPV25105 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Machado 

#### Pareceres, Votos e Redação Final

- MPV25105 (MPV25105)

PPP 1 MPV25105 (Parecer Proferido em Plenário) - Antônio Carlos Biffi 

PPR 1 MPV25105 (Parecer Reformulado de Plenário) - Antônio Carlos Biffi 

#### Originadas



- PLEN (PLENÁRIO)

PLV 21/2005 (Projeto de Lei de Conversão) - Antônio Carlos Biffi  => Legislação Citada 

#### Última Ação:

**9/8/2005** - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 251-B/05) (PLV 21/05)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
15/6/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação da Medida Provisória, MPV 251/2005, pelo Poder Executivo 
15/6/2005	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Prazo para Emendas: 16/06/2005 a 21/06/2005. Comissão Mista: 15/06/2005 a 28/06/2005. Câmara dos Deputados: 29/06/2005 a 12/07/2005. Senado Federal: 13/07/2005 a 26/07/2005. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 27/07/2005 a 29/07/2005. Sobrestar Pauta: a partir de 30/07/2005. Congresso Nacional: 15/06/2005 a 13/08/2005. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 14/08/2005 a 12/10/2005.
29/6/2005	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Publique-se. Submeta-se ao Plenário. 
1/7/2005	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 2/7/2005.
3/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
3/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Designado Relator, Dep. Antônio Carlos Biffi (PT-MS), para proferir o parecer pela Comissão Mista a esta MPV e às 44 Emendas apresentadas.
3/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Deferida pela Presidência a solicitação de prazo até a sessão ordinária seguinte feita pelo Relator, Dep. Antônio Carlos Biffi (PT-MS), para proferir seu parecer, nos termos do artigo 6º, § 2º da Resolução 01, de 2002-CN:

4/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
4/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Antônio Carlos Biffi (PT-MS), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e das Emendas de nºs 16, 18, 32, 33 e 35, pela aprovação parcial das Emendas de nºs 10, 13, 15, 19, 21, 28, 30 e 31, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 9, 11, 12, 14, 17, 20, 22 a 27, 29, 34, 36 a 44.
4/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado o Requerimento do Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto, na qualidade de Líder do PFL, que solicita o adiamento da discussão por duas sessões.
4/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Adiada a discussão a Requerimento de Deputado.
5/8/2005	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Parecer do relator da Comissão Mista designado em Plenário publicado no DCD de 06/08/05, Letra A.
9/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
9/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Parecer reformulado de Plenário pelo Relator, Dep. Antônio Carlos Biffi (PT-MS), pela Comissão Mista, que conclui pela supressão da expressão "preferencialmente" do § 1º do art. 13 e pela correção no § 5º do art. 3º do Projeto de Lei de Conversão oferecido.
9/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discutiu a Matéria o Dep. Luiz Sérgio (PT-RJ).
9/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encerrada a discussão.
9/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação em turno único.
9/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminhou a Votação o Dep. Beto Albuquerque (PSB-RS).
9/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação preliminar em turno único.
9/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
9/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação, quanto ao mérito, em turno único.
9/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Medida Provisória nº 251, de 2005, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2005, com as alterações feitas em Plenário, ressalvado o Destaque.
9/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Prejudicado o Destaque supressivo do Dep. Fernando Coruja (PPS-SC) que solicita votação em separado para a expressão "preferencialmente", constante do parágrafo 1º do art. 13 do PLV 21/05, em face da reformulação do Parecer.
9/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do "caput" do art. 18 do PLV 21/05, objeto do Destaque supressivo para votação em separado da Bancada do PPS. (Suprime todo o texto que sugere a alteração do art. 428, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com exceção da inclusão dos parágrafos 5º e 6º e, por consequência, substitua-se o termo "vinte e quatro anos" para "dezoito anos", da alteração proposta para o artigo 433, da CLT)
9/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b>

	Encaminharam a Votação: Dep. Fernando Collor (PPS-SC) e Dep. Antônio Carlos Biffi (PT-MS).
9/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Mantido o texto.
9/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Redação Final.
9/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Antônio Carlos Biffi (PT-MS).
9/8/2005	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 251-B/05) (PLV 21/05)

### ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, DE 2005

**O Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 251, de 14 de junho de 2005**, que “Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 14 de agosto de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 3 de agosto de 2005.

  
**Senador Renan Calheiros**  
*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

DECRETO-LEI Nº 5.452. DE 1º DE MAIO DE 1943

**Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.**

.....  
Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000) (Vide Medida Provisória nº 251. de 2005)

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e freqüência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o **caput** deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 5º (Vide Medida Provisória nº 251, de 2005)

§ 6º (Vide Medida Provisória nº 251, de 2005)

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

a) revogada

Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou ainda antecipadamente nas seguintes

hipóteses: (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000) (Vide Medida Provisória nº 251, de 2005)

a) revogada; (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

b) revogada; (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz; (AC) (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

II – falta disciplinar grave; (AC) (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou (AC) (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

IV – a pedido do aprendiz. (AC) (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

Parágrafo único. Revogado. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 2º Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 desta Consolidação às hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

.....  
LEI Nº 5.537, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1963

**Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (INDEP), e dá outras providências.**

.....  
Art. 3º Compete ao Indep:

a) financiar os programas de ensino superior, médio e primário, promovidos pela União, e conceder a assistência financeira aos Estados, Distrito Federal, Territórios, Municípios e estabelecimentos particulares; (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 872, de 1969)

b) financiar sistemas de bolsas de estudo, manutenção e estágio a alunos dos cursos superior e médio;

c) apreciar, preliminarmente, as propostas orçamentárias das universidades federais e dos estabelecimentos de ensino médio e superior mantidos pela União, visando à compatibilização de seus programas e projetos com as diretrizes educacionais do governo. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 872, de 1969)

d) (Vide Medida Provisória nº 251. de 2005)

.....  
LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

**Revogada pela Lei nº 9.394, de 1996, com exceção dos artigos 6º a 9º, Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, alterados pela Lei nº 9.131, de 1995.**

.....

Art. 7º O Conselho Nacional de Educação, composto pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, terá atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional. (Redação dada pela Lei nº 9.131, de 1995)

§ 1º Ao Conselho Nacional de Educação, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, compete: (incluído pela Lei nº 9.131, de 1995)

**a)** subsidiar a elaboração e acompanhar a execução do Plano Nacional de Educação; (incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

**b)** manifestar-se sobre questões que abranjam mais de um nível ou modalidade de ensino; (incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

**c)** assessorar o Ministério da Educação e do Desporto no diagnóstico dos problemas e deliberar sobre medidas para aperfeiçoar os sistemas de ensino, especialmente no que diz respeito à integração dos seus diferentes níveis e modalidades; (incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

**d)** emitir parecer sobre assuntos da área educacional, por iniciativa de seus conselheiros ou quando solicitado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto; (incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

**e)** manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal; (incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

**f)** analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional, no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidade de ensino; (incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

**g)** elaborar o seu regimento, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto. (incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

§ 2º O Conselho Nacional de Educação reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e suas Câmaras, mensalmente e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto. (incluído pela Lei nº 9.131, de 1995)

§ 3º O Conselho Nacional de Educação será presidido por um de seus membros, eleito por seus pares para mandato de dois anos, vedada a reeleição imediata. (Incluído pela Lei nº 9.131, de 1995)

§ 4º o Ministro de Estado da Educação e do Desporto presidirá as sessões a que comparecer. (Incluído pela Lei nº 9.131, de 1995)

Art. 9º As Câmaras emitirão pareceres e decidirão, privativa e autonomamente, os assuntos a elas pertinentes, cabendo, quando for o caso, recurso ao

Conselho Pleno. (Redação dada pela Lei nº 9.131, de 1995)

§ 1º São atribuições da Câmara de Educação Básica: (Redação dada pela Lei nº 9.131, de 1995)

**a)** examinar os problemas da educação infantil, do ensino fundamental, da educação especial e do ensino médio e tecnológico e oferecer sugestões para sua solução; (Incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

**b)** analisar e emitir parecer sobre os resultados dos processos de avaliação dos diferentes níveis e modalidades mencionados na alínea anterior; (Incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

**c)** deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto; (Incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

**d)** colaborar na preparação do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação; (Incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

**e)** assessorar o Ministro de Estado da Educação e do Desporto em todos os assuntos relativos à educação básica; (Incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

**f)** manter intercâmbio com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal, acompanhando a execução dos respectivos Planos de Educação; (Incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

**g)** analisar as questões relativas à aplicação da legislação referente à educação básica; (Incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

§ 2º São atribuições da Câmara de Educação Superior: (Redação dada pela Lei nº 9.131, de 1995)

**a)** (Revogada pela Lei nº 10.861, de 2004)

**b)** oferecer sugestões para a elaboração do Plano Nacional de Educação e acompanhar sua execução, no âmbito de sua atuação; (Incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

**c)** deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do Desporto, para os cursos de graduação; (Incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

**d)** deliberar sobre os relatórios encaminhados pelo Ministério da Educação e do Desporto sobre o reconhecimento de cursos e habilitações oferecidos por instituições de ensino superior, assim como sobre autorização prévia daqueles oferecidos por instituições não universitárias; (Incluída pela Lei nº 9.131, de 1995) (Vide Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

**e)** deliberar sobre a autorização, o credenciamento e o recredenciamento periódico de instituições de educação superior, inclusive de universidades, com base em relatórios e avaliações apresentados pelo Ministério da Educação e do Desporto; (Incluída pela Lei nº 9.131, de 1995) (Vide Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)



f) deliberar sobre os estatutos das universidades e o regimento das demais instituições de educação superior que fazem parte do sistema federal de ensino; (Incluída pela Lei nº 9.131, de 1995) (Vide Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

g) deliberar sobre os relatórios para reconhecimento periódico de cursos de mestrado e doutorado, elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto, com base na avaliação dos cursos; (Incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

h) analisar questões relativas à aplicação da legislação referente à educação superior; (Incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

i) assessorar o Ministro de Estado da Educação e do Desporto nos assuntos relativos à educação superior (Incluída pela Lei nº 9.131, de 1995)

j) (Vide Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)

§ 3º As atribuições constantes das alíneas **d**, **e** e **f** do parágrafo anterior poderão ser delegadas, em parte ou no todo, aos Estados e ao Distrito Federal. (Incluído pela Lei nº 9.131, de 1995)

§ 4º O recredenciamento a que se refere a alínea **e** do § 2º deste artigo poderá incluir determinação para a desativação de cursos e habilitações (incluído pela Lei nº 9.131, de 1995)

.....  
LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

**Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.**

.....  
Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

.....  
LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

**Vide Adin nº 3324-7, de 2005**

**Vide Decreto nº 3.860, de 2001**

**Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das

instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I – remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II – aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV – levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V – realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI – concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII – amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII – aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

I – pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

II – subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

III – formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;

IV – programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

V – obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;

VI – pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

.....  
LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005

**Mensagem de veto  
Regulamento**

**Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências.**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ana Júlia, antes de concedê-la ao Senador Pedro Simon.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

É apenas para fazer um registro: não foi possível hoje fazer um discurso em homenagem ao mês de agosto, da importância que tem esse mês para o Estado do Pará. No dia 15 de agosto de 1823, houve um evento de adesão do Pará à Independência do Brasil.

Essa é uma data importante, sem dúvida, inegavelmente, mas, infelizmente, ela não mudou a realidade do povo, que continuou lutando. Muitas lutas e rebeliões ocorreram, como a Cabanagem, o Massacre Brigue Palhaço – e cito inclusive o Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996.

Comemorando o dia 15 de agosto, que é feriado no Estado do Pará, segunda-feira, a data merece que lembremos todos os que, lutando por justiça, por liberdade, por democracia, morreram. Mas, para que possamos honrar a memória dessas pessoas, o nosso compromisso é buscar, sem descanso, que essa justiça, essa independência, essa democracia, essa justiça social seja alcançada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso da Sra. Ana Júlia Carepa, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.*

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>. A seguir, ao Senador Pedro Simon.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dar um breve aviso: hoje, comuniquei ao Plenário da Casa que o nosso Vice-Presidente, José Alencar, havia passado mal e ido a São Paulo, ao Incor, para fazer uma angioplastia. Ocorre, porém, que a notícia é bem melhor: S. Ex<sup>a</sup> não passou mal; foi fazer um exame de rotina. E, lá, constatou que havia uma obstrução na sua artéria, e os médicos colocaram, sem sedação – S. Ex<sup>a</sup> assistiu ao procedimento pela televisão –, um cateter, exatamente para dilatar aquela artéria, a fim de que S. Ex<sup>a</sup> não tenha mais nenhum problema.

Sr. Presidente, graças a Deus, o Presidente de Honra do meu Partido, o Vice-Presidente da República, não passou mal. S. Ex<sup>a</sup> se encontra no hospital porque os médicos lhe pediram que permanecesse lá 48 ho-

ras. Isso vai ser difícil, porque S. Ex<sup>a</sup> é muito dinâmico e vai querer sair bem antes.

Graças a Deus o Vice-Presidente passa bem, está assistindo à televisão agora – e possivelmente está nos assistindo.

Sr. Vice-Presidente, todos esperamos que Jesus lhe dê saúde plena e que V. Ex<sup>a</sup> volte rapidamente ao nosso convívio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar algo maravilhoso para milhões e milhões de brasileiros. É uma notícia boa no meio de tantas notícias ruins. Uma liminar dada pelo Juiz da 7<sup>a</sup> Vara da Justiça Federal, Novély Vilanova da Silva Reis, da Justiça Federal desta Capital, ao acatar um pedido do Ministério Público Federal, dando fim à limitação de noventa dias para os usuários da telefonia celular pré-paga, a de cartão exatamente, que tinham a obrigação de gastarem os seus créditos em noventa dias, ao fim dos quais ocorreria a perda destes – que não ocorre mais.

Sr. Presidente, segundo dados da Anatel, são 62 milhões de celulares pré-pagos no Brasil. Temos 76,5 milhões de celulares no Brasil, sendo que 81% são pré-pagos.

Sr. Presidente, tivemos, no processo de privatização na área de telefonia, um resultado muito positivo para o Brasil. No meu Estado, o Rio de Janeiro, por exemplo, o telefone fixo, na Barra da Tijuca, na Zona Sul, ou em Campo Grande, na Zona Oeste, custaria, hoje, cerca de R\$3 a R\$4 mil. Isso não existe mais. Graças a Deus, há competição entre muitas empresas, pois, o antigo sistema estatal estava viciado, corrupto e ineficiente. No entanto, algumas coisas permaneceram absolutamente inconcebíveis; uma delas é essa. Como pode um cidadão adquirir um cartão e, se não utilizá-lo em noventa dias, os créditos comprados são perdidos. Isso é uma vergonha! Mas, o Juiz Federal Novély Vilanova da Silva Reis, teve a coragem de atender ao pedido do Ministério Público Federal. Parabéns ao Ministério Público Federal, e parabéns à Justiça Federal. Espero que a liminar se mantenha, porque as operadoras vão se articular para tentarem derrubar essa liminar positiva para milhões de brasileiros.

Quero também chamar a atenção para o que anunciou o Ministro Hélio Costa, ao tomar posse, no sentido de adotar medidas para pôr fim à assinatura

básica, que é outra vergonha nacional: esse cartório, em que milhões de brasileiros são obrigados a pagar R\$40,00 de assinatura básica, independentemente de consumir ou não os pulsos telefônicos, ou seja, mesmo que não os tenha utilizado, o consumidor paga R\$40,00 por eles. O setor privado, que critica tanto os cartórios e outras coisas mais, que são corretas de serem criticadas, tem que rever isso. A Anatel tomou a coragem de sair na frente, porque uma agência reguladora foi criada para regular o mercado, o consumo e para defender os consumidores. Vejo a Anatel defender muito pouco os consumidores brasileiros. Essa medida foi muito positiva, por isso quero saudá-la. Que a Justiça avance e tome a frente do que deveria ser feito pela Anatel, mas não está sendo feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos.

Após a fala do Senador Pedro Simon, encerremos a sessão, que já foi prorrogada.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, antes do pronunciamento do Senador Pedro Simon.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Já é terceiro pedido “pela ordem” antes de o Senador Pedro Simon falar.

Por favor, seja breve.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, preciso fazer uma reclamação: desde às 14h30min estou inscrito como Líder. O tempo passou – justifico: acho normal –, mas estou prejudicado, porque não estou conseguindo falar. Desde segunda-feira tento falar como Líder – e sou Vice-Líder de partido. Quero saber se é possível. Hoje, já sei, não tenho mais condições; tenho que sair. Mas, amanhã, vou me inscrever de novo, às 14 horas, e quero saber se é possível a Mesa me conceder a palavra, pelo menos uma vez por semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador, hoje votamos quase 40 itens, por isso V. Ex<sup>a</sup> não pôde falar. Mas, amanhã, com certeza, V. Ex<sup>a</sup> falará.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Só para entender, Sr. Presidente, porque fui avisado que a sessão do Senado iria se encerrar. No entanto, já são mais de 19 horas e a sessão ainda não se encerrou.

Sr. Presidente, a Mesa não está me considerando.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Mais de cinco Líderes ficaram sem falar, Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu era o primeiro inscrito para após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Senador Pedro Simon, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não podia deixar de vir a esta tribuna e trazer aqui o carinho da minha saudade à extraordinária figura de Miguel Arraes.

A morte de Miguel Arraes encerrou um ciclo neste País. Líderes como ele, como Teotônio Vilela, como Tancredo Neves, como Ulysses Guimarães, como Mário Covas, como Franco Montoro, como Leonel Brizola morreram e não deixaram sucessores. Esses homens viveram uma época extraordinária da luta e da resistência.

Arraes, o maior representante nordestino, o mais autêntico representante do Nordeste, que, desde o início, jovem Secretário de Estado, prefeito da capital, três vezes governador, sempre fez questão de ser um representante do Nordeste, um representante das classes sofredoras, dos humildes e dos trabalhadores; um homem que, quando Governador, teve a capacidade, embora sendo um homem de Esquerda, com grande resistência às classes dominantes, de dialogar com os produtores de cana. E conseguiu, à época, um inédito entendimento, oportunidade em que os trabalhadores dos canaviais passaram a ter as suas primeiras garantias, pois eles deixavam de ser trabalhadores praticamente de um sistema feudal e passaram a ser trabalhadores com respeito próprio.

Foi impressionante ver, no domingo, a tristeza, a mágoa de um povo, de gente simples, vinda do interior de Pernambuco, gente que, durante 24 horas, na fila, estiveram levando o seu carinho e o seu abraço ao grande pai Arraes.

Faço questão de dizer que é difícil encontrar na política brasileira alguém com a coerência e com a fidelidade aos seus princípios como Miguel Arraes.

Tive a felicidade de conviver com essa geração de políticos na direção do PMDB, do velho MDB, em que, na Executiva Nacional, Miguel Arraes era o símbolo. Nada se fazia sem ouvir o Arraes. E o Arraes, meio rabugento às vezes, era sempre fiel ao seu pensamento e aos seus princípios.

Dr. Ulysses, Presidente notável do nosso Partido, às vezes se queixava: “Pedro, tu que és tão amigo do Arraes, vê se ele se acalma um pouco. Eu sou Presidente do MDB, mas tem uma ditadura militar ali fora. Eu não posso fazer as coisas como ele acha que eu tenho o poder de fazê-las”. Realmente, o Dr. Miguel Arraes era inflexível, cobrando posições e alinhamento.

Quando ele retornou do exílio – foi um dos episódios que eu guardo na retina da minha memória como um dos mais lindos a que eu assisti –, lá no aeroporto do Rio de Janeiro, o Arraes chegando do exílio, e um mar de jovens à sua espera em frente do aeroporto. Quando chega a hora de o Arraes falar, não tinha altofalante, não tinha microfone. Mas o Arraes falou. Falou ao vivo. E aquela multidão de jovens, à medida que ele ia falando as frases, uns se viravam para os outros e as repetiam para os que estavam atrás, que as iam repetindo para os que estavam mais atrás ainda. Formou-se um espetáculo, um círculo de vida: jovens, chorando, repetindo as frases ditas pelo Arraes; jovens, recebendo aquele seu líder, que, durante tanto tempo, lá na Argélia, tinha curtido seu exílio; aquele líder que resistiu à ditadura. Tiveram de tirá-lo do Palácio, preso, e levá-lo para Fernando de Noronha, onde longo tempo ficou recluso, até que, por um **habeas corpus**, viajou para o exterior.

Quando chegou, o Brasil inteiro esperava por Arraes. Qual era sua definição política? Para onde iria? O Dr. Brizola, que já havia seguido seu rumo, criando um Partido próprio, fazia questão de que Arraes fosse para o seu Partido. Ofereceu-lhe, inclusive, a presidência nacional, deu-lhe a perspectiva de ser candidato à Presidência da República por essa nova legenda. Arraes, sisudo, duro, inflexível, ranzinza com o Dr. Ulysses e com o Dr. Tancredo, disse-lhes que ficaria no MDB. O MDB foi o Partido que resistiu, lutou contra a ditadura, fez a sua parte. Creio que, agora, não é a hora da divisão; não é a hora de escolher o candidato, Ulysses; não é a hora de sairmos da Oposição. É a hora de estarmos juntos, de mãos dadas e de levarmos adiante a caminhada pela derrocada da ditadura.

Ele ficou no MDB como a figura do carvalho, que não se dobra. Houve aquele célebre debate em que o Dr. Tancredo disse: “O MDB de Arraes não é o meu MDB”. E ele respondia com grandeza: “Não sei qual é o MDB do meu amigo Tancredo; posso dizer qual é o meu MDB”. E começava a citar os problemas e as reformas sociais pelas quais lutava.

Nunca vi uma figura como o Dr. Arraes, que não se dava ao luxo de nada, a não ser da luta permanente e constante pela derrubada da ditadura. Não me lembro de ninguém como o Dr. Arraes, que tinha seus amigos espalhados – está ali o Governador Tasso Jereissati, por quem ele tinha um carinho especial, um respeito muito grande, embora suas idéias fossem diferentes. Era assim o Dr. Arraes.

Dona Magdalena era uma figura fantástica. Sua maneira de criar os dez filhos... E a orientação que ele tinha para a linha dos seus pronunciamentos... Dizia-me seu filho que ele não era muito dado à religião, mas que

contava para os filhos que sua mãe lhe ensinara uma lição: “Olha, Miguel, quer acreditar, não quer acreditar em Deus, mas lhe dou um conselho: quando tiver um problema muito difícil, reze três ave-marias”. E o velho Arraes dizia que, nas horas mais difíceis, rezou as três ave-marias, que lhe fizeram muito bem.

Sinto uma dor muito grande ao falar aqui, porque Deus me deu a honra de conviver com esta gente todos os dias, de manhã, à tarde, à noite: Ulysses, Tancredo, Teotônio, Miguel Arraes, Montoro, Mário Covas. V. Ex<sup>as</sup> já imaginaram: anos e anos, reunidos até madrugada, conversando, debatendo? Aquela gente com um ideal, com uma força de civismo, analisando, tendo como outro lado uma ditadura militar, brutal, violenta, que não perdoava absolutamente nada? E nos reuníamos, quando alguns defendiam a tese de que não poderia ser diferente. Tínhamos de partir para a luta armada. Era ridículo imaginar que o MDB, um grupo de incautos e irresponsáveis, fosse resolver o problema de uma ditadura que tinha apoio externo, como o norte-americano, que também acontecia no Cone Sul, com a Argentina, com o Uruguai, com o Paraguai. E imaginávamos que fôssemos derrubar esse regime: “Vamos para a guerrilha, para a luta!” Estava lá o nosso amigo José Dirceu, na luta, na guerrilha; o ex-Presidente do PT, no Araguaia. Estavam lá as prisões dos embaixadores, trocados por presos políticos. Estava lá o Dr. Brizola, recomendando o voto em branco. Em 1970, a Arena tirou o primeiro lugar; o voto em branco, o segundo lugar; e o MDB, o terceiro lugar. Nesta Casa ficamos com sete Senadores.

E vem o movimento para extinguir o MDB. “O MDB é um grupo de irresponsáveis. Vocês estão coonestando o regime. O que vocês têm que fazer é extinguir o MDB”.

E nós, reunindo-nos, resistindo, levando adiante. De um lado, Teotônio, com quatro cânceres, percorrendo o País, defendendo o fim da tortura, visitando as cadeias do Brasil inteiro. Ele dizia para os jovens: “Meu médico disse: vá para Paris; há meios de viver, de dar tranqüilidade à vida, de gozar o final de sua vida, desde que não a leve de forma maluca, andando de aeroporto a aeroporto, correndo para lá e para cá”. E acrescentava: “Tenho que morrer na minha caminhada, pela luta do meu povo”.

Esta geração, estes homens fizeram história: Tancredo, Teotônio, Ulysses, Covas, Montoro, Arraes. E como a vida é ingrata! E como a vida é injusta! Temos de nos dobrar aos desígnios de Deus, que assim o quis.

Eu dizia do Dr. Ulysses, em sessão especial em sua homenagem, que ele era como Moisés, que dirigiu o povo judaico, por 40 longos anos, pelo deserto, até



que enxergou, do outro lado, a terra prometida, momento em que Deus lhe disse: “Você não vai. Você fica, vai ser enterrado aqui”. Com o Dr. Ulysses foi assim. Não foi nem enterrado; no mar está seu corpo.

Tancredo se elegeu Presidente da República e não assumiu. Montoro, nos seus gestos de grandeza podia ter sido candidato várias vezes, mas não o foi. Quanto a Arraes, vários partidos – a Esquerda, inclusive – muitas vezes se reuniram para que ele fosse o candidato. Ele gostaria de ter sido, mas não foi. Ficou até a implantação total da democracia, enquanto o MDB era MDB, enquanto com o Dr. Ulysses o nosso Partido era o Partido; ficou ali, firme, defendendo as suas causas, a sua bandeira.

Olhem, meus amigos, vou dizer-lhes: Arraes, Brizola, Ulysses, Tancredo, Teotônio, Montoro, Covas, essa é uma geração fantástica. Por isso, derrotaram os militares, cinco generais ditadores, mesmo com toda a força, com todo o poderio, com a imprensa nacional, com absolutamente tudo a seu favor. Sem derramar uma gota de sangue, sem um tiro, essa gente conduziu o povo brasileiro. Assim como Gandhi fez a independência da Índia pelo amor, nós conduzimos o povo brasileiro pela liberdade, pelo respeito e pelo amor.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Pedro Simon...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Essa geração termina com a morte de Arraes. Foi caindo um, outro e mais outro. Agora, com a morte de Arraes, somos órfãos dessa geração. É claro que virão outros – a vida está aí –, mas esses homens deixaram grande exemplo. Nenhum foi Presidente da República. Presidente da República foi o Dr. Sarney. Tancredo morreu. Foi Presidente da República Collor. Numa eleição fantástica, em que concorriam Ulysses, Covas, Brizola, Lula, Aureliano Chaves, ganhou Collor. Fernando Henrique, um grande intelectual, foi um fraco Presidente. Lula, uma pessoa fantástica, de quem esperávamos tudo, pelas suas origens, pela sua biografia e história, hoje, está aí, e ficamos até com medo de dizer. Parece que estou sonhando um pesadelo e que vou acordar ali adiante, ver que está tudo errado, e alguém vai dizer algo diferente.

E essas pessoas não chegaram lá.

É a vida, meu bom amigo Miguel Arraes, ranzinza, duro. Arrancar um sorriso dele não era fácil. Aquele povo o amava, e vi isso no domingo. Que coisa fantástica! Era mais do que Antonio Conselheiro! Uma emoção vinha de dentro da alma daquela gente, e ele ali, sisudo, no caixão.

Meu bom amigo Miguel Arraes, você fez a sua parte. Você é uma dessas figuras que têm o seu lugar neste e no outro mundo. Você foi um homem de bem.

Você foi um homem correto. Você foi um homem digno. Foi você um homem que respeitou a tudo e a todos. E você tinha um ideal. Sim, você gostava dos pobres, dos humildes. Você achava que a sua grande bandeira era exatamente lutar para que essas classes conquistassem alguns degraus.

Ele não defendia a luta armada, nem a reforma, nem a formação de uma sociedade igualitária, mas defendia que os mais pobres, os mais humildes, pudessem subir alguns degraus na vida. E lutou por isso, a vida inteira.

Ganhou. Três vezes foi governador, foi prefeito.

Perdeu. Foi cassado, foi humilhado, mas seu nome está na hora dos heróis. Não tenho nenhuma dúvida disso. Se Deus me der a chance, escreverei exatamente este livro: o da biografia desses nomes, de nomes que não chegaram à Presidência e que viram pessoas bem mais sem conteúdo chegarem lá. No entanto, se não chegaram ali, chegaram muito mais adiante, nas páginas de edificação, de sacrifício ao seu povo e à sua gente; na consciência do dever cumprido, fazendo dia após dia o que era necessário, mesmo que, com o tempo, fossem deixando as páginas, os primeiros lugares, e sendo relegados a uma posição mais humilde. Humilde não era, porque onde ele estivesse, ali era o centro das atenções e o centro da grandeza.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Pedro Simon, aproveito o discurso que faz aqui hoje, V. Ex<sup>a</sup> que é testemunha dessa grande caminhada que o Brasil trilhou na volta à democracia, para prestar também a minha homenagem ao Governador Miguel Arraes. No início do regime militar, eu era ainda estudante, do segundo grau, e pude depois acompanhar todo o sofrimento dele quando estava no exílio e ver a sua volta ao Brasil. Eu já participava do MDB e via como era importante o trabalho de Miguel Arraes, homem extremamente coerente, muito coerente com as suas idéias. Depois, vim a encontrá-lo como Governador de Pernambuco – eu Governador de Minas, ele Governador de Pernambuco. Chamava-me muito a atenção a forma paternal até com que me tratava, sempre referindo-se, com muita simpatia, ao meu pai, ao meu tio, que foi colega dele no antigo IAA, e lembrando o que foi a luta pela democracia no Brasil. Neste momento, portanto, presto a minha homenagem sincera a esse que foi sem dúvida um grande político brasileiro, homem público de caráter, que soube lutar pelas suas idéias. A minha convivência com ele como Governador foi sem dúvida um ponto muito forte da minha vida pública até aqui. Obrigado.



**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Senador Pedro Simon, permita-me um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Concedo-lhe um aparte, meu amigo Tasso, que me acompanhou nos momentos mais importantes.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Senador Pedro Simon, tive o privilégio de conviver – quando eu era recém entrado na política brasileira, eleito Governador do Ceará – com essa geração maravilhosa de homens públicos brasileiros. E aí incluo não somente o nosso querido e saudoso amigo Miguel Arraes, mas também V. Ex<sup>a</sup>. Inclusive, tiveram a generosidade de acolher um jovem e inexperiente político, um Governador que chegava. Acolheram-me com carinho, com amizade, à luz da sabedoria de todos vocês. Especificamente Miguel Arraes, àquela época, foi uma pessoa muito importante. Raras vezes, ouvi uma descrição tão bem feita e feliz sobre o caráter e a personalidade do Governador Miguel Arraes como a que agora foi feita por V. Ex<sup>a</sup>. Aquele era um homem forte, rude às vezes, fechado, sisudo, mas que tinha uma enorme capacidade de doar-se, principalmente à população mais carente do Nordeste brasileiro. A sua identificação com aquela população sertaneja do Nordeste brasileiro era algo fantástico, que nunca o largou, até o fim da vida. A tendência do crescimento da vida pública nacional, como V. Ex<sup>a</sup> bem o sabe, ao chegar aqui em Brasília, é desvincular-se um pouco das raízes e encantar-se com esse novo cenário da política nacional. Arraes não. Ele sempre permaneceu aquele velho e rude nordestino, ligado às suas raízes, até na sua maneira de ser. Peço licença a V. Ex<sup>a</sup>, que novamente incluo como um dessa geração, que, naturalmente, por modéstia, não citou. V. Ex<sup>a</sup> é um dos homens dessa geração que levaram o Brasil à democracia, cujos passos eu, já de outra geração, vim tentando seguir. Peço permissão para, no seu brilhante e perfeito discurso, inserir também a nossa homenagem à história de Miguel Arraes e a nossa saudade. Muito obrigado.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado, Senador Tasso Jereissati.

Ouçó o Senador Sérgio Guerra.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Senador Pedro Simon, sou pernambucano, e minha família era da antiga UDN. Meu pai era político da UDN – foi deputado estadual quatro vezes e federal também, presidente da UDN e adversário do Governador Miguel Arraes. E, apesar de adversário, convivia de forma absolutamente segura com Arraes, com o Arraes de 1958, de 1959, de 1960, de 1961, 1962, 1963 até 1964. Comecei minha vida pública muito tempo depois. Eu tinha tido uma rela-

ção profissional e pessoal muito ampla e muito próxima do ex-Governador Carlos Lacerda, com quem trabalhei na área privada, mas eu tinha uma admiração, que eu não decifrava, pela figura do Dr. Miguel Arraes, que, na época, estava no exílio. Tempos depois o conheci, na minha primeira campanha de Deputado Estadual, quando fazia comício em uma pequena vila do agreste pernambucano. Dirigindo um carro, nem sequer motorista tinha, ele fazia uma campanha paupérrima. Nessa campanha, ele foi o Deputado Federal mais votado do Brasil, obteve mais de 330 mil votos, o que, do ponto de vista proporcional, quando comparado a qualquer outra situação eleitoral do País, era um exagero total. Depois, sem ter nem para quê, mas por conta dele, fiquei perto dele. Deputado Estadual, fui logo depois de Líder do PMDB – ele era Deputado Federal por três anos. Estabeleci uma relação de amizade com ele. Nos seus dois governos, fui Secretário três vezes; depois, Líder do PSB aqui. Eu convivi com ele de forma muito próxima, mas não teria, como V. Ex<sup>a</sup>, a capacidade de sintetizar a dimensão de seu papel da história do Brasil. Não fosse quem é Pedro Simon – ou Pedro, como dizia Miguel Arraes –, seria impossível em poucas palavras alguém fazer um ajuste tão correto da personalidade dele no que é central. Eu o vi muito pelo ponto de vista gerencial, administrativo. Do ponto de vista humano, não era tão fácil, ele era muito mais velho do que eu e, apesar de gostar dele – e imagino que ele também gostava de mim –, havia sempre uma barreira. V. Ex<sup>a</sup> eliminou todas as barreiras com grande tranquilidade, com clareza rara em qualquer discurso que tenha ouvido até hoje. Penso que o Tasso, o Governador Tasso, o Senador Tasso foi correto quando disse que não se pode falar do Brasil desse tempo e de agora sem falar de sua presença na vida brasileira e do papel que V. Ex<sup>a</sup> desempenhou e desempenha nessa vida brasileira. É de extrema importância um discurso desses, nessa maré de pobreza e de precariedade que domina a vida pública brasileira, nesse exibicionismo elementar que está aí exposto, nessa enorme decepção em torno de um Presidente que alimentava esperanças muito fundadas, muito consistentes. Chega Pedro Simon com a sua simplicidade, sem nenhuma ambição intelectual, e diz as coisas como elas são em relação à pessoa que conheci. V. Ex<sup>a</sup> viu tudo sobre Arraes, viu-o inteiramente: na simplicidade do seu catolicismo; no seu conteúdo popular; na sua ligação com o País, que era muito forte; e na sua estranha coerência. A coerência dele pouca gente entendia, aparentemente não existia: juntava-se com a direita, juntava-se com a esquerda, começava para lá e para cá, dizia uma coisa e depois ficava calado; normalmente, ficava calado, administrava o seu silêncio com enorme competência. Tendo convi-

vido com ele, sendo pernambucano, tendo trabalhado com ele, nada tenho a dizer além do que V. Ex<sup>a</sup> disse. Seguramente, V. Ex<sup>a</sup> fez hoje um discurso que honra e honrará este Senado por muitos anos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado pela generosidade de V. Ex<sup>a</sup>.

Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Querido Senador Pedro Simon, gostaria sobretudo de agradecer a V. Ex<sup>a</sup>. Tenho certeza de que D. Magdalena, os onze filhos de Miguel Arraes, o povo de Pernambuco, que recebeu a sua visita no domingo último vindo lá do Rio Grande do Sul, e todos os brasileiros gostariam de lhe agradecer por esse testemunho tão belo que fez sobre o governador, o deputado federal e o presidente do PSB, Dr. Miguel Arraes. Aprendi a admirá-lo quando, ainda jovem, no início dos anos 60, ele foi a São Paulo. Um grupo de juristas, preocupados com o que ele pudesse falar no programa Pinga Fogo, de Aurélio Campos, na TV Tupi Difusora, no Sumaré, o cercou como que para hostilizá-lo, e eu, com um grupo de estudantes, fui para lá para exatamente procurar assegurar a todos o direito de ouvir a palavra dele, inclusive naquele programa que era um dos mais ouvidos da época, V. Ex<sup>a</sup> há de recordar. Outras vezes estive com ele, nessas batalhas descritas por V. Ex<sup>a</sup>, pela democracia, pela liberdade, pela justiça. Portanto, Senador Pedro Simon, muito obrigado.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Obrigado.

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Senador Pedro Simon, não tive oportunidade de conhecer na parte política o Governador Miguel Arraes, mas conheci e conheço dois de seus netos, Antônio Campos e o ex-Ministro Eduardo Campos. Senador Pedro Simon, tomei posse nesta Casa, como suplente do Senador Hélio Costa, no dia 11, e fiquei muito emocionado nesse primeiro dia, porque aprovamos algumas universidades, havia um clima maravilhoso aqui no Senado. Depois, caímos numa desgraça total. Vim atrás de discursos como o que V. Ex<sup>a</sup> acabou de pronunciar, mas nunca mais os ouvi. Hoje até brinquei, dizendo-lhe que V. Ex<sup>a</sup> estava precisando subir e fazer um discurso – nem sabia que V. Ex<sup>a</sup> iria fazer esse discurso hoje. Estava realmente desanimado, porque, nesse mês que estou aqui, já fui delegado, inspetor e acusador nas CPIs. Não era isso que esperava quando vim para cá. Vim para o Senado esperando participar de momentos como este. Mais uma vez, V. Ex<sup>a</sup> não só contou a história de grandes homens, mas mostrou para onde é que temos de ir. Muitas vezes, em alguns discursos, não falo, porque estou chegando agora – é preciso, ao chegar, ter respeito,

observar, entender como as coisas funcionam. Nesse um mês, fiquei como V. Ex<sup>a</sup> falou: como se estivesse para acordar de um sonho que não acaba. Senti-me como V. Ex<sup>a</sup> e me sinto bem por me ter sentido como V. Ex<sup>a</sup>, por me ter sentido como alguém com a experiência que tem V. Ex<sup>a</sup>. Muito me animou esse discurso, no qual V. Ex<sup>a</sup> citou pessoas do passado que fizeram a história e que sempre pensaram no futuro do País de alguma maneira, não viveram este momento de acusação, de investigação, no qual bandido é primeira página e tem palavra mais forte do que as pessoas que pertencem ao Parlamento. Fui muito feliz em ficar até mais tarde para ouvi-lo, foi uma injeção de ânimo. V. Ex<sup>a</sup>, realmente, mostrou-me o que esta Casa tem a oferecer. Muito obrigado, Senador, por me ter dado essa oportunidade.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB–RS) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e digo o seguinte. V. Ex<sup>a</sup> tem razão, chegou numa má hora, mas, em compensação, terá uma grande vantagem: só poderá caminhar para frente, pior do que está, não vai ficar. Fique tranquilo que melhores dias virão para o Congresso, para a vida brasileira. V. Ex<sup>a</sup> poderá até dizer: “Cheguei lá e estava muito ruim, mas, com a minha chegada, as coisas melhoraram”.

Ouçó o Senador José Maranhão.

**O Sr. José Maranhão** (PMDB – PB) – Senador Pedro Simon, já estava me preparando para me recolher ao meu gabinete e continuar com minhas atividades, como costume fazer todos os dias quando estou em Brasília, atendendo as correspondências, os projetos, os pareceres, etc. Saltei do elevador e soube que V. Ex<sup>a</sup> estava fazendo um necrológio de Miguel Arraes. Por duas razões, então, fiquei preso a esta sessão, para dar este aparte – talvez o último que V. Ex<sup>a</sup> vai receber.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – O penúltimo.

**O Sr. José Maranhão** (PMDB – PB) – Deus queira que ainda tenha uns vinte. A primeira razão: o homenageado, Miguel Arraes; e a segunda, V. Ex<sup>a</sup> mesmo. Quantas vezes eu não tenho aqui ficado silencioso e atencioso, sobretudo ouvindo os discursos que profere, porque V. Ex<sup>a</sup> é uma parte viva da história recente da política nacional deste País, não somente como testemunha, mas, sobretudo, como participante dos episódios mais graves, mais importantes da história recente do Brasil e sempre dando aquele exemplo de dignidade, de coerência e de firmeza nos seus pontos de vista. O PMDB – nosso Partido – sempre foi, Senador Pedro Simon, um celeiro de homens de bem, de políticos coerentes, de políticos que têm ideal na política, mas muitos passaram pelo PMDB como meteoro. Estes que passaram não deixam saudades, porque

eles não têm nada em comum com a nossa história. De minha parte, digo que quem quiser sair do PMDB saia, eu não saio. Estou aqui não desde a redemocratização, porque considero a redemocratização a partir da primeira eleição, ainda que indireta, a que elegeu Tancredo Neves, mas logo depois do golpe militar de 64, quando o MDB foi fundado. Fui cassado em 69, voltei para o PMDB, e vou ficar neste Partido, se Deus quiser, até o fim da minha vida. Não vejo razão para mudar de partido. Não sei por que esse troca-troca. Não me sentiria bem se o fizesse, quer pelas convicções que sustento, e encontro no PMDB a razão de ser da minha vida pública, quer porque não vejo partido melhor que o nosso. Desculpem-me os que não são do PMDB. Um dos homens que eu mais admirava na minha vida era o Deputado Miguel Arraes. Fomos amigos antes mesmo de ele ser Governador do Estado de Pernambuco. E ele era bastante mais velho do que eu. Essa amizade se consolidou, sobretudo a partir do seu exílio. Sempre nos correspondíamos, sempre mantínhamos uma relação, e essa relação foi constante. Durante o período em que estive no Governo do Estado da Paraíba, ele habitualmente, quase todos os meses, visitava-me. Chegava por volta das sete horas da noite, tomava duas doses de uísque e falava muito pouco. V. Ex<sup>a</sup>, que o conhece de perto, sabe que ele falava mais pela expressão facial do que pelas palavras e tinha inclusive uma dicção...

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – O Dr. Ulysses que dizia: temos que interpretar os silêncios do Dr. Arraes.

**O Sr. José Maranhão (PMDB – PB)** – Isso mesmo. Ele tinha uma dicção difícil também. Uma vez, ele falou em um comício no sertão de Pernambuco. Ele estava muito rouco, por sinal, e essa dificuldade que ele tinha agravou-se. Eu, que estava em cima do palanque, não consegui entender uma palavra do que ele falava, mas o povo batia palmas freneticamente. E aí perguntei a uma pessoa: “Que fenômeno é esse?” Um amigo dele, correligionário, respondeu-me: “Maranhão, ele fala pela alma, e a alma dele são os olhos, é esse balbuciar”. Tudo isso mostra que Miguel Arraes tinha uma sintonia perfeita com o seu povo; as pessoas confiavam nele e confiavam verdadeiramente. Ele não precisava dizer frases bonitas, ele não precisava ser um orador eloqüente, não era necessário falar nem baixo nem alto. Era bastante ele balbuciar uma palavra, e as pessoas estavam ali a aplaudi-lo e, sobretudo, para concordar, porque o forte no homem público Arraes – aventure-me a dizer – era o exemplo de coerência. Todo mundo sabia permanentemente de que lado Miguel Arraes estava, o que ele estava defendendo, porque ele nunca mudou. Era um homem de compleição

muito rija e também um sertanejo daqueles de cara fechada, de cara dura, mas como amigo não existia pessoa mais terna do que Miguel Arraes. Tive o privilégio de ser amigo dele também e várias vezes soube que ele me tinha estima, que a minha amizade com ele era correspondida, por intermédio de terceiros, por seus filhos, por seus netos, por seus correligionários, por seus amigos, porque ele sempre se referia aos amigos como uma pessoa que gosta do amigo. Creio que boa parte do magnetismo que exercia sobre as multidões que o admiravam, que o respeitavam, que o seguiam sempre, estava ligado a essa capacidade de gerar confiança, de gerar ternura nas amizades. Não era preciso ouvir uma palavra de Miguel Arraes para saber se gostava ou não, seu olhar já dizia tudo. Estou de acordo com essa expressão do Dr. Ulysses. Miguel Arraes precisava ser compreendido. E, realmente, foi muito compreendido. Sempre foi um político vitorioso, inclusive quando o regime de 64, a Ditadura Militar, cassou seus direitos políticos, prendeu-o e o exilou durante muito tempo. A partir daí, se já era grande, ficou muito maior na admiração e no respeito de todo o povo brasileiro.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Muito obrigado pelo carinho e pela manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo um aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN)** – Senador Pedro Simon, ninguém com maior autoridade do que V. Ex<sup>a</sup> para falar sobre a história recente da política no Brasil e sobre suas maiores lideranças. Entre elas desponta realmente o ex-Governador Miguel Arraes. Ninguém da nossa geração, Senador Pedro Simon, deixou de receber a influência de Miguel Arraes. Como Deputado Estadual, tive a oportunidade de me deslocar do meu Estado para o Estado de Pernambuco quando o exilado, Dr. Miguel Arraes, voltou do exílio e foi recebido pelos pernambucanos numa magnífica recepção. Isso nunca deixou de me impressionar, nunca esqueci o que vi nas ruas de Recife, quando se dizia: Arraes vem aí! Arraes chegou! Depois, fui Governador, assim como ele. Tive esse privilégio de conviver com ele, eu diante do mito da minha juventude, do início da minha vida política. Pude conviver com Miguel Arraes, ele Governador e eu também. Então, quero dizer da minha admiração pelas qualidades que o Senador José Maranhão já destacou, sua coerência, sua absoluta fidelidade aos seus ideais e tudo isso que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo. Aproveito para prestar esta homenagem, não em meu nome, mas em nome da minha geração, a esse grande brasileiro que foi Miguel Arraes. Eu queria dizer isso a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

O nosso amigo Heráclito Fortes conviveu – guri ainda, menino, embora já gordo como agora – muito com esse grupo todo e teve a oportunidade – lembrome do carinho principalmente que o Dr. Ulysses tinha por V. Ex<sup>a</sup> –, como eu, a grande chance de conviver com esse extraordinário formador de opinião pública, além dos Líderes a que me refiro.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Meu caro Senador Pedro Simon, comecei a ouvir o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> no meu gabinete. V. Ex<sup>a</sup> se propôs a prestar homenagem ao ex-Governador Miguel Arraes e rendeu preito ao Brasil, nesse discurso lúcido, relatando e retratando episódios vividos pelo País nos últimos anos. Deu-me uma nostalgia muito grande ouvi-lo citar figuras fantásticas, como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Mário Covas, uma infinidade de brasileiros importantes que marcaram época neste País. O último deles partiu agora: Miguel Arraes. Como era notável termos oportunidade de sentar a uma mesa e discutir política e Brasil com esses homens! Como saímos dali enriquecidos! E eu, como bem disse V. Ex<sup>a</sup>, o mais novo de todos, era quem mais saía ganhando. Para mim, esses momentos eram fantásticos. A política brasileira, aos poucos, vai-se empobrecendo. A partir do momento em que perdeu Teotônio Vilela, Tancredo Neves, de um por um, o País, politicamente, ficou mais pobre. Tenho certeza de que, se ele estivesse vivo, não estaríamos hoje vivendo no Brasil a crise e as incertezas que estamos vivendo, porque eram homens que sabiam ser Governo quando estavam no Governo, mas sabiam ser Oposição com responsabilidade e, acima de tudo, com grandeza. Parabenizo V. Ex<sup>a</sup>, que teve, mais do que eu, o privilégio de conviver e não só de aprender, mas também de ensinar esses que partiram e que deixaram uma fantástica lição a nós, brasileiros. Muito obrigado.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Ouçó o companheiro Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, Deus escreve certo por linhas tortas. Acabei de chegar de uma audiência com a Ministra do Meio Ambiente, para encontrar V. Ex<sup>a</sup> na tribuna. Arraes era um representante dessa grande geração que inspirou a todos nós, particularmente quando eu governava o Piauí e ele, Pernambuco. Em meu primeiro livro no Senado, V. Ex<sup>a</sup> fez o prefácio; em meu livro escrito à época em que eu era Governador, o prefácio foi de Miguel Arraes. Naquela época, ocorreu um fato que vou confessar aqui, diante de Cristo e do Plenário: o único furto que fiz na vida pública. Eu ia inaugurar o

Palácio da Cultura, era domingo, eu e minha Adalgisa estávamos ornamentando a festa. Eu estava na biblioteca pública do Município – eu estava criando um palácio com museu, cultura, conselho municipal – e vi um livro grosso: **A Mistificação das Massas pela Propaganda Política**, de Serge Tchakotine, traduzido por Miguel Arraes. Senador Pedro Simon, gosto de ler, como V. Ex<sup>a</sup>, e enquanto Adalgisa arrumava o Palácio para inauguração no dia seguinte, comecei a ler. Gostei tanto, olhei para a biblioteca toda pronta, cheia de livros, e pensei: “Isso não é para estudante. Vou levar para casa”. Atentai bem! Apreendi com aquele livro, que me fez Governador. Mas tenho o hábito de estudante de medicina de riscar o livro, fazer anotações. Sempre que viajava, procurava o livro em livrarias, querendo repor aquele furto, dar um novo para a biblioteca, pois o meu estava todo riscado, anotado. Terminou o meu mandato na Prefeitura, e não consegui o livro. Quando Governador, em Recife, no Palácio, disse a Miguel Arraes: “V. Ex<sup>a</sup> me fez cometer um furto”. E contei-lhe o ocorrido. Estava presente o Malan: “Ah, você tem aquele livro?” Digo: “Tenho”. Conteí que aquele livro tinha me ajudado. Ele disse que gostaria de vê-lo. Em outra reunião, eu o trouxe, ele pediu o original, tirou umas cópias e me devolveu. Miguel Arraes reimprimiu o livro, chegou a me pedir para apresentá-lo no Senado. Vou pedir outro exemplar para devolvê-lo. Então, é muito oportuno. E perguntei a Arraes: “Onde você traduziu o livro?” Ele disse: “Preso, no Corpo de Bombeiros, foram mais de 90 dias, tive maus pensamentos, humilhado, preso. Como eu sabia francês, peguei um dicionário e fiz o trabalho”. O livro foi apreendido pela Ditadura, por isso era raro. Antes de morrer, ele o reapresentou. Queria dizer que o Miguel Arraes é essa figura que influiu em todos nós. Sem dúvida, tenho a convicção de que, com a ajuda de Deus, exemplos de homens como Miguel Arraes e V. Ex<sup>a</sup> levarão nossa geração a construir o país do sonho de Arraes, com uma sociedade mais justa, fraterna. Essas são as minhas palavras e os meus aplausos a V. Ex<sup>a</sup> que, agora, além do seu papel, tem que continuar a liderança de Miguel Arraes, que influenciou muito como nós.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e fico emocionado pelo tom dos apartes em homenagem a Miguel Arraes.

Encerro, Sr. Presidente, levando ao grande amigo Miguel Arraes, onde estiver, que sei que ele está com a consciência do dever cumprido. Nas últimas vezes em que falei com Miguel Arraes, não encontrei um homem amargurado. Tinha mágoa de ver o Brasil, inclusive o atual governo, diferente daquilo que ele imaginava, mas ele achava que tinha feito a parte dele. E ele fez a parte dele.



Rústico, humilde, do interior do Ceará, veio, avançou. Difícil de entender, mas para quem o entendia, Arraes era um homem bom, puro, digno, justo, que via no semelhante realmente um irmão. Era um homem que tinha preocupação com a busca do bem comum.

A luta de Miguel Arraes era que tivéssemos, no Brasil, o grande entendimento de que o próximo é nosso irmão e que quando ele cresce nós crescemos com ele, de que um Brasil justo é aquele em que todos têm condições de viver com dignidade. Ele morreu defendendo as suas idéias.

Por isso, meu irmão Miguel Arraes, onde estiveres, tenha a certeza de que sempre semeastes o bem e terás a compensação e a justiça que mereces na vida do lado de lá. Receba o nosso abraço, o nosso carinho, a nossa saudade. Tua amizade, tua imagem sempre estará conosco, com o povo brasileiro, que cunhou em ti o exemplo do homem bom e do homem justo.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, principalmente pela tolerância, pela generosidade do tempo que V. Ex<sup>a</sup> me cedeu.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Cumpri com o meu dever, Senador Pedro Simon.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Almeida Lima, Leonel Pavan, Luiz Otávio, Paulo Paim, Sérgio Zambiasi, a Sr<sup>a</sup> Senadora Ana Júlia Carepa, o Sr. Senador Romero Jucá e a Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o mundo mudou muito e a população brasileira sabe disso, menos o Presidente Lula, que segue na doce ilusão de que as coisas vão bem no País. Não vão.

Lula possivelmente não tem contato com a **Internet**. Se tivesse, haveria de ler as muitas mensagens que o homem simples envia a Senadores, Deputados, Ministros e certamente para o Presidente.

Da minha parte, procuro multiplicar o tempo para ler, mesmo rapidamente, as mais de 300 mensagens que chegam todos os dias ao meu Gabinete. Imagino que para o Presidente esse total deve ser muito superior.

Estou certo de que os assessores do Presidente não o informam sobre o que mais reclama o povo simples do Brasil. Acho importante que ele tenha ao menos uma pálida idéia da opinião nacional sobre o Governo.

Peguei aleatoriamente uma dessas mensagens, que veio de Salgueiro, no Pernambuco do Senador José Jorge.

Essa não veio pela **Internet**. Veio pelo correio comum, numa carta manuscrita.

Veio de um brasileiro de 74 anos. Veio de um funcionário público aposentado, que, humilhado com o desamento de 0,1% com que foi brindado por Lula, traduz seu inconformismo:

Nós, servidores públicos, estamos passando fome. E, enquanto isso, o Presidente Lula só pensa em passear no avião de luxo pelo exterior.

Mais ainda, esse mesmo pernambucano, que se chama Joaldo Cardoso Abramowicz, mostra-se arrependido do voto dado a Lula e completa:

Espero que, se ele não vier a ter o seu mandado cassado, os brasileiros não dêem um voto sequer a ele no futuro.

Mensagens assim, Presidente, chegam a todo instante em meu gabinete.

Sabe o que é isso, Lula?

É a Voz do Povo.

Se o Presidente não sabe, a voz do povo é a Voz de Deus.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria também de, nesta oportunidade, falar da inconsistência e da incompetência da atual política externa brasileira. Após as derrotas para a diretoria-geral da Organização Mundial do Comércio – OMC e para a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o país caminha para um novo vexame, desta vez na tentativa de obter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

É nesse contexto que cito o artigo intitulado “Lição de humildade”, publicado na revista **Exame** do último dia 17 de agosto do corrente. Segundo o artigo, “o Itamaraty petista dedica-se a fazer política sempre do lado que perde, constrói alianças sem aliados, proclama liderança sem liderados e candidata-se a cargos nas organizações internacionais sem ter votos. O resultado prático disso tudo, até agora, tem sido derrota em cima de derrota”.

O artigo mostra, ainda, que “em vez de fazer amigos e influenciar nações, o Brasil se vê cada vez mais isolado no Terceiro Mundo, que imagina estar liderando, e levado cada vez menos a sério no Primeiro, ao qual imagina estar impondo respeito”.

Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito, para que conste dos Anais do Senado, que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



# Lição de humildade

**O governo, que se acha um sucesso internacional, só leva gol contra**

J.R. Guzzo

**T**UDO O QUE O GOVERNO do presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz, segundo ele próprio, cai em duas, e só duas, categorias. Na primeira, o que faz, em qualquer área de atividade, é sempre o melhor (ou maior) do mundo. Na segunda, é sempre o melhor (ou maior) jamais feito “na história deste país”. Ao longo dos últimos dias, juntou-se a essas duas auto-avaliações uma terceira, segundo a qual pode haver, talvez, alguém tão honesto quanto o presidente entre os 180 milhões de brasileiros, mas ninguém seria “mais honesto” do que ele. Em matéria de megalomania boba, fica difícil encontrar algum governo que possa competir com o de Lula, seja “no mundo”, seja “na história deste país”, mas isso é o de menos.

O curioso é que o julgamento que o governo faz a respeito de si próprio é exatamente o oposto do que ocorre no mundo dos fatos. Nunca houve na era republicana (para usar a palavra fetiche do PT), ou em qualquer outra, um governo que roubasse tanto e de forma tão inépta como o atual. Mas é nesse momento, justamente, que Lula escolhe para informar ao público que nenhum brasileiro o supera em termos de honestidade — deixando o público, obviamente, sem entender nada. Nunca houve, também, tanta incompetência na gestão da máquina pública; exceção feita à área econômica. Quanto mais erra, porém, mais o governo diz que acerta. A pose é de Real Madrid. Os resultados, no mundo das realidades, são de Jabaquara.

Nessa balada, é natural que também a política externa do governo Lula seja descrita como a melhor de todos os tempos: Mas, da mesma forma como ocorre com os “10 milhões de novos empregos”, com o “Fome Zero”, com as “políticas públi-

cas”, e por aí adiante, o que se pode ver, na tabela de pontos corridos, é que a diplomacia brasileira não consegue ganhar uma — não, com certeza, na sua estratégia de transformar o Brasil no farol dos países subdesenvolvidos e, com isso, alterar a “balança de poder” vigente no planeta Terra. Como o personagem Augusto Matraga, o Itamaraty petista dedica-se a fazer política sempre do lado que perde, constrói alianças sem aliados, proclama liderança sem liderados e candidata-se a cargos nas organizações internacionais sem ter votos: O resultado prático disso tudo, até agora, tem sido derrota em cima de derrota. No falatório do PT e de Lula, é claro, a diplomacia do Itamaraty é a mais fabulosa que já se fez na “história deste país”. Na vida real, ela consegue exatamente o contrário do que pretende — em vez de fazer amigos e influenciar nações, o Brasil se vê cada vez mais isolado no Terceiro Mundo, que imagina estar liderando, e levado cada vez menos a sério no Primeiro, ao qual imagina estar impondo respeito. Devem ser as “perdas internacionais” de que tanto falava o governador Leonel Brizola.

A última goleada que o Itamaraty tomou foi a candidatura brasileira à presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): conseguiu o lamentável total de 11 votos para o candidato João Sayad, contra os 20 dados ao vencedor, o colombiano Luis Alberto Moreno, após uma campanha desastrosa do começo ao fim. Os estrategistas da política externa do PT imaginavam derrotar Mo-

reño, o candidato apoiado pelos Estados Unidos, mobilizando em favor do Brasil as ilhas do Caribe — países sem dúvida muito simpáticos e numerosos, mas cuja possibilidade de decidir uma disputa nas três Américas é próxima a zero. A eles deveriam se somar, no sonho do Itamaraty, os votos da Venezuela do companheiro Hugo Chávez, depois os do Mercosul, e assim por diante, até que os Estados Unidos se cutvassem diante do Brasil. Só poderia dar errado, e deu.

No fim das contas, o candidato brasileiro acabou não ficando sequer com todos os votos do Caribe. Do Mercosul, que o governo Lula insiste em liderar, é melhor nem falar: dos três votos com os quais o Itamaraty contava, dois foram contra. O pior, na história toda, é que mais uma vez a atual diplomacia brasileira acabou obtendo o exato oposto daquilo que pretendia obter: em vez de aumentar, diminuiu a influência que tinha no BID, onde a vice-presidência era até agora ocupada pelo mesmo João Sayad. Durante a campanha, surgiu a chance de uma composição. O Brasil apoiaria a candidatura de Luis Alberto Moreno e seria compensado com a manutenção de seu peso relativo na estrutura do banco. Mas o Itamaraty decidiu bater chapa, perdeu feio e agora não se sabe nem mesmo se o pobre João Sayad, que não tinha nada a ver com a briga, ficará no BID. Ao fim e ao cabo, deu perda total. O Brasil não conseguiu o que queria ter e está ameaçado de perder o que tinha.

O desastre do BID é ir-  
mão gêmeo do desastre que  
a política externa do gover-  
no já tinha oferecido ao país  
em maio, com a candidatura do embaixa-  
dor Luiz Felipe Seixas Corrêa à diretoria-  
geral da Organização Mundial do Comércio  
(OMC). O Itamaraty, na ocasião, con-  
seguiu o prodígio de ver seu candidato fi-  
car em quarto lugar numa disputa entre  
quatro nomes. Não só isso: após uma dis-  
puta em que se cometeram todos os erros  
que seria possível cometer, o ganhador foi  
o diplomata uruguaio Carlos Pérez del Cas-  
tillo. Sobrou a constatação de que nem no  
Mercosul, mais uma vez, o Brasil conse-  
gue apitar alguma coisa, e que nem o Uru-  
guaí, nosso excelente vizinho, parece es-  
tar impressionado com o  
poder de fogo que o Ita-  
maraty acredita ter. A sur-

ra na eleição da OMC não deveria ensinar a diplomacia do governo Lula a pensar um pouco melhor nas suas limitações? Deveria. mas não ensinou. Sem aprender nada e sem esquecer nada. O Itamaraty logo se meteu na aventura do BID, e agora trabalha a todo o vapor para perder de novo, com sua tentativa de obter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Trata-se de uma candidatura que só existe na cabeça dos três ministros de Relações Ex-

teriores que o Brasil tem hoje, e que eram quatro até José Dirceu, o ex-chefe da Casa Civil, ser incinerado na fogueira do mensalão: o ministro propriamente dito, o chanceler Celso Amorim, o secretário-geral Samuel Pinheiro e o assessor internacional do Palácio do Planalto, Marco Aurélio Garcia. Nem mesmo os países da América Latina, que pela teoria geopolítica do PT deveriam estar torcendo feito loucos para ter um *hermano* entre os grandes regentes da ONU, apoiam o Brasil. Ao contrário, fazem questão de vetar em público a pretensão brasileira, como é o caso, por exemplo, do México e da Argentina. As potências da vida real, por sua vez, nem perdem tempo em discutir o assunto — da mesma forma como nunca levaram a sério a idéia de criar

um “imposto mundial” sobre transações financeiras para combater a fome, uma espécie de globalização da CPMF que Lula acredita ser um dos maiores achados da sua política externa. É óbvio que nunca vai sair um único centavo disso. Mas e daí? O que importa é cuidar da imagem. Na esfera do marketing, o presente gozamos de um grande sucesso internacional. Na vida como ela é, lembra cada vez mais um Luís XV de escola de samba. ■

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar artigo de autoria do jornalista Clóvis Rossi, intitulado “Crise, humor e grandeza”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 4 de agosto do corrente.

Nunca houve tanta esculhambação com um Presidente da República como está tendo com o Presidente Lula. Os programas humorísticos estão tendo material de sobra para ironizar a crise e o governo, como se está vendo no “Casseta e Planeta”. Contudo, é na crise que se revelam os grandes líderes e aqueles que não sabem ser líderes. Para deixar de ser motivo de

gozação, não basta apenas falar muito sem conseguir resolver nada, faz-se necessário que se tenha pulso forte para enfrentar a crise e acabar com ela.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

## Crise, humor e grandeza

**SÃO PAULO** - Memória é coisa traiçoeira. Mas, ainda assim, ousa supor que jamais houve esculhambação com um presidente da República igual à que foi ao ar anteontem, no “Casseta e Planeta”.

Tudo bem que humor a favor não tem a menor graça, mas confesso que fiquei meio petrificado pelo deboche. Antes que alguém pense que estou criticando ou pedindo censura aos bravos rapazes do “Casseta”, que fique claro: eles é que devem saber a dosagem de humor e esculhambação que querem usar contra quem quer que seja.

Se a dose for exagerada, o público certamente reagirá, e não consta que o tenha feito até agora.

Ao contrário do que pensa o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a julgar pelas declarações de ontem em Pernambuco, a crise não nasceu do medo, suposto ou real, de seus potenciais adversários.

Nasceu, como confessa até José Dirceu, da “tragédia” do PT.

O risco para Lula, portanto, não é o de engolir ou ser engolido, mas o de ser folclorizado. Políticos rejeitados (vide, entre outros, Paulo Salim Maluf) podem, mesmo assim, conseguir longa sobrevida.

Já políticos folclorizados podem até sobreviver indefinidamente, mas serão sempre menores.

Líderes de fato revelam-se na crise. Lula, ao contrário, não consegue sobrepor-se a ela. Faz muita agitação, fala muito (e diz muito pouco, quase nada), anda de um lado para o outro, mas não mostra pulso para enfrentar o problema.

Seus discursos são erráticos, repetitivos, carregados de auto-elogios, de bravatas, de um messianismo sem Messias, portanto oco.

Sua reforma ministerial, em resposta à crise, foi pífia.

É pouco, muito pouco, para o líder de um partido que vive assumidamente a sua maior tragédia e de um governo em crise.

@ → [crossi@uol.com.br](mailto:crossi@uol.com.br)

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, volto à tribuna neste momento para requerer que seja feito o registro do artigo intitulado “O cerco se aperta”, de autoria do escritor e jornalista Carlos Heitor Cony, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 9 de agosto do corrente.

Em seu artigo, o autor destaca que “Embora denúncia nenhuma tenha chegado até Lula, há um consenso nacional de que ele de alguma forma sabia do mensalão. Não ficou definido, ainda o grau de conhecimento, apenas isso”.

Ainda segundo o autor, “Como presidente da República Lula foi e é um desastre político e administrativo. Realmente, não estava preparado para o cargo. Como chefe de governo, é uma calamidade”.

Concluindo, Sr. Presidente, requero que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**CARLOS HEITOR CONY**

## O cerco se aperta

**RIO DE JANEIRO** — *Aperta-se cada vez mais o cerco em torno do presidente da República. Embora denúncia nenhuma tenha chegado até Lula, há um consenso nacional de que ele de alguma forma sabia do mensalão. Não ficou definido, ainda, o grau do conhecimento, apenas isso.*

*Um caso para impedimento? Acho que não, a menos que apareçam fatos novos. Mas a opinião pública está sendo preparada para descartar o presidente de qualquer forma, seja por renúncia ou por impeachment. É curiosa a maneira como o savanarola de Petrópolis provoca os gritos de “Mata! Esfolá!” dentro das GPs que apuram os escândalos. Severamente interrogado, pressionado com palavras duras a admitir a culpa de Lula, o deputado faz questão de colocar o presidente num pedestal, põe a mão no fogo por ele, chama-o de “estadista” um exagero que causa pânico e irritação no plenário e na mídia.*

*Tenho a impressão de que Roberto Jefferson então, louvores rasgados a Lula para provocar a onda de protestos e suspeitas contra o presidente.*

*Todos se sentem obrigados a desmentir o deputado que acusa todo mundo, acusa o governo como um todo, mas faz questão de colocar o presidente numa redoma, oferecendo-lhe as pedradas da opinião dominante nas GPs.*

*Embora negando que está sendo pautada pelo savanarola do Piabanhá (é o rio que banha Petrópolis), a mídia cai na mesma esparrela, esculhamba o deputado que não admite o envolvimento de Lula no esquema da corrupção.*

*É uma pena. Como presidente da República, Lula foi e é um desastre político e administrativo. Realmente, não estava preparado para o cargo, não por falta de escolaridade e status social. Ele funciona bem como chefe da nação, representando-a com dignidade e simpatia pessoal, sobretudo em suas viagens ao exterior e em momentos de normalidade aqui dentro. Mas o regime não é parlamentarista. Como chefe de governo, é uma calamidade. Mesmo assim, torço para que ele dê a volta por cima.*



**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para dar seqüência ao registro das matérias publicadas pela imprensa sobre os benefícios que se consegue tendo bons amigos no governo.

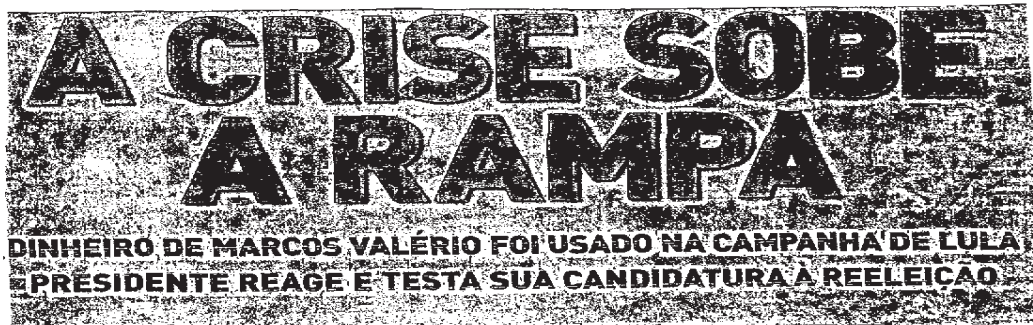
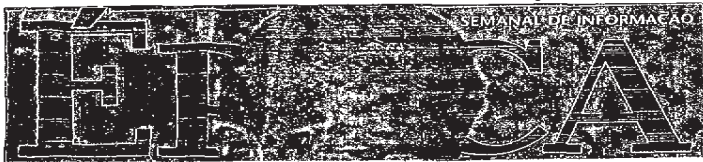
O advogado Roberto Bertholdo é muito amigo dos Deputados José Borba e José Janene e, em favor dessa amizade, empresta o seu Audi para o Deputado Borba e negocia cargos no governo. Henrique Pizzolato, ex-diretor de *marketing* do Banco do Brasil, ganhou ajuda para comprar uma casa apenas por ser amigo do Marcos Valério e do Secretário de Comunicação de

Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken. E, por fim, o filho do Presidente Lula, o Lulinha, conseguiu uma sociedade milionária com a Telemar.

Assim, Sr. Presidente, é nesse contexto que requero que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



## Operação Portugal

Usando o nome do PT, Marcos Valério pediu propina de R\$ 50 milhões para resolver a venda de uma companhia telefônica

THOMAS TRAUMANN

**P** principal operador do caixa dois do PT, Marcos Valério desempenhou também missões internacionais. Na aparência tratava-se de uma operação megalomaníaca e rocambolesca. Na prática não foi isso. O publicitário mineiro atuava com credenciais que lhe permitiram acesso ao geralmente exclusivo mundo de negócios europeu. Ele viajou para Lisboa e se encontrou, pelo menos duas vezes, com o presidente da Portugal Telecom, Miguel Horta e Costa, se oferecendo para re-

nas Gerais. Em troca, em vez da comissão normal que receberia qualquer corretor de um negócio desse porte, Valério pediu dinheiro para pagar dívidas do PT e do PTB. Segundo pessoas próximas à operação, o cheque seria de R\$ 50 milhões. O negócio não saiu.

As peripécias internacionais de Valério, denunciadas na semana passada pelo deputado Roberto Jefferson (PTB), envolviam o futuro da Vivo – maior operadora de telefones celulares do Brasil, que pertence à espanhola Telefónica e à Portugal Telecom. Em junho de 2004, a Vivo chegou perto de fechar um acordo de compra da Telemig. Acertou com o banco Opportunity,

um dos donos da operadora mineira, que pagaria mais de R\$ 2 bilhões pelo controle da empresa, mas a venda foi vetada por outro sócio, o Citibank. As negociações empacaram. A cada semana aparecia alguém se dizendo representante do governo Lula ou do PT e prometendo facilitar as coisas, mas só Valério era capaz de demonstrações de força: jantares com o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, um currículo de lobbies bem-sucedidos na Anatel e audiências com o então ministro da Casa Civil, José Dirceu. Na sede da companhia, em Lisboa, Valério tinha fama de ser o homem certo para desenraivar o problema.

Jefferson disse a verdade no Congresso ao informar que Valério era o intermediário para resolver as dívidas do PT com o PTB. Foi para provar que a propina não era para ele, mas sim para os partidos, que Valério levou como acompanhante em uma das viagens o tesoureiro de Jefferson, Emerson Palmieri. É especulação imaginar que o presidente da Portugal Telecom teria estimulado uma operação de caixa dois. Mas é fato que Miguel Horta e Costa recebeu Valério e o indicou para uma audiência com o então ministro de Obras e Comunicações de Portugal, António Mexia. Três semanas atrás, em entrevista ao semanário *Expresso*, Mexia disse que recebeu Valério "na qualidade de consultor do presidente do Brasil". A afirmação foi recebida como escândalo, pois seria o primeiro elo real entre Valério e Lula. Na quinta-feira, Mexia recuou e disse que Valério foi recebido apenas como empresário.

A direção da CPI dos Correios trabalha com a hipótese de que as operações de Valério em Portugal eram a fase dois de suas relações com o PT. O primeiro esquema, já comprovado, era o uso das agências de publicidade SMP&B, DNA e Graffiti para pagar contas e dívidas de campanha do PT e de seus aliados PL, PP e PTB – operações consideradas como "crime menor" nas atuais circunstâncias.

Já a conexão portuguesa faria parte do tráfico de influência para bancos, seguradoras e companhias telefônicas obterem contratos e vantagens no governo Lula. Nesses contatos, Valério, o avalista dos empréstimos ao PT nos bancos Rural e BMG, invertia os papéis com Delúbio Soares. Era o tesoureiro do PT quem aparecia como fiador de que Valério tinha poderes para falar como representante do PT em negociações com o governo federal.

Roberto Jefferson afirmou que Valério e Palmieri foram a Lisboa por ordem do ex-ministro José Dirceu. Teria sido a fórmula encontrada para o PT quitar as dívidas com o PTB – a origem de toda a crise política. Dirceu nega.

Treze dias antes da viagem de Valério a Lisboa, em 11 de janeiro, o ex-ministro recebeu o principal acionista da Portugal Telecom, Ricardo Espírito Santo, acompanhado de Marcos Valério. Dirceu e o banco Espírito Santo afir-

mam que uma coisa não tem nada a ver com a outra. Jefferson acusou o banco Espírito Santo de participar de outro esquema – a proposta de transferência para o banco português de US\$ 100 milhões de investimentos externos do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). A proposta era defendida por Lídio Duarte, o indicado por Jefferson no IRB, mas não prosperou. O banco Espírito Santo admitiu que tentou captar dinheiro do IRB, mas negou ter recorrido ao tráfico de influência para azeitar a negociação com a seguradora estatal.

## Operação Portugal era para pagar dívida do PT com o PTB de Jefferson

Concorrentes dizem que Valério já havia trabalhado antes para a Portugal Telecom. Ele teria influenciado na decisão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) de manter a divisão das tarifas das ligações entre telefone fixo e celular.

Pelas regras de 1998, de cada real gasto nas ligações entre aparelhos celulares e fixos, os primeiros ficavam com a maior parte. Como é a única grande companhia que só opera celulares, a Portugal Telecom é, por meio da Vivo, a maior beneficiária dessa divisão.

As companhias fixas tentaram várias vezes mudar a relação, mas não conseguiram convencer a Anatel. Segundo os concorrentes, Valério teria sido fundamental para a manutenção da regra. Ele também teria prometido aos portugueses que convenceria a Anatel a antecipar a entrada no país dos ▶

## OS PASSOS DE VALÉRIO

A estranha relação entre o governo, o PT e o PTB. Marcos Valério e a Portugal Telecom

Portugal Telecom fez o primeiro contato com o PTB. Como intermediário do negócio, Marcos Valério encontrou em Lisboa com Miguel Horta e Costa, presidente da empresa. Valério teve vários encontros para tratar do assunto.

No dia 11 de janeiro, foi então ministro da Casa Civil, José Dirceu, recebeu em seu gabinete o empresário Ricardo Espírito Santo, do Banco Espírito Santo, principal acionista da Portugal Telecom.

Marcos Valério e o tesoureiro do PTB, Emerson Palmieri, viajaram para Portugal. Lá se encontraram com o então ministro português, António Mexia, e com representantes do banco Espírito Santo.

O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) disse no Conselho de Ética da Câmara que a viagem de Valério e Palmieri foi para acertar uma comissão que a Portugal Telecom pagaria ao PT e ao PTB. Eles teriam viajado por orientação de José Dirceu.

Dirceu e o governo negam a versão de Jefferson. Marcos Valério diz que foi a Portugal como publicitário da Telemig para intermediar a venda dessa empresa à Portugal Telecom. O negócio não saiu até hoje.



celulares de terceira geração. Procurada por *ÉPOCA*, a direção da Portugal Telecom em Lisboa desmentiu "categoricamente" que Marcos Valério tenha feito lobby para a empresa. "Neste escândalo todo, a Portugal Telecom vai aparecer ou como culpada, ou como pateta por ter recebido o Valério em Lisboa. É ruim, mas prefiro que a empresa saia como pateta", diz um executivo ligado às operações da Portugal Telecom. Os executivos da Portugal Telecom ficaram em pânico com a possibilidade de aparecer como a ligação que faltava para incriminar o presidente Lula e foram apanhados de calças curtas. Aproveitando as férias escolares na Europa, muitos estavam viajando com a família quando o escândalo estourou.

A venda da Telemig era apenas o pontapé inicial da mais ambiciosa tacada dos interesses que Marcos Valério defendia na telefonia. O foco era realmente a venda da Brasil Telecom, a terceira maior telefônica do país. Os quatro sócios da empresa (banco Opportunity, Citibank, Telecom Italia e fundos de pensão liderados pela Previ) vivem há anos em uma disputa sangüinária. Valério apareceu em duas etapas da bara-

funda. No início do governo Lula, ele aproximou Delúbio Soares do Opportunity de Daniel Dantas, o banqueiro odiado por um dos principais assessores de Lula, o secretário Luiz Gushiken. Em meados de 2004, quando negociava a venda da Telemig para a Vivo, Dantas já tinha a seu lado o então ministro José Dirceu. Com o dinheiro que ganharia da venda da Telemig, Dantas pretendia comprar a parte do Citibank e se tornar o controlador incontestado da Brasil Telecom.

Gushiken, apoiado por concorrentes de Dantas, trabalhou para que a Previ se aproximasse do Citibank e vetasse o negócio. Meses depois, Citi e Previ assinaram um polêmico contrato de venda conjunta de ações na Brasil Telecom. O acordo prevê que, se a venda não sair até o final de 2007, a Previ se obrigará a comprar a parte do Citi, "mesmo que isso contrarie as regras da Anatel". Se efetivamente ocorrer, o valor dessa venda futura será 30% maior do que aquele que outra companhia, a Telecom Italia, já tinha oferecido antes pelas ações que o Opportunity tem na mesma companhia. De acordo com a Previ, o acordo com o Citibank foi correto porque, entre outras vantagens, evita uma venda separada que traria prejuízos aos investimentos. Um cenário possível sem o acordo era que a Telecom Italia comprasse apenas a parte do Citi e do Opportunity, deixando os fun-

dos sem condições de uma venda rentável. Hoje, além da Telecom Italia, são candidatos a comprar a Brasil Telecom a Portugal Telecom e a Telemar.

Em sua segunda aparição no caso Brasil Telecom, Valério integrava a corrente que trabalhou pesadamente para derrubar o presidente da Previ, Sérgio Rosa, e substituí-lo pelo diretor do Banco do Brasil, Henrique Pizzolato – o mesmo que pediu aposentadoria depois da descoberta de que recebeu R\$ 326 mil em dinheiro vivo da agência de publicidade DNA. O ex-tesoureiro Delúbio Soares atuou em dobradinha com Valério contra a direção da Previ. Uma troca de Rosa por Pizzolato no comando do fundo de pensão provavelmente teria como resultado um acordo entre o fundo de pensão e o Opportunity.

As agências publicitárias de Marcos Valério trabalham para várias empresas ligadas ao Opportunity, mas o banco nega que os serviços prestados incluam lobby. "No governo Lula, a Previ atuou até contra os interesses de seus pensionistas para prejudicar o Opportunity. A Polícia Federal invadiu a casa de Daniel Dantas e fez cinco pedidos de prisão contra ele", afirma um executivo do Opportunity. "Que diálogos de lobby é esse que o Valério fazia para a gente que só nos prejudicava? Pode ser. Mas, nessa briga, ninguém tem certeza de nada. ■

## Negócio de família

Ex-mulher de José Dirceu consegue casa e emprego com Marcos Valério e bancos amigos do PT

**A**té agora, a versão oficial era que o empresário Marcos Valério havia obtido empréstimos milionários para ajudar o PT e seus aliados a pagar dívidas. Na semana passada, descobriu-se que ele ajudava petistas também em assuntos pessoais. Em dificuldades financeiras, a psicóloga Maria Ângela Silva Sarragoça, ex-mulher do ex-ministro José Dirceu, foi apresentada em setembro de 2003 a Valério por Silvío Pereira, ex-secretário do PT e fiel escudeiro de Dirceu. Dois meses depois, com ajuda de Valério, ela conseguiu casa e emprego com os bancos BMG e Rural – ambos enrolados no escândalo do mensalão.

No fim de 2003, Maria Ângela comprou por cerca de R\$ 190 mil um apartamento num bairro de classe média de São Paulo. Por meio de uma nota, ela afirmou ter conseguido o dinheiro para a compra de três maneiras: vendeu um carro, fez a mesma coisa com o antigo apartamento – negociado por R\$ 115 mil – e tomou um empréstimo de R\$ 42 mil no

Banco Rural para ser pago em 36 parcelas. O antigo proprietário confirma que os R\$ 42 mil foram depositados em sua conta corrente. Mas disse ao jornal *Estado de Minas* que os outros R\$ 150 mil teriam sido entregues a ele por Maria Ângela em dinheiro vivo, dentro de uma sacola. Procurada, ela não respondeu aos pedidos para explicar o negócio. O Banco Rural diz que o empréstimo foi feito dentro dos parâmetros normais.

A história da venda do antigo apartamento também envolve amigos petistas. Maria Ângela diz ter acertado a venda para Ivan Guimarães, ex-presidente do Banco Popular do Brasil, braço do Banco do Brasil que cuidava de empréstimos para clientes de baixa renda. A escritura, no entanto, foi feita em nome de Rogério Tolentino, advogado e sócio de Marcos Valério. A ex-mulher de José Dirceu diz que só soube da alteração na ho-

ra de passar a escritura. Guimarães alega que não tinha dinheiro suficiente para pagar o imóvel, mas queria ajudar a mulher de Dirceu, por isso acertou que Tolentino compraria o apartamento e alugaria para ele.

O caso já seria incomum pela presença de Valério em ajudar alguém que tinha acabado de conhecer, mas fica mais raro ainda quando chega ao emprego. Dois meses depois de conhecer Valério e relatar suas dificuldades financeiras, Ângela conseguiu também ser contra-

**Apartamento  
teria sido pago  
com R\$ 150  
mil em dinheiro  
vivo, entregues  
em uma sacola**

tada pelo banco BMG por um salário de R\$ 3.265, para trabalhar meio expediente. Hoje não precisa nem ir ao banco: trabalha em seu escritório particular. BMG é o banco que emprestou R\$ 41 milhões ao PT e foi o primeiro a obter autorização do governo para conceder crédito consignado. O Rural é aquele que emprestou R\$ 3 milhões diretamente ao PT e mais R\$ 29 milhões através das empresas de Valério. Era em sua agência que petistas e aliados sacavam o dinheiro do mensalão. Maria Ângela diz que Silvío

Pereira a apresentou a Valério porque sabia que ela precisava de um apartamento maior, mas Dirceu não podia ajudar.

O patrimônio pessoal do ex-ministro tem chamado a atenção também em Vinhedo, no interior de São Paulo, onde construiu uma casa no condomínio Vale de Santa Fé, avaliada em R\$ 600 mil. A residência de paredes amarelas tem 431 metros quadrados e ocupa um bonito terreno de 1.680 metros quadrados, com piscina e churrasqueira.

Através da assessoria, Dirceu disse que gastou R\$ 50 mil na compra do terreno

e R\$ 253.671 na execução da obra entre 2002 e 2004. O dinheiro teria vindo de uma aplicação de R\$ 75 mil no Banco do Brasil, da indenização de R\$ 62 mil recebida da Comissão de Anistia e de R\$ 48 mil de sua rescisão quando deixou de ser funcionário do PT. Teve ainda de pedir um empréstimo bancário de R\$ 20 mil e pagou o resto com recursos do próprio salário.

# Até para o Genro

## Presidente escolhido para limpar o PT também teve contas de campanha pagas por Marcos Valério

MATHEUS MACHADO

O novo presidente do PT, Tarso Genro, tem os próprios fantasmas para administrar, além daqueles que assombraram a antiga direção do partido. Entre os documentos entregues por Marcos Valério à Procuradoria-Geral da República, há fortes evidências de que o publicitário pagou dívidas da campanha de Genro ao governo gaúcho, em 2002. No meio da papelada aparecem dois cheques nominais, de R\$ 75 mil cada um, para as gráficas gaúchas Impressul e Comunicação Impressa. Ambas tiveram Tarso Genro como principal cliente em 2002. Mais tarde, em nova coincidência, as duas empresas tomaram-se fornecedoras do Ministério da Educação — justamente no período em que a pasta foi comandada por Genro.

Os dois cheques foram assinados no mesmo dia, 9 de junho de 2003. Um dos diretores da Impressul, Jairo Amaral, confirmou ter recebido o cheque para saldar dívidas do PT com sua empresa: "Eles (o PT) ainda me devem muito. Só não vou dizer quanto. Recebi o cheque, sim, e se pudesse receberia outro, sem problema". Questionado se o pagamento seria referente a uma dívida da campanha de Tarso Genro para governador, Amaral, de início, negou. Disse que os serviços eram da campanha de Lula. A Impressul, no entanto, não fez nenhum tipo de trabalho para o PT nacional em 2002, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral. Diante da nova informação, o empresário des-

Relação de pessoas indicadas pelo PT que receberam recursos emprestados ao PT por Marcos Valério, através das empresas:

8	MARCELINO PIES 51 - 9999-0826 OU 3284-8967 TESOUREIRO PT - RS / Diretório Nacional JORGE - 51- 9116-4302 PAULO ANTONIO BASSOTTO	9/8/2003 a 15/07/2003	700.000,00
		20/9/2003 a 24/10/2003	500.000,00
			1.200.000,00

**CAIXA DOIS** Tesoureiro do PT gaúcho pegou R\$ 1,2 milhão de Valério e pagou contas da campanha de Tarso Genro. "Se errou e pegou dinheiro nesse esquema paralelo, o partido deve assumir a culpa e punir os responsáveis", diz o presidente do PT

**RECIBO** Marcos Valério pagou R\$ 75 mil à Comunicação, empresa que trabalhou para as campanhas de Lula e de Tarso Genro em 2002

**PAGO** O maior cliente da Impressul na campanha de 2002 foi Tarso Genro. Ela também recebeu pelo caixa dois

conversou: a dívida seria, então, de 2000. Naquele ano, contudo, Lula não se candidatou a nada. "Então foi para pagamento de dívida do PT. É isso", disse Amaral, encerrando a conversa.

Na disputa para governador em 2002, o PT pagou R\$ 45.800 para a Impressul e R\$ 101 mil para a Comunicação Imprensa. A Comunicação ainda fez trabalhos para 12 deputados federais do PT gaúcho e para o então candidato e hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A maior conta da empresa, porém, foi conquistada na campanha de Genro. Já a Impressul prestou serviços para candidatos do PDT, PSDB, PFL e PMDB. Mas os maiores contratantes foram petistas, como Tarso Genro, responsável pelo principal faturamento da empresa nas eleições em 2002. "Minhas contas de campanha foram aprovadas pela Justiça", argumenta Genro. "Se sobrou alguma dívida, depois desta aprovação ela passa a ser do partido, e não da campanha." Segundo ele, o PT gaúcho precisa explicar exatamen-

## Empresas trabalharam para o Ministério da Educação na gestão de Tarso Genro

te o que foi pago por Valério. "Se errou e pegou dinheiro neste esquema paralelo, o partido deve assumir a culpa e punir os responsáveis", diz.

À Procuradoria, Marcos Valério afirmou ter entregue R\$ 1,2 milhão ao PT

do Rio Grande do Sul. Mas apresentou comprovantes do envio de apenas R\$ 350 mil. Além dos dois cheques para as gráficas, há um recibo de R\$ 200 mil, assinado por Paulo Antônio Bassoto, funcionário do PT gaúcho. O recibo é datado de 16 de junho de 2003. No mesmo dia, Bassoto foi preso no aeroporto de Porto Alegre. Levava R\$ 150 mil numa mala e foi denunciado pelo aparelho de raios X. Depois de passar um dia preso, acabou socorrido por um advogado do PT. Apresentando recibos, o advogado alegou que o dinheiro fora enviado pela SMP&B, de Marcos Valério, para pagar uma fornecedora. Em mais uma coincidência, a fornecedora em questão era a gráfica Comunicação Imprensa Ltda. As despesas com o advogado também foram pagas pela agência mineira.

Depois de receberem pelo valor devido, as duas gráficas permaneceram ligadas a Tarso Genro. Dessa vez como fornecedoras de governo, no MEC. As empresas ganharam contratos para confeccionar folhetos, cartazes e livretos. A Impressul, por exemplo, faturou no ano passado R\$ 127 mil para produzir 500 mil folheters para a campanha de alunos surdos e outros R\$ 28 mil por conta de 20 mil livretos. Já a Comunicação Gráfica participou da produção de material para o projeto da Reforma Universitária neste ano. Imprimiu 10 mil folhetos e levou quase R\$ 31 mil. Mas 2004 foi mesmo seu grande ano no MEC: em seis trabalhos recebeu mais de R\$ 200

mil. Até a posse de Tarso Genro, as empresas nunca tinham prestado qualquer tipo de serviço ao MEC.

As gráficas gaúchas foram pagas pela Casablanca, agência de publicidade mineira que atende o MEC. Em Belo Horizonte, o dono da agência, Juliano Sales, nega interferência do ministério na escolha das gráficas. Já em Brasília, o diretor de produção da Casablanca, Reinaldo Saucedo, informou que as gráficas são indicadas pelo próprio

MEC, por meio de carta-convite. A maioria desses fornecedores é sediada em Brasília, já que assim não teria seus impressos encarecidos pelo frete. Em 2004, por exemplo, a Casablanca contratou 112 trabalhos de gráficas da capital. Do Rio Grande do Sul vieram sete trabalhos — todos eles das duas empresas que brilharam na campanha de Genro.

A assessoria de comunicação do MEC reconhece ter indicado as fornecedoras. Diz que foi parte de uma política para "descentralizar os contratos". Garante que não há privilégio para as empresas gaúchas e que os preços dos serviços caíram em relação ao governo anterior. Depois de três dias negando ter recebido dinheiro da SMP&B, na quinta-feira o tesoureiro do PT gaúcho, Marcelino Pies, reconheceu a ajuda de Valério. Em entrevista ao jornal *Zero Hora*, disse que foi designado pelo PT nacional para buscar o dinheiro com o publicitário mineiro. ■

## Corrupção e bordel

### Investigações do mensalão esbarram em garotas de programa, cafetina de luxo e festas em hotéis

Na quinta-feira 4, a senadora Ideli Salvati (PT-SC) entrou apressada na CPI dos Correios e, com ar maroto, anunciou: "Vou semear o pânico. Acabo de receber a lista da Geane". Muitos parlamentares não escondem que têm mais medo dos registros das festas organizadas em hotéis de Brasília pela cafetina Geane Mary Corner do que da inclusão de seus nomes entre os clientes do mensalão. Seguindo os investigadores, o pagamento das orgias e do jabaculé para os políticos também era feito pelo caixa de Marcos Valério Fernandes de Souza. A amigos, Geane disse que a quebra de seu sigilo telefônico e bancário pode revelar seu vínculo com o empresário. Recentemente, um delegado federal in-

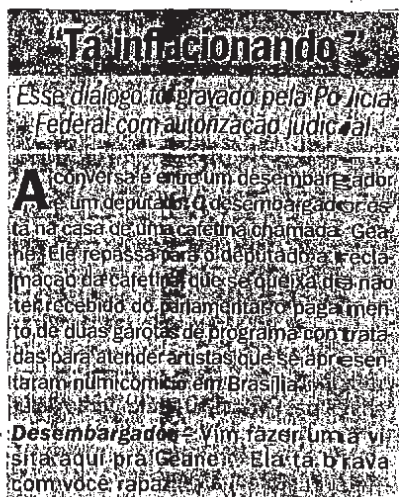
formou ao senador Demóstenes Torres (PFL-GO) que o empresário Ricardo Machado, sócio de Valério na Multi Action, alugou 15 suítes no hotel Grand Bittar para uma festa de arromba com garotas contratadas por Geane. "A orgia coincide com anotações da secretária Fernanda Karina e saques", assegura o senador. Machado confirma que fechou dois andares do hotel para uma festa em 2003, mas nega que tenha contratado prostitutas e não revela a lista de convidados.

A exemplo de Valério, Geane prestou serviços a excelências de outros partidos. *ÉPOCA* teve acesso a gravações feitas com autorização judicial em que a cafetina aparece cobrando uma dívida de um deputado pelo serviço

de duas garotas de programa, contratadas para atender uma dupla sertaneja que animou um comício em Brasília em 2002. Após uma discussão hilária, a conta acabou sendo paga por um desembargador.

Antiga fornecedora de prostitutas a políticos, Geane arrebanha prestadoras de serviços em vários Estados. Nas investigações sobre a máfia dos vampiros, acusada de surrupiar milhões do Ministério da Saúde, cada assalto aos cofres públicos era comemorado em festas numa casa no Lago Sul de Brasília, animadas pelas garotas de Geane. Numa das gravações feitas pela polícia, um líder partidário envolvido no escândalo do mensalão combina com um vampiro a ida a uma festinha, mas exige: "As mulheres não podem ser à Salim Muxiba", referindo-se a um lobista de São Paulo que não teria critério apurado na escolha de acompanhantes. ■





**Deputado** - A Geane?

**Geane, a cafetina** - Como é... Eu tô o quê, rapaz?

**Deputado** - Falei pro desembargador que cê tá judiando de mim.

**Geane** - Ah, que eu tô judiando de você. Inflacionando não, porque você mandar uma mulher duas horas da madrugada, a mulher sai no outro dia nove e meia da manhã e o cabra chegar aqui é dar quinhentos. Faça uma gentileza. Eu disse pro desembargador agora e vou dizer na sua frente. Eu disse: "Desembargador, me pague e receba dele, porque ele... Nessa campanha ninguém vê ele".

**Deputado** - Eu falei para ele te pagar os duzentos aí. Ele disse que vai pagar pra mim...

**Desembargador** - E...

**Deputado** - Ah por quê? (risos)

**Desembargador** - Tem uma fila aqui de mulher querendo receber dela e ela não recebeu de você. Então tá...

**Deputado** - Sacaragem dela. Ela me mandou duas meninas lá pra mim. Ela me cobrou oitocentos conto, pô. Me mandou duas mulher fraca. Eu já paguei pra ela quinhentos e ela quer que eu pague mais duzentos. Paga duzentos contos aí pra ela pra mim.

**Desembargador** - Pagó... Não, perai, fala aqui com ela. (Ao fundo, o desembargador diz para a cafetina: "Falou que você tá inflacionando".)

**O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) –**

### CENTENÁRIO CLUBE DO REMO

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no ano de 1905, em Belém do Pará, um pequeno grupo de 7 aficionados do esporte do remo se reuniu e decidiu formar o Grupo do Remo, para participar das competições náuticas daquele ano.

Nascia, pois, no dia 5 de fevereiro de 1905, a agremiação que acabaria batizada, em 1911, Clube do Remo, deixando para trás sua primeira designação de Grupo. Consolidava-se, assim, o maior clube e patrimônio esportivo do Estado do Pará.

De lá para cá, Sr. Presidente, o Clube do Remo cresceu, firmou-se e atraiu torcedores, que constituem, hoje, seu grande capital humano. Fruto dos êxitos alcançados nesses anos todos, o Remo congrega imensa e fiel torcida, que é a maior do Pará e de toda a região Norte, destacando-se, ainda, como a décima sexta maior do País. Segundo o Ibope, em pesquisa realizada em 2004, são 1,3 milhão de torcedores apaixonados pelo Leão, como o clube é carinhosamente chamado em meu Estado. Outra pesquisa, a do Instituto Acertar, mostra que, entre os torcedores de Belém, 46% vestem a camisa azulina. A pesquisa revela um dado interessante: o crescimento da torcida feminina. Entre os remistas, na capital de meu Estado, as mulheres ultrapassam 40% dos torcedores.

Impossível referir-se ao Clube do Remo sem mencionar a origem náutica vencedora que teve a agremiação, no início do século XX. Como nas demais modalidades, feitos inéditos e históricos também são contados no remo, como a primeira regata do Cam-

peonato Paraense de 1972, que teve o Leão como vencedor de todos os dez páreos, somando um total de 120 pontos. A prova foi disputada na manhã do domingo, 25 de junho de 1972, e contou, ainda, com a participação de Paysandu, Tuna Luso e Recreativa Bancrévea. Ninguém repetiu tal feito até hoje.

Sr. Presidente, o reconhecimento da importância do remo na vida do clube se fez, por longo tempo, pela bela tradição de os atletas sempre carregarem suas embarcações, rodeando o gramado nos momentos que antecediam os jogos de futebol; reconhecimento pelos aplausos da torcida remista, incentivados pela rivalidade, já muito forte, entre Remo e Paysandu. O Leão detém 33 títulos de campeão paraense, e continua sendo o maior campeão das águas no Estado.

Todavia, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como acontece com quase todos os esportes amadores em boa parte do Brasil, a descoberta de novos atletas acontece quase casualmente. As dificuldades estruturais dos clubes brasileiros, e o Remo não é exceção, não permitem a criação de uma escolinha de formação de remadores. Quem se interessa pelo esporte é, sem demora, convidado a fazer alguns testes antes de participar da categoria de estreantes, prevista em todas as regatas do Campeonato Paraense.

Foi, também, na sede náutica que as primeiras funções administrativas do clube foram desenvolvidas, iniciando a estruturação do hoje forte e pujante Clube do Remo.

Uma pena, Sr. Presidente, que as agremiações brasileiras não consigam assegurar o bom funcionamento das práticas esportivas amadoras de competição. A instabilidade é permanente e desalentadora. Não

fosse assim, teríamos um excelente caminho para a educação de nossos jovens e para o desenvolvimento esportivo do País.

Ainda assim, o Clube do Remo mantém e incentiva as atividades esportivas amadoras, sendo uma agremiação vitoriosa em todas as modalidades de que participa.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é preciso ir a Belém do Pará e ver a nação azulina reunida, para se ter uma idéia da força e da paixão que une o Clube do Remo e seus torcedores.

No domingo, dia 7 de agosto passado, um reencontro de primeira grandeza, entre 28 mil torcedores e o time do Remo, estremeceu o estádio Mangueirão na estréia do clube, em Belém, no Campeonato Brasileiro da Série C. Mesmo em um jogo valendo pela desprestigiada Série C, a torcida do Leão cravou uma das maiores arrecadações do final de semana entre as três divisões do futebol nacional. Os torcedores tiveram papel fundamental para a vitória do time e comemoraram o apito final como se fosse o da conquista de um título. Fogos, balões e fitas embelezaram a entrada do time em campo; e o grito de milhares de azulinos ecoou no estádio e marcou o espetáculo, em uma tarde que parecia perfeita para o Remo. Neste último final de semana não foi diferente, o Clube do Remo, ao derrotar por 3 x 2 o Clube São José, do Estado do Amapá, levou 23 mil torcedores ao Estádio do Mangueirão, hoje Estádio Olímpico.

Mesmo tendo o futebol como carro-chefe nestes cem anos de história, a escolinha de craques do Leão Azul é nova: tem apenas 15 anos. Fundada em 1990, a Escolinha de Futebol Rubilar nasceu da visão empresarial dos diretores Lucival Alencar e Armando Corrêa, que apostam no investimento nas divisões de base como a mais viável alternativa para driblar as crises pelas quais, ciclicamente, passa o clube. Essa aposta em uma solução caseira começa a prosperar e a render frutos, conforme evidenciam os números. O cadastro atual da escolinha relaciona 1.158 alunos, dos quais 280 comparecem habitualmente à Arena do Baenão para desenvolver suas atividades.

Futebol é, verdadeiramente, a grande paixão esportiva nacional. A tal ponto, que o fato de o Remo estar disputando a terceira divisão do futebol brasileiro não diminui o ímpeto de seus apaixonados torcedores; paixão que não se esgota no futebol, mas transborda para todas as demais modalidades esportivas em que o clube compete, sempre com grande sucesso.

No basquete, Sr. Presidente, o Remo detém o inédito heptacampeonato paraense adulto, sua mais importante conquista. A grande maioria dos 64 títulos conquistados pelo clube, nos últimos 15 anos, nas seis

categorias oficializadas pela Federação Paraense de Basquetebol, deve-se ao desempenho da escolinha de basquete, que revelou talentos e permitiu ao Leão Azul manter uma invejável hegemonia na última década.

No futebol de salão, hoje conhecido como futsal, o título estadual adulto de 1986 marcou a reorganização da modalidade no Remo e serviu de estímulo para o clube investir nas divisões de base.

O *slogan* "natação campeã", utilizado pelo Clube do Remo, para seus esportes de piscina, mais que um título, é o resumo de tudo o que o Leão Azul construiu em quase 30 anos de braçadas no Brasil e no exterior. Atualmente, o Remo é uma das mais consagradas e respeitadas agremiações do Norte e Nordeste nessa modalidade. Os resultados obtidos são frutos de um trabalho de formação de base, o verdadeiro segredo para tornar o clube quase imbatível em categorias como o Mirim e o Petiz.

Ao mesmo tempo em que mantém sua tradição vencedora, o Remo trabalha para resgatar as modalidades que já tiveram dias melhores no clube. Depois de um hiato de cinco anos, seu vôlei feminino adulto volta às quadras e, o que é mais importante, desperta animadoras expectativas de repetir os resultados obtidos nas décadas de 1980 e 1990, quando estabeleceu uma hegemonia, nunca igualada, de 12 títulos estaduais consecutivos.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a comemoração do centenário de fundação do Clube do Remo é motivo de orgulho para o povo paraense. A Assembléia Legislativa do Estado do Pará realizou, no dia 4 de agosto passado, sessão solene de homenagem ao clube, fortemente concorrida e presenciada por inúmeras personalidades de destaque na política e no meio esportivo paraense. A Câmara Municipal de Belém, cidade sede do Leão Azul, também se associou às homenagens, realizando sessão solene em 11 de agosto passado.

As instâncias políticas mais representativas do povo paraense homenagearam um símbolo da cultura esportiva de meu Estado. Nada mais justo e simbólico para todos nós, paraense e remistas.

Sr. Presidente, não posso concluir meu pronunciamento sem felicitar a atual diretoria do Clube do Remo, nas pessoas do Senhor Raphael Levy, seu Presidente, e do Senhor Antonio Carlos Pinheiro Teixeira, seu Vice-Presidente, pelo excelente trabalho que tem feito e que, certamente, se traduzirá em novas e importantes conquistas para o clube.

Não poderia, tampouco, deixar de registrar o trabalho da administração anterior, presidida pelo Sr. Ubirajara Imbiriba Salgado, que, mesmo enfrentando dificuldades, soube honrar as tradições do Leão Azul.



Ao ex-Governador Almir Gabriel, nossos agradecimentos pela reforma e conclusão do Estádio Olímpico, o nosso Mangueirão, orgulho dos paraenses e arena de grandes eventos esportivos.

Concluo, Sr. Presidente, desejando paz e prosperidade para o Leão Azul e toda a família remista.

Cumprimento o povo do meu Estado do Pará, apaixonado por esporte, pelo centenário de um dos seus mais importantes símbolos esportivos. Poucos clubes no País podem ostentar história de paixão popular como o Clube do Remo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje pela manhã tive o prazer de participar da 21<sup>ª</sup> Reunião extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, que tratou da crise da orizicultura no estado do Rio Grande do Sul.

Esta é uma causa pela qual me apaixonei pela seriedade e grandiosidade do trabalho dos agricultores e de seus representantes. A estimativa é de que as exportações do agronegócio brasileiro some US\$43 bilhões em 2005, contra os US\$39 bilhões em 2004. Podemos crescer ainda mais!

Participaram da audiência representantes do Instituto Rio Grandense do Arroz, da Federação dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul – Federarroz e da Federação de Agricultura do estado do Rio Grande do Sul – Farsul, que com todo o conhecimento e vivência expuseram as dificuldades do setor e defenderam a posição dos arrozeiros.

O Ministério da Agricultura, a Secretaria da Receita Federal e o Ministério das Relações Exteriores se fizeram presentes na figura de seus representantes.

A audiência, realizada a pedido dos três senadores gaúchos, foi mais uma tentativa de buscar soluções urgentes para a questão agrícola e, principalmente, para as reivindicações dos produtores.

Quero registrar um fato importante. Ao término da Audiência recebi a notícia de que o Governo Federal acenou positivamente à solicitação de prorrogação de três parcelas dos financiamentos de custeio. Uma boa notícia para o setor, que aguardava ansioso por esta decisão.

É necessário que sejam adotadas medidas compensatórias para a cultura do arroz em todo país. A área econômica do Governo Federal não pode ficar alheia a grave crise que atinge os nossos produtores.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs.

Senadores, desde a pré-história o ser humano utiliza o carvão como fonte de energia. Seu uso proporcionou conforto aos homens das cavernas e forneceu o calor necessário para moldar as matérias-primas de suas primeiras ferramentas. Mais tarde, o carvão foi determinante durante a revolução industrial, substituindo outros processos geradores de energia de origem hidráulica e animal. Atualmente, o velho carvão mineral continua sendo utilizado como uma fonte energética estratégica no mundo todo.

É por acreditar no potencial econômico e social dessa fonte, que instalamos ontem a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral.

Os principais objetivos dessa Frente são o estímulo à expansão do uso do carvão mineral na matriz energética nacional e a mobilização das forças políticas regionais e nacionais para que, junto com os demais segmentos da cadeia produtiva do carvão mineral, possamos sensibilizar o governo federal a implementar uma política energética que torne a expansão termelétrica a carvão mineral uma prioridade estratégica.

É necessário assegurar que os leilões de compra de energia também contemplem a energia gerada a carvão. O Brasil é um grande produtor de carvão mineral e isto possibilita uma maior independência energética.

As termelétricas a carvão possibilitam um maior intercâmbio energético com o Uruguai e a Argentina e funcionam como uma alternativa segura ao sistema elétrico nacional, pois independem de fatores climáticos ou internacionais.

O Sul do Brasil possui a maior parte das reservas nacionais de carvão, sendo que no Rio Grande do Sul está 89% do produto. É indispensável implementar projetos de usinas termelétricas, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Seu potencial aumenta a segurança energética na região sul e pode participar do suprimento ao sudeste, quando necessário.

Esses projetos possuem tecnologia de alta eficiência e mínimo impacto ambiental. Seguramente, deverão propiciar a geração de milhares de empregos na cadeia produtiva do carvão.

Em todo o país, mais de 4 mil empregos diretos são gerados com base no carvão mineral. Em termos de empregos indiretos, são cerca de vinte mil.

Atualmente, as reservas mundiais de carvão são suficientes para 500 anos, para as de gás a previsão é de menos de 100 anos e as reservas de Petróleo dificilmente ultrapassarão 50 anos. Nos Estados Unidos, o carvão representa 52% da matriz energética, na Alemanha 51%, na Polônia o índice chega a 96% e na China 78%.

No Brasil, conforme dados do Balanço Energético Nacional de 2002, o carvão responde por apenas 2,3% do total de energia elétrica gerada. Em nosso País, as reservas carboníferas, localizadas nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, são estimadas em 32 bilhões de toneladas.

É a maior fonte nacional de energia não renovável, representando 46% das reservas brasileiras de combustíveis fósseis.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o preço do petróleo bate recordes no mundo. No Brasil, vivenciamos as consequências das recentes crises de suprimento de energia elétrica da Argentina e do gás da Bolívia. Isto reforça a necessidade imediata de uma política efetiva para o carvão mineral nacional, que potencialize seu uso econômico e nos torne menos dependentes.

Entendemos que este é o momento ideal para, com o apoio do Congresso Nacional, instalar a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral. A partir deste momento, juntos trabalharemos para que o carvão mineral brasileiro possa, com uma política consistente e estável, contribuir para a segurança energética e para o desenvolvimento do Brasil.

O sucesso da empreitada de recolocação do carvão em posição de importância na matriz energética depende da colaboração do capital privado, nacional e estrangeiro, articulados com os esforços dos Governos Estaduais e Federal.

Para nossa alegria, em seu discurso de posse, há pouco mais de um mês, o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, ratificou a intenção do governo federal em definir uma política para o carvão mineral, dentro do modelo energético brasileiro – e reafirmou a responsabilidade na busca do crescimento econômico, além da responsabilidade social e o compromisso com o meio ambiente.

Também gostaríamos de registrar aqui nosso apreço pela atuação da ministra Dilma Roussef no comando do Ministério de Minas e Energia, que, entre outras iniciativas, lançou o desafiador programa intitulado “Luz para Todos”. Esse programa levou, em menos de um ano, energia para um milhão de pessoas no meio rural. É o mais ambicioso programa do gênero no mundo e deve promover a inclusão elétrica para outras nove milhões de pessoas até 2008. Não temos nenhuma dúvida do papel decisivo que o carvão mineral vai exercer para que tal objetivo seja alcançado.

Não podemos deixar de lembrar a atuação do secretário estadual de Energia, Minas e Comunicações do Rio Grande do Sul, Valdir Andres, que foi incansável na mobilização política para a concretização dessa Frente Parlamentar.

Também destacamos o intenso trabalho realizado pelas Assembléias Legislativas e pelas Câmaras Municipais dos três Estados do Sul.

Prova da mobilização constante do setor é a grande presença, hoje, de deputados, vereadores, trabalhadores e lideranças locais das regiões produtoras de carvão.

É exatamente essa mobilização, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que dará forças para a realização do nosso trabalho na Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral, instalada hoje.

Trabalharemos intensamente para que o Brasil tenha uma política pública consistente e capaz de promover o desenvolvimento desta importante fonte energética nacional, que poderá contribuir para a redução da pobreza no Brasil e para a segurança energética de nosso país.

Muito obrigado.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) –

“Da exploração da borracha à exploração dos minérios. Da chacina do brigue palhaço ao massacre dos sem-terra”

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para relatar e homenagear fatos importantes e históricos do Estado do Pará. O mês de agosto é representado por momentos importantes do povo amazônida. Destaco, hoje, o momento histórico da **ADESÃO DO PARÁ** à independência do Brasil, adesão esta que se deu em 15 de agosto de 1823. É inegável a importância deste momento na história do Pará, ao romper com o governo imperial português.

Todavia, esta emancipação era esperada pela população como uma mudança real na vida das pessoas. Esse ato, infelizmente, na prática nada representou como mudança social e econômica para o povo que ali vivia, que ali vive. O povo continuou afastado das decisões políticas, o poder continuou concentrado nas mãos dos conservadores monárquicos, e perpetuou-se assim, no Brasil-Império, a exploração que já vinha ocorrendo no Brasil-Colônia. Sem dúvida, essa exclusão da cidadania motivou descontentamentos em várias províncias do Brasil e, por conseguinte, várias insurreições foram deflagradas. Em nosso estado, eclodiu o maior movimento popular revolucionário da América latina: **A CABANAGEM**.

O Pará, na época denominado Província do Grão Pará, compreendia hoje aos Estados do Pará e do Amazonas. Ali surgiu o movimento cabano que, conforme relatou o historiador paraense Carlos Roque, teve origem popular, integrado por políticos brasileiros insatisfeitos, por sem-terra que lutavam por terra, por

índios e mestiços que nutriam insatisfação contra os dominadores portugueses - pois continuavam sendo obrigados a trabalhar como escravos nas roças, por negros escravos que já lutavam pela liberdade e por profissionais liberais que defendiam o nacionalismo.

Esses segmentos sociais questionavam o processo de alijamento que o governo imperial brasileiro continuava a estabelecer, reproduzindo as práticas do governo imperial português. Mudaram as instituições e nada mudou: a independência não repercutiu no dia-a-dia das pessoas. A política medíocre e excludente, centralizada no sudeste do país, era a prática. As regiões mais distantes continuavam subservientes às ordens imperialistas.

É importante frisar as marcas catastróficas que ficaram na história de nosso Estado. A Cabanagem resultou na morte de 30 mil amazônidas, quase 40% da população, à época, dentre os quais índios, negros e tapuios (indígenas não aldeados). As massas populares, insatisfeitas, recusavam obediência às políticas estabelecidas pelo governo central. Em vista de tal rebeldia, a Junta Provisória instalada, juntamente com um comandante inglês, aprisionou e asfixiou no porão de um navio **250 pessoas** que se rebelaram contra as políticas governamentais. A grande rebelião tomou proporções surpreendentes, com a tomada do poder e a instalação de governos na Província do Grão Pará, finalizados em 1840.

Mesmo tendo sido derrotada, a rebelião teve como conseqüência um elevado número de mortes. Pela ousadia dos rebeldes, a Província obteve saldo positivo, com quebra do monopólio mercantil, a retirada do controle político por parte dos conservadores monárquicos e a quebra do sistema escravagista que ali existia.

A história que relatamos ocorreu há mais de 150 anos. Mas sem dúvida **nos remete ao presente**: os fatos, tristemente, corroboraram o fato de que as decisões ainda são tomadas a partir de um centro político; e as insatisfações, quando surgem no seio popular, são invariavelmente reprimidas com a barbárie, por meio de prisões, atrocidades e massacres. Há alguma lição a ser tirada desse processo? Se alguma há, é de que o espírito de luta do povo não tem se curvado diante das intimidações e das hostilidades.

O Estado do Pará tem dado sua contribuição à Nação, desde a extração da borracha – marcada na história como a “*belle époque*” –, passando pela extração do ouro em Serra Pelada, do manganês, do ferro, da bauxita, da exploração da madeira - que tem início com a abertura da Transamazônica-, e com o surgimento dos Grandes Projetos, dentre os quais o

da exploração energética, com a instalação da UHE de Tucuruí.

Contudo, escolhas políticas sem planejamento e excludentes trouxeram conseqüências trágicas. Assim como ocorreu em 1823 a chacina dos caboclos paraenses dentro do navio brigue “Palhaço”, ocorreu na década de 80 a chacina dos garimpeiros na ponte sobre o Rio Tocantins em Marabá. E, em 1996, o massacre dos 19 sem-terra no município de El Dourado dos Carajás. Um século em que a sociedade é vitimada pela ação de dirigentes do Estado autoritários e que pouca importância dão aos seus representados.

Outros tantos ainda tomaram ao longo de décadas na luta por ideais, por liberdade e, acima de tudo, por um Estado justo. Hoje, destacamos e homenageamos, nesta data comemorativa do Estado do Pará, alguns desses nomes: a Freira Adelaide Molinari, assassinada em Curionópolis/Pa; os sindicalistas irmãos Canuto, Expedito de Souza e Bené Bandeira; o advogado Gabriel Pimenta e os Deputados Estaduais Paulo Fontelles e João Batista; Irmã Dorothy; todos vítimas do latifúndio que “incomodavam” o Poder por externarem suas idéias.

A comemoração do dia 15 de agosto no Estado do Pará merece que lembremos os que se foram lutando por justiça, liberdade, democracia e independência. Que possamos, ao honrar sua memória, lembrar que a luta continua e nosso compromisso com o futuro é o de buscar, sem descanso, aquilo que encantava nossos antepassados.

Muito obrigada.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) acaba de publicar o relatório anual 2004/2005, segundo o qual o setor segue um itinerário, relativamente alvissareiro, de estabilização dos principais indicadores de desempenho. No entanto, ainda em regime operativo qualificado de “fundo do poço”, o transporte público por ônibus no País não parece ter saído ainda da crise em que se envolveu há dez anos.

Em que pesem os acenos na direção de um futuro menos cavernoso, o relatório não camufla os problemas que afetam o setor, com reflexos na cadeia produtiva. De fato, diante de uma produção estacionada na faixa dos 7 mil veículos por ano desde 1999, a indústria de ônibus parece ainda funcionar em ritmo aquém da necessidade natural de renovação da frota. Mesmo em ano eleitoral, quando normalmente se registra aquecimento nas encomendas, a frustração de 2004, ainda que menos intensa em comparação com as eleições anteriores, não foi ainda de toda superada.

Nessas condições adversas, a demanda por ônibus caiu em 35% e a produtividade em 63% quando comparadas com os resultados de 1995, ano de melhor desempenho setorial no período pós-real. A produção de ônibus urbanos em 2004 sofreu uma queda de 15%, em comparação com 2003. De todo modo, segundo a diretoria do NTU, isso não justificaria um clima de pessimismo, já que o fluxo descendente apresenta um ritmo menos intenso.

No rastro de uma década em crise, diversas iniciativas foram tomadas, na direção de buscar soluções para os problemas estruturais do transporte público. Nessa linha, foram instaladas duas bases associativas, a partir das quais se organizariam mobilizações mais efetivas contra a crise. Enquanto, de um lado, surgia o Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte, de outro, sobreveio a Frente Parlamentar do Transporte Público, ambos ao longo de 2003.

Paralelamente a isso, observou-se uma preocupação política mais institucionalizada contra a proliferação do transporte público ilegal, cuja súbita e vultosa presença nas cidades é apontada pelos especialistas como uma das significativas causas dessa crise. Embora comercialmente rentáveis, trata-se de ações criminosas que agem contra as regras do mercado, desestabilizando o bom funcionamento do setor e atentando contra a segurança da população brasileira.

Sem sombra de dúvida, o cidadão percebe, hoje, a articulação de uma vigilância mais incisiva, reprimindo o tráfico fácil de “vans” clandestinas pelas ruas das grandes cidades. Sua repressão deve ter sido, finalmente, considerada pelo Poder Público algo a ser exercido com rigor e continuidade. Para tanto, a pressão popular teve participação de fundamental relevância.

Graças a tal compreensão também por parte dos usuários, tudo indica que o transporte urbano ilegal tem seus dias contados. Não por acaso, registrou-se, em 2004, uma queda menos brutal no volume de passageiros transportados legalmente, em relação aos dois anos anteriores, revertendo uma tendência até então prevalente.

Além da diminuição do transporte ilegal, notou-se, no cenário nacional, expressivo avanço na implantação de corredores exclusivos para ônibus urbanos. Fruto de uma invenção genuinamente nacional, o modelo atende às características específicas do traçado urbano das grandes cidades brasileiras, privilegiando uma engenharia de trânsito mais inteligente e economicamente mais viável.

Da perspectiva dos custos, o preço do *diesel* fixou-se em patamares estáveis em 2004, desconsiderando, para o bem da população, uma política de realinhamento automático do preço interno com o do mercado

externo. Na verdade, a proposta da NTU consiste em que o preço do *diesel* fornecido às empresas de transporte urbano chegue a cair à metade, propiciando a redução de cerca de 15% da tarifa de ônibus.

Aliada ao subsídio municipal para cobertura de gratuidades, a tão indispensável renovação da frota configurou medida praticamente consensual adotada em todo o País. De acordo com o relatório da NTU, a idade média da frota de ônibus das capitais vem caindo lentamente, invertendo uma tendência de aumento continuado, verificada nos anos anteriores.

No horizonte próximo, o relatório prevê a redução paulatina da carga tributária que incide sobre o transporte público urbano, sobretudo do ISS e do ICMS. Afinal de contas, tal iniciativa já se converteu em realidade em algumas cidades brasileiras, como foi o caso de Manaus e Maringá. Se, na primeira, decretou-se diminuição do ISS e absoluta eliminação do ICMS sobre o *diesel*; na segunda, além da redução de tarifas decidiu-se pela alocação de recurso orçamentário para cobrir as despesas com o passe estudantil.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de congratular-me, uma vez mais, com a nova diretoria da NTU, saudando a publicação em exame, na expectativa de que a longa crise do setor seja, no tempo mais breve possível, definitivamente superada. Enfim, seja pela forma, seja pelo conteúdo, o relatório 2004/2005 transmite, em caráter peremptório, a segurança informativa necessária para que a restauração da vitalidade econômica do transporte público brasileiro seja, no curto prazo, mais do que uma mera romântica utopia.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é com prazer que registro, nesta tarde, a passagem dos 50 anos da Companhia Energética de Goiás. Neste meio século de existência, a Celg se tornou patrimônio do Estado de Goiás e são justas as homenagens que está recebendo ao longo desta semana.

Segundo seu presidente, André Rocha, as metas de investimento da Companhia para 2005/2006 são bastante promissoras. Elas pretendem incorporar mais de 200 mil novos consumidores num total de 237 dos 246 municípios goianos, o que equivale a 96% do total do Estado.

Somando-se aos mais de 1,8 milhão já atendidos, a Companhia deverá alcançar a marca de dois milhões de unidades consumidoras em 2006, conforme a palavra do presidente.

Os números citados por André Rocha são muito promissores e mostram a boa situação da Celg, que



está com as finanças em dia e realizando novos investimentos.

Entre eles, estão a ampliação e reforço do sistema elétrico, a universalização da energia rural, ampliação e reforço do sistema de distribuição e transmissão de energia.

Quem ganha com todos esses investimentos é a população, e nesse sentido só temos a cumprimentar a presidência da Celg pelo excelente trabalho desenvolvido em benefício do povo goiano.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – A Presidência vai encerrar os trabalhos, pedindo a bênção de Deus para este País e muita luz do Espírito Santo nesta Casa, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

**Nº 21, DE 2005**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 251 de 2005)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 251, de 2005), que institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romeu Tuma

### 2

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 31, DE 2000**

*(Votação nominal)*

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Re-

latora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

### 3

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 29, DE 2002**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

### 4

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 12, DE 2003**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

### 5

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 87, DE 2003**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).



Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

**6****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 12, DE 2004**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, *que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

**7****PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, *que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

- de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

**8****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 59, DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, *que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 20 horas.)*

# Ata da 137ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 18 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Ribamar Fiquene e Mão Santa

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 18/8/2005 07:38:45 até 18/8/2005 19:54:01

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X		MT	LUIZ SOARES		X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA		X	PMDB	PI	MÃO SANTA		X
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA		X	PFL	PE	MARCO MACIEL		X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X	PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
PMDB	RO	AMIR LANDO		X	PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X	PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X	Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	PDT	PR	OSMAR DIAS		X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X	PMDB	AP	PAPALÉO PAES		X
PFL	BA	CÉSAR BORGES		X		CE	PATRICIA SABOYA GOMES		X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X	PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL		X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X	PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X	PMDB	MS	RAMEZ TEBET		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X	PSDB	CE	REGINALDO DUARTE		X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY		X	PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE		X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS		X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO		X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA		X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X	PFL	SP	ROMEU TUMA		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X	PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA		X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X	Bloco-PT	MT	SÉRY SLEHSSARENKO		X
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER		X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
P-SOL	AL	HELOÍSA HELENA		X	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO		X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO		X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X					
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X					
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE		X					
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X					
PFL	PE	JOSÉ JORGE		X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTAN LHA		X					
PSDB	SC	LEONEL PAVAN		X					
PSDB	GO	LUCIA VÂNIA		X					
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X					

Compareceram: 73 Senadores

Brasília, 18 de agosto de 2005

Ex<sup>om</sup> Sr.  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

Senhor Presidente  
Comunico a V. Ex<sup>a</sup> que estive presente a Sessão do Senado Federal desta data, tendo inclusive usado da palavra pela Liderança do meu Partido. Participei também como membro da reunião da Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania realizada as 9h30 de hoje, bem como da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Bingos, conforme listas de presenças anexas.


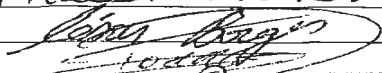

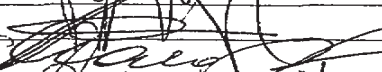
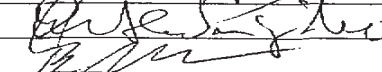


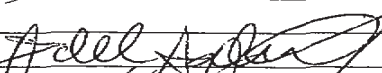
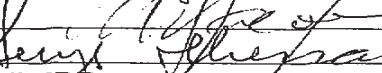
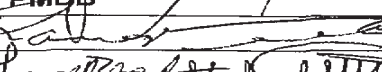
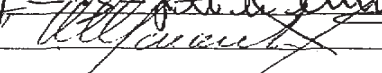
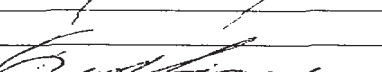
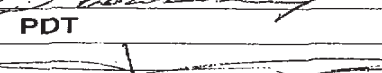
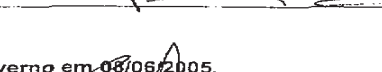
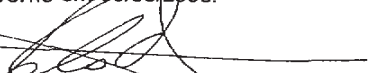



Não registrei, contudo, o meu nome no painel de votação do Plenário do Senado.

Nessas condições, solicito a V. Ex<sup>a</sup> considerar a minha presença na Sessão do Senado de hoje.

Cordialmente, Senador Arthur Virgílio.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

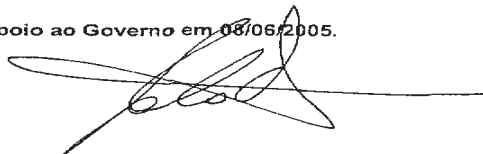
25ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, a realizar-se em 18 de Agosto de 2005, Quinta-feira, às 9 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.

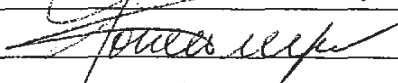
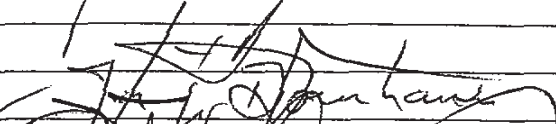
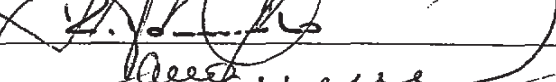
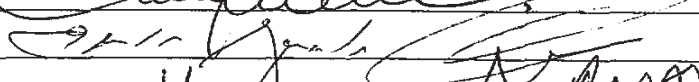


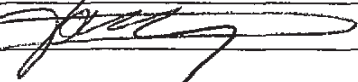
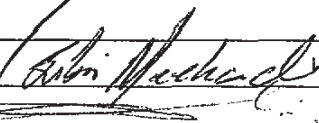

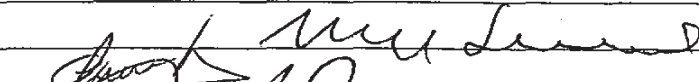

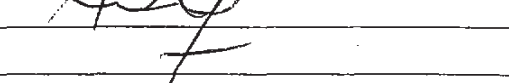
PRESIDENTE : 	
SENADORES TITULARES	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	(PRESIDENTE)
CÉSAR BORGES	
DEMÓSTENES TORRES	
EDISON LOBÃO	
JOSÉ JORGE	
ALMEIDA LIMA	
ÁLVARO DIAS	
ARTHUR VIRGÍLIO	
JUVÊNIO DA FONSECA (PDT) *	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	
EDUARDO SUPLICY	
FERNANDO BEZERRA	
MAGNO MALTA	
IDELI SALVATTI	
ANTONIO CARLOS VALADARES	
SERYS SLHESSARENKO	
	PMDB
RAMEZ TEBET	
JOÃO BATISTA MOTTA	
JOSÉ MARANHÃO	
MAGUITO VILELA	
AMIR LANDO	
PEDRO SIMON	
	PDT
JEFFERSON PÉRES	

Atualizada em: 11/08/2005  
UACCJANO 2005Assinaturas

(\*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(\*\*) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.




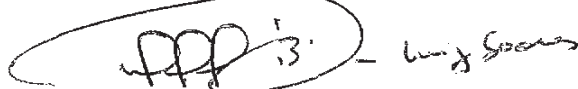
SENADORES SUPLENTES	
BLOCO DA MINORIA (PEL e PSDB)	
ROMEU TUMA	
MARIA DO CARMO ALVES	
JOSÉ AGRIPINO	
JORGE BORNHAUSEN	
RODOLPHO TOURINHO	
TASSO JEREISSATI	
EDUARDO AZEREDO	
LEONEL PAVAN	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
DELCÍDIO AMARAL	
PAULO PAIM	
SÉRGIO ZAMBIASI	
JOÃO CAPIBERIBE	
SIBÁ MACHADO	
MOZARILDO CAVALCANTI	
MARCELO CRIVELLA	
PMDB	
NEY SUASSUNA	
LUIZ OTÁVIO	
SÉRGIO CABRAL	
ROMERO JUCÁ	
LEOMAR QUINTANILHA	
GARIBALDI ALVES FILHO	
PDT	
OSMAR DIAS	

Atualizada em: 11/08/2005  
 U:\CCJ\ANO 2005\Assinaturas

(\*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(\*\*) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

 (Mário André)

 - Luiz Soares

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para “Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”

**Lista de Presença dos Senhores Senadores Membros**  
**14ª Reunião, em 18.08.2005.**

## SENADORES TITULARES

- 01 - ROMEU TUMA  
02 - ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES  
03 - EFRAIM MORAIS  
04 - TASSO JEREISSATI  
05 - LEONEL PAVAN  
06 - VALDIR RAUPP  
07 - LEO MAR QUINTANILHA  
08 - LUIZ OTÁVIO  
09 - GARIBALDI ALVES FILHO  
10 - FLÁVIO ARNS  
11 - SIBÁ MACHADO  
12 - TIÃO VIANA  
13 - MAGNO MALTA  
14 - JUVÊNCIO DA FONSECA  
15 - MOZARILDO CAVALCANTI

## ASSINATURAS

**Lista de Presença dos Senhores Senadores Membros**  
**14ª Reunião, em 18.08.2005.**

## SENADORES SUPLENTES

- 01 - GERALDO MESQUITA  
02 - DEMÓSTENES TORRES  
03 - ARTHUR VIRGÍLIO  
04 - ALBERTO SILVA  
05 - FÁTIMA CLEIDE  
06 - JOSÉ MARANHÃO  
07 - ANTÔNIO CARLOS VALADARES  
08 - AUGUSTO BOTELHO  
09 - SÉRGIO ZAMBIASI

## ASSINATURAS



Brasília, 18 de agosto de 2005

Ex<sup>om</sup> Sr.  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

Senhor Presidente,  
Comunico a V. Ex<sup>a</sup> que, presente à Sessão do Senado Federal desta data, participei também, como

membro, da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania realizada às 9h30 de hoje, bem como da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Bingos, conforme lista de presença anexas.


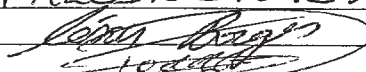


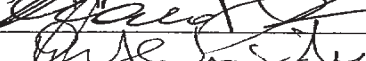
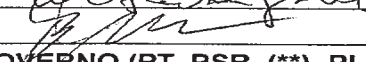
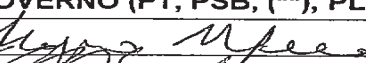

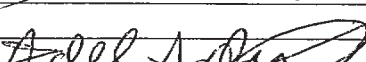
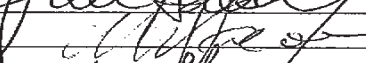
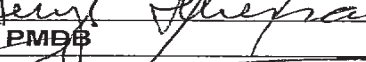
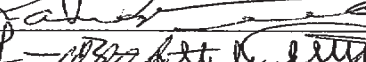
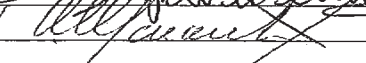
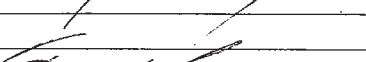
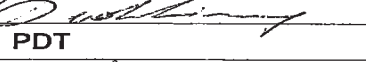

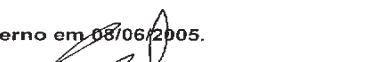
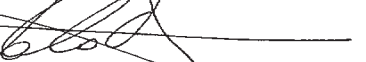



Não registrei, contudo, o meu nome no painel de votação do Plenário do Senado.

Nessas condições, solicito a V. Ex<sup>a</sup> considerar a minha presença na Sessão do Senado de hoje.

Cordialmente, – Senador **Juvêncio da Fonseca**.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

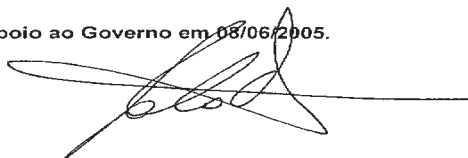
**25ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 52ª Legislatura, a realizar-se em 18 de Agosto de 2005, Quinta-feira, às 9 horas e 30 minutos, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa.**

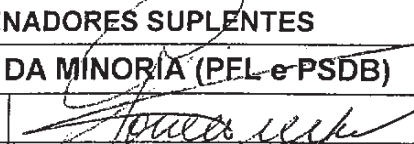
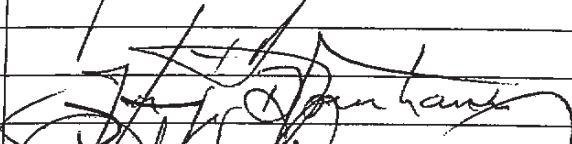

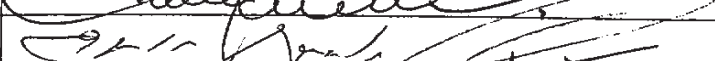
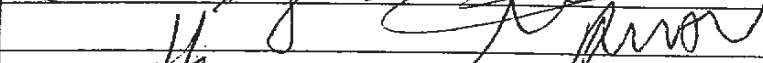


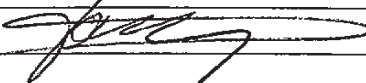
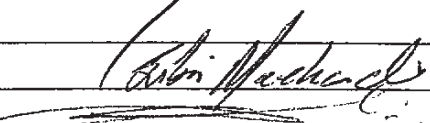
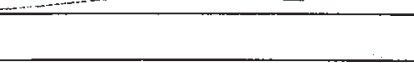
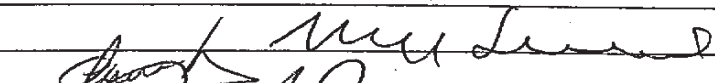
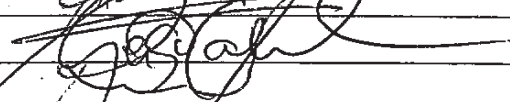
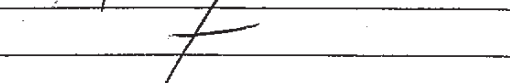

PRESIDENTE : 	
SENADORES TITULARES	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	(PRESIDENTE)
CÉSAR BORGES	
DEMÓSTENES TORRES	
EDISON LOBÃO	
JOSÉ JORGE	
ALMEIDA LIMA	
ÁLVARO DIAS	
ARTHUR VIRGÍLIO	
JUVÊNIO DA FONSECA (PDT)*	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	
EDUARDO SUPLICY #	
FERNANDO BEZERRA	
MAGNO MALTA	
IDELI SALVATTI	
ANTONIO CARLOS VALADARES	
SERYS SLHESARENKO	
	PMDB
RAMEZ TEBET #	
JOÃO BATISTA MOTTA	
JOSÉ MARANHÃO	
MAGUITO VILELA	
AMIR LANDO	
PEDRO SIMON	
	PDT
JEFFERSON PÉRES #	

Atualizada em: 11/08/2005  
U:\ACCJANO 2005\Assinaturas

(\*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(\*\*) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

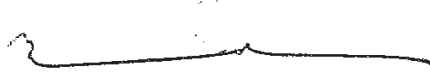



SENADORES SUPLENTEs	
BLOCO DA MINORIA (PEL e PSDB)	
ROMEU TUMA	
MARIA DO CARMO ALVES	
JOSÉ AGRIPINO	
JORGE BORNHAUSEN	
RODOLPHO TOURINHO	
TASSO JEREISSATI	
EDUARDO AZEREDO	
LEONEL PAVAN	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
DELCÍDIO AMARAL	
PAULO PAIM	
SÉRGIO ZAMBIASI	
JOÃO CAPIBERIBE	
SIBÁ MACHADO	
MOZARILDO CAVALCANTI	
MARCELO CRIVELLA	
PMDB	
NEY SUASSUNA	
LUIZ OTÁVIO	
SÉRGIO CABRAL *	
ROMERO JUCÁ	
LEOMAR QUINTANILHA	
GARIBALDI ALVES FILHO	
PDT	
OSMAR DIAS	

Atualizada em: 11/08/2005  
U:\CCJ\ANO 2005\Assinaturas

(\*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(\*\*) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

 (Mário André)

 - Luiz Soares

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para “Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”

**Lista de Presença dos Senhores Senadores Membros**  
14ª Reunião, em 18.08.2005.

SENADORES TITULARES

- 01 - ROMEU TUMA  
02 - ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES  
03 - EFRAIM MORAIS  
04 - TASSO JEREISSATI  
05 - LEONEL PAVAN  
06 - VALDIR RAUPP  
07 - LEOMAR QUINTANILHA  
08 - LUIZ OTÁVIO  
09 - GARIBALDI ALVES FILHO  
10 - FLÁVIO ARNS  
11 - SIBÁ MACHADO  
12 - TIÃO VIANA  
13 - MAGNO MALTA  
14 - JUVÊNCIO DA FONSECA  
15 - MOZARILDO CAVALCANTI

ASSINATURAS

The image shows 15 horizontal lines, each with a handwritten signature in black ink. The signatures are written in a cursive style and correspond to the list of titular senators on the left. The lines are numbered 01 to 15.

**Lista de Presença dos Senhores Senadores Membros**  
14ª Reunião, em 18.08.2005.

SENADORES SUPLENTE

- 01 - GERALDO MESQUITA  
02 - DEMÓSTENES TORRES  
03 - ARTHUR VIRGÍLIO  
04 - ALBERTO SILVA  
05 - FÁTIMA CLEIDE  
06 - JOSÉ MARANHÃO  
07 - ANTÔNIO CARLOS VALADARES  
08 - AUGUSTO BOTELHO  
09 - SÉRGIO ZAMBIASI

ASSINATURAS

The image shows 9 horizontal lines, each with a handwritten signature in black ink. The signatures are written in a cursive style and correspond to the list of suplente senators on the left. The lines are numbered 01 to 09.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Convido o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti a ajudar nos trabalhos de Secretaria da Mesa.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 2005**

**Altera a redação da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a qual dispõe sobre partidos políticos e regulamenta os artigos 17 e 14, § 3º inciso V, da Constituição Federal.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 18. Para concorrer a um cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos três anos antes da data fixada para as eleições, majoritárias e proporcionais.

.....  
Art. 26 Perde automaticamente o mandato, na respectiva Casa Legislativa, o parlamentar que deixar o partido sob cuja legenda tenha sido eleito.

Art. 2º Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

O fortalecimento dos partidos políticos é um dos eixos principais de uma reforma política consistente. Com efeito, no Brasil há, atualmente, um quadro partidário frouxo e inconsistente, com número excessivo de agremiações políticas, o que dificulta a governabilidade e confunde o eleitor.

A inconsistência desse quadro partidário é acirrada pela facilidade com que parlamentares trocam de partido ao longo de seu mandato, bem como pelo tempo exíguo de filiação partidária exigido pela norma atual para que o eleitor possa se candidatar pela sigla à qual pertence.

Pois bem, a ampliação do prazo de filiação para que o eleitor possa participar de eleições obedece à lógica do fortalecimento do quadro partidário brasileiro.

Mais importante ainda, nesse sentido, é a previsão da perda de mandato para o parlamentar que deixar o seu partido, como ora propomos. Deve-se considerar que o voto é, na realidade, uma espécie de condomínio entre o parlamentar e o partido que o elegeu. Portanto, o troca-troca de partidos desrespeita, acima de tudo, à vontade do eleitor e representa, na realidade, uma espécie de fraude eleitoral.

Acreditamos firmemente que as simples, mas importantes, medidas aqui propostas poderão contribuir, de forma significativa, para modificar essa triste realidade.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres pares a esta relevante propositura.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005. – Senador **Aloizio Mercadante**.

#### *LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995

**Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os art. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.**

**Texto atualizado em 24-5-01  
Última Lei nº 9.693, 27-7-98**

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....  
Art. 18. Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais.

.....  
Art. 26. Perde automaticamente a função ou cargo que exerça, na respectiva Casa Legislativa, em virtude da proporção partidária, o parlamentar que deixar o partido sob cuja legenda tenha sido eleito.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)*

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, DE 2005**

**Acrescenta parágrafos ao art. 23 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 23 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º, 3º e 4º mantido o atual § 1º:

Art. 23. ....

§ 1º .....

§ 2º O estatuto poderá prever a possibilidade de impugnação de candidatura a cargo eletivo majoritário, por parte de qualquer filiado ao partido, mediante representação fundamentada onde se apontem os motivos capazes de tornar o interessado incompatível com a honra, a dignidade e o decoro do cargo, ou ainda em razão de prática de ato de improbidade administrativa.

§ 3º Para os fins previstos no parágrafo anterior, será dada ampla divulgação dos nomes, com prazo nunca inferior a 15 (quinze) dias, cabendo à Comissão Executiva deliberar sobre a existência de indícios suficientes para instauração de sindicância.

§ 4º Em qualquer hipótese, será assegurado o direito de ampla defesa. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

### Justificação

Mais uma vez submeto a Casa esta proposição que visa instrumentalizar e aparelhar os estatutos partidários com a efetiva participação do filiado nos processos disciplinares dos candidatos às eleições majoritárias em que parem dúvidas ou suspeitas quanto à lisura e ao decoro do pleiteante. Reproduzo as mesmas ponderações com as quais outrora apresentei esta proposição – PLS nº 127/97, que na época, infelizmente, não prosperou. Assim seguem os argumentos:

“O processo de redemocratização do País, que culminou com a promulgação da Constituição de 1988, expressamente erigiu em objetivo fundamental da República, entre outros, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º inciso I da CF). Proclamou-se, ainda, o Estado de Direito Democrático como princípio informador da organização sociopolítica da Nação, explicitando-se, na esteira da tradição consagrada, que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. (art. 1º, § único da CF).

Entre nós, a fonte de todo e qualquer poder legítimo reside na soberania popular, cuja manifestação primeira e o livre exercício do “sufrágio universal pelo voto direto e secreto com igual valor para todos”. (art. 14 da CF). No exercício do poder, estão os agentes públicos obrigados a utilizá-lo exclusivamente para realizar o bem comum, sendo proscrita qualquer outra finalidade. Este dever se impõe, com maior intensidade, aqueles que se encontram investidos de mandato popular. Não é por outra razão que o constituinte

arrolou, entre as hipóteses ensejadoras de perda ou suspensão dos direitos políticos, a prática de “improbidade administrativa” sendo esta, em alguns casos, qualificada como “crime de responsabilidade”.

Aos partidos políticos, instrumentos de capital importância no regime da democracia representativa, assegurou-se ampla liberdade de organização e funcionamento, respeitadas algumas limitações necessárias a preservação da ordem instituída. Entre estas limitações, encontra-se a necessidade de estabelecerem os respectivos estatutos “normas de fidelidade e disciplina partidárias”. (art. 17, § 1º da CF).

Entendem os, em tal contexto, que as agremiações partidárias têm um compromisso com a sociedade e a própria democracia, no sentido de assegurar que os postulantes a cargo eletivo, nomeadamente aqueles que concorrem a disputas majoritárias, ostentem um passado probo e de ilibada reputação.

O projeto que ora apresentamos, conquanto não fixando normas de caráter cogente, tem por finalidade aprimorar o sistema político-partidário, indicando a conveniência do estabelecimento de mecanismos internos que possibilitem averiguar, previamente, a compatibilidade ética do postulante com os superiores interesses da moralidade pública.

Submetemos à consideração dos ilustres pares a presente iniciativa, na certeza de que o tema é de relevante interesse para os destinos da Nação.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005. – Senado **Pedro Simon**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.096, DE 19 DE SETEMBRO DE 1995

**Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.**

### CAPÍTULO V

#### Da Fidelidade e da Disciplina Partidárias

Art. 23. A responsabilidade por violação dos deveres partidários deve ser apurada e punida pelo competente órgão, na conformidade do que disponha o estatuto de cada partido.

§ 1º Filiado algum pode sofrer medida disciplinar ou punição por conduta que não esteja tipificada no estatuto do partido político.

§ 2º Ao acusado é assegurado amplo direito de defesa.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – decisão terminativa.)



**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2005****Altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.034, de 30 dezembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às seguintes atividades:

.....  
II – estabelecimentos de ensino fundamental e médio;

..... (NR)”

Art. 2º O art. 15 da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. A exclusão do Simples nas condições de que tratam os arts. 13 e 14, surtirá efeito:

.....  
II – a partir do mês subsequente àquele em que se proceder à exclusão, ainda que de ofício, em virtude de constatação de situação excludente prevista nos incisos III a XVIII do art. 9º;

..... (NR)”

Art. 3º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias de publicação desta lei.

Parágrafo único. Os benefícios fiscais provenientes desta lei só produzirão efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 3º.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Com a pesada carga tributária hoje incidente sobre a pessoa jurídica, a possibilidade de adesão ao Simples significa, muitas vezes, a possibilidade de

sobrevivência de alguns segmentos da atividade econômica. O projeto de lei ora apresentado tem por objetivo afastar de vez qualquer interpretação que vede a possibilidade de adesão dos estabelecimentos de ensino médio ao sistema simplificado.

A medida se faz necessária em face da verdadeira cruzada empreendida pela antiga Secretaria da Receita Federal (SRF), juntamente com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no sentido de restringir ao mínimo os segmentos a serem beneficiados com o Simples. Para tanto, o Poder Executivo Federal valeu-se, sobretudo, do inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 1996, que veda a opção para pessoas jurídicas prestadoras de serviços profissionais das categorias especificamente listadas e para outras cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida.

Desde 1997, a maior parte das escolas de pequeno porte no País começou a recolher tributos federais pelo Simples. Até a edição da Lei nº 10.034, de 2000 – que expressamente excetuou da vedação apenas as creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental – os tribunais, na sua grande maioria, vinham decidindo a favor da possibilidade de adesão das escolas de nível médio. A partir de então, o entendimento deixou de ser pacífico.

Para tentar por fim à questão, o Congresso Nacional, por ocasião da votação da lei de conversão da Medida Provisória nº 66/2002, aprovou artigo que inseria as escolas de ensino médio entre as possíveis optantes do Simples. Mas, sob argumentos meramente arrecadatórios, o dispositivo acabou vetado pelo Presidente da República.

Para piorar a situação, as escolas de ensino médio foram castigadas por outra modificação, feita pelo Poder Executivo via medida provisória. A partir da Medida Provisória nº 2.158-34, de 2001, os efeitos da exclusão do Simples passaram a dar-se não mais no mês seguinte ao do ato de exclusão, mas no mês subsequente àquele em que o excluído não mais preenchesse os requisitos legais necessários para a adesão. Assim, as exclusões efetuadas pela Receita Federal em períodos anteriores, com a cassação das liminares concedidas às escolas pela Justiça, geraram pesadíssimos passivos.

Não bastassem esses fatos, as mudanças feitas em benefício da Fazenda Nacional acabaram por trazer outros efeitos indesejáveis, que refletiram sobre a concorrência. O primeiro efeito concreto foi à diferença de custos entre escolas de mesma qualidade em localidades próximas gerada pelas diferentes interpretações dos tribunais em diferentes estados e regiões sobre a possibilidade ou não de adesão.

Um segundo efeito da vedação foi o desestímulo ao crescimento de escolas de ensino médio. Inexplecavelmente, uma escola de pequeno porte que, além do ensino fundamental, ouse crescer para oferecer o ensino médio passou a ter custos tributários proporcionalmente mais elevados do que uma que ofereça apenas o ensino fundamental.

A presente proposição corrige os dois problemas. Inclui os estabelecimentos de ensino médio no inciso II do art. 1º da Lei nº 10.034, de 30 de dezembro de 2002, que excetua diversas categorias de atividades econômicas da vedação de adesão ao Simples, e faz retomar à redação original o inciso II do art. 15 da Lei nº 9.317, de 1996, para que os efeitos da exclusão do

Simples sobre uma empresa só se dêem a partir do mês subsequente ao ato de exclusão.

Finalmente, lembramos que foram tomadas as medidas necessárias para adequação do projeto às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, contamos com o apoio dos ilustres Senadores à aprovação desta proposição legislativa que, se convertida em lei, corrigirá as distorções hoje existentes, melhorando sensivelmente as condições de sobrevivência das escolas de nível médio, o representará grande estímulo a um segmento de fundamental importância para o desenvolvimento do País.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005. – Senador **Ney Suassuna**.

### Legislação citada

#### LEI Nº 10.034, DE 24 DE OUTUBRO DE 2000.

Mensagem de Veto nº 1502

Altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**  
faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

~~Art. 1º Ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem às seguintes atividades: creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino fundamental.~~

Art. 1º Ficam excetuadas da restrição de que trata o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, as pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às seguintes atividades: (Redação dada pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

- I – creches e pré-escolas; (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)
- II – estabelecimentos de ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)
- III – centros de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga; (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)
- IV – agências lotéricas; (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)
- V – agências terceirizadas de correios; (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)
- VI – (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003 e vetado)
- VII – (Incluído pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003 e vetado)

~~Art. 2º Ficam acrescidos de cinquenta por cento os percentuais referidos no art. 5º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, alterado pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, em relação às atividades relacionadas no art. 1º desta Lei.~~

~~Parágrafo único. O produto da arrecadação proporcionado pelo disposto no caput será destinado integralmente às contribuições de que trata a alínea f do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.~~

Art. 2º Ficam acrescidos de cinquenta por cento os percentuais referidos no art. 5º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, alterado pela Lei nº 9.732, de 11 de dezembro de 1998, em relação às atividades relacionadas nos incisos II a V do art. 1º desta Lei e às pessoas jurídicas que auferirem receita bruta decorrente da prestação de serviços em montante igual ou superior a trinta por cento da receita bruta total. (Redação dada pela Lei nº 10.684, de 30.5.2003)

**LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996.**Texto compilado

Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 15. A exclusão do SIMPLES nas condições de que tratam os arts. 13 e 14 surtirá efeito:

I - a partir do ano-calendário subsequente, na hipótese de que trata o inciso I do art. 13;

~~II - a partir do mês subsequente ao em que incorrida a situação excludente, nas hipóteses de que tratam os incisos III a XVIII do art. 9º;~~

II - a partir do mês subsequente àquele em que se proceder à exclusão, ainda que de ofício, em virtude de constatação de situação excludente prevista nos incisos III a XVIII do art. 9º; (Redação dada pela Lei nº 9.732, de 11.12.1998) (Vide Lei nº 10.925, de 2004) (Vide Medida Provisória nº 252, de 2005)

III - a partir do início de atividade da pessoa jurídica, sujeitando-a ao pagamento da totalidade ou diferença dos respectivos impostos e contribuições, devidos de conformidade com as normas gerais de incidência, acrescidos, apenas, de juros de mora quando efetuado antes do início de procedimento de ofício, na hipótese do inciso II, "b", do art. 13;

IV - a partir do ano-calendário subsequente àquele em que for ultrapassado o limite estabelecido, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 9º;

V - a partir, inclusive, do mês de ocorrência de qualquer dos fatos mencionados nos incisos II a VII do artigo anterior.

VI - (Vide Medida Provisória nº 252, de 2005)

§ 1º A pessoa jurídica que, por qualquer razão, for excluída do SIMPLES deverá apurar o estoque de produtos, matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem existente no último dia do último mês em que houver apurado o IPI ou o ICMS de conformidade com aquele sistema e determinar, a partir da respectiva documentação de aquisição, o montante dos créditos que serão passíveis de aproveitamento nos períodos de apuração subsequentes.

§ 2º O convênio poderá estabelecer outra forma de determinação dos créditos relativos ao ICMS, passíveis de aproveitamento, na hipótese de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º A exclusão de ofício dar-se-á mediante ato declaratório da autoridade fiscal da Secretaria da Receita Federal que jurisdicione o contribuinte, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observada a legislação relativa ao processo tributário administrativo. (Incluído pela Lei nº 9.732, de 11.12.1998)

§ 4º Os órgãos de fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social ou de qualquer entidade conveniente deverão representar à Secretaria da Receita Federal se, no exercício de suas atividades fiscalizadoras, constatarem hipótese de exclusão obrigatória do SIMPLES, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 13. (Incluído pela Lei nº 9.732, de 11.12.1998)

§ 5º (Vide Medida Provisória nº 252, de 2005)

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,  
DE 4 DE MAIO DE 2000

**Mensagem de veto**

**Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 47 de 5 de julho de 2005

TÍTULO VI  
**Da Tributação e do Orçamento**

CAPÍTULO II  
**Das Finanças Públicas**

SEÇÃO II  
**Dos Orçamentos**

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorre as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientar elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição se elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela via administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do e as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefício natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixa despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementar contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º Cabe à lei complementar:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 901, DE 2005**

Requeiro, nos termos do item 12, alínea c, inciso II do art. 255 do Regimento Interno, que sobre o PLS nº 312/2003 – que altera a Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993, para instituir o abono anual para os benefícios da prestação continuada pago pela as-



sistência social, que além da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005. – Senador **Ney Suassuna**, PMDB/PB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, item 12, alínea **c**, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 902, DE 2005**

**Requer Voto de Pesar pelo falecimento do ator Cláudio Corrêa e Castro, ocorrido em 16 de agosto de 2005, no Rio de Janeiro.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar, pelo falecimento do ator de teatro, cinema e principalmente de televisão, Cláudio Corrêa e Castro, ocorrido no Rio de Janeiro no dia 16 de agosto de 2005.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da esposa e dos três filhos do ator.

#### **Justificação**

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se pela dedicação de Cláudio Corrêa e Silva, figura por demais conhecida no País, especialmente pela sua forte presença em novelas da televisão. A primeira delas foi “A Muralha”, seguindo-se numerosas outras, todas de grande êxito. Como registrou o jornal **O Globo**, Corrêa da Silva foi um ator notável, culto e versátil.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 903, DE 2004**

Senhor Presidente,

Tendo sido designada por Vossa Excelência para representar o Senado junto à Reunião por um Outro Mun-

do (Sommet pour um Autre Monde – SPAM), a realizar-se nos dias 20 a 30 de agosto deste ano, em Pourt Leucate, França, venho solicitar, nos termos do inciso II, **a**, do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 25 a 30 de agosto de 2005.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005. – Senadora **Heloísa Helena**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 904, DE 2005**

Requeremos, nos termos dos arts. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Radialista José Carlos Aguiar, da Rádio Bandeirantes – AM de Tubarão, Santa Catarina.

**a)** inserção em ata de voto de profundo pesar;

**b)** apresentação de condolências à família e Cidade de Chapecó, através da Rádio Bandeirantes AM de Tubarão.

#### **Justificação**

A Cidade de Tubarão está enlutada, pela perda de um dos mais influentes representantes da imprensa, o Radialista José Carlos Aguiar 56 anos de idade, tendo por mais de 20 anos, prestado serviço de informação e apoio a toda a população através de seus programas radiofônicos, com um assento especial junto à comunidade, onde gozava de respeito e muita admiração por parte de todos, merecedor portanto, das devidas homenagens que ora proponho, para que aquela Cidade e sua família, saibam do reconhecimento dessa Casa, por aqueles que trabalham em prol da sociedade.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005.  
– **Leonel Pavam**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:







Inteligência das Secretarias de Assuntos Estratégicos e de Inteligência, órgãos antecessores da Abin, quando ocupou as funções de analista e chefe das divisões de crime organizado, de terrorismo e de Oriente Médio. Entre 1995 e 1999, foi chefe da Coordenação de Assuntos Especiais (CAE), unidade voltada à execução de atividades de inteligência contra o crime organizado.

Conveniente registrar, ainda, que o indicado em apreço integrou, em 1997, o grupo de trabalho encarregado de elaborar a proposta do Projeto de Lei de criação da Abin, naquele ano apresentada ao Congresso Nacional, e que culminou na edição, em 7 de dezembro de 1999, da Lei nº 9.883, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e criou a Abin.

Também cabe destacar que, no período de janeiro de 2000 a julho de 2002, Márcio Paulo Buzanelli atuou como Oficial de Ligação, representando o Brasil junto ao Counterdrug Operations Center, do Joint Interagency Task Force East. O órgão, sediado em Key West, Flórida, é o centro de comando e controle interagencial vinculado ao Comando Sul das Forças Armadas dos Estados Unidos da América e voltado ao intercâmbio de inteligência e ações hemisféricas de repressão ao tráfico de drogas e ao terrorismo.

Em virtude de sua experiência no combate ao crime organizado e ao terrorismo, o indicado integrou a Secretaria de Acompanhamento e

Estudos Institucionais (SAEI) da Presidência da República, em 1999 e entre agosto de 2002 e abril de 2004. Em 2004, integrou o grupo de trabalho interministerial da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN) encarregado de propor uma política nacional de prevenção ao terrorismo. Ainda em setembro de 2004, foi nomeado Diretor do Departamento de Inteligência da ABIN, função que desempenha até o momento.

De acordo com o documento enviado a esta Casa, o servidor em apreço participou, nos últimos vinte anos, de congressos, conferências e reuniões internacionais sobre terrorismo e crime organizado, tendo integrado comitivas do Serviço de Inteligência e delegações interministeriais do governo brasileiro. Também proferiu palestras no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio-Branco, na Escola de Inteligência Militar do Exército (ESIMEX) e na Escola Superior de Guerra (ESG).

Das condecorações e prêmios recebidos, cumpre citar a Medalha do Mérito Santos Dumont e a Medalha do Pacificador, sendo cavaleiro da Ordem do Mérito da Defesa.

Antes de concluir este Relatório, convém apresentar algumas considerações sobre a importância da atividade de inteligência em um Estado democrático e

do cargo para o qual foi indicado o senhor Buzanelli. Nesse sentido, tivemos a honra de atuar como Relator do Projeto que culminou na Lei nº 9.883, de 1999. Naquela oportunidade, registramos a urgente necessidade de que o Brasil tivesse, como qualquer outro país, um órgão da inteligência instituído nos marcos de um regime democrático.

Passados mais de cinco anos, reiteramos nossa preocupação com a necessidade de que o Brasil tenha um órgão de inteligência eficiente sem que, para tanto, seja necessário malferir qualquer direito individual consagrado na Constituição do País, sobretudo quando vivemos em um mundo onde as questões de segurança ocupam primeiro plano. Com o Sisbin e a Abin, o Estado brasileiro foi dotado de mais um instrumento para a preservação de sua soberania, para a garantia de suas instituições com respeito absoluto à dignidade humana e aos direitos individuais. Nesse contexto, o Diretor-Geral da Abin tem importantes atribuições e responsabilidades.

De fato, é o Diretor-Geral da Abin o auxiliar direto, para questões que envolvam a atividade de inteligência e a defesa do Estado, da sociedade e das instituições democráticas, do Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), ao qual a Abin está hierarquicamente subordinada. Nesse sentido, importante ressaltar a necessidade de que este Diretor-Geral seja de absoluta confiança e opere sempre em estreita sintonia com o Ministro-Chefe do GSI. Esperamos que o indicado possa cumprir esse papel, de modo a garantir o funcionamento harmônico do órgão de inteligência.

Dada a natureza da matéria, e consoante o Regimento Interno do Senado Federal, art. 383, V, essas são as considerações a serem exaradas no âmbito do presente Relatório. Julgo que essa Comissão dispõe das informações necessárias para votar a presente indicação.

Sala da Comissão, 18 de agosto de 2005. – **Romero Tuma, Relator.**

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 69/GSJS

Brasília, 16 de agosto de 2005

Prezado Sr. Raimundo Carreiro  
Remeto a V.Sa. o anexo “Relatório da Participação na Sessão Conjunta das Academias Brasileira de

Letras e Francesa, no contexto do Ano do Brasil na França”, contendo descrição das atividades realizadas durante a viagem a Paris, ocorrida no período de 17 a 25 de junho de 2005.

Na oportunidade, renovo meus votos da mais alta estima e considerado.

Atenciosamente, Senador **José Sarney**.

### **RELATÓRIO DA PARTICIPAÇÃO DO SENADOR JOSÉ SARNEY NA SESSÃO CONJUNTA DAS ACADEMIAS BRASILEIRA DE LETRAS E FRANCESA, NO CONTEXTO DO ANO DO BRASIL NA FRANÇA**

Paris, 17 a 25 de Junho de 2005

#### **Introdução**

Realiza-se, no período de março a dezembro de 2005, o Ano do Brasil na França, organizado conjuntamente pelo Comissariado Brasileiro, pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério das Relações Exteriores, do lado brasileiro, e pelo Comissariado Francês, pelo Ministério dos Assuntos Estrangeiros, pelo Ministério da Cultura e Comunicação e pela Associação Francesa de Ação Artística, do lado francês. Trata-se de uma série de mais de 300 grandes eventos culturais, artísticos e comerciais brasileiros, destinados a divulgar junto ao público francês a diversidade e as riquezas do nosso país. Há, ainda, o benefício adicional de apresentar um Brasil moderno e em crescimento, que oferece oportunidades comerciais e de investimento.

2. Desde 1985 a França promove temporadas culturais anuais para homenagear outros países. O Ano do Brasil é, porém, a maior edição em número de eventos, em distribuição geográfica (outras cidades além de Paris) e em interesse do público e da mídia desde o início do programa.

3. O Ano do Brasil na França foi organizado em torno de três blocos de eventos, a saber, “Nossas Raízes”, “Verdade Tropical” e “Galáxias”. Estas etapas temáticas relacionam-se com obras de escritores brasileiros. “Raízes do Brasil”, em homenagem a Sérgio Buarque de Hollanda, “Verdade Tropical”, de Caetano Veloso, e “Galáxias”, uma menção à obra do poeta Haroldo de Campos.

4. No primeiro bloco – “Nossas Raízes”, que acontece entre os meses de março e junho -, estiveram em foco as raízes indígenas e a Amazônia Brasileira. A partir de junho, o foco desloca-se para a música brasileira, que será apresentada em diversos espaços franceses, dentro da etapa “Verdade Tropical”. Finalmente, no outono e no inverno francês, o tema “Galáxias” apresentará o Brasil contemporâneo com

espetáculos de dança e artes plásticas, com ênfase nos jovens talentos, além de eventos promocionais que demonstram a inovação tecnológica e industrial do país. O destaque será para concertos de música clássica. Serão realizados recitais de música barroca em diferentes pontos de Paris e também nas principais cidades da França.

5. Durante todo o ano, em diversas oportunidades, o Brasil apresentará seus projetos e programas sociais e de inovação tecnológica e industrial por meio de exposições, colóquios, debates e seminários. A exposição gerada por uma temporada cultural e artística na França é extremamente vantajosa em termos econômicos. Ademais da divulgação do Brasil como destino turístico, o Ano do Brasil permite ampliar mercados de exportação dos produtos brasileiros que serão colocados em evidência para o empresariado europeu. Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e a Agência de Promoção de Exportações do Brasil, duas redes francesas de supermercados colocaram à venda cerca de 230 diferentes produtos nacionais, num total de 7,2 milhões de mercadorias em 4,9 mil pontos de vendas espalhados por toda a França. As redes de grandes lojas de departamentos e outros estabelecimentos comerciais e culturais na França também têm contribuído com a divulgação do Ano do Brasil, colocando à venda desde produtos industrializados até peças de artesanato brasileiro, camisetas com bandeiras e cores do Brasil e fitinhas do Senhor do Bonfim.

6. Os pontos altos da programação do Ano do Brasil na França foram a participação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República nas solenidades da data nacional francesa (14 de julho) em Paris e a realização da sessão conjunta da Academia Brasileira de Letras e da Academia Francesa. O Senado Federal foi convidado, através da Academia Brasileira de Letras, a participar das comemorações do Ano do Brasil na França e, neste contexto, pude levar a presença do Senado Federal à sessão conjunta das Academias, bem como a outros eventos da programação.

#### **A Sessão Conjunta das Academias**

7. Tendo como pano de fundo o Ano do Brasil na França, a Academia Brasileira de Letras e a Academia Francesa planejaram e organizaram, em contato com os coordenadores da temporada cultural brasileira, uma sessão conjunta destinada a receber, em 23 de junho de 2005, no plenário daquela venerável instituição francesa, comitiva da ABL.

8. A Academia Francesa foi fundada pelo Cardeal Richelieu em 1635. Após mudar de sede diversas vezes, passou a reunir-se definitivamente no atual Palácio



do Institut de France a partir de 1805. Com a morte de Richelieu, os Chefes de Estado franceses chamaram a si a responsabilidade e o título de protetores da Academia, situação que perdura até hoje.

9. A Academia Francesa possui uma dupla função, a de guardiã da língua francesa e a de mecenas literário. Para desincumbir-se da primeira e principal função, a Academia buscou fixar o uso formal da língua, por meio da elaboração de um dicionário e pela emissão de recomendações referentes a terminologia e ao bom uso do idioma. Quanto a sua segunda função, a Academia oferece prêmios literários, dentre eles o *Grand Prix de la Francophonie*, um dos mais importantes do mundo.

10. O impacto da Academia Francesa na língua e na literatura excede em muito as fronteiras da França. Inúmeros países inspiraram-se no exemplo de Richelieu para criar instituições nacionais com fins, formato e procedimento semelhantes. No Brasil, a Academia Brasileira de Letras (ABL) foi instituída em 1897, nos moldes da francesa.

11. A sessão conjunta da ABL com a *Académie Française* realizou-se 23 de junho de 2005. Compareci na qualidade de representante do Senado Federal e proferi discurso que se encontra em anexo ao presente relatório. Destacaram-se, durante o evento, os discursos dos acadêmicos franceses Maurice Druon, Secretário Perpétuo Honorário da *Académie*, Jean d'Ormesson e Hélène Carrère d'Ancausse, atual Secretária Perpétua, bem como o do acadêmico brasileiro Ivan Junqueira. Merece menção especial a presença do maior intelectual francês vivo, e um dos maiores do mundo, Claude Lévi-Strauss.

### Outras Atividades

12. Fez parte da programação da viagem a Paris uma sessão de trabalho na Embaixada do Brasil, uma recepção oferecida pelo Embaixador do Brasil e uma visita especial à residência de Claude Lévi-Strauss. Representei o Senado Federal em cada um destes eventos.

13. A sessão de trabalho permitiu-me ouvir do Embaixador Sérgio Amaral relato sobre o andamento das negociações com a França para a conclusão do Acordo Bilateral sobre a Ponte Brasil-Guiana Francesa, dentre outros assuntos tratados.

14. A recepção oferecida pelo titular da Missão diplomática brasileira em Paris aos acadêmicos brasileiros e franceses contou com a presença de nomes como Maurice Druon e Denis Tillinac, dois grandes escritores franceses.

15. A visita à residência do intelectual francês Claude Lévi-Strauss foi um dos pontos altos da missão

a Paris. Homem muito ligado ao Brasil, Lévi-Strauss atribui ao nosso país a inspiração para a sua monumental obra no campo da antropologia. No decorrer do encontro, agradeceu ao Senado Federal a homenagem feita no plenário da Casa pela passagem de seus 96 anos.

### Conclusão

16. Poucas coisas são mais importantes para um povo do que a sua língua e a sua literatura. À medida que esta se torna mais complexa, necessita cada vez mais que os usuários do idioma sigam regras comuns de comunicação lingüística e que a sofisticação e o acervo vocabular da língua sejam constante e coerentemente expandidos. O surgimento de uma instituição dedicada à normalização e à padronização deste instrumento básico de comunicação é, portanto, um desdobramento natural do desenvolvimento de uma sociedade.

17. A cooperação e o intercâmbio de experiências entre as Academias francesa e brasileira também se constituem em processo natural e esperado tendo em vista as semelhanças entre as duas línguas e as duas sociedades, bem como a origem da instituição de nosso país, inspirada na congênere francesa. Por ser a academia de letras mais antiga do mundo, pela plethora de programas de divulgação e criação literárias, pela tradição de ser a Casa de Racine, Corneille, La Fontaine, Chateaubriand e Marguerite Yourcenar, a ABL só tem a ganhar com a troca de experiências com a *Académie Française*. O momento não poderia ser mais oportuno – o Ano do Brasil na França, a grande celebração da cultura brasileira naquele país europeu.

18. A memorável sessão conjunta das Academias foi à oportunidade perfeita para que o Senado Federal pudesse, por meu intermédio, homenagear aquela instituição francesa e participar da temporada cultural brasileira na França.

19. Ao pronunciar-me naquela ocasião, pude levar a presença do Senado Federal ao plenário da *Académie Française* e discorrer acerca dos laços que unem brasileiros e franceses através da história, desde as expedições francesas ao Brasil até a relação pessoal com o Brasil por parte de grandes nomes da literatura da França, como Druon e Lévi-Strauss.

20. Não há dúvida de que ficam Brasil e França ainda mais próximos após o evento de 23 de junho de 2005 no *Institut de France*. Cumpri a missão que me confiou o Senado Federal e representei a Casa nos eventos do Ano do Brasil na França assinalados acima.



**PRINCIPAIS EVENTOS  
DO ANO DO BRASIL NA FRANÇA**

**Show** na Praça da Bastilha – Viva Brasil  
 Martinho da Vila no Olympia  
 Accentus e Villa-Lobos  
 Turnê da Organista Domitila Ballesteros  
 Brasil Pop  
 Lenine e A Orquestra Nacional D’Ile-de-France  
 “O Amor Brasileiro” – V Mês Nacional do Barroco Latino-Americano  
 Jovens Intérpretes no Auditório do Louvre  
 Eurockéennes de Belfort  
 Festival Les Musiques Marseille  
 Milton Nascimento  
 Ramiro Musotto e Berimbau Modern Orchestra  
 Babel Med Music  
 Dona Inah, Rainha do Samba de São Paulo  
 Concertos “Música Popular Brasileira”  
 22º Festival Banlieues Bleues  
 Trios Elétricos  
 Festival Val Latina  
 Sertão Mineiro  
 Brasil em Movimento  
 O Melhor do Documentário Brasileiro  
 Festival Tudo Bom  
 O Charme da Animação Brasileira  
 Viva Brasil  
 Retrospectiva de Lucy e Luiz Carlos Barreto  
 Cidades do Brasil: Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo  
 La Nuit Des Publivores  
 Vidéoformes 2005  
 17º Encontro de Cinema da América Latina em Toulouse  
 Encontro com o Cinema da América Latina  
 7º Festival do Cinema Brasileiro em Paris  
 Les Midis du Balzac  
 IV Encontros com o Cinema da América Latina de Choisy-le-Roi  
 7º Encontro Cinematográfico Sul-Americano  
 Festival “Teatro e Cinema ee Bobigny” Mue de Jean Lambert-Wild  
 Centro de Pesquisa Teatral Lume: Workshops, Colóquio e Apresentação  
 Hysteria  
 O Sol Também  
 Artes Espetaculares da Bahia  
 Teatro em Obras  
 Enrique Diaz  
 Paulo Autran  
 Paris Plage – Vamos à Praia!  
 Villette Brasis  
 Eixo Social no Ano Brasil na França

Lavagem do Sacré-Coeur  
 Um Pedaco da Alma Brasileira no Coração da Capital Francesa  
 Veleiro Cisne Branco Leva Exposição Itinerante a Festival das Águas em Bordeaux  
 Cavalhadas em Paris  
 Especial Brasil Na TV 5  
 Especial Brasil Na TV 5  
 Galerias Lafayette em Paris Promovem Produtos Brasileiros  
 O Brasil em Cergy e no Val D’oise  
 Ciclo Made in Brasil  
 Festival Rio Loco  
 Corcovado em Notre Dame de Paris  
 29ª Maratona de Paris  
 Percurso Brasis  
 Prêmio Escolar Ano do Brasil  
 Orféo Festeja o Brasil  
 Festival do Oh!  
 Brasil Frenético  
 Festival Brasileiro no Relais Plaza  
 E se Vocês Ainda não Tivessem Visto Nada?  
 Traços da Bahia  
 O Universo da Literatura de Cordel  
 Coleção Brasileira: o Brasil na Época Romântica (1820-1870)  
 Território em Trânsito  
 Um Verão Brasileiro  
 Mônica Nador no Festival Rio Loco  
 Exposição Mônica Nador  
 Diálogos com a Natureza: Eventos Associados  
 Diálogos com a Natureza: “Florestas Urbanas”  
 Diálogos com a Natureza: Eventos Associados  
 Selos Brasileiros  
 Ibero Camargo, Ciclistas e Outras Variações  
 O Brasil no Castelo D’eu  
 Arte Plumária da Amazônia  
 Sebastião Salgado: Pensar o Mundo  
 Miguel Rio Branco  
 “Olhares do Morro”  
 O Império Brasileiro e seus Fotógrafos  
 Brasília: uma Metáfora da Liberdade  
 Sant’ana: Esculturas Barrocas da Coleção Ângela Gutierrez  
 Frans Post, do Brasil á Corte de Luís XIV  
 Brasil, Herança Africana  
 Amazônia Brasil  
 Três Séculos de Arte Brasileira  
 Arte Indígena da Amazônia: Arte do Cotidiano  
 Brasil Índio: as Artes dos Ameríndios do Brasil  
 Cícero Dias: os anos 20, Os Anos Brasileiros  
 Mpb: Música Popular Brasileira  
 Diálogos com a Natureza: Frans krajcberg

Ainda Moderna – Arquitetura Brasileira: 1928-2005  
 Tunga – Instalação  
 Lia Chaia e Sandra cinto  
 Julio Villani: “Eu Não Sou Daqui”  
 Exposições de Artur Barrio  
 Marepe  
 Mauricio Dias e Walter Riedweg  
 Imagens do Inconsciente  
 A Obra Fotográfica de Pierre Verger  
 Mucuripe, Fotografias de Chico Albuquerque  
 As Geringonças de Mestre Molina  
 Morrinho  
 Adriana Varejão – “Câmara de Ecos”  
 Luciano Figueiredo: “Do Jornal à Pintura”  
 Samwaad de Ivaldo Bertazzo  
 Zona Branca  
 Malandragem  
 Espetáculos da Companhia dos À Deux  
 Grupo Corpo no Théâtre des Champs-Élysées, Paris  
 Bruno Beltrao  
 Que Rresta de Nossos Amores?  
 Cristina Moura  
 Lia Rodrigues  
 Grupo Corpo  
 Waujã: A Dança das Grandes Máscaras Amazônicas  
 Ler o Brasil em Vichy  
 Brasil no Festival “Etonnants Voyageurs” em Saint Malo  
 21º Salão do Livro e da Imprensa Jovem  
 Belas Latinas  
 Ler em Limoges  
 Brasilvivo  
 O Brasil no Printemps des Poètes  
 Na Intersecção das Literaturas Brasileira e Portuguesa  
 Esporte no Brasil  
 Fome Zero e Integração Social em Marselha  
 Fórum Econômico França-Brasil: Diversidade – Modernidade – Competitividade  
 IV Congresso Franco Brasileiro de Cancerologia  
 Colóquio Sobre a Diversidade Cultural  
 Fórum Franco-Brasileiro da Sociedade Civil  
 Congresso Internacional da Associação dos Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na França (CIAPEB)  
 O Brasil no Imaginário Francês: de Jules Verne a Georges Bernanos  
 Brasil: A Diversidade Como Identidade  
 As Telenovelas: O Poder da Ficção

### Discurso na Academia Francesa

Madame le Secrétaire perpétuel de l'Académie française, à qui je tiens à exprimer notre gratitude, car elle nous honore grandement em présidant cette ses-

sion, et notre profonde admiration pour son oeuvre imposante, contribution décisive à la compréhension de l'histoire de l'Europe et de l'humanité.

Monsieur le Secrétaire perpetuel honoraire, cher ami, citoyen du Maranhão.

Senhor Presidente da Academia Brasileira Senhor Ministro da Cultura do Brasil

Senhor Embaixador do Brasil

Senhoras Acadêmicas e Senhores Acadêmicos  
 Senhoras e Senhores

Quando a Academia Francesa foi fundada, em 1635, num mundo desconhecido, o Brasil era uma indefinida colônia portuguesa, numa América fantástica e de sonhos. Era o tempo da formação do Estado francês, que remonta a Filipe o Belo, conheceu grande impulso sob Henrique 4º e foi terminada pelo Cardeal Richelieu.

O Brasil era um desenho, linhas imprecisas de um país, cuja única definição estava na cabeça dos reis e navegantes lusitanos. Era tudo mistério e lenda, inventadas e divulgadas na ingênuo literatura dos viajantes.

Sou um homem do Norte do Brasil, das fraldas da florestas amazônica, onde até hoje vivemos o primeiro dia da criação, em que as águas estão se separando das terras. Ali começa minha pátria brasileira, no Estado do Maranhão, e como dizia o grande poeta português Fernando Pessoa, tenho outra pátria: “a língua portuguesa”. A pátria da lusofonia, de 230 milhões de pessoas escolhidas pelos deuses do destino, a pensar e falar no mesmo idioma.

A minha cidade São Luís, capital do Estado, foi fundada por franceses, 23 anos antes da criação desta Academia. Eles saíram de Cancale e Saint Malo para a aventura de construir a França Equinocial, numa missão civilizadora, ao contrário de outras que ali tentaram se estabelecer, comandadas por companhias de negócios.

A missão francesa em uma ação de Estado, levava botânicos, artistas, artesãos, oleiros e construtores, sem faltar o ideal de uma convivência religiosa entre os protestantes, como La Ravardiére, o comandante, e os católicos representados pelo Barão de Molle e de Gros Bois, senhor de Sancy, e pelos irmãos de Razilly, sob a proteção das orações de quatro frades franciscanos saídos do seu convento do faubourg Saint Honoré. Maria de Médicis entregara a eles um pavilhão com a Flor de Lis, as armas do Rei Menino Luís 13. Era uma tentativa de participar do testamento de Adão que Francisco 1º disse que queria ver, onde constava à partilha do mundo entre a Espanha e Portugal. O sonho fracassou. E Luís 13 não pôde ser, como queria o cronista da missão, Claude d'Abeville, rei de três

coroas: França, Navarra e Maranhão. Foi por causa do malogro desse sonho que a Academia me ouviu em português.

Esta língua que era quase um dialeto do espanhol foi no século 16 e 17 a língua dos navegantes, dos marinheiros que dominavam todos os mares nas descobertas dos caminhos da América e das Índias. Língua de corte na África, como foi o francês na Europa. Dos matriarcados de Moçambique, falado nas costas ocidental e oriental do Continente negro, chegou a Goa, na Índia, atravessou o estreito de Malaca, foi a Macau e a costa da China, chegando até Nagasaki, onde deixou e recolheu palavras, no delírio de São Francisco Xavier em cristianizar o Japão.

Depois, a língua portuguesa, expulsa de suas colônias pelos holandeses, não tendo mares onde fosse falada, encontrou as vastidões das terras do Brasil, continuou o seu destino como língua de viajantes, faiscadores, bandeirantes e aventureiros. Penetrou nas matas, nos rios e só parou nos contrafortes dos Andes ou na selva intransponível da Amazônia. E ali encontrou, atrás das montanhas e da mata, o espanhol, o idioma do qual se separara na península ibérica.

Nossas academias são guardiãs deste patrimônio que são as línguas, saídas do mesmo berço do Lácio. Não queremos perder nossas identidades nem a maneira de pensar e viver. No passado, tivemos a colonização territorial. Hoje, não seremos perdoados, se aceitarmos a colonização cultural, que começa pela erosão da língua.

Quando a Academia Francesa foi fundada vários livros sobre o Brasil – que diríamos fundamentais – já tinham sido escritos por franceses. Primeiro os de Thevet, em 1556, e os de Léry, em 1578, relatando a aventura civilizadora de Villegaignon no Rio de Janeiro.

Em nossos primórdios, os padres Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux, o primeiro na **Histoire de la Mission des Pères Capucins em l'Isle de Maragnon**, o segundo, na **Voyage au Nord du Brésil**, em 1614, seriam os primeiros a descrever a fauna, a flora, os índios e como estes viam as estrelas e o firmamento. Estes livros impregnaram o imaginário europeu. Índios brasileiros dançaram em Roem para Henrique 2º e aqui, na catedral de Notre Dame, índios da minha terra foram batizados, na presença do Rei menino Luís 13 e da Regente. Rouen e Paris pararam, na curiosidade dos nativos do Novo Mundo. Malherbe fez-lhes poemas e escreveu cartas descritivas. Nos Ensaios, em 1580, Montaigne forjou a imagem do bom sauvage. Condescendente com a antropofagia, escreveu que era mais conveniente comer um homem assado que lhe arrancar pedaços vivo.

Falamos de episódios ocorridos há quase cinco séculos. Mas, o essencial é que o orgulho da presença francesa permaneceu no imaginário popular. Imaginário que louva os fundadores, pois até hoje no seio do povo, aqui e ali, são vistos cabelos loiros e olhos azuis, reminiscências do sangue de Cancale e Saint Malo. Em São Luís, por exemplo, a estátua da cidade não é do vencedor português e sim a do francês La Ravardiére. O Hotel de Ville chama-se Palace de La Ravardiére. A estátua da Cidade é dele, a avenida principal chama-se “dos Franceses” e os logradouros tem nomes franceses. É à força da França, que perdura na alma popular, em suas canções, em sua magia de pensar. A França ali é aquela mulher bela, esvoaçante, símbolo da liberdade que flutua na alma rebelde da cidade.

Certa vez, um repórter me fez a pergunta lugar comum de todas as entrevistas sobre literatura: “Que livro o senhor levaria para ler na eternidade?” E ficaram surpresos, pois, não respondi – “Dom Quixote”. Certamente eu não passarei sem ele, o cavaleiro da triste figura, que traz saudades do futuro e é uma sombra eterna. Mas – respondi: **Memoires d'Outre Tombe**, de Chateaubriand. Gosto de acompanhá-lo à beira do mar de Saint Malo, marés que vão e vêm com saudades do monte Saint Michel, viajar no tempo e no espaço com ele: “j'ouve les yeux, comme Auguste, pour voir les Trirèmes dans les mouillages de la Sicile” e depois, ainda no início de sua vida, voltar e não ver mais nada, “tout avit disparu, hommes et monuments”.

A Independência do Brasil está ligada à história da França. Quando Napoleão invadiu a península ibérica e os exércitos de Junot chegaram a Portugal, o Príncipe Regente d. João, com a Rainha d. Maria 1ª e sua corte, se refugiou no Brasil. Instalou-se no Rio de Janeiro, sob a proteção da esquadra inglesa. Quando d. João VI voltou para Portugal deixou o filho, que proclamou a Independência do Brasil. Durante quase todo o século 19 tivemos a única monarquia na América do Sul, a dos Bragança que era também dos Bourbon.

Em 1816 chegou ao Brasil à missão francesa, integrada por artistas como Grandjean de Montigny, os irmãos Taunay e Debret, que deixaram os mais preciosos retratos como também da vida cotidiana ligada não só daquele tempo aos acontecimentos da Independência.

A riqueza da literatura francesa permitiu que, ao longo do tempo, ondas sucessivas ou simultâneas de influencia irrigassem a literatura brasileira nascente. Baudelaire, Verlaine, Rimbaud, Mallarmé, Appolinaire foram nomes que inspiraram as formas e imagens da poesia brasileira. Foram eles que asseguraram o substrato do “movimento antropofágico”, expressão de

vanguarda da Semana de Arte Moderna de 22, marco da moderna literatura brasileira.

A França se expandiu pelo mundo, e o francês e o português não são apenas um meio de comunicação para nossas comunidades de nações; não são apenas elementos aglutinadores para nossas culturas. Nossas línguas devem ser, acima de tudo, vetores de amplos movimentos de renovação cultural e de cultura e, por conseguinte, de desenvolvimento. Elementos decisivos em nossa estratégia comum de elevar os níveis de progresso e bem-estar de nossas sociedades. Os universos lusófono e francófono tomaram-se amplos e diversificados. Incorporaram formas de sentir e de expressar nascidas da adaptação do gênio francês e do gênio português às culturas americanas, africanas e asiáticas. O português e o francês revelaram-se plásticos, abertos à novidade e à transposição cultural. Criaram patrimônios que permitem comunicação direta e instantânea e integram culturalmente um largo número de países. Neles afirma-se um saudável pluralismo cultural, que nos coloca diante de um duplo desafio: identificar e aperfeiçoar os traços culturais que nos são comuns e preservar e valorizar os elementos que nos diferenciam. À francofonia e à lusofonia se colocam, portanto, desafios comuns, desafios que devem nos unir na resistência à uma globalização predatória.

A amizade entre o Brasil e a França passa pela amizade entre pessoas. Quero recordar as relações entre Jorge Amado e André Malraux. Foi a generosidade do ministro francês que permitiu ao ex-banido brasileiro voltar ao país que o acolhera no primeiro exílio.

Madame le Secrétaire Perpetuel chers confrères,

Somos todos, cidadãos da língua portuguesa, cidadãos da língua francesa, herdeiros de uma única pátria, o Lácio. Caminhamos daquela língua latina que se degradava e se reformava e se renascia no coração de uma civilização em construção. Falamos juntos o provençal, a *langue d'oc*, e nela nos filiamos a um universo de latinidade, que nos une numa visão generosa do mundo. O provençal resiste no cancionero popular, no romance popular, e a história de Carlos Magno e os Doze Pares de França alimenta ainda a fantasia dos meninos do nosso sertão. Continuamos sendo, no que temos de melhor, projetos de heróis de cavalaria.

Nos orgulhamos, por exemplo, de que um dos bisavôs de Maurice Druon seja o brasileiro-maranhense Odorico Mendes, que apresentou, em nossa primeira legislatura depois da Constituinte de 1823, logo após a Independência, o primeiro projeto de abolição da escravidão no Brasil. Druon é um símbolo da liberdade, compaignon de la libération, autor deste símbolo maior que é o Chant des Partisans, em que os tambores da

guerra e do sacrifício nos soavam não como uma abstração num país distante, mas nos fazia saber que “dans la nuit la liberté nous écoute”. Menino, sofri a queda de Paris, vibrei quando De Gaulle e Leclerc desfilavam nos Champs Elysées. Depois conheci o grande romancista, o historiador, o humanista e o pensador. Pude recebê-lo na sua cidade de São Luís do Maranhão e pude, honra maior, tornar-me seu amigo.

Não esqueço comovido, Druon ajoelhado, numa manhã ensolarada de São Luís do Maranhão, junto à estátua do seu bisavo, tradutor de Homero e um dos grandes clássicos da literatura brasileira e portuguesa.

Em todos os tempos são raras as pessoas que se projetam além de sua época, com uma dimensão que rompe as fronteiras da história. Claude Lévi-Strauss, é um desses seres raros: teve nas ciências humanas o impacto idêntico ao de Marx, Freud, Darwin.

Ele ilustrou ainda mais o Collège de France como titular da cadeira de antropologia social. Em qualquer lugar do mundo é reverenciado.

No discurso em que recebeu Claude Lévi-Strauss aqui na Academia Francesa, Roger Caillois, o grande pensador, sociólogo e ensaísta, dizia que “sua obra é tão rica, tão diversa, tão complexa, por natureza tão labiríntica” que não ousava analisá-la. Ele marca uma etapa na história do pensamento, é uma referência da aventura do homem.

Para saudar Claude Lévi-Strauss, nós, da Academia Brasileira, temos grandes motivos. Desde 1935 o Brasil se tomou o palco de sua descoberta fundamental, a de que o homem constrói sua cultura, como sua linguagem, em estruturas básicas, que independem de nossa visão ocidental de progresso.

No final de 1934, o Diretor da École Normale Supérieure, o convidou para ser professor de Sociologia na Universidade de São Paulo. Abrindo este livro de uma beleza que cativa todos os leitores, *Tristes Trópicos*, Lévi-Strauss diz que detesta as viagens. Mas sente necessidade de contar como aconteceu o processo que o levaria a compreender mais profundamente o ser humano, abolindo, de uma vez por todas, a idéia de que os valores humanos são melhores em algumas sociedades, abolindo toda e qualquer base para o racismo.

Em um de seus livros mais recentes, em que fala sobre a arte – *Regarder É couter, Lire* –, Claude Lévi-Strauss diz: «Suprimir ao acaso dez ou vinte séculos de história não afetariam sensivelmente nosso conhecimento da natureza humana. A única perda insubstituível seria a das obras de arte que estes séculos tivessem visto nascer. Porque os homens só se diferenciam, e mesmo só existem, por suas obras. Só elas dão a evidência de que



ao longo do tempo, entre os homens, alguma coisa realmente aconteceu.”

Eu, pessoalmente, tenho também que agradecer a Lévi-Strauss por ter me distinguido com uma amizade.

Senhoras Acadêmicas e senhores Acadêmicos.

Esta reunião representa o encontro de duas academias que são maiores que a soma de nós mesmos. A Academia Francesa, pelos seus membros, pode avaliar o que significa para nós, acadêmicos brasileiros, a dimensão histórica deste encontro.

A Academia Francesa é um tesouro da humanidade. Se o mundo acabasse e restasse apenas a história e o acervo da Academia Francesa, seria possível reconstruir toda a história da humanidade, seus costumes, seus personagens, a vida mesma no que ela tem de mais complexo; seria possível refazer o próprio pensamento, a sabedoria verdadeira que é a chave do passado e do futuro.

Senhoras Acadêmicas, Senhores Acadêmicos,

Quando eu entrei para a Academia de Letras da minha província tinha 23 anos. Meu avô era um rude lavrador do nordeste brasileiro, retirante das secas fugindo da tragédia e da miséria. Tinha o dia e a noite e sete filhos. Falava por provérbios e era um repositório da sabedoria popular, sabedoria que aprendi e muitas vezes utilizei em meus livros. Ao ser eleito escrevi-lhe e disse da minha alegria e do que aquilo representava para minha vida. Ele ao receber a carta tomou-se também de grande júbilo e, no povoado de casas de palha, começou a soltar foguetes, por onde começa e termina a pura alegria dos pobres lavradores de minha terra.

Sua vizinha, diante daqueles fogos, perguntou-lhe:

– O que aconteceu seu Assuéro?

Ele respondeu:

– Meu neto José entrou para a Academia.

– E o que é Academia, seu Assuéro?

Ele respondeu:

– Eu não sei, mas sei que é coisa grande!

Coisa grande no imaginário popular, maior ainda na cultura de nossas pátrias.

Cultura que hoje necessita de vigilante proteção. A sociedade industrial gera valores materiais. Os valores espirituais são deixados de lado pela competição. Já Pascal assinalava que o motor da ação humana é o desejo de reconhecimento, o desejo de aceitação social. Numa sociedade voltada para o consumo, para a riqueza, há uma constante e perigosa diminuição dos elementos que construíram a nossa civilização.

O caminho para o jovem aproxima-se rapidamente do hedonismo e do hedonismo pervertido, da tentação fácil da droga e do egoísmo.

Diz-se que o desenvolvimento econômico, gera uma potência política e cultural. Porque não pensar também que uma potência cultural gera desenvolvimento econômico e político? A cultura é, hoje, fonte de grande fluxo de comércio. Para sermos um grande espaço econômico temos de ser um grande espaço cultural. Este o caminho moderno, o único que pode gerar a riqueza permanente de uma nação.

Cheys confrères,

Escrever é uma compulsão. Dividido em duas vertentes, da política e da literatura, sempre precisei encontrar tempo, ao longo de minha existência, em meio à urgência que toma conta de todos os atos da vida política em nossos dias, para este diálogo com um outro que está em nós e com quem trocamos nossos sonhos, imaginamos nossos personagens, discutimos e escolhemos as palavras e as frases para dizer o que nossos atos não podem dizer eternizar instantes, fatos, sentimentos, pensamentos, mundos e histórias imaginárias, receber e transmitir saberes. A arte de Deus, a criação pela palavra escrita. Dostoievski e Baudelaire afirmaram a necessidade da arte. Escrever foi, para mim, desde moço, um ato necessário.

Daí talvez minha convicção inabalável de que tudo vai acabar, menos o livro. O livro é a grande descoberta tecnológica da humanidade. O livro não precisa de energia! O livro cai e não quebra, pode ser levado por nós a todo e qualquer lugar. No livro está registrado todo o conhecimento, todo o amor, toda a fé.

O livro é o verdadeiro difusor da cultura, o que fixa o conhecimento, o que torna iguais o pobre e o rico, o que concretiza a liberdade de expressão, a defesa de novas idéias. No livro nasce a revolução e garantia dos direitos, no livro se preserva o passado e propõe o futuro. No livro começa a computação.

Entramos no século XXI com o desafio de universalizar o livro. O caminho para uma civilização que seja digna deste nome passa pelo livro. Ele é que nos permite pensar as relações entre Ocidente e Oriente, pobres e ricos, cristãos e mulçumanos. O livro abre a porta do conhecimento, da ciência, da arte. O livro transforma o efêmero em permanente, o humano em imortal.

Senhora Secretária, Senhor Presidente.

Hoje estamos unidos em nome de uma amizade entre nossos povos, de nossas raízes comuns e de nosso passado. Permaneceremos unidos por nosso



futuro. A crença nas nossas línguas, nas nossas literaturas, na nossa cultura como contribuição fundamental para a esperança.

Vivemos num tempo de desigualdades e injustiça social, num mundo de discriminações e competição, voltado para a distância cada vez maior entre os povos e as pessoas, entre os ricos e os pobres. A diferença leva, hoje, à perda de identidade, que muitas e muitas vezes e só o que têm famílias que foram atingidas pela guerra ou pela pobreza. A preservação de nossas línguas, de espaços culturais é a melhor forma de aproximar as pessoas e os povos, resgatando as identidades pessoais, locais e nacionais.

Comungamos, a Academia Francesa e a Academia Brasileira, de projetos idênticos. Além dos mares e terras que nos afastam, abre-se um espaço enorme para o encontro.

É com esse orgulho e esse sentimento que estamos aqui para louvar esta casa sagrada e eterna, neste ano em que comemoramos o Ano do Brasil na França, do qual faz parte esta sessão, o mais simbólico e significativo ato desta celebração de 2005.

Muito obrigado.

OF. GLPMDB nº 300/2005

Brasília, 18 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do Senador Romero Jucá, como membro titular, em vaga existente, na Comissão de Assuntos Sociais – CAS.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

OF. GLPMDB nº 301/2005

Brasília, 18 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência o remanejamento do Senador Romero Jucá para a titularidade da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência designa o Sr. Senador Romero Jucá para compor as Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos dos **Ofícios nºs 300 e 301, de 2005**, que acabam de ser lidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

Ofício nº 133-presidência/ CCJ

Brasília, 10 de agosto de 2005

Assunto: Prorrogação de prazo

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 118 do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Presidência prorrogou, por igual período, o prazo estipulado pelo Ato da Mesa (SF) nº 1, de 2001, para apreciação do Requerimento (SF) nº 131, de 2005, de autoria do Senador Francisco Pereira.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes avisos:

## AVISOS

### TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– Aviso nº 27, de 2005-CN (nº 1.064-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.062, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria no Programa de Trabalho 25.752.0296.1887.0051 – Expansão de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no Mato Grosso (Acréscimo de aproximadamente 365 Km de Linha de Transmissão, Implantação da SE Jauru (MT) 400 MVA e Reforço nas Subestações Associadas Equivalente a 563 MVA). (TC nº 006.075/2005-O).

- Aviso nº 28, de 2005-CN (nº 1.109-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.143, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento das publicações e do envio dos Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes e órgãos federais do 1º quadrimestre de 2005, previsto na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. (TC nº 008.546/2005-4)
- Aviso nº 29, de 2005-CN (nº 1.122-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.132, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada no Programa de Trabalho 05.781.0631.12CE.0001 – Construção de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Estadual Nacional, em especial a construção do Aeroporto do Planalto Serrano. (TC nº 004.441/2005-4).

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os expedientes lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Antes, pela ordem, tem a palavra o Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem.)

– Eu pediria a V. Exª, Sr. Senador Tião Viana, que nos inscrevesse para uma comunicação inadiável, a critério de V. Exª, mas, se fosse permitido, agora poderia ser feita.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Exª está inscrito na prorrogação da Hora do Expediente, nos termos do art. 14 do Regimento Interno.

Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR.

Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição como Líder antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Exª tem a palavra neste momento, Senador Mozarildo Cavalcanti, por até sete minutos.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, solicitei a palavra para fazer o registro de uma matéria publicada na revista **IstoÉ**

desta semana, cujo título é “A Verdadeira História de Papillon”.

Todos nós sabemos, até porque foi um filme que teve bastante repercussão mundial, da história desse fugitivo francês, que fugiu da chamada Ilha do Diabo, na Guiana Francesa, e que, segundo o filme, teria morrido nos Estados Unidos. Na verdade, depois de muitos anos de pesquisa, um jornalista em Roraima conseguiu comprovar que o fugitivo adentrou o Brasil, pelo Estado de Roraima, na época Território Federal de Roraima, e viveu lá durante muito tempo. Eram cinco fugitivos e o verdadeiro Papillon faleceu no Estado de Roraima, na Vila do Surumú, onde, conforme mostra a foto da reportagem, uma cruz marca sua sepultura.

Essa comprovação se deu graças a um trabalho obstinado do jornalista Platão, que levantou toda essa história, e também ao trabalho especial da Polícia Federal, que fez um laudo comparando as fotografias e os dados existentes.

O verdadeiro Papillon, que foi o Sr. René Belbenoit, está enterrado no Estado de Roraima. O falso Papillon, que escreveu o livro que foi famoso no mundo todo, o Sr. Henri Charrière se locupletou dos escritos do Sr. René Belbenoit se passando pelo verdadeiro Papillon.

Sr. Presidente, quero solicitar a V. Exª que o artigo da revista **IstoÉ** seja transcrito na íntegra e faça parte deste meu pronunciamento.

Quero chamar a atenção de toda a Nação para um dado importante, porque às vezes a nossa história é roubada de maneira fragorosa, principalmente pelos poderosos. Quer dizer, os Estados Unidos publicaram esse livro, talvez até enganados por esse fugitivo que não era o verdadeiro Papillon; e hoje, depois de muito tempo, ficamos sabendo que a verdade é outra e esperamos que nosso Estado de Roraima possa ter também o seu quinhão na história por ter sido lá que esses fugitivos se instalaram. Eles vieram da Guiana Francesa, foram para a Guiana Inglesa, hoje República Cooperativista da Guiana, e depois fugiram para o Brasil, com medo dos horrores da Segunda Guerra Mundial, com medo do nazismo.

Reitero o meu pedido de transcrição na íntegra da matéria publicada na revista **IstoÉ**.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# A VERDADEIRA HISTÓRIA DE PAPILLON

EDUARDO HOLLANDA - *Boa Vista (RR)*

**E**le se tornou famoso mundialmente em 1969, ao publicar o livro *Papillon*, no qual contava a sua fuga espetacular, ocorrida em 1935, da Ilha do Diabo, o sinistro complexo de presídios que a França mantinha na Guiana Francesa. O sucesso foi ainda maior quando a história do prisioneiro Henri Charrière, o Papillon, chegou às telas dos cinemas em 1971 em uma superprodução de Hollywood, com Steve McQueen no papel principal. Mas Charrière, um homem de poucos estudos, era uma gigantesca farsa. O verdadeiro autor de Papillon foi outro fugitivo, René Belbenoit, um intelectual que falava quatro línguas e liderou um grupo de presos (entre eles Charrière), façanha relatada em seu livro *A Ilha do Diabo* (*Dry guillotine* no original, Prêmio Pulitzer de 1938). O sucesso do livro na época fez com que a França terminasse por desativar o presídio por onde passaram (e morreram, em boa parte) milhares de prisioneiros. Depois de fugir para a então Guiana Inglesa, René Belbenoit, o verdadeiro Papillon, radicou-se com seus parceiros em Roraima desde 1940, morrendo em 1978, aos 73 anos, e sendo sepultado na Vila Surumú, no norte do Estado, hoje parte da Terra Indígena São Marcos.

**Laudo da  
Polícia Federal  
confirma que  
o famoso  
prisioneiro  
francês que  
fugiu da Ilha  
do Diabo viveu  
seus últimos  
anos no Brasil  
e teve sua  
obra roubada**

Esse aparente fim obscuro de Belbenoît concluiu uma trajetória de vida cheia de intrigas, 13 anos de desterro (1922-1935) na Ilha do Diabo por assalto, livros de sucesso, identidades falsas, um assalto milionário e muitos negócios com garimpos de ouro, diamantes e metais preciosos. Além, é claro, da história de como os manuscritos dos livros *Papillon* e *Banco*, escritos por René Bel-

## Conheci o René em 1943 e fui seu sócio durante mais de dez anos em garimpos do rio Maú e em outros lugares da região

Alfredo Ferreira Nunes,  
o professor Parazinho

benoît na Vila Surumú, acabaram nas mãos de Charrière. Os dois primeiros livros de Belbenoît, *Hell on trial* e *Dry guillotine*, foram publicados nos EUA graças à amizade que ele construiu durante anos de correspondência, ainda na prisão, com a escritora americana Blair Niles. Os dois acertaram ainda que um dos fugitivos, de nome desconhecido, deveria seguir para os EUA e assumir a identidade de René Belbenoît, como medida de segurança para o grupo que ficou na América do Sul.

Esse falso René, que morreu em 1959 na Califórnia e teve o corpo cremado, acabou sendo vital para que a verdadeira identidade de Papillon fosse comprovada este ano no Brasil. Foi comparando fotos dos dois com a identidade de Belbenoît, tirada em 1973, que os peritos da Polícia Federal Paulo Quintiliano e Marcelo Ruback, depois de seis meses de trabalho em computador, chegaram à conclusão de que o verdadeiro René, o Papillon (apelido que ganhou

na prisão ainda na década de 1920), é o que morreu e está enterrado no Brasil. “Usamos um programa de computador que desenvolvi em minha tese de doutorado e que permite a identificação precisa de pessoas através de imagens faciais”, diz o perito Paulo Quintiliano. “Isso mostra que eu tinha razão ao garantir que Papillon tinha vivido décadas e morrido em Roraima”, comemora o fotógrafo e escritor Platão Arantes (*leia à pág. 81*), autor de dois livros sobre o caso.

**Medo dos alemães** – René e seus parceiros, que estavam sendo bem-sucedidos no garimpo de diamantes e de ouro na Guiana Inglesa, decidiram vir para o Brasil em 1940, depois que as tropas de Hitler invadiram a França, deixando o Reino Unido na mira dos nazistas. Preocupado com o domínio alemão, ele convenceu os outros a fugir para o Brasil. O grupo subiu de barco o rio Demerara e depois fez uma caminhada de 23 dias pela mata e pela savana, até chegar às margens do rio Maú. “Eu estava na frente de nossa casa, uma fazenda à beira do rio, quando ouvimos os chamados de um grupo de homens no outro lado. A fazenda de papai era o ponto de passagem no rio Maú e meu pai me mandou pegar a canoa e trazer o pessoal”, conta Rui Meneses, o seu Bebê, 77 anos. Na época, ele tinha 12 anos e ficou admirado com o chefe do grupo, que falava perfeitamente o português, apesar do forte sotaque. Além de René, integravam o grupo Maurice Habert, Joseph Guillermin Marcel, Charrière e Roger.

Em uma região que era um enorme e desértico município do Amazonas, os fugitivos sentiram-se seguros. Maurice casou-se com uma nativa, teve três filhos e implantou o cultivo do tomate na região. Sua influência foi tão grande que conseguiu que a Vila do Maú se tornasse a Vila Normandia, em homenagem à sua região natal na França. Belbenoît, que tinha recebido um bom dinheiro, fruto do sucesso de seus livros nos EUA, investiu no garimpo de diamantes e ouro, além de colaborar com os americanos, interessados na pesquisa mineral da região. Mas não ficou apenas nos negócios. Fiel ao seu passado bandido, em 1942 René comandou o bem-sucedido assal-

## Sucursal do inferno

Entre 1794 e 1799, anos que se seguiram ao período do Terror na Revolução Francesa, o governo de Paris passou a deportar prisioneiros para sua possessão na América do Sul, a Guiana Francesa. O alto índice de mortalidade entre os desterrados fez com que aquela colônia tropical ficasse conhecida como *guillotine sèche* (guilhotina seca). Em 1852, um complexo prisional foi construído nas Ilhas Salut, a 250 quilômetros de Caiena. Numa delas, a Ilha do Diabo, um antigo leprosário foi transformado num centro de trabalhos forçados. Aquele local inóspito faria jus ao nome sinistro, com os desterrados literalmente comendo o pão que o diabo amassou.

A partir de 1895, muitos dissidentes políticos também viveram lá sua temporada no inferno. O mais famoso deles foi o capitão Alfred Dreyfus (1859-1935), oficial judeu do Exército francês injustamente acusado de traição, que lá ficou confinado de 1895 a 1899. (O *affair Dreyfus* revelou uma França ainda dilacerada pelos antagonismos da Revolução: de um lado, anti-semitas, católicos, monarquistas e militares; de outro, democratas, socialistas e republicanos). Outro preso famoso foi Charles Ullmo (1882-1957), oficial da Marinha viciado em ópio que roubou segredos militares apenas para sustentar os caprichos da amante, Lison Welsch. Mas o local se tornaria notório com o livro *Papillon*, de Henri Charrière, e ainda mais com o filme homônimo de Franklin J. Schaffner.

O complexo penal foi abolido pelo governo socialista de Léon Blum (1936-1938), mas voltou a funcionar durante a Segunda Guerra, sendo extinto em 1946.

CLÁUDIO CAMARGO



## Eu estava na frente da nossa casa, na beira do rio, quando ouvimos os chamados de homens do outro lado

Rui Meneses, "seu Bebê", testemunha da chegada do grupo de René a Roraima

to à filial da empresa JG Araújo, em Boavista. A empresa era um entreposto que fornecia víveres e todo tipo de equipamento para a região que é hoje o Estado de Roraima, e ainda negociava com ouro, diamantes e servia como um banco informal. Platão Arantes ouviu testemunhas que suspeitam de conluio entre os donos da empresa, os devedores e até as autoridades da época. O assalto serviu de tema, anos depois, para o livro *Banco*, de Belbenoit, que também lhe foi roubado por Charrière.

**Ascensão e queda** – Quando Roraima virou território em 1943, as investigações, que eram comandadas de Manaus, foram encerradas. "Conheci o René em 1943 e fui seu sócio durante mais de dez anos em garimpos no rio Maú e em outros lugares da região. Só em 1961 tive certeza de que ele tinha sido o chefe do assalto", conta Alfredo Ferreira Nunes, o professor Parazinho, 84 anos. Ele garante que o amigo era muito inteligente e ganhou muito dinheiro. "Quando não estava escrevendo, o René estava fazendo bons negócios. Ganhou muito dinheiro, mas, no fim da vida, perdeu tudo de maneira muito estranha. Mas quem se aproveitou dele ficou sem nada. Até as terras passaram para os índios", comenta Parazinho. Ele não tem dúvida de que Charrière traiu seu amigo. "Ele fez sacanagem, colocando seu nome nos escritos do René. Todas as histórias do livro e do filme são do René. Ele me contava", garante.

Maria do Socorro da Cunha Camilo, 58 anos, também se lembra bastante de René. Ela conheceu o verdadeiro Papillon quando pequena, no Surumú, onde seu pai tinha uma fazenda. René, que tinha um armazém e bar que abastecia a região, gostava de contar histórias para crianças e adultos, lembrando de suas aventuras. Maria do Socorro só

percebeu a dimensão das histórias em 1981, quando o filme *Papillon* estava sendo exibido na tevê. "Eu não estava prestando muita atenção até que vi a cena do teste com a jangada de cocos. Virei para meu filho menor e disse: 'Essa é a história do padrinho da Ana, sua irmã.' Ele perguntou como eu sabia e respondi que durante anos, desde garoto, ouvi o velho René contar como ele e uns companheiros fugiram da Ilha do Diabo", recorda.

Os destinos de René Belbenoit e Henri Charrière, que haviam se separado em 1943, quando o falso Papillon foi para a Venezuela, voltaram a se cruzar em 1955. René tinha recebido um pedido de um diretor de cinema americano, amigo do casal Niles, para que transformasse o livro *Dry guillotine* em uma espécie de roteiro para o cinema. Mas que contasse a fuga de apenas um prisioneiro. René escreveu um calha-maço e considerou que a forma mais fácil de mandar o material para os EUA era via Venezuela. E contactou Charrière, que trabalhava no porto. O falso Papillon guardou os manuscritos, que estavam em inglês, durante anos. Quando soube da morte do falso René nos EUA, contratou um jornalista francês que morava na Venezuela e lhe devia dinheiro para fazer uma adaptação em

francês, acrescentando mais um fugitivo. E, em 1969, depois de ter mandado tatuar no peito uma borboleta, lançou como seu o livro *Papillon*.

Em 1971, Charrière mandou emissários à Vila Surumú para pegar os originais do livro *Banco*. René estava quase cego, com catarata e uma doença no nariz – há dúvidas se era câncer ou leishmaniose – e cedeu às pressões. As divergências entre os dois livros ajudaram a expor Charrière como um farsante. Ele gastou praticamente todo o dinheiro ganho com o livro e o filme *Papillon* na produção de outro filme que foi um fracasso total. E morreu pobre, destruído pela bebida, em 1973. Em Roraima, já existe um movimento para transformar a Vila Surumú em um museu vivo do verdadeiro Papillon. E trocar a cruz branca sem identificação por uma tumba à altura do novo ídolo do Estado. ■

## O obstinado Platão

Doze anos atrás, pouco depois de ter-se mudado do Recife para Boa Vista, capital de Roraima, o fotógrafo Platão Arantes ouviu pela primeira vez uma história sobre Papillon. A história era sobre um velho francês que tinha vivido na Vila Surumú e que muita gente dizia que era o verdadeiro Papillon. "O caso ligou alguma coi-

**Usamos um programa que desenvolvi no meu doutorado e que permite a identificação de pessoas através de imagens faciais**

Paulo Quintiliano, perito da Polícia Federal



sa na minha cabeça. E passei a aproveitar os fins de semana de folga para investigar”, conta Platão.

As histórias e os personagens foram se acumulando. Platão escreveu um primeiro livro em que centrava fogo contra Henri Charrière e apresentava depoimentos de gente que tinha sido contemporânea do tal René de Surumú. As histórias tinham um traço em comum. O homem era inteligente,

articulado e escrevia furiosamente. Além disso, gostava de contar histórias de seu passado para o povo da localidade. Novas pesquisas permitiram que Platão tivesse acesso ao material na Guiana Francesa, onde visitou as antigas instalações do presídio e conseguiu uma foto de René Belbenoit jovem.

Escreveu mais um livro, mas faltava a prova científica definitiva. Ele apelou para o senador

Mozarildo Cavalcanti (RO), que também sabia das histórias sobre René. Foi um ofício do senador que colocou o Instituto Nacional de Criminalística da PF na investigação. Agora, com sua tese “louca” comprovada, Platão prepara o livro definitivo sobre o *Platão de Roraima*.

#### **O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana – Bloco/PT-AC)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendido, nos termos do Regimento.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Roberto Saturnino.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 12 minutos.

#### **O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na semana passada usei esta tribuna para apresentar um apelo, em nome do Estado do Rio de Janeiro, às autoridades econômicas do Governo Federal, especialmente o Ministério do Planejamento, contra a retirada da prioridade que era dada ao chamado arco rodoviário, a ligação das rodovias federais do Estado do Rio com o Porto de Sepetiba, circundando todo o município do Rio de Janeiro.

E, hoje, novamente, venho a esta tribuna para apresentar outro apelo, sempre tendo em vista as necessidades urgentes, as necessidades prementes, inadiáveis por que passa o meu Estado, o Estado do Rio de Janeiro, sujeito a pressões de toda a ordem, especialmente na área de segurança, mas pressões essas que são derivadas de um estiolamento na sua economia, que tem quarenta, trinta anos de existência e que até hoje não encontrou o seu caminho de recuperação.

Pois bem, o caminho de recuperação, ao meu juízo, está precisamente na alavanca estratégica que são as universidades do meu Estado, especialmente as universidades federais. Poderia exemplificar as necessidades e as dificuldades por que passa o Rio, falando, por exemplo, do possível contingenciamento das dotações federais destinadas à realização dos Jogos Pan-Americanos, que o **Jornal do Brasil** noticia hoje como tendo sido decisão já tomada. Acho impossível que seja uma decisão já tomada porque, neste caso, o Estado e o Município sozinhos não teriam como arcar com as despesas necessárias à realização desses jogos, que são um evento da maior importância para a

vida do Estado e da cidade e até para a projeção em direção ao futuro dessas entidades da Federação que outrora tiveram tanto carinho por parte das autoridades federais. E hoje em dia – aliás, já há muito tempo, não é deste Governo – há uma dívida em relação ao Rio de Janeiro que foi assumida quando a capital mudou para Brasília. Foi reafirmada quando houve a fusão, em que era Presidente o General Geisel, e até hoje não houve o cumprimento desses compromissos. Os fluminenses e os cariocas não estão nem mais cobrando esses compromissos, mas reivindicando um tratamento justo em termos de dotações federais, que são essenciais para, pelo menos, a manutenção da vida econômica e social do meu Estado.

Hoje quero falar especialmente das universidades, porque, como eu disse, elas constituem o foco, o pólo principal de projeção do futuro do Rio de Janeiro. O Rio tem esta vocação. Isso já foi detectado há mais de 20 anos. Na minha gestão como Prefeito, projetei a constituição, a implantação dos pólos de atividades de ciência e tecnologia, precisamente porque reconhecia, e não fui eu só que reconhecia, todo um planejamento e uma projeção feita por técnicos do Rio de Janeiro, que indicavam que este era o caminho de solução para o impasse em que o Rio de Janeiro havia sido jogado.

Essa vocação derivava do fato de o Rio ser um grande centro de produção de ciência, de conhecimento de ciência e tecnologia e conhecimento avançado, dados pelo conjunto de universidades que existem naquele Estado. Infelizmente esse programa dos pólos também foi abandonado pelos sucessores. Mas o fato é que hoje essas universidades ainda constituem – e direi mais –, na verdade, o único pólo capaz de alavancar a economia do Estado, a economia da cidade para um futuro que ofereça possibilidade de enfrentar problemas agudos como, por exemplo, o problema da segurança pública, mais o problema da falta de serviços essenciais para percentuais enormes da nossa

população, que vivem nas comunidades carentes, nas favelas; um mar de gente que só faz crescer, sem que o Estado e a cidade tenham capacidade de fazer face a esse problema por falta de recursos econômicos do Estado e do Município. Esses recursos têm crescido, sim, com a produção de petróleo, mas esse crescimento tem sido insuficiente, dado o acúmulo de problemas que se processaram durante tantas décadas.

Hoje, esse conjunto de universidades federais no Rio de Janeiro encontra-se num estado tão lamentável que, mês a mês, tem que fazer uma escolha: ou pagar a água ou a luz ou o telefone, porque não há recursos para pagamentos desses serviços. E as dívidas com as respectivas empresas – Light, Cedae e Telefônica – vão se acumulando mês a mês e se tornaram praticamente impagáveis.

Portanto, esse é o apelo das universidades que quero transmitir aos colegas no sentido de que haja um reconhecimento da importância desse pólo de saber e de formação de conhecimento que é o conjunto universitário, e que haja o atendimento por parte dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, principalmente. É claro que ao Ministério da Educação não falta vontade política. Há uma emenda de oito milhões de reais, colocada no Orçamento do ano passado pela Bancada do Estado do Rio, que está com sua liberação bloqueada. É preciso que haja essa vontade política para desbloquear, liberar essa emenda de oito milhões de reais, para atender a todas as quatro universidades – na verdade, às cinco universidades, porque existe ainda o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), que é uma entidade de ensino profissional, mas que também é federal e já está ingressando no campo da formação profissional técnica, da maior importância para meu Estado.

Sr. Presidente, apenas para dar uma idéia do que são esses recursos, de sua pequenez, faço um simples cotejo entre a proposta, o que é dado, o que é considerado como dotação para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ, a jóia desse sistema, a maior universidade federal do Brasil, a outrora Universidade do Brasil, que era admirada internacionalmente, que tinha esse conceito que está na história das universidades do mundo. Pois a UFRJ está recebendo, como proposta orçamentária para 2006, exatamente o mesmo quantitativo que teve neste ano, sem nenhum acréscimo, da ordem de 70 milhões de reais para suas despesas de custeio.

Só para efeito de comparação, Sr. Presidente, é importante mostrar que a Universidade de São Paulo, que é estadual, dispõe de 300 milhões para esse custeio em investimento, despesas de custeio e de capital. A Universidade de Campinas dispõe da metade da USP:

150 milhões. Assim mesmo, é mais do que o dobro do que está sendo proposto para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com toda a sua história, com toda a sua capacidade de formação de alunos.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Roberto Saturnino...

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Então, é preciso atentar para isso. Trata-se de uma reclamação, uma reivindicação do Rio de Janeiro, que tem raízes na história deste País, que tem, enfim, argumentos fortíssimos na medida em que a formação de conhecimento universitário é fator estratégico do desenvolvimento para o País e muito especialmente para o Rio de Janeiro.

Ouçõ o Senador Mão Santa com muito interesse.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> realmente representa muito bem o Rio de Janeiro. Vivi como estudante naquele Estado na época em que foi extraordinário Prefeito.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – E agora V. Ex<sup>a</sup> está mais abrangente porque desperta e acorda o Governo Federal para aquilo que é fundamental: uma universidade. O Japão é o Japão, as condições geográficas e geológicas são as piores possíveis, mas há um ensino universitário que quase todos conseguem galgar e de alta qualidade. E se o Rio de Janeiro está assim, eu teria que incorporar o nosso Piauí, que, desde o início, aqui bradamos para que funcione o nosso hospital universitário. Apesar dos nossos apelos, o próprio Tião Viana foi sensível, acionamos os Ministérios da Educação e da Saúde para um hospital universitário inconcluso, que só colocaram para funcionar a parte ambulatorial. E, então, a Universidade Federal do Piauí não dispõe de hospital universitário, fundamental para a formação. E tanto é verdade que, de chofre, quando Governador, criei uma universidade estadual, uma faculdade de medicina, e já existem duas faculdades privadas, porque não avançou aquele sonho que V. Ex<sup>a</sup> está despertando: a responsabilidade do Governo Federal de manter a tradição das universidades. A Universidade do Rio de Janeiro foi sempre um patrimônio cultural do País.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Obrigado, Senador Mão Santa. Agradeço profundamente o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Pode contar que tudo que se destinar a universidades e a hospitais universitários, da minha parte, terá sempre todo o apoio e toda a solidariedade, especialmente a do Estado de V. Ex<sup>a</sup>, o Piauí.

Sr. Presidente, o meu tempo já acabou. Encerro aqui estas palavras, deixando esse apelo veemente e forte não somente para a liberação dessa emenda apresentada pela Bancada do Rio de Janeiro para as universidades federais do Rio, mas para um tratamento mais justo e mais digno para as universidades no Orçamento do ano que vem, e muito especialmente para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é a jóia desse sistema. Aliás, a jóia do sistema de universidades federais de todo o Brasil, a antiga Universidade do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra à eminente Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, ao Senador Eduardo Azeredo.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 12 minutos, Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)  
– Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, agradeço a aprovação, na Comissão de Assuntos Sociais, hoje pela manhã, de um projeto de nossa autoria que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Essa foi uma solicitação de todo o movimento educacional dos portadores de deficiências auditivas em nosso País. Agradeço, porque foi aprovado por unanimidade e agora vai seguir para a Comissão de Educação, em caráter terminativo. Espero que seja também aprovado rapidamente nessa Comissão, para que possamos enviar para a Câmara essa importante matéria legislativa incluída nos direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais em termos de audição. Quero agradecer, de forma muito especial, ao Senador Cristovam Buarque, Relator do projeto, que inclusive fez uma emenda para aprimorá-lo, e aos Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Reginaldo Duarte e Antonio Carlos Valadares, que durante a reunião se pronunciaram favoravelmente, relevando a importância da matéria.

Há outro motivo que me traz à tribuna. Estamos vivenciando, Senador Roberto Saturnino, quase 20 horas de trabalho por dia nas investigações da CPI dos Correios, com a tarefa, neste momento, de investigar, de apurar, para que possamos efetivamente punir todos os responsáveis por todo e qualquer ato de corrupção que tenha acontecido em nosso País, agora e antes, seja lá quem for que tenha participado. Às vezes, ficamos muito angustiados, porque é muito importante apurar, investigar, mas também é muito importante que

aproveitemos a crise para darmos saltos de qualidade, aprimorando a legislação, o controle da máquina pública, da fiscalização.

Estou lamentando porque, por exemplo, está ocorrendo um belíssimo debate na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania sobre a reforma política, e não podemos participar. Gostaria muito de estar participando.

Mas o que me traz à tribuna hoje é uma proposta muito importante. Inclusive iremos, em seguida, a uma audiência com o Dr. Rachid, na Receita Federal, para apresentar uma proposta que vem ao encontro de toda essa busca de superação, de aprimoramento da legislação, da fiscalização e do controle da máquina pública. Trata-se de uma proposta de Declaração de Bens e Direitos em Tempo Real.

O Estado brasileiro efetivamente precisa de mecanismos mais eficazes de combate a irregularidades de toda ordem. A corrupção, que aparece sob várias formas, está na origem da crise política que vivemos e precisa ser enfrentada com propostas concretas. As mudanças precisam ser profundas. Temos de aproveitar este momento de crise para fazer as mudanças que o País todo está aguardando. Não apenas punir, mas fazer as mudanças.

Não basta podar a corrupção. Precisamos extirpar as suas raízes, senão ela brota toda de novo. A oportunidade está diante de nós, do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Uma oportunidade colocada pela exigência da sociedade e pela própria crise, que apressa a tomada de decisões. Pois é dentro de uma postura propositiva, que tem pautado a nossa atuação no Parlamento, que levo hoje à Receita Federal uma sugestão elaborada pelo Professor Valmor Slomski, da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, da Universidade de São Paulo – USP, que nos honra com a sua presença aqui na galeria.

O Professor Valmor Slomski é um dos poucos doutores em Ciências Contábeis com especialização em contabilidade pública no País. Por feliz coincidência, ele é natural do Estado que aqui represento, do Município de Dionísio Cerqueira.

Depois de 18 anos de muitos estudos, ele elaborou o projeto chamado Declaração de Bens e Direitos em Tempo Real. Por apoiar a sua proposta de grande valor, sobretudo cívico, acompanharei o Professor Valmor, nesta tarde, às 15 horas, durante a apresentação para o Secretário-Geral da Receita Federal, Dr. Jorge Rachid, do Projeto de Declaração de Bens e Direitos em Tempo Real.

Essa proposta leva em consideração padrões de controles compatíveis com a realidade tecnológica, informacional e cultural vigente, proporcionando exa-

tamente uma maior eficácia no combate à sonegação de tributos e lavagem de dinheiro.

O projeto se inicia alterando a forma de transferência de bens – iniciando-se pelos automóveis – e depois se estende a todos os bens patrimoniais que são transferidos, formando, assim, a Declaração de Bens e Direitos em Tempo Real para o controle de veículos automotores, estendendo-se para os demais bens e direitos.

A contribuição principal desta proposta é a de controlar as transferências de propriedade de bens e de direitos. A sua implementação facilitará a arrecadação dos tributos a elas vinculadas, tais como: Imposto de Renda de Pessoa Física, Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, IPVA, ICMS, ISS, ITBI, ITBM. O objetivo do controle de todos esses tributos feito pela Declaração de Bens e Direitos em Tempo Real é evitar as famosas triangulações e a aquisição de bens sem demonstrar a devida fonte de recurso.

Dessa maneira, ao ser efetuada uma venda ou uma compra, o Sistema de Declaração de Bens e Direitos em Tempo Real emitirá, via Internet, o documento para a transferência entre CPF/CGC, CGC/CGC, CGC/CPF e CPF/CPF – ou seja, a pessoa física ou jurídica que transacionar automaticamente, *on line*, via Internet, deixará a compra e venda registrada –, com a geração de guia de arrecadação de imposto sobre o ganho de capital quando for o caso.

Senador Saturnino, já lhe darei o aparte.

De um modo geral, a Declaração de Bens e Direitos em Tempo Real oferece as seguintes contribuições:

- a)** controlar as transferências de propriedade de bens e direitos;
- b)** facilitar a arrecadação dos tributos vinculados às transferências;
- c)** evitar a triangulação nas transferências – o cidadão entrega o carro na concessionária sem que essa transferência seja registrada, depois a concessionária passa para outro, o proprietário inicial passa para o terceiro, e, muitas vezes, até a mudança no valor acaba se perdendo e não há arrecadação de impostos nessa triangulação;
- d)** prestar outros serviços aos Governos estaduais e municipais;
- e)** controlar e emitir boletos de cobrança de multas de trânsito;
- f)** verificar em tempo real, via internet, o patrimônio vinculado ao CPF/CGC, bem como seu valor venal;
- g)** calcular e acompanhar a depreciação dos bens;

**h)** oferecer instrumentos ao combate de furtos e para a legalização de veículos automotores;

**i)** servir de base para a implantação do dinheiro digital – dessa forma, cada vez mais, vamos eliminar a utilização inclusive do famoso *cash*, do dinheiro em mala, em maleta, ou coisas advindas da corrupção;

**j)** eliminar a exigência da declaração de ajuste anual do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Por outro lado, cria um instrumento eficaz para o combate à lavagem de dinheiro oriunda de transações efetuadas pelo narcotráfico, pela sonegação fiscal e pela corrupção de agentes públicos. Além disso, a sua implementação vem ao encontro dos objetivos do Ministério da Justiça, que têm sido de oferecer instrumentos de combate a eventos dessa natureza. E temos que louvar o trabalho do Ministro Márcio Thomaz Bastos, que se tem dedicado, de modo muito eficaz, a aprimorar todo o controle da lavagem e da evasão de divisas.

A implantação do projeto de declaração de bens e direitos em tempo real, com um banco de dados de aproximadamente 144 milhões de bens e direitos vinculados a CPFs e a CGCs, proporcionará à Receita Federal do Brasil ganhos pela agilidade, transparência e diminuição da burocracia ao cidadão que paga os seus impostos.

Na prática, esse projeto incluirá todos os bens e direitos ao seu real valor de aquisição e incluirá rendas que hoje adquirem bens e não possuem adequada procedência. Inibirá também a aquisição irregular de bens por pessoas físicas que, ao se declararem isentas para a Receita Federal, acabam camuflando e deixando em situação irregular bens oriundos, muitas vezes, do crime.

Para dar um exemplo, esse tipo de procedimento evitará casos como o da empregada doméstica da advogada do traficante Fernandinho Beira-Mar, que possui uma BMW blindada no seu nome. No entanto, como ela não possui renda compatível para declarar imposto de renda, esse bem fica absolutamente oculto, não tributado e servindo de biombo para a bandidagem.

Ouçó, com muito prazer, o aparte do Senador Roberto Saturnino.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Senadora Ideli, eu queria que V. Ex<sup>a</sup> levasse ao Dr. Rachid a minha presença – não é física, porque não tenho condições, tenho outros compromissos, mas minha presença em espírito, a seu lado –, encampando esse projeto do professor Valmor, que efetivamente é uma contribuição inestimável para que fatos como os que



originaram toda essa crise não voltem a ocorrer. Este País está precisando, mais do que nunca – é uma exigência da nossa sociedade, do povo brasileiro –, de mecanismos capazes de exercer um controle efetivo sobre essas transações ilícitas, lavagens de dinheiro e tudo o mais. Esse mecanismo parece-me altamente eficaz, altamente eficiente, razão pela qual cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento e pela proposta que levará ao Dr. Rachid. Peço que inclua o meu nome entre os que o apóiam, e acredito que toda a Bancada petista aqui no Senado estará pronta a apoiá-lo.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Saturnino.

Concluindo, Sr. Presidente, espero que, ao encampar e levar adiante essa importante contribuição do professor Valmor Slomski – apoiado inclusive pelo Senador Mercadante, que já teve a oportunidade de conversar com o professor e dar o seu apoio, no agendamento com o Secretário da Receita Federal –, estejamos ajudando o Brasil a dar um passo adiante no combate à sonegação e ao famosos caixas dois, três, quatro, cinco, que existem por aí. Um combate que começa na investigação, na apuração dos fatos, na punição dos corruptos, mas que deve ser complementado com a apresentação de propostas para que o País saia muito melhor dessa crise.

Agradeço novamente, Sr. Presidente. Quero dizer, com muito orgulho e com muita satisfação, que existem brasileiros e brasileiras como o professor Valmor, que estão dando contribuições tão significativas. Neste momento de crise, podermos ter uma proposta dessas para apresentar ao País, em um salto de qualidade, deixa-me muito animada e até estimulada a continuar naquela tarefa tão árdua da investigação na CPMI dos Correios.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Eduardo Azeredo, por até 12 minutos.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no último dia 29, ocorreu um fato relevante que não pode permanecer despercebido em meio às turbulências da atual crise política. Refiro-me à entrega do anteprojeto da reforma universitária ao Presidente da República, feita pelo então Ministro da Educação às vésperas de sair do cargo para assumir a presidência nacional do Partido dos Trabalhadores.

Trata-se ainda, obviamente, apenas de um esboço de proposição que o Executivo enviará no futuro ao Congresso Nacional. Mas exatamente por essa razão é que desejo trazer o assunto à reflexão desta Casa.

Meu objetivo não é o de, **a priori**, levantar objeções e criar resistências à reforma concebida pelo Governo. Mas, sim, o de alertar para o fato de que matéria dessa natureza, importância e implicação precisa logo ser avaliada por todos nós congressistas.

Uma vez que já existe um anteprojeto e, portanto, uma base concreta para discussão preliminar, considero que é chegado o instante de fazê-la, mesmo porque este é o momento adequado para fazermos sugestões básicas de mérito que possam ser eventualmente incorporadas a tempo na futura proposição de lei que o Governo irá formular. Assim, estaremos evitando novos atrasos no envio da matéria pelo Executivo e na sua apreciação pelo Congresso.

Aliás, o primeiro ponto para o qual chamo a atenção dos nobres Senadores é precisamente o da lentidão do Governo em concluir sua formulação sobre a reforma. É natural que as discussões, por se referirem a assunto tão complexo, sejam demoradas. Mas já passou tempo mais que suficiente para encerrá-las no âmbito do Executivo.

Quem avalia assim são muitos dos especialistas e representantes de entidades universitárias que, em fases anteriores, debateram a matéria. Agora está na hora de o Governo ouvir as últimas sugestões e recomendações, bater o martelo e remeter a proposição para apreciação do Congresso.

Se o Governo permanece paralisado e não faz logo isso que precisa fazer – como parece ser o caso – ele está apenas demonstrando mais uma vez sua crônica dificuldade em decidir! Ou então perdeu o norte da questão, ao perceber, durante o próprio debate preliminar sobre o assunto, as sérias resistências que, com toda justiça, se levantaram contra a reforma que o Ministério da Educação e o Planalto planejavam realizar.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o fato foi que o propósito inicial do Governo na reforma universitária era o de praticamente engessar o sistema de ensino superior brasileiro e o livre exercício da inteligência nas formas pré-fabricadas de muitos dos conceitos ultrapassados sobre o Estado e a sociedade. Em vez da autêntica autonomia, pretendia-se impor à universidade brasileira os parâmetros de organização e funcionamento típicos do centralismo autoritário.

De outro lado, ao arremeter-se, preconceituosa e duramente, contra o ensino superior de instituições universitárias, comunitárias e privadas, a reforma preconizada no início igualmente não só restringia liberdades garantidas pela Constituição, mas também ignorava dogmaticamente a realidade atual da educação universitária no Brasil.



Em nome de supostos princípios de democracia social e de independência e soberania nacionais, o que o Governo chegou a pretender foi transformar o ensino universitário em matriz de reprodução de dogmas e valores ideológicos e partidários, ou seja, em usina de formação de quadros que pensassem com os mesmos clichês do pensamento oficial, que então tinha hegemonia no próprio Palácio do Planalto.

Contra esse propósito essencialmente ideológico, fez muito bem ao futuro do País a forte resistência que opuseram a tais concepções de reforma diversas lideranças sobejamente experientes nas lidas universitárias. Elas rejeitaram a perda de autonomia, o populismo das facilidades de acesso à universidade pública e o preconceito contra a participação da iniciativa privada no ensino superior.

Verdade e justiça sejam feitas, o então Ministro da Educação, mesmo contrariado em suas concepções próprias, recuou em pontos cruciais e não bateu o pé nas idéias que o Governo tinha para reformar a universidade.

Com isso, aqueles que se opunham a elas também puderam dar sua contribuição, e dela resultou o anteprojeto entregue ao Presidente da República no dia 29 de julho: uma formulação, sem dúvida alguma, muito superior às anteriores, mas que ainda peca por certos equívocos básicos.

Dentre eles, o mais grave é o que envolve a distorção da realidade da educação no Brasil. A reforma universitária fez uma opção quase radical pela priorização do ensino superior. Destina-lhe – vejam só! – o mínimo de 75% da receita constitucional federal vinculada à área da educação pública, que por sua vez representa 18% do Orçamento Geral da União, já deduzido o percentual da DRU.

Ora, em que pese a boa intenção de se promover ensino universitário gratuito e de qualidade para todos os brasileiros que concluem o ensino de segundo grau, trata-se de uma dotação orçamentária que beira o delírio.

Seria maravilhoso que a realidade do País fosse outra e que pudéssemos contar com esse “mínimo” de recursos somente para a universidade pública. Infelizmente, não é assim, pois 75% dos 18% da educação é muito. No caso, além de ser algo delirante, a destinação ao ensino superior de “pelo menos” 75% da receita orçamentária federal efetua, na prática, uma inversão de prioridade no sistema educacional brasileiro.

A base, que é o ensino de primeiro e segundo graus, vai contar com que recursos financeiros para atender os milhões de crianças e jovens que demandam a escola fundamental e a secundária?

Como projetar uma universidade criativa e dinâmica, geradora e produtora de conhecimentos acadêmicos, científicos e tecnológicos, se não se assegurar, antes, que a ela cheguem estudantes bem preparados e talentosos?

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é o óbvio ululante que a boa universidade é resultado também de uma boa e anterior escola fundamental e secundária, em que a formação lança alicerces não só da instrução formal, mas também de ensinamentos basilares para o desenvolvimento da personalidade do estudante.

Negar esse pressuposto significa colocar o carro na frente dos bois. Entretanto, há quem o faça até oficialmente, pois o próprio Ministério da Educação explicita que “algumas instituições internacionais” é que defendem ser a educação básica “uma preocupação exclusiva”.

Essa afirmação nos parece ser, na verdade, uma contrafação que visa politizar, de forma ideológica primária, a abordagem da questão do ensino no nosso País.

Muito dificilmente existirá – se é que existe – qualquer “instituição internacional”, mesmo supostamente mal intencionada em relação ao Brasil, que sustente a priorização exclusiva do ensino de primeiro e segundo graus.

Por outro lado, ninguém de bom senso neste País pode ignorar que o ensino superior deva receber aportes cada vez maiores de recursos para se desenvolver cada vez mais e alcançar níveis capazes de agregar valor ao esforço nacional pelo crescimento auto-sustentado.

Não se trata, pois, nem de oito nem de oitenta.

Num país ainda carente do atendimento de necessidades básicas como o nosso, o ensino fundamental e secundário têm tanta prioridade quanto o ensino universitário.

Logo, o desafio é alocar os recursos públicos, que são limitados, nas duas pontas do processo, para que tenham a melhor relação possível de custo/benefício e façam desenvolver todo o sistema educacional brasileiro.

Em suma, a prioridade não deve ser em favor de um nível de ensino em detrimento de outro. A prioridade deve ser na educação como conjunto e processo. Se, a exemplo do que fez a Coréia do Sul, o Brasil efetivamente também priorizar o ensino como um todo, logicamente teremos, aí sim, uma Nação fortalecida e com grande futuro.

Falo, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com muita credibilidade nesta questão, porque, como Governador de Minas Gerais, fiz investimento recorde na educação, chegando a 45% do orçamento do Estado.

O anteprojeto da reforma universitária contém avanços resultantes da contribuição daqueles que viram a tempo suas distorções de ordem conceitual e ideológica.

Entre os pontos em que se progrediu, pode-se citar, por exemplo, a adoção de mecanismos regulatórios que permitam à União padronizar e articular melhor a avaliação e o credenciamento de escolas e cursos universitários. Tais dispositivos certamente levarão à crescente melhoria da qualidade do ensino, principalmente em escolas privadas.

Porém, antes mesmo que a discutamos quando chegar ao Congresso, temos o dever de advertir que a boa reforma não pode ser descontextualizada da realidade e da limitação de recursos orçamentários da União e dos Estados. Tampouco pode permitir que persistam traços de preconceito contra o concurso da escola privada na expansão e desenvolvimento do ensino superior, de que participa com o expressivo percentual de mais de 70% das matrículas.

Claro que esse é um percentual elevado, e a universidade pública precisa contrabalançá-lo, não por voluntarismo ou passe de mágica, mas por uma estratégia de longo prazo e de disponibilidade efetiva de recursos.

Recentemente pudemos aprovar no Senado algumas novas universidades, como as do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, na cidade de Diamantina, a universidade do sul de Minas, em Alfenas. Houve também a aprovação, na Comissão, da Universidade do Vale do Rio Doce, na cidade de Governador Valadares, além da Universidade de Uberaba, que sucede a Faculdade de Medicina.

Na base das demandas educacionais brasileiras, conforme demonstra a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio de 2002, 97% das crianças e jovens entre 7 e 14 anos estão matriculados no ensino fundamental. Contudo, quase 12% de brasileiros com 16 anos ou mais ainda não sabem ler ou escrever. Dez anos atrás, o contingente de analfabetos nessa faixa etária era 30% maior. Isso evidencia o grande salto ocorrido na educação básica brasileira – não há como negar esse fato – e, ao mesmo tempo, ressalta que temos de continuar avançando na educação básica não apenas em termos quantitativos, mas também em qualitativos.

Ora, a própria instituição do Fundo de Educação Básica, o Fundeb, já constitui um desafio enorme, sobre o qual também alertei em pronunciamento que fiz desta tribuna no dia 11 de maio último.

O propósito do Fundeb é estabelecer parâmetros obrigatórios de dotação de verbas federais e, ao longo de dez anos, aplicar no sistema nacional de edu-

cação pública mais de R\$32 bilhões – quase US\$13 bilhões.

Na ocasião, destaquei as dúvidas que o novo Fundo provocou pelo fato de o Ministro Antonio Palocci ter apontado que o Governo Federal poderia não vir a dispor de cerca de R\$4,3 bilhões ao ano para repassar a Estados e municípios com o objetivo de custear o ensino pré-escolar, o fundamental e o médio – todos incluídos agora no Fundeb.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Eduardo Azeredo, concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Com muita honra, concedo o aparte ao nobre Senador Mão Santa, já me encaminhando para o fim, Sr. Presidente.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Azeredo, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> é muito oportuno, mas vejo perspectiva muito sombria na educação, principalmente na universitária. Lembro-me, quando eu era prefeitinho no Piauí, de ter sido convidado a ir à Alemanha por uma multinacional, a Merck Darmstadt. Quem me acompanhava era um diretor químico. Em todo lugar que ele entrava, para facilitar as coisas, o trânsito, restaurante, teatro, chamava-se Professor Basedol. Indaguei: “Mas o senhor não é diretor químico de uma das maiores potências, a Merck Darmstadt”? Ele disse: “É, mas professor é o título mais importante na Alemanha, mais honrado. Então, prefiro usá-lo. Eu sei que sou diretor químico, tenho muito dinheiro, mas, antes de ser diretor da Merck, eu era professor em Heidelberg. Para poder continuar usando o título, eu dou uma aula por semana, gratuitamente”. Olha a desgraça que ocorre no Brasil: o Poder Judiciário conseguiu amarrar o seu aumento salarial para R\$27 mil, para o ano. Um professor universitário em Minas, no Piauí, ganha R\$1 mil. Então, as melhores inteligências não vão se dedicar à educação e à pesquisa; vão buscar as vantagens salariais que somente o Poder Judiciário está tendo, neste momento de injustiça que sofremos no Governo do PT.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Obrigado, Senador Mão Santa.

O meu pronunciamento é exatamente no sentido da importância da educação em todos os seus níveis: primário, básico, segundo grau e universitário.

Considero pertinente, portanto, que esta Casa faça uma análise da reforma universitária em vista das limitações dos recursos públicos.

Sonhar sempre é bom, mas, quando o sonho vira devaneio e quimera, pode-se jogar por terra tudo de bom que foi legado no sistema educacional brasileiro por governos anteriores, inclusive o do meu Partido, o PSDB.

Ou seja, em vez de termos uma ótima universidade no futuro, corremos o risco, por inadequação com o princípio de realidade, de não contarmos mais nem com o que ainda há de bom no conjunto do sistema educacional.

Esse é o alerta que quero registrar hoje, enfatizando mais uma vez que o meu Partido e a Oposição não se eximirão de discutir com isenção e grandeza um assunto de tamanha importância para o Brasil e, especialmente, para as futuras gerações. A educação precisa sempre da nossa atenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Batista Motta.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 12 minutos. A seguir, o Senador César Borges.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vim aqui hoje fazer coro com o cidadão brasileiro chamado Tarso Genro no que diz respeito a sua entrevista hoje à **Folha de S. Paulo**. O ex-Ministro Tarso Genro, em sua entrevista, assegurou que o Governo do PT errou em manter uma política de juros altos e superávit exagerado. Acrescentando minhas palavras às do Presidente do PT Tarso Genro, esses são os verdadeiros motivos pelos quais o Governo deveria pedir desculpas e perdão ao povo brasileiro: pedir perdão aos que plantaram soja neste País, acreditando na política agrícola deste Governo, que bateu ao teto mínimo de R\$23,00 o saco; pedir desculpas àqueles que plantaram arroz, quando esse custava R\$50,00 o saco e hoje não custa mais de R\$15,00; pedir desculpas aos pecuaristas, porque também hoje estão enfrentando o menor preço já visto em sua existência. As matrizes do rebanho brasileiro estão sendo todas sacrificadas, Presidente Tião Viana. Enquanto isso, enquanto vivemos esse drama em nosso País, ainda esta semana eu fui ao Ministro da Agricultura e falei: Ministro, o senhor deveria pedir o seu boné e ir embora para casa. O senhor é um homem de trabalho, o senhor é um homem que gosta do que faz, o senhor é um produtor, o senhor é um homem com competência para presidir este País, não apenas para ser Ministro, mas, no entanto, não consegue implementar uma política capaz de fazer com que os agricultores, os homens do campo deste País sejam pelo menos respeitados.

Sr. Presidente, quero deixar aqui bem claro que existe, no entanto, muitas pessoas que, ao invés de pedir desculpas ao povo, têm que pedir desculpas ao Governo pelo que estão fazendo com o povo brasileiro. Aqueles que, por exemplo, exportam produtos primários

como o granito, que são rochas ornamentais, como o ouro, como o minério de ferro. Exportamos, em 2004, 218 milhões de toneladas em minérios para jogar na nossa balança apenas US\$4,5 bilhões de dólares, enquanto a madeira – e ninguém vê exportar madeira em lugar algum porque é exportada e beneficiada – contribuiu com US\$3 bilhões; enquanto algumas máquinas que o Brasil exportou – também oriunda do minério – rendeu para a nossa balança US\$16 bilhões. E o pior de tudo que é que nessa marcha, dentro de 20 ou 30 anos, o Brasil não terá mais minério de ferro para fabricar essas máquinas. É duro para o cidadão brasileiro assistir a isso, sem que nenhuma providência seja tomada.

Eu quero aqui fazer justiça porque toda essa coisa não foi gerada neste Governo. Isso nós conseguimos com o advento da Lei Kandir que, de uma hora para outra, isentou de qualquer tipo de tributação todos os produtos exportados, mesmo que não gerasse emprego, nem que agregasse nenhum valor. Aí, passamos a ser um Governo entreguista, em que tudo está sendo mandado para o exterior, sem que possamos fazer absolutamente nada.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Tem mais gente que, também, tem que pedir perdão ao povo brasileiro, mas, primeiro, eu vou conceder um aparte ao nobre Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador João Batista Motta, V. Ex<sup>a</sup> aqui substituiu Paulo Hartung um grande homem público. Mas foi como Pelé que, ao sair, deixou Amarildo, e vencemos a Copa. V. Ex<sup>a</sup> tem se apresentado com pronunciamentos os mais objetivos, os mais desenvolvimentistas e realistas. A realidade que V. Ex<sup>a</sup> traz salta aos olhos. O que nos impedia de vê-la era o governo de Duda Mendonça, a mídia. O Brasil chegou a ser a oitava potência econômica. Hoje, está em 15<sup>o</sup>, 16<sup>o</sup> lugar. Em 50 anos, este País cresceu 8%, 7%, 6%. Agora está parado. Só crescemos mais que Haiti e El Salvador. Esta é a realidade: a renda diminuiu. Faltou, sobretudo, aquilo que é mais importante para a Nação: o ser humano. O trabalho e o trabalhador devem ter primazia, mas o Governo só beneficiou a quem não trabalha: os banqueiros. Aliás, nessas emendas que vêm de reforma partidária, vou sugerir uma emenda, aqui, para trocar o nome do PT, por PB, Partido dos Banqueiros.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Agradeço ao Senador Mão Santa pelo aparte.

Agora, com todo o prazer, concedo o aparte ao Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador João Batista Motta, não tive a graça de ouvir por completo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Mas existe um ponto que me chamou muito a atenção.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Estou me congratulando com o Ministro Tarso Genro pelas declarações, nas quais ele diz que o Governo está no caminho errado, com relação a juros e excesso de superávit primário.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Essa é uma matéria que, no PT, nos conduz há muito tempo. Há divergência, sim, de ponto de vista. É um assunto que não se encerra dentro do PT. Eu até concordo porque realmente são pontos de vista. Mas sobre desenvolvimento e crescimento nessa última palavra que V. Ex<sup>a</sup> pronunciou, que é a questão da exportação brasileira de matéria-prima *in natura*, de matéria-prima em estado bruto.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – E o seu Estado é vítima também.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Vítima disso. Então, há sim, neste momento, mas considero isso uma fase brasileira. Estou destinando parte de minhas atividades a visitar experiências que considero de extremo sucesso e que independe de determinadas regras estabelecidas no jogo. Eu e os Senadores Heráclito Fortes e José Maranhão acabamos de visitar a Embraer. Lá tivemos a oportunidade de observar uma empresa que desafiou o mundo, colocando-se hoje em vários aspectos como a quarta maior empresa do setor de aviação no mundo. E estou querendo visitar outras experiências de que já tenho informação de terceiros. A grande preocupação que nos traz aqui é que essa fase não pode ser eterna, ela é necessária neste momento. Precisamos levar para o mundo que o País tem condições de honra cada vez melhores contratos. Mas a disputa de mercado, seja ela em que âmbito for, só vai se dar com maior tranquilidade se inevitavelmente partirmos para agregação de valor, ou seja, vender não apenas matéria-prima daqui para frente, mas vender acima de tudo tecnologia e conhecimento. Então, se era nesse sentido a sua preocupação, aproveito para parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela lucidez das palavras que, mais uma vez, traz ao Senado Federal.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Senador Sibá Machado, estou falando exatamente isso. O Brasil exportou 218 milhões de toneladas de minério para faturar apenas 4,5 bilhões, enquanto algumas máquinas exportadas geraram US\$16 bilhões. Ora, no caminho que estamos indo, em vinte anos, não haverá mais minério de ferro no Brasil. É esse crime que estou denunciando e tenho denunciado nesta Casa diariamente. Devemos beneficiá-lo, agregar

valor e gerar emprego neste Governo. Não podemos deixar por menos.

Fico satisfeito por saber que V. Ex<sup>a</sup> será mais um soldado do nosso lado para combater esse absurdo que está sendo cometido em nosso País. Porém, quero discordar de V. Ex<sup>a</sup> porque também não se trata de uma fase passageira, não. Para V. Ex<sup>a</sup> ter uma idéia, na Medida Provisória do Bem, que o seu Governo está enviando a esta Casa, ele isenta de qualquer tipo de tributo o maquinário a ser importado de outros países, sem pagar um tostão de imposto para aumentar a extração de minério, comprar mais vagão para a Vale do Rio Doce, comprar mais máquinas, extrair ferro e ouro de nossas minas e exportar sem pagar um centavo de tributo ou sem agregar nenhum valor.

Sr. Presidente, peço somente mais um minuto, estou quase terminando o meu pronunciamento.

Há mais um grupo neste País que deve agradecer ao Governo: os banqueiros, porque nunca se faturou tanto como os bancos hoje; nunca enriqueceram tanto como estão enriquecendo hoje. Essa medida provisória, essa tática do Governo está errada, Senador Sibá Machado. Precisamos mudar esta situação. Este Governo não tem o direito de ser entreguista.

Quero dizer ainda que o Governo Federal também deve pedir desculpas ao meu Estado porque nós, com o problema que o Cade nos gerou, estamos diante de um grande problema: a venda da fábrica Garoto. O Governo Federal não tinha o direito de fazer isso com o meu Estado e tem que pedir desculpas também, porque o meu não Estado não tem recebido nada dele. Nós estamos vivendo lá à custa de sacrifício, de luta e da moralidade implantada pelo Governador Paulo Hartung, que nos colocou numa situação decente. E do nosso Estado, hoje, podemos nos orgulhar. A bandidagem que existia, acabou. Infelizmente, veio para Brasília.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até sete minutos, Senador Virgílio.

Em seguida, falará o Senador César Borges.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as autoridades policiais e a Polícia do Senado terminaram resolvendo essa história da bomba que foi instalada na Barbearia da Casa. Lá, e com isso concorda o Presidente Tião Viana, teriam morrido três ou quatro pessoas, no mínimo, se não tivessem sido tomadas providências. Já não é o primeiro boato. E dessa vez era verdade, tinha uma bomba mesmo.



Isso significa o quê? Significa uma forma subdesenvolvida e corrupta de terrorismo? Significa o quê? Afinal, estamos em pleno processo de apuração de responsabilidades, com três comissões de inquérito funcionando na Casa, estamos vendo um festival de denúncias grave, estamos vendo carreiras políticas sendo ceifadas pelas denúncias em que certos personagens se envolveram. E, por outro lado, se imaginarmos que isso possa ser algum tipo de reação à decisão do Congresso, à atitude do Congresso de investigar, nós veremos o Brasil indo para descaminhos, para desvãos. Nada, contudo, impedirá a apuração das responsabilidades e a punição dos culpados. Nada! O Congresso vai cumprir com o seu dever. O Congresso tem o dever de apurar as denúncias envolvendo irregularidades e corrupção no Governo Federal e tem o dever de se depurar dos seus membros que praticaram os malfeitos, que entraram na relação promíscua com empresas privadas e com o Executivo.

Vejo com certo estupor o fato de o Senhor Presidente da República não ter mudado nada daquele tal pedido de desculpas para cá. Ele continua com as viagens populistas, continua com as declarações inconseqüentes, continua com as declarações que não subsistem, continua, enfim, como se não tocasse nele, como se não tocasse no seu Governo tudo o que está sendo arrolado no campo da corrupção, no campo da irregularidade! E não é assim. Sua Excelência passará para a história como o Presidente que menos deu explicações a respeito de denúncias de corrupção. Menos! O tempo inteiro fingindo que não é com ele, o tempo inteiro fingindo que não tem nada a ver, que não tem nada a dizer, e isso só vai agravando o seu quadro. Gosta tanto de pesquisa e de eleição que sabe que há uma pesquisa do Ibope, e isso foi noticiado ontem já no *blog* do jornalista Ricardo Noblat e também pela TV Bandeirantes, mostrando resultados desastrosos, desabando sua perspectiva eleitoral, desabando sua credibilidade administrativa. Então, está na hora da explicação e de mais nada. Não é viagem demagógica para aqui e para acolá. Está na hora do verdadeiro pedido de desculpas, está na hora da explicação ou, quem sabe, está passando da hora da explicação verdadeira.

As manifestações, tipo aquela caquética da UNE, jovens caquéticos liderando jovens de boa-fé, subvencionados por recursos públicos, essa que é a verdade, e tentando convencer que é possível mobilizar fazendo protestos a favor; contra a corrupção, mas a favor do Governo Lula. Não consigo entender isso se o Governo Lula está crivado de denúncias de corrupção. Que alguém diga “quero poupar o Presidente, não acho que seja a hora de *impeachment*” até a Oposição já

disse isso, mas sair por aí como se Lula fosse vítima e não o Presidente que nomeou quem praticou corrupção e que permitiu que a corrupção grassasse sob sua responsabilidade é caquético, isso não faz jus à juventude, isso é inédito na história da UNE.

Aliás, a UNE está precisando de eleição direta. Precisa de eleição direta para acabar de uma vez por todas com essa história de meia dúzia sem representatividade dominar a entidade estudantil. Partidos que dominam a UNE dependem de se rebaixar de cinco para dois por cento a cláusula de barreira para poderem existir. Então, como é que pode ter voto na UNE? Se tem voto, é tranqüilamente direto o voto, e os Partidos não precisariam ser tão fracos e fazer a cláusula de barreira cair para dois por cento. Já tivemos ontem a manifestação do P-SOL, PSTU, enfim, manifestação de esquerda contra o Governo.

A pergunta que faço é muito simples: não estamos querendo fazer isso, mas é um desafio para começarmos a fazer? É um desafio para nós vermos quem põe mais gente na Praça da Sé? Será que é isso que o Presidente está propondo para nós? É um desafio? Eu gostaria de saber se oficialmente é um desafio. Estão nos desafiando a fazer um grande comício na Praça da Sé. Outro na Cinelândia. É um desafio? Estou disposto a ouvir. Se for, vou pensar seriamente em recolher essa luva, Senador César Borges, e vamos ver se é possível se juntar gente na Praça da Sé para defender ou justificar este quadro de descalabro que aí está. Ou na Cinelândia, no Rio de Janeiro, para ver se é possível juntar gente para defender este quadro de falta de decoro que aí está.

Termina virando para o Presidente Lula – Sr. Presidente, já concluo – um pouco aquilo que o verde amarelo foi para o Presidente Collor. Ele disse: “Quem estiver do meu lado coloca verde amarelo”. E as pessoas colocaram luto nas portas das suas casas. Se o Presidente fizer um desafio parecido com este “Quem estiver ao lado dele coloca uma estrela vermelha no peito” e nós dissermos o contrário “Quem estiver contra o Senhor Presidente coloque a Bandeira brasileira fora das suas casas”... Será que esse é o desafio? Será que estão querendo nos conduzir a isso?

Aquelas lideranças caquéticas da UNE insultaram a Oposição ontem. Ainda acham que têm o direito de fazer isso! Ainda acham que têm direito de dizer uma coisa como essa! Torcem a verdade. Começaram a mentir tão jovens, aprenderam a mentir tão cedo. É tão grave! O ideal seria ninguém mentir em idade nenhuma. Agora, mentir tão juvenzinhos... Então dizemos que não queremos provocar *impeachment* e ainda temos que agora engolir a molecada, insultando as Oposições nas ruas. Se isso for orientação do Presidente,

que depois os recebeu, eu gostaria de saber se topam mesmo nós fazermos o desafio dos atos públicos. Se topam mesmo. Se for um desafio, eu estou disposto a aceitar o desafio. E não quero saber de coisa pequena, não. É Praça da Sé e Cinelândia para começar a brincadeira. Depois, vamos ver no que vai dar. Se alguém tiver café no bule que diga porque a Oposição está cansada dessas incompreensões; está disposta mesmo – vou repetir uma expressão bem popular – a ver quem é que tem café no bule. Nada de rua pequena; nada de viela. Tem que ser Praça da Sé e Cinelândia. Está lançado o repto, se é que nos fizeram um desafio com aquele bate-perna da juventude caquética da UNE antontem em Brasília.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Antes de conceder a palavra ao eminente Senador César Borges, a Mesa esclarece que foi informada pelo Chefe de Polícia do Senado que foi encontrada uma sacola na barbearia da Casa com suspeitas de origem. Chamada pelos servidores da área, a Polícia do Senado levou a sacola até o setor de raio-x, identificou tratar-se de um artefato, levou-o para uma área aberta, chamou o grupo antibomba, que confirmou tratar-se de um artefato, detonado há poucos minutos. Ele não causou qualquer dano à integridade física de ninguém, mas traz um alerta a todo o Serviço de Segurança do Senado Federal e seguramente da Câmara dos Deputados.

No que diz respeito ao Senado Federal, a Presidência já determinou todas as medidas de cautela e que se redobrem os cuidados com a segurança e a integridade de todos que transitam e que procuram participar da vida democrática do País no Congresso Nacional brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao eminente Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, saúdo a ilustre Senadora Iris de Araújo, representante do Estado de Goiás, que novamente está entre nós. Que S. Ex<sup>a</sup> seja bem-vinda e tenha um bom mandato!

Sr. Presidente, a par da crise política que estamos vivendo, o Governo se escuda no que ele considera o grande pilar de sustentação: a economia. É apresentada como uma grande vitória do Governo a manutenção dos fundamentos da economia brasileira.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fui antecedido por outros Senadores, e sempre a questão abordada é a mesma: essa economia só traz benefícios e vantagens para o mundo financeiro, para o grande mercado; ela não

resolve os problemas, por menores que sejam, da população brasileira. Nós temos problemas seriíssimos, Sr. Presidente, em todas as áreas: saúde, educação, infra-estrutura – nossas estradas estão mal conservadas, esburacadas, dilapidadas, ceifando milhares de vidas de brasileiros.

Aí é que está a grande ironia: o Governo se sustenta numa política que é conhecida como política neoliberal; eu diria até ultraliberal, porque preconiza, acima de tudo, a manutenção de uma taxa elevada de juros, porque temos que cumprir uma meta inflacionária extremamente draconiana, dura, de mais de 5% da inflação por ano. Isso significa manter uma taxa de juros de 19,75%, Sr. Presidente. Ontem, mais uma vez, o Copom, pela terceira vez consecutiva e oitava na escalada dos juros no Brasil, manteve a taxa nesse patamar. Nisso nós somos campioníssimos mundiais, lamentavelmente. Gostaríamos de ser campeões mundiais em vários setores, inclusive no futebolístico, mas, não, nós somos campeões mundiais na taxa de juros, disparados. Não há ninguém próximo de nós, pois estamos com uma taxa real de 14,16% ao ano. A taxa selic é 19,75%, mas descontando a inflação é 14,6%. O Brasil tem como vice-líder a China, que está com juros de 5,96%, ou seja, praticamente 30%. A média mundial de taxas de juros dos países emergentes se situa em torno de 3%, enquanto a média mundial de todos os países não chega a 2%.

O Brasil está, Senador Mão Santa, com 14,16%. É claro que nós vamos continuar vendo balanços recordes entre os bancos, inclusive os oficiais. O Banco do Brasil apresentou lucro de quase R\$2 bilhões.

Essa economia tem fundamentos sólidos para o mercado, mas – veja bem – não são fundamentos verdadeiramente sólidos. São fundamentos que exigem um sacrifício altíssimo da população brasileira.

Estamos vivendo uma crise política grave, mas gravíssima também é a crise de investimentos no País, dos investimentos públicos, essenciais para desenvolver o País e melhorar a vida de nossa população.

Todos conhecem – sei que o Senador Mão Santa gosta de ler e de História – o que Franklin Delano Roosevelt fez nos Estados Unidos para tirar o país da crise: investimentos públicos, estradas, barragens. Tudo isso melhorou a vida da população e tirou os Estados Unidos da crise. Aqui não; aqui temos a necessidade imperiosa, ditada pelo Fundo Monetário Internacional, de cumprir um superávit primário de 3,75%. Hoje o Brasil está cumprindo mais de 5,1% de superávit primário.

Como é conseguido esse superávit primário? Aumentando a carga tributária a ser paga pelo povo brasileiro, por um lado, e, por outro lado, fazendo o

quê? Diminuindo as despesas. Onde? Em cargos comissionados? No Aerolula? Nas mordomias? Não, as despesas que estão sendo diminuídas são as dos investimentos públicos, que, na verdade, não devem ser consideradas despesas, mas investimentos. Estamos vivendo uma crise seriíssima.

Em sete meses deste ano, 2005, sabe quanto pagamos de juros, Srs. Senadores? Pagamos R\$93 bilhões. E sabe quanto foi efetivamente investido e pago, liquidado pelo Governo? Apenas R\$800 milhões, R\$886 milhões, para ser mais preciso. Isso, o que foi liquidado até o mês passado, ou seja, pagamos cento e cinco vezes mais de juros do que os investimentos em saúde, em educação, em transporte, em segurança pública e assim por diante.

Essa é a triste realidade que estamos vivendo hoje. E de uma hora para outra o Governo, para não dizer que está literalmente morto e que não foi ainda sepultado, procura dar sinal de vida, abre o olho e diz: vamos fazer o investimento de R\$1 bilhão, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ou seja, vamos passar de 4% para 9% do total que está previsto para o ano que já vai além da metade. Já se passaram sete meses deste ano, está, praticamente, concluído o ano.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador César Borges, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Pois não, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador César Borges, V. Ex<sup>a</sup> está explicando e foi muito oportuno quando disse que o vice-campeão de juros altos tem uma taxa que é menos da metade da nossa. Mas, na prática, se você tiver um cheque-ouro, vai ver que é mais, porque entra o risco, a administração, o risco da capital, o *spread* e tal. V. Ex<sup>a</sup> citou Franklin Delano Roosevelt – e digo que já era hora de o PT aprender –, que governou os Estados Unidos, quatro vezes, disse que as cidades podem ser destruídas, porque elas ressurgirão do campo, mas, se o campo for destruído, as cidades vão morrer de fome. E o campo está aí. Vimos, recentemente, um “tratoração”, com 25 mil pessoas. Basta dizer, simbolizando tudo, que, neste País, uma garrafa de água mineral importada é mais cara do que o leite, traduzindo a falência da nossa produção.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Efetivamente, o Governo Federal não tem dado a atenção devida e não tem tido sensibilidade com os setores mais frágeis de nossa economia, como o setor agrícola, que sofre com os preços, porque são *commodities*, porque tem o mercado mundial muitas vezes abundante, sofre com as secas... Hoje há uma grave crise em nossa agropecuária. Vejam bem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Governo disse que ia investir como

se fosse uma grande notícia dada ao País. Agora, vamos discriminar onde está esse R\$1 bilhão, Senador Sibá Machado – eu lhe darei já o aparte. Para a Infraero, R\$350 milhões, para concluir obras de interesse de Governo em aeroportos nacionais. Para o Ministério da Fazenda, R\$170 milhões – eu não sei o que o Ministério vai fazer com isso. Somando isso, temos R\$520 milhões, ou seja, 52% do total do R\$1 bilhão.

Em terceiro lugar, vem o Ministério das Cidades. Aí, sim, precisamos de habitação, de saneamento, de transporte urbano. O investimento de R\$170 milhões que foi para a Fazenda cai para R\$79 milhões, o que significa absolutamente quase nada diante das necessidades nacionais.

Depois do Ministério das Cidades, veio a Presidência – Presidência, Sr. Presidente! –, com R\$45 milhões. Para que a Presidência da República quer R\$45 milhões? É para pagar o combustível do aerolula? Para pagar as aeromoças? Não sei exatamente que tipo de destinação têm esses R\$45 milhões.

Por último, na relação que contempla outros Ministérios com valores abaixo dos R\$45 milhões, não se tem o Ministério dos Transportes, não se tem o Ministério da Saúde, não se tem o Ministério da Educação.

Queria conceder um aparte ao Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador César Borges, em primeiro lugar, quero dizer que fico muito admirado da forma precisa, contundente, séria de V. Ex<sup>a</sup> expressar seus pensamentos. V. Ex<sup>a</sup> tem sido uma pessoa que me tem despertado para esse tipo de diálogo.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Eu queria apenas falar sobre um ponto que diz respeito às taxas de juros. Eu não entendo da matéria, mas quero externar uma dúvida muito forte que tenho, porque nós trabalhamos, aqui no Congresso Nacional, com a possibilidade de abordar uma matéria sobre a independência do Banco Central. Ou seja, a autoridade maior da moeda brasileira, que tem assento no Conselho Monetário Nacional e no Copom, que tem assento sobre essas coisas. Nós estamos trabalhando a independência, para evitar a ingerência política. Queremos dar ao mercado a tranquilidade, porque os contratos são de longo prazo e serão cumpridos. Deixarmos o Governo assumir a postura de, por uma conjuntura política ou algo desse tipo, impor uma taxa de juros por decreto não seria uma forma irresponsável de administrar a Nação? Na verdade, eu fico sem entender da matéria, porque estou com esse tipo de dúvida. Se V. Ex<sup>a</sup> puder, esclareça-me sobre isso, já que eu compreendo

que V. Ex<sup>a</sup> entende muito bem desse assunto, além dos demais, é claro!

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Olhe, qualquer banco central do mundo cuida da moeda, mas sempre associado à questão do desenvolvimento do País e à geração de emprego e renda. Há essas duas grandes variáveis com que qualquer banco central se preocupa.

Aqui no Brasil, infelizmente, o Banco Central somente se preocupa em manter a estabilidade do mercado, conservando essa taxa de juro altíssima, e não se preocupa com o desenvolvimento do País. É a isso que nós estamos assistindo. E o País não consegue mais pagar essa taxa de juros, que faz com que a nossa moeda esteja em um patamar irreal, como aconteceu no passado tão criticado pelo Partido dos Trabalhadores. Nós estamos mantendo um dólar a R\$2,30, que não é a verdade do valor aquisitivo do real. Isso tem prejudicado a nossa agricultura, que vende como *commodity* nossos produtos, tem prejudicado nossa balança comercial externa, porque temos uma depreciação do nosso produto.

Então, o que eu acho é que podemos até chegar a um Banco Central independente, mas não é o momento. O que está acontecendo, Senador Sibá Machado, é que o atual Governo não tem sensibilidade social, não se interessa pelo País, pelo social. A única preocupação é manter os fundamentos econômicos do mercado, da bolsa de valores, do mercado de dólar, do mercado de moedas estrangeiras, do mercado financeiro. Mas o País vive disso? Será que é só isso que interessa ao Governo dos trabalhadores? Aí é que nós ficamos achando que essa é mais uma frustração que assola toda a população brasileira, além da frustração da bandeira da ética, da moralidade, que era empunhada pelo Partido dos Trabalhadores como sendo um compromisso firme e sério em que muitos acreditaram neste País. Eu confesso a V. Ex<sup>a</sup> que eu, inclusive, acreditava na mudança de métodos. Mas não houve. Cai a bandeira da ética e da moral. E a política econômica? Alguém esperava que o PT trabalhasse para dar esses lucros fabulosos aos bancos nacionais e internacionais?

Lamentavelmente, é essa a frustração que a população brasileira vive e que vamos ter que analisar aqui por diversas vezes, para mostrar que o povo brasileiro foi enganado, foi traído. Quem foi traído não foi o Presidente Lula. Quem foi traído foi o povo brasileiro, na sua expectativa e na sua esperança de melhores dias. Na verdade, o mercado venceu a esperança, que era a promessa do Presidente Lula.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento, por até sete minutos. A seguir, o Senador Sibá Machado.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Câmara dos Deputados, ontem, praticou um crime contra a Nação, contra os trabalhadores do Brasil. Na medida em que o Senado cresceu aos olhos do povo, dando um salário mínimo de R\$384,00, a subserviência levou a que eles derrubassem os R\$384,00 e ficasse em R\$300,00 o salário mínimo do trabalhador brasileiro.

E o que é mais triste de tudo isso, Sr. Presidente, é que isso foi feito com as mãos ágeis – bem ágeis – do Sr. Deputado Inocêncio Oliveira. O Deputado Inocêncio Oliveira sabia da derrota pelo painel; tinha já, desde a véspera, e ontem renovado, um pedido de verificação mais do que suficiente para se fazer a votação nominal pelo painel. Entretanto, ele não permitiu a votação pelo painel, ameaçando até – eu vi na televisão, parece incrível, mas é verdade – levar para o Conselho de Ética Parlamentares que reclamavam de ele não estar cumprindo o Regimento.

Para mim, não foi surpresa. Eu me equivocava bastante quando diziam que ele praticava o trabalho escravo nas suas fazendas. Eu não acreditava. Entretanto, quem procede assim com o trabalhador brasileiro, na sua fazenda, não paga sequer os R\$84,00, que dirá os R\$384,00!

Saiba o Deputado Inocêncio Oliveira que isso vai marcar mais a sua vida política do que os poços artesianos que foram abertos em suas fazendas. Saiba o Deputado Inocêncio Oliveira que esses que querem ficar sempre agarrados na fralda do Governo perdem o valor moral para os debates nos seus Estados.

Eu faço isso constrangido. Quantas vezes me enganei e ajudei ao tal do Inocêncio! Quantas vezes pude ajudá-lo, com a minha Bancada, a galgar postos que talvez, hoje, estou consciente de que não merecia!

Mas o tempo passa. O trabalhador brasileiro, mesmo passando fome, vai sobreviver, mas a política do Inocêncio jamais sobreviverá, porque é uma política pequena e mesquinha e que não está à altura de um representante do povo de Pernambuco.

Sei bem que as ordens do Presidente foram cumpridas. Um dos seus Ministros se gaba de ter morado na Câmara, para que Inocêncio derrubasse o salário verdadeiro do trabalhador brasileiro. Tenho a consciência tranqüila, Sr. Presidente, como V. Ex<sup>a</sup> tem também. Se V. Ex<sup>a</sup> pudesse, o salário seria outro, mas o Congresso já começa a ser vítima com bombas aqui,



bombas ali, por não estar vendo que, além de nós Parlamentares e Ministros, que ganham bem, tem a grande multidão que ganha pessimamente e que não tem como sobreviver e, por isso, se multiplicam as prisões e os assaltos.

Sr. Presidente, poderia eu hoje não estar nesta tribuna. Mas, se não estivesse, não seria eu. Daí ter tido o apoio do Líder do meu Partido, para me permitir que falasse estes minutos ao povo brasileiro, dizendo que nós estivemos sempre com a boa causa, e aqueles que falharam ao povo, inclusive alguns líderes, que combinaram não votar ou permitir a maneira irresponsável de fazer cumprir o Regimento erradamente do Deputado Inocêncio.

Quero agradecer aos Srs. Deputados, porque eles iam votar o salário mínimo verdadeiro no painel, mas proibiram o painel. Teve que ser uma votação simbólica e com as ameaças de quem é valente em algumas horas, mas não é valente nas horas decisivas da Nação.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E eu já vi isso várias vezes.

Só um minuto.

Uma vez ele disse que não falaria mais com o Presidente Fernando Henrique no Palácio do Planalto. Cortou relações públicas. Aí passou a conversar no Palácio da Alvorada. Ele achava que o problema era o Planalto, mas no Alvorada ia bater à porta do Senhor Presidente Fernando Henrique. Ele pagará um dia.

Os trabalhadores estão atentos e viram a maneira como ele procedeu porque a televisão ontem mostrou claramente várias vezes os seus arreganhos de violência. Violência própria daqueles que não tiveram a cultura suficiente para entender a grandeza do cargo que ocupam e, sobretudo, o problema social do nosso País.

Sr. Presidente, quero me congratular com todos aqueles Deputados que quiseram votar e não puderam o salário mínimo de R\$384,00 e, ao mesmo tempo, dizer àqueles que ajudaram o Inocêncio que a execração pública virá mais cedo ou mais tarde.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lida a seguinte:

## COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado de Goiás, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido PMDB.

Nome Parlamentar: **Íris de Araújo**

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2005. – **Íris de Araújo**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB nº 302/2005

Brasília, 18 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação da Senadora Íris de Araújo, como membro titular, nas Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Desenvolvimento Regional e Turismo e como membro suplente, na Comissão de Assuntos Sociais – CAS, em vagas existentes.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa a Sr<sup>a</sup> Senadora Iris de Araújo membro das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Desenvolvimento Regional e de Assuntos Sociais, nos termos do **Ofício nº 302, de 2005**, que acaba de ser lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A nobre Senadora Iris de Araújo passa a participar dos nossos trabalhos.

Seja bem-vinda à Casa. É uma honra tê-la novamente participando do processo legislativo do Senado Federal brasileiro.

Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Aelton Freitas.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela Liderança do PL, se possível antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> usará da palavra após o Senador Sibá Ma-

chado, que falará agora por 12 minutos, por cessão do Senador Almeida Lima.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Tião Viana, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero dizer à minha brava guerreira Senadora Ana Júlia Carepa que pode contar com todo o apoio desta Bancada em tudo que estiver ocorrendo ou que venha porventura a atormentá-la.

Sr. Presidente, uma das lições que aprendi na minha vida e que preservo muito é reconhecer quando as pessoas têm profunda razão naquilo que falam. Sobre isso, quero me reportar, primeiramente, a um momento de extrema lucidez manifestado nesta Casa pelo Senador Jorge Bornhausen, que nos desafia a todos a contribuir para que aperfeiçoemos aqui as leis que vão normatizar os processos eleitorais.

O desafio foi muito grande e a lucidez foi tão grande que impôs uma rapidez ímpar: o projeto já está praticamente em fase de encerramento dentro do Senado Federal. Não quero me ater aqui a todos os dispositivos, ao eixo central do projeto, não quero discutir isso, porque já tivemos oportunidade de fazê-lo na CCJ e podemos ter oportunidade de fazê-lo ainda no plenário.

Mas há um desafio muito maior. O desafio maior que nós teremos, Sr. Presidente, será o de negociar que esse projeto seja votado em tempo hábil na Câmara dos Deputados. Acho que isso vai requerer uma conversa muito franca, direta, entre os Presidentes das duas Casas, e principalmente entre os líderes das bancadas, para que cheguemos ao final do mês de setembro tendo promulgado uma idéia que eu considero que, de fato, vai dar uma melhor organização aos processos eleitorais. Pode ainda não ser o estágio máximo, digamos assim, do que se espera, mas vai contribuir demais para que possamos ter, já nas eleições de 2006, um novo marco, que, de fato, vai criar uma transparência entre o candidato, o eleitor e o órgão fiscalizador, o Tribunal Superior Eleitoral.

Sr. Presidente, outro assunto que eu gostaria de tratar, mas só a título de esclarecimento, pois não me convém aqui. Estou numa missão, como a que o Senado Federal me deu, de presidir a comissão externa que trata da situação de Rondônia, mas não gosto de abordar assuntos que estão sob investigação. Mas fui impelido a falar um pouco sobre isso, porque é sabido que havia um processo contra o Governador Ivo Cassol, não como Governador, mas como Prefeito do Município de Rolim de Moura, lá em Rondônia. Esse processo foi julgado ontem no Superior Tribunal de Justiça, e ficou muito claro que se trata de um processo quando

ele era Prefeito. O Governador, no meu entendimento, até pelas razões que hoje a conjuntura nacional nos impõe, foi muito cruel comigo. O que estou dizendo publicamente é aquilo que os fatos estão mostrando. Estamos investigando outra coisa que não tem nada a ver com o processo que o STJ estava analisando. Então não cabe aqui qualquer comentário, porque o nosso trabalho não está concluído, Sr. Presidente. Quando concluirmos o nosso trabalho, e o Senador Demóstenes Torres, que é o Relator, apresentar o relatório, aí competirá às pessoas fazerem qualquer tipo de comentário. Então não quero entrar nisso, não quero responder ao Governador, não me interessa esse tipo de coisa, não tenho interesse algum em Rondônia, estou cumprindo uma missão do Senado Federal. Quero encerrar o meu trabalho da melhor maneira possível e vou responder ao tratamento que recebi como uma pessoa que está constrangida com tudo o que está acontecendo.

Mas, Sr. Presidente, sobre as ações do nosso Governo, é importante lembrar que, depois que as CPIs começaram a funcionar, o Brasil inteiro tem ficado muito atento a elas. Ontem, eu estava preparado para falar um pouco disso e quero fazer agora só um pequeno comentário. Não quero ater-me a esse ponto com tanta ênfase. O que sucede, Sr. Presidente? É que essa CPI tomou-se de uma popularidade tamanha que é notório que – se eu estiver errado que me corrijam – semanalmente, a gente sente que é preciso ter um fato novo para a imprensa, é preciso criar uma notícia forte para que as pessoas que estão nas suas casas, que vêem o telejornal, que lêem uma revista, que lêem o jornal escrito, tenham uma novidade para saber como as coisas estão andando. Isso cria uma ansiedade de prestação de serviços que, em meu entendimento, pode prejudicar a conclusão dos trabalhos.

São duas CPIs que a gente cobra todos os dias, que é preciso as duas se entenderem, é preciso as duas se colocarem nos seus objetos, nos seus focos, prestarem um serviço de qualidade, trazer as pessoas corretas para serem ouvidas, analisar os documentos que têm que ser analisados e, a partir disso, ir construindo um relatório a ser apresentado pelo Relator.

Diante disso, a minha preocupação é que, já nos primeiros momentos, na CPMI dos Correios vimos – e ouvi, tive que ir lá conferir – que documentos que chegaram por intermédio da quebra dos sigilos fiscais e de clientes do banco chegam à nossa CPI visivelmente alterados.

Quando a gente olha um documento que foi grampeado uma vez, por mais que uma pessoa tente acertar um segundo grampo no mesmo lugar, não consegue. E nós vimos que havia sinal de mais de um grampo. E em alguns documentos, dentro da mesma caixa, com

as mesmas condições, nós vimos alguns documentos muito bem organizados e outros misturados. Quem fez isso? Foi dentro do Banco Rural? Foi no caminho do Banco Rural até o Congresso Nacional? Foi dentro da CPI? Isso eu não posso dizer. Mas está lá um problema para ser resolvido.

Em segundo lugar, parte de documentos sigilosos, que a nossa CPI é obrigada a ter sob sua guarda, um documento importante some de dentro das caixas – lá da prateleira do cofre da CPI – e é estampado na capa de um dos jornais no dia seguinte.

Terceiro problema, Sr. Presidente: aparecem notas fiscais vinculadas àqueles papéis apreendidos em Minas Gerais, quando foi denunciado que havia uma pessoa queimando documentos que estaria vinculado às empresas de Marcos Valério. Alguns documentos resgatados desapareceram. Suspeita-se de mais ou menos dez notas que desapareceram.

Outra questão é, numa reunião fechada, numa reunião reservada de uma diligência da CPI, que vai até São Paulo ouvir aquele doleiro, alguém grava a reunião e publica-a.

Então, estou aqui externando esta preocupação porque o meu medo é que cheguemos depois a um relatório, cujas pessoas que poderiam ser incriminadas, punidas, veementemente, encontrarão um álibi, um bode expiatório para se safarem e dizerem que a CPI não tem autoridade para tal coisa.

A outra questão é não trocar os momentos certos para determinadas punições. A citação de nomes de Parlamentares gera muitos incômodos, levando alguns deles a irem à CPI e dizerem para tirar o nome, que não têm nada a ver com isso etc. Creio que não precisamos passar por tudo isso.

Sei que a sociedade brasileira, ao assistir aos depoimentos pela televisão, espera ver a CPI atuando, arrancando o couro de alguém, esganando sua garganta, coisa parecida, que faça a pessoa falar. Sei que o espectador que ver isso, não tolera assistir a um depoente tergiversar, enrolar, mentir, coisa parecida. É muito ruim para quem está em casa ver uma situação como essa. Porém, não podemos fazer nada mais do que estamos fazendo, encontrando provas e trazendo os elementos.

Estou fazendo isso, Sr. Presidente, porque acho que temos condições suficientes para solucionar esses problemas.

Portanto, queria aproveitar aqui do “finalmente”, o que me gerou até um aparte...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Tenho mais dois minutos, Sr. Presidente, fora este?

Continuando, o Senador João Batista Motta afirmou que o País é ingrato e que está encaminhando ao entreguismo. Não posso concordar com isso, mas acho que tem razão num ponto. Se o País não avançar em tecnologias, em modernização de sua produção e vender produtos cada vez mais sofisticados, ou seja, vender tecnologia, informação, com certeza o Brasil, como qualquer outro lugar do mundo, encontrará quem o supere.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de somente mais um minuto.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Concluindo, Sr. Presidente, neste ponto, acho que o Senador tem razão.

Chamo a atenção de todos para o fato de que temos que incentivar o nosso setor produtivo a vender cada vez mais produtos com alto acabamento, com alta capacidade de retorno para trazer aquilo que os ingleses descobriram há muito tempo, que é a chamada balança comercial favorável. Enquanto portugueses e espanhóis avançavam os mares atrás de ouro e prata para ficarem ricos, os ingleses vendiam produtos industrializados, e todo o ouro e a prata, canalizados das Américas, da África e sul da Ásia, eram imediatamente transferidos para os cofres da Inglaterra porque vendia produtos de alto acabamento.

E voltarei no momento oportuno para tratar dos sucessos que considero o Governo Lula.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ribamar Fiquene.*

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador João Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição pelo Partido Socialista Brasileiro para falar após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, permita-me? Esqueci de pedir que dê como lida a íntegra desse segundo documento, que não deu tempo de eu falar sobre ele, e incluí-lo no meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Deferido, na forma do Regimento.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem, Senador Mozarildo.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pela ordem.) – Peço a minha inscrição como Líder para falar após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas, pela Liderança do PL, para assunto urgente e de interesse partidário. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG. Pela Liderança do PL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pela primeira vez, em dois anos e meio, venho a esta tribuna para protestar publicamente contra a intenção do Ibama de desapropriar terras de grande parte dos produtores rurais do sudoeste do meu Estado para expandir em 130 mil hectares a área de preservação do Parque da Serra da Canastra. Trata-se de uma ampliação extemporânea, que geraria grandes problemas sociais e que, por incrível que pareça, poderia contribuir ainda mais para a degradação do patrimônio natural daquela região.

A área atual do Parque Nacional da Serra da Canastra é de 71 mil hectares, Srs. Senadores. Agora, baseado em um decreto de abril de 1972, 33 anos após, o Ibama publica uma portaria com o novo Plano de Manejo do Parque, prevendo a sua ampliação para 200 mil hectares – sem dizer nada nem por quê –, através da inclusão de uma área de 129 mil hectares, onde sobrevive um contingente significativo da comunidade do entorno.

Quero deixar bem claro aqui que, como engenheiro agrônomo, como ex-presidente da Emater do meu Estado e como mero conhecedor daquela região, daquela situação, jamais seria contrário à preservação do meio ambiente, por entendê-lo como o maior aliado do produtor.

Entretanto, não posso aqui aceitar – e tenho certeza que os meus colegas também não aceitarão – que o Ibama cometa tamanho equívoco com os produtores da agricultura familiar, que tiram das terras do entorno da Serra da Canastra o seu sustento e que, sem dúvida alguma, já têm demonstrado uma crescente consciência ambiental em todos os sentidos.

A verdade, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é que quem conhece minimamente a área da Serra da Canastra, a nascente do rio São Francisco, no sudoeste de Minas

Gerais, sabe que a área oficial do Parque está muitas vezes mais degradada do que a área que agora o Ibama pretende agregar. Ou seja, em termos práticos, os produtores, em muitos casos, têm feito a preservação mais eficiente do que o órgão governamental.

A ampliação do Parque e a desapropriação que acarretará trará grandes preocupações para os produtores, para as lideranças, para os prefeitos e para nós, Parlamentares, que conhecemos e representamos o Estado e a região, dentre os quais me incluo. Um exemplo desta preocupação foi a realização, nesta manhã, de uma audiência pública conjunta das Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, por iniciativa do nobre Deputado Federal Carlos Melles, promovida especialmente para a discussão do problema. Estiveram presentes representantes, produtores rurais e Prefeitos dos estimados Municípios de Delfinópolis, de Vargem Bonita, de São Roque de Minas, de São João Batista do Glória, de Capitólio, de Sacramento e de Alpinópolis, enfim, todos os Municípios do entorno da Serra da Canastra.

Infelizmente, em virtude da reunião da CPI dos Correios, não pude estar presente durante todo o evento, mas nos contatos realizados pude perceber claramente a angústia de todos os conterrâneos mineiros presentes. E é em respeito e solidariedade a sua luta que faço aqui este pronunciamento, em forma de protesto.

Diretores do Ibama que participaram da audiência alegam que ninguém será retirado ou expulso de suas propriedades sem uma indenização prévia. Mas não é isso que esperamos. Isso não tranquiliza ninguém nem resolve nenhum tipo de problema. A questão que se coloca é que, mesmo recebendo eventuais indenizações, os produtores teriam grandes dificuldades em se manter em outro tipo de negócio, pois sempre trabalharam no campo, e a economia dos Municípios a serem afetados diretamente depende em grande parte da produção rural.

Existe um consenso entre as lideranças regionais do sudoeste de Minas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de que devemos trabalhar para fazer com que o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama revejam essas posições e não insistam em fazer valer o texto de um decreto de mais de trinta anos, desconsiderando toda a evolução histórica das comunidades regionais. Cabe salientar que essas terras não foram ocupadas por má-fé, pois, efetivamente, a área que o Ibama sempre manteve foi de 71 mil hectares e não de 200 mil hectares como pretendem fazer valer agora.

O Ministério do Meio Ambiente e o Ibama precisam compreender que a Serra da Canastra pode e deve ser preservada em parceria com os produtores



rurais que ali vivem e conhecem toda a situação da sua fauna e flora, e não por meio de uma posição de conflito, como está sendo colocado na prática. Se é necessário um novo texto legal para dimensionar de maneira justa a área do Parque Nacional, que isso seja feito de maneira democrática e direcionada para atender adequadamente todas as partes envolvidas.

Hoje pela manhã, o próprio Deputado Fernando Gabeira, conhecido e respeitado defensor do meio ambiente, reconheceu a necessidade de que o redimensionamento do Parque Nacional da Serra da Canastra seja conduzido sem radicalismos por parte dos órgãos ambientais.

Como o meu tempo está escasso, Sr. Presidente, pretendo dar como lido meu discurso.

Por que não se tentar fazer um projeto modelo para aquela região? Como exemplo, o queijo da Canastra é um patrimônio histórico, assim como muitas coisas que há ali, inclusive sua população.

Quero aqui contar com o apoio dos nobres Senadores desta Casa para trabalharmos juntos a fim de que o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente revejam a sua posição, pois seria ineficaz; não nos interessa. Não podemos deixar que esta pretensão aconteça.

Muito obrigado.

#### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR AELTON FREITAS**

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para protestar publicamente contra a intenção do Ibama em desapropriar terras de grande parte dos produtores rurais do Sudoeste de Minas Gerais, para expandir em 130 mil hectares a área de preservação do Parque Nacional da Serra da Canastra. Trata-se de uma ampliação extemporânea, que geraria grandes problemas sociais e que, por incrível que pareça, poderia contribuir para degradar ainda mais o patrimônio natural da região.

A área atual do Parque Nacional da Serra da Canastra é de 71 mil hectares. Agora, baseado em um decreto de abril de 1972, 33 anos depois o Ibama publicou uma portaria com um novo Plano de Manejo do Parque, prevendo a sua ampliação para 200 mil hectares, através da inclusão de uma área de 129 mil hectares onde sobrevive um contingente significativo da comunidade do entorno.

Quero deixar bem claro que, como engenheiro agrônomo, jamais seria contrário à preservação do meio ambiente, por entendê-lo como o maior aliado do produtor. Entretanto, não posso aceitar que o Ibama cometa um equívoco contra produtores de agricultura familiar que tiram das terras do entorno da Serra da

Canastra o seu sustento e que, sem dúvida alguma, já têm demonstrado uma crescente consciência ambiental.

A verdade, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é que, quem conhece minimamente a área da Serra da Canastra no Sudoeste de Minas, sabe que a área oficial do Parque está mais degradada do que a área que agora o Ibama quer agregar. Ou seja, em termos práticos, os produtores têm, em muitos casos, feito uma preservação mais eficiente do que o órgão governamental.

A ampliação do Parque e a desapropriação que acarretará traz grandes preocupações para os produtores, lideranças, prefeitos e parlamentares que conhecem e representam a região, dentre os quais me incluo. Um exemplo desta preocupação foi a realização, nesta manhã, de uma audiência pública conjunta das Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, por iniciativa do nobre Deputado Federal Carlos Meles, promovida especialmente para a discussão do problema. Estiveram presentes representantes, produtores rurais e prefeitos dos estimados municípios de Delfinópolis, Vargem Bonita, São Roque de Minas, São João Bastista do Glória, Capitólio, Sacramento e Alpinópolis.

Infelizmente, em virtude da reunião da CPI dos Correios, não pude estar presente durante todo o evento, mas nos contatos realizados pude perceber claramente a angústia dos conterrâneos mineiros. E é em respeito e solidariedade à sua luta que faço este pronunciamento.

Diretores do Ibama que participaram da audiência alegam que ninguém será retirado ou expulso de suas propriedades sem uma indenização prévia. Mas isto não tranquiliza e nem resolve o problema. A questão que se coloca é que, mesmo recebendo eventuais indenizações, os produtores teriam grande dificuldade em se manter em outro tipo de negócio, pois sempre trabalharam no campo e a economia dos municípios a serem afetados depende em grande parte da produção rural.

Existe um consenso entre as lideranças regionais do Sudoeste de Minas que devemos trabalhar para fazer com que o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama revejam suas posições e não insistam em fazer valer o texto de um decreto de mais de 30 anos, desconsiderando toda a evolução histórica de comunidades regionais. Cabe salientar que essas terras não foram ocupadas por má fé, pois, efetivamente, a área que o Ibama sempre manteve foi de 71 mil hectares, e não de 200 mil hectares com quer fazer valer agora.

O Ministério do Meio Ambiente e o Ibama precisam compreender que a Serra da Canastra pode e deve ser melhor preservada em parceria com os produtores

rurais, e não através de uma posição de conflito. Se é necessário um novo texto legal para dimensionar de maneira justa a área do Parque Nacional, que isto seja feito, de maneira democrática e direcionada para atender adequadamente todas as partes envolvidas.

Hoje pela manhã, o próprio Deputado Fernando Gabeira, conhecido e respeitado defensor do meio ambiente, reconheceu a necessidade de que o redimensionamento do Parque Nacional da Serra da Canastra seja conduzido sem radicalismos por parte dos órgãos ambientais do governo. Deve-se se chegar a um acordo com as comunidades locais que garanta a preservação e o desenvolvimento sustentável, envolvendo a população como co-responsável pela integridade do parque. Como bem questionou o deputado Gabeira, porque não se tentar fazer um projeto modelo na região? Basta que os órgãos ambientais se sensibilizem com os apelos dos parlamentares e busquem um diálogo consistente com os produtores do Sudoeste de Minas.

As belezas naturais da Serra da Canastra devem ser preservadas e potencializadas para o ecoturismo, mas o patrimônio cultural formado ao seu redor não pode ser desprezado. O nosso queijo canastra, produzido pelos agricultores da região, é patrimônio histórico brasileiro. São os fazendeiros que abrigam animais típicos da região, que hoje fogem das queimadas ocorridas em áreas controladas pelo Ibama, pois o órgão não dispõe de recursos para realizar uma fiscalização eficiente.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, e cidadãos mineiros que nos acompanham, declaro publicamente o meu apoio à manutenção do patrimônio humano e cultural construído no entorno da Serra da Canastra. Os meus conterrâneos do Sudoeste de Minas podem ter certeza que, juntamente com os demais parlamentares da região, estaremos trabalhando para fazer com que o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente vejam com outros olhos as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na região. Uma ampliação do Parque Nacional da Serra da Canastra nos moldes já propostos pelo Ibama seria ineficaz, não nos interessa e não podemos deixar acontecer.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao eminente Líder da Minoria, Senador José Agripino, por cinco minutos, e, em seguida, ao eminente Senador Teotônio Vilela Filho, por doze minutos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e

Srs. Senadores, domingo passado foi dia de jogo de futebol na Granja do Torto. Parecia que estava tudo às mil maravilhas no País, Senadora Íris de Araújo. O Presidente, de camiseta, de calção, de joelheira, todo apetrechado, postava-se no gol, Senador Mozarildo Cavalcanti, aguardando as bolas que vinham, na posição de goleiro. Levou uns frangos. Foi o que a tevê mostrou. Faz parte. Eu digo isso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para recuperar um pouco desses dois anos e meio de governo até chegarmos aos fatos de hoje.

Sua Excelência o Presidente da República gosta muito de fazer metáforas e de construir representações à imagem e semelhança de jogo de futebol. Ele se arvora a condição de técnico, que é. Técnico que escala o time, como escalou; que designa o capitão do time, como designou. E até identificou um consultor técnico, o seu Zagalo. O time é o seu grupo de Ministros, de auxiliares, os petistas, o Estado aparelhado, o modelo PT de governar. O capitão do time, com a faixa preta no braço para todo o Brasil conhecer e aplaudir ou vaiar, era o ex-Ministro José Dirceu. Ninguém tenha dúvida sobre isso. O consultor técnico, Senador Mozarildo, Senador Teotônio Vilela, muitas vezes foi até confundido com Ministro. V. Ex<sup>a</sup> se lembra bem de que Duda Mendonça, num dado momento, de tanto aparecer no Palácio do Planalto e se confundir com as funções da Secom, foi tido como um Ministro sem Pasta, um Ministro **pro forma**. Lembra?

O time estava jogando, orquestrado pelo Presidente da República, o grande técnico. Recebia o tempo todo instruções do técnico, que trabalhava sempre em sintonia com o capitão do time, assessorado nos momentos de dificuldade pelo consultor técnico Duda Mendonça. O capitão do time era José Dirceu. De repente, não mais que de repente, o time começa a trocar os pés pelas mãos.

É preciso que se registre que esse time sempre jogou sob a regência do técnico, do Presidente. Nunca ouvi falar, nunca, que técnico de futebol não soubesse o que estava fazendo com seus jogadores. Não conheço, não faço a menor idéia. Era um time, como o Presidente dizia, orquestrado por ele, que era o técnico; tinha um capitão com uma tarja preta no braço, que era José Dirceu, e um assessor técnico, havido pelo Brasil inteiro como respeitado, o publicitário Duda Mendonça. Não se pode admitir que o técnico não soubesse o que o time estava fazendo. Até porque as ordens eram dele. Em qualquer time de futebol, as ordens são do técnico. É quem muda a estratégia, quem muda a forma de jogar, quem passa do ataque para a defesa, da defesa para o ataque, quem sabe a hora de fazer o gol, é ele quem sabe tudo.

De repente, na hora em que o time é pilhado no malfeito, na hora em que as caneladas explícitas acontecem, em que a Nação o flagra, a começar do Sr. Maurício Marinho, ele entra em conflito com seu time, como se pudesse. E de repente, não mais que de repente, ele começa a se distanciar de seu time, como que se afastando de seu Governo e de seu Partido, Sr. Presidente. É aí que quero fazer algumas considerações: ele está claramente procurando se distanciar de seu PT, de seu Partido, querendo fazer uma diferença de seu Partido, que tem um novo Presidente, um novo candidato a Presidente, que pede desculpas ao País. O PT pede desculpas ao País, mas não abre processo sobre nenhum dos denunciados.

Vejam que jogo de faz-de-conta: o Presidente começa se afastar do seu Partido, como se fosse possível o País entender Lula se afastar do PT; e o PT, por sua vez, pede desculpas ao País, depois de Lula pedir aquelas desculpas insinceras. O PT pede desculpas, como se o País fosse aceitar as desculpas desse Partido, que não abriu processo contra nenhum dos denunciados. Mais uma vez, desculpas da boca para fora.

E começa a se distanciar do próprio Governo. Que Governo? Defenestra o técnico José Dirceu, se aparta de Duda Mendonça...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Vou terminar, Sr. Presidente.

Na hora em que se aparta do capitão do time, José Dirceu – estou vendo e quero fazer o registro –, a agência France Press, agora à tarde, Senadora Iris de Araújo, registra uma declaração do Deputado José Dirceu: “Lula é quem tem que dizer quem o traiu”. Porque Lula, no pronunciamento que fez, disse que estava traído, que havia traidores.

Eu sempre disse, Senador Mão Santa, que a verdade ia aparecer – e vai aparecer, se Deus quiser – na disputa que se vai estabelecer ou que está estabelecida entre o PT bom e o PT ruim, “entre credor e devedor”. Pois José Dirceu desafiou o Presidente da República, o técnico defenestrado desafiou o Presidente. E com a palavra o Presidente.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Repito o que José Dirceu disse: “Lula é quem tem que dizer quem o traiu”. E com a palavra o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Não sei se terei tempo, mas ouvirei V. Ex<sup>a</sup> com o maior prazer. Permita-me apenas concluir.

Duda Mendonça foi defenestrado das condições de marqueteiro do Palácio do Planalto – não tem mais contrato nenhum –, mas veio à Comissão Parlamentar de Inquérito, fez declarações, e eu vou dar uma ajuda. Aliás, dei uma ajuda: fui ontem à Procuradoria Geral da República e pedi ao Procurador que ajuíze uma ação de investigação judicial eleitoral em função das declarações de Duda Mendonça e arvorado no pensamento que tenho, amparado no art. 21 da Lei Eleitoral, que diz que o único responsável pelas prestações de conta de campanha é quem a assina – ou o próprio ou quem ele mandou. E o próprio é o candidato.

Não adianta Lula...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Não adianta Sua Excelência, o Presidente Lula, pensar que, pelo fato de ser Presidente, está acima do bem e do mal e que não deve explicações. Deve, sim. As contas que ele apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral estão confrontadas pelas declarações de Duda Mendonça.

E vai estabelecer-se agora um outro conflito de opiniões e posições. Uma é de José Dirceu, que declarou – vou repetir – à agência France Press: “Lula é quem tem que dizer quem o traiu”. Com a palavra o Presidente. E agora, na ação judicial eleitoral que propus e que espero que o TSE julgue, vai estabelecer-se o confronto para saber quem tem razão. Duda Mendonça disse que foi contratado por R\$25 milhões; recebeu R\$14 milhões no Brasil – parte legal e parte ilegal – e os restantes R\$11 milhões inteiramente ilegais no exterior. Resta saber se essas contas estão registradas na prestação de contas do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. Com a palavra o Presidente.

Eu sempre disse...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Vou terminar, Sr. Presidente.

Eu sempre disse que esses assuntos serão esclarecidos com o passar do tempo – e acredito que estarei certo –, na medida em que as pessoas do PT bom se contraponham às pessoas do PT ruim e na medida em que os credores se contraponham aos devedores. Está posto o diálogo, e o Brasil espera: José Dirceu **versus** Lula; Duda Mendonça **versus** Lula.

**O SR. PRESIDENTE (Ribamar Fiquene. PMDB – MA)** – Com a palavra o nobre Senador Teotônio Vilela Filho.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 12 minutos.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador. – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quem acompanha os depoimentos e os desdobramentos das CPIs

no Congresso não tem dúvidas: a crise é grave, com desdobramentos cada vez mais impensáveis e inquietantes. Quem acompanha os comícios do Presidente da República, Brasil afora, também não tem dúvidas: a campanha começou, mais de 14 meses antes das eleições, mais de 11 antes do prazo permitido pela lei.

Qualquer promotor da mais remota comarca brasileira veria clara propaganda eleitoral fora de época nas faixas que o Governo encomendou para recepcionar o Presidente em Garanhuns, no interior de Pernambuco, para citar apenas uma das últimas incursões eleitorais de Sua Excelência.

Qualquer Presidente cumpriria o dever de mandar retirá-las, por apreço à lei. O Presidente Lula não o fez.

Entre a gravidade dos fatos e dos desdobramentos da CPI e os comícios incoerentes do Presidente, ficam certezas igualmente graves. A Presidência está vaga, até porque o Presidente que nada sabe, nada vê, nada decide, nada manda, agora também nada faz, a não ser campanha eleitoral fora de época.

Há tanta letargia que a mera liberação de verbas orçamentárias é saudada e efusivamente festejada como sinal efetivo de que existe Governo. Há tanta lerdeza na Administração Federal, Sr. Presidente, que, por falta de regras claras e transparentes e por excesso de intervencionismo e dirigismo estatal, nos últimos 30 meses não se iniciou nenhum grande projeto na área de geração de energia. Não é preciso sequer enxergar longe para antever um apagão à vista, que só não preocupa o Governo, pois este já não existe.

Não se sabe hoje o que é pior, se a crise moral que enlameia o presente ou a crise administrativa e gerencial que compromete o futuro próximo e as chances de desenvolvimento.

O Presidente age como se nada tivesse a ver com a crise que choca o País e imobiliza a administração. Ora ensaia ameaças veladas de instabilidade da própria economia, vulnerável e frágil, segundo ele, na contração do discurso de seu próprio Ministro da Fazenda, para quem os fundamentos da economia são sólidos e estáveis. Noutra hora, o Presidente parece querer encarnar um chavismo despropositado, acenando ou ameaçando com a mobilização de sindicatos, de taxistas, de operários e do movimento social, enfim. Num e noutro momento, o Presidente se comporta como se não houvesse qualquer crise política; como se o Brasil não estivesse absolutamente perplexo diante do que ouve e descobre a cada dia; como se o mundo não dirigisse os holofotes e aumentasse suas lupas em relação aos escândalos que se multiplicam no Governo e no Partido do Governo do Brasil.

Os mercados, num primeiro momento, pareceram temer a retórica presidencial: a bolsa despencou, o dólar subiu, o risco-país subiu mais ainda. Mas, depois, todo mundo se acostumou com esse palanquismo, e felizmente ninguém mais levou a sério esses discursos do Presidente.

Os jornais noticiam que o Governo instalou e até já reuniu o que se está chamando de gabinete da crise, que não se sabe ao certo o que virá a ser. Mas, pelo noticiário, não promete muito, pois sua primeira recomendação foi de que o Presidente calasse, sem fornecer as explicações minimamente convincentes que o País exige. Não se sabe se o Presidente cala porque tem vergonha do que está à sua volta ou porque desconhece a extensão do lamaçal e a profundidade do pântano em que aprisionaram seu Governo e seu Partido.

O grave, Sr. Presidente, é que, se o Presidente da República age e se comporta como sequer existisse crise, não há como gerenciá-la. Não há como estabelecer uma interlocução com os setores responsáveis desta Casa, do Congresso Nacional e da sociedade com vistas a atravessar toda essa turbulência política. Isto é o que mais inquieta: não se vê saída, não se vê luz qualquer à frente. Não há horizontes de tempo, apenas cenários de lama. Não há interlocutores na crise, apenas testemunhas, depoentes, investigados e investigadores.

O que de construtivo se vai tirar para o futuro institucional, Sr. Presidente? O que vai sobrar da crise além de denúncia e desmoralização, de constrangimento e desesperança?

O Congresso Nacional não pode se furtar a investigar, e investigar com rigor e absoluta e inconfundível profundidade, todos os desmandos e escândalos, que não param de chocar a opinião pública. Mas, em circunstância alguma, o Congresso pode-se conformar em virar delegacia de polícia. Essa sucessão de CPIs compõe uma circunstância dolorosa da vida nacional, mas não pode ser uma condenação consentida no cenário institucional. Não somos delegados de polícia, por mais respeito e admiração que eles nos mereçam.

Outras crises já sofremos. Outras CPIs já tivemos. Além da punição de culpados eventuais, o País espera dessas Comissões propostas concretas de aperfeiçoamento legal e institucional, que evitem no futuro a repetição dos problemas investigados.

Dessa crise, o que poderá sair, se o Governo, por exemplo, parece ignorá-la? No mundo de palanques, de comícios, no Brasil de faz-de-conta em que se refugia o Presidente da República, os áulicos deverão perguntar: "Crise, que crise? Escândalos, que escândalos?"



Estamos a menos de dois meses do prazo final para qualquer mudança na legislação para o pleito do próximo ano, Sr. Presidente. Fala-se, mas apenas se fala, em reforma política. Fala-se, mas apenas se fala, em financiamento público de campanhas. Discutem-se os mais contraditórios itens de uma reforma política que parece urgente e inadiável, mas cada vez menos consensual.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL)

– Já vou concluir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> tem mais dois minutos.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL)

– Mas o que há sobre a mesa, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou hoje, é uma proposta de normas pontuais sobre as próximas eleições, marcadas pela crise, contingenciadas pelos escândalos.

Sr. Presidente, se o Governo não governa, não propõe, não formula, não debate, cabe ao Congresso assumir suas responsabilidades. É preciso criar mecanismos de gerenciamento dessa crise. É preciso, sobretudo, não perder de vista a oportunidade ímpar de avançar institucionalmente, de propor uma legislação que evite, no futuro, delúbios e valérios; que previna a ocupação predatória das estruturas de Estado por parte de partidos e a perigosa confusão entre partido e governo – como o PT está fazendo com o Governo Lula ou fez até recentemente.

Renúncias e cassações, denúncias e investigações podem ser inevitáveis. Mas essa não é a função primordial do Congresso, que tem a obrigação de legislar, de montar um arcabouço legal e institucional do País, de prevenir crises e de apontar saídas institucionais. É isso o que nos cabe, é isso o que temos de fazer, mesmo que o Governo continue paralisado e que o Presidente só pense em campanha.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, peço que dê como lido o restante do meu pronunciamento.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO.**

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quem acompanha os depoimentos e os desdobramentos das CPIs no Congresso não tem dúvidas: a crise é grave, com desdobramentos cada vez mais impensáveis e inquietantes. Quem acompanha os comícios do presidente da República, Brasil afora,

também não tem dúvidas: a campanha começou. Mais de quatorze meses antes das eleições, mais de onze antes do prazo permitido pela lei.

Qualquer promotor da mais remota comarca brasileira veria clara propaganda eleitoral fora de época nas faixas que o governo encomendou para recepcionar o presidente em Garanhuns, no interior de Pernambuco, para citar apenas uma das últimas incursões eleitorais de sua excelência.

Qualquer presidente cumpriria o dever de mandar retirá-las, por apreço à lei.

Entre a gravidade dos fatos e dos desdobramentos da CPI, e dos comícios inseqüentes do presidente, ficam certezas igualmente graves. A presidência está vaga, até porque o presidente que nada sabe, nada vê, nada decide, nada manda, agora também nada faz. A não ser campanha eleitoral fora de época.

Há tanta letargia que a mera liberação de verbas orçamentárias é saudada e efusivamente festejada como sinal efetivo de que existe governo. Há tanta lerteza na administração federal que, por falta de regras claras e transparentes, e por excesso de intervencionismo e dirigismo estatal, nos últimos 30 meses não se iniciou nenhum grande projeto na área de geração de energia. Não é preciso sequer enxergar longe para antever um apagão à vista, que só não preocupa o governo, pois esse já não existe.

Não se sabe hoje o que é pior, se a crise moral que enlameia o presente ou a crise administrativa e gerencial que compromete o futuro próximo e as chances de desenvolvimento.

O presidente age como se nada tivesse a ver com a crise que choca o país e imobiliza a administração. Ora ensaia ameaças veladas de instabilidade da própria economia, vulnerável e frágil, segundo ele, na contra-mão do discurso de seu próprio Ministro da Fazenda, para quem os fundamentos da economia são sólidos e estáveis. Noutra hora, o presidente parece querer encarnar um chavismo despropositado, acenando ou ameaçando com a mobilização de sindicatos, taxistas e operários e do movimento social, enfim. Num e noutro momento, o presidente se comporta como se não houvesse qualquer crise política, como se o Brasil não estivesse absolutamente perplexo diante do que ouve e descobre a cada dia. Como se o mundo não dirigisse os holofotes e aumentasse suas lupas em relação aos escândalos que se multiplicam no governo e no partido do governo do Brasil.

Os mercados, num primeiro momento, pareceram temer a retórica presidencial: a bolsa despencou, o dólar subiu, o risco país subiu mais ainda. Mas depois todo mundo se acostumou com esse palanquismo e, felizmente, ninguém mais o levou a sério.

Os jornais noticiam que o Governo instalou e até já reuniu o que se está chamando de gabinete da crise, que não se sabe ao certo o que virá a ser. Mas, pelo noticiário, não promete muito, pois sua primeira recomendação é de que o presidente calasse, sem fornecer explicações minimamente convincentes, que o país exige. Não se sabe se o presidente cala porque tem vergonha do que está à sua volta ou porque desconhece a extensão do lamaçal e a profundidade do pântano em que aprisionaram seu governo e seu partido.

O grave é que se o presidente age e se comporta como sequer existisse crise, não há como gerenciá-la. Não há como estabelecer interlocução com setores responsáveis do Congresso e da sociedade com vistas a atravessar toda essa turbulência política. Isso é o que mais inquieta: não se vê saída, não se vê luz qualquer à frente. Não há horizontes de tempo, apenas cenários de lama. Não há interlocutores na crise, apenas testemunhas, depoentes, investigados e investigadores. O que de construtivo se vai tirar para o futuro institucional? O que vai sobrar da crise, além de denúncia e desmoralização, de constrangimento e desesperança?

O Congresso não pode se furtar a investigar, e investigar com rigor e absoluta e inconfundível profundidade, todos os desmandos e escândalos que não param de chocar a opinião pública. Mas em circunstância alguma o Congresso pode se conformar em virar delegacia de polícia. Essa sucessão de CPIs compõe uma circunstância dolorosa na vida nacional, mas não pode ser uma condenação consentida no cenário institucional. Não somos delegados de polícia, por mais respeito e admiração que eles nos mereçam.

Outras crises já sofremos. Outras CPIs já tivemos. Além da punição de culpados eventuais, o País espera dessas Comissões propostas concretas de aperfeiçoamento legal e institucional, que evitem no futuro a repetição dos problemas investigados. Dessa crise o que poderá sair, se o governo, por exemplo, parece ignorá-la? No mundo de palanques, de comícios, no Brasil de faz-de-conta em que se refugia o presidente da República, os áulicos deverão perguntar: crise, que crise? Escândalos, que escândalos?

Estamos a menos de dois meses do prazo final para qualquer mudança na legislação para o pleito do ano que vem. Fala-se, mas apenas se fala, em reforma política. Fala-se, mas apenas se fala, em financiamento público de campanhas. Discutem-se os mais contraditórios itens de uma reforma política que parece urgente e inadiável, mas cada vez menos consensual. Mas o que há sobre a mesa, e que a Comissão de Constituição de Justiça do Senado aprovou hoje, é uma proposta

de normas pontuais sobre as próximas eleições, marcadas pela crise, contingenciadas pelos escândalos. É um conjunto de regras talvez até necessárias e importantes, mas insuficientes para modificar o pano de fundo dos problemas atuais, que é o financiamento da campanha e suas prestações de contas.

Confesso que as experiências anteriores de leis sugeridas pelas crises e aprovadas a toque de caixa mais agravam que resolvem problemas. Quando nada são apenas inócuas ou nada contribuem para as soluções a que se propuseram.

E da legislação que daqui sair dependerá muito não apenas a legitimidade das próximas eleições, mas sobretudo o ânimo da cidadania em relação ao processo eleitoral.

Se nada for feito, e com muita urgência, as próximas eleições serão balizadas pela mesma legislação consensualmente ultrapassada e inadequada. O que aumenta a responsabilidade do Legislativo.

Se o governo não governa, não propõe, não formula, não debate, cabe ao Congresso assumir suas responsabilidades. É preciso criar mecanismos de gerenciamento dessa crise. É preciso, sobretudo, não perder de vista a oportunidade ímpar de avançar institucionalmente, de propor uma legislação que evite, no futuro, delúbios e valérios; que previna a ocupação predatória das estruturas de Estado por parte de partidos e a perigosa confusão entre partido e governo.

Renúncias e cassações, denúncias e investigações podem ser inevitáveis. Mas essa não é a função primordial do Congresso, que tem a obrigação de legislar, de montar um arcabouço legal e institucional do País, de prevenir crises e de apontar saídas institucionais. É isso o que nos cabe, é isso o que temos de fazer. Mesmo que o governo continue paralisado e que o presidente só pense em campanha.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao eminente Senador Gilberto Goellner, por dez minutos.

**O SR. GILBERTO GOELLNER** (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, após um curto período de euforia, a agropecuária brasileira está enfrentando a pior crise dos últimos tempos. Essa crise é resultado, basicamente, da drástica queda na cotação das *commodities* agrícolas no mercado internacional, principalmente a soja, o milho, o algodão, o trigo e o arroz; da expressiva elevação dos custos da produção no Brasil; e, sobretudo, da brutal desvalorização do dólar frente ao real.

Afora esses fatores, os produtores tiveram de enfrentar, em algumas regiões, longos períodos de seca;

em outras, excesso de chuvas; e mais: os produtores de soja tiveram ainda de gastar além do previsto para combater a ferrugem asiática.

Sr. Presidente, quem conhece o trabalho no campo ou quem vive nele sabe que a crise deste ano é diferente das anteriores. A crise deste ano decorre da queda brusca de renda do produtor rural a ponto de não lhe permitir fechar suas contas. Ano passado, cada produtor fez a sua programação: comprou máquinas, equipamentos, insumos necessários à plantação daquela safra com base no dólar cotado a R\$3,20, a R\$3,50. Quando esse mesmo produtor foi vender este ano a produção, o dólar já estava valendo R\$2,60, R\$2,50; agora, cotado abaixo de R\$2,40, ou abaixo até de R\$2,30.

Sr. Presidente, a conjunção desses aspectos negativos refletiu-se, imediata e dramaticamente, nas finanças do produtor rural, e a sua quase totalidade acabou contabilizando receitas menores do que as despesas, o que tem inviabilizado por completo o acerto de suas dívidas com os fornecedores e financiadores da produção.

O impasse reside no fato de, se o produtor não quitar ou renegociar a sua dívida atual, acabará não tendo como custear a próxima safra e, sem a safra, não poderá pagar suas dívidas. Forma-se aí um perverso círculo vicioso, que, se não for, de alguma forma, rompido imediatamente, levará o produtor rural à insolvência, com o conseqüente agravamento da crise do campo.

Hoje, no Estado de Mato Grosso, onde sou produtor há 25 anos, pela primeira vez, vi produtores falindo completamente, perdendo todos os seus bens.

O reflexo dessa situação vai-se tornando evidente de acordo com estudos realizados pela Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil, CNA, e pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo. Esses estudos indicam que o PIB da atividade primária da agropecuária já teve uma retração de cerca de R\$15 bilhões em comparação com os resultados do ano passado e que o faturamento dos 25 principais produtos agrícolas caiu, de janeiro a junho deste ano, R\$27,6 bilhões, o que significa queda de 15%. Prevê-se que a próxima safra seja menor que 100 milhões de toneladas, contra os 112 milhões de toneladas dessa última safra.

Em Mato Grosso, Estado cuja economia se assenta, predominantemente, na atividade agropecuária, já vêm ocorrendo demissões em massa de empregados em quase a totalidade das cidades do interior. Nelas já se assiste a uma situação de desespero por parte dos trabalhadores e de suas famílias. Em muitos desses municípios, os desempregados, para sobreviverem,

acabam se enveredando pelos caminhos do crime e da delinqüência, levando intranqüilidade às populações locais. As receitas municipais já experimentam uma queda de 30%, em média, na sua arrecadação, o mesmo se dando na receita estadual. Isso estrangula a administração pública.

A gravidade da crise foi demonstrada por ocasião da grande manifestação denominada "Tratoração – Alerta do Campo", realizada em Brasília no final do mês de junho, quando cerca de 25 mil produtores rurais de diversos Estados brasileiros vieram a esta cidade para tentar sensibilizar a sociedade e o Governo Federal a respeito da necessidade de se implementarem novos instrumentos de apoio ao setor rural.

Na oportunidade, pequenos comitês das confederações representativas do setor rural, com o apoio e a participação efetiva de deputados federais e de senadores ligados ao agronegócio brasileiro, foram recebidos em audiência pelo Presidente Lula e por autoridades do Governo Federal, a quem apresentaram as reivindicações do setor.

Entretanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nós, que estamos no campo, em contato direto com o produtor rural, sentimos que, até o momento, pouco foi operacionalizado. A inquietação é generalizada no meio rural. Algumas medidas que haviam sido anunciadas não saíram do papel e outras não foram sequer colocadas no papel.

A prorrogação para 2006 do prazo do pagamento das dívidas de custeio com vencimento neste ano não foi ainda autorizada pelo Conselho Monetário Nacional e teme-se que as condições a serem oferecidas não atendam as reais necessidades dos produtores e sejam, portanto, inócuas. A linha de crédito do BNDES criada para viabilizar o refinanciamento dos débitos dos produtores com o setor privado, chamado de "FAT-Giro Rural", vem tendo enormes dificuldades para ser operacionalizada; a liberação dos recursos para apoiar a comercialização de produtos que estejam com problemas de preço no mercado, entre eles o arroz, só foi parcialmente efetivada. A prorrogação do prazo para pagamento das parcelas de 2005 das operações securitizadas, do Pesa, do Recoop, bem como outras medidas de fundamental importância, como, por exemplo, a que viabiliza o seguro agrícola, parece que nem sequer foram discutidas pelo Governo Federal.

Ora, diante desse quadro de crise e de incertezas, o produtor rural não teve outra opção senão se retrair. Faltando alguns poucos meses para o início da próxima safra, a maioria deles não teve condições nem de adquirir os fertilizantes, os corretivos, os defensivos e os insumos necessários. O temor do produtor rural é

de que seja atropelado pela carência de tempo, uma vez que o período de plantio é imutável e só obedece ao calendário agrícola.

O calendário agrícola não pode se subordinar a imperativos políticos, nem à votação pelo Congresso Nacional da LDO ou de qualquer matéria de interesse do Governo, como podem imaginar alguns.

Sr. Presidente, como Senador recentemente empossado nesta Casa, mas conhecedor antigo da dinâmica do meio rural e estando profundamente comprometido com a dinâmica do meio rural, sinto-me no dever de, neste meu primeiro pronunciamento, deixar registrado o meu alerta ao Governo Federal quanto à gravidade da crise e ao risco de que ela provoque um lamentável retrocesso na agropecuária brasileira.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Gilberto, permite-me um aparte? V. Ex<sup>a</sup> ainda tem mais dois minutos de tolerância ainda.

**O SR. GILBERTO GOELLNER** ( PFL – MT)  
– Pois não.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Quero, primeiro, cumprimentá-lo, porque V. Ex<sup>a</sup> está há poucos dias aqui no Senado e substitui muito bem o Senador Jonas Pinheiro. V. Ex<sup>a</sup> é produtor, como Jonas Pinheiro. Acompanhei, ontem, na Comissão de Agricultura, os depoimentos de V. Ex<sup>a</sup>. Mato Grosso pode se orgulhar deste Senador que está na tribuna, se orgulhar de Gilberto, porque, assim como Jonas Pinheiro, que aqui defendia os agricultores, V. Ex<sup>a</sup> também defende. Eu não sou agricultor, mas tenho um compromisso com a agricultura brasileira, especialmente com o Estado de Santa Catarina. Também ontem também deixamos registrada a nossa revolta com o Governo Federal, por não dar sustentação aos nossos agricultores. Estão beneficiando agricultores de outros países, como os da Argentina e de outros lugares, mas não os nossos agricultores. Então ficam aqui os meus cumprimentos pelo excelente trabalho que desempenha nesses poucos dias aqui no Senado Federal. Parabéns, Senador.

**O SR. GILBERTO GOELLNER** (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan. Sei o quanto é difícil representar aqui, por quatro meses, o Senador Jonas Pinheiro.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Deixo aqui o nosso alerta ao Governo Federal quanto à gravidade da crise e ao risco de que ela provoque um lamentável retrocesso na agropecuária brasileira. Sinto-me também no dever de apelar ao Governo para que sejam implementadas as medidas para evitar um lamentável retrocesso e que esta crise de agora cause maiores e irreparáveis danos à condição financeira de cada agricultor, ao bolso do consumidor

na cidade, aos trabalhadores e à economia do País como um todo.

Não podemos jogar por terra anos de esforço...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua em um minuto.

**O SR. GILBERTO GOELLNER** (PFL – MT) – Concluindo, não podemos jogar por terra anos de esforço e de investimento na agropecuária e matar a galinha dos ovos de ouro da economia brasileira.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Gilberto Goellner, o Sr. Ribamar Fiquene, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício A.L. nº 72/2005

Brasília, 18 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, de acordo com o disposto no artigo 7º, parágrafo 2º, do Regimento Interno, a partir desta integrarei a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Respeitosamente, – Senador **Almeida Lima**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 905, DE 2005**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 346, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005 – Senador **Aloizio Mercadante**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item VIII, do Regimento Interno. Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:



**REQUERIMENTO Nº 906, DE 2005**

Nos termos do art. 119 do Regimento Interno, requeiro a dispensa de parecer da Comissão de Educação para o PLS nº 148 de 2005, que “regulamenta as relações entre a internet e a propaganda eleitoral e dá outras providência”, a fim de que a matéria seja reencaminhada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e assim, possa ser analisada juntamente com outras que pretendem modificar o processo eleitoral, principalmente porque o prazo para que as novas regras passem a valer já nas próximas eleições está se esgotando.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005. – Senadora **Serys Silhessarenko**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item V, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REOUERIMENTO Nº 907, DE 2005**

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Solene a ser realizada no dia 15 de setembro, às 10 horas da manhã, a fim de celebrar os 20 anos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005.

Senadora Serys Silhessarenko (PT/MT)

Senador José Sarney (PMDB/AP)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento lido será votado oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência lembra ao Plenário que a primeira hora da sessão de amanhã será dedicada a homenagear a maçonaria brasileira pelo Dia do Maçom, de acordo com

o Requerimento nº 744, de 2005, do nobre Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 908, DE 2005**

Senhor Presidente,

Na forma do disposto no art. 76, § 1º, do Regimento Interno, requeremos prorrogação, por sessenta dias, do prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial destinada a apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2005. – Senador **Marco Maciel**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento lido será apreciado oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência informa que, em virtude da edição da Medida Provisória nº 259, de 21 de julho último, que alterou a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e tendo em vista, ainda, o disposto no art. 50 da Constituição, que prevê que os requerimentos de informações poderão ser dirigidos “a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República”, determinou a modificação dos destinatários dos seguintes requerimentos:

– o de **nº 324, de 2005**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, endereçado ao Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, será enviado ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República;

– o de **nº 693, de 2005**, de autoria do Senador José Jorge, endereçado ao Secretário Especial dos Direitos Humanos, será enviado ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; e

– o de **nº 701, de 2005**, de autoria do Senador José Jorge, endereçado ao Chefe da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, será enviado ao Chefe da Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a Mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

## REQUERIMENTO Nº 303, DE 2005

Nos termos regimentais e conforme as tradições da Casa, requeiro, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do pediatra Eduardo Luiz Mouzinho Mariz, ex-integrante do Quadro Médico do Senado Federal, ocorrido ao anoitecer de ontem, dia 17 de agosto, nesta Capital, dessa decisão dando ciência à família do conceituado médico.

Descendia Eduardo Mariz de tradicional família potiguar, filho do eminente homem público Dinarte Mariz, ex-Governador e ex-Senador da República, que prestou assinalados serviços ao Rio Grande do Norte e ao País.

Eduardo Mariz deixa viúva Dra. Rosa Mariz, igualmente médica aposentada do Senado Federal, e os filhos Izabella Mariz dos Santos, Karina Maria Silveira e Sérgio Eduardo Mariz. Destaque-se que Eduardo Mariz, além de muito estimado por seus colegas e sua grande clientela, exerceu o cargo de Diretor da Subsecretaria de Assistência Médica do Senado Federal e, também, de Diretor do Hospital Regional da Asa Sul de Brasília.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 2005



Senador Marco Maciel

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à

### ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças, para apreciação do Item 1.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 251 de 2005)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2005 (proveniente

da Medida Provisória nº 251, de 2005), que institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romeu Tuma

2

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000 (Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição

*Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 29, DE 2002**  
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 12, DE 2003**  
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 87, DE 2003**  
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003,

tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 12, DE 2004**  
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
**Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**  
**Nº 59, DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denomi-*

*nação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.*

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Volta-se à lista de oradores.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito minha inscrição para falar pelo PSDB, informando que a documentação necessária já foi entregue à Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> é o terceiro inscrito, após a Senadora Iris de Araújo e o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Maranhão, por até 20 minutos. A seguir, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, com a palavra o Senador João Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pedi a minha inscrição com bastante antecedência para após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa registra a inscrição de V. Ex<sup>a</sup> e pedirá um esclarecimento à secretaria para ver a ordem em que V. Ex<sup>a</sup> estava inscrito e o informará em seguida. Eu não estava presidindo quando V. Ex<sup>a</sup> solicitou a inscrição. Peço um esclarecimento à Secretaria para a devida informação. Pela norma regimental, fala um orador regularmente inscrito e, após, um Líder, alternadamente. (Pausa.)

Segundo o secretário, terá a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti e, em seguida, V. Ex<sup>a</sup>, após o Senador José Maranhão, sem intercalar com os oradores.

O Senador José Maranhão tem a palavra por até 20 minutos. (Pausa.)

Não estando S. Ex<sup>a</sup> em plenário, concedo a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti por 20 minutos.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o momento político que o nosso país vive atualmente, com todas as suas atribuições, reviravoltas e lances cinematográficos, coloca-nos diante da inegável tentação de limitarmos nossa análise e nossos comentários ao campo restrito dos fatos imediatos.

Contudo, é sempre saudável dar um passo para trás e, assim, usufruir uma perspectiva mais larga, buscando conceitualizar o presente num quadro mais amplo e, conseqüentemente, mais instrutivo.

A ocorrência diária e freqüente do termo *corrupção* e seus derivados, aliada à leitura de um artigo publicado recentemente na revista **Saúde Em Primeira Página**, levou-me às reflexões que passo a compartilhar com V. Ex<sup>as</sup>.

Uma frase, em particular, desse artigo chamou minha atenção: “Não há corrupção sem antes haver um processo de autocorrupção”. A corrupção não é um ente impessoal e atemporal: antes de tudo, ela é subjetiva, personalíssima e suas origens podem ser rastreadas no íntimo do ser humano. Poderíamos dizer que não existe corrupção, mas CORRUPTOS.

Prosseguindo na reflexão, inevitavelmente nos perguntamos: o que leva alguém a se corromper, a adotar a mentira como **modus operandi**, na busca de vantagens pessoais a qualquer custo?

Não existem corruptos de nascença. Eles são forjados pelos valores nocivos com os quais tomam contato ao longo da sua vida – no ambiente familiar, na escola, no trabalho, na mídia, na sociedade em geral.

O mero contato com esses valores, contudo, não é suficiente para que uma pessoa se corrompa. Do contrário, teríamos uma sociedade constituída tão-somente de corruptos, pois, inevitavelmente, em algum momento, seremos expostos a valores questionáveis. Uma combinação complexa de fatores subjetivos e sociais é que determina qual será a escala de valores deste ou daquele indivíduo.

A razão, por sua vez, é uma moeda com dois lados bem distintos. Ao mesmo tempo em que ajudou o homem a produzir idéias e máquinas que elevaram sua capacidade de alterar a natureza em grau espantoso, o pensamento racional, por meio de uma série de distorções, também forneceu ao ser humano pretextos para a prática da mentira, da calúnia, do preconceito.

Essas questões são alvo da reflexão humana desde sempre. Na Grécia Antiga, berço da civilização



ocidental, os valores e sua corrupção foram objeto da análise dos maiores filósofos do período, como Sócrates, Platão e Aristóteles. Cada um à sua maneira, eles pensaram exaustivamente sobre questões cruciais como **justiça e verdade**.

Uma vida pública e um ambiente político em que justiça e verdade não prevaleçam é completamente inviável. A confiança na veracidade do que o outro diz é fundamental para a vida em sociedade, em especial no ambiente da política. Da mesma forma, não pode prosperar uma sociedade em que a justiça não seja eficaz, em que não se punam os infratores, em que as regras sejam a impunidade e a permissividade.

**JUSTIÇA E VERDADE:** eis os dois valores que gostaria de ver respeitados e exercitados ao longo da presente crise política. Em sua **Ética a Nicômaco**, Aristóteles, confrontando o seu apreço a Platão com seu respeito à verdade, afirma claramente sua opção: “embora ambos nos sejam caros, o dever moral nos impõe preferir a verdade”. A busca da verdade deve nortear as ações daqueles que investigam as denúncias de corrupção deste Governo e de qualquer outro. Esse é o valor que diferencia a investigação séria do mero jogo de cena.

Luigi Einaudi, célebre político italiano, dizia que “a justiça não existe onde não há liberdade”. Conquistamos a liberdade política, e a administração da nossa justiça avançou muito nos últimos anos. Apresenta-se perante nossos juízes – e não me refiro aqui apenas aos magistrados do Poder Judiciário, mas também aos Parlamentares que, em circunstâncias especiais, como as que estamos atravessando, também assumem essa função – apresenta-se perante nossos juízes, eu dizia, mais uma oportunidade de fazer avançar o exercício do direito em nosso País. A imagem do Brasil como o país da impunidade, aos poucos, vem deixando de corresponder à realidade. A punição dos culpados e a absolvição dos inocentes...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Mozarildo...

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – ...no presente contexto, pelo relevo das partes envolvidas, será uma demonstração clara e inequívoca da maturidade do nosso sistema jurídico.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> traz um pronunciamento de grande importância para o momento atual, combatendo o grande mal, que é a corrupção, mas é bom lembrar – infeliz do país que

não precisa buscar outros pensadores –, aqui mesmo, é bom revivermos Rui Barbosa, quando diz: “a justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, como o qual concordo em grande parte. Realmente, Senador Mão Santa, quando aquele que busca a justiça tem de esperar demasiado por ela, ele realmente se sente injustiçado, mesmo que ainda abrace aquela idéia de que justiça é boa mesmo que tardia.

Este momento, em que debatemos essas questões no Brasil todo, em que o Poder Judiciário está debruçado sobre a apuração de corrupção, bem como o Ministério Público, as CPs e as CPIMs do Congresso, é um momento muito sério e muito importante. Precisamos chamar a atenção da sociedade para esses valores que, como já disse no início, começam dentro de casa, continuam nas escolas, permeiam o nosso ambiente de trabalho e, portanto, fazem parte da nossa estrutura, do nosso caráter. Não se pode raciocinar com o “se todo mundo faz, nós também podemos fazer”, nem podemos justificar o erro de hoje com o erro do passado.

Quero finalizar dizendo, Sr. Presidente, que um ambiente social justo e indivíduos moralmente corretos são duas instâncias que se favorecem mutuamente. Uma pessoa que viva em uma sociedade na qual a verdade venha à tona e os corruptos sejam punidos será menos estimulada a se autocorromper. Isso, combinado com uma educação adequada e uma justa distribuição de renda e de oportunidades, proporcionará, com certeza, o surgimento de um país de cidadãos e cidadãos justos e honestos.

Que a crise atual represente o início de um período de mais reflexão, mais justiça e mais verdade, e simbolize um golpe forte na corrupção, principalmente na autocorrupção.

Peço, Sr. Presidente, que faça parte do meu pronunciamento a transcrição, na íntegra, deste artigo intitulado “Autocorrupção”, publicado na revista **Saúde em Primeira Página**.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

## DEFINIÇÃO - tudo o que corrompe a anatomia da realidade dos fatos relativos a si ou a um grupo, em prol de uma vantagem pessoal, seja moral ou material, gerando uma fachada mentirosa para a verdade

O assunto pode parecer uma novidade, mas na verdade, não é. Desde antes de Cristo, a filosofia vem estudando profundamente a intimidade da mente humana no que se refere a valores nobres como a ética, honestidade, justiça e lealdade. Não há corrupção sem antes haver um processo de autocorrupção. A permissão para mentir, prostituir, enganar, caluniar, trair, fraudar, burlar, entre uma série de predicados ingratos, é dada, primeiro, pela pessoa envolvida pelo medo, baixa auto-estima ou atrás de um status social e de poder. A grande maioria da sociedade se encontra em um processo de obtenção de um relativo bem estar a qualquer custo. Mesmo que isso signifique anexar ao histórico pessoal adjetivos que qualquer um detestaria carregar abertamente, a compra e venda da moral alheia rola solta e é objeto de barganha, inclusive, dentro das famílias. Na esfera pessoal, renegar a própria realidade parece ser a mais grave e complexa das autocorrupções. A atitude pode comprometer a evolução da pessoa porque estaria construindo a própria vida sobre uma base que não corresponde à realidade, vivendo uma espécie de teatro. Se nos basermos no entendimento de que nosso pensamento traduz o que realmente somos, avaliando os malabarismos que fazemos para encobrir essas verdades, poderemos ter uma noção do nível da nossa autocorrupção. Ao expressar opiniões que não condizem com o nosso pensamento original, omitir posicionamentos, vestir de acordo com o gosto de

outra pessoa, comer algo que detesta numa mesa de negócios, fingir um status, abrimos mão de viver o que somos para cumprir o que a pauta social está determinando e, conseqüentemente, passamos a viver algo fora do nosso contexto pessoal.

## Por que mentimos tanto?

Comprar a nós mesmos e às pessoas com argumentos falsos parece ser o caminho mais curto para a obtenção de algum ganho. Sendo a mentira uma fantasia, ela pode receber adereços a qualquer momento, tornando-a forte o suficiente para seduzir. É comum pegar pessoas de todos os níveis sociais recorrendo à mentira e a utilizando, até com uma certa maestria. De resultados imediatos, a mentira altera a percepção da realidade em favor de alguém, mas, quase sempre, em prejuízo de outra(s) pessoa(s). Quem a usa, fica viciado. Está sempre com o recurso na manga como ferramenta básica para a manutenção de ganhos pessoais ou para explicar situações onde a sua auto-estima é colocada em cheque. Quando identificado (o meno hábel), o mentiroso é rotulado com o sobrenome (mentiroso) e vira alvo de críticas, às vezes bem humoradas, outras de depreciação, carregando por anos esse predicado. Os bobos, sem saber, pensam que conseguem enganar a todos, e suas investidas para seduzir as pessoas acabam em frustrações pouco tempo depois. Eles não entendem que a grande maioria é "expert" nesse assunto e é capaz de identificar as mentirinhas já no decorrer das primeiras frases. Já os políticos são incrivelmente bem treinados e o julgamento social passa a ser favorável a quem mente melhor, mas não à verdade. Alguns são tão bons nisso que acabam acreditando na própria mentira, sem saber ao certo, o que realmente é a verdade. O menos informado é o que mais cai nas armadilhas do convencimento pelas palavras falsas. Sem conhecimento, qualquer alteração no volume da voz, ou batida de mão na mesa pelo mentiroso pode convencê-lo facilmente. A mentira é uma das faces mais cristalinas da autocorrupção e mostra o nível de fragilidade de uma pessoa que, quanto mais usa o recurso, mais depende dele para sustentar a sua fértil imaginação, protetora de uma personalidade desagradável a ela mesma. Ao contrário, o nível de autenticidade, pode revelar a capacidade de enfrentamento de uma pessoa, assim, os fortes costumam abdicar da covardia e trazer à tona a verdade sem pestanejar.

## INVERSÃO DE VALORES - Por que estamos na contra-mão da ética, da verdade e da lealdade, formatadas como princípios básicos para o desenvolvimento há mais de 400 a.C.?

Três filósofos gregos, que viveram entre 470 e 320 a.C., podem ser considerados os homens que mais avançaram nos conceitos de justiça, ética e verdade, entre uma série de valores que, de lá para cá, foram, aos poucos, sendo jogados para escanteio e deixando de fazer parte do nosso cotidiano. Sócrates - fundador da filosofia moral, estabeleceu o método de tentar chegar à verdade através de questionamento persistente, Platão - que dizia que a palavra precisa concordar com o fato, e Aristóteles - que mapeou, pela primeira vez, a lógica, a física, a ciência política, a economia, a psicologia, a metafísica, a meteorologia, a retórica e a ética, viveram em seqüência, sendo um discípulo do outro, respectivamente. Os três deixaram os mais marcantes passos para a evolução na história humana. Moradores de Atenas, na Grécia, em vários pontos, fizeram referências sociais e políticas que, se fossem levadas em consideração, talvez estivéssemos no paraíso. Para Aristóteles, o verdadeiro propósito de um governo é permitir aos seus cidadãos viver a vida plena e feliz, viabilizando o desenvolvimento através do exercício das suas capacidades em compatibilidade com a vida em sociedade, sendo que o equilíbrio social, financeiro e político entre as pessoas é a chave para o bem estar de uma nação.

## Valores que poderiam ajudar a sociedade

Em 2005, no Brasil, através das mídias eletrônicas de todo o país, todos os dias, estão sendo registrados, dos pequeninos detalhes mentirosos aos escândalos mais surpreendentes de corrupção, situações onde o desprezo e o desrespeito à integridade moral de uma sociedade, se transformaram em acontecimentos normais, aceitos comumente. A orientação filosófica para uma vida melhor pessoal e em conjunto, de mais de 2.400 anos, são honestidade, perseverança, respeito, lealdade, igualdade, amizade, caráter, compromisso e liberdade - referências, entre outras, que deveriam sustentar um grupo social.

### Pisando na bola

Sendo o poder público, como já colocava Aristóteles, o principal elemento criador das leis e da fiscalização dessas leis, é também o principal vacilão. Fatos recentes sobre corrupção deixam frescas em nossas memórias dados sobre o nível de qualidade dos valores pessoais que sustentam personalidades de políticos, juízes, diretores de estatais, empresas privadas e até do presidente. Por exemplo,

apoiar e deixar passar em branco as ações criminosas do MST é mostrar às nossas crianças que existe espaço para a invasão, roubo, degradação, agressão, tiros e ocupação indevida, entre outras coisas sérias, de igual teor, ou piores, sem que haja responsabilidade e punição para tais atos. Pelo contrário, há um apoio político ao movimento que tem boa parte de seu custo bancado pelo próprio governo. Colocar o boné da instituição e vestir a camisa do MST, para muitos e para as crianças, significa corroborar com a atitude dele. Ao mesmo tempo, ao ir para um cinema com a família para assistir ao filme Guerra nas Estrelas, um pai se vê proibido pelo Juizado de menores de entrar com os filhos menores de 12 anos (depois, incoerentemente com os motivos que colocaram a censura 12 anos, baixaram para 10) porque o filme estaria desqualificado para as idades das crianças. A surpresa fica por conta de que, há pouco tempo, no Jornal Nacional, havia um juiz matando uma pessoa num supermercado do Ceará. Isso revela uma incoerência no que parte da classe é, faz e sentencia (o ato de assassinar) numa rapidez tremenda (quando acha conveniente). No momento em que o episódio do assassinato foi lembrado pela criança, em contra posição à censura do filme, é que se percebe a seriedade do problema. Podemos justificar para nós mesmos que não se pode generalizar, mas a criança está criando referenciais. No passado, Star Wars era considerado diversão (como poderia ser hoje) e mostrava, de uma forma objetiva, como é importante o valor da lealdade, do compromisso, da responsabilidade e honestidade nas relações interpessoais. Hoje, não precisamos ir tão longe para mostrar a falta de tais valores. Vejamos, um veículo do Detran passa por uma comercial do Sudoeste, região nobre de Brasília, multando vários carros que estariam estacionados em local proibido. Mas, alguns, de uma revendedora de veículos, estacionados de modo totalmente irregular, inclusive em local destinado para carga e descarga, sequer são questionados pelas autoridades. Com a ciência do administrador da região, dos fiscais e de outras autoridades, no mesmo local, um lava jato irregular, instalado numa kombi, também, irregular, poluidora do meio ambiente utilizando produtos extremamente corrosivos, sem registro de empregados que não têm carteira de motorista, cujo o dono mora numa das partes mais nobres de Brasília e que possui liminar da justiça para funcionar, ocupa as vagas destinadas a clientes do comércio local que paga impostos colossais, incluindo os salários do juiz que concedeu a liminar e as mais diversas e criativas taxas públicas relativas à ocupação e à fiscalização. Mais incrível, ainda, é um empresário ser convencido, pelas consultas feitas com advogados, a desistir de registrar ocorrência de furto praticado por uma funcionária, sob o risco de ter que pagar uma indenização por danos morais à sobre coitada.



## Igual, mas diferente

O direito, que para alguns é implacável, para outros não significa nada. Vejamos, uma adolescente, que agora desconhece a própria raça, pergunta inocentemente: acho que sou branca, terei direito a 20% de vagas na universidade assim como as pessoas da raça negra? Passando pelas ruas de Brasília é possível notar que há uma enorme incoerência quanto aos limites de velocidade nas vias da cidade. Um exemplo é a velocidade máxima de 70km/h estipulada para as vias do Lago Sul, sendo que, no Lago Norte, que tem a mesma configuração urbana, o permitido é de 60km/h. Por que? Outra coisa é o cidadão vir a 60km/h e, no momento em que há a medição de velocidade, o permitido cai para 50km/h, sendo ele multado e condenado a pagar, à unanimidade, pela junta de recurso do Detran, órgão responsável pela análise da defesa do motorista apresentada contra a imposição da multa. Há uma operação "Lau Lau" aí (apelido antigo dado a ladrões que faziam suas incursões de modo sorrateiro e desapercibido), vez que o objetivo da fiscalização é fazer com que o condutor ande dentro do limite da via que é de 60km/h. E, quando se cobra dele uma multa por andar dentro do limite da via, fica evidente a segunda intenção. A revolta do motorista é transmitida, automaticamente, à família e aos filhos, que por sua vez, vão listando o que é considerado justo ou não pelas autoridades da sociedade. Hoje, para muitos, inclusive para profissionais da lei, o que é fora da lei é considerado uma coisa natural e perfeitamente aceitável. O caso do ex-governador Garotinho, que agora está elegível novamente no Rio e a feira do Paraguai (de sacoleiros importadores) na Capital Federal, onde muitos fiscais, policiais, juizes, promotores e outras autoridades fazem as suas comprinhas, ilustram bem isso. Autoridades, aliás, que determinam o quanto uma empresa deve ganhar, estando ela inserida em uma economia de mercado promovida pelo próprio estado, indo na contra-mão da justiça. Aliás, em termos de promoção da justiça, o Brasil é hoje, o penúltimo no mundo no que se refere a distribuição de renda, na frente, apenas, de Serra Leoa. E, a cada dia que passa, a desejada justiça social está cada vez mais distante. A conversa de "João sem braço", que é transmitida para explicar a maior taxa de juros do planeta, não consegue encobrir a realidade da divisão de renda num Brasil politicamente partidário da riqueza de poucos e da pobreza da grande maioria. Os "poucos", que decidem a vida dos "muitos", ganham, em média, 50 vezes mais (sem contar o mensalão) que a massa brasileira. Os fatos estão aí. Os números do Brasil estão em todas as instituições sociais que avaliam as nações com um todo e todos eles indicam o quanto estamos sendo incoerentes entre o que falamos e o que fazemos.

## De Jefferson a Aristóteles

A prática de compensações na política brasileira é considerada "normal". Quando a direção de um Ministério é "dada" a um político de outro partido, que tem outras convicções, o processo de compensações está concluído. Isso não se pode negar e nem defender, está na Esplanada dos Ministérios e todo mundo pode ver, se quiser. Independentemente do fato dos políticos concordarem ou não com os objetivos das ações ou da filosofia de

outro partido, a barganha, a compra e a troca de favores falam mais alto na Presidência, nos Ministérios, no Congresso e nos Estados. A convicção de uma idéia em prol do desenvolvimento do País perde, de longe, para a conveniência de uma negociata entre políticos. Todos os dias essas compensações são notícias nos principais jornais brasileiros. Para o político que conhece os fundamentos do assunto Política, tratados por Sócrates, Platão e Aristóteles, pessoas em um congresso que não estejam defendendo interesses sociais com ética, honestidade e compromisso com o povo no qual elas representam, não podem exercer o papel de político. Segundo a origem e formação política proposta por Aristóteles, o exercício político não poderia ser remunerado, mas sim doado através de trabalhos, cuja finalidade seria desenvolver meios de melhorar as condições de vida da comunidade. Assim, cargos com tamanha importância e seriedade só poderiam ser exercidos por pessoas que tivessem uma excelente condição financeira e comprovada competência, sendo este, um pilar representativo de toda uma sociedade. No Brasil, dirigir um Ministério ou uma estatal, não tem nada a ver com competência específica na área, mas, tão somente, com barganhas políticas entre partidos. A demora em dar uma resposta à sociedade sobre as denúncias de corrupção de deputados do PT e de outros partidos, a ciência de ministros e do próprio Presidente sobre o caso, uma revolta generalizada no congresso como se nenhum deputado soubesse de nada, o objetivo de cassação do mandato do denunciante e a conveniência de respostas programadas para ver se o povo aceita, são uma evidência de que não há coerência, ética e valores em toda a cadeia política. Há exceções como toda regra, mas são apenas exceções. A regra é outra. Rapidamente, como pouco se viu na história do Brasil, a classe inteira de políticos e deputados se uniu contra o denunciante.

## Repensar o Poder Público e suas ações é atitude urgente

Ter um norte e nordeste com problemas eternos, os quais todos os brasileiros conhecem, sendo representados, já há muito tempo por uma legião de conterrâneos no congresso nacional (maioria com 46% das cadeiras, sem contar os nordestinos eleitos pelas

regiões centro-oeste, sudeste, e sul) e ver a desigualdade social aumentar, a cada dia, revela o tamanho da incoerência política com o qual o assunto é tratado. Evidentemente, manter uma população de desinformados e necessitados é uma excelente estratégia política para assegurar pessoas de baixa qualidade no poder. Pela desinformação, é fácil convencê-las da honestidade e competência prometidas. Pela necessidade, é fácil comprá-las com algum calçado, roupa ou comida. E, pelo peso político que os representantes do Poder Público determinaram para a região, num notório desequilíbrio entre as regiões do Brasil, é fácil controlar todo o processo de estagnação dessa parte do país, num Congresso onde a maioria das cadeiras é ocupada por representantes desses Estados. Todas as vezes em que a inversão de valores fica clara no campo político, todos os envolvidos sempre negam as informações, depois voltam atrás, dizem que vão investigar e, mesmo que haja algum culpado, pouco ou nada acontece, vez que, ainda existe uma justiça que não faz a justiça. O ex-deputado Sérgio Naya, absolvido, que o diga. A pobreza moral é maior do que os níveis da pobreza populacional. Nunca se desmatou tanto no país que mostrou políticos do partido do Presidente recebendo dinheiro de madeireiros para liberar o desmanche ilegal da Amazônia. Não há no mundo, taxa de juros com tamanha envergadura. Nunca houve no Brasil um governo com uma variedade tão grande de partidos "aliados". Por um grotesco inchaço da máquina pública, os impostos chegaram a níveis insuportáveis. Depois da democracia, nunca se falou tanto em calar a boca de pessoas e da imprensa. Cada palavra, cada choro, acaba por revelar uma incoerência entre o que se fala, se sente e, efetivamente, se faz. E a resposta para isso é simplesmente a falta da convivência com os valores de qualidade. Falta essa que é vivida por uma elevadíssima parte da população do país. Reconhecer e trabalhar para encontrar e conviver com honestidade, determinação, respeito, lealdade, igualdade, amizade, caráter, compromisso e liberdade, seria uma tarefa de absoluta prioridade para resgatar, pelo menos, as novas gerações dos padres e a falta de vergonha na cara que a falta desses valores gera.



*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ribamar Fiquene.*

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Está deferido, eminente Senador, de acordo com o Regimento Interno.

Com a palavra, o eminente Senador João Capiberibe, Líder do PSB, por vinte minutos.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os brasileiros perderam um grande guerreiro. Perderam um forte. Miguel Arraes de Alencar, o “Dotô Arrai” dos pernambucanos, enfrentou, e venceu, quase todos os obstáculos que lhe foram colocados à frente.

O menino Arraes lutou e conseguiu sua primeira vitória contra as adversidades do sertão cearense em Araripe, onde nasceu. De lá, seguiu para o Crato, onde concluiu o segundo grau.

Em 1933, quando chegou ao Recife, Arraes obtém mais uma vitória que o aproxima da vida pública: é aprovado em concurso público para ser servidor do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Foi lá que conheceu, alguns anos mais tarde, o Presidente do IAA, Barbosa Lima Sobrinho, respeitado jornalista brasileiro cuja vida marcou a Imprensa Nacional. Barbosa nomeou Arraes Delegado do IAA em Pernambuco. O jovem cearense, que ainda não sonhava ser governador dos pernambucanos, chegava então ao cargo de Secretário Estadual da Fazenda, a convite do mesmo Barbosa Lima Sobrinho, então Governador de Pernambuco. Miguel Arraes começava, assim, a se transformar no legendário “Dotô Arrai”.

Desde a primeira eleição, em 1950, quando assumiu o mandato de Deputado Estadual, Arraes foi colecionando vitórias até chegar à Prefeitura de Recife em 1959. Doze anos depois de entrar na política, chegou ao Governo Estadual de Pernambuco. Recebendo 48% dos votos, Arraes derrotou os nomes da UDN e também do PSD, os dois principais Partidos da época. Apoiado pelas correntes de esquerda, Arraes fez um governo voltado para os segmentos mais desfavorecidos da sociedade pernambucana, apoiando-se sobre os movimentos sociais da cidade, bem como os de pequenos agricultores familiares. A vitória de Arraes foi a vitória do povo de Pernambuco.

Devo destacar, Senador Mão Santa, entre as várias decisões de Arraes em Pernambuco, a equiparação do salário mínimo rural ao salário mínimo industrial, fazendo com que o poder aquisitivo dos trabalhadores da cana, dos trabalhadores da mata norte e da mata sul de Pernambuco dobrassem o seu poder de

compra. Esse exemplo se espalhou pelo País e essa equiparação foi adotada em todo o Brasil.

Em 31 de março de 1964, os militares depõem João Goulart e oferecem a Arraes a liberdade em troca da renúncia. A resposta de Arraes: “Prefiro a prisão a trair o povo”. Os militares empurraram-lhe, goela abaixo, sua primeira derrota. Com uma operação cinematográfica, o Exército, fortemente armado, cercou o Palácio Campo das Princesas e prendeu Arraes. Em seguida, Miguel Arraes foi confinado na Ilha de Fernando de Noronha. Do arquipélago, foi levado ao Rio de Janeiro. Finalmente, foi enviado para mais longe e por mais tempo: catorze anos de exílio na Argélia.

Anistiado, Arraes volta com a disposição de vencer novamente. A chegada de Arraes ao Brasil, em 16 de setembro de 1979, foi uma apoteose: mais de 60 mil pessoas foram abraçá-lo.

Na primeira eleição após o retorno ao Brasil, Arraes volta ao Congresso Nacional como o Deputado Federal mais votado do Nordeste. Em 1986, outra vitória maciça: Pernambuco devolve a Arraes o Governo do Estado. Mais de 55% dos pernambucanos escolheram novamente o “Dotô Arrai” como Governador.

O guerreiro Arraes continuou lutando e vencendo. Em 1990, já pelo Partido Socialista Brasileiro, elege-se o Deputado Federal mais votado do Brasil. Em 1994, volta como Governador ao Palácio Campo das Princesas, com uma vantagem de mais de 300 mil votos sobre o segundo colocado.

Outra derrota de Arraes foi motivada pelas duras críticas à política econômica de Fernando Henrique. Remando contra a corrente de opinião pública naquele momento, Arraes foi derrotado por seu antigo aliado, Jarbas Vasconcelos, do PMDB. A última vitória foi em 2002, quando se elegeu Deputado Federal, também entre os mais votados.

O “Dotô Arrai” enfrentou, nos últimos dias, com a coragem costumeira, a morte. Várias vezes os médicos proclamaram sua vitória, mas a morte sorradeira insistia em surrupiar-lhe o bem que lhe era mais precioso: a vida.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador João Capiberibe?

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Em seguida, Senador.

Mas essa batalha ele não conseguiu vencer. Nós, do PSB, perdemos nosso líder.

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Senador, associe-me a V. Ex<sup>a</sup> nessa louvação ao Dr. Arraes, talvez um dos últimos grandes líderes deste País – temos poucos. Ultimamente privei muito mais da convivência dele nas voltas para Pernambuco – o avião tem de pa-

rar em Recife antes de seguir para João Pessoa. Nós sempre sentávamos na fila da frente – ele pedia isso à secretária dele e eu à minha – e íamos conversando. V. Ex<sup>a</sup> falava sobre a Argélia. Eu participei do encontro em que recebemos aqui o Presidente da Argélia. Deixou-me impressionado um comentário que ele fez: “Suassuna, você viu? Eu perguntei por dez amigos da Argélia que conviveram comigo no exílio. O Presidente me disse que oito deles morreram. Está chegando o nosso tempo. Que coisa incrível!” E fico muito triste porque eu, na Paraíba, e ele, em Pernambuco, nas campanhas, sempre tínhamos certa simbiose. Com certeza, Pernambuco perdeu um grande homem, mas também o Nordeste e o Brasil ficaram desfalcados da figura inesquecível do nosso “Pai Arrai”.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Suassuna. Creio que o Nordeste ganhou um novo mito, o mito Arraes.

Ouçó o Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Capiberibe, tive a felicidade de ser Governador no período em que Miguel Arraes também governou o Estado de Pernambuco. Frequentamos muitas reuniões da Sude-ne. Como Governador, publiquei um livro e o escolhi para prefaciá-lo. Mas quero dizer como é a vida – está aqui do nosso lado Alberto Silva – fui prefeitinho da nossa Parnaíba – não tão brilhante quanto Alberto Silva, mas fui. Criei um Palácio da Cultura, instalando uma biblioteca, um museu, um conselho municipal e me lembro muito bem que tirei um domingo para organizar a biblioteca; estava com minha esposa Adalgisa. Nesse dia, ele me fez fazer o único furto na minha vida política, e vou confessá-lo aqui, no Senado. Arrumando a biblioteca, domingo, já que a inauguração do Palácio da Cultura – residência do ex-Consul Coimbra – seria na segunda-feira –, vi um livro: **Mistificação das Massas**. Peguei e li: tradução de Miguel Arraes. Enquanto minha esposa arrumava, eu fiquei lendo. Mais tarde, minha mulher cansou e disse para irmos almoçar. Gostei tanto do livro que levei-o comigo. Pensei: estudante não vai ler. E levei. Como estudei medicina, tinha por costume riscar o livro, anotar, criticar, comentar. E o livro ficou envelhecido. Mas sempre que eu viajava buscava comprar outro para repor. No entanto, Senador Alberto Silva, não encontrava. E o livro que eu havia pegado estava todo danificado por minhas anotações. Um dia, em um almoço em Pernambuco, onde estava eu e o Malan, eu disse, confessei que ele tinha me inspirado a cometer esse furto, e que nunca tinha devolvido porque o livro tinha sido danificado. Miguel Arraes, então, disse: Mão Santa, você tem esse livro? Isso porque a Ditadura andou atrás e cassou o livro naquele tempo de censura. Era, então, uma obra rara.

Mas valeu a pena porque aprendi e esse livro me fez Governador. E perguntei: mas onde V. Ex<sup>a</sup> traduziu o livro? Ele disse: preso, 90 e tantos dias no Corpo de Bombeiros. Aprisionado, decepcionado, com maus pensamentos, S. Ex<sup>a</sup> até me disse que, pela humilhação, havia pensado em suicídio. Como ele sabia um pouco de francês, pegou um dicionário e foi traduzir o livro. Disse a Miguel Arraes: tenho esse livro e queria um novo para repor na biblioteca. S. Ex<sup>a</sup>, então, pediu o livro. Em outra viagem, levei-o, quando ele, de posse do original, tirou umas cópias e me deu uma. E ainda reimprimiu – e esse livro **Mistificação das Massas**, Serge Tchakotine\*, orientou a toda a mocidade. E ele ainda veio aqui com o filho dele me convidar para apresentar o livro, pois sabia o que tinha aprendido com o livro. Do lado de S. Ex<sup>a</sup> estava Malan que pediu também uma cópia. Assim, Miguel Arraes foi muito importante para o Nordeste, influenciou a todos nós. Penso que essa geração – o Senador Alberto Silva está aqui, que é uma riqueza do Piauí e deste Plenário, com as bênçãos de Deus, que está representado pela imagem de Cristo – com o exemplo de homens como Miguel Arraes, vai construir neste País uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna, que sintetizou as ações políticas de Miguel Arraes.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PT – DF) – Senador Capiberibe, não vou tomar o tempo de V. Ex<sup>a</sup> para discurso porque senão iria falar muito sobre o Dr. Arraes, pela minha relação com ele. Mas quero dizer apenas uma coisa: o Dr. Arraes foi o meu primeiro voto, em 1962, para Governador de Pernambuco. E 43 anos depois, posso dizer, com orgulho, que não me arrependi daquele voto. Poucos eleitores podem dizer isso daqueles nos quais votaram. Mas eu posso dizer isso de Arraes. Talvez esse seja o maior elogio que se possa fazer a um político. Não me arrependi, 43 anos depois, do voto que eu, muito jovem, dei a ele.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, também vou dar o meu testemunho pessoal da convivência com Miguel Arraes. Eu o conheci em 1979, em Maputo\*, Moçambique, quando estávamos já sonhando com a possibilidade de retornar ao convívio de nossos familiares e do povo brasileiro.

A expectativa da anistia estava à vista. Recebemos Miguel Arraes em Maputo e fizemos um jantar. Nesse jantar, ele falou da necessidade de mantermos a unidade do MDB para que, unidos, pudéssemos operar a transição democrática. Falou do seu Nordeste, com tanta paixão, com tanto entusiasmo que naquele momento nós decidimos – eu e a minha companheira,

hoje Deputada Federal Janete – voltar para o Brasil e, na volta ao Brasil, morar em Pernambuco.

Fomos morar em Pernambuco e tive a felicidade de trabalhar dois anos com Miguel Arraes, em Pernambuco, e mais do que isso, foi com ele que aprendi a construir na política, pois Arraes era um homem de construção, propositivo, um homem de pensamento amplo, de pensamento nacionalista. Pensou sempre nos excluídos, naqueles que aqui não tinham voz, tanto é que o seu gesto de equiparar o salário mínimo rural com o salário mínimo industrial abriu a possibilidade para todo o País.

Portanto, foi a partir de Moçambique que decidi viver na terra de Cristovam e tive a felicidade de passar dois anos fantásticos, de aprendizado, convivendo com os trabalhadores rurais, com os canavieiros da mata sul e da mata norte. Foi junto com Arraes que trabalhamos e preparamos as primeiras greves, ajudamos, apoiamos as primeiras greves dos canavieiros e também desenvolvemos vários projetos na região do agreste.

A cabeça de Arraes era uma usina de projetos para melhorar a vida do povo. Fizemos projetos no Município de Angelim, no Município de Lajedo, na tentativa de buscar alternativas e solução para os agricultores familiares.

É por isso que consideramos a perda de Arraes uma perda imensa para o nosso Partido. E o X Congresso do Partido, que vai começar amanhã, começa com uma missa dedicada a Miguel Arraes, na Catedral de Brasília, e certamente será o congresso marcado pelo vazio da presença desse grande líder.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*O Sr. Ribamar Fiquene, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ribamar Fiquene.

É lido o seguinte:

**SGM-P 1.520**

**Brasília, 18 de agosto de 2005.**

**Senhor Presidente,**

**Tendo o Plenário desta Casa, em Sessão Plenária realizada em 17.08.05, rejeitado o Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2005, apresentado por essa Casa à Medida Provisória nº 248, de 2005, encaminho a Vossa Excelência, para os fins constantes do art. 12 da Resolução nº 01, de 2002, do Congresso Nacional, a Medida Provisória nº 248, de 2005, que "Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências."**

**Atenciosamente,**

**Deputado SEVERINO CAVALCANTI**  
**Presidente**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, promulgo, neste momento, a Lei nº 11.164,

de 18 de agosto de 2005, e determino sua publicação no **Diário Oficial**.

É a seguinte a Lei promulgada:

### **LEI Nº 11.164, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.**

Dispõe sobre o valor do salário-mínimo a partir de 1º de maio de 2005 e dá outras providências.

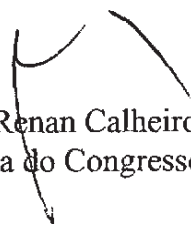
Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 248, de 2005, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** A partir de 1º de maio de 2005, após a aplicação dos percentuais de 6,355% (seis inteiros e trezentos e cinquenta e cinco milésimos por cento), a título de reajuste, e de 8,49% (oito inteiros e quarenta e nove centésimos por cento), a título de aumento real, sobre o valor de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), o salário-mínimo será de R\$ 300,00 (trezentos reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput** deste artigo, o valor diário do salário-mínimo corresponderá a R\$ 10,00 (dez reais) e o seu valor horário a R\$ 1,36 (um real e trinta e seis centavos).

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 18 de agosto de 2005.  
184º da Independência e 117º da República

  
Senador Renan Calheiros  
Presidente da Mesa do Congresso Nacional



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL.) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque.

Em seguida, darei a palavra, com muita satisfação, à Senadora Iris de Araújo.

Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, no dia 23 de maio, portanto há quase três meses, estive aqui lembrando os movimentos que estavam ocorrendo nos países da América Latina: Bolívia, Equador, Venezuela e Argentina estavam com mobilização nas ruas.

Eu disse que aquilo era um aviso das ruas latino-americanas para as ruas brasileiras. Lembrei que, naquele tempo, nesses países, o **slogan** que se usava nas bandeiras e nas faixas era “que todos se vão”. Não havia diferença entre corruptos e não-corruptos, não havia diferença entre Esquerda e Direita. O povo gritava nas ruas dos países irmãos que todos os políticos deveriam ir embora.

Eu dizia naquela época, Sr Presidente, que me parecia que poderíamos chegar a esse ponto, e o Senador Mão Santa fez um aparte naquele momento.

Senador Mão Santa, hoje o **Correio Braziliense** publica a manchete “Fora todos”, A manchete não é “Fora os corruptos”, não é “Fora os petistas”, não é “Fora este ou aquele”, mas “Fora todos”. Por enquanto, foi uma manifestação com alguns poucos milhares. Mas convido os colegas Senadores e Senadoras a uma reflexão. Isso não vai demorar a se transformar em um movimento da maioria da população brasileira. Por enquanto, são aqueles descontentes com a crise ética que vivemos. Em breve, serão aqueles descontentes com o salário mínimo; os descontentes com a falta de terra, de teto, de escola, e, sobretudo, aqueles que têm o que hoje sobra no Brasil: frustração.

Nós somos um País de sem, muitos sem e de uma imensa quantidade de frustração. Há no País, hoje, pronto para arrebentar, o que eu, no dia 23 de maio, chamei de uma rebelião espontânea da população. Não será amanhã, não será neste mês, mas, se não agirmos, isso acontecerá no Brasil. E não vemos ações para tentar impedir que isso aconteça.

Vejam que, de repente, felizmente, despertamos para a necessidade de uma reforma política no Brasil. Felizmente. Graças à pressão dos meios de comunicação, passamos a ver a manifestação da necessidade de uma reforma política. E a estamos fazendo. Estamos fazendo a reforma eleitoral porque os formadores

de opinião nos pressionaram. Mas cadê a reforma da educação de base? Cadê a reforma agrária mais radical? Cadê a reforma que permitirá a desconcentração da renda no Brasil? Um conjunto de leis simples que permita não tomar repentinamente o dinheiro de ninguém, mas que permita, em dez anos, deixarmos de ser campeões da concentração de renda.

Não estamos levando a sério o humor da opinião pública brasileira, e esse humor começa discreto, de repente é uma faixa no meio de uma passeata com poucas pessoas, e, logo depois, pode ser uma passeata com centenas de milhares de pessoas, como aconteceu em países vizinhos, e que eu falei aqui como exemplo do que poderia acontecer.

Volto a insistir no risco de que esse exemplo possa contaminar a população brasileira. Não vejo hoje esperança de que essa mudança venha a partir de qualquer partido especificamente do Brasil. Aliás, não é de hoje que é assim. Nenhuma grande transformação brasileira, Srs. Senadores, saiu de um partido.

Senador Mão Santa, que sempre nos dá aulas de história, espero que nos diga se é ou não verdade. Qual movimento, qual transformação saiu de um partido? Não foi a independência, não foi a República, não foi a abolição, não foram as duas redemocratizações, não foi o próprio desenvolvimento que saiu de uma figura como Juscelino, mas que liderou o movimento nacional. Recentemente, a anistia, a Constituinte, Diretas, tudo isso saiu de movimentos, não de partidos.

Eu não acredito que essa transformação venha de um partido, qualquer que seja. O PT, o meu Partido, foi o primeiro a encarnar a transformação social e chegar ao poder. Outros chegaram a encarná-la antes, Sr. Presidente, mas não chegaram ao poder. O nosso a encarnou, chegou ao poder e frustrou. Temos de reconhecer isso com todas as letras.

Vejo o Presidente pedindo desculpas de atos indecentes que ocorreram. Não o vi pedindo desculpas daquilo que não fez, e um governo não tem de pedir desculpas só do que fez de errado; tem de pedir desculpas do que não fez, comparado com as promessas de campanha. Não vejo esse pedido de desculpas.

Lembro que, como Ministro, fiz uma lista de metas muito criticada no núcleo central do Governo, porque disseram que algumas eram inviáveis, e eu tinha convicção de que eram viáveis, até porque algumas tinham o prazo de 15 anos. E eu disse: aquelas que são ambiciosas, eu prefiro colocá-las com ambição e depois pedir desculpas porque não as realizei a comemorar o pouco que prometi, como é o caso da abolição do analfabetismo em quatro anos, que era possível. Estaríamos hoje comemorando 10 milhões

de alfabetizados, se o programa tivesse sido mantido. Não foi mantido.

Falta ao nosso Governo, ao nosso Partido pedir desculpas também pelo que não fizemos, pelo que não cumprimos dos nossos compromissos de campanha, para que o povo comece a trazer de volta a esperança.

Quero dizer, Senador Paulo Paim, que não acredito que virá do meu Partido, nem dos outros partidos, individualmente, a chama da esperança outra vez para o Brasil. Ou a gente cria um movimento nacional pelas transformações sociais, aceitando pessoas de todos os partidos e aquelas que não são de partidos, ou não vamos conseguir trazer de volta a esperança. E as manifestações pequenas que dizem “todos fora” se transformarão em manifestações de todos contra todos nós, os políticos. E manifestações que vamos ter que reconhecer que serão justas, porque não teremos cumprido a nossa missão.

O meu medo é que, quando isso acontecer, já não dê tempo de pedir desculpas, porque a paciência do povo não aceita pedidos de desculpas depois da hora, têm que ser feitos antes da hora.

Sr. Presidente, digo isso para reafirmar o meu descontentamento com os partidos que temos. A minha convicção é de que vou continuar militando como um dos que sonham neste País que é possível uma transformação e que essa militância tem que ser mais no movimento do que num partido. E isso, Sr. Presidente, espero ter anos suficientes de vida, ainda, para poder ajudar o Brasil a levar adiante.

Quero encerrar o meu discurso, até por que a Mesa esqueceu de dizer quanto tempo eu tinha e não ficou marcado quanto falta. Antes, porém, concedo um aparte ao Senador Alberto Silva, nosso patrimônio devido à sua experiência.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex<sup>a</sup> está colocando a questão do descontentamento e das esperanças do povo brasileiro diante do que está havendo e diante do que não está havendo. Isto é, não tem nenhuma proposta, V. Ex<sup>a</sup> diz com muita razão, e se preocupa que as reuniões, aos poucos, vão crescendo e se transformem em movimentos de descontentamento contra, principalmente, a classe política – é o que pude entender. V. Ex<sup>a</sup>, quando Ministro, ofereceu várias soluções como aquele programa da alfabetização que, se tivesse sido levado avante, teríamos hoje, como diz V. Ex<sup>a</sup>, mais de 10 milhões de pessoas alfabetizadas e, por conseguinte, mais conscientes, talvez, e com direito de formar juízo a respeito do papel do Congresso Nacional diante do País. Nobre Senador, no regime presidencialista que nós vivemos, qual é a posição realmente do Congresso

Nacional? Nós aqui poderemos fazer uma proposta que seja levada em conta pelo Poder Executivo, que prefere mandar para cá o prato feito. As medidas provisórias nem sempre são encaminhadas para uma solução que seja a luz no fim do túnel. Nós, aqui, assistimos à enorme quantidade de MPs editadas, e o Congresso fica manietado para votar aquilo que o Executivo manda. E nós? Que proposta deveríamos mandar? Daí da tribuna V. Ex<sup>a</sup> mesmo já me aparteu várias vezes. E tenho feito algumas propostas. Não sei se seriam totalmente exequíveis, mas, pelo menos, para se ir a algum lugar, há que se dar o primeiro passo. V. Ex<sup>a</sup> fala, por exemplo, do descontentamento no campo, na falta de emprego. E se nós aproveitássemos, por exemplo, a experiência que tivemos lá, de que, no campo, poderíamos começar a criar uma esperança, com o Programa Biodiesel, que pode, com três hectares, Ministro Cristovam Buarque, dar um salário a uma família que produza mamona e feijão de R\$600,00 a R\$700,00 por mês? De que precisamos para isso? Será que é necessário que o Governo compreenda e mande uma MP ou um projeto de lei ou nós poderíamos fazer isso aqui? Creio que, neste instante, meu caro e nobre Ministro, competente companheiro e colega de profissão, nós poderíamos ainda criar um grupo de trabalho aqui – e conclamo V. Ex<sup>a</sup> – para evitarmos que não tenhamos vez e que não possamos apresentar uma proposta que gere esperança para o povo. Vamos experimentar? Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF)

– Senador Alberto Silva, V. Ex<sup>a</sup> trouxe aqui um ponto fundamental e que ajuda muito na defesa daquilo que apresentei. V. Ex<sup>a</sup> levanta, com correção, que, sendo um regime presidencialista, temos praticamente as mãos amarradas, porque estamos divididos em Partidos, individualizados. Mas se esta Casa, em conjunto, decidisse fazer alguma coisa, não tenha dúvida de que o Presidente teria que nos ouvir.

Isso confirma a minha idéia de que precisamos de um movimento mais do que de um Partido. Se eu falei num movimento social pelas mudanças, imagine um movimento senatorial pelas mudanças!

E por que não chegarmos a alguns pontos que nos unam aqui? Somos divididos em muitas coisas, mas há coisas que nos unem. Agora mesmo o Senador José Jorge, o Senador Aloizio Mercadante e eu, graças a uma provocação da Unesco, do Sr. Jorge Werthein, estamos circulando aqui uma idéia de pacto pela educação, que é um pacto abstrato ainda, solto. Por que não sentamos, por intermédio das lideranças – e aí, sim, os Partidos têm uma função – para costurar um projeto de revolução educacional?

Falo em educação porque é a minha mania, mas pode ser outra coisa, como a transparência que o Senador João Capiberibe encarna. Nós temos, sim, um poder que não estamos usando por causa da nossa divisão e porque não estamos querendo transformar o Senado em um movimento cívico neste País. Se fizéssemos isso, nós teríamos um poder e qualquer Presidente teria que nos escutar.

Concedo um aparte ao Senador João Capiberibe.

**O Sr. João Capiberibe** (Bloco/PSB – AP) – Caro Senador Cristovam Buarque, compartilho inteiramente das suas preocupações com esse retardo sistemático para solucionar essas questões que causam graves problemas sociais e inquietações, como, por exemplo, o combate sistemático à corrupção ou a mudança necessária no sistema tributário para melhorar a distribuição da renda. O imposto que mais se arrecada neste País é um imposto injusto, que sobrecarrega os pobres, da mesma forma que sobrecarrega os ricos – o ICMS, o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços, um imposto de consumo. Todos pagam, independentemente se ganha um, cem ou duzentos salários mínimos. Essa preocupação em se combater de forma sistemática a corrupção deveria ser dominante nesta Casa, porque existem mecanismos. Nós podemos aprimorar os mecanismos de controle e de prevenção da corrupção, melhorar, reformar completamente o sistema político-eleitoral, que está esgotado. Já deveríamos ter feito isso desde o início, acho que quando nós entramos no Senado. Uma das primeiras reformas, que certamente não deve estar na agenda de reformas do Banco Mundial ou do Fundo Monetário Internacional, é a reforma política. É essa a reforma necessária que, finalmente, no meio da crise... Mas é fundamental que aproveitemos a crise. São os conflitos que fazem a sociedade avançar. Portanto, quero compartilhar essa preocupação, e acho que temos que nos mobilizar para conseguir nova ascensão. Do mesmo jeito que estamos fazendo a reforma política, a reforma eleitoral, com a intenção de fazer valer para o ano que vem, teríamos que pensar na reforma tributária, para fazer justiça social.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF) – Estou de acordo, Senador. Só que eu queria agregar mais: quando falamos em reforma tributária, falamos em quem paga. Temos que falar também em quem recebe o dinheiro dos tributos. E aí é que quero voltar a insistir que não basta lutar contra a corrupção no comportamento dos políticos, mas também contra uma corrupção muito mais grave, que é a corrupção nas prioridades das políticas públicas. Fazer um prédio de luxo para o setor público...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF) – (...) é corrupção mesmo que ninguém roube. Já é uma corrupção colocar dinheiro público em um prédio público de luxo, quando há necessidade de saneamento e de escola. Essa corrupção nas prioridades está clandestina; ela não é vista.

Pensamos que ladrão é apenas quem se apropria de dinheiro público. Ladrão somos os políticos que colocamos o dinheiro, que deveria ir para o povo, em projetos que servem à minoria privilegiada. Isso também é corrupção.

Não sei se ainda dá tempo, Sr. Presidente, mas gostaria, nos trinta segundos que ainda me faltam, de conceder um aparte ao Senador Mão Santa.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concederei mais um minuto a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, seus pronunciamentos são sempre muito oportunos. Este País está vivendo momentos muito difíceis. Creio que essa paz ainda é originária da fé cristã que nós temos e que diz que “depois da tempestade vem a bonança”. Então, o povo cristão espera. E como estamos falando de Cristo e de reforma, lembro que a Igreja de Cristo já esteve como está o Brasil. Era papa sendo pai, comprando e vendendo lugar no céu. Então, fizeram uma reforma. Lutero surgiu, teve coragem, e criou outras igrejas, que melhoraram o mundo cristão. É este o momento. Já que V. Ex<sup>a</sup> é professor, vou citar Rui Barbosa, que, vivendo uma época de corrupção – e ela sempre vai existir e nós temos que combatê-la –, disse: “De tanto ver triunfar as nulidades” – e nunca tantas nulidades assumiram o poder como hoje –, “de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”. Esse é o dia que o PT trouxe ao Brasil. É a hora de pegarmos essa experiência e de fazermos aquela reforma, como Lutero. Creio que é fundamental reformarmos a nós mesmos. Este Poder, para fazer leis boas e justas – e é um Poder moderado e de controle –, tem que se purgar, se reformar, se purificar, separando, o que está no Livro de Deus, o joio do trigo, aquilo que é elementar numa administração: premiar os bons e punir os maus. Não tem ninguém punido aí; é aquela “pizza” que o povo está falando que está acontecendo, estão enrolando e já estão pensando em uma reforma para outras eleições, de não mais 300 picaretas, mas de outros picaretas.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF) – Sr. Presidente, obrigado pela generosidade do tempo.



Ficou faltando um aparte, do Senador Flexa Ribeiro. Peço mais uma vez sua generosidade, Sr. Presidente.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador Cristovam, quero parabenizá-lo pelo seu brilhante pronunciamento, como sempre profundo. Acho que todos os brasileiros e brasileiras que estão a nos assistir terão um momento de reflexão para lembrar das suas palavras na tarde de hoje. Como bem disse V. Ex<sup>a</sup>, é necessário que haja essa reflexão. Lamentavelmente a esperança venceu o medo, mas não venceu a incompetência, a corrupção. Quero associar-me, dizendo que, realmente, a reforma de base que deve ser feita tem que começar pela educação, que V. Ex<sup>a</sup> tão bem defende nesta Casa.

Penso que, ao reformularmos, ao investirmos maciçamente na educação, teremos o Brasil com que todos sonhamos para o futuro. Infelizmente, como V. Ex<sup>a</sup> ressaltou, os resultados não são em curto prazo, não são resultados para a próxima eleição, como V. Ex<sup>a</sup> de forma implícita colocou, mas para gerações ou décadas à frente.

Contudo, tem que haver o início, o ponto de partida. Parabéns pelo discurso!

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, apenas para encerrar, ressalto que estamos pedindo desculpas, o povo está-nos avisando, e o aviso é muito mais grave do que as desculpas.

*Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ribamar Fiquene.*

**O SR. FERNANDO BEZERRA** (PTB – RN) – Sr. Presidente, pela ordem, para um pequeno registro que me sinto no dever de fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> por cinco minutos.

**O SR. FERNANDO BEZERRA** (PTB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento esta Casa por ter aprovado hoje, em caráter emergencial e num tempo curtíssimo, modificações na legislação eleitoral. Não é um passo tão grande, mas é significativo quando começamos a pensar no que fazer para que no futuro não vejamos e não venhamos a lamentar episódios tristes como este a que assistimos hoje, de uma corrupção alastrada pelo nosso País.

Cumprimento mais uma vez o Senador José Jorge pela sua competência. Aliás, S. Ex<sup>a</sup> fez para esta Casa, como Relator, um trabalho excelente, que faz

com que nós, engenheiros – como o referido Senador, também o sou –, tenhamos profunda admiração pela sensibilidade de S. Ex<sup>a</sup> na montagem desse arcabouço jurídico que certamente vai melhorar a relação com o povo nas eleições em futuro breve.

Ressalto o quanto fiquei satisfeito. Não participei do debate hoje pela manhã porque me encontrava participando de uma das CPIs desta Casa, a CPI dos Correios, e não podia dali me ausentar, mas tive acolhidas, pelo Senador José Jorge, algumas emendas, dentre as quais destaco a da proibição de pesquisas eleitorais em período superior aos quinze dias que antecedem as eleições, para evitar que as pesquisas eleitorais se tornem instrumento de propaganda, além de outras emendas que foram aprovadas no todo ou em parte por S. Ex<sup>a</sup>.

Quero cumprimentar esta Casa e aqui registrar a minha expectativa de que a Câmara dos Deputados, como fez o Senado da República, com agilidade, faça essa reforma, que vai, sem dúvida nenhuma, obstruir canais que ensejaram a corrupção.

Não é que seja apenas este canal que enseja a corrupção no País. Fiz aqui uma relação de tantas coisas e citei um projeto que considero excelente, do Senador Capiberibe, que universaliza o acesso ao Sif. Devíamos obrigar a que os Governos, em todos os níveis – federal, estadual e municipal –, colocassem as suas contas na tela do seu computador para que o povo pudesse, na Internet, acompanhar as receitas e os gastos e fazer ali uma crítica adequada.

Reitero aqui o cumprimento ao Senador Capiberibe e também renovo a minha esperança e a minha expectativa de que o projeto de S. Ex<sup>a</sup> seja reproduzido nos níveis estadual e municipal.

Parabéns ao Senado da República, porque avança na luta contra o que todos temos o dever de banir de forma definitiva: a corrupção. Não tive oportunidade de apartear, mas quero estender esse cumprimento ao pronunciamento que fez aqui o Senador Cristovam Buarque.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra à eminente Senadora Iris de Araújo, do PMDB, por 20 minutos.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, mais uma vez sou chamada a representar Goiás, meu Estado, nesta Casa, desta vez num grave momento da vida nacional. E se aqui em Brasília sentimos o peso dessa gravidade. E haja peso, porque, nesse meu primeiro dia, ao tentar adentrar o recinto do Senado, fui impedida por um cordão de isolamento, uma vez que havia, logo ali



na entrada, uma ameaça de bomba que se concretizou, sim, só não se tornando um fato realmente trágico porque o serviço de segurança agiu rapidamente, e a bomba foi detonada antecipadamente.

Mas muito mais grave nos parece a situação quando ouvimos pessoalmente os brasileiros nos municípios mais distantes.

Senador Pedro Simon, que é um ícone, é a nossa referência dentro do PMDB, pessoas que trabalham – V. Ex<sup>a</sup> sabe – 8, 10 e até 14 horas por dia, grande parte das quais na informalidade e sem nenhuma proteção social, estão estarecidas com as monumentais quantias de dinheiro envolvidas na corrupção política.

Digo isso, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, porque acabo de visitar exatos 120 municípios goianos, onde ouvi habitantes da zona urbana e também trabalhadores rurais. Em todos esses 120 municípios goianos presenciei a indignação popular diante desse descalabro.

Assim, chego a esta Casa ciente da responsabilidade que nos cabe e com o coração pesado ao ver o perigo que corre o Brasil, Srs. Senadores, caso se desfaça o pacto social que nos mantém em relativa paz em todo o País. Digo relativa paz porque não se pode chamar de paz o clima de violência que reina nas grandes cidades e, de uns tempos para cá também, nas pequenas cidades do interior.

Mas mesmo essa paz relativa está agora ameaçada, porque a cada dia a população perde um pouco do respeito devido à autoridade, o que caracteriza uma situação de altíssimo risco social.

Para além da Constituição, para além de todas as leis estaduais e municipais, há uma lei maior não escrita. Uma lei não escrita, mas inscrita nas consciências das pessoas. Essa lei, que eu chamo de pacto social não escrito, é baseada, Sr. Presidente, no respeito de um pelo outro e no respeito de todos pelas autoridades que nos representam.

Quando os servidores públicos não têm sequer razões para respeitar seus chefes envolvidos em crimes e maracutaias... Quando o cidadão honesto tem medo da polícia, quando o empresário é achacado e chantageado para conseguir concessões ou oferecer serviços ao Governo... Não há pacto social que resista! E esse é, de longe, o maior perigo que o Brasil atravessa.

Chamo, pois, à responsabilidade todos nós, inclusive o Presidente da República, para o perigo de convulsão social neste País. Não é hora, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, de inflamar paixões. Não é hora de fazer da inauguração de uma obra pública um comício apaixonado. Os brasileiros têm todo o direito de ir às ruas, quando quiserem, para manifestar o seu pensamento. Mas num momento tão grave da história repu-

blicana, nós, representantes políticos dos cidadãos, não temos o direito de conclamar o povo para defender interesses de conquista ou permanência no poder. Aqueles que apelam para essas práticas sabem o que pretendem. Mas, seguramente, não sabem aonde isso pode levar. Estão brincando com fogo.

Mais do que nunca, é hora de trabalhar. E a mais urgente tarefa que cabe ao Parlamento brasileiro é a demonstração de que estamos empenhados em dar fim à impunidade, Senador Mão Santa. Não é pequeno o número de Parlamentares e altas autoridades envolvidas nesse escândalo, e isso nos cobre de vergonha. Mas, tenho certeza, é maior ainda o bloco daqueles que trabalham para solidificação da democracia brasileira, o que inclui a diminuição das desigualdades sociais.

E é nome da democracia que também discordo das críticas recebidas pela Presidência da República pela recente liberação de R\$1 bilhão para custeio e investimentos públicos. Pelo contrário, minha opinião é que isso já deveria ter sido feito há muito tempo.

Estudo, recentemente divulgado pelo IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, que é ligado ao Ministério do Planejamento, portanto trabalha com dados oficiais, mostra que o Brasil continua a ser o vice-campeão mundial em má distribuição de renda. Esse estudo, denominado Radar Social, nos revela que 1% dos brasileiros mais ricos têm renda equivalente à usufruída por 50% dos mais pobres. Peço a atenção das senhoras e dos senhores – e aí digo, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que a audiência que tem sido conseguida pelo País afora, por meio das CPIs, e que tem desbancado inclusive o horário das novelas, com a presunção de que outras pessoas estejam também atentas ao que se passa aqui dentro do Senado, aqui neste Plenário –, esse Programa, denominado Radar Social, é verdadeiramente um radar a nos revelar em números a dura realidade.

Tal como na época da ditadura militar, a economia vai bem, Senador Pedro Simon, mas o povo não vive tão bem assim. Por isso, ao ver os números do Radar Social, fiquei a pensar nos R\$6,5 bilhões que serão consumidos até o final do ano com o Programa Bolsa-Família. Esse é um Programa que venho acompanhando, com interesse, porque vincula ajuda social e educação. E a educação, como já se cansou de repetir neste País, é, comprovadamente, a grande estimuladora do desenvolvimento socialmente sustentado.

Já no final do primeiro ano deste Governo, começaram as críticas à falta de fiscalização dos recursos investidos nos programas sociais. O Governo, é verdade, reagiu e procurou retirar o benefício de famílias que dele não necessitavam. Mas publicamente aceitou um certo afrouxamento na cobrança da contrapartida social.

Em nome de uma falsa piedade social, defendeu-se a não-retirada do benefício da Bolsa-Família daqueles que não cumpriam com o dever de manter os filhos na escola. Ou seja, essa “compreensão” política da miséria considera correto investir recursos públicos para a manutenção dessa miséria. Porque, sem escola, não há educação. E sem educação não há desenvolvimento político, econômico e social. Os brasileiros não podem e nem devem pagar para que crianças fiquem fora da escola. Quanto mais educados e esclarecidos, mais capazes seremos, os brasileiros, de afirmar os nossos direitos e cumprir com os nossos deveres.

Mas voltemos ao Radar Social, que é tão esclarecedor. Nas suas conclusões, diz o estudo citado que são três os maiores desafios para a diminuição das desigualdades sociais: ampliação do mercado de trabalho, diminuição da informalidade, melhoria da renda do trabalhador. Por isso, eu aprovo, sim, a liberação de recursos para custeio e investimentos, que hão de movimentar a economia, melhorar o aparelhamento da segurança pública e da fiscalização de impostos, renovar aeroportos e outros investimentos de grande significação. Mas não apóio, com a mesma ênfase, que boa parte desse dinheiro – R\$45 milhões – sejam geridos diretamente pela Presidência da República em Programas como o Pró-Jovem, entre outros. No momento, a lei assim o determina. Que seja cumprido!

Mas está na hora desta República se tornar verdadeiramente republicana. A concentração de poderes e de recursos na Presidência da República é um entulho autoritário que nós, Parlamentares, temos de enfrentar.

Mas, para isso, temos que mostrar, com toda a clareza que o Parlamento brasileiro é digno do voto que recebeu dos cidadãos. Para isso, temos que trabalhar com urgência a reforma política, mãe de todas as outras reformas. E, paralelamente, temos de garantir a punição de todo aquele que seja culpado, garantindo plenamente o direito de defesa; logicamente, que seja cobrado de cada um a responsabilidade por aquilo que fez.

Ansiosa por colaborar para o debate e a realização da reforma política – em 2003, Senador Mão Santa, Senador Pedro Simon e demais Parlamentares aqui presentes, foi o meu segundo discurso, o primeiro foi o de estréia e, no segundo, defendi a reforma política –, quero fazer uma sugestão. Que, juntamente com outras limitações impostas aos governantes no período eleitoral, imponha-se também a proibição de cadastramento de pessoas a serem beneficiadas com programas sociais.

No início desta fala, referi-me à escuta direta da população que venho fazendo pelos Municípios de

Goiás. Em todos os 120 Municípios, por onde estive, em todos, sem exceção, ouvi queixas de cidadãos que havia sido cadastrados para receberem programas sociais às vésperas dos períodos eleitorais. Pessoas saem de suas casas, enfrentam filas, apresentam documentos e têm seus nomes aprovados para o recebimento de ajuda. Passadas as eleições, a conversa é outra, não se fala mais no assunto. Ou então, muitos dos anteriormente aprovados são retirados da lista dos recebedores. Esse e outros procedimentos políticos são altamente reprovados pelo eleitor, mas nem por isso, aquele que precisa deixa de ir à fila para viver, mais uma vez, uma desilusão. Essas práticas políticas maliciosas desgastam a imagem do político e da autoridade. Por isso, não tenho dúvida nenhuma, precisam ser banidas, antes que a falta de respeito pela autoridade nos leve a uma grave convulsão social.

Recentemente, os meios de comunicação têm sido bombardeados com os bons resultados da economia brasileira. Pela primeira vez, os bancos foram superados em matéria de lucro por empresas dedicadas à produção, entre elas a Petrobras. Essas são, verdadeiramente, boas notícias, que precisam ser complementadas também por notícias boas na área política, ou tudo periga, tudo pode desandar.

Aos que participam das Comissões Parlamentares de Inquérito, aos responsáveis pelos inquéritos policiais e àqueles que, no Judiciário, terão o dever de julgar cabe a responsabilidade de combater a impunidade, seja de quem for. A nós todos cabe a responsabilidade de sustentar politicamente o fim da impunidade, mas também a de continuar o trabalho de cada dia, que inclui a urgente reforma política, que nos vai garantir mais um passo importante na conquista da democracia.

Já fui, antes e depois das eleições, uma apoiadora deste Governo. Hoje, já não estou contra nem a favor. Estou atenta. Apóio com alegria as boas conquistas.

E, mais do que nunca, estou disposta a combater todo e qualquer uso abusivo da autoridade.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, retorno a esta Casa com o sentimento de muita responsabilidade. Ouvi, antes de chegar aqui, de uma jornalista que me entrevistava, a seguinte pergunta: mas a senhora não tem medo? Respondi-lhe: venho de uma longa caminhada, ainda jovem, combatendo o estado de exceção, lutando pela retomada das eleições diretas, passando por momentos de dificuldades em que meu marido teve seu mandato cassado. E não seria agora, Senador Pedro Simon, companheiro de longas jornadas, Senador Mão Santa, que me sentiria intimidada.

O bom político, Sr. Presidente, não escolhe a hora, vai. É por isso que aqui estou.

Obrigada a todos.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senadora, V. Ex<sup>a</sup> ainda tem cinco minutos. O Senadores Pedro Simon, Mão Santa e Garibaldi Alves Filho, todos quem saudá-la.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Com o maior prazer. Fico extremamente honrada, ao perceber que, com meu discurso, provoqueei o aparte de ilustres Senadores. Tenho certeza de que todos gostariam de ouvir V. Ex<sup>as</sup>.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Primeiro, o Senador Pedro Simon, por questão hierárquica.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Senador Pedro Simon, por favor.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – É com muita alegria que recebemos V. Ex<sup>a</sup> de volta hoje. O mesmo brilho, parece mentira, e ainda mais bonita.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Obrigada, Senador.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Essa jornalista que perguntou se V. Ex<sup>a</sup> não tinha medo deve ser muito nova não deve conhecer a política do nosso País. Uma jornalista com experiência conhece a sua luta, a sua garra, o trabalho que V. Ex<sup>a</sup> fez não apenas como Primeira-Dama da Prefeitura ou do Governo do Estado em mais de uma oportunidade, mas no plano social, no atendimento à criança, na preocupação com a questão da moradia. A plataforma sua e do Governador Iris Rezende\* foi qualquer coisa de extraordinário; marcou presença e época pelo que significou. Mas sei – o Senador Maguito Vilela me falou – que V. Ex<sup>a</sup> está em campanha para vir em definitivo para esta Casa, candidatando-se ao Senado na próxima eleição – ele, Maguito Vilela, para Governador, e V. Ex<sup>a</sup>, para o Senado. Dizia-me que o que está fazendo a diferença e é muito positivo é a comparação entre o que o atual Prefeito está fazendo, nesse ano e meio de mandato, e os oito anos de administração do Governo de Estado anterior. Depois de muito tempo, do PMDB, com Iris Rezende e Maguito Vilela no Governo do Estado de Goiás, lá está outro partido. Mas, na eleição do ano que vem, vai-se fazer a comparação. O que fomos nós na Prefeitura e no Governo, e o que são eles. Disse ao Senador Maguito: Mas para você é mais fácil, porque a Senadora Iris vai enfrentar o Governador. Ele disse: olha, Pedro Simon, a vitória dela é mais fácil do que a minha, porque há quase unanimidade no sentimento de que o lugar é dela. Então, vi um pronunciamento oportuno, competente, em que V. Ex<sup>a</sup> parece ter feito uma análise deste ano, da sua última vinda.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – V. Ex<sup>a</sup> tem mais dois minutos.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – É uma demonstração – não tenho nenhuma dúvida – de que, dentro de pouco tempo, teremos aqui uma extraordinária Senadora, que honrará ainda mais Goiás e o Brasil. É uma alegria muito grande tê-la ao nosso lado, nossa querida Senadora Iris.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Agradeço ao Senador Pedro Simon as gentis palavras, que abrilhantam, neste momento, meu primeiro pronunciamento.

Passo a palavra ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senadora Iris, faço minhas as palavras de Pedro Simon, que disse que V. Ex<sup>a</sup> está mais bonita, mas isso tudo é compreensível. Eu a acompanhei, quando candidata a Vice-Presidente, votei em V. Ex<sup>a</sup>, que está mais jovem. Isto é complexo: como ficou mais jovem e bonita? Mas quero dizer o que significa a presença de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> é evangélica e é mulher. É a presença da mulher na política. Precisamos da candidata. Creio que foi Deus que a colocou, porque, ao longo da história da humanidade, a mulher tem sido mais correta, mais decente, mais honrada, mais honesta e mais legítima. Em respeito a V. Ex<sup>a</sup>, que é evangélica, entendemos que o maior drama da humanidade foi a crucificação de Cristo. Uma reflexão: todos os homens falharam. Anãs\*, Caifás\*, o pai dele, José, Pedro. Todos os homens falharam. Lá estava Verônica, enxugando o rosto, as três Marias... E V. Ex<sup>a</sup> representa tão bem, neste momento de dificuldade política, como herança da história de Cristo, essa dignidade e fortaleza que a mulher traz. Precisamos de pureza e firmeza na política do Brasil.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Agradeço o aparte do Senador Mão Santa e devo dizer que S. Ex<sup>a</sup> cumpre as ameaças que faz. S. Ex<sup>a</sup> havia ameaçado, há pouco, que dizer que eu estava mais bonita agora.

Quero dizer àqueles que não nos conhecem que a nossa vivência nos dá essa liberdade, porque somos companheiros de longa data.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – A Sr<sup>a</sup> empata com a Adalgisa.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Eu disse isso a ele.

Obrigada, Senador Mão Santa.

Senador Leonel Pavan, também gostaria de ouvir V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Senadora Iris, quando a vi hoje, fiquei muito feliz, porque vimos o quanto V. Ex<sup>a</sup> foi importante para o Congresso e para o Brasil no período em que aqui esteve. Foi Prefeito de Balneário Camboriú por três vezes, e uma das minhas maiores propostas, um dos meus maio-

res compromissos foi com o social. Quando investia no social, dizia aos empresários que era para fortalecer o turismo. Muitos não entendiam isso. Eu dizia: Olha, o turista só gosta da cidade, se nela encontrar um povo feliz. E um povo feliz tem educação, saúde, saneamento, habitação, qualidade de vida, e um sorriso estampado no seu rosto. Investi muito no social e, com isso, no turismo daquela cidade.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Sabemos do seu trabalho, da sua luta, justamente na área social. Quando a vi hoje, disse: bom, temos mais um reforço para defendermos a maioria do povo brasileiro, que é um povo sofrido; para defendermos os projetos e os investimentos no social, coisa que este Governo, infelizmente, não vem fazendo. Com V. Ex<sup>a</sup> aqui, vamos sair mais fortalecidos, estaremos mais fortes para lutar pelo povo humilde, trabalhador e que carece hoje de projetos sociais. Parabéns pela sua volta. Estamos felizes.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Agradeço as gentis palavras do nobre Senador Leonel Pavan. Concordo com tudo o que V. Ex<sup>a</sup> colocou, uma vez que, dentro do meu pronunciamento, a análise foi exatamente nessa direção.

Eu gostaria de ouvir o nobre Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senadora Iris de Araújo, não tive o privilégio de conviver com V. Ex<sup>a</sup> no seu mandato nesta Casa, mas quero saudar o seu retorno a esta Casa, ao convívio dos seus Pares, em substituição ao nobre Senador Maguito Vilela. O primeiro objetivo do meu aparte, tão generosamente concedido por V. Ex<sup>a</sup>, era fazer essa saudação inicial ao seu retorno e, depois, dizer que concordo plenamente com o texto do seu pronunciamento, principalmente na parte em que tão bem expõe a questão do aparelhamento do Estado pela pobreza, que é aquela manutenção. Não somos contra o atendimento emergencial dos mais necessitados. No entanto, é necessário que, ao mesmo tempo em que se faz esse atendimento emergencial, o Governo invista na geração de emprego e renda, para que aqueles que hoje são necessitados possam dar uma sobrevivência digna a suas famílias. Compartilho do seu pensamento. Farei também um pronunciamento nesse sentido, relacionado à entrevista das páginas amarelas da **Veja** da semana passada. O economista queniano James Shikvati\* fez uma referência a esse fato, lamentando e pedindo que os países do Primeiro Mundo não continuem mandando recursos, subsídios, de 50 bilhões – como querem mandar este ano para a África. Entende que,

com isso, estão fazendo a manutenção da pobreza. É preciso que os pobres da África também tenham condições, por meio de investimentos, de gerar emprego e renda; que, na seqüência, possam ter um emprego para, com dignidade, manterem suas famílias. Parabéns pelo seu pronunciamento.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Agradeço o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e o prazer de conhecê-lo.

Gostaria de terminar minhas palavras fazendo uma pequena reflexão e dando continuidade ao que foi dito pelo Senador Flexa Ribeiro. Creio, sim, que os programas sociais são importantes, mas não podemos permitir – e é aí que chamo a atenção de V. Ex<sup>as</sup> – que esses programas sejam utilizados como forma de ganho político.

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Isso é inadmissível no momento em que se discute o País em termos de moralização, do que está acontecendo neste País, no mundo político, ou lá fora. Quando se fala em mensalão – escrevi um artigo recentemente e o distribuí até para os Senadores do meu Partido – e “mensalinhos”, trata-se de uma prática que já existe há muito tempo. Agora, porém, as vísceras dessa prática – desculpem-me a palavra – indecente estão sendo colocadas aos olhos a Nação.

Registro a consciência nacional que se formou em termos da fiscalização e do acompanhamento do trabalho político não só do Senado, mas da Câmara em todos os momentos. Nunca tivemos notícia de que o Brasil estivesse tão atento ao mundo político. Costumo dizer que o grande horário eleitoral não está sendo desligado, como se faz na época das eleições.

Eu gostaria de terminar minhas palavras, mas antes quero conceder um aparte, com o maior prazer, ao nosso Senador Romero Jucá.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Senadora Iris de Araújo, pedi este aparte por três motivos distintos que se complementam. Primeiro, para registrar quão aquinhoado é o Estado de Goiás de ter o Senador Maguito Vilela como seu representante nesta Casa e, quando S. Ex<sup>a</sup> tira uma licença, termos a condição, a categoria e a importância de receber novamente uma Senadora do quilate de V. Ex<sup>a</sup>, que já tem uma história nesta Casa. Sem dúvida alguma, será um pilar importante na construção do debate social que V. Ex<sup>a</sup> mencionou aqui. Registro ainda que é importante o acompanhamento dessa questão social, e hoje votamos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma legislação eleitoral que visa a proteger os programas sociais, mas evitar também que esses pro-



gramas sejam instrumento da compra de voto. Na verdade, os programas sociais têm de ser algo libertador, e não algo que vá levar à prisão e à desmobilização da sociedade. Então, tenho certeza de que, com sua competência, seu brilho, sua experiência, nos meses em que vai abrilhantar a Bancada do PMDB, teremos muitas oportunidades de discutir e procurar caminhos importantes para que a sociedade brasileira seja cada vez mais respeitada, reerguendo-se e construindo a cidadania que todos almejamos. Bem-vinda à Casa! É um prazer recebê-la de volta.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Agradeço, eminente Senador. Suas palavras só podem acrescentar o que acabei de dizer.

Para terminar realmente, estaremos todos aqui...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – ...prolongando esse debate que considero importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Mais um minuto.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Mais um minuto para conceder um aparte ao eminente Senador Garibaldi Alves Filho.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Senadora Iris de Araújo, serei breve pelas contingências do momento. A Presidência já está fazendo um apelo a V. Ex<sup>a</sup> no sentido de encerrar seu brilhante pronunciamento. Manifesto minha satisfação por estar aqui e ver que V. Ex<sup>a</sup> vai-nos dar novamente uma grande contribuição na tribuna da Assembléia, nas comissões, onde V. Ex<sup>a</sup> estiver presente. V. Ex<sup>a</sup> chega a esta Casa num momento difícil, crítico, mas, com pessoas valiosas como V. Ex<sup>a</sup>, com Parlamentares do seu quilate, saberemos enfrentar esta crise e encontrar soluções. Muito obrigado.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Agradeço, sensibilizada...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – ...ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, Governador do seu Estado por duas vezes. S. Ex<sup>a</sup> só contribuiu para o engrandecimento do nosso País.

Muito obrigado a todos pela oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Ribamar Fiquene. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao eminente Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Prouncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a dimensão histórica dessa crise pode ser medida, não só pelos volumes financeiros envolvidos, que temos presen-

ciado a cada momento, mas, talvez, pela omissão de órgãos que deveriam estar fiscalizando, agindo e não estão; e, sobretudo, pela reputação dos envolvidos, pela quantidade de baixas que já provocou tanto no Governo quanto na sua base de apoio, incluindo-se aí vários dirigentes de estatais, deputados, enfim.

Na verdade, essas comissões parlamentares mistas de inquérito estão cumprindo seu papel. Devem cumprir o seu papel constitucional de investigar e esclarecer essa rede de corrupção e de identificar todos, absolutamente todos os envolvidos, para que as autoridades competentes apliquem penas duras, não apenas colocando na cadeia quem lá mereça está, mas, sobretudo, sobre o patrimônio dos culpados, retornando ao Erário os recursos que tenham sido desviados.

Sobre a devolução de recursos públicos que tenham sido desviados, quero fazer desta tribuna algumas considerações para o povo brasileiro. Trata-se de considerações de extrema importância, razão pela qual as assinaei hoje, de forma veemente, indignada mesmo, na Comissão Parlamentar Mista do Mensalão, da qual sou membro titular, durante o depoimento do tesoureiro, ou ex-tesoureiro, do Partido dos Trabalhadores, o Sr. Delúbio Soares.

Em primeiro lugar, é flagrante a estratégia da maioria das pessoas que vêm depor, do Governo, de não serem objetivas nas respostas; ao contrário: alongam as respostas e divagam para que a reunião flua sem que se chegue ao essencial. O pior – e isso é de se lamentar –, é que, por vezes, a Comissão entra no jogo do depoente, deixando-se levar por discussões paralelas que nada acrescentam, perdendo o foco da investigação e dando ao delinqüente o benefício do esgotamento do tempo das perguntas.

Quero dizer, como disse hoje na CPMI, que já é hora de acabar com a denominação “dinheiro não-contabilizado” – essa foi a primeira colocação que fiz quando o Sr. Delúbio Soares começou a falar de recursos não-contabilizados. Chamo a atenção para o seguinte: está S. S<sup>a</sup>, a rigor, se referindo a caixa dois, é dinheiro por fora, e é preciso que seja tratado dessa forma e não com o nome pomposo de “dinheiro não-contabilizado”. Caixa dois é caixa dois e vai ser caixa dois, dinheiro por fora, para o resto da vida.

Também não concordei com outra declaração do Sr. Delúbio Soares. S. S<sup>a</sup> assinalou que não está envolvido nenhum tipo de recurso público em toda essa questão. Eu afirmei que está e demonstrei por quê. Demonstrei que essa não era apenas uma opinião, mas dedução a partir daquilo que está estampado em jornais.

Fala-se, por exemplo, dos empréstimos do Partido dos Trabalhadores junto ao Banco do Brasil. Está aqui o jornal **O Globo**, 16 de agosto, terça-feira, que diz o seguinte: “BB agora se prepara para o calote do PT”. Aqui informam que uma operação do Partido dos Trabalhadores com o Banco do Brasil foi lançada em “Créditos em Liquidação” – isso, no jargão técnico, significa que foi lançada em prejuízo. O Banco do Brasil contabilizou como prejuízo uma operação de R\$ 3 milhões, e, contabilizando como prejuízo, quem perde são seus acionistas, que são, no fundo, todo o povo brasileiro, porque é o Tesouro Nacional o principal acionista do Banco do Brasil.

Além disso, o Banco do Brasil já provisionou recursos – e aí calculo cerca de R\$ 6 milhões – para compensar uma outra operação, uma operação de *leasing* de computadores, o que não é usualmente feito, porque o computador é um bem que, do ponto de vista tecnológico, deprecia-se rapidamente e, por isso, não deve ser objeto de operação de *leasing* – são mais cerca de R\$ 6 milhões lançados em “Créditos em Liquidação”. Se somarmos esses valores, teremos R\$10 milhões lançados a prejuízo, contra o Tesouro Nacional e a favor do PT, o que não me parece, absolutamente, ser razoável, ser lógico. Sobretudo, não me parece justo que, num país onde tanta gente tem tanta necessidade, seja o partido que ocupa o governo beneficiado com esse tipo de recurso. Repito: isso não é justo nem é devido. Desminto, portanto, o Sr. Delúbio Soares quando diz que não há recursos públicos envolvidos. Há, e eu provo neste momento que esses recursos estão envolvidos nessas operações.

É difícil entender como os bancos aceitaram fazer essas operações, que foram feitas também com as empresas de Marcos Valério, com o PT. É difícil entendê-las principalmente quando se tem em mente que elas representam hoje, a preços de hoje, cerca de R\$100 milhões – originariamente, eram de R\$50, R\$55 milhões e hoje são R\$100 milhões. Essas operações foram feitas sem nenhum tipo de garantia, o que leva a supor que alguma coisa diferente aconteceu com essas operações, Senador Mão Santa, porque ninguém empresta R\$100 milhões simplesmente no aval. É impossível isso, mesmo porque as regras do Banco Central não permitem que assim se proceda. Se o Banco Central estivesse mais atento, dificilmente essas operações teriam sido feitas.

Eu suponho até que exista uma triangulação com recursos do exterior, com recursos que venham do exterior, recursos que tenham sido aplicados no exterior em títulos lá fora para que garantissem essas operações aqui, porque, de outra forma, não há como entender que essas operações pudessem ter sido feitas.

O Manual de Normas e Instruções do Banco Central é muito claro em relação à proibição dessas operações triangulares. Quanto à insuficiência de garantias, da mesma forma. Quer dizer, não é possível que essas operações sejam feitas sem a constituição de garantias. E mais: não se pode esquecer que elas foram, como foi no caso da operação do PT, já lançadas em “Créditos em Liquidação”, ou seja, lançadas em prejuízo, prejuízo do povo – é prejuízo lançado no Banco do Brasil mas em prejuízo do povo.

Há um outro ponto que é importante. Ao lançar essas operações do Partido dos Trabalhadores em prejuízo, o Banco do Brasil, no dia seguinte, na mesma hora ou simultaneamente, tinha a obrigação moral, ética e legal de executar o Partido dos Trabalhadores, executar judicialmente, protestar judicialmente contra a inadimplência, executando os bens de propriedade do Partido dos Trabalhadores. Acho que isso também não foi feito.

Diante dessas dúvidas todas, eu apresentei hoje um requerimento à Comissão do Mensalão, pedindo ao Banco Central esses esclarecimentos, pedindo que deixe muito claro o que está havendo. É importante que possamos entender todo esse processo de mensalão, todo esse processo de corrupção, e só vamos conseguir isso se conseguirmos fechar as duas pontas, a ponta dos créditos com a ponta dos débitos. E você só pode fazer isso se, efetivamente, levantar todas essas operações que foram feitas e sair atrás de todas elas.

Espero ver respondidos os oito itens do requerimento que encaminhei à Comissão questionando todos os aspectos dessas operações. Não vejo como possível outra forma de operar a não ser com absoluta transparência.

Concedo, com muita satisfação, aparte ao Senador Edison Lobão.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Senador Rodolpho Tourinho, quando o assunto é exposto por V. Ex<sup>a</sup>, eu não preciso examinar dados para ter a segurança de que a questão está sendo tratada sob o aspecto da responsabilidade. V. Ex<sup>a</sup> é um dos Senadores mais seguros, mais firmes e mais cuidadosos no trato de questões que dizem respeito ao interesse nacional. Não ouvi o início de sua fala e não sei se as dúvidas que levanta dizem respeito à atual administração do Banco do Brasil ou a administrações anteriores...

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Questiono mais a posição do Banco Central. Acho que o Banco do Brasil está cumprindo hoje o que tinha de cumprir, que era lançar em “Créditos em Liquidação”, no entanto, ao fazer isso, teria que ter partido para executar o Partido dos Trabalhadores. Ao lançar em

“Créditos em Liquidação”, ao lançar em prejuízo, tem de executar.

Além disso, não acho que seja da boa técnica bancária se conceder operação de *leasing* de longo prazo, sobretudo para computadores, como não considero boa técnica bancária se conceder operações de crédito para times de futebol, partidos políticos, igrejas, hospitais, porque dentro da boa técnica bancária sempre foram considerados, ao longo da vida dos bancos, difíceis de serem cobrados ou, às vezes, impossível, e acabaria fazendo um mal àquela instituição.

O meu questionamento é mais no sentido, Senador Edison Lobão, do próprio Banco Central e da boa técnica no Banco do Brasil.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Bom, entendi bem. Sucede o seguinte. O que quero dizer é que o Banco do Brasil está sendo dirigido hoje por uma equipe de profissionais, liderada esta equipe pelo Dr. Rossano Maranhão, que é meu conterrâneo. Trata-se de um antigo servidor do Banco do Brasil, que foi vice-Presidente por muitos anos, e, agora, assumiu a Presidência do Banco. É um profissional da melhor categoria e da maior responsabilidade e respeitabilidade, o Dr. Rossano Maranhão. Ele, com o seu modo de dirigir o Banco do Brasil, já conseguiu inclusive um feito extraordinário para o Tesouro Nacional, ao qual V. Ex<sup>a</sup> se refere, e para os acionistas privados. Mas como realmente o Tesouro Nacional é o maior acionista, vamos considerar que assim seja. O Banco do Brasil nesse semestre já apresentou um lucro recorde de R\$2 bilhões. Isso exatamente em razão da administração eficiente, criteriosa e séria que se exerce ali. Mas estou convencido de que o requerimento de informações de V. Ex<sup>a</sup> haverá de trazer uma luz mais ampla a essa dúvida que surge, não apenas na cabeça de V. Ex<sup>a</sup>, mas seguramente na mente de muitos outros Srs. Senadores. V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, trilha o caminho do interesse público e da melhor causa nacional. Mas estou convencido de que, do ponto de vista do Banco do Brasil, o Dr. Rossano Maranhão terá sempre uma explicação convincente, porque calcada na realidade, de tudo o quanto se faz nessa gestão do Banco do Brasil. Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Senador Edison Lobão, é até bom que V. Ex<sup>a</sup> tenha feito a pergunta, porque no começo, quando falei, V. Ex<sup>a</sup> não estava presente. Em hora nenhuma fiz crítica ao Banco do Brasil. Nem ao Sr. Rossano. O meu requerimento refere-se aos R\$55 milhões de operações, hoje R\$100 milhões, das empresas de Marcos Valério com bancos privados. Não tem nada a ver com o Banco do Brasil. Absolutamente nada.

Hoje, fui contra a posição do Sr. Delúbio Soares ao não querer chamar caixa dois de caixa dois. E, depois, ao dizer que não havia recursos públicos envolvidos. Mostrei que havia, porque o Banco do Brasil acertadamente, lançou em prejuízo. O Banco do Brasil fez o que tinha de fazer. Então, quero deixar claro que, em momento nenhum, o que falei hoje na CPI e o que estou falando agora aqui é um ataque ao Banco do Brasil – e nem tenho porquê –, ao Sr. Rossano e a ninguém do Banco do Brasil. Sei que o Banco do Brasil agiu corretamente ao fazer o lançamento, antecipando-se, inclusive. Ele podia até não ter feito ainda, mas se antecipou e fez. Então, só tenho elogios a fazer para o Banco do Brasil. Em hora nenhuma eu toquei nesse assunto. Quero deixar muito claro, mesmo porque admiro muito toda a estrutura do Banco do Brasil, tenho enorme respeito por ela, e não houve nenhuma intenção, nem falei nada sobre o Banco do Brasil.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Fico muito contente em ouvir essas implicações finais de V. Ex<sup>a</sup>. Aliás, tinha dito no começo da minha intervenção – e, espero, tenha sido breve – que aquilo que diz V. Ex<sup>a</sup> eu assino embaixo pelos critérios com que V. Ex<sup>a</sup> sempre pauta os seus pronunciamentos, dos cuidados e da responsabilidade. Mas fico alegre por ver os encômios de V. Ex<sup>a</sup> também à atual administração do Banco do Brasil, que é liderada pelo Dr. Rossano Maranhão. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Não tenho dúvida. Repito que o meu questionamento é em relação a operações de mercado das empresas do Sr. Marcos Valério, sem garantias e com valores altíssimos. Aí sim é que temos, efetivamente, que contestar e buscar as razões disso.

Mas, enfim, o que quero deixar muito claro é que ou juntamos todas essas pontas, do débito e do crédito, das entradas e saídas, ou dificilmente vamos obter resultados satisfatórios, porque entendo que não adianta ficarmos eternamente fazendo reuniões, inquirindo pessoas sem chegar a um objetivo final. Penso que, neste momento, temos de conduzir todas as nossas ações dentro de um foco, buscando os culpados, buscando punir os culpados, porque esse é o dever do Senado Federal. E é o que toda a população brasileira espera que cumpramos e que tenho absoluta convicção de que cumprimos.

Sr. Presidente, muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Rodolpho Tourinho, o Sr. Ribamar Fiquene, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*



**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador Leonel Pavan, pela Liderança do PSDB.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Nobre Senador e Presidente Mão Santa, quero dizer que, para mim, é uma honra usar esta tribuna com V. Ex<sup>a</sup> presidindo, até por que o nosso Estado de Santa Catarina, como todo o Brasil, admira-o muito pelo seu trabalho e pela forma corajosa com que desempenha o seu mandato. Então, para mim, é uma alegria enorme usar a tribuna enquanto V. Ex<sup>a</sup> preside.

Quero colocar aos nobres companheiros que hoje, pela manhã, estivemos no Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, falando com o nosso querido catarinense, do Município de Concórdia, o nosso Ministro Luiz Fernando Furlan\*.

O Ministro Luiz Fernando Furlan disse-me que já está veterano no cargo porque se mudaram muitos Ministros e ele permanece no cargo. Permanece pela sua competência e, acima de tudo, por honrar o seu mandato como Ministro e orgulha os catarinenses, orgulha o povo de Concórdia, lado oeste de Santa Catarina.

Fomos falar com ele, juntamente com os Deputados Paulo Bauer, Carlito Merz, Paulo Afonso e Fernando Coruja que comandam, hoje, a Bancada de Santa Catarina. Falamos com o Ministro sobre a questão dos moveleiros, principalmente de Santa Catarina. É claro que há inúmeras indústrias no País, mas quero me referir ao meu Estado, Santa Catarina, e àqueles que estão no oeste de Santa Catarina, esquecidos dos Governos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a robustez econômica do Estado de Santa Catarina depende, em larga medida, dos médios e pequenos empreendimentos da classe produtora local. Nesse sentido, não se pode cruzar os braços quando se verifica que o setor moveleiro catarinense denuncia atravessar uma crise comercial de graves contornos. A gravidade do quadro empresarial, de tão incisiva, leva o setor a clamar aos políticos por assistência e apoio.

Na verdade, segundo a Associação dos Moveleiros do Oeste ou de toda a Santa Catarina, a situação é tão problemática que exige uma intervenção urgente mais efetiva do Governo Federal. Isso se justifica na medida em que os fatores responsáveis pela depressão dos negócios guardam proximidade causal muito expressiva com as diretrizes macroeconômicas ditadas pelo Governo Federal.

Sem dúvida, o impacto da austeridade macroeconômica tem imposto um severo e injusto fardo financeiro e comercial aos moveleiros. Se procedermos a uma

análise mais detalhada sobre a planilha dos preços e da inflação do período compreendido entre maio de 2002 e maio de 2005, constataremos que o aumento dos principais itens da cesta de custos é espantoso.

Para ter uma ligeira idéia do assombro, vale registrar que o preço da madeira, por exemplo, teve um reajuste acumulado de 66%, ao passo que o INPC do mesmo período mal atingiu a faixa dos 33%. Isso para não mencionar o estrondoso aumento de 83% no valor dos fretes para a Europa, e de 73% para os Estados Unidos.

Não por acaso, num levantamento recente, a maioria das empresas moveleiras consultadas declarou a redução nas vendas em relação a 2004. Em alguns casos, os números chegam a uma dimensão assustadora, com a queda nas vendas na faixa dos 40%! Disso resulta a inclinação do setor para apelar à concessão de férias coletivas, folgas e outros artifícios mais drásticos, como é o caso das demissões em massa.

Nós poderíamos dizer, Senador Mão Santa, que todo o setor moveleiro está preocupado. Mais do que acompanhar a paulatina redução do poder de compra do consumidor – objeto de não somenos relevância para o mercado interno –, a entidade associativa entende que a depreciação do dólar tem influenciado negativamente nas atividades exportadoras.

Poderíamos dizer, Sr. Presidente, que, diante da falta de políticas para o setor moveleiro, diante da falta de investimentos no setor e de reconhecimento dessa atividade, pela importância que tem para Santa Catarina e para o Brasil, o setor moveleiro está prestes a tomar uma posição dura e drástica.

A associação dos moveleiros do Oeste de Santa Catarina reivindica, para não tomar nenhuma posição pública ou fazer algum movimento em Brasília, conforme documento amplamente distribuído, que o Executivo se sensibilize com a dramática realidade não somente de quem vende no mercado interno, mas sobretudo de quem exporta.

Queria dizer ao nobre Senador Flexa Ribeiro, que também sabe da importância do setor em Belém do Pará – porque lá lida-se muito com madeira –, que, desse modo, sugerem os moveleiros que os incentivos fiscais estaduais e federais sejam viabilizados para o setor, sem que, com isso, comprometam-se recursos que previamente seriam destinados à indispensável modernização da infra-estrutura nacional.

Sr. Presidente, estou resumindo este pronunciamento. Depois, vou entregá-lo para que seja integralmente publicado nos Anais desta Casa para que possamos, certamente, usá-lo quando necessário, já que foi feito com a assessoria de uma comissão técnica, tendo muitos dados e pesquisas que não gostaria de



citar, até porque gostaria de dividir o meu tempo com os demais Senadores.

Mas é importante dizer que o endosso absoluto às reivindicações da Associação, com a convicção de que a economia de Santa Catarina não pode ser o bode expiatório de um projeto econômico excludente e estagnante. O protesto dos moveleiros deve ser interpretado como um alerta às autoridades econômicas, na expectativa de que uma mudança na política cambial seja, de imediato, adotada.

Sr. Presidente, entrego meu pronunciamento para que seja integralmente registrado nos Anais desta Casa.

Concedo um aparte ao nobre Senador Flexa Ribeiro, para que S. Ex<sup>a</sup> possa expressar o seu amplo conhecimento sobre o sofrimento dos empresários dessa atividade.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Nobre Senador Leonel Pavan, quero agradecer a V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade que me concede de participar de seu pronunciamento, tão oportuno. Trata-se de um momento em que o setor industrial exportador brasileiro sofre, como V. Ex<sup>a</sup> bem colocou, a super valorização do real. É necessário que haja uma medida do Governo em socorro, principalmente, Senador Leonel Pavan, de uma questão de ponta do setor moveleiro, do setor madeireiro, que sofre em nossa região, em nosso Estado – deve, também, estar sofrendo no sul do País –, pela dificuldades de acessar a matéria-prima necessária para a continuidade da atividade. No Pará, já temos um estado de calamidade pública pela inanição dos órgãos competentes do Governo, Incra e Ibama, no sentido de atenderem os projetos de manejo florestal que fornecem insumos necessários para a cadeia produtiva da madeira. Quero, como disse, associar-me ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, principalmente no que diz respeito ao setor moveleiro, que está na ponta. Todo o setor produtivo nacional busca atingir esse estágio, agregando valor a nossas matérias-primas para exportação. Quero parabenizá-lo por sua atuação em defesa do Estado de Santa Catarina, V. Ex<sup>a</sup> que foi prefeito por três mandatos de Balneário Camboriú. Tive oportunidade de, ao visitá-lo, confirmar a aceitação quase que unânime do povo de Santa Catarina pelo trabalho de V. Ex<sup>a</sup> em defesa daquele Estado. E tenho certeza absoluta de que, em futuro próximo, Santa Catarina terá V. Ex<sup>a</sup> como seu Governador. Obrigado pelo aparte, Senador.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Agradeço ao nobre Senador Flexa Ribeiro, uma das maiores autoridades deste Senado e que orgulha seu Estado, o Pará.

Como falei, Senador Flexa Ribeiro, tenho alguns dados, pesquisas, pois a assessoria do Senado fez um estudo muito profundo desse setor, constando, inclusive,

a opinião de alguns empresários. Porém, por ser um pronunciamento muito extenso, não o lerei na íntegra, mas vou deixá-lo registrado nos Anais do Senado.

Mas, para finalizar meu discurso, não poderia deixar, nobre Presidente Mão Santa, de registrar alguns dados referentes ao que está ocorrendo em âmbito nacional e principalmente nas CPMLs.

Todos os Senadores, independente de cores partidárias, sempre têm usado a tribuna chamando a atenção do Governo referente aos desmandos...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Leonel Pavan, peço permissão para interrompê-lo, porque regimentalmente esta sessão termina agora às 18h30 e vou prorrogá-la por mais meia hora, tempo necessário para que V. Ex<sup>a</sup> conclua seu pronunciamento e possamos ouvir ainda os oradores inscritos e que o Brasil quer ouvir.

Estão inscritos ainda os Senadores Pedro Simon, Alberto Silva, Ribamar Fiquene.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – E Flexa Ribeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – RO) – O Senador Flexa Ribeiro já aparteu e creio que está satisfeito. Falta também o Senador Garibaldi Alves Filho. Então, peço a compreensão e o espírito sintético de todos os senhores para dividirmos o tempo.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Tenho certeza de que teremos tempo para todos os Senadores. Sr. Presidente, Senador Mão Santa, a intervenção que V. Ex<sup>a</sup> fez agora, embora importante, gastou dois minutos do meu tempo e, por isso, solicito apenas que os desconte do meu tempo.

Gostaria de deixar registrado à população brasileira, que está apreensiva, preocupada, frustrada, indignada, que tenha certeza de uma coisa: nós, Senadores, estamos fiscalizando não apenas aqui no plenário, mas principalmente nas CPMLs, e vamos honrar o nosso mandato. Certamente, as CPIs enviarão às Comissões de Ética o nome de todos os Parlamentares envolvidos nesse mar de lama.

Não é possível, não poderemos conceber e não vamos aceitar, de forma nenhuma, que tudo isso termine em nada. A população brasileira está esperando punições.

Hoje, pela manhã, ouvimos na CPML, mais uma vez, o tesoureiro do PT, Sr. Delúbio Soares. Quando nós perguntávamos ao Delúbio se ele era amigo do Presidente Lula, ele se esquivava e não dizia; não queria dizer se era amigo ou inimigo. Será que ele estava comprometendo o Presidente? Será que o Presidente o comprometia?

Achamos muito estranho para...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, vou concluir..

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB–PI) – Senador Leonel Pavam, as palavras se vão no vento e as obras ficam no coração. V. Ex<sup>a</sup> é um político muito feliz porque já fez muitas obras em Santa Catarina, na cidade de que foi Prefeito.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Mas se existe uma obra que temos que construir é o resgate da dignidade e da confiança do povo com a classe política. Talvez essa seja a maior obra que nós teremos que construir aqui no Congresso Nacional, Senador Mão Santa, e essa obra depende de nós, senão, nas próximas eleições, nós iremos pagar muito caro. Por

isso é uma obra do resgate da dignidade, da confiabilidade e do fortalecimento da ética, que é o nosso maior compromisso.

Aproveito essa sua intervenção para finalizar o meu pronunciamento, dizendo que todos aqueles que se comprometeram com a sociedade brasileira e com seus eleitores precisam cumprir com dignidade o seu mandato.

Por isso faço um apelo aos que integram a CP-MIs, como eu, para que sejamos rápidos e possamos levar à Comissão de Ética os nomes dos envolvidos, se forem parlamentares, para que sejam punidos, e assim não sejamos nós cobrados nas ruas.

Obrigado, Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR LEONEL PAVAN.**

**DO SENADOR LEONEL PAVAN (PSDB – SC)**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores

Senadores,

‡ A robustez econômica do Estado de Santa Catarina depende, em larga medida, dos médios e pequenos empreendimentos da classe produtora local. Nesse sentido, não se pode cruzar os braços quando se verifica que o setor moveleiro catarinense denuncia atravessar uma crise comercial de graves contornos. A gravidade do quadro empresarial, de tão incisiva, leva o setor a clamar aos políticos por assistência e apoio.

† Na verdade, segundo a Associação dos Moveleiros do ~~Oeste~~ de Santa Catarina, a situação é tão problemática que exige uma intervenção urgente e mais efetiva do Governo Federal. Isso se justifica na medida em que os fatores responsáveis pela depressão dos negócios guardam proximidade causal muito expressiva com as diretrizes macroeconômicas ditadas pelo Governo Federal.

Sem dúvida, o impacto da austeridade macroeconômica tem imposto um severo e injusto fardo financeiro e comercial aos moveleiros. Se procedermos a uma análise mais detalhada sobre a planilha dos preços e da inflação no período compreendido entre maio de 2002 e maio de 2005, constataremos que o aumento dos principais itens da cesta de custos é espantoso.

Para ter uma ligeira idéia do assombro, vale registrar que o preço da madeira, por exemplo, teve um reajuste acumulado de 66%, ao passo que o INPC do mesmo período mal atingiu a faixa dos 33%. Isso para não mencionar o estrondoso aumento de 83% no valor dos fretes para a Europa, e de 73% para os Estados Unidos.

Não por acaso, num levantamento recente, a maioria das empresas moveleiras consultadas declarou redução nas vendas em relação a 2004. Em alguns casos, os números chegam a dimensão assustadora, com queda nas vendas na faixa dos 40%! Disso resulta a inclinação do setor para apelar à concessão de férias coletivas, folgas e outros artifícios mais drásticos, como é o caso das demissões em massa.

Mais do que acompanhar a paulatina redução do poder de compra do consumidor – objeto de não somenos relevância para o mercado interno –, a entidade associativa entende que a depreciação do dólar tem influído negativamente nas atividades exportadoras. Embora o cenário nacional acene com cores econômicas otimistas, especialistas advertem que, muitas das vezes, os efeitos de uma valorização cambial sobre os fluxos de comércio demoram a se materializar.

No caso específico dos moveleiros, os resultados desastrosos da alta do real já se fazem bem sensíveis. Submetidos a uma situação de cruel tratamento comercial, os moveleiros reclamam da inundação desleal dos produtos chineses no mercado interno, secundando observação já externada pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Por isso, Emílio Odebrecht, renomado empresário brasileiro, afirmou, em recente entrevista, que, do jeito que está, o câmbio favorece apenas as empresas que investem fora do Brasil.

No mesmo diapasão, a avaliação de Paulo Skaf, Presidente da Fiesp, sobre o fenômeno não foge ao mesmo tom de gravidade. Para ele, as exportações ainda não despencaram por duas razões fundamentais. De um lado – explica Skaf –, trata-se de contratos de médio e longo prazos; de outro, o mercado doméstico não absorve toda a produção brasileira.

Diante de tudo isso, Senhor Presidente, foi com certo alívio que os exportadores brasileiros receberam a notícia do Ministro do Desenvolvimento, Luiz Furlan, segundo a qual o Governo prepara uma série de medidas para compensar o impacto da alta do real frente ao dólar sobre determinados setores produtivos. Mais que isso, o Ministro, ao reconhecer

as dificuldades da conjuntura atual, promete que iniciativas prioritárias serão conduzidas na área de transporte e de logística.

De fato, a Associação dos Moveleiros do Oeste de Santa Catarina reivindica, em documento amplamente distribuído, que o Executivo se sensibilize com a dramática realidade não somente de quem vende no mercado interno, mas sobretudo de quem exporta. Desse modo, sugere que os incentivos fiscais – estaduais e federais – sejam viabilizados para o setor, sem que, com isso, se comprometam recursos que, previamente, seriam destinados à indispensável modernização da infra-estrutura nacional.

Para finalizar, Senhor Presidente, gostaria de, resumidamente, frisar endosso absoluto às reivindicações da Associação, com a convicção de que a economia de Santa Catarina não pode ser o bode expiatório de um projeto econômico excludente e estagnante. O protesto dos moveleiros deve ser interpretado como um alerta às autoridades econômicas, na expectativa de que uma mudança na política cambial seja, de imediato, adotada.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Pedro Simon, por cessão do Senador Valdir Raupp.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, parece importante salientar que, em meio a essa crise que vive o Brasil e o Congresso Nacional, houve no Senado, hoje pela manhã, um acontecimento da maior importância.

Os Líderes de todos os Partidos, convocados pelo Presidente Renan Calheiros, elaboraram e votamos hoje pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania uma minirreforma eleitoral urgente, urgentíssima, que permitirá à Câmara votar – e tenho certeza de que votará –, para que, até o dia 30 de setembro, esteja promulgada e possamos fazer frente às eleições do ano que vem.

Essa série de denúncias e de fatos que apareceram na imprensa do Brasil inteiro exigem de nossa parte que, ao lado de se fazer o que está se fazendo, – diga-se de passagem muito bem – nas comissões parlamentares de inquérito, investigando e apurando, está claro que não podemos ir para uma eleição no próximo ano sem algumas modificações indispensáveis.

Não podemos fazer as reformas ideais, a reforma política como precisava ser feita. Eu dizia nesta tribuna, no início do mandato do Presidente Lula que, em vez de fazer a reforma da Previdência, o que ele deveria ter feito era a reforma política, era a mais necessária e deveria ser a primeira. E para fazer uma reforma po-

lítica com sucesso, ela deve ser feita no primeiro ano do mandato do Presidente e do Congresso, porque aí haveria serenidade, independência, descomprometimento com fatos daquele Congresso. Não saiu. Não fizemos a reforma partidária e estamos aí com 30 a 40 Partidos.

Votamos no Senado, mas ficou parada na gaveta da Câmara, o financiamento público de campanha. E, hoje, com os escândalos que se repetem, entendemos como ele é necessário. O debate sobre a fidelidade partidária nunca foi tão significativo como hoje. Duzentos parlamentares por mandato de quatro anos, 40%, mudam de Partido. Dessa vez nós tivemos as transferências oficializadas. O Partido do Governo bancou dobrar a Bancada do PP, a Bancada do PTB, a Bancada do PL. E dobrou a sua Base parlamentar, e agora está se verificando de que maneira, com que dinheiro.

Aliás, falando nisso, com tudo que aconteceu, ontem, a Câmara funcionou no velho estilo: nós votamos um salário mínimo, considerado muito alto, de R\$380,00 – muito menor do que o que o Lula prometeu, que seria duplicar no seu Governo –, foi para Câmara e o que aconteceu?

Nós estamos pedindo por amor de Deus, com o excesso de arroz por causa da importação da Argentina e do Uruguai, para que o Governo compre o que está sobrando de arroz e não para jogar fora, seria uma aplicação, porque ele guarda e vende no ano que vem. Faz parte da política governamental uma política



de estoque, de comprar na época da sobra e vender na época da falta. O Governo não tem dinheiro. Não tem porque não tem, porque não tem, porque não tem. Ontem liberou R\$1 bilhão para as emendas dos parlamentares e foi aprovado, a toque de caixa, não houve nem a possibilidade de votação nominal. Mas derrubaram, como queriam, o aumento do salário!

Então, reparem como tudo o que aconteceu ainda não fez o Governo entender que ele tem que parar para pensar. E nesse método e nessa forma ele não vai chegar a lugar algum. Derrotou o salário mínimo; não será R\$380,00, mas R\$300,00. Mas o preço foi muito caro. O preço de trocar meia dúzia de emendas para cada Deputado para que ele votasse a favor, não pedisse verificação de **quorum**, desse presença para manter o número necessário na Câmara dos Deputados, demonstra como é grave a nossa situação.

Por isso, a reunião de hoje de manhã foi realmente muito importante. Eu até mexi: o Presidente era do PFL, Sr. Antonio Carlos, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; o texto inicial, o projeto inicial, do ilustre Presidente do PFL, Senador Bornhausen, de Santa Catarina; e o Relator era do PFL de Pernambuco, Líder da Minoria, Senador José Jorge. Eu nunca vi o PFL tão “por cima”, comandando praticamente tudo. No entanto, a Comissão teve um belo desempenho, e conseguimos aquilo que muito dificilmente se consegue: o entendimento de todos os Partidos. E votamos um projeto que vai melhorar a eleição do ano que vem.

Primeiro, não teremos mais os Dudas Mendonças criando um Lula artificial, de paz e amor. As campanhas de televisão serão praticamente ao vivo, e os candidatos se apresentarão, falarão, exporão suas idéias, irão para o debate. Não será mais um programa em que são gastos 60% da receita que um partido político destina para uma eleição – e é um programa gratuito, imaginem se tivesse de ser pago!

Mas fazem um programa tão espetacular que se gasta mais do que em um capítulo de uma novela da **Globo**. E fazem tudo isso para esconder o candidato, para você não saber quem ele é, o que pensa, qual a sua história e quais os compromissos que tem para com a sociedade.

A nossa decisão é que a campanha tem de ser ao vivo – e acho que foi uma grande decisão. Serão proibidos camisetas, brindes e “showmícios”, onde dois cantores ganham praticamente uma fortuna para se apresentar e reunir multidões. Em Caxias, minha terra natal, o PT fez dois **shows** espetaculares em que dizíamos para a nossa gente: “vão lá”. Diziam: “é a única chance na vida que tenho de ver o Fulano de Tal, e de

graça”. Não vai ter mais “showmício”, nem camisetas, nem brindes. Isso foi aprovado também.

Foi aprovada uma maior transparência. Não é o ideal. O ideal – e ainda é possível a Câmara aprovar – é dinheiro público na campanha, que o Senado já aprovou. Isso seria o ideal. Mas, se não for isso, nós aprovamos limitações na campanha, limitações na busca do dinheiro. Cada candidato tem de ter uma conta única, uma conta para o candidato. Não podem aparecer, como agora, restos de campanha. Não há mais restos de campanha. A campanha tem de ter naquela conta; o que entra é naquela conta e o que sai é naquela conta, e o candidato é responsável civil e criminalmente por aquela conta. Creio que foi muito importante essa decisão. Creio que a Câmara se reunirá e votará esse projeto e creio que o Congresso reagi com altivez.

Há alguns dias eu estive nessa televisão...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Já encerro, Sr. Presidente. Eu estive nessa televisão, dizendo que eu talvez seja candidato ao Senado no Rio Grande do Sul se meu Partido me der legenda.

Mas eu me pergunto: como é que eu vou para a televisão? Falar o quê? Qual a propaganda que vou fazer, se há uma interrogação em todo...? E eu argumentava: “eu vou, vou usar o programa de televisão, sentar, colocar atrás ‘Pedro Simon, Senado, nº 15’ e dizer: “olha, eu sou candidato, se quiserem votar em mim eu fico muito satisfeito”.

Qualquer coisa que fizer a mais será suspeito, porque isso que está acontecendo tisonou todo o Congresso Nacional, nós todos estamos marcados. Por isso, o esforço que se fez hoje no Senado foi muito importante e espero que a Câmara dê uma resposta também favorável. Não é possível que não tenhamos condições de fazer a reforma política por que o Brasil está esperando. Não é possível que tenhamos quarenta partidos aqui apenas para vender legenda.

Mas, se Deus quiser, repito, hoje foi um bom início.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador Alberto Silva. V. Ex<sup>a</sup>, com a inteligência privilegiada e a capacidade sintética, em cinco minutos vai levar a mensagem ao País, porque Cristo fez em um minuto o Pai Nosso, e V. Ex<sup>a</sup>, com uma inteligência igual, em cinco minutos, vai falar ao País.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Solicito que V. Ex<sup>a</sup> aumente esse tempo, faça uma deferência

ao seu contrerrâneo e passe isso para dez minutos, prorrogando por dois minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex<sup>a</sup> terá mais dois minutos de prorrogação pelo fato de juntos termos nascido no Piauí. Farei como os Apóstolos fizeram com a mensagem de Cristo, saindo propaganda até o dia de hoje.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Vai co-

meçar agora, o tempo vai começar agora, porque V. Ex<sup>a</sup> gastou o meu tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex<sup>a</sup> está com a palavra.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI. Pronuncia

o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu acho que ser sintético nessa hora não é fácil, mas quero apanhar as palavras do Senador Simon, que acaba de sair da tribuna e disse que afinal de contas os partidos se reuniram e aprovaram uma modificação na Lei Eleitoral que permite evitar o que tem acontecido agora, porque ele diz que as empresas de propaganda transformam, escondem os candidatos, isso é verdade, gastam-se fortunas com showmícios. Isso é um grande passo que o Congresso está dando. Ele espera que a Câmara aprove e depois menciona a necessidade... Diz ele que tem muita fé que o Congresso, ainda reunido, possa apresentar sugestões para o desenvolvimento do país. Então, quero ver se sintetizo, uma vez que o Presidente me colocou uma blindagem de tempo, de cinco minutos mais dois. Vou tentar, dei aula muitas vezes e procurei ser sintético com os alunos, sintético, mas claro nas minhas proposições para que não hajam dúvidas. Tenho feito isso durante toda a minha longa vida pública.

Neste instante, penso assim: a OAB diz que o Presidente devia convocar o Conselho da República para que apresente sugestões ao Presidente e depois logo diz que o Presidente não atendeu, li nos jornais hoje. Acontece que sou membro desse Conselho, por decisão que muito me honra, por eleição aqui neste plenário, e, como Conselheiro, ex-Senador, ex-Governador, ex-Prefeito, ex-Deputado e agora Senador pela segunda vez, creio que nós, do Congresso, temos uma obrigação. Já não falo o conselheiro ir lá e propor aos seus companheiros que chegue até o Presidente com algumas sugestões. Podemos dar as sugestões a Sua Excelência daqui mesmo. São necessárias reformas? São. Quais delas? Várias. Agora mesmo a reforma política fez um pequeno arranjo, que vai ser utilíssimo nas próximas eleições. Mas o que eu acredito que o Brasil está precisando urgentemente, e o Presidente da República – creio – pode fazer isso, é aproveitar o momento do mundo. O mundo inteiro está consciente de duas coisas, que são terríveis para a humanidade, que

depende da energia ou do petróleo para movimentar o desenvolvimento. Então, se o petróleo acabar – e vai mesmo acabar dentro de 20 anos, segundo previsões –, há um Protocolo, o de Kyoto\*, que reclama que o petróleo queimado aquece a atmosfera e o planeta e, em aquecendo-o, há os que digam que virão ondas de 100 metros e arrasarão com tudo. O que devemos fazer? O Brasil tem a chave na mão. Diria, que nós, aqui deste Congresso, poderíamos nos reunir, fazer um grupo de trabalho, e levar uma proposta ao Presidente. Eu a faria logo agora: Presidente, o Brasil pode se transformar no mais importante País do mundo produtor de energia. Por quê? Porque temos solo, temos água, temos terra e temos gente desempregada. Está na hora de empregar essa gente toda, produzindo energia renovável. Não precisa furar buraco no chão.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Permita-me, senão me atrapalho. Dê-me aqueles minutos, basta apenas V. Ex<sup>a</sup> apertar o botão.

Em vez de furar buraco, como faz a Petrobras para achar o combustível fóssil, plantemos, que é renovável: planto hoje, planto no ano seguinte, planto no outro ano, e dou emprego a todos os trabalhadores rurais, e o dinheiro, circulando, gera riqueza.

Vamos mais adiante. Vamos para a Amazônia, que está sendo ameaçada de ser conquistada pelos que precisam de energia. Na Amazônia, temos a possibilidade de alguns milhões de hectares serem plantados com dendê. Sabem quantos litros de óleo dá um hectare de dendê? Oito mil litros.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, permita-me, porque esse negócio é importante.

Só na Amazônia, podemos produzir o equivalente a 6 milhões de barris de combustível/dia. Só na Amazônia. Se fizermos um acordo com uma binacional, com a Venezuela, por exemplo, que também tem um pedaço amazônico, teremos, o que fizemos em Itaipu, energia gerando riqueza e emprego. E, no semi-árido nordestino, plantando mamona e feijão, teremos energia e emprego, e o Brasil pode se transformar. Garanto-lhes como os japoneses e os chineses colocarão dinheiro aqui no Brasil para que façamos álcool biodiesel e vendamos para eles, que estão necessitando.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, vejo que o nosso Governador, o Senador José Maranhão, gostaria de me apartear. Permita-me conceder-lhe o aparte, por favor.

**O Sr. José Maranhão** (PMDB – PB) – É um prazer, Senador, apartear V. Ex<sup>a</sup>, para dizer que V. Ex<sup>a</sup> fala de cátedra sobre este assunto que aborda neste final de sessão do Senado da República, porque V. Ex<sup>a</sup> tem o conhecimento acadêmico e tem a experiência prática. A demonstração de sua competência ficou comprovada quando exerceu o Governo do Estado do Piauí.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Muito obrigado.

**O Sr. José Maranhão** (PMDB – PB) – E levou todas essas experiências a que está-se referindo à prática.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Exatamente.

**O Sr. José Maranhão** (PMDB – PB) – E diria, a título de lembrança – sei que isso está nas preocupações de V. Ex<sup>a</sup> também, porque V. Ex<sup>a</sup> disse que o Nordeste tem solo, tem água; o Brasil tem solo, tem água –, que o Brasil tem sol, que é uma grande fonte de energia não poluente.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Esqueci-me do sol.

**O Sr. José Maranhão** (PMDB – PB) – E, no Nordeste, temos a brisa constante do litoral nordestino, que pode ser a fonte geradora de energia eólica.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Com certeza.

**O Sr. José Maranhão** (PMDB – PB) – Portanto, V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns, e de parabéns também está o Senado da República por ter um homem público do gabarito e do porte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador Maranhão. Fomos companheiros, e Governadores que fomos, e o Presidente, que também foi Governador, concorda conosco.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que, durante a minha longa vida, a única coisa que peço a Deus é que não me deixe ser pessimista, e que me permita ser otimista até o fim da minha vida, e que eu possa, em determinados momentos, como agora, convocar os companheiros desta Casa para formarmos um mutirão em favor de uma proposta como essa que acabei de fazer e de outras que poderemos oferecer ao Presidente.

Presidente Lula, já que as coisas estão assim, assumo o comando e nos convoque, a todos, não precisa ser o Conselho não, convoque a todos nós, do Congresso, que levaremos propostas concretas como essa.

Criar a Beberas coloca o Presidente na escala dos que trabalharam pelo Brasil: Getúlio criou a Petrobras; o regime militar criou o Pro-álcool, que é uma potência, e Lula pode criar a Biobras, que será muito

maior do que a Petrobras e gerará milhões de empregos para os brasileiros. É o que esperamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Quero informar a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alberto Silva, que jamais cortaria o seu tempo, porque está escrito nas Sagradas Escrituras que Deus dá longa vida àqueles seus escolhidos e permite que eles, durante todos os dias de sua vida, exercitem sua atividade profissional. E Ele tem dado essa benção a V. Ex<sup>a</sup>, como um engenheiro político, que, confirmado ontem, quando tivemos uma audiência com a Ministra, a Senadora Marina Silva, defendendo a carcinicultura, não só do Piauí, mas de todo o Nordeste, quando V. Ex<sup>a</sup>, com a sua inteligência privilegiada, conseguiu a sensibilidade da Ministra Marina Silva.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador do Estado do Maranhão, Ribamar Fiquene.

**O SR. RIBAMAR FIQUENE** (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a representação política constitui-se em uma das mais engenhosas e inteligentes criações humanas. Transferir para um indivíduo a responsabilidade pelo encaminhamento, defesa e deliberação das vontades coletivas pressupõe o alcance de um elevado grau de um compromisso civilizador dos distintos grupos sociais.

Na quadra lamentável que atravessa o Brasil de 2005, tornam-se necessárias, senão imperiosas, intensas e renovadas reflexões acerca da natureza, extensão e responsabilidade da representação política. Parece-me o caminho eficaz para mudança radical das práticas acintosas e criminosas que, em estado de constante sobressalto e perplexidade, a Nação vem conhecendo a cada dia.

Mas, na tarde de hoje, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna são cumuladas inquietações e, mais do que isso, uma indisfarçável irresignação em torno da Resolução nº 21.702, de 2 de abril de 2004, do Tribunal Superior Eleitoral, que impôs a redução do número de Vereadores em nossas Câmaras Municipais.

Penso que estaremos todos de acordo, eminentes Pares, em conceder ao municipalismo um papel elementar, fundacional das nossas práticas democráticas de representação.

É no Município, célula-tronco do nosso modelo político, que invariavelmente nos vamos abastecer do voto popular, conhecer as dificuldades enfrentadas pelo povo e pela cidade e os desafios que precisam ser

equacionados e superados. É no Município que nasce e floresce a representação política mais basilar, com os Vereadores, cidadãos-representantes que vivem o cotidiano da **polis** e que, reunidos nas Câmaras, vão debater, decidir e legislar sobre os temas imediatos mais relevantes para as comunidades representadas.

É exatamente por isso, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que me parece imprescindível uma profunda revisão da resolução do Tribunal Superior Eleitoral, equivocada em seu entendimento sobre o número adequado de Vereadores por municipalidade. Ainda há pouco, prevalecia o entendimento de que cabia à Lei Orgânica Municipal, observados os limites constitucionais, a definição da composição das Câmaras Municipais. O art. 29 da Carta Política, da Carta Magna, não deixa dúvidas, ao comandar a combinação de proporcionalidade e baliza constitucional. Os juízes coletivos, por seu turno, também compreendiam que não cabia interferência de qualquer outro órgão ou entidade na definição do número de Vereadores às Câmaras Municipais. Até mesmo a nossa mais alta corte de justiça, o Supremo Tribunal Federal, suspendera dispositivos de Constituições Estaduais que limitavam os Municípios na fixação, via lei orgânica, do número de seus Vereadores.

Agregue-se, igualmente, que o próprio Tribunal Superior Eleitoral havia elucidado a questão em acórdão que diz, com todas as letras: “A Constituição federal reservou à autonomia de cada Município a fixação do número dos seus vereadores, desde que contida entre o limite mínimo e o limite máximo correspondentes à faixa populacional respectiva”. Se percorrermos a jurisprudência firmada por distintos tribunais estaduais, teremos a convergência de entendimentos na delegação ao Município de tal tarefa.

Essa compreensão, escorada, como disse e reafirmo, em pronunciamentos de várias cortes, altera-se radicalmente no julgamento, pelo STF, em março do ano passado, do Recurso Extraordinário nº 197.917, relatado pelo então Ministro Maurício Corrêa. Prevalcem, a partir de então, agregações condicionantes e redutoras, como o princípio da razoabilidade no poder de legislar das Câmaras de Vereadores e o postulado da isonomia, fazendo-se uma nova e alargada hermenêutica da previsão constitucional da proporcionalidade. Reduz-se, em uma decisão, o poder concedido, de forma inequívoca, pela Carta Constitucional aos Municípios.

Dias depois dessa decisão do STF, o Tribunal Superior Eleitoral, ancorado no Código Eleitoral e na deliberação do Supremo, edita a malsinada Resolução nº 21.702, de dois de abril de 2004, que estabelece “instruções sobre o número de Vereadores a eleger

segundo a população de cada Município”. Tem-se, assim, a abrupta redução no número de representantes em inúmeras municipalidades.

Na verdade – e é preciso que se diga isso com todas as letras –, a decisão do TSE, que culminou com a redução do número de Vereadores, é fruto de uma evidente exorbitância daquele Tribunal. Não cabe ao Colegiado Eleitoral alterar normas preexistentes ou inovar, editando uma norma legal. Sua prerrogativa normativa é meramente regulamentar; não cria direito novo, mas regulamenta direito previamente em vigor. Em uma expressão, busca conferir o mínimo de unidade e organicidade ao conjunto de normas preexistentes que vão regular o pleito que se segue.

Na síntese, as normas, dispostas em uma pirâmide, encontram-se devidamente hierarquizadas, em uma relação de subordinação e coordenação. Logo, não é aceitável que os regulamentos ultrapassem ou contrariem o comando da lei; na pirâmide, situam-se abaixo dessa norma e a ela deve harmonizar-se.

É preciso recordar e enfatizar, como o faz o ilustre Consultor Legislativo desta Casa, Gilberto Guerzoni Filho, em detalhado e iluminador estudo, que a “Resolução de nº 21.702, de 2004, do TSE, é criação originária, exercício de Poder Legislativo pelo Tribunal Superior Eleitoral”. Ou seja, tem-se aí uma evidente usurpação de poder, que implica verdadeiro atentado à autonomia municipal, prevista pelo art. 18 da Constituição Federal. Ademais, beira a desrazão, pois estabelece uma padronização que não encontra justificativa e privilegia as maiores Câmaras Municipais do País.

Evidência mais eloqüente é o fato de que, com a Resolução citada, sobe de 56% para 90% o número de Municípios brasileiros que têm, na sua Câmara Municipal, a composição mínima de nove Vereadores. A mais de um terço dos Municípios do País impõe-se a redução, enquanto 3.120 Municípios, dos quais 3.098 já no mínimo, remanescem inalterados.

Embora a doutrina não seja pacífica no que tange ao caráter de ente federativo atribuído ao Município, restringir sua autonomia deve ser tomado como uma limitação ao princípio federativo. Do ponto de vista mais pragmático, cabe salientar que a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral não levará, obrigatoriamente, à redução das despesas com as Câmaras Municipais, como imaginam inúmeros apoiadores da medida. E isso é mera decorrência da manutenção dos dispositivos legais que tratam da matéria, notadamente a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade.

Em resumo, Sr. Presidente, entendo, apoiado por juristas e estudiosos do Direito, que a Resolução do Tribunal Superior Eleitoral leva a marca da inconstitucionalidade formal e material, ferindo a autonomia



do Município, além de mostrar-se inócua do ponto de vista econômico-financeiro. Da perspectiva política, reduz a representação e, ao fazê-lo, eventualmente, acaba-se por silenciar a voz de milhões de eleitores que vêem limitado o seu direito de escolha e de eleição de representantes identificados com suas causas e com seus ideais.

Nesse contexto deve ser proclamado o mérito das ações diretas de inconstitucionalidade, como a de número 3.345 no Supremo Tribunal Federal, em pauta de julgamento para o dia 25 de agosto corrente...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. RIBAMAR FIQUENE** (PMDB – MA) – ...impepada pelo Partido Progressista, e a de número 3.365, do Partido Democrático Trabalhista e outras, em tramitação naquele Excelso Pretório.

Há de se ver, Sr. Presidente, que a matéria, embora polêmica, está **sub judice**, e o que se quer é que se dê direito a quem tem direito. **Dura lex sede lex**, ou melhor, a lei é dura mas é lei. E ninguém pode torná-la fraca; ninguém pode, no determinismo de qualquer situação, que o apanágio da mais veemente emoção do mundo venha a constituir-se no mais sério espetáculo do mundo brasileiro, porque o vereador é a essência da democracia!

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, penso que é prudente e oportuno que esta Casa assumira, como prioridade, a rápida revisão da Resolução...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. RIBAMAR FIQUENE** (PMDB – MA) – ...nº 21.702, de 2004, reabrindo, ainda na atual legislatura municipal, se possível, o restabelecimento do direito de ocupação das vagas aos candidatos que foram atingidos pela mencionada Resolução do TSE.

É de se ressaltar, por fim, o que preconiza a doutrina e a jurisprudência no Direito Eleitoral.

Haja o que houver, no santuário da predestinação mandatária, a democracia nunca será manchada, enquanto existirem os pressupostos da legalidade.

A soberania nacional deve repousar nos pilares do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para que a hegemonia do Direito possa sustentar a grandeza do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Ribamar Fiquene, a Mesa foi muito generosa no tempo porque V. Ex<sup>a</sup> traduz o pensamento do Senado da República. Ficou mal resolvida a questão do mandato dos vereadores, influenciado sobretudo pela mídia, e não por esta Casa. E sintetizaríamos isso com um exemplo do mundo, que demonstra o que é ser vereador. Giscard d'Estain, Presidente da França por sete

anos, disputou uma eleição com Mitterand. Ganhou no primeiro turno, perdeu no segundo; questionado sobre o que ia ser na vida, ele disse: “Eu vou para a minha cidade ser vereador”. Isso é o significado da importância do vereador no organograma da democracia.

Concedo a palavra ao Senador pelo Estado da Paraíba, ex-governador e que engrandece o PMDB, José Maranhão.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB.) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI.) – V. Ex<sup>a</sup> vai dividir o tempo com outro nosso também Senador, ex-Governador do Rio Grande do Norte. Ai, encerraremos a sessão.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – O Senador Garibaldi Alves, a quem quero homenagear também, sendo sucinto, nessa breve comunicação que quero fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI.) – Em respeito aos funcionários, que estão desde cedo trabalhando.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, as preocupações do Brasil são com o escândalo, esse verdadeiro terremoto Tsunami, que tomou conta dos noticiários dos jornais do Brasil inteiro e de alguns jornais de outros países.

De repente, quem contempla o cenário nacional, olhando pela ótica do periodismo brasileiro, tem a impressão de que não existe mais dignidade neste País. Existe, sim. A grande maioria do povo brasileiro, especialmente entre o povo simples, que, sendo simples, sabe renunciar à tentação que leva muitos homens públicos, às vezes até privilegiados do ponto de vista financeiro, a cometerem delitos graves contra a Nação e, sobretudo, contra a confiança dos seus eleitores.

A revista **IstoÉ**, edição de 17 de agosto de 2005, traz na primeira página uma manchete. Aqui, a fotografia do Presidente Luiz Inácio da Silva e o noticiário de que o publicitário Duda Mendonça confessa ter recebido R\$10,5 milhões do PT nas Bahamas, dizendo que leva a crise política para o Palácio do Planalto.

Lá em cima, no cantinho, em letras bem menores, está a notícia que me chamou a atenção, porque se refere à pequenina e heróica Paraíba, meu Estado natal. Eu diria pequenina e honesta Paraíba, Estado que tenho a honra e o orgulho de representar nesta Casa do povo.

A manchete diz: \***“É possível ser honesto. Na Paraíba, famílias devolvem o cartão do Bolsa Família”**. E o que está dizendo a revista com isso? Simplesmente registra um fato que poderia servir de exemplo para a Nação brasileira inteira. Duzentas e onze famílias beneficiárias do Bolsa Família, no meu Estado, Município

de Pombal, tomaram a decisão de devolver o cartão que lhes dava direito de receber R\$50,00 todo mês. Na sua consciência cívica, essas famílias se convenceram de que não tinham mais direito a receber o Bolsa Família, porque, naquele momento da devolução, deixava de existir a condição para recebê-la, que era o fato de todos serem desempregados na família.

Ouçamos os depoimentos que a revista **IstoÉ**, do alto da sua competência, tomou lá no Estado da Paraíba. Diz aqui que o marido de Gilvânia Monteiro Lacerda, de 34 anos, obteve um emprego em uma padaria. “Gilvânia entregou o benefício que recebia há menos de um ano, depois que ele foi trabalhar numa padaria.”

Outro exemplo. São muitos aqui. Não vou citar todos, até pelas advertências do Presidente de que o tempo é exíguo.

“Se a gente que precisa não tiver consciência, quem vai ter?”

Veja o raciocínio honesto, simples, mas de uma clareza cartesiana, de uma pessoa simples e humilde, diferentemente daqueles que se apropriaram de milhões do Tesouro Nacional.

Depois de três meses doente, meu marido conseguiu trabalho. Minha mãe, embora meu pai não tenha emprego, porque sofre da coluna, nos ajuda. É como uma corrente. Acho que estou ajudando a outros, devolvendo um benefício que graças a Deus existe, mas que, no momento, não preciso mais.

Vejam outro exemplo:

Maria do Céu, 66 anos, reza na mesma cartilha de Gilvânia. Ela abriu mão de R\$50 depois que ficou viúva e passou a receber pensão: Eu não tinha nada e agora recebo dois salários.

Uma das pessoas ouvidas disse que a cidade é pobre, mas que a situação é de quem tem consciência e deve dividir o pouco com todos.

A Secretária de Ação Social, Yasnaia Pollyana, dá uma declaração. Ela poderia muito bem, como faria um político populista ou vaidoso, dizer que tudo aquilo era fruto do trabalho que seu esposo, o Prefeito, fazia na cidade. Sei que, em grande parte, é assim, pois o Prefeito daquela cidade, o Jairo, é um homem de bem, faz uma administração séria atualmente, que já vem séria desde a administração anterior, do ex-Prefeito Verisinho Lacerda\*, que se dedicou por inteiro ao equilíbrio fiscal de sua cidade e à seriedade administrativa.

Mas o que diz sua esposa? Ela diz aqui que esse fato se deve a duas coisas: ao envolvimento do Ministério Público e do Judiciário local e à obediência...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha)*

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) –... de todas as regras do programa. Se todo mundo agisse dessa forma, com esse equilíbrio, com essa seriedade e com essa obediência ao império da lei, certamente não estaríamos amargando essa situação que está aí, que envolve sobretudo o Executivo e a Câmara Federal – graças a Deus, o Senado da República, até agora, tem se mantido fora das acusações.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero mais uma vez aqui repetir que estou muito orgulhoso de ser paraibano, porque em minha terra encontra-se gente como essas marias, como essas joanas, como essas aparecidas, que estão lá dando exemplo de dignidade, de seriedade e de obediência à lei.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte antes de deixar a tribuna?

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – E não a deixarei agora só para ouvir V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Muito obrigado. Na verdade, quero me congratular com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e dizer que V. Ex<sup>a</sup> tem inteira razão em estar assim feliz, porque, na verdade, o que é que víamos antes? Eram reportagens dizendo que os programas sociais estavam sendo fraudados, o dinheiro sendo desviado...

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Que muitas pessoas se aposentavam sem ter as condições necessárias, que até defunto recebia aposentadoria.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – E agora a Paraíba dá esse exemplo. Parabéns à Paraíba e parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Eu, realmente, estou orgulhoso do meu povo e da minha terra.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa se associa à comemoração da virtude e da honestidade do povo paraibano. Não é sem razão que a bandeira da Paraíba traz escrito “Nego”. Aquele bravo povo negou no passado o comunismo e hoje está ensinando o País a negar a corrupção.

Concedemos a palavra ao último orador desta sessão, Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB, do nascente “Grupo dos Autênticos”.

V. Ex<sup>a</sup> terá cinco minutos de tempo e a seguinte assertiva bíblica: “Os últimos serão os primeiros”.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a esta altura vou ser breve para dizer da minha imensa satisfação em estar ao lado de V. Ex<sup>a</sup> nesse grupo que V. Ex<sup>a</sup> denomina “Novos Autênticos do PMDB”. Quero dizer também a V. Ex<sup>a</sup> que, a exemplo do Senador Ribamar

Fiquene, estou dirigindo a minha saudação aos vereadores excluídos pelas Resoluções nºs 2.072 e 2.083 do TSE, e aos membros desse Movimento em Defesa da Constituição e do Número Legal de Vereadores, como eles se denominam. Quero lhes dizer da minha expectativa de que o Supremo possa dar ganho de causa a esses vereadores.

Estou na tribuna desta Casa hoje para assinalar que o dia de hoje foi um dia importante para o Senado Federal. Ao mesmo tempo em que se dava curso às investigações, que as CPIs estavam funcionando, aprovava-se uma reforma política e eleitoral de emergência, reduzindo custos de campanha. É sinal de que estamos atendendo aos dois lados da crise: há o lado punitivo – a Nação espera que os culpados sejam, efetivamente, punidos, custe o que custar – e há o lado preventivo – a Nação espera que isso não se repita.

Espero que a Câmara siga o exemplo do Senado, que hoje aprovou, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, medidas como a redução do período de campanha, a limitação de recursos tecnológicos, a limitação do uso do poder econômico e uma série de medidas que vão repercutir na próxima campanha eleitoral. Temos aqui ainda o agravamento das punições aos infratores da lei eleitoral e o rigor no uso da máquina pública. A adoção dessas medidas é algo de grande importância na promoção da grande reforma política que o País espera que se realize. Aliás, esse projeto, que dá início a uma grande reforma política, já está na Câmara, já está esperando que a Câmara o vote como foi votado no Senado – é o caso do financiamento público de campanha, é o caso da fidelidade partidária, é o caso das listas fechadas, tudo isso está sendo examinado pela Câmara.

De modo que todos nós podemos ficar tranquilos: desta vez vamos aprender a lição, vamos, realmente, legislar para o futuro e impedir que esses abusos que se verificam hoje aconteçam novamente. Quem poderia imaginar, depois de um escândalo como o escândalo dos Anões do Orçamento, que gerou aquela CPI da qual fiz parte, que isso iria se repetir? Repetiu-se, e não apenas no que diz respeito à manipulação de verbas, como aconteceu com os Anões do Orçamento. Quem diria que aquilo iria se repetir, como estamos vendo agora, sob a forma de mensalão? Uma coisa não difere da outra e só fazem envergonhar esta Nação.

Portanto, Senador, V. Ex<sup>a</sup>, que está aqui ao meu lado, fique certo de que há determinação, as duas Casas do Congresso estão absolutamente determinadas. Hoje mesmo ficamos seis horas na CPI dos Bingos, da qual sou Relator, tratando daquele caso do contrato da Gtech\* e da Caixa Econômica. Não há a menor dúvida a esta altura de que foi um contrato

lesivo, pernicioso aos interesses da Caixa Econômica e aos interesses da Nação.

Termino as minhas palavras agradecendo ao Senador Mão Santa por esta oportunidade e dizendo a todos que vamos continuar, no ritmo de hoje, avançando para que o Brasil possa recordar esses tempos de hoje como tempos que já se foram e que não vão se repetir jamais.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradeço a obediência ao tempo regimental.

Este é o Senador Garibaldi, que uma vez interrompeu o seu mandato no Senado para atender ao chamamento do povo do Estado do Rio Grande do Norte para ser o seu Governador, e um dos mais extraordinários Governadores da História do Brasil.

Os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Reginaldo Duarte, Arthur Virgílio e Paulo Paim enviaram discursos à Mesa que serão publicados na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o § 2º, do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar a visão da Igreja sobre a atual crise política e as denúncias de corrupção que atingem o governo do PT. Na próxima semana, a CNBB irá divulgar uma declaração que criticará o uso de fontes escusas para financiamento de campanhas. A declaração criticará, também, o desvio de recursos públicos e a manipulação de empresas estatais.

O Presidente da CNBB declarou, ainda, que “o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria se explicar à nação a respeito da crise política que atinge o governo, motivada pelas acusações de corrupção”.

Assim, Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que as matérias intituladas “CNBB pede reforma política profunda e fim da reeleição” e “Presidente da CNBB cobra explicação de Lula”, publicadas, respectivamente, nos jornais **O Estado de S. Paulo** e **Folha de S. Paulo** em suas edições de 12 de agosto do corrente, sejam consideradas parte desse pronunciamento, para que constem dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



## FOLHA DE S. PAULO

## ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/A VISÃO DA IGREJA

*D. Geraldo Majella diz que "não sabemos se já chegou à metade do que está por se revelar" e quer que presidente se explique à nação*

# Presidente da CNBB cobra explicação de Lula

MAURÍCIO SIMIONATO

DA AGENCIA FOLHA, EM INDAIATUBA

O presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e arcebispo de Salvador (BA), d. Geraldo Majella Agnelo, 71, disse ontem à Folha que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria "se explicar" à nação a respeito da crise política que atinge o governo, motivada pelas acusações de corrupção.

"O povo quer ouvir. Seria bom que ele fizesse pronunciamentos à nação para se explicar. É bom que ele fale nesta hora. Assim como ele se dirigiu aos bispos [em carta à CNBB], que ele também fale à nação e fale a todos sobre como ele está vendo a situação e como ele quer superar todas as dificuldades que surgem", disse.

Para ele, "é de estarrecer" a revelação do "publicitário". Duda Mendonça de "que recebeu di-

nheiro das contas de Marcos Valério e que parte da dívida do PT com ele foi paga por caixa dois.

D. Geraldo e outros cerca de 300 bispos participam da 43ª Assembleia Geral da CNBB, no bairro de Itaici, em Indaiatuba (SP). A assembleia acaba na próxima quarta-feira e começou na última terça-feira.

Os bispos preparam uma declaração oficial sobre a conjuntura atual do país, que deve ser divulgada na próxima semana.

D. Geraldo Majella Agnelo disse ser "oportuno o choque" pelo qual o país passa "por causa da crise política" e que "não sabemos se já chegou à metade do que está por se revelar". "Foi oportuno o choque, por estar se desencadeando tudo aquilo que não era conhecido, que não era público. E nem sabemos se já chegou à metade do que está por se revelar".

O presidente da CNBB classificou a crise atual de "muito grave"

e disse que ela surge "especialmente da corrupção e de uma deterioração de nossa política".

## Enganado

D. Geraldo afirmou que não pode afirmar se as denúncias atingiram o presidente, mas disse que Lula "seguramente não se sente bem" ao saber que foi "enganado e traído".

"Seguramente o presidente Lula, ao menos, não se sente bem sabendo ter sido rodeado por tantas pessoas nas quais colocava a sua confiança e que tenha sido enganado e traído na sua confiança. Não tenho indícios para dizer que ele possa ser atingido pessoalmente", disse.

O arcebispo cobrou ainda a aprovação de uma reforma política e mais "transparência em tudo o que se faz". "Não vejo que o financiamento de campanha seja justo. Essa é uma opinião pessoal.

Não vejo que seja justo o dinheiro público estar aí para financiar campanha. Os Três Poderes não podem se omitir. Tem de haver uma transferência em tudo o que se faz", afirmou.

O presidente da CNBB defendeu também que congressistas sejam impedidos de renunciar para preservar seus mandatos e escapar de processos de cassação. "Estes políticos devem ter sempre uma sanção e devem se tornar ineleáveis e enfrentem o processo de cassação até o fim".

O arcebispo informou ter enviado ontem a carta de resposta ao presidente Lula, que enviou correspondência à CNBB na última terça-feira na qual diz ter "plena noção da gravidade" da crise política pela qual passa o país. A carta do presidente tem três páginas e foi lida no plenário aos bispos.

O arcebispo preferiu não revelar o teor da carta escrita por ele com apoio de bispos e assessores.

# CNBB pede reforma política profunda e fim da reeleição

Documento, em fase final de debate, registra indignação com crise, mas conclama País a não perder esperança

## CRISE NO GOVERNO LULA

José Maria Mayrink  
INDAIATUBA

A declaração que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgará nos próximos dias sobre a crise política conclama o povo a recuperar a esperança, apesar da indignação diante das denúncias de corrupção, e a aumentar sua participação nas decisões sobre os

rumos do País, para fortalecimento da democracia.

O texto, em fase final de discussão na 43ª Assembleia Geral do episcopado em Itaici, no município de Indaiatuba (SP), propõe o fim da reeleição, a limitação de cargos de confiança, a realização de uma profunda reforma política, a garantia de lisura nas campanhas eleitorais e uma rediscussão das relações entre Legislativo e Executivo, "fechando as brechas ao clientelismo".

A versão provisória do documento receberá pequenas emendas no plenário.

"Esta crise está levando o povo ao desânimo e ao descrédito da ação política", afirma a declaração, acrescentando: "O uso de fontes escusas para o financiamento de campanhas eleitorais, o desvio de recursos públicos, a manipulação de empresas estatais em benefício de partidos e tantas outras denúncias

provocam em todos nós a indignação ética".

A CNBB adverte que a indignação ética é estéril "se não se torna motivo de maior comprometimento pessoal com ações concretas em favor do aprimoramento da ordem política". Em vez de se omitir ou de desistirem, aconselham os bispos, "é indispensável aumentar a participação popular nas decisões sobre os rumos do País".

O texto alerta para a existên-



cia de duas faces da corrupção: a pessoal, que deve ser não só investigada e punida, mas também prevenida; e a estrutural, embutida no próprio sistema político-eleitoral brasileiro. Para o episcopado, "não se po-

de desperdiçar a oportunidade de aproveitar este momento para realizar uma profunda reforma política".

Reanimando seu apoio às investigações que vêm sendo feitas por Polícia Federal, Ministé-

rio Público, Controladoria-Geral da União e CPFs, a declaração da CNBB adverte que "é importante manter o discernimento, a busca incansável da verdade, sem hipocrisia e sem prejuízos, para formarmos

uma opinião pública esclarecida e operante".

A declaração termina com um voto de confiança no povo, "cuja cultura guarda valores de grande significação ética, como a solidariedade, a cordialidade e o senso de justiça".

## A DECLARAÇÃO DA CNBB SOBRE A CRISE POLÍTICA DO BRASIL

### 'Resgatar a dignidade da política'

● 1) Os Bispos Católicos do Brasil, reunidos na 43.ª Assembleia Geral da CNBB, de 9 a 17 de agosto de 2005, em Itaici, Indaiatuba, SP, diante das reiteradas denúncias de corrupção em altas instâncias do poder Executivo e Legislativo, face à indignação popular que elas levantam, conclamamos o povo brasileiro a recuperar a esperança.

● 2) Esta crise está levando o povo ao desânimo e ao descrédito da ação política. É indispensável, por isto, renovar a convocação já expressa por Paulo VI, ao afirmar que a política é a forma mais sublime de praticar a caridade, quando colocada ao serviço do bem comum.

● 3) O uso de fontes escusas para o financiamento de campanhas eleitorais, o desvio de recursos públicos, a manipulação de empresas estatais em benefício de partidos, e tantas outras denúncias, provocam, em todos nós, a indignação ética.

● 4) Mas a indignação ética é estéril, se não se toma motivo de maior comprometimento pessoal com ações concretas, em favor do aprimoramento da ordem política. Ao contrário de omitir-nos, ou de desistir, é indispensável aumentar a participação popular nas decisões sobre os rumos do nosso País, fortalecendo a prática da democracia.

● 5) Para que esse compromisso ético com o Brasil seja efetivo, é preciso ter presente as duas faces da corrupção.

● 6) Existe a corrupção pessoal, que deve ser não só investigada e punida, mas também prevenida por meio de maior transparência na administração dos bens públicos.

● 7) Existe a corrupção estrutural, embutida no próprio sistema político-eleitoral brasileiro, que precisa de urgente reforma.

● 8) Este é o clamor mais evidente que emerge em meio a esta crise. Não se pode desperdiçar a oportunidade de aproveitar este momento para realizar uma profunda reforma política, que entre outras providências considere os seguintes pontos:

● 9) Assessorie a fidelidade partidária;

● 10) Promova a participação direta do eleitorado em decisões-chave para o País (como prevê o art. 14 da Constituição);

● 11) Garanta a lisura nas campanhas eleitorais (pelo financiamento público, controle da ingerência do poder econômico e aplicação mais rápida e severa da Lei 9840 contra a corrupção eleitoral);

● 12) Limite cargos de confiança;

● 13) Coloque as relações entre o Legislativo e o Executivo em outro nível (fechando as brechas ao clientelismo);

● 14) Aprimore os institutos da democracia representativa e se favoreça os institutos da democracia direta, participativa e deliberativa, através de referendos, plebiscitos e

● 15) Reveja o estatuto da reeleição.

● 16) Queremos apoiar e incentivar todo o trabalho de averiguação dos fatos, levando adiante pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pela Controladoria-Geral da União, e pelas diversas Comissões Parlamentares de Inquérito.

● 17) Reconhecemos a importância da imprensa para divulgar os fatos, e colocá-los à disposição da cidadania, não como espetáculo a ser acompanhado para divertimento e alienação, mas para aprimoramento da consciência política dos cidadãos.

● 18) É importante manter o discernimento, a busca incansável da verdade, sem hipocrisia e sem julgamentos, para formarmos uma opinião pública esclarecida e operante.

● 19) Em sintonia com o nosso povo pobre e sofrido, excluído do mercado, do saber e do poder, devemos ter a lucidez e o senso crítico de não somente enxergar a corrupção na administração dos recursos públicos, mas perceber igualmente o grande mal do nosso país, que é sua enorme desigualdade social. Esta desigualdade é mantida e acentuada por uma política econômica que aumenta a concentração de renda e da riqueza, através de mecanismos que privilegiam o capital financeiro e frus-

tram políticas públicas mais eficazes e abrangentes.

● 20) Conclamamos, portanto, os governantes e o povo brasileiro para fazer desta crise um momento de purificação política e de maior comprometimento na ação concreta pela construção de um Brasil justo, solidário, democrático e respeitoso da vida e da ecologia.

● 21) Os pobres são as maiores vítimas da crise. Não podemos roubar-lhe a esperança de justiça e de condições dignas de vida.

● 22) A experiência de participação popular na política – por meio de movimentos sociais, sindicatos, pastorais sociais, comunidades de base e em partidos políticos – é um patrimônio histórico do povo brasileiro, que não pode ser perdido pela ação nefasta de alguns políticos que buscam o poder a qualquer custo.

● 23) Qual viajante assaltado por ladrões, caído à beira da estrada, o povo espera o bom samaritano que lhe dê a mão, restaure suas forças e o ajude a prosseguir em seu caminho, como sujeito de sua história.

● 24) Reafirmamos nossa confiança no povo brasileiro, cuja cultura guarda valores de grande significação ética, como a solidariedade, a cordialidade e o senso de justiça. Ele já deu, ao longo da história, muitas provas de energia e capacidade de superar outras crises. Em sintonia com ele, proclamamos com todo vigor: não vamos desistir do projeto de construir uma Nação justa, pacífica e democrática.

● 25) Nos momentos mais difíceis a graça de Deus mais se manifesta. Podemos contar com sua ajuda. Apostamos nas convicções cristãs do povo brasileiro, capazes de reanimar a todos, na sua superação dos impasses que a crise atual nos apresenta.

● 26) Reanimados mutuamente, vamos todos nos unir ao mutirão por um novo Brasil, conforme a convocação da Quarta Semana Social Brasileira, que neste momento queremos renovar e encorajar.

● 27) Que Deus nos ajude, e Nossa Senhora nos proteja.

## Lula deveria ouvir pessoas experientes, sugere bispo

INDAIATUBA

O arcebispo de Paraíba, d. Aldo Pagotto, presidente da Comissão Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da CNBB, disse ontem ao Estado que o presidente Lula deveria convocar pessoas experientes que tenham uma visão abalizada da política para ajudá-lo a discernir sinais de vida e de esperança em meio à crise.

"É hora de refletirmos, até a última gota de nosso sangue, de fazer um esforço seríssimo; evocando os princípios da ética que regem a República", adverte d. Aldo, insistindo que, em vez de ficar viajando, "um direito que ele tem", Lula precisa escutar a opinião de pessoas mais experientes.

"A Igreja vê, grande parte dos bispos vê que o presidente está um pouco desgovernado, um pouco abalado, viajando para lá e para cá e se defendendo muito, quando seria hora de convocar algumas lideranças, além de seu

## Grande parte dos bispos vê que o presidente está um pouco desgovernado

conselho, para começar a recuperar aquilo que foi quebrado", disse o arcebispo.

"Um impeachment de Lula seria uma iniciativa inconveniente, inoportuna, um caminho equivocados em busca da solução", advertiu d. Aldo, acrescentando que a Igreja não está interessada em capitanear mobilizações contra o presidente. "A Igreja quer, no entanto, fazer parte de um grande mutirão em torno da respeitabilidade todas as instituições", afirmou. De mobilização, segundo o bispo, deveria ter por objetivo a busca de um conjunto de saídas de cunho

ético e moral, a partir de três conceitos: 1) apuração rigorosa e serena dos fatos; 2) responsabilização dos envolvidos e condenação de eventuais culpados; e 3) devolução ao erário público daquilo que foi surripado.

A mobilização social em defesa das instituições demo-

cráticas, sugere d. Aldo, "postularia uma reforma política onde, pelo atual sistema, ainda há muitas brechas para a corrupção". Como considera a situação gravíssima, o arcebispo argumenta que "não é possível empurrar com a barriga e dar tempo ao tempo, para que as coisas se resolvam".

Também o arcebispo de Florianópolis (SC), d. Murilo Krieger, aposta numa solução democrática para a crise. "O Brasil é maior que esses problemas", disse d. Murilo. E os culpados serão punidos, acredita, "porque a imprensa vai impedir que as investigações terminem sem resultados práticos".

Para d. Albano Cavallin, arcebispo de Londrina (PR), o presidente Lula precisa fazer com que as denúncias de corrupção sejam investigadas a fundo e, se houver erro, pedir perdão. "Corrupção é fruto de safadeza", afirmou o arcebispo. • J.M.M.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "O que já está provado", de autoria do colunista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 6 de agosto do corrente ano.

Mesmo que aleguem que o dinheiro era para o caixa dois das campanhas eleitorais, já está provado que houve compra de deputados. Mas ainda falta quem, no governo, inventou, estimulou, tolerou ou não viu o esquema. O crime já está provado e alguns autores já foram descobertos, basta que se comece por eles para se chegar aos outros.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

#### **O QUE JÁ ESTÁ PROVADO**

**São Paulo** – A torrente de denúncias e a grande quantidade de políticos e partidos envolvidos acabou por nublar o cenário.

O exemplo mais eloqüente de confusão gira em torno de saber se houve mensalão ou não.

Aí, passa-se a uma questão de fé: eu acredito em José Dirceu ou eu acredito em Roberto Jefferson ou eu acredito em duende.

Bobagem. Vamos aos fatos já provados: o PT, via Delúbio Soares e Marcos Valério, comprou um punhado de deputados. Esse é um fato não controvertido porque, confessado pelos autores.

Se a compra foi em suaves parcelas mensais, como diz Jefferson, ou em grandes tacadas, importa um pepino.

Prevalece o fato de que houve compra de parlamentares.

Mesmo que se alegue que o dinheiro destinava-se a pagar dívidas de campanha ou para as futuras campanhas, continua o fato principal: houve compra de deputados.

Ou algum tolinho aí acha que, ao financiar a campanha de José Valdemar ou João, o PT nada esperava em troca?

Etapa seguinte dos fatos: quem se beneficiaria do dá-cá-toma-lá com os Josés, Valdemares e cia. Não era precisamente o PT, mas o governo do PT (nas votações no Congresso ou em futuros apoios para a reeleição do Presidente Lula).

Tudo o que falta apurar é quem, no governo, inventou, estimulou, tolerou ou não viu o esquema. Ponto.

Na outra ponta, é preciso apurar quem financiou o esquema, a menos que algum pateta acredite que foi Marcos Valério. Acredita nisso quem acredita que o Land Rover de Silvio Pereira foi doado no

Mais lindo gesto de amizade.

Tudo somado, o crime está provado, os nomes de alguns de seus praticantes/beneficiários idem. Por que não começar a limpeza por aí, enquanto se apura o resto?

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ontem em Brasília, houve uma manifestação chapa-branca liderada pela UNE – que os jornais anunciaram que vem recebendo um elevado volume de recursos públicos – e o presidente Lula tocou sua agenda em Brasília, com relativa tranqüilidade. Faz sentido realmente, pois o movimento foi pífio.

Hoje, no entanto, como houve na esplanada um movimento de partidos e entidades que fazem oposição declarada ao presidente Lula e a seu governo, o presidente resolveu viajar para fugir da agitação e dar continuidade a sua campanha eleitoral inaugurando, inclusive, obras já inauguradas.

Mas em sua viagem ao interior da Bahia, mais precisamente na cidade de Vitória da Conquista, o presidente mais uma vez pisou na bola com seus tradicionais improvisos. Disse o presidente:

“Não são poucos os que querem jogar a corrupção para dentro do Palácio”.

Mais uma vez ele se equivocou completamente. Na verdade são pouquíssimos que desejam isso, ou melhor, foi Vossa Excelência, o Presidente Lula, que colocou a corrupção dentro do Palácio. Afinal, quem nomeou José Dirceu? Quem tem ascensão sobre Delúbio Soares?

Quem jogou a corrupção dentro do Palácio foi Vossa Excelência ao permitir que ministros recebessem Silvinho “Land Rover” Pereira, Delúbio Soares, Marcos Valério e outros dentro do Palácio.

Quem jogou a corrupção dentro do Palácio foi Vossa Excelência ao ver ministros de Estado recebendo os diretores e donos dos bancos envolvidos com os empréstimos ao PT, nas dependências do Palácio.

Sr, Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria também de, nesta oportunidade, homenagear o dia 15 de agosto. Foi neste dia, no ano de 1823, quase um ano após o Grito do Ipiranga, por dom Pedro I, que o Estado do Pará aderiu à Independência do Brasil.

Foi o bispo Dom Romualdo Coelho, que hoje dá nome a uma rua de Belém – a capital do meu querido Estado do Pará -, aproveitando o Dia da Assunção de Nossa Senhora, quem marcou a sessão solene de promulgação da adesão do Pará à independência do Brasil para o dia 15 de agosto.

O dia é data-magna do Pará e feriado estadual desde setembro de 1996 pela Lei nº 5.999, assinada pelo então governador Almir Gabriel.

A adesão do Pará à Independência completou, na segunda-feira (15), 182 anos. Maranhão e Pará, que formavam província com o hoje Estado do Amazonas, foram as duas últimas províncias a se renderem, depois que os portugueses foram expulsos do País.

O Pará, juntamente com outras províncias, à época da Independência do Brasil, preferiu se manter fiel à Constituição portuguesa.

Essa situação fez com que Dom Pedro I organizasse uma esquadra de marinheiros e oficiais, comandada pelo primeiro-tenente John Pascoe Grenfell e pelo almirante Cockrane, para expulsar a esquadra portuguesa dos mares brasileiros.

A adesão do Pará à Independência somente em 1823 foi um ato extremamente corajoso. Foi a resposta dos paraenses ao abandono que o Estado vinha enfrentando. Foi a insatisfação da elite amazônica, que se sentia afastada das decisões políticas e econômicas do País.

Contribuímos muito com a economia do Brasil, mas ainda somos um Estado pobre. Temos imensas riquezas minerais e vegetais, e pouco é revertido em favor do povo paraense. O pior de tudo é que, infe-

lizmente, poucos conhecem a realidade amazônica. Grande parte da população tem uma visão pouco realista do que seja a Amazônia. Para muitos brasileiros, a região é somente povoada por mitos. Não conhecem a grandiosidade do povo amazônico, que já foi capaz de protestar contra o abandono, através de uma revolução popular, a Cabanagem, que foi o grande movimento popular do Brasil na região Norte.

A adesão do Pará à independência quase um ano depois foi um movimento que congregou burgueses nacionalistas insatisfeitos, militares que desejavam alcançar altos postos, políticos que queriam maior poder de decisão na política brasileira, escravos que ansiavam pela liberdade, índios e mestiços movidos por séculos de dominação e opressão portuguesa. Um movimento corajoso e autêntico. Foi quando o Pará mostrou sua indignação e conseguiu juntar todos os paraenses em uma mesma direção.

No dia 15 de agosto, quando se comemorou a adesão do Pará à independência foi o momento de todos nós nos perguntarmos se está se dando verdadeira importância à região amazônica. Depois de séculos de abandono, é chegada a hora de darmos mais uma vez o nosso grito de revolta, para que o Brasil ouça a nossa indignação em relação à política regional implementada hoje pelo governo federal – se é que há alguma.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu conclamo os meus conterrâneos a lutar bravamente pelo desenvolvimento do nosso Estado e da nossa região, com todas as nossas forças. Mostremos para o resto do Brasil a nossa capacidade de reverter o jogo.

Com toda a nossa contribuição ao Brasil, precisamos ser vistos e lembrados nas políticas regionais de desenvolvimento. Chega de sermos relegados a um segundo plano.

O povo do meu Estado tem muito orgulho da nossa grandeza de riquezas e de lutas. Não devemos, nunca, esquecer a coragem de nossos ancestrais que muito lutaram, com sangue, suor e lágrimas, para que a Amazônia tivesse o respeito que deveria ter, mas que ainda não tem!

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria também de comentar artigo do jornalista Fernando Rodrigues, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, de 13 de agosto de 2005, com o título: “Eutanásia incerta”.

Segundo o artigo, “o melhor cenário previsto para o presidente Lula é torcer para o governo sobreviver vegetando até o dia 31 de dezembro de 2006. Está como um doente terminal numa UTI. Tem danos no cérebro ainda não totalmente conhecidos. Talvez nunca mais consiga caminhar. Suas funções vitais são mantidas por aparelhos”.



Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar os anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**EUTANÁSIA INCERTA**

**Brasília** – A que ponto chegou a administração federal do PT. O melhor cenário previsto para o Presidente Lula é torcer para seu governo sobreviver vegetado até dia 31 de dezembro de 2006. Está como um doente terminal numa UTI. Tem danos no cérebro ainda não totalmente conhecidos. Talvez nunca mais consiga caminhar. Suas funções vitais são mantidas por aparelhos.

As máquinas e os tubos impedindo a transformação de Lula num cadáver político atendem pelo nome de popularidade e economia.

A aprovação do petista vem caindo. Mas são respeitáveis os 31% de “bom e ótimo” e os 41% de “regular”. Nenhum grupo político de relevância defende em público uma eutanásia para o governo. Ok, a palavra **impeachment** é usada abertamente. Só que para recomendar cautela. “Não adianta querer impor o impedimento sem vontade popular”, analisa o líder do PFL no Senado, José Agripino.

Esse é o consenso em Brasília. Mesmo depois das últimas duas bombas. Primeiro, a confissão de Duda Mendonça sobre o caixa dois do PT em 2002. Depois, a entrevista do ex-deputado Valdemar Costa Neto à revista **Época** acusando Lula de saber do acerto financeiro traficado entre o PL e a direção petista.

Se o Brasil fosse o Japão, alguns deputados cometeriam suicídio pulando de uma das torres do Congresso. Se o Brasil fosse a Suécia, possivelmente alguns já estariam cassados, inclusive o presidente da República. Mas aqui é o Brasil. Outro padrão.

E tem a economia. Em setembro de 1992 ao sofrer o **impeachment**, Fernando Collor segurava uma inflação anual de 1.131,47% (Fipe) – e só 9% de aprovação no **Datafolha**. Hoje a alta de preços nos últimos 12 meses foi de 6,2%. É muito diferente. Eutanásia e/ou **impeachment** do Governo Federal não é algo tão próximo como possa parecer. A maior característica da atual crise é o alto grau de imprevisibilidade de seu desfecho. Nunca nos esqueçamos. Aqui é o Brasil.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo intitulado “Fantasmas”, de autoria da ar-

ticulista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 14 de agosto do corrente.

O artigo mostra que os últimos acontecimentos foram péssimos para o Presidente Lula: as declarações do ex-deputado Valdemar Costa Neto, o depoimento do publicitário Duda Mendonça e o resultado da última pesquisa do Datafolha, que mostrou que a popularidade do presidente Lula está em queda. Como diz a autora, “para a sorte do presidente, não há elementos jurídicos formais para um impeachment e ninguém quer uma saída tão traumática, chocante”.

O artigo conclui afirmando que “não há mais como esconder o sol com a peneira: o governo virou uma miragem, e Lula, um fantasma do velho Lula”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**FANTASMAS**

**Brasília** – A semana passada foi péssima para Lula; o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, disse que ele sabia das negociações de dinheiro para os aliados do PT; Duda Mendonça admitiu que recebeu R\$11,5 milhões do PT, via Marcos Valério, e enviou tudo clandestinamente para as Bahamas. O **Datafolha** mostrou que a popularidade de Lula está em queda e que, hoje, ele perderia de Serra num eventual segundo turno.

Repare que há uma íntima relação de causa e efeito entre essas três bombas contra Lula. Para comprar os aliados, os petistas montaram uma fábrica extraordinária de dinheiro com Valério e se meteram com contas em paraísos fiscais. O resultado é que o PT deixou de ser o PT, Lula deixou de ser Lula, ambos não conseguem mais governar e estão jogando pela janela da história uma reeleição tida como líquida e certa.

Os aliados comprados pulam do barco gritando impropérios. Os petistas inocentes se debulham em lágrimas no Congresso. Lula janta com Chávez e tenta entender o que se passa em conversas infundáveis com os poucos ministros que ainda querem resistir ao **tsunami**.

O pronunciamento do presidente na sexta era necessário, mas veio tarde e é insuficiente para conter as ondas fortes, os ventos adversários e a seqüência estonteante de fatos e confirmações. Não responde ao



fundamental: o presidente foi de fato “traído”? Com o principal ministro no centro das denúncias, a cúpula do PT liderando as operações, o filho recebendo financiamento inexplicável e tudo à sua volta ruindo, como ele foi o último a saber? E pela imprensa?!

Para sorte do presidente, não há elementos jurídicos formais para um impeachment e ninguém quer uma saída tão traumática, chocante. Nem a elite financeira, nem a oposição, nem os petistas que sempre foram os maiores defensores do impeachment dos outros. Mas não há como esconder o sol com a peneira; o governo virou uma miragem, e Lula, um fantasma do velho Lula.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial da **Folha de S. Paulo** do último dia 14 de agosto do corrente intitulado “O vazio do PT”.

O editorial mostra como os responsáveis pela arquitetura do projeto de poder do Partido dos Trabalhadores acabaram esfacelando a credibilidade do alegado patrimônio ético do partido.

Segundo o editorial, “certo é que o país já perdeu uma referência ética oposicionista e ganhou um governo medíocre, enredado num incrível esquema de corrupção”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido editorial seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**O VAZIO DO PT**

O que será do PT? A sucessão de erros da cúpula do partido e do Governo Luiz Inácio Lula da Silva já redundou no esfacelamento da credibilidade e do alegado patrimônio ético da legenda, criando uma situação que deverá provocar mudanças significativas no próprio sistema político-partidário do País.

Terminaram por se materializar os temores manifestados por alguns cardeais petistas acerca de um fracasso histórico das “forças democráticas de esquerda” recém chegadas ao poder. Muitos justificaram a opção por alianças e diretrizes econômicas conservadoras justamente por entender que esse seria o caminho necessário para evitar uma “desestabilização” do Governo Lula. O fiasco, no entanto, consumou-se, não por obra de uma conspiração das “elites” – como alguns

ainda fantasiam –, e sim em decorrência dos equívocos cometidos pela casta responsável pela arquitetura e administração do projeto de poder do partido.

Encastelado na direção do PT, o chamado Campo Majoritário foi o artífice da derrota. A tendência, que é sintetizada pelo Deputado José Dirceu, nas funções de formulador e operador político, e por Lula, no papel de animador de audiências, acreditou que seria possível comprar a escumalha a que se juntou e apropriar-se de estruturas e fundos públicos para consolidar uma posição duradoura de domínio do Estado.

Não contavam os aprendizes de feiticeiros, em sua arrogância de suposta “vanguarda” política, que, em meio à consecução do plano, desavenças características de associações mafiosas viessem a implodir prematuramente o esquema. Assiste-se agora a um constrangedor corre-corre em que cada um procura salvar sua própria pele, ora apontando para bodes expiatórios, ora alegando desconhecer os ilícitos, ora apresentando mentiras infantis.

Aqueles que acompanham o caótico processo em curso no partido não têm dúvida de que haverá uma cisão. A chamada esquerda petista, alijada do poder pelo grupo de Dirceu e Lula, ou deixada à legenda, para se juntar aos que dela foram anteriormente expurgados, ou conquistam o controle da agremiação e dela tentam expulsar seus antigos controladores.

Por ora, o quadro é de crise de autoridade. Nem o Campo Majoritário nem as alas de esquerda detêm efetivamente o poder. O jogo partidário deverá ser definido – ou o caos definitivamente triunfará – por ocasião das decisões internas que serão tomadas no próximo mês de setembro. O mais provável é que ambos os lados procurem se manter no partido. Se nutrem ambições eleitorais, será difícil que venham a abrir mão do generoso horário gratuito de rádio e TV a que faz jus a legenda. Mas não se sabe nem mesmo se o PT vai se manter como partido, pois as transgressões cometidas podem levar à cassação de seu registro.

Certo é que o País já perdeu uma referência ética oposicionista e ganhou um governo medíocre, enredado num incrível esquema de corrupção. O vazio representado pela subtração do antigo PT da cena política e a pulverização das forças de esquema devem acarretar um rearranjo cujas características dimensões ainda estão por definir.

**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Confie em mim”, de autoria do jornalista Diogo Mainardi, publicado na revista *Veja* em sua edição de 10 de agosto do corrente.

O autor, fazendo uso da frase “confie em mim”, ligou para três parlamentares e conseguiu algumas confissões. O primeiro a receber seu telefonema foi o Senador Eduardo Suplicy, que no governo do ex-Presidente Collor foi o primeiro a pedir o **impeachment**. Diogo queria saber se agora não era hora dele pedir o impeachment do Presidente Lula; a resposta foi não.

O segundo foi o Deputado Federal José Janene, que está entre os que receberam propina do Marcos Valério. Segundo o Deputado, o PP recebeu dinheiro do PT para se tornar aliado. Quem intermediou a negociação foi o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, que encaminhou o partido a Delúbio Soares. O dinheiro foi usado para o pagamento de dívidas eleitorais do PP.

O terceiro foi o Senador Almeida Lima, que apresentou uma proposta de emenda constitucional que poderia salvar o Congresso Nacional, diminuindo um monte de ladrões da vida pública. O Senador sugere a diminuição do número de senadores de três para dois, do número de deputados federais de 513 para 396, um corte de 25% nas vagas de deputados estaduais e vereadores e que se acabe com os vice-governadores e vice-prefeitos e vice-presidente.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**CONFIE EM MIM**

**“Janene: Foi o próprio José Dirceu quem encaminhou o PP a Delúbio Soares. Pode colocar a informação numa matéria, mas sem me citar”**

Telefonei para o Senador Eduardo Suplicy. Ele foi um dos primeiros a pedir o **impeachment** de Collor.

Eu: Não chegou a hora de pedir o impeachment do Lula?

Suplicy: Acredito que não.

Eu: A gente já sabe que o governo Lula, por meio de José Dirceu, deu dinheiro porco a parlamentares, em troca de apoio político. Não é matéria para um impeachment?

Suplicy: José Dirceu, na Comissão de Ética, afirmou reiteradas vezes não ter sido o responsável pelo pagamento a parlamentares.

Eu: O senhor acredita nele? Alguém acredita nele?

Suplicy: Dou-lhe o benefício da dúvida. Telefone para o Deputado José Janete. Ele é um dos líderes do PP. Seu chefe de gabinete, João Cláudio Carvalho Genu, recebeu um dinheirão de Marcos Valério. Quando aderiu ao governo Lula, o PP tinha 43 deputados. Agora tem 55. Em 1º de julho de 2003, o presidente do PP, Pedro Corrêa, explicou à **Folha de S.Paulo** que a cooptação de parlamentares era negociada diretamente com José Dirceu: “Ele recebeu a mim e ao deputado que está vindo ao partido. Também ajudam o Pedro Henry e o José Janene”.

Eu: O Senhor nega que o PP tenha recebido propina do governo Lula. Diz que o dinheiro de Marcos Valério foi empregado apenas para dívidas de campanha eleitoral. O pagamento de dívidas de campanha eleitoral fazia parte das negociações entre o PP, os deputados cooptados pelo partido e o Ministro José Dirceu em meados de 2003?

Janene: Eu só posso falar sobre o assunto em of.

Eu: Confie em mim.

Janene: Em primeiro lugar, meu chefe de gabinete, Genu, não recebeu tudo isso que estão dizendo. Foram 600,000 reais.

Eu: O pagamento desses 600,000 reais foi negociado com José Dirceu?

Janene: Serei extremamente didático: sim. Foi negociado entre o presidente do partido, Pedro Corrêa, o líder do partido, Pedro Henry, e o Ministro da Casa Civil, José Dirceu. Na época, eu só tratava com Marcelo Sereno.

Eu: Foi o próprio José Dirceu quem encaminhou o PP a Delúbio Soares?

Janene: Claro. Foi ele.

Eu: Espero que o PP esclareça esses fatos em breve.

Janene: É o que pretendemos fazer.

Eu: Tem certeza de que não posso publicar nada disso?

Janene: Por enquanto, não. Pode colocar a informação numa matéria, mas sem me citar.

Eu: Confie em mim. Telefonei para o Senador Almeida Lima. Ninguém dá bola para ele. É um erro. Os parlamentares relutam em pedir o impeachment de Lula porque sabem que a população está com nojo deles. Se o Congresso Nacional quer recuperar um mínimo de legitimidade, deve aprovar imediatamente as propostas de emenda constitucional de Almeida Lima. Elas tiram um monte de ladrões da vida pública, reduzindo assim o número de senadores por estado de três para dois e o número de deputados federais de 513 para 396. Almeida Lima propõe também o corte de 25% das vagas para deputado estadual e vereador.

dor, além da abolição dos cargos de vice-presidente, vice-governador e vice-prefeito.

Eu: Em que pé estão suas propostas para a reforma do Estado?

Almeida Lima: Não foram nem apreciadas na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Eu: O senhor pode salvar o Congresso Nacional. Seus colegas parlamentares deveriam carregá-lo nos ombros, com uma coroa de louros.

Almeida Lima: Obrigado.

Eu: Confie em mim.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “A desculpa que faltou”, de Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 13 de agosto do corrente.

Depois do discurso medíocre de ontem, ficou provado que Luiz Inácio Lula da Silva é realmente um inepto como piloto da crise. Como disse o autor: “como líderes são necessários, acima de tudo, nas horas de crise, Luiz Inácio Lula da Silva de certa forma demitiu-se ontem dessa função. Pode até permanecer na Presidência da república até o final do mandato, mas ficará como os norte-americanos adoram chamar de **lame duck**”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**A DESCULPA QUE FALTOU**

**São Paulo** – O pobre discurso do presidente da República acaba sendo apenas a confirmação do que já se vinha notando desde o início da crise: Luiz Inácio Lula da Silva é inepto como piloto de tormenta.

Como líderes são necessários, acima de tudo, nas horas de crise, Luiz Inácio Lula da Silva de certa forma demitiu-se ontem dessa função. Pode até permanecer na Presidência da República até o final do mandato, mas ficará como o que os norte-americanos adoram chamar de “lame duck” (literalmente, pato manco; no jargão político, um dirigente abalado, portanto manco).

Líder que é líder e se acha traído dá o nome dos traidores, em vez de proteger o traidor pela ocultação.

Líder que é líder não diz que o governo deve desculpas, como se ele não fosse o líder de ambos e não devesse, portanto, dizer com todas as letras e a coragem que lhe faltou: “Eu peço desculpas”. A primei-

ra pessoa do singular era inescapável. O “nós” não a substitui, nas circunstâncias.

Pedir desculpas para valer exigiria dizer que foi Lula, e ninguém mais, quem traiu a história de seu partido, certa ou errada.

Lula sabia perfeitamente que comprar os serviços de Duda Mendonça é luxo que só poderia ser pago da forma como foi, ainda mais tendo como tesoureiro um certo Delúblio Soares, de plena confiança do presidente, outra omissão na desculpa.

Luiz Inácio Lula da Silva sabia perfeitamente que comprar o apoio do PL teria um preço não exatamente ético, como atesta agora o ex-presidente da legenda, o notório Valdemar Costa Neto. Fez questão de comprá-lo assim mesmo.

Luiz Inácio Lula da Silva sabia perfeitamente o preço para ter o apoio do PTB de Roberto Jefferson. Está pagando-o agora, na forma de uma crise muito maior que a sua aptidão para enfrentá-la.

@-cross@uol.com.br

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaríamos de registrar nossa participação, no último dia 12, no III Seminário Estadual Caminhando Para a Igualdade Racial, realizado em Porto Alegre. Registramos também nossa presença no Simpósio Ministério Público E A Igualdade Racial: Painel: Ação Afirmativa e o Estatuto da Igualdade Racial, realizado em São Paulo no dia 15.

Os dois eventos versaram sobre a questão racial sob dois ângulos diferentes, mas ambos de suma importância para o alcance da tão sonhada igualdade. O primeiro, em Porto Alegre, foi realizado quase que com a presença exclusiva dos militantes e simpatizantes da causa. Lá reforçamos a sintonia que deve haver no movimento negro e a importância de todos trabalharmos pelo ideal que nos une. Contamos com a presença do cantor e apresentador Netinho, que brilhou no evento com a sua incansável militância.

Em São Paulo, no ministério Público o evento foi voltado para a importância do cumprimento da Lei, mas levando-se em conta primordialmente a questão humana ligada à Lei. Cumprimento ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Rodrigo César Rebello Pinho, aos demais procuradores presentes no evento, bem como o Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania de São Paulo, Doutor Hédio Silva Júnior e o nosso querido Frei Beto.

A credito que estes encontros somam esforços no sentido de levarmos os projetos de igualdade, liberdade a todos os brasileiros. O Brasil é conhecido mundialmente por ser um país miscigenado. De fato, temos aqui uma grande mistura de raças, de etnias, de

religiões... mas, infelizmente, essa diversidade convive com o racismo e com o preconceito.

Os afro-brasileiros – maioria de nossa população – em geral são as principais vítimas. Mas isso não faz com que nos esqueçamos dos índios, das pessoas com deficiência, das mulheres, dos idosos, dos judeus, dos homossexuais, enfim, o leque é bastante amplo.

Apesar disso, o racismo, o preconceito e as discriminações ainda são negados por diversos discursos. Discursos que pregam a plena assimilação dos afro-brasileiros à cultura dominante.

Em outros casos, a discriminação racial não é assumida como rotina. Ao contrário! Muitos tratam os inúmeros casos assim como eventos isolados, episódicos. Há ainda aquelas pessoas que não se confessam racistas ou preconceituosas, mas que têm ações que dizem o contrário.

Sabemos, claro, que todas essas formas de preconceito fazem parte de nossa cultura, por isso cabe a nós, cidadãos brasileiros, começarmos a alterar isso. Nesse contexto, destacamos as ações afirmativas.

Ontem a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou projeto de nossa autoria que define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem, o PLS 309 de 2004. Projeto que estava sob a relatoria do senador Rodolfo Tourinho e que agora segue para a Comissão de Direitos Humanos em que será terminativa.

Mais um passo rumo à construção de uma sociedade igualitária!!

Alguns podem se perguntar a importância desse projeto, em que ele irá, de fato, contribuir para alcançarmos essa tão almejada igualdade. E aqui faço uma pequena retrospectiva.

De acordo com o artigo 5º de nossa Constituição, “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. Item regulamentado pela lei nº 7.716 de 1989.

Só que essa lei baseava-se no casuísmo, então, posteriormente, foi alterada pelas leis 8.081 de 1990 e 8.082 de 1994. Essas, por sua vez, tiveram seus conteúdos alterados pela lei 9.959 de 1997. A injúria passa a ser qualificada pela utilização de elementos referentes a raça, dor, etnia, religião ou origem acrescentando o parágrafo 3º ao art. 140 do Código Penal. Mas isso ainda não é o ideal.

Apesar disso, ainda ficam dúvidas. Vamos citar uma: quando um ato de discriminação racial subjetivo encontrar referência num outro tipo penal, como, por exemplo, o crime de lesões corporais, como ele deverá ser punido?

Para alguns, a motivação racista, como elemento subjetivo não é suficiente para decidir qual é a condu-

ta especial. O grau de detalhamento da conduta, sim, funcionaria como o “fiel da balança” do princípio da especialidade.

Resultado: um número enorme de condutas, embora facilmente identificadas no senso comum como prática de racismo, deixam de caracterizar a infração que consta no art. 20 da Lei nº 7.716, de 1989.

É aqui que nossa proposta pretende fazer a diferença. A idéia é superarmos esse impasse por meio da criação de um tipo genérico de crime racial descrevendo mais detalhadamente o aspecto objetivo da ação discriminatória por acréscimo de outros verbos típicos como: “negar”, “impedir”, “interromper”, “constranger”, “restringir”, “dificultar” o exercício de direitos por parte da pessoa discriminada.

Não existem dúvidas, esses verbos são mais adequados às manifestações de racismo e de preconceito que estão presentes em nossa sociedade, em geral, de forma velada e não explicitamente acusativas.

A proposta aumenta a pena daqueles que cometem esse tipo de crime se a discriminação for praticada contra pessoas menores de 18 anos; por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las; contra os direitos sociais (trabalho, lazer, educação e saúde); contra a liberdade de consumo de bens e serviços.

Também cuidamos de oferecer tratamento autônomo à violência racial nas hipóteses em que a discriminação coincide com a prática de lesões corporais, maus-tratos, ameaça e abuso de autoridade. Da mesma forma, o homicídio praticado por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem passa a ser punido na forma qualificada do art. 121, § 2º, do Código Penal.

Devemos destacar ainda o item que diz respeito à incriminação do “atentado à identidade étnica, religiosa ou regional” (art. 6º). Uma inovação!!

Com efeito, o princípio do repúdio ao racismo protege a igualdade e o pluralismo como valores fundamentais do texto constitucional. As legítimas manifestações culturais dos grupos historicamente marginalizados merecem especial proteção penal. O modo de ver, sentir, pensar e viver dessas enormes parcelas da população deve ser protegido contra todas as formas de preconceito.

O pluralismo não pode ser figurativo!!

A proposta define, ainda, o crime de associação criminosa racista (art. 7º). O projeto prevê que as organizações, associações ou grupos racistas receberão punição mais severa do que a prevista no Código Penal. Serão punidas, igualmente, as pessoas que financiarem ou prestarem qualquer tipo de assistência às referidas organizações. Caberá ao juiz suspender ou não as atividades da pessoa jurídica que vier a servir de auxílio à associação criminosa.



Por essas e outras razões é que vemos com alegria a aprovação do PLS 309/04 pela CCJ. Percebemos que aos poucos os preconceitos estão sendo enfrentados por meio de mecanismos concretos de reparação.

E esta Casa mais uma vez nos mostra estar na luta pela igualdade racial. No “Ano da Igualdade Racial” mostramos que estamos ao lado dos cidadãos brasileiros a fim de construir um país melhor.

Aproveito a oportunidade para, mais uma vez, convidar a todos a participarem no dia 16 de novembro da Marcha Zumbi + 10. Um espaço para que a sociedade debata a urgência de políticas públicas que garantam o pleno acesso da comunidade negra aos direitos civis, sociais, econômicos e culturais.

Uma das bandeiras da Marcha é a imediata aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Matéria que, como costumamos dizer, é a verdadeira carta de alforria para a nação negra.

Enfim, esperamos que vocês estejam sempre conosco nessa luta. Uma luta que não é de afro-bra-

sileiros apenas, mas sim de todo cidadão e de toda cidadã que sonha em viver em um país melhor, mais digno e mais igualitário.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar esta sessão de 18 de agosto de 2005, iniciada às 14 horas, mostrando que o Senado está atento e, como há 181 anos, não vai faltar à Pátria naquilo que determinou Rui Barbosa quando disse que só há um caminho e uma salvação: a lei e a justiça.

Esta sessão foi toda supervisionada por este extraordinário homem do Maranhão, Dr. Raimundo Carreiro Silva.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 31 minutos.)*

## Ata da 138ª Sessão Não Deliberativa, em 19 de agosto de 2005

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias, Mozarildo Cavalcanti, Mão Santa da Srª Íris de Araújo, e dos Srs. Paulo Paim e Edison Lobão*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Nos termos do Requerimento nº 744, de 2005, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e de outros Srs. Senadores, o tempo dos oradores da Hora do Expediente será dedicado a homenagear a Maçonaria brasileira, pelo Dia do Maçom.

Tenho a honra de convidar para compor a Mesa, nesta justa homenagem ao Dia do Maçom, o Sr. Laelson Rodrigues, da Loja Grande Oriente do Brasil (Palmas.); o Sr. Sérgio Muniz Gianordoli, da Grande Loja CMB (Palmas.); e o Sr. Antônio do Carmo Ferreira, da Confederação Maçônica do Brasil. (Palmas.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, autoridades maçônicas componentes da Mesa, demais autoridades maçônicas, senhores, a presença da maçonaria na história universal é indiscutível, apesar de ela ter sempre estado envolta em muitos mistérios e segredos.

No entanto, falar nessa ordem secular antes de 24 de junho de 1717 é se deparar com especulações, teorias de todo tipo e muitas lendas.

Mas por que 24 de junho de 1717? Porque essa é a data em que a instituição nasceu oficialmente, criada durante a festa de São João Batista, em Londres, quando foi constituída a grande loja mãe do mundo, ou seja, a maçonaria em sua concepção moderna. Existe um substancial consenso entre os historiadores a respeito de que essa seja a data de nascimento da maçonaria modernamente entendida.

No momento em que o País atravessa uma grave crise política, em que os pilares éticos e morais foram

esgarçados por atos praticados por agentes públicos, é mais do que oportuno reverenciar a maçonaria.

A maçonaria, ordem universal constituída por homens de todas as raças e nacionalidades, acolhidos por iniciação e congregados em lojas, nas quais, auxiliados por símbolos e alegorias, estudam e trabalham para o aperfeiçoamento da sociedade humana, deveria inspirar a todos nós, sem distinção ideológica ou partidária.

O Brasil, Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, em toda a sua história republicana, jamais foi tão necessitado dos princípios que norteiam a maçonaria. Fundada no amor fraternal e na esperança de que, com amor a Deus, à Pátria, à família e ao próximo, com tolerância e sabedoria, com a constante e livre investigação da verdade, com a evolução do conhecimento humano pela filosofia, ciências e artes, sob a tríade da liberdade, igualdade e fraternidade e dentro dos princípios da moral, da razão e da justiça, o mundo alcance a felicidade geral e a paz universal. Gostaria de ressaltar, senhores, que os enunciados da Maçonaria deveriam ser cultuados por inúmeras instâncias do Poder Público de nosso País, particularmente neste momento de aguda crise política que envolve as instituições públicas brasileiras.

No que se refere à dedução de enunciados maçônicos, gostaria de me referir especificamente a um deles. A Maçonaria, além de combater a ignorância em todas as suas modalidades, constitui-se em escola na qual se impõe o seguinte programa: obedecer as leis democráticas do País; viver segundo os ditames da honra – que destaque; praticar justiça; amar o próximo; trabalhar pelo progresso do homem.

Uma das vertentes da crise política em curso, a qual não podemos ignorar, impõe às instituições maiores da Nação a busca de um novo paradigma nas relações entre os Poderes constituídos bem como no exercício do poder (**latu sensu**). Considero que trilhar a vida segundo os ditames da honra é um bom caminho para qualquer viajante.

A influência da Maçonaria sobre as artes, as idéias, as ciências, assim como sobre os rumos da política, com a adesão às idéias e rituais maçônicos de reis, nobres, militares, religiosos, intelectuais, revolucionários e demais líderes, demonstra a sua amplitude na história da humanidade. Os vínculos entre o mundo científico e a Maçonaria revelam-se muito estreitos desde o início. As primeiras lojas inglesas já eram muito próximas aos ambientes da Royal Society, a Academia Britânica das Ciências.

É curioso observar que, até mesmo na música erudita, a Maçonaria contribuiu de maneira efetiva. Como registra a literatura especializada, na segunda metade do Século XVIII, as atividades concertistas em Viena e em Berlim eram de marca maçônica, como também a dramaturgia musical e grandes músicos, como Mozart e Händel, entres outros.

Sr. Presidente, senhores, com infindável galeria de maçons célebres, entre os quais podemos citar nomes como o de Napoleão, Voltaire, Diderot, Garibaldi e Roosevelt, a Maçonaria chega aos dias atuais vigorosa e irrequieta. O País em que o percentual de afiliados à Maçonaria em relação ao total da população masculina adulta é mais alto é a Inglaterra. Apenas na cidade de Londres estão em atividade 1,8 mil lojas.

A sabedoria proporcionada pela arte da construção, uma especialidade dominada pelos pedreiros livres (*free-mason*), os entalhadores de pedra, espécie de elite profissional de uma época em que a Maçonaria apenas se delineava e de onde a ordem extraiu muitos de seus princípios, deve ser objeto de exame por parte de todos aqueles investidos de mandato popular, notadamente do primeiro mandatário da Nação, o Presidente da República.

A Maçonaria – uma escola de líderes –, inegavelmente, pode induzir, neste momento tão difícil da vida nacional, práticas calcadas nos valores da ordem, ou seja, trabalharmos por uma sociedade mais justa e mais perfeita.

A Maçonaria não impõe limites à investigação da verdade. Esta é a hora da investigação para a assepsia geral. Esta é a hora de nos dedicarmos à responsabilização civil e criminal daqueles que desonraram a sociedade brasileira. (*Palmas.*)

Não há dúvida de que a verdade liberta e restaura. É hora de buscarmos a verdade. É hora, Sr. Presidente, de sermos absolutamente sinceros. É hora de não agredirmos a inteligência das pessoas. Proteger, neste momento, determinadas lideranças, blindando determinados setores, considerando-os isentos em relação aos escândalos de corrupção que atormentam o País, não é ser absolutamente sincero.

Temos convicções pessoais que devem ser proclamadas, e creio ser este o palco adequado para que eu possa fazer isso. Neste momento estamos em busca do esclarecimento cabal, da elucidação completa de fatos delituosos, conhecidos após as denúncias da existência de uma rede sistêmica e organizada de corrupção com tentáculos no Governo federal e na alta cúpula partidária em conluio com setores da iniciativa privada. Temos ainda uma tarefa complexa à frente, que é a de investigarmos a origem dos recursos utilizados nessa rede sistêmica de corrupção a que me referi.

Falei em convicção pessoal. Tenho, Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside esta sessão, a convicção pessoal de que, basicamente, esses recursos são públicos, são recursos subtraídos dos impostos pagos com muito esforço e, muitas vezes, pagos com enorme sacrifício pelo povo brasileiro. São recursos públicos subtraídos por meio de contratos superfaturados, por meio de licitações fraudadas, decorrentes de privilégios concedidos pelo Poder Público a determinadas instituições financeiras, que retribuem com operações contábeis simulando empréstimos bancários para justificar recursos repassados ao mundo da política internamente e externamente, até mesmo com a prática do crime de evasão de divisas, lavagem de dinheiro contra a ordem tributária nacional e contra o sistema financeiro nacional.

É a busca dessa verdade que nos impõe neste momento enorme responsabilidade. E é exatamente nesta homenagem à Maçonaria que refletimos sobre a responsabilidade do Congresso Nacional neste momento de transição na vida do País para que possamos emergir dos escombros provocados por este gigantesco escândalo de corrupção para um novo tempo, uma nova imagem, um caminho diferenciado que nos leve a um futuro de dignidade, de honradez no exercício da função pública no Brasil.

Gostaria de concluir, Sr. Presidente, pedindo a reflexão sobre um ditado queniano: “Uma nação não é uma herança recebida de nossos pais, é um empréstimo feito junto aos nossos filhos”.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

*Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço ao Senador Alvaro Dias o brilhante pronunciamento feito.

Concedo a palavra agora ao ilustre Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Mozarildo Cavalcanti; demais membros da Mesa, ilustres membros da Maçonaria brasileira, ilustres convidados, é motivo de grande satisfação participar desta solenidade em que comemoramos o Dia do Maçom, principalmente na quadra atual da história do Brasil, em que muitas são as dúvidas sobre os homens e as instituições que nos governam.

Hoje, mais que nunca, todos nós precisamos nos inspirar nos ideais cultivados pela Maçonaria, como Ordem Universal formada por homens de todas as raças, credos e nações, unidos por suas qualidades cívicas, morais e intelectuais com o objetivo de construir uma sociedade humana baseada no amor fraternal, na liberdade, na igualdade e na fraternidade.

Muito já se disse e muito já se escreveu sobre a Maçonaria, sua natureza, sobre seu papel na história, sobre maçons ilustres que tiveram participação decisiva em eventos importantes de nossa civilização.

Como homem da Amazônia, gostaria, nesta solenidade, de destacar um aspecto importantíssimo da atuação da Maçonaria que é a defesa da Amazônia, cada dia mais objeto da cobiça internacional. (Palmas.)

Não há dúvida de que a Amazônia é hoje vítima de todos os tipos de traficantes, que se aproveitam das nossas fragilidades e da enorme extensão das nossas fronteiras para realizar ações deletérias, ações criminosas e ações fraudulentas de contrabando, descaminho, tráfico de drogas, tráfico de pessoas, tráfico de animais, plantas e outros elementos de nossa rica biodiversidade.

A Amazônia possui 61% do território nacional, 10% da população brasileira e é uma das áreas mais desassistidas do nosso País. Comungamos nas mesmas preocupações das Lojas Maçônicas do Brasil com os objetivos das chamadas grandes potências mundiais, que procuram, por todos os meios, diretos ou indiretos, declarar a Amazônia “zona de interesse mundial”, conferindo ao Brasil apenas uma “soberania restrita” sobre a região.

Temos as mesmas preocupações das Lojas Maçônicas do Brasil em relação ao reaparelhamento das nossas Forças Armadas, para que possam cumprir de forma adequada suas atribuições constitucionais de garantir a soberania do País, manter a integridade de nosso território e assegurar as condições dignas de trabalho a todos os brasileiros.

Todas essas questões e todos os elementos relacionados com a problemática da defesa da Amazônia

estão expostos, de forma muito clara e objetiva, numa das melhores obras já publicadas sobre a integridade da Amazônia e soberania do Brasil. Estou me referindo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhores convidados, à obra denominada **A Maçonaria pela Integridade da Amazônia em Defesa da Soberania do Brasil**, de autoria do jurista e grão-mestre da Grande Loja Maçônica do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Waldemar Zveiter.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ilustres membros da Maçonaria brasileira, ilustres convidados, a avassaladora onda denominada globalização vem criando enormes dificuldades para os países emergentes, pois, a partir da aceitação de seus princípios e da aplicação de seus métodos e práticas, verificamos o aumento do poder econômico, do poder político e do poder militar das grandes potências.

Os países mais pobres encontram enormes dificuldades para melhorar suas condições sociais e econômicas nesse chamado mundo globalizado, pois os organismos financeiros e outras agências internacionais impõem cláusulas leoninas, as chamadas condicionalidades.

**O Sr. Paulo Octávio** (PFL – DF) – Senador Valdir Raupp, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Com muito prazer, nobre Senador Paulo Octávio.

**O Sr. Paulo Octávio** (PFL – DF) – Senador Valdir Raupp, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela preocupação constante com a Amazônia, manifestada no seu pronunciamento. Hoje é um dia muito importante, o Dia do Maçom. Mais uma vez, mais um ano, o Senador Mozarildo Cavalcanti convoca todos nós, o Senado Federal, e homenageia os maçons brasileiros. Quero aqui, na pessoa do Ministro José de Jesus, brasileiro, cumprimentar todos os maçons brasileiros. Hoje já chegamos a quase 15 mil. Estamos crescendo, felizmente. Quero deixar registrado ao Senador Alvaro Dias, que também fez um brilhante pronunciamento, que o trabalho que S. Ex<sup>a</sup> vem desenvolvendo nas CPIs é muito importante. O Brasil passa por um momento de exigência da transparência, e esse trabalho que o Senado vem exercendo é muito importante. Por isso, neste Dia do Maçom, quero cumprimentar todos os senhores presentes, que vieram de vários Estados brasileiros, e dizer a todos que o Senado da República se sente muito feliz em tê-los aqui, ocupando as bancadas dos Senadores. E sintam-se efetivamente homenageados. Todos os anos, estaremos aqui ao lado do Senador Mozarildo Cavalcanti fazendo esta homenagem, uma homenagem justa a pessoas de bem que estão ajudando a construir um grande País.



Parabéns a todos. Muito obrigado, Senador Valdir Raupp, pelo aparte. (Palmas.)

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Foi com muito prazer que ouvi o seu aparte.

O significado real e final dessas políticas, com a aplicação dessas condicionalidades, é a perda da soberania dos países mais pobres, que passam a ser monitorados pelo poder econômico e pelo poder político dos países mais desenvolvidos.

O doutor Waldemar Zveiter faz uma análise abrangente da questão amazônica, destacando a soberania nacional, o papel das Forças Armadas, a cobiça estrangeira em relação à Amazônia e as repetidas frases de personalidades estrangeiras com o objetivo de relativizar a soberania brasileira sobre a região.

Tenho plena convicção de que as preocupações de todos os maçons do Brasil são as nossas mesmas preocupações e que podem ser resumidas nas palavras contidas no título do livro citado: integridade da Amazônia e defesa da soberania do Brasil.

Tem sido essa a nossa luta no Senado da República e no Congresso Nacional. A luta por uma Amazônia realmente do Brasil, desenvolvida por brasileiros, para os brasileiros, com independência e com soberania.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores e autoridades maçônicas, de que a Maçonaria, a exemplo de todo o mundo, em especial do Brasil, desde os primórdios do Império e da Proclamação da República, tem lutado sempre pelas grandes causas nacionais. E esta é mais uma causa de interesse da Nação por que a Maçonaria brasileira está lutando e vai lutar com todas as forças: a soberania da nossa querida Amazônia brasileira.

Deixo aqui meus cumprimentos a todos os maçons do Brasil, na certeza de que os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade serão sempre colocados a serviço dos interesses mais altos do País e da humanidade.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradeço as palavras do Senador Valdir Raupp e concedo a palavra, neste momento, ao ilustríssimo Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mozarildo Cavalcanti, que preside esta sessão, Senadores, lideranças maçônicas, não citarei nomes, porque poderia esquecer alguns e, mesmo involuntariamente, seria imperdoável.

Senador Mozarildo Cavalcanti, ontem V. Ex<sup>a</sup> convidou-me a participar desta homenagem. Já che-

gamos aqui irmãos, porque gastamos o melhor de nossa juventude buscando ciência para, com ciência e consciência, servir nossa gente. Dedicamo-nos à ciência médica que achamos ser a mais humana das ciências, e o médico, um grande benfeitor da humanidade. Estamos aqui, prestando homenagem ao maçom. Não tive esse privilégio como V. Ex<sup>a</sup>, mas trouxe aqui um testemunho do que isso significa. Primeiro, desde criança, a admiração, porque na minha cidade – e eu diria, como Sêneca, que não há pequena cidade, mas a “minha” cidade –, na minha Parnaíba, no Piauí, uma das lojas é Francisco Correia, meu tio. Mais ainda: padrinho de minha mãe. Sou de uma religião cristã, católica e com certeza meu nome, Francisco, se deve a isso, mas também houve a simpatia familiar de Francisco Correia. E quis Deus aqui encontrar quem significa para mim mais a minha pátria, o Piauí, ali ao lado, Ilídio da Silva Coutinho, um maçom que traduz a grandeza do Piauí e da ordem maçônica. Há 47 anos em Brasília, antes do nascimento, junto com o sonho de Juscelino, representando a bela cidade de Floriano, no Piauí. E quis Deus que, nessa cidade, Senador Alvaro Dias, eu fizesse o primeiro comício para ser candidato a governador do Estado.

Também aqui está um homem que representa aquilo que Cristo disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”, o juiz maçom José Alves de Paula. A vida nos colocou, às vezes, confrontando, mas nos confrontos que tivemos, sempre soubemos nos respeitar mesmo não sendo maçônicos, tudo por causa daquilo em que acreditamos: Deus, a família, a família como base da sociedade. Como Rui Barbosa disse, a Pátria é a família amplificada.

Quero dar o testemunho do que é ser maçom. O meu sonho é o Piauí. Eu fui lá porque quis e porque tive um desejo, porque nasci apaixonado por aquele Estado e Deus me permitiu me apaixonar por uma mulher do Piauí, constituir família no Piauí, ter filhos piauienses. Ao longo de minha vida, tenho acompanhado a maçonaria de longe, como se acompanha o firmamento e se olha para a Lua, para o Sol, para as estrelas. Eu respeito a instituição – não faço parte dela –, porque os membros que a compõem, aqueles que fazem parte das Lojas no meu Piauí, todos, são exemplos de dignidade, de trabalho, de companheirismo. A vida me levou para a política, como médico, assim como Mozarildo e Juscelino. Deixamos os templos de trabalho, um consultório ou uma sala de cirurgia, com oportunidade, com os instrumentos da Medicina, que servimos, para, com os instrumentos do poder político, servir muito mais. Aqui está um homem que vê como oportuna esta convocação. Es-

tudando, vi isto ao longo da vida: Deus escreve certo por linhas tortas. O que seria deste País sem a maçonaria? Quem primeiro ouviu o grito de liberdade, igualdade e fraternidade foram os maçons brasileiros como Gonçalves Leite, José Bonifácio. Aquele grito de liberdade, igualdade e fraternidade, quem o trouxe para este País foram os maçons. Vocês são responsáveis pelo governo do povo, pelo povo e para o povo. “És eternamente responsável por aquilo que cativas.” Sei que nós, políticos, lemos muito o **Príncipe**, de Maquiavel, mas gosto mais do **Pequeno Príncipe**, que disse: “És eternamente responsável por aquilo que cativas”. Vocês são responsáveis pela democracia brasileira, e hoje vivemos os momentos mais difíceis. Nunca dantes na história deste País, mesmo antes da República ou pós-ação maçônica criando a República, houve tanta corrupção. Nunca! Falo aqui pelo Líder maior do meu Partido, que redemocratizou nosso País, Ulysses Guimarães, que disse: “A corrupção é o cupim da democracia”.

Eu entendo que Deus, que escreve certo por linhas tortas, chamou o Senador Mozarildo Cavalcanti, líder político, líder maçônico, para este momento de responsabilidade de todos nós, mas muito mais dos senhores, porque a República nasceu do sonho, do ideal e da maçonaria, que faz com que todos os brasileiros, mesmo não tendo o privilégio de ser da sociedade, tenham o dever e a obrigação de respeitá-los e acreditar em vocês.

Que o dia de hoje seja um chamamento deste extraordinário líder político e, com certeza, líder maçônico, Mozarildo Cavalcanti, para combatermos juntos a corrupção, que é o cupim da democracia.

São essas as nossas palavras de admiração. Para concluir, faço minhas todas as palavras do Senador Alvaro Dias, mas terminaria com uma reflexão. Sei que, em Londres, há 1.800 lojas maçônicas. Oh, meu Deus, em quem creio, é preciso ter crença e fé!. Aprendi com a minha religião que fé sem obra já nasce morta. Então, oh, meu Deus, faça florescer no Brasil as lojas maçônicas!

Continuem a missão e sejam fortes, bravos e felizes!

Viva a Maçonaria do meu Brasil! (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Agradecemos as palavras do Senador Mão Santa.

Convido o Senador Alvaro Dias para presidir a sessão enquanto faço uso da palavra.

*O Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com muita satisfação, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, responsável por esta solenidade.

Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Sr. Presidente, Srs. Senadores que me antecederam na tribuna, quero cumprimentar meus caros irmãos maçons, nas pessoas dos queridos irmãos Laelson Rodrigues, Grão-Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil; Sérgio Muniz, da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, que representa as grandes lojas do Brasil; e Antônio do Carmo Ferreira, da Comab – Confederação Maçônica do Brasil. Quero também cumprimentar todos os grão-mestres de diversos Estados que estão aqui presentes, tanto das grandes lojas quanto do Grande Oriente do Brasil quanto das Grandes Orientes independentes.

Quero também mandar uma mensagem especial, um abraço especial aos Presidentes de Tribunais de Justiça dos Grandes Orientes estaduais, que estão reunidos em Brasília desde ontem, numa tarefa importante para a Maçonaria. E peço permissão para, em nome do meu filho, que está ali na tribuna de honra, que é Presidente do Tribunal de Justiça Maçônico lá do Grande Oriente de Roraima, cumprimentar todos os Presidentes aqui presentes.

Quero também cumprimentar, mandar um abraço fraterno a todas as cunhadas, na pessoa da minha esposa, que também se encontra ali, ao lado do meu filho, e a todas filhas e filhos de maçons, na pessoa da minha filha Geanne, que também se encontra presente.

Quero também fazer aqui um registro especial da presença do meu grande amigo, Dr. Franklin Rodrigues da Costa, que não é da Maçonaria, mas é da antiga e mística Ordem Rosa Cruz – ele é o mestre da loja de Brasília –, que é uma instituição que, como a nossa, é iniciática, é filosófica, e, portanto, procura o aperfeiçoamento dos espíritos. Quero, portanto, através dele, cumprimentar todos os rosas-cruzes do Brasil inteiro.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, meus irmãos, quero dizer que é com muita alegria que vejo, hoje, pelo quinto ano consecutivo, reunir-se esta Casa para prestar homenagem à Maçonaria brasileira, pelo transcurso do dia do Maçom, que será comemorado amanhã, dia 20 de agosto.

Integrante que sou, com muito orgulho, dessa antiga Ordem, quero mandar um abraço especial

para todas as Ordens do Brasil, cumprimentando e homenageando a minha Loja mãe, a Loja 20 de Agosto que, por feliz coincidência, tem esse título 20 de agosto, do Oriente de Boa Vista, no Estado de Roraima.

Tenho, por isso mesmo, o orgulho de ser maçom, de ser filho de maçom, de ser pai de maçom e de ter ainda um genro que está aqui presente e que é maçom. Portanto, a minha família tem a minha convicção de que a Maçonaria é um caminho importante para o aperfeiçoamento do ser humano em todos seus aspectos.

Por isso mesmo, tenho apresentado todos os anos requerimentos, com o apoio de inúmeros colegas Senadores, para que o Senado se integre às comemorações que marcam a passagem desta data tão importante para nós, que é o Dia do Maçom.

Afinal, nesta sessão, temos um momento propício para cultuarmos as muitas glórias do nosso passado; para relembrarmos os ilustríssimos irmãos que deram inauditas contribuições à causa da liberdade, da igualdade e da fraternidade; para celebrarmos a memória dos homens livres, de conduta ilibada, que pugnaram pelo progresso material e espiritual da Nação e da humanidade.

Mas é também o 20 de agosto, queridos irmãos, ocasião apropriada para lançarmos nossos olhos em direção ao futuro dessa instituição multissecular; para tentarmos antever qual poderá ser o papel da Maçonaria no Século XXI; para planejarmos a trajetória de nossa irmandade daqui para frente, de modo que a Maçonaria possa inclusive resgatar a importância que teve, no passado, nos eventos históricos de maior magnitude.

Ao longo dos séculos, a missão da Maçonaria tem sido de colaborar para o progresso moral, intelectual, científico e tecnológico da humanidade. Sucessivas gerações de maçons travaram, com muita galhardia, o bom combate em defesa dos direitos humanos, da libertação os povos, contra a opressão e a tirania, em prol das artes e das ciências. Toda essa luta, evidentemente, não está esgotada. Ela se projeta no século que se está iniciando agora.

O que muda, contudo é a feição dessa luta na medida mesma em que muda a feição da opressão e da tirania. Novos tempos trazem novos desafios, e a Maçonaria precisa evoluir para estar a sua altura, à altura desses desafios do Século XXI.

Uma das características marcantes do mundo contemporâneo é o avassalador poder que detêm as grandes corporações internacionais, poder que consegue se sobrepor, inclusive, ao poder dos próprios Estados nacionais. As restrições ao campo de

ação dos governos são, fatalmente, acompanhadas pela perda de influência dos cidadãos nos destinos das nações. Assim, um dos grandes desafios da sociedade do Século XXI é o de encontrar formas de amplificar a influência dos cidadãos nos destinos das nações – para além da norma “uma pessoa, um voto” – e de projetar essa influência no nível das relações internacionais.

Essa tem sido, precisamente, a lógica que inspira a atuação e o fortalecimento de organizações de âmbito supranacional dedicadas a determinados interesses dos mais variados tipos, desde a defesa dos direitos humanos até a preservação do meio ambiente. Essas organizações conseguem movimentar-se na arena internacional em pé de igualdade com as grandes corporações e, mesmo, com os Estados nacionais. A legitimidade das suas posições advém não só do número de membros que lhes dão corpo, mas também da universalidade dos valores que defendem.

Essa pode ser, também, a lógica de atuação da Maçonaria naquele que é o mundo, que nós convençamos chamar de não maçônico. Ela deverá atuar de uma forma evidente na defesa dos valores universais que professa. Esse deve ser, para além da dimensão iniciática, um importante papel da Maçonaria no Século XXI. Assim, nossa irmandade estará dando sua relevante contribuição para repor o equilíbrio em termos da influência dos cidadãos nos destinos das nações e projetar essa influência no nível das relações internacionais. Nesse aspecto, a Maçonaria tem uma grande oportunidade de afirmação no mundo inteiro: pela universalidade dos valores que professa; por envolver cidadãos de todas as origens, crenças e formações; e pela sua presença em quase todas as nações do mundo.

Penso, inclusive, que, embora a ação no que se convencionou chamar “mundo profano” deva estar dissociada da vertente iniciática, ela deve ser bem visível. A forma que melhor se presta a esse tipo de atuação é de um banco de idéias. Como sabemos, o seu papel é o de fazer recomendações a um governo, permitindo-lhe tomar decisões esclarecidas, um banco de idéias debruçando-se sobre uma área específica qualquer – telecomunicações, direitos humanos, transportes, políticas públicas – mas não faz **lobby**. A autoridade na área que se especializa, assegurada pela colaboração dos indivíduos mais esclarecidos na área, é suficiente para tornar claro a um governo que as suas recomendações devem ser consideradas.

Quero aqui fazer um afastamento da parte que escrevi para dizer que esse chamamento é justamente

para percebermos que temos perdido espaço, na influência nos destinos e decisões da Nação, para outras entidades que têm muito menos representatividade na sociedade, muito menos capilaridade na sociedade que nós, que sempre tivemos essa atuação forte.

Ao final de meu pronunciamento, vou ler uma declaração das Grandes Lojas, da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil. O Grande Oriente tem feito sucessivas manifestações, às vezes até em conjunto com as Grandes Lojas, e essas recomendações não saem das gavetas dos dirigentes da Nação.

Essa me parece ser uma das formas mais interessantes e estruturadas que a atuação da Maçonaria pode tomar: estudar questões de interesse nacional, na perspectiva da defesa dos interesses dos cidadãos, integrar o conhecimento e apresentar recomendações.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, meus caros irmãos, outras características marcantes de nosso tempo são a exacerbação dos fanatismos e da intolerância religiosa; a explosão populacional nos países mais miseráveis e o inferno demográfico nas nações industrializadas; a epidemia de Aids, ainda totalmente fora de controle na África e na Ásia; a degradação do meio ambiente e a má gestão dos recursos naturais.

Se procurarmos as principais causas comuns a todos esses males, duas haverão de sobressair: a ignorância e a indigência de valores espirituais. Parece claro, portanto, que uma preocupação central da Maçonaria no século XXI deverá ser a educação para os valores culturais e espirituais, contribuindo com as famílias e com as escolas. Esse será, por certo, um campo de batalha privilegiado para os lutadores maçônicos da atualidade, um campo de batalha no qual as armas serão o conhecimento, o coração e o espírito.

Já se tornou chavão dizer que estamos vivendo na sociedade da informação. De fato, o volume de informação que as novas tecnologias tornam disponível é assombroso. No entanto, exatamente pelo seu volume avassalador, torna-se cada vez mais difícil para o homem moderno assimilar e interpretar o vasto cabedal de informação que lhe é oferecido. Assim, o próprio entendimento do mundo e de sua evolução torna-se mais inacessível. Cresce, nesse contexto, o poder dos meios de comunicação de influenciar as mentalidades. Cada vez mais, a opinião pública é levada a acreditar naquilo que lhe é apresentado, não dispondo de meios para discernir o que é real do que é “fabricado”.

Para que cada ser humano consiga edificar o seu templo e burilar a pedra bruta, ele precisa de um espaço propício para a reflexão, para o diálogo filosó-

fico. Num momento histórico profundamente marcado pelo individualismo, pelo consumismo, pelo hedonismo, pela indiferença em relação aos semelhantes, cresce a sede dos homens de bem por um ambiente de paz, de compreensão, de comunhão fraterna com todos aqueles que têm as mesmas aspirações.

Por isso, a Maçonaria terá de crescer, de aumentar os seus efetivos, acolhendo todos aqueles que estejam sintonizados com os seus princípios da tolerância, da filantropia, da justiça e da busca da verdade. No seio da família maçônica, entre irmãos, o homem moderno pode encontrar o espaço para exercer a liberdade de pensamento, para libertar-se da dependência dos meios de comunicação, para exercer a sua influência cidadã nos destinos da sua nação. E, para o crescimento da nossa irmandade, um passo preliminar é o crescimento das organizações paramaçônicas para jovens de ambos os sexos, o que servirá para uma futura seleção de verdadeiros maçons e contribuirá para um aumento mais qualitativo e célere.

Importa também para essa expansão que a Maçonaria se dê mais a conhecer, que seja mais pró-ativa, que esteja mais próxima da sociedade. Cada país e a humanidade só têm a ganhar com isso, pois tenho certeza de que o aumento do número de maçons conduzirá, inevitavelmente, ao aumento do número de bons cidadãos e, por via de conseqüência, a uma melhoria da sociedade mundial.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, meus irmãos, como que a inspirar os trabalhos que se desenvolvem neste recinto, temos aqui o busto de um dos mais insignes brasileiros que já abrilhantaram esta Casa, o preclaro e inesquecível Senador Rui Barbosa, que está logo ali abaixo do crucifixo, que foi um exemplo de maçom para todos nós.

Ninguém melhor do que o irmão Rui Barbosa para nos trazer à memória as glórias passadas da maçonaria, seu compromisso multissecular com os ideais da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Que os incontáveis exemplos de maçons que obraram antes de nós possam nos infundir o ânimo necessário para o enfrentamento dos desafios que o nosso século nos está apresentando.

Neste momento de perplexidade por que passa o País, diante de tantos escândalos, é necessário que a maçonaria se posicione e aja de modo a fazer com que se evidenciem os requisitos básicos para alguém se tornar maçom: ser livre e de bons costumes. Quem consegue se libertar da ignorância, da opressão, e dos radicalismos, conseqüentemente pratica os bons costumes e abomina todo tipo de corrupção, cavando, portanto, masmorras aos vícios e elevando templos às virtudes.



É bom lembrar também o nosso irmão Rui Barbosa quando disse:

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra e ter vergonha de ser honesto.

Então, nós temos, neste momento, que nos levantar, cada qual como pode, para fazer com que não cheguemos a esse ponto para o qual, àquela época, Rui advertia, porque se banaliza tanto a corrupção, igualam-se todos por baixo que, se nós ficarmos caídos, estaremos colaborando para que esse estado de coisas se perpetue e o Brasil continue sendo o País que, permanentemente e espasmodicamente, está envolvido em escândalos de corrupção.

Tragamos sempre conosco nossos malhetes e nossos cinzéis, nossos esquadros e nossos compassos. Usemo-los com maestria para edificar nossos templos interiores, desbastar e burilar a pedra bruta que há em cada um de nós, mas também fazendo uma interface profunda com a sociedade e comunicando-nos melhor com ela; fazendo valer os nossos pensamentos por intermédio do convencimento. Esse é o grande desafio.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, passo a ler aqui um manifesto da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, assinado por todos os Grãos-Mestres das grandes Lojas, nos seguintes termos:

A Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil, constituída por vinte e sete grandes Lojas Maçônicas do Brasil, reunida no período de 12 a 16 de julho de 2005, na cidade de Vitória, Espírito Santo, por ocasião da sua 34ª Assembléia Geral, proclama:

I – O repúdio à corrupção que hoje corrói as instituições que alicerçam o estado democrático de Direito, pondo em risco a própria governabilidade, exigindo ampla e rigorosa apuração dos fatos, com punição exemplar dos responsáveis;

II – Que essa falta de ética e moralidade no trato da coisa pública tem propiciado diversas tentativas de desnacionalização da Amazônia, com ameaça à soberania nacional, pelo que propõe, a criação de uma empresa pública, de capital exclusivamente nacional, a Minerobrás, instituindo o monopólio do Estado brasileiro para exploração das riquezas mineiras da Amazônia;

III – Se necessário, reaparelhamento das Forças Armadas, capacitando-as adequadamente, para que se cumpra o ditame constitucional de preservação da soberania nacional, com o controle rigoroso de nossas fronteiras;

IV – Que não aceita a forma como está sendo feita a reforma agrária, com incentivo a movimentos de índole antidemocrática que pregam a violência, desobediência civil e o desrespeito ao legítimo direito da propriedade, pugnando por que seja realizada, visando à melhoria da qualidade de vida dos menos afortunados, sem fins eleitoreiros, objetivando unicamente justa e equânime divisão e exploração das terras comprovadamente improdutivas.

V – Finalmente, que se sente na obrigação de alertar as autoridades do setor no sentido de que nas questões relativas à transposição das águas do rio São Francisco se observem rigorosamente as normas técnicas, quer no que diz respeito às obras de construção, quer no tocante às conseqüências que dele poderão advir, como impactos ambientais negativos e revitalização permanente do rio, visando sempre preservar de forma equitativa os interesses das coletividades por elas abrangidas.

Seguem-se as assinaturas dos vinte e sete Grão-Mestres. Justamente é o que tenho dito, em sucessivos manifestos como este. Também já li o Grande Oriente do Brasil, das três potências, vamos dizer, que estão aqui hoje representadas. Mas eles morrem nos Anais deste Senado. Temos que mudar essa realidade porque já se disse que, quando se quer esconder uma coisa bem escondida, pedimos para transcrever nos Anais ou do Senado ou da Câmara. Mas ainda sou um homem de fé e acredito que é justamente pela persistência e pela insistência que conseguimos mudar no passado e que conseguiremos melhorar e mudar no presente e no futuro.

Sr. Presidente, requeiro a inclusão da transcrição do Manifesto da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil e dos artigos publicados na revista **Nossa História**, que trata do poder secreto da Maçonaria. E esse poder é tão secreto que está numa publicação não maçônica. É muito importante que a população do País procure, realmente, entender a Maçonaria, mas somos nós que temos o dever de nos fazer mais bem-entendido. Se assim o fizéssemos, o Brasil, com certeza, estaria melhor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO  
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI.**

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, é com grande alegria que vejo, pelo quinto ano consecutivo, reunir-se esta casa para prestar homenagem à maçonaria brasileira pelo transcurso do dia do maçom, comemorado amanhã, dia 20 de agosto.

Integrante que sou, com muito orgulho, dessa antiga ordem, tenho sempre apresentado requerimentos para que o senado se integre às comemorações que marcam a passagem da data. Afinal, trata-se de momento propício para cultuarmos as muitas glórias do nosso passado; para relembrarmos Os ilustríssimos irmãos que deram inauditas contribuições à causa da liberdade, da igualdade e da fraternidade; para celebrarmos a memória dos homens livres, de conduta ilibada, que pugnaram pelo progresso material e espiritual da nação e da humanidade.

Mas é também o 20 de agosto, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, queridos irmãos, ocasião apropriada para lançarmos nossos olhos em direção ao futuro dessa instituição multissecular; para tentarmos antever qual poderá ser o papel da maçonaria no Século XXI; para planejarmos a trajetória de nossa irmandade daqui para frente, de modo que a maçonaria possa, inclusive, resgatar a importância que teve, no passado, nos eventos históricos de maior magnitude.

Ao longo dos séculos, a missão da maçonaria tem sido a de colaborar para o progresso moral, intelectual, científico e filosófico da humanidade. Sucessivas gerações de maçons travaram, com muita galhardia, o bom combate em defesa dos direitos humanos, da libertação dos povos, contra a opressão e a tirania, em prol das artes e das ciências. toda essa luta, evidentemente, não está esgotada. Ela se projeta no século que se está iniciando.

O que muda, contudo, é a feição dessa luta, na medida mesma em que muda a feição da opressão e da tirania. novos tempos trazem novos desafios, e a maçonaria precisa evoluir para estar à sua altura.

Uma das características marcantes do mundo contemporâneo é o avassalador poder que detém as grandes corporações, poder que consegue se sobrepor, inclusive, ao poder dos próprios estados nacionais. as restrições ao campo de ação dos governos são, fatalmente, acompanhadas pela perda de influência dos cidadãos nos destinos das nações. Assim, um dos grandes desafios da sociedade do Século XXI é o de encontrar formas de amplificar a influência dos cidadãos nos destinos das nações – para além da norma

“uma pessoa, um voto” – e de projetar essa influência no nível das relações internacionais.

Essa tem sido, precisamente, a lógica que inspira a atuação e o fortalecimento de organizações de âmbito supranacional dedicadas a determinados interesses fundadores, dos mais variados tipos, desde a defesa dos direitos humanos até a preservação do meio ambiente. Essas organizações conseguem movimentar-se na arena internacional em pé de igualdade com as grandes corporações e, mesmo, com os estados nacionais. A legitimidade das suas posições advém não só do número de membros que lhes dão corpo, mas, também, da universalidade dos valores que defendem.

Essa pode, também, ser a lógica da atuação da maçonaria naquele que é o mundo não maçônico. Ela deverá atuar, de uma forma evidente, na defesa dos valores universais que professa. Esse deve ser, para além da dimensão iniciática, um importante papel da maçonaria no Século XXI. Assim, nossa irmandade estará dando sua relevante contribuição para repor o equilíbrio em termos da influência dos cidadãos nos destinos das nações e de projetar essa influência no nível das relações internacionais. Nesse aspecto, a maçonaria tem uma grande oportunidade de afirmação no mundo: pela universalidade dos valores que professa; por envolver cidadãos de todas as origens, crenças e formações; e pela sua presença em quase todas as nações do mundo.

Penso, inclusive, que, embora a ação que se convencionou chamar “mundo profano” deva estar dissociada da vertente iniciática, ela deve ser bem visível. a forma que melhor se presta a esse tipo de atuação é a de um banco de idéias. como sabemos, o seu papel é o de fazer recomendações a um governo, permitindo-lhe tomar decisões esclarecidas. Um banco de idéias debruça-se sobre uma área específica qualquer – telecomunicações, direitos humanos, transportes – mas não faz **lobby**. a autoridade na área em que se especializa, assegurada pela colaboração dos indivíduos mais esclarecidos na área, é suficiente para tornar claro a um governo que as suas recomendações devem ser consideradas.

Essa me parece ser uma das formas mais interessantes e estruturadas que a atuação da maçonaria pode tomar. Estudar questões de interesse nacional na perspectiva da defesa dos interesses dos cidadãos, integrar conhecimento e apresentar recomendações.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, outras características marcantes de nosso tempo são a exacerbação dos fanatismos e da intolerância religiosa, a explosão populacional nos países mais miseráveis e o inferno demográfico nas nações industrializadas,

a epidemia de aids ainda totalmente fora de controle na África e na Ásia, a degradação do meio ambiente, a má gestão dos recursos naturais.

Se procurarmos as principais causas comuns a todos esses males, duas haverão de se sobressair: a ignorância e a indigência de valores espirituais. Parece claro, portanto, que uma preocupação central da maçonaria no Século XXI deverá ser a educação para os valores culturais e espirituais, contribuindo com as famílias e com as escolas. Esse será, por certo, um campo de batalha privilegiado para os lutadores maçônicos da atualidade. Um Campo De Batalha No Qual As Armas Serão O Conhecimento, O Coração, O Espírito.

Já se tornou chavão dizer que estamos vivendo na sociedade da informação. de fato, o volume de informação que as novas tecnologias tornam disponível é assombroso. no entanto, exatamente pelo seu volume avassalador, torna-se cada vez mais difícil, para o homem moderno, assimilar e interpretar o vasto cabedal de informação que lhe é oferecido. Assim, o próprio entendimento do mundo e de sua evolução torna-se mais inacessível. Cresce, nesse contexto, o poder dos meios de comunicação de influenciar as mentalidades. Cada vez mais, a opinião pública é levada a acreditar naquilo que lhe é apresentado, não dispondo de meios para discernir o que é real do que é “fabricado”.

Para que cada ser humano consiga edificar o seu templo e burilar a pedra bruta, ele precisa de um espaço propício para a reflexão, para o diálogo filosófico. Num momento histórico profundamente marcado pelo individualismo, pelo consumismo, pelo hedonismo, pela indiferença em relação aos semelhantes, cresce a sede dos homens de bem por um ambiente de paz, de compreensão, de comunhão fraterna com todos aqueles que têm as mesmas aspirações.

Por isso, a maçonaria terá de crescer, de aumentar os seus efetivos, acolhendo todos aqueles que estejam sintonizados com os seus princípios da tolerância, da filantropia, da justiça e da busca da verdade. No seio da família maçônica, entre irmãos, o homem moderno pode encontrar o espaço para exercer a liberdade de pensamento, para libertar-se da dependência dos meios de comunicação, para exercer sua influência cidadã nos destinos da sua nação. E, para o crescimento da nossa irmandade, um passo preliminar é o crescimento das organizações paramaçônicas para jovens de ambos os sexos, o que servirá para uma futura seleção de verdadeiros maçons e contribuirá para um aumento mais qualitativo e célere.

Importa, também, para essa expansão, que a maçonaria se dê mais a conhecer, que seja mais pró-ativa, que esteja mais próxima da sociedade. Cada

país e a humanidade só têm a ganhar com isso, pois tenho certeza de que o aumento do número de maçons conduzirá, inevitavelmente, ao aumento do número de bons cidadãos e, por via de consequência, a uma melhoria da sociedade mundial.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como que a inspirar os trabalhos que se desenvolvem neste recinto, temos aqui o busto de um dos mais insignes brasileiros que já abrilhantaram esta casa, o preclaro e inesquecível Senador Rui Barbosa, também ele um maçom.

Ninguém melhor do que o irmão Rui para nos trazer à memória as glórias passadas da maçonaria, seu compromisso multissecular com os ideais da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Que os incontáveis exemplos de maçons que obraram antes de nós possam nos infundir o ânimo necessário para o enfrentamento dos desafios que o século xxi nos está apresentando.

Neste momento de perplexidade porque passa o país, é necessário que a maçonaria se posicione, e aja de modo a fazer com que se evidenciem os requisitos básicos para alguém se tornar maçom: ser livre e de bons costumes. Quem consegue se libertar da ignorância, da opressão, da intolerância, dos radicalismos, conseqüentemente pratica os bons costumes e abomina todo tipo de corrupção, cavando masmorras aos vícios e elevando templos às virtudes.

É bom lembrar também o nosso irmão Rui Barbosa quando disse: “de tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”. (Senado Federal, rj. Obras completas, Rui Barbosa. v. 41, t. 3, 1914, p. 86)

Tragamos sempre conosco nossos malhetes e nossos cinzéis, nossos esquadros e nossos compassos. Usemo-los com maestria para edificar nossos templos interiores e para desbastar e burilar a pedra bruta que há em cada um de nós.

Essa é a mensagem que gostaria de deixar a cada um dos presentes no transcurso deste 20 de agosto, dia do maçom, amanhã, homenageando toda a maçonaria brasileira.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)*

Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil  
Secretaria Geral

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

*Amazônia e a Amazônia*

XXXIV CONFEDERAÇÃO DA MAÇONARIA SIMBÓLICA DO BRASIL

PROCLAMAÇÃO AO POVO BRASILEIRO

CONFEDERADAS

Estados:

- ACRE
- ALAGOAS
- AMAPA
- AMAZONAS
- BAHIA
- CEARÁ
- ESPÍRITO SANTO
- GOIÁS
- MARANHÃO
- MATO GROSSO
- M. GROSSO DO SUL
- MINAS GERAIS
- PARÁ
- PARAÍBA
- PARANÁ
- PERNAMBUCO
- PIAUI
- RIO DE JANEIRO
- R. GRANDE DO NORTE
- R. GRANDE DO SUL
- RONDÔNIA
- RORAIMA
- SANTA CATARINA
- SÃO PAULO
- SERGIPE
- SOCANTINS

Distrito Federal

BRASÍLIA

A Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil – constituída das 27 (vinte e sete) Grandes Lojas Maçônicas do Brasil –, reunida no período de 12 a 16 de julho de 2005, na Cidade de Vitória – Espírito Santo, por ocasião da realização da sua XXXIV Assembléia Geral, dentro do secular, primordial e inarredável compromisso da Ordem Maçônica com os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, manifesta ao povo brasileiro sua preocupação diante do atual quadro político social, e dos graves problemas dele decorrentes, o que exige medidas enérgicas e destemidas para a sua solução pena de converter-se em duro castigo ao povo, com sérios e irreparáveis prejuízos às Instituições, e ao próprio Estado Democrático de Direito, com a quebra da Soberania Nacional e

**PROCLAMA**

1 – O repúdio à corrupção que hoje corroe as Instituições que alicerçam o Estado Democrático de Direito, pondo em risco a própria governabilidade, exigindo ampla e rigorosa apuração dos fatos, com punição exemplar dos responsáveis.

2 – Que essa falta de ética e moralidade no trato da coisa pública tem propiciado diversas tentativas de desnacionalização da Amazônia com ameaça à Soberania Nacional, pelo que propõe a criação de uma Empresa Pública de capital exclusivamente Nacional – “Minerobrás” –, instituindo o monopólio do Estado Brasileiro para a exploração das riquezas minerais da Amazônia.

*[Handwritten signatures and notes in the left margin]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Multiple handwritten signatures at the bottom of the page]*



Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil  
Secretaria Geral

3 - Ser necessário o reaparelhamento das Forças Armadas, capacitando-as adequadamente, para que se cumpra o ditame constitucional de preservação da Soberania Nacional, com controle rigoroso de nossas fronteiras.

4 - Que não aceita a forma como está sendo feita a Reforma Agrária, com incentivo a movimentos de índole antidemocrática, que pregam a violência, a desobediência civil e o desrespeito ao legítimo direito de propriedade, pugnando seja realizada visando à melhoria de qualidade de vida dos menos afortunados, sem fins eleitoreiros, objetivando, unicamente, justa e equânime divisão e exploração das terras comprovadamente improdutivas.

5 - Finalmente, que se sente na obrigação de alertar as Autoridades do setor, no sentido de que nas questões relativas à transposição das águas do Rio São Francisco se observem, rigorosamente, as normas técnicas, quer no que diz respeito às obras de construção, quer no tocante às conseqüências que dela poderão advir, como impactos ambientais negativos e revitalização permanente do rio, visando, sempre, preservar, de forma equitativa, os interesses das coletividades por elas abrangidas.

CONFEDERADAS

Estados:

- ACRE
- ALAGOAS
- AMAPA
- AMAZONAS
- BAHIA
- CEARÁ
- ESPÍRITO SANTO
- GOIÁS
- MARANHÃO
- MATO GROSSO
- M. GROSSO DO SUL
- MINAS GERAIS
- PARÁ
- PARAÍBA
- PARANÁ
- PERNAMBUCO
- PIAUÍ
- RIO DE JANEIRO
- R. GRANDE DO NORTE
- R. GRANDE DO SUL
- RONDÔNIA
- RORAIMA
- SANTA CATARINA
- SÃO PAULO
- SERGIPE
- TOCANTINS

Distrito Federal

BRASIL

WILSON FILÔMENO, PGM  
Secretário Geral

Vitória - ES, 16 de julho de 2005.

SÉRGIO MUNIZ GIANORDOLI

Grão-Mestre da M.:R.: Grande Loja  
Maçônica do Estado do Espírito Santo e  
Presidente da XXXIV Assembléia  
Geral Ordinária da C.M.S.B.

The page contains several handwritten signatures and initials. A large signature is written over the list of states. Another signature is written over the date. There are numerous other initials and smaller signatures scattered across the bottom half of the page, some appearing to be initials of the signatories mentioned in the text.

Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil  
Secretaria Geral

CONFEDERADAS

Estados:

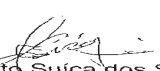
- ACRE
- ALAGOAS
- AMAPA
- AMAZONAS
- BAHIA
- CEARA
- ESPIRITO SANTO
- GOLAS
- MARANHAO
- MATO GROSSO
- M. GROSSO DO SUL
- MINAS GERAIS
- PARA
- PARAIBA
- PARANA
- PERNAMBUCO
- PIAU
- RIO DE JANEIRO
- R. GRANDE DO NORTE
- R. GRANDE DO SUL
- RONDONIA
- RORAIMA
- SANTA CATARINA
- SÃO PAULO
- SERGIPE
- TOCANTINS

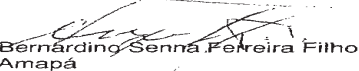
Distrito Federal

BRASILIA

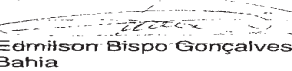
Assinam

  
Vanderlei Freitas Valente  
Acre

  
Expedito Suíca dos Santos  
Alagoas

  
Bernarding Senna Ferreira Filho  
Amapá

  
René Levy Aguiar  
Amazonas

  
Edmilson Bispo Gonçalves  
Bahia

  
Edelcides Lino de Melo  
Brasília

  
Nathaniel Carneiro Neto  
Ceará

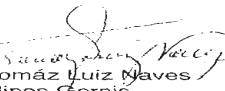
  
Ponciano Reginaldo Polesi  
Espírito Santo

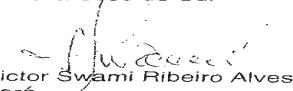
  
João Batista Fagundes  
Goiás


  
Raimundo Nonato Santos Pereira  
Maranhão


  
José Carlos de Músis  
Mato Grosso

  
Mafuci Kadri  
Mato Grosso do Sul

  
Tomáz Luiz Naves  
Minas Gerais

  
Victor Swami Ribeiro Alves  
Pará


  
Marcos Antônio de Araújo Leite  
Paraíba

  
João Carlos Silveira  
Pernambuco

  
Milton Gouveia da S. Filho  
Pernambuco

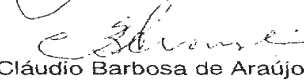
  
Ernani Napoleão Lima  
Piauí

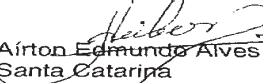
  
Waldemar Zveiter  
Rio de Janeiro


  
Wilson Colier  
R. G. do Norte


  
José Júlio Santos Medeiros  
R. G. do Sul


  
Renato Concell  
Rondônia

  
Cláudio Barbosa de Araújo  
Roraima

  
Airton Edmundo Alves  
Santa Catarina

  
Santo Taricano, PGM  
São Paulo

  
Antônio Pontes Freitas  
Sergipe

  
Jair de Alcântara Parango  
Tocantins

CONFEDERADAS

Estados:

- ACRE
- ALAGOAS
- AMAPA
- AMAZONAS
- BAHIA
- CEARA
- ESPIRITO SANTO
- GOLAS
- MARANHAO
- MATO GROSSO
- M. GROSSO DO SUL
- MINAS GERAIS
- PARA
- PARAIBA
- PARANA
- PERNAMBUCO
- PIAU
- RIO DE JANEIRO
- R. GRANDE DO NORTE
- R. GRANDE DO SUL
- RONDONIA
- RORAIMA
- SANTA CATARINA
- SÃO PAULO
- SERGIPE
- TOCANTINS

Distrito Federal

BRASILIA

Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil  
 Secretaria Geral  
 DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Brasília, 01 de agosto de 2005.

Ofício Circular SG n.º 004-2005/2007

CONFEDERADAS

Estados:

ALAGOAS  
 AMAPÁ  
 AMATONAS  
 BAHIA  
 CEARÁ  
 ESPÍRITO SANTO  
 GOIÁS  
 MARANHÃO  
 MATO GROSSO  
 MATO GROSSO DO SUL  
 MINAS GERAIS  
 PIAUÍ  
 PARANÁ  
 PARANÁ  
 PERNAMBUCO  
 PIAUÍ  
 RIO DE JANEIRO  
 RIO GRANDE DO NORTE  
 RIO GRANDE DO SUL  
 RORAIMA  
 SERGIPE  
 SÃO CARLOS  
 SÃO PAULO  
 SÃO PAULO  
 TOCANTINS

Distrito Federal

BRASILIA

Senhor Senador,

A CONFEDERAÇÃO DA MAÇONARIA SIMBÓLICA DO BRASIL – C.M.S.B., reunida em sua XXXIV Assembleia Geral Ordinária, na cidade de Vitória – Capital do Estado do Espírito Santo, no período de 12 a 16 de julho p.p., deliberou expedir o documento denominado “**PROCLAMAÇÃO AO POVO BRASILEIRO**”, envolvendo a atualidade Sócio-Política e Econômica do País, cuja cópia, de inteiro teor, temos a satisfação e honra de oferecer à vossa consideração.

À oportunidade, servimo-nos do ensejo para apresentar a V. Ex.ª, protestos da mais respeitosa e distinta consideração.

Respeitosamente,



DR. WILSON FILOMENO  
 Secretário Geral

Excelentíssimo Senhor  
**MOZARILDO CAVALCANTI**  
 Líder do PTB no Senado Federal  
 Brasília - DF

## Turismo histórico: a rota do ouro intocada

MOZARILDO

# noSSa História

Ano 2 / nº 20 R\$ 7,80

junho 2005

EDITADA COM

O CONSELHO DE PESQUISA DA

BIBLIOTECA NACIONAL

### O poder secreto da

# Maçonaria

*O conflito com a Igreja*

*A Ordem na Independência*

*A influência na política*

**Dona Beja**

*Os interesses por trás do mito*

**Previdência social**

*Um legado de crises*

*E mais:*

*Humor na ditadura*

*Entrevista: Sanjay*

*Subrahmanyam*

*Festas juninas*

# Maçonaria

## Grande Oriente tropical

**M**inistros, regentes, generais, intelectuais, presidentes da República e até mesmo um imperador. A galeria de membros da Maçonaria brasileira muitas vezes se confunde com um "quem-é-quem" da história nacional. Ora perseguida, ora cortejada pelo poder público, a Ordem Maçônica ajudou a escrever partes importantes da Independência e dos processos que levaram ao surgimento de um Brasil laico e republicano – com base em seus conceitos de liberdade política e religiosa. Com suas origens remontadas ao misticismo

(arquitetos da Antiguidade, templários foragidos ou construtores medievais?), a Maçonaria revelou-se no início do século XVIII, chegou ao Brasil oficialmente em 1801 e participou ativamente da criação do novo país. Veja nas próximas páginas um pouco da misteriosa origem da Maçonaria, sua atuação na Independência, seus conflitos com a Igreja Católica – culminando na prisão de dois bispos por ordem de d. Pedro II – e suas estratégias no século XIX, além de conhecer um pouco do simbolismo da Ordem e de suas parcerias com o poder.



# Grande Oriente tropical

≈ Ziéde C. Moreira

## Herança medieval

Construtores erguendo uma torre, detalhe do manuscrito *De Rerum Naturis*, século XI: o caráter sigiloso de sua corporação estaria na base da Maçonana moderna

Exposta ao mundo no início do século XVIII, a Maçonaria teria suas raízes na aproximação entre corporações de ofício e ordens como a dos templários

**A**lguns autores acreditam que as atividades maçônicas tenham existido nos tempos da Antiguidade, citando indícios no cenário cultural dos mundos egípcio, hebreu, grego e romano. Mas suas raízes estão situadas mais claramente na Europa da Idade Média.

Nesse período surgiram as universidades, as companhias de comércio e as corporações de ofício, sociedades fechadas que reuniam trabalhadores especializados. Durante a *Idade Média* multiplicaram-se também as chamadas Ordens religiosas e as militares. Para completar o cenário, a Europa vivia inquieta pela expansão do islamismo. Para expulsar os muçulmanos da Terra Santa, os cristãos promoveram, a partir do século XI, as cruzadas.

Antes de iniciar-se a segunda cruzada (1147-1149), alguns remanescentes da anterior, especialmente nove cavaleiros franceses, que elegeram Hugo de Paiens como seu primeiro grão-mestre, fundaram em 1118 a Ordem dos Cavaleiros do Templo de Jerusalém, também conhecida como “Ordem do Templo”.

Ao longo de duzentos anos, os templários desenvolveram atividades militares, culturais e econômicas

que lhes renderam uma enorme fortuna – e despertaram atroz inimizades. Em 1307, instigado pelo rei francês Felipe IV, o Belo, o Papa Clemente V declarou a ordem proscrita. Seu último grão-mestre, Jacques de Molay, foi queimado vivo em Paris em 1314, enquanto o rei Felipe apossava-se dos bens dos templários.

Grande parte dos cavaleiros que escaparam da perseguição fugiu para a Escócia, onde ampliaram o ponderável apoio material e cultural (que, ali, já acontecia) à *Corporação de Ofício* integrada pelos profissionais da construção arquitetural.

Os construtores, intitulados maçons, na Europa (de *masson*, no francês arcaico, *mason* no inglês e *makio*, termo que os germânicos adotavam para construtores), compunham uma respeitada e próspera *Corporação de Ofício*, responsável pela criação de prédios monumentais e pela aplicação de uma avançada engenharia ornamental.

Esses trabalhadores não estavam submetidos à servidão medieval, que prendia o súdito ao senhor feudal. Assim, estavam livres para circular e agir de uma região a outra. Suas técnicas e habilidades eram guardadas em sigilo e transmitidas confidencialmente. Os interessados que demonstrassem as

muitas aptidões exigidas eram admitidos como aprendizes do ofício.

O ingresso do aprendiz na Corporação dos maçons compreendia procedimentos ritualísticos, assimilados com os das celebrações exercidas pelas antigas sociedades secretas, que ocultavam seus mistérios aos profanos. Os pedreiros livres de uma Corporação de Ofício, a exemplo das outras, repartiam-se em três graus de capacitação hierárquica, investidos por meio de rituais litúrgicos próprios: aprendizes, companheiros e mestres.

Existem versões de que três cavaleiros templários, refugiados na Escócia, teriam contratado com a Corporação de Ofício dos maçons (arquitetos pedreiros) e com a Confraria dos Cavaleiros de Santo André a fundação de uma Ordem Capitular, em 1340, organizada conforme os moldes do regime usual na Maçonaria simbólica.

Consta que, provavelmente nas últimas décadas do século XVI, havia associações de maçons aliadas a confrarias escocesas que aceitavam a parceria com pessoas estranhas às regras da ação operativa. Os obreiros maçons da Escócia, com o apoio e o patronato da dinastia Stuart, receberam instruções e formalismos que impregnaram sua organização com inclinações para novos rumos teóricos.

Existem registros sobre a admissão, na confraria corporativa maçônica, em 1646, do alquimista Elias Ashmole, estranho às práticas dos obreiros construtores escoceses. O sistemático ingresso de membros teóricos induziu à introdução de temas filosóficos nos salões dos maçons práticos. Os membros teóricos eram instruídos em artes e ciências diversas, acrescentando outros assuntos aos temas dos construtores. Desse processo nasceu o filosofismo maçônico e a criação de novos graus, além dos três originais.

Os núcleos de ação maçônica tomaram a designação de loja. A partir de 1691, além da palavra britânica *mason*, usada para identificar o integrante de uma loja, passou-se a empregar a expressão *free and accepted mason* (maçom livre e aceito), que se refe-

ria ao membro não-operativo.

As inovações metodológicas se difundiram por toda a Grã-Bretanha, de tal maneira que, em 24 de junho de 1717, dia de São João Batista, as quatro células da capital inglesa decidiram fundar a Grande Loja de Londres. Com uma administração colegiada, ela teve a incumbência de revisar e consolidar os princípios básicos, de acordo com o regulamento das atividades maçônicas anteriores.

Em 1721, James Anderson, clérigo da Igreja Anglicana, foi encarregado de redigir um manual com os “marcos” (*land marks*), um compêndio que se prestasse para uniformizar o simbolismo maçônico. O livro das *Constituições* de Anderson foi publicado em 1723, trazendo uma série de dispositivos, extensivos a todas

as lojas. Entre eles estão os princípios da igualdade dos seres humanos, da liberdade de pensamento, da amizade fraternal e do sigilo. O texto determina também que só podem ser admitidos homens adultos, livres, de bons costumes e que acreditem na existência de Deus – independentemente da religião que professam.

Desde aqueles tempos, surgiu uma instituição formal e regular, disseminada em todos os continentes e em quase todas as nações, com o nome de Maçonaria, também cognominada FrancoMaçonaria.

Como consequência da multiplicação universal das lojas maçônicas (federadas em Grandes Lojas ou em Grandes Orientes, termo criado na França) e, diante do interesse pela conservação dos antigos princípios, catalogados em roteiro regulamentar credenciado, fundou-se a Grande Loja da Inglaterra, em 1751, que supervisiona a unidade mundial do funcionamento simbólico da Maçonaria. ■

---

ZIÉDE C. MOREIRA é professor aposentado na Universidade Federal Fluminense, mestre maçom instalado, grau 33, membro da Academia Maçônica de Ciências, Artes e Letras do Grande Oriente do Estado do Rio de Janeiro e autor de *O caminho do ofício místico*. São Paulo: Madras Editora, 2004.

## Para saber mais

CASSARD, Andrés. *Manual de la Masoneria*. México: Editorial Grijalbo, 2 tomos.

NAUDON, Paul. A *Maçonaria*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

PALOU, Jean. A *FrancoMaçonaria simbólica e iniciática*. São Paulo: Pensamento, 2003.

No alto, cavaleiro templário em batalha, detalhe de afresco do século XII: após a extinção da Ordem, seus antigos membros aliaram-se aos construtores, fundando associações que teriam suas *Constituições* unificadas no século XVIII (centro da página)

# Grande Oriente Tropical

- Marco Morel

## A Ordem e o Império

Trazida para o Brasil oficialmente no primeiro ano do século XIX, a Maçonaria participou ativamente do processo de independência do país

**M**arcado por luzes e trevas, o surgimento das maçonarias no Brasil ainda é pouco conhecido. Superdimensionadas por escritores maçons ou banalizadas por pesquisadores que não têm acesso a documentos consistentes, as maçonarias, entretanto, estavam entre as *mais importantes formas de associação do período da Independência* e início da construção do Estado nacional brasileiro e desafiam até hoje o conhecimento histórico.

Apesar das especulações em contrário, a Loja Reunião, do Rio de Janeiro, é comprovadamente a primeira a ser criada e a reunir-se regularmente no Brasil, em 1801. Tal testemunho veio de um dos mais importantes líderes maçônicos, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), conhecido como “Patriarca da Independência” e que atribuiu a fundação desta “primeira Loja Simbólica Regular” no país, ligada ao *Grand Orient d’Île-de-France*, à iniciativa de um misterioso “cavalheiro Laurent”, viajante no navio de guerra francês *Hydre*, que fazia a rota para a ilha Bourbon. Antes disso pode ter havido agremiações secretas não-maçônicas. Ou, então, as que existiram foram tão clandestinas que não deixaram maiores rastros, atijando a chama da curiosidade de autores do século XX que, mesmo sem documentação, procuraram “evidências”, com destaque para a Conjuração Mineira de 1789, muitas vezes apontada como obra de maçons, da mesma forma que a Conjuração Baiana de 1798.

Existiram raras e nebulosas agremiações maçônicas nos principais centros brasileiros no fim do período colonial, como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, onde a derrotada República de 1817 tornou evidente a presença deste tipo de entidade. Hipólito da Costa,

Coroação de d. Pedro I, segundo Debret: foi durante uma reunião maçônica que surgiu a idéia de chamar o Brasil de “Império” e de “imperador” seu governante

que redigiu em Londres o pioneiro *Correio Braziliense* entre 1808 e 1822, fazia propaganda maçônica em seu jornal.

A referência às maçonarias no plural parece ser a mais exata, pois não havia um centro possante, homogêneo e unificado, mas uma concepção de organização que se espalhou por diversos países. As maçonarias representaram desde meados do século XVIII, em diferentes casos de passagem de um antigo a um novo regime, uma das mais expressivas formas de organização política. Pode-se afirmar que tais associações tiveram desempenho significativo nos primeiros esboços de modernidade política, seja no caso de independências nacionais americanas ou na crise dos absolutismos europeus.

Haveria uma ideologia maçônica? Mantendo o plural, é possível pensar em ideários maçônicos e não numa ideologia coerente, com práticas diferenciadas e até contraditórias entre si. Seria cômodo escrever que tais organizações apenas refletiam as ações e idéias de cada tempo e lugar. Isto é correto, mas não basta, pois estas instituições, permeadas por valores e interesses externos a elas, deram uma contribuição própria à vida política dos séculos XVIII e XIX. E apesar das características locais havia uma espécie de fundo comum teórico, prático e simbólico das lojas maçônicas, sem esquecer os laços internacionais que chegaram a se estabelecer.

O ideário maçônico apresentava duas características centrais: a Razão e a Perfeição, como formadoras das *Luzes*. Ou seja, a racionalidade envolvida com a busca do progresso humano. E neste encontro entre segredo e *esclarecimento* há um paradoxo bem característico: as *Luzes* só poderiam florescer à sombra. Tal ideário fazia parte dos chamados princípios maçônicos, mas compunha a visão de mun-

do de uma época, além de tais associações.

É prudente evitar a ligação simplista entre maçonarias e revoluções, mesmo se os Grandes Orientes e suas lojas desempenharam papel importante nas desagregações de antigos regimes, como na Revolução Francesa e em outros países europeus. Os maçons nem sempre eram revolucionários – havia uma espécie de gradualismo evolucionista nesta liberação da Humanidade. Se cada indivíduo atingisse o degrau máximo e hierarquizado desta escala da perfeição, as revoluções se tornariam desnecessárias. A conquista de um mundo novo, neste sentido, tinha sua dimensão *interior* ou espiritualizada, e a liberação da sociedade seria quase uma consequência das *Luzes* expandidas, sem rupturas sociais.

No período da Independência brasileira as atividades maçônicas cresceram ao lado de outros tipos de associações filantrópicas, políticas, culturais ou de ajuda mútua. É conhecido o exemplo do Grande Oriente Brasileiro de 1822, que se tornou importante foro de debate, mobilização e contato entre forças políticas que efetivaram a separação do Brasil de Portugal – e tal escolha se explica também pelo caráter reservado. No quadro ainda do absolutismo, embora abalado pelo movimento constitucional português desde 1820, o espaço maçônico era adequado para realizar tal articulação que, tornada pública, seria ilegal.

As reuniões do Grande Oriente se mostraram decisivas neste momento. Emissoários foram enviados às demais províncias para articularem a adesão à Independência. E foi durante um desses encontros que surgiu a idéia de se chamar de “Império” o país que seria independente e de “imperador” seu primeiro governante.

BRUNO L. FERREIRA  
 História da Maçonaria  
 do Brasil. Rio de Janeiro:  
 Edições da Wikipédia, 2004.  
 FERREIRA, Bruno L. A Maçonaria  
 no Brasil. Rio de Janeiro: Wikipédia,  
 2004.  
 FERREIRA, Bruno L. A Maçonaria  
 no Brasil. Rio de Janeiro: Wikipédia,  
 2004.  
 FERREIRA, Bruno L. A Maçonaria  
 no Brasil. Rio de Janeiro: Wikipédia,  
 2004.



**Para saber mais**

BARAFA, Alexandre M.

*A Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790 - 1822)*

Tese de Doutorado em História, Campinas/SP, Unicamp, 2002

... Luzes e sombras, a ação da Maçonaria brasileira (1790 - 1910). Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

COUSS, Eliane Lúcia

*A Maçonaria Brasileira no século XIX*. São

Paulo: Saraiva, 2002

*Reuniao da Maçonaria em Londres, 1808*

Hipólito da Costa, que editou na capital

inglesa o *Cortejo**Mazônicos*, faz a

propaganda maçônica

Este primeiro Grande Oriente do Brasil se tornou referencia historiográfica obrigatória e mesmo formadora de memória histórica, na medida em que outras maçonarias, posteriores, se apresentavam como autênticas herdeiras desta matriz. A instituição, com sede na Rua do Conde (atual Rua Visconde de Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro), foi reconhecida pelos Grandes Orientes da França, Inglaterra e Estados Unidos e era adepta do Rito Francês Moderno, um dos modelos de organização simbólica mais difundidos na época.

Em seus primórdios, o Grande Oriente brasileiro teve como membros mais influentes: Gonçalves Ledo (que breve se exilaria em Buenos Aires), José Bonifácio (o grão-mestre), todo-poderoso ministro, e o próprio d. Pedro (ver *box*).

O Grande Oriente brasileiro aglutinava em 1811 três lojas cariocas: Comércio e Artes, Esperança de Niterói e União e Tranquilidade. Este primeiro avanço do movimento associativo moderno será logo reprimido pelo novo Império, com a proibição, assinada pelo irmão Guatimozim (d. Pedro I) em 21 de outubro de 1822, dos trabalhos maçônicos e das associações políticas durante todo o Primeiro Reinado. A escalada repressiva culminaria, cerca de um ano depois com o fechamento da primeira Assembleia Constituinte brasileira, a prisão e o exílio de deputados.

Apesar da repressão, sabe-se que algumas dessas agremiações continuaram a existir na clandestinidade no Rio de Janeiro, como a Loja *Bouclier d'Honneur* (Escudo da Honra) e o Apostolado, ambos em 1823 e, dois anos depois, a Vigilância da Pátria, di

## A “miragem” dos arquivos maçônicos

Afinal, onde estariam os propalados arquivos maçônicos? Esta peculiar pouca visibilidade de fontes documentais gera uma ambigüidade que pode causar um conhecimento escorregadio: determinadas informações são repetidas sem que se saiba exatamente de onde surgiram, embasando interpretações controversas e “fatos” nem sempre comprovados. Ainda mais quando o assunto é confrontado com a produção intelectual de escritores maçons: como supostos detentores de acervos que não podem ser revelados, em alguns casos fazem afirmações sem comprová-las.

Entretanto, sabe-se que na França, por exemplo, as maçonarias doaram os acervos anteriores ao século XX para a Bibliothèque Nationale. Na Espanha, a repressão franquista acabou incorporando boa parte desta documentação aos arquivos públicos. E no Arquivo da Torre do Tombo, em Portugal, há significativos documentos sobre o assunto. No Brasil, especula-se sobre a existência de “tesouros” documentais que estariam escondidos em poder das instituições maçônicas, mas até que ponto não estaríamos aqui diante da chamada “miragem dos arquivos”? É possível que parte do acervo maçônico referente ao século XIX no Brasil tenha se dispersado ou perdido em mãos de particulares, colocando-se o desafio para os pesquisadores de trabalharem com os documentos dos arquivos públicos, que são muito mais vastos sobre o tema do que se pode supor à primeira vista. Há, por exemplo, na Fundação Biblioteca Nacional, vasta documentação maçônica do século XIX, como jornais, boletins, manifestos, panfletos, livros e manuscritos.

tendências liberais e opositonistas, integrada por Nicolau de Campos Vergueiro (futuro senador em 1828 e regente em 1831). Sem falar do jornal *Despertador Constitucional Extraordinário*, redigido em 1825 pelo baiano Domingos Alves Branco Muniz Barreto, conhecido dirigente maçom, em cujas páginas havia pregações maçônicas.

Mas será somente com a crise e o fim do Primeiro Reinado e no período das Regências (1831–1840) que os *trabalhos* maçônicos serão retomados de maneira regular, embora já sem a importância de 1822. Nos anos 1830 assistiu-se a um crescimento considerável das maçonarias e, ao mesmo tempo, a um verdadeiro “canibalismo” maçom, com a existência de cinco Grandes Orientes somente no Rio de Janeiro, além de dissidências e intrincadas brigas entre os grupos, revelando como era difícil a busca de fraternidade e perfeição. Neste período surgiram os primeiros textos formalmente maçônicos impressos e tornados públicos no Brasil. ■

MARCO MOREL é professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e autor de *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 – 1840)*. São Paulo: Hucatec, 2005.

## Guatimozim, imperador do Brasil

A trajetória maçônica de d. Pedro I foi ao mesmo tempo fugaz e fulminante. Em 2 de agosto de 1822 o ainda príncipe regente Pedro foi acolhido pelo Grande Oriente do Brasil como simples iniciante, no primeiro grau, por iniciativa do grão-mestre José Bonifácio. Na reunião seguinte, três dias depois, passou para o grau de mestre. E na sessão de 4 de outubro, ausente aliás Bonifácio, d. Pedro foi aclamado grão-mestre, galgando assim em dois meses todos os degraus da Perfeição Universal – oito dias antes de sua aclamação pública como imperador do Brasil.

A filiação do príncipe e futuro imperador d. Pedro I ao Grande Oriente em 1822 não foi originalidade brasileira e seguiu modelo comum na Europa. Havia uma espécie de jogo entre os maçons e o poder dos príncipes – aqueles buscando proteção e espaço e estes aproveitando para se legitimarem no campo das “novas idéias” e também controlar este tipo de atividade. Entretanto, a aliança brasileira não durou muito, pois 17 dias depois de ascender a grão-mestre, d. Pedro I proibiu por escrito as atividades maçônicas, assinando-se Pedro Guatimozim. Esse era o apelido maçônico do monarca e o nome do último chefe indígena asteca, chamado de imperador pelos espanhóis, que o assassinaram.

Handwritten text in Portuguese, likely a letter or official document, written in cursive script. The text is partially legible and appears to be a formal communication.

Handwritten signature: *Pedro Guatimozim* and the date *2 de Agosto de 1822*.

Handwritten text in Portuguese, possibly a continuation of the letter or a separate note, written in cursive script.

Acima, carta de d. Pedro I (assina “Pedro Guatimozim”) a Gonçalves Ledo (“meu Ledo”) suspendendo os trabalhos maçônicos, outubro de 1822: o imperador foi grão-mestre do Grande Oriente. Ao lado, trono que teria usado no cargo, adornado com ouro e incrustado de marfim

# Grande Oriente brasileiro

Alexandre Mansur Barata

## Compasso e esquadro no século XIX

A eleição para o grau máximo da Maçonaria em 1872 dividiu os votos entre o visconde do Rio Branco e Saldanha Maranhão expondo seu conflito interno

Ritual maçônico em gravura do século XIX. As práticas secretas da Ordem adquiriram, na imaginação de muitos, um caráter maligno e inspiratório

Crianças em um colégio cujo diretor era maçom, desenho de Agostini, 1864. O envolvimento da Ordem com a educação indicava seu comprometimento com a sociedade brasileira

Livre da perseguição, mas em constante pé de guerra com a Igreja, a Maçonaria brasileira em todo o século XIX enfrentando divisões internas e aumentando sua presença na educação

Final do século XIX e o início do XX foram efervescentes para os maçons e para a Maçonaria no Brasil. Vivia-se uma situação de quase total visibilidade. As perseguições, que marcaram o início do século XIX, haviam cessado. Os locais das reuniões maçônicas eram conhecidos e importantes figuras do Império e depois da República assumiam publicamente fazer parte da Maçonaria. Através do *Almanak Laemmert* - publicado anualmente no Rio de Janeiro durante o Segundo Reinado com a relação das autoridades públicas da administração imperial e provincial, bem como calendário, dados estatísticos, relação dos estabelecimentos comerciais, das associações, das sociedades e academias -, por exemplo, podia-se saber quem eram os principais dirigentes maçônicos, a relação das lojas em funcionamento e os ritos praticados por elas.

As lojas maçônicas, com seus nomes sugestivos (Caridade; Caridade e União; Perfeita Amizade; Esperança; Luz Brasileira; Igualdade e Beneficência; Amor ao Trabalho; Progresso, Trabalho e Honra, entre outros), funcionavam como importantes espaços de sociabilidade e convívio, influenciando no cotidiano tanto das cidades pequenas quanto das maiores.

Nelas os grandes temas que mobilizavam a sociedade brasileira do período eram discutidos e novas práticas culturais eram aprendidas. Talvez a mais importante, como aponta a historiadora Margaret Jacob, seja a crença de que o mérito e não o nascimento constituía o fundamento para a ordem social e política. Através da imprensa, dos debates parlamentares, os maçons procuravam se apresentar como herdeiros das "Luzes", como membros de uma organização filantrópica e dedicada à causa do progresso. Procuravam afirmar a imagem da Maçonaria como uma escola onde se ensinava e aprendia as virtudes fundamentais: a liberdade de pensamento, a independência da razão, o auxílio mútuo.

Por outro lado, era crescente na imaginação de parcelas expressivas da sociedade brasileira a percepção da Maçonaria como uma instituição secreta e fechada, extremamente organizada e coesa, voltada para a prática do mal, da subversão e da conspiração. Como dizia o jornal católico ultramontano (ligado ao movimento de reafirmação da autoridade do Papa) *O Apóstolo* em julho de 1871: "Na loja oculta, os maçons arremessam a máscara, desprezam e repelem o simbolismo ao mesmo tempo ridículo e

perverso das primeiras inições, vão direto ao fato: Guerra a Deus, ao seu Cristo e a sua Igreja! Guerra aos Reis e a todo poder humano que não esteja conosco! Tal é a divisa, tal é o seu grito de reunião”.

Essa associação entre Maçonaria e conspiração ganhou grande força com os desdobramentos da chamada “Questão Religiosa”, conflito que acabou por envolver o Estado Imperial, a Maçonaria e a Igreja Católica, particularmente, entre os anos de 1872 e 1875 (ver artigo na página 26).

Quando os episódios da “Questão Religiosa” eclodiram, a Maçonaria no Brasil se encontrava marcada por grandes divisões internas, evidenciando uma organização muito mais complexa e cheia de contradições. Ela possuía duas Obediências diretoras: o “Grande Oriente do Brasil – ao Vale do Lavradio”, liderado pelo visconde do Rio Branco (1819-1880) que, na época, também ocupava a presidência do Conselho de Ministros, e o “Grande Oriente do Brasil – ao Vale dos Beneditinos”, liderado por Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895). Essa grande cisão teve início em 1863, quando aproximadamente 1.500 maçons, liderados por Saldanha Marinho, descontentes quanto ao processo eleitoral para a direção do Grande Oriente do Brasil, formaram o Grande Oriente do Brasil – ao Vale dos Beneditinos.

Diante da radicalização dos debates, tentou-se

uma união entre os dois círculos maçônicos – Lavradio e Beneditinos com a criação do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil, em maio de 1872. Esta união durou pouco, dividindo-se novamente a Maçonaria em setembro do mesmo ano e só voltando a se unificar

11 anos depois. O motivo desse novo cisma pode ser atribuído aos descontentamentos quanto ao resultado do processo eleitoral para a escolha do *grão mestre da nova Obediência*, bem como as disputas pessoais.

A existência de duas Obediências no seio da comunidade maçônica mostrava as diferentes concepções quanto a forma de atuação da instituição. Enquanto os ma

çons do *Círculo do Lavradio* defendiam que as lojas maçônicas se ocupassem essencialmente do aperfeiçoamento moral e intelectual do homem e de atos de beneficência, o *Círculo dos Beneditinos* sustentava que a Maçonaria deveria se envolver de forma mais ativa nas questões políticas externas ao mundo fechado das lojas maçônicas. Deveria ser seu programa disseminar a educação livre e racional, promover a instituição do casamento e do registro civil, defender a secularização dos cemitérios, promover a absoluta liberdade de culto. Como constava do seu Boletim, em 1873, “se a Maçonaria deve em geral afastar-se dos pleitos dos partidos, não se segue que deva, que possa mesmo ficar indiferente, quando, por uma aberração inqualificável, se tente nesses países aniquilar os princípios que mais do que ninguém ela proclamou e defendeu, procurando torná-los os guias seguros e invioláveis das sociedades modernas. Essa indiferença seria uma traição ao seu glorioso passado, um triste repúdio de suas nobres tradições, um insulto à memória de seus mártires, uma covardia indigna, um suicídio miserando e vil”.

Em março de 1882, Saldanha Marinho pediu demissão do cargo de *grão mestre* do *Círculo dos Beneditinos*, possibilitando, dessa forma, as negociações para a fusão definitiva dos dois *Grandes Orientes*. A união oficial da Maçonaria brasileira foi efetuada realizada em 8 de janeiro de 1883.

Para difundir suas ideias, a Maçonaria investiu na construção de uma rede de escolas e bibliotecas

O visconde do Rio Branco, alcega, e o charge de A. S. Mendes. Sua conduta era fidedigna e consubstanciada. Super o grande eclético a “Questão Religiosa”. Ao lado, seu bravo de armas com a simbologia maçônica



A partir da década de 1890, o Grande Oriente do Brasil se agitou novamente. Paralelamente à instalação da *ordem republicana federalista*, muitas lojas passaram a questionar a autoridade do Grande Oriente do Brasil como Obediência central, ocorrendo a criação de Grandes Orientes estaduais autônomos e independentes, como o Grande Oriente Paulista (1893), Grande Oriente e Supremo Conselho do Rio Grande do Sul (1893) e Grande Oriente Mineiro (1894).

Apesar dos desafios institucionais e do conflito com a Igreja Católica, com os quais a Maçonaria passou a se defrontar no período, verificou-se um crescimento expressivo do número de lojas maçônicas nas diferentes regiões do país. Se, entre 1861 e 1865, funcionavam aproximadamente 180 lojas maçônicas, este número cresceu para 244 de 1885 a 1890 e alcançou um total de 615 entre os anos de 1901 e 1905.

Esse crescimento quantitativo do número de lojas maçônicas foi acompanhado por uma ampliação da atuação delas, ainda pouco estudada, nos campos da beneficência, do auxílio mútuo e da educação. Pertencer a uma sociedade que apontava para o estabelecimento de uma rede de proteção e de apoio entre seus membros era algo extremamente sedutor. Mas, como analisa Marco Morel, a filantropia praticada pelos maçons se distinguia tanto da tradicional caridade cristã quanto da fraternidade revolucionária. "A filantropia, tocada pelo espírito das Luzes, era o movimento dos que podiam ajudar (os ativos) em direção aos percebidos como despossuídos (os passivos). A filantropia, também identificada como beneficência, era uma forma de expansão da civilização ocidental e ao mesmo tempo um meio eficaz de criar redes de poder e laços de clientela." A solidariedade entre os maçons variava do auxílio financeiro aos irmãos, mais necessitados, às viúvas e aos órfãos de irmãos maçons. Consta-se também, sobretudo a partir de 1870, maior envolvimento das lojas com atividades beneficentes voltadas para os não-maçons. Muitas delas acabaram por construir e financiar asilos, orfanatos e hospitais. São exemplos: o Asilo de Mendicidade mantido pela Loja Renascença Maranhense; o Asilo de Mendicidade do Ceará, mantido por todas as lojas da cidade de Fortaleza; o Asilo de órfãos, mantido pela

Loja Estrela do Oeste da cidade de Ribeirão Preto (SP).

Entretanto, o instrumento mais sólido utilizado pela Maçonaria para a divulgação de suas idéias foi o investimento na construção de uma rede de escolas e na criação de "aulas noturnas" e bibliotecas. Como afirmava o editorial do jornal *Aurora Escocesa*, em 1881, a Maçonaria deveria "atuar sobre a educação que dá a primeira forma aos corações humanos, sobre as sociedades que agrupam os indivíduos e, assim, influenciando sobre os governos que caminham à frente das sociedades".

A instalação de escolas era uma prática conhecida e largamente utilizada na Europa. No Brasil, esse engajamento da Maçonaria com a educação começou a partir de 1870, atingindo o seu apogeu nos anos iniciais do século XX. Já em 1872, no Rio de Janeiro, foi fundada uma Loja com o título distintivo de Vésper, e com o fim especial de difundir a instrução junto aos setores populares. Para os maçons, a universalização do ensino laico era o principal remédio para combater os adversários do progresso, os partidários da ignorância, do fanatismo e da intolerância. De forma análoga, essas escolas procuravam combater a identificação da Maçonaria com a idéia do "complot", da conspiração, que tanto o ultramontanismo católico naquele período incentivou. Como alertava o *Boletim do Grande Oriente Unido do Brasil*, em 1872, "Instruamos nossas mulheres, instruamos nossos filhos. Nós os libertaremos do medo, do terror que certos homens se obstinam em fazer penetrar em suas almas fracas e sensíveis por doutrinas insensatas, e por mentiras que todos os dias impunemente divulgam".

Possuindo uma dinâmica de crescimento e de atuação bastante específica, a Maçonaria brasileira se mostrou estreitamente ligada à vida política, social e cultural do país. Interagindo, interferindo, trazendo para o seu interior os debates que mobilizavam o espaço público, a Maçonaria revelou-se um instrumento significativo para a compreensão da sociedade brasileira do período com suas contradições e particularidades. ■

ALEXANDRE MANSUR BARATA é professor de História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e autor de *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: CMU – Editora da Unicamp, 1999.

#### Para saber mais

AZEVEDO, Celia M. M. de. "Maçonaria: história e historiografia". In: *Revista USP*. São Paulo, n. 32, p. 178-189, dez.-fev/96-97.

COLUSSI, Eliane Lucia. *A Maçonaria Gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

MOREL, Marco. "Sociabilidades entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das Maçonarias da primeira metade do século XIX". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 28, ano 2001/2.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. *O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)*. Santa Maria: EDUFMS; Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.

Grande Oriente do Rio de Janeiro, antiga sede nacional da Maçonaria. O federalismo da República estimulou a descentralização da Ordem

# Grande Oriente tropical

Eliane Lucia Colussi

## Questão de fé

Ideais de liberdade religiosa e ensino laico puseram a Maçonaria em rota de colisão com a Igreja Católica, num conflito que, no Brasil, culminou com a prisão de bispos em 1874

*Afinal... deu a mão à palhaçaria!* A charge de Bordallo, de 1875, brinca com a Questão Religiosa, quando o Império se viu no meio da disputa entre

A historiografia brasileira dedicou pouco espaço aos estudos sobre a Maçonaria. Em 1939, Gustavo Barroso (1888-1959) chamou a atenção sobre a importância da instituição maçônica na sua *História secreta do Brasil*. Um dos principais expoentes do pensamento conservador-católico, o autor afirmava que a história brasileira poderia ser explicada através da teoria do *comploté judaico-cabalístico-maçônico*. A

étnicos, agia subterraneamente e seria a responsável por muitos dos desfechos da política brasileira.

Diversos mitos presentes até hoje na Maçonaria no Brasil tiveram sua origem nas teses de Barroso, entre os quais ela ser fonte de influência na política. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a ordem fez pesada oposição ao absolutismo e à Igreja, congregando a elite econômica e intelectual ascendente. Essa

postura gerou uma série de conflitos com o clero, que reagiu tentando restaurar e até mesmo endurecer um catolicismo autoritário, quase medieval.

O crescente desprestígio do catolicismo no século XIX motivou a Igreja a adotar políticas que revigoraram o chamado ultramontanismo – movimento que pregava a retomada da autoridade papal “além das montanhas” que separavam a Itália do resto da Europa. O ultramontanismo foi uma reação a leis que, nos países católicos, subordinavam a Igreja à autoridade do Estado, como acontecia no Brasil. Do outro lado, o pensamento anticlerical reunia um amplo leque de pensadores, incluindo liberais, maçons, nacionalistas, positivistas, anarquistas e socialistas.

O confronto entre clérigos e maçons recrudesciu quando repercutiram no Brasil os ventos da política de romanização católica. Implementada pelo Papa Pio IX (1848-1879), essa política pretendia, a partir da retomada de posicionamentos conservadores, do prosseguimento de uma política de centralização da Igreja em torno da figura do papa e da intransigência liberal, reverter o quadro negativo enfrentado pelo catolicismo em escala mundial.

Um dos espaços importantes na disputa entre os posicionamentos clericais e anticlericais foi a política institucional. Os maçons transitavam com muita intimidade neste terreno. Muitos pertenciam ao Partido Conservador e outros tantos, ao Partido Liberal. A Maçonaria não orientava seus integrantes a seguirem uma ou outra corrente política. A liberdade de expressão, tanto religiosa como política, constituía-se em ponto fundamental a ser respeitado pelos maçons.

Tal postura não significava, porém, que a Maçonaria evitasse exercer algum tipo de influência no cenário político. No período em que se

radicalizou a luta entre a ordem e a Igreja Católica, houve diversas iniciativas que revelaram a necessidade de uma situação mais intensa dos maçons na política. Tratava-se de defender a liberdade de imprensa e discutir temas que envolviam a relação de Igreja e Estado, como o ensino religioso em rede pública, subsídios para a vinda de padres estrangeiros para o Brasil e a destinação de recursos para a construção e reforma de igrejas.

As irmandades religiosas foram outro espaço de disputas entre Maçonaria e Igreja Católica, especialmente a partir de 1872, quando aconteceu a chamada Questão Religiosa. Até então, era pública a presen-

ça de muitos integrantes do clero nas lojas maçônicas e de maçons nas irmandades religiosas – a maioria dos integrantes da Maçonaria no Brasil era formada por católicos. Apesar da aparente contradição, esse fato estava em sintonia com a situação mundial da ordem: a religião predominante num país tende a ser a mais comum dentro das lojas locais.

A Igreja Católica no Brasil, porém, mobilizou-se contra essa situação e passou a contra-atacar, publi-

cando bulas e cartas pastorais condenando a Maçonaria e as sociedades secretas. Os documentos de condenação previam várias penalidades aos anticlericais, incluindo a expulsão de padres maçons que não abjurassem a ordem e a suspensão dos trabalhos das irmandades e confrarias que estivessem sob suspeita de influência maçônica.

No início da década de 1870 o pensamento ultramontano já dominava o clero brasileiro. Havia um conflito de consciência entre a lealdade às diretrizes da Santa Sé e às leis do Império. A Constituição de 1824 determinava que a publicação e aplicação no Brasil de decretos, bulas e cartas papais dependiam do beneplácito (consentimento) do imperador. Em 1872, os bispos de Olin- da, d. Vital Maria Gonçalves de Oliveira, e de Belém, d. Antônio de Macedo Costa, resolveram cumprir as ordens de Roma. Desobedecendo ao beneplácito,

As irmandades, por ordem da Igreja, proibiram membros ligados à Maçonaria. Na charge de Agostini, o duque de Caxias é enxotado da irmandade da Santa Cruz dos Militares.

**Até à chamada Questão Religiosa, era comum a presença de clérigos na Maçonaria e de maçons nas irmandades religiosas**

Missa em Pernambuco no século XIX. Segundo Rugendas: o catolicismo, religião predominante no Brasil, era a confissão da maior parte dos maçons.

suspenderam as irmandades religiosas que haviam se recusado a expulsar os maçons de seus quadros.

Em muitas cidades do Brasil ocorreu uma verdadeira caça às bruxas no interior das irmandades. Houve até mesmo a interdição dos templos de irmandades que não quiseram excluir das suas fileiras os membros maçons. Em 16 de janeiro de 1873, d. Vital lançou o interdito, como penalidade pela desobediência de expulsar os maçons de seus quadros, à Irmandade do Santíssimo Sacramento, No Paró, d. Macedo Costa editou uma pastoral em 25 de março de 1873 proibindo a presença de maçons nas irman-

dades. Foram punidas as Irmandades da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos e da Ordem Terceira de São Francisco.

As irmandades recortaram ao imperador que ordenou aos bispos que cancelassem a suspensão. Como eles se recusaram a obedecer, foram presos e condenados "no grau médio do Artigo 96 do Código Criminal que previa quatro anos de prisão com trabalhos". Anistiados em 1875, os prelados mantiveram suas decisões contra as irmandades, o que

## Conflito de palavras

O confronto entre Igreja e Maçonaria no Brasil e no mundo se manifestou também em artigos de jornais, manifestos e até mesmo uma encíclica papal condenando de forma contundente a "seita dos maçons".

Trecho de "Os bispos e a Maçonaria no Brasil", publicado no *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, em janeiro de 1873:

"Está patente o empenho, com que os bispos do Brasil procuram conflitos com a maçonaria. O episcopado brasileiro nesses últimos tempos provoca-nos constantemente, pondo a prova o critério e a prudência da associação maçônica. Se os bispos refletissem, conheceriam, que a luta que suscitam, só a eles pode prejudicar, com desvantagem da religião católica, a qual tão desastrosamente desejam servir. Com efeito, desde o sul até o norte do Império, os nossos bispos não deixam passar pretexto, de que se não prevaleçam para obterem-se infensos a congregação maçônica, cujo instituto todo humanitário, consagra-se ao desenvolvimento das faculdades intelectuais e morais do homem (...). A maçonaria dedica-se à causa do bem e quer o progresso da humanidade, sob a liberdade política e religiosa. (...) A maçonaria pugna pela liberdade humana: a teocracia porém nutre intentos bem diversos. Ao primeiro lance dos olhos não se compreende qual o motivo, porque o episcopado entre nós apresenta-se acirradamente hostil à maçonaria, e sai das suas costumadas reservas para agredi-la".



Trecho da encíclica papal *Humanum Genus*, publicada em 20 de abril de 1884 pelo Papa Leão XIII.

"O Gênero Humano, após sua miserável queda de Deus, o Criador e Doador dos dons celestes (...), separou-se em duas partes diferentes e opostas, das quais uma resolutamente luta pela verdade e virtude, e a outra por aquelas coisas que são contrárias à virtude e à verdade. (...) Em cada período do tempo uma tem estado em conflito com a outra (...). Nesta época, entretanto, os partisans (guerrilheiros) do mal parecem estar se reunindo (...), liderados ou auxiliados por aquela sociedade fortemente organizada e difundida chamada os Maçons. Não mais fazendo qualquer segredo de seus propósitos, eles estão agora abruptamente levantando-se contra o próprio Deus. Eles estão planejando a destruição da santa Igreja publicamente e abertamente, e isso com o propósito estabelecido de despojar completamente as nações da Cristandade (...)

das bênçãos obtidas para nós através de Jesus Cristo nosso Salvador. (...) Eles declaram que seu único desejo é a melhoria da condição das massas, e o compartilhamento com o maior número possível de pessoas de todos os benefícios da vida civil. Mesmo que estes propósitos fossem visados verdadeiramente, eles não são de modo algum o todo de seu objetivo. (...) Aquele que é o seu propósito último força-a a se tornar visível — especificamente, a completa destruição de toda a ordem religiosa e política do mundo que o ensinamento Cristão produziu".

contribuiu para que as relações entre Igreja e Império ficassem cada vez mais estremecidas. Por trás da presença ou não de maçons nas irmandades religiosas, o grande tema da Questão Religiosa foi a subordinação da Igreja Católica ao Estado brasileiro.

Além da liberdade política e religiosa, a educação popular foi sempre um tema muito caro à Maçonaria, com idéias comuns à dos liberais no século XIX. Eles acreditavam que a sociedade moderna, necessariamente laica e secular, originária da revolução intelectual dos finais do século XVIII, deveria assentar-se no conhecimento científico e racional, eliminando os vestígios medievais da influência católica.

As divergências entre as duas instituições adquiriram contornos de uma disputa político-institucional na educação. A idéia que se tinha era a de que por meio da educação das crianças e dos jovens se construiria o "futuro". Mas qual seria esse futuro? Para a maçonaria, ele estava intimamente ligado ao racionalismo/cientificismo, à modernidade e ao progresso. Para tanto era fundamental retirar das escolas públicas a obrigatoriedade

do ensino religioso. Uma das vitórias nessa luta foi um decreto de 1874, que dispensava das aulas de religião os alunos não-católicos. O fim do ensino religioso obrigatório só viria com a Constituição republicana de 1891. A Igreja Católica lutou bravamente contra a adoção do sistema educacional laico no Brasil.

Seu discurso alertava os católicos contra "o falso brilho das doutrinas da época".

É possível compreender o complexo quadro político e cultural brasileiro do século XIX também a partir da luta dessas duas instituições. O campo das idéias e das disputas em torno delas foi muito mais amplo do que os posicionamentos anticlericais e clericais abordados aqui. Num quadro em que a vida social se desenvolvia em poucos espaços públicos, a Maçonaria tornou-se efetivamente um lugar onde ocorria a sociabilidade da maior parte da elite. A Igreja Católica precisou empenhar-se muito para recuperar os espaços perdidos ou, talvez, até então não consolidados. ■

ELIANE LUCIA COLUSSI é professora de História na Universidade de Passo Fundo (RS) e autora de *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 3. ed. Passo Fundo: Ediupf, 2003.

### Para saber mais

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

KOELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ / Contraponto, 1999. Dom Vital de Oliveira (centro da página) bispo de Olinda e dom Macedo Costa, de Belém, foram presos porque obedeceram aos ordens do papa, expulsando os maçons das irmandades. Maçons golpeiam o ultramontanismo, movimento que procurava retomar o poder da igreja frente ao Estado.



## Ingresso

Para ingressar na Maçonaria, um candidato precisa ser homem, livre, ter uma reputação ilibada e não ser judeu. O primeiro passo é ser convidado por um maçom. A partir daí, é feita uma sindicância dos antecedentes do candidato e entrevistas realizadas por três membros da loja com ele, com pessoas de sua convivência e com a família – no caso dos casados, se a esposa não aprovar explicitamente o ingresso, o nome do candidato sequer é levado à votação.

Apos à sindicância, os integrantes da loja fazem uma votação secreta. Caso haja algum voto contrário, o autor deste se identifica e explica suas razões. Cabe ao padrinho (o maçom que convidou o candidato) fazer a defesa e é feita uma nova votação, até que haja unanimidade. A partir daí, é marcada a iniciação do postulante no grau de aprendiz.

## Maçons

A lista de maçons famosos é extensa, envolvendo nomes como Simon Bolívar, Franklin Delano Roosevelt, Louis Pasteur, Winston Churchill, San Martín, Robespierre e George Washington. No Brasil, pertenceram à Maçonaria personalidades como José Bonifácio (o primeiro grão-mestre do Grande Oriente do Brasil), Diogo Feijó, Gonçalves Ledo, Carlos Gomes, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Quintino Bocaiúva, duque de Caxias, Hipólito da Costa, general Osório,

## A Ordem no Brasil

De acordo com a Constituição do Grande Oriente do Brasil (GOB) “A Maçonaria é uma instituição essencialmente iniciática, filosófica, educativa, filantrópica e progressista”. Ela não se classifica como religião, ainda que ter uma fé religiosa de qualquer espécie seja condição fundamental para o ingresso.

Funcionam atualmente no Brasil duas potências reconhecidas entre si e internacionalmente: o GOB e a Grande Loja do Brasil. O primeiro reporta-se ao Grande Oriente da França; o segundo, à Grande Loja de Londres. Lojas fora dessas potências, assim como maçonarias mistas ou femininas, não são reconhecidas.

Cada loja segue um entre as dezenas de ritos maçônicos reconhecidos – todos têm em comum os três graus simbólicos (aprendiz, companheiro e mestre). Segundo Joaquim Gervásio de Figueiredo (autor do *Dicionário de Maçonaria*, da Editora Pensamento), o mais difundido no Brasil é o Rito Escocês Antigo e Aceito, criado na França em 1804, que conta ainda com outros trinta graus “filosóficos”, de “Mestre Secreto” a “Soberano Grande Inspetor Geral”. Outros ritos normalmente praticados no Brasil são o Brasileiro, o de York, o Adonhiramita e o Moderno ou Francês, que tem apenas nove graus.

Lauro Sodré, Henrique Valadares, marechal Mascarenhas de Moraes, marquês do Herval e barão de Cairu, entre outros. Entre os presidentes, foram maçons Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Campos Sales, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Wenceslau Brás, Washington Luiz, Café Filho e Jânio Quadros.

À esquerda, alegoria maçônica mostra o primeiro presidente dos Estados Unidos, George Washington, com os paramentos da Ordem. Brasileiros ilustres, como o jornalista e escritor Hipólito da Costa (ao lado), também pertenceram à Maçonaria

# Grande Oriente tropical

## O simbolismo maçônico

1197

Veja aqui o significado de alguns dos principais símbolos usados pelos maçons em seus rituais

**Acácia** ↪ Acácia mimosa, a planta símbolo por excelência da Maçonaria encontrada largamente em cemitérios: representa a segurança, a clareza, e também a inocência ou pureza de espírito de todo maçom.

**Avental** ↪ Símbolo do trabalho maçônico: branco, e de pele, para os aprendizes (com a abeta erguida) e companheiros (com a abeta baixada); branco orlado de vermelho ou azul (dependendo do rito), e com diversos símbolos maçônicos para os mestres.

**Colunas** ↪ Símbolos dos limites do mundo criado, da vida e da morte, do elemento masculino e do elemento feminino, do ativo e do passivo, do mundo material e do espiritual.

**Compasso** ↪ Símbolo do espírito, do pensamento nas diversas formas de raciocínio, e também do relativo (círculo) dependente do ponto inicial (absoluto). Os círculos traçados com o compasso representam as próprias lojas maçônicas ou o Universo maçônico.

**Delta luminoso com o olho que tudo vê** ↪ Triângulo luminoso com um olho no centro, símbolo da força expandindo-se; também representa o próprio Grande Arquiteto do Universo e sua onisciência.

**Esquadro** ↪ Resultante da união da linha vertical com

a linha horizontal, é o símbolo da retidão e também da ação do homem sobre a matéria e sobre si mesmo.

**Malhete** ↪ Pequeno martelo, emblema da vontade ativa, do trabalho e da força material; instrumento de direção, poder e autoridade.

**Pavimento em mosaico** ↪ Chão em xadrez de quadrados pretos e brancos, com que devem ser revestidos os templos; símbolo da diversidade do globo e das raças, unidas pela Maçonaria; símbolo também da dualidade entre os mais diversos temas, como bem e mal, espírito e corpo, luz e trevas.

**Pedra bruta** ↪ Símbolo das imperfeições do espírito que o maçom deve procurar corrigir; e também da liberdade total do aprendiz e do maçom em geral. Simboliza o caminho inicial na preparação do maçom.

**Templo** ↪ Símbolo da construção maçônica por excelência, da paz profunda para que tendem todos os maçons. Local de trabalho e das ritualísticas.

**Três pontos** ↪ Símbolo com várias interpretações, aliás conciliáveis: fé, esperança e caridade; liberdade, igualdade e fraternidade; luz, trevas e tempo; passado, presente e futuro; sabedoria, força e beleza; nascimento, vida e morte. O triângulo formado por esses três pontos representa também a primeira forma geométrica perfeita, dotada de tamanho e área num espaço.

No centro, condecoração maçônica feita de ouro e prata, incrustada com pedras preciosas, século XVIII. Foi usada por maçons do Rio de Janeiro

Avental maçônico do século XVIII, bordado com fios de ouro e decorado com rubis

# Ação política e oxigenação

Com parlamentares no Congresso Nacional, os maçons seguem atuando na política ao mesmo tempo em que atraem jovens para renovar a Ordem

Desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1962, um maçom não ocupa a Presidência da República, mas isso não significa que a Maçonaria tenha deixado de atuar na política brasileira. Segundo Sérgio Tavares Romay, Grão-Mestre do Grande Oriente do Estado do Rio de Janeiro (GOERJ), a ordem tem hoje no Congresso Nacional 63 parlamentares – 55 deputados e oito senadores, num leque partidário que vai do PFL ao PT –, além de governadores, prefeitos, deputados estaduais e vereadores. “Cada um deles segue o programa de seu partido, mas todos têm a concepção maçônica”, diz ele.

A Ordem, apesar de não ter orientação partidária, está longe de ser apolítica. “Dizemos que a Maçonaria não tem pátria, mas os maçons têm”, explica Romay. “Temos a obrigação de discutir políticas públicas, como educação, saúde e segurança, mantendo canais abertos com o poder público para nossos anseios e nossas sugestões.” Questões nacionais são tratadas pelo Grande Oriente do Brasil, e um grão-mestre estadual não pode opinar sobre assuntos fora de sua região.

Se a participação na política se mantém ativa, a tensão nas relações entre a Maçonaria e as religiões parece ter diminuído. De acordo com o grão-mestre, o que existem hoje são casos isolados de hostilidades por parte de pa-

dres, mas a relação do Grande Oriente do Brasil (GOB) com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é de respeito mútuo. “Há cardeais mais flexíveis do que outros. Um grande amigo da Maçonaria, por exemplo, foi d. Avelar Brandão Vilela (1912-1986), cardeal-arcebispo de Salvador”, diz ele.

Entretanto, o último documento oficial da Igreja Católica a tratar da Maçonaria mantém o tom duro. Respondendo a uma consulta em 26 de novembro de 1983, o então prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina e Fé, cardeal Joseph Ratzinger, hoje Papa Bento XVI, foi taxativo: “Os fiéis que pertencerem às associações maçônicas estão em estado de pecado grave e não podem aproximar-se da Sagrada Comunhão”.

Questões religiosas à parte, o GOERJ aposta na renovação da Ordem através do ingresso de jovens. Foram criadas “lojas universitárias” e aplicadas isenções de taxas. “Nós temos a experiência, mas nos falta às vezes a energia e, num bom sentido, a loucura que o jovem tem. A Ordem tem que ser oxigenada”, diz Romay. Segundo ele, entre os atrativos para os jovens está o contato com pessoas mais experientes e o aprendizado, durante os estudos maçônicos, de conceitos de filosofia, legislação, história, oratória etc. “Costumo dizer que a Maçonaria é uma fisioterapia espiritual”, conclui o grão-mestre. (Leonardo Pimentel)

Colunas de estilo egípcio enfeitam o Grande Templo do Grande Oriente do Estado do Rio de Janeiro

**A cultura brasileira vai invadir a França. É a gente que vai levar.**

VARIG. Transportadora Oficial do Ano do Brasil na França.



**VARIG**

A STAR ALLIANCE MEMBER

A GENTE VAI MAIS LONGE POR VOCÊ.

~ Claudia Thurler Ricci

# Museu Nacional de Belas-Artes de Adolfo Morales de los Rios

Adolfo Morales de los Rios. *Projeto da Escola Nacional de Belas-Artes*. Zincografia. 49 x 81cm. 1906. Coleção Claudia Thurler Ricci

Marco da arquitetura eclética no Brasil, o prédio quase centenário projetado pelo espanhol Morales exibe a influência da missão francesa na primeira academia de artes do país

Quem caminha hoje na Cinelândia, coração do centro do Rio de Janeiro, depara com um conjunto arquitetônico monumental. Ali estão o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional, a Câmara dos Vereadores, o Centro Cultural da Justiça Federal e um outro, que há meses ganhou as manchetes dos jornais por seu precário estado de conservação: o Museu Nacional de Belas-Artes. A história dessa construção

começa em época crucial para o Rio de Janeiro e o Brasil. Vivía-se, por volta de 1900, a euforia do início de século, acompanhada pelas incertezas de um novo regime político e por uma profunda necessidade de mudança. As transformações que tinham lugar nas mentes e nos discursos deveriam agora se manifestar no desenho da capital federal. Sob a coordenação do prefeito Pereira Passos (1902-1906) foi inicia-

da em 1904 a remodelação e o embelezamento da cidade, como parte de um amplo projeto da elite política e cultural da recente República para modernizar a sociedade brasileira. As obras deveriam traduzir um novo conceito de espaço urbano e arquitetônico que organizasse física e simbolicamente a capital.

Inaugurada em 15 de novembro de 1905, a Avenida Central (nomeada Rio Branco em 1912) se



## MUSEU NACIONAL DE BELAS-ARTES

torna palco de grandes inovações. Os prédios públicos instalados ali deveriam refletir o progresso político e o avanço cultural do país (ver *NH* n.17, p. 42). Esbarra-se assim em uma outra história: a da Escola Nacional de Belas-Artes. Foi criada ainda no tempo do “rei velho”, d. João VI, patrocinador em 1816 da vinda de artistas franceses para o Rio de Janeiro, com o objetivo de estruturar uma academia de artes. Nascia a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios; depois chamada, em 1824, Academia Imperial de Belas-Artes. Apesar do título pomposo, seu funcionamento sempre foi insuficiente: o prédio, projetado perto da Praça Tiradentes pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny (1772-1850) para abrigá-la, acabou sendo ocupado parcialmente pelo Tesouro Nacional, o que representou, para professores e alunos, um incômodo que persistiu durante todo o Império.

Mas os novos ventos da República pareciam vir de encontro às antigas aspirações: é rebatizada com o nome de Escola Nacional de Belas-Artes, em 1890, traduzindo a idéia de uma academia inserida na onda modernizadora. As conversações sobre a construção de uma nova sede foram iniciadas em 1893, quando o diretor da escola, Rodolfo Bernardelli, decidiu solicitar ao governo a construção de um novo edifício para abrigar a sede da escola. O projeto, feito pelo professor e arquiteto italiano Sante Bucciarelli, não prosseguiu por falta de verbas e por causa da morte do autor. Insatisfeito, Bernardelli solicita o edifício do antigo mercado no bairro da Glória para instalar a

escola. A princípio, o diretor pensava somente em pequenas reformas, mas consegue angariar fundos, sob os auspícios da Associação do IV Centenário do Descobrimento, para a nova sede. E o primeiro projeto de autoria de Adolfo Morales que aqui se tem notícia é justamente a adaptação do mercado em escola. Embora não tenha sido realizado, serviu de linha mestra para a construção do prédio da escola na Avenida Central.

Mas quem era Adolfo Morales de los Rios? Espanhol (1858-1928), estudou engenharia em Madri e arquitetura em Paris. Chegou ao Brasil em 1890, tornando-se professor da Escola Nacional de Belas-Artes em 1897. Após pequenos projetos, como casas operárias e reformas de fachadas, e outros grandes nunca concretizados, como uma ponte metálica ligando o Rio de Janeiro a Niterói, o professor tornou-se o mais importante arquiteto da capital e um dos principais propagadores no país da arquitetura eclética, caracterizada pela apropriação de formas arquitetônicas do passado, como o grego, o gótico e o renascentista.

Atendendo a encomenda de Bernardelli, depois da cessão do terreno na Avenida Central em 1904, Morales conclui o projeto da escola em 1906. Dois anos depois o prédio é inaugurado, mas suas obras são dadas como concluídas apenas em 1912 – mesmo sem a realização completa do projeto original. Se as fachadas são inspiradas no Palácio do Louvre, a nova edificação, projetada para abrigar uma escola reestruturada pela República, deveria ser construída sob os alicerces de uma his-

tória que narrasse seu desenvolvimento. Era necessário demonstrar, através do prédio, que um futuro glorioso estava garantido à escola. Mas como oferecer a sensação de continuidade e dar aos habitantes da cidade a noção da existência de raízes no passado, apontando, ao mesmo tempo, para uma transformação? Reescrevendo o passado, Morales de los Rios se volta para duas direções: construir uma identidade artística nacional, e demonstrar que o país participa da ordem internacional, ou seja, do mundo civilizado. Uma inserção marcada através de painéis representando Leonardo da Vinci, Vignola, Alberti, Charles Blanc, Winkelman e Sthendal, considerados os principais representantes da cultura ocidental. O presente da instituição se encontrava, assim, dialogando com o berço da civilização – e esta deveria ser a relação das artes nacionais.

Além dos artistas representados na pedra, as paredes também contam o início do ensino artístico no Brasil: os membros da Missão Francesa de 1816 e fundadores da escola têm seus retratos pintados nas varandas do prédio pelo pin-

Com alterações no projeto inicial, feitas à revelia do seu autor, o prédio foi inaugurado em 1908, e era a materialização de dois ideais: o da construção da identidade artística nacional e o da integração do Brasil ao mundo civilizado internacional

## OLHARES

tor Henrique Bernardelli. Se a memória do ensino artístico brasileiro filia-se aos grandes mestres, e se as sementes estrangeiras estão presentes, a edificação também apresenta os frutos gerados nas terras brasileiras: artistas nacionais e estrangeiros desfrutam o mesmo espaço físico, e discípulos como Pedro Américo, Vítor Meirelles e Manuel de Araújo Porto-Alegre também têm seus nomes escritos no prédio. A nação se torna, assim, não só resposta aos projetos das nações maiores, mas também produtora de conhecimento; caminha com seus próprios pés e possui a capacidade de produzir artistas do mesmo quilate.

Mas esta história escrita na pedra é construída de modo seletivo: a tradição que se coloca como ponte para o futuro esquece seus artistas barrocos e atrela seu passado ao “berço da civilização”. É uma arte com parentesco europeu. E de uma certa Europa. A seleção esquece a origem portuguesa e também não lembra seus primeiros artistas, ainda não comandados pelos ensinamentos “civilizadores” dos franceses. Este início, visto como não muito glorioso para a nação, será substituído por outro, mais digno de ser lembrado: as próximas gerações, ao olhar o prédio da escola, saberão a quem apontar como iniciadores de sua tradição. É neste edifício que Morales de los Rios utiliza, com esmero, elementos decorativos e espaciais para concretizar um universo simbólico, e uma narrativa contínua pode ser “lida” tanto na fachada quanto no seu espaço. Desta forma, a história pode ser

percebida em três escalas: a cidade, a edificação e o espaço interno.

Se o risco inicial do edifício que hoje abriga o Museu Nacional de Belas-Artes decorre das linhas mestras ditadas pela conformação do antigo mercado da Glória, cuja adaptação ao terreno da Avenida Central exigiu somente algumas modificações, a concepção do ensino de artes que guiou o projeto de Morales lembra o ambiente da Escola de Belas-Artes de Paris,

**Morales tornou-se o mais importante arquiteto da capital e um dos principais propagadores do ecletismo arquitetônico no Brasil**

onde estudou. As alas do edifício foram organizadas em torno de um pátio central, destinado a receber réplicas de esculturas romanas e gregas, exatamente como no edifício francês onde

Morales teve suas primeiras lições. O *partido* (as diretrizes formais dominantes num projeto) adotado para a escola indica que a opção foi previamente determinada por um modelo que, para Morales, guardava uma concepção ideal de espaço. O edifício, porém, possui peculiaridades, pois acomodaria não só a pinacoteca (coleção de quadros), mas também os cursos de gravura, pintura, arquitetura e escultura.

A entrada principal do edifício, voltada para a Avenida Rio Branco, é feita por três grandes portas, em arco pleno, existentes no corpo central. O acesso a este primeiro pavimento, onde estavam concentradas as atividades da escola (que deixou o prédio em 1976), era – e ainda é – através de uma suntuosa escada que conduz a um vestibulo de grandes dimensões. À esquerda, acompanhando a fachada principal, ficavam as salas dos professores, do diretor e a secretaria; à direita, a portaria e o vestiário. Esta

foi a primeira divisão por setor que Morales fez, acomodando todas as funções administrativas na ala paralela à avenida. A ala lateral direita e a esquerda abrigavam diversas salas de aula dos cursos oferecidos pela escola. Nessas alas, Morales situa as entradas secundárias do edifício, localizando-as no eixo de cada fachada. E cria uma certa perspectiva, já que ao chegar a este primeiro pavimento deparava-se com uma abertura da qual se via o pátio central. Na ala posterior ficavam a biblioteca, o depósito, a oficina, as instalações do porteiro e as duas entradas de serviço. Contornando internamente essas quatro alas e servindo de galerias de circulação ao edifício, havia o Museu de Escultura e o Museu Arqueológico – circulação e aprendizado em um só espaço.

Ao longo do século XX várias modificações foram feitas no edifício. As mais drásticas nos anos 20 – com o objetivo de separar a escola, no primeiro pavimento, das áreas destinadas ao museu e às exposições temporárias, no segundo andar –, como a construção das grandes escadas laterais no *hall* de entrada e as galerias para mostras temporárias; e nos anos 40, com a galeria no terceiro pavimento. De escola a museu, o prédio sofreu reformas que descaracterizaram o sentido original pensado por Morales. Perdeu-se uma certa noção pedagógica que aliava o ensino à vivência da arte. Ainda hoje, quando uma série de obras de restauração está sendo realizada, o prédio conta histórias para o visitante. Da arquitetura, do ensino da arte e a de um país que se tentou inventar. ■

## Para saber mais

FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987.

MELLO JÚNIOR, Donato. “O edifício do Museu Nacional de Belas-Artes”. In: *Boletim do Museu Nacional de Belas-Artes*. Rio de Janeiro, maio de 1983.

RICCI, Claudia Thurler. *Adolfo Morales de los Rios: uma história escrita com pedras e letras*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1996.

CLAUDIA THURLER RICCI é *historiadora da arte e autora da tese Construir o passado e projetar o futuro: a arquitetura eclética e o projeto civilizatório brasileiro, defendida na UFRJ em 2004.*

⇒ Rafael Chambouleyron

# Revoltas no estado do Maranhão

Com elementos comuns, mas separados por 23 anos, dois levantes exibem os conflitos da colonização no norte da América portuguesa

Dedicados à evangelização, representada no óleo *Missionários ensinando índios*, os jesuítas foram acusados pelos colonos de restringir o seu acesso à mão-de-obra indígena, motivo principal da revolta de 1661

**E**m 1661 e 1684, duas rebeliões abalaram as cidades de Belém do Pará e de São Luís do Maranhão. A primeira começou na cidade de São Luís e se espalhou depois pela capitania do Pará; a segunda, mais conhecida como “Revolta de Beckman”, ocorreu somente em São Luís. Mas apresentaram três características em comum: a forma, os grupos participantes e as razões alegadas para justificar a insubordinação.

Os dois levantes revelam também as contradições de uma sociedade muito diferente de outras partes da América portuguesa, como a zona açucareira (no atual Nordeste) ou as regiões mais ao sul. De fato, até o século XIX, as capitanias do Norte constituíram uma região separada administrativamente do resto do Brasil (ver *box*).

A revolta de 1661 começou no dia do Espírito Santo, 15 de maio, em São Luís, quando um grupo de

moradores se dirigiu ao colégio jesuíta de Nossa Senhora da Luz, “assanhados todos como feras bravas”, segundo o padre João Felipe Bettendorf (1625-1698), expulsando os religiosos de suas celas e mantendo-os detidos na casa de um morador. Em poucos meses, a rebelião chegou ao Pará e, no dia do Anjo Custódio do Reino, no terceiro domingo de julho (festa do anjo protetor de Portugal, instituída no início do século XVI), o povo amotinado prendeu o superior das missões jesuíticas, padre Antônio Vieira (1608-1697).

Depois de perseguir os religiosos que se haviam refugiado pelo interior da capitania – cerca de nove foram detidos e três fugiram para o sertão –, os revoltosos decidiram expulsar os padres para o reino em três embarcações, mas apenas duas foram, já que uma estava tão avariada que foi impossível seguir para Portugal. E graças à intervenção do recém-nomeado capitão-mor do Pará, Francisco de Seixas Pinto (1662-1665), esses padres foram recolhidos a “uma casa particular com toda a decência”. Em março de 1662, chegava à cidade de São Luís o novo governador, Rui Vaz de Siqueira (1662-1667), que restituiu os clérigos a seus colégios e concedeu perdão geral ao povo – confirmado pelo rei em 12 de setembro de 1663.

Na véspera da procissão de Nosso Senhor dos Passos, dia 24 de fevereiro, a rebelião de 1684 começou. Dessa vez, além dos jesuítas, o alvo era o próprio governador e o chamado ‘estanco’ – ou ‘contrato’, nomes dados ao monopólio comercial estabelecido entre a Coroa e negociantes privados, em 12 de fevereiro de 1682. O objetivo do ‘estanco’ era a entrega de 10 mil escravos africanos (em vinte anos)

no Maranhão, além do estímulo à comercialização do que era produzido no estado, como o cravo de casca e o cacau. Com estes gêneros seriam pagos os escravos e os demais produtos que fossem enviados ao Maranhão pelos contratistas, que se haviam comprometido a enviar um navio ao Maranhão e outro ao Pará, pelo menos uma vez ao ano.

Os revoltosos tomaram a cidade de São Luís, onde o governador estava excepcionalmente instalado, renderam a guarda, formaram uma junta de governo, decretaram a abolição do estanco, a expulsão dos jesuítas, a prisão do capitão-mor do Maranhão, Baltasar Fernandes, e a desobediência ao governador e capitão-general do estado, Francisco de Sá e Meneses (1682-1685).

Eles ainda tentaram convencer as capitanias vizinhas, como Tapuitapera e Pará, a aderir à revolta, porém as Câmaras e os moradores das demais regiões do estado não quiseram. Em 25 de fevereiro de 1684, um documento feito pelos revoltosos destacava a “opressão e tirania com que se viam vexados pelo estanco”. Meses depois, em 15 de novembro de 1685, a própria Câmara de Belém explicava ao governador do estado que o contrato tinha sido “o ins-

trumento mais cruel que teve esta conquista para de todo ficar arruinada e tão pobre”.

Além das divergências internas – causadas pelo não cumprimento de muitas das promessas feitas pelos líderes da revolta e pela necessidade dos moradores voltarem para suas casas e lavouras –, as tropas enviadas em 1685 de Portugal puseram fim ao levante. Mas, ao contrário de 1661, os líderes da revolta de 1684 foram condenados: Manuel Beckman e Jorge de Sampaio e Carvalho enforcados, e os outros degredados ou açoitados. O resto da população se beneficiou com um perdão real.

Mas, afinal de contas, quem eram os revoltosos? Portugueses e seus descendentes, na maioria. Pouco antes da revolta de 1661, em São Luís,

177 moradores da cidade, entre homens e adultos, assinaram um manifesto queixando-se dos jesuítas e das dificuldades em usar a mão-de-obra indígena. Considerando-se que a população adulta e masculina de São Luís nos anos 1660 variava, de acordo com os dados disponíveis, de trezentos a seiscentos moradores, a participação de 177 é bastante significativa.

Para se ter uma idéia da composição do movimento, durante a rebelião de 1684 os insurgentes elegeram representantes dos três *estados* da sociedade local:

Manuel Beckman e Eugênio Ribeiro Maranhão, pela nobreza; Inácio da Fonseca e Inácio da Assunção, pelo clero; e Francisco Dias Deiró e Belquior Gonçalves, pelos *mecânicos* ou artesãos. A partir dessa eleição, constituiu-se uma junta que governaria com a Câmara da cidade. Os religiosos, portanto, também participaram, e pouco antes do motim de 1684 o governador Francisco de Sá e Meneses queixava-se, ao Conselho Ultramarino, de vários religiosos que atacavam publicamente o ‘estanco’, citando como exemplo o clérigo Diogo Gomes, que “em lugar do sermão fizera uma sátira contra os vereadores e povo, chamando-lhes república de fariseus”.

Mas a leitura de cartas e requerimentos dos revoltosos exhibe outros motivos usados para explicar os levantes. O primeiro é a “miséria”. De acordo com a Câmara de Belém, num escrito de 15 de janeiro de 1661, a capitania do Pará padecia de “grandes necessidades e misérias” causadas pela falta de escravos. O difícil escoamento da produção de gêneros locais e a dificuldade de pagamento – pela inexistência de moeda metálica no estado do Maranhão – dos produtos trazidos pelos navios do contrato (dentre os quais, escravos africanos) desgastaram a já empobrecida população da região e mobilizaram os rebeldes.

Planta da cidade dos índios barbados, no Maranhão. Amparado pela legislação, os jesuítas concentravam os índios livres em suas missões. Abaixo, vista de São Luís atribuída a Frans Post (século XVII).

**As rebeliões de 1661 e 1684 foram mais do que uma manifestação contrária aos padres jesuítas**



## Para sab

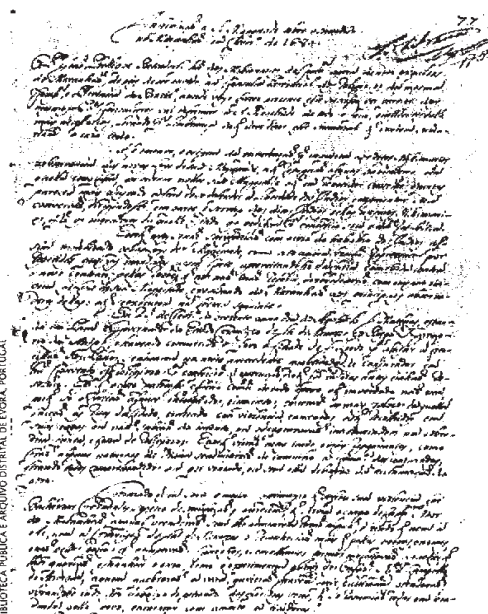
AZEVEDO, de. Os jesu colonizaçã Secult, 199 da 1ª edição

COUTINHO, Milson. A revolta de Bequimão. 2ª ed. São Luís: Instituto Geia, 2004 (Coleção Geia de Temas Maranhenses, v. 4).

LIBERMAN, Maria. O levante do Maranhão. Judeu Cabeça de Motim: Manoel Beckman. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos / USP, 1983 (Judaica Brasil, n. 1).

LISBOA, João Francisco. Crônica do Brasil colonial: apontamentos para a história do Maranhão [1853-58]. Petrópolis / Brasília: Vozes / INL, 1976.

Em carta de 1684, o padre Antônio Vieira relatou ao rei de Portugal os acontecimentos da "Revolta de Beckman". Ao lado, o superior das missões jesuítas retratado por autor desconhecido no século XVIII



IBRTECA PÚBLICA E ARQUIVO DIFUSAL DE LÉVORA, PORTUGA

Os insurgentes e as Câmaras do Estado argumentavam também que suas queixas nunca eram ouvidas ou atendidas. Pouco depois de terminado o motim de 1661, numa correspondência ao rei D. Afonso VI (1656-1675), de 26 de julho de 1662, a Câmara de Belém reconhecia o excesso havido durante o levante e o justifica pelas muitas vezes que "haviam clamado a Vossa Majestade (...) vendo que não se deferia a tão duplicados clamores (...)"

A ação dos revoltosos se sustentava também na crença de que os moradores não poderiam sobreviver no estado do Maranhão sem escravos, especialmente indígenas. Tanto os rebeldes de 1661 quanto os de 1684 se queixavam dos padres jesuítas e de diversas leis, como as de 9 de abril de 1655 e de 1º de abril de 1680, que confiavam aos jesuítas não só o controle dos trabalhadores índios livres, como o exame da legitimidade dos cativores indígenas feitos pelos portugueses.

A população acreditava em seu direito de escravizar os nativos e de ter total acesso à mão-de-obra livre. Um "direito" baseado em duas outras idéias. Uma, a de que os próprios moradores e seus antepassados haviam conquistado e ocupado o Maranhão para a Coroa portuguesa. Outra, a de que os revoltosos agiam em nome da população – várias vezes o termo "povo" é citado pelos rebeldes. A noção de povo e comunidade estava claramente vinculada ao papel dos conselhos municipais no estado do Maranhão: as duas rebeliões

No box, o infográfico representa, grosso modo, o território do estado do Maranhão e Grão-Pará (pontilhado), com base em um mapa de George Seutter, de 1740. O atual estado do Pará é bem maior do que a antiga capitania de mesmo nome, pois

incorpora parte das terras que, a partir de 1755, formaram a capitania de São José do Rio Negro (depois Amazonas). O Piauí só foi demarcado em 1759, abrangendo parte do que era o Ceará, que passou à jurisdição de Pernambuco em 1656

## Diferentes nomes e territórios

O estado do Maranhão e Grão-Pará foi fundado ainda na época da união das Coróas de Castela e Portugal, no início dos anos 1620, o primeiro governador chega à região em 1626. Essa área era diretamente subordinada a Lisboa e independente do governador-geral do Estado do Brasil, cargo máximo para o resto da colônia nesse período. Considerado estratégico para a Coroa, o estado era formado basicamente pelas capitanias reais do Maranhão, Pará, Gurupá, Ceará (até 1656) e pelas capitanias privadas (donatárias) de Japuitapera, Cameta, Caeté, Cabo do Norte e Ilha Grande de Joanes. No início de 1700 o Piauí juntou-se ao Maranhão e Grão-Pará, e em 1755 foi criada a capitania real de São José do Rio Negro (depois Amazonas), também subordinada ao estado. Até meados do século XVIII, a Coroa foi incorporando todas as capitanias privadas ainda existentes, gerando constantes mudanças administrativas. De 1751 até 1772 a região passou a se denominar estado do Grão-Pará e Maranhão, com a capital sediada oficialmente em Belém (onde estava desde 1737). E em 1772 se desmembrou em dois: estado do Grão-Pará e Rio Negro, estado do Maranhão e Piauí somente em 1811 as capitanias do Maranhão e Piauí se separaram.

tiveram apoio considerável das Câmaras, mesmo quando os vereadores não aderiram imediatamente. E a Câmara representava um importante instrumento político para negociar com as autoridades e a Coroa.

O historiador maranhense João Francisco Lisboa argumentava, no século XIX, que a consolidação do poder municipal no estado consistiu na dominação por um grupo de aristocratas locais, cuja nobreza havia sido conseguida através das armas. Esse era um dos principais argumentos dos rebeldes.

As rebeliões de 1661 e 1684, portanto, foram mais do que uma manifestação contrária aos padres jesuítas, o que, à primeira vista, pode parecer evidente, já que parte da indignação dos amotinados decorria de restrições à obtenção de trabalhadores indígenas. Naquela altura, porém, o que estava em jogo eram percepções diferentes sobre as políticas da Coroa para o desenvolvimento da região, que afetavam problemas centrais daquela sociedade, como o uso da mão-de-obra indígena e o desenvolvimento do comércio e da produção. As duas revoltas revelam, sobretudo, os conflitos decorrentes da ocupação da Região Norte e da experiência colonial dos próprios portugueses na Amazônia. ■

RAFAEL CHAMBOULEYRON é professor de História na Universidade Federal do Pará, doutorando em História na Universidade de Cambridge, Inglaterra, e bolsista do CNPq.

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Defiro a solicitação do eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, na forma do Regimento Interno.

O Sr. Senador Arthur Virgílio enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quando eu li que nesta manhã o Senado da República iria dedicar a Sessão à Maçonaria, veio-me vontade de dizer o que a respeito eu penso. Penso bem dos maçons. Principalmente a partir do dia em que vi a apresentação de uma notável ópera de Mozart, **A Flauta Mágica**.

Mozart, como os senhores que nos honram com a presença neste Plenário, era maçom. E **A Flauta Mágica**, sabem os Senhores, é considerada a obra-prima de Mozart e foi a última ópera por ele composta, pouco antes de sua morte.

**A Flauta** é uma ópera maçom, porque Mozart era também maçom e deu tudo de si para que essa sua nova e genial obra não viesse a ser apenas mais uma peça musical fantástica.

Ele quis, e assim foi, que essa ópera falasse. Falasse de valores humanos, mas numa linguagem de simplicidade, quase um conto de fadas, enfocando um príncipe, uma rainha, um sacerdote malvado e um passarinho.

O passarinho é o papageno, que na ópera, **A Flauta**, aparece com plumagens de pássaros sobre a roupa. Ele vivia pela floresta e ali acabou se enamorando de uma papagena, numa história que compõe um enredo de ternura, de profunda ternura humana.

São os valores que aproximam os seres humanos. Como esses valores da história do papageno que só completou sua felicidade pessoal ao encontrar a papagena.

Num mundo de tantos desencontros e de desencantos, é bom um encontro, como este, nesta manhã do Senado.

Quem sabe posso ir além, a ponto de considerar todos os maçons como os herdeiros da ternura genial da música de Wolfgang Amadeus Mozart. A ternura iguala iguais e aproxima os seres humanos. E não é essa intenção da Maçonaria?

Todas as mulheres e todos os homens são iguais e, portanto, irmãos espirituais. Aí encontramos a razão da natureza humanista da Maçonaria. Ela busca levar os seres a um conhecimento profundo de Deus. Portanto, incentiva a fé no próprio homem.

A fé que é sempre necessária. Hoje, mais do que nunca.

Como Ordem Universal constituída de homens de todas as raças, credos e nacionalidades, selecionados a partir das qualidades morais de cada um.

Assim vejo a Maçonaria, sempre buscando, desde o tempo do Império no Brasil, a construção de uma sociedade humana fundada no Amor Fraternal.

Depois, na transição para a Independência e em tantos e tantos episódios que honram a vida do País.

Desde esse tempo de monarquia aos conturbados dias de hoje, em que a Nação brasileira se vê envolvida em crise sem precedentes, creio ser prudente, e mais do que legítimo, refletir um pouco sobre valores como esses em que se alicerçam os seguidores da Ordem que aqui são hoje justamente homenageados.

A consequência natural da paternidade de Deus, é a idéia de que todos os homens são irmãos espirituais. É neste ensinamento que encontramos a bela natureza humanista da Maçonaria. Através desta afirmação, os maçons fazem do homem um ser divino, que através do autoconhecimento pode chegar ao conhecimento de Deus. Com isso incentivam a fé no próprio homem, elevando-o ao nível de Deus, tornando-o passível de adoração.

Saúdo essa Ordem, nela vendo, além do papageno de Mozart, uma Sociedade Humana, fundada no Amor Fraternal, na esperança com amor à Deus, à Pátria, à Família e ao Próximo.

Hoje, sinto que homenageio, especificamente, os maçons do meu grande Estado, o Amazonas. E me vêm à lembrança dois maçons muito queridos: o que não conheci, meu avô Júlio Verne, e o que conheci muito bem, meu avô Arthur Virgílio.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Ao suspender a sessão, nesta justa homenagem que faz o Senado Federal ao Dia do Maçom e à Maçonaria, não poderia deixar de, em meu nome e do Presidente Renan Calheiros, dos Senadores Edison Lobão, Mozarildo Cavalcanti, Leomar Quintanilha, Alvaro Dias, Mão Santa e Luiz Otávio, reafirmar mais uma vez o respeito desta Casa a essa lapidação permanente que tem a Maçonaria do Brasil a favor dos valores fundamentais da pessoa humana, da família, e da sociedade. Eu, como filho de maçom que sou – meu pai foi maçom e seguiu a sua trajetória durante muitas décadas –, tenho o prazer redobrado de estar presidindo a Mesa

do Senado neste momento e desejo a todos o justo reconhecimento do Senado Federal.

Mais uma vez, agradeço ao Sr. Laelson Rodrigues, do Grande Oriente do Brasil; Sérgio Muniz Gianordoli, da Grande Loja CNB; e o Sr. Antonio do Carmo Ferreira, da Confederação Maçônica do Brasil, além do meu prezado amigo, Dr. Franklin Rodrigues Mota, da Ordem Rosa Cruz.

Bom-dia a todos.

Parabéns.

Suspendo a sessão, por cinco minutos, para os cumprimentos.

Está suspensa a sessão.

*(A sessão é suspensa às 10 horas e 2 minutos e reaberta às 10 horas e 10 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

### OFÍCIO

#### DA MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

– Nº 1.284/2005, de 12 do corrente, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.148, de 2004, do Senador Arthur Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente e juntadas ao processado do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### AVISOS

#### DE MINISTROS DE ESTADO

– Nº 314/2005, de 17 de agosto, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 177, de 2005, do Senador Luiz Otávio.

– Nº 204/2005, de 18 de agosto, do Ministro de Minas Energia, encaminhando resposta ao Requerimento nº 176, de 2005, do Senador Luiz Otávio.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– As informações recebidas em resposta aos Requerimentos nºs 176 e 177, de 2005, foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente e juntadas ao processado do Ofício “S” nº 1, de 2005, que volta à Comissão de Assuntos Econômicos para continuar a tramitação.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 910, DE 2005

**Requer Voto de Lembrança ao ensejo do transcurso do segundo aniversário da morte do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, última do atentado contra o prédio da representação da ONU no Iraque.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Lembrança pelo transcurso do segundo ano da morte do diplomata Sérgio Vieira de Mello, no atentado ao prédio da ONU no Iraque onde o embaixador prestava relevantes serviços em favor da paz.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos familiares do homenageado e ao Ministro das Relações Exteriores.

#### Justificação

Definido em artigo do Prof. Jacques Marcovitch, da USP, como um Funcionário da Humanidade, o diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello até hoje é lembrado pelo Brasil e pelo mundo. Seus esforços em vida desenvolveram-se à frente da missão de Alto Comissário para os Direitos Humanos da ONU, atividade lamentável e ironicamente interrompida pela brutalidade da violência e do terrorismo. É essa notável figura que hoje homenageio, requerendo ao Senado da República este voto de lembrança.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Teotônio Vilela Filho, por 15 minutos.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, registro, com muito pesar e particular emoção, o falecimento de um dos maiores empresários de Alagoas e do Nordeste: José Aprígio, como era chamado, ou simplesmente o Zé, como era também conhecido e sobretudo respeitado.

Dele muito se poderá dizer, inclusive de sua surpreendente precocidade: aos três anos, montava cavalos nas terras do pai; aos dez, dirigia tratores e jipes; aos 17 anos, foi oficialmente emancipado pelo pai, que lhe deu a diretoria comercial de sua empresa. E a primeira providência no novo diretor, ainda imber-



be, foi tomar todos os talões de cheque do presidente da organização, por acaso seu próprio pai.

Muito se poderá dizer do que ele fez e de sua importância para a economia e o desenvolvimento de Alagoas, pois afinal ocupou praticamente todos os cargos de maior destaque do mundo empresarial de nosso Estado. De dirigente empresarial a líder de classe, de empresário bem-sucedido a dirigente premiado, distinguido com comendas nacionais, com prêmios regionais e com o reconhecimento público do Governo do Estado, com aplausos privados das organizações mais respeitadas do Brasil, Zé Aprígio ocuparia dezenas de minutos apenas com a simples leitura dos cargos que ocupou e das funções que exerceu.

Prefiro ater-me, Sr. Presidente, ao que ele foi, e, mais que sua obra, registrar sua própria pessoa, pois na verdade o maior patrimônio que deixa à sua mulher e aos quatro filhos é a integridade do caráter e a honradez de sua história.

Direto e franco como poucos, mas ponderado e sensato como raríssimos, Zé Aprígio soube fazer-se ponto de referência de empresários, mas também de políticos dos extremos mais opostos do nosso espectro ideológico.

Que havia nele de tão especial a ponto de dirigentes da esquerda mais engajada procurarem apoio e conselho de um dirigente de empresas sem qualquer filiação partidária? Que especial sabedoria, que peculiar capacidade de ouvir e ponderar, de ponderar e conciliar, que fazia dele um ponto de equilíbrio entre contrários? Quem saberá ao certo? Mas, em se tratando de Zé Aprígio, quem buscaria maiores explicações? As pessoas, afinal, o procuravam simplesmente pelo que ele era, e não pelo que fazia.

Desde que ele partiu, há menos de 15 dias, muitos testemunhos ouvi. Testemunhei respostas a perguntas que nem fizera e registrei testemunhos que sequer imaginara. Dono de usina de açúcar por herança, dirigente de empresa do setor açucareiro por opção e dirigente e líder do setor da agroindústria do açúcar por absoluta competência, em momento algum ele sequer fora chamado de usineiro, porque, nas Alagoas e no Nordeste, houve um tempo em que o termo mais distinguia uma posição ideológica que uma atividade empresarial. Ele, usineiro? Que nada, ele era o Zé Aprígio, ou o Zé, assim mesmo, sem nome composto, sem sobrenome ou função empresarial. O Zé desportista das quadras de basquete, de voleibol, o Zé maratonista, que madrugava em sua fazenda e, mesmo sendo um dos mais respeitados criadores de cavalo quarto de milha do Brasil, corria a pé toda a sua propriedade na Viçosa natal, na natalíssima Alagoas.

E daí que ele tivesse ou dirigisse usina, que dirigisse a própria cooperativa dos usineiros? Quem ou saria chamá-lo de conservador ou reacionário? Quem? O Zé? E os líderes estudantis que ele ajudava, com o sincero sentimento de que mesmo a mais radical contestação estudantil é, na verdade, o melhor antídoto à acomodação social e pessoal? E os líderes de esquerda cuja campanha ele mesmo incentivava e ajudava? E os mais pobres e anônimos portadores de doenças incuráveis, reunidos numa casa de apoio onde raros sabiam quem era de fato o mantenedor?

Ele foi alentadamente precoce em toda a sua vida. Mas foi, Sr. Presidente, saudosamente precoce em sua despedida. Ele partiu aos 55 anos de uma vida exemplarmente intensa, vivida com o entusiasmo dos que sabem construir, com a paixão dos que sabem dividir e partilhar, mas, sobretudo, com a coragem e a consciência de quem sabe que apenas passa pelo mundo, a caminho de uma missão mais importante e de uma outra vida imortal. Ele partiu deixando lições tão fecundas como a que ministrou em vida. Durante toda a sua longa provação, de quase três anos, e dores lancinantes no final, ele jamais murmurou uma só queixa contra a vida ou contra o céu. Blasfemar? Nunca. Desesperar? Jamais. Como ensina a música que vez por outra ele cantarolava, com o espírito de boêmio que disfarçava muito bem atrás da vida de executivo.

Ele aprendera com o pai muito mais do que eu próprio imaginara. Como o pai, ele construiu formidável e comovente resistência interior, mesmo quando já não tinha qualquer resistência orgânica. Como o pai, soube ser forte como poucos, mesmo quando a provação já o fragilizara como nunca. Como o pai, que fora vencido pela mesma doença, ele cultivou até o fim as mais fundas esperanças, mesmo quando só lhe sobravam poucos e estreitos horizontes de vida.

Por momentos, Sr. Presidente, cheguei a rever o velho Teotônio Vilela reencarnado no Zé, naquele leito de despedidas, tão diferente na história, tão igual nas atitudes. Um e outro igualados pela dor, irmanados pela mesma força interior. O velho Teotônio de novo partiu! De novo se despediu, agora levando consigo o Zé. Que saudades do velho Teotônio!

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Teotônio Vilela Filho, gostaria de tomar parte no pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

Peço ao Presidente que me conceda, em seguida, só mais um minuto para concluir meu pronunciamento e também ouvir a Senadora Heloísa Helena e o nobre Senador Pedro Simon.



**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Edison Lobão, lá do nosso Maranhão – terras de Gonçalves Dias, João Lisboa e outros recentes –, Deus escreve certo por linhas tortas. Depois da reunião da maçonaria, que prestou culto a Deus, à família, à ordem, a princípios fundamentais, entra Teotônio Vilela Filho. É um crer naquilo que estudei, nas leis genéticas de Mendel, naquilo que está nos livros de Deus, Senadora Heloísa Helena: árvore boa dá bons frutos. Longe está V. Ex<sup>a</sup> de imaginar a repercussão do seu pronunciamento, Senador Teotônio, que se iguala ao estoicismo de seu pai, lutando pela redemocratização. No momento da desesperança, no momento em que milhares de pessoas depositavam confiança, vem a desesperança, por falta de virtudes e pela corrupção, V. Ex<sup>a</sup> traz para o Brasil, lembrando os exemplos de vida do Zé e do seu pai. Nem tudo está perdido. As bênçãos de Deus, o exemplo de Teotônio Vilela pai e as ações do filho e de Zés, como esse do Alagoas, Zé Aprígio, farão com que possamos acreditar ainda neste País e na construção de uma sociedade mais justa, igualitária, fraterna e verdadeira, como era o sonho do pai de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL) – Muito honrado com o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Mão Santa.

Concedo o aparte à minha conterrânea e amiga, Senadora Heloísa Helena.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Senador Teotônio, eu me senti não na obrigação, mas de alguma forma obrigada a fazer um testemunho em relação ao Zé Aprígio, como – V. Ex<sup>a</sup> mesmo disse – ele era chamado. Por mais que ele representasse um setor com o qual eu sempre briguei muito ao longo da minha vida, combati com veemência, com ferocidade, às vezes, com intolerância também, eu me sinto à vontade para dar um testemunho. Não vou nem falar do seu pai. V. Ex<sup>a</sup> também é uma pessoa muito civilizada, muito delicada aqui no plenário e com todos nós no Estado de Alagoas. No caso específico dele, que, de alguma forma, comandava com competência uma importante estrutura empresarial, um setor empresarial que sempre combati com muita veemência, nunca, em momento algum, ele foi capaz de um único gesto de grosseria, de um único gesto pouco civilizado. Nunca. Mesmo sabendo que eu combatia com veemência o setor que ele representava, sempre teve a delicadeza de apresentar a concepção que tinha do setor da agroindústria do açúcar e sempre foi uma pessoa de jeito generoso. Já lhe disse que a última cena que eu lembro dele é justamente quando já estava mutilado, certamente movido pela dor e pela tristeza, junto com a Themis, num bloco de carnaval de rua em Maceió.

Ele estava com um sorriso generoso, cheio de vida, como se, naquele espaço de alegria, quisesse buscar a vitalidade necessária para superar uma doença tão triste, que massacra tanto o corpo, a alma e o coração das pessoas. Eu me senti na obrigação de dizer isso, porque, mesmo sendo uma pessoa com a qual nunca tive relação política, brigava com veemência, às vezes com intolerância, ele nunca foi capaz de um único gesto de grosseria, pouco civilizado, muito pelo contrário, sempre foi generoso, carinhoso.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL) – Exatamente.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Sabia escurar as diferenças ideológicas e programáticas, mas sabia também superar essas diferenças, sendo aquilo que é essencial nas relações humanas: carinhoso e generoso. Portanto, dou com alegria esse testemunho no aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> não imagina, Senadora Heloísa Helena, como ele ficava feliz quando eu lhe dizia: “Olha, Zé, Heloísa perguntou por você, mandou um beijo”. Ele tinha muito carinho e, sobretudo, uma admiração reverencial pela postura da Senadora Heloísa Helena. Ele se orgulhava muito da amizade que tinha com V. Ex<sup>a</sup> e ficava todo derretido quando eu lhe transmitia os seus recados, as suas orações, sempre generosos em relação a ele. Muito obrigado pelo aparte.

Concedo o aparte ao nobre Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Levo ao prezado amigo a solidariedade, o carinho, o afeto e a amizade. Lembro-me das referências que o velho Teotônio fazia de V. Ex<sup>a</sup> e de seu irmão. Lembro-me, nesta Casa, quando José Aprígio apresentou um projeto de aumentar a empresa e desenvolvê-la – o que era absolutamente normal –, um grande projeto, da maior importância para os interesses da região, que o regime militar não deixava passar por causa do velho Teotônio. Amigos do Teotônio lá de dentro diziam: “Olha, queremos votar, queremos aprovar, está tudo certo, mas a ordem que temos é de não fazê-lo por tua causa”. O velho Teotônio foi para esta tribuna e fez um elogio emocionante ao filho dele. E contou histórias de V. Ex<sup>a</sup>. Lembro-me como se fosse hoje – ele estava na tribuna, exatamente onde V. Ex<sup>a</sup> está – de ouvi-lo referir-se a seu irmão dizendo que ele era um rapaz, criança ainda, que avançava, que assumiu a direção e tirou, inclusive, os cheques dele. O velho Teotônio reproduzia as próprias palavras: “Mas, meu filho, o que é isso? Eu ainda sou o dono da empresa”. A resposta: “Não, pai. Se é para fazer o negócio para valer, vamos fazer”. E o velho Teotônio: “Tudo bem”.

O velho Teotônio contava essa passagem da tribuna em que V. Ex<sup>a</sup> se encontra. Ele contava o esforço que o guri estava fazendo para promover aquela ampliação e o crime que estavam fazendo com ele; que ele lamentava profundamente, mas que ele iria continuar na linha dele. Lembro-me do orgulho que ele tinha de dizer que o Zé Afrânio...

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL)  
– Zé Aprígio.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – ...que o Zé Aprígio era muito melhor do que ele na empresa. Dizia: “Ele entende, ele não é como eu, ele é competente. Olhe, Pedro, eu não sei por quem ele puxou, porque eu levo toda essa vida, nunca lhe ensinei e ele é um profissional de primeira grandeza”. Realmente, V. Ex<sup>a</sup> e o Zé Aprígio foram adiante e venceram. E V. Ex<sup>a</sup>, seu irmão e seu pai têm características muito importantes. Não sei hoje, mas, naquela época, ser usineiro era, realmente, atividade marcada, era mais grave do que ser empresário.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL)  
– É verdade.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – No entanto, nunca vi, por parte do velho Teotônio ou do filho dele, qualquer preocupação que não fosse no sentido de uma administração voltada para o social e preocupada com o social. Digo-lhe, meu querido Teotônio, Deus me deu a ventura de conviver com o velho Teotônio. Acompanhei, até o fim, aquele homem percorrer o Brasil com quatro cânceres. E V. Ex<sup>a</sup> sabe o que o médico dizia: “Hoje não tem problema, vá para Paris; há condições para que tu leves uma vida tranqüila, sem dores. O que não pode é tu percorreres de trem, de avião, correr por esse Brasil inteiro, e levar essa vida miserável”. E ele foi até o fim levando a bandeira dele. Acho difícil haver no Brasil uma pessoa com o mesmo amor à causa pública que teve o velho Teotônio. Concordo com o que V. Ex<sup>a</sup> disse, que o pai deve ter reencarnado no filho, que teve o mesmo mal, a mesma doença. Pelo que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo e segundo o que eu sabia, realmente, ele teve a grandeza e o gesto dos grandes homens, que a doença pode abater na morte, mas não abate no ânimo nem na dignidade nem no brio nem na coragem. V. Ex<sup>a</sup> fica com uma grande responsabilidade. Já tinha de levar adiante a biografia de seu pai na vida política; agora, fica com a responsabilidade da usina e dos interesses na vida empresarial. Felizmente, V. Ex<sup>a</sup> tem a serenidade, a tranqüilidade, a honestidade e a capacidade para desempenhar esses dois papéis. E parece que Deus lhe deu a saúde necessária, a competência necessária para que V. Ex<sup>a</sup>, a esta altura, além de suas missões, além de sua vida, tenha que viver a biografia de seu pai e a biografia de seu irmão.

Um abraço muito carinhoso, mas muito carinhoso de quem, V. Ex<sup>a</sup> sabe, tem por V. Ex<sup>a</sup> e por sua família um afeto muito grande.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL)  
– Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL)  
– V. Ex<sup>a</sup> fala com o coração, com a história de sua vida como Senador da República e com a autoridade de quem afixou ao túmulo de meu pai uma placa de bronze eternizando a relação fraterna que V. Ex<sup>a</sup> e o velho Teotônio tinham. Lá no túmulo está: “Ao querido amigo Teotônio com o abraço de Pedro Simon”. Sempre a minha família lembra esse gesto inesquecível de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo o aparte ao Senador José Jorge.

**O SR. PRESIDENTE** (Edison Lobão. PFL – MA)  
– Senador Teotônio Vilela, são muito justas e oportunas as homenagens que presta V. Ex<sup>a</sup> a essas duas figuras extraordinárias, porém o seu tempo já foi ampliado em quinze minutos. Eu pediria que, se pudesse, abreviasse a sua manifestação.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL)  
– Claro que podemos. Concluo em um minuto, logo após ouvir o Senador José Jorge.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, mais trinta segundos.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL)  
– Muito obrigado, Presidente Edison Lobão, pela gentileza de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Meu caro Senador, eu também gostaria de me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> neste momento de dor. Infelizmente, não conheci pessoalmente seu irmão José Aprígio, mas todos os alagoanos que conheço que privaram de sua amizade sempre me falaram dele como uma pessoa excepcional, não só como empresário, mas também como figura humana e grande líder que era, não só na família, mas também em todo o Estado, especialmente no mundo empresarial. Nós acompanhamos toda a sua luta nessa doença e agora, quando infelizmente essa luta chegou ao fim, eu não poderia deixar de dar minha palavra de solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL)  
– Muito obrigado, nobre Senador José Jorge, pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Ouço o Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Teotônio Vilela, creio que não é a primeira vez que manifesto a minha enorme admiração pela família, especialmente em razão do conhecimento que tive o privilégio de ter do velho Menestrel das Alagoas, o Senador Teotônio

Vilela, e de V. Ex<sup>a</sup>, sobretudo admiração pelo caráter, pela competência, pela habilidade política, pela postura ética, pela decência, pela dignidade – sei que esses são produtos em falta na prateleira da política nacional. V. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida, nos honra, nos orgulha e engrandece esta Casa com sua presença honrando a memória de seu pai, sobretudo, e, agora, do seu querido irmão. As nossas homenagens também a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)**

– Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Sr. Presidente, o Zé Aprígio lutou com a coragem dos grandes guerreiros. Em todos os momentos, conseguia arrancar de sua própria dor um otimismo que nos contagiava a todos. Aos médicos incrédulos, ele dizia quase todos os dias: “Hoje estou bem melhor”. Ele sempre ficou melhor, bem melhor. Tão melhor que, em sua despedida nas Alagoas, Estado e Município decretaram luto, pois haviam perdido não apenas um dirigente e líder empresarial, mas, sobretudo, um guerreiro das causas alagoanas e um cruzado incansável de seu desenvolvimento.

Este homem, Sr. Presidente, viveu apenas 55 anos. E durante 54 anos, todos os dias eu falei com ele. Não houve fuso horário, não houve latitude que me impedisse de, a cada dia, dizer-lhe ao menos um alô, pois, desde a partida de meu pai, ele se fez para mim e para todos os meus irmãos um porto sempre seguro. Mesmo no anonimato de sua descrição, foi sempre o mais próximo e o mais sólido de todos os nossos esteios.

Esse homem, Sr. Presidente, era meu irmão. Saudades, Zé Aprígio. Que Deus o tenha tão próximo de si como sempre o teremos em nossos corações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado, sobretudo pela tolerância, pela compreensão deste momento e do quanto foi importante para mim dirigir estas palavras ao Senado e ao meu querido irmão Zé Aprígio.

*Durante o discurso do Sr. Teotônio Vilela Filho, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.*

**O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão. PFL – MA)**

– Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vivemos hoje uma crise muito grande em nível nacional.

Infelizmente, o meu Estado de Rondônia, não está diferente. Vive uma crise profunda, uma crise institucional. As manchetes de jornais nacionais e até do **Fantástico**, da imprensa escrita, da imprensa falada

do Estado e de todo o Brasil noticiaram matérias ruins, episódios tristes com relação ao meu Estado de Rondônia. A Assembléia Legislativa, ontem mesmo, abriu processo contra sete Deputados Estaduais, a exemplo do Congresso Nacional, em especial na Câmara dos Deputados, que também está processando Deputados Federais. O STJ, na última quarta-feira, dia 17, também acatou por unanimidade pedido do Ministério Público para processar o Governador do meu Estado. Isso é lamentável!

Eu, como ex-Governador do meu Estado, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fiquei durante esses dois anos e meio do meu mandato sem fazer uma crítica sequer ao Governador do meu Estado até por respeito, porque já fui Governador assim como o Senador Mão Santa foi do seu Estado; como também Álvaro Dias, Pedro Simon, Cristovam Buarque, Garibaldi Alves que aqui se encontram. Todos que estão aqui, coincidentemente, já foram Governadores em seus Estados, mas é muito difícil um administrador romper um mandato – seja ele Presidente da República, Governador de Estado ou mesmo Prefeito, como fui Prefeito por dois mandatos – sem críticas, passar o seu mandato sem que um Partido político, sem que um Parlamentar ou até mesmo uma pessoa do povo faça críticas ao seu governo. E parece que o Governador do meu Estado não aceita críticas.

Fizemos silêncio durante dois anos e meio mesmo sabendo que muitas coisas erradas já aconteceram e continuam acontecendo lá em Rondônia, administrado por um Governador antidemocrático, que não respeita as idéias, que não sabe fazer política no campo das idéias, que persegue aqueles que falam ou que criticam o seu Governo; e assim foi quando ele era Prefeito. Mas agora ele empreendeu uma caça às bruxas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, e está vendo fantasmas por todos os lados, achando que o acatamento do STJ, por unanimidade, tem dedo de alguém. A última a ser perseguida foi a vice-Governadora, uma senhora distinta, a Sr<sup>a</sup> Odáisa Fernandes, do PSDB, que foi Secretária do meu Governo. Pois bem, hoje, diz o Governador que os Ministros do STJ – nomeados à época do Governo Fernando Henrique Cardoso, que é do Partido da vice-Governadora – votaram contra ele nesse processo por influência da vice-Governadora, do PSDB, dos Senadores e dos Deputados Federais do PSDB, que influenciaram os ministros. Da mesma forma, os ministros que assumiram na época do Presidente José Sarney, por influência dos Senadores ou Deputados do PMDB. Puxa vida! Será que todos os Ministros do STJ foram influenciados a votar contra o Governador do meu Estado? Isso é um verdadeiro ab-

surdo! Mas é isto o que está acontecendo hoje no meu Estado: o Governo lá não aceita nenhuma derrota.

Estou fazendo este pronunciamento até um tanto constrangido porque não é o meu estilo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, atacar, criticar. Mas nós temos apanhado. Há muito tempo que o Governador do meu Estado adquiriu – não sei de que forma, já deve estar sendo investigado – um jornal diário, a **Folha de Rondônia**. E esse jornal tem batido, sistematicamente, na Bancada Federal, tem batido sistematicamente na minha pessoa; não só o jornal como o Governador, que eu respeitei durante dois anos e meio sem fazer uma crítica, sem fazer uma acusação. E aonde vá pelo Estado, em reuniões, em solenidades, tem batido neste Senador, em outros Senadores, em Deputados Federais, em toda a Bancada Federal, e tem até agredido a honra de nossa família. Peço ao Governador do meu Estado que respeite a minha família porque sempre respeitei a sua, e admiro muito seu pai, sua mãe, seu irmão, suas irmãs.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esse Governador está desequilibrado. Ele deve colocar os pés no chão, a cabeça no lugar e parar de agredir as pessoas. Além disso, ele tem usado um helicóptero pago com dinheiro da educação, com dinheiro do Fundef – fato que está sendo investigado pela Polícia Federal – para se deslocar por todo o Estado e até para jogar partida de futebol. Na maioria das vezes, para atos totalmente alheios à educação. E foram pagos quase R\$2 milhões com recursos do Fundef, que deveriam estar sendo usados para educação, para pagamento de professores, para resolver o problema das escolas. No entanto, esse dinheiro foi usado para o Governador viajar para todo o Estado e até para jogar futebol em finais de semana.

Ele tem lançado programas no Estado com recursos federais que a Bancada tem conseguido, com recursos da Cide, que votamos neste Senado, alocando parte dos recursos da Cide, que eram do Governo Federal, e em que os Estados não tinham participação. Hoje o Governador lança programas de obras de asfaltamento de rodovias com recursos da Cide, mas bate duro no Governo Federal, bate sistematicamente no Presidente da República, no Presidente Lula, bate na Bancada Federal que o tem ajudado durante todo esse tempo. Isso, Sr. Presidente, se chama mau caráter. O Governador é mau caráter. O Governador não tem honra porque não tem sabido respeitar o Presidente da República, que o tem ajudado. Não tem sabido respeitar a Bancada Federal que o tem ajudado também. Grande parte dos programas lançados no

Estado foram empreendidos com recursos federais. Ele não tem tido a hombridade de agradecer à Bancada Federal, de agradecer ao Presidente da República por esses recursos.

Lamento, Sr. Presidente, que, neste momento, tenha que fazer este pronunciamento. É o primeiro em dois anos e meio. Espero que o Governador e sua assessoria tenham juízo, que parem de bater na Bancada Federal, que parem de bater no Presidente da República porque queremos o bem do nosso Estado. Nós não temos feito outra coisa neste Senado, no Congresso, assim como todos os meus pares, a não ser trabalhar em defesa do Estado de Rondônia. Porém, não vamos aceitar mais esse tipo de baixaria por parte do Governo Estadual.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente, lamentando muito precisar dizer isso. O Senador Mão Santa, que preside esta sessão, sempre se refere às passagens da Bíblia. Jesus Cristo ensinou que, ao apanhar de um lado do rosto, deve-se dar o outro lado para ser batido, mas um dia, revoltado, Ele chicoteou os vendilhões do templo, colocando todo mundo para correr. Tudo tem limite. A paciência do ser humano, assim como a de Cristo, tem limite. Cheguei ao meu limite. Confesso que, neste momento, a minha paciência está esgotada quanto a esses atos do Governador do meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa – PMDB – PI) – Senador Valdir Raupp, já que V. Ex<sup>a</sup> lembrou Cristo, eu lembraria o provérbio nº 15, observado pelo nosso Partido, o PMDB: “As palavras brandas afastam a ira; as palavras duras suscitam o furor”. Seja feliz! V. Ex<sup>a</sup> é exemplo de serenidade na política brasileira.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, ex-Governador do Estado do Maranhão, do PFL, por cessão do orador inscrito, Heráclito Fortes.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ainda repercuta com grande tristeza no Maranhão a tragédia ocorrida em Alcântara a 22 de agosto de 2003, que enlutou famílias, desde técnicos da mais alta qualificação a modestos operários que contribuíam para a consolidação daquele Centro de Lançamento. A ausência de todos eles, Sr. Presidente, comprometeu seriamente o desenvolvimento dos programas que ali eram trabalhados, mas a vida continua



e outros vieram para suprir a grave lacuna provocada pelo lamentado acidente.

Daí a nossa satisfação hoje com a recente informação que me transmitiu o Presidente da Agência Espacial Brasileira, Dr. Sérgio Gaudenzi, de que o edital das novas obras de infra-estrutura do Centro Espacial de Alcântara, no Maranhão, sairá ainda neste mês de agosto.

O projeto inclui parceria com empresas privadas, universidades e institutos de pesquisa, que também se instalarão no local. A estimativa é de que sejam investidos, ao longo de cinco anos, R\$600 milhões na construção.

Essa é uma iniciativa do Governo Federal que vem em bom tempo. É inquestionável a importância estratégica de Alcântara para a ciência e a tecnologia nacionais, além da geração de empregos que proporcionará para o Maranhão e o nosso País como um todo.

Serão construídas, entre outros empreendimentos, casas, hospital, escolas, estradas, uma barragem e um sistema de tratamento de resíduos sólidos. Haverá, pois, uma estrutura básica para os moradores daquela área, estimados numa população de aproximadamente 22 mil habitantes.

É oportuno, Sr. Presidente, citar a nota oficial da Agência Espacial Brasileira sobre o Centro de Lançamento de Alcântara/Centro Espacial de Alcântara, do dia 22 de julho passado. Ali é destacada a atuação da Aeronáutica, na criação do Programa Espacial Brasileiro, nos seguintes termos:

Com relação às matérias publicadas na imprensa nos últimos dias, convém ressaltar o papel preponderante da Aeronáutica na criação do Programa Espacial Brasileiro. Graças à perseverança dos militares, com o apoio da comunidade científica, em contornar obstáculos políticos, financeiros e de capacitação, hoje o Brasil pode se orgulhar da competência instalada e dos resultados alcançados. Mesmo quando se uniram esforços com os pesquisadores e tecnologistas civis, a liderança dos militares na implementação das atividades foi essencial no alcance dos objetivos. Na nova concepção que se busca com o Projeto do Centro Espacial de Alcântara (CEA), o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) permanecerá sob responsabilidade do Ministério da Defesa, por meio do Comando da Aeronáutica, com a incumbência de operar os lançamentos de

veículos espaciais e de projetar e construir os lançadores governamentais.

Outro aspecto importante a destacar em relação a Alcântara, Sr. Presidente, é a questão da disponibilidade de recursos orçamentários para o setor, também informada pelo Presidente da Agência Espacial Brasileira, em referência às mudanças previstas no Programa Nacional de Atividades Espaciais. A proposta orçamentária para o próximo ano destina aproximadamente US\$200 milhões ao Projeto de Alcântara, o equivalente ao dobro dos recursos orçamentários de 2005.

Quando do desastre de 22 de agosto de 2003, assegurei que por mais dramática que tenha sido, a tragédia não arrefeceria o ânimo dos que tocam o Projeto de Alcântara. É que existe em nosso País a consciência da importância de ser erguido, em Alcântara, um dos mais adequados centros astronáuticos do mundo, que atrairá o interesse de diversos países em explorar o espaço em condições economicamente favoráveis. O Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia sobre Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4 no Centro de Lançamento de Alcântara, assinado em outubro de 2003, é a prova do interesse estrangeiro por Alcântara e por essa feliz iniciativa do Governo do Presidente José Sarney.

Na verdade, são promissoras as potencialidades comerciais da Base de Lançamento de Foguetes de Alcântara, pois se estima que nos próximos cinco a dez anos haverá um mercado internacional da ordem de US\$60 bilhões apenas do lançamento de satélites de média altura.

A idéia de aprimorar os objetivos de Alcântara deve-se à visão de estadista do Presidente Sarney, quando chefiou a Nação brasileira. Deu a largada para a implantação da Base de Alcântara. Teve a primazia do início da obra e tem sido lastimável que se atrasasse tanto a sua conclusão.

Tenho sido insistente, desta tribuna, com a minha preocupação em relação à escassez de recursos orçamentários para o setor espacial brasileiro. Em agosto de 2003, citei em discurso dados orçamentários preocupantes, que merecem ser agora repetidos: entre 1985 e 1989, o Governo Federal investiu no programa, por ano, valor equivalente a US\$104 milhões. Entre 1990 e 1994, os investimentos anuais caíram para US\$52 milhões, ou seja, metade do que fora desembolsado no período anterior. Entre 1995 e 2002, investiu-se ainda menos: US\$35 milhões por ano. Por fim, chegamos ao ponto de, nos primeiros oito meses de 2003, o pro-

grama aeroespacial do Brasil ter recebido a modesta quantia de R\$21 milhões apenas.

Acontece, pois, que – num programa de inegável relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico de nosso País – estamos investindo, nos últimos anos, muito menos do que investíamos nos anos 80.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em que pesem os tantos entraves, o meu otimismo renasce com o anúncio da Agência Espacial Brasileira, de que está próximo o início das obras de infra-estrutura do Centro Espacial de Alcântara, que ampliarão a base de lançamento para um complexo integrado na área espacial. É motivo, portanto, de regozijo para todos os brasileiros e, em especial, para os maranhenses.

Que o projeto seja efetivado pelo atual Governo Federal e tenha prosseguimento, se não for concluído, firme ao longo dos próximos anos e décadas. Tal decisão assegurará ao Brasil acesso a um setor tecnológico que nos colocará no patamar elevado das nações mais destacadas do planeta neste século XXI.

Sr. Presidente, temos, por doação da natureza, seguramente um dos melhores locais do mundo para instalação de um centro de lançamento aeroespacial. Todavia, temos negligenciado, como brasileiros que somos, dos nossos deveres da implantação célere desse centro. Poder-se-ia dizer que essa é uma obra de custos muito elevados. Não é. Para a importância dela, para o retorno que ela produzirá, os custos são ainda muito baixos. De tal modo está estrategicamente plantado esse Centro Espacial brasileiro na geografia mundial, que inúmeras nações já manifestam seu interesse por uma associação com o Brasil para exploração do Centro Espacial de Alcântara.

Sr. Presidente, além do convênio que já temos com a Ucrânia e que está em franco andamento, já agora manifestam seu interesse também, para uma associação com o Brasil, os Estados Unidos, China, Israel e outros países, que também vislumbram, no centro de Alcântara, uma possibilidade de grandes lucros, além do lançamento tecnicamente perfeito que se fará em Alcântara.

Nesta oportunidade, quero exaltar a Força Aérea Brasileira, que teve a iniciativa das primeiras providências da obra inicial. Foi a dedicação de seus oficiais, ao longo desse tempo, que possibilitou a instalação de toda a estrutura lá hoje existente. Não fosse o empenho e a obstinação da Força Aérea Brasileira, em nenhum ponto teríamos chegado até este momento. Portanto, os meus cumprimentos à Força Aérea Brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB PI)

– A Presidência se solidariza com a importância do assunto – não só para o Maranhão, mas também para o Brasil do futuro.

Estava inscrito o Senador Sibá Machado, que está ausente.

Está inscrito também, pela liderança do PSDB, o Senador pelo Amazonas, Arthur Virgílio. Como V. Ex<sup>a</sup> está presente, não precisa se inscrever. V. Ex<sup>a</sup> é um líder de fato e de direito, reconhecido pela Presidência e pelo Brasil

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, pela Liderança do PMDB, por cinco minutos, prorrogáveis por mais dois – e, pelo meu coração, tem até o ano 3000.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Estou fazendo um requerimento, Sr. Presidente, endereçado ao ilustre Presidente da Comissão da Compra de Votos, o bravo Senador Amir Lando.

Talvez uma das mais importantes CPIs de que participei foi a do Banestado. Eu nunca vi chegarmos tão perto dos corruptores como na CPI do Banestado. Pela primeira vez, conseguimos que a Justiça americana nos enviasse os dossiês de todas as contas CC-5 e das remessas fraudulentas de dólares para o exterior. Está tudo aqui, nos porões do Senado, e a CPI não os averiguou. O Relator, o ilustre Deputado do PT, Sr. José Mentor, boicotou de tudo que é jeito.

Olha, eu protestei. No fundo, eu acho que errei. Terminei não indo mais, e eu devia ter batido mais. Mas não houve jeito. O Sr. José Mentor, inclusive, no parecer, no relatório que ele queria concluir e que não houve conclusão, deixava fora o Banco Rural. E agora se está vendo, nessa nova CPI, que ele era o homem do Banco Rural.

Então, nós temos um dossiê enorme, como nunca tivemos igual, no porão do Senado Federal.

E estou fazendo um requerimento ao Presidente da Comissão, Senador Amir Lando. Espero, nobre Líder do PSDB, conseguir o apoio das Lideranças para que elas concordem com o requerimento que passo a ler:

Requeiro, com fundamento do §3º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o disposto na Lei nº 1.579/52 e com o art. 4º, §4º, da Lei Complementar nº 105, da 10.01.2001, bem como nos termos regimentais, a transfe-

rência, a esta CPMI “dos Correios”, de todas as bases de dados e respectivos documentos comprobatórios relativos às movimentações realizadas no MTB Bank, pertencentes ao acervo da CPMI do “Banestado”.

**Justificação**

Durante os trabalhos das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito em curso no Congresso Nacional, ficou evidenciado que os artífices dos atuais escândalos lançaram mão de expedientes em tudo similares àqueles já investigados na CPMI “do Banestado” para realizar a lavagem de dinheiro oriundo de corrupção e desvios de recursos públicos.

A CPMI “do Banestado”, em virtude de problemas por todos conhecidos, não conseguiu lograr êxito em seu desiderato. No entanto, ao recolher um dos maiores arcaibouços documentais de que já se teve notícia no Brasil sobre a evasão de divisas, pode oferecer relevante contribuição para as investigações.

Faz-se necessário saber se o Sr. Duda Mendonça utilizou-se de caminhos ilegais para movimentar seus recursos no exterior; se a empresa Garanhuns voltou a internalizar ou redistribuir os recursos que recebeu do Sr. Marcos Valério e para quem foi esse dinheiro; se a DNA Propaganda só fez remessas ao exterior para pagar fornecedores, como afirma seu sócio, ou utilizou-se desse caminho para beneficiar políticos indignos do mandato que ostentam.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB RS) – Já encerro. Sr. Presidente.

Por tudo isso, e considerando a orientação jurídica da Consultoria Legislativa do Senado Federal, é que venho solicitar que o presente requerimento seja levado a votação nominal, a fim de que as bases de dados e os respectivos documentos comprobatórios integrantes do acervo da CPMI “do Banestado”, atualmente depositados no Arquivo do Senado Federal, possam servir para auxiliar os trabalhos desta CPMI.

Sala das Sessões. – Senador Pedro Simon.

Espero que o Senador Amir Lando leve a voto e que a Comissão aprove. Esse dossiê é um dos mais graves que conheço. Já se sabe que há nomes muito importantes – por isso, não andou. Já se sabe agora que o Sr. Mentor, que estava por dentro do esquema, funcionava como Relator – e por isso não andou, acho que seria muito importante...

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Permite um aparte, Senador Pedro Simon?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – ... que, em vez de deixar no arquivo morto, o Sr. Amir Lando e a comissão trouxessem para o debate.

Claro que sim.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Duas coisas. O Relator da CPMI do Banestado se desnudou completamente pelos fatos que se sucederam àquela Comissão Parlamentar de Inquérito. A outra observação, na verdade uma comunicação, é que acabei de assinar o seu requerimento para nós tocarmos para frente, de maneira irreversível, essa busca pelos corruptores.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado.

Eu acho que, com isso, está garantido que sairá esse trabalho, e eu acho que é muito, muito, muito importante que façamos essas averiguações, e que aquilo que alguém imagina que é arquivo morto volte para nós fazermos as apurações.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra ao Senador José Jorge, de Pernambuco, Líder do PFL, como inscrito, por cessão do Senador Romeu Tuma.

V. Ex<sup>a</sup> terá 10 minutos regimentais e 5 de tolerância, Senador.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em prazo muito curto conseguimos aprovar ontem, na CCJ, um projeto terminativo de reforma eleitoral que atende, pelo menos parcialmente, aos anseios da sociedade brasileira, tendo em vista o que aconteceu durante a eleição do Presidente Lula.

Nós apreciamos nesta Casa, em 2002, 2003, diversos itens da reforma política, que foram enviados para a Câmara, como, por exemplo, a fidelidade partidária, o financiamento público de campanha, com eleição por listas, e outros projetos que formavam a parte principal dessa chamada reforma política. Infelizmente, quando o Presidente Lula assumiu, com a promessa de mudar a sociedade brasileira, esses

projetos ficaram engavetados, Senador Mão Santa, durante todo o mandato do ex-Presidente João Paulo. À época não sabíamos, mas hoje sabemos que o Presidente da Câmara foi chantageado por esses partidos, os partidos envolvidos na história do mensalão, o PP, o PL e o PTB, de tal forma que ele não colocou em votação esses projetos. Então a reforma política está lá, engavetada, e agora se está tentando retirá-la.

O Senado Federal não pode aprovar outra reforma política, porque já a aprovou. Então resolvemos aprovar o que chamamos de reforma eleitoral, alguns itens na forma de se disputar a eleição para dar uma resposta à sociedade em relação ao que está acontecendo e o que aconteceu em nosso País na eleição principalmente de 2002 e também na eleição de 2004.

Essa reforma veio por meio de um projeto que foi encaminhado pelo Presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen, para o qual fui indicado Relator pelo Presidente Renan Calheiros, pelo Presidente Antonio Carlos e por todos os líderes em uma reunião, e me deram a missão de aprovar esse projeto no prazo de uma semana praticamente.

Abrimos prazo para emendas, recebemos 99 emendas, com ampla participação da maioria dos Senadores. Começamos a discutir e votar o projeto na quarta-feira, ontem encerramos a votação e agora será enviado à Câmara.

Quais são os principais pontos desse projeto? Qual é a sua filosofia? Há três idéias por trás do projeto. A primeira é diminuir os custos da campanha, fazer uma campanha mais barata; a segunda é tornar mais abertas as doações de campanha, legais; e a terceira é tornar mais difíceis as doações de campanha que são ilegais, o chamado caixa dois ou, como diria o nosso eminente tesoureiro Delúbio Soares, os recursos não contabilizados – termo técnico que ele usa.

Então, o que se fez para diminuir os custos da campanha?

Em primeiro lugar, se reduziu o tempo da campanha de noventa para sessenta dias. Hoje em dia, a campanha no Brasil tem noventa dias e vai passar a ter sessenta. Esse já é um período longo se comparado a outros locais do mundo.

Em segundo lugar, o tempo de propaganda eleitoral, que era de 45 dias, foi reduzido para 35 dias. Já que a campanha foi reduzida, o tempo de propaganda eleitoral também foi reduzido.

Em terceiro lugar, retirou-se a possibilidade de se utilizarem recursos tecnológicos sofisticados, filmagens ambientais e reduziu-se tudo a uma campanha

de estúdio para igualar os candidatos e para baratear as campanhas eleitorais. É o efeito Duda Mendonça, poderíamos dizer. Vimos quanto custou a campanha do Presidente Lula, inclusive com pagamentos no exterior, Senador Garibaldi. O marqueteiro recebeu 15 milhões no exterior, o que vai fazer com que agora, com a campanha mais barata, talvez o Sr. Delúbio possa, pelo menos, pagar o caixa dois diretamente aqui no Brasil.

Em quarto lugar, a limitação de recursos na distribuição, por exemplo, de camisetas, chaveiros, bonés, tudo isso fica proibido exatamente para diminuir os custos.

Em quinto lugar, existe uma grande fonte de custos, que é a boca de urna. A boca de urna se revela, pelo menos no caso do Estado de Pernambuco, uma compra de votos. Agora, a boca de urna foi criminalizada, foi proibida definitivamente, e nós teremos, no dia da eleição, a cidade completamente tranqüila, sem aquele movimento todo que existia no dia da eleição em praticamente todo o Brasil.

Outra questão foi o agravamento das punições aos infratores da Lei Eleitoral. Eu estive com o Ministro Carlos Veloso, conversando sobre as penas. Colocamos penas maiores para os diversos crimes que podem ser realizados quando se faz uma campanha eleitoral.

Outro ponto foi a vedação à pesquisa. Eu havia colocado no meu relatório vedação de pesquisa de 48 horas, mas, no final, a Comissão optou para uma vedação de 15 dias em relação às pesquisas eleitorais. É discutível a constitucionalidade, mas essa foi a opinião da Casa.

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Senador José Jorge, quero cumprimentá-lo não somente pelo pronunciamento que está fazendo, esclarecendo o que foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça, como também pelo seu relatório bem elaborado, criterioso. Acho que o Senado tem procurado fazer essa reforma política, porque grande parte da reforma política que se discute há algum tempo foi aprovada no Senado e está na Câmara há mais de dois anos. Não sei por que, talvez porque na Câmara são 513 parlamentares e aqui somos apenas 81, e o processo legislativo, portanto, é diferente. Mas o certo é que agora estamos dando uma resposta. Resumidamente, barateando os custos da campanha, evitando, portanto, que haja essa necessidade de recursos astronômicos, como temos visto, em que uns que não fazem se prejudicam em relação àqueles que



fazem. Então, é uma oportunidade que a Câmara tem de dar uma resposta concreta à sociedade. No que tange às pesquisas, acho também, embora, como V. Ex<sup>a</sup> disse, possa se discutir a questão de constitucionalidade ou não, o certo é que a pesquisa no Brasil tem funcionado como indutora da opinião do eleitor. Então, considero que o que aprovamos aqui, e vou até dar uma opinião na condição de médico, foi uma operação de emergência muito importante que, se não cura de vez os males todos de uma campanha eleitoral, avança bastante.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão.

Outra questão proibida foram os chamados *showmícios*, fontes de grandes despesas. Para lembrar, na campanha do Presidente Lula, entre outros shows, foram contratados, Senador Cristovam Buarque, 40 shows de Zezé Di Camargo e Luciano, que, por sinal, não foram pagos ainda. Ainda estão devendo a eles o PT, Delúbio Soares e Marcos Valério. Na realidade, esses grandes **shows** tiram o foco da campanha política, tiram o foco do candidato.

Nos programas de televisão, também só poderão aparecer os candidatos e os filiados àquele partido, para que o foco seja no candidato.

É como disse o Presidente do Superior Tribunal Eleitoral: não se quer transformar candidato em sabonete. O candidato tem que aparecer como ele é, para que saibamos exatamente o que ele vai fazer, quando ganhar a eleição.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam.

**O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF)** – Senador José Jorge, sua contribuição vai ficar ainda mais importante para nós do que sua contribuição na reforma do sistema judiciário brasileiro. Isso porque, sem um sistema político que funcione eficientemente, o Judiciário, por si só, não mudará o Brasil. Eu gostaria de perguntar por que algumas coisas mais não foram feitas. Por exemplo, não foi decidido o limite no valor de gastos de cada candidato. Nenhum candidato poderá gastar mais do que determinado teto.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – A legislação atual diz que cada partido deve definir o limite de gastos para cada função. Isso tem que ser discutido antes da eleição.

**O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF)** – Uma intervenção sobre os partidos. Segundo, limitar a contribuição pessoal aos partidos apenas aos militantes e definir um teto: ninguém poderá dar mais ao partido do que certo valor, mesmo sendo militante, incluindo

aí o candidato. Há também outras questões polêmicas que poderemos discutir no futuro. Por exemplo, acabar a reeleição para todos os cargos executivos, limitar em apenas uma reeleição, mesmo para os cargos legislativos, até líder sindical. Uma das coisas que mais atrapalha o Brasil é o líder sindical perpetuar-se no cargo.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE)** – Muito obrigado.

Senador Cristovam, em relação a essa questão das restituições financeiras, a filosofia é a seguinte: quanto mais restrições criarmos para a doação legal, ela se torna ilegal. Infelizmente, na verdade, a criação de leis e restrições não impede que se faça coisas erradas; o que impede é a viabilização da coisa certa. Vou dar um exemplo, na cidade de V. Ex<sup>a</sup> e na minha cidade, Recife. Quando éramos jovens, quer dizer, até uns quinze anos atrás, não éramos tão jovens assim, na realidade, no Estado de Pernambuco só se comprava uísque de contrabando, nos supermercados nem vendia uísque, colocavam umas três garrafas lá só para enganar, tudo era contrabando. Por quê? Porque o imposto de importação era tão alto que viabilizava o contrabando. As pessoas lá, naquela época, tinham, como hoje tem o *personal stylist*, elas tinham uma espécie de *personal* contrabandista, todo mundo comprava o seu uísque em um fulano que vendia uísque melhor ou pior. Isso hoje acabou. Ninguém compra mais uísque de contrabando. Por quê? Porque hoje a taxa de importação é razoável, aí ficou o contrabando economicamente inviável. Então, na realidade, no momento que digo “não pode contribuir, não pode fazer, tem que ser pouco etc.”, o que é que o candidato vai fazer? Temos 16.800 candidatos. Então ele vai para o caixa dois.

Para diminuir isso, temos que fazer três coisas: Diminuir o custo, ampliar a possibilidade do caixa um e criminalizar o caixa dois. São essas três medidas em conjunto que vão fazer com que o caixa dois não se acabe. Isso não vai acabar nunca. Coisa errada nenhuma se acaba. Vai diminuir. Essa foi a filosofia do projeto que a Comissão aprovou.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF)** – Só um pequeno ponto. Estou de acordo que isso vai fazer com que uma quantidade que iria pelo caixa um iria pelo caixa dois, mas, se formos rígidos contra o caixa dois, dificultaremos. E, finalmente, pode parecer brincadeira, mas não é, queria dizer que, no caso do uísque, legalizamos o alcoolismo, mas, no processo

eleitoral, temos que acabar com o alcoolismo. Não basta apenas legalizá-lo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Infelizmente, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Cristovam Buarque, tem uma mentalidade um pouco sonhadora. V. Ex<sup>a</sup> entende que podem acabar as coisas erradas, mas, infelizmente, não podem. Podem diminuir e, evidentemente, tanto V. Ex<sup>a</sup> como nós vamos trabalhar para diminuir, mas temos que trabalhar de forma realista, porque, na verdade, se ampliarmos tudo isso, formos restringindo o caixa um, vamos fortalecendo o caixa dois. Mas há outras opções. Pode até ser o financiamento público de campanha. Como também acho que financiamento público de campanha é a extinção do caixa um e a legalização do caixa dois, porque, na verdade, financiamento público de campanha sem lista, com 16.800 candidatos numa eleição, evidentemente, a população não vai deixar que se dê dinheiro para financiá-los. É um assunto complexo.

Encerro, Sr. Presidente, agradecendo, em primeiro lugar, aos funcionários da Assessoria e da Comissão, especificamente – depois vou, inclusive, encaminhar o nome deles –, que participaram desse projeto, porque foi um enorme esforço. Inclusive, alguns não dormiram de quarta para quinta-feira devido ao prazo de encerramento das emendas.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu gostaria de agradecer a todos; aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, principalmente ao Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente, aos demais membros, aos líderes, e àqueles Senadores todos que participaram, acompanharam e colaboraram na aprovação deste projeto. Foi um projeto cuja aprovação se fez num tempo muito curto, e isso não poderia ter sido realizado se não tivéssemos a colaboração de todos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Jorge, eu queria reconhecer V. Ex<sup>a</sup>, primeiro, pelo grande serviço no Executivo brasileiro, quando enfrentou o apagão. Aqui também está havendo outro apagão, o da moral; apagaram a moral, a ética na política.

Peço permissão a V. Ex<sup>a</sup> para citar um fato. Um quadro vale por 10. Imagine esse candidato no Recife, a governador do Estado, V. Ex<sup>a</sup> é do PFL, um Partido que está com o governo do Estado, outro com a prefeitura. Ficou claro que esses partidos irão fazer contratos com os institutos de pesquisa. A metade vai ficar com

o governo do Estado, que tem mais poder econômico que V. Ex<sup>a</sup>, a outra metade com a prefeitura. V. Ex<sup>a</sup> não terá nenhum. E isso foi o que houve nas eleições passadas. Vários candidatos se manifestaram porque tinham contratos firmados com essas instituições governamentais que os mantêm durante o ano. Então, acho muito pouco 15 dias, a pesquisa é feita com má-fé. Em vários Estados brasileiros, os candidatos que não estão ligados à prefeitura ou ao governo do Estado não têm nem condição de ter contratada uma pesquisa. E se formos buscar as poderosas nacionais, somente contratando o Delúbio para fazer caixa dois, três, quatro.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – E o Delúbio agora está desempregado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois é.

Então, com V. Ex<sup>a</sup> vamos ainda debater aqui. E na Câmara, vou defender que se aumente o prazo para trinta dias, embora reconheça que um dos maiores avanços da pesquisa é um casamento perfeito da matemática com a estatística de que V. Ex<sup>a</sup> entende tão bem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Se V. Ex<sup>a</sup> não tem ainda nota dez, já tem 9,9. Falta somente esse mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 40, DE 2005**

##### **Altera o art. 89 da Constituição Federal, para estatuir a participação dos ex-Presidentes da República no Conselho da República.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 89 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art. 89. ....  
.....

VIII – os ex-Presidentes da República, excetuados os que tenham sido condenados por crime de responsabilidade e os que tenham

renunciado ao mandato, salvo por motivo de doença. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

### Justificação

A presente proposição tem o objetivo de alterar a Lei Maior para prever a participação dos ex-Presidentes da República no órgão superior de consulta do Presidente da República.

Nesse sentido, mediante o acréscimo de um inciso VIII ao art. 89 da Constituição Federal, pretendemos deixar expresso que os ex-Presidentes da República comporão o Conselho da República, excetuados aqueles que tenham sido condenados por crime de responsabilidade e, também, os que tenham renunciado ao respectivo mandato, salvo por motivo de doença.

Como bem sabemos, o Conselho da República foi instituído pela Constituição de 1988 com o objetivo de ser órgão de consulta superior do Presidente da República, cabendo-lhe pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio. O Conselho tem, ainda, a incumbência de opinar sobre outras questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas, a juízo do titular do Poder Executivo da União (art. 90 da CF).

A composição do Conselho está inscrita no art. 89 do Estatuto Magno, dele participando o Vice-Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal, os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o Ministro da Justiça e, também, seis cidadãos brasileiros natos, com

mais de trinta e cinco anos de idade. Dois são nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

De nossa parte, entendemos como de fundamental importância que os ex-Presidentes da República também tenham assento no órgão superior de consulta do Presidente da República. Primeiro, porque ninguém com mais autoridade e conhecimento para aconselhar o Chefe do Poder Executivo do que quem já ocupou o mesmo cargo, vivenciou problemas similares e se defrontou com questões análogas.

Ademais, somos da opinião de que o País deve proporcionar espaço institucional adequado para que os ex-Presidentes da República; exatamente pela experiência que adquiriram ao exercer o cargo, continuem a contribuir para a solução dos problemas nacionais.

E, nessa perspectiva, entendemos que o Conselho da República é o órgão apropriado para tanto.

Ressalve-se que, por razões óbvias, excluímos de tal participação os ex-Presidentes da República que tenham sido condenados por crime de responsabilidade e os que tenham renunciado ao cargo, exceto por motivo de doença.

Ante o exposto e em face da especial relevância da presente proposta de emenda à Constituição, com que se almeja o aperfeiçoamento das nossas instituições, solicitamos aos ilustres Congressistas a sua aprovação.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2005. – Senador **Alberto Silva**.


*(Handwritten signatures and notes)*

... (Neto Suabina) ...  
 ... (Edison do Amaral) ...  
 ... (Regimento do Senado) ...  
 ... (José Maranhão) ...  
 ... (20153, candidato, Cavaleanti) ...  
 L. Quintanilha  
 Luomou Quintanilha

PEC QUE ALTERA O ART. 89 DA CF

SENADOR

ASSINATURA

ALBERTO SILVA	
<del>Albano Moura</del>	<del>ALOIZIO MERCADANTE</del>
<del>Alcides Buarque</del>	<del>JURACI ALBERTO SOARES</del>
<del>Alcides Buarque</del>	<del>Regina Leão</del>
<del>Alcides Buarque</del>	<del>RODOLPHO TOURINHO</del>
<del>Alcides Buarque</del>	<del>FERNANDO BEZERRA</del>
<del>Alcides Buarque</del>	<del>HERACLITO</del>
<del>Alcides Buarque</del>	<del>ALBINO TROPPEL</del>
<del>Alcides Buarque</del>	<del>HILTON FRANCES</del>
<del>Alcides Buarque</del>	<del>NEY SUASSUNARI</del>
Silvia Machado	SILVIA MACHADO
Ideli Salvatti	Ideli Salvatti
HEROISA HEREDIA	HEROISA HEREDIA
PRVACA DIAS	PRVACA DIAS
Delcídio do Amaral Goulart	Delcídio do Amaral Goulart
DEMÓSTOCLES TAVES	DEMÓSTOCLES TAVES
ALMEIDA LIMA	ALMEIDA LIMA
EDUARDO AZEREDO	EDUARDO AZEREDO
DENERO JUCA	DENERO JUCA
JOSE AGROPINA	JOSE AGROPINA
	Mozamilbo

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO V

Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional

SUBSEÇÃO I

Do Conselho da República

Art. 89. O conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam:

- I – o vice-Presidente da República;
- II – o Presidente da Câmara dos Deputados;
- III – o Presidente do Senado Federal;
- IV – os líderes da maioria e da minoria na câmara dos Deputados;
- V – os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal;
- VI – o Ministro da Justiça;
- VII – seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.



Art. 90. Compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre:

I – intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio;

II – as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.

§ 1º O Presidente da República poderá convocar Ministro de Estado para participar da reunião do Conselho, quando constar da pauta questão relacionada com o respectivo Ministério.

§ 2º A lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho da República.

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Vamos seguir a lista de oradores inscritos. A inscrição favorece o Senador Cristovam Buarque, do PT do Distrito Federal.

V. Exª regimentalmente tem direito a dez minutos prorrogáveis por mais cinco. E pelo nosso coração, V. Exª poderá falar o ano inteiro.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado pelo “coração”, Presidente, mas meu coração entenderá perfeitamente que V. Exª cumpra o Regimento.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem aprovamos em uma das Comissões do Senado Federal um projeto da Senadora Ideli Salvatti que obriga a escola básica no Brasil a usar a Língua Brasileira de Sinais, de tal maneira que possamos trazer para dentro da sala de aula o idioma que nossas crianças portadoras de deficiências auditivas possam compreender.

Eu disse ali, como Relator, Sr. Presidente, que deveríamos também ter a obrigatoriedade de ter a Libras aqui no Congresso Nacional, para que, no momento em que for preciso, quando tivermos Congressistas portadores de deficiências auditivas, eles possam também conversar conosco.

Mas eu disse mais, Sr. Presidente, e é o que venho dizer aqui: que está precisando se dar um curso aos Parlamentares brasileiros de Libras. Não para entender os gestos com os dedos que nos indicam a linguagem de que se servem aqueles que não ouvem. Está precisando, Sr. Presidente, se ensinar Libras a nós para que entendamos a linguagem corporal do povo pobre brasileiro, que não conseguimos ler, por-

que passamos numa esquina com crianças pedindo esmola na hora que deveriam estar na escola e não conseguimos ler que, naquele corpo sofrido, está uma linguagem, está uma palavra chamada “miséria”. Não conseguimos ler, e é triste isso, a linguagem corporal dos pobres brasileiros que dormem em calçadas. Não conseguimos ler a linguagem corporal daqueles que ficam na fila durante dias, noites muitas vezes, para terem um atendimento médico. Não conseguimos ler a linguagem corporal de pessoas idosas que, para receber as aposentadorias, têm que dormir no frio, sentadas em calçadas. Está na hora, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de que nós, os Parlamentares deste País, entendamos a linguagem corporal da miséria, a linguagem corporal que os pobres brasileiros falam todos os dias para nós, nas esquinas, no campo, nos lugares onde a pobreza está vivendo.

Falo, Sr. Presidente Tião Viana, do belo projeto da Senadora Ideli Salvatti sobre Libras, Língua Brasileira de Sinais, sendo adotado nas escolas para crianças, dizendo que precisamos também aprender Libras, mas não para aprender os gestos e sim para aprender os gestos corporais dos pobres quando gritam para nós, e não entendemos, que eles estão passando fome, que gritam para nós, e não entendemos, que eles não sabem ler.

Senador Mão Santa, se prestássemos atenção nas paradas de ônibus aos gestos como alguns adultos olham para o ônibus, perceberíamos que ali, naquele gesto, estariam dizendo que não sabem ler. Estariam procurando sinais que lhes indiquem para onde vai aquele ônibus. Felizmente, hoje, graças à Senadora Ideli Salvatti, começa a ser aprovado o projeto de usar Língua Brasileira de Sinais nas escolas. Mas eu não vejo nenhum gesto para que coloquemos os nossos Parlamentares para aprenderem a Língua Brasileira de Sinais falada nos corpos dos povos brasileiros. E tenho impressão de que isto não vai sair de nenhum dos nossos partidos.

Nenhum partido conseguiu levar adiante, Senador Mão Santa, nenhuma reforma para valer no Brasil. Todas as nossas mudanças substanciais vieram de movimentos populares, sociais e até de corporações, até dos militares, mas nenhuma veio de partido – nem a Independência, nem a República, nem a Abolição, nem a redemocratização, nem o próprio desenvolvimento, nada. O que mudou o Brasil não veio de nenhum dos partidos, e o meu, o Partido dos Trabalhadores, foi o primeiro a encarnar a idéia de que era um partido para a transformação social. Nós temos que reconhecer que nesses mais de 30 meses de Governo, Senador Tião Viana, nós frustramos essa idéia de sermos os vetores da transformação social. Fizemos até bons projetos. Não há dúvida de que fizemos. Demos continuidade a

bons projetos que herdamos. Isto já é um mérito. Mas ser vetor de transformação, deixar um legado, uma marca que diz que o Brasil de quando nós saímos é diferente do Brasil de quando nós entramos, isto nós não vamos fazer.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Professor Cristovam Buarque?

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF) – Ouço o aparte do Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> é a grande dádiva que Deus deu ao PT. Quero lhe dizer que respeito o seu currículo, e todo o Brasil respeita, mas V. Ex<sup>a</sup> não foi prefeitinho. O Lula também não o foi.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF) – Fui prefeitinho do Distrito Federal.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sou orgulhoso porque fui prefeitinho. Então, quando saí do tempo de trabalho, de uma sala de cirurgia, para ser prefeito, comecei a estudar. Nós acreditamos no estudo. Estamos aqui pelo estudo e pelo trabalho, com as pernas do estudo e do trabalho. Então, fui estudar uma revista especializada no âmbito municipal. Vi um programa de uma mulher – mulher sempre sabe – do Rio Grande do Sul. Atentai bem, Senador Tião Viana! Ela tinha um programa, chamado Nenhum Brasileiro Analfabeto, que coloquei em minha cidade, Parnaíba. Era um programa simples, de voluntários evangélicos e católicos, em que cada um era responsável por um analfabeto. Quando eu lancei o programa, uma pessoa que eu tinha operado, filho de um carroceiro, que não tinha mais baço e estava com o fígado estragado, viu-me e disse: o meu professor vai ser o Prefeito. Eu não pude evitar; assumi aquela responsabilidade e o alfabetizei. Era o Pedro. Lembro-me muito bem de que, aos sábados e domingos, preocupado, ia buscar o Pedro para levá-lo à praia para ler os livros, porque eu tinha que prestar contas e dar o exemplo. Esta é a única tese, pelo seguinte: se Cristovam Buarque colocar o melhor prédio, a melhor informática, a melhor professora, o analfabeto não se apresentará, porque é envergonhado. Aquilo é uma doença que o envergonha, então ele se apresenta para um próximo, para um parente, para um amigo. Se cada um assume esse compromisso, nós alfabetizamos milhares e milhares. Depois eu fiz isso como Governador do Piauí. Mas vou falar sobre o dia mais belo da minha vida política, Senador Tião Viana. Eu levava os que colavam grau dentre os alfabetizados para o melhor clube, e na festa havia um orador. Quando era Governador do Estado, a festa era nos salões do Karnak. Alfabetizava, havia festa. Eu me lembro de um discurso da oradora. Foi o melhor dia da minha vida, no Igara Clube, dos ricos da minha cidade. Ela disse: “O senhor é um doutor, um operador. Mas não

é. O Prefeito é um oftalmologista, porque eu era cego, não tinha visão.” Então, continue com o seu sonho, e eu lhe passo essa experiência. V. Ex<sup>a</sup>, ou o Senador Tião Viana, ou o Senador Paulo Paim deveria ser recrutado agora – há três para se escolher – para ser o Richelieu que o Lula está precisando.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF) – Muito obrigado, Senador. V. Ex<sup>a</sup> mostra que despertou porque soube ler no corpo de algum pobre analfabeto a necessidade que ele tinha.

Sr. Presidente, volto ao meu pronunciamento e peço um pouco de generosidade no tempo. Quero falar dessa frustração que sentimos hoje e que trouxe desencanto ao povo brasileiro. Podemos aceitar o desencanto no povo, mas não podemos aceitar o desencanto entre nós que somos os líderes nacionais. Nós precisamos, de dentro desta Casa, retomar o encanto que o povo perdeu. E esse encanto não virá de um partido ou de outro. Ele só virá de um movimento nacional que incorpore pessoas de todos os partidos, mas que tenham metas, sonhos, propósitos que possamos ter certeza de realizar.

Não vejo por que haja diferença nesses sonhos em pessoas de Partidos tão diversos: entre V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Alvaro Dias. Não vejo por que haja diferença entre nós em relação a alguns grandes objetivos para este País que reencantem o povo brasileiro, que tirem o povo desse desencanto.

Sinceramente, estamos sendo modestos quando concentramos o nosso sonho na luta contra a corrupção do comportamento de políticos. É preciso travar essa luta, Senadora Heloísa Helena, mas também é preciso fazer um movimento pela ética nas prioridades das políticas públicas. V. Ex<sup>a</sup> foi um exemplo, com o seu projeto voltado para a primeira infância. V. Ex<sup>a</sup> sabe como foi difícil aprová-lo, como Partidos ficaram contrários a ele. Foi preciso V. Ex<sup>a</sup> criar uma espécie de movimento que trouxe para aquele objetivo pessoas de diversos Partidos.

Precisamos – dispomos de pouco tempo – criar um movimento pela ética nas prioridades no Brasil. Nos últimos dias, o povo tem ido às ruas protestar contra a falta de ética no comportamento. Em breve – espero que ocorra –, o povo vai às ruas protestar contra a vergonha das prioridades equivocadas no uso do dinheiro público.

Nós, Líderes deste País, não temos o direito de deixar que o povo continue desencantado, nem temos o direito de enganá-lo, fazendo-o acreditar que cada um de nós, prisioneiros em nossos “partidinhos” – Senador Mão Santa, uso uma expressão semelhante à de V. Ex<sup>a</sup> quando diz “prefeitinho” –, liberará a força criativa do povo brasileiro.

É por meio de um grande movimento pela ética nas prioridades, pela ética social, a partir da linguagem lida no corpo dos pobres brasileiros, que vamos poder colocar junto pessoas como o Senador Mão Santa, como o Paim, como o Tião, como a Heloísa, como tantos outros aqui, e levar o povo a sair do desencanto, voltando a acreditar que ainda é possível sonhar um Brasil diferente.

A frustração destes meses não justifica o desespero histórico. A história vai muito além dos governos e exige de nós pensarmos historicamente e não apenas politicamente nos momentos das grandes crises.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que me concedeu além do que eu tinha direito.

*Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio por 15 minutos.

A seguir, falará o Senador Paulo Paim.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tenho sido procurado por jornalistas de enorme credibilidade devido ao fato, já noticiado pelas agências **on-line**, extremamente agravador da crise política por que passa o País. Os boatos são no sentido de que o Sr. Rogério Buratti teria, em seu depoimento, feito acusações de enorme gravidade, quanto ao aspecto ético, ao Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, por sinal, técnico competente que se vem havendo com enorme adequação às funções que ora exerce numa área que idealmente deveria passar ao largo dessa crise.

Se porventura confirmados esses boatos ou essas notícias, poderemos dizer que o País estaria entrando na fase mais aguda dessa crise sem precedentes na história republicana, que é aquela que começou com os R\$3.000,00 do Sr. Marinho dos Correios e agora já ameaça, a se confirmarem as notícias, a própria estabilidade da equipe econômica do Governo do Presidente Lula.

Aliás, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o equilíbrio, no Brasil, está muito precário. A revista **Veja** de 17 de agosto mostra dois líderes ameaçados de terem seus mandatos cassados – um do PP, Janene; outro do PL, Mabel – ameaçando contar o que sabem sobre o envolvimento do Presidente Lula no mensalão.

Mais ainda – a revista **Veja** não foi contestada –: em determinada altura, o Sr. Janene, numa cena que a revista descreve aqui e que a mim se afigurou grotesca, teria subido à mesa e teria dito ao Líder do

Governo Arlindo Chinaglia, “avise aquele FDP” – FDP seria o Presidente Lula – “que, se me tirarem a liderança” – não é nem o mandato, é a liderança –, “vou contar tudo o que sei”. Isso vai para os Anais.

André Petry\*, também da **Veja**, diz que o Presidente estaria tomando algumas atitudes de submissão à cúpula da Igreja Católica – refere-se especificamente ao aborto – não por crença do Presidente na indefensabilidade do aborto, mas para buscar o que ele chama de base social para se defender, o que ele chama de conspiração contra ele, quando a conspiração não é, de jeito algum, das oposições ou da sociedade. A conspiração é das pessoas que praticaram corrupção à sombra das suas barbas. Essa é a grande verdade.

Aqui está o Presidente cedendo em pontos importantes para a sociedade, e vamos então dizer que é triste o Governo e triste o País cujo equilíbrio político depende de o Sr. Delúbio não falar, de o Sr. Silvio Pereira silenciar, de o Sr. Dirceu ter paciência e estoicismo e também não falar, de o Sr. Toninho Barcelona ficar quieto, de o Sr. Beltrano de Tal... Trata-se de um pacto de Omertà demasiadamente difícil de se sustentar.

Não li jornais hoje aqui. Cheguei de Recife de manhã cedo. Fui ontem à missa do Governador Miguel Arraes, meu querido e saudoso amigo, e estou com o jornal **Folha de Pernambuco**, cuja manchete é: “Dirceu: cabe a Lula dizer quem é o traidor”. Está desafiando o Presidente Lula.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Permita-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte emergencial?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Concedo o aparte, com muita honra, líder José Jorge.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Na realidade, Líder Arthur Virgílio, acabamos de receber uma notícia de que o Sr. Buratti, no seu depoimento aos Procuradores, em Ribeirão Preto, com a tal delação premiada, disse que, já na época em que o Ministro Antonio Palocci era Prefeito, havia um esquema, um acordo, para que as empresas prestadoras de serviço dessem R\$50 mil por mês. Disse ainda que esse dinheiro era enviado ao Diretório Nacional do PT e entregue ao Sr. Delúbio Soares. Era um chamado mensalão municipal que financiava não apenas a política local, como a política nacional que o PT executava na época. É uma notícia que ainda não está absolutamente confirmada, mas todos os repórteres a possuem. Gostaria de trazê-la a V. Ex<sup>a</sup> e ao Plenário do Senado e comunicar que vamos requerer, se confirmada essa notícia, a presença do Ministro Antonio Palocci na CPI dos Bingos, para que possamos – ontem, o Dr. Buratti depôs; a partir daí, deve-se explicar, evidentemente –, ouvi-lo sobre essa denúncia que é gravíssima. Já temos um Presidente do Banco Central baleado, se tivermos um Ministro da Fazenda baleado também, para onde vai o

nosso País? Era só isso. Desculpe-me por interromper o discurso de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, nobre Líder José Jorge, eu começava o discurso, aliás, pela preocupação. O equilíbrio é muito precário. Essa é a área que, de preferência, não deveria ser afetada por questionamentos éticos. É a área cerne, chave para se manter o equilíbrio político do Governo que aí está, é o que resta a este Governo. Se se confirmarem essas notícias, que parecem mais do que boatos, vamos presenciar no dia de hoje este Governo ferido de morte.

Já concedo o aparte ao Senador Alvaro Dias.

Como eu ia dizendo, temos um equilíbrio que depende do Seu Buratti, do Seu Barcelona, do Seu Delúbio, do Seu Dirceu, do Seu Waldomiro, do Seu Silvio, dependem de eles não falarem. São tratados a pão-de-ló. Aqui está uma manchete do jornal **Folha de Pernambuco** absolutamente desafiadora: “Dirceu: ‘Cabe à Lula dizer quem é o traidor’”. Aliás, queria corrigir o Ministro José Dirceu: Lula não disse que havia um traidor, mas, sim, traidores, no plural. Deveria ter dito sim, reclamamos isso na semana passada desta tribuna. Sua Excelência deveria ter revelado o nome deles todos. De acordo com a matéria, Dirceu desafia Lula a dizer quem o traiu. Peço que tudo isso vá para os anais.

No **Diário de Pernambuco** temos: “Delúbio admite uso de caixa 2 na campanha de Lula”, confirmando a versão do Secretário Executivo do Ministro Ciro Gomes de que o dinheiro, então, era para pagar gasto de campanha do Presidente Lula. É um cerco que se fecha cada vez mais.

Ainda no **Diário de Pernambuco**: “Governo barra convocação de Meirelles e Okamoto” – sobre o empréstimo feito a Lula, se pagou ou não. É uma confusão tão grande, que só mesmo a CPI para esclarecer isso. E se não tem nada de mais, por que barrar o esclarecimento dos fatos por quem possa esclarecer os fatos?

**Jornal do Commercio\***, de Pernambuco: “CPI rejeita a convocação de Okamoto e doleiro” – mas reabre o caso Santo André com a convocação do irmão do Celso Daniel, CPI dos Bingos.

Senador Alvaro Dias, já lhe cedo a palavra.

Denunciei uma vez a seguinte triangulação. O Sr. José Dirceu disse: “Estou processando o irmão do Celso Daniel”. Eu, desta tribuna, disse: “Mas, Ministro, não tem nenhuma vantagem nisso. Eu quero saber se o Sr. Gilberto Carvalho está processando o irmão do Sr. Celso Daniel”. O Sr. João Daniel disse que repassava o dinheiro para o Sr. Gilberto Carvalho, que dizia a ele que o repassava para o Sr. José Dirceu. Nunca foi dito que o dinheiro era repassado diretamente a José Dirceu. Assim, fica uma esperteza de quinta classe: José Dirceu processa quem não o acusou, e

Gilberto Carvalho, acusado diretamente, não processa ninguém. Não me consta que corra em nenhuma vara criminal deste País algum processo movido pelo Sr. Gilberto Carvalho contra o irmão do Sr. Celso Daniel. Ou seja, é confusão demais, é desagregação demais. Essa notícia envolvendo a credibilidade do Ministro Palocci, esses boatos que viraram notícia, constituem precisamente a dose cavalariça que estaria faltando para esta crise assumir ares explosivos e efetivamente desestabilizadores.

Vou aguardar os fatos, antes de fazer pronunciamentos mais conclusivos, mas digo, Senador Alvaro Dias, ao lhe conceder o aparte, que era tudo o que o Brasil não precisava nesta hora. A se confirmarem essas notícias, os acontecimentos podem se precipitar de maneira extremamente desagradável.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> para o aparte com muita alegria, com muita honra.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, pedi a palavra para contribuir com o detalhamento da informação do Senador José Jorge: o Sr. Buratti revelou que o Ministro da Fazenda recebia R\$50 mil por mês da empreiteira Leão Leão quando era prefeito de Ribeirão Preto. Portanto, R\$50 mil eram de uma empreiteira, e não de todas as prestadoras de serviço à Prefeitura de Ribeirão Preto. E conta mais: que esse esquema prosseguiu também na gestão do sucessor de Palocci, o Sr. Gilberto Maggioni, e que esse dinheiro era repassado então ao Sr. Delúbio Soares. Isso é muito grave. É evidente que, se o Sr. Buratti está buscando os benefícios da delação premiada, ele só terá esses benefícios se a sua contribuição apresentar resultados objetivos. Portanto, ele deve ter provas. E, se tiver provas, Senador Arthur Virgílio, fica insustentável a posição do Ministro da Fazenda, Palocci. Realmente, estamos diante de um Governo que caminha como pato baleado. Não sabemos mais qual o destino desse Governo. E V. Ex<sup>a</sup>, como nosso Líder, com a competência reconhecida nacionalmente, tem alertado o Presidente Lula há muito tempo. E o Presidente, lamentavelmente, omitiu-se, foi condescendente, foi cúmplice, não impôs autoridade, participou desse projeto. Agora, estamos diante de uma crise sem precedentes, porque se trata de um gigantesco escândalo de corrupção. Teve origem antes do atual Governo, mas sempre com os mesmos artifícios. O aprendizado foi anterior, aperfeiçoaram o modelo e o implantaram nacionalmente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Alvaro Dias. Às vezes, chego a achar que esse Governo quer desmoralizar Gabriel García Márquez, quer mostrar que toda aquela cor fantástica que García Márquez imprime às suas obras não é nada perto do surrealismo a que chega o Governo Lula. Afinal de contas, veja V. Ex<sup>a</sup> a que estamos relegados.



A coisa que mais se fala hoje é delação premiada. O Sr. Buratti – e dele depende a sorte da República – quer saber se, como delator premiado, ele reduz a sua pena. O seu fulano de tal não pode falar; o seu beltrano de tal não deve falar; o Sr. Delúbio diz que não é delator para entregar ninguém e fica mudo, arriscando-se à ira dos Parlamentares da Comissão Parlamentar de Inquérito do chamado “mensalão”. É um equilíbrio extremamente precário.

Eu estava lendo hoje, Senador Alvaro Dias, o jornalista Ancelmo Góes\*. Há duas notas extremamente bonitas: “Perdão, Lula I” e “Perdão, Lula II”. Ou seja, é alguém pedindo perdão a Lula. Quem está pedindo perdão a Lula? Precisamente, Mirian Cordeiro, mãe de sua filha, ela, que se prestou a um serviço sujo na campanha de 1989, quando Lula perdeu de Collor por manipulação dos sentimentos de parte da sociedade por meio de um depoimento muito leviano prestado por ela à imprensa brasileira. A eleição foi decidida no fotochart, foi decidida por muito pouco, muito pouco mesmo. Agora, embora não possa devolver aquele mandato que Lula teria vencido legitimamente em 1989, ela pede perdão e diz que, se pudesse fazer alguma coisa por ele, ela faria. E talvez ela esteja fazendo alguma coisa por ele agora. Ela pede perdão à filha, pede perdão aos outros filhos dela e ao Presidente Lula e, talvez, esteja fazendo um grande serviço a ele, sim, dizendo a ele que ele, que não pediu perdão de verdade na semana passada, e seu partido, que também não pediu perdão sinceramente no início desta semana, poderiam, sim, pedir perdão de verdade para permitir que esclareçamos todas as dúvidas que estão torturando este País de uma vez por todas. Que o exemplo de Mirian Cordeiro sirva agora ao Presidente Lula nessa espiral de emoções que a vida proporciona a cada um de nós.

Sr. Presidente, peça um minutinho para concluir.

Mostrei aqui o Presidente ameaçado por Dirceu veladamente, ameaçado pelo silêncio de Delúbio, ameaçado pelo silêncio de Silvio, ameaçado pelo silêncio de Barcelona, ameaçado pelo silêncio do Real Madri, ameaçado pelo silêncio do Atlético de Bilbao, ameaçado pelo silêncio do Valladolid, ameaçado pelo silêncio de todos. Estamos vendo mais um pacto de Omertà\* do que propriamente um governo. Estamos vendo muito mais a figura da delação premiada tomando lugar das discussões políticas com “p” maiúsculo; está se tornando natural para os nossos filhos lerem “fulano de tal pede delação premiada”.

Que governo é este que se sustenta se o Ministério Público não tiver razões para conceder a delação premiada a fulano ou a beltrano? Que governo é este? O que sobrará deste Governo ou da economia

deste País se for verdade – e torço para não ser – o que acaba de ser noticiado pelas agências e está na inquietação dos jornalistas deste País a respeito das denúncias do Sr. Buratti contra o Ministro Palocci? Este talvez seja o fato mais grave de todos, porque vai ao cerne do equilíbrio econômico do País.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> tem um aparte.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Entendo que o Presidente da República só sofre uma ameaça: a da verdade. É aquela que Cristo dizia: “Em verdade, em verdade eu vos digo...”. É aquilo que aprendi com o povo no meu Piauí. É mais fácil tapar o Sol com a peneira do que esconder a verdade. A fé e a crença dele foram na verdade do Duda “Goebbels” Mendonça. Quis transformar mentiras em verdade, repetindo-as. E a verdade surge. Eu fico com o que aprendi na minha profissão. Levamos a nossa formação profissional para onde vamos. Eu sou cirurgião ginecologista. A honestidade é como a virgindade. Eu nunca vi uma meio-irmã; é virgem ou não é. É honesto ou não é. E este governo é desonesto.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Concluo, Sr. Presidente, pedindo também a transcrição nos **Anais** da Casa da matéria **As 30 Melhores Entrevistas de Playboy**, que contém entrevista concedida por Lula, no aeroporto de Recife, em julho de 1979.

Eu faço um contraste entre dois Lulas. Um Lula titubeante e indefinido ideologicamente; jamais uma figura que se pudesse dizer claramente que tivesse sido de esquerda em algum momento da sua vida. Um bravo líder sindical, sim. Um Lula confuso ideologicamente, mas cheio de verdade. Esse Lula ascendeu, cresceu. Ele contrasta com o outro Lula, esse de hoje, que foge da verdade, que tem medo de delatores e que para sobreviver depende do silêncio de pessoas que conviveram com ele.

Eu peço a transcrição dessa entrevista porque para mim esse Lula confuso ideologicamente, mas cheio de verdade no coração, deveria também servir de inspiração para o Presidente Lula que abriu mão da verdade, perdeu-se e inicia um irreversível descenso na sua trajetória de vida, na sua biografia e na sua carreira pública.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Brasil

Dois líderes, um do PP e outro do PL, ambos com receio de perder o cargo, ameaçam contar o que sabem sobre o envolvimento do presidente no mensalão

Alexandre Oltramari

# RECADO PARA LULA

**N**a semana passada, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, o único parlamentar, até agora, que renunciou ao mandato para fugir do julgamento de seus pares, deu entrevista à revista Época. Nela, o ex-deputado afirmou que o presidente Lula sabia do acerto financeiro pelo qual o PT deu 10 milhões de reais ao PL na campanha de 2002 — um acerto que, mais tarde, foi honrado com dinheiro do valerioduto. A entrevista arranha o presidente Lula, mas talvez sua situação seja até mais grave. Há três semanas, sete deputados reuniram-se para um jantar em Brasília, e dois deles ameaçaram contar as conversas que tiveram com Lula sobre o mensalão. A história foi apurada pelo repórter Alexandre Oltramari, de VEJA, que conversou com três pessoas que participaram do jantar. A seguir, o relato do repórter:

“Na noite de 26 de julho passado, uma terça-feira, o líder do governo na Câmara, o petista Arlindo Chinaglia, fez uma reunião de emergência com a cúpula de quatro partidos aliados, todos brindados com o capilé do valerioduto. O encontro ocorreu no apartamento do líder do PP, deputado José Janene. Entre o início do convésco, por volta das 9 da noite, e o seu fim, em torno das 2 da madrugada, sete deputados sentaram-se à mesa — e um deles subiu, com sapatos e tudo, em cima do sofá. Era o anfitrião.

Desconfiado de que o presidente Lula manobrava para apená-lo da liderança do PP, Janene surtou, trepou no sofá e, de dedo em riste para Chinaglia, mandou um recado ameaçador ao presidente. ‘Avisa àquele f.d.p. que, se eu perder a liderança, e eu não estou nem falando do meu mandato, mas só da liderança, eu vou contar tudo’, berrou Janene. ‘Vou contar todas as conversas que tive com ele sobre esse caso’, completou, referindo-se aos pagamentos do mensalão. Antes que os presentes dige-

rissem a gravidade da ameaça, souo outro petardo. ‘Eu também’, endossou o líder do PL, o deputado Sandro Mabel. ‘Também falei várias vezes com ele sobre isso’, disse, reforçando a ameaça.

Já se sabia que o presidente Lula fora alertado sobre a existência do mensalão em pelo menos cinco ocasiões, entre fevereiro de 2004 e março passado. É a primeira vez, porém, que se tem notícia de que Lula pode ter chegado ao ponto de negociar pessoalmente os pagamentos, tendo, portanto, se envolvido com o

**A AMEAÇA DE FALAR TUDO**  
José Janene (acima) e Sandro Mabel: os dois, num jantar, se irritaram com a tentativa do governo de mudar os líderes e ameaçam — diante de testemunhas — falar da participação do presidente

## veja

### O FUIÃO E O ACORDÃO

**Valdemar, o único que, até agora, renunciou para fugir da cassação, também queria o acordão — mas não deu**

assunto de forma muito mais profunda e mais comprometedora. Além de Janene, Mabel e Chinaglia, estiveram no jantar o hoje ex-deputado Valdemar Costa Neto, o líder licenciado do PMDB, José Borba, e os deputados Nelson Meurer e João Pizzolatti, ambos do PP. Janene, o anfitrião, abiscoitou pelo menos 4,1 milhões de reais das contas de Marcos Valério no Banco Rural. Já Mabel é acusado de distribuir entre os deputados do

PL parte dos 10 milhões de reais retirados por Costa Neto, presidente de seu partido. Apesar das evidências de que estão enlameados no mensalão, os dois, Janene e Mabel, seguem firmes na liderança de seus partidos.

A ameaça de Janene, secundada por Mabel, foi uma reação a um encontro de Lula com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, ocorrido na manhã daquela mesma terça-feira 26 de julho. Nesse encontro, Lula sugeriu a Severino que era recomendável renovar a elite da base aliada, trocando os líderes atingidos pelas denúncias.

**RECEITA DA PIZZA**  
**Arlindo Chinaglia, líder do governo na Câmara, chegou com a receita pronta, mas acabou ouvindo berros e ameaças do deputado José Janene**

Cordato, Severino prometeu examinar a idéia e, à tarde, tentou convencer Janene a deixar a liderança do PP — mas esbarrou na oposição irada do deputado. A pelo menos dois interlocutores com quem conversou naquela terça-feira, Janene avisou que não irá cair sozinho. À noite, quando cedeu seu apartamento para a reunião, a idéia era assar uma pizza. A receita: o PL retiraria o pedido de cassação contra Roberto Jefferson, que, em troca, daria novo depoimento à CPI. Jefferson diria que fora mal interpretado. Em vez de mensalão, ele diria que o dinheiro era para pagar dívidas de campanha, corroborando a tese mais amena, de que ocorreu apenas um crime eleitoral. Mas, como os líderes não confiam no governo, e ninguém confia em Roberto Jefferson, o acordo não vingou. Agora só resta torcer para que Janene e Mabel estejam blefando.” ■

# veja

ANDRÉ PETRY

## O mensalão do aborto

Quando estava de pé, o governo Lula vinha acertando no trato dos chamados temas sociais: sancionou as pesquisas com células-tronco embrionárias, distribuiu pílulas do dia seguinte nos postos de saúde, tentou combater a desigualdade racial nas universidades e — sobretudo — criou uma comissão para revisar a antiquada legislação brasileira sobre o aborto. Agora que está de cócoras, o governo Lula está começando a vender a alma ao diabo também nos temas sociais. O caso mais recente está na carta que Lula mandou à cúpula da Igreja Católica saudando a abertura da assembleia-geral da CNBB, em Indaiatuba, São Paulo. Todo mundo ficou olhando para os trechos em que Lula diz ter consciência da “gravidade da crise” e promete apurar tudo “do a quem doer”. Mas o trecho mais revelador está no sexto parágrafo.

Diz o seguinte: “Quero reafirmar minha posição em defesa da vida em todos os seus aspectos e em todo o seu alcance. Os debates que a sociedade brasileira realiza, em sua pluralidade cultural e religiosa, são acompanhados e estimulados pelo nosso governo, que, no entanto, não tomará nenhuma iniciativa que contradiga os princípios cristãos”. Ou seja: Lula está dizendo que o governo formou a comissão tripartite para revisar a Lei do Aborto — integrada por respeitáveis representantes do governo, do Congresso e da sociedade — e está deixando o pessoal falar à vontade, distrair-se com os debates na ilusão de que vai decidir alguma coisa, mas, na hora H, o governo vai dar as cartas — e, em defesa dos “princípios cristãos”, não permitirá a discriminação do aborto.

A comissão — que Lula agora diz que trabalhou de mentirinha — já concluiu sua proposta. É claríssima: propõe que toda gravidez possa ser interrompida até a 12ª semana de gestação e não define prazo-limite nos casos de ameaça à vida da gestante ou de má-formação fetal incompatível com a vida fora do útero. A proposta é avançada. É certo que, para ser aprovada, vai atravessar um oceano de dificuldades, mas o que ninguém esperava é que, já na largada, fosse desautorizada com uma canelada do presidente da República.

Na carta, Lula trata o aborto como uma questão moral e religiosa, como se pertencesse à esfera dos “princípios cristãos”, fazendo música para os ouvidos dos bispos. Não, o aborto é essencialmente uma questão de saúde pública. O aborto malfeito está entre as principais causas de morte de mulheres no Brasil (mulheres pobres, é claro, que não têm dinheiro para recorrer às boas casas do ramo). É a terceira causa de mortalidade feminina em São Paulo. Na Bahia, é a pri-

**“O aborto malfeito é uma das principais causas de morte de mulheres no Brasil. É a terceira causa em São Paulo. Na Bahia, é a primeira. Ou seja: o aborto não é um direito desejável, é um direito necessário”**

meira. O aborto não é um direito desejável, é um direito necessário.

A intenção de Lula é clara: quer seduzir a CNBB, evitando que os bispos migrem para a oposição numa hora em que o governo se desmancha e o próprio presidente se entrega ao exercício diário de se apequenar diante do país. É negócio, barganha. É o “mensalão do aborto”. É lamentável que milhares de brasileiras — pobres, na maioria — seguirão morrendo todos os anos porque o presidente resolveu adular os bispos.

# Ancelmo Gois

AGÊNCIA O GLOBO

E-mail: [ancelmo@oglobo.com.br](mailto:ancelmo@oglobo.com.br)

## Perdão, Lula 1

**M**íriam Cordeiro, aquela ex-namorada de Lula que em 1989 se prestou à baixaria de acusar o petista de tentar forçá-la a um aborto, quer pedir desculpas ao presidente, 16 anos depois. Ao ver a entrevista do Fantástico em que Collor também confessa arrependimento, Míriam escreveu à TV Globo. Na carta, em suma, diz: "Perdão".

## Perdão, Lula 2

Escreveu Míriam Cordeiro (foto): "Peço desculpas, em primeiro lugar, a meus filhos, principalmente à minha filha (Luriani), a quem tanto magoei, à minha família, a meus netos, e, especialmente, ao Lula. Se hoje pudesse fazer alguma coisa para ajudá-lo neste momento de crise, faria".

### ► Companheiros

Vladimir Palmeira jantou em Brasília quarta com Zé Dirceu. Por falar nele... Veja as voltas que o mundo dá. Vladimir, cuja candidatura a governador do Rio foi rifada em 1998 porque Lula, Dirceu & Cia. queriam o apoio a Garotinho, foi chamado a Brasília para tentar conter petistas da ala esquerda que ameaçam deixar o PT.

### ► Viva os autistas!

Pais de autistas levaram ontem a Severino e a Renan Calheiros uma carta contra o uso jocoso do termo nesta crise. É que, na CPI, várias vezes, disseram que Lula "age como autista". "O autista é incapaz de mentir. Não é o caso de pessoas públicas que têm mostrado imaginação para reinventar versões da mesma história", diz a carta.



**FOLHA  
DE PERNAMBUCO**

# **DIRCEU: "CABE A LULA DIZER QUEM É O TRAIADOR"**

**Ex-ministro disse ignorar  
a quem Lula se referiu quando  
afirmou que foi traído**

"É o presidente Lula quem tem que responder quem é o traidor", afirmou o ex-ministro e deputado José Dirceu (PTSP). Ele revelou ainda que não vai renunciar ao mandato de deputado e tampouco sair da lista do Campo Majoritário do PT na disputa das eleições internas. "Do mesmo modo que não renunciei ao mandato, não renunciarei à lista", avisou.

# Governo barra convocação de Meirelles e Okamoto

## Petistas mobilizam aliados na CPI dos Correios e derrotam opositores

**B**RASÍLIA - Numa sessão tumultuada da CPI dos Correios, o Governo conseguiu impedir ontem a convocação dos presidentes dos Banco Central, Henrique Meirelles e do Sebrae, Paulo Okamoto, e do doleiro Antonio Claramunt, o Toninho da Barcelona. Também foi rejeitada a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de Okamoto, que é contador pessoal do presidente Lula e antecedeu Delúbio na resouraria do PT, além de ter sido o tesoureiro da primeira campanha do petista à Presidência, em 1989.

Os integrantes da oposição na CPI queriam convocar Okamoto para que ele explicasse o pagamento do empréstimo de R\$ 29,4 mil concedido pelo PT ao presidente Lula. O Palácio do Planalto se recusou a esclarecer a origem do dinheiro que quitou a dívida e, há cerca de duas semanas, Okamoto declarou ter se encarregado de pagar o débito. Para brejar a convocação de Okamoto, o Governo mobilizou todos os aliados na CPI dos Correios: foram 6 votos contra a ida de Okamoto e 12 a favor. Dos governistas, apenas o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) votou contra o Planalto. "Isso é molecagem dos abafadores", reagiu a senadora Heloisa Helena (PSOL-AL).

A quebra do sigilo de Okamoto foi rejeitada por 15 contra e 12 a favor. Na mesma votação, a CPI não aprovou a quebra do sigilo bancário, fiscal, do publicitário Duda Mendonça e de sua sócia Zilmar Fernandes da Silveira. O Governo também derrotou requerimento que previa a convocação do presidente do BC. Foram 16 votos contra 11. "É o início da operação abafa do Governo. O presidente Lula é o advogado dos

corruptos neste Governo", disse o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), que protagonizou um bate-boca com o deputado Jorge Bitar (PT-RJ) sobre a convocação do presidente do BC.

ACM Neto argumentou que Meirelles deveria ir à CPI para explicar o motivo do Banco Central não ter identificado as movimentações financeiras internas e externas nas contas do empresário Marcos Valério e não ter apurado as irregularidades que teriam sido feitas pelo Banco Rural. "Querem atingir e derrubar o presidente Lula de qualquer jeito. Mas falta materialidade juri-

dica e apoio do Congresso e da sociedade para qualquer tentativa golpista dessa ordem", afirmou o deputado Maurício Rands (PT-SP).

**Gushiken** - O Governo também derrubou o pedido da oposição para que o ex-ministro Luiz Gushiken fosse convocado para depor na próxima quarta-feira. Antes de rejeitarem a convocação de Toninho da Barcelona, os integrantes da base aliada do PT conseguiram aprovar as convocação dos doleiros Haroldo Bicalho e Jader Kalid Antonio, que atuam em Minas Gerais e são suspeitos de enviar dinheiro para o exterior para

o empresário Marcos Valério.

A CPI dos Correios aprovou ainda a remessa de 40 requerimentos de convocação de pessoas para a CPI da Compra de Votos, entre eles o do banqueiro Daniel Dantas, dono do Opportunity. Na sessão de ontem, a CPI também aprovou reconvocação de Maurício Marinho e a convocação de Carlos Eduardo Fioravanti, ex-diretor comercial dos Correios. Foi aprovada ainda a requisição da ata da reunião do Conselho Diretor da Telemar que avalizou as negociações relativas à compra de ações da empresa Gamecorp, que é de Fábio Luiz Lula da Silva, filho do presidente Lula.

## Caso Daniel é reaberto

**BRASÍLIA** - A CPI dos Bingos aprovou ontem a convocação do médico João Francisco Daniel, irmão do petista Celso Daniel, prefeito de Santo André assassinado em 2002. A decisão foi tomada a partir de um requerimento apresentado pelo senador Romeu Tuma (PTL-SP), com a justificativa de que há indícios da existência de um esquema de extorsão na área de jogos em proveito de partidos e candidatos. "As denúncias divulgadas pela imprensa são graves e guardam correlação dos fatos de interesse da CPI", alegou, referindo-se à informação

de que o prefeito teria preparado um dossiê denunciando o esquema e que, com a sua morte, o mesmo teria desaparecido.

No requerimento, o senador lembrou da suspeita de que Celso Daniel teria sido assassinado porque sabia de "atos de corrupção contra a prefeitura de Santo André e do desvio de dinheiro para a direção do PT". "O suposto esquema incluiria também o deputado José Dirceu", acrescenta Tuma. Também por sua iniciativa, a comissão vai requisitar à Secretaria de Segurança de São Paulo cópia do inquérito policial sobre a morte do prefeito.

Os senadores vão pedir ainda cópia dos autos de investigações que estariam sendo feitas em Santo André para apurar

denúncias de corrupção que teriam sido praticados no âmbito daquela prefeitura. A medida coincide com a iniciativa da Polícia de São Paulo de ajudar o MP na retomada da investigação sobre a morte do prefeito. A chamada CPI do caso Santo André, de iniciativa do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), foi enterrada pelo Governo em março do ano passado.

**Juiza** - A comissão aprovou requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR) e quebrou o sigilo bancário, fiscal e telefônico da juíza da 17ª Vara da Justiça Federal em Brasília, Maísa Giudice. Ela também foi convocada para depor, em data ainda a ser determinada.

# "Lula tem que dizer quem o traiu"

## Dirceu alega ignorar a quem o presidente se referia quando se disse traído

BRASÍLIA (Folha Press) - O deputado federal José Dirceu (PT-SP) disse, ontem, ignorar a quem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se referia quando afirmou que se sentia "traído" pelos escândalos de corrupção que envolvem sobretudo o Partido dos Trabalhadores (PT). "É o presidente Lula quem tem que responder quem é o traidor", afirmou Dirceu. Na sexta-feira passada, o presidente Lula disse que se sente "traído por práticas inaceitáveis" e que

**Governo em xeque**

nunca teve conhecimento das mesmas. Também disse que o PT e seu governo deviam pedir "desculpas" aos brasileiros pelos escândalos. O PT se desculpou oficialmente na quarta-feira, mas não conseguiu abrir uma investigação sobre todos os dirigentes comprometidos, entre eles Dirceu, que desta forma demonstrou manter sua influência no PT.

Dirceu renunciou ao cargo de Ministro da Casa Civil no dia 16 de junho, depois de ser acusado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) de ser o organizador do mensalão. Ele nega a acusação e diz estar disposto a lutar sem

se importar com aqueles que o consideram uma presença incômoda. Dirceu afirmou que não vai renunciar a seu mandato de deputado tampouco sair da lista do Campo Majoritário para a disputa das eleições internas do partido, marcada para dia 18 de setembro. "Do mesmo modo que não renunciei ao mandato de deputado, não renunciarei à lista", disse Dirceu.

Na última quarta-feira, o presidente do PT, Tarso Genro, chegou a discutir o tema com Dirceu. Na conversa, Genro disse que a saída "por decisão própria" não seria interpretada como "um reconhecimento de culpa", mas

como um reconhecimento de que o "núcleo dirigente do PT quer mudar".

Após a publicação da reportagem, Dirceu divulgou nota afirmando que a conotação que foi dada a sua declaração não "corresponde ao intuito original". "Ao ser indagado se me sentia referenciado pelas declarações do presidente da República ou tinha conhecimento sobre a quem ela se referia quando disse que se sentia traído, respondi, por intermédio de minha assessoria, que a pergunta deveria ser encaminhada ao presidente e não a mim", disse Dirceu, por meio de nota.

## CCJ aprova mini-reforma política

Raquel Ribeiro Alves  
Agência Nordeste

BRASÍLIA - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, ontem, a mini-reforma política proposta pelo PFL. O relator do texto, José Jorge (PFL), promoveu algumas alterações no projeto, como punições para as empresas que ultrapassarem o limite de 2% da renda bruta anual, fixado para financiamento de campanhas. As empresas que doarem mais que este percentual a um ou mais candidatos e partidos, correm o risco de ficar cinco anos sem poder assinar contratos e participar de licitações com

entes públicos da União, estados e municípios. A reforma política será tema de debate no II Fórum dos Deputados Estaduais do PFL, hoje, a partir das 9h, no hotel Atlante plaza. O senador Marco Maciel e o líder do Governo na Assembléia Legislativa, Augusto Coutinho, coordenarão o evento.

O prazo para apresentação final das contas de campanha à Justiça Eleitoral - a divulgação deve ser diária pela Internet - subiu de 72 horas para dez dias. Quem não declarar todas as despesas e doações recebidas corre o risco de pena de detenção de três a cinco anos; multa de R\$ 20 mil a R\$

50 mil, além da cassação do registro da candidatura e perda dos repasses do fundo partidário.

Pesquisas eleitorais não poderão ser divulgadas pelos meios de comunicação no prazo de 48h antes do pleito, até às 18h da votação. Veiculação de propaganda eleitoral em bens cujo o uso dependa de cessão pública fica proibida. Quem desobedecer pode ter que pagar multa de R\$ 5 mil a R\$ 20 mil.

Candidato estiver comprovadamente envolvido em propaganda de boca-de-urna e contrapropaganda poderá ficar sem o registro da candidatura.

As regras de propaganda na TV - o candidato e algum filiado serão os únicos que poderão participar do programa, que não poderá ter imagens externas nem outros efeitos especiais foram mantidas, mas quem desrespeitar ficará de fora do horário político por dez dias e não mais 30 como sugerido.

Propaganda governamental fica proibida pelo prazo de seis meses - hoje são três meses de prazo - bem como a assinatura de contratos que não estejam previstos no Orçamento daquele ano previamente aprovado pelo Legislativo. A regra vale mesmo que o governante não seja candidato.

# Política

Ex-tesoureiro do PT disse que a campanha nacional não teve recursos por fora, mas admitiu que R\$ 457 mil pagaram filmes de Ciro Gomes

## Delúbio admite uso de caixa 2 para eleger Lula

Ex-tesoureiro do PT prestou depoimento, ontem à CPI do Mensalão

Letícia Sanderda  
DO CORREIO BRAZILIENSE

Foi um dos raros momentos em que trouxe alguma novidade no depoimento de

te. Diante da insistência de Redecker, o ex-tesoureiro acabou admitindo: "O dinheiro pagou serviços prestados pelo marqueteiro (Einhart Jacome da Paz, cunhado de Ciro) à campanha de Ciro no segundo turno".

de José Alencar. Confirmou que a reunião entre os dois partidos para definir o acerto ocorreu na casa do deputado Paulo Rocha (PT-PA), com a presença de Lula, Alencar e do presidente do

Marisa Gibson

### diário político

#### Jarbas e a reforma

O governador Jarbas Vasconcelos concorda com todas as sugestões que estão sendo feitas para reduzir o custo das campanhas eleitorais, a começar pela redução do tempo de 90 para 60 dias de campanha, e que as novas regras já comecem a vigorar a partir da eleição de 2006. Como o prazo para alterações na legislação termina no dia 30 de setembro, o Congresso trabalha contra o tempo mas, mesmo assim, Jarbas considera oportuno que se tenha iniciativas nesse sentido até porque, posteriormente, pode-se aperfeiçoar o que for aprovado agora. Para o governador, muito dessa crise política é decorrente do descontrole sobre as campanhas eleitorais. Assim, qualquer medida que corrija distorções será bem aceita e não pode ser adiada sob nenhum pretexto. O governador salienta, contudo, que as modificações devem ir além das regras eleitorais. Para ele, o desejável é que se alcance uma reforma profunda, capaz de sanear o sistema político brasileiro com normas sólidas, que evitem a repetição de crises como a que o País vivencia no momento. Um dos pontos fundamentais para esse aperfeiçoamento é a fidelidade partidária, questão defendida há bastante tempo pelo governador, como uma condição da moralização para a prática da atividade política. Jarbas enfatiza também a importância da chamada cláusula de barreira, prevista pela Constituição para entrar em vigor em 2006, que limita a representação de partidos no Congresso a partir de um percentual mínimo de votos nacionais (5%), o que significa o fim das legendas de aluguel.

**Reais** A redução dos gastos, além de evitar ou pelo menos inibir a corrida desenfreada dos tesoureiros de



**Reais** A redução dos gastos, além de evitar ou pelo menos inibir a corrida desenfreada dos tesoureiros de campanha atrás de dinheiro, trará um grande benefício para o eleitor: os candidatos poderão ser avaliados pelas suas próprias qualidades e não pela produção dos programas eleitorais.

**Amém** A disputa dentro do PT pelo controle do partido aponta que, quem não gostar de José Dirceu, vai ter que se desfiliar do PT. E, quem ficar, terá que obedecê-lo e dizer amém às suas teorias e práticas.

**Tucanos** De mansos, os tucanos não têm nada. Alimentando a crise com cobranças diárias contra Lula, os resultados estão aí: ontem, vazaram informações sobre pesquisa do Ibope com mais uma desvantagem do presidente. Se a eleição fosse agora, Lula perderia para Alckmin, FHC ou Serra.

**Revisão** Roberto Freire (PPS) que votou em Lula, no segundo turno de 2002, diz que hoje votaria tranquilamente em Serra. Para o deputado, Serra é mais esquerda do que Lula, segundo revelou no programa Jornal da Clube.

**Terrorismo** Líder do PP, José Janene (foto) está eletrizando o Congresso. Acusado de ter recebido dinheiro das contas de Marcos Valério e feito a distribuição com vários colegas, o deputado, incluído entre os que podem ser cassados, já disse que, se for prejudicado, dirá tudo o que sabe. Ou seja: mais uma lista.



**Equilíbrio** Na Câmara dos Vereadores, as diferenças partidárias não estão prevalecendo, pelo menos entre as mulheres. A líder da bancada do PT, Luciana Azevedo considerou muito oportuno o artigo assinado pela petelista Priscila Krause na edição de domingo passado do DIÁRIO, intitulado "Política e Afeto".

**Em todas** O vice Mendonça Filho está em todas. É o convidado para o lançamento do PÓS, movimento liderado pelo coordenador da FGV no Recife, Paulo Moura, para falar sobre Gestão do Futuro. Será no dia 25, às 19h.

**Em alta** Depois de conceder reajuste salarial em torno de 15% para algumas categorias do funcionalismo público, o prefeito de Paulista, Yves Ribeiro, está prometendo instituir um plano de cargos e salários e realizar o primeiro concurso público do município, após 14 anos.

**E** n um dos raros momentos em que trouxe alguma novidade no depoimento de ontem à CPI do Mensalão, o ex-tesoureiro petista Delúbio Soares admitiu que dinheiro de caixa 2 pagou despesas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo turno da eleição de 2002. O teste derrubou a tese que ele vinha sustentando até então, de que Lula teria sido eleito sem a ajuda do empresário Marcos Valério de Souza. A ligação do dinheiro de Valério com a campanha de Lula passa pelos R\$ 457 mil sacados nas contas do empresário por Márcio Lacerda, ex-coordenador da campanha à Presidência do hoje ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes. Ciro, que era do PPS, concorreu com Lula no primeiro turno. No segundo, acabou apoiando o atual presidente.

Questionado pelo deputado Julio Relecker (PSDB-RS) se os R\$ 457 mil eram referentes à campanha de Lula ou de Ciro, Delúbio se atrapalhou. "De Ciro", respondeu ele, primeiramente

Jacome da Paz, cunhado de Ciro) à campanha de Ciro no segundo turno. "Mas Ciro não foi candidato no segundo turno. Ele apoiou Lula", rebateu o tucano. Ainda mais sem graça, Delúbio explicou que o dinheiro sacado pelo assessor do candidato do PPS tinha como objetivo quitar uma dívida da empresa New Trade, agência de Einhart, que trabalhou com o ministro no primeiro turno da campanha, e no segundo turno atuou para Lula. Em parceria com o publicitário Duda Mendonça, a empresa de Einhart dirigiu gravações para o programa eleitoral do PT, em que Ciro pedia votos para Lula.

**Acordo** - Nas quase nove horas de depoimento, Delúbio também confirmou o acordo financeiro fechado entre PT e PL para a coligação dos dois partidos na campanha de 2002. Ele argumentou que foi um acordo político, que previa o repasse de 25% do total arrecadado na campanha presidencial para o partido do vice, o PL

a presença de Lula, Alencar e do presidente do PL, Valdemar Costa Neto. Mas corroborou com a versão do presidente do PL, de que Lula e Alencar não estavam presentes na hora do acerto. Traçando mais uma vez para si a responsabilidade, também isentou o deputado José Dirceu (PT-SP) da combinação.

Apesar de assumir toda a culpa pelo esquema ilegal montado com o empresário mineiro, Delúbio irritou os parlamentares, ao insistir que desconhece os detalhes dos valores dos recursos distribuídos com sua atuação. Bem orientado, só se referiu a "dinheiro não contabilizado" quando queria dizer caixa 2 e repetiu argumentos frágeis que já apresentara em outros depoimentos. Disse que, embora os dirigentes do partido e José Dirceu tinham conhecimento das dívidas de campanha, ninguém, além dele e de Valério, sabia da forma como os pagamentos seriam. Reafirmou que seu partido "nunca pagou parlamentares ou comprou votos".

## TRECHOS DO DEPOIMENTO DE DELUBIO SOARES

### ● Compra

"O PT nunca comprou voto, nunca comprou deputado, nunca comprou votação."

### ● Contatos

"No PMDB, rachado em relação ao apoio ao Governo, o contato era feito com o deputado José Bórbia (PR). No PTB, o contato inicial foi com o ex-presidente José Carlos Martinez e, depois de sua morte, com o deputado Roberto Jefferson. No PL, as conversas eram com o presidente, Valdemar Costa Neto. No PP, com o deputado José Janene."

### ● Acordos

"Eles diziam: 'Devo 10.' Eu respondia: 'Dá para pagar 7. É pegar ou largar.' Aí, feito o acordo, autorizava o Valério a pagar."

### ● Base

"O PT e os partidos da base aliada elegeram 130 deputados. Com a vinda do PP e do PTB, passamos

para 190. Ficamos com seis ou sete Estados e não muitos municípios. Concluímos que era necessário criar uma base política. Era necessário que em cada município a base tivesse ou um vereador ou um diretorio. Para que nas eleições municipais de 2004 houvesse condição de os partidos entrarem no meio das políticas do governo, como o Bolsa-Família. Era o nosso plano."

### ● Ilegalidade

"O PT assumiu a dívida dos aliados. Parte do dinheiro era para resolver débitos de 2002. Uma parte para planejar, em 2003, as campanhas eleitorais de 2004. E uma parte para a eleição de 2004. Sei que foi uma ilegalidade. Pagar dívida de outro partido com dinheiro não contabilizado é proibido pela Lei Eleitoral."

### ● Dívidas

"Tem de verificar se foram 55, 56,

58 milhões... Eu assinei, não sei se foram um ou dois (contratos). Antes de assumir o dinheiro não contabilizado, conversei com setores do partido."

### ● Fórmula

"Tem de buscar recursos de quem tem mais. Infelizmente é assim. A agonia dos que perdem a eleição é muito grande. Encontrei essa fórmula (caixa 2), que parece não foi a mais certa."

### ● Diretórios

"No caso do PT, normalmente as pessoas que recebiam recursos para as campanhas eram presidentes dos diretórios regionais. Isso aconteceu na preparação da campanha de 2004."

### ● PL

"Ficou combinado, no encontro na casa do deputado Paulo Rocha

que caberiam 25% do total da campanha para os gastos do partido do vice, algo em torno de R\$ 9 milhões a R\$ 10 milhões."

### ● Valério

"Vamos trabalhar por uma solução e procurar meios de quitar o empréstimo com Valério. Ainda não pude conversar com ele depois dos acontecimentos. Mas pretendo me reunir com ele."

### ● Duda

"Não sei se são 12, 16, 17 milhões. Orientei Valério a quitar a dívida com Duda Mendonça e a forma foi feita entre eles. Eu não tenho responsabilidade nenhuma sobre a forma desse pagamento."

### ● Direção

"A direção sabia dos empréstimos contraídos por Valério, mas não a forma como o empréstimo deveria ser quitado."

# Política

## CRISE APRESSA REFORMA ELEITORAL

ELEIÇÕES NA CRISE CCI do Senado aprova mudanças radicais nas regras eleitorais. O texto terá que ser sancionado até setembro para valer em 2006

**B**RASÍLIA - As denúncias de corrupção investigadas pelas CPIs dos Correios e do Mensalão levaram a Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) a aprovar ontem mudanças na lei eleitoral para diminuir os custos de campanha e punir a prática do caixa dois. A proposta aprovada, porém, inclui medidas polêmicas e inseridas de última hora, entre elas a proibição de divulgação de pesquisas eleitorais 15 dias antes do pleito.

Com o projeto de reforma emergencial do senador Jorge Bomfim (PFL-SC), os tesoureiros das campanhas se tornam responsáveis, ao lado dos candidatos, por todas as informações relativas às contas da campanha. Até ontem, só o candidato deveria responder à Justiça por ilegalidades.

A proposta aprovada é uma espécie de minireforma política. Reduziu o tempo de campanha de 90 para 60 dias, diminuiu o horário eleitoral no rádio e na TV de 45 para 35 dias e criou regras mais rígidas para a publicidade. Também aumentou a pena para casos de caixa dois, variando de três a cinco anos, mais multa de R\$ 20 mil a R\$ 50 mil.

Nos programas e nas inserções de rádio e TV, a única atração passa a ser o candidato em cenas de estúdio. Fica proibido o uso de imagens externas, computação gráfica e efeito especial, além da participação de pessoa não filiada ao partido ou coligação. Isso elimina, por exemplo, recursos usados com frequência pelos publicitários e encarecendo campanhas.

O ponto que causou maior polê-

### A reforma eleitoral aprovada na CCJ

COMO É HOJE	COMO PODE FICAR
<b>1 Convenção partidária</b> É realizada de 10 a 30 de junho	Passará a ser de 20 a 31 de julho
<b>2 Período de campanha</b> De 90 dias	Será de 60 dias
<b>3 Horário eleitoral</b> 45 dias de exposição no rádio e na TV	35 dias de exposição no rádio e na TV
<b>4 Programas de TV</b> Pode utilizar imagens externas e ter apresentador, além da participação, no programa, de qualquer apoiador	Não poderá ter cenas externas, incluindo as inserções de 30 segundos. O apresentador e os apoiadores terão de ser filiados ao partido
<b>5 Showmícios</b> O partido pode fazer quantos quiser, com a participação de artistas	Ficam proibidos. Será vedada a apresentação, remunerada ou não, de artistas para animar comícios e reuniões eleitorais
<b>6 Brindes</b> O candidato pode dar bonês, camisetas, canetas e outros brindes	Fica proibido distribuir camisetas, bonês, canetas e outros brindes durante toda a campanha, até mesmo material que possa proporcionar vantagem ou utilidade ao eleitor. Com isso, fica proibida, por exemplo, a venda de camisetas pelos partidos.
<b>7 Doações</b> Há limite de 2% da receita bruta para pessoas jurídicas. Sindicatos não podem doar. ONGs podem	Mantém em 2% da receita bruta da pessoa jurídica. Doações de sindicatos passam a ser permitidas, mas ONGs perdem a permissão.
<b>8 Pesquisa</b> Pode ser divulgada por veículos de comunicação até o dia da eleição	Fica proibida a divulgação de pesquisas a partir de 15 dias antes das eleições
<b>9 Registro de candidatura</b> O prazo na Justiça termina no dia 5 de julho	O prazo é prorrogado para 5 de agosto
<b>10 Comitê financeiro</b> Prevê apenas o registro do comitê na Justiça Eleitoral	Além do registro, será necessária a referência ao nome do responsável pela arrecadação dos recursos, prevendo também responsabilidade solidária entre o candidato e o tesoureiro

Fonte: substitutivo aprovado ontem na CCJ do Senado

## Texto proíbe showmícios e limita as pesquisas

O texto aprovado pela CCJ do Senado, apresentado pelo senador e presidente nacional do PFL, Jorge Bomfim (SC), recebeu 99

candidatos e de suas propostas. Para o cientista político Antônio Luvareda, as mudanças apontam

### Alckmin afasta timidez e se lança candidato à Presidência em 2006

**SÃO PAULO** - Em meio a especulações da disputa interna sobre quem será o candidato do PSDB à Presidência em 2006, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, antecipou-se ontem e, pela primeira vez, lançou seu nome na disputa. Até então com discurso tímido, Alckmin, sem citar nomes, partiu para ofensiva contra outras possíveis candidaturas e disse que se sentiria orgulhoso de presidir o País.

"Meu partido, o PSDB, tem bons nomes. Essa decisão deve ser apenas no ano que vem, mas quero dizer que ficarei muito orgulhoso se tiver a oportunidade de trabalhar pelo Brasil", disse ele, que trava no PSDB duelo com o prefeito de São Paulo, José Serra, para ter apoio da direção do partido em 2006.

Alckmin chegou a admitir que a crise política antecipou o debate eleitoral. E criticou o resultado das recentes pesquisas de opinião, que botam Serra como o candidato mais forte para derrotar o presidente Lula em 2006.

"Pesquisa antes do rádio e da TV é um farol voltado para trás. É recall. Se você fizer uma pesquisa hoje, vai ter Lula, Serra, Ciro Gomes, Garotinho e ponto final, porque é a lembrança da última eleição", disse Alckmin.

O governador aproveitou para



recursos usados com frequência pelos publicitários e encarecendo campanhas.

O ponto que causou maior polémica foi justamente a aprovação de uma emenda, sugerida pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), proibindo a veiculação de pesquisas eleitorais 15 dias antes do pleito. A medida foi considerada por alguns inconstitucional. O argumento é o de que pode ser contestada no Supremo Tribunal Federal (STF) em razão do direito à informação.

Já em relação ao ponto que coloca o candidato e o tesoureiro como "responsáveis solidários" pela prestação de contas das campanhas, foram muitos os elogios. Com isso, o candidato não poderá mais alegar não saber de suas contas, como está sendo largamente utilizado por vários políticos flagrados no esquema do publicitário Marcos Valério. A boca-de-uma realizada no dia das eleições passa a ter penas mais altas, com prisão e multas.

A CCJ aprovou o texto substitutivo do relator, em caráter terminativo, por 12 votos a favor e um contra. Agora, a proposta será encaminhada para a CCJ da Câmara, caso nenhum senador peça para que seja votado no plenário do Senado.

O texto aprovado pela CCJ do Senado, apresentado pelo senador e presidente nacional do PFL, Jorge Bornhausen (SC), recebeu 99 emendas, das quais 51 foram aceitas pelo relator, o senador pernambucano José Jorge (PFL). Quando for aprovado pela CCJ da Câmara, também em caráter terminativo, poderá entrar em vigor após sanção. E só terá validade para as eleições de 2006 se for sancionado até o final de setembro.

O único voto contrário foi do senador Almeida Lima (PMDB-SE), que chegou a dizer que pediria vista do projeto, mas não foi atendido. Depois os senadores votaram os destaques. Entre os aprovados estão o que permite aos sindicatos doarem recursos para campanha e o que proíbe a distribuição gratuita de bens ou benefícios pela administração pública no ano da eleição, exceto casos de calamidade ou programas sociais autorizados em lei.

Além de limitar as pesquisas até 15 dias antes das eleições, o projeto também proíbe, na campanha, a distribuição de brindes, camisetas, bonês e outros produtos que possam proporcionar vantagem ou utilidade ao eleitor. O texto veda a apresentação, paga ou não, de atis-

tas em comícios e reuniões eleitorais.

O objetivo é proibir os chamados showmícios, em que os candidatos contratam, por exemplo, cantores para apresentação e que acabou sendo uma das marcas registradas das últimas eleições, principalmente do PT. "As campanhas vão ficar mais simples e baratas. Chato é ver o Brasil assistindo a casos de caixa-dois como temos visto nas CPIs", diz o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

**REPERCUSSÃO** - Especialistas em campanhas eleitorais que atuam em Pernambuco aprovaram a maioria das alterações contidas no projeto aprovado pela CCJ do Senado. Para eles, algumas medidas poderão reduzir o preço das campanhas, principalmente as majoritárias, e priorizar o conteúdo do candidato e de suas propostas.

Para o cientista político Antônio Lavareda, as mudanças apontam para um aprimoramento da legislação eleitoral. "Creio que os políticos vão se adequar. O debate passará a ter maior peso", opinou. Segundo o publicitário José Nivaldo,

que trabalha em campanhas eleitorais desde 1972, os partidos encontrarão uma forma de fazer propaganda eficazes, mesmo depois das alterações.

No entanto, o publicitário fez uma advertência: "Preço de campanha varia muito. Corre o risco de alguns custos migrarem para outros itens", alertou. José Nivaldo frisou que a estratégia fundamental de uma campanha depende dos meios de comunicação.

O jornalista Fernando Veloso, que coordenou vários guias eleitorais, discordou apenas da restrição de fazer cenas externas para os programas. Para ele, a restrição ao estúdio pode surtir o efeito inverso e, ao invés de baratear, aumentar o preço da campanha. "Acho que definir isso sem a orientação de profissionais da área. Quem conhece televisão sabe que produção de cenário pesa no orçamento", afirmou.

que é a lembrança da última eleição", disse Alckmin.

O governador aproveitou para condenar uma estratégia que, supostamente, estaria sendo adotada por Serra, a de renunciar ao cargo

de prefeito para disputar a eleição. "Ninguém deve fazer de um cargo público carreirismo. Você não é eleito para ser candidato, você é eleito para fazer um bom governo. A candidatura é consequência, não é meio", afirmou.

No Recife, onde estiveram ontem à noite para a missa em memória ao ex-governador Miguel Arraes, os senadores tucanos Tasso Jereissati (CE) e Arthur Virgílio (AM) disseram que é preciso ter muita cautela no tratamento de uma crise que a cada dia se renova em denúncias. "Temos que ter muita cautela. Mas pobre de um País, pobre de um presidente e de um governo, cuja estabilidade depende do Delúbio (Soares, ex-tesoureiro do PT) calar, do Silvinho (Sílvio Pereira, ex-secretário geral do PT) não falar, do Dirceu (deputado federal José Dirceu) não se zangar e de um doleiro não estar dizendo a verdade. Nosso País está vivendo um momento muito infeliz", lamentou Arthur Virgílio.

## Escândalo tira Duda Mendonça do Planalto CPI rejeita convocação de Okamoto e doleiro

BRASÍLIA - O escândalo envolvendo o PT e as contas em paraísos fiscais decretaram mais uma baixa: o fim da parceria entre Duda Mendonça e o presidente Lula. O governo decidiu não renovar o contrato com a agência Duda Mendonça & Associados, que venceu ontem. A decisão foi tomada numa reunião entre Lula e o secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci, responsável pela Subsecretaria de Comunicação de Governo (antiga Secom). A verba de publicidade da Presidência em 2005 é de R\$ 131,8 milhões.

Duda era o marqueteiro de Lula desde a campanha de 2002, mas o seu envolvimento no escândalo dos repasses do empresário Marcos Valério inviabilizou sua permanência. Ele ficou com cerca de 50% da verba da Secom desde que o contrato foi assinado, em agosto de 2003.

A decisão de afastar Duda não foi tranquila. Segundo um assessor do presidente, Lula resistiu muito a encerrar o contrato. O presidente

tem grande afinidade com o publicitário baiano.

O próprio Duda conversou com o ministro Dulci, tentando manter a conta da Presidência. Foi informado de que todos reconheciam sua

Planalto decide não renovar contrato com Duda Mendonça

competência e capacidade técnica, mas a situação era considerada muito delicada no governo. Duda deve buscar ainda algum recurso jurídico para manter a conta da Secom, mas no governo a avaliação é de que o

encerramento do contrato está alicerdado em aspectos jurídicos e na questão da imagem da agência e do marqueteiro, seriamente comprometida com a confissão do próprio Duda, de que recebeu R\$ 15,5 milhões do esquema de Marcos Valério, sendo que R\$ 10,5 milhões depositados numa conta no exterior.

Com a saída de Duda, permanecem atendendo à Presidência as agências Lew Lara e Matisse. A realização de nova licitação para substituir a agência de Duda ainda

está sendo discutida no Planalto. Duda mantém por enquanto outras duas grandes contas no governo. O contrato com a Petrobras venceu em dezembro e o com o Ministério da Saúde foi assinado em abril.

BRASÍLIA - Em sessão tumultuada, os governistas conseguiram ontem rejeitar, na CPI dos Correios, a convocação do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, do doleiro Antonio Claramunt, conhecido como Toninho da Barcelona, e do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto. Apesar da operação governista, foi aprovado em bloco, por consenso e em votação simbólica, um pedido que atinge o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi pedida uma cópia da ata da reunião do conselho diretor da Telemar na qual foi aprovada a compra de ações da empresa Gamedcorp. A empresa pertence a Fábio Luiz, filho de Lula, e há suspeita por parte da oposição de tráfico de influência.

Toda confusão começou quando os deputados ACM Neto (PFL-BA) e Onyx Lorenzini (PFL-RS) pediram preferência para votar a convocação e quebra de sigilo bancário de Okamoto, que declarou ter quitado uma dívida de R\$ 29,4 mil de Lula com o

PT. Os pefelistas argumentaram ser necessário comprovar a operação e seu registro nas declarações de Imposto de Renda, sob risco de o presidente ter cometido crime fiscal. Depois disso começou uma série de debates, finalizada com as votações.

O governo, que tem a maioria dos integrantes na CPI, ganhou com margens apertadas, contando até com o voto do relator, deputado Osmar Senagaglia (PMDB-PR), que foi criticado. Com isso, os requerimentos referentes a Okamoto, Meirelles e Toninho da Barcelona seguem pendentes.

**CASO DANIEL** - Também ontem, a CPI dos Bingos aprovou a convocação do médico João Francisco Daniel, irmão do peusta Celso Daniel,

prefeito de Santo André assassinado em 2002. A decisão foi tomada a partir de um requerimento apresentado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), com a justificativa de que há indícios da existência de um esquema de extorsão na área de jogos em proveito de partidos e candidatos. "As denúncias divulgadas pela imprensa são graves e guardam correlação dos fatos de interesse da CPI", alegou, referindo-se à informação de que Celso Daniel teria pre-

parado um dossiê denunciando o esquema e que, com a sua morte, o mesmo teria desaparecido. "Além de que, é praticamente consensual que as circunstâncias da morte do prefeito não foram até agora satisfatoriamente esclarecidas", defendeu Tuma.

CPI dos Bingos aprova convocação do irmão de Celso Daniel

(AM)

## ENTREVISTA ]

Se o Super-Homem vier a São Paulo – escreveu o humorista Luís Fernando Veríssimo --, só terá interesse em conhecer uma pessoa: Lula. Afinal, ele é “O Herói da Classe Trabalhadora”, segundo a revista americana *Newsweek*, que deu esse título a um artigo de página inteira sobre Lula, publicado em sua edição de 30 de abril último. Por sua vez, o jornal francês *Matin*, de 23 de abril, também em artigo de página inteira, comparou a fama de Lula à de Pelé. O fato é que Luiz Inácio da Silva, o Lula, tornou-se mais conhecido no país e no exterior do que muitos políticos ou artistas brasileiros – fama ainda mais inusitada por se tratar de um líder sindical e não de um jogador de futebol. Essa fama, porém, só começou há pouco mais de um ano, quando os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, em São Paulo, entraram em greve liderados por ele, exigindo reposição salarial. Era o primeiro movimento desse tipo desde 1968 e, por isso, —————>

No meu tempo de menino a sacanagem era muito maior do que hoje. Eu moleque naquele tempo, com 10, 12 anos, já tinha experiência sexual com animais. O mundo era mais livre

Quando solteiro, gostava de dançar, jogar pebolim, tomar minhas cachaças. Agora mudou. Nem isso dá para fazer. E quando tenho uma folga, quero dormir, a Marisa briga

No começo eu era muito inibido. No dia da posse do sindicato dei uma entrevista para a TV: fiquei nervoso de não parar em pé. Hoje, falo de qualquer assunto com qualquer público



segundo alguns analistas, um dos acontecimentos políticos e sociais mais importantes dos últimos 15 anos no Brasil.

Em março, quando os metalúrgicos deflagraram nova greve, desta vez por reajustes superiores aos índices oficiais, o governo decidiu intervir nos sindicatos e cassar os seus dirigentes. Lula entre eles. Mas nas negociações para conseguir que os trabalhadores voltassem às fábricas e para tentar um acordo com eles, foi com Lula e os outros dirigentes sindicais cassados que os empresários e o próprio governo dialogaram.

Hoje, todos conhecem Lula e reconhecem o seu carisma. O que faltava revelar sobre ele era a sua face mais humana, o seu jeito de ser — longe das assembleias e das lutas sindicais — quando pode se espichar, descalço e de bermudas no sofá da sala de sua pequena mas bem cuidada casa, no Jardim Lavínia, em São Bernardo do Campo, e rir descontraidamente ao relembrar um caso engraçado, sem escolher palavras e sem demonstrar qualquer preocupação em polir sua imagem de líder.

Na boca desse Lula descontraído os palavrões são tão freqüentes quanto as tragadas dos cigarros que fuma um atrás do outro. Seu tom de voz só se torna mais grave quando o assunto resvala para questões gerais e de sua classe. Ai então ela se eleva, áspera e forte, num discurso bem articulado. Essa mudança, durante as muitas horas de entrevista — gravada em três sessões, em dias diferentes — que o jornalista Josué Machado fez com ele para PLAYBOY, ocorria também quando Lula, em meio a uma resposta descompromissada sobre tema mais leve (como, por exemplo, cinema e música popular), parecia lembrar-se, de repente, de seus deveres como líder de massas.

Mas logo Lula recuperava o tom de bom humor — e até de irreverência — com que iniciou e pontilhou toda esta longa e reveladora conversa. Nas paredes da sala, pequenos quadros: um com a letra do hino do Corinthians e outros com desenhos mostrando o Lula e suas frases mais famosas, feitos por um operário, Mauro Tiole. Numa estante com várias divisões, um televisor em cores, livros (*Diário da Cía, Os Dez Dias que Abalaram o Mundo, Esta Noite, a Liberdade, Arquiplago Guig* e alguns volumes da coleção *Obras-Primas da Literatura*), garrafas de vinho chileno que ele recebeu de presente (diz que prefere uma boa pinga) e brinquedos dos filhos: Marcos, 8 anos, Fábio, 4; e Sandro, 8 meses. A mulher, Marisa, 29 anos, e a sogra, Clora Regina, estão nos fundos da casa, preparando o almoço. Fábio aparece correndo, pula no colo do pai e começa a puxar-

lhe a barba. Lula grita para a mulher: "Marisa! Tira este diabo daqui". Marisa aparece, enxugando as mãos num pano de pratos. Recolhe Fábio, todos riem. E a entrevista começa.

**Lula, que tal posar nu para a PLAYBOY?** [rindo] Quando você falou sobre a entrevista, eu cheguei pro Djalma Bom [diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo] e disse: "Vou posar pelado pra PLAYBOY". E o Djalma, puto da vida: "Nem fodendo, nem fodendo". Ai eu agüentei sério e comecei a explicar: "Pô, Djalma, que é isso? Não é o sindicato que vai posar pelado. Sou eu, o Lula. Isso não tem nada com o sindicato. Eu quero, vou ganhar um dinheiro, sabe?"

— Marisa, vem cá!

O quarto tá arrumado?

Eu vou tirar umas fotos pelado.

— Magina!

— Mas eu prometi...

Dizem que as mulheres estão querendo saber como é o metalúrgico, querem saber se ele tem pinto de ferro ou não". O Djalma não quis saber: "Não, nem fodendo. Espera aí que nós vamos fazer uma reunião da diretoria. Você tem que se preservar, não pode ficar entrando nessas, não!". Djalma acatou, tapaz! [pausa] Quer ver a Marisa ficar uma vara também? [grita para a cozinheira]: "Marisa, vem cá! O quarto tá arrumado?". MARISA [chegando] Está. LULA [sério] Eu vou tirar umas fotos pelado. MARISA [rindo] Magina! LULA — São poucas fotos... MARISA [rindo, ainda meio incrédula] — Ah, não inventa, vai, Lula. É tão ridículo. LULA — Vai, mulher, está com cúme de mim! Vai, não precisa ficar vermelha. Arruma lá a cama que eu preciso posar pelado, vai. MARISA — Você não tem vergonha, Lula? LULA [sério] Eu não.

MARISA [em dúvida] Você teria coragem se não teria...

LULA [empurrando Marisa] Vamos lá, põe aquela colcha de pele que eu vou tirar e raiar lá.

MARISA [protestando] Não. Um homem de família... Depois vão falar mal de você vão dizer que você virou um bunda mole.

LULA — Mas eu prometi. A revista querendo. Vai, põe a colcha de pele. Eu vou tirar uma colherzinha de chá pra você sair do meu lado...

MARISA [rindo, meio nervosa] De jeito nenhum. É agora também não vou arrumar nada.

LULA [rindo descontraído] É brincadeira, bem? Djalma também acreditou. Você acreditou?

MARISA [rindo, aliviada] Eu não!

Lula, vamos então despir você em sentido figurado, mostrar ao leitor o homem Lula, que ainda é muito pouco conhecido. Para começar, fale de sua vida de sua infância, de sua família. Nasci em Galinhos, Pernambuco, no dia 27 de outubro de 1945, mas sou registrado como de 6 de outubro. No ano em que eu nasci, meu pai veio embora para Santos. Foi trabalhar no IBC, carregando sacos de café. Lá ele arranjou outra mulher, uma prima da minha mãe, mas mandava dinheiro para casa. E minha mãe não sabia de nada. Eu tinha 3 anos ou 4 anos quando ele foi visitar a gente em Pernambuco e trouxe meu irmão mais velho, Chico, para São Paulo. Daqui, meu irmão escreveu, chamando minha mãe, fingindo que era o pai. Pegamos um pau-de-arara, viajamos 13 dias como gado e chegamos. Pau-de-arara é um caninhão com bancos de madeira na carroçaria, sabe? Não é aquele negócio que eles usam por aqui para fazer perguntas pra gente, não. Me lembro até hoje da viagem: criança melecando tudo pelo meio, a gente dormindo no caninhão ou na estrada, em qualquer lugar. Uma noite a gente estava dormindo ao relento e acordou com uma poia chuva pela cabeça. E a comida era fitinha, queijo e rapadura. Eu vim com uma canüseta só, sem trocar desde lá.

Seu pai se assustou com a chegada de vocês? Foi uma merda. Ele tava lá com a outra e mais cinco filhos dela. Depois de alguma confusão, meu pai arranhou uma casa para nós e ficava três dias numa e três dias na outra, com a segunda mulher. Logo todos começamos a trabalhar, a nos virar. Eu vendia tapioca e laranja. Mais tarde, os maiores vieram para São Paulo, conseguiram emprego e foram buscar minha mãe. Eu e meu irmão mais

velho ficamos com meu pai. Meses depois minha mãe mandou buscar a gente pra morar no fundo de um bar, perto de um banheiro fedorento. Éramos dez num quarto e cozinha no bairro do Ipiranga. Meu primo também morava com a gente. Depois todos casaram. Agora minha mãe mora com minha irmã, em São Bernardo. Meu pai morreu no ano passado.

**E você estudou?** Fiz o curso primário e, quando já trabalhava numa fábrica, aprendi a profissão de torneiro mecânico no Senai. Em 1973, quando já era secretário do sindicato, fiz o curso de madurez. Então parei de estudar, porque no madurez a gente aprende muito pouco. Aprende é a fazer cruzinha. A vida tem me ensinado muito mais. Mas se um dia eu tiver tempo talvez possa estudar alguma coisa.

**E a sua infância foi boa?** Minha infância foi muito boa. Miserável e muito boa. A gente tinha uma puta liberdade. Por mais pobre que a gente fosse, era bom. A gente vivia no meio da natureza. Lá em Santos, era lagoa pra gente tomar banho, era campo de futebol, era a gente brincando na terra, cavando buraco, fazendo bolinha pra estilingue, sabe? A gente realmente vivia, por mais pobre que fosse, a gente vivia. Andava descalço e não tinha problema de doenças. Essa molecada de hoje tem que andar de sapato, meia, toda encapuzada... Naquele tempo não tinha nada disso e a criança vivia melhor. Eu vejo pelos meus filhos, porque hoje eu posso comprar uma bola para eles, eu posso comprar um... sei lá, eu posso comprar para eles muito mais do que minha mãe podia comprar. Ela não podia comprar nada. Eu acho que a molecada de hoje vive bem mais infeliz do que a gente vivia naquele tempo. Eu lembro que eu tinha uns 10 anos e uma calça, uma só, uma calça marrom que um padrinho tinha me dado... Eu ia com essa calça para a escola semanas e semanas. Só tirava para lavar. Mesmo assim eu me sentia feliz... Nem me passava pela cabeça a ideia "eu sou pobre, não tenho nada, não ganho nada". Aquilo era normal, sabe?

**Você disse que agora em geral os pais podem comprar presentes. Isso não significa progresso? É inegável que o país evoluiu. A população se multiplicou. Então é claro que tem muito mais pai podendo comprar as coisas. Mas também tem muito mais pai que não pode. Ganhei meu primeiro presente aos 18 anos,**

da namorada. Hoje eu posso comprar para os meus filhos. Ganhando 25 mil cruzeiros por mês, estou acima da média salarial dos trabalhadores. E neste bloco em que moro acho que todos ganham de 12 a 20 mil por mês. Eles podem comprar umas coisas para os filhos. Mas a molecada vive toda aí no cimento, brincando na calçada, sem poder pôr o pé no chão. Já levanta de manhã com o sapato no pé. Naquele tempo a gente levantava e já botava o pé na terra. Era bem melhor para a saúde do que andar de sapato o dia inteiro.

**Quem lhe deu o apelido de Lula?** Minha mãe. Desde que me entendo por gente me chamam de Lula.

**Você falou na felicidade da infância. Você é feliz agora?** Não há motivo, mas sempre me considerei feliz. Mesmo quando fui cassado no sindicato. Se não há motivo para tanta alegria, também não há motivo pra ficar se lamentando. Tenho saúde, família, condições de trabalhar... Em termos materiais consegui um monte de coisas que qualquer pessoa gostaria de conseguir. Eu fui casado uma vez com uma boa mulher, perdi essa mulher e achava que não ia dar mais certo em casamento. Então encontrei a Marisa...

**Você teve muitas namoradas?** Não. Eu era muito tímido, bobinho. Não era de namorar, não tinha tempo, trabalhava muito.

**Com que idade você teve sua primeira experiência sexual?** Com 16 anos.

**Foi com mulher ou com homem?** [surpreso] Que quê isso!? [risada] Com mulher, claro! Mas naquele tempo a sacanagem era muito maior do que hoje. Um moleque naquele tempo, com 10, 12 anos, já tinha experiência sexual com animais. A gente fazia muito mais sacanagem do que a molecada faz hoje. O mundo era mais livre...

**E a mulher que o iniciou, você se lembra?** [rindo] Eu fui numa dessas casas em São Paulo, levado por um amigo. Achei bom pra cacete...

**Ficou freguês?** Não. Eu ia só de vez em quando... Só depois que fiquei viúvo é que virei sacana. Ai eu queria sair com mulher todo dia. Endoidei de vez. Viúvo, eu não tinha perspectiva de vida, pensei que não ia casar mais.

**Você ficou abalado?** Fiquei. Eu gostava muito

da Maria de Lurdes. Vivi com ela só dois anos, de 1969 a 1971. Ela morreu de parto e eu fiquei muito chocado. Perdi a vontade de tudo. Fiquei uns seis meses bem fodido da vida. Então percebi que estava vivo, não estava morto não, porra! Ai comecei a cair na ganhaia. Meu Deus do céu, antes de encontrar a Marisa foram três anos de loucura. Eu queria sair com mulher de segunda a domingo.

**Que colosso...** Ai, graças a Deus, encontrei a Marisa. Ela ficou viúva no mesmo ano que eu. Eu não queria mais casar com uma virgem. Queria encontrar uma pessoa que tivesse passado pelo mesmo que eu passei.

**Como é que foi?** Foi engraçado. Eu saía da casa de uma namorada à meia-noite, à 1 da manhã e pegava um táxi na pracinha de São Bernardo. Era o táxi de um velho. Um dia, não sei por quê, contei a ele que eu era viúvo. Então ele me contou que tinha uma nora muito bonita, e que o filho tinha sido assassinado três meses depois do casamento. Ele continuava muito revoltado com a morte do filho e me contou que a nora não ia mais casar. Como eu tinha contado minha história para ele, de vez em quando pegava o táxi e ele desabafava, falava do filho. E às vezes também falava da nora. E eu pensava: "Qualquer dia eu vou papar a nora desse velho...". Nessa época a Marisa apareceu no sindicato. Ela foi procurar um atestado de dependência econômica para internar o irmão. Eu tinha dito ao Luisinho, que trabalhava comigo no sindicato, que me avisasse sempre que aparecesse uma viuvinha bonitinha. Quando a Marisa apareceu, ele foi me chamar.

**O que você era no sindicato nessa época?** Primeiro secretário e diretor do Departamento de Previdência. Então comecei a encher o saco dela. E ela não queria nada. Escamosa, sabe? Uns três ou quatro dias depois eu passei a telefonar. Mas só depois descobri que Marisa e a nora do taxista eram a mesma pessoa...

MARISA – Primeiro ele preparou o terreno para depois me conquistar. Mas ele foi muito sem-vergonha. Num belo domingo apareceu em casa sem mais nem menos e foi logo conversando com minha mãe. Cara-de-pau!

LULA – Eu tinha perdido a timidez.

MARISA – O mínimo que eu tinha que fazer era convidá-lo para entrar.

LULA – Mas antes houve alguns episódios. Um dia eu estava conversando com você no portão e apareceu a fera atrás de mim, o outro namorado dela.

E daí? Ele se mancou.

MARISA – O outro já estava desconfiado. O horário de trabalho dele variava porque ele trabalhava em turma e de vez em quando me pegava na escola onde eu trabalhava. Então ficou sabendo que eu saía com Lula, que de vez em quando me dava carona...

**Você ficou em dúvida entre os dois?**

MARISA – Fiquei em dúvida. Não sabia por quem decidir. Aquela eu conhecia desde criança, era um moço direito, de família. Com o Lula eu simpatizava mais, gostava mais do jeito dele, mas não sabia quem era. Então pedi um tempo para pensar.

LULA – O tempo foi cinco minutos...

MARISA – Que nada, levou tempo!

LULA – Levou tanto tempo que em seis meses a gente casou...

**Lula, o furacão!** MARISA – Um tinha boa intenção, outro intenção ruim. E acabei conquistada pelo que tinha intenção ruim. Mas ele era gamado, viu? Vivia dependurado no telefone [gargalhada de Lula]. Eu só fugia, dizia que estava ocupada, que tinha de trabalhar, mas no fim acabava atendendo.

LULA – Charminho dela... O problema de mulher é você conseguir pegar na mão. Pegou na mão...

**Vocês brigam muito?** Eu não. Eu não brigo com ninguém. O negócio é o seguinte: se dependesse de mim a gente nunca brigava. A gente briga porque ela reclama que eu chego tarde da noite.

MARISA – Você dá motivo, vai!

**O único motivo é esse, ele chegar tarde?**

MARISA – Chegar tarde, não levar a família para passear, arranjar compromissos no sindicato no fim de semana... Aí a gente quebra o pau...

LULA – Pelo menos no período da greve ela não reclamou. Eu passava o dia fora de casa, dormia no sindicato e mesmo assim ela não achava ruim. Nem podia, né?

MARISA – Eu estou mais compreensiva, mas ele não reconhece isso. Você vê, agüentar a casa cheia de gente quase todo dia não é qualquer mulher que agüenta, não.

[Depois que Marisa se afasta] O Caetano Veloso disse que aprendeu a franzir a testa com o Victor Macture. E você, com quem aprendeu a fazer esse vinco no meio da testa, em cima do nariz, esse olhar vago, perdido na distância com que sai nas fotos. Isso é ensaiado? Como assim?

**Esse seu jeito de "aiatolula tropical"...** Não, eu não noto isso, não. Quando eu falo com o pessoal costumo falar olhando todo o espaço na frente para sentir a reação do povo.

**Sua barba profética significa alguma coisa especial?** Não. Vontade de deixar crescer. Começou em janeiro deste ano. O gozado é que até os 26 anos eu quase não tinha barba. Depois apareceu um bigode e no fim eu queria ver como ficava. A Marisa não queria, mas agora acho que não posso mais tirar. Todo mundo já se acostumou comigo assim.

**As mulheres gostam?** Ah, não sei...

**Não se faça de inocente. Você é o rei do sindicato e elas não caem em cima de você?** Não, não caem. Se caírem, eu não percebo [pausa]. Tem uma coisa: na minha situação, na minha posição, eu tenho que tomar cuidado. Tenho de abrir mão de muita coisa. Então eu não faria nenhuma bobagem que me compromettesse.

**O que você acha do movimento feminista?** [hesita] Eu respeito as mulheres que pretendem lutar por sua independência... Mas não sei que tipo de independência elas querem... Se é sexual, se é no trabalho... Eu gosto quando alguém se dispõe a fazer alguma coisa. Errado ou certo, a gente só vai saber quando a pessoa concluir aquilo que se dispôs a fazer.

**Marisa é feminista?** Não. Não há condições para uma dona de casa, mãe de três filhos, ser feminista.

MARISA [vindo da cozinha] – Marido pode, mas a mulher...

**O Lula é machão?** MARISA – Só na rua; aqui não...

**Epa! Como assim?** [Lula e Marisa riem]

**Voltando à sua intimidade, a tensão, o cansaço, o excesso de trabalho não lhe tiram a vontade de fazer sexo?** [hesitando] O problema é o seguinte... Não sei se isso é coisa de a gente falar... [pausa] Quando eu chego em casa, 2, 3 horas da manhã, num bagaço filho da puta, pensando que ainda vou ter de levantar às 7, nem penso em sexo.

**Você se expressa bem, fala com clareza. Você lê?** Eu leio jornais e converso muito. Aprendendo com o dia-a-dia, em contato com os problemas que a gente enfrenta. Eu ganho muitos livros, mas sou preguiçoso para ler.

Quando muito, leio o prefácio, deixo depois e acabo não lendo.

**Que jornais prefere?** Leio todos, mas prefiro Folha de S. Paulo, que cobre melhor a nossa...

**Como você se diverte? Seu lazer mudou muito desde que você era solteiro?** Muito. Quando solteiro eu gostava muito de dançar, de jogar pelo lim, de tomar minhas cachaças. Depois de viúvo minhas farras eram mais maduras, boêmias. Agora mudou tudo. Quando tinha mais tempo gostava de sair com a família para comer fora, passear por aí, ir a lugares bonitos. Nos tempos de maior movimentação, de greve, é claro que nem isso dá para fazer. Não tem sábado, não tem domingo quando tenho uma folga, quero dormir; a Marisa briga. A culpa é da atividade sindical. Como é que você pode sair do sindicato e ir para casa, largando dez, 20, 30 trabalhadores que querem conversar, saber coisas? Acho que a função da gente é justamente esta: atuar tudo isso. Porque a gente não tem, como a maioria dos dirigentes sindicais brasileiros, acomodados, horário para entrar e para sair. Eu nunca me preocupei em chegar ao sindicato às 8 da manhã. Mas também nunca me preocupei com a hora de sair.

**Você não vai nem ao cinema?** Eu adorava cinema. Já faz três anos que não vou. Não posso ficar pensando na minha satisfação pessoal se ela for prejudicar o trabalho no sindicato.

**Sobra tempo para a TV?** TV sim. Mas só gosto de banguê-banguê e desenho animado.

**Eles inspiram você?** [rindo] – Distração. Tenho o hábito de ligar a TV. A primeira coisa que faço quando entro em casa é apertar o botão. Mesmo que seja de madrugada. É mania. Mesmo que passe filme que não gosto.

**Quais os seus atores preferidos? John Wayne?** Sei lá, acho que o pessoal de antigamente era bem melhor que o de hoje. Gary Cooper e os velhos mocinhos que mexeram com a gente quando eu era menino. Marlon Brando, Paul Newman... [pausa] Mas acho que a TV deveria mostrar mais filmes nacionais em melhores horários. O governo deveria exigir que as emissoras de TV passassem filmes nacionais nos horários nobres. Era um jeito de a gente se encontrar com a nossa cultura.

**E música? Qual é o gênero que você prefere?** Qualquer um. Mas prefiro curtir os cantores de



antigamente: Orlando Silva, Nelson Gonçalves, Ângela Maria, Ataulfo Alves, Jamelão, Silvio Caldas, Elisete Cardoso. Do pessoal novo, o Chico Buarque.

**E Caetano e Gil?** Ah, eu não gosto, não. Não é o tipo de música que me agrada. Mas acho que a música que eles fazem ajudou a modificar alguma coisa. Mexe muito com o pessoal mais jovem. Só que eu não perco tempo ouvindo... [pausa sorridente] Mas eles têm algumas músicas maravilhosas. Ah, gosto também da Elis e da Beth Carvalho.

**E do Roberto Carlos?** Teve um tempo que eu gostava. Em 65, 66, 67... Agora não perco mais tempo. O tipo de música que ele faz é um negócio muito pequeno para o mundo que a gente vive hoje. E tem mais: as propagandas oficiais que esse pessoal ajuda a fazer... Não é só o Roberto Carlos. Ele e alguns outros por aí, algumas pessoas que poderiam influir no comportamento do povo...

**Que outros?** [ênfático] O próprio Pelé deveria ter um posicionamento político, porque pessoas como ele poderiam contribuir para mudar o comportamento do povo... Veja o Roberto Carlos. Promoveu o Ano Internacional da Criança, ajudou a TV Globo a arrecadar dinheiro para fazer a promoção de algumas pessoas, quando a gente sabe que o Brasil tem 25 milhões de menores abandonados, passando fome, e que não é a arrecadação de fundos que vai resolver esse problema. Quando muito, vai ajudar uma ou outra instituição. Todo mundo sabe que o menor abandonado é resultado de baixos salários, do alto grau de miserabilidade do povo. Esse problema seria resolvido com melhores empregos, bons salários. Porque ninguém abandona criança porque quer, ninguém deixa um filho ser trombadinha porque quer. Só se deixa quando não se tem condições de evitar. Por isso é que Roberto Carlos, Pelé e outros deveriam se posicionar politicamente diante dos problemas nacionais. Eles deveriam seguir o exemplo do Marlon Brando no caso do índio americano. O governo erra e eles tomam posições contrárias. Nos Estados Unidos, os jogadores de futebol entraram em greve pelo reconhecimento do sindicato deles. Em São Paulo, quando a gente está em greve, com a polícia descendo o pau, os presidentes de sindicatos de futebol resolvem fazer jogos promocionais, sem nenhuma preocupação política. Eles fizeram festa quando a hora era de reflexão.

**Alguns problemas com a Globo?** O grande problema da TV brasileira não é a Globo. A gente fala em Globo como eu falo em Volkswagen quando falo em fábrica. Porque a Globo é a que tem mais audiência. O problema não é de uma estação, é do sistema, é da televisão brasileira, que tem uma programação imperfeita, que pouco tem a ver com o país.

**Passemos da TV para o futebol. Você tem um quadro com o hino do Corinthians. É um sofredor?** Eu sou corinthiano, mas não tenho mais tempo para me preocupar com futebol. Quando moleque, eu era fanático, não perdia um jogo.

**Atualmente, quais são os seus maiores prazeres?**

Não gosto de Caetano  
Veloso e de Gilberto  
Gil. Não é o tipo de  
música que me agrada.  
Eu não perco  
tempo ouvindo

[riso e pausa] Meus maiores prazeres... fora os prazeres íntimos de um homem [ri] ...eu acho que um dos meus grandes prazeres é estar falando com os trabalhadores, participar de assembléias. Eu me sinto bem discutindo os problemas dos trabalhadores. Então meu maior prazer é saber que estou sendo útil à minha classe... Fora isso não tenho tido tempo para procurar prazer em nada, a não ser no relacionamento com a minha família. Ah, também tenho muitos amigos e gostei muito disso.

**Você é comilão, gosta de algum prato especial?** Não. A minha comida é a de todo brasileiro: arroz, feijão e bife.

**Vocês usaram um salão da matriz de São Bernardo durante a intervenção no sindicato. Você é católico? Praticante?** Sou católico. Mas não tenho ido muito à igreja... Eu não tenho tempo. Acho

que a Igreja deveria cumprir um papel social muito grande, um papel voltado para a defesa dos oprimidos, dos mais carentes. Porque a Igreja como instituição esteve muito ao lado do poder, do poder econômico. No Brasil está mudando, porque pelo menos algumas pessoas da Igreja têm feito muita coisa boa em defesa dos trabalhadores e dos que sofrem por causa do poder econômico.

**Por que a Igreja está mudando?** Porque a sociedade também mudou e está exigindo mudanças em todos os setores.

**Você acredita em Deus?** Eu acredito em Deus. Acredito num ser superior capaz de dar paz, espiritual e tranquilidade na hora certa... Sei lá, infeliz daquele que não conseguiu acreditar em determinadas coisas. Eu acredito.

**Onde foi que você perdeu o dedo mindinho da mão esquerda?** Foi numa prensa. Eu tinha feito um parafuso para um cara e tinha que colocar na prensa, na prensadora de metal. E a prensa fechou, benza Deus.

**O cara pagou só o parafuso ou o dedo também?** Pagou tudo. Eu recebi 250 contos. Faz 16 anos. Acho que perdi esse dedo por descuido do médico. A prensa amassou a metade, então pelo menos um pedaço ele poderia ter aproveitado. Mas achou mais fácil dar anestesia e cortar tudo.

**Esta casa é sua? É. Comprei há quatro anos. Dei 60 mil de entrada e comprei pelo BNH. Eu tinha vendido uma casa na Vila das Mercês, juntado um dinheirinho e agora pago uns 2700 cruzeiros por mês. Só que aumenta todo ano. Nunca a gente acaba de pagar. Quando eu comprei, o saldo devedor era de 90 mil cruzeiros. Agora já paguei uns quatro anos e estou devendo 200 mil cruzeiros [ri]. Quanto mais se paga mais aumenta. O BNH foi criado para construir casa para o trabalhador e depois se apoderou do dinheiro do Fundo de Garantia, que era uma coisa exclusivamente para a gente, e está construindo casa para o empregador.**

**O que você ganha dá para pagar as despesas todas?** Dá, sim, porque nós não temos grandes despesas. Nem podemos ter. Eu, Marisa, os três filhos e a sogra. Só comida e roupa. Sem luxo.

**Talvez você seja privilegiado porque tem telefone. É difícil conseguir um em São Bernardo? Custa caro? Custa caro. Eu paguei 20 mil cruzeiros à vista**



e já faz algum tempo. Comprei porque com essa vida que eu levo é preciso. Eu viajava e para falar com minha mulher tinha que ligar para a casa de outra pessoa, que vinha dar o recado. Às vezes um diretor do sindicato precisava falar comigo no domingo e não tinha jeito. O telefone para nós é muito importante. Só que agora já está enchendo o saco, porque eu recebo pelo menos 50 telefonemas por dia. Durante a greve e a intervenção foi um negócio. Não tinha hora. Noite e dia. Mas isso é um preço que a gente tem que pagar.

**O que você acha do salário mínimo?** Não dá para sustentar trabalhador algum. Gostaria é que um ministro da área econômica ou do Trabalho tentasse passar pelo menos um mês com o salário mínimo. Seria muito engraçado...

**Você recebe seu salário do sindicato ou da Villares?**

Eu recebo do sindicato. Acho que é a melhor forma de manter a independência.

**E durante a intervenção no sindicato?** Pedi licença na Villares.

**Remunerada?** É.

**Bonzinho o Villares, hein?** Pra eles é mais vantagem ter a gente fora das fábricas.

**E os outros diretores? O fundo de greve pagava?** Não. Todos pediram férias ou licença. Ninguém recebia do fundo. Na verdade, nem temos fundo de greve ainda organizado. O que tivemos foi ajuda de muita gente que mandava roupas, comida e dinheiro. Mas esse não é o fundo que a gente pretende organizar.

**Durante a intervenção vocês se reuniram sempre no salão da matriz?** Em geral lá. Antes de acontecer a intervenção, a gente já sabia que ela viria. Então tiramos tudo do sindicato, os mantimentos, remédios, e levamos para o salão que o padre Cláudio Hummes ofereceu.

**Quais foram as lições das greves?** Com essas duas greves que fizemos em 11 meses, a classe se uniu mais, surgiram novos líderes e os trabalhadores passaram a se interessar mais pelo sindicato. Nós aprendemos que melhor que uma luta só duas lutas. Vencemos: os trabalhadores redescobriram sua força. E pela primeira vez em 15 anos, dirigentes cassados foram chamados para negociar.

**Ultimamente tem havido muitas manifestações de descontentamento de grupos assalariados. Todos**

**estão desafiando a lei, alegando que ela não é legítima. Você acha que isso começou com o movimento dos metalúrgicos?** Seria injustiça não reconhecer que tudo começou com os metalúrgicos. Eles promoveram a abertura do movimento sindical. Mas o problema é mais sério. Todos ganham menos do que deviam ganhar. A incompetência do governo fez com que a proletarização tomasse conta de todos os setores assalariados. Então é claro que tem que haver essas manifestações.

**Na greve de 78 você procurou o general Dilermando Monteiro, então comandante do II Exército. Por quê?**

Porque havia muitos boatos sobre o que ia acontecer, pressões, os patrões mentindo para

Não sou fanático por política. Não faz o meu gênero. Sinceramente não sei o que vou fazer quando terminar meu mandato no sindicato

a imprensa, denunciando coisas que não aconteciam. Como eu sabia que eles haviam procurado o general Dilermando para dizer que os trabalhadores estavam fazendo subversão, achei bom ir expor a nossa versão.

**Ele aceitou bem as suas explicações?** Achei muito legal a posição do general Dilermando naquela época. Ele disse que, enquanto fosse comandante do II Exército e enquanto dependesse dele, trabalhador não ia tomar pau.

**Na greve deste ano, a polícia aparentemente tinha ordem para proteger você. Você sabia disso?** Não. O que eu ouvi falar é que havia ordens para que não agredissem os trabalhadores. Mas houve agressão.

**Ossos do ofício...** Mas até que o policiamento como um todo não foi dos piores. Um ou outro é que exagerou.

Uma das coisas que você disse durante as greves e que marcaram muito foi que a melhor maneira de os estudantes ajudarem os trabalhadores era ficando nas universidades. Por quê? Eu acho que nas lutas específicas dos trabalhadores, estudantes não têm que se meter. Agora, numa luta de nível nacional por uma Assembléia Constituinte, pela anistia, defesa do petróleo, da Amazônia, coisas assim, todos nós podemos estar juntos: estudante, intelectual, trabalhador, todo mundo. Mas na hora de reivindicar salário, melhores condições de trabalho, estudante deve mesmo ficar na faculdade e não vir encher o saco dos trabalhadores. Como eu acho que, na luta dos estudantes, trabalhador não tem que encher o saco.

Algumas pessoas disseram que a Igreja estava ajudando a agitar o movimento sindical. Outras, que o movimento sindical no ABC está sendo influenciado pela Convergência Socialista. Esse pessoal não sabe o que está falando. O movimento grevista se deve ao baixo salário dos trabalhadores, às péssimas condições de trabalho. Quer jogar a culpa de uma greve de 100 mil, 200 mil trabalhadores em cima de meia dúzia de caras que, pelo menos em São Bernardo, não apitam bulhufas, deve ser brincadeira.

**E a alegação do governo e dos empresários de que com liberdade para a greve os assalariados poderiam exigir sempre mais? Sem greve, os banqueiros conseguem exigir sempre mais, os fabricantes de veículos, os fabricantes de autopeças, os grandes latifundiários conseguem exigir sempre mais. Por que nós, trabalhadores, não teríamos direito de exigir?** Um ou dois meses atrás, uma fábrica de óleo de cozinha segurou a produção para conseguir aumento de preços, e eu não ouvi o governo falar em intervir na fábrica ou no sindicato da fábrica de óleo. Uma empresa multinacional escondeu leite para aumentar o preço, e o governo não tomou nenhuma posição, porque está comprometido com o poder econômico.

**Na discussão de uma nova fórmula de reajuste salarial, os empresários preferem que se use a rentabilidade das empresas e não a produtividade. Por quê?** Acho que as duas precisam ser consideradas. Todo mundo sabe que existem muitas formas de enganar com relação à rentabilidade. Quer dizer, as empresas têm um balanço para o governo, outro para a imprensa, outro para os acionistas. Eu não ouvi falar de um só empresário que admitisse que já teve lucro. Todos dizem que fecham o ano "em vermelho", com prejuízo. O Brasil é o único

Quando os empresários têm prejuízo ano após ano e continuam crescendo. Enquanto isso os trabalhadores estão sempre melhor. Só que, com o aumento do salário, a cada dia que passa a gente ganha menos coisas.

Quando você se tornou presidente do sindicato? No dia 24 de abril de 1975.

É o segundo mandato? Começou em abril de 78 e vai até abril de 81. Se deixarem, né?

Quando terminar seu mandato, você pretende voltar ao trabalho, continuar na vida sindical ou entrar para a política? Eu não sei o que fazer. A única coisa que aprendi foi ser torneiro mecânico. E também assim acho que já desaprendi, porque estou afastado desde 72 [pausa]. Eu já tinha decidido abandonar o sindicato em 81, para um pouco, descansar. Outros companheiros precisam subir. E também não sou muito por política. Não faz muito meu gênero [pausa]. Sinceramente não sei. Acho que vou voltar para o trabalho na fábrica.

Carlos Villares, seu ex-patrão, disse que você era um excelente trabalhador e que vai recebê-lo de braços abertos. Mas o sindicato já andou falando que há listas negras com nomes de trabalhadores mais ativos. Se você quisesse voltar a trabalhar, não teria dificuldade? Se eu chegasse à porta de uma empresa para trabalhar, não sei se seria admitido. Imagino que eles tenham listas negras, porque algumas pessoas da nossa categoria têm muita dificuldade de arranjar emprego. Quando o trabalhador chega à firma, enquanto preenche a ficha, alguém telefona para a empresa de onde ele saiu e toma informações. Se o sujeito não era conveniente e falava muito em sindicato, dizem para ele que a vaga já foi preenchida. Mas acho que todas as categorias vivem esse problema.

Você costuma pedir que não o chamem de líder sindical, mas de dirigente sindical. Por quê? Porque eu ainda não me considero líder.

Mas na última greve, quando a multidão carregava você em triunfo, você se sentiu um líder, um comandante querido? É. De fato em vários momentos eu me senti como verdadeiro líder. Principalmente quando os trabalhadores me carregaram, fizeram música para mim... Mas acho que ainda falta muito para eu ser um verdadeiro líder, o cara que esteja encarnado com os trabalhadores e com quem os trabalhadores se encarnem. Mas acho que a

gente não está muito longe disso. E foi por isso que aconteceu a intervenção no sindicato. Um governo que em nenhum instante tem condições de assumir a liderança, em que a maioria dos representantes são biontcos senadores, governadores, prefeitos, um governo que em 15 anos não conseguiu fazer um líder tem muito medo de um peão que de repente aparece com espírito de liderança. É por isso que muita gente do poder está rezando para que minha cabeça role.

Quando foi que você notou que podia representar bem sua classe? Eu sempre achei, porque sempre me identifiquei com ela. Uma coisa são as pessoas que teorizam, que conhecem os trabalhadores através de livros, e outra as que, como eu, conhecem os trabalhadores do dia-a-dia, de dentro da fábrica. É claro que eu tive momentos de inibição e problemas com a falta de experiência. Eu lembro que, quando assumi a presidência do sindicato, nunca tinha falado num microfone.

Tremia? Não só tremia. A primeira entrevista que eu dei para um canal de televisão foi no dia da minha posse, em 1975. Eu fiquei tão nervoso que quase não parava em pé. Comecei a falar, e as pernas tremiam. No discurso de posse também foi assim. Fiquei com medo de esquecer o que ia falar e pedi, um dia antes, ao advogado do sindicato que me ajudasse a escrever o discurso. Tinha medo de esquecer tudo. Mas na hora de ler a folha tremia tanto que parecia que estava ventando a 100 por hora. Então eu pensava: "Será que eu vou representar os trabalhadores com dignidade? Será que eu mereço o cargo que vou ocupar?". Agora eu sei que o tempo é que faz a gente se aperfeiçoar. Hoje eu não me preocupo, não tenho mais receio nenhum de enfrentar qualquer público, discutir qualquer assunto. É fato de qualquer coisa que uma porção de gente pode pensar que é só para estudioso discutir. Eu acho que não. Acho que o trabalhador tem que meter o bedelho em tudo, porque tudo repercute em cima da gente. No fim, quem sofre as consequências de tudo é a gente mesmo.

Há alguma figura de renome que tenha inspirado você? Alguém de agora ou do passado? [pensa] Há algumas figuras que eu admiro muito, sem contar o Tiradentes e outros que fizeram muito pela independência do Brasil e pela melhoria das condições do povo. Um cara que me emociona é o Ghandi. O que ele fez pela Índia atrasada e escravizada só pode ser

admirado. O livro que eu li sobre o Ghandi, *Esta Noite, a Liberdade*, me emocionou muito. Ele tinha uma boa vida e não precisava se meter em brigas, mas abandonou tudo para se dedicar a uma causa. Outro que eu admiro é o Che Guevara, que se dedicou inteiramente à sua causa. Essa dedicação é o que me faz admirar um homem.

A ação e a ideologia? Não está em jogo a ideologia, mas a atitude, a dedicação. Se todo mundo desse um pouco de si como eles, as coisas não andariam como andam hoje no mundo. Na verdade o mundo é constituído hoje muito mais de covardes do que de pessoas que pensam no próximo, que querem fazer alguma coisa pelo bem-estar coletivo.

Alguém mais que você admira? [pausa] O Mao Tsé-tung também lutou por aquilo que achava certo, lutou para transformar algo...

Diga mais... Por exemplo, o Hitler, mesmo errado, tinha aquilo que eu admiro num homem, o fogo de se propor a fazer alguma coisa e tentar fazer...

Quer dizer que você admira o Adolfo? [enfático] Não, não. O que eu admiro é a disposição, a força, a dedicação. É diferente de admirar as idéias dele, a ideologia dele.

E entre os vivos? [pensando] O Fidel Castro, que também se dedicou a uma causa e lutou contra tudo.

Mais. Khomeini. Eu não conheço muito a coisa sobre o Ira, mas a força que o Khomeini mostrou, a determinação de acabar com aquele regime do xá foi um negócio sério.

As pessoas que você disse que admira derrubaram ou ajudaram a derrubar governos. Coincidência? [rápido] Não, não é coincidência. É que todos eles estavam ao lado dos menos favorecidos.

Mas há algumas diferenças entre eles. O Ghandi, por exemplo, empregava a resistência passiva. Você é a favor da resistência passiva para mudar o que acha errado? A gente nunca deve provocar a agressividade; a gente só deve reagir se for preciso. Também não tem aquela de dar a cara pro nego dar tapa e depois oferecer o outro lado. A gente deve empregar métodos pacíficos, enquanto o adversário não abusar da nossa paciência. Não sei se o método pacífico conseguiria transformar a sociedade. Acho que a gente deve brigar de acordo

com os métodos do adversário. Sou a favor da paz enquanto houver chance de conseguir alguma coisa pacificamente.

**No novo Irã já foram mortas centenas de pessoas. Isso não abala sua admiração pelo Khomeini? É um grande erro...** [pausa] Em toda transformação de sociedade o grande erro na briga pelo poder é exatamente esse. Um grupo sobe ao poder e começa a matar o outro, que antes o oprimia. Ninguém pode ter a pretensão de governar sem oposição. E ninguém tem o direito de matar ninguém. Nós precisamos aprender a conviver com quem é contra a gente, com quem quer derrubar a gente. Não é justo o Khomeini tomar o poder, ser aplaudido, admirado e depois começar a matar os caras que são contra ele. Então ele teria que admitir como natural que o xá matasse os adversários. Acho que o importante é fazer a coisa de forma que não sobre argumento pra ninguém ser contra.

**Isso é meio difícil, não? É difícil. Talvez seja impossível, mas a gente tem de conviver com a gente que pensa diferente, que é contra. Não concordo com esse negócio de que quem tor contra morre. É preciso fazer alguma coisa para ganhar mais adeptos; não se preocupar com a minoria descontente, mas se importar com a maioria dos contentes. Então um cara que conseguiu fazer uma revolução, que conseguiu reunir 90% do povo do lado dele, não deveria ficar preocupado em matar 200, 300 caras. Vamos supor que a coisa mudasse de uma hora para outra, que eu fosse secretário da Segurança ou comandante do II Exército. Acho que não seria justo eu mandar torturar ou matar, por exemplo, o cara que bateu em meu irmão, na prisão. Se eu fizesse isso, estaria contribuindo para que houvesse tortura cada vez que mudasse alguém no poder. É claro que o ideal seria que a gente vivesse num estado de direito, onde a justiça fosse respeitada. Mas eu não partiria para a vingança. Não partiria mesmo. Acho que não é o melhor caminho.**

**Entre os líderes que você admira, pelo visto não há nenhum brasileiro...** [pensa e ri] Aqui é difícil achar alguém para admirar...

**Faça um esforço.** [longa pausa] Atualmente tá ruim pra cacete [pausa]

**Força!** [mais pausa, coça a barba] Quem a gente poderia admirar no Brasil?... Meu Deus do céu, tá muito ruim...

**O Maluf, talvez? Ah, pô, não brinca. Vamos conversar sério. Acho que podemos falar em gente como dom Paulo Evaristo, dom Hélder...** Porque, por Deus do céu, eu não conheço ninguém... O que há de melhor são alguns dirigentes sindicais. Em relação à classe política, está difícil pra cacete. O brasileiro é um povo sem líderes.

**Vai desistir ou vai continuar tentando? Não, peraí, me ajuda a achar um líder brasileiro, pô?**

**Pense, talvez algum líder embutido...** [rindo] Só se for um líder secreto, que a gente não consiga ver... [conformado, depois de longa pausa] É, acho que não há líderes por aqui...

**Nem no MDB? Que MDB, pô!**

**O que você acha de Arena e MDB? Acho que Arena e MDB são duas coisas criadas para dar sustentação ao governo: um brincando de ser contra e outro brincando de ser a favor. No fim, os dois têm os mesmos interesses. Veja, por exemplo, em nossa greve. Sabe que nenhum dos dois partidos se manifestou? Como se não estivesse acontecendo nada... Nos grandes momentos os dois se omitem.**

**Você já foi convidado para entrar para um deles? Algumas pessoas da Arena me perguntaram por que eu não me filiava. Mas como é que eu ia entrar para um partido que compactua com o que o governo faz de errado?**

**E o MDB? Eles me convidaram para me candidatar a deputado federal. Mas achei que ainda tinha muito a fazer no sindicato. Não dá para fazer bem as duas coisas. Era uma ou outra. Escolhi o sindicalismo. Enquanto existirem só esses partidos não me filio a nenhum.**

**Você não representaria melhor os trabalhadores do que muitos dos bacharéis eleitos? Não eu só, mas qualquer um entre milhares de trabalhadores representaria melhor a classe do que muitos que foram eleitos.**

**Está surgindo um PTB. Talvez dois. Você entraria para o PTB?** [rápido] Não, não! Um PTB já é dose pra leão, imagine dois! Um de Ivete Vargas e outro do Brizola. Respeito os dois, mas acho que é muita petulância deles, depois de tanto tempo afastados. Acho que deveriam ver o que vai sair de outros setores que viveram aqui todo o período de maior repressão para se adaptarem às novas condições, às novas exigências da sociedade.

**Como precisaria ser um partido para representar os trabalhadores? Esse partido deveria ter um compromisso com as bases, ter trabalhadores, o que a gente está tentando criar. Um partido para todos os que vivem do salário, não só operários, mas de todos os que trabalham.**

**"A gente" quem? Com quem você já conversou sobre esse novo partido?** [hesita] Tem uns companheiros, uns dirigentes sindicais que eu faço contatos...

**Com quem? Você pode falar ou não?** Fernando Henrique Cardoso, Chico de Oliveira, Jari Vasconcelos... Tem várias pessoas. Senadores e deputados mais progressistas do MDB e pessoal de atitudes mais coerentes... Mas nada definido ainda. Temos de conversar com várias pessoas para reunir um grupo disposto a organizar um partido onde a classe trabalhadora predomine. O operário precisa participar ativamente da organização do partido, não apenas recebendo a coisa de cima para baixo. Precisa participar da organização do programa, dos princípios do partido.

**E os dirigentes sindicais envolvidos, quais são? Lembro alguns: Henos Amorina, dos Metalúrgicos de Osasco, Jacó Bitar, do Petróleo de Campinas. Tem outros.**

**Delfim Netto disse que um partido formado por representantes de classe seria fascista. Até um cara inteligente pode falar asneira. Isso é asneira.**

**O que você acha do desempenho do Delfim Netto? Ele foi ruim como ministro da Fazenda e andou sendo criticado pelas coisas que fez.**

**E do ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen? Foi ruim no governo Geisel e será pior no governo Figueiredo.**

**Do ministro Murilo Macedo.** [reticente] É cedo para julgar Murilo Macedo. Acho que ele cometeu alguns erros... Não só pela intervenção em São Bernardo... A gente vai precisar de algum tempo para julgar.

**Mas você já disse que o Murilo Macedo é hábil, inteligente. Inteligente e esperto.**

**O que você achou do governo Geisel?** [pensa um pouco] Em termos salariais, inegavelmente foi um governo que abriu umas frestinhas, permitiu uma pequena recuperação do poder aquisitivo dos trabalhadores. Segundo os estudos do Dieese, foi quando a gente teve



...mas mais chegados à taxa da inflação. É  
 ...que isso e certa abertura para a impen-  
 ...deve propriamente ao Geisel, e sim  
 ...o que toda a sociedade fez.

...o general Figueiredo. Vou ter de falar?...

...É difícil julgar o Figueiredo. O  
 ...tem levado pouco a sério o que ele  
 ...pôra, mas acho que é cedo para  
 ...há motivos para falar mal, por  
 ...intervenção no nosso sindicato, mas  
 ...esperar antes de um julgamento.

...o Miguel Arraes. Pelo passado,  
 ...meu respeito e admiração. Só  
 ...eles voltem e continuem colabo-  
 ...o país se torne efetivamente

...volla deles, uma das bandeiras da  
 ...a ampla, geral e irrestrita". Você  
 ...do ou só em parte? Concordo  
 ...oposição está muito ligada  
 ...um medo de encarar a par-  
 ...da realidade: o problema da  
 ...emprego; da seca, das inun-  
 ...outras coisas, como o  
 ...importado... Acho que  
 ...a coragem de brigar por  
 ...importante.

...ança de capital proposta pelo  
 ...Acho que o Maluf, em  
 ...mudar a capital, de-  
 ...problema da periferia  
 ...procurar humanizar a  
 ...de água e esgotos,  
 ...A mudança da  
 ...meta ridícula de  
 ...em nenhuma cidade  
 ...do povo, que con-  
 ...plido, grande do  
 ...cho que é...

...interior? É uma  
 ...do Maluf. Ele  
 ...trenzinho da  
 ...facil e barato  
 ...São Paulo.

...A inflação é um  
 ...Depois de 15  
 ...encontra  
 ...dizer que  
 ...e incapaz  
 ...inflação na  
 ...salários; e

agora, depois de 15 anos de arrocho salarial, a inflação continua crescendo. O governo precisa criar coragem e enfrentar os banqueiros, os especuladores. Isso é o que causa a inflação e não o salário. Porque o salário só é inflacionário quando se sobrepõe à produção. O governo não sabe ou não quer atacar o lugar certo. Outro dia soltou um pacotinho, mas não atacou os banqueiros, que são a causa da inflação. A Volkswagen ganhou no ano passado mais dinheiro no open market do que com a produção de carros. Isso é que causa inflação, não os salários.

Se você tivesse de escolher entre capitalismo e socialismo para o Brasil, qual escolheria? [rindo]

Fico satisfeito quando um empresário me chama de filho da puta. Ficaria chateado se dissesse que sou um cara maravilhoso

Mais uma perguntinha pra conseguir minha definição ideológica, né? Não adianta... [pausa] O que nós precisamos é fazer com que a sociedade participe da implantação de um regime que considere melhor. Nem capitalista nem comunista. Sei lá... Eu acho que a prática vai demonstrar que existe... quem sabe... alguma coisa a mais que possa melhorar a situação do Brasil...

Tem muita gente querendo que você se defina ideologicamente? Tem, mas eu jamais fiz isso. Eu tenho que respeitar a categoria que eu represento, tenho que respeitar as ideologias, os pontos de vista que existem na categoria. É claro que eu penso algumas coisas, mas não me interessa revelar. Não convém envolver a categoria em lutas ideológicas.

Alguns empresários não têm grandes motivos para estimar você. Um deles, numa reunião, falando em

você, perdeu a calma e disse: "Sabe o que o Lula é? Um grande filho da puta". Você não fica triste sabendo que há gente que não gosta de você? [rindo] Não. Quando é empresário eu fico até contente. Ficaria chateado se um empresário achasse que eu era um cara maravilhoso, que não fazia mal nenhum a ele. Fico satisfeito quando um empresário me chama de filho da puta. É sinal de que a gente está fazendo alguma coisa pelos trabalhadores da fábrica dele.

Entre os empresários, há algum que o impressiona mais por qualquer razão? Cada dia que passa eu conheço menos os empresários. Durante a intervenção no sindicato, por qualquer razão eu falei bem do Carlos Villares. No dia seguinte ele mandou embora mais de 300 trabalhadores, furando o acordo e alegando problemas econômicos. Cada dia que passa eles me decepcionam mais.

E o Theobaldo de Nigris, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo? Ele representa o setor mais conservador da classe empresarial. Um radical de direita. Há outros mais liberais, como o Cláudio Bardella, o José Mindlin. Mas são liberais apenas para a imprensa, porque nas suas fábricas são tão radicais como qualquer outro. Os empresários precisam avançar na maneira de ver o relacionamento de capital e trabalho. Precisam entender que os trabalhadores não têm só que sobreviver, mas têm que comer bem para continuar produzindo e dar mais lucro para a empresa. Os empresários têm uma visão muito curta, parece que querem tirar tudo o que podem agora, porque têm medo de que depois não dê mais. Eles têm que evoluir, porque a sociedade vai exigir que eles evoluam.

Nas suas conversas com empresários, generais, ministros e políticos, você se sentiu à vontade ou tremeu? Sempre me senti à vontade, porque o que eu tenho que falar para essas pessoas falo publicamente. É o que eu falo para os trabalhadores o dia inteiro. Eu não tenho que articular palavras, uso a minha linguagem de todo dia, a linguagem do trabalhador.

Muita gente implica com o terno de colete que você usou em ocasiões solenes. Você não acha que deveria andar vestido como um operário? Ora, todo operário gostaria de andar bem vestido. Se eu pudesse, andaria sempre bem vestido. E andar bem vestido não é usar terno e gravata. É uma calça esporte bem-feita, um sapato bom, tecidos de boa qualidade. Só não

(\*) Original ilegível fornecido pelo autor.



ando bem vestido porque não posso. Mesmo assim, acho que estou de acordo com a média dos trabalhadores. Mas, numa entrevista na televisão, eu fiquei puto da vida porque uma pessoa que perguntou sobre meu terno de colete parecia entender que trabalhador nunca poderia andar de terno e gravata. A pessoa que fez a pergunta deu a impressão de que operários deveriam apenas fazer coisas, para "eles" usarem. Aquilo me deixou puto. Tem ocasião que a gente é obrigado a colocar terno e gravata.

Uma dessas ocasiões foi a recepção oferecida em São Paulo pelo chanceler alemão Helmut Schmidt. Por que ele convidou você e o que foi que vocês conversaram? Havia dirigentes sindicais na comitiva dele. Acho que esses dirigentes é que pediram para o chanceler falar comigo.

Mas o convite foi dele ou dos dirigentes sindicais? Foi dele. E ele chegou a dizer que gostaria que nós, alguns dirigentes sindicais brasileiros, fôssemos à Alemanha trocar experiências com os trabalhadores de lá.

Na campanha de vocês, durante a intervenção. Não é um pouco estranho? Não. Não acho estranho isso vindo de um governo democrático. É estranho para nós, aqui no Brasil, com sucessivos governos eleitos por vias indiretas.

Por que você não aceitou o convite? Porque nós estávamos em plena campanha salarial e era mais importante ficar no Brasil, lutando pelas reivindicações dos trabalhadores.

Nesse encontro com o chanceler alemão, você aproveitou para fazer alguma denúncia? Ah, sim. Mas o tempo foi muito curto. O pouco que eu falei foi sobre as arbitrariedades da Volkswagen. O mínimo que a gente espera de uma multinacional é que ela dê aos trabalhadores daqui os mesmos direitos que dá aos de seu país. Foi mais ou menos essa a conversa que tivemos.

Ele respondeu? Não houve tempo para comentários por causa de outras perguntas e do problema de intérprete. Acho que o assunto se perdeu.

Soube que nessa recepção as mulheres de alguns líderes estavam ansiosas para conhecer você. Você notou? Não.

Nenhuma mulher de figura quis conhecer você de perto? Não... [pausa] A única que eu cumpri-

mentei, que me lembro, foi a mulher do Luís Eulálio Bueno Vidigal, presidente do Sindicato das Indústrias de Autopeças.

Você já a conhecia? Não. Conhecia bem o Eulálio Bueno Vidigal.

Admiraram muito você lá? Afinal você era um corpo estranho numa festa desse tipo. Você não notou nada diferente? Senti algo estranho. Quando cheguei, achei que tinham me transformado em alguma coisa muito importante. Eu passava e percebia que todos estavam me olhando. Talvez como se eu fosse um monstro. Acho que pensavam: "É esse aí o que faz greves..." Acho que esperavam ver um monstro soltando fogo pelo nariz.

Seu trabalho no sindicato impediu que você aceitasse o convite para ir à Alemanha. Mas você já esteve em outros países, como no Japão e nos Estados Unidos. Foi numa época mais tranquila. Fui ao Japão num congresso de trabalhadores da Toyota e na volta fiquei um dia nos Estados Unidos.

Você estava no Japão quando seu irmão foi preso em 75, não é? Foi. Me telefonaram avisando. Eu estava lá pastando, sem poder comer aquela comida horrível. Então vim embora correndo. Eu pensei: "É melhor ficar preso no Brasil do que solto no Japão, comendo aquilo".

Você já disse que a prisão de seu irmão mudou seu comportamento, sua vida. Como? Eu ganhei coragem. Antes, acho que eu era meio covarde.

Por que seu irmão foi preso? Eles queriam que meu irmão confessasse que o apelido Frei Chico era codinome dado por algum movimento subversivo. Foi preciso que os diretores do sindicato assinassem uma declaração garantindo que o apelido tinha sido dado por nós, lá no sindicato. Ele ficou mais de dois meses preso e apanhou muito...

Na assembleia da Confederação dos Trabalhadores nas Indústrias no Rio, Ari Campista, presidente da CNTI, mandou desligar o microfone quando você e outros dirigentes quiseram falar. Por quê? [rindo] Não é difícil entender. É que ele ainda vive a realidade sindical das décadas de 40 e 50 e estranhou quando surgiram os líderes sindicais da década de 70. Ele estava acostumado a lidar com esse pessoal que vive nos sindicatos há 20, 30 anos, gente acomodada. Ele só provou uma coisa: que ele é um homem de ontem com mentalidade de anteontem; só provou que está morto e não sabe.

Você gosta de frases de efeito, não? Eu já não falar isso também do Jânio Quadros e do embaixador Theobaldo de Nigris. [sem se perturbar] Eu tenho culpa de que eles sejam tão parecidos.

Há outras frases suas: "Trabalhador não vai a lhador". Tem uma que poderia ser inscrita no túmulo, se um dia você morrer, o que eu acho de [risada de Lula]: "Que ninguém, nunca mais, duvidar da capacidade de luta do trabalhador". Você diz isso espontaneamente ou as decora antes para as assembleias? Não diga isso...

Outra frase: "Se os patrões não atenderem os trabalhadores já, com negociações, serão obrigados a atender mais tarde, Deus sabe como". O que você quis dizer? Que se houver bom senso por parte dos patrões, eles terão que reconhecer a participação dos trabalhadores na produtividade, no lucro das empresas. Eles não podem ficar querendo ganhar tudo e os trabalhadores ganhando o mínimo. Porque, se não for assim, a revolta vai crescendo. Um dia, o povo não estará sequer disposto a negociar. Poderá estar disposto a brigas mais sérias.

Você é uma personalidade. Isso o envaidece? Você gosta da fama, convive bem com ela? Ou ela lhe traz aborrecimentos? Não. Eu sinto saudade do tempo em que andava na rua tranquilo e não era reconhecido. Eu tinha mais paz, sabe? Hoje acabou. Dificilmente eu passo por pessoas que não me reconhecem. Elas vêm falar. Durante a campanha salarial, vinham dizer que me apoiavam. Algumas querem pagar na minha mão, outras querem que eu abrace seus filhos. É claro que isso tira o meu sossego. Como Lula, pai de família, a fama me chateia e atrapalha. Mas ao mesmo tempo, como presidente do sindicato, acho maravilhoso. Isso significa que o sindicalismo evoluiu. Eu nunca imaginei que um dirigente sindical pudesse chegar aonde eu cheguei. Acho que é uma vitória da classe trabalhadora, que hoje é respeitada. Pelo menos algumas áreas do sindicalismo brasileiro são muito respeitadas. Há alguns anos qual era a visão que a sociedade tinha do sindicalismo? Ou o dirigente sindical era considerado subversivo ou corrupto. Hoje mudou. O dirigente sindical é gente, é trabalhador. Eu contribuí para isso. Como dirigente sindical eu me sinto feliz com a fama, porque a classe trabalhadora ganhou com ela. Ninguém mais tem medo de falar em sindicato. Hoje se fala em sindicato tanto em coquetéis da fina-flor da burguesia como em balcão de botequim. É, sem dúvida, uma vitória da classe trabalhadora. ☑

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao eminente Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e srs. Senadores, a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB – e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – Conamp divulgaram na última quarta, na sede da AMB, uma “Carta Aberta à Nação”. Nesse relevante documento, as duas associações nacionais reiteram, o que vem sendo dito, que “a República brasileira enfrenta uma de suas piores crises”. Afirma ainda: “as sérias denúncias de corrupção e emprego irregular de dinheiro afetam alguns partidos políticos e parcela do Congresso Nacional e do Executivo de uma forma nunca antes imaginada pela população”. Na leitura do documento fica evidenciada a defesa da democracia e o combate sem tréguas a esse grande mal que é a corrupção.

As associações apresentam algumas posições no sentido de coibir a corrupção e se comprometem a, no prazo de 30 dias, tornar públicas “propostas objetivas na esfera eleitoral, para permitir maior efetividade da atuação da Justiça Eleitoral brasileira no próximo pleito” e, em 60 dias, enviar “outras propostas no âmbito cível e criminal, direcionadas ao aprimoramento de mecanismos que permitam o fortalecimento de técnicas investigativas e de combate à corrupção e à improbidade”.

A Associação dos Magistrados Brasileiros bem como a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público manifestaram alguns posicionamentos que faço questão de ressaltar neste instante:

- 1 – os fatos jamais serão tratados sob o prisma ideológico, devendo preponderar o interesse público e a defesa do Estado democrático de direito;
- 2 – as investigações devem ser isentas e criteriosas e, uma vez comprovadas as práticas ilícitas, a punição deve obedecer à legislação e à Constituição, não existindo ninguém acima da lei;
- 3 – a existência de previsão legal e constitucional para a solução da crise afasta qualquer possibilidade de ruptura institucional. Em qualquer hipótese, será resguardado o Estado democrático de direito.
- 4 – o resgate de valores imprescindíveis como a ética na política, o respeito à lei e ao patrimônio público;
- 5 – a inquietação com indícios de ações fraudulentas no processo legislativo;
- 6 – a constatação de prática corriqueira de fraude na prestação de contas eleitoral que se constitui grave afronta ao sistema eleitoral brasileiro.

A Associação dos Magistrados possui 15 mil associados, juízes; e a Conamp, do Ministério Público, reúne 13 mil promotores e procuradores. Esta carta, portanto, tem grande relevância porque revela o sentimento de parcela significativa dos que compõem o Poder Judiciário brasileiro.

Nós do Poder Legislativo que queremos depurar este Poder, recuperar a sua imagem perante a sociedade, só podemos receber esta manifestação pública de juízes e promotores com enorme satisfação. As propostas que serão enviadas deverão se avaliadas com extrema atenção pois constituem manifestação de parcela dos operadores do Direito, daqueles que vão materializar as leis aprovadas pelo Legislativo. Os posicionamentos que a carta revela estão em sintonia com o sentimento popular. E nós, do Congresso, devemos também nos sintonizar com esse sentimento, misto de indignação e perplexidade, sob pena de pagarmos um preço muito alto neste instante da vida nacional. Devemos ter, isso sim, muito cuidado quando se emprega a palavra pagar.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a sociedade brasileira vem se manifestando por meio das mais diversas associações de classe, como também da manifestação solitária do cidadão que faz questão de se expressar. Não nos enganemos. Muitas vezes manifestações que ocorrem na capital federal, aqui em frente ao Congresso Nacional, por mais coloridas que sejam, por mais exuberantes que sejam, carecem de legitimidade. Mas recebemos diariamente, aqui no Congresso, *e-mails* demonstrando inquietação, cobrando posicionamento diante deste triste cenário no qual estamos vivendo.

Sinto por parte da sociedade uma grande perplexidade. Nós, do Congresso Nacional, temos responsabilidade e prerrogativa para dar respostas concretas a esta crise moral e ética que se alastra nas instituições. Cada vez mais o brasileiro se mostra mais descrente, e nós, políticos, não podemos nos esquecer que vamos enfrentar esta realidade nas eleições do próximo ano.

Vislumbramos, portanto, um semestre longo pela frente. Um tempo de muito trabalho como o que já estamos vivendo. As apurações devem chegar às últimas conseqüências, e sabemos que isso exige muito denodo, muita persistência. Falo com a autoridade de quem detém a responsabilidade de Relator de uma dessas CPIs, a CPI dos Bingos.

Em uma CPI não deve existir Parlamentar de situação ou de oposição. Deve existir, sim, uma apuração, a mais criteriosa, a mais minuciosa, com igual empenho de todos os Parlamentares, independentemente de posição partidária ou ideológica, para que

os fatos sejam devidamente esclarecidos. Ressalte-se que uma Comissão Parlamentar de Inquérito possui basicamente dois objetivos importantes que não se excluem. O primeiro objetivo, que é o que salta aos olhos da sociedade, é o de investigar e punir ou de encaminhar aos órgãos competentes, Ministério Público e Poder Judiciário, o resultado dos trabalhos para as providências necessárias.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Garibaldi Alves, conceda-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Quero atestar aqui o que V. Ex<sup>a</sup> significa hoje na política. O destino nos colocou no Nordeste. Governamos juntos, estamos juntos. Quero registrar que V. Ex<sup>a</sup> significa para o Brasil prudência. Li o livro **A Arte da Prudência**, de Baltasar Gracián. V. Ex<sup>a</sup> representa o equilíbrio, a serenidade. É dessa voz que o Brasil precisa. Além de traduzir, de fazer suas palavras, a manifestação de 28 mil filiados à Justiça, eu lembraria Rui Barbosa, que disse que só há um caminho, a lei e a Justiça; a única salvação é a lei e a Justiça. E os que estão aí desobedeceram a lei de Deus: não roubarás. E estão desobedecendo as nossas leis constitucionais, que V. Ex<sup>a</sup> clama para este momento. E surge, nos momentos de dificuldade, o MDB, que fez renascer a democracia, com um grupo de autênticos. E V. Ex<sup>a</sup> é tão significativo, V. Ex<sup>a</sup> está lá, incluído, liderando isso, para ser a esperança, que não pode morrer no Brasil.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Obrigado, Senador Mão Santa. Agradeço o seu aparte, que é fruto da sua generosidade, e, como V. Ex<sup>a</sup> disse, da fraternidade que nos une, desse sentimento fraterno que nos une, a nós dois que enfrentamos desafios enormes, como aqueles que foram colocados diante de nós dois quando governamos os nossos Estados.

Por outro lado, agora enfrentamos esse desafio de chegar ao Congresso Nacional e de viver dentro deste Congresso a maior crise enfrentada nos últimos anos na história política brasileira, que é a crise que estamos enfrentando neste momento. A crise certamente atinge todos os Poderes, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário. Cada um desses Poderes, dentro das prerrogativas e responsabilidades de cada um, deve apresentar ao cidadão comum que espera receber do Estado brasileiro nada mais do que a Constituição Brasileira celebra, respostas claras e precisas que depurem e consolidem a nossa democracia e combatam de forma vigorosa a Constituição. E já estamos dando respostas a isso. Há pouco, falava aqui o Senador José Jorge da matéria aprovada

na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a reforma emergencial, política e eleitoral.

Portanto, nós que fazemos parte do Congresso Nacional, devemos enfrentar a crise atual, como já disse, principal desafio nos últimos tempos, da nossa História. O Poder Legislativo já se defrontou no Brasil com momentos de extrema dificuldade. Chegou a ser fechado durante os anos Vargas e vilipendiado e destituído de importância durante a ditadura militar. Entretanto, Sr. Presidente, naqueles momentos históricos, o Poder Legislativo era apenas vítima de um processo autoritário, mas detinha, na opinião pública, o conceito suficiente para se reerguer, quando da retomada da normalidade demográfica. E foi o que ocorreu nos momentos posteriores àqueles dois períodos autoritários.

Portanto, não nos intimida, Senador Mão Santa, a crise que aí está. Ela é grave. Vivemos o nosso pior momento como instituição, no entanto, com a apuração rigorosa dos fatos e respostas consistentes que depurem as nossas instituições e o nosso sistema eleitoral, iremos mudar o rumo do barco que conduzimos em direção aos anseios populares. Relembrando o Dr. Ulysses Guimarães, que muito nos faz falta neste momento, eu cito de novo Fernando Pessoa: “Navegar é preciso”.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Paim por até quinze minutos. A seguir, Senador Alvaro Dias e, depois, o Senador Mão Santa.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Tião Viana, Senador Garibaldi Alves Filho, Senador Alvaro Dias, Senadora Iris Araújo, eu vim à tribuna para comentar a sanção, publicada hoje no **Diário Oficial**, da medida provisória, agora transformada em lei naturalmente, que fixou o salário mínimo em R\$300,00.

Sr. Presidente Tião Viana, sinceramente não entendi por que na Câmara não houve a votação nominal como ocorreu aqui no Senado, onde cada um votou de acordo com a sua consciência a favor ou contra a emenda que, naquela oportunidade, elevou o salário mínimo para R\$384,00. Isso dá a mim, que olho de longe, a impressão de que não era para valer porque se fosse para valer o salário mínimo de R\$384,00, não tinha como não haver votação nominal também na Câmara. Isso me dá a impressão, e recebi muitos **e-mails** nesse sentido, de que o valor de R\$384,00 foi



apresentado na linha de que “olha, vamos pagar para ver se vai ser aprovado aqui ou não”.

Não estou, em nenhum momento, desmerecendo a iniciativa do encaminhamento da emenda, porque suscitou um bom debate. Houve quem votou a favor, quem se absteve e mesmo quem votou contra. Respeito a todos, mas eu acho que devia ter havido a votação nominal, como aconteceu aqui no Senado. A emenda seria apresentada, haveria a votação e cada um votaria de acordo com a sua consciência. O projeto foi para a Câmara, que, em votação simbólica, simplesmente mudou o resultado havido no Senado.

Eu recebi um *e-mail*, Senadora, que diz o seguinte: “Senador Paim, não sei se é sorte ou azar. Quando o senhor estava na Câmara o reajuste maior do salário mínimo lá passava e caía no Senado. Eu vim (V. Ex<sup>a</sup> foi?) para o Senado, aqui, passa o valor maior e cai na Câmara”. Eu recebi isso como certo elogio. No mínimo, eu dou sorte na Casa em que eu estou na perspectiva de que o salário mínimo seja maior.

Senador Mão Santa, conheço bem a sua posição e também a da Senadora quanto a esse tema, que é uma proposição positiva, afirmativa, como foi sempre o entendimento da Senadora Heloísa Helena, aqui presente. Nós trabalhamos, efetivamente, para que este País tenha um salário decente, que atenda aos milhões e milhões de brasileiros e, também, aos aposentados e pensionistas.

Senador Mão Santa, eu decidi – estou no terceiro ano do meu mandato de Senador da República – que não votarei a favor de proposta nenhuma que não contemple também os aposentados e pensionistas. Há uma situação de desespero para os idosos, para os aposentados e pensionistas. Veja, mesmo nos R\$300,00, os aposentados e pensionistas vão receber somente 6,5% de reajuste, e o salário mínimo recebe 15,7%. Não tem lógica. São aqueles que mais precisam, que lutaram durante muitos anos de suas vidas para este País ser o que é, e, no momento do reajuste, são sempre colocados quase como peças descartáveis.

Eu, que sou autor do Estatuto do Idoso, fico a me perguntar: o Estatuto do Idoso é importante, mas por que é que fica ainda essa discriminação na hora do reajuste pequeno, como tem sido o do salário mínimo, excluindo aqueles aposentados que pagaram sobre dois, três, quatro, cinco, seis ou sete salários mínimos, e não recebem o mesmo reajuste?

De fato é uma situação constrangedora, delicada. Os dados mostram que a inflação para o idoso é maior do que para outra parcela da população, que a inflação é mais contagiante, mais alarmante nos remédios, nos planos de saúde. Segundo o Ipea e o IBGE, a situação acaba pesando mais para o idoso. E é ele

que recebe o menor reajuste, se compararmos aos outros trabalhadores.

Então, quero então deixar muito claro: não votarei em nenhuma proposta que não contemple também os aposentados e pensionistas.

E digo mais, Senadores: acho lamentável que esta Casa, o Congresso Nacional, não queira instalar a comissão mista de Deputados e Senadores. Isso, aprovamos no ano passado ainda. O Senado indicou, todos os partidos indicaram seus representantes A Câmara não indica, e depois fica esta folia: é R\$310,00, é R\$330,00, é R\$384,00? E, no fim, vira R\$300,00. Parece-me que não há vontade para se fazer uma discussão aprofundada, séria, sobre uma política de reajuste do salário mínimo e que contemple também os milhões de aposentados e pensionistas.

Parece-me que, quando eu era Deputado – é lamentável, Senadora Helena, dizer isto –, mais facilmente eu era indicado até como Relator de salário mínimo. Atualmente, não fui indicado nenhuma vez. Pedi, tentei, mas não me deram. No passado, eu fui indicado diversas vezes e construímos lá, mediante entendimento, propostas de reajuste do salário mínimo que contemplavam também os aposentados. Agora não consigo. Não tem jeito. Parece-me que, ao longo desses últimos anos, tem havido uma dificuldade enorme. Não que eu queria que seja aprovada a minha proposta ou a sua proposta, ou a proposta do Senador Mão Santa, ou a do Senador Garibaldi ou a da Senadora Iris de Araújo. Mas vamos construir, o que estou pedindo é isso. Vamos reunir todas as propostas, ver qual é a mais realista, a mais viável e que, é claro, mais contemple a nossa visão do social, os idosos e aqueles milhões e milhões que dependem do salário mínimo.

É o meu apelo de novo, Senador Mão Santa, porque o Orçamento vai ser votado no fim do ano. O que vai acontecer? De novo, se não tiver contemplado um percentual decente na peça orçamentária, quando chegar janeiro ou fevereiro ou maio do ano que vem, nós vamos de novo brigar: qual o reajuste? É R\$380,00? É R\$390,00? É R\$400,00? E alguém vai alegar: “Ah! Por que vocês não colocaram na peça orçamentária o correspondente ao percentual que poderá ser dado, principalmente para os aposentados e pensionistas?” Porque não há lastro para dar o reajuste.

Eu espero, então, que instalemos ainda este ano a comissão e se faça, Senador Garibaldi. Porque o princípio que V. Ex<sup>a</sup> trouxe para o debate – sabe V. Ex<sup>a</sup> que concordo, assinei com certeza avalizando – é o princípio do PIB, claro. E eu, um pouco mais ousado, coloquei o dobro do PIB, mas V. Ex<sup>a</sup> concorda que poderá haver a vinculação ao PIB. Podemos discutir se é o dobro ou não é, se é mais ou é menos o que



estou propondo, mas temos que ter uma política permanente de reajuste do salário mínimo.

Senador Mão Santa, dou aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Paim, eu nunca vi um nome tão assim bem destinado: pai, pai, Paim. V. Ex<sup>a</sup> vai ter que continuar sendo pai não só do salário do trabalhador, mas do aposentado. Quero advertir aqui o Presidente Lula: o número de suicídios de aposentados e idosos está aumentando. Eu ainda não tenho o estudo, mas nós somos observadores do povo, dos nossos Estados e das nossas cidades. E Juscelino Kubitschek, que era aquele otimismo, dizia que é melhor ser otimista. O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errando e continua. Juscelino tem uma reflexão que hoje podemos fazer nossa. Ele disse que a velhice é entristecedora – nós estávamos conversando –, mas desamparada é uma desgraça. Então, estamos desamparando os nossos idosos. E eu quero chamar a atenção para uma pesquisa: o número de suicídios entre eles está aumentando, porque sem condições físicas, sem saúde, na velhice estão desamparados. Então, é essa a sua defesa. Eu quero me apresentar aqui como o Cirineu que ajudou Cristo a carregar a cruz e ajudar V. Ex<sup>a</sup> nessa caminhada em defesa dos aposentados e dos idosos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> e quero também dar o testemunho de que a sua posição tem sido muito firme, sempre em defesa dos idosos, dos aposentados e, naturalmente, de um salário mínimo mais decente.

Venho à tribuna no dia de hoje mais para fazer uma reflexão e evitar que, no ano que vem, estejamos no mesmo impasse do ano anterior. Só que lá foi R\$260,00 ou R\$270,00. Acabou ficando R\$260,00. Este ano era R\$310,00, R\$333,00, que era um projeto de minha autoria, os R\$300,00 como base e em cima dele o dobro do PIB, que daria onze (5,5 vezes dois); onze sobre R\$300,00 daria R\$333,00. Tinha toda uma lógica, toda uma construção que havíamos feito, mas, infelizmente, essa matéria não foi votada e prevaleceu a outra emenda, de R\$384,00, que foi derrotada na Câmara por uma votação simbólica. Mas, mesmo o valor de R\$384,00, Senadora, não incluía os aposentados. Para o aposentado, dava 6,5. Para o salário mínimo, R\$384,00, dava o reajuste em torno de 50%.

Por isso, reafirmo da tribuna que temos que mudar essa lógica, com certeza absoluta. Havia um tempo em que eu falava em dez anos. Agora já falo em cinco anos. Em cinco ou seis anos, não vai ter um aposentado neste País que vai ganhar mais de um salário mínimo, pela lógica irreal de não manter o valor real de compra do benefício do aposentado e do pensionista, de acordo com a época em que ele se aposentou.

Eu insisto com esse tema. Espero muito – mas, muito mesmo – que o Governo reveja essa posição, que converse com os Senadores e com os Deputados que tratam do tema.

Instalou-se, agora, pelo que soube, uma comissão no Executivo, com agentes da sociedade, para dialogar sobre esse tema. Espero que conversem conosco aqui no Congresso Nacional. Porque a votação final não é lá, é aqui. É aqui que se decide qual o valor do benefício dos aposentados e também do salário mínimo. Então, a responsabilidade é do Congresso Nacional e é também do Executivo.

Eu, mais uma vez, quero fazer um apelo aos representantes do Executivo – Ministério do Planejamento, da Fazenda, do Trabalho, da Previdência: vamos sentar com os Parlamentares. Vamos evitar o conflito que se estabeleceu nos últimos anos. Eu digo que os últimos três anos todos foram de conflito, não teve um ano que não deu conflito sobre o salário mínimo. E me parece que algumas pessoas não aprendem. Não aprendem! Sabem que o problema vai acontecer.

O ano que vem, Senadora, é um ano eleitoral. Está visto que em maio do ano que vem, em abril, vai de novo se estabelecer aqui um conflito direto de Situação e Oposição. E há aqueles que nesse debate não estão preocupados – e é o meu caso – nem com Situação nem com Oposição. Eu entendo que a maioria dos Senadores está com essa posição. A ampla maioria dos Senadores, eu diria quase 99,9, porque alguns pensam diferente e é legítimo também, estão preocupados que a construção da política de reajuste seja efetiva e permanente. Por isso, Senador Garibaldi, eu faço questão de conceder-lhe o aparte porque sei que V. Ex<sup>a</sup> também é um estudioso desse tema e tem conversado muito conosco aqui e com as entidades sobre a possibilidade real de construirmos uma política permanente de reajuste dos vencimentos dos trabalhadores e dos aposentados.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, muito se tem cobrado do Presidente Lula a promessa feita de aumento do salário mínimo. Mas entendo que essa cobrança que V. Ex<sup>a</sup> faz de que o salário mínimo deva ter uma política é muito mais legítima. Essa, sim, deveria levar-nos a uma cobrança maior do Presidente da República e do próprio Governo Federal. Ainda bem que V. Ex<sup>a</sup> não está clamando no deserto, porque hoje eu sei que há uma preocupação com relação ao estabelecimento dessa política. Eu mesmo tive aquela iniciativa com relação à LDO que foi repetida este ano, mas que eu considero não ser suficiente ainda. O suficiente seria realmente se ter uma política mais consistente que pudesse nos levar a critérios que tranquilizassem a todos aqueles que de-

sejam que o salário mínimo tenha realmente um valor para o trabalhador brasileiro. Então, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, sobretudo pela persistência e obstinação. Digo a V. Ex<sup>a</sup> que não há ninguém mais obstinado do que o Senador Paulo Paim, principalmente quando defende essa causa de um salário mínimo melhor.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> sobre essa minha insistência. Algumas pessoas dizem que quando terminar este debate e que tivermos uma política permanente de recuperação do salário mínimo, em todo dia 1º de maio, eu perderei o discurso.

E eu estou louco para perder o discurso. Estou louco para dizer: – Olha daqui para frente, nos próximos dez anos, nós vamos ter reajustes reais, como eu defendo, por exemplo – e pode haver outra proposta até melhor – de o dobro do PIB. Acabou, não existe mais discussão sobre salário mínimo.

*(Interrupção do microfone.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Busca-se a inflação dos últimos 12 meses e aplica-se o resultado do dobro do PIB. Pronto, isso até que o salário mínimo deste País chegue a um patamar decente.

É como em relação à política de quotas; muitos me dizem que eu insisto nisso.

Sonho com o dia em que eu não precisarei mais falar em política de quotas para ninguém, porque daí a sociedade já terá incorporado e acabado com a discriminação e a política de quotas terá sido anulada. Tanto que eu digo que a política de quotas é o meio; não o fim. E até aceito em colocar a política de quotas por cinco anos, por dez anos até que se resolva a questão da discriminação. Mas enquanto isso não acontecer, claro que eu vou continuar insistindo com a política de inclusão, e a política de inclusão para mim passa, como foi em diversos países, pela aplicação da política de quotas.

E pretendo aprofundar-me neste assunto na segunda-feira. Já vou concluir, Sr. Presidente, dizendo que falarei aqui da tribuna, na segunda-feira, da Marcha Zumbi Mais 10...

*(interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Agora eu concluo, não quero passar um segundo do tempo previsto. Falarei da Marcha Zumbi Mais 10 na segunda-feira. E falarei da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial que eu espero que o Congresso aprove este ano. Seria fundamental que, no dia 20 de novembro próximo, nos 310 anos da morte de Zumbi dos Palmares...

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – E de Dandara.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – E de Dandara. A Senadora Heloísa Helena falava hoje comigo de forma muito positiva e lembrava da importância de termos um artigo ali que fale, por exemplo, da luta das mulheres negras e de todas as mulheres – mas já que é o Estatuto da Igualdade Racial que contemple mulheres negras – e sei que o Senador Rodolpho Tourinho está com essa preocupação e vai receber da Senadora uma contribuição nesse sentido. E entendo que, domingo, numa reunião que faremos, aqui, no Senado, nós vamos conversar com Lideranças da Comunidade Negra para unificar a Marcha Zumbi Mais 10 no mês de novembro.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Pois não. Nobre Senadora Heloísa Helena, ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> para encerrar o meu pronunciamento.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Nobre Senador Paulo Paim, eu não ia fazer nenhuma consideração, até para que V. Ex<sup>a</sup> pudesse fazer a devida explanação. Mas devo dizer que uma das mais belas coisas das nossas vidas é nos reencontrarmos permanentemente com a nossa própria história. Revisitar a nossa própria história e os passos que foram dados é algo maravilhoso. Por isso é que sempre faço questão de apartear-lo e saudá-lo com entusiasmo. Suas lutas aqui, algumas vezes, são inglórias, como são muitas das minhas também, mas nada melhor do que ter a consciência tranqüila, saber que passamos por este mundo, circulamos nestes tapetes azuis sem vendermos a nossa alma e as nossas convicções, defendendo aquilo em que acredita. Sei o quanto V. Ex<sup>a</sup> fala com entusiasmo. E não se trata de um discurso populista, demagógico. V. Ex<sup>a</sup> trata destes temas – dos aposentados, do salário mínimo, da igualdade racial – reencontrando-se com a própria história, fazendo disso um tributo a todas essas gerações que possibilitaram que todos estivéssemos aqui também. Então, parabênizo V. Ex<sup>a</sup>. Conversei com o Senador Rodolpho Tourinho, que está supersensível e feliz por ser o Relator de um projeto tão importante como esse de V. Ex<sup>a</sup>. Estou à disposição naquilo que puder contribuir, articulando – como bem diz V. Ex<sup>a</sup> – com os movimentos sociais, com os movimentos que estão tratando desse tema, para que não seja uma proposta descolada da realidade objetiva de quem está militando nesse movimento social. Eu não poderia deixar de saudá-lo. E fiz um aparte indireto, sem estar no microfone, apenas para dizer que, quando falar de Zumbi, tem que falar de Dandara, de Acotirene – V. Ex<sup>a</sup> fala, mas hoje se esqueceu. Então, saúdo V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento e pelo seu entusiasmo em relação a uma questão tão mara-

vilhosa. Digo sempre que uma sociedade não pode se considerar uma civilizada se as pessoas são tratadas de forma diferente em função da cor de sua pele. Que coisa mais medíocre para uma sociedade! Que coisa mais pouco civilizada: a cor da pele da pessoa sinalizar como ela será tratada. Então, o coração, a alma, a experiência, nada disso importa para a sociedade. Essa hierarquia perversa entre homens e mulheres, brancos e negros, ricos e pobres, é algo desprezível. E, como já disse, eu não poderia deixar de saudá-lo pelo seu pronunciamento, Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Como havia prometido, termino, agradecendo à Senadora Heloisa Helena, que mais uma vez contribuiu para o meu pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Íris de Araújo.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Iris de Araújo. PMDB – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias por até 15 minutos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sexta-feira é o dia adequado para o balanço nesta fase de investigação, que tem por objetivo promover no mundo político brasileiro uma assepsia geral.

Nesta sexta-feira, um fato novo surpreende: as denúncias do Sr. Buratti ao Ministério Público, no Estado de São Paulo, na cidade de Ribeirão Preto, denúncias que atingem de forma frontal o Ministro Palocci. E o depoimento do Sr. Buratti se deu através de negociação com vistas ao benefício da delação premiada. Todos nós sabemos que a lei impõe resultados para que uma contribuição positiva possa ensejar a concessão dos benefícios. É evidente que, se a exigência é resultado, só pode ser reconhecida como válida para adoção dos procedimentos que atenuam eventuais penas.

Dessa forma, o Sr. Buratti deve ter provas ao denunciar o Ministro Palocci de receber R\$50 mil por mês, quando Prefeito de Ribeirão Preto, da empresa Leão e Leão, como propina capaz de assegurar a manutenção do contrato. Esses recursos seriam, segundo Buratti, repassados ao tesoureiro nacional do PT, Sr. Delúbio Soares.

Se existem provas – e certamente o Sr. Buratti não faria um depoimento sem provas para obter os benefícios da legislação em face da delação premiada –, obviamente fica insustentável a situação do Ministro Palocci no Governo. Deixa o Governo prostrado, na

condição de pato baleado, cambaleante, conforme a expressão inglesa **lame duck**. Creio que essa expressão desenha bem a situação atual do Governo brasileiro e, especialmente, a do Presidente Lula.

O que se configura é da maior gravidade. Esse modelo de corrupção não é novo. Houve um aprendizado anterior: Ribeirão Preto, Santo André. Os promotores públicos de São Paulo já denunciaram que o modelo de Santo André foi transportado para Brasília. Imagino, Senadora Heloisa Helena, que houve aqui, na Capital, o aprimoramento desse modelo de corrupção, a sua modernização para a implantação dessa rede sistêmica e organizada de corrupção no Governo Federal. Sem dúvida, estamos diante do maior escândalo de corrupção da história do nosso País.

E eu vejo, Senador Mão Santa, alguns teimarem em isentar aqueles que, a meu ver, são os principais responsáveis; especialmente há uma preocupação em isentar o Presidente da República. Creio que não temos mais esse direito. É claro que se admite alguém declarar: “Não concordo com o *impeachment* do Presidente Lula, porque o *impeachment* é traumático, porque não temos uma solução adequada na linha de sucessão”. Mas afirmar que não temos razões, que o Presidente não sabia de nada, não participou de nada?! Ora, isso agride a inteligência, subestima a capacidade de interpretar fatos políticos da população brasileira!

Não há como isentar o Presidente da República de responsabilidades, como neste momento o Ministro Palocci é chamado também à responsabilidade e tem o dever de se apresentar diante da sociedade para esclarecer os fatos a ele imputados, que são da maior gravidade. Não podemos, a pretexto de blindar a economia, poupar quem quer que seja em nome do futuro deste País.

Ora, o que contamina a economia não é a investigação da corrupção, não é o combate implacável a ele, não é o ato de colocar à luz a corrupção para que possa ser denunciada, combatida e condenada. O que contamina a economia é a corrupção, e não o seu combate e a sua investigação. A corrupção, sim, é responsável pelos males econômicos e sociais que atormentam o nosso País há tanto tempo, não a única, mas certamente a principal responsável.

Srª Presidente, Srs. Senadores, já há claramente um desenho desse modelo de corrupção. Tenho a convicção arraigada, sincera, nestes dias de investigação, de depoimentos e análises de documentos, de que o dinheiro público foi utilizado fartamente no abastecimento desse esquema que tinha por objetivo a arquitetura de um projeto de poder de longo prazo, onde o Presidente Lula seria o principal beneficiado.

Não tenho dúvida, Senador Mão Santa – concederei em seguida o aparte a V. Ex<sup>a</sup> –, que os recursos públicos foram subtraídos, sim, dos impostos pagos com tanto sacrifício pelo povo deste País, razão direta da pesadíssima carga tributária adotada no Brasil, uma das maiores do mundo.

Esses recursos foram subtraídos por meio de contratos superfaturados, de aditivos concedidos por interesse político, muitos dos quais excedendo as limitações impostas pela legislação vigente no País. Ainda hoje pela manhã, na TV Bandeirantes, o Sr. Maurício Marinho afirmava que tomou conhecimento de um aditivo no contrato do Sr. Marcos Valério com os Correios da ordem de R\$20 milhões de R\$70 milhões para R\$90 milhões, por indicação política, sendo que R\$10 milhões destinados a eventos não identificados.

De que natureza seriam esses eventos? Seriam os eventos que estamos revelando na CPI dos Correios, às portas do Banco Rural, com assessores de Parlamentares sacando na boca do caixa recursos supostamente destinados ao pagamento da conta do mensalão? Seriam esses os eventos? Contratos superfaturados, licitações fraudadas, privilégios concedidos a determinada instituição financeira, especialmente o Banco Rural, para empréstimos supostamente concedidos a meu ver, apenas operações contábeis, portanto, empréstimos fictícios, utópicos, para justificar o repasse do dinheiro público oriundo desses contratos superfaturados em todas as áreas do Governo? Ou seriam empréstimos garantidos por depósitos de somas extremamente significativas de fundos de pensão, contas do INSS, enfim, contas públicas, de valores vultosos, que justificariam os empréstimos, realizados ou não, conferindo o *fundring* necessário para a concessão de empréstimos, já que o Banco Rural, por exemplo, não teria o *fundring* necessário para a concessão de empréstimos tão vultosos? Recursos públicos repassados através de operações bancárias espúrias, desonestas, decorrentes de uma associação promíscua de agências de publicidade, empresas do Sr. Marcos Valério com o Banco Rural e agentes da política instalados no Governo e fora dele e nos partidos políticos portanto, uma associação promíscua do Governo, de alguns partidos, alguns políticos e alguns empresários. Operações internas, ou seja, no âmbito do País, e operações internacionais, tendo em vista o repasse de recursos que tinham origem nas empresas do Sr. Marcos Valério, através do Banco Rural, utilizando-se de empresas fantasmas, como a Garanhuns, em São Paulo, que tem matriz em Montevidéu, a Export Trading. É claro, evasão de divisas, crime, por intermédio da Beacon Hill ou MTB Bank, com destino de contas em agências bancárias em vários paraísos fiscais. Um

caminho ou um descaminho para o dinheiro público. Um descaminho para a subtração de recursos públicos que são sonegados à saúde, à educação, à geração de empregos, ao desenvolvimento econômico do nosso País. Este é o modelo de corrupção implantado, que teve origem em alguns municípios paulistas, como já se configura em Ribeirão Preto e em Santo André, e que, naturalmente, com o aperfeiçoamento alcançado em Brasília, instalou-se no Governo da República, para escândalo nacional e indignação de todo o povo brasileiro, exigindo responsabilidade pública na apuração dos fatos e, sobretudo, na condenação dos envolvidos.

Concedo ao Senador Mão Santa, com prazer, o aparte.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Estou atentamente ouvindo o seu contundente pronunciamento. É por essa razão que V. Ex<sup>a</sup> ganha todas as pesquisas para Governador e Senador no Estado do Paraná. Eu não sei por que o seu Partido não pensa em seu nome; fica naquela antiga política café com leite e não busca um homem do Paraná como candidato a Presidente. Mas V. Ex<sup>a</sup>, que é muito mais culto que eu, muito mais preparado, já deve ter lido...

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Bondade de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – ...todas as obras de Shakespeare. Eu buscaria aquela que tem até um nome muito oportuno, Senadora Heloísa Helena: Rei Lear. Rei Lear, rei Lula, é assim mesmo. Hamlet diz o seguinte: “Há algo de podre no Reino da Dinamarca.” Vai mais adiante, Senador Paulo Paim, diz que “é melhor ser um mendigo em Nápoles do que rei na Dinamarca”. Eu fico a pensar como faria Shakespeare se fosse descrever o reino de Lula. Mas já que Lula não gosta mesmo de ler, eu lembraria apenas quando o mesmo Shakespeare escreve Júlio César, Senadora Heloísa Helena. É muito oportuno: o povo. O Lula pensou que aquele povo da Esplanada era dele; pensou que ele era dono do povo. Júlio César, no Senado, diz “Até tu, Brutus!” e morre. Brutus é ovacionado porque disse que ia acabar com o imposto. Vem Marco Antonio, faz as exéquias, e de repente o povo que estava com Brutus volta-se contra ele, que sai pelo fundo. Assim é a história. Então, a história se repete. Ó, Lula, ainda há tempo! Não saia pelo fundo, expulso pelo povo brasileiro. Tenha esses instantes de oportunidade e busque a verdade que nos levou a elegê-lo Presidente da República.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Senador Mão Santa, aprendo muito com V. Ex<sup>a</sup>, com a sua simplicidade. Aliás, sabedoria não é sofisticação; a sabedoria está realmente na simplicidade. E as lições



da história que V. Ex<sup>a</sup> busca sempre para nos orientar se constituem num aprendizado de cada dia aqui no Congresso Nacional. Agradeço a generosidade de sempre de V. Ex<sup>a</sup>.

Para finalizar este pronunciamento modesto, Sr. Presidente, afirmo que evidentemente tenho que respeitar a convicção pessoal de cada um, mas não posso deixar de, com absoluta sinceridade, expor o que penso: o Presidente da República hoje não tem autoridade moral para conduzir os destinos do País, ele está contaminado pelo escândalo de corrupção de forma definitiva. Isso não nos leva a propor irresponsavelmente o *impeachment*, porque não nos cabe. Cabe-nos julgar a conveniência do *impeachment* se ele for requerido pela sociedade brasileira, por meio de suas representações adequadas. *Impeachment* – é bom insistir sempre – é exigência nacional. Esta é a condição indispensável. *Impeachment* só se admite quando há clamor popular irrecusável. Portanto, nós não estamos propondo *impeachment* porque não nos cabe propor. Cabe, sim, à população brasileira. Isso não nos tira o dever de enunciar a nossa opinião sobre a presença do Presidente da República neste episódio. Desde o primeiro momento tenho insistido: é ele sim o maior responsável. Ele foi eleito para saber e diz não saber. Ele não foi eleito para ignorar e diz ignorar. Ele foi eleito para escolher, organizar, comandar, decidir, tomar providências. Não impôs autoridade. Foi conivente, omissivo, relapso. Demonstrou despreparo e não pode agora ser isentado de responsabilidade quando estamos exatamente buscando os principais responsáveis...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – ...por tudo o que ocorreu no País nos últimos dois anos e meio.

Sr. Presidente, é lamentável ter que afirmar, com tanta contundência, essa convicção pessoal que se arraigou nos últimos dias em decorrência das investigações que estamos procedendo como integrante da CPI dos Correios.

*Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, a Sra. Íris de Araújo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, por até 15 minutos, e, em seguida, à Senadora Heloísa Helena, última oradora a fazer uso da palavra.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, Senadoras e Senadores, brasileiros e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado. Senador

Alvaro Dias, foi contundente o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Eu só queria dizer que entendo a confissão como a rainha de todas as provas. Se Buratti está confessando a parceria de ministros do Governo Lula com esta corrupção em busca da delação premiada, a gravidade aumenta. Entendo, Senador Paulo Paim, que administrar é fácil. Deus me permitiu ser prefeito da minha cidade, Senadora Heloísa Helena, e quando saí da prefeitura fui para o meu consultório de médico e para a sala de cirurgia, templo de trabalho, onde essas mãos, guiadas por Deus, tentavam salvar um aqui e outro acolá, trocando o instrumento bisturi pelo instrumento caneta para poder fazer mais bem à gente do Piauí. Apreendi que é fácil, basta buscar ser justo. Senador Paim, é isto: ser justo. A justiça é o pão que mais a humanidade quer.

Cristo, quando andou no mundo, Senadora Heloísa Helena, nas montanhas, não havia televisão, rádio, som, mas bradou: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. É isto que se está precisando no Brasil: justiça! Ainda mais aqui, que a Justiça defende o seu salário, que era de R\$18 mil e tanto, passou para R\$21 mil, para R\$24 mil e chegou a R\$27 mil, que já estão garantidos.

E o pobre do salário mínimo? No mundo organizado, civilizado, a diferença é dez vezes entre o menor e o maior. Senadora Heloísa Helena, um homem da Justiça não nasceu com cem estômagos e o trabalhador com um; não foi assim. É dez vezes a diferença. Ouvi o Suplicy dizer que, na Alemanha, a diferença era de sete vezes entre o maior e o menor; aqui são quase cem vezes. O Presidente sancionou o aumento.

Mas venho falar de outro assunto. Primeiro, aprendi, Senadora Heloísa Helena, que a gratidão é a mãe de todas as virtudes. Apreendi no colo de minha mãe, terceira franciscana. Quero agradecer a audiência que tivemos com a Ministra Marina Silva, que até se parece com a Senadora Heloísa Helena. Eu disse: “Ministra, vim aqui pedir. Jamais vou falar mal da senhora na tribuna, porque a Heloísa Helena não deixa. Entrei de leve outro dia, e ela veio de forma pesada, mas estava com a verdade e a razão. Quero dizer que saio desta audiência, Ministra, e quem vai defendê-la não é mais a Senadora Heloísa Helena, não; sou eu”.

Fui para isto: denunciar. Mas o Governo é grande, é complicado. Senadora Heloísa Helena, Sófocles disse: “Muitas são as maravilhas da natureza, mas a maior delas é o ser humano”, ou seja, homem e mulher, quando se unem por amor para perpetuar a espécie. Essa é a mais importante. Sei que há rios, aves, mangue, flora, vegetação, mas temos que entender a filosofia.

Solicitamos, então, uma audiência. O Senador Sibá Machado foi muito prestativo, como sempre, e fomos juntos o Senador Alberto Silva, o Senador Garibaldi Alves Filho, o Senador Reginaldo Duarte, o Senador João Batista Motta e eu, para defender uma riqueza que apareceu. As coisas não aparecem assim.

Há mais de 20 anos, palidamente, começamos a prosperar uma das riquezas: cultivo de camarão. Camarão é ouro. V. Ex<sup>a</sup> pode chegar em qualquer restaurante, Senadora Heloísa Helena – deixo para comer lá no meu Piauí, pois ganho de presente –, que camarão é sempre o prato mais caro, lagosta e camarão.

Quando eu governava o Piauí, comecei a estudar as riquezas e esse litoral, e os meus estudos mostraram que o maior produtor de camarão do mundo é o Equador, cuja capital é Quito. Mas não é Quito o maior produtor, é uma cidade no litoral, Manta – Quito não é litoral –, próxima a Guayaquil. Manta é a maior produtora de camarão criado pelo homem. Trata-se da carcinicultura, não do camarão pescado, mas criado.

De repente, Senadora Heloísa Helena, houve uma peste, uma epidemia, e o camarão ficou amarelo, anêmico. Assim como a “vaca louca” na Inglaterra, houve uma patologia nos camarões, e houve queda na produção. Eu governava o Piauí, e aquilo me chamou a atenção. Fui a Manta e trouxe muitos biólogos e muitos técnicos, porque houve uma queda na produção e na procura. Levei-os para o Delta, para o Piauí. Outros Governadores do Nordeste, como o Sr. Garibaldi Alves Filho e Tasso Jereissati, incentivaram-me. Se consultarmos a Geografia, veremos que as condições do litoral do Equador, de Manta, são as mesmas do Nordeste. É como se estivéssemos no Nordeste – o sol, a salinidade, a luz, o vento.

Foi uma maravilha, Senador Paulo Paim. Temos um litoral bem pequeno, 66 quilômetros – o menor do Brasil –, mas é como perfume francês: é pequeno, mas muito importante. Há também o Delta. De chofre, a carcinicultura passou a ser uma riqueza igual para o Piauí à cera de carnaúba, secular, que apresentava a maior exportação. No meu governo, Senador Garibaldi, chegamos a produzir no Piauí mais de 1.200 toneladas. Isso, em dinheiro, em exportação, porque ele é ouro, foi equiparado à riqueza da carnaúba. Mas caiu, caiu para 500 e pouco. Trata-se de falta de sensibilidade política de muitos técnicos do Ibama, que dificultam para os empresários.

A tecnologia fez, Senador Alvaro Dias, com que os técnicos, lá do Equador, debelassem a epidemia, a patologia. E aqueles técnicos que trouxemos para

o Nordeste começaram a voltar, e o Equador voltou à riqueza. O Piauí, que teve 19,6% da carcinicultura do Brasil, baixou para 2,4%. De 1.200 e tantas toneladas, baixamos para 500 toneladas, porque técnicos não sabem que a sensibilidade política tem que andar junto com a responsabilidade administrativa. Eles desprezam o mais importante da natureza, o ser humano, que se emprega e se enriquece.

Fomos buscar e acreditamos que a Ministra, que tem sensibilidade – é uma mulher religiosa, de fé –, possa atender ao Nordeste, ao Piauí. Apesar de o Estado do Rio Grande do Norte ter muitas riquezas – o petróleo, a bacia leiteira, o gado, o sal –, o camarão é hoje uma importante riqueza do Nordeste. É isto que queremos da Ministra: que ela chame para si, acompanhe e encontre um meio termo para que haja e continue a produção e a riqueza da carcinicultura. Fomos acompanhados pelo Senador Alberto Silva, que nos ajudava com a sua inteligência privilegiada e a sua experiência; pelo Garibaldi Alves, cujo Estado se expandiu muito, de tal maneira que o Presidente da carcinicultura brasileira é do seu Estado, Itamar. Associados aos interesses do Ceará, do Espírito Santo e do Piauí, queremos encontrar apoio para aqueles empresários que se dedicaram e que investiram na carcinicultura.

Concedo o aparte ao Senador Garibaldi Alves, que, desde o início, transformou a carcinicultura do Nordeste e do Rio Grande do Norte numa riqueza palpável.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN)** – Senador Mão Santa, acredito que aquela audiência poderá determinar um novo rumo para a carcinicultura, já que a Ministra Marina Silva revelou sensibilidade para com o nosso pleito. Acreditamos que a atividade da carcinicultura não se constitua um problema para o desenvolvimento sustentável. Creio que a carcinicultura pode perfeitamente prosperar sem trazer para o meio ambiente os problemas que, muitas vezes, os ambientalistas lhe atribuem. Percebi, durante a audiência, como V. Ex<sup>a</sup> mostrou-se obstinado no sentido de defender essa oportunidade para a economia do Piauí. Hoje, o Rio Grande do Norte é o maior produtor e exportador de camarão do País, e isso se deu graças a uma atividade exercida por pequenos criadores. Noventa e cinco por cento dos produtores de camarão no Rio Grande do Norte são pequenos criadores, e são eles que estão fazendo com que o camarão represente algo de muito significativo para as nossas exportações. Por isso, assim como V. Ex<sup>a</sup>, pedi a sensibilidade da Ministra. Sei que no Piauí – cada caso é um caso, as características são diferentes – existem cinco grandes empresas que se

constituem no sustentáculo da atividade do camarão. Nós precisamos tanto das grandes empresas como dos pequenos criadores. Agora, com a má vontade que às vezes existe por parte do Ibama e por parte de determinados técnicos do Governo, nós estamos encontrando grandes dificuldades. Mas nós vamos superar isso, Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradecemos a participação e ressaltamos a luta do Senador Garibaldi Alves Filho, que fez do Rio Grande do Norte um dos Estados com melhor qualidade de vida hoje no Brasil.

Mas o Piauí não pode, jamais – terra querida, filha do sol do Equador –, deixar diminuir de 1260 toneladas para 500; de 19,6%, que fomos na carcinicultura, para menos de 3%. O destino do Piauí é avançar através do trabalho. Esperamos, estamos confiantes – Marina Silva realmente parece irmã da Heloísa Helena, são duas grandes mulheres. Apenas como mais sofrido e velho, Senador Paulo Paim, acho que o PT precisa entender que são necessárias duas pernas na caminhada deste Brasil: sensibilidade política e responsabilidade...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, mais um minuto para V. Ex<sup>a</sup> concluir.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Não só sensibilidade política: é preciso ter responsabilidade administrativa. Foi isso que fez o PT capenga.

Creemos que a Ministra, que é uma mulher de fé, uma mulher evangélica, vai saber resolver o problema e propiciar ao Piauí aquilo que está na lei de Deus: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. O povo do Piauí só quer ter o direito de trabalhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, ficou exatamente no tempo.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, que falará como Líder, e apelo a S. Ex<sup>a</sup> para que seja breve e nos permita terminar a sessão às treze horas e trinta minutos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Preciso de um minuto apenas, Sr. Presidente, para dizer que encaminho à Mesa discurso homenageando os maçons, até porque os meus dois avós, paterno e materno, eram maçons – cheguei de Recife atrasado e não pude participar da homenagem à Maçonaria.

Em segundo lugar, gostaria de me associar à homenagem feita pelo Senador Teotônio Vilela, muito sentida, ao seu falecido irmão, José Aprígio.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Líder Arthur Virgílio, já foi dado o devido encaminhamento ao seu pronunciamento junto à Mesa.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de quinze minutos.

Hoje vamos conseguir encerrar a sessão no horário previsto, ou seja, às treze horas e trinta minutos.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, infelizmente há uma nova denúncia, agora envolvendo diretamente o Ministro da Fazenda.

A esquerda sempre fez formulações distintas sobre a ética da guerra, a ética da paz, a ética do capital, a ética do trabalho e, portanto, sempre tratou essa questão da ética no espaço público – refiro-me a alguns setores da esquerda – como se fosse um moralismo pequeno burguês, um moralismo farisaico, defendendo que a ética não deveria ser uma bandeira especial para tratar o espaço público. Isso sempre foi muito discutido entre nós, especialmente entre nós da esquerda.

Digo sempre que tive uma sorte muito grande na vida por ter tido a oportunidade, em minhas primeiras leituras, de ler grandes obras. Ainda criança, no interior de Alagoas, no sertão, em Palmeira dos Índios, as primeiras coisas que li foram o Livro do Povo de Deus, a história de luta e de libertação do povo de Deus – e tive muita sorte, porque não convivi com a igreja sofisticada, rica, luxuosa, vaidosa e serviçal dos grandes e poderosos; convivi com uma outra igreja, na qual os padres e freiras holandesas me davam as mais belas lições, diziam-me que a história do povo de Deus era uma história de luta e de libertação e não uma história de subserviência aos grandes e poderosos e uma articulação permanente com o luxo.

Ao mesmo tempo, ao lado dessa experiência, li também a história do povo nordestino escrita pelas mãos de um velho comunista, Graciliano Ramos. Essas primeiras leituras, sem dúvida, foram um privilégio para mim. Mesmo em uma família pobre, tive o privilégio de, em minhas primeiras leituras, ter acesso à história de luta e libertação do povo de Deus, pela Bíblia, na comunidade católica e, ao mesmo tempo, à história do povo nordestino, também uma história de luta, pelas mãos de um velho e grande comunista chamado Graciliano Ramos.

O Senador Mão Santa estava falando sobre a história da Bíblia. Há uma passagem muito interessante, uma passagem em Amós, que fala dos políticos sem-vergonhas que compram os pobres com sandálias e outras coisas mais. E há uma palavra muito bonita em Eclesiastes, chamada “Os Sacrifícios”, que diz assim:

“A oferenda daquele que sacrifica um bem mal adquirido é acumulada”. Então, não adianta alguém estar apresentando um bem roubado, como se fosse um sacrifício, uma oferenda a Deus, porque vai para o inferno do mesmo jeito.

E ele dizia assim: “O Altíssimo não aprova as dívidas dos injustos nem olha para as ofertas dos maus. A multidão dos seus sacrifícios não lhes conseguirá o perdão dos seus pecados. Aquele que oferece um sacrifício arrancado do dinheiro dos pobres é como o que degola o filho aos olhos dos pais”. Veja que coisa forte, Senador Mão Santa.

Em outro trecho: “O pão dos indigentes é a vida dos pobres. Aquele que lho tira é um homicida”. Portanto, político ladrão que, ao roubar os cofres públicos, acaba retirando o pão, a vida dos pobres, é tido pela história do povo de Deus como um homicida; não é só ladrão, é um homicida.

“Quem tira de um homem o pão do seu trabalho é como um assassino do seu próximo. E o que derrama o sangue e o que usa da fraude no pagamento de um operário são irmãos.” Veja só que maravilha! Por isso é que é bom ser socialista. Não é à toa que uma passagem lindíssima diz que “ou se serve a Deus ou ao diabo”. E quem serve ao capital, ao dinheiro não serve a Deus. Então, é evidente que quem é capitalista sabe que terá como destino ser churrasco do diabo. Ainda bem que alguns de nós somos efetivamente socialistas.

Tenho, várias vezes, tido a oportunidade de dizer aqui algumas coisas em que pessoas não acreditam; algumas pessoas acham que, porque recebemos açoites e humilhações no processo de expulsão do PT, nos alegamos com sentimento de vingança por estar vendo as denúncias gravíssimas de corrupção contra os principais dirigentes da cúpula palaciana do PT e o Presidente Lula. Não comemoramos porque são histórias de grandes militantes do nosso País, e isso cria um impacto também para a Esquerda de modo geral. Não generalizamos para todos os militantes, Parlamentares, dirigentes do PT, como não fazemos em relação a outros Partidos também. Então não se trata de uma generalização.

Agora, é muito duro essa denúncia sobre o ex-assessor do Sr. Palocci porque, várias vezes, já usei a tribuna para dizer que o problema do Governo Lula foi a associação com conhecidos sabotadores e saqueadores dos cofres públicos que, em vez de terem sido obrigados a devolver o que roubaram em governos passados, foram devolvidos aos cargos para continuar a roubar.

Muitas pessoas ficam irritadas com as denúncias que fazemos porque acham que isso fortalece a Direita. Mas perguntamos: qual Direita? Há uma banda da

Direita do País que está na Oposição, e outra banda da Direita do País está dentro do Governo Lula. Não apenas a grande estrutura da elite política econômica, que é o capital financeiro, os parasitas sem pátria, os únicos que ganham muito com o aprofundamento do projeto neoliberal, com o projeto do Governo Lula, que é mais do que a continuidade do modelo econômico de Fernando Henrique, é o aprofundamento do projeto. Não é à toa que o PT, que era o maior Partido de esquerda da América Latina – sem generalização perversa com os militantes, Parlamentares e dirigentes –, hoje é o exemplo, é o instrumento da propaganda triunfalista do neoliberalismo.

Por isso é que os banqueiros, na ocasião do pronunciamento do Presidente Lula, foram os únicos – até os dirigentes do PT criticaram o pronunciamento como insuficiente – que disseram que o pronunciamento era maravilhoso. Isso porque para eles não é o que importa. O capital financeiro não se importa e jamais correrá uma lágrima nos seus rostos sofisticados por uma criança pobre vendendo o corpo por um prato de comida. Essa gentalha não se incomoda com isso. Eles, quando falam em estabilidade econômica e governabilidade, não estão preocupados com a dor, o desemprego e a miséria da grande maioria do povo brasileiro. Eles só se preocupam com a banca, com o que eles vão ganhar e que os boatos não gerem uma histeria no mercado a fim de que eles não percam dinheiro. Portanto, os parasitas sem pátria e os senhores banqueiros, quando falam de estabilidade econômica e governabilidade, estão simplesmente pensando nos seus medíocres interesses financeiros. Eles não se preocupam com a dor e o sofrimento da grande maioria do povo brasileiro.

O que é duro nesse episódio é que muitos de nós combatemos com veemência a corrupção – não por moralismo farisaico, falso moralismo –, porque sabemos que, quando alguns saqueiam os cofres públicos, tratam o espaço público como se fosse a caixinha de objetos familiares, para seus bandos e suas quadrilhas, tiram dinheiro de algum lugar. Isso é claro! Por isso dizem que não tem dinheiro para a saúde, para a educação, para a segurança pública, porque uma parte do Orçamento público vai para a pocilga do capital, para os banqueiros se chafurdarem com alegria, e outra parte vai para o roubo das quadrilhas, das gangues partidárias que se articulam parasitando os cofres públicos. Aí sobra para quem? Para os Senadores e Deputados? Não! Até pode sobrar, como ocorreu ontem, quando colocaram uma bomba lá embaixo, infelizmente onde não há Senador nem Deputado, apenas funcionários, coitados.



Então, sobra para a desmoralização da democracia representativa. Já não vivemos numa democracia. Democracia sem justiça social não se constitui como tal. É uma democracia representativa a que muitos chegam comprando e vendendo mandatos, quando aqui estão, para serem subservientes às estruturas palacianas, não é efetivamente democracia representativa.

Mas o que é mais triste – e sei da tristeza e da vergonha de muitos militantes, Parlamentares e dirigentes do PT – num dia como hoje é assistir à promiscuidade na relação Palácio do Planalto/Congresso Nacional. E agora estamos vendo que esses que hoje estão roubando o espaço público em conluio com delinqüentes de luxo dos governos anteriores não são aprendizes. Isso é que é o mais doloroso. É como se o esquema de corrupção, a metodologia perversa de usar o espaço público em conluio com setores empresariais para viabilizar estruturas partidárias ou riquezas pessoais não é aprendido de agora. Isso que é mais doloroso para os petistas; isso que é especialmente doloroso para muitos que dedicaram as suas vidas, enfrentaram obstáculos gigantescos para ajudar na construção do Partido. Sei que essa dor é ainda maior porque se vê que o passado também fazia. Essa é a dor maior. Agora alguns podem dizer: “ora, mas se associaram a fulano, a sicrano, a não sei mais quem, tudo o que fazíamos no passado, lembra?” E é por isso que há alguns dizendo que é golpismo, é um absurdo se querendo o **impeachment**. Por quê? Porque estão vendo as pessoas que ali estão. Fazíamos uma generalização perversa no passado, em que gritávamos nas praças públicas e nas manifestações contra muitos dos Governos que eram corruptos. Hoje esses Governos corruptos do passado mandam dentro da estrutura do atual Governo. Isso que é muito doloroso para muitos militantes.

Ouvi uma frase, Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque, que me machucou muito. Não no meu caso, porque já disse, várias vezes, que, apesar da dor e do sofrimento, não tenho mágoa nem rancor, mas agradeço a Deus por lá não mais estar porque sei o constrangimento de quem está, de quem é honesto e a dor por que passa. Alguns Parlamentares estavam pensando em sair do PT – agora, não no nosso caso –, por estarem se sentindo incomodados e dizendo que, se não mudasse a estrutura partidária, não haveria como ficar. Vi uma frase nos jornais dizendo que se tratava de um dirigente do campo majoritário e dizia assim: “são os ratos que estão abandonando o navio afundando”.

Ora, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Pelo contrário, o navio está tomado de ratos, e as

pessoas não conseguem conviver lá. É outra coisa. Ou põem para fora os ratos, ou as pessoas acabam tendo que sair. Como uma pessoa diz isso e não tem sequer a humildade de reconhecer os problemas gravíssimos, o constrangimento e a tristeza que está provocando em quem ainda está militando no PT? Como tem a ousadia de dizer isso, como se fossem as pessoas acovardadas que estivessem pulando do barco como os ratos fazem? É o contrário. São pessoas que, para sobreviver com dignidade, para conseguir olhar no olho das outras, estão pedindo que se mude a estrutura porque a tristeza e o constrangimento são muito grandes.

Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Cristovam.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PT – DF) – Senadora Heloísa Helena, eu gostaria, se o Presidente permitisse, que me desse um pouco mais de tempo do que um simples aparte, porque tenho muito o que falar. Em primeiro lugar, quanto a essa metáfora do navio: o navio é o Brasil; o navio não é o Partido. É uma arrogância dizer que estão abandonando o navio. Abandonar o navio é, diante de tudo isso, pegar um avião e morar fora do Brasil porque se cansaram do Brasil. Eu não vou cansar-me do Brasil. Mas temos que estar nos vetores e motores de melhor funcionamento que puxam o Brasil. E o PT está perdendo isso. Eu disse que queria falar mais porque não escondo que fiz parte daqueles que defenderam a sua saída do Partido dos Trabalhadores. Hoje V. Ex<sup>a</sup> deve me agradecer, embora não desculpar, talvez. Continuo achando que, quando estamos em um partido, temos de votar conforme a direção determinar, até o dia em que sairmos dele. De qualquer maneira, eu me lembro que eu disse, àquela época, que eu defendia a saída de V. Ex<sup>a</sup> pelas suas qualidades, que se diferenciavam das qualidades do PT. Hoje, eu começo a achar que as qualidades do PT estão desaparecendo, que a sua saída era somente por causa das suas qualidades. Mas não somente por causa desses últimos atos, Senadora Heloísa Helena. O que me preocupa mais do que esses últimos atos éticos – que serão resolvidos – é a falta de um projeto para o “navio Brasil”. O PT não está sendo o motor para o Brasil que nós queremos. Não está sendo instrumento de transformação. Eu lembro, há dois ou três anos atrás, talvez ainda no Ministério, eu fiz um artigo sobre esse fato, chamado “A Revolução Estancada”, publicado na **Folha de S. Paulo**. Eu dizia que o PT não estava sendo um vetor da transformação social. E é isso o que mais me incomoda hoje. A ética é de alguns. Esses vão sair, ou vão dominar o Partido – quem sabe? Agora, essa militância, boa, decente, honesta e que

ainda sonha, de fato está muito sofrida. E eu, às vezes, agrego sofrimento quando manifesto que, para reaglutinar as esquerdas, inclusive com o P-SOL e outros partidos, vamos precisar, certamente, estar fora do PT, porque o PT amarra, não está libertando para desenvolver esse papel. Há pouco me perguntavam se eu saía do PT. Eu disse: “Eu jamais sairei do PT que me elegeu em 1994, que me elegeu em 2002”. Mas o PT de hoje, como o próprio Mercadante disse, não é aquele PT de 1994 nem de 1998. Penso que a raiz estava no momento em que nós, inclusive eu, tomamos a decisão de fazer sua saída do Partido. Ali estava o germe de muitas coisas. Penso que era um erro seu não votar, tendo em vista a disciplina partidária, mas havia razões mais profundas, que foram percebidas não sei se por sua intuição política, feminina, ou o que seja, mas que muitos de nós, inclusive eu, não percebemos. Não vou pedir desculpas, porque acredito que eu estava certo naquela hora, mas faça essa confissão.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, agradeço mesmo, Senador Cristovam Buarque. Lembro de uma coisa ocorrida quando V. Ex<sup>a</sup> falava sobre o que é o Partido. V. Ex<sup>a</sup> sabe que defendo que, mesmo as pessoas que não são militantes de Partidos, estejam aqui nas instâncias de decisão política, nos espaços do poder. O Deputado Fernando Gabeira tem projeto sobre isso, eu também. Trata-se justamente das listas da sociedade, para que as pessoas que compartilham uma visão de mundo, uma compreensão de projeto nacional, mesmo que não queiram estar inscritas no partido, até por se sentirem acorrentadas na estrutura partidária, possam estar aqui representadas. Infelizmente, é algo que cada dia tem sido mais difícil, porque as burocracias partidárias, as cúpulas partidárias, sempre com risco de degeneração, precisam das listagens das mercadorias parlamentares, inclusive para traficar influência com as estruturas de poder. E aqueles parlamentares que poderiam vir dos movimentos sociais, representando...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT RS. Fazendo soar a campanha.) – Tem V. Ex<sup>a</sup> mais um minuto para concluir.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL AL) ... um pensamento da sociedade, eles não podem estar aqui.

Eu me lembro de uma coisa em um processo de muita dor por que passei. O Padre Heraldo, sertanejo muito querido nosso, como o Padre Guimarães, o Padre Manuel Henrique e tantos outros, dizia que partido é meio; não é fim. É o mesmo que a igreja. Ele

dizia: “Sou padre, a Igreja é meio, o fim é o Reino de Deus.” Então, partido realmente é meio. Partido não é propriedade. O partido não é proprietário das mentes, dos corações e das idéias. Não é. As concepções programáticas da esquerda socialista e democrática e as bandeiras históricas da classe trabalhadora não são propriedade de partido nenhum e não serão do P-SOL também. Não são. As estruturas partidárias nascem e muitas vezes morrem, apesar de existirem juridicamente, como é o caso do PT. Morrem na sua razão de existir, mas continuam sendo articuladas e até existindo juridicamente.

Então, eu não poderia deixar de aqui compartilhar este depoimento, porque sei quanta tristeza existe na mente e no coração de muitos militantes que ainda estão tentando a reconstrução partidária. Eu sei o quanto de tristeza existe. Se existe a tristeza diante da corrupção desvairada, dos tentáculos montados na estrutura dos Correios, na empresa pública, no Palácio do Planalto, no Congresso Nacional, saber que eles não eram simples aprendizes, saber que já usavam a metodologia da corrupção mesmo em experiências anteriores, isso, com certeza, marca muito mais profundamente a mente e o coração dos militantes honestos que ainda não puderam sair da estrutura partidária.

É só, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT RS) – Os Srs. Senadores Zérgio Zambiasi, Romero Jucá, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Flexa Ribeiro, Reginaldo Duarte e Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

### **33ª EDIÇÃO DO FESTIVAL DE CINEMA DE GRAMADO**

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nesta semana, a cidade de Gramado, na Serra Gaúcha, vive um importante momento de efervescência cultural e artística. O Festival de Cinema de Gramado, que já está na sua 33ª edição, se destaca como uma das mais importantes mostras competitivas do país e se traduz em um espaço ideal para o debate, a troca de idéias e de sonhos projetados na grande tela. O evento começou no dia 15 de agosto e se encerra no próximo sábado, dia 20.

Neste ano, 51 filmes do Brasil e de outros países da América Latina concorrem no Festival. Além de aumentar o número de filmes participantes, a organização do evento alterou os horários das exibições, reservando as noites apenas para produções nacionais.

Além das Mostras Competitivas Nacional e do Cinema Latino, que acontecem no Palácio dos Festivais, o Centro Municipal de Cultura promove exibições diárias de produções nacionais. Ali, também ocorre o Concurso Oficial de Curta e Média-Metragem 16 milímetros, a Mostra Gaúcha e o Especial de Filmes Clássicos Brasileiros Restaurados.

O objeto de desejo dos participantes da competição é o Kikito, a estatueta símbolo e prêmio do Festival de Gramado. Criado pela artista Elisabeth Rosenfeld, o Kikito, que representa o deus do bom humor, é feito em bronze e tem 33cm de altura.

Todos os anos, os organizadores do evento prestam homenagens a personalidades do cinema nacional. Nesta edição, os homenageados foram os atores Tarcísio Meira e Glória Menezes, que receberam o Troféu Oscarito em reconhecimento aos mais de 40 anos de carreira em TV e cinema. O diretor argentino Hector Babenco, que dedicou toda a sua vida ao cinema, recebeu o troféu Eduardo Abelin.

Além de reunir atores, diretores e produtores cinematográficos, o Festival de Cinema atrai um grande público de fãs e admiradores à Serra Gaúcha, incrementando o já privilegiado turismo da região. Com máquinas fotográficas, papel e caneta, pessoas de todas as idades se aglomeram junto ao tapete vermelho estendido na entrada do Palácio dos Festivais, na tentativa de algum contato com seus ídolos. Todo esse clima de admiração confere ao Festival um aspecto ainda mais humano e faz o interesse do público em geral pelo cinema crescer a cada edição do evento.

Sr. Presidente, é importante destacar também a presença do Governo do Estado e da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul no evento. Desde 2003, o Parlamento Gaúcho concede prêmios aos melhores filmes de 35 milímetros e 16 milímetros, além do melhor roteiro, diretor, fotografia, edição, ator, atriz, direção de arte e melhor música dos 10 curtas-metragens selecionados para a Mostra Gaúcha.

E, neste ano, Assembléia inovou mais uma vez, realizando um acordo que prevê a exibição de filmes gaúchos na TV Assembléia. O protocolo de intenções foi uma parceria entre a Secretaria de Estado da Cultura, através do Instituto Estadual de Cinema, a As-

sociação Profissional de Técnicos Cinematográficos, e a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Até janeiro de 2006, serão exibidos oito longa metragens, quatro médias e 20 curtas, todos produzidos no Rio Grande do Sul.

Também foi assinado um protocolo de intenções com a empresa Brasil Telecom e o Banrisul que viabiliza o projeto "Cinema na Assembléia". A idéia é permitir que o Teatro Dante Barone, tradicional espaço do Parlamento gaúcho, realize semanalmente a exibição de filmes gaúchos e nacionais, com entrada franca para o público.

E o Festival de Cinema de Gramado quer crescer ainda mais. Os planos dos organizadores é que, até 2010, a mostra competitiva reúna produções de todos os lugares do mundo. Gramado também está se preparando para ser a Cidade Cinematográfica, com um cine-teatro de três mil lugares, o Museu do Festival de Gramado, a Escola de Cinema, estúdios e toda a infra-estrutura necessária para ampliar os investimentos no cinema brasileiro, latino e – por que não dizer – mundial!

E pensar que naquele longínquo 1969, esse evento em expansão era traduzido em pequenas mostras durante a tradicional Festa das Hortênsias. E foi o entusiasmo da comunidade artística nacional, da imprensa, dos turistas e dos moradores da cidade que transformou o Festival de Cinema em um evento de caráter oficial, apoiado pela Prefeitura Municipal de Gramado, a Companhia Jornalística Caldas Júnior, a Embrafilme, a Fundação Nacional de Arte e as secretarias de Turismo e de Educação e Cultura do Estado.

Hoje, Gramado se transformou no palco que traduz a própria história do cinema nacional. A partir dos anos 80, com o aprimoramento das discussões sobre arte e cultura nos espaços do Festival, o evento conquistou naturalmente o título de um dos maiores do gênero no país.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acreditamos que, tão importante quanto fomentar a economia e promover a igualdade social, é a promoção do acesso à cultura. E, nesse sentido, o Festival de Cinema de Gramado e todos os eventos nele inspirados são fundamentais para o enriquecimento cultural do Rio Grande do Sul, do Brasil e da América Latina.

Muito obrigado.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a responsabilidade social das organizações já se confirmou como um dos preceitos básicos

para a moderna administração empresarial. Diversas campanhas e atividades são desenvolvidas, atualmente, pelas grandes companhias, no sentido de ajudar e promover o bem-estar de seus funcionários e da comunidade em geral.

Esse é o caso da Fundação Ruben Berta, entidade formada pelos funcionários da Varig, que está completando 60 anos de existência. Dentro de sua trajetória de engajamento e comprometimento social, desenvolvendo atividades de promoção da cidadania, a Fundação Ruben Berta tem se afirmado como entidade modelo de assistência e apoio a seus beneficiários.

Sua gênese, no ano de 1945, está ligada à figura magistral de Ruben Martin Berta, ex-presidente da Varig, que propôs a criação de uma fundação voltada para os funcionários da empresa. Inspirado na doutrina social católica, Ruben Berta pretendia completar as deficiências da Previdência Social e promover o bem-estar dos empregados da Varig.

E o tempo se encarregou de ratificar a sua privilegiada visão. Com mais de 87 mil beneficiários e mais de R\$3 milhões em benefícios diretamente concedidos, além de atuação decisiva no conselho de administração das empresas do grupo Varig, a Fundação Ruben Berta demonstra pujança e vitalidade na passagem de seu sexagésimo aniversário.

Suas atividades, Sr. Presidente, nunca se restringiram ao assistencialismo paternalista. Como Ruben Berta fazia questão de destacar, a entidade sempre distinguiu claramente os benefícios concedidos, advindos de resultados financeiros da companhia e mediante contrapartida laboral, da beneficência ou mera prestação de favores. É nessa diferença que reside o foco de sua atuação: a injeção de cidadania e de responsabilidade, firmando um compromisso inabalável com o futuro.

Pude constatar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pela leitura do Relatório de Atividades de 2004 da Fundação, a extensa gama de serviços oferecidos pela entidade. A amplitude de sua atuação surpreende: são inúmeros convênios com institutos educacionais, planos de saúde, companhias seguradoras, bancos, empresas de telecomunicações e fabricantes de equipamentos de lazer, tudo para proporcionar aos seus beneficiários uma melhor qualidade de vida. Somente em convênios com outras empresas, Senhor Presidente, a Fundação movimenta mais de 72 milhões de reais por ano!

A Fundação Ruben Berta também investe em cultura. A entidade mantém 3 corais musicais e um centro de tradições gaúchas em plena atividade, promovendo concertos e festivais por todo o País. Com o apoio de

empresas parceiras, tem permitido aos seus beneficiários o acesso a *shows*, peças de teatro e mostras de cinema, compreendendo perfeitamente que um povo sem cultura é um povo sem alma.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, se o estatuto da Fundação Ruben Berta não permite que recursos da entidade contemplem quem não pertence ao seu grupo de beneficiários, tal proibição não impediu a sua intensa atuação voluntária pelo programa chamado Atitude Cidadã. Responsável por ações como o Projeto Doar de milhas voadas, o projeto Barriga Cheia e pela doação de roupas e donativos para os desabrigados de enchentes e calamidades públicas, o Atitude Cidadã revela o firme propósito da Fundação de ajudar a construir um país melhor.

É por tudo isso, meus Caros Colegas, que quero aqui prestar minha mais sincera homenagem, em razão do sexagésimo aniversário da Fundação Ruben Berta, desejando profundamente que seu exemplo de trabalho e compromisso com a cidadania frutifique e se espalhe por todo o País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar algumas matérias publicadas em jornais de grande circulação nas suas edições de 12 agosto de 2005. Nelas, os jornais mostram que a imagem ética do Partido dos Trabalhadores foi destruída com os inúmeros casos de denúncias e escândalos de corrupção que vieram à tona no atual governo.

As denúncias de corrupção nos Correios, o pagamento do “mensalão”, o envolvimento de figuras do alto escalão do governo petista em escândalos, a troca de cargos políticos por apoio no Congresso Nacional, mostram a cara do atual governo. Por fim, o depoimento de Duda Mendonça na CPMI dos Correios, dizendo que recebia do caixa 2 do partido dos trabalhadores em paraíso fiscal, coloca o PT definitivamente na lama.

Sr. Presidente, requeiro que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



CLÓVIS ROSSI

## A lama sobe a rampa

**SÃO PAULO** - O depoimento do publicitário Duda Mendonça é um torpedo mortal na linha de flutuação da defesa do PT e, por extensão, do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Duda deixou claro que o esquema Marcos Valério/Delúbio Soares/PT não é apenas caixa dois, o que já seria um crime grave. Mas há outros crimes: remessas ilegais de dinheiro para o exterior, sonegação fiscal e sabe Deus o que mais acabará aparecendo a cada depoimento.

O do publicitário do rei mostra que não foram apenas deputados os beneficiados pelo valerioduto. Foi o próprio presidente da República, cuja propaganda foi paga com esse dinheiro. Pior: não foram pagamentos feitos durante a campanha e, portanto, antes da Presidência de Lula, mas depois da posse e depois de a agência de Duda ter obtido contratos de publicidade do governo.

Duda destroça também slogan caro ao governo, o de que não rouba e não deixa roubar. Deixa sonegar, sim, senhor, e sonegação é roubo. Mais que deixar sonegar, estimula a sonega-

ção, na medida em que o tesoureiro do presidente pede que o marqueteiro do presidente abra uma conta no exterior para receber seu pagamento, naturalmente "por fora".

A alegação de que o presidente não sabia de nada não o exime de responsabilidade. Seus homens de confiança, do marqueteiro ao tesoureiro, do chefe da Casa Civil ao presidente de seu partido, sabiam. De duas uma: ou Lula é omissos ou é conivente.

Mais: deixa circular a enrolação sobre o pagamento de uma dívida sua com o PT, que seu amigo Paulo Okamoto diz ter pago, mas que seu também amigo (e ministro) Jaques Wagner diz que nunca existiu.

Mais: seu partido participa na CPI, da farsa de montagem de lista falsa, o que evidencia o quanto apodreceu. Até a tropa de choque collorida tinha mais ética.

Está passando da hora de o presidente dizer a verdade. A lama sobe a rampa.

@ → [crossl@uol.com.br](mailto:crossl@uol.com.br)

## EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

# A DERROCADA

**P**ESQUISA Datafolha publicada hoje por este jornal revela que a avaliação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva piorou de maneira insuportável. A percepção negativa do escândalo do "mensalão" disseminou-se pela sociedade, e a derrocada do primeiro mandatário parece irreversível. Pela primeira vez, uma sondagem sobre intenção de votos para o pleito de 2006 indica que o presidente seria derrotado em segundo turno.

Para tornar o quadro ainda mais difícil, novos desdobramentos trazem a corrupção para muito perto do Palácio do Planalto. Ontem, diante da CPI dos Correios, o publicitário Duda Mendonça afirmou que parte do "pacote" de marketing político que negociou com o PT, do qual constava a campanha para a Presidência de 2002, foi pago com dinheiro de caixa dois em depósitos realizados numa empresa criada nas Bahamas — um conhecido paraíso fiscal.

A confirmar-se a versão, o presidente Lula perde o pouco de autoridade que lhe restava como chefe de governo exigir dos cidadãos e das empresas o cumprimento de obrigações fiscais se o mais alto magistrado da República chegou ao poder valendo-se de operações fraudulentas? Conhecesse ou não os fatos, trata-se de algo de extrema gravidade.

Não foi esse o único pagamento nebuloso a envolver o presidente. Também a liquidação de um empréstimo contraído com o PT, assinalado em prestação de contas da legenda, desperta inquietações. No dia 17 de julho, antes de publicar reportagem acerca da operação, esta Folha solicitou um pronunciamento do governo — mas não recebeu nenhuma resposta. Posteriormente, uma nota emitida pelo Palácio do Planalto transferia a questão para o PT.

Agora, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, apresenta-se como o responsável pela quitação. Tesou-

reiro da campanha de Lula em 1989, Okamoto disse que retirou de sua conta pessoal os recursos para saldar o compromisso de cerca de R\$ 29 mil. O generoso companheiro do presidente declarou ter "providenciado" recursos em espécie e tê-los transferido ao partido, sem dispor de meios, porém, de comprovar a operação. Okamoto afirmou, ainda, que preferiu não avisar Lula sobre seu magnânimo gesto. Seria, pois, mais um caso acerca do qual o presidente nada saberia.

Questões a respeito do empréstimo surgiram na CPI dos Correios, onde se aventou a hipótese de o pagamento ter sido realizado com dinheiro de caixa dois do esquema PT-Marcos Valério. Okamoto veio a público no intuito de dirimir as dúvidas, mas o tempo decorrido, sua participação na comitiva presidencial que viajou a Garanhuns no início do mês e a história que contou terminaram por alimentar as desconfianças.

Até aqui, o presidente tem se esquivado de pronunciamentos à sociedade brasileira para oferecer sua visão sobre o escândalo. Prefere manifestar-se, de maneira exaltada e emouva, diante de audiências previamente selecionadas, numa linha de atuação já chamada de *chavista* em referência ao presidente venezuelano, Hugo Chávez — recebido ontem, aliás, em inesperada visita a Brasília.

Vendo seu prestígio deteriorar-se, Lula vinha procurando respaldo na população menos informada. Agora, diante dos novos fatos e dos resultados trazidos pelo Datafolha, suas perspectivas se tornaram sombrias.

O presidente da República poderá considerar-se favorecido pela sorte se conseguir terminar seu mandato, pois a hipótese de impeachment, remota até poucos dias atrás, se afigura hoje como possibilidade palpável.

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/LULA NA MIRA

LULA

VALÉRIO

Lula é um homem de bem. Se ficar provado de alguma forma que esse não é o presidente do meu sonho, eu nunca mais vou fazer campanha política. [...] Ele é um idealista.

Eu queria fazer aquela campanha [de Lula em 2002], à qualquer preço

DUADA MENDONÇA publicista

Nunca recebi da agência publicitária SMPB. O pagamento era feito na agência do Banco Rural. [...] Não merecíamos. Não recebemos diretamente de Marcos Valério. Queríamos preservar nossos clientes, mas chegou a um ponto em que não era mais possível

ZILMAR FERREIRA sócia da Duda Mendonça

Marqueteiro afirma que recebeu de Marcos Valério R\$ 11,9 milhões relativos a dívidas de 2002, mas procura preservar Lula

Duda diz que caixa 2 pagou campanha do PT

DA SUPLENTE DE BRASÍLIA DA AGENCIA FOLHA, EM BRASÍLIA

Em depoimento surpresa na CPI dos Correios, o publicitário Duda Mendonça admitiu ter recebido do PT, por meio de Marcos Valério de Souza, dinheiro de caixa dois referente à campanha eleitoral de 2002, inclusive com depósitos feitos em uma conta em um paraíso fiscal no exterior.

Marqueteiro de Luis Inácio Lula da Silva em 2002, Duda disse acreditar, no entanto, que a campanha do presidente, parte de um "pacote" de serviços prestados por ele ao PT, tenha sido paga com dinheiro "oficial" (legitimamente registrado), já que houve "alta arrecadação". Ele não apresentou provas de origem de tais recursos, mas se comprometeu a disponibilizar dados de sua empresa.

Duda revelou ter recebido R\$ 15,5 milhões do PT em 2003. Não emitiu nota fiscal, a pedido do partido, segundo ele. Do total, 11,9 milhões teriam vindo de Valério e R\$ 3,6 milhões diretamente do então tesoureiro do partido, Delúbio Soares. Os pagamentos de Valério teriam sido feitos com depósitos de R\$ 10,5 milhões no exterior e o saque de R\$ 1,4 milhão em espécie, de forma parcelada, no Brasil.

Os recursos seriam referentes a dívidas das campanhas de 2002 e também a serviços prestados em 2003. "Esse dinheiro era claramente de caixa dois, a gente não é bobo. Nós sabemos, mas não tiramos outra opção, queríamos receber", disse ele, em depoimento de quase dez horas que terminou às 22h10.

No caso específico da campanha presidencial, no entanto, ele teria emitido notas fiscais, mas não as apresentou à CPI. "Eu não posso garantir, mas acredito que a campanha do presidente Lula foi toda paga com dinheiro oficial", disse. "É só cruzar as faturas que eu emiti com a contabilidade do PT para ver se a campanha de 2002 foi paga por dentro ou por fora."

Ao ser indagado se chegou a comentar esses pagamentos com o presidente, Duda disse que não fez busca por isentar Lula. Segundo o publicitário, os contatos financeiros eram feitos apenas com Delúbio.

Dificuldade alegada pelo marqueteiro para discriminar o dinheiro recebido da campanha presidencial deve-se ao fato de ele ter montado um pacote para o PT em 2002 incluindo as campanhas de Lula, de José Genoino ao governo de São Paulo, de Aloizio Mercadante ao Senado, de Benedita da Silva para o governo do Rio de Janeiro e de um senador pelo Rio de Janeiro que não

sabe especificar. Além de tentar separar a campanha presidencial das demais, Duda também procurou isentar o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), argumentando que o custo da prestação de serviço a ele teria sido baixo pelo fato de sua empresa de marketing político já estar com uma estrutura montada em São Paulo.

Provocado pela oposição, Duda disse acreditar na honestidade do presidente Lula em relação ao atual escândalo de corrupção que abala seu governo e seu partido. "Se ficar provado de alguma forma que esse não é o presidente dos meus sonhos, eu nunca mais faço campanha política", disse ele, que trabalhou para o PT desde 2001.

Duda possui três empresas: a CEP Comunicação e Estratégia Política, de marketing político; a Duda Propaganda, que sucedeu a DM&P; e a Promark, que presta consultoria na área de marketing.

Estava previsto ontem apenas o depoimento da sócia do marqueteiro, Zilmar da Silveira, que foi convocada pela CPI para explicar o saque em dinheiro de R\$ 15,5 milhões das contas das empresas de Marcos Valério. Ela acabou depoendo junto com o ex-sócio.

A estratégia de Duda foi colaborar com a comissão parlamentar de inquérito para não ser acusado de conivência com o esquema montado pelo PT e Marcos Valério. O marqueteiro chorou algumas vezes durante o depoimento ao falar de sua trajetória e do constrangimento pelo qual estaria passando.

O deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) disse que o marqueteiro confessou crimes e pode ser enquadrado nas leis do "colarinho branco" e da lavagem de dinheiro.

Após o depoimento, Duda Mendonça perdeu a paciência e começou a retrucar. Ao tucano Julio Redeker (RS), que fez menção aos filhos de Duda, levantou a voz. "Não ponha meus filhos", disse.

CAIXA DOIS

Esse dinheiro era claramente de caixa dois, a gente não é bobo. Nós sabemos, mas não tínhamos outra opção, queríamos receber pelo trabalho

DUADA MENDONÇA

no mereço disso". Sentindo-se julgado novamente pelo deputado José Rocha (PFL-BA), disse: "Pombal! Eu tô morto. D'orna tá só duas horas nesta madrugada. Desculpe se estou estourado, mas é um mau dia".

PARAFUSO FISCAL Segundo os depoimentos, ao cobrar dívidas do PT em 2003, Zilmar teria sido orientada por Delúbio a procurar Marcos Valério.

Ele teria pedido à sócia de Duda para abrir uma conta bancária no exterior, onde seriam depositados recursos. Duda disse que procurou o BankBoston e foi orientado a abrir uma offshore — empresa em que os sócios não são identificados — nas Bahamas. Na conta da empresa, chamada de "Dussel-

COMO FUNCIONOU O ESQUEMA

1. Em fevereiro de 2003, a Duda Mendonça recebeu de Marcos Valério R\$ 15,5 milhões em espécie, a pedido do PT. O dinheiro foi depositado em uma conta em um paraíso fiscal no exterior. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT. O dinheiro foi depositado em uma conta em um paraíso fiscal no exterior.

2. Valério resolveu o problema de caixa dois pagando a Duda Mendonça R\$ 300 mil em espécie, a pedido do PT. O dinheiro foi depositado em uma conta em um paraíso fiscal no exterior. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

3. O dinheiro dos depósitos de Valério foi usado para pagar as dívidas do PT em 2003. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

4. O dinheiro do saque de Valério foi usado para pagar as dívidas do PT em 2003. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

5. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

6. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

7. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

8. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

9. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

10. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

1. Em fevereiro de 2003, a Duda Mendonça recebeu de Marcos Valério R\$ 15,5 milhões em espécie, a pedido do PT. O dinheiro foi depositado em uma conta em um paraíso fiscal no exterior. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT. O dinheiro foi depositado em uma conta em um paraíso fiscal no exterior.

2. Valério resolveu o problema de caixa dois pagando a Duda Mendonça R\$ 300 mil em espécie, a pedido do PT. O dinheiro foi depositado em uma conta em um paraíso fiscal no exterior. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

3. O dinheiro dos depósitos de Valério foi usado para pagar as dívidas do PT em 2003. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

4. O dinheiro do saque de Valério foi usado para pagar as dívidas do PT em 2003. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

5. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

6. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

7. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

8. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

9. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

10. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

1. Em fevereiro de 2003, a Duda Mendonça recebeu de Marcos Valério R\$ 15,5 milhões em espécie, a pedido do PT. O dinheiro foi depositado em uma conta em um paraíso fiscal no exterior. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT. O dinheiro foi depositado em uma conta em um paraíso fiscal no exterior.

2. Valério resolveu o problema de caixa dois pagando a Duda Mendonça R\$ 300 mil em espécie, a pedido do PT. O dinheiro foi depositado em uma conta em um paraíso fiscal no exterior. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

3. O dinheiro dos depósitos de Valério foi usado para pagar as dívidas do PT em 2003. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

4. O dinheiro do saque de Valério foi usado para pagar as dívidas do PT em 2003. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

5. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

6. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

7. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

8. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

9. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

10. Duda Mendonça também recebeu de Valério R\$ 10,5 milhões em espécie, a pedido do PT.

Questionado se estava arrependido de ter contribuído para a vitória de Lula, respondeu: "Não. Do fundo da grã-banca ainda também estão misturando o que está acontecendo, mas acho que este presidente é um homem de bem e acredito que ainda vou ter muito orgulho da campanha que fiz. Não sempre as coisas ruins que acontecem a gente pode culpar o chefe. É difícil controlar até mesmo a própria família com os dados da mão, imagina o resto?".

Questionado por integrantes da CPI, Zilmar negou que tenha pago despesas pessoais da presidente Lula ou da primeira-dama, Marisa Letícia. "Se custo da campanha, como palete e figurino", disse. Ela também se pagou um termo da grife Ricardo Almeida para a posse do presidente Lula. Duda negou e acrescentou: "que nem sempre nos termos mais caros são os melhores nas gravatas".

CAIXA DOIS - O marqueteiro não conseguiu discriminar os valores de cada campanha realizada em 2002. Disse ainda que, ao efetuar os pagamentos, Delúbio não dizia a que serviço era referente. "O Delúbio sempre dizia que dinheiro não tem corrimão", disse ele. O publicitário afirmou que não emitiu notas fiscais em suas empresas.

O líder do PSDB, deputado Alberto Goldman (SP), questionou a legalidade das campanhas municipais do ano passado, já que foram declaradas como "quadrantes" nos Tribunais Regionais Eleitorais e Duda afirmou ter sido uma dívida de R\$ 14,7 milhões com o partido referente a esses pleitos.

VALÉRIO - O marqueteiro disse ter encontrado Marcos Valério apenas duas vezes, uma no comitê da campanha presidencial, no início de 2002, e outra posteriormente, no diretório do PT. A responsável pela parte financeira seria Zilmar, que teria mais contatos com o publicitário mineiro.

TUCANOS - Duda trabalhou na campanha de reeleição ao governo de Minas Gerais do hoje senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), em 1998, e disse acreditar que não houve caixa dois nessa ocasião.

VALÉRIO - Duda afirmou não lembrar de Valério nesta época.

A sensação que temo é que Azeredo pagou toda oficial, não veio nada por fora. Não estou dizendo que não houve, pode ter havido porque não é uma coisa nova", disse.

Valério revelou à CPI que tomou empréstimos bancários e resolveu para a campanha de deputado coligados à campanha de Azeredo. Esses recursos não foram declarados, mas o senador tucano afirma que não tinha conhecimento da caixa dois. Azeredo colocou a responsabilidade no tesoureiro de sua campanha,

Cláudio Mourão. Duda e Zilmar tentaram minimizar a afinidade com o peista ao afirmar que possuem atualmente o mesmo número de contatos com a administração federal do que no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), mas admitiram que recebem agora o dobro do valor.

Eles possuem o contrato da Petróbras, da Secom (Secretaria de Comunicação Social) e do Ministério da Saúde; no governo FHC possuíam os da Telebrás, do Banco Central e da BR Distribuidora.

SIGILOS - Falando em nome próprio e no de sua sócia, Zilmar Fernandes, ele afirmou que aceita a qualquer dia emitir nota fiscal e fiscal, o da sócia e o das suas empresas. "Sem o menor problema, perfeirmente. Só que o zéni não vogado me sugeria que ele quer ver exatamente como disse o Sr. perguntado pelo deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS)."

LEGISLAÇÃO ELEITORAL - Para Duda, a legislação eleitoral é "libertária" e se os integrantes da CPI quiserem tirar um saldo positivo do episódio terão que modificá-la. Uma das sugestões dadas pelo marqueteiro para banhar as campanhas e substituir os pregozinhos políticos na televisão por debates semanais.

"É baratinho, isso aí. Custa zero, não há influência do Poder Judiciário. O que vai prevalecer é só o conhecimento dele [do marqueteiro], o carisma", disse o publicitário.

SILÊNCIO - O publicitário disse que havia ficado ruborizado ao pagar para preservar seu cliente, o PT, e também para de idêntico ao ver notas na imprensa referentes à "offshore" "Dusseldorf" e interpretou isso como uma chantagem de Marcos Valério, porque só ele, Duda e Zilmar sabiam dessa caixa no exterior.

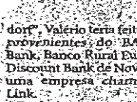
"Está em um momento sendo usado. Nossa história é diferente da de Marcos Valério, eu não nasci para mentir. Prefiro dizer o que sei e ir dormir. Hoje [então] eu vou dormir", disse ele.

6.600 - Duda foi questionado sobre sua prisão pela Polícia Federal durante uma reunião de julho no Rio de Janeiro em outubro passado. Segundo o deputado Eduardo de Moraes (PSDB-RJ), o afastamento dos delegados posteriormente comprovou

o trânsito de Duda com o presidente. Duda contestou e se irritou com o episódio da prisão. "Na verdade o que aconteceu ali foi perseguição política. Se eu tivesse influência no governo não teria sido preso."

DUDA MENDONÇA

FERNANDA BRAROVIC, LERA SUWANE/SILVANA BARRO



OFFSHORE

Essa conta [aberta em uma offshore nas Bahamas] foi aberta 100% para receber o dinheiro dele [Marcos Valério]. [...] Pela colação do dólar, entrei pelo cano

DUDA MENDONÇA



# NACIONAL

## Valério pagou campanha petista de 2002 em paraíso fiscal, diz Duda

Publicitário revela que, do pacote de R\$ 25 milhões, R\$ 10,5 milhões foram pagos com remessa para conta no exterior

### CRISE NO GOVERNO LULA

Lucilana Nunes Leal  
Eugênia Lopes  
BRASILIA

O publicitário Duda Mendonça abriu o jogo. Quase metade do valor das campanhas do PT no ano da eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi pago pelo empresário Marcos Valério Fernandes de Souza com remessas não declaradas para o exterior e sem ônus de notas fiscais. No mês impressionante de apontamento tomado pela CPI dos Correios, Duda revelou ontem que, do pacote de R\$ 25 milhões fechado com o PT em 2002, R\$ 10,5 milhões foram pagos no ano seguinte por Valério, que alegou não ter alternativa a não ser pagar por caixa 2.

"Não vou dar uma de santinho: ou eu recebia daquele jeito, ou tomava o caso", disse Duda. "Marcos Valério não permitiu que faturássemos. Correria era dinheiro para o caso de a gente não ter outra opção". Até quarta-feira, ele negava ter recebido dinheiro de Valério. Ocorrência, Duda é sócio, Zilmar Fernandes Schiavo também como usaram a versão de Valério de que nunca enviou dinheiro ao exterior, apresentaram à CPI "fora" ordens de pagamento emitidas pela EMPB, agência de publicidade de Valério.

Outros R\$ 8,6 milhões, de um contrato de R\$ 7 milhões feito com o PT em 2003, primeiro ano do governo Lula, também foram pagos, segundo Duda, "por fora", em dinheiro vivo. O contrato foi firmado por consultoria, organização de seminários e criação de programas. Duda e Zilmar revelaram detalhes de um grande esquema de pagamentos não declarados das fiscais de campanha e causaram tensão e alvoroço na oposição. Opositores falavam em comprometimento irremediável do presidente. Do pacote de quatro campanhas feitas pelo PT por Duda, a principal era a de Lula. As outras foram para José Genoino, ao governo de São Paulo, ex-senador da Beneficência de São Paulo, e senador Aloberto Mercadante (PT-SP).

Diante da insistência da oposição em vincular Lula aos pagamentos ilegais, Duda disse acreditar que o gasto de campanha presidencial do PT foi todo declarado à Justiça Eleitoral. "Acho que se a campanha do presidente foi paga com dinheiro oficial, assim como o Mercadante", explicou que fazia parte do

### FRASE ATRIBUÍDA A DUDA MENDONÇA

"O Marcos Valério não permitiu que nós faturássemos. Claramente era dinheiro pago de caixa 2, a gente não tinha outra opção".  
DUDA MENDONÇA

pacote pagar as roupas de candidato. "Eu pagava custos de figurino, paletó. Outros gastos não fazia". Ele contou que pagou R\$ 100 mil na festa de posse, pelos quais foi reembolsado, e não pagou despesas da primeira-dama, Maria Luíza.

No fim de 2002, garantiu a vitória de Lula, os dois pressionaram o ex-vice-presidente do PT Delúbio Soares para receber os R\$ 11,5 milhões que faltavam. No início de 2003, segundo Duda, "Delúbio passou a bola para Marcos Valério". A primeira remessa, de R\$ 900 mil, foi enviada em três levas de R\$ 300 mil por Zilmar, em dinheiro vivo, na agência do Banco Rural da Avenida Paulista, em São Paulo, em fevereiro de 2003. "Em março, Valério disse que estava difícil fazer os pagamentos e eu precisava ignorar o número de uma conta no exterior. O Duda resolveu isso", disse Zilmar.

Duda contou que, diante da exigência, procurou o BankBoston, que se tornou o banco parceiro. Abriu uma empresa chamada Dusseldorf Company Ltd, com conta no BankBoston na Bahamas. "A conta já veio pronta, uma pessoa teve tudo pronto de lá. Entregamos o número da conta (000-100-12877) para o Valério e ele fez as remessas". Por meio de vários bancos, entre os quais o Banco Rural Europeo e o Banco de Israel, Valério enviou cerca de R\$ 10 milhões para a conta de Duda. O publicitário disse que abriu a conta nas Bahamas "para não declarar" para receber as dívidas do PT.

Mesmo com remessas regulares para o exterior, em abril de 2003, Valério ainda pagou duas parcelas de R\$ 250 mil, sendas por Zilmar, em dinheiro no Rural do Paulista. Os R\$ 8,6 milhões pagos depois do contrato de 2003, foram remetidos no Brasil, segundo Duda, por Delúbio. "Recebi do Delúbio por pessoas que vinham entregar", disse Zilmar. Outros R\$ 3 milhões foram pagos legalmente, segundo o publicitário, pelo PT nacional.

... Ele também lembrou que pediu para o presidente Lula não continuar minha imagem. "Eu não tenho conseguido ganhar nos últimos 20 anos".

... "Duda reconheceu que pensou nos riscos de assumir a culpa". "Acho de vir para cá, passei bem na decisão que estava tomando. Não há mais verdade. Se algo foi erradado, vou confessar. Mas os erros são fiscais, não éticos".

... Ele também lembrou não do discurso emocionado para falar de sua vida. Assim como o presidente Lula, lembrou sua origem simples e "pai ardido" e a vida "bastante oportuna" em Salvador. Por várias vezes repetiu que sua única preocupação era com sua mulher, sua mãe e seus filhos, que o assustavam. "Fiz o meu trabalho de jornalista, não de político a serviço do partido".

... Duda disse que no governo Fernando Henrique tinha as contas da BR Distribuidora, da Telebrás e do Banco Central. No de Lula, também tem: S. Petrópolis, Secom e Ministério de Saúde. Segundo Duda, o contrato com o Valério 2 vezes maior que os do governo FHC, e LULA e E. L.

### Publicitário lembra origem humilde e chora 4 vezes

BRASÍLIA

O marqueteiro Duda Mendonça chorou quatro vezes na CPI dos Correios. Ele não emocionou apenas os membros da comissão simples e da comissão benevolente e garantiu que todo o dinheiro que ganhou como publicitário foi "honesto e limpo". "A ideia de vir aqui é abrir o meu coração sem nenhum milagre de reserva com as coisas que aconteceram", disse, logo no início. "Se resolvei falar para não continuar minha imagem".

Em vários momentos, não conseguiu disfarçar a verdade. "Muito me orgulha a mim e a minha família não ter um prêmio na área de publicidade que eu não tenha conseguido ganhar nos últimos 20 anos".

"Duda reconheceu que pensou nos riscos de assumir a culpa". "Acho de vir para cá, passei bem na decisão que estava tomando. Não há mais verdade. Se algo foi erradado, vou confessar. Mas os erros são fiscais, não éticos".

### DUDA: "NÃO VOU DAR UMA DE SANTINHO: OU EU RECEBIA DAQUELE JEITO, OU TOMAVA O CASO"

CONTAS DE CAMPANHA DE LULA E VALÉRIO

HISTÓRIAS DE UM PREJUÍZO		Como o PT e Marcos Valério pagaram, ou não, o publicitário Duda Mendonça
<b>2002:</b> Despesas de campanha: <b>R\$ 25 milhões</b>	<b>2003:</b> Despesas com publicidade: <b>R\$ 7,3 milhões</b>	<b>2004:</b> Despesas de campanha: <b>R\$ 24,7 milhões</b>
Pagamentos legais: <b>R\$ 13,5 milhões</b>	Pagamentos legais: <b>R\$ 3,3 milhões</b>	Pagamentos legais: <b>R\$ 10 milhões</b>
Dívida remanescente: <b>R\$ 11,5 milhões</b> (valor quitado em 2003)	Pagamentos ilegais: <b>R\$ 15,5 milhões*</b> (R\$ 5 milhões em caixa 2 no País e R\$ 10,5 milhões em depósitos no exterior)	Dívida atual: <b>R\$ 14,7 milhões</b>

### Frase atribuída a Dirceu agora faz mais sentido

**DOLENTOS:** "Roberto, a Polícia Federal é mala bicorna. Meu ex-cariôtipo de 62 dólares agora, às vésperas da eleição. A turma que ajudou não está podendo internar dinheiro no Brasil". Essa frase foi atribuída ao ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

... Ele não deu depoimento ao Conselho de Ética da Câmara em 14 de junho. É uma tal que ganha mais sentido agora, com a declaração de Duda Mendonça de que Marcos Valério lhe informou que, se

... tivesse contado no exterior, ficaria "mais fácil" receber do PT. Datas e eventos combinam. Duda afirmou que a história da conta no exterior foi em 2004 e Dirceu teria dito a frase às vésperas das eleições de 2004.

### OS PRINCIPAIS TRECHOS DO DEPOIMENTO DE DUDA MENDONÇA À CPI DOS CORREIOS

- 'Realizei meu trabalho e encontrei uma forma de receber por ele. É a regra do Jogo'**
- CAIXA 2:** "Este fato aconteceu no 1º semestre do ano de 2003. O serviço (campanha eleitoral de 2002) já estava concluído e eu estava trabalhando no restaurante acabar de nome e dizer que não tem dinheiro para pagar a conta. Não adianta dar uma surra nele. Na verdade, era dinheiro de fora mesmo. Claramente era dinheiro pago de caixa 2, a gente sabia disso. Estava na cara que não era oficial. A gente não tinha outra opção. Ou recebia assim ou não recebia".
- NOTA FISCAL:** "A gente não podia emitir nota fiscal (para a campanha). O Marcos Valério não permitiu que faturássemos. Claramente era dinheiro pago de caixa 2, a gente sabia disso. Estava na cara que não era oficial. A gente não tinha outra opção. Ou recebia assim ou não recebia".
- DÍVIDAS:** "Não estou preocupado com a dívida do PT comigo, de R\$ 14 milhões. O partido não deve a
- ... tenho esperança de receber. Mas sei que o PT está passando por uma situação complicada, não é porque eu sou uma hora ruim que vou abandonar".
- PAGAMENTOS:** "Em 2002, todo o dinheiro era oficial (legal). Em 2003, eu não sabia se eu estava ou não quem estava pagando era o Marcos Valério, ele ditava as regras do jogo e a gente teve que seguir. Não vou dar uma de santinho: ou eu recebia daquele jeito, ou simplesmente tomava o caso".
- REGRAS DO JOGO:** "Não me sinto um inocente útil. Eu realizei meu trabalho e encontrei uma forma de receber por ele. É a regra do jogo, eu aceitei. Foi um erro fiscal, mas não ético".
- CHANTAGEM:** "Não estou aqui para escaimolar a verdade. Sabe do processo que autoriza com a minha fala. Mas como eu avaria que o Marcos Valério queria criar uma
- ... política comigo que só interessa a ele. A gente é água para o vinho aqui, por foi uma nota, eu um jornal de Minas Gerais, em que falava de uma conta da Dusseldorf que poderia ter o mapa para esclarecer tudo isso. Me sentirei chantageado".
- ESTRATÉGIA:** "A estratégia dele (Marcos Valério) de se misturar comigo era boa pra ele, mas não era nada boa pra mim. Por isso, decidi comparecer aqui. Meu dinheiro é do bem".
- INTIMIDADE:** "Eu privava da intimidade durante a campanha eleitoral do presidente Lula. Marqueteiro e candidato têm intimidade. Depois da eleição, não era mais o Lula, era o presidente, eu não tinha intimidade".
- LULA SABIA?** "Se eu não sei, quem me referia o dinheiro com o presidente Lula, estará cometendo uma evasão. Nunciar o meu dinheiro com o e".
- ... eu um homem de bem e acho que vai provar isso. Tenho orgulho de ter eleito o presidente Lula. Em qualquer lugar existiram sérios e os não sérios".
- PROFISSIONAL:** "Se ficar privado de alguma forma que esse presidente não é presidente dos meus sonhos, não mais a faço campanha política".
- COMPARAÇÃO:** "Quase briguel com o Delúbio Soares, porque eu queria receber. E era melhor para lá, melhor para cá".
- FILIBERTO:** "Eu pagava custos de figurino, paletó (de Lula na campanha). Outros gastos não. Na posse, recebi R\$ 100 mil de reembolso, pagos pelo PT".
- LULA SABIA?** "Se eu não sei, quem me referia o dinheiro com o presidente Lula, estará cometendo uma evasão. Nunciar o meu dinheiro com o e".
- EDUARDO AZEVEDO:** "A sensação que tenho é que o Azeredo pagou tudo de forma oficial. Não veio nada por fora. Não recordo de ter contato na época com o Marcos Valério. Acho que pelo tipo físico me lembraria dele. Agora, não estou dizendo que não houve nada por fora. Pode ter havido, até porque não é uma coisa nova".
- CAMPANHAS MENDONÇAS:** "Se quer trabalhar comigo, faz um debate por semana, cada um com um tema, entre todos os candidatos. O candidato usa um paletó. Se não tiver, pode ser prestado ao amigo. Vai pra trabalhar e cansa, o equilíbrio, a capacidade de comunicação".
- LAPSO FISCAL:** "Consistiu numa vida profissional respeitável ao longo de 30 anos. Muito me orgulha a mim e a minha família não ter um prêmio na área de publicidade que eu não tenha conseguido ganhar nos últimos 20 anos. Posso ter cometido um lapso fiscal, mas não cometi um erro sério de honestidade, de caráter".
- HONESTIDADE:** "Meu dinheiro é limpo. Cada tostão que ganhei foi às custas do meu trabalho. Sei que ao dizer tudo isso corro riscos, mas eu prefiro assumir a minha parte de culpa e ir para casa brincar com os meus filhos como criança inocente".
- CORAJÃO:** "A ideia de vir aqui é abrir o meu coração sem nenhum milagre de reserva com as coisas que aconteceram. Se resolvei falar para não continuar minha imagem. Artes de vir para cá, pensei bem na decisão que estava tomando. Não há mais verdade. Se algo foi erradado, vou confessar".
- MEADIA:** "É melhor receber menos sem problemas (pelo trabalho de campanha) do que mais com problemas e passar por seis vezes o que estou passando".

\*Como em eleições de 2002 e 2003



**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem Apanhamento Taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há poucos dias, o instituto brasileiro de geografia e estatística – o IBGE – divulgou o valor do produto interno bruto de nosso país no primeiro trimestre deste ano: quatrocentos e trinta e seis bilhões e oitocentos milhões de reais.

Ao mesmo tempo, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário – o IBPT – informou a carga tributária paga pelos contribuintes no mesmo período: cento e oitenta e um bilhões e setecentos milhões de reais. Ou seja: de acordo com o IBPT, a carga tributária representou, no primeiro trimestre de 2005, quarenta e um vírgula seis por cento do PIB.

Esses mais de cento e oitenta bilhões arrecadados em três meses, Senhor Presidente, equivalem a dois bilhões por dia, oitenta e quatro milhões por hora, um milhão e quatrocentos mil por minuto, ou vinte e três mil reais por segundo. Imaginem, Sras. e Srs. Senadores: a cada segundo, no período de tempo em que mal se diz um “ai”, o Governo tunga vinte e três mil reais dos cidadãos brasileiros. Como a moeda em nosso País, nestes tempos de PT, parece ser o mensalão, podemos dizer que o Governo está arrancando, do pobre contribuinte, quase um mensalão por segundo.

E para fazer o quê, Sr. Presidente? Será que é justamente para pagar o mensalão? Deve ser, porque não temos notícia de bons investimentos naquilo que realmente interessa. Não se investe – ou se investe mal – na segurança, na saúde, na educação, no saneamento, na habitação e nos transportes. E o que sobra é jogado em aviões ou lençóis de luxo, em viagens, reuniões e festas desnecessárias...

Espero, Sr. Presidente, que não mais queiram atribuir essa mazela dos nossos dias à famosa “herança maldita”, desculpa esfarrapada que já não disfarça as trapalhadas do Governo do PT. No Governo anterior, o máximo de carga tributária que tivemos, no primeiro trimestre de um ano, foi em 2002: trinta e oito vírgula quatro por cento. Desse modo o Presidente Lula pode usar, mais uma vez, seu bordão preferido: “Nunca na História deste País a carga tributária no primeiro trimestre tinha passado dos quarenta por cento”. Pois é. Mais um feito deste Governo: conseguiu chegar aos quarenta e um por cento.

O IBPT utiliza uma imagem, chocante, para expressar a voracidade de nosso Fisco: no final de 2005, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os brasileiros terão trabalhado quatro meses e vinte dias exclusivamente para pagar

os tributos – impostos, taxas e contribuições – exigidos pelo Governo federal, pelos Governos estaduais e pelos municipais. Isso significa, vejam só, que neste ano de 2005, até o último dia 20 de maio, todos os brasileiros trabalharam de graça.

É uma situação, Sr. Presidente, que não pode ser tolerada. Em termos de percentual sobre o Produto Interno Bruto, países como a Alemanha, a Suíça, o Canadá e tantos outros, que oferecem a seus cidadãos as delícias do Estado de bem-estar social, cobram deles uma carga tributária menor que a nossa. Na América Latina, países como México, Argentina e Chile têm carga tributária que fica na faixa de vinte por cento do PIB; ou seja, praticamente metade da suportada pelos contribuintes brasileiros.

É hora, portanto, de darmos um basta! É urgente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que nos unamos contra esse apetite feroz do Fisco. Tal como ocorreu no caso da Medida Provisória nº 232, é preciso que a sociedade – os trabalhadores assalariados, os profissionais liberais, os pequenos, médios e grandes empresários, os produtores rurais, a mídia e nós, parlamentares, todos, enfim –, nos unamos em torno dessa causa importantíssima para a cidadania e, acima de tudo, justa, essencialmente justa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de autoria do ex-Ministro de Estado, Governador e Senador, Jarbas Passarinho, intitulado “O parlamentarismo do PT”, publicado no jornal **Correio Braziliense** no dia 9 de agosto do corrente.

Apesar do Presidente dizer para todo mundo que tudo deve ser apurado e que os culpados devem ser punidos, na prática fez o possível para evitar as CPIs. E, no meio dessa lama, Lula divide a população dizendo aos pobres que a culpa da crise era da elite, mostrando-se em plena campanha para a reeleição.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

# O parlamentarismo do PT

Vivemos um escabroso período de farsas na política. As denúncias feitas pelo deputado Roberto Jefferson, sem as provas que se amparassem, transformaram-se de verossímeis em verdadeiras, à medida que os depoimentos na CPI dos Correios revelavam as fraudes praticadas pela quadrilha que havia tomado conta da direção do PT, bem assim do PTB, cujo presidente, rompendo com José Dirceu, teve o mérito de mostrar o lodaçal.

O presidente da República diz que tudo deve ser apurado e os culpados punidos. Mas na prática faz o contrário. Assina uma medida provisória que cerceia a CPI. Quebra a praxe parlamentar fazendo presidente e relator das CPIs, ambos do PT e aliados. Censura publicamente o presidente petista da CPI dos Correios, porque, depois do festival de cinismo dos depoentes, admitiu a existência do mensalão, tudo o que o governo mais teme e a quadrilha dos tartufos mais nega.

Se o dinheiro — comprovadamente repassado por Marcos Valério, conforme ele admitiu na entrevista de 5 do corrente ao Es-

tação — é para mensalidade aos vendilhões de votos, ou para outro fim (quem sabe benemerência social?), que diferença faz? Haverá quem ache mera coincidência que o repasse da dinheiro se tenha dado nos dias de votação importante no Congresso? Que dizer do vultoso dinheiro passado, sem exigência de recibo, não apenas aos partidos que se alugaram para apoiar os projetos do governo, mas também para vários petistas, como o próprio líder do PT na Câmara, apadrinhado de Dirceu? Não seria — é claro — para assegurar o voto favorável do governo, seu dever. Para só agora, dois anos e meio depois da eleição de 2002, a dinheiro se destina a pagar débitos? E justo quando o PT é o maior beneficiário de dígitos de milhares de petistas, parlamentares a empregados em funções de confiança? Quem defendeu no Congresso a contribuição dos aposentados, milhões de petistas, obrigados a um novo pagamento de 11% dos seus proventos, em troca de nada, pois a aposentadoria já fora conquistada? Trata-se de um direito adquirido, violado vergonhosamente pelo Congresso com os votos de aluguel.

Foi para coisas desse tipo que serviu o mensalão. A desculpa tardia do caixa 2 é obra da manobra jurídica, que a imprensa atribui ao próprio ministro da Justiça junto aos advogados do PT, para desviar para a Justiça Eleitoral o julgamento do crime de parlamentares venais. A estranha entrevista de Lula, em Paris, a uma desconhecida jornalista, veio a propósito, ao dizer que o caixa 2 é prática habitual de todos os partidos no Brasil. Como foi candidato, quatro vezes, infere-se que é veterano no procedimento ilegal. Logo o inefável Delúbio o plagiou. E o mesmo fez Marcos Valério combinado com Delúbio.

Confessar o mensalão, jamais confessarão os autores do negócio sujo. Os grandes mitômanos da literatura, o Barão de Münchhausen, Tartarin de Tarascon e Pinóquio eram pobres de imaginação diante dos Delúbios, Valérios, Dirceus, Silvinhos et cetera, a bem mentir na CPI. Ferino, mas convincente, Roberto Jefferson perguntou olhando para as câmeras de TV: "Você acredita nisso?" Na desfaçatez do hoje humilde Dirceu, de que não opinava nas decisões do PT, crimes que reconhece e debita exclusiva-

mente à direção erixotada do PT? Dirceu sempre disse que tudo o que fez era do conhecimento de Lula. Logo não pode confessar — sem comprometer o presidente — que aprovara os saques e os destinatários e distribuidores do "excremento do diabo", assim chamado por Almeida Garrett. Gente como Valdemar Costa Neto, do PL, José Janene, do PP, José Borba, do PMDB governista, segundo afirma Valério na entrevista citada, agora que, desgostoso, decide "falar aos poucos" o que sabe. Pergunta ele: "Algun banqueiro daria aval para Delúbio e Valério?" E ele mesmo esclarece que "os bancos sabiam que por trás da dupla estava Dirceu".

Delúbio presta-se ao holocausto ao assumir como de sua iniciativa o crime. Só ele é culpado. Ninguém sabia de nada. Genoino, presidente do PT, não sabia exatamente, a despeito de avalista de vultoso empréstimo. Fê-lo em confiança. Há quatrocentos anos Shakespeare, no Hamlet, pela boca de Polônio advertia: "Não emprestes nem tomes emprestado / Perdem-se o emprestado e o amigo". O "querido Zé", (como Lula grafou na carta de aceitação da exoneração de

José Dirceu) também de nada sabia. O presidente que se disse "afastado do PT há três anos", chefe de Estado, não sabia. Estava sempre em estafantes viagens pelo mundo, fora da órbita do "companheiro Bush", em campanha para o Brasil ter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, a direção da OCM e do BID. Pleitos todos perdidos, infelizmente, enquanto Dirceu governava como primeiro-ministro.

Entretanto, o presidente se considera traído no Brasil. Ataca as elites que o prestigiam, faz bravatas e desaios, exaltado e com a face tomada pela ira, provoca os eleitores: "com ódio ou sem ódio terão que me engolir novamente". É a campanha para reeleição, recomendada pelo desgoverno que faz. Visita os mais pobres, a quem ele prometeu fazer três refeições diárias. Chora lembrando a mãe. Dedicar-se à tática perigosa de dividir a população entre excluídos e incluídos. Melhor foradar contra a "classe dominante", as elites petistas que de fato governavam sob o lema repetido de Dirceu: "Este é um governo que não rouba nem deixa roubar". De fato, não é, Valério?

**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado "O elogio da mediocridade", de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** do último dia 14 de agosto do corrente.

O artigo fala que além de pobre politicamente o discurso do Presidente Lula foi cheio de elogios medíocres. O autor se referiu ao constante "auto-elogio a respeito da criação de empregos, 104 mil por mês, na média dos seus 30 meses de governo, ou 14 vezes mais que a média dos anos 90. Mesmo que os dados

estejam corretos e não sejam mais um dos caixa dois desse governo cheio de truques, ainda assim é um desempenho medíocre".

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

## O elogio da mediocridade

**SÃO PAULO-** *Além de pobre politicamente, o discurso de sexta-feira do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contém um segundo pecado mortal: o elogio da mediocridade.*

*Refiro-me a seu constante auto-elogio a respeito da criação de empregos, 104 mil por mês, na média dos seus 30 meses de governo, ou 14 vezes mais que a média dos anos 90. Mesmo que os dados estejam corretos e não sejam mais um caixa dois desse governo cheio de truques, ainda assim é um desempenho medíocre.*

*O metro para julgar a mediocridade, aliás, é fornecido pelo próprio Lula, o candidato de 2002. Lula dizia, então, que era preciso criar 10 milhões de empregos no período presidencial que se iniciaria em 2003. Dez milhões em quatro anos dá 2,5 milhões por ano ou 208 mil por mês.*

*Se estão sendo criados apenas 104 mil/mês, tem-se, portanto, que apenas a metade das necessidades do país estão sendo cobertas.*

*Se seu time de futebol, depois de 30 rodadas, tivesse conquistado apenas metade dos pontos em jogo, você es-*

*taria orgulhoso ou iria para as arquibancadas gritar “burro, burro, burro” para o técnico?*

*Se você, empresário, cumprisse apenas metade das metas necessárias para a boa saúde da empresa, já não estaria às portas da falência?*

*Se você, estudante de direito, tivesse terminado o curso mas sido reprovado no exame da Ordem, estaria orgulhoso ou desempregado?*

*Se você, assalariado, fizesse apenas a metade de suas tarefas, continuaria no emprego?*

*O presidente orgulha-se dos resultados medíocres de seu período porque quer estabelecer como paradigma a gestão Fernando Henrique Cardoso. É um direito seu ter, como diz a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), um caso de amor/ódio mal resolvido com o tucanato (ou mais especificamente com FHC).*

*Mas o país rejeitou esse paradigma por dois terços dos votos em 2002. Votou pela mudança. Ganhou a mediocridade. Orgulhosa mediocridade.*

@ → [crossi@uol.com.br](mailto:crossi@uol.com.br)

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna, hoje, já tem sido debatido com muita preocupação por meus pares. Trata-se da emigração ilegal de brasileiros, que é tema investigado pela Comissão Parlamentar Mista que está funcionando nesta Casa, presidida com todo empenho pelo senador Marcelo Crivella.

O Estado de Goiás está na lista dos Estados brasileiros de onde parte um dos maiores contingentes de pessoas para tentar a vida no estrangeiro.

Eles partem aliciados por agentes inescrupulosos, que, agora já se sabe, são verdadeiros criminosos, integrantes de quadrilhas.

No início deste mês, voltaram ao Brasil, 31 goianos deportados dos Estados Unidos. Eles fizeram parte do grupo de 318 brasileiros obrigados a voltar depois de presos na fronteira entre o México e os Estados Unidos.

Entre eles, havia um grande número de jovens na faixa dos 20 aos 30 anos. Muitos eram desempregados, com baixa ou média escolaridade.

Sua situação e de todos aqueles que vêm tentando, com sucesso ou não, emigrar de nosso país é bem um retrato da falta de perspectiva que enfrentam.

Foi para eles e para os 3,5 milhões de jovens desempregados que o governo federal prometeu, e fracassou, nas sucessivas propostas de políticas para



a juventude, em especial as voltadas para a inserção no mercado de trabalho.

Nesses dois anos e oito meses de governo, foram criados nove programas voltados para os jovens, entre eles o Primeiro Emprego, o ProJovem, a Escola de Fábrica, o Soldado Cidadão e o Consórcio Social de Juventude. Seus resultados foram pífios.

Assim como os jovens, homens e mulheres na faixa dos 40 e 50 anos também têm emigrado clandestinamente do Brasil. Essa verdadeira diáspora de cidadãos brasileiros está a exigir reflexões profundas. O Brasil precisa, mais do que nunca, de um projeto que compatibilize desenvolvimento social com crescimento econômico sustentado, que permita a real melhora da qualidade de vida, com geração de empregos, e não apenas o controle da inflação.

Se não forem adotadas medidas para a redução do nível de desemprego, da informalidade e das desigualdades sociais, o governo deve estar preparado para os custos econômicos, sociais e políticos que advirão.

Por exemplo: os 318 deportados representam pouco mais de 1% dos 25 mil brasileiros que ainda estão nas cadeias norte-americanas à espera da ajuda do governo brasileiro.

No entanto, quem está agindo é o Congresso Nacional. Desde o início da atual legislatura parlamentares das duas Casas têm denunciado a rede de emigração clandestina que alicia brasileiros para convencê-los a deixar o país.

O maior exemplo é a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito da Emigração Ilegal, da qual faço parte.

Acredito que, ao lado das investigações que a Comissão está iniciando com tanto empenho, será fundamental esclarecer à população sobre os aspectos legais e ilegais da emigração.

Entrar em outro país de forma clandestina é assumir riscos, inclusive de vida, e alimentar um esquema criminoso que, esse sim, atravessa fronteiras à luz do dia sem medo das conseqüências.

Ao governo cabe a tarefa de cumprir o que prometeu: tornar o Brasil um país digno de se viver para os brasileiros, onde o sonho não esteja além fronteiras, mas nas oportunidades aqui criadas.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/ PT RS)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão ordinária, a realizar-se segunda-feira, às 14 horas, a seguinte

## ORDEM DO DIA

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT– RS)

– Está encerrada a Sessão.

*(Levanta-se a sessão às 13 horas e 40 minutos)*

– 1 –

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

**Nº 21, DE 2005**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 251, de 2005)*

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 251, de 2005), que institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romeu Tuma.

– 2 –

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 31, DE 2000**

*(Votação nominal)*

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 3 –

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 29, DE 2002**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no art. 60



*do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 4 –

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 12, DE 2003**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 5 –

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 87, DE 2003**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 6 –

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 12, DE 2004**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004,

tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, *que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 7 –

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e  
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

– 8 –

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 59, DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.*

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/ PT RS)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 13 horas e 40 minutos.)*

## Ata da 139ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 22 de agosto de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Eduardo Siqueira Campos, Papaléo Paes,  
Alvaro Dias, Antonio Carlos Valadares e Mão Santa*

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 22/8/2005 07:35:07 até 22/8/2005 20:30:04

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PMDB	GO	ÍRIS DE ARAUJO	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PFL	PE	MÁRCO MACIEL	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	

**Compareceram: 46 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)  
– A lista de presença acusa o comparecimento de 46 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leonel Pavan.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2005**

(Nº 7.405/2002, na Casa de origem)

(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

**Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São criadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região,

com sede em Campo Grande – MS, as funções comissionadas constantes do Anexo desta lei, nos termos do escalonamento previsto na Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, que estabeleceu as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.475, de 27 de junho de 2002.

Parágrafo único. Ato interno do Tribunal Regional do Trabalho estabelecerá as atribuições das funções comissionadas ora criadas e a sua distribuição na estrutura da Justiça do Trabalho da 24ª Região.

Art. 2º Ficam convalidados os atos praticados, até a data de publicação desta lei, por servidores no exercício de funções comissionadas criadas por meio de atos administrativos do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, bem como os efeitos financeiros decorrentes do exercício dessas funções.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO**  
(Art. 1º da Lei nº )

<b>FUNÇÕES/NÍVEL</b>	<b>Nº DE FUNÇÕES</b>
FC-5	66
FC-4	36
FC-3	23
FC-2	32
FC-1	09
<b>TOTAL</b>	<b>166</b>

**PROJETO DE LEI ORIGINAL**  
**Nº 7.405 , DE 2002**

Dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências:

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

**Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º São criadas, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, com sede em Campo Grande-MS, as funções comissionadas constantes do Anexo único desta Lei, nos termos do escalonamento previsto na Lei nº 9.421, de 24/12/96, que estabeleceu as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.475, de 27/6/2002.**

**Parágrafo único. Ato interno do Tribunal Regional do Trabalho estabelecerá as atribuições das funções comissionadas ora criadas e a sua distribuição na estrutura da Justiça do Trabalho da 24ª Região.**

**Art. 2º São declaradas extintas, a partir da vigência desta Lei, as funções comissionadas criadas por meio de atos administrativos do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, ficando convalidados os atos praticados pelos servidores e os efeitos financeiros decorrentes do seu exercício.**

**Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.**

**Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.**

**Brasília-DF, de de ; 181º da Independência e 114º da República.**

**ANEXO ÚNICO**

(Art. 1º da Lei n.º , de de de )

FUNÇÕES/NÍVEL	N.º DE FUNÇÕES
FC-5	66
FC-4	36
FC-3	23
FC-2	32
FC-1	09
<b>TOTAL</b>	<b>166</b>

**J U S T I F I C A T I V A**

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional anteprojeto de lei aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 898/2002, publicada no Diário da Justiça de 13/11/2002, que consubstancia medida para a criação de 166 (cento e sessenta e seis) funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

Sediado em Campo Grande, com jurisdição em todo o Estado do Mato Grosso do Sul, o citado Tribunal, criado pela Lei n.º 8.431, de 09 de junho de 1992, a partir do desmembramento da área jurisdicionada pelo TRT da 10ª Região, Distrito Federal, não contou em sua estrutura originária com a criação das funções comissionadas necessárias ao funcionamento do aludido Órgão.

O crescente número de ações ajuizadas naquela Justiça Especializada, com a conseqüente elevação do volume de serviços e responsabilidades dos servidores, e a necessidade de propiciar maior funcionalidade e dinâmica às unidades administrativas da Corte justificam a adoção de medidas que viabilizem a adequação de sua estrutura organizacional, assegurando a manutenção da celeridade na entrega da prestação jurisdicional.


O Tribunal de Contas da União, ao deliberar a respeito da criação, por meio de atos administrativos daquela Corte Trabalhista, de funções gratificadas de Representação de Gabinete, criou funções comissionadas pela Lei n.º 9.421/96, proferiu decisão nos autos do Processo TC-400.071/1994-0, determinando fossem adotadas as providências necessárias ao exato cumprimento do disposto no art. 48, inciso X, c/c art. 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal.

Nesse sentido, o anteprojeto de lei ora submetido à deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional contempla a criação de 166 (cento e sessenta e seis) funções comissionadas indispensáveis ao pleno desenvolvimento das atividades projetadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, por configurarem merecido incentivo aos executores materiais dessas ações, com a conseqüente extinção daquelas instituídas por meio de ato administrativo da citada Corte.

Portanto, impõem-se urgentes providências no sentido de assegurar a atual estrutura do Órgão dos comandos adequados e indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições, pelo que se propõe a criação das funções comissionadas constantes do Anexo único do anteprojeto de lei ora submetido à apreciação de Vossas Excelências, observando-se que as medidas aqui tratadas não implicarão em aumento de despesas, uma vez que a composição orçamentária do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região já inclui os respectivos valores desde 1991.

Com estas considerações, submeto o anexo anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2002.

  
FRANCISCO FAUSTO PAULA DE MEDEIROS  
Ministro Presidente do  
Tribunal Superior do Trabalho



*LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 9.421, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1998

**Cria as carreiras dos servidores do Poder Judiciário, fixa os valores de sua remuneração e dá outras providências.**

LEI Nº 10.475, DE 27 DE JUNHO DE 2002

**Altera dispositivos da Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, e reestrutura as carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União.**

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2005**  
(Nº 936/2003, na Casa de origem)

**Altera a redação do art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Por intermédio desta lei, a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança do trabalho passa de 5 (cinco) para 10 (dez) anos, nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis.

Art. 2º O **caput** do art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de 10 (dez) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais como do solo.

.....“(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 936, DE 2003**

**Altera a redação do art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Por intermédio desta lei, a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança do trabalho passa de cinco para dez anos, nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis.

Art. 2º O **caput** do art. 618 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de dez anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Parágrafo único. ....(NR).”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

Da obrigação genérica de executar a encomenda de acordo com as regras de sua arte, decorre, para o empreiteiro, um dever excepcional de garantia, quando se trata de edifícios ou outras construções consideráveis.

Nesses casos, o encargo adicional justifica-se pois o que está em jogo são a solidez e a segurança da construção, e os vícios de tal espécie, capazes de conduzir, inclusive, ao desabamento da obra, não são perceptíveis desde logo, podendo-se manifestar depois de um longo período.

Assim sendo, num momento em que o novo diploma civil brasileiro ainda passa por ajustes legislativos, parece-nos de todo conveniente alterar a redação de seu art. 618, a fim de estender, de cinco para dez anos, a garantia dada ao dono da obra.

*LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

**Institui o Código Civil.**

Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 2005**

(Nº 1.285/2003, na Casa de origem)

**Acrescenta parágrafo ao art. 506 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta dispositivo ao art. 506 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

Art. 2º O art. 506 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, transformando-se o atual parágrafo único em § 1º:

“Art. 506. ....

§ 2º O recurso em que se alegar falta de fundamentação da decisão recorrida será necessariamente protocolado em 2 (duas) vias, devendo a 2ª (segunda) independentemente de despacho e de qualquer formalidade, senão registro da respectiva entrega, ser encaminhada ao órgão de controle da atividade judiciária.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.285 DE 2003****Acrescenta parágrafo ao art. 506 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 Código de Processo Civil.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 506 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 2º:

Art. 506. ....

“§ 2º O recurso em que se alegar falta de fundamentação da decisão recorrida será necessariamente protocolado em duas vias, devendo a segunda, independentemente de despacho e de qualquer formalidade senão registro da respectiva entrega, ser encaminhada ao órgão de controle da atividade judiciária.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

É grave irregularidade, sancionada com nulidade, a decisão judicial sem fundamentação. Entretanto, muitas decisões, em primeira e segunda instância, continuam a ser proferidas sem fundamentação. Sendo essa prática arbitrária, merece reprimenda, de ofício, pelos órgãos de controle da atividade judiciária.

Se aprovada a presente propositura, anteriormente apresentada pelo ex-deputado José Roberto Batochio e arquivada, todos os casos de falta de fundamentação em que tenha havido recurso chegarão automaticamente ao conhecimento dos órgãos de controle.

Sala das Sessões, 17 de junho de 2003 – Deputado **Inaldo Leitão**.

**LEGISLAÇÃO CITADA****ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

.....  
LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

**institui o Código de Processo Civil.**

.....  
Art. 506. O prazo para a interposição do recurso, aplicável em todos os casos o disposto no art. 184 e seus parágrafos, contar-se-á da data:

I – dá leitura da sentença em audiência;

II – da intimação às partes, quando a sentença não for proferida em audiência;

III – da publicação da súmula do acórdão no órgão oficial.

Parágrafo único. No prazo para a interposição do recurso, a petição será protocolada em cartório ou segundo a norma de organização judiciária, ressalvado o disposto no art. 524. (Incluído pela Lei nº 8.950, de 13-12-1994)

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2005**

(Nº 2.306/2003, na Casa de origem)

(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

**Dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região os cargos em comissão constantes do Anexo II desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**ANEXO I**  
(Art. 1º da Lei nº , de de de )

CARGO EFETIVO	NÍVEL	QUANTIDADE
Técnico Judiciário	Intermediário	54
<b>TOTAL</b>		<b>54</b>

**ANEXO II**  
(Art. 2º da Lei nº , de de de )

CARGO EM COMISSÃO	QUANTIDADE
CJ-3	54
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.306, DE 2003**

**Dispõe sobre a criação de cargos efetivos e em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região os cargos em comissão constantes do Anexo II desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário. Brasília-DF, de de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

**ANEXO I**

(Art. 1º da Lei nº , de de de )

CARGO EFETIVO	NÍVEL	QUANTIDADE
Técnico Judiciário	Intermediário	54
<b>TOTAL</b>		<b>54</b>

**ANEXO II**

(Art. 2º da Lei nº , de de de )

CARGO EM COMISSÃO	QUANTIDADE
CJ-3	54
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>

**Justificação**

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea b, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional anteprojeto de lei examinado e aprovado pelo Egrégio Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, conforme Resolução Administrativa nº 950/2003, publicada no **Diário da Justiça** da União, Seção I, de 7 de agosto de 2003, que consubstancia medida para a criação de cargos de provimento efetivo e em comissão no Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no Estado do Rio de Janeiro.

As estatísticas pertinentes aos feitos da Justiça Trabalhista no Estado do Rio de Janeiro, que atualmente conta, além do Tribunal que se compõe de 54 (cinquên-

ta e quatro) Juízes, com 114 (cento e quatorze) Varas do Trabalho, vêm demonstrando crescimento no volume de ações ajuizadas nos últimos anos, bem como a insuficiência dos recursos humanos disponíveis para o funcionamento daquela Justiça Especializada, cuja estrutura administrativa não acompanhou, a contento, o vertiginoso aumento das demandas pela prestação jurisdicional que a ela compete, em detrimento da composição dos conflitos oriundos das relações de trabalho que constituem o objeto de sua atividade fim e, por via de consequência, em prejuízo dos jurisdicionados.

Ao Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, considerado um dos maiores na estrutura do Judiciário Trabalhista em face de sua elevada movimentação processual, não foi acrescido,

há mais de uma década, nenhum cargo destinado às atividades de apoio judiciário embora, desde 1993, citada Corte Regional busque dotar a sua estrutura dos recursos humanos necessários para viabilizar prestação jurisdicional satisfatória.

O anteprojeto de lei ora submetido à deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional contempla a criação de 54 (cinquenta e quatro) cargos de provimento efetivo e de igual número de cargos em comissão da Carreira Judiciária, essenciais ao funcionamento dos Órgãos da Justiça do Trabalho. São os seus ocupantes os executores materiais dos trabalhos projetados pela administração, os quais representam quantitativo mínimo para as atuais necessidades de recursos humanos do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e das Varas do Trabalho a ele jurisdicionadas.

Oportuno se faz também o esclarecimento de que os recursos humanos pretendidos nesta proposição encontram ainda justificativa na edição da Lei nº 9.957/2000, que introduziu o rito sumaríssimo para as causas com valor de até quarenta salários mínimos, e a Emenda constitucional nº 20, que ampliou a competência da Justiça do Trabalho.

Portanto, impõem-se urgentes providências no sentido de dotar a estrutura do Órgão dos meios indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições, pelo que se propõe a criação dos cargos constantes dos Anexos I e II do anteprojeto de lei ora submetido à apreciação de Vossas Excelências, representando as medidas aqui consubstanciadas inadiáveis necessidades de recursos humanos do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no Estado de Rio de Janeiro.

Com estas considerações, submeto o anexo anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília-DF, 15 de outubro de 2003. – **Francisco Fausto Paula de Medeiros**, Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2005**

(Nº 3.094/2004, na Casa de origem)

**Altera o art. 64 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 64 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 64. As crianças com idade inferior a 10 (dez) anos devem ser transportadas nos bancos traseiros dos veículos de passageiros, posicionadas e retidas pelo cinto de segurança ou retenção equivalente.

§ 1º É obrigatória a utilização de dispositivo de retenção de crianças (cadeira de segurança) para passageiros com até 4 (quatro) anos de idade.

§ 2º Os fabricantes de veículos estão obrigados a disponibilizar os mecanismos para fixação dos dispositivos de retenção de crianças (cadeira e cinto de segurança) na forma recomendável pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

§ 3º Aplicam-se as disposições deste artigo aos veículos usados e credenciados para o transporte escolar.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.094, DE 2004**

**Altera o art. 64 da Lei nº 9.503, de 23 de dezembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 64 da Lei nº 9.503, de 23 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 64. As crianças com idade inferior a dez anos devem ser transportadas nos bancos traseiros dos veículos de passageiros, posicionadas e retidas pelo cinto de segurança ou retenção equivalente.

§ 1º É obrigatório a utilização de dispositivo de retenção de crianças (cadeira de segurança) para passageiros com até quatro anos de idade.

§ 2º Os fabricantes de veículos estão obrigados a disponibilizar os mecanismos para fixação dos dispositivos de retenção de crianças (cadeira e cinto de segurança) na forma recomendável pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

§ 3º Aplicam-se as disposições deste artigo aos veículos usados e credenciados para o transporte escolar”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

A Lei nº 9.503, de 23, de dezembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, estabeleceu em seu artigo 64 que as crianças com idade inferior a dez anos devem ser transportadas nos bancos traseiros,



sem contudo ressaltar a necessidade de utilização de dispositivos para a retenção de crianças com a segurança recomendável no transporte.

Diante dessa lacuna no Código de Trânsito, estamos propondo nova redação do art. 64 com acréscimos dos §§ 1º, 2º e 3º explicitando a obrigatoriedade de utilização de dispositivos de retenção de crianças (cadeira de segurança) para passageiros até quatro anos de idade. E, ainda, proponho que os fabricantes disponibilizem para os veículos de passageiros mecanismos de fixação de crianças (cinto de segurança e cadeira de segurança) compatíveis com cada faixa etária, bem como, estendo as referidas disposições aos veículos usados no transporte escolar em geral.

A presente proposta é inspirada em legislações correlatas instituídas em outros países com o intuito de minimização de riscos nos transportes de crianças. Nesse contexto, o Estado de Nova York – USA instituiu lei sobre operação de veículos com assentos de segurança e cintos de segurança (§ 1229-C) estabelecendo que “nenhuma pessoa deve operar um veículo de motor neste Estado, a menos que todos passageiros dos assentos posteriores de tal veículo sob a idade de quatro anos estejam protegidos em um assento especialmente projetado que cumpra os padrões da Federal Motor Vehicle Safety Standards regido pelo Código 49 CFR 571.213 e aprovados pelo Comissionado”.

A proposta foi apresentada pelo nobre Ex-Deputado Federal Márcio Fortes, no ano de 2002. Nesse contexto a proposição visa contribuir com o aprimoramento dos dispositivos de segurança previstos em nosso Código de Trânsito. E, ainda, acreditamos que o apoio dos nobres pares vem compartilhar com os anseios das famílias brasileiras na diminuição dos riscos relativo ao transporte de suas crianças.

Sala das Sessões, 10 de março de 2004. – Deputado **Lobbe Neto**.

#### *LEGISLAÇÃO CITADA*

*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

#### **Institui o Código de Trânsito Brasileiro.**

Art. 64. As crianças com idade inferior a dez anos devem ser transportadas nos bancos traseiros, salvo exceções regulamentadas pelo CONTRAN.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

#### **O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

#### **O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Recurso nº 5, de 2005, interposto no prazo regimental no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003, (nº 2.334, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, c, do Regimento Interno.

É o seguinte o Recurso recebido:

#### **RECURSO Nº 5, DE 2005**

Nos termos do art. 91, § 4º, do Regimento Interno, requeremos que o Projeto de Decreto Legislativo nº 850, de 2003 (nº 2.334/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Domingos para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buritama, Estado de São Paulo, seja apreciado pelo Plenário.

Sala das Sessões, de de 2005. – **Osmar Dias – João Capiberibe – Juvêncio da Fonseca – Aelton Freiras – Maguito Vilela – Ramez Tebet – Heráclito Fortes – Flexa Ribeiro – Edison Lobão – Valdir Raupp.**

#### **O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leonel Pavan.

São lidos os seguintes:

#### **PARECER Nº 1.512, DE 2005**

**Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005, (nº 276/2003, na origem), que altera o caput do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (substitui a expressão “atendimento médico” por “atendimento integral á saúde”).**

Relator: Senador **Valdir Raupp**

Relator *ad hoc*: Senador **Reginaldo Duarte**

#### **I – Relatório**

Encontra-se sob exame nesta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005 (PL nº 276, de 2003, na origem), de iniciativa da

Deputada Marinha Raupp, que altera o **caput** do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para substituir a expressão “atendimento médico” por “atendimento integral à saúde”.

A proposição em tela compõe-se de três artigos, sendo o último à cláusula de vigência, que determina que a lei em que o projeto se transformar entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

O art. 1º explicita o direito ao atendimento integral à saúde de crianças e adolescentes.

O art. 2º da proposição estabelece que, no caput do art. II da Lei nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a expressão “atendimento médico” seja substituída por “atendimento integral à saúde”.

Cabe registrar que o projeto em tela foi aprovado, na Câmara dos Deputados, pelas Comissões de Seguridade Social e Família, e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nesta Casa, veio à Comissão de Assuntos Sociais, onde deverá ser analisado quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito.

**II – Análise**

Não há reparos a serem feitos à proposição no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e re-

gimentalidade da matéria. A iniciativa da parlamentar conforma-se ao texto do caput do art. 61 da Constituição Federal. Portanto, formalmente, ajusta-se à Constituição. Do ponto de vista material, vai ao encontro do disposto no art. 196, da Lei Maior, que garante o acesso à saúde como um dos direitos essenciais da cidadania.

Quanto ao mérito, é inegável a importância da proposta. Trata-se de iniciativa que muito contribuirá para que as crianças e adolescentes de nosso País tenham direito a um atendimento integral à saúde – médico, odontológico, psicológico, fisioterápico, e de outras áreas científico-profissionais que lidem com a saúde.

Ficam, assim, caracterizadas a relevância, a propriedade e a oportunidade do PLC nº 42, de 2005.

Quanto à técnica legislativa, faz-se necessário renumerar o artigo que estabelece a cláusula de vigência como art. 3º, o que poderá ser corrigido pela redação final, para atender ao disposto no inciso I do art. 10 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

**III – Voto**

Em vista das considerações expendidas, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005.

Sala da Comissão,

SENADO FEDERAL COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2005.	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 4/08/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
RELATOR: SENADOR VALDIR RAUPP	
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL – PFL	1- HERÁCLITO FORTES – PFL.
JONAS PINHEIRO – PFL	2- JOSÉ JORGE – PFL.
MARIA DO CARMO ALVES – PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES – PFL.
RODOLPHO TOURINHO – PFL.	4- ROMEU TUMA – PFL.
FLEXA RIBEIRO – PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO – PSDB.
ANTÔNIO PAVAN – PSDB.	6- LUIZ SOARES
LUCIA VÂNIA – PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB.
REGINALDO DUARTE – PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA – PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
VAGO	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- MAGUITO VILELA
PAPALÉO PAES	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
ROSELENE CRIVELA (PL)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO.	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....  
Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

.....  
Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I – a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura “Art.” seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

PARECER Nº 1.513, DE 2005

**Da Comissão de Constituição, Justiça E Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692/2004, na casa de origem), da iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.**

Relator: Senador **Edison Lobão**

**I – Relatório**

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005 (nº 4.692, de 2004, na origem), de autoria do Tribunal Superior Eleitoral, que extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.

A proposição cria, no quadro de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de todos os vinte e sete Tribunais Regionais Eleitorais (TER), oitocentos e quarenta e nove cargos efetivos de Analista Judiciário e mil, duzentos e oitenta e nove de Técnico Judiciário e extingue, nos mesmos órgãos, trinta e dois cargos efetivos de Auxiliar Judiciário.

Além disso, cria, também no âmbito de todas as Cortes Eleitorais do País, trezentos e noventa e quatro cargos em comissão, sendo trinta de nível CJ-3, cento e um de nível CJ-2 e duzentos e sessenta e três de nível CJ-1, e mil, quinhentas sessenta e seis funções comissionadas, sendo mil, quinhentas e trinta e três de nível FC-6 e trinta e três de nível FC-4, e extingue novecentas e setenta e duas dessas funções, das quais oitocentas e dezoito de nível FC-5 e cento e cinquenta e quatro de nível 4.

Estabelece, ainda, a proposição que o TSE regulamentará o provimento, sempre mediante concurso público, dos cargos efetivos criados e que as despesas dela decorrentes correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas à Justiça Eleitoral, sendo que a sua implementação observará as disposições pertinentes da Carta Magna e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Colendo Tribunal Superior do Eleitoral justifica a proposição afirmando:

A Justiça Eleitoral, no cumprimento de sua missão constitucional, tem dado ao País inquestionável contribuição no fortalecimento da democracia e na preservação do exercício dos direitos do cidadão, por meio da realização de pleitos eleitorais com qualidade, transparência, segurança, rapidez e funcionalidade.

Avanços significativos foram obtidos na modernização do processo eleitoral, iniciado no ano de 1986, quando foi implementado o processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e na revisão do eleitorado.

Entretanto, na realização dos últimos pleitos, têm sido identificados fatores que podem ameaçar a eficiência e a eficácia na prestação dos serviços eleitorais, alguns dos quais de amplo conhecimento público.

A avaliação das eleições de 2004, realizada pela Justiça Eleitoral para levantamento de falhas e dificuldades e indicação de providências e ações de aprimoramento, indicou a necessidade de serem tomadas medidas de caráter intrínseco à organização e outras sujeitas a disciplinamento legal, como a redefinição das estruturas orgânicas e o redimensionamento dos quadros de pessoal das secretarias dos tribunais eleitorais.

Assim sendo, justifica-se a proposta não somente pela demanda decorrente do incremento do eleitorado em 23%, no período de 1994 a 2004, mas também pela necessidade de se dar continuidade ao processo de informatização dos pleitos eleitorais, bem como a outras iniciativas de modernização das atividades a cargo da Justiça Eleitoral, tais como planejamento dos pleitos, aperfeiçoamento do controle e análise de contas do candidato, comitês financeiros e agremiações partidárias, dinamização do processamento dos feitos, além da melhoria dos serviços judiciários, de apoio administrativo, de infra-estrutura e de logística.

Elaborou-se então este projeto de lei, cujo escopo é a criação e extinção de cargos e funções nos quadros de pessoal dos tribunais eleitorais, nos quantitativos indicados nos anexos, a fim de dotar suas secretarias de contingente de pessoal e estrutura orgânica compatíveis com suas reais necessidades.

Aduz, ainda, aquela Corte superior:

Cumprir-se destacar que o aumento de despesas será em parte compensado pela redução do contingente de profissionais terceirizados e pela extinção de funções comissionadas.

Registre-se, finalmente, que, consoante o disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal e no art. 85 da Lei nº 10.934, de 11-8-2004 (LDO-2005), a criação de dois cargos e das funções objeto da proposição está prevista no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária para 2005, bem como incluída de forma parcial na dotação orçamentária da Justiça Eleitoral relativa a pessoal e encargos sociais (Projeto de Lei nº 51, de 2005).

Aprovado na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão deste Câmara Alta, onde não recebeu emendas.

## II – Análise

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (CF, art. 48, X), de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior (CF, art. 96, II, **b**), não havendo, também, qualquer reparo no tocante à constitucionalidade material e à juridicidade.

Quanto ao mérito, é indiscutível a importância da presente proposição. O papel da Justiça Eleitoral na modernização dos pleitos em nosso País é por demais conhecida. O Brasil é, hoje, sem exageros ufanistas, a nação mais avançada em termos de informatização do processo de votação e apuração de votos do mundo.

Não apenas o resultado de nossas eleições tem sido conhecido em tempo recorde, como o processo de apuração tem permitido o seu acompanhamento em tempo real por todos os cidadãos.

Trata-se de um processo para o qual devem ser dadas todas as condições para a sua continuidade e contínuo aprimoramento, tendo em vista o seu significado para a garantia da Democracia e da Cidadania.

Impõe-se, então, fornecer, à Justiça Eleitoral os recursos mínimos para o seu funcionamento. E, efetivamente, a criação de novos cargos e funções no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral de todos os vinte e sete Tribunais Regionais Eleitorais representa a adequação da estrutura administrativa desses órgãos para fazer frente à sua elevada missão institucional.

Finalmente, é oportuno observar que, conforme assevera o eminente Ministro-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na justificação do projeto ora em análise, acima transcrita, o aumento de despesa decorrente do PLC nº 55, de 2005, será feito dentro dos rígidos limites fixados pelo ordenamento jurídico pertinente.

A aprovação da presente proposição representa, assim, providência urgente e correta no sentido de permitir à Justiça Eleitoral brasileira continuar a exercer as suas funções da melhor forma possível, sem interromper um processo que a tem colocado, podemos afirmar com orgulho, em primeiro lugar entre os órgãos congêneres dos países democráticos.

## III – Voto

Destarte, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005.



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 55 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA <i>[Assinatura]</i>
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO (RELATOR)	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE <i>[Assinatura]</i>	5-RODOLPHO TOURINHO <i>[Assinatura]</i>
ALMEIDA LIMA <i>[Assinatura]</i>	6-TASSO JEREISSATI <i>[Assinatura]</i>
ÁLVARO DIAS <i>[Assinatura]</i>	7-EDUARDO AZEREDO <i>[Assinatura]</i>
ARTHUR VIRGÍLIO <i>[Assinatura]</i>	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) * <i>[Assinatura]</i>	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)</b>	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA <i>[Assinatura]</i>	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA <i>[Assinatura]</i>	4-JOÃO CAPIBERIBE <i>[Assinatura]</i>
IDELI SALVATTI <i>[Assinatura]</i>	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO <i>[Assinatura]</i>	7-MARCELO CRIVELLA <i>[Assinatura]</i>
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEBET <i>[Assinatura]</i>	1-NEY SUASSUNA <i>[Assinatura]</i>
JOÃO BATISTA MOTTA <i>[Assinatura]</i>	2-LUIZ OTÁVIO <i>[Assinatura]</i>
JOSÉ MARANHÃO <i>[Assinatura]</i>	3-SÉRGIO CABRAL <i>[Assinatura]</i> (sem voto)
MAGUITO VILELA <i>[Assinatura]</i>	4-GERSON CAMATA
AMIR LANDO <i>[Assinatura]</i>	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON <i>[Assinatura]</i>	6-GARIBALDI ALVES FILHO <i>[Assinatura]</i> (sem voto)
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 08/06/2005

(\*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(\*\*) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....  
X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001

.....  
Art. 96. Compete privativamente:

.....  
II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

.....  
**b)** a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41. 19-12-2003)

.....  
LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.**

.....  
Art. 85. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, constantes de anexo específico da lei orçamentária.

.....  
**PARECER Nº 1.514, DE 2005**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2004, que introduz**

**no art. 52 da Constituição Federal, um § 2º, transformando em § 1º o seu atual parágrafo único.**

Relator: Senador **Jose Jorge**

**I – Relatório**

Subscrita pelo eminente Senador Pedro Simon e outros vinte e sete Senadores, vem ao exame desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2004, que pretende aditar novo parágrafo ao art. 52 da Constituição Federal, com o propósito de prever o comparecimento, para prestação de contas perante o Senado Federal ou qualquer de suas comissões, de autoridades cuja nomeação dependa de aprovação prévia desta Casa Legislativa. Segundo o texto do dispositivo projetado, a lei disporá sobre os procedimentos a serem observados para o fim determinado na PEC.

Como argumentam os signatários na justificativa da Proposta,

Julgamos (...) de todo útil e necessário que o Senado Federal, como parte responsável na escolha desses titulares, tenha o direito e o dever de avaliar o seu exercício, durante todo o período de sua duração, sobre ao seu final. Projeto de Lei irá regulamentar esse dispositivo constitucional, definindo com maior precisão: quem estará sujeito a essa prestação de contas, como ela se dera e quando deverá ser feita, além de outros detalhamentos que se revelem necessários.

**II – Análise**

Do ponto de vista da constitucionalidade, nada há a opor à tramitação da matéria. A Proposta atende ao requisito de iniciativa previsto no inciso 1 do art. 60 da Carta Política, e não esbarra em nenhum dos limites circunstanciais e materiais estabelecidos nos parágrafos 1º e 4º do mesmo artigo.

No tocante ao mérito, não há como deixar de reconhecer a legitimidade e relevância das razões apresentadas na persuasiva justificativa da Proposta.

Trata-se, como ressaltam os autores, de complementar o importante papel desempenhado pelo Senado na escolha das autoridades elencadas no art. 52, III e IV, da Carta Política, impondo-lhe uma dimensão republicana ainda mais proeminente, já que a tomada de contas e a avaliação das autoridades públicas, além de essencialmente democrática, presta-se a fortalecer um dos alicerces constitutivos do regime republicano, que é a publicidade, transparência e avaliação pública dos atos das autoridades. Note-se que, segundo

os autores da PEC, não se cuida somente de ampliar a competência institucional do Senado, mas também de impor a esta Casa do Congresso Nacional o dever de desenvolver mecanismos de avaliação do exercício das autoridades por ele aprovadas.

Numa apreciação mais ligeira, poder-se-ia sugerir que o comparecimento de autoridades previsto na PEC já encontra respaldo no disposto no art. 50 da Carta, que prevê a convocação de Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. Atente-se, no entanto, para dois aspectos cruciais do alcance da PEC: primeiro, o rol de autoridades estipulado no art. 52

envolve titulares de cargos e funções não abrangidos pelo art. 50, como magistrados superiores, ministros do Tribunal de Contas da União e chefes de missão diplomática; segundo, o que a Proposta sob exame pretende é, ademais, propiciar a discussão e deliberação político-institucional do rito de tomada e prestação de contas a ser objeto da lei ordinária destinada a conferir aplicabilidade e eficácia plena ao preceito constitucional *in fieri*.

Por fim, entendemos que a PEC requer aprimoramento de natureza meramente formal, consistente em nova redação da ementa, que pode ser aprimorada sem perda da precisão lingüística.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 53 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/08/05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	
RELATOR:	<i>Senador José Jorge</i>
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>Edison Lobão</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE (RELATOR)	5-RODOLPHO TOURINHO <i>Rodolpho Tourinho</i>
ALMEIDA LIMA	6- TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN <i>Leonel Pavan</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)</b>	
ALOIZIO MERCADANTE <i>Aloizio Mercadante</i>	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLYCY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>
MAGNO MALTA <i>Magno Malta</i>	4-JOÃO CAPIBERIBE <i>João Capiberibe</i>
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>Antonio Carlos Valadares</i>	6-MÓZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
SERYS SLHESARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA <i>Ney Suassuna</i>
JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i>	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO <i>José Maranhão</i>	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA <i>Maguito Vilela</i>	4-GERSON CAMATA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS <i>Osmar Dias</i>

(\*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(\*\*) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

Assinam o Parecer à Proposta de Emenda a Constituição nº 58, de 2004, na Reunião Ordinária de 3-8-2005, complementando as assinaturas dos Membros da Comissão, nos termos do art. 356, parágrafo único, do RISF, os(as) Senhores(as) Senadores(as):

**Álvaro Dias – Almeida Lima – Tião Viana – Paulo Paim – Tasso Jereissati – Arthur Virgílio – Jorge Bornhausen.**

### III – Voto

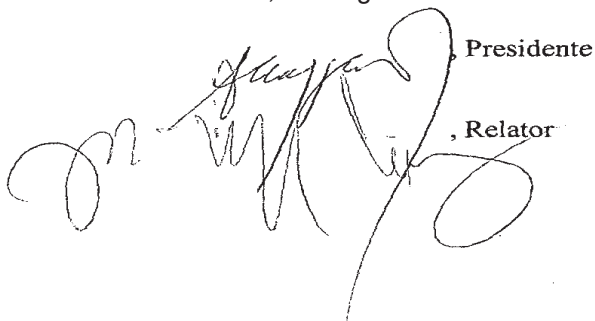
Em face do exposto, nosso voto é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2004, por considerá-la conforme à ordem jurídico-constitucional e, no mérito, relevante e oportuna, adotada a seguinte emenda de redação.

#### EMENDA Nº 1-CCJ

Dê-se à ementa da PEC a seguinte redação:

Acrescenta parágrafo ao art. 52 da Constituição Federal, para disciplinar o comparecimento de autoridades perante o Senado Federal e suas comissões.

Sala da Comissão, 3 de agosto de 2005.



Presidente  
Relator

#### LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a

qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 2, de 1994)

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

§ 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I – a forma federativa de Estado;
- II – o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III – a separação dos Poderes;
- IV – os direitos e garantias individuais.

#### PARECER Nº 1.515, DE 2005

**Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.**

Relator: Senador **Leonel Pavan**

#### I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe Sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a cobertura, no âmbito da assistência prestada por planos privados de assistência à saúde, de despesas de acompanhante de recém-nascido, lactente e criança internada em unidade de tratamento intensivo neonatal ou pediátrico.

A disposição entra em vigor na data de publicação da lei em que se transformar o projeto.



A proposição é justificada em razão dos freqüentes descumprimentos, por parte de operadoras de planos de saúde, de disposições da própria Lei dos Planos de Saúde, que determina, em seu art. 12, inciso II, alínea f, a cobertura daquelas despesas, no caso de pacientes menores de dezoito anos, quando internados, independentemente do local de internação.

Inicialmente distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto não foi apreciado quanto aos aspectos econômicos e financeiros da matéria – como previa o regimento interno da Casa -, mas quanto ao mérito relativo à relevância do acompanhamento, por seus pais, das crianças internadas para a recuperação de sua saúde.

De qualquer forma, o projeto foi aprovado na forma de substitutivo (Emenda CAE-1) que amplia para “todos os menores de dezoito anos” o benefício, ao mesmo tempo em que – ao invés de incluir uma nova alínea ao inciso II do art. 12 que está sendo alterado – modifica a redação da alínea f, já existente.

Dessa forma, segundo o relatório aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, esse dispositivo da Lei dos Planos de Saúde passa a ter uma redação segundo a qual [estão entre as exigências mínimas], quando [o plano] incluir cobertura hospitalar, [a] cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar.

Após essa decisão, foi aprovado requerimento do Senador Tião Viana para que a matéria fosse apreciada, também, pela Comissão de Assuntos Sociais.

## II – Análise

A apreciação de mérito que cabia a esta Comissão já foi feita na Comissão de Assuntos Econômicos, isto é, já foram sobejamente demonstradas e debatidas naquela Comissão as razões de ordem médica e psicológica que indicam a presença e o acompanhamento por seus pais durante a internação de crianças.

Não há questionamentos, entre os profissionais de saúde, quanto ao fato de que a presença dos pais durante o processo de atendimento a crianças gravemente enfermas é fator favorecedor da recuperação, por transmitir-lhes segurança e apoio.

Há, no entanto, peculiaridades da atenção em unidades de terapia intensiva – necessidade eventual de realizar procedimentos heróicos para a manutenção da vida, agressividade de alguns procedimentos diag-

nósticos e terapêuticos empregados, risco elevado de infecções hospitalares – que podem, eventualmente, contra-indicar a presença do familiar junto ao leito do enfermo, tanto por razões de ordem psicológica como operacional.

Isso é, a presença do familiar no mesmo ambiente pode atrapalhar ou mesmo impedir a realização de determinadas ações pela equipe de saúde. Da mesma forma, em razão da natureza invasiva ou cruenta de alguns procedimentos, presenciar sua realização pode ser psicologicamente traumático para uma mãe ou um pai.

Esses fatos nos levam a considerar que, ainda que, em geral, seja positiva e desejável, a presença dos pais ou de outro familiar numa UTI, isso pode, eventualmente ser negativo e indesejável para a recuperação de sua criança.

Por essa razão, a identificação de quando e como permitir a presença de acompanhante deve, a nosso ver, ficar a critério do médico assistente.

Feitas essas considerações, não há o que obstar a que os gastos com acompanhantes de crianças e adolescentes internados sejam cobertos pelos planos de saúde, na medida em que se reconhece sua importância para o tratamento desses pacientes, desde que tenha aquiescência do médico que assiste o paciente.

## III – Voto

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, com a seguinte emenda:

### EMENDA Nº 2 – CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, a seguinte redação:

Art. 1º A alínea f do inciso II do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. ....

(...)

II – (...)

f) cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar, desde de que haja prescrição médica.

..... (NR)”

Sala da Comissão,

SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174 de 2000	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/08/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
RELATOR: Senador LEONEL PAVAN	
BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE
MARCO MACIEL – PFL	1- HERÁCLITO FORTES – PFL.
JONAS PINHEIRO – PFL	2- JOSÉ JORGE – PFL.
MARIA DO CARMO ALVES – PFL.	3- DEMÓSTENES TORRES – PFL.
RODOLPHO TOURINHO – PFL.	4- ROMEU TUMA – PFL.
FLEXA RIBEIRO – PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO – PSDB.
LEONEL PAVAN – PSDB.	6- LUIZ SOARES – (Sem Partido)
LÚCIA VÂNIA – PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB.
REGINALDO DUARTE – PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA – PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
VAGO	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- MAGUITO VILELA
PAPALÉO PAES	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPLYCY (PT)
MARCELO CRIVELA (PL)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (Sem Partido)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
AUGUSTO BOTELHO.	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

**VOTO EM SEPARADO DA SENADORA  
IDELI SALVATTI NA COMISSÃO  
DE ASSUNTOS SOCIAIS**

**I – Relatório**

Esta comissão examina o PLS 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que “dispõe sobre os planos de seguros privados de assistência à saúde”. O projeto acrescenta alínea ao inciso II, do art. 12, da referida Lei para tornar obrigatória a cobertura de despesas de acompanhante de recém-nascido, lactentes e crianças, enquanto esses permanecerem internados em unidade de tratamento intensivo neonatal ou pediátrico.

Em sua justificativa, o autor ressalta que são várias as “reclamações quanto ao não-cumprimento do disposto na Lei nº 9.656, de junho de 1998, em seu art. 12, II, f, que determina a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de 18 anos de idade, quando internados em unidades de tratamento intensivo”. Segundo o autor, essa proposi-

ção visa evitar a interpretação equivocada do dispositivo legal, por parte dos planos e seguros privados de assistência à saúde.

O projeto foi inicialmente distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos onde o parecer do relator, Senador Mão Santa, foi aprovado no dia 30-4-2003, com a Emenda nº 1-CAE. Em seu parecer, o eminente Senador argumentou que o direito defendido pelo PLS nº 174, de 2000, não deveria ser restrito aos recém-nascidos, lactentes e crianças e sim a todos os menores de dezoito anos. Por isso, propôs não a inclusão da alínea g, ao inciso II do art. 12, mas a inserção, na alínea f, original, do seguinte texto:

Art. 1º, A alínea f, do inciso II, do art. 12, da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....NR).

f) cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de dezoito anos, inclusive quando se tratar de

internação em unidade de terapia intensiva ou similar.

Este projeto foi encaminhado, depois de aprovado requerimento do Senador Tião Viana, para apreciação também na Comissão de Assuntos Sociais. Distribuída ao Senador Leonel Pavan, manifestou-se o ilustre relator, em seu parecer, pela aprovação com a seguinte Emenda,

Art. 1º A alínea **f** do inciso II do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

..... (NR)  
**f)** cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar, desde de que haja prescrição médica.

Esse é o relatório.

## II – Análise

Pedindo **vênia** ao nobre relator, discordamos da sua posição na matéria, mesmo entendendo sua preocupação em aprimorar a emenda apresentada pelo Senador Mão Santa e aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos. Ao acrescentar a frase “desde de que haja prescrição médica”, o ilustre Senador Leonel Pavan chama a atenção para uma questão importantíssima para o caso de atenção em unidades de terapia intensiva.

Segundo o parecer do relator,

“há, no entanto, peculiaridades da atenção em unidades de terapia intensiva – necessidade eventual de realizar procedimentos heróicos para a manutenção da vida, agressividade de alguns procedimentos diagnósticos e terapêuticos empregados, risco elevado de infecções hospitalares – que podem, eventualmente, **contra-indicar a presença do familiar junto ao leito do enfermo**, tanto por razões de ordem psicológica como operacional” (grifo nosso)

E acrescenta,

a presença do familiar no mesmo ambiente pode atrapalhar ou mesmo impedir a realização de determinadas ações pela equipe de saúde”. (grifo nosso)

“esses fatos no levam a considerar que, ainda que, em geral, seja positiva e desejável, a presença dos pais ou de outro familiar numa

UTI, isso pode eventualmente ser negativo e indesejável para a recuperação de sua criança.” (grifo nosso)

Isso corrobora nossa preocupação quanto à possibilidade da presença de familiares nas Unidades de Tratamento Intensivo. E importante frisar também que as normas do Ministério da Saúde em vigor, na área de arquitetura hospitalar, não prevêem, no espaço físico definido nas UTI – tanto de adulto como infantil ou neonatal – área de acomodação de acompanhante, o que realmente deveria ser pensado em função das preocupações levantadas pelo relator.

Sabemos da importância comprovada de familiares no processo de recuperação dos enfermos, por isso, reafirmamos que as normas da SAS de Atenção Humanizada do Recém-nascido de Baixo Peso, contemplam essa questão ao recomendar alojamento conjunto e a acomodação da mãe no hospital durante o período em que o filho estiver na UTI Neonatal, com visitas constantes à unidade, e não dentro da Unidade de Tratamento Intensivo.

Quanto às necessidades de crianças e adolescentes durante internações hospitalares, o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) aprovou em 17 de outubro de 1995, a Resolução nº 41, que estabelece como direito destes, quando internado em instituições hospitalares “ser acompanhado por sua mãe, pai ou responsável, durante todo o período de sua hospitalização, bem como receber visitas”.

Concordamos com o texto do relator que, nos moldes do parecer aprovado na CAE, estende o benefício a todos os menores de dezoito anos, e não apenas aos recém-nascidos, aos lactentes e às crianças, como previsto no texto original do PLS 174, de 2000. Isto é, mantêm o texto da alínea **f**, do inciso II, do Art. 12 da Lei em vigor.

O texto hoje em vigor garante amplamente a cobertura de despesas de acompanhante, inclusive em centro de terapias intensiva ou similar, contemplando também os direitos previstos tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente como nas normas do Ministério da Saúde de atenção ao neonatal de baixo peso, através das alíneas **b** e **f**, do inciso II do Art. 12., conforme texto abaixo,

Art. 12. .... (NR)

Inciso II – quando incluir internação hospitalar:

.....NR)

**b)** cobertura de internações hospitalares em centro de terapia intensiva, ou similar,

vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, a critério do médico assistente;

.....NR)

f) cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de dezoito anos;

### III – Voto

Diante do exposto, manifestamo-nos contrário ao Parecer do Senador Leonel Pavan e pela prejudicialidade do PLS 174, de 2000.

Sala da Comissão, **Ideli Salvatti**.

### **DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO**

### RELATÓRIO

Relator: Senador **Leonel Pavan**

#### I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, tem por objetivo tornar obrigatória a cobertura, pelos planos e seguros privados de assistência à saúde, das despesas de acompanhante de recém-nascidos, lactentes e crianças, enquanto esses permanecerem internados em unidades de tratamento intensivo neonatal ou pediátrico.

Nesse sentido, o art. 110 da proposição prevê o acréscimo de uma alínea g ao inciso II do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Pelo art. 2º, prevê-se a vigência da lei em que o projeto eventualmente se transformar para a data da sua publicação.

A proposição foi distribuída inicialmente à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão em caráter terminativo. Transcorrido o prazo regimental, não lhe foram apresentadas emendas.

O projeto recebeu parecer pela aprovação com uma emenda. A alteração efetuada pela comissão estende o benefício a todos os menores de dezoito anos, e não apenas aos recém-natos, aos lactentes e às crianças, como previsto no texto original.

Em atendimento ao Recurso nº 21, de 2003, de autoria do Senador Tião Viana e outros senadores, previsto pelos §§ 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o projeto foi remetido à apreciação do Plenário desta Casa. Obedecendo ao disposto no art. 235, II, c, do RJSF, foi aberto novo prazo para o recebimento de emendas, durante o qual nenhuma foi apresentada.

Com a aprovação do Requerimento nº 336, de 2003, de autoria do Senador Tião Viana, e em obediência ao art. 100, II, do RISF, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão em caráter não-terminativo.

### II – Análise

É nobre a intenção do ilustre autor do projeto de lei em análise de assegurar, às crianças internadas em hospitais, a presença constante de seus pais ou responsáveis. A lei em que o projeto eventualmente se transformar terá, sem dúvidas, grande alcance social.

Os traumas ligados à separação entre mães e filhos são um problema reconhecido pelos pediatras e psicólogos há longa data. Ocorre uma ruptura do chamado “binômio mãe-filho”, com graves conseqüências negativas para o equilíbrio psicológico do infante.

Durante a internação hospitalar, as conseqüências são ainda piores, pois a criança encontra-se especialmente fragilizada, em função da sua condição de saúde e do ambiente novo e hostil.

A humanização da assistência neonatal tem sido preconizada, desde os primórdios do século XX, pela escola francesa de Pierre Budin. Hoje, poucos contestam essa postura, mesmo que, na prática, ela não esteja completamente disseminada em todos os hospitais e maternidades do mundo.

No Brasil, o Ministério da Saúde, por meio do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento, incentiva sempre a aproximação entre mãe e filho, com o objetivo de manter os laços afetivos e acelerar a recuperação da criança.

O Ministério apóia iniciativas que busquem a preservação do binômio mãe-filho, como o método “mãe canguru”, criado em 1979, na Colômbia, como forma de tratamento para recém-nascidos prematuros. Nesse sistema, em vez de ficarem em incubadoras, os neonatos são colocados em contato direto com a pele da mãe, aproveitando-se do calor humano e dos carinhos maternos. Os índices de recuperação são excelentes, com baixo custo para os hospitais.

Atento às necessidades de crianças e adolescentes durante internações hospitalares, o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) aprovou a Resolução nº 41, de 17 de outubro de 1995, baseada em documento encaminhado pela Sociedade Brasileira de Pediatria. A resolução estabelece como direito da criança e do adolescente internado em instituições hospitalares “ser acompanhado por sua mãe, pai ou responsável, durante todo o período de sua hospitalização, bem como receber visitas”, além de ter “direito a receber



aleitamento materno sem restrições” e “a não ser separado da mãe ao nascer”.

Do exposto, pode-se concluir que a atitude das operadoras de planos privados de assistência à saúde de não cobrir as despesas com acompanhante para crianças e adolescentes internados em unidades de terapia intensiva é desumana e contraria os princípios da boa prática de atendimento pediátrico.

Concordamos com as alterações propostas pela CAE, que ampliam oportunamente o escopo inicial do projeto.

Não há reparos a serem feitos à proposição no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

No tocante à técnica legislativa, contudo, observamos que a ementa do projeto não informa de maneira clara o objeto da lei, o que configura uma violação ao art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a redação, elaboração e alteração das leis.

Em conformidade com as observações acima apontadas, apresentamos uma emenda ao projeto de lei ora apreciado nesta Comissão.

### III – Voto

Em virtude das considerações expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, com a seguinte emenda:

#### EMENDA Nº– CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, a seguinte redação:

**Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para assegurar a cobertura das despesas de acompanhante de paciente menor de dezito anos internado em unidade de terapia intensiva ou similar.**

Sala da Comissão, Presidente, Relator **Leonel Pavan**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Foram lidos anteriormente os Pareceres nºs 1.512 e 1.513, de 2005, das Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, referentes às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2005** (nº 276/2003, na Casa de origem), que altera o caput do art. 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que *dispõe sobre o Estatuto da Criança e*

*do Adolescente e dá outras providências (substitui a expressão “atendimento médico” por “atendimento integral à saúde”); e*

- **Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2005** (nº 4.692/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior Eleitoral, que *extingue e cria cargos e funções nos quadros de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais.*

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leonel Pavan.

São lidos os seguintes:

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 292, DE 2005

**Altera a redação dos arts. 1.211-A e 1.211-C da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), para adequá-la à Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, e incluir no rol das pessoas com prioridade processual as portadoras de câncer e da Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1.211-A e 1.211-C da Lei nº 5.669, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), passam a vigor com a seguinte redação:

Art. 1.211-A. Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, ou portadora da Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS), ou de câncer, terão preferência na tramitação de todos os atos e diligências em qualquer instância. (NR)

.....  
Art. 1.211-C. Concedida a prioridade, esta não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de sessenta anos. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

A preferência processual estabelecida nos arts. 1.211-A a 1.211-C, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), concebida em proveito das pessoas idosas, consiste em equilibrar

as condições dos idosos, relativamente aos mais jovens, que têm maior expectativa de vida, o que evoca a lição de Ruy: não há nada mais desigual que tratar igualmente os desiguais.

A proposição assenta nos princípios da isonomia e da dignidade humana, refletidos no caput e no inciso I do art. 5º da Constituição Federal, que iguala direitos e obrigações de homens e mulheres, quando sujeitos às mesmas circunstâncias, e os diferencia ao considerar suas condições personalíssimas, como se pode observar no art. 226 da Carta, relativamente a crianças e adolescentes, e no art. 230, em relação ao idoso.

Na lei, a aplicação dos referidos princípios pode ser vista no art. 125 do Código de Processo Civil, que recomenda ao magistrado manter o equilíbrio entre as partes: "O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, competindo-lhe assegurar às partes igualdade no tratamento". Do procedimento judicial que iguala o tratamento entre as partes se reconhece, necessariamente, tenham sido observadas as diferenças existentes entre as partes.

O princípio da isonomia serve também a que direitos sejam mais facilmente acessados pelos jurisdicionados e ministrados de modo equânime. Portanto, a igualdade de tratamento, que traduz esse princípio, sempre será fruto do reconhecimento das diferenças entre os jurisdicionados.

Por seu turno, o princípio da dignidade humana, consagrado ao longo dos 77 incisos do art. 5º da Carta Federal, alicerça comportamento social que busca consolidar a convivência em nível adequado e permitir que condições adversas, como a idade elevada, desperte, pelos mais idosos, consideração e respeito.

Diante dessas considerações, impende estender a prerrogativa processual às pessoas portadoras de Aids e câncer, porque a redução de expectativa de suas vidas é condição que as situa no patamar dos idosos e suscita os mesmos princípios da dignidade e da isonomia. Além disso, a oportunidade serve para fixar a idade da concessão a partir dos sessenta anos, como está no Código de Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), devendo-se ajustar os arts. 1.211-A e 1.211-C do Código de Processo Civil à lei especial.

Sala das Sessões, – Senador **Augusto Bote-lho**.

*LEGISLAÇÃO CITADA*

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

.....  
.....  
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros

e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta constituição;

.....  
.....

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

.....  
.....

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

.....  
.....

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973  
(Código de Processo Civil)

Art. 125. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, competindo-lhe:

I – assegurar às partes igualdade de tratamento;

II – velar pela rápida solução do litígio;

III – prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Justiça;

IV – tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes.

Art. 1.211-A. Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos terão prioridade na tramitação de todos os atos e diligências em qualquer instância.

Art. 1.211-B. O interessado na obtenção desse benefício, juntando prova de sua idade, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.

Art. 1.211-C. Concedida a prioridade, esta não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de sessenta e cinco anos.

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003  
(Estatuto do Idoso)

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2005**

**Acrescenta o art. 67-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a fim de tornar obrigatória a inserção, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG,**

**das informações referentes aos contratos e convênios firmados pelos órgãos e entidades integrantes do orçamento da União.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica acrescido o art. 67-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a seguinte redação:

“Art. 67-A. Os órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social da União deverão disponibilizar no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG informações referentes aos contratos e aos convênios firmados, com a identificação das respectivas categorias de programação, mantendo atualizados os dados referentes à execução física e financeira, bem como à celebração de aditivos contratuais.

§ 1º Os órgãos e entidades que mantêm sistemas próprios de controle de contratos e convênios deverão providenciar a transferência eletrônica de dados para o Siasg, atualizado-os mensalmente.

§ 2º No âmbito dos convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, devem ser mantidos atualizados os dados referentes à execução física e financeira dos contratos cujo valor seja três vezes superior ao limite estabelecido na alínea a do inciso I do art. 23.

§ 3º O pagamento dos bens e serviços contratados diretamente pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social, dependerá de prévio registro dos respectivos contratos no Siasg, ou nos sistemas próprios, devendo, neste último caso, ser efetuada a transferência eletrônica de dados na forma do § 1º.

§ 4º As entidades constantes do orçamento de investimento das estatais deverão providenciar a transferência eletrônica de dados relativa aos contratos firmados para o Siasg, na forma regulamentar.

§ 5º A inobservância do disposto neste artigo constitui grave infração à norma legal, ficando a execução do contrato sujeita às cominações legais incidentes e o responsável às sanções previstas no art. 16, §§ 2º e 3º, e no art. 58, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

§ 6º O Tribunal de Contas da União verificará o cumprimento do disposto neste artigo, bem como utilizará as informações constantes no Siasg para orientar seus trabalhos de fiscalização.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

São deveras conhecidas as malversações de recursos públicos oriundas da celebração de termos aditivos em contratos públicos. Frequentemente são celebrados sorrateiros acordos, por meio dos quais se garante a um determinado licitante o posterior aditamento do contrato, de modo que ele possa oferecer uma proposta de preços mais baixa, de forma que ele possa eliminar artificialmente os demais concorrentes.

A inclusão das informações referentes à celebração de aditivos contratuais, bem como sua execução, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), tem mostrado excelentes resultados ao possibilitar que o Tribunal de Contas da União identifique, por critérios estatísticos, os contratos com maior probabilidade de conter irregularidades, determinando que sejam realizadas as diligências necessárias para investigação de eventuais irregularidades.

A obrigação de informar o Siasg sobre a execução dos contratos também recairá sobre os contratos celebrados através de convênios com estados e municípios, que são hoje uma importante modalidade de transferência de recursos.

O principal instrumento de coerção visando ao cumprimento das novas disposições está contido no § 5º, que imputa ao responsável pelo cadastramento as sanções previstas na Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, bem como possibilita a suspensão das obras ou prestação dos serviços até que a deficiência seja sanada.

A norma em questão já vem sendo editada repetidas vezes nas várias Leis de Diretrizes Orçamentárias que o Congresso Nacional apreciou recentemente. No entanto, a necessidade de reeditar a norma anualmente enfraquece o instituto, bem como o sujeita a eventuais vetos, como já aconteceu na LDO de 2005, atualmente em vigor.

A adoção deste projeto de lei, portanto, contribuirá sobremaneira à fiscalização dos gastos públicos, evitando muitos dos intoleráveis escândalos que hoje encham nosso noticiário nacional.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2005. – Senador **Augusto Botelho**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I – para obras e serviços de engenharia:

a) convite – até R\$150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais);

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

#### LEI Nº 8.443, DE 16 DE JUNHO DE 1992

Art. 16. As contas serão julgadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo, antieconômico, ou infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ao antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.

§ 1º O Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência no descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de tomada ou prestação de contas.



§ 2º Nas hipóteses do inciso III, alíneas c e d deste artigo, o Tribunal, ao julgar irregulares as contas, fixará a responsabilidade solidária:

a) do agente público que praticou o ato irregular, e

b) do terceiro que, como contratante ou parte interessada na prática do mesmo ato, de qualquer modo haja concorrido para o cometimento do dano apurado.

§ 3º Verificada a ocorrência prevista no parágrafo anterior deste artigo, o Tribunal providenciará a imediata remessa de cópia da documentação pertinente ao Ministério Público da União, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

Art. 58. O Tribunal poderá aplicar multa de Cr\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de cruzeiros), ou valor equivalente em outra moeda que venha a ser adotada como moeda nacional, aos responsáveis por:

I – contas julgadas irregulares de que não resulte débito, nos termos do parágrafo único do art. 19 desta lei;

II – ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

III – ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário;

IV – não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, a diligência do Relator ou a decisão do Tribunal;

V – obstrução ao livre exercício das inspeções e auditorias determinadas;

VI – sonegação de processo, documento ou informação, em inspeções ou auditorias realizadas pelo Tribunal;

VII – reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal.

§ 1º Ficará sujeito à multa prevista no **caput** deste artigo aquele que deixar de dar cumprimento à decisão do Tribunal, salvo motivo justificado.

§ 2º O valor estabelecido no **caput** deste artigo será atualizado, periodicamente, por podaria da Presidência do Tribunal, com base na variação acumulada, no período, pelo índice utilizado para atualização dos créditos tributários da União.

§ 3º O regimento interno disporá sobre a graduação da multa prevista no **caput** deste artigo, em função da gravidade da infração.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Leonel Pavan.

É lido o seguinte:

Aviso nº 6.492-GP/TCU

Brasília, 19 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Ofício nº 1.912 (SF), de 18-8-2005, mediante o qual Vossa Excelência encaminha cópia do Requerimento nº 861/05, de autoria do Senador Álvaro Dias, que solicita a este Tribunal “a realização de auditoria na Casa da Moeda do Brasil, no período de 2003 até a presente data”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o mencionado expediente-autuado neste Tribunal sob o número TC-014.717/2005-9 – foi remetido ao Relator, Senhor Ministro Ubiratan Aguiar.

Atenciosamente, – **Adylson Motta**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

S. Exª terá até 10 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Srªs e Srs. Senadores presentes nesta sessão, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, a nossa religião cristã, católica, faz-nos ir à missa aos domingos. Ontem, Senadora Heloísa Helena, fui a uma igreja num bairro de Tere-sina, Primavera, e assisti à missa celebrada por um padre humilde, muito bom, Padre Manoel.

Citarei um fato interessante ocorrido lá. Eu estava na igreja com a Adalgisa, Senador Papaléo Paes, para assistirmos à missa de domingo, às 19 horas e 30 minutos, e, antes de iniciar, uma criança loira, de olhos verdes, de branco, representando a pureza da criança, aproximou-se de nós para nos entregar aquele folheto da missa. E quero aqui dizer que, a meu ver, a nossa Igreja Católica deveria mudar, pois os evangélicos levam a Bíblia e nós, aquele folheto em substituí-

ção. Senadora Heloísa Helena, aquela criança – um garotinho, uma criança, beleza pura, Vinde a mim as criancinhas”, de branco, na igreja – entregou-me o folheto e disse: “Senador Mão Santa, você já disse para o Lula não roubar?” Quero dizer que esse fato ocorreu numa igreja, na missa de domingo, e foi uma criança. Onde estão as crianças?

Tenho em mão um livro: “De Maquiavel a FHC”. Trata-se de Fernando Henrique Cardoso, do qual o Senador Heráclito Fortes foi Líder. É uma antologia de frases sobre o poder. Há, inclusive, uma do Presidente Lula, que eu trouxe para a Senadora Heloísa Helena. Ela já deve ter ouvido essa frase, uma vez que andaram juntos muito tempo. Está aqui: “Eleitor que vota em ladrão não tem direito a reclamar”.

Vamos entender, Senadora Heloísa Helena, o conceito de ladrão. Senador Papaléo Paes, ladrão não é só aquele que mete a mão no bolso das pessoas na rua e retira dinheiro nem apenas o que “bate” a carteira. Praticar mordomia excessiva é ser ladrão; desviar dinheiro público é ser ladrão. Esses eleitos do mensalão são ladrões.

Essa é a realidade, Presidente Lula. É aquilo que eu aprendi no meu Piauí. É mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. A verdade está aí. Até o Livro de Deus, a Sagrada Escritura, tem aquelas figuras, prêmio e punição; premiar os bons e punir os maus. É hora de punir os maus.

Senador Paulo Paim, esse negócio de ficar só no blablá e não haver punição, de ficar só na mídia e não haver punição, isso é demais. Está na hora de este Parlamento – que significa o ápice de fazer leis boas e justas, Poder controlador e moderador do País – dar o exemplo. Senão, Heloísa Helena, somos ladrões, porque estamos recebendo e não estamos fazendo. Este é um Poder para fazer leis boas e justas. Aliás, Senador Leonel Pavan, nem fazê-las vamos supor que não estejamos fazendo, que medida provisória obstruiu a pauta, mas, pelo menos, interpretar, entender as coisas.

Deus criou as suas leis, somos um povo cristão. O Senador Papaléo começou a sessão, dizendo: “Sob a proteção de Deus”. Os bispos fizeram um manifesto com 27 itens, os bispos, que tinham muita simpatia pelo PT, muita empatia. São 27 itens! Um deles manda o Lula se aconselhar. Isto aqui é um conselho! Ele nunca veio, nunca deu bola, nunca quis. O Conselho da República, os ex-Presidentes!

Senador Papaléo Paes, a criança brasileira está exigindo. Não vamos passar impunes, não! Abraham Lincoln disse, Senador Leonel Pavan: “Você pode enganar poucos muito tempo; muitos, pouco tempo”. O Senado não pode enganar todo mundo todo o tempo!

Esse negócio aí dessa xaropada de reforma é coisa para boi dormir. Não vão reformar nada! Esse negócio de reforma eleitoral de urgência é para enganar o povo! Isso é uma enganação! A criança de dez anos ou doze anos do Piauí, na igreja, exige de nós! Isso aí é uma palhaçada, Heloísa Helena! Esses pilantras e esses picaretas vão agir do mesmo jeito. Se fazem o que fizeram e estão gozando e estão rindo, Heloísa Helena, como é que nessa reforma vão impedir que um picareta desses, bilionário, trambiqueiro, representante das multinacionais, representante das empresas de publicidade, dos bancos da corrupção, meta ali, Heloísa Helena, o dinheiro no bolso, para desvirtuar um vereador, um líder, uma associação de bairro?! Isso é palhaçada!

A reforma tem que ser agora, e o agente somos nós! E não existe nada sem punição! Tem! E é para ser obedecida.

Eu não sei, eu não sei, não me compete se o Lula tem culpa, mas nós temos que saber. Temos que chegar a uma conclusão. Eu li um artigo do PV, do Deputado Federal, o Líder Gabeira, um homem inteligente como o quê. Heloísa Helena, ele diz lá no artigo dele está aqui nas revistas que esse Governo já está morto e que ele não sabe onde se vai colocar o cadáver, se se vai incinerar, ou enterrar, ou deixar podre aí. O fato é...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Meu tempo já terminou?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Tempo é tempo.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Não, vou seguir.

Mas eu queria dizer que não estamos para brincar. Aí está Heloísa Helena em uma reação no P-SOL, para iluminar este País com virtudes, honestidade e luta. E o PMDB também, que esteve aqui, esteve na ditadura, que enfrentamos.

Há muito tempo estávamos isolados, mas vamos escrever nova página, nova página como escrevemos na redemocratização, no grupo de autênticos. Então leio, em primeira mão, para a Nação, a esperança que surge, os novos autênticos do PMDB, como aqueles que lutaram pela redemocratização, pelas eleições livres.

O PMDB tem pautado sua atuação na defesa do Estado democrático de direito, da soberania nacional, do desenvolvimento econômico autônomo e do combate às desigualdades sociais.

Foi assim ao longo da ditadura, mesmo com todas as restrições ao funcionamento parlamentar e ao livre debate das idéias.

Temos tradição política, experiência administrativa, quadro técnico preparado e interlocução com a Academia e com os movimentos sociais.

Somos o maior Partido do Brasil, estruturado em todos os seus Estados e em quase todos os mais de cinco mil Municípios brasileiros.

Possuímos lideranças cujas histórias de vida se confundem com a luta pela moralidade, ética e probidade no trato com a coisa pública.

É chegada a hora de assumirmos função de maior destaque na arena política nacional. O papel de coadjuvante a que temos nos submetido nos últimos tempos não tem sido digno do nosso histórico de lutas pela democracia e pelo desenvolvimento soberano.

É importante que nesse momento de grave crise o PMDB assuma plenamente seu relevante papel de guardião da liberdade, da democracia e da justiça social.

Lançamos, perante nossos pares, um grupo parlamentar intitulado “Novo Grupo Autêntico do PMDB” que atuará, inicialmente, no âmbito do Senado Federal.

As normas programáticas e estatutárias do PMDB permitem e legitimam a existência de correntes de opinião internas.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> terá um minuto para concluir seu grande pronunciamento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Obrigado, Presidente.

O “Novo Grupo Autêntico do PMDB” inspira-se no “Grupo Autêntico do MDB” que ousou enfrentar a ditadura militar no Congresso Nacional, exercendo uma firme oposição parlamentar aos governos autoritários de então.

O “Novo Grupo Autêntico do PMDB” objetiva exercer oposição equilibrada e responsável ao Governo Federal, tendo como princípios inegociáveis:

- a ética no trato da coisa pública; e
- a prosperidade e o desenvolvimento com justiça social.

Para conferir densidade a esses princípios, torna-se imperioso o lançamento de candidatura própria à Presidência da República [para oferecer oportunidade de alter-

nância do poder ao povo, que é soberano e que decide].

Essa é a principal bandeira do “Novo Grupo Autêntico do PMDB”.

O lançamento de candidatura própria será uma oportunidade única de demonstrarmos à população brasileira, descrente das instituições e dos partidos políticos, que é possível o exercício do mais relevante cargo executivo nacional sem ferir a ética, sem confundir a estrutura do Estado com a dos partidos de sustentação do Governo, e sem ceder à tentação do abuso do poder econômico e político que corrompem os Poderes da República, apequenam a representação e ferem de morte as instituições.

Pelas razões apresentadas, requeremos, por fim, o reconhecimento do “Novo Grupo Autêntico do PMDB”.

Comunico a V. Ex<sup>as</sup> que teremos como Presidente de Honra a figura incólume de Ramez Tebet; Presidente Executivo, Pedro Simon; Vice-Presidente, Garibaldi Alves Filho; Diretor de Comunicação, Sérgio Cabral; Diretor de Ética, Amir Lando...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, mais uma prorrogação para V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – É bondade, é o tempo em que V. Ex<sup>a</sup> ainda vai ser citado.

Secretário – Senador Mão Santa; Diretor de Finanças – Almeida Lima, e, recentemente, um grupo... A Heloisa Helena se lembra de que na Última Ceia nada deu certo, porque não havia uma mulher. Então nós fomos buscar uma mulher: a PMDB. Lamentamos a ausência do Senador Papaléo Paes, que iria enriquecer esse grupamento, mas ele está pegando asa de tucano, voando e nos deixando. Mas estaremos unidos porque isso com os outros partidos é garantir ao Brasil a democracia, que oferece ao povo, que é soberano, alternância do Poder, e nos curvaremos à lei. Se a lei ordenar *impeachment*, estaremos com o *impeachment*, e o substituto deverá, contando com as inspirações e as inteligências deste Senado, levar o País a um porto seguro de ordem, progresso e felicidade. Então renasce aqui o PMDB para, como ocorreu no momento difícil da Ditadura, ser a esperança da democracia do Brasil para melhores dias do seu povo.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÃO SANTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## MANIFESTO

O PMDB tem pautado sua atuação na defesa do Estado democrático de direito, da soberania nacional, do desenvolvimento econômico autônomo e do combate às desigualdades sociais.

*Foi assim ao longo da ditadura, mesmo com todas as restrições ao funcionamento parlamentar e ao livre debate das idéias.*

Temos tradição política, experiência administrativa, quadro técnico preparado e interlocução com a Academia e com os movimentos sociais.

Somos o maior partido do Brasil, estruturado em todos os seus estados e em quase todos os mais de cinco mil municípios brasileiros.

Possuímos lideranças cujas histórias de vida se confundem com a luta pela moralidade, ética e probidade no trato com a coisa pública.

É chegada a hora de assumirmos função de maior destaque na arena política nacional. O papel de coadjuvante a que temos nos submetido nos últimos tempos não tem sido digno do nosso histórico de lutas pela democracia e pelo desenvolvimento soberano.

É importante que nesse momento de grave crise, o PMDB assuma plenamente seu relevante papel de guardião da liberdade, da democracia e da justiça social.

Lançamos, perante nossos pares, um grupo parlamentar intitulado “ Novo Grupo Autêntico do PMDB “ que atuará, inicialmente, no âmbito do Senado Federal.

As normas programáticas e estatutárias do PMDB permitem e legitimam a existência de correntes de opinião internas.

O “ Novo Grupo Autêntico do PMDB” inspira-se no “ Grupo Autêntico do MDB” que ousou enfrentar a ditadura militar no Congresso Nacional , exercendo uma firme oposição parlamentar aos governos autoritários de então.

O “ Novo Grupo Autêntico do PMDB” objetiva exercer oposição equilibrada e responsável ao Governo Federal, tendo como princípios inegociáveis:

- a ética no trato da coisa pública; e
- a prosperidade e o desenvolvimento com justiça social.

Sen: Mão Santa

Para conferir densidade a esse princípios, torna-se imperioso o lançamento de candidatura própria à Presidência da República.

Essa é a principal bandeira do “ Novo Grupo Autêntico do PMDB”.

O lançamento de candidatura própria será uma oportunidade única de demonstrarmos à população brasileira, descrente das instituições e dos partidos políticos, que é possível o exercício do mais relevante cargo executivo nacional sem ferir a ética, sem confundir a estrutura do Estado com a dos partidos de sustentação do Governo, e sem ceder à tentação do abuso do poder econômico e político que corrompem os Poderes da República, apequenam a representação e ferem de morte às instituições.

Pelas razões apresentadas, requeremos, por fim, o reconhecimento do “ Novo Grupo Autêntico do PMDB”.



**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Continuando a lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, por cessão do Senador José Maranhão; em seguida, fará uso da palavra o Senador Leonel Pavan, por cessão do Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PMDB

– TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, meus nobres Pares integrantes desta Casa, meus caros telespectadores da TV Senado, particularmente os meus queridos tocantinenses, venho a esta tribuna porque insisto na tese de que o foco da audiência sejam sempre os plenários da CPI – como membro da Mesa, assumo uma posição que resguarde possível recurso a esse colegiado, à Mesa da Câmara e do Congresso Nacional. Tenho assistido aos meus Pares fazerem um belo trabalho nas CPIs que estão em pleno desenvolvimento nesta Casa. Mantenho, Sr. Presidente, a tradição de vir à tribuna para que possamos debater outros temas, porque o Brasil não é só isso. O Senado, graças a Deus, pela contribuição de seus Pares, discutiu com profundidade a reforma da Previdência, cujo berço foi a PEC paralela, que melhorou muito a situação previdenciária dos servidores; a reforma tributária; a lei de recuperação das empresas; as PPPs. Tudo isso foi profundamente discutido no Senado. Portanto, honra-me muito integrar esta Casa, que tem sido “a casa do repensar” as ações do Legislativo.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, fico feliz ao ver, em uma segunda-feira, esta Casa realizar uma sessão deliberativa. Creio que grande parte de nossos Pares não tem conhecimento disso, porque hoje não foi solicitada – ao que me parece – nenhuma comunicação inadiável, que é um direito dos Srs. Senadores já que esta sessão, repito, é deliberativa.

Consta como Item nº 1 o Projeto de Lei de Conversão nº 21, referente à Medida Provisória nº 251, que institui o Projeto Escola de Fábrica, que autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos, o Prouni, e institui o Programa de Educação Tutorial, o PET, alterando a Lei 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a própria CLT.

Sr. Presidente, o ensino superior em nosso País tem um dado trágico: de cada 100 crianças que ingressam no ensino básico apenas dois chegam ao ensino superior, a cursar uma faculdade no País. Então, 2% apenas dos brasileiros que começam a sua jornada, a sua formação, chegam ao ensino de 3º grau.

Precisaria ter, Sr. Presidente, um tempo muito grande para poder fazer uma análise de todos os problemas, tendo em vista que essa é a minha área. O Senador Mão Santa dá aqui verdadeiras aulas do que a Medicina pode contribuir em seus exemplos para a política, e eu, de forma muito modesta, sem ter o exercício profissional que teve S. Ex<sup>a</sup>, conheço da educação, pois me inspirei, na juventude, nos ensinamentos de Paulo Freire, Anísio Teixeira, Piaget e

tantos outros, como prefeito deixei uma planta educacional em Palmas, a qual até hoje permite que nossa cidade não seja listada entre aquelas em que os pais dormem em filas a fim de conseguir uma vaga para seus filhos. Ao contrário, Senador Mão Santa, posso dizer que existem muitas vagas. Algumas escolas têm uma denominação que, tenho a impressão, agrada muito aos alunos, como: Escola Tom Jobim, Escola Vinícius de Moraes, Escola Luiz Gonzaga, Escola Olga Benário, Escola Annie Frank, Escola Aurélio Buarque de Holanda. Esses são os nomes que atribuí aos prédios que construí de fora para dentro na cidade de Palmas, dando igualdade aos prédios educacionais, com um belo refeitório, local para merenda, biblioteca. Fiz um plano decenal, fiz a nucleação no interior do Município de Palmas. Portanto, orgulho-me de dizer que Palmas não só possui uma planta de prédios, mas também professores e profissionais da educação que têm uma situação até diferenciada das demais capitais brasileiras.

A verdade é que, analisando o processo como um todo, vemos que o processo é seletivo, excludente e impeditivo que brasileiros de baixa renda atinjam o sonho de cursar uma faculdade. Sr. Presidente, achei um avanço a quota para os afrodescendentes, sem dúvida alguma, mas me bati muito mais pela quota social, porque existem outros segmentos igualmente pobres, discriminados que permanecem sem acesso ao ensino de terceiro grau.

O Prouni é um avanço? Sim, é um avanço, mas, percentualmente, se formos analisar quem está conseguindo cursar o ensino de terceiro grau, principalmente nas entidades privadas, o número ainda é muito pequeno. Essa transformação no projeto que institui a escola de fábrica vou lutar favoravelmente, porque, sendo um avanço também, não podemos deixar de criticar, tentar aperfeiçoar, mas votar favoravelmente.

Tenho – reafirmo – um projeto de lei, Senador Paulo Paim, que retira uma parte, uma pequena parte do retorno que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) recebe de projetos que ele financia, escolas privadas, para que isso seja mais uma fonte de alimentação do Fiees (Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior) e que, portanto, chegue ao aluno. Não parece lógico, Senador Mão Santa? Se o BNDES financia a estrutura de prédio, concreto, de entidades privadas que vão pagar esse financiamento com o sofrimento dos alunos nas suas mensalidades, por que não financiar também os alunos?

Nós fizemos isso na Lei Piva\*, da qual eu fui Relator. Tiramos um pouco de recursos da Caixa Econômica Federal, que recebe da loteria esportiva, então, quem ganhava 90 milhões num sorteio ou acertando a loteria passou a ganhar aí 80. Não é grande diferença para quem está ganhando, mas fez uma grande diferença para o esporte olímpico e paraolímpico nacional. Falei hoje pelo telefone com o Senador Pedro Piva, e ele me deu a grande alegria de lembrar, falando: “Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex<sup>a</sup> foi o Relator desse projeto”.

Então, eu quero, aqui, quando vamos votar uma medida provisória, alertar o Executivo de que existem projetos de lei tramitando nesta Casa. E me perdoem, digo, modéstia à parte: o projeto que institui o BNDES como uma das fontes de alimentação do Fiees, este, sim, poderia elevar, e muito, o número de alunos nas faculdades privadas e nas públicas também.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Portanto, eu quero aqui pedir ao Executivo que analise, antes de mandar uma medida provisória, pura e simplesmente, se não existem projetos de lei tramitando na Casa que possam dar uma contribuição ainda maior.

Antes de concluir o meu tempo, Sr. Presidente...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permitiria um aparte?

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Vou conceder.

Quero crer que meu tempo tenha sido acrescido em dois minutos, prorrogação que é regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Será acrescido.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Papaléo Paes, que é um Presidente sempre muito justo, além de uma figura extraordinária e querida por esta Casa.

Quero concluir, para ouvi-lo, Senador Mão Santa, e não vou sair do tema. Assisti na íntegra o depoimento que fez ontem o Ministro Antonio Palocci. Conheci-o como Deputado Federal e disse a S. Ex<sup>a</sup>, recentemente, quando estivemos juntos na China e no Japão: Ministro, o senhor é mais novo do que eu, posso até, quem sabe, arriscar a dar uns conselhos a V. Ex<sup>a</sup>. Não existe mais nada que impeça este País de baixar um pouco os juros, não vejo mais nada no contexto internacional e nacional que não permita fazer isso.

Mas quero dizer, como brasileiro, que entendo que foi muito bem o Ministro. Foi franco, foi sincero, foi didático. Isso não quer dizer que as investigações se encerram. Não. Elas vão prosseguir normalmente, como bem sabe e disse o Ministro. Mas, se o Ministro quiser ir ainda melhor, que diga à Nação que esse corte de R\$1,6 bilhão que foi anunciado na área da educação não será efetivamente praticado, agora que o Executivo analisa o projeto de Orçamento, Senador Mão Santa, que vai mandar a esta Casa.

Portanto, aprovar uma medida provisória criando outros programas, criando a escola de fábrica, a universidade para todos, educação tutorial, com o Governo anunciando um corte de um R\$1,6 bilhão na educação, parece-me mais uma contradição.

Então, em contribuição ao Ministro, ao dia de ontem, no qual S. Ex<sup>a</sup> foi muito bem, quero dizer que ele ainda poderia se sair melhor hoje se dissesse à equipe

econômica que o corte de R\$1,6 bilhão na educação é inaceitável para os brasileiros.

Escuto V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Eduardo Siqueira Campos, quero, primeiro, cumprimentar o seu pai, que criou o Estado, e V. Ex<sup>a</sup>, que foi Prefeito, que tem muito carinho por Palmas e o seu Tocantins. Mas Jack Welch, o maior administrador do mundo, da GE, mandava os técnicos dele andar pelo mundo e copiar as coisas. Então, sugiro ao Governo brasileiro que copie. Bem aí no Chile, os bancos é que financiam as faculdades. Lá, são todas privadas. O sujeito vai ser médico, faz um financiamento. Todos são financiados. Nos Estados Unidos – fomos combatidos pelos míopes, a ignorância é audaciosa – o estudante é quem paga. Ele trabalha, mas recebe um salário que dá para pagar. O do Brasil é ridículo. Então, que meditem sobre essas coisas. É para se escutar o Senado para aprender! Nós estamos aqui é para ensinar o Lula. Agora, a cabeça dura dele faz com que ele não aprenda.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Eu concluo, Sr. Presidente, dentro desses dez segundos, dizendo que espero que o Governo se sensibilize com o meu projeto que está em tramitação. Apelo aos meus Pares, principalmente aos membros das Comissões, que profiram parecer, que dêem curso a esse projeto que trata do BNDES e da educação, para que possamos ter outros meios de aumentar o financiamento de ensino superior neste País, que tem estes números pífios: apenas dois brasileiros em cada cem que ingressam na escola fundamental chegam a obter os seus diplomas.

Era isso, Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, agradecendo, mais uma vez, sua benevolência.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Obrigado, Senador Eduardo Siqueira Campos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, por cessão do Senador Flexa Ribeiro.

S. Ex<sup>a</sup> terá 10 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Com mais dois.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Se necessário, mais dois minutos.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, eu, antes de fazer minhas colocações sobre o agronegócio em nosso País, queria deixar registrado que ontem, em Florianópolis, capital do meu Estado de Santa Catarina, fizemos uma grande convenção do PSDB. Com mais de 1.500 pessoas presentes na Assembléia Legislativa, foi reconduzido à Presidência do PSDB um homem público respeitado, o nosso querido amigo Dalírio Beber. E também, como primeiro Vice-Presidente, o Prefeito pela segunda vez de Joinville, reeleito no primeiro turno, Marcos Tebaldi. E o segundo Vice-Presidente do PSDB, Prefeito de Florianópolis, Dário Berger. Uma chapa de peso.

O PSDB de Santa Catarina marca presença, definitivamente, no contexto político do nosso País pelas expressivas lideranças e pelos projetos reais, concretos, para a área social. Esse é o nosso PSDB de Santa Catarina, que passa de 30 mil filiados para 85 mil filiados em apenas dois anos, e que possuía apenas um Deputado Estadual e já tem 6 Deputados Estaduais. O PSDB, que governa o maior PIB de Santa Catarina; o PSDB, que governa o maior número de eleitores de Santa Catarina; o PSDB, que governa o maior número de habitantes de Santa Catarina, a partir dos trabalhos, da nossa militância, dos nossos Vereadores, Prefeitos, da nossa Executiva, do nosso Diretório, tem tudo para caminhar, se quiser, para uma candidatura pura, se for necessário, em Santa Catarina.

É claro que a questão política nacional ainda poderá mostrar outros caminhos. Até poderemos ter que continuar com a composição hoje existente, mas o PSDB, se quiser, hoje, tem condições de caminhar com suas próprias pernas, pois é um Partido musculoso em Santa Catarina, com boas idéias, bons projetos, administrado por pessoas de reconhecida competência.

Sr. Presidente, hoje, no aeroporto de São Paulo, um cidadão me cobrava sobre a crise que se inicia na agricultura, que apresenta um quadro de instabilidade, com o qual não concorda, porque é produtor, planta. Ele me disse que o desemprego avança em larga escala e que os silos estão todos lotados, não há mais como distribuir toda a produção. Resolvi, em cima dessa reclamação, fazer um pronunciamento.

A crise que atinge o agronegócio brasileiro e que vem em todos os sentidos deverá causar um forte impacto negativo em toda a geração de riqueza do País deste ano.

Segundo dados apresentados recentemente pela Confederação Nacional da Agricultura, até o final do ano o sistema agrícola nacional deverá registrar uma retração da ordem de dez bilhões de reais em relação ao ano passado. A CNA estima que a agricultura e a pecuária deverão produzir cerca de 150 bilhões e 690 milhões de reais em 2005, contra 160 bilhões e 650 milhões de reais em 2004. Como podemos observar, um decréscimo de quase 6,6% de toda a riqueza gerada pelo campo. Vale destacar que, se esses números forem confirmados, será a maior queda já registrada desde o Plano Real.

Outra má notícia também está deixando os responsáveis pela condução da política econômica do País de cabelo em pé. A CNA estima igualmente que, este ano, a contribuição da agropecuária para o crescimento do Produto Interno Bruto será negativa. Segundo a entidade, o Brasil poderá perder outros R\$25 bilhões e 600 milhões, que deixarão de ser movimentados pelos agentes econômicos ligados ao meio rural e que dizem respeito a beneficiamento, transporte e comercialização.

Portanto, Sr. Presidente, Papaléo Paes, se essas previsões se tornarem realidade até o apagar das luzes de 2005, o agronegócio totalizará um prejuízo da ordem de R\$35 bilhões e 600 milhões.

Nós teríamos aqui outros dados. O clima de frustração é tanto, é generalizado, em todo o ambiente rural. Em meio a essa insatisfação, a safra de grãos e fibras já foi revista pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. Segundo suas previsões, a agricultura nacional deverá colher 113 milhões de toneladas em 2005, contra 119 milhões de toneladas em 2004. Culturas como algodão, arroz e soja são as que enfrentam as maiores dificuldades e deverão causar os maiores prejuízos aos investidores.

É importante destacar igualmente que a crise no setor agrícola não atinge unicamente a produção e os produtores. Ela causa sérias turbulências na criação de empregos no campo e chega a prejudicar o mercado de trabalho como um todo, notadamente os empregos que são oferecidos pelos fornecedores de insumos e equipamentos para o setor rural.

Vejam, Sr. Presidente, que o Governo fala no crescimento da economia, na produção, na geração de empregos e o que estamos vendo, na verdade, é outra coisa. Dados que nos são fornecidos pela CNA e dados que são resultantes de profundos estudos da assessoria técnica do Senado mostram que este ano já estamos, em relação ao ano passado, no prejuízo no que se refere à produção e no que se refere à geração de empregos no campo.

Eu queria aqui pedir àqueles que defendem tanto o Governo Federal que busquem dados reais e que divulguem para a população brasileira o que realmente existe e não que fiquem cantando e contando coisas evasivas, frias, que não mostram a realidade brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, ao ouvir produtores, agricultores, pessoas ligadas ao agronegócio, passamos a ficar...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Quero encerrar, Sr. Presidente, neste último minuto que V. Ex<sup>a</sup> deverá me conceder...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Últimos segundos, mas concederei mais um minuto.

**O SR LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Quero deixar registrado que essas pessoas que nos procuram, que reclamam, que fazem apelos...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – ...dizem que não é verdade o que o Governo está falando. Dizem que estão sofrendo.

Este ano ainda não terminou e será pior ainda. E o ano que vem será pior ainda. Com essa crise política, com essa falta de comando, com essa falta de gerente e de uma condução mais transparente e mais equilibrada por parte do Governo Federal, isso certamente irá nos trazer muito mais prejuízo em 2006, em

2007 e assim por diante. Aquilo que estamos deixando de fazer hoje certamente vamos sentir na frente. Os prejuízos serão bem maiores.

Quero deixar registradas as demais páginas do meu pronunciamento, para que sejam arquivadas nes-

ta Casa. Peço que meu discurso seja publicado na íntegra.

Obrigado, Sr. Papaléo Paes.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO  
SR. SENADOR LEONEL PAVAN.**

**Senhor Presidente,**

**Senhoras e Senhores Senadores,**

**A crise que atinge o agronegócio brasileiro deverá causar forte impacto negativo em toda a geração de riqueza do País neste ano.**

**Segundo dados apresentados recentemente pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), até o final do ano, o sistema agrícola nacional deverá registrar uma retração da ordem de 10 bilhões de reais em relação ao ano passado. A CNA estima que a agricultura e a pecuária deverão produzir cerca de 150 bilhões 690 milhões de reais em 2005, contra 160 bilhões 650 milhões de reais em 2004. Como podemos observar, um decréscimo de quase 6,6% de toda a riqueza gerada pelo campo. Vale destacar que, se esses números forem confirmados, será a maior queda já registrada desde o Plano Real.**

**Outra má notícia também está deixando os responsáveis pela condução da política econômica do País de cabelo em pé. A CNA estima igualmente que, este ano, a contribuição da agropecuária para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) será**



negativa. Segundo a entidade, o Brasil poderá perder outros 25 bilhões e 600 milhões de reais, que deixarão de ser movimentados pelos agentes econômicos ligados ao meio rural e que dizem respeito a beneficiamento, transporte e comercialização. Portanto, se essas previsões se tornarem realidade até o apagar das luzes de 2005, o agronegócio totalizará um prejuízo da ordem de 35 bilhões e 600 milhões de reais.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o clima de frustração é generalizado em todo o ambiente rural. Em meio a essa insatisfação, a safra de grãos e fibras já foi revista pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Segundo suas previsões, a agricultura nacional deverá colher 113 milhões de toneladas em 2005, contra 119 milhões de toneladas em 2004. Culturas como algodão, arroz e soja são as que enfrentam as maiores dificuldades e deverão causar os maiores prejuízos aos investidores.

É importante destacar igualmente que a crise do setor agrícola não atinge unicamente a produção e os produtores. Ela causa sérias turbulências na criação de empregos no campo e chega a prejudicar o mercado de trabalho como um todo, notadamente, os empregos

que são oferecidos pelos fornecedores de insumos e equipamentos para o setor rural.

De acordo com a CNA, menos dinheiro em circulação significa inevitavelmente menos postos de trabalho. Dessa maneira, considerando apenas o meio rural, já está bastante clara uma importante desaceleração na contratação de mão-de-obra. Assim, de janeiro a maio, por exemplo, foram admitidos 110 mil trabalhadores. Em contrapartida, no mesmo período referente ao ano de 2004, o contingente de trabalhadores contratados foi de 140 mil.

Eminentes Senadoras e Senadores, a maioria dos empresários rurais lida com vultosas dívidas provocadas por empréstimos bancários, que foram tomados a juros elevados para custear a lavoura. São obrigações que não param de se multiplicar e que estão levando o agronegócio brasileiro para o fundo do poço.

Segundo pesquisa realizada no último mês de maio pela CNA, com 2 mil 298 produtores rurais de

todo o País, os resultados são realmente preocupantes. Cerca de 10% do total de entrevistados admitiram que comprometem mais de 60% da renda bruta com pagamentos de dívidas a bancos e a outros credores. Por exemplo, 28% dos agricultores disseram ter dívidas ligadas ao lançamento de Cédulas de Produto Rural (CPR), mas apenas 30% desse grupo conseguiu renegociar o valor devido. Para a maioria dos que responderam a essa questão, as medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com vistas a facilitar a renegociação dessas obrigações, são insuficientes e não atendem a demanda do setor rural, que clama por iniciativas governamentais mais objetivas e mais abrangentes.

Os agricultores declaram que têm uma dívida de 18 bilhões de reais e poucas condições para administrar o pagamento desse montante. Diante desse quadro de quase insolvência, a CNA reconhece que a saída seria a rolagem parcial dos financiamentos que não conseguem ser saldados ou a renegociação das dívidas dos dois últimos anos de safra.

Apesar de tudo, não podemos deixar de destacar que um passo importante já foi dado para aliviar a agricultura. Trata-se da concordância governamental em liberar mais recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cerca de 3 bilhões de reais, como ficou acertado durante as negociações realizadas por ocasião do “tratoração” que invadiu a Esplanada dos Ministérios no final do mês de junho.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, como acabamos de dizer, as notícias que chegam do meio rural não são nada boas. Por isso, não foi por acaso que mais de 20 mil agricultores, vindos de 11 Estados do País, acompanhados por cerca de 3 mil tratores, marcharam em direção ao Palácio do Planalto no último dia do mês de junho. Os produtores rurais estão sufocados e vieram pedir socorro porque precisam continuar gerando riquezas para o País. Infelizmente, nas condições atuais, com as altas taxas de juro, com os aumentos constantes dos custos de produção, com a queda dos preços de



comercialização de produtos como a soja, o arroz e o algodão, com o alto endividamento e com os problemas causados pela estiagem no Sul e em outros Estados do Centro-Sul, fica praticamente inviável manter o agronegócio nos mesmos patamares registrados no ano passado.

Diante dessa grave conjuntura que compromete fortemente o desempenho do nosso sistema agrícola, o Governo precisa, com urgência, atender integralmente aos reclamos dos que fazem o agronegócio brasileiro ser respeitado em todas as partes do mundo. Não podemos subestimar a importância do setor agrícola para o desenvolvimento do País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan, sua solicitação será atendida de acordo com o Regimento Interno.

Faço referência à solicitação do Senador Mão Santa. S. Ex<sup>a</sup> será atendido de acordo com o Regimento, pois solicita seja publicado na íntegra o manifesto do PMDB que se refere ao novo Grupo Autêntico do PMDB, já citado pelo Senador Mão Santa. Será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, como orador inscrito. S. Ex<sup>a</sup> terá 10 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no domingo passado, ontem, o Brasil parou para ouvir mais um membro do Governo Lula defender-se de denúncia que compromete seriamente a administração do Presidente Lula.

É o sexto dirigente petista que vem a público apresentar sua defesa. Já tivemos José Dirceu, Sílvio Pereira, Delúbio Soares, José Nobre Guimarães e o próprio Presidente do Partido, José Genoino. É uma situação que constrange toda a sociedade brasileira.

Na verdade, Sr. Presidente, a defesa do Ministro Antonio Palocci tem pontos favoráveis e pontos contrários. Infelizmente penso que os pontos contrários são maiores do que os pontos favoráveis. Como ponto favorável cabe ressaltar que, ao contrário do Ministro José Dirceu, do Ministro Luiz Gushiken e do Presidente Lula, o Ministro Antonio Palocci imediatamente veio defender-se, quando fizeram as acusações sobre sua administração como Prefeito de Ribeirão Preto. Marcou uma audiência coletiva, disse o que queria e respondeu a todas as perguntas. Portanto, é um exemplo para o próprio Presidente Lula, que, ao invés de enfrentar as acusações e dar uma entrevista coletiva para dizer as suas razões, vai falar no interior da Bahia, no interior de Pernambuco, no interior do Piauí, e fazer discursos, sem responder às acusações.

Na verdade, este foi o ponto principal da defesa do Ministro Palocci. S. Ex<sup>a</sup> foi tranqüilo, não acusou os Partidos da Oposição pelos problemas do Governo, não acusou a elite nem a imprensa. Ele reconheceu que havia problemas que deveriam ser enfrentados pelo Governo.

Agora, cito os pontos que considero negativos. Em primeiro lugar, há muitos e muitos anos que se sabe dos problemas que existiam nas relações entre o PT e as empresas que coletam lixos nos Municípios de São Paulo, as empresas que fazem transporte coletivo nos Municípios de São Paulo e as empresas que prestam serviço de construção às prefeituras governadas pelo

PT. Todo mundo ouviu falar desse assunto. Os procuradores e promotores, há muito tempo, investigam essas relações, que, na verdade, financiavam não só a política local, mas também arrecadavam recursos para a política nacional. Essa situação fez com que dois Prefeitos petistas – Celso Daniel, em Santo André, e Toninho do PT, em Campinas – fossem assassinados. Até hoje, não se conseguiu comprovar o fato, mas os promotores acreditam que, na realidade, a morte desses Prefeitos – não só a de Celso Daniel, mas também a do Toninho do PT – esteja relacionada a essa questão do lixo e dos ônibus.

Outra observação que saltou aos olhos mais atentos é que, em momento algum, o Ministro Antonio Palocci ameaçou processar o ex-assessor Rogério Buratti. Ao contrário, chegou mesmo a defendê-lo, dizendo que estaria sob pressão por encontrar-se preso. Por que será que uma pessoa injustamente acusada, como se considerou o Ministro Palocci, ainda defende o acusador? De que teria medo o Ministro? Essa é uma pergunta que fica no ar.

Se não for possível comprovar o envolvimento do referido Ministro, está, pelo menos, ficando claro que há alguns esquemas de corrupção na Administração. Além disso, é oportuno lembrar que o Ministro está respondendo a processo no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em decorrência de sua atuação como Prefeito Municipal.

Numa rápida consulta na Internet, encontrei alguns casos. Num deles, o TSE notificou Palocci a devolver aos cofres públicos R\$2,6 milhões por utilização irregular de dinheiro em 2001. Outra pendência do Prefeito Palocci com a Justiça está ligada a uma dispensa de licitação para a obra denominada Vale dos Rios, que visava revitalizar a região central de Ribeirão Preto. A obra não chegou a ser executada, mas consumiu R\$4,6 milhões.

O Tribunal de Contas do Estado considerou irregulares a dispensa de licitação e todas as despesas realizadas pelo contrato.

O TCE cobrou, ainda, da Administração Palocci a prestação de contas relativa ao programa Primeiro Emprego e as explicações sobre os gastos de R\$941 mil, entre 2001 e 2004. A prefeitura não teria feito adequadamente a prestação de contas relativa ao programa.

No jornal **O Globo** de hoje já se identificou uma incoerência:

Na entrevista coletiva concedida ontem em Brasília, Palocci lembrou que o contrato foi assinado na gestão de seu antecessor, Luiz Roberto Jábali (PSDB), mas omitiu a existência de um segundo contrato com a Leão & Leão, este para manutenção do aterro sanitário

e coleta de destinação de lixo hospitalar. A Prefeitura de Ribeirão Preto mantém dois contratos para os serviços de limpeza pública com a empresa Leão & Leão, que foi presidida por Rogério Buratti, ex-assessor do ministro Antonio Palocci e autor dessas revelações que estão sub judice. Um desses contratos foi assinado em 2002, na gestão do então prefeito Palocci.

Finalmente, ficamos sabendo que as contas da Prefeitura de Ribeirão Preto, relativas a 2002, foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas, que identificou 20 irregularidades, entre elas o descontrole financeiro.

Essas dúvidas que pairam sobre a administração do Ministro Palocci podem não ser verdade, mas têm o triste poder de fragilizar o administrador público durante a fase de investigação.

Como sabemos que a função do ministro da Fazenda é dizer “não” para cerca de 90% dos pedidos que recebe, um administrador sob suspeita passa a ser alvo fácil de eventuais chantagens. É isso que, sinceramente, nos preocupa.

Ontem, depois do pronunciamento do Ministro Antonio Palocci, industriais paulistas, os banqueiros e associações empresariais declararam unanimemente acreditar na defesa apresentada por S. Ex<sup>a</sup>.

Mesmo que, das vezes anteriores, as alegações dos próceres petistas não resistiram às apurações, como foi o caso do Sr. Silvio “Land Rover” Pereira, do Sr. Delúbio “Rural” Soares e o deputado José “Cueca” Nobre Guimarães. Todos eles negaram até que isso ficou comprovado.

O que fica claro, desse evento, é que diferentemente do “churumingo” do Presidente Lula, quem não tem negado apoio ao seu Governo são as elites, que se têm aproveitado da política econômica do Ministro Palocci e dos juros altos praticados pelo Banco Central.

Sr. Presidente, a diferença entre a defesa do Ministro Palocci e a dos outros petistas que por aqui estiveram foi no sentido de o Ministro ter-se apresentado espontaneamente para se defender, mas, mesmo assim, é necessário que seja comprovado se o que S. Ex<sup>a</sup> falou foi verdade, porque não podemos, somente com a defesa dele, comprovar.

Muitos justificam, como os jornais, as emissoras de rádio e de televisão, dizendo que o Ministro foi enfático. Ora, o Ministro José Dirceu também foi enfático: “nego, nego peremptoriamente!” Não houve alguém mais enfático do que o Ministro José Dirceu, e, no entanto, ninguém acreditou nele! No outro dia, não houve uma palavra sequer de solidariedade. Por quê? Porque o Ministro Palocci faz uma política que beneficia as elites. Então, as elites, na verdade, estão favoráveis ao Ministro Palocci. E o Presidente Lula, de agora em diante, não pode dizer mais que são as elites

que querem derrubar o seu Governo; pelo contrário, as elites querem que o Governo Lula permaneça, que o Ministro Palocci permaneça e que a política econômica que está aí permaneça.

Sr. Presidente, não podemos dizer nem sim, nem não ao Ministro Palocci. Temos que fazer as investigações, explorar todas as pistas e, somente depois da investigação concluída, podemos dizer se ele é culpado ou inocente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Muito obrigado, Senador José Jorge.

Concedo a palavra a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, pela Liderança do PFL, por cinco minutos, para uma comunicação de urgência de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a” do Regimento Interno.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é uma prática do Partidos dos Trabalhadores – e é inacreditável que até hoje a Polícia Federal e até mesmo os Partidos políticos não tenham observado isso – ter, nas suas prefeituras, poucas empresas trabalhando no serviço de coleta de lixo e varrição, transporte de ônibus e jogos, principalmente bingo. Daí por que surgiu também em Ribeirão Preto esse assunto cuja gravidade é muito patente e, sobretudo, Sr. Presidente, cria um ambiente de dificuldades na economia do País.

Não há dúvida de que o Ministro Palocci tem credibilidade. Não há dúvida de que o Ministro Palocci se saiu muito bem, dentro do quadro difícil em que se encontrava, na entrevista de ontem. Não há dúvida de que o Ministro Palocci declarou que ele não seria um homem competente se levassem dois anos e o PT e ele não soubessem que havia algo imoral na administração pública.

Ele falava para mim? Não. Ele falava para a Nação. Mas, se ele, dirigente municipal, não sabia com dois anos, ele quis dizer que o Presidente Lula sabe do que se passa no seu Governo, porque tem mais de dois anos de mensalão e coisas parecidas. Houve essa crítica bem patente ao Presidente da República; houve esse propósito de dizer do Ministro Palocci – todos hoje aplaudem, não só a imprensa de modo geral. Há algumas críticas aqui e ali, mas, de modo geral, aplaudem a atuação do Ministro Palocci na entrevista.

Mas não se queira com isso também infernizar ou complicar a vida do Sr. Buratti que, diga-se de passagem, não está à altura do Ministro Palocci. Mas nem por isso devem-se parar as investigações, sobretudo quando o Tribunal de Contas chama a atenção, Sr. Presidente, que a auditoria mostra interferência da

Secom em contratos de publicidade. Também mostra nas prefeituras: o Tribunal de Contas tem um rol de prefeituras que fazem o problema da varreção e do lixo, contemplando o caixa do PT, partido que vive realmente de mensalões e outras coisas que não o tornam um partido moralizado.

Não que todos do PT sejam desmoralizados seria injusto dizer assim; mas que uma grande parte do PT participa, com a anuência do Presidente da República, desses pecados, isso é inegável. É inegável, Sr. Presidente, porque os fatos são mais fortes do que tudo. Não é sem razão que o Cardeal Presidente da CNBB declara que o Presidente Lula sabe de tudo. É um cardeal, por sinal, da minha terra; é um homem de bem, que pede pelo menos que Lula dê explicações. Isso ele disse antes de Palocci falar, e o Ministro, na sua fala, pede explicações também ao Presidente da República. Faz o que é oficial da hierarquia, que o Lula disse que não o tira nunca mais, etc. Isso tudo é muito bom para tranquilizar o mercado, que hoje, evidentemente, passa um dia bem melhor do que sexta-feira. Isso é bom para a economia, é bom para todos nós. Ninguém aqui é contra o êxito da política econômica.

Há outro desmentido do Ministro Palocci e aqui os petistas não estão para ouvir. Eles dizem que o Presidente Fernando Henrique deixou uma herança maldita, mas o Ministro Palocci, com a sua habilidade, fez elogios à política econômica do Presidente Sarney e do Presidente Fernando Henrique, dizendo que aquela obra não era de S. Ex<sup>a</sup>, mas de um conjunto de ministros que tinham passado por aquela pasta. Isso é muito importante. Quando falarem aqui em herança maldita, não seremos nós que vamos desmentir, mas o Ministro Palocci. S. Ex<sup>a</sup> disse que muita coisa boa foi feita no Governo José Sarney, no Governo Fernando Henrique, razão por que ele estava fazendo uma boa administração.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Com prazer.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Antonio Carlos Magalhães, governei e vi a seriedade do pessoal do Tesouro, de Pedro Malan. Para reafirmar tudo o que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo, bastaria citar Murilo Portugal, que brilhou na equipe de Fernando Henrique, na equipe de Malan, e hoje é uma estrela. O Brasil tem grande confiança em seu talento, em sua honradez de profissional.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

O que nós queremos, o que nós exigimos, Sr. Presidente, não é estralhar a honra do Ministro Palocci

até que se prove o contrário, S. Ex<sup>a</sup> é um homem de bem e dá credibilidade à Administração Pública. Mas queremos que as investigações continuem, continuem com todo o rigor, que os que forem apanhados no crime sejam punidos e que o Presidente da República não fique tão indiferente, como está, nos casos em que não considera pessoais dele. São pessoais, sim, porque o Governo é presidencialista, e é o Presidente da República que comanda. Sua Excelência é responsável pelo que acontece em qualquer parte, inclusive dentro do seu Palácio. Se o Tribunal de Contas diz que a Secom está cobrando publicidade a mais para beneficiar esses autores da publicidade, evidentemente é ele o responsável, porque foi quem nomeou o Ministro Gushiken.

Meus senhores, é preciso que o País encontre um caminho certo. É o que todos desejamos, mas, para que isso aconteça, é preciso que o Congresso dê o exemplo e não faça acordo, acordinho nem acordão, não faça nenhuma pizza em matéria das CPMIs que estão aí. Isso não impede que trabalhem. Poderemos fazer o trabalho legislativo ordinário e também a apuração nas CPMIs. Se fizermos isso, estaremos honrando o mandato que recebemos; se não o fizermos, não seremos dignos de voltar a esta Casa nem à Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel como orador inscrito e solicito ao Senador Eduardo Siqueira Campos que assuma os trabalhos da Presidência.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a minha inscrição para falar pela Liderança do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito e terá a palavra após o Senador Ney Suassuna, que falará como Líder.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo Paes, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta tarde para registrar um evento que o nosso Partido realizou, sexta-feira passada, no Recife, e que para mim tem grande importância não só sob o ponto de vista partidário, mas também sob o ponto de vista político-institucional. Refiro-me, Sr. Presidente, à



reunião do Fórum dos Deputados Estaduais do Partido da Frente Liberal – PFL.

O PFL resolveu instituir, na sua última convenção, em 16 de junho deste ano – por ocasião do Congresso de Refundação do Partido, na comemoração dos vinte anos de nossa agremiação –, algo extremamente positivo em termos de ação partidária: a criação desse fórum dos Deputados Estaduais. Ele tem o objetivo muito preciso de fazer a interlocução da direção nacional e das nossas bases, que se situam, como sabemos, nos Estados e aqui no Distrito Federal.

Esse fórum é Presidido pelo Deputado Rodrigo Garcia, atual Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, e tem por Coordenador, o Deputado Augusto Coutinho, Líder do PFL em Pernambuco. O fórum já se reuniu duas vezes. A primeira vez em São Paulo, em 7 de julho, e voltou a se reunir agora, no dia 19 deste mês.

Durante a reunião, foi feito um balanço das atividades que o fórum vem desenvolvendo, não somente no que diz respeito a uma atuação concertada das nossas Bancadas nas Assembléias Legislativas e na Câmara Legislativa do Distrito Federal, e sua interlocução com os Municípios, vez que, entre as atribuições do fórum dos Deputados Estaduais, está a de promover uma articulação dos Deputados Estaduais com as bases municipais – Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

Foi uma reunião muito positiva, cujo ponto central foi a análise do Projeto nº 275, apresentado pelo Presidente Jorge Bornhausen e que teve, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como Relator o Senador José Jorge. Esse projeto – que já foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na quinta-feira passada – teve a ele incorporadas algumas emendas, e é possível que, dentro de uma semana, seja remetido à Câmara dos Deputados.

Considero que esse projeto traz três grandes conquistas. Em primeiro lugar, ele promove uma simplificação das campanhas. No Brasil, sabemos que as campanhas são muito longas. Alguém poderá dizer que no passado elas eram ainda bem mais longas, e conseguimos reduzir um pouco a duração das campanhas com a Lei nº 9.504, de 1997, em cujas negociações participei, como Vice Presidente da República, mas, assim mesmo, se cotejarmos as nossas campanhas com a duração das campanhas em outros países, inclusive no chamado primeiro mundo, verificaremos que as campanhas no Brasil se prolongam durante quase um ano, o que não é bom, porque paralisa a administração e de alguma forma eleva, e muito, os custos da campanha.

Então, a primeira grande vantagem desse projeto é que ele reduz os prazos de campanha, fazendo com

que o hiato entre a convenção e o início da campanha seja menor. E, de alguma forma, reduzindo a duração de campanha, o projeto traz ainda uma segunda vantagem, que é a redução dos custos de campanha.

As campanhas são cada vez mais onerosas, sobretudo porque elas pressupõem hoje a utilização de modernas tecnologias de divulgação pelo rádio e pela televisão. Uma das grandes características do tempo em que vivemos é, certamente, uma grande revolução na área das tecnologias da informação, que são altamente sofisticadas e, portanto, muito dispendiosas.

Elas constituem o que Giovanni Sartori chamou de “videosfera”, fazendo com que o eleitor seja motivado não somente a comparecer às urnas – sobretudo nos países onde há o voto facultativo, algo que não acontece no Brasil, onde o voto é obrigatório –, mas, muito além disso, a votar naquele candidato que talvez tenha a melhor proposta. E a melhor proposta geralmente passa e ser aquela que é mais bem apresentada, embora nem sempre seja a que tem melhor consistência.

Então, o que o projeto de Bornhausen propõe é uma redução da duração da campanha no rádio, na televisão, e dos comícios, o que significa também menor custo e, portanto, um barateamento das campanhas.

Devo dizer também que o projeto do Senador Bornhausen tem outra grande vantagem: a transparência. Neste momento de crise política que vive o Brasil, algo que avulta é a falta de transparência. E esse projeto cumpre um papel muito importante, que é o de fazer com que se eliminem os chamados caixas dois, que estão sendo agora tão referidos nas apurações das CPIs instaladas aqui no Congresso Nacional.

Daí por que insisto que o projeto, uma vez aprovado, vai concorrer e muito para melhorar o processo eleitoral no Brasil, para fazê-lo mais transparente, reduzindo também os seus custos e, finalmente, tornando-os menos longos – o que é também importante, porque se afetam muito menos as atividades econômicas e, por que não dizer, políticas do nosso País.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Ouço o nobre Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, o problema é que o País está vivendo uma tempestade, e nós queremos nos apegar em qualquer bóia ou tábua para navegar; mas eu temo que isso seja precipitado. Quanto à diminuição do tempo, o maior modelo democrático que temos é o dos Estados Unidos. Naquele país, o tempo é pequeno, mas um candidato majoritário passa um ano em campanha nas prévias. Então, o povo deve conhecer a mensagem, o debate,

o passado. Esse negócio de diminuir o tempo... Se não houver punição para os corruptos de hoje e não dermos agora o exemplo – que o Senado está fugindo de dar, de buscar a cassação de muitos –, não vamos enganar, não. Isso é para dar uma satisfação ao povo que está revoltado com essa corrupção, essa indignidade e imoralidade. Como vai prever o projeto do Bornhausen, se um político desse, que vai continuar impune, cheio de dinheiro, meter um dinheiro, um dinheiro dele mesmo, no bolso de um chefe político, de um líder, de um chefe de associação? Defendo que a política, o debate, o tempo tem é que ser alargado. Nos Estados Unidos é assim. E esse negócio de mudar não melhora, não. Se V. Ex<sup>a</sup> ler a biografia de Abraham Lincoln, verá que ele disputou uma campanha da mesma forma que Bush e Bill Clinton, no mesmo ritual. Não mudaram nada! O que precisa mudar é a vergonha na cara dos políticos brasileiros.

**O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE)** – Senador Mão Santa, com relação à duração das campanhas, faço uma observação com vistas ao que V. Ex<sup>a</sup> afirmou. Na realidade, nos Estados Unidos, a escolha dos candidatos a Presidente e também aos cargos executivos estaduais é feita, de fato, nas primárias, fase ainda partidária, e portanto não constituem o processo eleitoral. Se considerarmos primárias como processo eleitoral, poderemos dizer que as campanhas no Brasil são extremamente longas também, tanto quanto a dos Estados Unidos. Por quê? Porque, embora estejamos em 2005, estamos praticamente, desde o fim de 2004, em período de preparação de candidatos, pelos partidos políticos.

Então, o que ocorre nos Estados Unidos é o que sucede em toda a sociedade aberta. O que importa é que as campanhas propriamente ditas não sejam muito longas, sobretudo agora, quando os meios de comunicação – não me refiro apenas a jornais e revistas, mas principalmente ao rádio e à televisão – têm uma perfusão muito grande. Embora tenhamos uma grande expressão territorial, chegam a todo o País em tempo real, se assim posso dizer. Então, o eleitor é rapidamente informado, podendo fazer a sua escolha em um período de tempo bem mais reduzido do que no passado.

Os argumentos que enumero, concorrem para reduzir os custos da campanha, melhorar sua transparência e fazer com que elas não afetem tanto o processo de desenvolvimento do País e de sua administração.

Concordo, porém, com as observações de V. Ex<sup>a</sup>. sobre o momento que estamos vivendo que não é o ideal para proceder a reformas políticas. Esse projeto do Senador Jorge Bornhausen é oportuno, necessário e, na sua linha mestra, tem o objetivo de melhorar a natureza das campanhas. Mas obviamente ele não

se constitui numa verdadeira reforma política, se bem que ajude muito a melhorar o processo político brasileiro. Mas uma verdadeira reforma política não se circunscreve, não se limita exclusivamente ao processo eleitoral.

Na minha concepção – creio que na de V. Ex<sup>a</sup> também –, reforma política é algo muito mais abrangente. Por isso, preferia denominá-las **Reformas Institucionais**.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE)** – Elas não ficam restritas ao sistema político – ao subsistema partidário, ao subsistema eleitoral – mas devem avançar também no sentido de discutir o sistema de Governo e seus enlances entre os poderes.

Sabemos que, freqüentemente, há tensões entre os poderes, inclusive entre o Legislativo e o Executivo uma muito clara é a questão das medidas provisórias. Precisamos remover essas tensões entre os diferentes poderes da República e também aprimorar não somente o funcionamento do Executivo e do Judiciário, mas igualmente o funcionamento do Legislativo.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE)** – Por fim, gostaria de dizer que uma verdadeira reforma política, ou melhor, uma reforma institucional passa pela discussão da questão da federação. Se queremos melhorar a fruição democrática no nosso País, reduzir aquilo que Bobbio chamou de “promessas não cumpridas da Democracia”, devemos melhorar o desfrute dos direitos da cidadania. Isso passa por desconcentrar o poder, por descentralizar as ações do Poder Executivo Federal, dos Restados e dos Municípios.

Finalmente, temos de olhar também a República, que tem muita relação, com a questão dos direitos e garantias dos cidadãos. Como lembrava Cícero, República é **res publica**, ou seja, coisa pública e, portanto, fundamental para que o cidadão possa, de fato, sentir-se realizado na sociedade em que vive.

Sr. Presidente, sintetizando, as reformas institucionais, portanto, são aquelas que têm esse alcance mais amplo, destinadas a assegurar aquilo que se chama governabilidade. De forma muito concisa e completa, Gianfranco Pasquino disse que governabilidade é a capacidade de as instituições responderem às demandas da sociedade. Sentimos de forma muito acentuada que, nas instituições brasileiras, embora tenhamos avançado nos últimos anos, sobretudo a partir de 1988, com a nova Constituição, ainda há muitas questões que dificultam seu melhor funcionamento.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Daí considero importante – e aí concordo mais uma vez com o Senador Mão Santa – que nesta hora apuremos os fatos e tão logo concluída sua apuração possamos tirar lições que venham a aprimorar o ordenamento institucional realizando as chamadas **Reformas Institucionais** que deveriam ter sido, Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, feitas em primeiro lugar, antes até mesmo das chamadas reformas econômicas, porque elas condicionam todas as demais.

Ao concluir minhas palavras, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de dizer que o nosso Partido, o PFL, está dando a sua contribuição, uma contribuição positiva na melhoria da governabilidade para

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – O aperfeiçoamento institucional brasileiro. Espero que, tão logo termine as CPIs, possamos avançar nas reformas a que me reporto. Sem elas, certamente, não teremos realizado o grande sonho de termos uma Nação, não somente democrática, desenvolvida e justa, mas uma Nação que se caracterize por melhor nível de governabilidade, contribuindo para o progresso do País e para nossa imagem no exterior.

Era o que eu tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra, na condição de Líder, ao nobre Senador Osmar Dias, para uma comunicação de interesse partidário, por cinco minutos.

Em seguida, o Senador Ney Suassuna falará como orador inscrito, por cessão do nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, todos sabem que, há mais de vinte anos, o Professor Darcy Ribeiro teve a idéia, sugerida ao ex-Governador Leonel Brizola, eterno Presidente do PDT, da educação em tempo integral. Como fui Presidente da Comissão de Educação do Senado Federal, conheço os projetos que o Senador Eduardo Siqueira Campos apresentou para aperfeiçoamento da educação infantil ao ensino superior.

Hoje venho à tribuna, Senador Eduardo Siqueira Campos, para, além de concordar com as idéias apresentadas por V. Ex<sup>a</sup>, dizer da minha preocupação sobre a proposta de emenda constitucional que está para ser aprovada na Câmara dos Deputados e que virá

ao Senado Federal. Ela vai trazer um grande prejuízo aos Municípios brasileiros. Refiro-me ao Fundeb, que é uma idéia boa, porque pretende utilizar-se da idéia do Fundef, que foi criado em 1995 e que, sem dúvida alguma, ampliou a capacidade de investimento para o ensino fundamental, qualificou melhor os professores, fez com que as escolas tivessem mais equipamentos, melhorou, portanto, a qualidade do ensino fundamental. Estender o programa para a educação básica, para o ensino médio, para a pré-escola não deixa de ser uma grande idéia, mas a forma como vem sendo feito vai trazer prejuízos aos Municípios.

No meu Estado, o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, Prefeito Luiz Sorvos, calcula que os Municípios perderão cerca de R\$110 milhões por ano, pois novas atribuições deverão ser por eles assumidas.

Todos falamos sempre, Senador Augusto Botelho, que os prefeitos estão, cada vez mais, assumindo atribuições. A reforma tributária que foi feita ou os remendos de reforma tributária que foram feitos até agora vão atingindo os impostos federais e ampliando-os de forma a concentrar o bolo da arrecadação mais e mais nas mãos do Governo Federal, nas mãos da União, que já têm 60,5% de toda a arrecadação, ficando os Estados com 25%. Os Municípios, ano passado, ficaram com 14,5% de toda a arrecadação. Nas contribuições que estamos sempre aprovando, aumentando, não há participação dos Municípios. Teremos que fazer também com que os Municípios participem das contribuições.

Mas o Governo agora encaminha o Fundeb, proposta que, segundo estudo da Associação Brasileira dos Municípios, vai tirar cerca de R\$900 milhões dos Municípios, transferindo esses valores para os Estados ou para a União. As creches não serão incluídas no Fundeb. Quando se fala em creche, o custo **per capita**, ou seja, o custo por criança para que essa creche funcione durante um ano é de R\$7 mil contra o custo de R\$2,9 mil para um aluno no ensino médio.

O Governo está exatamente apartando, separando essa parte importante dos alunos que estão nas creches para a responsabilidade exclusiva dos Municípios. É exatamente nesse ponto que o trabalhador sofre, Senador Ramez Tebet, porque a mulher trabalhadora precisa de uma creche funcionando perto de sua casa, de sua confiança, para deixar o seu filho antes que ele complete os quatro anos, quando ele entrará numa creche, para que ela possa trabalhar e ajudar na complementação da renda familiar. Porém, se a creche é responsabilidade exclusiva dos Municípios que estão com suas contas debilitadas, evidentemente, eles não conseguirão cumprir com esse papel



importante de oferecer, de colocar à disposição creche para todos os filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras deste País.

Portanto, estamos diante de um problema. Nós, que estamos aqui discutindo todos os dias – e devemos realmente discutir – o combate à corrupção e as mazelas cometidas, precisamos debater também como vamos oferecer às crianças, aos alunos do ensino básico e aos alunos do ensino médio uma condição melhor para que freqüentem a escola e possam sonhar com a cidadania, que poderá ser obtida por meio de uma escola que funcione perto de sua casa em condições de oferecer ensino adequado, sobretudo nessa faixa de idade, quando as crianças estão formando o seu físico, o seu caráter e a sua personalidade e podem fortalecer, inclusive, os valores de família tendo uma boa escola para freqüentar – fato que estamos, muitas vezes, esquecendo quando fazemos um discurso combatendo a criminalidade, a violência e a marginalidade. Muita gente esquece-se de que falta o fortalecimento dos valores de família, que precisamos buscar fortalecer sempre que possível.

Não tenho dúvida de que a oportunidade que se der a uma criança para que ela freqüente a pré-escola – e mesmo uma creche, na qual ela aprenderá a conviver com seus amigos e companheiros de bairro – formará o verdadeiro cidadão. Assim, a criança aprenderá bem cedo quais são os seus direitos e as suas responsabilidades de cidadão.

O Fundeb, que deveria ser uma grande idéia, pode ser um problema, porque transfere dinheiro dos Municípios para os Estados.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Gostaria, nobre Senador Osmar Dias, de fazer duas considerações. Primeiramente, chamo a atenção para um fato que, a meu ver, compromete a Federação. Observo que, cada vez mais, está havendo uma concentração de recursos na União em detrimento dos Estados e Municípios. Esse fato é paradoxal, sobretudo porque, a partir da Constituição de 1988, passamos a considerar também os Municípios como entes federativos, algo que nunca acontecera no constitucionalismo brasileiro. Foi uma inovação que, a meu ver, se deve materializar com medidas concretas. Então, V. Ex<sup>a</sup> alerta, com propriedade, para o fato de que ocorre agora, um fenômeno estranho, que é a redução de verbas para os Municípios em favor dos Estados, dinimunindo, conseqüentemente, a possibilidade de a primeira instância política, que é o Município, atender

adequadamente as demandas na área da educação. Eu sempre penso que a cidadania começa na cidade, começa, portanto, no Município, e, se queremos construir uma sociedade verdadeiramente democrática, temos que descentralizar. V. Ex<sup>a</sup> tem aqui se preocupado muito com a questão da educação. Foi Presidente, inclusive, da Comissão de Educação, do Senado Federal, fez um excelente trabalho e tem dado demonstrações do seu interesse pelo tema. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> que a educação é a grande questão brasileira. Eu diria que temos muitos problemas conjunturais, mas talvez a questão estrutural brasileira ainda seja a da educação. E nos tempos que estamos vivendo, tempos de grandes transformações científicas e tecnológicas, ou nós investimos em educação ou nós vamos perder a corrida no rumo do desenvolvimento. Sem educação, perdoe a rima, não há salvação.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Muito obrigado, Senador Marco Maciel. A V. Ex<sup>a</sup>, que tem o respeito da Casa e do País, peço que nos ajude junto ao seu Partido, o PFL, para que nós possamos fazer uma revisão da proposta de emenda constitucional a ser apreciada aqui no Senado Federal. E quero alertar todos os Senadores que, embora pareça, a princípio, uma grande idéia, ela contém no seu bojo um problema de distorção de recursos que pode sacrificar ainda mais os Municípios brasileiros.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo, que tem debatido este assunto e apresentado propostas a respeito, preste atenção, e V. Ex<sup>a</sup> perceberá o que aqui estou dizendo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nobre Senador Osmar Dias, este Presidente agradece a V. Ex<sup>a</sup> as considerações elogiosas. Só tenho a dizer que o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> chama atenção do País para o assunto, como é de grande importância para o tema “educação”.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esta Presidência vai convocar o próximo orador regularmente inscrito, Senador Ney Suassuna, que fala por cessão do nobre Senador Garibaldi Alves Filho, que será o próximo orador, por cessão do Senador Pedro Simon.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos, Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente!

Inicialmente, agradeço ao meu amigo Senador Garibaldi Alves pela gentileza de ter-me permitido usar da palavra. E, com isso, deixo de usar da palavra pela



liderança, o que detesto porque não considero justo. Considero o fato de Senadores líderes usarem da palavra para proferir discurso uma forma de passar a frente dos outros companheiros. Então sempre evito falar como líder.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Brasil, ultimamente, tem vivido dias complicados, e o Congresso não está fora dessas complicações. Tivemos aqui uma verdadeira enxurrada de CPIs: CPI da Terra, que, agora, está com menos lbope e, por isso, saiu do ar praticamente; a CPI dos Correios, do Mensalão, dos Bingos, da Migração... E essas CPIs, Sr. Presidente, criaram personalidades de sucesso instantâneo, pessoas que se tornaram, cada vez mais, concorrentes. Outro dia, presenciei uma discussão tremenda entre dois companheiros do mesmo partido. Quase houve uma briga entre eles porque um tinha chegado às sete horas da manhã para se inscrever na lista e o outro, que chegou no mesmo horário, queria ter a primazia na inscrição. A discussão terminou com eles dizem “me respeite, fulano”, “me respeite, beltrano”. Eu fiquei olhando e pensando: “Meu Deus, o que minutos na TV não faz à personalidade das pessoas”.

Tudo o País passou a presenciar, a ouvir mais destampatórios, mais informações, mais escândalos. A TV Senado subiu como um foguete não só na sua audiência, mas também como fornecedor de cópia do seu programa para as outras TVs, como se via pelo logotipo da TV Senado.

Essas personalidades instantâneas passaram a fazer parte até dos vários *sites*: *site* gay, *site* isso, *site* aquilo. Houve até concurso para ver quem aparecia mais, quem estava mais bem colocado. Tudo isso aumentou enormemente a disputa pela ocupação dos microfones. Lamentavelmente, em algumas faltaram professores de português e também de logopedia porque o tom da voz era o índice da maior ou menor masculinidade, da maior eficácia da oratória ou não. Era, enfim, um destampatório geral.

Comecei a me preocupar porque eu acreditava que isso duraria para sempre, jogando por terra todo o trabalho do Senado, da Câmara, que precisam votar, precisam decidir sobre assuntos importantes. Mas, graças a Deus, isso não aconteceu. Continuamos votando, continuamos, no Senado principalmente, cumprindo o nosso dever.

Graças a Deus, o índice de audiência da TV Senado está diminuindo. Graças a Deus também, o público, pela superexposição, está ficando saturado de CPIs. No último final de semana, por onde passei, a colocação era diferenciada: “Basta de tanta CPI! Basta de tanta denúncia!” Quer dizer, o próprio público está cansado de tanta denúncia, de tanta briga e quer que

os culpados sejam punidos. Isso não é novidade. O meu Partido, PMDB, desde o primeiro momento, exige a apuração de tudo e a punição dos culpados. E as pessoas deixaram de perder dias, tardes, manhãs em frente à televisão para ouvir a CPI e as suas denúncias.

O Governo, graças a Deus, também concateinou melhor os fatos, saiu da tontura em que estava e começou a se mover, inaugurando obras, cobrando programas, divulgando objetivos. Reputo esses fatos principalmente à entrada da Ministra Dilma e do Ministro Jacques Wagner, que estão freqüentando as duas Casas. Na próxima quarta-feira, por exemplo, haverá um almoço com todos os Senadores do PMDB, na Liderança do Partido, para conversar com todos os Parlamentares à procura de soluções.

Sr. Presidente, com toda certeza, isso está tendo resultado, graças a Deus, porque é um crime largar essa onda econômica em que nós vínhamos surfando, para trabalharmos contra nós mesmos. Parece até que estamos torcendo pelos nossos concorrentes e querendo que o Brasil dê errado por causa da eleição do próximo ano. Graças a Deus, isso começa a diminuir, a preocupação com a onda excessiva de denunciismo está sendo substituída pela preocupação com a perda do *time* da economia. Portanto, nós, Parlamentares, precisamos enfatizar, ajudar para que essa onda econômica em que estamos indo tão bem leve o Brasil a índices melhores de produtividade, de investimento.

Muitos dizem que isso não tem importância, mas é claro que tem. O economista Kalecki diz que as pessoas investem quando têm muita renda acumulada, quando têm perspectiva de lucro ou confiança de que o cenário é promissor e que provavelmente o lucro virá. Ora, num país em que parece que se está desagregando a máquina política, quem, mesmo tendo recursos, iria investir? Isso, mais cedo ou mais tarde, se contaminaria ou se contaminará – se esta tendência que vi nesse final de semana não se concretizar – contaminando a área econômica.

Ouvi com alegria a explicação do Ministro Pallocci numa entrevista nos moldes das entrevistas norte-americanas e européias, em que se dá a palavra a cada repórter. Foi um bom exemplo. Tomara que outros Ministros façam o mesmo. Gostei das respostas. S. Ex<sup>a</sup> buscou responder ao que lhe foi perguntado. É óbvio que a Oposição vai dizer que não foi o bastante – está no legítimo papel dela. E quisera eu que todos tivessem feito o mesmo.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Com toda certeza, Senador Heráclito.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Caro Senador Ney Suassuna, parabeno V. Ex<sup>a</sup> pela primeira etapa do seu pronunciamento. Perfeito. Não concordo em querer interpretar aqui o sentimento da Oposição. Se V. Ex<sup>a</sup> continuar usando o seu equilíbrio, vai observar que quem não gostou do sucesso do Ministro Palocci foram seus companheiros de Partido. Se V. Ex<sup>a</sup> observar no plenário – V. Ex<sup>a</sup> é homem atento –, verá que quem vem acusando, quem vem colocando o Ministro Palocci na berlinda não é a Oposição. Aliás, a Oposição brasileira de hoje é diferente daquela que nós vivemos num passado recente, quando V. Ex<sup>a</sup> foi Ministro do Governo Fernando Henrique, por exemplo, e sabe o que sofremos por parte do PT. Então V. Ex<sup>a</sup> não tem o direito, como Líder da Base do Governo, de acusar o comportamento da Oposição. A Oposição tem o direito, sim, de opinar se gostou ou se não gostou e o tem feito com muita cautela. Aliás, as palavras de equilíbrio, as palavras equilibradas ditas após o pronunciamento do Ministro Palocci foram muito mais da Oposição do que do Governo. Faço apenas este reparo pela admiração que tenho a V. Ex<sup>a</sup>. Sei que se empolgou um pouco, mas creio que não tem o direito de interpretar o sentimento da Oposição nesta Casa. Muito obrigado.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Obrigado pelo seu aparte, nobre Senador Heráclito Fortes.

Estou falando com os dados que tenho em mão. Li o *blog* do Prefeito do Rio, em que S. Ex<sup>a</sup> disse que não foi suficiente. Creio que S. Ex<sup>a</sup> está em seu papel natural, normal, de oposição. Não estou interpretando. Ao contrário, estou dizendo que a Oposição tem que fazer carga. É natural que faça carga, caso contrário não será Oposição.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Assisti hoje a um pronunciamento que dizia não ser suficiente. Então, não estou fazendo interpretação, tampouco especulando. Estou dizendo que esse é o papel da Oposição em qualquer país. A Oposição não deve elogiar, deve buscar as vulnerabilidades e cobrar o que falta. Está em seu legítimo papel. Não é interpretação, mas a definição do próprio papel da Oposição. É o que entendendo. É necessário, é preciso que assim seja.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – O Senador Arthur Virgílio disse, com muita propriedade, que a única vez em que o Governo, em que o PT se uniu foi para combater o Ministro Palocci. Não quero que se coloque a conta dos desacertos do Ministro Palocci, dos problemas que o Ministro Palocci está enfrentando, na conta da Oposição. Aliás, a Oposição brasileira é frustrada porque não conseguiu criar nenhuma crise

para o Governo que V. Ex<sup>a</sup> defende. O próprio Governo cria todas. Pergunto ao Senador Alvaro Dias, que chegou ao plenário: quem indicou Buratti? Fomos nós da Oposição? Quem indicou Waldomiro? Fomos nós da Oposição? Quem indicou José Dirceu? Fomos nós da Oposição? E por aí adiante. Então, se há uma Oposição virgem em fazer mal ao Governo é a Oposição brasileira neste momento.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – V. Ex<sup>a</sup> também não ouviu o discurso do nobre Senador José Jorge, que está no seu direito como Oposição. Mas acho que é natural, é normal.

Dando continuidade ao meu discurso, Sr. Presidente, acredito ser esta a hora de aproveitarmos a onda benéfica e salutar da nossa economia e continuar tentando fazer com que esses números sejam mais permanentes. Dentro desse aspecto, lembro que precisamos investir mais em turismo no Nordeste, que precisamos concluir a BR-101, que precisamos concluir a BR-230, que precisamos fazer a Transnordestina. Enfim, precisamos buscar vencer o *gap*, vencer a diferença que existe entre a minha região e o Sul maravilha, a região de V. Ex<sup>a</sup> e o Sul maravilha, a região Norte e o Sul maravilha porque esses índices vão, com toda a certeza, pesar muito mais, empurrando ainda mais a economia para a frente, o Brasil será mais igualitário, e nós teremos mais oportunidades industriais, comerciais e de toda monta.

Percebo, com alegria, o sentimento de saturação por parte da população, que pensa que basta de denunciamento e que os culpados precisam ser punidos com a maior rapidez possível, mas ninguém mais está perdendo o dia todo em frente à televisão para assistir às CPIs. Chegou ao ponto de saturação...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Vou concluir, Sr. Presidente. As estrelas instantâneas das CPIs começam, até nos *sites*, a ser analisadas com crivo mais sério e, com toda a certeza, mais rigoroso.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência convoca o próximo orador inscrito, o nobre Senador Garibaldi Alves Filho.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos. (Pausa.)

O Senador Garibaldi Alves Filho propõe uma permuta com o Senador Alvaro Dias, a quem concedo a palavra, de imediato, sendo S. Ex<sup>a</sup> o próximo orador inscrito.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, agradeço ao Senador

Garibaldi Alves Filho e ao Presidente Eduardo Siqueira Campos. O Ministro Palocci adotou uma estratégia de competência, foi convincente para muitas pessoas no País. S. Ex<sup>a</sup> procurou dar explicações, manifestando uma forma de respeito à opinião pública e, sobretudo, aos profissionais da imprensa que tiveram a oportunidade de formular indagações.

De minha parte, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é claro que não temos o direito de desacreditar o Ministro Palocci, até prova em contrário, mas também não temos o direito de desacreditar o promotor Aroldo Costa Filho, que afirmou que as revelações de Buratti vieram dar credibilidade e respaldar as investigações, afinal, são investigações iniciadas há muito tempo, exigindo o trabalho de seis promotores públicos, que são responsáveis por esse caso. E para um dos seis Promotores, exatamente o Dr. Aroldo Costa Filho, há indícios veementes de que tudo aquilo que o Buratti disse é verdade.

Sr. Presidente, se não podemos desacreditar o Ministro, não devemos também desacreditar o Promotor. Isso não nos desobriga de investigar, de forma cabal e eficiente, todas as denúncias. Não importa qual seja o alvo, seja quem for, esteja onde estiver, a exigência da sociedade é no sentido de que se investigue de forma eficiente para responder a todas as dúvidas da Nação, para oferecer resposta às exigências de todo o povo brasileiro.

É claro que há necessidade de cautela quando se buscam benefícios da delação premiada. A própria legislação impõe que os benefícios sejam concedidos somente quando se obtém resultado construtivo, e resultado, a meu ver, é prova. Não basta a palavra, a informação, o “ouviu dizer”; o que importa, nessa etapa da investigação, quando se buscam exatamente os benefícios da delação premiada é prova documental, prova material, que ofereça consistência às denúncias e retire qualquer risco de irresponsabilidade e de leviandade ao se formular a denúncia.

Portanto, o que nos cabe agora, como responsáveis por esta investigação no Congresso Nacional, é aguardar o depoimento de Buratti no Ministério Público, em São Paulo, para conhecer o seu inteiro teor, verificar a consistência dos indícios apresentados e se, eventualmente, existirem provas, analisá-las para adotar as providências cabíveis quando da convocação do Ministro Palocci já que S. Ex<sup>a</sup> se dispôs a depor.

Além disso, ouviremos, na próxima quarta-feira, na CPMI dos Bingos, o depoimento do Sr. Buratti. Creio

que devemos aguardar também até quarta-feira para fazer uma avaliação correta. Hoje inúmeros *e-mails*, especialmente da cidade de Ribeirão Preto, chegaram ao nosso gabinete, fazendo referências às denúncias, com informações, por exemplo, sobre o custo do lixo na gestão Palocci, que foi 200% superior em relação à gestão seguinte e empréstimos do BNDES a um hospital. Essas denúncias devem ser obviamente avaliadas e investigadas, para que se possa chegar à veracidade ou à inveracidade delas e se há responsabilidade ou irresponsabilidade de quem denuncia. Isso é o que nos cabe nesse momento de investigação, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Estamos investigando o pagamento de contas no exterior, contas de campanha, pagamentos efetuados durante os anos de 2003 e 2004. Como há um percurso de evasão de divisas e recursos que foram remanejados de uma agência bancária a outra até chegar ao paraíso fiscal no exterior, há aqueles que fazem conjecturas relativas à aplicação de recursos do BNDES no exterior para obras na Venezuela, no Peru, no Paraguai, na República Dominicana. Já existem rumores – esse trabalho de investigação se inicia agora – de que parte dos recursos que caíram nas contas de Duda Mendonça, ou de quem quer que seja, no exterior poderiam ter origem também nesses empréstimos do BNDES para a realização de obras nesses países.

Vamos dar alguns exemplos. O BNDES aprovou dois financiamentos no total de 194 milhões e 600 mil dólares para que a Construtora Norberto Odebrecht realize exportações de bens e serviços para a Venezuela. A Norberto Odebrecht participa da expansão do metrô de Caracas e da realização de obras de irrigação no noroeste do país. Além disso, deve finalizar, até o final do ano, a principal obra atualmente construída por uma empresa brasileira em solo venezuelano: a segunda ponte sobre o rio Orinoco, a vinte quilômetros de Ciudad Guayana. O projeto da ponte recebeu financiamento de 384 milhões de dólares pelo Proex – Programa de Financiamento às Exportações. A obra também inclui ligações rodoviárias de 165 quilômetros ao todo, integrando três Estados venezuelanos. A Odebrecht calcula que foram gerados 3.600 empregos diretos e pelo menos 18 mil empregos indiretos. Entre as parceiras brasileiras estão a Usiminas e outras empreiteiras.

O Projeto Hidrelétrico San Francisco, no Equador, e a Hidroelétrica de Pinalito, na República Dominicana,

estão sendo financiados pelo BNDES e executados pela Norberto Odebrecht.

O projeto equatoriano, por exemplo, terá um financiamento de R\$243 milhões de dólares do BNDES.

Na seqüência da declaração presidencial Conjunta Brasil e Bolívia de 2003, na qual foram acertados financiamentos de até US\$600 milhões para projetos de infra-estrutura na Bolívia, o BNDES liberou recursos.

O Proex vai financiar 85% de dois trechos de estradas na Bolívia, que serão construídos pela Odebrecht (US\$63 milhões) e pelo consórcio Camargo Corrêa-ARG (US\$ 80 milhões).

O BNDES financiou a construtora ARG, de Belo Horizonte, no trecho de 180 km na Ruta 10, que liga Assunção a Salto de Guaiá, na fronteira com o Brasil. A obra custou US\$77 milhões.

O volume de recursos financiados pelo Proex em 2003 e 2004 é da ordem de US\$ 7,6 bilhões (fonte: Banco Central).

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, enquanto projetos extraordinários no Brasil não encontram o apoio do BNDES, não são financiados pelo Banco no exterior, o BNDES esbanja recursos, permitindo a construção de obras de infra-estrutura da maior importância, gerando empregos lá fora, enquanto aqui há, lamentavelmente, uma timidez em matéria de geração de empregos.

Não creio que seja essa a função do BNDES. A sua função primacial é promover o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Nós estamos trazendo esses fatos, Sr. Presidente. Há compromisso, por exemplo, de financiar a construção do Metrô de São Domingos, a construção da Hidrelétrica Arte Bonito e da Represa Monte Grande.

Veja que é um canteiro de obras no exterior, com financiamentos do BNDES.

O Presidente do BNDES, Guido Mantega, informou que a carteira de desembolsos do BNDES para projetos de infra-estrutura na República dominicana totaliza US\$235 milhões (incluindo o aqueduto).

A Rodovia do Pacífico (corredor interoceânico sul Peru-Brasil, Rodovia de 1.200 quilômetros, que vai ligar a cidade brasileira de Assis, no Acre, aos Portos de Ilo, Matarani e Marcona, no Sul do Peru) deverá contar com US\$420 milhões, via Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Um *pool* de empreiteiras brasileiras participam: Norberto, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiróz Galvão, Camargo Corrêa.

O Comitê de Financiamento e Garantias das Exportações (Cofig), órgão que aprova esses empréstimos para empresas brasileiras em projetos de integração na América do Sul, já aprovou, entre recursos do BNDES e do Tesouro, US\$1,6 bilhão para financiar projetos de integração regional na América do Sul entre 2006 e 2008.

Sr. Presidente, eu vou concluir, em respeito ao tempo. Certamente, nós teríamos outras informações a acrescentar a essas, e V. Ex<sup>a</sup> tem sido um dos senadores mais preocupados com a destinação do BNDES.

Fica difícil compreender. É complicado aceitar que se priorize obras no exterior, em diversos países, em detrimento de projeto da maior importância, geradores de emprego, de renda e de receita pública, capazes de promover desenvolvimento econômico com justiça social no nosso País.

É por isso que acabam fazendo ilações, conjeturas, de que parte dos recursos ilícitos depositados em contas bancárias, em paraíso fiscal, para pagamento da conta da campanha do PT de 2002 poderiam advir desses benefícios concedidos pelo BNDES a empreiteiras brasileiras que atuam no exterior.

Nós não estamos aceitando essa conjectura como verdadeira, mas aceitamos, sim, Sr. Presidente, como uma pista, para investigações.

Era esse o pronunciamento, Sr. Presidente.

Agradeço a concessão de mais alguns minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador José Sarney, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que faça constar dos Anais da Casa as considerações que encaminho à Mesa sobre a campanha que vem sofrendo a GEAP, por parte dos planos privados de saúde.

A GEAP é uma fundação sem fins lucrativos, dirigida com extrema competência pela Dr<sup>a</sup> Regina Parisi, e vem prestando há décadas valiosos serviços aos funcionários e empregados pobres.

Peço, também, a transcrição da nota da GEAP sobre o assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ SARNEY EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)





Assessoria de Comunicação



## NOTA OFICIAL GEAP

A matéria "Manobra prorroga convênio bilionário em serviço de saúde", publicada no Estado de São Paulo, de 9/07/2005, contém erros gerados por falta de apuração, omissão de fatos importantes e desequilíbrio nas fontes ouvidas. Para passar ao leitor os fatos corretos, a GEAP pede a publicação dos esclarecimentos abaixo pontuados:

**1. Não há monopólio na prestação de assistência à saúde do funcionalismo** - A GEAP é uma autogestão em saúde que atua na assistência à saúde do funcionalismo juntamente com outros 135 planos de saúde. Atendendo ao funcionalismo existem instituições como a Fassincra, Fioprev, Assefaz, Fundação Cespe, Fundaffemg, Fundação Enersul, etc. Só no Ministério da Saúde existem três autogestões: a GEAP, Capecesp e Fioprev, em que o servidor se inscreve voluntariamente. Além das autogestões, operadoras lucrativas também prestam assistência ao funcionalismo.

**2. A GEAP não "faturou" 1.77 bilhão** - A receita da GEAP vem dos servidores públicos federais e da União, numa proporção de 65% para 35%, respectivamente. O servidor contribui com quase o dobro do que contribui o empregador.

ANO	Nº Clientes	Patrocinadoras	Contribuição participantes + participação	TOTAIS	Despesas médicas,, Impostos e taxa de administração
2000	804.740	193.721.394,64	299.065.041,32	492.786.435,96	522.815.419,82
2001	724.778	213.765.083,01	395.308.614,90	609.073.697,91	605.580.684,55
2002	701.170	250.437.297,87	413.144.922,44	663.582.220,31	677.066.739,53
2003	693.306	245.693.521,52	454.011.126,11	699.704.647,63	706.442.343,88
2004	701.378	271.868.418,83	535.065.193,89	806.933.612,72	835.455.175,29
JAN A JUN 2005	684.765	155.929.207,67	300.893.178,92	456.822.386,59	472.985.805,25
<b>TOTAIS</b>		<b>1.331.414.923,54</b>	<b>2.397.488.077,58</b>	<b>3.728.903.001,12</b>	<b>3.820.346.168,32</b>

A GEAP não tem finalidade lucrativa e toda a sua receita é revertida no pagamento à rede de assistência médica e em investimentos nos programas de promoção da saúde.

A Direção Executiva põe em prática as políticas de assistência e de custeio determinadas pelos Conselhos Deliberativo, Consultivo e Fiscal, compostos paritariamente por representantes dos servidores (eleitos por seus pares) e dos órgãos com as quais a GEAP tem convênio de adesão.

**3. Comando da GEAP é dos servidores e da união** - na matéria o deputado Augusto Carvalho faz insinuações vazias e de má fé, uma vez que tem conhecimento sobre o sistema de autogestão, pois esteve recentemente na Câmara de Deputados Federais, acompanhando representantes dessa área. **O Comando da GEAP é dos servidores públicos e das patrocinadoras conveniadas.**

As patrocinadoras com maior número de assistidos – Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego, e INSS – indicam o diretor executivo, rotina que acontece há décadas. Todas as ações da direção executiva são apresentadas mensalmente ao conselho, que delibera sobre cada tema, determinando a linha a ser seguida.

**4. Ação contra a GEAP no TCU** - A Ação do Deputado Augusto Carvalho e da Golden Cross no TCU vêm de 1996 e não do governo atual.

Os convênios da União com as autogestões são mais vantajosos para os órgãos federais pois custam menos (já que não há o fator lucro) e permitem a participação dos servidores e da própria união na gestão do plano.

A GEAP estranha, portanto, a motivação do Deputado contra a prestação da assistência à saúde por parte das autogestões como a GEAP, que representa uma expressiva economia nos gastos públicos. Vejamos o exemplo da Advocacia-Geral da União (AGU): o órgão era conveniado à GEAP até dezembro de 2004, quando foi obrigado a fazer licitação. Seus gastos passaram de R\$ 750 mil/mês com a Fundação para R\$ 3.1 milhões/mês com empresa lucrativa.

**5. Acórdão do TCU** - A GEAP não mudou acórdão do Tribunal de Contas da União. Houve prorrogação dos prazos por decisão do próprio Tribunal, para que houvesse tempo hábil de análise de mérito do recurso impetrado pelos servidores federais.

**6. A GEAP está aberta a prestar quaisquer esclarecimentos** e pede ao Jornal que ouça os principais interessados em todo o processo: os funcionários públicos federais. Isso dará mais equilíbrio e isenção às reportagens. A Fundação destaca, por fim, que interpelará o deputado a apresentar provas de suas denúncias.

**Direção Executiva da GEAP**

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos regimentais.

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço que meu discurso seja publicado na íntegra.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR JOSÉ SARNEY.**

**O SR. JOSÉ SARNEY** (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, venho a esta tribuna defender uma instituição que muito serviço prestou ao País, na área de proteger os funcionários públicos: a Geap. Este órgão, que está sofrendo o combate de seus concorrentes, os fundos privados de saúde, que querem invadir a área dos pobres funcionários e trabalhadores que têm a Geap, com preços baratos e acessíveis às classes mais pobres, como única porta para os seus problemas de saúde. Hoje, o órgão é dirigido por uma mulher excepcional, a Dr<sup>a</sup> Regina Parisi, que realiza uma administração eficiente, recuperando as finanças do órgão e ampliando sua área de ação.

“Manobra prorroga monopólio bilionário em serviço de saúde.” Essa foi a manchete de uma reportagem veiculada no jornal **O Estado de S. Paulo**, no último dia 9 de julho. O subtítulo da mesma reportagem traz a informação de que a Geap, fundação que supostamente seria a detentora do tal monopólio, faturou R\$1,770 bilhão durante o Governo Lula. A fonte da informação é o Deputado Distrital Augusto Carvalho.

A matéria faz menção de uma sentença de abril de 2004, proferida pelo TCU, em uma ação movida pela Golden Cross e pelo Deputado Augusto Carvalho. Essa sentença havia determinado o fim dos convênios da Geap com vários órgãos. No entanto, o TCU acaba de conceder a prorrogação, por mais 3 meses, desses contratos, tendo em vista que ocorreu fato novo e relevante, ou seja, a obtenção pela Geap, junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de uma autorização definitiva de funcionamento como operadora de autogestão multipatrocinada.

Embora a decisão tenha ocorrido por voto unânime dos Ministros, que acompanharam o Ministro-Relator, o jornal a classifica como uma manobra.

Há grandes equívocos no texto jornalístico.

Para começar, a Geap não lucra nada, é uma empresa sem fins lucrativos. Em nota oficial da empresa, um quadro de receitas e despesas foi divulgado e pode-se observar que, na verdade, ao longo dos últimos 6 anos, as receitas foram insuficientes para assegurar a taxa de administração acordada.

O uso do termo “monopólio” também é absolutamente incoerente, visto que atuam no mercado, inclusive junto ao serviço público, nada menos do que 136 planos de saúde. Monopólio, pelo que sei, é a detenção de todo o mercado por uma única empresa. Obviamente esse não é o caso.

Além disso, Sr. Presidente, é evidente que a adesão ao plano de saúde e assistência social da Geap se faz de maneira voluntária. Cada associado tem de preencher uma ficha aderindo ao plano. Ele pode fazê-lo, ou optar por um dos inúmeros concorrentes do mercado. Se a Geap tem conseguido a preferência de milhões de servidores públicos, com certeza isso se deve à qualidade de seus serviços.

A direção executiva da empresa põe em ação as determinações dos Conselhos Deliberativo, Consultivo e Fiscal, que são órgãos compostos prioritariamente por representantes dos servidores e dos órgãos com os quais a Geap tem convênio. Não se trata, portanto, como foi insinuado na matéria, de uma empresa comandada por militantes do PT.

Tantos equívocos, tantas distorções não podem ser atribuídas à simples desinformação, mas, sim, a uma intenção deliberada, visto que há interesses financeiros vultosos nos bastidores dessa disputa pelo serviço de saúde dos servidores públicos.

Devemos repudiar esse tanque à prestação de serviços de saúde aos servidores públicos pelo modelo de autogestão, que representa uma expressiva economia tanto nas despesas dos trabalhadores quanto nos gastos públicos. A Advocacia Geral da União, por exemplo, que mantinha convênio com a Geap até dezembro de 2004 e foi obrigada a cancelar o convênio e fazer licitação, teve seus gastos aumentados de R\$750 mil por mês para R\$3,1 milhões.

O interesse por parte de planos privados de assistência à saúde pela suculenta fatia dos servidores públicos é que parecer ser a real razão por trás do ataque aos serviços prestados pela Geap.

Sr. Presidente, a Geap mantém um sítio muito interessante na Internet, onde, entre outras coisas, divulga uma pesquisa que aferiu um percentual de aprovação com o plano de mais de 95%.

Bastaria esse dado para demonstrar que o que está ocorrendo, na verdade, nada mais é do que a tentativa de tirar dos servidores públicos um serviço de qualidade que pratica preços extremamente acessíveis.

Peço a transcrição da Nota da Geap, anexa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos regimentais.

Nobre Presidente José Sarney, esta Presidência determinará a publicação, na íntegra, do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e a mais ampla divulgação, de acordo com o Regimento desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Passa-se à

### ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças para apreciação do item 1.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2005

*(Proveniente da Medida Provisória nº 251, de 2005)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 251, de 2005), que institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romeu Tuma.

2

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

*(Votação nominal)*

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

3

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.



## 6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 12, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, *que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

## 7

**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, *que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– e Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

## 8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 59, DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, *que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Volta-se à lista de oradores.

Por solicitação do Senador Garibaldi Alves Filho, vamos fazer uma permuta para que possa fazer uso da palavra o Senador Heráclito Fortes.

V. Ex<sup>a</sup> é o próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é evidente que, antes de abordar qualquer assunto, devemos passar pelo fato que tomou conta do final de semana, que foi a entrevista concedida pelo Ministro Palocci.

Observamos aqui, agora há pouco, o pronunciamento do Líder Ney Suassuna, que se preocupou com o posicionamento da Oposição. É evidente que a Oposição cumpre o seu papel, quando exige esclarecimentos, quando quer a verdade. Mas, neste caso do Ministro Palocci – e o Senador Arthur Virgílio diz com muita propriedade –, o único momento em que o PT se une é quando o assunto é desestabilizar o Ministro Palocci. Tanto isso é verdade que S. Ex<sup>a</sup> foi para a entrevista coletiva, ontem, com várias perguntas incômodas feitas pelos seus próprios correligionários. Uma delas, feita pelo Sr. Berzoini, que até há pouco tempo fez parte da equipe de Governo do Presidente Lula e se queixava do tratamento que o Ministro Palocci dava a sua Pasta, fez com que o Ministro retornasse, depois de encerrada a entrevista, para atender a uma pergunta feita pela jornalista Délis Ortiz.

Acho que, num primeiro momento, alguns aspectos da entrevista do Ministro Palocci nos faz refletir positivamente. Em primeiro lugar, ele ofereceu-se para participar da coletiva, ele foi humilde, ele não transferiu o problema que aflige o seu Partido para outros Partidos, não transferiu a crise nem para as elites, nem para a Direita, nem para a Esquerda. Assumiu como um problema grave enfrentado pelo Partido e pela base do Governo. Nisso ele foi diferente de todos os petistas que até agora, envolvidos na crise, procuraram ou trazer o foco dos fatos para as administrações passadas, ou dividi-las com os demais Partidos. É aquela maneira petista de não querer assumir, de maneira nenhuma, as suas responsabilidades.

Agora, é claro que a entrevista do Ministro Palocci só terá sido de todo positiva se não houver contestação por parte das pessoas envolvidas nesse processo. Temos a perspectiva de, nesta semana, o próprio Sr. Buratti vir ao Senado para prestar depoimento em uma das CPIs. Quando digo uma das CPIs, Sr. Presidente, é que o Governo, a meu ver de maneira errada, resolveu diversificar temas em três CPIs: Bingo, Correios e Mensalão. Não atentou o Governo que serão três focos nos quais fatos desaguarão contra ele. As denúncias que chegam às três CPIs são contra o Governo e contra o PT. É evidente que, quanto maior a exposição dos ex-companheiros de Partido e de administração que provocaram todo esse mar de denúncias, a cada

contradição, a cada fato novo, aumenta a via-crúcis do Governo Federal.

Não entendi essa estratégia, mas, como é um Governo composto de gênios, de pessoas que dialogam com o Altíssimo e não com os da Terra, espero que eles tenham razão. Os fatos e o futuro mostrarão isso.

Senador José Sarney, com a sua experiência de vida nesta Casa, V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que ninguém controla CPI. A CPI é controlada por sua excelência o fato. Os fatos vão, aos poucos, mostrando o caminho a seguir. A rua, como é o caso presente, vem acompanhando, de maneira surpreendente, o dia-a-dia e o desenrolar dessas Comissões – graças à eficiência e à precisão do sistema de comunicação do Congresso Nacional, composto das Rádios Senado e Câmara e das TVs das duas Casas. Esse é um fato, Sr. Presidente. Por onde chegamos e passamos, vemos os reflexos da comunicação direta e imediata em tempo real, que faz com que o cidadão, por mais distante que seja a sua residência, acompanhe de maneira atenta e firme – inclusive emitindo opiniões – os fatos que estão por acontecer.

O lamentável, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é que, enquanto isso, o País está parado. Estamos vivendo um momento em que a Lei de Diretrizes Orçamentárias ainda não foi votada. Há muitos anos, votávamos essa lei antes do início do recesso do mês de julho. Nós já estamos avançando no mês de agosto, e a LDO ainda não foi apreciada pelo Plenário do Senado Federal. As obras estão paradas, e causa-me mais apreensão aquele famoso acordo firmado entre o Governo Federal e o FMI, que envolve R\$2,7 bilhões para obras de infra-estrutura – que estão paralisadas. O Governo tem até 31 de dezembro para cumprir essa meta e poder iniciar a segunda etapa o ano que vem.

Mas não é só a questão do FMI. Várias e várias obras estão paradas, os programas estão atrasados e se fala muito na agenda positiva.

A agenda positiva está sendo tratada apenas em entrevistas, em rádio, em televisão, mas, de maneira concreta, nada acontece. O Senador Sarney acompanhou. Nós temos o gasoduto que liga Fortaleza, Teresina e São Luís, pois depende de decisão administrativa para que as obras sejam iniciadas. A Ferrovia Transnordestina, que é fundamental para a Região Nordeste, precisa ser também iniciada com a maior urgência. Tudo está parado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é lamentável que estejamos vivendo este momento de paralisia. E, por mais paradoxal que seja, a economia brasileira reage, dá sinais de musculatura, e resiste às tormentas que o Brasil vive no momento.

É preciso que haja, por parte do Governo Federal, a sensibilidade suficiente de não permitir que essa teia que envolve a credibilidade da sua administração faça com que a paralisia administrativa tome conta da Nação. Precisamos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ter maior atenção para com esse fato, porque, senão, daqui a pouco, por paralisia, por estagnação, vamos começar a pagar o preço do descrédito que ainda existe, e que não é pouco, por parte dos investidores estrangeiros, que para cá mandam o seu capital, na certeza de aplicações seguras, com a esperança de obter o resultado positivo para as suas aplicações.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esta semana tem início com perspectivas de mais tormentas, porque novos esclarecimentos serão prestados pelos depoentes que já estão convocados. Esperamos que a Nação tenha tranqüilidade suficiente para ouvir e exigir a apuração até o final, custe o que custar, doa em quem doer, mas que não paguemos, por isso, o preço do nosso desenvolvimento. Chegou a hora de o Brasil, Senador Lobão, dar a sua arrancada, e já deu demonstrações de robustez econômica e é preciso para isso que nós, que fazemos parte do Congresso Nacional, contribuamos com o legado de não levarmos o País ao caos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, que está inscrito e tem 10 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a cada momento, o nosso País vive um sobressalto por conta de denúncias que vêm sendo feitas, ora pela conduta de elementos do Poder Executivo, ora pela conduta de Parlamentares.

Parece que, a cada fim de semana, se reserva um espaço bastante aviltado na imprensa para que tenhamos a fotografia e o caso de uma denúncia, de um escândalo, e o País vai convivendo com isso esperando a hora em que, sendo tudo isso apurado, partamos para a punição exemplar de todos aqueles que mereceram o repúdio da opinião pública e que merecerão certamente penas mais objetivas.

Na qualidade de Relator de uma dessas CPIs, venho observando a seriedade e a serenidade como essas apurações estão se realizando, como elas estão sendo encaradas, tanto pelos Deputados Federais que compõem as Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito, como também pelos Senadores, que, como eu,

compõem a chamada CPI dos Bingos. Essa seriedade nos leva a dizer hoje da tribuna desta Casa que, em absoluto, não estamos, pelo menos eu como Relator, cogitando no momento a convocação do Ministro Antonio Palocci, por vermos, por sabermos, por sentirmos, por termos ouvido sua entrevista coletiva à imprensa, quando S. Ex<sup>a</sup> foi bastante franco, claro, veemente, no sentido de esclarecer tudo aquilo que fora dito pelo Sr. Rogério Buratti. Estamos diante do dever de investigar, do dever de aprofundar essas investigações. Daí por que não podemos deixar de convocar – e assim o fazemos com a autorização do Presidente e com a decisão já tomada em plenário – o Sr. Rogério Buratti para que nos traga as informações que ficou devendo à própria CPI dos Bingos, uma vez que, convocado para esta CPI e presente a ela, o Sr. Buratti absolutamente não disse nada, não afirmou nada, o tempo todo negou tudo aquilo que lhe era sistematicamente perguntado pelos seus membros.

Portanto, na quarta-feira, a CPI ouvirá o Sr. Buratti. Esperamos que nos traga novos esclarecimentos, novos fatos. E só se poderia justificar uma oitiva, um interrogatório do Sr. Ministro da Fazenda se ele trouxesse provas, fatos novos.

Assim agindo, procedemos dentro de uma linha de serenidade, de seriedade, que está sendo aguardada pela opinião pública do nosso País. Não podemos, portanto, abusar dos poderes que nos são conferidos de maneira nenhuma. Temos que procurar com esses poderes, com essas prerrogativas esclarecer plenamente aquilo que está sendo colocado diante de nós.

Lendo hoje as declarações do Sr. Costa Filho, um dos procuradores, S. S<sup>a</sup> diz, em declarações prestadas aos jornais do sul do País, que é do desejo do Sr. Buratti, agora sim, falar à CPI dos Bingos, trazer informações a respeito do caso Gtech, a respeito do caso da exploração do dinheiro do jogo dos bingos para as campanhas políticas tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Portanto, Sr. Presidente, fiquem tranquilos aqueles que estão acompanhando tudo isso, que estão querendo que tudo isso seja esclarecido, que se faça justiça, mas que estão querendo que se impeça de se fazerem injustiças, fiquem certos que tudo será esclarecido de forma séria e serenamente, como é o nosso compromisso, compromisso esse que foi reiterado quando aceitamos a missão de Relator daquela CPI.

O escândalo da Gtech não pode ficar impune. Trata-se de um caso que não pode deixar de ter desdobramentos. Não podemos deixar, diante das evidências, dos indícios, de punir aqueles que, certamente, impuseram à Caixa Econômica prejuízos que terminaram sendo registrados como débito para a nação

brasileira. Afinal de contas, a Caixa é uma empresa pública, Sr. Presidente.

Neste instante, quero reiterar esses compromissos.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Garibaldi, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Pois não, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Garibaldi, quero crer que ninguém o excede em competência no Legislativo. No entanto, o povo é exigente. Uma vez o Brasil assistiu ao povo do Rio Grande do Norte sacá-lo daqui para que governasse aquele Estado. V. Ex<sup>a</sup> não foi simplesmente um Governador, mas um extraordinário governante, com repercussão em todo o Nordeste do Brasil, haja vista que, quando terminei o meu mandato – coincidindo com o de V. Ex<sup>a</sup> – levei toda a minha equipe administrativa ao Rio Grande do Norte para colher ensinamentos e experiência com V. Ex<sup>a</sup>. Foi talvez a melhor experiência que Deus me deu. Talvez eu tenha acertado com os exemplos de V. Ex<sup>a</sup> e, por isso, o povo do Piauí me trouxe para aqui. V. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida nenhuma, neste momento de dificuldade para a política e para os políticos, com estoicismo, presta relevantes serviços ao Senado e à grandeza de um mandato político.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Obrigado, Senador Mão Santa, por essa confiança que V. Ex<sup>a</sup> sempre manifesta à minha atuação. Tenho grande admiração pela sua coerência, pela sua presença constante nesta tribuna como homem que faz oposição dentro dos quadros do PMDB.

Fui abordado pela imprensa, há poucos instantes, a respeito do grupo autêntico que V. Ex<sup>a</sup> articulou na nossa casa, o PMDB. Vamos nos reunir até para traçar rumos, para traçar diretrizes, de modo que identifiquemos melhor esse grupo autêntico que V. Ex<sup>a</sup> me convidou para integrar em tão boa hora. Quero dizer que ninguém mais autêntico do que V. Ex<sup>a</sup> para fazer isso.

Termo este meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo da minha mais absoluta certeza de que vamos continuar essas apurações e de que tudo isso, ao final, vai levar a Nação a reconhecer que, se o Parlamento se viu atingido, maculado,...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – ...é esse próprio Parlamento que vai dar uma lição de patriotismo; é esse próprio Parlamento que vai, separando o joio do trigo, dar uma lição de honestidade, de hombridade, apurando tudo o que se apresentou para ser apurado.

Muito obrigado.



*Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Caladaires.*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, próximo orador inscrito. (Pausa.)

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Declino da palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Sérgio Guerra, por permuta com o ora Presidente, Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos – acredito – no momento central da chamada crise política e ética dos últimos meses. Do ponto de vista do Congresso, uma hora decisiva. No primeiro momento, o confronto, a exibição para todo o Brasil de uma cena deprimente na qual pretensos homens públicos cuidavam de se apresentar não para esclarecer, mas para criar elementos para a sua defesa jurídica.

A defesa política é a mais elementar de todas: eu não sei; eu não autorizei; eu não tenho responsabilidade. Todas as palavras, todos os depoimentos têm essa estranha convergência do silêncio e da omissão, num cenário em que para qualquer brasileiro atento não sobra alternativa senão a de acreditar que todos são culpados. Culpados que não conseguem assumir politicamente a defesa da sua culpa e que não têm a qualidade de homens públicos para se apresentar de forma correta ao seu País, até para assumir responsabilidades e crimes. Nada disso aconteceu.

Há uma coerência estranha do Sr. Marcos Valério com o Sr. Delúbio Soares, do Ministro José Dirceu, de todos eles. Há algumas contradições, como era impossível que não se dessem, que não se verificassem, mas, no geral, o mesmo discurso, o mesmo conteúdo e quase sempre a mesma forma.

O Presidente da República atuou e atua neste cenário, até agora, da mesma maneira. Suas palavras são adjetivamente poderosas. Substantivamente, não significam nada. Em nenhum momento, assumiu responsabilidades, como se toda esta crise no seu partido e no seu governo não tivesse nada a ver com ele, como se, no mínimo, não devesse deixar de reconhecer que lhe faltou autoridade, competência e capacidade para controlar o País e para influenciar o seu Partido. Em nenhum momento, permitiu um vazamento sequer na sua palavra, nem sempre tão conseqüente, em relação ao Ministro José Dirceu. Uma prudência excessiva e

absolutamente perceptível a quem olha os fatos com tranquilidade, sem radicalização e com isenção.

Os traidores do Presidente, ele não pode nem vai dizer quem são. Não precisaria dizer os nomes, bastaria configurar as situações. Não ficaria bem ao Presidente da República denominar aqueles que o traíram, mas configurar a cena na qual ficasse patente a quem ele de fato responsabilizava. Não fez isso. Fez um discurso vago, desses que não convencem ninguém, nem a ele próprio, que não foi capaz de encarar os brasileiros. Olhava para cima ou para baixo, mas não de uma maneira fixa para tantos daqueles brasileiros que esperavam do seu Presidente uma palavra de responsabilidade e de liderança para confirmar a esperança dos que votaram acreditando nele.

Essa cena não tem finalização. O discurso do Governo e dos seus aliados é absolutamente precário. Fala-se numa conspiração das elites; fala-se nos que querem tomar o mandato do Presidente. Estou na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios e até hoje não identifiquei nenhum esforço à procura de dados que configurassem uma estratégia para tomar o poder e o mandato do Presidente Lula. Não me parece ser essa a preocupação de nenhum setor da Oposição. Mas é seguramente o discurso daqueles que por não terem o que dizer para se defender levantam argumentos inconsistentes na expectativa demagógica de mobilizar setores na defesa do que não deve nem pode ser defendido.

Não falo do mandato do Presidente, mas, sim, da autoridade dele, que crescentemente ele está perdendo.

A palavra do Ministro da Fazenda nesta semana não confirma a autoridade do Presidente; ao contrário, confirma a falta de autoridade do Presidente; confirma a autoridade do Ministro da Fazenda. Não se trata de um bandido. Não falou como falaram aos brasileiros os bandidos que o antecederam. Falou como homem público.

Não estou identificando aqui responsabilidades, que devem ser apuradas na investigação. Estou afirmando que o Ministro Palocci falou como homem público do Brasil, capaz de falar e de ser ouvido, que merece atenção e respeito dos brasileiros.

Nada disso se fez antes. Ninguém fez assim. Na cena do poder político do PT e do Governo, nenhuma palavra nessa direção. Nenhuma palavra que tivesse algo parecido com essa conduta de ontem ou de anteontem.

Quero deixar muito claro que também o Ministro da Fazenda não está protegido pela economia. A idéia de que a economia não permite a investigação das autoridades é falsa. Em países desenvolvidos,



economicamente densos, autoridades da área econômica foram demitidas por razão de corrupção, e as economias prevaleceram, perduram, não foram afetadas de forma contundente por esses aspectos. Não é por aí. Temos que nos vincular aos fatos como eles são e trabalhá-los com isenção.

Ouçõ a palavra do Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Senador Sérgio Guerra, eu queria cumprimentar a lucidez do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, como sempre muito competente, pragmático e objetivo, e fazer somente uma observação. O Ministro Palocci se apresentou, com propriedade e tempestivamente, no domingo, prestando um serviço ao mercado, que amanheceu o dia tranqüilo – o dólar caiu e a Bolsa não explodiu. Foi bom para o mercado que ele tivesse chamado a entrevista para o domingo. Porém, V. Ex<sup>a</sup> deve se lembrar que as primeiras palavras dele foram comunicar à Nação que o Presidente da República, com quem ele havia falado por telefone há pouco, autorizava-o a dizer que ele ficaria no cargo e o estimulava a conceder a entrevista coletiva. Fiquei, naquele momento, imaginando o ex-Ministro José Dirceu, que, até há muito pouco tempo, era tão ou mais importante do que o Ministro Palocci e não teve estímulo para coisa alguma! Quando transferiu o cargo, nem o Presidente da República estava presente no ato de transmissão. Mais do que isso: o Presidente da República disse a Palocci que fosse, que estimulava, que ele ficava; e, depois que o Ministro foi, prestou as informações e ganhou o primeiro *round* de uma luta de no mínimo doze *rounds* – vem muita luta pela frente, suponho –, o Presidente pegou carona no sucesso efêmero do Ministro, arvorando-se do êxito e da postura de S. Ex<sup>a</sup> como se pudesse falar em nome de uma atitude que ele próprio não tomou. Considero curiosíssima – tenho de ser franco – a desfaçatez do Presidente da República. Estou vendo aqui na telinha da UOL a seguinte declaração: “Palocci mostrou segurança de um inocente, diz Lula”. E ele? E ele, Lula, que não deu entrevista alguma e que só aparece para platéias encomendadas, em discursos montados?! Que jogo é esse? Daqui a pouco, Senador Sérgio Guerra, terei a oportunidade de manifestar a minha opinião sobre esse e outros fatos. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso que profere e faço esse modesto adendo sobre a desfaçatez desse jogo todo, como se, pelo fato de o Ministro Palocci ter-se saído bem, no primeiro *round*, o Governo como um todo está inocentado. E vem o Presidente da República dizer que Palocci mostrou segurança de um inocente. Então, o Governo é todo inocente, está tudo penitenciado, não há mais investigação a ser feita, está tudo resolvido, a crise está *ok*? Negativo. Vamos em frente passar este País a limpo!

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Agradeço ao Senador José Agripino por sua palavra, com a qual concordo. Evidentemente, quem demonstrou autoridade não foi o Governo, nem o Presidente, mas o Ministro da Fazenda. Este cumpriu a responsabilidade de um homem de Estado. Não quero, nem de longe, admitir que o Ministro tenha esclarecido os fatos. Não os esclareceu. Ele foi bastante claro sobre a questão das contribuições mensais: disse que não as autorizou e que não sabia; não disse que não existiam. O Ministro foi prudente em todas as suas palavras, e não há o que reclamar delas. Foi uma defesa séria, segura. E essa era a expectativa do País em relação a S. Ex<sup>a</sup>. Contrasta, de maneira total – como ressaltou o Senador José Agripino –, com a falta de argumento e com o silêncio dos outros, ou com a palavra de alguns, o que é uma condenação.

No caso do Presidente da República, cuja autoridade teria que ser necessariamente mais ampla, o contraste é ainda mais brutal, até porque quem foi eleito foi o Presidente, e as esperanças do povo estavam depositadas nele. Ele é o comandante do seu Governo e o comandante do seu Partido. Não falou sobre o seu Partido nem falou sobre o seu Governo; não fez um exame sequer dos assuntos relacionados nesta ampla discussão brasileira que compromete, de maneira fortíssima, o conceito das instituições e dos políticos no Brasil.

O Presidente Lula, se tivesse afirmado no primeiro momento, como afirmou o Ministro Antonio Palocci, os seus argumentos, estaria cumprindo o seu papel de líder e de Presidente. Não fez nada disso, nem ontem nem agora, e parece que não o fará durante muito tempo.

Porém, ouvimos a palavra do Ministro, uma etapa nessa longa discussão, que não começou ainda. E afirmo que não começou ainda porque todos estamos rigorosamente até agora trabalhando sobre os fatos que nos foram sugeridos pelo Deputado Roberto Jefferson. Por maior que fosse a sua compreensão do aparelho público e o seu conhecimento do funcionamento desses canais de corrupção, evidentemente esse conhecimento é limitado.

Essa questão da administração dos resíduos sólidos, por exemplo, nas prefeituras brasileiras, especialmente nas administradas pelo PT, é um capítulo tenebroso. É preciso deitarmos um pouco os olhos sobre os governos do PT nesse capítulo referente aos resíduos sólidos, como em outro, qual seja, o da administração do sistema de transporte. São dois sistemas absolutamente contaminados por um certo “petismo”, que não resiste a meia hora de luz.

Entretanto, vamos começar a trabalhar agora de forma consistente. Não se abriu ainda a caixa-preta do Governo; não se quebrou ainda o sigilo do Sr. Duda Mendonça. Ninguém foi atrás da conta dele, ainda.

Além disso, os fundos de pensão continuam preservados. O Presidente Delcídio disse, na semana passada, fazendo até referência a minha participação, que concordava que fossem examinados os fundos de pensão que operaram com os bancos “mineiros”. Mas nem a isso até agora se deu consistência.

O ex-Ministro José Dirceu, estranhamente, não passou por nenhuma CPI. Em vez de estar aqui esclarecendo fatos, está combatendo as facções contrárias a ele no seu Partido.

O seu Partido, por outro lado, até hoje não puniu o Sr. Delúbio Soares. Por que tanto cuidado? Outros saíram do Partido sem razão política relevante e sem razão ética alguma. Haverá um brasileiro que não concorde que o Sr. Delúbio Soares é parte relevante desse processo de corrupção? Nenhum. E ele continua no PT. No PT da austeridade e de tantas esperanças jogadas pela janela, neste momento em que a característica central do PT e do Governo é a falta de autoridade e de respeito à palavra empenhada e à tradição de lutas, que foi quebrada sem que ninguém levantasse suficientemente a voz, dentro do PT ou na Base do Governo, para denunciar isso.

Dizer que essa conspiração é da Oposição é uma versão totalmente falsa. Todos os desequilíbrios que estão aí, todas as denúncias apresentadas estão no ambiente do Governo ou do Partido dos Trabalhadores ou de seus aliados ou do próprio Governo. Até hoje, não sabemos rigorosamente para onde caminharam processos de corrupção. Sabemos que o Sr. Silvio recebeu um jipe Land Rover de presente, mas não investigamos o contrato de alguns milhões de dólares que, depois, a empresa que lhe deu esse jipe assinou com a Petrobras.

Estamos lotados de caixas-pretas. Estou vendo, no meu Estado, recursos fluírem; transferências de recursos públicos para entidades privadas, como o foram para a UNE. Estão sendo transferidos, às toneladas, recursos públicos para uso eleitoral, político, no mínimo. Eu já disse – e tenho absoluta convicção disso – que esse limite que separa ajuda política, eleitoral, do patrimônio é um limite invisível. Se o dinheiro não é legal, ninguém sabe a forma que ele vai tomar; se ele não é fiscalizado, não há como garantir o seu destino.

Recursos públicos do Orçamento da União estão sendo transferidos, às toneladas, para instituições privadas nem sempre austeras. Não falo das instituições que merecem esses recursos, como o Incor e outras tantas; falo de instituições desconhecidas que estão

recebendo dotação do Governo Federal em grande quantidade. A pretexto de democratização de recursos públicos, está-se, na verdade, criando um sistema fora da investigação pública dos Tribunais de Contas, que não presta conta a ninguém e para o qual vazam milhões e milhões de reais. Os mesmos milhões de reais são negados às obras públicas brasileiras.

Ouvi o Senador Heráclito Fortes falar sobre obras públicas, aquelas do Fundo Monetário Internacional. Senador, na nossa região, na minha e na sua região, a BR-101, que deveria ser prioridade do Governo no seu primeiro ano de mandato, por promessa do Presidente, não teve sequer a sua concorrência julgada. A concorrência está sob suspeita. Há muito tempo, não há obra nem decisão.

Este é o Governo que está aí. Não adianta querer tapar o sol com a peneira. Por que tantos adjetivos, tantos discursos precários? Falar das elites? As elites no Brasil só têm um consenso real, na minha opinião: o Ministro Palocci. O Ministro Palocci é o centro, o núcleo do consenso das elites brasileiras. O mesmo consenso que a esquerda acusou no Brasil e denunciou durante tantos anos está hoje representado na figura pública do Ministro Palocci. Não estou entrando no julgamento da qualidade desse consenso, da sua consistência ou da sua validade, mas é um grande consenso o Ministro Palocci. É o consenso das elites – no plural –, não necessariamente dos trabalhadores que estão com seus salários diminuídos; ou dos aposentados que perderam direitos; ou dos desempregados, que continuam muitos, milhões e milhões; ou do Nordeste, que não recebe dinheiro federal; ou das centenas e centenas de comunidades do interior, que têm pequenas obras paralisadas. Trata-se do consenso de uma poderosa elite e do mercado.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) –** Permita-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) –** Esse consenso, o Ministro Palocci o tem. Ainda bem que o tem, porque, fora desse consenso, este Governo não tem nada. Quem segura este Governo é o consenso que o Ministro Palocci construiu no Ministério da Fazenda. Fora disso não há base social nem política para a sua sustentação.

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) –** Permita-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) –** Logo a seguir, Senador.

A base social lhe falta, porque os trabalhadores e a classe média, que sempre o apoiaram, não o apóiam mais. A base política é essa que ele armou aí, com mensalão e outros processos de cooptação de legendas de aluguel de partidos, que incharam por meio de

processos corruptos de transferência de Parlamentares. Essa é a base política do Presidente, que não funciona e não podia funcionar, nem funcionará jamais, porque lhe faltam coerência e conteúdo.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Sérgio Guerra, V. Ex<sup>a</sup> faz um pronunciamento mostrando as vísceras do poder. A enxurrada de fatos graves chega a um volume tão grande que termina fazendo com que esqueçamos alguns fatos. V. Ex<sup>a</sup> se lembra de que, quando estourou o caso Waldomiro, o Governo trabalhava com uma rapidez impressionante, nas duas Casas do Congresso, um projeto de legalização de jogos?

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Sabe-se já, pelas denúncias nesse sentido, que era uma das grandes vertentes abastecedoras de recursos para as campanhas e caixa dois do atual Governo. Quero lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que a imprensa, nesse final de semana, começou a abrir a “caixa preta” do uso do cartão corporativo. Bastava aquele cartão corporativo para derrubar qualquer Governo sério. O cartão corporativo usado pelo PT e inaugurado da maneira como foi é uma vergonha. Espero que a imprensa traga mais detalhes sobre esse assunto. Senador Sérgio Guerra, estávamos presentes, há três ou quatro meses, na Comissão de Assuntos Econômicos, quando ouvimos falar, pela primeira vez, no cartão de crédito e na soma...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – A nossa grande frustração – minha e de V. Ex<sup>a</sup> – é que, até agora, a Oposição não criou crise alguma para o Governo. O Governo cria todas. Depois de criada, o atual Governo quer dividir a crise com o Governo passado, com o Governo futuro, mas não quer assumir que é a causa e a consequência disso tudo. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Agradeço o aparte ao Senador Heráclito Fortes e concordo com S. Ex<sup>a</sup>. Efetivamente, essa lembrança da questão da legalização do jogo é absolutamente consistente. Quando se deu o episódio Waldomiro, havia nesta Casa uma legislação proposta pelo Planalto para restabelecer, para normatizar determinado sistema de jogos no Brasil.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – No Estado do Piauí, havia um circo todo armado. Deram uma recolhida, mas parece que agora avançaram novamente. Vou confirmar esse fato e voltarei a falar sobre o assunto.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Quero concluir meu pronunciamento, lembrando palavras

que o Presidente tem dito reiteradas vezes: “desde o primeiro momento, enfrentamos essas denúncias com toda a decisão”. Ora, quem de nós não sabe que, num primeiro momento, o Presidente, o Governo e seus aliados evitaram as instalações das comissões parlamentares de inquérito?

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE) – Quem não sabe do seu esforço para evitar que elas se estabelecessem? É novidade isso? Alguém desconhece isso? Um Presidente não pode e não deve ir à televisão, aos meios de comunicação para afirmar inverdades como essa.

O Brasil espera dele a palavra que não deu, a palavra do brasileiro que os brasileiros elegeram Presidente da República para mudar o País – e não para configurar, confirmar, expandir, massificar situações inaceitáveis para um país democrático e da dimensão do Brasil.

Vamos agora fazer nas CPMLs a investigação concreta da origem dos recursos, porque só cuidamos até este momento do seu destino. A origem continua secreta, e sobre ela estão sentadas as forças do Governo, que não desejam, de forma alguma, que isso seja feito na sua perfeita dimensão.

Agradeço a compreensão, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco/PSB – SE) – Concedo a palavra ao nobre Líder do PFL, Senador José Agripino, pelo prazo de 20 minutos.

O próximo orador inscrito é o Senador Paulo Paim.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sexta-feira passada, viajei de manhã para o meu Estado a fim de cumprir um compromisso que havia assumido com a Federação do Comércio do Rio Grande do Norte. O objetivo era fazer uma palestra sobre a crise e suas circunstâncias, levar a minha palavra, a minha opinião e o meu aconselhamento sobre fazer ou não investimentos, como enfrentar a crise, enfim, repartir com os meus conter-râneos empresários que empregam os conhecimentos que a relação no Congresso me proporciona.

Peguei o avião às 10 da manhã. Não havia grandes novidades. Desembarquei em Natal a uma hora da tarde. Já pelo telefone me informavam, do Ministério Público do Estado de São Paulo, uma instituição autônoma, que não é subordinada a nenhum governo, a nenhum Poder Executivo, das notícias do Ministério Público que envolviam o Ministro Palocci, por denún-

cias do Sr. Rogério Buratti, seu secretário quando S. Ex<sup>a</sup> o Sr. Ministro desempenhava o mandato de Prefeito de Ribeirão Preto.

Davam-me notícia de que o Ministério Público anunciava um mensalão de R\$50 mil extraído de prestadoras de serviço, de coletadoras de lixo, da empresa Leão Leão, e de que, em consequência disso e de outras denúncias que estavam sendo divulgadas, a Bolsa já havia caído 4%, o dólar já tinha subido e a economia entrava em estado de inquietação.

Fui direto para a palestra, falei durante duas horas, duas horas e meia para os meus conterrâneos, saí da palestra, me inteirei dos fatos e recebi telefonemas de autoridades da República que me davam conta de uma nota esclarecedora do Ministro Palocci, nota que, por si só, produziu algum efeito, causando uma leve baixa na cotação do dólar e uma espécie de paralisação na inquietação da Bolsa. No dia seguinte, viajei para o interior do meu Estado para cumprir a agenda que já havia montado há muito tempo. Fui à região do Mato Grande, Senador Tião Viana, para ter o prazer de conviver com o Brasil real, o Brasil que me interessa: a minha terra, os seus problemas, conviver com o meu conterrâneo onde ele mora, conversar com os prefeitos, com os ex-prefeitos, com os vereadores, com o cidadão comum. E fui a vários Municípios como Poço Branco. A título de informação, Senador Mão Santa – V. Ex<sup>a</sup> que gosta tanto de falar no seu Piauí e que está ao lado do Senador Garibaldi Alves –, a barragem de Poço Branco está vertendo toda a água que recebe das chuvas, porque as comportas estão emperradas. Da água dessa barragem, vivem 400 famílias que estão inquietíssimas, porque, sem água, não há peixe, não há camarão nem água para irrigar. Recolhi a informação com a queixa sobre a prestação de serviço, educação e saúde sobre que me pediram para exercer interlocução a quem de direito para tentar melhorar a situação. Daí prossegui para Pedra Grande, onde ouvi os meus conterrâneos e recebi as reivindicações. Fui a Parazinho, que é um Município, Senador Tião Viana, pequenino do meu Estado, onde uma fronteira econômica nova está-se desenvolvendo: a cultura de pimenta, a fruticultura e a agricultura de sorgo voltada para ração na avicultura. Tudo em decorrência de poços que, quando fui governador, tive a oportunidade de perfurar, equipar e eletrificar. E, a partir daí, o então Prefeito Anchieta mostrou ao Rio Grande do Norte que as terras, que eram da melhor qualidade, com a água de 100 metros de profundidade, poderiam produzir aquilo que já começa a acontecer quase que por geração espontânea porque não há qualquer tipo de apoio oficial.

Eu fui lá para conversar com os conterrâneos, para tomar contato com o Brasil real, saindo um pouco da crise de Brasília até chegar ao encontro final no Município de João Câmara, onde reunimos a região inteira para conversar também sobre problemas, sobre o pólo de resina de PVC que queremos viabilizar usando o gás de Guamaré, ali bem pertinho de João Câmara, com o sal de Macau, ali bem pertinho de Guamaré, com a energia da Termosul, ali bem pertinho de Macau para, nesse triângulo de oportunidades, viabilizar a produção de soda cáustica e cloro, de vapor de eletricidade, de eteno e de etano e, juntando o eteno com o cloro, produzir resina de PVC para fazer concorrência, Senador Antonio Carlos Magalhães, ao Pólo Petroquímico de Camaçari.

Eu vou lutar para chegar perto do que V. Ex<sup>a</sup> conseguiu. Digo muito do seu exemplo. A Bahia tem duas histórias: uma, antes do Pólo de Camaçari, a outra, depois. O crédito do Pólo Petroquímico de Camaçari é 100% da autoria do Sr. Antonio Carlos Peixoto Magalhães. Pois eu vou perseguir o mesmo objetivo para competir. Não é nem para competir, é para somar produção porque o Pólo de Camaçari, dentro de pouco tempo, não será suficiente à demanda nacional.

Temos uma oportunidade econômica única. Temos o eteno e a perspectiva do cloro próximos, 50 quilômetros um do outro. Juntando-se os dois, V. Ex<sup>a</sup> sabe – porque é médico, mas é estudioso – que se produz resina de PVC, que, a partir daí, é uma fábrica atrás da outra de produto de plástico.

Pois em João Câmara encerrei a minha peregrinação interiorana, cumprindo uma coisa prazerosa para mim, que é levantar as reivindicações, manter o contato pessoal com a população do interior do meu Estado. Cheguei de noite em Natal, para, depois de uma série de encontros durante a manhã, retornar a Brasília e conviver novamente com a crise.

Antes de viajar, antes de tomar o avião, às duas da tarde, tive a oportunidade de, ao meio-dia, assistir em casa ao pronunciamento inicial do Ministro Antonio Palocci, assistir ao começo das perguntas e respostas entre os jornalistas e Sua Excelência o Ministro.

Eu gostaria, inicialmente, de emitir uma opinião: acho que Sua Excelência o Ministro fez muito bem em convocar a coletiva para o domingo, porque, com isso, ele se antecipou à inquietação inevitável do mercado, que amanheceria a segunda-feira em sobressalto, colocaria uma lente de aumento no que havia acontecido na sexta-feira à tarde quando a bolsa caiu e o dólar subiu. S. Ex<sup>a</sup> convocou a imprensa e, domingo pela manhã, ao meio-dia, submeteu-se a perguntas e respostas depois de fazer um pequeno discurso.



Os jornais de hoje, segunda-feira, trazem alento ao Ministro.

Tenho uma posição pessoal e sobre isso queria falar. Penso que o Ministro conseguiu apenas atalhar a catástrofe. Presidente, havia uma catástrofe em curso. A crise do Governo, para todo canto que se olha, estava se alastrando e, com o elemento complicador da denúncia do Ministro Palocci, atingiria o seu limite máximo. O que o Ministro conseguiu com o seu pronunciamento, com a sua entrevista, muito bem colocada por sinal – cumprimento-o pela segurança dos conceitos emitidos –, foi apenas atalhar a catástrofe, foi apenas barrar a crise que ia de forma avassaladora.

Sobre este assunto Buratti/Palocci/Ribeirão Preto ouço falar há muito tempo. Em março/abril de 2004, portanto um ano e meio atrás, abordando a CPI dos Bingos, do Sr. Waldomiro, tenho discursos que recuperei agora, estão nos Anais do Congresso, já falava sobre o esquema GTech, Caixa Econômica Federal, Rogério Buratti e Antonio Palocci. Àquela época já se falava sobre a ingerência do Sr. Rogério Buratti, ex-Secretário do Ministro Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto, que foi demitido, mas depois contratado como Diretor da empresa Leão&Leão, que prestava serviços de coleta de lixo para a Prefeitura de Ribeirão Preto, nunca perdeu a amizade – supõe-se – com o Ministro Palocci e com as pessoas mais próximas do Ministro Palocci.

Em 2004, em março e em abril, eu já falava sobre notícias que me chegavam. Eu não conheço o Sr. Buratti; com Ribeirão Preto, com as pessoas de Ribeirão Preto não tenho nenhuma intimidade, mas me chegavam as informações. Suponho, Senador Paulo Paim, que aquela história de “onde há fumaça, há fogo” sempre deve ser observada.

O fato agora é que o Ministro Antonio Palocci vai à entrevista e rechaça de plano todas as acusações feitas pelo Sr. Rogério Buratti. O que quero apreciar? Eu não tenho nenhuma razão para fazer qualquer tipo de prejulgamento ou pré-condenação. Nenhuma. Eu não tenho nenhuma razão para dizer que o Sr. Palocci é amigo do Sr. Buratti ou não é. Eu não tenho nenhuma razão para entender que Buratti está com a razão e o Ministro Palocci não está com a razão ou vice-versa. Mas eu tenho a obrigação de me render às evidências. O Sr. Buratti prestou informações ao Ministério Público ou ele foi acompanhado pelo Ministério Público; foi chamado a depor no Ministério Público; teve a sua prisão decretada pelo Ministério Público; as denúncias que vieram ao conhecimento público, na sexta e no sábado, tiveram como origem informações do Sr. Buratti, mas prestadas ao Ministério Público, que é uma entidade que merece todo o respeito, toda a credibilidade. O Mi-

nistério Público não cometeria, em hipótese alguma, a irresponsabilidade de passar informações que pudessem ser contestadas. Por isso, creio que estamos em uma novela de vários capítulos.

O Ministro Palocci, com habilidade e competência, transmitiu segurança na primeira entrevista, mas não encerrou o assunto. Este assunto não está, na minha opinião, encerrado. Nem de longe. Até porque o Ministério Público e o Sr. Buratti ainda têm informações a prestar. O Sr. Buratti virá quarta-feira à CPI dos Bingos. De S. S<sup>a</sup> serão cobradas as informações que prestou ao Ministério Público. Ainda há muitos informes que anunciou e irá prestar, no sentido de esclarecer toda a novela Ribeirão Preto, Antônio Palocci, Rogério Buratti.

Agora, com essas considerações, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero manifestar minha preocupação maior. No entanto, antes de externá-la, quero conceder um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)** – Enquanto V. Ex<sup>a</sup> salienta o caso dos promotores, fico na dúvida se realmente houve erro do promotor – e provavelmente houve – diante de encerrar-se o depoimento e se levarem informações ao público. Entretanto, não é novidade. Aqui em Brasília, os procuradores federais, como Luiz Francisco, Edson Abdul e outros da mesma laia cansaram de dar informações, gravações, fazer coisas inacreditáveis sem que lhes tivesse acontecido nada até hoje além do aplauso que o PT lhes dava. Portanto, no caso, o Sr. Palocci pode ter até razão, mas falta autoridade a S. Ex<sup>a</sup> e ao seu Partido para reclamar contra os promotores de São Paulo.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Senador Antonio Carlos Magalhães, eu não me aterei na consideração que V. Ex<sup>a</sup> faz com muita propriedade; quero me ater ao conjunto de evidências que é o que deve estar preocupando o Ministério Público.

O Ministério Público de São Paulo tem informações que nem eu, nem V. Ex<sup>a</sup> temos sobre Santo André, sobre Araraquara, sobre Ribeirão Preto, sobre uma série de evidências perigosas que precisam ser esclarecidas e sobre as quais vou falar.

Ouçó V. Ex<sup>a</sup> novamente.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)** – V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão no que diz até porque o Procurador-Geral, em entrevista hoje ao **Estado de S. Paulo**, disse que tem elementos comprobatórios de vários Municípios, inclusive Ribeirão Preto.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – O que é que se comenta? Comenta-se. O que é que se comenta? E vou me referir a entrevistas de petistas fundadores do PT, históricos, com reputação ilibada e que falam coisas de que o Brasil precisa tomar conhecimento. O

que se fala é que o mensalão que hoje se apura tem como origem fabriquinhas que começaram lá atrás quando o Sr. Delúbio Soares foi designado para o FAT em nome da CUT, e começou a produzir dividendos financeiros para que um pedaço do PT dominasse o outro pedaço e, a partir daí, ganhassem Prefeituras que então se transformaram em fabriquinhas. Fabriquinhas de quê? É o que ouço falar, Senador Antonio Carlos Magalhães. Fabriquinhas de propinas tiradas de serviço de limpeza pública, de transportes coletivos e de alhures. As Prefeituras faziam essa coleta, angariavam um dízimo gordo e passavam para a direção nacional do PT. E a direção nacional do PT usava esse dinheiro não sei para quê. Isso é o que se diz. Em 2004, falei sobre esse assunto porque, na criação da CPI dos Bingos, o Sr. Waldomiro Diniz era parte dessa trama. É preciso que isso se esclareça. O assunto mensalão tem origem – supõe-se – lá atrás.

Senador Antonio Carlos Magalhães, não vou ler entrevistas, mas trechos de entrevistas de petistas absolutamente históricos, ideológicos, de credibilidade ilibada e revoltados! Parece que V. Ex<sup>a</sup> deseja mais um comentário. Cedo com o maior prazer.

**O SR. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)**

– É um ligeiro comentário para, mais uma vez, felicitar V. Ex<sup>a</sup> pelo seu discurso e ratificar o que V. Ex<sup>a</sup> diz. É verdade. Todas as Prefeituras do Brasil ou quase todas do PT têm a marca de determinadas empresas de lixo, ônibus e jogos como bingos. Estou afirmando isso. Se quiserem provas, vamos botar a Polícia Federal em 24 horas para mostrar que é verdade.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador**

Antonio Carlos Magalhães, as investigações da CPI dos Bingos, da CPI do mensalão e da dos Correios vão facilitar conclusões.

Agora, há evidências para as quais eu gostaria de chamar a atenção desta Casa. Eu não sei, Senador Heráclito Fortes, se V. Ex<sup>a</sup> já ouviu falar num cidadão chamado César Benjamin. César Benjamin é um fundador do PT. Ele concedeu uma entrevista à TV Bandeirantes no dia 31 de julho, no programa Canal Livre, e concedeu uma entrevista de página inteira ao jornal **O Estado de S. Paulo**, edição do dia 19 de agosto de 2005. A entrevista, com a fotografia de S. S<sup>a</sup> ocupando, quem sabe, 25% da página, tem como manchete:

César Queiroz Benjamin, economista. Ex-petista acusa Delúbio de usar FAT para financiar PT nos anos noventa. César Benjamim diz que ex-tesoureiro usou dinheiro oficial para ajudar corrente de Lula e Dirceu a dominar máquina partidária.

O que ele diz, Srs. Senadores, na entrevista, é que, em 1990, o Sr. Delúbio Soares foi designado pela

CUT (Central Única dos Trabalhadores)... Ele diz o seguinte – lerei rapidamente, Sr. Presidente.

Pergunta o entrevistador da TV Bandeirantes: “Mas o senhor não acabou de contar como foi o seu processo de desilusão”. César Benjamim responde: “Isso que está aparecendo agora é o desdobramento de uma série de práticas que começaram na gestão do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) no fim dos anos noventa, quando o Sr. Delúbio Soares foi nomeado representante da CUT na gestão do FAT. Até onde eu sei, começaram ali práticas de financiamento muito heterodoxas. Isso se desdobra na campanha de 94”. Pergunta-se: “Na época, lançou-se mão do FAT”? Ele responde: “Sim, começa um tipo de prática que vai dar a esse grupo uma arma nova na luta interna da esquerda”. Uma nova pergunta: “Na época, quem tinha conhecimento disso”? Resposta: “O grupo mais íntimo de Lula. O Lula nunca foi um quadro orgânico. Ele sempre teve seus esquemas pessoais na vida interna do PT que culminou na formação do Instituto da Cidadania anos depois”. E encerra: “Quando você está numa disputa interna e introduz uma arma nova, você tem grande vantagem. Essa arma foi o poder do dinheiro”.

Ele está declarando textualmente que o PT, de 90 para cá, desvirtuou-se e passou a obter o comando de uma ala sobre a outra com o uso do dinheiro. Quem está dizendo isso é o Sr. César Benjamin, fundador do PT, Coordenador da campanha de Lula em 89, que, por vergonha, deixou os quadros do Partido dos Trabalhadores. Isso é uma denúncia, um fato da maior gravidade, que fala sobre o assunto que estamos discutindo, que é Santo André, Araraquara, Ribeirão Preto, lixo e transporte coletivo, onde entra o Sr. Antonio Palocci, que espero não seja atingido pelas investigações.

**O Sr. Heráclito Fortes ( PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?**

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com o maior prazer, Senador Heráclito Fortes.**

Espero sinceramente que não seja atingido. Agora, se as evidências do Ministério Público chegarem a ele, que cheguem. Nós não podemos fazer o que diz o ex-vice-Prefeito de São Paulo Hélio Bicudo à revista **Veja** sobre o Lula: “Lula esconde a sujeira debaixo do tapete”. É outra entrevista acachapante sobre o comportamento de Lula e do PT no comando de um partido político.

Ouçó o Senador Heráclito Fortes.

**O Sr Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador José Agripino, uma técnica usada por setores do PT durante toda a vida do Partido foi tentar desqualificar os fatos – os fatos, as fontes e as pessoas – e dar sempre uma versão que predominava, fosse verdade**

ou não. Tentou-se repetir de maneira constante essa mesma tática quando assumiu o Governo. Foi assim no caso Waldomiro Diniz; foi assim quando começou a enxurrada de denúncias contra o Partido. Até determinado momento, passavam para a opinião pública a imagem de que eram exclusivistas da boa-fé, da moralidade e, acima de tudo, do bem-gerir da coisa pública. Há um fato intrigante: é o ódio que setores do PT, Sr. Presidente, sentem por uma empresa chamada Kroll, que, aliás, foi trazida pelo PT para fazer investigação aqui no Congresso – o Senador Paulo Paim se lembra bem desse episódio – relativa ao Orçamento, por uma sugestão de que, salvo engano, participou o Senador Eduardo Suplicy, homem atento a esses fatos. Pois bem, hoje a Kroll é inimiga nº 1, declarada, do PT, que a acusa de escutas telefônicas. Chamaram-me a atenção para um fato, e sobre ele eu pesquisei na Internet. Não existe nenhum contrato da Kroll no mundo inteiro e nenhuma denúncia contra ela – denunciada em vários países, porque contraria interesses – envolvendo escuta telefônica. O que a Kroll faz com muito sucesso – fez isso no Brasil por sugestão do PT – é rastrear contas bancárias de pessoas que abrem essas contas em paraísos fiscais. Daí por que no Brasil não se quer ouvir falar na contratação da Kroll para rastrear contas. A Kroll passou a ser maldita. Evidentemente, pode-se contratar outra empresa, mas quem já tem arquivo do que aconteceu no passado recente neste País é a Kroll. Por que não se contrata essa empresa para examinar as contas existentes no exterior, aproveitando a riqueza do seu acervo de apurações recentes feitas em solo brasileiro? Não querem. A Kroll hoje caiu em desgraça. Setores do Palácio que persistem, comandados pelo Sr. Luiz Gushiken, acusando essa empresa sem apresentar nenhuma prova contra ela. Mas se não quiserem a Kroll, seria de bom alvitre, e em boa hora, contratar uma empresa especializada em rastrear conta no exterior, porque nós chegaríamos à Ilha da Madeira – eu pensei que lá somente se sabia fazer vinhos, mas também é paraíso fiscal – e por aí afora. Basta esperar para ver, Sr. Líder. O PT tem esta tática: quando o assunto não interessa, desqualifica a fonte, as pessoas e os fatos. Quem viver verá esse episódio.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a tolerância. Já vou encerrar o discurso.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, a minha preocupação com esse *affair* que envolve a figura do competente Ministro Antonio Palocci é com o todo, em que o Ministro está sendo inserido neste momento.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – O todo é produto de declarações que não podem ser desconhecidas, como a de Hélio Bicudo, o qual diz claramente, quando indagado, que Lula sabia de tudo. Ele era o grande comandante. Está na revista **Veja**.

O Sr. César Benjamin, fundador do PT, diz algo muito mais grave: o PT, de 1990 para cá, saindo de seu viés ideológico, especializou-se em evoluir para a conquista do Poder com o uso do dinheiro, dinheiro para uma banda do PT submeter-se à outra banda; dinheiro para o PT ganhar prefeituras; dinheiro para o PT ganhar governos estaduais; dinheiro para o PT ganhar a nação, dinheiro para o PT se perpetuar no Poder. É isso que está nas entrevistas! É isso que o Ministério Público de São Paulo está investigando e precisa investigar.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, o Ministro Antonio Palocci, que espero, de coração, consiga sair-se bem desse episódio, venceu o primeiro *round* e amanheceu bem na segunda-feira. Mas, depois de segunda, vem a quarta-feira, dia de Rogério Buratti, depois vêm os dias do Ministério Público e vêm aí muitas acusações. E o Ministro precisa preparar-se para apresentar respostas convincentes, porque não está em jogo o *affair* Buratti/Palocci; está em jogo algo muito mais amplo: a origem, o caminho percorrido até se chegar ao mensalão de hoje, que nós não vamos, como Hélio Bicudo disse, jogar debaixo do tapete. A sujeira vai ser passada a limpo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Antonio Carlos Valadares, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Tião Viana, 1º Vice-Presidente e Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, pelo PT, do Estado do Rio Grande do Sul.

Tem V. Ex<sup>a</sup> 20 minutos para fazer uso da palavra, Senador.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, tenho em mão dois pronunciamentos: um sobre educação e outro sobre dois encontros em que estive para discutir o Estatuto da Igualdade Racial. Mas não posso, Sr. Presidente, em uma preliminar, deixar de registrar que assisti à entrevista do Ministro Antonio Palocci no domingo.

O Ministro Antonio Palocci, seguro, tranqüilo, com muita firmeza, deixou claro que não há nada que pro-



ve qualquer envolvimento dele nos fatos denunciados na sexta-feira.

Gostaria de elogiar o Ministro Antonio Palocci pela precisão com que respondeu às perguntas e pelas respostas imediatas. Em pleno domingo, quando muitos não esperavam, em uma entrevista coletiva a toda a Imprensa brasileira, o Ministro respondeu responsavelmente a todos os questionamentos. No mesmo dia ainda, Parlamentares da Situação e da Oposição, assim como dirigentes da sociedade organizada, todos, elogiaram a posição assumida pelo Ministro Palocci.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Senador Paulo Paim, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Edison Lobão, vou conceder um aparte a V. Ex<sup>a</sup>. Peça mais um minuto para completar meu raciocínio.

Sr. Presidente, confesso que fico incomodado no plenário, quando vejo que alguns – felizmente, uma minoria – generalizam, como se todas as Prefeituras do PT tivessem problemas de corrupção; como se todos o Parlamentares do PT tivessem problemas de corrupção, dando a impressão de que o PT, no seu conjunto, é corrupto. E isso não é verdade, Sr. Presidente. Todos sabem o respeito e o carinho que tenho por todos os Parlamentares, os da Situação e os da Oposição. Isso não é verdade! Se 0,001% de Parlamentares ou mesmo de dirigentes do PT cometeram um erro, um equívoco, ou deslizaram, ou até foram desonestos – vejam bem o que estou dizendo –, esses terão de responder e serão punidos, com certeza absoluta, pelo Congresso, pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público. Mas não é possível 800 mil petistas, que vão votar no dia 17, terem que responder por esse fato. Não é possível outros milhões de simpatizantes terem que responder por esse fato. Os que erraram serão punidos. Aqueles que mantiveram a sua trajetória sempre no campo da ética, correspondendo à expectativa da população, não podem ser acusados. Se alguém acusa vai ter que provar, seja quem for. E existe todo o direito de responder com a maior indignação, quando injustamente alguém é acusado.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero dizer desse meu desconforto, dessa minha incomodação. Às vezes, um jornalista ou outro me pergunta por que estou tão quieto. Claro que estou chateado, magoado, doído, sofrido porque alguns erraram, mas não podem achar que o PT, no seu conjunto, vai ter que assumir essa responsabilidade. Os que erraram vão ter que assumir e, com certeza, serão punidos. Agora, os outros 99,9% dos petistas que estão também abismados, perplexos com o erro de alguns não podem ser jogados, como eu diria, na vala comum.

É só quase um desabafo, Senador Edison Lobão, porque entendo que, em todos os partidos, tem gente boa e tem alguns que erram. É assim na sociedade, é assim eu dizia algum tempo atrás no sindicato dos trabalhadores. Ou acham que todo o dirigente sindical agora é bonzinho, certinho, que nunca cometeu erro? Da mesma forma, há gente boa e há os que erram entre os dirigentes dos empresários, em todo o corte da sociedade, e no Congresso, que é o corte mais horizontal da sociedade de que poderíamos falar.

Por isso, espero que, quando a CPI terminar, possamos olhar o passado do Brasil e verificar que todos serão melhores depois deste momento. Faça esse desabafo com muito respeito a todos, entendendo que os que erraram, independentemente do partido, terão que responder.

Concedo o aparte ao Senador Edison Lobão.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Senador Paulo Paim, eu integro um Partido político que é de Oposição. Como opositorista e como brasileiro, acompanho os acontecimentos políticos deste País neste momento, com extrema preocupação. Eu não desejo o pior para o meu País, como sei que este Plenário também não, mas os fatos são de extrema gravidade. No que diz respeito ao Ministro Palocci, eu quero dizer, como opositorista, a V. Ex<sup>a</sup> que tenho a melhor das impressões do Ministro Palocci e estou pessoalmente convencido da inocência dele. E lhe digo mais: torci para o êxito dele na entrevista que concedeu à Imprensa ontem, primeiro por se tratar de um ser humano de grande simpatia e que transmite firmeza no exercício da sua função pública. Ele não dirige o Ministério da Fazenda para o PT, nem para o Presidente Lula, nem para V. Ex<sup>a</sup>, nem para mim, e, sim, para o Brasil, para os brasileiros. Nós não podemos desejar que a economia brasileira desande por conta de informações irresponsáveis de alguém que deseja aparecer às custas de um homem importante na vida pública, como é o Ministro Palocci. Definitivamente, nós, brasileiros, precisamos parar de prestigiar o delinqüente, em prejuízo das pessoas corretas. Não se pode dar crédito, desde logo, a um homem que está na prisão, ainda que eventualmente ele possa ter alguma informação procedente a oferecer; desde logo, não se pode dar crédito a ele em prejuízo de um homem de bem que está no cumprimento de sua função. Acompanhei com interesse a entrevista do Ministro Palocci, e uma das coisas que mais me impressionou, entre tudo o que ele disse ontem, foi sua frase expressa deste modo: “Eu não desconhecia o que aconteceu; simplesmente afirmo que aquilo não aconteceu.” Ou seja, ele foi objetivo, afirmativo, seguro na sua posição. Quero cumprimentar o Ministro Palocci por intermédio de V. Ex<sup>a</sup>, que é companheiro dele



de Partido, e dizer que confio nele. Estou seguro de que a presença dele no Ministério da Fazenda neste momento é útil para o Brasil, e que ele prossiga com a sua firmeza de posição, porque, com isso, ele está servindo ao nosso País. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Agradeço, Senador Edison Lobão, por suas palavras, que vêm ao encontro da forma com que aqui analisei também as palavras do Ministro Palocci. E falo com tranqüilidade, porque nunca questioneei a política econômica do Ministro Palocci, e ele sabe disso. Estive uma vez com ele e lhe disse: você não encontrará em mim um adversário da sua política econômica, e claro que vou torcer e pressionar sempre para que esse resultado positivo seja investido mais no social. Disse a ele, e por isso tenho essa tranqüilidade.

Senador Leonel Pavan, já vou passar a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, mas me permita uma frase antes. Por que essa minha fala e esse meu cuidado? Eu vi a manifestação aqui na frente: “Fora todos”. E vou dizer outra frase que vi numa revista – e não estou questionando a revista. O título era: “A Dama e os Vagabundos”. Só que não dizia o nome dos vagabundos. Referia-se aos Parlamentares. Então, quando começa a generalizar, é claro que nos preocupa. O título na revista, repito, é “A Dama e os Vagabundos”. Bom, quero saber quem são os vagabundos.

Concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Paulo Paim, primeiramente, quero solidarizar-me com V. Ex<sup>a</sup>. Tenho certeza absoluta de que nenhum dos Senadores, quando aqui se refere à sigla do PT, inclui ou pensa em incluir o nome de Paulo Paim como um dos que não cumpriu ou que não cumpre as leis. V. Ex<sup>a</sup> já demonstrou, quando estava na Oposição e agora no Governo, que trata a coisa pública com muita seriedade, com muita competência e, às vezes, com muita emoção, em defesa da classe mais sofrida, da grande maioria do povo brasileiro. E poderíamos aqui enumerar inúmeros projetos e pronunciamentos de V. Ex<sup>a</sup> que envolvem a sociedade pobre deste País.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Senador Paulo Paim, concede-me depois V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Paim, é difícil, às vezes, falar sobre a corrupção sem citar a sigla do PT, porque o PT plantou no passado

como se fosse a única legenda que cumpria eticamente todos os princípios legais deste País. Todos não prestavam. Falavam dos vizinhos. Há poucos dias, ouvimos o ex-Ministro José Dirceu dizer o seguinte: “O PT não rouba e não deixa roubar.” Então, o fato de defender a legenda dessa forma – e não são sérios todos os integrantes da legenda – faz com que a reação da Oposição e de algumas pessoas seja da mesma forma. A classe política, Senador Paulo Paim, está pagando um preço muito alto em razão de uma minoria – poucos Parlamentares – estar envolvida em corrupção. Se enumerarmos a quantidade de Senadores e de Deputados Federais, verificaremos que os envolvidos são um número bem pequeno – não citaremos os nomes das pessoas. No entanto, todos pagamos. A classe política está pagando muito caro por isso. Já usei a tribuna aqui. Já foram presos empresários por sonegarem impostos e por fazerem lavagem de dinheiro. No entanto, não se pode punir toda a classe empresarial. Já foram presos policiais federais, mas não pode ser punida toda a Polícia Federal – ou os policiais militares e funcionários públicos. Isso nós entendemos. Só que o PT paga um preço muito alto, porque vendeu a ética e a moralidade – e tinha que ser assim –, como se esse Partido fosse o único que jamais trairia a população brasileira nem cometeria um ato ilícito ou deixaria de cumprir as leis brasileiras. Todavia, infelizmente, aconteceu no Governo do PT. A grande maioria dos envolvidos, lamentavelmente, é filiada ao PT. Mas tenho certeza de que é uma minoria, uma minoria mesmo, porque conheço muitos prefeitos do PT – e é a grande maioria – que merecem a nossa confiança. E quanto aos Senadores do PT, nós sabemos de suas qualidades e do bom trato deles com a coisa pública. Então, quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup>. Infelizmente, o PT paga um preço porque vendeu, no passado, o que não era.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Pavan. Eu até dizia para o Senador Tião Viana que eu viria à tribuna...

**A Sr<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – V. Ex<sup>a</sup> depois me concede um aparte, Senador Paim?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – ...e iria listar inúmeras prefeituras do Rio Grande do Sul, como a Prefeitura de Porto Alegre, a Prefeitura de Gravataí, a Prefeitura de Cachoeirinha, a Prefeitura de Viamão, a Prefeitura de Pelotas, onde perdemos – perdemos lá –, a Prefeitura de Santa Maria, e poderia citar inúmeras prefeituras.

Foi esse o objetivo desta minha fala, e fiquei muito contente com seu aparte, Senador Pavan, porque mesmo no passado, e quero repetir, eu sempre disse: se alguém pensa que ter carteirinha do PT é atestado de boa conduta, está enganado. Eu não estou dizendo isso hoje, eu disse isso muito tempo atrás.

E confesso que tive algumas polêmicas – e vou passar em seguida –, porque alguns tentavam dizer para mim que o sindicalismo começou a partir do momento em que criamos a CUT. E eu fui fundador da CUT, eu fui Secretário-Geral da CUT. Um outro equívoco. Teve muita gente que não foi cutista e que morreu em nome da liberdade e da autonomia sindical. Então tive alguns debates no passado por causa disso.

Não tem sentido achar que o movimento sindical começou quando nós fundamos a CUT. E eu fui Secretário-Geral e, depois, Vice-Presidente da CUT nacional; não da estadual, mas da nacional. Mas olhar para trás e não reconhecer a história de milhares e milhares de pessoas que chegaram àquele momento...

Então, estou falando pela minha coerência. Eu fui sempre muito claro no meu ponto de vista em relação a partidos políticos, movimento sindical e essa tal questão de ser dono da ética. Por isso faço essa consideração rápida.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Júlia, passo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, agradecendo ao Senador Pavan a gentileza do seu aparte.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Paim! Parabens-o por essa referência, porque, sem dúvida alguma, há tantas prefeituras cujas políticas públicas hoje são copiadas, independentemente de partido político – e V. Ex<sup>a</sup> até citou várias administrações no Rio Grande do Sul. Então querer generalizar os militantes, prefeitos, prefeitas, dirigentes e parlamentares do PT é um mal que realmente atenta contra a democracia do nosso País. E, às vezes, parece que alguns têm a memória muito curta, Senador. Eu tenho a tranquilidade que V. Ex<sup>a</sup> tem no sentido de que sempre acreditei, e sempre disse isto, que há gente ruim em todo canto, em todo lugar, inclusive no Partido dos Trabalhadores. Também penso que nós do PT não somos os donos da ética, nem nunca fomos. Se alguns, em algum momento, até num momento de arrogância, mostraram isso, creio que foi incorreto, mas também não vamos, não podemos permitir que um Partido que tem história neste País, uma história que contribuiu

com a democracia, seja jogado na lama dessa forma, de maneira generalizada. Tenho medo de que, daqui a pouco, Senador Paim, o crime organizado se organize mais ainda e comece a fazer acusações a figuras do Governo, a figuras no Ministério da Justiça. Temo que, por causa da atuação firme da Polícia Federal no combate ao crime organizado e à corrupção, comece a haver acusações para se beneficiar da delação premiada. Quer dizer, de repente, bandido vira herói neste País. Então, nós temos que ter preocupação. Eu vi, ainda agora, na Carta Capital, a entrevista do Sr. Maurício Marinho. Estes detalhes as pessoas esquecem. Ele diz, em relação às licitações, que dividiram o Brasil em dois e completa assim: – Uma empresa que venceu não era a fabricante dos cofres, mas ela subcontratou e era proibido. Os Correios compraram os cofres agora em 2005 com o preço menor que em 2002”. Ou seja, o contrato superfaturado, Senador Paim, foi em 2002. Não digo que não exista agora, mas é preciso passar a limpo o País como um todo. Não posso, como uma dona de casa, limpar só a sala e deixar o resto, inclusive aquela sujeira mais antiga. Temos que ter cuidado e racionalidade para exigir punição exemplar para todos de todos os Partidos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador José Agripino, ouço com satisfação o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Senador Paulo Paim, até para não ser mal interpretado porque tenho o maior apreço por V. Ex<sup>a</sup> – e V. Ex<sup>a</sup> sabe que é sincero – V. Ex<sup>a</sup> é um homem limpo. É na minha opinião um homem limpo. Nesse vendaval todo, nunca ninguém tocou no nome de V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> é um homem com origem sindical, defende causas muito claramente definidas, uma pessoa vinculadíssima e comprometidíssima com causas absolutamente defensáveis. V. Ex<sup>a</sup> acho que está na banda boa do PT. E eu não quero, por hipótese alguma – e até respondo à Senadora Ana Júlia – generalizar comprometimento de prefeituras do Partido dos Trabalhadores. O que falei como suspeita, como contribuição às investigações, são fatos que são registrados – e eu tenho direito de fazer ilações – por próceres de V. Ex<sup>a</sup> respeitáveis, como o Sr. César Benjamim, como o Hélio Bicudo, e são ruídos que há muito tempo eu ouço e que V. Ex<sup>a</sup>, como a Senadora Ana Júlia, pessoas limpas que são, têm o interesse de ver esclarecidos, até para que V. Ex<sup>a</sup>, que pertence à banda boa do PT, possa se orgulhar da estrelinha que costumava ou costuma usar no

peito. De modo que não quero generalizar. Quero, sim, apontar caminhos para a investigação e dizer que os fatos estão apenas em processo de encaminhamento. Nada, nem para um lado e nem para o outro, está ainda definido e, não estando, impõe-se investigação e esclarecimento.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador José Agripino, entendi exatamente o V. Ex<sup>a</sup> está dizendo. E que ninguém tenha dúvida de que vamos investigar tudo, doa a quem doer. Quem tiver culpa vai ter que responder. Quem for denunciado e explicar que não tem nada a ver com a denúncia, vamos ter que processar quem denunciou. Esse é um princípio mínimo do Direito. Por isso que, em nenhum momento eu me referi à fala de V. Ex<sup>a</sup> ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – ...que fique bem claro isso. Eu apenas dizia que eu estava incomodado porque alguns me perguntam: – por que tu não tá falando, Paim?

Porque estou muito chateado, incomodado, a gente se sente mal. Essa história da revista é porque efetivamente meu filho perguntou: – Pai, o que é isso aqui, a dama e os vagabundos, e não diz quem é quem?

Então, vai chegando a um ponto em que a gente não tem como não falar da indignação, da generalização que às vezes passa. E, quanto a isso, eu não me referi naturalmente à fala do Senador Agripino.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Com satisfação, Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria de abordar um dos pontos levantados em seu aparte, precisamente no que concerne à confiança nas receitas da economia lideradas pelo Ministro Palocci. A reivindicação de V. Ex<sup>a</sup> é bem colocada, no sentido de que parte do sucesso desta economia se distribua para o conjunto da sociedade.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente. Concluindo o meu aparte, lembro apenas um artigo que acabo de ler, segundo o qual o mundo inteiro passará inevitavelmente por uma turbulência violenta na economia, nas finanças. E os países que não tiverem consolidadas as suas receitas internas certamente sofrerão muito. E o Brasil é apontado como tendo possibilidade de sobrevivência tranqüila a essa turbulência. Portanto, penso que V. Ex<sup>a</sup> nos traz o

desafio de, crescendo a tranqüilidade das finanças do Brasil, cresça também a felicidade nos lares de todos os brasileiros. Analisando essa situação que assola a todos nós, principalmente a família petista, e todas essas acusações, devo dizer que o nosso Partido, o PT, é muito maior do que tudo isso. Tenho absoluta certeza de que, haja o que houver, a investigação apresentará – e já apresenta, é fato consumado – desvio de caixa 2, desvio de conduta, desvio de algumas pessoas. Quanto a isso, não há mais dúvidas. Vamos com certeza nos livrar desses problemas. Mas o PT é muito maior do que isso. Com certeza, V. Ex<sup>a</sup> e todos nós estaremos com todo o orgulho bradando bem alto a bandeira do nosso Partido e lustrando a nossa estrela. E parabéns pelo pronunciamento desta tarde.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Sibá.

Sr. Presidente, para concluir, eu queria que V. Ex<sup>a</sup> considerasse como se eu tivesse lido na íntegra o manifesto que a mim foi entregue ontem por aqueles que estão promovendo a marcha Zumbi+10 como lógica no dia 16, porque há um outro setor que tem a lógica no dia 22, onde estão pedindo a investigação severa de todos os fatos, doa a quem doer, e a devida responsabilidade a cada um daqueles que cometeram qualquer tipo de delito, independente da questão partidária.

Sr. Presidente, peço que considere também na íntegra um outro documento.

Nesse último minuto, vou concluir. Fica o compromisso: nesse último minuto, vou concluir.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> tem já vinte, eu já dei três, mas, em homenagem aos lanceiros negros, ao Rio Grande do Sul e a V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Esse documento é do encontro que tive na Assembléia Legislativa para discutir o Estatuto da Igualdade Racial, com a presença do cantor Netinho, militante do Movimento Negro; depois estive em São Paulo com os procuradores, com a presença do Sr. Edi Silva Júnior e o querido Frei Davi, discutindo também o Estatuto da Igualdade Racial. E amanhã, Sr. Presidente, como primeiro inscrito, vou aprofundar esse debate.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



**16/NOV/2005**

## **NOTA PÚBLICA**

Nós, organizações negras, reunidas em Brasília nos dias 13 e 14 de agosto de 2005, em preparação à **Marcha Zumbi +10**, expressamos nosso posicionamento frente à grave crise vivida pelo país.

Estamos diante de uma profunda crise do Estado brasileiro e do Governo, que tem origem em diferentes fatores e, principalmente, nos esforços de manutenção das estruturas que configuram a sociedade brasileira como uma das mais desiguais do mundo.

As práticas ilícitas que têm vindo à tona denotam irresponsabilidade e descompromisso das autoridades para com a nação como um todo e, fundamentalmente, para com a parcela que demanda políticas econômicas e sociais de reversão da pobreza, da violência e da injustiça resultantes do racismo e do sexismo.

O histórico de vida política da população negra no Brasil nos ensina que este é o segmento da sociedade brasileira com a mais antiga e sólida trajetória de luta pela construção da liberdade e da igualdade. Nesse sentido, a exclusão da população negra do acesso às políticas públicas e ao modelo democrático não têm significado passividade e ausência de críticas às práticas que produzem esse quadro de exclusão.

Assim, ao longo de cinco séculos, a população negra tem produzido inúmeras estratégias coletivas de sobrevivência e de construção de uma nação inclusiva, em contraposição ao histórico descaso à sua humanidade, dignidade e conhecimento.

Diante do exposto, exigimos rigorosa apuração dos atos de corrupção e a punição dos responsáveis, em todas as esferas da representação política do Estado brasileiro.

Queremos uma reforma política que altere em profundidade o atual sistema de representação e permita a incorporação de novos sujeitos políticos, garantindo a participação da população negra e inibindo práticas políticas moralmente inaceitáveis.

Exigimos a instalação de um processo de recriação do Estado brasileiro, com base na ética, nos valores democráticos e nos princípios inegociáveis do anti-racismo.

Reafirmamos, neste momento, a importância da mobilização e da participação na sociedade nos processos e espaços de definição dos rumos do país. A **Marcha Zumbi +10**, que se realizará em Brasília em **16 de novembro de 2005**, se coloca neste contexto como uma iniciativa de exclusividade da sociedade civil, protagonizada pelo Movimento Negro, que recoloca os fundamentos para a construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária.





## **NÓS APOIAMOS:**

GECNI - Grupo de Estudos e  
Consciência Negra de Ituiutaba/MG

Associação Ori Odara  
Uberlândia/MG

Articulação Negra de Pernambuco/PE

Instituto Kuanza - São Paulo-SP

Campanha Reaja/BA

Sociedade Maranhense de Direitos  
Humanos/MA

Ceert - Centro de Estudos das  
Relações de Trabalho e  
Desigualdades/SP

Fundação Municipal Zumbi dos  
Palmares de Ituiutaba/MG

Conselho de Participação e  
Desenvolvimento da Comunidade  
Negra do Estado de São Paulo/SP

Centro Cultural Orunmilá  
Ribeirão Preto/SP

Centro de Referência  
Negra Lélia Gonzáles/GO

EnegreSer - Coletivo Negro no DF e  
Entorno/DF

Comunidade Visual Ilê/GO

Fala Negra - Paracatu/MG

Geledés - Instituto da Mulher Negra/SP

Grupo Tez - Trabalho e Estudos  
Zumbi/MS

ÌROHÌN - Comunicação a serviço dos  
afro-brasileiros/DF

Instituto 21 de Março - Consciência  
Negra e Direitos Humanos/PR

CRIOLA/RJ

CANBENAS - Coletivo de Alunos Negros  
Beatriz Nascimento/GO

ACMUN - Associação Cultural de  
Mulheres Negras/RS

Centro de Cultura Negra do  
Maranhão/MA

Centro Afro-Cultural Coisa de Negro/PI

ABPN - Associação Brasileira de  
Pesquisadores Negros

**A SRª IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Tem a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRª IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição e a fala pela Liderança do Governo na ausência do Líder Aloizio Mercadante.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – De acordo com o art. 66 do Regimento Interno:

Art. 66. É da competência dos líderes das representações partidárias, além de outras atribuições regimentais, indicar os representantes das respectivas agremiações nas comissões.

Parágrafo único. Ausente ou impedido o líder, as suas atribuições serão exercidas pelo vice-líder.

V. Exª é beneficiada pelo Regimento Interno.

Concedo-lhe a palavra, pela Liderança, por vinte minutos.

**A SRª IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela Liderança do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sexta-feira foi um dia em que vivenciamos uma preocupação com o mercado. No meu caso, tive preocupação com os mercados. Além do episódio da divulgação, no meio do depoimento do Sr. Buratti, por um Procurador da República, de parte do seu teor – o que acabou trazendo turbulências em termos de dólar, de risco Brasil e da bolsa –, em Florianópolis vivenciamos uma situação lamentável que mexeu com a auto-estima de nossa cidade, de nossa população. Um dos principais monumentos de nossa querida Florianópolis, um monumento histórico, o Mercado Público, sofreu um brutal incêndio e teve praticamente metade de suas instalações absolutamente destruídas, ficando praticamente as paredes externas; tudo foi destruído. A comoção na nossa cidade foi muito grande, tendo em vista que aquele edifício é uma referência, é onde a população se encontra para compras, para o lazer, para as atividades culturais. É uma referência que deixou muitas pessoas – e as imagens mostraram isso – chorando copiosamente ao ver aquele edifício tão amado, tão querido de toda a população de Florianópolis e toda a Santa Catarina sofrer aquele desastre.

Algo que para nós era meio anunciado, porque efetivamente o processo de fiscalização, de manutenção não foi feito de forma adequada e o incêndio não teria tido as dimensões, as proporções que teve se não tivéssemos o absurdo, por exemplo, de ter numa das lojas do mercado público um depósito de fogos de artifício.

Estamos todos agora empenhados em restabelecer, em recuperar o nosso mercado. Sei que lá em

Belém, Senadora Ana Júlia, ocorreu algo assemelhado ao que aconteceu em Florianópolis, sei que lá também o mercado é uma grande referência para a população da capital do Pará, como foi, por exemplo, o episódio em Salvador e em outras cidades.

Então, nós estamos agora muito envolvidos e preocupados em buscar recursos junto aos Ministérios do Turismo e da Cultura para que rapidamente possamos restaurar, recompor aquele magnífico monumento que congrega a população de Florianópolis.

Eu gostaria de ouvir a Senadora Ana Júlia antes de entrar no outro mercado.

**A Srª Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Se V. Exª permitir, depois também vou fazer um aparte quanto ao outro mercado, mas queria apenas parabenizar V. Exª e fazer o registro: sou arquiteta, além de bancária do Banco do Brasil e sei da importância dos nossos patrimônios, principalmente do patrimônio arquitetônico do País. Belém é uma cidade que tem um enorme exemplo, inclusive tem o maior acervo de arquitetura eclética do País. Não é o caso do mercado, que não é arquitetura eclética, mas o famoso Mercado Ver-o-Peso foi recuperado. Foram recuperados tanto a feira quanto o mercado de carnes, o mercado de peixes. Aliás, o mercado de carnes ainda está iniciando, higienizado. Isso foi feito nos anos da Prefeitura do Partido dos Trabalhadores e com o apoio, no final, nos últimos dois anos, do Ministério da Cultura, agora na gestão do Governo Lula. Quero dizer a V. Exª que é uma grande chance, porque o Governo Federal tem dado apoio à recuperação de monumentos históricos, porque um país que não conserva a sua história, com certeza, não tem memória. Então, é fundamental.

**A SRª IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senadora Ana Júlia Carepa. Parece-me que o Senador Paulo Paim também gostaria de apartear. (Pausa.) Posteriormente. Não só pela recuperação do patrimônio histórico-cultural, mas o Mercado Público de Florianópolis tem uma importância econômica para nós, porque, apenas na parte que foi destruída, temos aproximadamente 350 empregos diretos e, neste momento, são famílias, em torno de 1.500 pessoas, que ficaram ao relento, sem a sua oportunidade de trabalho e renda. Então, para nós também é muito importante que possamos dar esse atendimento, além da recuperação histórica, patrimonial, cultural, também o aspecto social dos empregos envolvidos.

Além dessa preocupação local com o aquecimento e a destruição de parcela considerável do Mercado Público de Florianópolis, assustou-nos a todos, preocupou-nos sobremaneira o ocorrido na sexta-feira pela forma, pelo procedimento, pela maneira como ocorreu, ou seja, com muita irresponsabilidade.

Aliás, a semana passada foi a semana dos limites da irresponsabilidade, desde termos sido pautados por um doleiro condenado – e a Senadora Ana Júlia Carepa lembrou muito bem – por operações desenvolvidas por este Governo. A Operação Anaconda, a Operação Farol da Colina, que levou dezenas de doleiros à prisão, inclusive o Sr. Toninho da Barcelona, que já uma figura antiga, citada em várias CPIs (CPI do Narcotráfico, CPI dos Precatórios), inúmeras situações onde as investigações efetivamente não chegaram a termo, não chegaram a cabo e ele não foi para a cadeia. Acabou indo para a cadeia agora, no Governo do Presidente Lula, pelas operações, muito bem desencadeadas pelo Ministro Márcio Thomaz Bastos, no comando e na orientação da Polícia Federal.

Tivemos desde o episódio de termos sido pautados por um doleiro condenado na lógica da delação... Naquele episódio também tivemos, lamentavelmente, a irresponsabilidade de, num depoimento reservado, ter sido gravado o depoimento, e a gravação ter ido parar num dos veículos de maior audiência do País, o **Jornal Nacional**.

Na semana passada, tivemos também o episódio, sexta-feira, do depoimento do Buratti, que foi suspenso, interrompido, para que o Promotor desse a entrevista e anunciasse, bombasticamente, de forma ostensiva, já não mais a gravação, mas o vídeo do depoimento divulgado também nos órgãos de comunicação.

Se levarmos em consideração que a reportagem sobre a denúncia, a confissão do Valdemar Costa Neto, era em boa parte nada mais nada menos do que uma reportagem requentada, que já tinha sido feita pela **Carta Capital** em 2002, então nós tivemos exatamente, ao longo da semana passada, a exacerbação do denunciamento, ao estarmos pautados por situações absurdas de grande irresponsabilidade.

Penso que o Ministro Palocci foi muito pronto, diante de toda a turbulência que houve, não só na nota da sexta-feira, quando rechaçou com veemência as acusações, mas na forma tranqüila, serena e transparente pela qual, durante mais de duas horas, ele tratou de todos os assuntos, todas as questões, todas as perguntas, mais uma vez rechaçando as denúncias e chamando a atenção para procedimentos absolutamente incompatíveis de revistas, em primeiro lugar, especificamente aquele episódio dos *e-mails* em que a revista **Veja** foi contestada, confrontada. Exigiu-se que apresentasse, e ela modificou. Primeiro o *e-mail* era do assessor do Ministro, depois já não era mais. Não apresentou de quem era, mas, mesmo tendo sido confrontada, mesmo tendo sido isso esclarecido pela assessoria do Ministro, ainda veiculou como se tivesse

havido interferência do Sr. Buratti no agendamento do Ministro da Fazenda.

Ouçõ o Senador Paulo Paim com muito prazer.

**O Sr Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senadora Ideli Savatti, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> por falar aqui no Plenário sobre este assunto, porque hoje à tarde alguns Senadores, legitimamente, estranhavam que não houvesse alguém do Partido dos Trabalhadores para colocar a sua posição em relação ao Ministro Palocci. Dava a impressão de que nós não tínhamos confiança. Eu vejo a firmeza de V. Ex<sup>a</sup>, de todos os que me apartearam aqui, o Senador Sibá Machado, a Senadora Ana Júlia Carepa e tantos outros, e mesmo na minha fala. Nesse domingo, eu fiquei em Brasília e vim ao Senado da República, pois tinha uma reunião com a comunidade negra para discutir a marcha Zumbi Mais Dez. Mas o compromisso era às 15 horas e 30 minutos e fiquei assistindo por duas horas e meia a entrevista do Ministro – firme, claro, tranqüilo, convicto. Sempre digo que não conseguimos defender aquilo de que não estamos convencidos. É preciso primeiro que se esteja convencido de algo que se pensa em defender, e eu percebi isso no Ministro. Ele se defendia com uma firmeza e uma transparência que não tinha nada a ver com aquela lambança levantada. E isso ele conseguiu passar para o conjunto da população brasileira. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> e digo que o Ministro Palocci foi tão feliz, que quem ganhou com isso não foi a Situação ou a Oposição, mas o povo brasileiro, pela estabilidade da economia. Todos nós sabemos que se a economia vai bem – como eu dizia – há condição para que façamos a nossa pressão natural a fim de que tenhamos mais investimento no social. Isso é natural! E o Ministro, com a sua responsabilidade, tem dito que fará esse investimento dentro do possível. Então, cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. O Presidente Lula e o Parlamento ganharam. O Ministro, sem sombra de dúvida, foi muito feliz, e isso é bom. Ao responder de imediato no domingo, uma vez que o fato aconteceu na sexta-feira, inclusive com uma nota, que V. Ex<sup>a</sup> lembra muito bem, o Ministro mostrou que está com muita clareza da conjuntura e deu uma bela resposta à crise política pela qual, queiramos ou não, o País passa. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Eu agradeço ao Senador Paulo Paim.

Além de o Ministro ter a tranqüilidade, a transparência e a firmeza para rechaçar de pronto as denúncias, S. Ex<sup>a</sup> tratou cada uma delas detalhadamente, desmontando a lógica que tinha sido apresentada pela revista, mesmo tendo sido contestado. Ele apresentou todo o procedimento para que a revista não publicasse a versão, porque não condizia com os fatos. Ele inclusive demonstrou, por intermédio da troca de *e-mails*,

que a versão veiculada pela revista não tinha base na verdade, no efetivamente ocorrido. Também de forma muito elegante S. Ex<sup>a</sup> tratou do comportamento do Ministério Público.

Quem assistiu à coletiva do Ministério Público com o Procurador suando em bicas, ou seja, debulhando-se em suor, pôde perceber, de forma muito clara, como determinados comportamentos de alguns membros do Ministério Público não estão condizentes com a responsabilidade desse importante órgão, fundamental para a democracia brasileira, inclusive para o controle e a fiscalização dos atos tanto do Executivo, como do Judiciário e do Legislativo.

Portanto, o Ministério Público não pode ter nos seus quadros pessoas que tenham comportamento com esse grau de irresponsabilidade, pois depois acabou ficando patente, até pelo visual do Procurador, que suava em bicas, que estava realmente muito difícil – diria até impossível – explicar como sendo correto e legítimo suspender um depoimento no meio para dar a versão, sem ter nenhuma base de comprovação do que alguém estava falando, num processo que inclusive nem de delação premiada ainda é, Senadora Ana Júlia Carepa, porque a delação premiada quem dá não é o Ministério Público, mas a Justiça. Então, ele estava prestando um depoimento que não era sequer o da delação premiada e, portanto, era inadmissível que o Procurador tivesse tido aquele tipo de comportamento.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senadora?

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Já vou dar-lhe a palavra, Senador Sibá Machado.

Há outra questão na qual creio que o Ministro foi exemplar. Temos hoje uma estabilidade na economia por conta, sim, de determinadas situações. Elegantemente, o Ministro Antonio Palocci se referiu a procedimentos de Governos anteriores, mas hoje temos estabilidade econômica e, inclusive, condições de apresentar recordes sucessivos de exportação, de produção industrial, de controle da inflação. Ou seja, todos os nossos indicadores econômicos são superiores, são melhores do que em qualquer comparação com o período anterior. E isso não aconteceu de graça, mas por uma política séria e responsável e por inúmeras iniciativas adotadas pelo Governo Lula. Não foi apenas a manutenção do controle da inflação, não foi tão-somente a questão da responsabilidade fiscal. Não! Foram as viagens. Foi a busca de novos mercados externos, de produtos alternativos, que fez com que as nossas exportações continuem batendo recordes atrás de recordes, mesmo com um dólar abaixo do valor ideal dos exportadores. Mas por que aconteceu isso? Porque houve ação de

governo para procurar esses mercados, esses produtos alternativos. Houve a criação dos empregos, que colocou mais gente para consumir. Nós criamos 3.200 empregos, enquanto que, nos oito anos anteriores, esse número não chegou a 800. São 3.200 famílias comprando e consumindo, o que aquece o mercado e dá possibilidade inclusive no mercado interno.

Se somarmos isso com a questão do crédito consignado, da democratização, da inclusão bancária, significa um aquecimento também que permite que a economia role. Se levarmos em consideração a questão dos investimentos dos bancos públicos, como o BNDS e a Caixa Econômica, da habitação, do saneamento, todas são medidas econômicas importantíssimas que hoje dão sustentação, sim; dão sustentação para a economia se manter à parte, à margem desta crise política.

E o Ministro foi muito claro. S. Ex<sup>a</sup> disse que, se não tivéssemos feito isso, não adiantaria fazer agora. E não adiantaria mesmo, estou convencida disso. Não adiantaria haver rigor fiscal, não adiantaria haver medidas de controle da inflação, neste momento da crise política. Se isso não tivesse sido feito antes, com a responsabilidade com que o Presidente Lula o fez, contando com sua equipe econômica, com seus Ministros – que viraram verdadeiros mascates, indo para fora, procurar mercado, alternativas – e conosco, adotando medidas de inclusão social, com programas de renda, como é o caso do Bolsa Família, não estaríamos com a economia blindada à crise.

Ouçó agora, com muito prazer, o Senador Sibá Machado e a Senadora Ana Júlia Carepa.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti, ressalto alguns comentários feitos pelo Senador Paulo Paim, acerca da firmeza que o Ministro Palocci demonstrou, muito bem relatada aqui por V. Ex<sup>a</sup>, bem como a coragem e a competência de S. Ex<sup>a</sup> para esclarecer esse problema; não apenas para isso, mas para todo o receituário da economia brasileira. Com certeza, ele fez o mais lógico, o que todos esperamos. Citaram seu nome e ele, de imediato, de pronto, foi lá e tirou qualquer dúvida que pairasse sobre o caso. Hoje ouvi no rádio um comentário de um importante analista do Poder Judiciário, cujo nome não quero citar aqui. Ele disse que houve uma certa dura agressão a esse artifício legal chamado delação premiada – fez até uma comparação de como esse instituto funciona nos Estados Unidos –, pela forma com que foi tratada agora, quando uma pessoa foi lá na promessa de que, se desse maiores esclarecimentos, teria abrandada a sua culpabilidade e que talvez obtivesse até isenção, absolvição de qualquer crime que tenha cometido, que foi o Sr. Buratti junto com o



Procurador. O que ocorre? Como disse, na semana passada, creio que está havendo um festival de construção de coisas para aparecer na mídia nacional. Não se consegue passar uma semana sem que alguém queira construir um fato para se tornar importante, para a mídia ter um final ou um início de semana para apresentar. Não quero aqui julgar o Procurador, que tem todo o direito de investigar aquilo que está dentro da sua competência, mas acredito que os métodos utilizados estão visando arrebentar com o Governo, como V. Ex<sup>a</sup> mesmo já disse.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Ideli, esgotaram-se os 20 minutos concedidos para o seu pronunciamento. Concedo a V. Ex<sup>a</sup> mais um minuto, porque o País quer ouvir Senador Eduardo Suplicy, que está ansiosamente aguardando.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – S. Ex<sup>a</sup> também é do PT e compreende a necessidade. Então, se olharmos para a competência do Governo é indiscutível o seu sucesso. Lembro-me de que falei, neste final de semana, nos Estados e nos Municípios que visitei, que havia uma pedra no meio do caminho. Essa pedra será retirada; essa pedra, que foi comprovadamente colocada com a história do caixa dois, que envolveu a Tesouraria do nosso Partido, nós a haveremos de retirar. E não abdicaremos da história dos 25 anos do nosso Partido, de erguer a cabeça, dar a volta por cima e contribuir para a construção, seja da democracia do Brasil, seja para o sucesso da nossa economia. Disso não abdicaremos. Portanto, parabênizo V. Ex<sup>a</sup> pela firmeza de vir aqui fazer a defesa de uma pessoa que é intocada nesses assuntos e que é sinônimo de responsabilidade administrativa, que é o Ministro Palocci.

*(Interrupção do som.)*

**A Sr<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, com a tolerância do Piauí, sei que V. Ex<sup>a</sup> vai me permitir ter pelo menos um minuto para um aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Ana Júlia Carepa, V. Ex<sup>a</sup> sabe que eu lhe daria todo o tempo, porque a sua figura garantiria audiência até maior do que a da novela “América”, mas não o farei, porque os Senadores Eduardo Suplicy e Alberto Silva estão aqui também, e o País quer ouvi-los.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Senadora Ana Júlia Carepa, talvez o Senador Eduardo Suplicy já lhe possa garantir o aparte. Assim, ficaremos contemplados.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Eu pedirei ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Está garantida a palavra.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Seu aparte já está garantido, Senadora Ana Júlia Carepa.

Sr. Presidente, queria apenas concluir, afirmando que faremos a limpeza no PT, Senador Sibá Machado. Tenho certeza e convicção disso. Tenho dito sistematicamente que, se não limparmos o Partido banindo os que cometeram algum ato ilícito, não conseguiremos continuar tendo moral para exigir isso em relação àqueles...

*(Interrupção do som.)*

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – ...que cometeram atos ilícitos gravíssimos, mas que foram postos para debaixo do tapete – nunca houve CPI, nunca se investigou e nunca se puniu ninguém. Então, temos de dar esse exemplo.

Tenho certeza ainda mais absoluta de que não é pelo erros de alguns do PT que há pessoas sonhando com o impedimento ou com a exterminação do nosso Partido e do nosso projeto político. Não é pelos erros de alguns, mas pelos acertos muito significativos que o Governo Lula e nós desempenhamos ao longo dos 25 anos do nosso Partido.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do PT do Estado de São Paulo, pelo tempo que resta da sessão, até as 18 horas e 30 minutos.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, gostaria, como praticamente todos os Senadores, inclusive meus companheiros de Partido – Senadoras Ideli Salvatti e Ana Júlia Carepa, Senadores Sibá Machado, Paulo Paim, Tião Viana e os que estiveram aqui presente hoje –, de transmitir a minha apreciação positiva acerca da entrevista dada pelo Ministro da Fazenda Antonio Palocci, ontem.

Logo que concluída a entrevista, a que assisti, telefonei para o Ministro Antonio Palocci e transmiti a ele, também por carta, o seguinte cumprimento:

Prezado Ministro Antonio Palocci:

Considereei muito positiva a sua entrevista que assisti inteira com toda atenção. Por sua disposição de se colocar pronto para responder a todas as perguntas, sem limites de tempo para os jornalistas e sobre todas as perguntas relevantes que estes resolveram fazer, por 2:20 hs; pela maneira serena e direta com que esclareceu os episódios, salientando que o que foi colhido pelo Ministério Público até o presente, inclusive sobre tudo o que foi documentado, que de manei-

ra alguma constitui prova de procedimento incorreto, também que o contrato principal da empresa que teria beneficiado o PT foi feito antes de sua gestão. Também foi importante a sua disposição junto ao presidente de se afastar temporária ou definitivamente, assim como a confirmação da parte dele [Presidente Lula] de que você deve permanecer. Sua disposição expressa de ir a qualquer momento ao Congresso Nacional, assim como colocar os seus dados à disposição do Ministério Público, que poderia ter sido mais prudente em sua forma de agir, também o fortalece. De minha parte, o testemunho que tenho dado é que em todas as ocasiões que estivemos juntos, e que foram muitas desde que nos conhecemos, exercendo as mais diversas funções, você [Ministro Palocci] sempre agiu com a maior retidão. O seu respeito sobre o que tem sido dito pelas mais diversas lideranças do PT e até sua compreensão pela situação do ex-Secretário Rogério Buratti foram pontos altos. Amanhã à tarde [hoje], da tribuna do Senado, farei pronunciamento sobre este meu sentimento. O abraço, Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Há pouco, antes de me dirigir ao Senado, procurei levar pessoalmente ao Ministro Palocci o meu abraço. Ao visitar seu gabinete, fui recebido pelo Sr. Sérgio Bath, que me informou que o Ministro Palocci estava no Palácio do Planalto, conversando com o Presidente.

Considero da maior importância fazer este registro. O Ministro Palocci agiu com muita segurança, disposição de esclarecer os episódios. Ele teve uma atitude inclusive generosa e de compreensão para com seu ex-secretário Rogério Buratti, expondo que, naquela circunstância, em que estava algemado e preso, com uniforme de presidiário, sendo submetido à pressão da Polícia e dos promotores no sentido da possibilidade de ter a sua pena diminuída se fizesse revelações, ele acabou dispondo-se a esclarecer todo e qualquer episódio.

Evidentemente, ainda temos que examinar os fatos. O Ministro Antonio Palocci está disposto a colaborar com o Congresso Nacional e com as Comissões, bem como, certamente, comparecer à CPI, se necessário. A sua iniciativa é exemplar do ponto de vista do que eu próprio gostaria que ocorresse com as outras autoridades do Governo e do próprio Partido dos Trabalhadores.

O Ministro Palocci recebeu todo o apoio do Presidente Lula e deu um exemplo para o próprio Presidente de como é importante essa atitude, Senadora Ana Júlia, de dispor-se a dialogar com a imprensa. Tenho lembrado que o Presidente Lula deu uma entrevista coletiva à imprensa no dia 26 de abril, e os jornalistas

estão com saudades de uma entrevista coletiva do Presidente que pudesse ter aquela característica.

O Ministro Palocci não limitou o tempo dos jornalistas, não limitou o número de perguntas, cada um fez de três a quatro perguntas. Nos casos em que ele deixou de responder a alguma pergunta, os jornalistas a reiteraram, e ele esclareceu-os inteiramente.

Isso foi ótimo, tanto é que toda a imprensa e os mais diversos segmentos, inclusive os Líderes da Oposição, os Senadores e Deputados Federais, que tantas vezes têm sido críticos do Governo, reconheceram essa atitude tão positiva.

Quero ressaltar a palavra do Procurador-Geral da República, Antonio Fernando de Souza, que, de maneira muito equilibrada, mencionou que o Ministério Público deve tratar as suas investigações com discrição e responsabilidade, tendo como base as garantias constitucionais asseguradas a todos os cidadãos.

O Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, Rodrigo César Rebello Pinho, procurou defender a atitude dos procuradores que teriam agido de maneira a não restringir, de qualquer forma, aquilo que havia sido o depoimento do Sr. Rogério Buratti. E ainda hoje o Senador Antonio Carlos Magalhães lembrou episódios em que procuradores da República, muitas vezes, agiram de maneira a divulgar dados, sem que antes tivesse sido concluída a apuração.

Senadora Ana Júlia, vou lhe conceder o aparte.

Desses diversos episódios, é importante que façamos todos uma reflexão, colaborando com o Ministério Público para que este siga sempre a legislação a respeito de como deve ser feita a apuração de fatos, resguardando-se a liberdade de imprensa, mas também seguindo essa recomendação do Procurador-Geral da República, Antonio Fernando de Souza, de que as investigações devem ser feitas com discrição e responsabilidade, sempre levando em conta as garantias constitucionais asseguradas aos cidadãos.

Mas o importante foi a atitude do Ministro Antonio Palocci de procurar, com muita serenidade, esclarecer cada um dos episódios.

Concedo o aparte, com muita honra, à Senadora Ana Júlia.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Suplicy. Além de cumprimentá-lo pelo pronunciamento, quero dizer que V. Ex<sup>a</sup>, como tantos e tantas nesta Casa, sabe que tenho, sim, algumas divergências com relação à política econômica coordenada pelo nosso Ministro Antonio Palocci. Não pretendo um retorno a políticas fantasiosas e irrealistas, de forma alguma. Mas a crítica é principalmente quanto à mão-de-ferro que tem o Tesouro quando se trata de liberação de recursos, principalmente para regiões mais

pobres, regiões que necessitam de obras importantes de infra-estrutura, como a nossa região amazônica. Sou do Estado do Pará, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, e houve o fato, por exemplo, de terem paralisado agora, porque não liberaram recursos, a hidrelétrica de Tucuruí, que não é importante para o Pará apenas; é importante para o Brasil. Sem a hidrelétrica, é impossível fazer a hidrovía Araguaia-Tocantins, que é o transporte mais barato que existe. Independentemente dessa discordância, faço questão – solicitei inclusive uma audiência com o Ministro – de parabenizar o Ministro Antonio Palocci e dizer do meu respeito a S. Ex<sup>a</sup>. Esse respeito aumentou com a sua postura correta, ética, tranqüila de esclarecer imediatamente, dando um bom exemplo a tantos outros companheiros não só que eram do Governo, mas do nosso Partido. Faço este registro, Senador Eduardo Suplicy, para falar da postura correta, desses exemplos de esclarecimento pronto e dos maus exemplos de alguns promotores de justiça que fazem acusações. No Ministério Público, na sua grande maioria, há pessoas a quem dedicamos o maior respeito, que merecem da sociedade o maior respeito, mas alguns às vezes extrapolam, porque são seres humanos e, como seres humanos, também podem errar. Quero fazer este registro e parabenizar o Ministro Palocci. Realmente precisamos ter cuidado, a sociedade precisa ter cuidado com as ilações, que não podem passar a ser verdade em vez de serem investigadas. Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Senadora Ana Júlia. V. Ex<sup>a</sup> expressa um sentimento que é hoje de todos os que puderam assistir com atenção às palavras do Ministro Palocci.

Gostaria muito de ver certa flexibilização na política econômica na direção de termos taxas de juros menores, que viabilizassem um crescimento maior da economia, maiores oportunidades de emprego. Espero que isso possa ocorrer em breve.

Considero que a postura do Ministro Palocci ontem contribuiu significativamente para que hoje a economia, por todos os sinais, se apresentasse de uma maneira mais positiva, com o crescimento do valor das ações na Bolsa de Valores de São Paulo, com a queda significativa do dólar e com a valorização do real. Tudo isso ocorreu em função da repercussão positiva das palavras do Ministro Antonio Palocci.

Senador Mão Santa, na minha conclusão, faço uma recomendação aos Senadores sobre algo a que de muito bonito assisti.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Eduardo Suplicy, peço permissão para interrompê-lo.

Regimentalmente, a sessão se encerra às 18 horas e 30 minutos. Prorrogo-a por 15 minutos para que V. Ex<sup>a</sup> encerre e para que possam falar o Líder Arthur Virgílio e, finalmente, o conselheiro da República, Senador Alberto Silva, do Piauí.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP)

– Eu gostaria de fazer uma recomendação às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores: há um filme brasileiro em cartaz que é de muita beleza, ao qual assisti sábado passado. Trata-se da história de Zezé Di Camargo e Luciano. Zezé que se chamava Mirosmar, seu irmão, Emival, quando meninos cantavam de maneira tão bela, mas depois veio a falecer em acidente de automóvel. Eis que Welson, futuro Luciano, formou com Zezé Di Camargo a dupla.

Esse filme é belo. Uma história brasileira, de uma família de lavradores em Pirinópolis, interior de Goiás, cujo pai amava tanto a música, especialmente a sertaneja, que desde o nascimento de seus muitos filhos tinha a aspiração de que viessem a ser cantores.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, se puder me conceder mais alguns minutos, logo termino.

Quero cumprimentar a todos os que participaram deste filme, desde o Diretor Breno Silveira, aos atores Dira Paes, José Dumont, Márcio Kieling, Thiago Mendonça, Paloma Duarte, Jackson Antunes, Natália Lage, Lima Duarte, enfim todo o elenco.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, podem estar certos de que se trata de um filme que fará enorme sucesso no Brasil e no exterior, porque, merecidamente, mostra uma vida tão bela e tão bem feito foi o filme, daí por que fiz questão de mencioná-lo e recomendá-lo a V. Ex<sup>as</sup>.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 307/2005

Brasília, 22 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação da Senadora Íris de Araújo, como membro titular, em substituição ao Senador Maguito Vilela, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada para investigar as causas e conseqüências de denúncias e atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Será feita a substituição solicitada.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder, solicitando a V. Ex<sup>a</sup> que use a sua sensibilidade e capacidade de síntese para que possa usar da palavra, nos minutos restantes, o nosso Senador, Conselheiro da República, Líder Alberto Silva.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Oposição pensava exatamente que aconteceria o que ocorreu, ou seja, a atitude correta, formalmente correta, do Ministro Palocci de ir à exposição, através de uma entrevista coletiva, para se explicar para a Nação. A atitude provocou recuo do dólar e do risco-país e aumento das negociações na bolsa. Agiu como um verdadeiro Ministro da Fazenda porque, ficando ou não no cargo – já que é o futuro que determinará –, cuidou de tranquilizar a economia brasileira de maneira habilidosa e inteligente.

É claro que tenho questionamentos a fazer. Agora, como Parlamentar de Oposição, os farei. S. Ex<sup>a</sup> poupou o Buratti. Esse foi um dos pontos fracos de sua fala. É preciso dar fim à república petista do medo, à república petista do rabo preso, à república petista das pessoas que não conseguem romper com ninguém porque, parece-me, todo aquele que merece sofrer a ruptura tem alguma coisa para dizer do poderoso do momento.

Estou convencido, sim, de que há fatos nebulosos na república de Ribeirão Preto. Há fatos nebulosos envolvendo o lixo. Hoje vi a denúncia do Prefeito César Maia. O Ministro teve outro momento de leviandade quando tentou insinuar que problema haveria na gestão Tucana do Sr. Jábali, que é falecido e não pode mais defender-se. Aceito debater tudo com o Ministro, sobretudo lixo, na gestão do Sr. Jábali em relação ao de S. Ex<sup>a</sup>. Não deixa de ser engraçado que o PT se revolte com os excessos do Ministério Público. Creio que o Procurador se excedeu, poderia ter esperado a conclusão do depoimento. No entanto, esse é um veneno inventado pelo PT, um veneno inventado pelo PT com o sumido Luiz Francisco, com o ex-Luiz Francisco. Um denunciava, o outro esquentava a denúncia de um; outro denunciava, o outro esquentava de outro. E o que interessa ao fim, ao cabo, vai ser sabermos se há ou não tem algo de substantivo para ser apurado contra o Ministro.

Sempre defendi aqui o Ministro, sempre o tratei com enorme consideração. Ontem S. Ex<sup>a</sup> me causou duas irritações: primeiro a leviandade de se referir a

Jábali com dados inverídicos. Jábali tratou o lixo com mais seriedade do que Palocci. Isso é uma verdade. Segundo, o Ministro mentiu sobre emprego. S. Ex<sup>a</sup> endossou as tolices do Presidente Lula. Fiz um programa de televisão ontem em que dizia: Ministro, tenha a seriedade e sobriedade, nesse seu Governo só quem tem direito de falar bobagem é Lula. V. Ex<sup>a</sup> não. V. Ex<sup>a</sup> tem o dever de falar coisas corretas.

Dizendo que, no Governo passado, se gerava uma média de oito mil empregos por mês e, neste Governo, geram-se 100 mil empregos. Estou aguardando os dados precisos da minha Assessoria, mas é algo como uma pequena vantagem, 50 mil e poucos, um Governo, Lula; 48 mil, algo assim, o Governo Fernando Henrique, quando se trata de carteira assinada; e o inverso, dessa vez a favor de Fernando Henrique, quando se trata de emprego informal.

Então é uma mentira que tem que ser categoricamente desmontada essa de que se geravam oito mil empregos antes e mais de 100 mil empregos agora. E o Ministro Palocci não poderia ter dito isso. S. Ex<sup>a</sup> me compra como adversário agindo dessa maneira, me compra como adversário! E S. Ex<sup>a</sup> deve imaginar que talvez seja uma coisa agradável ter-me como seu adversário, mas será, sim, daqui para frente, a não ser que S. Ex<sup>a</sup> atenda ao repto que lhe faço agora: que S. Ex<sup>a</sup> diga que se enganou. Não exijo que diga que mentiu. Não, não exijo isso. Mas que diga que se enganou, que estudou as pesquisas corretas e trouxe a verdade sobre o emprego, sob pena de, a partir de amanhã, eu começar a dizer que acredito em tudo que se diz dele quanto à ética, porque quem mente falseando estatística, mente falseando quanto à ética também. Quem mente falseando números, mente falseando quanto à ética também, até porque quem mente aqui é mentiroso acolá e quem mente acolá é mentiroso aqui. Bem claro.

Cumprí meu papel de Líder opositor sábio, sério, comprometido com o País e procurei tudo fazer para ajudar a termos essa abertura de mercado hoje. Foi assim na sexta-feira, na segunda-feira e no domingo, mas o Ministro Palocci não está acima da lei nem do bem e do mal. O Ministro Palocci, que foi muito mais defendido por mim aqui do que por toda a Bancada do PT junta. Junta! Senador Eduardo Suplicy, citei V. Ex<sup>a</sup>. Todos os treze juntos não defenderam o Palocci como eu o defendi sozinho nesta Casa – os Anais comprovam. Mas não admito, primeiro, que alguma ilegalidade sirva de blindagem a quem quer que seja. Ilegalidade, corrupção ou o que for tem que significar denúncia, sim, perante a Nação. E o Ministro tem aqui uma exigência minha clara: desminta, Ministro, essa história do emprego. Deixe isso para os comícios e



para as bazófilas do Presidente Lula. Desminta ou volto à tribuna, a partir de amanhã, já em outro tom em relação a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Arthur Virgílio, a Oposição tem feito, nesses últimos dias, um trabalho em defesa da economia maior do que o próprio PT, porque se tem dito que, se se mexer no Palocci, mexe-se com a economia. Em outras épocas, dizia-se que mexer com Presidente era o mesmo que mexer na economia. Tão insignificante o Presidente para a economia que...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O Presidente é irrelevante hoje, é uma figura realmente irrelevante. Tem razão V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – E veja que nós temos defendido o Palocci há muito tempo, não é de agora, mesmo nessa hora difícil do PT. Quando eu o vi mostrar esses números sobre emprego, eu disse: “ele está provocando a Oposição”. Enquanto nós o socorremos, enquanto nós estendemos as mãos e o protegemos, até em função da economia, ele troca os números, faz política, sobe no palanque, querendo dizer que nós somos incompetentes e que...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Se mentiu ali, Buratti pode ter razão. É bom que nós saibamos. Não existe mentiroso pela metade. Virgem pela metade, mentiroso pela metade, corrupto pela metade, isso não existe. Ou é virgem inteira, ou é corrupto inteiro, ou é mentiroso inteiro. Ou é sincero inteiro, ou não é virgem por inteiro, ou é pessoa séria por inteiro também.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Meu Líder, por isso que é preciso investigar tintim por tintim a questão de Ribeirão Preto. É importantíssimo investigarmos porque o Buratti no passado era tão amigo, era uma pessoa tão fiel e leal e tão próxima do Ministro Palocci. Agora o Palocci demonstra que é amigo dele porque em momento algum o ameaçou com processos, ou disse que iria tomar atitudes, exigir que ele provasse, que iria processá-lo. Em momento algum disse isso o Palocci. Eu continuo pensando e achando que o Palocci merece a nossa confiança ainda, merece; mas não podemos blindá-lo apenas pela questão da economia, não. Se deve, vai ter que pagar. Não é possível que uma pessoa que vai tão serenamente, sem agredir aquele que o acusou, e se defendeu até com muita grandeza, fale em números, meu Líder, e faça comparações mentirosas com relação a geração de empregos. Por isso penso que o nosso Ministro da

Economia, o homem que segura a economia neste País, precisa realmente se explicar, a ponto de termos que rever, de repente, muitas coisas nesta Casa em relação a sua postura no Governo Federal.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu conluo e agradeço ao Senador Leonel Pavan.

De acordo com o Pnad, no período de 1994 a 2002, ao qual se referiu Lula, foram gerados 11 milhões, 609 mil e 865 empregos, formais e informais, ou seja, mais de 11 milhões de empregos. A média mensal é de 120 mil, 936 novos empregos, de 1994 a 2002, entre formais e informais.

De acordo com a Rais, que só considera os empregos formais criados, no mesmo período, foram gerados 5 milhões, 616 mil e 622 empregos. Isso mesmo: mais de 5 milhões de empregos com carteira assinada. A média mensal, portanto, nos oito anos do Governo Fernando Henrique, foi de 58 mil e 506 empregos formais, e não de apenas oito mil, como tolamente diz Lula e como, mentirosamente, afirmou Palocci. Muito bem, solicito que este documento seja inscrito nos Anais porque ele desmascara toda essa mentira. E estou aguardando que o Ministro Palocci se desminta ou me terá como adversário daqui para frente.

Se a Presidência me permitir conceder um aparte ao Senador Eduardo Suplicy será uma imensa honra.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> tem a permissão.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ouço o aparte do Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, primeiro, acho importante a sua observação em relação à atitude que considerou positiva do Ministro Palocci de estar concedendo a entrevista à imprensa, de uma maneira que eu próprio venho recomendando ao Governo, às autoridades do PT que falem da forma mais sincera e respondendo a todas as perguntas. O fato de o Ministro ter se disposto a ouvir os jornalistas por duas horas e vinte minutos aproximadamente, respondendo a três, quatro perguntas, não deixando qualquer delas sem resposta é uma atitude de Líderes, da Oposição inclusive, que considero muito positiva. Com respeito à observação de V. Ex<sup>a</sup> sobre o Prefeito que antecedeu o Ministro no último mandato, o Prefeito Luiz Roberto Jábali, ressalto que o próprio Ministro Palocci fez questão de dizer que o fato de ter a Prefeitura, na gestão Jábali, feito o contrato, ele ressaltou, não constitui qualquer indício...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu vou mostrar o preço do serviço de coleta de lixo em cada uma das três gestões, para que se veja onde estava o prejuízo.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Ele ali realçou que houve um contrato feito na Administração anterior e que não houve qualquer procedimento de incorreção.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não, ele disse assim: “Não chego a dizer que...” Ele foi sibilino. Eu quero que ele se retrate disso, até porque a acusação de corrupção foi feita contra Palocci pelo Sr. Buratti. Não houve acusação alguma contra o Sr. Já-bali. Eu exijo que o Ministro se retrate, sob pena de ele perder a minha boa-vontade e passar a me ter como adversário nesta Casa a partir de amanhã.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Eu quero transmitir a V. Ex<sup>a</sup> que minha percepção foi de que o Ministro Palocci ressaltou que não houve qualquer...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não para o meu gosto. Para o meu padrão de exigência, não.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – ...irregularidade na administração anterior com relação àquele contrato. Mas respeito o seu ponto de vista.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito obrigado.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Somente quero aqui transmitir a minha percepção. Com respeito...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Quanto à mentira estatística...

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Com respeito à criação de emprego no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e no Governo atual, do Presidente Lula, eu acho que aqui poderemos perfeitamente examinar os dados, uma vez que as informações que reiteradamente têm sido expostas pelos Ministros do Trabalho – antes pelo Ministro Berzoini e atualmente pelo Ministro Luiz Marinho e pelo Presidente Lula – são de que houve um crescimento muito acentuado da criação de empregos no mercado formal.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Mentira deles! Estão mentindo os três, Senador.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> está trazendo dados...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Dados estatísticos. Os três estão mentindo.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Dados estatísticos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Todos os três são mentirosos. Estão mentindo os três.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Então, eu tenho a convicção de que essa informação pode ser, com muita limpidez, examinada. Eu mesmo quero conhecer os dados que V. Ex<sup>a</sup> está examinando e me comprometo, amanhã, a trazer a informação precisa,

consultados o Ministro do Trabalho e o Ministro Palocci a respeito da informação que V. Ex<sup>a</sup> aqui trouxe.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito obrigado.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Mas para que haja a comparação devida, uma vez que o nosso objetivo, meu e de V. Ex<sup>a</sup>, mesmo num Governo antes do PSDB e do PFL e hoje do Partido dos Trabalhadores, é de que haja o aumento o mais significativo possível das oportunidades de emprego. E tantas vezes aqui as decisões são não apenas do Executivo, mas nossas, do Congresso Nacional, para propiciar programas que busquem melhorar as oportunidades de emprego.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, pediria brevidade para o orador concluir. Assim, o aparte fica maior do que o pronunciamento.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Só quero, então, registrar o meu compromisso de colaborar para a elucidação completa dessas informações.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito obrigado.

Deixe-me ser mais objetivo agora e vou matar a cobra e mostrar o pau literalmente. Vamos lá!

Senador Eduardo Suplicy, peço a V. Ex<sup>a</sup> que preste atenção nisto: se eu estiver errado, se o Governo Fernando Henrique Cardoso só gerou, em média, oito mil empregos por mês, durante os oito anos, renunciarei ao meu mandato. Se o Presidente Lula estiver mentindo, Sua Excelência renunciará ao dele. Está feito aqui o repto, o desafio. Um de nós dois está mentindo. Eu digo que Sua Excelência está mentindo e Sua Excelência diz que meus números não são verdadeiros. Se o Presidente tem razão, renuncio ao meu mandato de Senador, recém-conquistado. Se o Presidente está mentindo, renuncia a esse seu cambaleante mandato que está no final. Está feito o repto. Vamos lá!

Não estou querendo ouvir Ministro do Trabalho nenhum. Estou querendo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que fui buscar dados na Rais – V. Ex<sup>a</sup> deve saber o que é, Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho – e no Pnad. São os números que orientam investidores, empresários e quem busca nas estatísticas as verdades da economia brasileira.

Então, estou dizendo que, se o Presidente Lula quiser continuar brincando de dizer oito mil ou cinco mil, poderá falar à vontade. Eu não sou mentiroso. Se eu estiver com dados errados, renunciarei ao meu mandato de Senador, recém-conquistado com a maior legitimidade. Se o Presidente Lula estiver mentindo, em contrapartida – é só me dizer que topa –, renunciará a este cambaleante mandato dele. Portanto, exijo que o

Ministro Antonio Palocci não minta. O Presidente Lula pode brincar em comício, porque é irrelevante. Agora, não julgo o meu mandato irrelevante, nem considero irrelevante o Ministro Antonio Palocci. Até por respeito a S. Ex<sup>a</sup>, estou lhe dizendo que ou ele desmente e eu continuo olhando com boa vontade dando-lhe o benefício de dúvida, ou vou achar que eu estou lhe dando com um mentiroso qualquer, um mentiroso vulgar, porque quem mente em estatística mente no resto, e quem mente em estatística mente na ética, e quem mente na ética mente em estatística, e quem mente em ética e estatística mente em tudo.

Portanto, aqui está de maneira bem simples e vou repetir: se eu estiver errado, eu renuncio ao mandato de Senador, que recentemente conquistado. Se o Lula tiver razão e o Governo Fernando Henrique só tiver criado oito mil empregos por mês, ele renuncia ao que a gente ainda chama de mandato dele. Mais ainda tenho aqui os números... Oito mil empregos por mês dão 96 mil por ano – estou falando agora para o lutador social que V. Ex<sup>a</sup> sempre foi –, multiplicado por oito anos, então Fernando Henrique teria gerado apenas 768 mil empregos entre formais e informais ao longo de oito anos. Teria havido uma guerra civil, Senador Eduardo Suplicy, teria havido uma comoção social, teria havido um quadro de quebra-quebra na rua, teria havido um quadro de insurreição popular, porque isso significaria literalmente o caos social no País, ou seja... Eu estou farto das mentiras desse Governo e pensei que a elas não pudesse aderir a única figura que merecia a minha fé e a minha confiança, tendo em vista o que dizia e o que representava. Até ontem, eu representei bem o meu papel de Líder equilibrado que queria que a Bolsa abrisse serenamente hoje. A Bolsa assim abriu hoje. Eu exijo que o Ministro Antonio Palocci explique isso, sob pena de eu voltar à carga do jeito que sei, do jeito que a minha consciência está pedindo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o melhor da coletiva do Ministro da Fazenda na tarde de ontem é que Palocci trouxe alguma tranqüilidade para o mercado.

Desde logo, foram favoráveis as manifestações de segmentos representativos da sociedade brasileira, como informam os jornais de hoje.

Ao Mercado as primeiras explicações de Sua Excelência também agradaram. A Bolsa abriu com otimismo, ainda não sei como fechou.

Isso não quer dizer que o episódio esteja superado. Houve o que era necessário: um crédito de confiança no Ministro.

Isso é positivo.

O que a Nação espera é que as negativas de Palocci sejam devidamente provadas.

Se vierem a inocentá-lo, tanto melhor.

Que as investigações sejam aprofundadas para não deixar dúvidas sobre a lisura da administração Palocci à frente da Prefeitura de Ribeirão Preto, que foi o seu trampolim para conduzir a economia nacional.

Deste Plenário, jamais situei o Ministro no mesmo degrau dos demais integrantes da equipe de Lula, i.é. de um Governo que já morreu.

O episódio Buratti/Palocci, que a Revista **Veja** chama de República de Ribeirão Preto, resvalou no Ministro e o que agora se espera é que tudo se apure. Tim-tim por Tim-tim.

Por exemplo, surpreendeu-me muito a forma como o Ministro poupou o acusador.

Quem ouviu ou quem leu as declarações de Palocci saiu convencido de que, em momento algum o Ministro desqualificou o denunciante.

E mais, que ouviu ou leu, ficou convencido de que, em nenhum momento o Ministro definiu que providências tomaria, no âmbito judicial, contra o seu acusador.

Entre acusador e acusado, a Nação certamente prefere ficar com Palocci. E aqui é que entra a preliminar que pede a apuração rigorosa de tudo.

Há muita nebulosidade nessa história da República de Ribeirão Preto.

Leio no blog do Prefeito César Maia, do Rio de Janeiro, a seguinte nota:

“Domingo, Agosto 21, 2005

**EXCLUSIVO !**

Palocci acaba de mentir que não fez a licitação do “Lixo”! Fez, para o Aterro e para a coleta do lixo reciclável e da Saúde. (Aliás manter ou prorrogar lixo é jogo mais pesado em prefeituras). Ganhou a Leão Leão! R\$41 milhões ! Leia abaxo.

Nesses adendos, há a reprodução da dança e das contra-danças dos editais de licitação para a coleta de lixo em Ribeirão Preto.

Basta esclarecer, como parece pretender o Ministro.

Vamos aguardar.

De outro lado, se é positivo um crédito de confiança para que o Ministro se explique, para o Governo Lula, infelizmente, já não há o que fazer.

Ele, o seu Governo e o PT perderam definitivamente a credibilidade.

Essa é a sensação das pessoas de bom senso, como Plínio de Arruda Sampaio, que pretende com correr à presidência do partido.

Na abertura de longa entrevista com o ilustre homem pública, a própria **Folha de S. Paulo**, o apresenta como o ainda petista Plínio de Arruda Sampaio.

Estou anexando esta entrevista a este pronunciamento, juntamente com outras notícias sobre a crise gerada pelo Governo do Quatriênio Perdido.

Abro o desfile das notícias com o artigo da escritora Lya Luft, na Revista *Veja* desta semana.

A leitura desse artigo da renomada escritora leva o brasileiro a uma sensação de vazio diante do descalabro desse Governo que aí está.

A sensação é de desalento, mas Lya ainda crê no renascimento do Brasil, como uma fênix. E dá a receita, que coincide com a necessidade de apuração das irregularidades do Governo petista do Presidente Lula. Diz ela:

Não nos iludamos com alguns números da economia nem com os sorrisos da elite do poder. Estamos pó baixo, e, se não aproveitarmos a ocasião para graves mudanças, seremos o subpovo de um subpaís, digno de piedade.”

Lya Luft, **Veja**, edição com data de capa de 24/08/05.

Encerro, Sr. Presidente, com um conselho ao Presidente Lula. Na semana passada, eu já o havia aconselhado a imitar aquela personagem do filme de Tom Tykwer *Corra Lola, corra*. Assim como ela, que tinha menos de uma hora para conseguir 100 mil dólares e evitar que seu namorado fosse morto, Lula é que agora precisa correr. E muito.

Corra, Lula, corra. Siga o exemplo de Palocci, convoque a imprensa e explique tudo. Não fique dando essa de bonzinho, de quem nada sabe. Conte tudo, explique a história dos 29 mil da dívida com o PT.

Corra, Lula, corra. Explique-se.

Antes que seja tarde. (Lya Luft)

As outras notícias.

REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/01

Objeto: Operação e Manutenção do Aterro Sanitário, Implantação, Operação e Manutenção da Unidade de Tratamento dos Resíduos Sólidos Oriundo do Serviço de Saúde, Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Oriundo do Serviço de Saúde e Serviço de Coleta e Transporte do Lixo Reciclável.

Diário Oficial do Município

Quinta-feira, 07 de Fevereiro de 2002

DAERP

Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto

EDITAL DE ADJUDICAÇÃO

Isabel Fátima Bordini, Diretora Superintendente do Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto – DAERP, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, HOMOLOGA o julgamento da Comissão de Licitação e ADJUDICA o objeto da Concorrência Pública: C.P. 001/01 À FIRMA:LEÃO & LEÃO LTDA. no valor total de R\$ 41.650.052,20, no período de 60 meses.

Ribeirão Preto, 06 de fevereiro de 2002

ISABEL FÁTIMA BORDINI Diretora Superintendente DAERP

Domingo, Agosto 21, 2005

From Ribeirão Preto,... With Love !

Mais sobre lixo & licitações. Palocci mentiu ! Ver nota anterior.

Essa licitação ganha pela Leão Leão teve a abertura dos envelopes adiada 3 vezes para “ reavaliação do edital”. Especialistas em licitações, dizem que é uma medida típica para criação de alterações restritivas da competitividade, a partir do conhecimento das empresas que retiraram o edital.

DAERP Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto

EDITAL REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/01

Objeto: Operação e Manutenção do Aterro Sanitário, Implantação, Operação e Manutenção da Unidade de Tratamento dos Resíduos Sólidos Oriundo do Serviço de Saúde e Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos e do lixo reciclável.

O Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto – DAERP, torna público que, em decorrência da retificação parcial do edital, as propostas serão recebidas até às 13:30 horas do dia 21 de agosto de 2001 na Seção de Protocolo do DAERP (Rua Amador Bueno nº 22) e a abertura dar-se-á às 14:30 horas do mesmo dia no Auditório Planeta Água do DAERP (Rua Paraíba nº 39). ...

Ribeirão Preto, 11 de julho de 2001

ISABEL FÁTIMA BORDINI Superintendente – DAERP

EDITAL REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/01

Objeto: Operação e Manutenção do Aterro Sanitário, Implantação, Operação e Manutenção da Unidade de Tratamento dos Resíduos Sólidos Oriundo do Serviço de Saúde e Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos e do lixo reciclável.

O Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto – DAERP, torna público que a data da abertura das propostas prevista para o dia 16/07/01, foi suspensa temporariamente para reavaliação do edital.



Comunica ainda, que futuramente elegerá a nova data para abertura dos mencionados envelopes.

Ribeirão Preto, 11 de julho de 2001

ISABEL FÁTIMA BORDINI Superintendente DA-ERP

EDITAL REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/01

Objeto: Operação e Manutenção do Aterro Sanitário, Implantação, Operação e Manutenção da Unidade de Tratamento dos Resíduos Sólidos Oriundo do Serviço de Saúde, Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Oriundo do Serviço de Saúde e Serviço de Coleta e Transporte do Lixo Reciclável.

O Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto – DAERP, torna público que a data de entrega e abertura das propostas prevista para o dia 21/08/01, foi suspensa temporariamente para reavaliação do edital.

Comunica ainda, que futuramente elegerá a nova data para recebimento e abertura dos mencionados envelopes.

Ribeirão Preto, 17 de agosto de 2001

SRAEL LAURINDO BORGES Pres. da Comissão de Licitação

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Ex-assessor é poupado em entrevista

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Autor da denúncia que ameaça o cargo do ministro da Fazenda, Rogério Buratti não mereceu ataques do antigo chefe. Antonio Palocci Filho atribuiu a atitude de seu ex-assessor, que tratou pelo primeiro nome em alguns momentos, à pressão do Ministério Público pela delação premiada.

“Não esperava por isso, que o Rogério Buratti fizesse uma coisa dessas. Agora, eu compreendo a situação em que ele foi colocado. Os motivos que o levaram a falar isso eu não conheço”, disse Palocci.

Como na nota oficial divulgada na última sexta, as críticas do ministro foram centradas nos promotores: “Em condições de completo constrangimento, se oferece à pessoa o dispositivo da delação premiada, promotores divulgam as declarações antes que elas se concluem e divulgam uma fita do depoimento”.

Palocci disse não ser mais amigo -nem inimigo- de Buratti, que deixou, a pedido, o cargo de secretário de Governo de Ribeirão Preto, em 1994, após a divulgação, pela Folha, de uma fita em que discutia

propina com um empreiteiro. Por essa razão, não se sentiria “traído” pelo ex-assessor.

Embora tenha declarado estar afastado de Buratti desde o episódio, Palocci relatou que suas mulheres e seus filhos mantêm relações de amizade. Disse que, nos últimos anos, esteve na casa do ex-assessor por duas ou três vezes, assim como também o recebeu em algumas ocasiões.

O último contato teria sido em 2003. O ministro admitiu que pode ter falado com Buratti por telefone naquele ano, apesar de não se lembrar da conversa.

A quebra do sigilo telefônico do ex-assessor revelou três telefonemas para a casa de Palocci. Há dez dias, nota da Fazenda disse que “foram provavelmente tentativas de contatos que não prosperaram”. Já Buratti afirmou ter tratado com o ministro de assuntos de “caráter pessoal”.

“Posso ter me esquecido de um telefone ou outro. Agora, eu digo, eu me encontrei com o Rogério algumas vezes, em encontros de caráter pessoal, ou em eventos políticos ou empresariais da cidade de Ribeirão Preto, mas jamais mantive relações profissionais ou relações de qualquer ambiente de negócios com o Rogério Buratti”, disse Palocci.

Palocci também cuidou de responder a uma reportagem do jornal **O Estado de S. Paulo** que listou nove ex-auxiliares seus na Prefeitura de Ribeirão Preto hoje alojados em cargos no governo federal, além de sua mulher, Margareth, empregada na Fundação Nacional de Saúde.

O ministro disse que montou sua equipe com critérios técnicos, e os poucos auxiliares “de confiança” trazidos da prefeitura não estão ligados a decisões de política econômica. Entre eles está seu chefe-de-gabinete, Juscelino Dourado, de quem Buratti é amigo e padrinho de casamento.

Ministro omitiu contrato com Leão & Leão

Ministro omitiu contrato com Leão & Leão Evandro Spinell Especial para **O Globo** Ribeirão Preto, SP. A Prefeitura de Ribeirão Preto mantém dois contratos para os serviços de limpeza pública com a empresa Leão & Leão, que foi presidida por Rogério Buratti, ex-assessor do ministro Antonio Palocci. Um desses contratos foi assinado em 2002, na gestão do então prefeito Palocci. Na entrevista coletiva concedida ontem em Brasília, Palocci lembrou que o contrato foi assinado na gestão de seu antecessor, Luiz Roberto Jábali (PSDB), mas omitiu a existência de um segundo contrato com a Leão & Leão, este para manutenção do aterro sanitário e coleta de destinação de lixo hospitalar.

Para o prefeito do Rio, Cesar Maia, que ontem denunciou a existência do contrato para administração do aterro sanitário em seu blog, Palocci mentiu ao dizer

que em sua gestão não foi realizada licitação na área de lixo. Cesar Maia divulgou cópia do segundo contrato, que foi assinado em fevereiro de 2002 pelo Daerp (Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto).

O atual prefeito de Ribeirão Preto, Welson Gasparini (PSDB), já criou uma comissão para elaborar o edital de uma nova licitação para os serviços de coleta de lixo e varrição de ruas. O atual contrato vence em novembro deste ano.

Na entrevista de ontem, Palocci se referiu apenas a mais um contrato, este assinado sem licitação com a empresa Leão & Leão para coleta de galhos de árvores após um temporal na cidade. Ele explicou que o contrato, no valor de apenas R\$140 mil, foi celebrado em caráter de emergência por causa das chuvas, e por isso não houve licitação.

Após derrota de petista, queda de R\$500 mil no preço.

Palocci não fez referência ao contrato em vigor para o aterro sanitário. Ele explicou que o contrato para coleta de lixo, celebrado no mandato de seu antecessor, custa à Prefeitura de Ribeirão Preto R\$ 10 milhões por ano. À noite, assessores do ministro explicaram que, como o contrato para o aterro sanitário não estava sendo questionado pelos jornalistas, o ministro decidiu também não tocar no assunto.

Dados obtidos pelo O GLOBO mostram que o Daerp pagou mensalmente, até outubro do ano passado, R\$2,4 milhões pelos serviços prestados pela Leão Ambiental. A partir de novembro, coincidentemente depois da derrota do candidato petista à prefeitura, Gilberto Maggioni, o valor caiu para R\$ 1,9 milhão – R\$ 500 mil a menos.

Esse valor mensal tem se mantido até hoje, apesar de terem sido incorporados ao contrato os serviços de uma frente de trabalho e de ter havido um aumento em julho deste ano de cerca de 10% nos valores pagos, percentual equivalente à inflação dos 12 meses anteriores.

Na sexta-feira, Buratti, que foi secretário de Governo de Ribeirão Preto na primeira gestão de Palocci na prefeitura (1993-96), afirmou em depoimento à Polícia Civil e ao Ministério Público que o ministro, durante seu segundo mandato, recebia propina de R\$50 mil por mês para manter os contratos de lixo.

Além de ter sido assessor de Palocci, Buratti era, no período em que a propina teria sido paga, diretor do grupo Leão & Leão. Ele ocupou vários cargos na empresa, inclusive o de presidente da Leão Ambiental e de vice-presidente do grupo.

### **Segundo Polícia Federal, país lavou US\$ 78 bilhões em 7 anos**

3h50 – De Vannildo Mendes, em O Estado de S. Paulo: “Laudos periciais do Instituto Nacional de

Criminalística (INC), da Polícia Federal, revelam que a rede brasileira da lavagem de dinheiro movimentou US\$ 78 bilhões entre 1996 e 2003. A cifra resulta do total de transações rastreadas na quebra de sigilo de instituições com envolvimento comprovado no esquema. Investigações da CPI dos Correios constataram que o empresário Marcos Valério de Souza, o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares e o publicitário Duda Mendonça se serviram desse esquema para mandar recursos para fora do País e administrar uma parte significativa do caixa 2 do partido.”

### **Lula não merece reeleição, diz Plínio de Arruda Sampaio**

3h41 – Na Folha, Catia Seabra entrevista Plínio de Arruda Sampaio, um dos candidatos da esquerda à presidência do PT. Leia a abertura do texto: “Ao lado da leal Marieta, com quem é casado há 50 anos, o ainda petista Plínio de Arruda Sampaio guarda a cópia de uma convocação assinada pelo hoje presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em julho de 1997. O documento convida os petistas a discutir um debate proposto por Plínio: ‘a da candidatura para valer e não para ganhar’. Num vôo ao Espírito Santo, Plínio defendeu que Lula usasse sua candidatura em 1998 para difundir os ideais socialistas, sem recorrer ao marketing. A proposta foi enterrada na reunião de 21 de julho de 1997. Para Plínio, esse foi o marco do pragmatismo que levou à transformação do PT ‘numa poderosa máquina eleitoral’. Hoje candidato à presidência do PT com o apoio da pequena APS (Ação Popular Socialista), Plínio diz que o governo Lula prestou um desserviço à esquerda no país (‘Lula é refém do poder’) e avisa que não apoiará a reeleição do presidente. Plínio admite até a possibilidade de deixar o partido, dependendo do resultado da eleição interna no mês que vem. Exibindo, em esmaecido papel, o original de um texto seu de 1963 como prova de que as demandas sociais e o discurso são os mesmos, o PT é que mudou, Plínio deu entrevista no jardim de sua casa.”

### **ONG que foi fundada por Lula recebe dinheiro do Sebrae**

3h36 – De Laura Capriglione, na Folha: “O Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), presidido por Paulo Okamoto, amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva desde os tempos do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, firmou, no início deste ano, uma parceria com o Instituto Cidadania, ONG ligada ao Partido dos Trabalhadores e fundada pelo próprio Lula em 1990, na qual Paulo Okamoto segue figurando como membro do Conselho Fiscal. O Cidadania liderou a elaboração do programa de governo de Lula para as eleições de 2002. Segundo

o coordenador executivo do Instituto Cidadania, Paulo Vannuchi, a parceria envolve orçamento de R\$ 2,4 milhões (50% a cargo do Sebrae e 50% do Instituto Cidadania). A verba serviria para materializar o Projeto Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local. No material de divulgação, lê-se: ‘O Projeto pretende sistematizar uma avaliação abrangente das (...) iniciativas de desenvolvimento local (...) buscando melhorar as condições de vida e produtividade com dinâmicas próprias, a partir de município, bairro ou região, sem esperar soluções que venham de cima.’”

#### **Cresce indício de que dinheiro na cueca vinha de propina**

3h32 – Da Folha: “O ex-dirigente petista José Adalberto Vieira da Silva, flagrado em julho com R\$ 200 mil numa mala e US\$ 100 mil na cueca ao tentar embarcar de São Paulo para Fortaleza, já havia estado outras duas vezes na capital paulista neste ano. Nas duas ocasiões, em 23 de maio e em 3 de junho, trocou telefonemas com suspeitos de um esquema de propina. Esses suspeitos são Kennedy Moura, então assessor especial do BNB (Banco do Nordeste do Brasil), e algum funcionário da empresa Cavan. A Cavan pertence à Alusa, integrante do consórcio STN (Sistema de Transmissão Nordeste), que no ano passado conseguiu uma concessão para construir e explorar rede de transmissão elétrica, com financiamento de R\$ 300 milhões do BNB. Investigações da Polícia Federal e do Ministério Público indicam que o dinheiro encontrado com Adalberto pode ser de propina pelo favorecimento do consórcio.”

#### **Militares estão apreensivos e vêem problemas para reeleição**

3h29 – De Eliane Cantanhêde, na Folha: “As Forças Armadas acompanham a crise política com muita preocupação e com a avaliação de que é importante para a democracia manter o presidente Luiz Inácio Lula da Silva até o fim do mandato, mas falar em reeleição é considerado quase uma afronta. Motivo: ele não teria mais apoio da opinião pública qualificada e teria de mobilizar perigosamente as massas. O governo, como teme a cúpula militar, poderia ficar ‘refém do MST’ (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Conforme a Folha apurou, os comandos e os órgãos de inteligência de Exército, Marinha e Aeronáutica mantêm contatos assíduos, às vezes até diários, para acompanhar a crise. Os comandantes têm, inclusive, um telefone exclusivo para uso entre os três, com misturador de voz. As críticas ao PT e ao governo são cada vez mais abertas, mas a intenção não é intervir de nenhuma forma e, sim, monitorar principalmente as intenções de dois personagens centrais: o ex-ministro José Dirceu e o MST. O temor é que, fragiliza-

do politicamente, Dirceu aja com a ‘alma guerrilheira’, da qual os militares acham que ele nunca se libertou. Ou seja, articule uma reação de massas para segurar Lula e o governo, provocando confrontos de proporções incertas. Quanto ao MST, a inteligência militar vê com desconfiança seus principais líderes, como João Pedro Stedile, estarem reclusos e articulando apenas nos bastidores.”

#### **Promotor diz que Buratti quer dar nomes do esquema**

3h25 – A Folha de S.Paulo publica entrevista concedida pelo promotor Aroldo Costa Filho, um dos seis que atuam nas investigações sobre as licitações de lixo em prefeituras paulistas. Eis a abertura da entrevista, feita por Rubens Valente, Mario Cesar Carvalho e Rogério Pagnan: “O advogado Rogério Buratti quer depor novamente na CPI dos Bingos, em Brasília, para ‘nominar’ pessoas que tiveram participação em suposto esquema para renovação do contrato de R\$ 650 milhões da Caixa Econômica Federal com a multinacional de informática GTech. A informação foi prestada pelo próprio Buratti aos promotores de Ribeirão Preto (SP), após o depoimento em que acusou, na última sexta-feira, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, de receber R\$ 50 mil mensais da empresa de lixo Leão Leão para ajudar no caixa dois da direção nacional do PT, ao tempo de sua segunda gestão como prefeito de Ribeirão Preto (2000-2002). Um dos seis promotores que atuam no caso, Aroldo Costa Filho, 42, 15 anos de Ministério Público, disse que o grupo não se sente ‘intimidado’ com a acusação do Ministério da Fazenda, de que romperam normas ao divulgar o depoimento de Buratti, e que as investigações ‘vão continuar’. Costa Filho, que não é filiado a partido político e não vota há mais de dez anos, falou à Folha antes da entrevista coletiva de Palocci, ontem, em Brasília. O promotor disse que há indícios de que Buratti e Palocci continuaram ‘ligados implicitamente, por baixo do pano’.”

#### **Globo diz que Palocci “omitiu contrato com Leão & Leão”**

2h52 – De Evandro Spinelli, de Ribeirão Preto, em O Globo: “A Prefeitura de Ribeirão Preto mantém dois contratos para os serviços de limpeza pública com a empresa Leão & Leão, que foi presidida por Rogério Buratti, ex-assessor do ministro Antonio Palocci. Um desses contratos foi assinado em 2002, na gestão do então prefeito Palocci. Na entrevista coletiva concedida ontem em Brasília, Palocci lembrou que o contrato foi assinado na gestão de seu antecessor, Luiz Roberto Jábali (PSDB), mas omitiu a existência de um segundo contrato com a Leão & Leão, este para manutenção do aterro sanitário e coleta de destinação de lixo hospitalar. Para o prefeito do Rio, Cesar Maia, que ontem



denunciou a existência do contrato para administração do aterro sanitário em seu blog, Palocci mentiu ao dizer que em sua gestão não foi realizada licitação na área de lixo. Cesar Maia divulgou cópia do segundo contrato, que foi assinado em fevereiro de 2002 pelo Daerp (Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto). (...) Palocci não fez referência ao contrato em vigor para o aterro sanitário. Ele explicou que o contrato para coleta de lixo, celebrado no mandato de seu antecessor, custa à Prefeitura de Ribeirão Preto R\$ 10 milhões por ano. À noite, assessores do ministro explicaram que, como o contrato para o aterro sanitário não estava sendo questionado pelos jornalistas, o ministro decidiu também não tocar no assunto. Dados obtidos pelo O GLOBO mostram que o Daerp pagou mensalmente, até outubro do ano passado, R\$ 2,4 milhões pelos serviços prestados pela Leão Ambiental. A partir de novembro, coincidentemente depois da derrota do candidato petista à prefeitura, Gilberto Maggioni, o valor caiu para R\$ 1,9 milhão – R\$ 500 mil a menos.”

#### **Procurador-geral paulista contradiz ministro sobre Ribeirão**

2h47 – Enquanto o chefe do Ministério Público federal, o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, criticou os promotores paulistas, o superior hierárquico destes, o procurador-geral de Justiça de São Paulo saiu em defesa deles e confirmou a existência de fraudes em licitações em Ribeirão, contradizendo o ministro Antonio Palocci. De Fausto Macedo, no Estadão: “O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Rodrigo César Rebello Pinho, afirmou ontem que o Ministério Público Estadual já reuniu ‘fartas provas’ sobre fraudes em licitações da prefeitura de Ribeirão Preto, ‘inclusive com relação à gestão do ministro Palocci’. Pinho disse que a promotoria identificou ‘conluio entre os licitantes para favorecer uma determinada empresa; faziam (os empresários) ajuste para saber qual seria o escolhido, por qual preço’. Segundo o procurador-geral, o esquema também vigorou em outros municípios da região – ele citou Matão, Seritãozinho e Monte Alto. ‘O conluio ocorreu em diversas gestões, inclusive a do ministro’, reiterou o chefe do Ministério Público paulista. ‘Estamos investigando um megaesquema de fraude na licitação do lixo que envolve diversos municípios.’ Pinho declarou que a instituição que dirige ‘continua atuando de forma segura e independente’. Ele disse que o Ministério Público ‘não tem medo de Palocci’. (...) Ressaltou que ‘não existe prova documental’ em relação a suposto envolvimento direto de Palocci em licitações fraudulentas em Ribeirão. Mas reafirmou ‘que em relação à gestão dele (Palocci) existem evidências.’”

#### **Jornais ressaltam continuidade da política econômica**

2h53 – Tanto o Estado de S. Paulo quanto O Globo deram destaque especial para a promessa de manutenção da política econômica. “Palocci: política econômica é sólida”, registrou o diário fluminense. “‘Nunca ouvi o presidente falar em guinada na economia’, diz ministro”, anotou o Estadão. No primeiro: “O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, afirmou ontem que a política econômica não vai mudar, apesar do seu envolvimento na crise. Num discurso calculado para acalmar o mercado financeiro e o setor produtivo, disse que os fundamentos da política econômica são sólidos e não dependem de pessoas, e sim das instituições. ‘Estou muito seguro de que esse processo, atinja a quem atingir, não colocará os pilares e os fundamentos da economia em risco.’” No segundo: “Os rumos da economia não mudam, assegurou ontem o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. A crise política, disse ele, não será pretexto para enfraquecer as linhas da política econômica, tão criticada dentro do próprio governo. ‘Nunca ouvi o presidente Lula falar em guinada na economia’, afirmou. De outro lado, a crise também não será motivo para tornar o remédio ainda mais amargo.”

#### **Berzoini defende saída de Dirceu de chapa. E Palocci?**

22h50 – Ricardo Berzoini concedeu entrevista a Cristiana Lobo, da GloboNews, e expôs uma opinião que pode ser entendida como uma atitude de aplicar dois pesos e duas medidas: um para Antonio Palocci ou outro para José Dirceu. O secretário-geral do PT defendeu, mais uma vez, que os envolvidos nas acusações se retirem da chapa do Campo Majoritário que concorre para o Diretório Nacional do partido. Diante da pergunta da repórter, que mencionou o ex-ministro e deputado José Dirceu, o secretário-geral do partido afirma que, na sua opinião, todos os envolvidos deveriam se retirar e ressalta que isso não significa um pré-julgamento dos implicados. Ora, mas e Antonio Palocci? A rigor, ele e José Dirceu estão na mesma situação. Alguém que diz ter conhecimento de um determinado esquema de corrupção porque participava dele fez uma acusação que os implica. No caso de Dirceu, foi o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), cujas declarações têm sido comprovadas pelas investigações feitas a até agora. No de Palocci, as acusações partiriam de Rogério Burratti, um ex-assessor que conhecia pelos dois lados o esquema que denunciou – foi secretário de Governo da Prefeitura de Ribeirão Preto e executivo da empresa Leão Leão, que fazia o pagamento das propinas. Há duas diferenças entre os dois casos. A primeira é o estágio das investigações. Mas, antes das apurações,



ninguém pode assegurar que o que disse Buratti é falso. A segunda diferença é de atitude: apesar de ter levado dois dias para falar, Palocci prestou esclarecimentos até com rapidez, considerando o tempo que Dirceu levou para se manifestar sobre as acusações que já lhe foram feitas. – Fábio Santos

### **Palocci cita Sarney e FHC e mostra que existe o pré-Lula**

21h05 – O PT não suporta o governo do PT. No Congresso, onze em cada dez petistas adoram subir à tribuna para dizer que o governo Fernando Henrique Cardoso endividou o país como nenhum outro. Costumam dizer que FHC pegou a dívida em R\$ 60 bilhões e entregou-a ao governo Lula em mais de R\$ 700 milhões. Na entrevista deste domingo, ao dizer que os avanços na condução da economia já vêm de outros governos, Palocci citou, a título de exemplo, o governo Sarney (1985-1990) – por ter acabado com a conta movimento no Banco do Brasil e ter criado a Tesouro Nacional – e o governo FHC por ter feito a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e os “contratos com os Estados e municípios”. Ao falar dos “contratos”, Palocci referia-se à federalização das dívidas de Estados e municípios, o que significa que, no cômputo geral da dívida pública mobiliária federal, de cada R\$ 100 dessa dívida R\$ 85 são os papagaios renegociados com os governos estaduais e municipais, reconhecimento de “esqueletos” e saneamento do sistema financeiro. Alguém precisa avisar do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) disso ou encaminhar ao gabinete dele a íntegra da entrevista de Palocci. A conta movimento, que acabou em janeiro de 1986 (governo Sarney), era uma espécie de cheque especial, no BB, em que o Banco Central sacava sem limites para contabilizar as operações de interesse do governo federal. O líder do PSDB na Câmara, deputado Alberto Goldman (SP), destacou assim esse ponto da entrevista do ministro da Fazenda: “Só o Lula é que acha que a história do Brasil começou com ele.” – RN

### **Delação premiada: fazendo tempestade em copo d’água**

21h01 – O sistema da delação premiada virou alvo de críticas do PT e de uma boa parte dos ministros do governo Lula. A maioria dos críticos diz que é preciso tomar cuidado porque criminosos podem inventar fatos e dramatizar situações denunciadas, envolvendo terceiros, para tentar convencer mais facilmente as autoridades a lhes conceder o benefício da redução da pena. É um raciocínio que conduz à inércia e só reconforta quem está ameaçado pelas denúncias. Nem o Ministério Público nem a Justiça concedem redução de pena a quem fez denúncias que não foram comprovadas. Pelo contrário: se alguém mentir, no intuito de

conseguir mais facilmente a delação premiada, o que ele vai ganhar é o aumento da punição. Estão fazendo tempestade em copo d’água. – RN

### **Palocci tentou esquecer Berzoini e o PT, mas não foi possível**

18h52 – Na entrevista coletiva, neste domingo, as últimas perguntas foram da jornalista Délis Ortiz, da TV Globo. Ela perguntou se o ministro achava que o mercado ia se acalmar e por que as lideranças do PT não o defenderam, na sexta-feira, quando surgiram as primeiras informações sobre as denúncias feitas por Rogério Buratti. Perguntou, também, como ele recebera a cobrança dura do deputado e ex-ministro Ricardo Berzoini, que pediu explicações e disse que ninguém era insubstituível no governo Lula. Palocci deu uma longa resposta sobre a economia e os mercados, tratou das licitações públicas na prefeitura de Ribeirão Preto, disse que a imprensa não deve deixar de publicar aquilo que desagrade ao governo, mas que os jornais também não podem repetir o que as revistas escrevem sem apurar se os fatos são ou não verdadeiros. Exemplificou: “Está virando verdade a história de que eu mandei comprar um aparelho de escuta [para fazer grampos telefônicos]. O único aparelho de escuta que eu tenho é um estetoscópio porque eu sou médico.” A assessoria de imprensa deu por encerrada a entrevista, Palocci levantou-se, começou a se despedir, mas Délis Ortiz cobrou: “Ministro, e a resposta sobre Berzoini e o PT?”. Palocci retornou à cadeira e não escondeu que gostaria de esquecer Berzoini e o PT. “Como diz Freud, não existe ato falho. Talvez eu tenha fugido inconscientemente da pergunta”, começou a responder o ministro. Disse que o PT está em situação difícil e que não tem motivos para responder nem às cobranças de Berzoini nem às críticas que o presidente do PT, Tarso Genro, fez à política econômica. “Discordo, mas não vou atacar, pois entendo a situação deles”, disse o ministro. E acrescentou: “Berzoini foi duro, mas não foi ofensivo”. Palocci deu a entender que os dois estavam sendo duros para mostrar serviço e provar que não pactuam com a direção antiga do PT – Dirceu, Genoino, Delúbio e Silvio Pereira. – RN

### **Lula não sabe nada, mas Palocci garante que sabia de tudo**

18h30 – O repórter Fábio Ramalho, da TV Record, quis saber por que Palocci tinha tanta certeza de que ninguém na prefeitura de Ribeirão Preto cobrara propina dos contratos públicos. E emendou: “Se o senhor sabia se havia ou não corrupção na sua prefeitura, então o presidente Lula também deveria saber o que acontece no governo dele?”. Resposta do ministro: “Lula não tinha informação sobre essas coisas. De fato, não tomou conhecimento”. Palocci reafirmou

o que já dissera em nota oficial, que jamais fora alertado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) sobre o esquema do mensalão e que esteve sempre ao lado do presidente, desde as primeiras denúncias, e, por isso, pode garantir que Lula não sabia de nada. Outro jornalista, do portal IG, perguntou se o país, diante de tanta denúncia, chegará saudável a 31 de dezembro de 2006. “Não sei nós [se chegaremos saudáveis], mas o país está mais saudável com certeza.” – RN

### **Por que reclama Palocci do Ministério Público? Planalto usou informação privilegiada da PF para controlar Jefferson**

17h40 – O ministro Palocci reclamou do comportamento do Ministério Público Estadual e disse que vai mandar uma carta ao governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP) pedindo que as instituições do Estado de São Paulo se comportem com mais serenidade. Reclamou do fato de um procurador “vazar informações”, quando o depoimento de Rogério Buratti ainda não havia terminado, e da divulgação da fita de vídeo com a gravação desse depoimento. É líquido e certo o direito à reclamação, mas esse é um investimento sem maiores rendimentos para o ministro. Em primeiro lugar porque nenhum Ministério Público aceita admoestações de governos – até porque os procuradores são servidores do Estado, mas não pertencem a nenhum dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Em segundo lugar porque o processo em que Buratti é investigado não é sigiloso – quanto mais divulgação houver sobre o caso menor será a capacidade de manipulação por qualquer uma das partes. Em terceiro lugar, como bem deve lembrar o ministro Palocci, o governo Lula é mestre em usar informações privilegiadas da Polícia Federal: quando o ex-diretor dos Correios Maurício Marinho depôs pela primeira vez na PF, o governo não só soube antecipadamente que ele dissera que não conhecia o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) e que o acusara injustamente de comandar um esquema de corrupção na ECT, como até providenciou uma nota oficial da polícia com essas informações. Foi com essa informação que o então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, demoveu Jefferson, temporariamente, de assinar o requerimento para instalação da CPI dos Correios. – RN

### **Reação a fala de Palocci será avaliada em reunião no Torto; caso do contrato do lixo hospitalar já está na agenda da crise**

17h39 – O governo continua de prontidão e marcou uma nova reunião da cúpula do “gabinete da crise” para a noite deste domingo, na Granja do Torto, em Brasília. A idéia foi dar tempo para colher as primeiras reações ao pronunciamento e à entrevista do ministro Antonio Palocci (Fazenda), avaliar o momento

político e, muito provavelmente, tomar decisões que devem ser anunciadas já na manhã desta segunda-feira. Da reunião, no Torto, participarão o presidente Lula e os ministros Palocci, Dilma Rousseff (Casa Civil) e Jaques Wagner (Coordenação política). É possível que o ministro Márcio Thomaz Bastos (Justiça) e algumas lideranças políticas se juntem ao grupo. Pelo que informou o prefeito César Maia (PFL-RJ) no blog dele, o primeiro item da pauta da reunião desta noite já está decidido: por que o ministro Palocci disse que não fez a licitação do lixo de Ribeirão Preto, vencida pela Leão & Leão, no valor de cerca de R\$ 50 milhões (R\$ 10 milhões/ano em um prazo de cinco anos), mas escondeu ou esqueceu de contar à platéia de jornalistas que fez uma outra licitação para a coleta de lixo hospitalar, no valor de R\$ 41 milhões. Preferiu dizer que fizera apenas, na gestão dele, um contrato emergencial de R\$ 140 mil para uma operação especial de coleta de galhos e entulho depois que a cidade fora atingida por um vendaval. Por que o ministro Palocci lembrou do contratinho emergencial de R\$ 140 mil, mas não se lembrou do contrato de R\$ 40 milhões, que também foi vencido pela Leão & Leão? Ele fez questão de dizer, mais de uma vez, que o contrato de lixo fora licitado na gestão anterior. – RN

### **Cesar Maia diz em blog que ministro mentiu sobre licitação**

17h38 – O prefeito do Rio, Cesar Maia, tem um blog. Acompanhou a entrevista de Palocci com mais competência do que muito coleguinha por aí. Vejam o que está lá, que transcrevo abaixo. – Reinaldo Azevedo

#### **“EXCLUSIVO!**

Palocci acaba de mentir que não fez a licitação do “Lixo”! Fez, para o Aterro e para a coleta do lixo reciclável e da Saúde. (Aliás manter ou prorrogar lixo é jogo mais pesado em prefeituras). Ganhou a Leão Leão! R\$ 41 milhões!

Leia abaixo.

REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA 001/01 Objeto: Operação e Manutenção do Aterro Sanitário, Implantação, Operação e Manutenção da Unidade de Tratamento dos Resíduos Sólidos Oriundo do Serviço de Saúde. Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Oriundo do Serviço de Saúde. Serviço de Coleta e Transporte do Lixo Reciclável.. Diário Oficial do Município de Ribeirão Preto Quinta-feira, 07 de Fevereiro de 2002 DAERP Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto

EDITAL DE ADJUDICAÇÃO Isabel Fátima Bordini, Diretora Superintendente do Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto – DAERP, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, HOMO-

LOGA o julgamento da Comissão de Licitação e ADJUDICA o objeto da Concorrência Pública: C.P. 001/01 À FIRMA: LEÃO & LEÃO LTDA. no valor total de R\$ 41.650.052,20, no período de 60 meses. Ribeirão Preto, 06 de fevereiro de 2002 ISABEL FÁTIMA BORDINI Diretora Superintendente DAERP”

O endereço do blog de Maia é <http://cesarmaia.blogspot.com/>

### **Buratti: do gabinete de Dirceu para a prefeitura de Ribeirão**

17h15 – Sutilmente, na entrevista deste domingo, o ministro Palocci (Fazenda) apontou a origem de Rogério Buratti. Disse que Buratti “saiu do Diretório estadual do PT para a primeira campanha” dele à prefeitura de Ribeirão Preto (1996). Não entrou em mais detalhes. Mas podia ter entrado e dito, por exemplo: que Buratti trabalhara no gabinete do então deputado estadual do PT José Dirceu; que Buratti foi um dos “soldados” plantados pelo Diretório Nacional do PT em prefeituras e governos estaduais petistas para executar o trabalho de coleta de recursos/propinas para o partido. Buratti, Waldomiro Diniz (Rio) e Dirceu Brizola (Porto Alegre) são soldados do mesmo exército arrecadador. E, hoje, a queda-de-braço Dirceu-Palocci continua na ordem do dia. – RN

### **Líder do PSDB elogia ministro e cobra explicação de Lula**

15h50 – O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM) elogiou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, por ter concedido uma entrevista coletiva sobre as acusações feita contra ele por seu ex-assessor Rogério Buratti. O tucano avaliou que a disposição de Palocci em explicar-se deixa mal o presidente Lula, que tem evitado falar com os jornalistas sobre a crise. “O ministro fez muito bem em dar explicações frontais à nação através da entrevista coletiva e com isso ele deixa o presidente Lula muito mal, que se refugia em comícios, e os demais acusados do PT que se escondem atrás de um falso estatuto do silêncio”, disse o senador à GloboNews. Ele disse não prejudicar o ministro e defendeu a continuidade das investigações. Virgílio disse também que considerou “muito estranho” que o procurador que divulgou as denúncias de Buratti tenha dado uma entrevista antes mesmo do fim do depoimento do ex-assessor do ministro, mas lembrou que o próprio PT incentivava esse tipo de comportamento. “É estranho, é condenável. É o PT provando do seu próprio veneno. Foi o PT que inventou essa prática. Por outro lado, o que interessa de fato é saber o que tem e o que não tem de concreto sobre o envolvimento do ministro nas denúncias”, afirmou.

### **Palocci se saiu bem, mas sua situação não mudou de fato**

15h24 – De maneira geral, o ministro Antonio Palocci se saiu bem de sua entrevista coletiva. Só fato de ter negado não apenas a acusação contra si mesmo, mas também a existência de qualquer esquema de arrecadação de propina na Prefeitura de Ribeirão Preto durante a sua gestão, o diferencia dos demais envolvidos na crise até agora, que, por diversas vezes, recorreram à tergiversação. Também se saiu bem ao questionar o comportamento do promotor que divulgou as denúncias de Rogério Buratti ainda enquanto o ex-assessor do ministro depunha. Deixou de lembrar, claro, que, quando na oposição, o PT apoiava e incentivava esse tipo de comportamento do Ministério Público. É inegável, porém, que ao se dispor a colaborar e manter a crítica ao promotor, Palocci marcou um ponto. O ministro também se saiu muito bem ao dizer que a economia não depende dele para se manter estável e reafirmar que não haverá mudanças de rumo. É certo que a declaração será bem recebida pelo mercado. O fato, porém, é que a entrevista não muda a situação concreta em que Palocci se encontrava antes dela. Há uma acusação grave feita por alguém com proximidade com o ministro e com membros de sua equipe. Ainda é palavra contra palavra. E não adianta tentar retirar o crédito de Buratti apenas porque ele passou a noite na cadeia e estaria constrangido. Essas situações são propícias também à sinceridade. Nunca é demais lembrar que, se não fossem mafiosos temerosos dos muitos anos de cadeia que teriam de suportar, a Operação Mãos Limpas da Itália jamais teria sido um sucesso. Enfim, Palocci pode ter melhorado a percepção sobre a sua situação, mas esta não mudou de fato. – Fábio Santos

### **Palocci encerra entrevista pedindo cautela aos jornalistas**

14h40 – A entrevista do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que começou às 12h09, terminou às 14h21. Ou seja, durou duas horas e 12 minutos. Palocci encerrou sua entrevista pedindo aos jornalistas que evitem publicar “qualquer coisa apenas porque tenha saído em outro órgão”, sem que tenham apurado eles mesmos. E volta a criticar a reportagem da Veja sobre os grampos telefônicos com declarações de Rogério Buratti, que foram reproduzidas por jornais neste domingo. E concluiu dizendo que espera ter um humor sempre melhor e lamentando não ter podido fazer brincadeiras com os jornalistas por causa da seriedade da questão tratada na entrevista coletiva. Palocci levantou-se, mas logo voltou à cadeira para responder a uma pergunta que faltava, sobre a situação do PT e sobre as declarações do secretário-geral do partido, Ricardo Berzoini, que reagiu às denúncias de Buratti

dizendo que ninguém é insubstituível. Palocci disse que não responderia a Berzoini, dizendo respeitar o direito do secretário do partido de manifestar suas opiniões e cobrar esclarecimentos.

#### **Palocci não responde questão sobre reunião com banco**

13h35 – Antonio Palocci não respondeu inteiramente a pergunta de um dos jornalistas, que o indagou sobre um encontro com representantes do Banco Prosper. O ministro nem mesmo mencionou o banco em sua resposta, dedicando-se a falar apenas de seu relacionamento com Rogério Buratti. Esse banco aparece nos grampos publicados pela Folha de S. Paulo. Uma gravação telefônica feita com autorização judicial revela que Buratti manteve contato com o chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para tratar de um encontro entre o ministro e o presidente do banco Prosper, Edson Menezes. A assessoria de Palocci confirmou a audiência, mas negou participação de Buratti na elaboração da agenda do ministro. E os jornalistas não voltaram a questioná-lo sobre o tema.

#### **“Meu relacionamento com Buratti é social”, diz Palocci**

13h25 – “Ele foi a Ribeirão na minha primeira campanha em Ribeirão Preto. Após a vitória eleitoral, foi secretário de governo durante dois anos. Quando houve um episódio, ele se afastou. Esse episódio foi investigado, mas nada se provou contra ele”, contou o ministro. Segundo Palocci, foi por isso que Buratti não foi levado para o governo. “Ele não se transformou num inimigo meu, ele é um amigo. Mas as famílias se afastaram. Tive um relacionamento social, não profissional com Buratti. Não tenho nada a esconder em relação a isso”, disse, acrescentando que eventuais contradições podem ser fruto do esquecimento. “Eu posso ter me esquecido de um telefonema de um minuto em 2003”, afirmou, mencionando um fato em que ele e Buratti deram informações contraditórias.

#### **E há intelectuais que são ainda piores quando falam...**

7h34 – A gente não sabe se os intelectuais petistas são piores quando falam ou quando calam – acho que deveriam ficar calados mesmo... Há dois meses, Wanderley Guilherme dos Santos dizia que as oposições queriam dar um golpe branco. Agora, em entrevista à Folha deste domingo, concedida a Flávia Marreiro e Uirá Machado, já mudou de idéia. Diz que a hora do golpe branco passou. Eis um pensador fértil: uma teoria nova por bimestre. – RA.

Segue a abertura da sua entrevista: “A oposição deixou passar ‘a hora do golpe branco’. PSDB e PFL refizeram os cálculos e avaliam, agora, que é melhor ‘sangrar o governo, sangrar o presidente da República’

do que partir para uma tentativa de impedimento de Luiz Inácio Lula da Silva. A opinião é do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, professor do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro). Em meados de junho, ainda no começo da crise, Santos provocou polêmica ao afirmar, em sua coluna no jornal Valor Econômico, que, a julgar pelo comportamento de tucanos e pefelistas, o “novo lacerdismo” havia “se mudado para São Paulo”: a oposição preparava um “golpe branco” contra o governo. Agora, diz o professor, a situação mudou. ‘Já passou a hora do golpe branco, sim. E isso cria um problema complicado, porque, agora, se houver motivos jurídicos e políticos razoáveis que comprovem a participação ou convivência do presidente nesses episódios, ele tem de sair. E aí, quem não quer mais isso é a oposição.’ Para ele, na arena nacional, o PFL não passa de um ‘partido laranja’ do PSDB. Quanto ao PT, Santos vê o partido caminhar para um racha. O professor não enxerga possibilidade de um ‘denominador comum’ no confronto entre a ala esquerda, crítica do governo, e a ala que apóia o governo, mas que tem integrantes no centro do escândalo do ‘mensalão’. O autor de “A Democracia e seu Futuro no Brasil” (2001) avalia essa desmontagem do PT como um retrocesso político brasileiro, que pode dar mais espaço a discursos ‘populistas demagógicos’: ‘Se isso vier a acontecer, será o grande ilícito que a antiga cúpula dirigente do PT terá praticado’. Santos ainda criticou o oportunismo de uma reforma política neste momento, atacou o que classificou de “omissão” de intelectuais e questionou o papel da imprensa.”

#### **O petista Mentor blindou PT e governo sete vezes em CPI**

7h20 – De Rubens Valente e Marta Salomon, na Folha: “Sob risco de cassação por ter recebido R\$ 120 mil em cheques de empresa de Marcos Valério, o deputado federal José Mentor (PT-SP) atuou para blindar, na relatoria da CPI do Banestado, pelo menos sete linhas de investigação que atingiriam interesses do PT e do governo federal. No cargo-chave da comissão, Mentor não convocou para depor nem incluiu na lista dos indiciados donos e diretores do Banco Rural, o ex-prefeito paulistano Paulo Maluf (PP), o ex-dono da Transbrasil Antônio Cipriani, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, o doleiro Toninho da Barcelona e o empresário de ônibus Ronan Maria Pinto, além de deixar de investigar operações no MTB Bank que comprometeriam Duda Mendonça, marqueteiro da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Mentor costumava emitir elogios e antecipar conclusões sobre investigados. À época já criticados pela oposição, hoje os discursos do deputado, à luz das revelações da CPI



dos Correios, ganham novos significados. ‘(...) Quero registrar a cooperação que o Banco Rural tem apresentado desde o início da CPI’, elogiou o deputado, em meados de 2004, em sessão aberta da CPI. O banco estava sob investigação por operar com doleiros brasileiros por meio de empresas offshore no Banestado de Nova York, cerca de US\$ 4,3 bilhões. Sabe-se agora que em maio de 2003 o Banco Rural havia concedido um empréstimo de R\$ 3 milhões à direção nacional do PT com aval do publicitário mineiro Marcos Valério de Souza. Além disso, foram das contas do Rural que cerca de R\$ 30 milhões, segundo a versão de Valério, chegaram ao PT e partidos aliados. Os dirigentes do Rural nunca foram intimados por Mentor a depor na comissão e seus nomes não foram incluídos na lista de indiciados do relatório final.”

**Buratti: arquivo da Leão Leão traz mesada paga a um ‘Dr.’**

7h15 – De Rogério Pagnan e Marcelo Toledo, na **Folha** de hoje: “Documentos apreendidos na sede da Leão Leão no ano passado pela Polícia Civil e pelo Ministério Público Estadual reforçam a versão do advogado Rogério Tadeu Buratti de um suposto pagamento de propina da empresa a agentes públicos, incluindo o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O documento, a que a **Folha** teve acesso, é um arquivo de computador denominado “despesas diversas” encontrado no notebook do ex-presidente da Leão Ambiental, Wilney Barquete. Protegido por duas senhas de oito dígitos, o arquivo traz uma contabilidade que se alinha ao depoimento de Buratti à polícia. Há referência ao pagamento de “mensalidades” entre R\$3.000 e R\$50 mil a cinco cidades (Ribeirão Preto, Araraquara, Sertãozinho, Matão e Monte Alto), para o Departamento de Estrada de Rodagem e para uma sigla Conter, não-especificada. Para a Promotoria e a Polícia Civil, isso é o “mapa do pagamento de propina” que Buratti ajudou a esclarecer. O arquivo foi mostrado a Buratti anteontem pelo delegado seccional Benedito Antonio Valencise -a prova está incluída na página 4.284 do inquérito sobre a suposta máfia do lixo (que tem 21 volumes). (...). No documento, há a menção ao pagamento de R\$50 mil a alguém identificado como “dr.”

**Chai vai romper o silêncio de quem nunca foi inocente?**

7h05 – Que graça! Marilena Chai, a filósofa pe-tista que, feito Bambi, saía gritando “fogo na floresta!” a cada medida do governo FHC, participou, na sexta, de um encontro de intelectuais organizado pelo PT e será estrela, amanhã, do ciclo de palestras intitulado “O Silêncio dos Intelectuais”. As informações estão na Folha deste domingo. O evento, consta, já estava programado havia muito tempo, com o patrocínio da Petrobras. A

idéia era debater, parece, a crescente desimportância da categoria nas sociedades contemporâneas. Em face do governo Lula, no entanto, o título virou uma ironia. Chai, ao ser abordada pela imprensa, saiu-se com um emblema do seminário: “Não falo”. Eis o silêncio da intelectual. Mas falava muito antigamente, não é? Seu tema de amanhã será “Intelectual engajado: figura em extinção?”. Por que não debatem o seguinte tema: “Intelectuais pagos pelo Estado a serviço de um partido: roubo ou estelionato?” Intelectual engajado? Santo Deus! Remete aos confrontos de Raymond Aron e Jean-Paul Sartre na França dos anos 60. Os marxistas estão no século 19, e sua ala moderna, no Brasil, já chegou ao 20, mas está 40 anos atrasada. Leiam a matéria da Folha. Vejam lá o clima de camaradagem e doce cumplicidade dos companheiros pensadores com o seu partido. Incluindo o sempre loquaz Renato Janine Ribeiro, que, a exemplo da personagem Wanderley, de Casseta & Planeta, faz sempre questão de dizer que “não é filiado”, embora esteja sempre num lugar, inclusive o retórico, incompatível com a sua negativa. Bom mesmo é o tema que coube a Francisco de Oliveira, esquerdista rompido com o PT: “No silêncio do Pensamento Único: Intelectuais, Marxismo e Política no Brasil”. Entendi. Ele deve provar que é proibido não ser de esquerda na universidade brasileira e que isso caracteriza uma forma de pensamento único, certo? Ah, sim: Marilena deu uma entrevista, não faz tempo, onde afirmava que não lia mais jornais nem via mais TV. Melhor assim: saberemos o que Espinosa pensava sobre dólares na cueca, financiamento ilegal de campanha, vans recheadas de moças de vida difícil (alguém acha que é fácil encarar a canalha?), extorsão, superfaturamento, mensalão, privatização do Estado, cartões corporativos sem limites, para ficar apenas nos crimes mais óbvios. – Reinaldo Azevedo

Marilena fala amanhã na Maison de France, av. Presidente Antonio Carlos, 58, 2º andar – Telef. 0xx21 3974-6899

**Painel da Folha aguça curiosidade sobre festinhas de Brasília**

1h10 – O Painel da Folha de S.Paulo publica uma nota neste domingo que deve aguçar ainda mais a curiosidade dos leitores sobre as festinhas organizadas pela “promotora de eventos” Jeany Mary Corner. “Segurança máxima: Quando tinha de despachar suas moças para determinado endereço de Brasília muito visado pela imprensa, Jeany Mary Corner recorria a uma van com vidros dotados de insulfilm.”

**CPI dos Bingos investiga propinas do jogo a políticos**

0h40 – De Alan Gripp, em **O Globo**: “Um documento em poder da CPI dos Bingos no Senado será o

ponto de partida da comissão para investigar o braço político do esquema de corrupção ligado a empresários de jogos. O papel registra o resultado de uma operação da Polícia Federal guardada a sete chaves há um ano e seis meses e é a principal evidência material até aqui da existência do pagamento de propina do setor a políticos. A apuração passou a ser prioritária na CPI depois que o advogado Rogério Buratti, ex-assessor do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, na prefeitura de Ribeirão Preto, denunciou que a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Rio e em São Paulo, em 2002, teria recebido dinheiro arrecadado ilegalmente em casas de bingo das duas cidades. Três dias após vir à tona o escândalo Waldomiro Diniz, em 16 de fevereiro de 2004, agentes federais apreenderam R\$231.617 em dinheiro vivo num apartamento em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. O imóvel pertencia ao então presidente da Associação dos Bingos do Rio, José Renato Granado, conhecido como Zé Renato. (...) A análise do material desencadeou uma investigação que, segundo fontes da Polícia Federal ouvidas pelo **Globo**, aponta para a existência de um esquema de pagamento de mesadas a deputados estaduais do Rio e a pelo menos um deputado federal já citado nas denúncias sobre o mensalão. A suspeita é de que, em contrapartida, eles apresentassem e votassem projetos de interesse do setor e atuassem para permitir o funcionamento do jogo ilegal.”

#### **TCU vê interferência da Secom em contratos de publicidade**

0h35– De Regina Alvarez, no **Globo**: “Resultados preliminares de uma mega-auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) nos contratos de publicidade do governo mostram a forte interferência da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica (Secom) nas licitações e na execução desses serviços na gestão do ex-ministro Luiz Gushiken. As irregularidades nos contratos nessa área não se restringem aos órgãos atendidos pela DNA Propaganda e pela SMP&B, agências do empresário Marcos Valério. Os auditores já identificaram problemas nos contratos com a Presidência da República, com o Ministério da Cultura e com bancos estatais, atendidos por outras agências. O presidente do TCU, Adylson Mota, prevê que o resultado final da auditoria, previsto para 30 de setembro, pode levar ao cancelamento de diversos contratos no governo e estatais e exigirá uma nova política para essa área. (...) Uma das conclusões dos auditores é que a Secom influenciava as licitações nessa área, através da indicação da maioria dos membros nas comissões de licitação.”

#### **“Eu vou, mas carrego você”, teria dito Janene a Severino**

0h27 – Ainda da reportagem de Gerson Camarotti, José Casado e Isabel Braga, em **O Globo**: “O líder do PP, deputado José Janene (PR), ao ser informado de que o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), teria cogitado uma lista de cassações que incluía o seu nome, o do presidente do PP, Pedro Corrêa (PE), e do ex-líder do partido Pedro Henry (MT), chamou todos à sua casa. Os líderes chegaram assustados. O deputado Sandro Mabel (GO), líder do PL, deixou a família e foi. Chinaglia entrou tenso e saiu pior. Janene foi claro: ‘Chinaglia, diga para Mercadante fazer a lista do PT. Caso contrário, nós é que faremos essa lista. Ninguém vai se fazer de santo na minha frente. A maioria sabe do que estou falando.’ “Mais tarde, em reunião com integrantes de PL, PP, PTB e PT, Janene enfrentou o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti: ‘Eu vou, mas carrego mais 26 do partido, inclusive você.’ Severino nega: ‘Até hoje não recebi qualquer apelo, nem do meu partido, nem das bases, para tomar uma decisão’.”

#### **Dirceu a petistas, segundo o Globo: “Não aceito ser cassado”**

0h22 – De Gerson Camarotti, José Casado e Isabel Braga, em **O Globo**: “Algumas ameaças são sutis. Outras, explícitas. Um clima de desconfiança, pressões e chantagens domina o Congresso. Deputados com mandatos em xeque, por envolvimento no escândalo do mensalão, mandam recados ao governo, a aliados e a adversários. Parte das mensagens tem sido endereçada à Presidência da República. O governo admite e reage: ‘O governo não tem o que temer e não vai entrar nesse jogo. A ordem do presidente Lula é apurar tudo’, diz o ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner. Na noite de 10 de agosto, um grupo de petistas se reuniu no apartamento do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP). Estavam lá o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), e os ministros Wagner e Ciro Gomes (Integração Nacional). O deputado José Dirceu chegou sem ser convidado. E foi logo avisando: ‘Não aceito ser cassado por corrupção. Se quiserem me cassar, vai ter que ser uma cassação política’, disse ele, que mais tarde se queixou de Lula. Sentia-se abandonado, cobrou solidariedade. ‘Há duas semanas tento falar com Lula e não consigo. Por que ele não está falando comigo?’”

#### **Manchete de O Globo: Buratti usou nome de Palocci**

0h16 – **O Globo** dá manchete para a revelação da Veja sobre os grampos telefônicos em que Rogério Buratti fala como se tivesse o poder de agendar audiências com o ministro Antonio Palocci. “Transcrições

de conversas telefônicas e e-mails obtidas pelo Ministério Público (MP) em quase dois anos de investigação mostram que Rogério Buratti, ex-assessor que envolveu o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em corrupção, usava o nome de Palocci para fazer contatos com empresários, muitas vezes usando a estrutura do próprio Ministério da Fazenda. Nas conversas, o assessor oferecia encontros dos empresários com o ministro. Muitos desses encontros teriam efetivamente ocorrido. (...) O MP já decidiu enviar as transcrições das conversas ao Supremo Tribunal Federal (STF), que terá de decidir se cabe a abertura de inquérito contra o ministro. De acordo com a revista, há ainda um e-mail no qual Juscelino Dourado, atual chefe de gabinete de Palocci, pede, em nome do chefe, ajuda de Buratti para comprar um aparelho de espionagem telefônica.”

#### **CPI vai procurar registros de trocas de dólares pelo PT**

0h – Na Folha: “A CPI dos Correios vai pedir à Polícia Federal os computadores apreendidos na casa de câmbio do doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, para checar se há registro de trocas quase diárias de altas quantias em dólar feitas pelo PT em 2003. Palamentares da comissão querem verificar se há veracidade nos relatos feitos pelo doleiro, que está preso em São Paulo, a uma diligência da CPI na última semana e à revista Veja, na edição desta semana. Toninho afirma na entrevista que o PT possuía uma conta clandestina no exterior, operada pelo Trade Link Bank, uma offshore – empresa em que os sócios não são identificados – vinculada ao Banco Rural. Quando o PT precisava de dinheiro, ainda segundo Toninho, recorria ao doleiro Dario Messer, que recebia os dólares petistas em uma offshore no Panamá e depositava a mesma quantia no Brasil, em reais, no Rural, em uma operação de compensação paralela.”

#### **Caixa 2 era, na verdade, caixa 1 de Dirceu, diz petista**

0h – De Luiz Maklouf Carvalho, no Estadão: “Integrante do Diretório Nacional do PT, o assessor especial da presidência do Banco do Nordeste (BNB), Ozeas Duarte de Oliveira, 64 anos, há 20 no partido, onde foi secretário nacional de Comunicação de 1997 a 2003, disse ao Estado que o ex-ministro da Casa Civil e deputado José Dirceu (PT-SP) continuou sendo o presidente de fato do PT quando estava no governo e, como tal, ‘foi o principal responsável pelo esquema de caixa 2’. Oliveira suspeita que o ‘caixa 2’ era, na verdade, o caixa 1 do grupo de Dirceu que assim pretendia viabilizar sua candidatura à presidência da República em 2010.”

#### **Efeitos da crise 1: ex-exilados se queixam do “comissário”**

0h – O Estadão foi ouvir alguns ex-presos políticos que saíram do Brasil no mesmo avião que levou José Dirceu para o exílio em 1969. “(...) A maior parte dos remanescentes do vôo do Hércules C-130 da Força Aérea Brasileira, prefixo 2456, que os levou para fora do Brasil, critica duramente a obra política do antigo parceiro de exílio. ‘O PT copiou os piores defeitos da direita populista. Seu grande ideólogo virou o Adhemar de Barros [que popularizou o rouba, mas faz] e o Maluf, o seu grande espelho’, diz o escritor Flávio Tavares, 71 anos, um dos 13 presos políticos retratados na Base Aérea do Galeão na tarde de 6 de setembro de 1969, pouco antes de o Hércules decolar rumo ao México.” Outros foram menos ácidos em suas análises e declarações, numa gradação que vai até a compreensão e isenção do ex-ministro. Ricardo Zaratini, por exemplo, acredita que “o Zé cometeu erros políticos, mas ele não participava do dia-a-dia da finanças do partido”.

#### **Efeitos da crise 2: no quarto dos fundos, o exílio de Genoíno**

0h – Também no Estadão, por Patrícia Villalba, um retrato da situação em que se encontra o ex-presidente do PT José Genoíno, abatido pelo mensalão e por dólares na cueca dos outros: “Auto-exilado em sua casa desde que deixou a presidência do PT, em 9 de julho, o ex-deputado José Genoíno enviou na sexta-feira ao partido uma carta em que pede desligamento definitivo da direção. ‘Quero ser agora um militante de base’, diz, em conversa exclusiva com o Estado em seu escritório, um ex-quarto de empregada nos fundos de sua casa. É lá que Genoíno tem passado os dias, entre muitos cigarros – com a avalanche de denúncias sobre o governo e o PT, o plano de parar de fumar foi novamente adiado. Foi uma conversa, não uma entrevista. (...) O telefone não parou de tocar. Ele observa que a maioria das lições é de repórteres. Mas Genoíno, por enquanto, não quer receber a imprensa. (...). Numa calça jeans, camiseta branca e havaianas, ele conta com satisfação que conseguiu arrumar todos os volumes encadernados em que estão as reportagens mais representativas de sua vida”.

#### **Efeitos da crise 3: Duda se prepara para as vacas magras**

0h – No Estadão, por Carlos Franco: “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem dito que se sente traído por dirigentes do PT e aliados. Mas, na quinta-feira, quem experimentou um gosto de traição foi o publicitário baiano Duda Mendonça, que com suas campanhas, o ajudou a eleger-se presidente da República em 2002. Na quinta e na sexta-feira, os profissionais da agência de publicidade Duda Propaganda, de Duda Mendon-



ça, faziam cálculos do estrago da perda da conta da Secretaria de Comunicação do Governo Federal. (...) Sócio da Duda Propaganda e sobrinho de Duda Mendonça, Ricardo Braga, procurou minimizar, na sexta-feira, a perda de receita, embora reconheça que isso muda os planos iniciais da agência de encerrar o ano com faturamento de R\$250 milhões.”

#### **Advogado alertou Buratti contra fazer denúncia sem prova**

0h – No Estadão: “(...) O advogado Rogério Telhada alertou Rogério Buratti, acusador do ministro Antonio Palocci (Fazenda), que não é conveniente e pode ser perigoso fazer denúncias sem provas. Na quinta-feira, Telhada encontrou seu cliente algemado na delegacia de polícia de Ribeirão Preto. Ele disse ao prisioneiro: ‘Rogério, se você fizer acusações contra quem quer que seja e não puder prová-las vai se tornar alvo de outros processos, além de criar problemas para a delação premiada’ (...) Quando percebeu que Buratti estava disposto a fechar o acordo com a promotoria, o advogado foi categórico: ‘Se você fizer isso eu, eu vou embora.’ O ex-assessor de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto foi em frente.”

#### **Grampos ligam atuais assessores de Palocci a Buratti**

0h – De Expedito Filho e Ricardo Brant, no Estadão: “(...) O advogado Rogério Buratti, mesmo sem cargo no governo Lula, é suspeito de participar de uma rede de tráfico de influência, servindo de ligação entre o governo, prefeituras petistas e empresários. É o que indicam grampos telefônicos em poder da CPI dos Bingos. (...) Para o Ministério Público, as fitas apontam a participação de outros dois homens de confiança do ministro da Fazenda no esquema: seu chefe de gabinete, Juscelino Dourado, e seu secretário particular, Ademirson Arioaldo da Silva. O Ministério da Fazenda informou que só se pronunciará após o término das investigações. Nas conversas, obtidas pelo Estado, Buratti revela que não pode falar por telefone com Dourado – e acrescenta que o principal assessor de Palocci não está autorizado conversar determinados assuntos nas ligações”.

#### **A primeira taça: vendedor de vinho se diz decepcionado**

0h - Certamente vocês se lembram da garrafa de Romanée-Conti que Duda Mendonça deu ao então candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva em comemoração a seu desempenho num debate na TV Globo. Pois é, o repórter Luiz Fernando Vianna, da sucursal do Rio da Folha de S.Paulo, descobriu que o dono do restaurante em que jantaram Lula e Duda, o italiano Luciano Pessina, ainda mantém a garrafa, vazia, é claro. Seu líquido foi consumido ao preço de

R\$6 mil à época. “Guardei a garrafa como lembrança de uma noite especial’, conta Pessina, dizendo-se ‘perplexo’ com as revelações sobre o esquema PT-Marcos Valério. ‘Se eu fosse brasileiro, teria votado em Lula. Hoje, estou decepcionado. Estamos vendo no que deu a ‘realpolitik’ de José Dirceu’, afirma ele”. Pessina não deveria se surpreender. Aquela foi a primeira taça com que os petistas começaram a se embriagar de poder. Perdão, percebo que a metáfora não é boa. A farra começou muito antes, não é mesmo? – Fábio Santos

#### **Abatido, Lula diz a empresários que Palocci fica no ministério**

0h – De Gilberto Barros, na **Folha**: “Visivelmente abatido e muito diferente de seu habitual estilo descontraído, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não fez discurso e se reservou a conversas paralelas com alguns poucos empresários durante o jantar, na sexta à noite, em homenagem ao novo presidente do IEDI, Josué Gomes da Silva, presidente da Coteminas e filho do vice-presidente da República, José Alencar. (...) Lula manifestou indignação em relação às denúncias contra Palocci e deixou claro que está disposto a manter o ministro no cargo.” Depois de descrever a cerimônia, realizada em dois ambientes (Lula ficou na biblioteca), o jornalista continua: “A presença de Lula no jantar não foi bem recebida por muitos empresários. No salão principal, o clima era de total decepção e frustração com o governo”.

#### **Época 1: Farras no planalto: dinheiro, promiscuidade e poder**

0h – Na revista **Época** desta semana: “Além dos crimes contra o patrimônio público, das suspeitas de enriquecimento ilícito, da corrupção eleitoral e dos atos de desmando institucional que povoam três CPIs no Congresso, o mundo petista está deparando com uma avalanche de miseráveis histórias de degradação pessoal. As tentações do poder fizeram sucumbir reputações. (...) Como novos-ricos na corte brasiliense, algumas estrelas da elite partidária propiciaram cenas de deslumbramento explícito. (...) O clima de festa desbragada extravasou os limites das salas privêes. Segundo um deputado de um partido ligado ao governo, o clima das farras foi aumentando com o tempo. ‘No início as festas eram regadas a vinho do Rio Grande e charutos nacionais. Depois foi só charuto cubano e vinho francês’, descreve o político. Sem qualquer cuidado, um grupo de políticos costumava freqüentar manjados inferninhos da capital”. Com a exposição na mídia, essa turma anda bem mais discreta. “Uma das eminências da bancada do PT no Congresso, que até agora vinha enfrentando corajosamente a ameaça de cassação por corrupção, desabou na quinta-feira à tarde. Perguntado por um jornalista sobre o aparecimento



de seu nome num angu que mistura prostituição e poder, o deputado ajoelhou-se e chorou. 'Eu imploro, não destruam minha vida. Sei que vou perder o mandato, mas não posso perder minha família', pediu." Para o petista Rogério Buratti, flagrado em conversas com garotas de programa por um grampo telefônico em poder da Justiça, já é tarde. No caso dele, a esbórnia devastou um casamento de 16 anos.

### **Época 2: Governo Lula: bajulação, isolamento e despreparo**

Oh – Ainda na Época, uma entrevista com o empresário Oded Grajew procura explicar como Lula foi se afastando da realidade – até dar no que deu: "Impressionante essa coisa de doutor em Brasília. Essa falsidade, esse mundo de aparências, de mesuras. (...) Velhos amigos, companheiros que antes tratavam Lula por você e passaram a chamá-lo de presidente – e de se chamar por ministro. Aí passaram a não falar mais as coisas, a ter medo de fazer críticas, a se transformar diante do Lula. (...) A direção do partido não fazia nenhuma crítica ao governo. Não é preciso ofender o Lula, mas tem de se ter espírito crítico. Se (o Lula) dizia que o sol nasceu à meia-noite, concordavam. Era um amém completo'. (...) Em Brasília, aonde você vai é bajulado. A pessoa menos preparada começa a acreditar que é o máximo, que é bonita, que é inteligente. E que não tem limites. Foi uma enorme mudança de clima. Começaram a gostar de roupa bonita. Os carros, as gravatas, os jatinhos. É despreparo – despreparo para o poder." Grajew foi o primeiro empresário a se aproximar de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1984, e foi também o primeiro amigo íntimo de Lula a deixar o governo, em novembro de 2003.

### **IstoÉ Dinheiro 1: Planalto gastou R\$10,2 mi com cartão de crédito neste ano; R\$ 6,8 mi foram em saques em espécie**

Oh – A revista IstoÉ Dinheiro traz uma reportagem altamente preocupante para o presidente Lula. Com base em documentos que estão com o Tribunal de Contas da União e que devem resultar numa devassa das prestações de contas dos gastos do Palácio do Planalto com cartões de crédito corporativos, a revista mostra que, somente neste ano, até a última quinta-feira, foram consumidos R\$ 10,2 milhões, sendo que R\$ 6,8 milhões são referentes a retiradas em dinheiro vivo. Esses cartões são usados por funcionários públicos, chamados ecônomos, para pagar as despesas do Gabinete da Presidência da República, da Granja do Torto e dos ministros que assessoram diretamente o presidente. Entre janeiro e agosto do ano passado, foram R\$ 5,5 milhões em despesas com cartões de crédito.

### **IstoÉ Dinheiro 2: saques para gastos de Lula são R\$1,5 mi**

Oh – Algo que chama muita atenção na reportagem da IstoÉ Dinheiro são os saques de dinheiro feitos pelos nove funcionários que servem diretamente ao presidente Lula. No total, os nove ecônomos presidenciais sacaram no período R\$1,510 milhão – uma média de R\$189 mil mensais. Também são destacados na reportagem os gastos feitos pela funcionária que serve à primeira-dama Marisa Letícia: foram R\$441,5 mil, sendo R\$198,1 mil em dinheiro, uma média de R\$24,8 mil por mês.

### **IstoÉ Dinheiro 3: Ministro do TCU se diz impressionado**

Oh – O uso dos cartões principalmente para sacar dinheiro vai contra o argumento que foi utilizado para que esse meio de pagamento passasse a ser adotado pelo governo federal e é revelado num momento em que o país se assusta com as grandes movimentações em espécie feitas por políticos. "Os cartões corporativos foram adotados justamente para aumentar o controle e a transparência", declarou o procurador Marinus DeVries Marsico, representante do Ministério Público no TCU e autor do pedido de quebra de sigilo dos cartões do Planalto, à IstoÉ Dinheiro. O relator do processo, Ubiratan Aguiar, também se disse impressionado: "O tema é tão relevante que merece máxima celeridade", afirmou à publicação.

### **Sereno, ex-assessor de Dirceu, depõe na CPI dos Bingos**

Oh – A CPI dos Bingos ouve na terça-feira o depoimento de Marcelo Sereno, tesoureiro da campanha de Benedita da Silva (PT) ao governo do Rio, em 2002, e ex-assessor da Casa Civil durante a gestão de José Dirceu. Sereno, que deixou a secretaria de Comunicação do PT depois do escândalo do mensalão, também teria participado do esquema de arrecadação de propinas que Waldomiro Diniz, também ex-assessor de Dirceu, teria montado. No mesmo dia, também será ouvido Lucas Furtado, procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). Ele escreveu estudos e pareceres sobre os resultados das investigações sobre os contratos entre Caixa e GTech Brasil. Na quarta (24), a CPI ouve os depoimentos dos ex-presidentes da Caixa Econômica Federal (CEF) Danilo de Castro, Sérgio Cutolo e Emílio Carazzai e do atual presidente da CEF, Jorge Mattoso. Na quinta, será a vez de Denivaldo Henrique Almeida, que é ligado ao setor de jogos e, segundo informações da comissão, teve intensa comunicação com o advogado Rogério Tadeu Buratti, acusado de pedir propina em troca da renovação de contrato da Caixa com a empresa Gtech, e com Enrico Gianelli, ex-advogado da empresa.

### **CPI dos Bingos debate na terça se vai convocar Palocci**

Oh – Os membros opositores da CPI dos Bingos vão levar à comissão o debate sobre convocar ou não o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para depor

na CPI sobre a acusação que lhe foi feita pelo advogado Rogério Buratti. O líder da minoria no Senado, José Jorge (PFL-PE), e o vice-presidente do PSDB, senador Leonel Pavan, ambos integrantes da comissão, já se manifestaram favoráveis à convocação. Segundo Pavan, não tem mais como a base aliada ao governo tentar impedir a convocação do ministro. “Terça-feira vamos definir esta questão”, disse na sexta. O relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), também considerou grave a denúncia contra Palocci. Garibaldi avaliou, no entanto, que Buratti fez as acusações em troca do benefício da delação premiada. “Um verdadeiro salve-se quem puder”, comentou.

**(NOTAS EXTRAÍDAS DO SITE PRIMEIRA LEITURA – 22-8-05)**

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa – PMDB – PI)

– Para concluir esta sessão convidamos a usar da palavra o Senador Alberto Silva, do Piauí, que também é Conselheiro da República.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, democracia é isso aí. Acabamos de ouvir a fala veemente do Líder Arthur Virgílio. Usando naturalmente da sua condição de Líder e de Oposição, S. Ex<sup>a</sup> mencionou números sobre empregos criados pelos Governos FHC e Lula e chegou a lançar um desafio.

Sabemos que, no Brasil inteiro, há milhões de desempregados nas cidades e no campo também, daí a inquietação dos sem-terra em busca de um lugar para trabalhar.

Creio que, neste instante, neste final de sessão, devemos examinar a situação. O Líder que, com toda a razão e veemência, faz a sua peroração e exige uma explicação quanto ao número de empregos criados no Governo Fernando Henrique e no Governo Lula. Vamos olhar os números e propor algo. Como se gera emprego? Os economistas dizem que é com investimentos, mas não dizem onde se deve investir. Na indústria automobilística? A indústria automobilística é tão robotizada que emprega poucas pessoas e produz milhares de carros. Que outro setor da economia ou da sociedade pode gerar empregos com investimentos?

Para resumir e não me alongar muito, eu diria: no campo. O Brasil tem uma oportunidade ímpar na história, eu não diria apenas do Brasil, mas na história do mundo.

Estão anunciando que o petróleo vai acabar. Daqui a 20 anos talvez a Petrobras não encontre mais petróleo, embora possa continuar a encontrar gás. No Oriente Médio, conforme as estatísticas, o petróleo terá acabado. O que vai entrar no lugar dele? O Brasil tem a chance, tem a oportunidade única de substituir o petróleo, pois nosso País tem sol, tem solo, tem água e tem desempregados. Quantos? Milhões, no campo e na periferia das cidades. Agora que surgiu o biodiesel, eu falei com o Presidente no Piauí: Presi-

dente, é a sua vez, é a sua hora. Getúlio Vargas criou a Petrobras. No regime militar, senão me engano, no Governo Geisel, foi criado o Proálcool. Hoje temos 16 bilhões de litros de álcool para exportação e podemos produzir 30 bilhões. Então, eu disse: Presidente, é a sua hora e a sua vez. Crie uma empresa como a Petrobras, que podemos chamar de Biobrás, ou seja, Empresa Brasileira de Combustíveis Renováveis. Temos números fantásticos para este País. Começemos pela Amazônia. Poderemos colocar a Venezuela de um lado, que também é amazônica, e a Amazônia brasileira. Se juntarmos 20 milhões ou 40 milhões de hectares e plantarmos dendê, que dá em três anos e cada hectare gera oito mil litros de óleo de dendê – se temos óleo de dendê, temos biodiesel, e a relação é de um para um –, teremos isso transformado em oito mil litros de biodiesel.

Olhe os números fantásticos que o Brasil pode ter se tiver uma política sólida e permanente, como a da Petrobras. Ela foi criada no Governo de Getúlio Vargas – teve dificuldades, é evidente, mas foi sustentada – e hoje é essa potência mundial, mas ela está malhando em ferro frio, porque o petróleo vai acabar. Então, vamos criar outra empresa. Está na hora, Presidente Lula. É o que eu lhe disse no Piauí: crie a Biobrás, com capital grande. Vamos colocar um capital, de saída, de dez bilhões. Por que não? Estamos passando da casa dos cem bilhões. Por que vamos dar tudo ao FMI? Vamos pedir esses dez bilhões e vamos colocá-los como capital da Biobrás. Aí, sim, vamos regulamentar o que estou dizendo: vamos investir na Amazônia, chamar as pessoas que estão desempregadas para plantarem o dendê. Elas vão ganhar uma fortuna. Cada família receberá três hectares para plantar dendê. Se voltarmos para o semi-árido nordestino, aí plantaremos mamona, intercalada com feijão.

Meu caro Presidente Senador Mão Santa, que foi um grande Governador do Piauí – sou testemunha disso –, V. Ex<sup>a</sup> sabe que, no semi-árido piauiense, pode dar mamona em todos os Municípios, podemos empregar cem mil famílias, quinhentas mil pessoas. Cem mil famílias ocuparão trezentos mil hectares. O Piauí tem só no cerrado, 5 milhões de hectares e do outro lado, no semi-árido, tem mais 10. E podemos fazer isso aproveitando este presente que Deus deu ao Brasil: solo, sol e água. É o sol que possibilita a geração de tudo isso. O petróleo vem do sol, tudo vem do sol, e quem criou o sol foi Deus, que deu ao Brasil a oportunidade de sair desses números. Quanto empregamos?

Sr. Presidente Mão Santa, sabe o que estive pensando essa noite? Os assentamentos do Inkra no Piauí têm mais de 100 mil famílias. Se fizermos o projeto do biodiesel em parceria com o Inkra, e começarmos a produzir biodiesel nos assentamentos, eles terão uma oportunidade única. E então estaremos gerando 100 mil empregos, mas precisamos ter por trás disso uma empresa que embase todos os investimentos, uma empresa como a Petrobras, que gasta

bilhões na pesquisa de petróleo. Então vamos gastar milhões empregando gente para produzir biodiesel à mão. Por que não? Uma família planta três hectares de mamona, de feijão, com enxada. Dando a essas pessoas sementes selecionadas e adubo e colocando técnicos para acompanhar o trabalho delas, o cidadão vai ganhar R\$600,00, R\$700,00 por mês, meu caro Presidente Mão Santa.

Esses números, eu assino em baixo, porque já testei. Por isso, neste fim de tarde e com esta oportunidade que V. Ex<sup>a</sup> me deu de falar, quando há um desencanto aqui, uma briga por números, que “no Governo Lula, foram tantos mil”. Eu quero é o dia de hoje. Deixemos o passado e vamos criar um milhão de empregos, de saída. Talvez, em dois ou três anos, sejam dez milhões. Por que não? Acho que esse é o caminho, é o nosso caminho.

Eu faço votos para que o Presidente, que ouviu isso e que disse que ia fazer, pare, pense e crie a Biobrás, porque ela vai substituir a Petrobras em vinte anos. Antes disso, ela vai produzir álcool. A China está precisando disso. A China está queimando carvão, está poluindo a atmosfera, ela que assinou o Protocolo de Kyoto, mas é obrigada a queimar o carvão, porque não tem combustível. Japão também não tem o suficiente. O Brasil pode produzir milhões, bilhões de litros de álcool e bilhões de biodiesel a partir da mamona ou do dendê.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> me permite conceder um aparte ao Senador João Batista Motta?

**O Sr. João Batista Motta** (PMDB – ES) – Senador Alberto Silva, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> é divino, maravilhoso, mas, para que isso ocorresse, seria necessário que, no Brasil, estivesse à frente da Presidência da República um homem do seu quilate.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Muito obrigado.

**O Sr. João Batista Motta** (PMDB – ES) – Que tivesse a sua experiência administrativa. Por exemplo, quando V. Ex<sup>a</sup> fala de biodiesel, V. Ex<sup>a</sup> está tratando de um produto agrícola, de um produto do interior do nosso Brasil. Veja V. Ex<sup>a</sup> que, neste Governo, não conseguimos ter uma política sequer para a soja, para o arroz, para a pecuária, para nada. Quem planta o arroz a R\$50,00 o saco quer vender a R\$15,00 e não há comprador. Não há política agrícola, não existe política para o homem do campo. O Governo está apático com relação a isso. Só se protege a indústria. Por quê? Porque a indústria pertence às multinacionais. Só se protegem os grandes supermercados, que estão vindo da França e dos Estados Unidos. Aquilo que o brasileiro produz, infelizmente, não vale nada. Nesse caso do biodiesel a partir da mamona e do dendê, cairemos no mesmo lugar: o cidadão, incentivado, plantará e depois ficará com tudo nas costas, sem ter para quem vender.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alberto Silva, dei-lhe dez, porque estava no meu subconsciente – não foi de tempo, pois não o

limitaria, mas a nota que V. Ex<sup>a</sup> merece pela sua vida pública e pela sua lucidez, dando luzes ao Brasil.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Muito obrigado.

**O Sr. João Batista Motta** (PMDB – ES) – E sonhando mais do que qualquer menino de dezoito anos. Isso é que é bonito. Meus parabéns, Senador Alberto Silva.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Muito obrigado.

Creio que devo encerrar.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador Alberto Silva, associe-me ao brilhante pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Acho que V. Ex<sup>a</sup> é uma unanimidade como referência desta Casa de Leis, o nosso Senado Federal, por toda a história de sua vida, como muito bem ressalta o nosso Presidente, Senador Mão Santa. Associe-me ao seu pronunciamento, porque sei da sua história e do seu trabalho para desenvolver a produção de biodiesel na sua região, especialmente no seu Estado, a partir da mamona. E fiz um convite a V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Exatamente.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – ...para que, junto com outros companheiros nossos, como os Senadores Sérgio Guerra, Leomar Quintanilha, Sibá Machado, César Borges, Arthur Virgílio, venha na próxima sexta-feira visitar, no Pará, no Município de Moju, uma plantação da Agropalma. É uma experiência importantíssima, Senador Alberto Silva, piloto de implantação de 150 famílias, num projeto de agricultura familiar, com cada família cuidando de dez hectares, já em produção, e dando uma renda, hoje, de R\$800,00 por mês. Essa renda, no pico de produção do dendê, chegará a R\$2 mil. Então, eu quero dizer que me associe ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. No momento em que o biodiesel é uma solução para a substituição do petróleo, o Pará, já hoje o maior produtor de dendê do Brasil, com uma área aproximada de sessenta mil hectares plantada, pode chegar a ter dois milhões de hectares plantados, aproximando-se da Malásia e tornando o Brasil o maior produtor de óleo de dendê do mundo. Parabéns pela luta de V. Ex<sup>a</sup>, que é de todo brasileiro que quer ver este País ocupando lugar de destaque no cenário mundial.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Obrigada, Senador. E eu devo dizer para o Brasil: o Pará saiu na frente, deu o pontapé inicial na produção de dendê. Agora, é preciso ter uma empresa que dê respaldo ao projeto e que garanta a eficiência.

E eu agora quero...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*



**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Só um minuto e encerro, Sr. Presidente.

É claro que, sem o apoio de uma empresa forte, que possa, como a Petrobras fez, estimular a pesquisa, estimular o plantio, estimular o desenvolvimento, não iremos a lugar algum.

Encerro, agradecendo os apartes que me foram dados e a oportunidade de aqui falar e dizer mais uma vez: Presidente, não perca tempo. Crie a Biobrás e acelere em todos os Estados, como o Pará, o Amazonas, o semi-árido nordestino, a produção do combustível que Deus nos permite e nos permitiu ter, o combustível que substitui o petróleo, o combustível que vem do sol, da água, do solo e que emprega milhões e milhões de pessoas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência defere o Requerimento nº...

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Perdoe-me, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrado. Já houve a prorrogação, e já passaram os pênaltis.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Mas, com a generosidade do Piauí, V. Ex<sup>a</sup> há de convir que, dado... (Pausa.)

Primeiro quero cumprimentar o Senador Alberto Silva por sua sempre persistente batalha em defesa da forma, a mais eficaz, de criação de empregos e renda, combinando a biodiversidade ali no Piauí e as características...

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI. *Fazendo soar a campainha.*) – Concedi um minuto a V. Ex<sup>a</sup> e lembro que Cristo, em um minuto, fez o melhor discurso, o Pai-Nosso.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Então, queria apenas registrar que é o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) – consistentemente elaborado tanto no Governo Fernando Henrique Cardoso quanto presentemente e que trata apenas dos empregos formais – que registra que, de janeiro de 2003 a junho de 2005, foram criados 3.134.300 empregos, correspondendo a uma média de 104.467; e, de janeiro de 1995 a dezembro de 2002, segundo o Caged, pela mesma metodologia, foram criados cerca de 796 mil empregos, correspondendo a 8.292.000. Não tenho aqui os dados....

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Encerrado o tempo que lhe foi deferido, de um minuto, e pedimos a V. Ex<sup>a</sup>, Alberto Silva, Senador do Piauí e conselheiro da República, que encerre o seu pronunciamento.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy, muito agradecido pelo aparte. Agradeço também ao Presidente, Senador Mão Santa, do nosso Pi... – eu não digo assim, mas sou obrigado a repetir: do nosso Piauí. Pela primeira vez eu falo isso aqui.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alberto Silva, vamos abrir a palavra para o Senador Arthur Virgílio, porque V. Ex<sup>a</sup> desportou um debate.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Mas é bom que debatam os dois, e eu encerre.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, deu uma demonstração de que a bandeira do Piauí tem uma estrela só, e essa estrela é V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alberto Silva.

Pela ordem, concedemos a palavra ao Líder Arthur Virgílio pelo tempo igual ao que foi cedido ao Senador Suplicy: um minuto.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aconselho a S. Ex<sup>a</sup> não embarcar nessa canoa furada, porque vou fazer a ele agora a mesma proposta que fiz ao Presidente Lula. Oito mil empregos formais, ainda assim, em 12 meses! O Ministro não falou “formais” nem “informais”. Falou que teria sido o total. Não é isso. É só consultar a RAIS, do Ministério do Trabalho; consultar a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Oito mil empregos em 12 meses dão 96 mil empregos, vezes oito anos, 768 mil empregos. Com este PT descalibrado e insensato nas ruas, com MST, com CUT, com UNE, com não sei o quê mais, o Governo teria caído, teria havido uma guerra civil neste País. É uma deslavada mentira isso.

Então, eu peço ao Senador Suplicy que não acredite nisso. Está mantido aqui o meu repto: se eu estou dando números inverídicos, eu renuncio ao mandato que recém-conquistei. Em contrapartida, se não há sinceridade e veracidade do Governo, peço ao Senador Suplicy que, junto com o Presidente Lula, renunciem, ambos, aos mandatos, que os dois somados têm menos tempo pela frente do que o meu. Tenho quase seis anos de mandato, os dois juntos têm menos de quatro. Renuncio ao meu mandato recém-conquistado se eu estiver equivocado.

Não vou mais aturar mentiras, tergiversações, e não vou aturar manipulações estatísticas que visam a fins políticos rasteiros e baixos. Eu aturo essas tolices nos comícios do Presidente Lula. Não aturo isso no homem que tem a responsabilidade de conduzir a economia brasileira, como é o Ministro Antonio Palocci, de quem estou aguardando um pronunciamento. Se não houver pronunciamento algum, ele me considere seu ferrenho adversário a partir de amanhã, porque



ele não tem o direito de mentir. Se ele mente nisso, ele mente no que toca a sua defesa contra as acusações de Buratti.

É mentira deslavada. Encaminho à Mesa os documentos e estou disposto a sustentar isso em qualquer foro de debate que se apresente. Mais ainda, colocando a prêmio o meu mandato. E o meu mandato não é de mensalão, não é de mensalinho, o meu mandato não tem contra ele nada do ponto de vista ético, mas entrego o meu mandato se eu não estiver dando números fidedignos. E cobro a mesma atitude desprendida e corajosa do Presidente Lula e do Senador Suplicy, se ele achar que deve endossar esse tipo de argumento, que para mim chega a ser fascista, porque fundado na mentira para engodar a opinião pública. E é imperdoável que nisso esteja envolvido um homem da responsabilidade do Ministro da Fazenda.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, apenas queria informar que o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego teve o mesmo critério de dados durante o período 1995/2002 e que agora está sendo utilizado para 2003/2005.

Porém, me disponho amanhã a examinar toda a informação sobre emprego e desemprego do Caged, da Rais, do Pnad. E assim, vamos objetivamente resolver esse dilema. Não precisa o Senador Arthur Virgílio perder o seu mandato se porventura forem confirmados os dados do Caged.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> perde o seu, porque não estou mentindo. Quem perde é V. Ex<sup>a</sup>. O meu mandato está aqui, a prêmio. Não admito mentira. Quem perde o mandato é V. Ex<sup>a</sup> e o Presidente Lula. Eu não perco o meu. É só irmos ao fim das contas. Eu digo e sustento esses números na frente da Comissão de Ética desta Casa para que fique de pé aquele que esteja falando a verdade. Aquele que está falando a verdade fica. Aquele que não estiver cai. E estou propondo a troca de meu mandato recém-conquistado por esse mandato cambaleante do Presidente Lula. Estou dizendo que não é verdade. É uma manipulação estatística sórdida e fascista.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Quer dizer que os dados do Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o Caged, segundo V. Ex<sup>a</sup>, são mentira?

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Para mim são.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Então, vamos examiná-los com precisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Srs. Senadores...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Eu estou perguntando a V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> está dizendo que os dados do Caged, os dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego...

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Vou-lhe repetir a pergunta.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Vou dar uma chance a V. Ex<sup>a</sup>...

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Eu não estou dando uma chance a V. Ex<sup>a</sup>. Eu ponho o meu mandato contra o seu.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> está dizendo que o Cadastro Geral de Emprego e Desemprego...

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Eu arrisco o meu mandato contra o seu.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Srs. Senadores, terminarei a sessão. PT significa também ponto final. Então, vou colocar um ponto final nesta sessão de 22 de agosto de 2005, supervisionada pelo Secretário-Geral Raimundo Carreiro Silva.

Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Sérgio Guerra, Teotônio Vilela Filho, Flexa Ribeiro, Leonel Pavan, Alvaro Dias, Arthur Virgílio e José Agripino enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, entre as diversas atividades desempenhadas pela Marinha do Brasil, destacam-se não apenas a proteção de nossa gigantesca costa e a garantia da soberania nacional – tarefas cumpridas por essa organização militar com renomada mestria e inatacável competência –, mas destacam-se, também, as ações de cunho cívico-social e as de caráter científico-tecnológico.

São dignas de reparo, no rol das ações cívico-sociais, as “Operações de Assistência Hospitalar”, iniciadas em 1984 e realizadas, com sucesso, até hoje. As operações contam com o suporte de navios especialmente adaptados, por meio dos quais a Marinha oferece medicamentos e assistência médico-hospitalar à população carente da região amazônica. Somente no ano de 2004, ocorreram 22 operações, atingindo quase 600 localidades e cerca de 760 mil habitantes.

A despeito da enorme importância do patrulhamento de nossa costa e das ações de caráter social desempenhadas pela Marinha, gostaria de falar sobre uma atividade de cunho científico-tecnológico que considero vital para o futuro do nosso País: o Programa Antártico Brasileiro, conhecido, simplesmente, como Proantar. A responsabilidade pela condução do Programa é da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Cirm), órgão coordenado pelo Comandante da Marinha.

O início das operações brasileiras no continente antártico, e, conseqüentemente, a primeira ação do Proantar, se deu no verão austral de 1982/1983, com o suporte do célebre navio Barão de Teffé. Logo em seguida, no mês de setembro de 1983, o Brasil foi admitido como membro consultivo do Tratado da Antártica, fato que alavancou as atividades brasileiras na região.

As diversas ações de nosso Programa Antártico são realizadas em três frentes: na Estação Antártica Comandante Ferraz, localizada na Baía do Almirante

tado; em três refúgios, localizados nas ilhas Elefante, Nelson e Rei George; e a bordo do navio Ary Rongel, que substituiu o lendário Barão de Teffé.

É muito importante mencionar o apoio fornecido ao Proantar pela Força Aérea Brasileira, que realiza sete vôos anuais para a Estação Comandante Ferraz, permitindo a troca de pesquisadores e o apoio logístico à unidade durante o rigoroso inverno antártico. Ainda merece destaque o convênio com o Ministério de Minas e Energia, que, por intermédio da Petrobrás, fornece o combustível necessário às operações.

As atividades científicas do Proantar compreendem estudos e pesquisas na área de circulação atmosférica, de física da alta atmosfera, de climatologia, meteorologia, geologia continental e marinha, glaciologia, oceanografia, biologia, ecologia, astrofísica, geomagnetismo, e de geofísica nuclear. Tamanho cabedal de atividades – e, diga-se de passagem, atividades de ponta – visa a situar o Brasil numa merecida posição de destaque na pesquisa científica e tecnológica mundial.

É preciso salientar que o Proantar se adaptou perfeitamente ao novo paradigma de exploração do Continente Antártico. No início da presença brasileira na região, o mundo percebia a Antártica como uma área a ser conquistada e economicamente explorada. Hoje em dia, a questão ambiental é marcante, e o foco da exploração é a pesquisa científica e tecnológica. A aceitação da fragilidade do ecossistema antártico é ponto pacífico na comunidade internacional.

Tamanha competência no desenvolvimento das atividades brasileiras no Continente Antártico, tão bem coordenadas pela Marinha do Brasil, vem trazendo ao País uma série de conquistas de caráter científico, econômico, militar e político.

Nossos cientistas estão conseguindo entender melhor o clima da Antártica e suas influências diretas no clima do Brasil, com interferência no regime pluviométrico e, até mesmo, na ocorrência de regiões piscosas em nossa costa. Ademais, as mudanças no clima mundial estão sendo mais bem estudadas, especialmente a questão do efeito estufa e a do buraco na camada de ozônio.

A presença brasileira no Continente Antártico garantiu ao País voz e voto nas decisões mundiais sobre o futuro da região, bem como participação numa possível exploração econômica das riquezas lá existentes. E mais: as pesquisas brasileiras, conduzidas de forma brilhante por nossos cientistas, brindaram a comunidade científica do Brasil com merecido reconhecimento internacional, fruto de anos de trabalho e dedicação.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há mais de dezesseis anos o Brasil fincou sua bandeira no território antártico. Não poderia ser diferente! Seria impossível para nosso País ficar alheio aos 14 milhões de quilômetros quadrados desse continente, tão próximo da América do Sul, e que tanta influência exerce sobre nosso território.

Ao longo de todo esse tempo, o Proantar se desenvolveu e se consolidou. Hoje, sua principal impor-

tância reside no fato de ser instrumento fundamental para projetar, e manter, a imagem positiva do Brasil no cenário internacional. O Proantar serve para marcar a posição brasileira, que é de inabalável interesse pela região, garantindo lugar de destaque para o País na discussão do futuro do Continente Antártico.

Não poderia concluir sem antes elogiar a participação da Marinha do Brasil na condução e coordenação do Programa Antártico Brasileiro. E a melhor maneira de fazê-lo é parabenizar a todos os marinheiros, desde o mais simples taifeiro até o mais garboso almirante-de-esquadra.

A presença brasileira no Continente Antártico se deve a esses homens, que, com grande desprendimento e apurado senso de dever, deixam o conforto, e o calor, de seus lares para passar meses na dureza, e no frio, da Antártica. São homens de fibra, devotados à Pátria, que merecem todo o nosso respeito e a nossa admiração.

Entretanto, além da reverência dos cidadãos brasileiros, os militares da Marinha, e também os do Exército e da Aeronáutica, merecem maior consideração e reconhecimento por parte do Governo Federal.

A concessão do reajuste de 23%, parcelado em duas vezes, cumpre promessa antiga do Governo, mas está longe de ser suficiente para assegurar a dignidade de nossos militares e de suas famílias. Por isso, é preciso estudar, com urgência, alternativas que viabilizem um aumento maior dos soldos.

Nossos militares merecem, e espero que o Governo saiba atendê-los! Valorizar os militares não é conceder um privilégio! Todos nós, povo brasileiro, sairemos ganhando!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar artigo de autoria do jornalista Carlos Heitor Cony, intitulado “Plural majestático”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 13 de agosto do corrente.

Segundo o autor o “tardio discurso presidencial de ontem abusou do plural majestático, próprio dos reis, imperadores e papas, ‘nós’, em lugar do ‘eu’ que compete a todos que não se julgam reis, imperadores e papas. No plural, ele pediu desculpas á Nação, reconhecendo apenas os erros de seu governo’. Foi um discurso inútil e cheio de dissimulação.”

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CARLOS HEITOR CONY

## Plural majestático

**RIO DE JANEIRO** - O tardio discurso presidencial de ontem abusou do plural majestático, próprio dos reis, imperadores e papas, “nós”, em lugar do “eu” que compete a todos que não se julgam reis, imperadores e papas. No plural, ele pediu desculpas à nação, reconhecendo os erros de seu governo e seu partido. Só usou o singular para se declarar indignado. Qual seria a alternativa dele? Declarar que estava solidário com a corrupção?

Lembro um filme de Kubrick, o “Dr. Fantástico”, quando uma superfortaleza norte-americana foge do controle militar e se dirige a Moscou, para jogar uma bomba atômica na capital da ex-União Soviética.

O presidente dos Estados Unidos pega o telefone vermelho e fala com o presidente soviético: “Nikita, um avião dos nossos vai jogar uma bomba atômica em cima de vocês. Eu lamento muito!”. Nikita responde, furioso: “Eu lamento muito mais do que você!”

Por falar em erros de governo, lembro outro episódio, não da ficção, mas da realidade. Em 1979, na crise

entre os Estados Unidos e o Irã, com reféns presos na embaixada norte-americana em Teerã, a coisa esquentou, houve ameaças de resgate e vários incidentes que quase provocaram uma guerra. Reconhecendo o erro, o presidente Carter foi para a televisão e declarou: “Eu, Jimmy Carter, presidente dos Estados Unidos, declaro que sou o culpado por toda a lambança que cometemos!” (não falou em lambança, mas em coisa equivalente).

Pagou um preço por isso: não foi reeleito, contrariando a série de reeleições naquele país, onde até Bush foi reeleito. Mas ganhou um Nobel da Paz e continua sendo usado pelos EUA e pela ONU como um mediador aceito em todas as partes do mundo. Ele poderia ter culpado o Pentágono, a CIA, os adversários de seu país. Mas usou o pronome na primeira pessoa do singular: “eu”.

Lula apelou para o “nós”, permitido pela gramática e pelo uso diplomático. Não por humildade e protocolo. Por dissimulação, aliás inútil.

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (MIN-PSDB-AL) Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro de matérias publicadas pela revista Veja do último dia 17 de agosto do corrente, e que continuam dando destaque à atual crise política e seus desmembramentos. As matérias tratam do último pronunciamento do presidente Lula, do impacto das declarações feitas pelo publicitário Duda Mendonça na CPI do mensalão, das manobras do ex-Ministro José Dirceu para manter o controle do PT e das declarações do doleiro Toninho da Barcelona de que conhece o esquema de envio de dinheiro do PT ao exterior.

As matérias evidenciam, cada vez mais, o envolvimento do atual governo e do Partido dos Trabalhadores em escândalos que comprometem a atual governabilidade.

Concluindo, Senhor Presidente, requeiro que as matérias abaixo relacionadas passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# CHOQUE DE REALIDADE

**“Q**uero dizer a vocês, com toda a franqueza, eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento. Estou indignado pelas revelações que aparecem a cada dia, e que chocam o país.

O PT foi criado justamente para fortalecer a ética na política.” Com essas palavras, o presidente Lula se dirigiu aos brasileiros pela televisão no 91º dia do escândalo que implodiu seu partido e colocou seu governo de joelhos e seu próprio cargo na linha de tiro do supremo instrumento punitivo da democracia, o

impeachment. Se Lula tivesse dito a mesma coisa no começo da crise, se tivesse dado às palavras o tom de indignação dos injustiçados — inflexão que ele usa com tanta frequência para lamentar os infortúnios de sua vida progressa — teria obtido o resultado esperado. Não conseguiu. Não convenceu. Perdeu uma chance. Vai tentar de novo em breve.

▶ **MARQUETEIRO: DINHEIRO SUJO NA CAMPANHA DE LULA**

▶ **O PT DESMORONA EM MAIS UM VEXAME DO SOCIALISMO REAL**

▶ **A RESSACA MORAL DOS PETISTAS HISTÓRICOS**

▶ **DOIS LÍDERES DA BASE ALIADA AMEAÇAM CONTAR QUE LULA SABIA DE TUDO**

▶ **O DOLEIRO DO PT, PRESO, QUER IR À CPI CONTAR COMO OPERAVA**

▶ **A REFORMA POLÍTICA É INEVITÁVEL E NECESSÁRIA**

▶ **MOLECAGEM NO SENADO: AUMENTO IRRESPONSÁVEL DO SALÁRIO MÍNIMO**



# A VERDADE QUE ARRASA

O PUBLICITÁRIO REVELA QUE O PT TINHA CAIXA DOIS E DINHEIRO NO EXTERIOR — E DESPERTA O FANTASMA DO IMPEACHMENT

**O** publicitário Duda Mendonça foi peça decisiva para eleger o presidente Lula e, desde quinta-feira passada, virou peça decisiva para torná-lo um ex-presidente. No depoimento mais revelador prestado até agora à CPI dos Correios, o publicitário falou durante dez horas e contou que parte das despesas de marketing de cinco campanhas eleitorais do PT, incluindo a do presidente Lula, foi paga com dinheiro de caixa dois nas Bahamas, paraíso fiscal do Caribe. Depois do seu depoimento, os principais atores políticos da crise começaram a perder o pudor, pela primeira vez, de falar na palavra mais sensível do momento — impeachment, essa expressão criada na monarquia inglesa do século XIV e que há 200 anos se transformou no que é ainda hoje: o mais radical instrumento democrático para apurar a responsabilidade de um presidente e puni-lo.

Otávio Cabral

## Cada vez pior

Em círculos concêntricos, o esquema Marcos Valério foi engolfando, uma a uma, as principais lideranças do PT. Agora, ameaça envolver diretamente o presidente Lula

### MARCOS VALÉRIO

Quando foi citado por Jefferson pela primeira vez, o empresário negou ter relações com o PT. Disse ser apenas "amigo" do então tesoureiro do partido, Delúbio Soares: "Ele é um coelho-do-mato como eu".

### DELÚBIO SOARES

VEJA obteve documentos do BVG que mostram que o "chapa" Delúbio é também devedor de Valério. Os documentos revelam que Valério negociou e avalizou um empréstimo de 2,4 milhões de reais para o PT, a pedido de Delúbio

### JOSÉ GENOÍNO

Os mesmos documentos publicados por VEJA mostram que o ex-presidente do PT José Genoíno também avalizou o empréstimo. Delúbio afirma que o dinheiro tomado por Valério foi usado para fazer caixa deis do PT que financiou campanhas eleitorais do partido. Nega porém que a campanha de Lula tenha se beneficiado do esquema. Nega também que Dirceu estivesse a par dele

## A BOMBA LANÇADA PELO MARQUETEIRO

Em seu depoimento à CPI dos Correios, Duda Mendonça colocou Lula no centro da crise e abriu caminho para o processo de impeachment do presidente

### O QUE DUDA MENDONÇA DISSE

- **Delúbio apresentou Marcos Valério a Duda**  
"Delúbio disse a Zilmair que procurasse um publicitário de Minas Marcos Valério, porque ele iria resolver o problema da gente"
- **A campanha de Lula foi paga com caixa dois**  
"Está na cara que não é dinheiro oficial. Na verdade, esse dinheiro claramente era de caixa dois"
- **Parte foi pago em paraísos fiscais**  
"Marcos Valério me disse: 'Traz uma conta lá fora que fica mais fácil de pagar'. Ele trouxe o formato de uma empresa nas Bahamas, para eu assinar como procurador, com garantia de sigilo completo, e pronto"
- **O dinheiro vinha de contas no exterior**  
"Tenho como provar que recebi por serviços prestados ao PT em 2002 com dinheiro de Marcos Valério vindo de diversas empresas no exterior"
- **O PT pagou a dívida durante o governo Lula**  
"O esquema de pagamento 'por fora' só começou em 2003"

### CRIMES RELACIONADOS ÀS DECLARAÇÕES DE DUDA

#### CONFESSADOS

#### FORMAÇÃO DE QUADRILHA

"Associar-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes"

#### SONEGAÇÃO FISCAL

"Omitir informação ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias"

#### COLARINHO-BRANCO

"Manter depósitos não declarados à repartição federal competente"

#### CRIME ELEITORAL

"É vedado receber doação procedente de entidade ou governo estrangeiro"

#### SOB SUSPEITA

#### CRIME DE CORRUPÇÃO PASSIVA

"Solicitar ou receber, para si ou para outrem, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida"

## JOSÉ DIRCEU

Em depoimento à CPI dos Correios, Renilda de Souza, mulher e sócia de Valério, diz que Dirceu sabia, sim, dos empréstimos feitos ao PT para montar o seu caixa dois. Valério confirma a informação em depoimento à Procuradoria-Geral da República. Os dois dizem acreditar que o presidente Lula desconhecia o modus operandi do partido.

## LULA

O publicitário Duda Mendonça assume ter recebido dinheiro ilegal do PT, repassado a ele por Marcos Valério por meio de contas no exterior. Os pagamentos, feitos a partir de 2003, seriam referentes a um pacote de serviços prestados ao partido nas campanhas eleitorais. Com o depoimento, Duda colocá o presidente no centro das investigações, já que desse pacote pago mediante caixa dois — fazia parte a campanha que elegeu Lula

As revelações de Duda Mendonça sugerem que a campanha de Lula pode ter sido parcialmente bancada com dinheiro ilegal, e a consequência disso é devastadora. Significa dizer que o mais alto mandatário do país pode ter chegado ao Palácio do Planalto valendo-se de operações financeiras clandestinas e fraudulentas. O publicitário contou que cobrou 25 milhões de reais para fazer cinco campanhas do PT: duas em São Paulo (a de José Genoíno ao governo e a de Aloizio Mercadante ao Senado) e duas no Rio de Janeiro (a de Benedita da Silva ao governo e a de Edson Santos ao Senado), além da campanha de Lula. Dos 25 milhões de reais, Duda afirmou que recebeu 10,5 milhões no exterior, sem nota fiscal. Dinheiro frio, clandestino. "O dinheiro era claramente de caixa dois. Nós sabíamos, mas não tínhamos outra opção. Queríamos receber", disse.

O publicitário revelou que Marcos Valério lhe pediu que abrisse uma empresa lá fora — ele abriu a Düsseldorf, nas Bahamas —, cuja conta no BankBoston em Miami, na Flórida, passou a receber os depósitos. Duda apresentou vinte comprovantes de depósitos, num total de 5 milhões de reais, feitos entre os dias 23 de abril e 15 de maio de 2003.

Nos comprovantes, constata-se que os 5 milhões de reais saíram de quatro bancos: BAC Florida Bank, Banco Rural Europa (que fica em Funchal, na Ilha da Madeira, em Portugal), Israel Discount Bank of New York e, por fim, o principal de todos, Trade Link Bank, aberto no paraíso fiscal das Ilhas Cayman e ligado ao Banco Rural. Só do Trade Link Bank o publicitário recebeu 3,4 milhões de reais.

Além de envolver a campanha de Lula no balaio da clandestinidade, Duda derruba a tese

## COMO DUDA ENVOLVEU LULA

### PUNIÇÃO

De um a três anos de prisão

De dois a cinco anos de prisão e multa

De dois a seis anos de prisão e multa

Cassação, se o processo começar até quinze dias após a diplomação. Bloqueio do fundo partidário e cassação do registro do partido

De dois a doze anos de prisão e multa

■ Se for provado que Lula sabia que os serviços de Duda não haviam sido pagos e ainda assim sua prestação de contas não registra a dívida...

...Lula terá cometido crime eleitoral ("omitir declaração ou fazer inserir declaração falsa para fins eleitorais")

■ Se for provado que Lula sabia que a dívida com Duda foi paga com caixa dois e com recursos de empresa estrangeira...

...Lula poderá ser considerado co-participante nos crimes de sonegação fiscal e eleitoral por ter recebido recursos de empresa estrangeira

■ Se for provado que as dívidas de campanha de Lula foram pagas com recursos oriundos de contratos de empresas privadas com o governo e que o presidente interferiu diretamente para que isso acontecesse...

...Lula terá cometido crime de corrupção passiva

■ Se for provado que Lula cometeu crime de corrupção passiva...

...Lula terá cometido crime de responsabilidade ("proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo")

### PUNIÇÃO

Prisão de até cinco anos e multa

Prisão de dois a cinco anos e, no primeiro caso, multa

Prisão de dois a doze anos e multa

Perda do cargo (impeachment) e inabilitação para função pública por até cinco anos



concebida pelo PT para restringir a roubaheira a um caixa dois eleitoral — crime que, na história jurídica brasileira, jamais levou um culpado à cadeia. Agora, aparecem sonegação fiscal, crime do colarinho branco e formação de quadrilha. O próprio PT, tendo recebido recursos fora do país, o que é proibido pela Lei Orgânica dos Partidos, está sujeito à perda do registro partidário. A descoberta do eixo internacional do esquema contribui, ainda, para derrubar a lotota de que o dinheiro dado a petistas e aliados — 55 milhões de reais, nas contas de Valério — teria vindo de seis empréstimos contraídos nos bancos Rural e BMG. “Já vi dinheiro sujo sair do país para ser lavado no exterior”, diz o advogado Murilo da Silva Freire, especialista em direito empresarial e experiente na defesa de acusados de crimes financeiros. Diz ele: “Mas nunca vi dinheiro limpo, legalmente obtido em empréstimo bancário, sair do país de forma clandestina.

Só se faz isso com dinheiro ilícito. Acho que, diante da documentação do Duda, Valério se enfiou numa camisa de sete listras”.

No dia seguinte ao depoimento de Duda Mendonça, o presidente Lula, pela primeira vez em treze semanas de crise, referiu-se ao assunto num pronunciamento oficial — mas foi uma decepção. Na abertura de uma reunião ministerial na Granja do Torto, o presidente falou por quase dez minutos. Disse: “Eu me sinto traído. Traído por práticas inaceitáveis das quais nunca tive conhecimento”. No final, aparentemente falando de improviso, disse que o PT e seu governo deviam pedir desculpas por seus erros, mas não disse quem errou, nem onde errou, nem como errou. E nem carregava na voz aquela inevitável dose de indignação dos traídos. Por trás do discurso de Lula, estava a palavra sensível — o impeachment. Com seu discurso, o presidente tentou espantar o fantasma, mas deu-se o contrário. A

oposição endureceu às críticas e passou a falar na possibilidade de um impeachment. O PFL pedirá a abertura de um processo para investigar o caixa dois de Lula, a menos que o procurador-geral da República o faça. “Esse pedido pode ser o início de um processo de impedimento do presidente”, diz o senador José Agripino Maia, líder do PFL, que antes resistia a tocar no assunto.

Um processo de impeachment, embora tenha semelhança com um julgamento jurídico, é sobretudo um processo político. Para que seja instalado, não basta a convicção de que o presidente sabia, omitiu-se ou até participou. É preciso, antes de tudo, que haja uma atmosfera politicamente favorável ao seu julgamento. Até a semana passada, isso não existia. Depois do depoimento de Duda Mendonça, o cenário mudou. Lula ficou ainda menor. O impeachment cresceu. Na Câmara, petistas choravam diante das revelações das Bahamas. Um grupo — 22 deputados e quatro senadores — rebelou-se contra o PT e anunciou que, agora, terá atuação independente. Até o senador Aloizio Mercadante, líder do governo no Senado, disse que pode deixar o PT. E aumentou o coro — de opositores, governistas e petistas — pedindo que Lula falasse ao país, mas ninguém imaginava uma fala tão pífia como foi. Para completar o clima de desalento, saiu uma nova pesquisa do instituto Datafolha. Lula perderia para o tucano José Serra no segundo turno — e com folga de 9 pontos. Pior: 29% dos entrevistados já se declaram favoráveis ao impeachment.

A afirmação de que Lula não sabia de nada está se tornando dramaticamente inócua, pois o volume da roubaheira é tal que sua simples ignorância sobre os fatos já começa a comprometê-lo. O último lance, nesse campo, é a constrangedora dificuldade do presidente em dar uma explicação convincente para o pagamento de uma dívida de 29 000 reais que contraiu no PT em 2002. Na semana passada, depois de

quase um mês de dúvidas e silêncios, apareceu uma justificativa, embora absolutamente estranha. O ex-tesoureiro petista Paulo Okamoto, velho amigo de Lula, disse que ele próprio pegou 29 000 reais do seu bolso e pagou a dívida em nome do presidente, já que este entendia que não havia contraído dívida alguma. Okamoto, porém, afirmou que não tem nenhum comprovante de que pagou a dívida e que não avisou Lula de sua generosidade financeira. “Não ia ficar enchendo o saco dele com uma coisa como essa”, explicou ele. Pode ser tudo rigorosamente verdadeiro, mas chegou-se ao ponto em que se leva quase um mês para dizer que Lula não sabe que faz dívidas e não sabe quem lhe paga as dívidas. Sabe o quê, então?

Com o envolvimento de Lula em situações dessa natureza, sua imagem está gradualmente se dissolvendo — e, com ela, outros desmontes vão se sucedendo. O PT está em pleno processo de implosão e numa velocidade tamanha que desorienta até seus dirigentes mais bem-intencionados (veja reportagem na pág. 66). O próprio governo do presidente Lula está se desmontando em praça pública, sendo carregado pela crise. Sua base aliada também está igualmente destrocada, depois das evidências irretorquíveis de que funcionava movida a mensalões. Em meio a isso, na semana passada a oposição se sentiu à vontade para fazer uma molecagem. No Senado, os opositores, liderados pelo senador baiano Antônio Carlos Magalhães, resolveram aprovar um aumento para o salário mínimo, elevando-o para 384,29 reais. A decisão é uma estupidez destinada apenas a causar constrangimento ao presidente da República, que terá de vetar o aumento. É um deboche do pedaço irresponsável da oposição, que merece toda a censura da sociedade. Mas é preciso que se reconheça que a oposição irresponsável só debocha de quem pode. ■



# A AGONIA DE UM PARTIDO

Na semana em que novas denúncias estarrecedoras sobre o PT levam deputados do partido às lágrimas, José Dirceu manobra para garantir a sobrevivência de Delúbio Soares na legenda

Marcelo Carneiro

**E**nredo em cuécas recheadas de dólares, malas de dinheiro, empréstimos suspeitos e, agora, depósitos milionários em paraísos fiscais, o PT caminha agonizantemente para o fim. Na quinta-feira passada, o publicitário Duda Mendonça cravou o que pode ter sido a estaca mortal no coração do partido ao admitir ter recebido dele, como pagamento por campanhas eleitorais, 10,5 milhões de reais repassados

via caixa dois para uma offshore nas Bahamas. Enquanto o marqueteiro falava, parlamentares de estrela vermelha na lapela choravam no plenário da Câmara. Eram lágrimas de luto por um quase fincado partido — explodido pela realidade dos fatos e implodido pelas cinzas que ele mesmo plantou em suas entranhas. Entre elas: o desprezo pela democracia, a promiscuidade na relação com o governo e o personalismo do mais notório de seus dirigentes, o ex-ministro José Dirceu.

Há anos, Dirceu comanda o Campo Majoritário (bolsa-viquê, em russo), facção que, na briga fratricida de tendências pela hegemonia no partido, até hoje conseguiu reinar soberana. O Campo Majoritário controla quase 70% das vagas do Diretório Nacional — versão ampliada da Executiva Nacional, o politburo petista que decide os destinos da legenda. Embora as denúncias do mensalão tenham derrubado os

quatro principais nomes da Executiva, todos ligados ao Campo Majoritário, seu comandante insiste em não assinar a rendição. Prova disso foi a performance que exibiu no sábado 6, na reunião do Diretório Nacional em São Paulo. Ignorando o presidente interino do PT, Tarso Genro, Dirceu, por meio de uma série de manobras, impediu a aprovação de qualquer medida que significasse uma punição aos dirigentes e parlamentares petistas envolvidos na lama do mensalão.

VEJA ouviu cinco petistas que participaram da reunião do diretório e reconstituíram a queda-de-braço entre o grupo de Dirceu e as alas da esquerda. O ex-chefe da Casa Civil não fez uso da palavra, como é de seu costume nessas reuniões. Manteve uma postura discreta, limitando-se a comandar rodinhas de, no máximo, duas ou três pessoas. Mas teve participação decisiva nos três episódios fundamentais da reunião: a recusa em levar ao Conselho de Ética do partido os dirigentes acusados de envolvimento no esquema do mensalão, a manutenção da legenda para os parlamentares apontados como sacadores do valerioduto que renunciarem ao mandato a fim de escapar da cassação no Congresso e — essa nem Lenin ousaria — a não expulsão de Delúbio Soares, barganhada por uma suspensão da filiação do ex-tesoureiro, acusado de ser o operador do esquema do mensalão.

Até o último momento, Dirceu, por meio de interlocutores, tentou negociar com as li-

deranças da esquerda do partido uma pena mais branda para Delúbio. Quando ficou claro que os petistas não abririam mão da expulsão do ex-tesoureiro, os aliados de Dirceu — sob sua orientação — passaram a, deliberadamente, atrasar a reunião. Enquanto isso, dois emissários do deputado foram à casa de Delúbio para convencê-lo a assinar uma carta com o pedido de suspensão de sua filiação. A carta chegou no fim da tarde. Delúbio conseguiu ser suspenso “a pedido” e a expulsão não foi adiante.

Para vencer batalhas como essa, Dirceu usou toda a maldade acumulada ao longo dos quinze anos à frente dos principais cargos de direção do partido. Nesse período, notabilizou-se, entre outras coisas, pelo gosto pela prática da intimidação. Episódio ocorrido no encontro de sábado ilustra esse estilo. Em uma conversa com membros do Campo Majoritário, Dirceu voltou-se para o senador Aloizio Mercadante — que, em entrevistas à imprensa, vinha cobrando punições aos dirigentes do partido — e insinuou que ele deveria administrar melhor seu comportamento. Fez uma menção velada a alguns outdoors espalhados por São Paulo, que estamparam o nome do senador. A ameaça surtiu efeito sobre Mercadante. O senador ajudou a barrar ao menos uma das propostas que desagradavam a Dirceu: a de que os parlamentares que comprovadamente haviam sacado dinheiro no valerioduto fossem levados imediatamente ao Conselho de Ética do partido.

Outro elemento, mais prosaico e (demasiadamente) humano, contribuiu para o desmanche do PT: o deslumbramento de alguns de seus principais representantes, que, diante do banquete do poder, lançaram-se sobre os pratos como porcos magros. Silvío “Land Rover” Pereira corou os 25 anos de serviços prestados ao partido no constrangedor episódio envolvendo a GDK, empresa prestadora de serviços ao governo e fornecedora do “presente” recebido pelo ex-secretário-geral do PT, Delúbio “Charutos Côhíba” Soares e

“O PT tem todo o direito de continuar existindo juridicamente; mas o partido que eu ajudei a construir já morreu. E só participo de debates sobre ressurreição e reencarnação no âmbito religioso.”

SENADORA HELOÍSA HELENA (ex-petista; hoje no PSOL-AL)

“Diante das denúncias, os petistas optaram por uma saída jurídica em detrimento de uma explicação política. Isso só é possível para quem já decidiu abandonar a vida pública. Esse comportamento reduziu as chances de sobrevivência do PT.”

DEPUTADO FEDERAL FERNANDO GABEIRA (ex-PT, hoje no PV-RJ)

“O partido confundiu-se com o governo, tornou-se aparelho do Estado e acreditou que os fins justificavam os meios. Agora, só há salvação se os responsáveis por tudo isso forem punidos.”

DEPUTADO FEDERAL JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

“O PT foi atingido de forma irremediável. Do ponto de vista do patrimônio da lisura e da ética acabou jogado na vala comum. E essa situação é irreversível.”

DEPUTADO FEDERAL ANTÔNIO CARLOS BISCAIA (PT-RJ)

“O PT levará, no mínimo, dez anos para se recuperar. Nos anos 90, elegeu a ética como razão de existir, mas a ética deve ser intrínseca ao partido, e não uma causa.”

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PT-DF)

“O PT errou, afastou a militância, pôs burocratas no governo e se entregou às vontades de Lula. E que vontades eram essas? Apenas a do poder pelo poder. Agora acabou. O castelo de areia ruíu.”

ECONOMISTA E EX-MILITANTE PETISTA PAULO DE TÁRSO VENCESLAU, ex-equipe do PT em 1997

“O PT cometeu o pecado original. Começou a maçã proibida, o fruto da ambição. Foram muitas mentiras. E o pior é que o PT só está querendo achar culpados individuais. Não quer assumir o grande equívoco que cometeu com a nação.”

DEPUTADO FEDERAL PAULO DELGADO (PT-MG)

“Lula sempre compartilhou da intimidade do grupo e foi o principal beneficiário de suas ações. Garante, porém, que nada sabia. Respeito quem acredita nisso, assim como respeito quem acredita em duendes.”

EX-DIRIGENTE PETISTA CÉSAR BENJAMIN, em artigo para a Folha de S. Paulo

# Ressaca moral

O que ex-petistas e petistas desiludidos dizem hoje a respeito do partido e de Lula

suas fazendas de origem nebulosa, pela profusão de elementos disponíveis, dispensam comentários, da mesma forma que o ex-presidente da Câmara, João Paulo “50 000” Cunha. Hoje, porém, já se sabe que o surgimento do nome de outros petistas nas listas do valerioduto causou pouca surpresa entre representantes do partido. O Professor Luizinho, ex-líder do governo na Câmara, por exemplo, agraciado com 20 000 reais pelo valerioduto, era famoso entre seus pares pela desventura com que *pedia vinhos de quatro dígitos em restaurantes da capital federal e pela generosidade que exibia durante jantares com companheiros de legenda*. “Fazia questão de pagar a conta de todo mundo, ainda que ela desse 300 reais por cabeça”, lembra um companheiro.

O desmantelamento ético do PT é tamanho que o deputado Paulo Pimenta, do Rio Grande do Sul, teve de renunciar à vice-presidência da CPI do Mensalão porque, a mando de Dirceu, divulgou uma lista falsa com os nomes de 128 políticos de outros partidos que teriam recebido dinheiro do valerioduto. Uma vergonha, esse PT. Uma vergonha, esse Dirceu.

A derrocada de um partido historicamente identificado com os ideais que ele agora afronta levou às lágrimas a parte de seus representantes. Imagens de parlamentares como Paulo Rubem Santiago (PT-PE) e Chico Alencar (PT-RJ)

chorando no momento em que Duda Mendonça detalhava o modus operandi oculto da legenda resumiram o sentimento de petistas e militantes idealistas diante da sucessão de revelações estarrecedoras acerca do partido e seus dirigentes. “O golpe político é terrível, mas o golpe pessoal é muito doloroso também. É duro perceber que, durante todos esses anos, convivemos com um partido paralelo”, disse Santiago.

Há, dentro e fora do PT, quem defende a esdrúxula tese de que o fim da legenda representa uma ameaça à democracia brasileira; em virtude do papel desempenhado pelo PT junto a alguns setores organizados da sociedade. Trata-se de uma bobagem por dois motivos. O primeiro é que em política — sabe-se — não há espaço para o vácuo. A fila anda — e partidos nascem e morrem. Se ainda existe um espaço importante para a esquerda no espectro político nacional, ele deverá ser ocupado por outra agremiação. Depois, a democracia não só nunca dependeu do PT como jamais foi levada a sério por seus principais dirigentes — pelo menos enquanto valor universal. Para os petistas hoje pegos em flagrante litígio com a lisura, a democracia — assim como a ética — jamais foi

um fim em si mesmo, mas apenas um meio de chegar ao poder — tem um valor “estratégico”. “O PT nunca fez, de verdade, a conversão que os partidos de esquerda da Europa foram forçados a fazer, aceitando a democracia representativa e a economia de mercado”, diz o filósofo Denis Rosenfield, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É possível que a passagem do PT pelo cenário político brasileiro, portanto, nem sequer deixe um legado digno de respeito. Pelo contrário: é mais provável que os livros de história se dediquem a contar às futuras gerações o efeito deletério da oposição petista na última década, quando o partido tentou barrar propostas fundamentais para a modernização do Estado brasileiro — como a quebra do monopólio das telecomunicações e a reforma da Previdência —, apenas para retomá-las a partir do primeiro minuto do governo Lula.

Uma semana depois que tomou posse como novo presidente do partido, Tarso Genro reconheceu que o PT teve, no poder, um comportamento “um pouco arrogante” e tentou ser “monopolista da verdade”. Algumas semanas convivendo com as entrinhas da máquina montada por Dirceu e seu grupo foram suficientes para convencer o ex-ministro da Educação da necessidade de subir o tom das autocriticas. Na semana passada, ele admitiu que o partido se transformou “praticamente em uma extensão do governo”, funcionando “como uma espécie de ministério sem pasta”. O reconhecimento talvez tenha vindo tarde demais. Tar-



so, agora, tenta juntar os cacos do PT, recorrendo às alas que foram alijadas da direção do partido pela quadrilha de Dirceu. Essa turma "limpinha", no entanto, tem um pecado de origem: a falta de conexão com a realidade, fruto de sua crença messiânica no socialismo.

O PT, sob o comando de Dirceu, colocou em prática um pragmatismo que conjuja o pior tipo de patrimonialismo, aquele que "sacramenta" o direito à apropriação de recursos públicos em

benefício privado, com o mais empedernido leninismo, representado pelo aparelhamento do Estado em favor dos interesses do partido. Escondidos sob o manto da dicotomia "conservadores versus progressistas", os petistas que encabeçavam o tal Campo Majoritário espertamente evitaram a diferenciação que, de fato, interessa no momento de escolher os que lidarão com o bem público: o que separa a honestidade da desonestidade, o certo do errado. Felizmente, esse petismo de resultados tem encontro marcado na lata de lixo da história com outras experiências reais do ideário marxista. ■

Com reportagem de Camila Pereira

## "LULA ESCONDE A SUJEIRA"

O jurista Hélio Bicudo, de 83 anos, tem uma longa militância em favor dos direitos humanos, na qual se destaca o combate à ação do Esquadrão da Morte paulista, no fim dos anos 60. Relatou muito antes de decidir manifestar sua opinião sobre o governo Lula e o PT, ao qual é filiado há 25 anos. Decidiu falar incentivado pela família e por alguns amigos, inclusive da base petista. "Não posso admitir que dentro da história que venho construindo, muitas vezes penosamente, eu possa ser considerado participante do que está acontecendo", disse Bicudo à editora de VEJA Lucilla Soares, a quem concedeu a seguinte entrevista.

**O SENHOR ACREDITA QUE O PRESIDENTE LULA SABIA DOS FATOS QUE ESTÃO VINDO A PÚBLICO?** Lula é um homem centralizador. Sempre foi presidente de fato do partido. É impossível que ele não soubesse como os fundos estavam sendo angariados e gastos e quem era o responsável. Não é porque o sujeito é candidato a presidente que não precisa saber de dinheiro. Pelo contrário. É aí que começa a corrupção.

**POR QUE O PRESIDENTE NÃO TOMOU NENHUMA ATITUDE PARA IMPEDIR QUE A SITUAÇÃO CHEGASSE AONDE CHEGOU?** Ele é mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete. Sempre agiu dessa forma. Seu pronunciamento de sexta-feira confirma. Lula man-

teve a postura de que não faz parte disso e não abre espaço para uma discussão pública.

**HÁ OUTROS EXEMPLOS DESSA CARACTERÍSTICA?** Há um muito claro. Em 1997, presidi uma comissão de sindicância do PT para apurar denúncias contra o empresário Roberto Teixeira, que estava usando o nome de Lula para obter contratos de prefeituras em São Paulo. A responsabilidade dele ficou claríssima. Foi pedida a instalação de uma comissão de ética, e isso foi deixado de lado por determinação de Lula, porque o Roberto Teixeira é compadre dele. O único punido foi o Paulo de Tarso Venceslau, autor da denúncia. Ainda que não existisse necessariamente um crime, havia um problema sério, ético, político, que tinha de ter sido discutido e não foi. Essas coisas todas vão se acumulando e, no final, acontece o que se vê hoje.

**ESSES MESMOS SMAS ESTÃO PRESENTES NO ASSASSINATO DO PREFEITO DE SANTO ANDRÉ, CELSO DANIEL?** A história de Santo André ainda não está clara. Houve uma intervenção do próprio partido para caracterizar o crime como crime comum, do que eu discordo. Houve a eliminação do Celso, ou porque ele não concordava com a corrupção ou porque ele quis interromper o processo num determinado ponto.

**O SENHOR FOI VICE-PREFEITO DE MARTA SUPLÍCIC. COMO FOI PARTICIPAR DE UM GOVERNO PETISTA?** O que me realizou na

prefeitura foi constituir a Comissão de Direitos Humanos do município. Fora isso, tudo passou ao largo do meu gabinete, por opção de Marta. Em dezembro de 2004, já no fim do governo, quando assumi interinamente a prefeitura e houve uma chuva muito forte, com graves prejuízos à população, pude verificar que os serviços públicos estavam totalmente omissos. Convoquei uma reunião do secretariado e apareceram dois ou três. Para mim foi uma experiência extremamente negativa.

**EM QUE MOMENTO O SENHOR COMEÇOU A PERCEBER QUE O PARTIDO ESTAVA NO CAMINHO ERRADO?** Quando a direção passou a tomar a frente das campanhas políticas. No início a militância era a grande força eleitoral. Isso foi mudando na medida em que o partido começou a abandonar os princípios éticos. A partir da campanha eleitoral de 1998, instalou-se definitivamente a política de atingir o poder a qualquer preço.

**O PRESIDENTE LULA TAMBÉM QUERIA CHEGAR AO PODER A QUALQUER PREÇO? Sim.** Mas ele quer a representatividade, sem o ônus do poder. Ele dividiu o governo como se estivéssemos num sistema parlamentarista. É o chefe do Estado, mas não do governo. Nisso há, aliás, uma clara violação da Constituição, que é presidencialista. A consequência foi o aparelhamento do Estado, um governo sem projeto e essa tática de alcançar resultados pela corrupção do Congresso Nacional.

**O EX-MINISTRO JOSÉ DIRCEU ERA O PRINCIPAL NOME DESSE GRUPO A QUEM LULA DELEGOU O PODER. QUAL SUA AVALIAÇÃO SOBRE ELE?** Dirceu é um trator. Ele é um homem que luta, sem restrição a meios, pelo poder. Está impregnado desse objetivo. Ele é o melhor representante de um grupo que aspirava ao poder pelo poder, não para fazer as reformas que sempre defendemos. O PT chegou ao governo sem projeto. Se Lula quisesse transformar o sonho petista em realidade, poderia ter se cercado de gente que o ajudaria nisso. Pessoas como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Fábio Konder Comparato, Maria Victória Benevides, Paulo Nogueira Batista Junior trabalharam no programa e foram depois pura e simplesmente deixadas de lado.

Foi uma escolha. Que continua. Em vez de buscar as pessoas autênticas, que comungam do ideal que acho que ainda é dele também, Lula se reúne com o Chávez (Hugo Chávez, presidente da Venezuela). Para quê?

**O SENHOR TAMBÉM SE CONSIDERA DEIXADO DE LADO?** Eu entrei no PT porque achei que devia entrar, ajudei o Lula em vários momentos porque achei que devia ajudar e nunca pedi nada em troca. Ele é que, espontaneamente, me disse que eu assumiria uma posição. Um dia, o ministro Celso Amorim mandou seu chefe de gabinete me oferecer um lugar de conselheiro da Unesco. Eu pedi que me explicasse o que representava exatamente es-

sa posição. A resposta foi: "É formidável. Três viagens por ano a Paris. Ou seja, estavam me oferecendo uma mordomia. Eu não aceitei."

**EM ALGUM OUTRO MOMENTO O SENHOR FOI CHAMADO A COLABORAR COM O GOVERNO?** Sim. O então presidente do PT, José Genoino, me pediu ajuda para convencer meus amigos deputados federais do PT a retirar seu apoio à formação da CPI dos Correios.

**EXISTEM ELEMENTOS PARA QUE SE PEÇA O IMPEACHMENT DO PRESIDENTE?** Os fatos podem vir a caracterizar crime de responsabilidade e, portanto, motivar um pedido de impeachment. Mas eu gostaria de lembrar que as primeiras pessoas que pedi-

ram o impeachment de Fernando Collor foram o Lula e eu. O pedido foi engavetado. Só quando houve pressão popular é que se concretizou um processo. Se você não tem apoio popular, isso cai numa discussão de juristas que não leva a nada, a não ser ao prejuízo da democracia.

**COMO O SENHOR VÊ O FUTURO DO PT?** Depende muito de como esse processo vai prosseguir. Se continuarmos com uma direção chapa-branca, não vamos chegar a lugar algum — a não ser no desfazimento de um partido que poderia ter chegado ao poder para realizar as reformas necessárias, mas só conseguiu promover um grande isolamento do Lula.

## O ENIGMA DO EMPRÉSTIMO A LULA

Da enorme lista de histórias mal explicadas que povoam as CPIs, uma delas é especialmente intrigante: quem pagou uma dívida de 29 436 reais de Lula para com o PT? A dívida teria sido contraída em 2002, quando Lula ainda era candidato, teria pago gastos com viagens e passagens aéreas da hoje primeira-dama, Marisa Leticia. Há três semanas, durante o depoimento de Delúbio Soares à CPI dos Correios, o deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) perguntou ao ex-tesoureiro petista se o pagador do débito teria sido o empresário Marcos Valério. Delúbio se limitou a dizer: "Não vou me pronunciar sobre esse assunto." O débito foi quitado em quatro parcelas, em uma conta do PT, entre 2003 e 2004 — ou seja, quando Lula já era presidente e Marcos Valério o operador das finanças do partido.

A pergunta sobre a identidade do pagador, o PT respondeu com um prolongado silêncio. Na semana passada, no entanto, depois que uma planilha encaminhada pelo Banco do Brasil à CPI dos Correios apontou Lula como depositário da dívida, apareceu uma

outra explicação. Paulo Okamoto, ex-tesoureiro da campanha de Lula em 1989 e atual diretor-presidente do Sebrae, afirmou ter sido ele o pagador do débito. A informação foi divulgada pelo jornal *Folha de S.Paulo*. Embora contradiga a planilha do banco, a versão de Okamoto foi endossada pelo PT. Okamoto é amigo do presidente. É ele quem administra as contas da família Lula. Para isso, contava com a ajuda de outro grande amigo do presidente, o empresário Antoninho Marmo Trevisan. Trevisan participou da negociação que resultou no investimento de 5 milhões de reais feito pela Telmar na Gamecorp, empresa que tem como sócio Fábio Luís Lula da Silva, filho do presidente.

A versão de Okamoto, publicada uma semana depois de ele ter viajado com Lula para Garanhuns (PE) num voo durante o qual os dois conversaram longamente — não foi suficiente para

decifrar o enigma do empréstimo. Primeiro, porque carece de lógica. Na planilha do Banco do Brasil, Lula aparece como o pagador. Okamoto, no entanto, diz que pagou a dívida, e do próprio bolso. Mais: que não informou nada a Lula e que não se lembra

da forma como fez os depósitos. Segundo, porque a explicação se choca com uma declaração do ministro das Relações Institucionais, Jaques Wagner. Em nome de Lula, Wagner afirmou que o presidente não tinha débito algum com o partido. Ora, bolas: então, Okamoto pagou um débito que não existia? E Lula aparece numa planilha pagando uma dívida que não tinha? Quando se fala em PT, dinheiro e dívidas, perguntas lógicas quase sempre carecem de respostas idem.



# ELE QUER CONTAR TUDO

O doleiro Toninho da Barcelona diz que conhece (e quer revelar) o esquema de envio de dinheiro do PT ao exterior

Policarpo Junior

**D**e onde saiu o dinheiro que o PT mandou para o exterior e que pode ter desembarcado na campanha de Lula? A resposta está numa penitenciária de segurança máxima em Avaré, no interior de São Paulo. Ali, preso numa cela de castigo, com a cabeça raspada e 10 quilos mais magro, está o doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, considerado o maior do país. Ele quer falar. Em cartas e contatos mantidos com a família e com seus advogados, Toninho já mandou dizer que está disposto a depor na CPI dos Correios para contar o que sabe sobre as remessas clandestinas que operou durante anos para políticos e partidos, entre eles o PT. E Toninho sabe muito. Sabe inclusive o nome de pessoas e instituições envolvidas na fraude. Nas cartas que escreve, às quais VEJA teve acesso, Toninho diz que o PT envia dinheiro ao exterior desde a preparação da primeira campanha de Lula, em 1989. As remessas se multiplicaram na década de 90 e, desde então, concentraram-se em duas pontas: no Trade Link Bank, instituição ligada ao Banco Rural nas Ilhas Cayman, e numa empresa offshore criada no Panamá, que também funciona como um paraíso fiscal.

Em seu depoimento, o publicitário Duda Mendonça, calçado por vinte comprovantes de depósitos bancários, mostrou que a maior parte do dinhei-

ro que recebeu lá fora saiu de uma conta no Trade Link, em Cayman. Os segredos de Toninho da Barcelona po-

rer, diz-se vítima de uma brutal perseguição e conta que sua vida virou um in-

oi meu amigo clamado: Avaré 1 agosto 2005.  
 Perceba o Cronograma + ABRIL 2004, fui convocado para ir a Brasília, em encontro com Tai da Emma e Richard, ambas me passaram recado que não fosse. A convocação chegou no dia marcado porém com 2 horas de antecedência, i.e. realizando a minha ida. Isso foi uma armadilha por recio, do conhecido da Emma e Richard, que em minha ida na tal convocação pudesse revelar algo que trouxe prejuizo ao seu grupo. Ficaram de aguardar em data, porém em minha ausência.

## REVELAÇÕES QUE VÊM DO CÁRCERE

Preso em Avaré, no interior de São Paulo, numa penitenciária de segurança máxima, o doleiro Toninho da Barcelona escreve aos seus familiares. Conta que sua vida virou um inferno desde que revelou que conhecia o esquema de remessas de dinheiro do PT ao exterior. Nas cartas, ele narra maus-tratos na prisão, diz que tem medo de morrer e que nunca depôs no Congresso por orientação do petista José Mentor

dem mostrar de onde saíram esses recursos. Os doleiros, normalmente, recebem dinheiro frio no Brasil — das mãos do dono do dinheiro ou de seu representante. — e se encarregam de enviá-lo ao exterior por meio de uma cadeia de laranjas. Toninho da Barcelona afirma saber o nome do responsável pelas transações entre o PT e o Banco Rural. Nas cartas enviadas à

família, o doleiro dá algumas pistas sobre os caminhos do dinheiro. As informações, porém, são cifradas para fugir à censura do presídio. Ele está com medo de mor-

ferno desde que surgiu a informação de que ele operou para o PT. A notícia foi publicada pela primeira vez pelo jornal O Estado de São Paulo, em junho passado, reproduzindo uma declaração do ex-tesoureiro do PPS Rui Vicentini, que afirmou ter ouvido de Barcelona a revelação sobre a existência de uma caixa do PT no exterior.

Não se sabe a amplitude do que Toninho da Barcelona, condenado a 25 anos de prisão por evasão de divisas, tem a revelar. Mas sabe-se que seus segredos geram um clima de

pânico entre figuras importantes do PT. No dia 24 de junho, o doleiro pediu autorização para dar uma entrevista. Queria contar o que sabia. No mesmo dia, eclodiu uma rebelião no Presídio Adriano Marrey, em Guarulhos, onde o doleiro cumpria pena. Ele foi apontado — vagamente e por uma denúncia anônima — como um dos líderes da rebelião e, como punição, foi transferido para a penitenciária de segurança máxima de Avaré, onde ocupa uma cela sem chuveiro e com direito a banho de sol apenas uma vez por semana. É um tanto exótico que um doleiro, neófito nas lides de um presídio, seja capaz de liderar uma rebelião — muito menos que o faça justamente no dia em que está recebendo a primeira visita de sua filha de 14 anos, como foi o caso. Mesmo assim, o diretor de disciplina do presídio, em carta ao juiz, pediu que Toninho fosse punido com um ano em cela isolada, por tratar-se de “pessoa de altíssima periculosidade”.

No presídio de Avaré, Toninho conta que recebe ameaças de morte e é vítima de tortura psicológica. É acordado no meio da madrugada por carcereiros que batem nas grades de sua cela, produzindo um barulho infernal. “Estou com medo de morrer”, já disse. Ele conta que, depois da transferência para Avaré, recebeu a visita de dois advogados do PT. Um deles, dizendo-se amigo do deputado José Mentor, do PT de São Paulo, queria saber se ele ti-

nha mesmo revelações a fazer sobre remessas do partido. Quando Toninho indagou o que teria a ganhar por responder à pergunta, um dos emissários anunciou uma charada: “Nós temos três reis e um ás que podem ajudá-lo a sair daqui”. Não foi a primeira vez que o doleiro e enviados do deputado Mentor se encontraram. Segundo Toninho, o próprio Mentor articulou para que ele não fosse à CPI do Banestado, que apurava a remessa ilegal de dinheiro para o exterior. Toninho diz que Mentor, então relator da CPI do Banestado, temia o alcance das revelações que o depoente pudesse fazer.

Consultando os arquivos da CPI, constata-se que o doleiro foi intimado a depor no dia 20 de abril de 2004, mas não compareceu porque recebeu a intimação apenas duas horas antes da audiência. E ficou tudo por isso mesmo. Ele nunca apareceu na CPI nem foi convocado de novo. “Houve um estranho afrouxamento na convocação do Toninho. O relator parecia não ter interesse no depoimento”, acusa o senador Antero Paes de Barros, ex-presidente da CPI do Banestado. Em seu relatório final, Mentor suprimiu todo o capítulo que se referia ao Banco Rural, instituição suspeita de participar do esquema de remessas ilegais para o exterior. Procurado por VEJA, o deputado José Mentor declarou que não conhece o doleiro Toninho da Barcelona e que nunca enviou nenhum emissário para conversar com ele. Sobre o de-

poimento à CPI que não aconteceu, o parlamentar disse que isso fez parte de uma estratégia que definiu em comum acordo com a Polícia Federal.

“Toninho da Barcelona é, hoje um preso político”, diz Ricardo Sayeg, seu advogado, que pensa, a pedido da família, em ingressar com uma denúncia na Anistia Internacional. Sayeg lembra que a situação do doleiro é inusitada dado o fato de que seu cliente tem curso superior mas nunca conseguiu ser transferido para uma cela especial, como manda a lei. “Ele está cumprindo 25 anos porque foi condenado três vezes pelo mesmo crime”, diz o advogado. Sayeg não tem dúvida de que a situação de Toninho se complicou desde que ele ameaçou contar o que sabe sobre as transferências de dinheiro de petistas para o exterior. “Ele foi interrogado ilegalmente por nove delegados da Polícia Federal, sem a minha presença, que sou seu advogado, e sem comunicação prévia à Justiça.” Os representantes do PT que o visitaram também não tinham autorização para isso. O criminalista conta ainda que, na prisão, o doleiro foi obrigado a assinar um estranho documento por meio do qual se responsabilizava por sua integridade física. “Tenho razões para crer que tudo isso está acontecendo de maneira orquestrada para evitar que ele conte o que sabe”, conclui Sayeg. Com a palavra, a CPI. ■

## RECADO PARA LULA

Dois líderes, um do PP e outro do PL, ambos com receio de perder o cargo, ameaçam contar o que sabem sobre o envolvimento do presidente no mensalão

Alexandre Oltramari

**N**a semana passada, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, o único parlamentar, até agora, que renunciou ao mandato para fugir do julgamento de seus pares, deu entrevista à revista Época. Nela, o ex-deputado afirmou que o presidente Lula sabia do acerto financeiro pelo qual o PT deu 10 milhões de reais ao PL na campanha de 2002 — um acerto que, mais tarde, foi honrado com dinheiro do valerioduto. A entrevista arranha o presidente Lula, mas talvez sua situação seja até mais grave. Há três semanas, sete deputados reuniram-se para um jantar em Brasília, e dois deles ameaçaram contar as conversas que tiveram com Lula sobre o mensalão. A história foi apurada pe-

lo repórter Alexandre Oltramari, de VEJA, que conversou com três pessoas que participaram do jantar. A seguir, o relato do repórter:

“Na noite de 26 de julho passado, uma terça-feira, o líder do governo na Câmara, o petista Arlindo Chinaglia, fez uma reunião de emergência com a cúpula de quatro partidos aliados, todos brindados com o capilé do valerioduto. O encontro ocorreu no apartamento do líder do PP, deputado José Janene. Entre o início do convívio, por volta das 9 da noite, e o seu fim, em torno das 2 da madrugada, sete deputados sentaram-se à mesa — e um deles subiu, com sapatos e tudo, em cima do sofá. Era o anfi-

trião. Desconfiado de que o presidente Lula manobrava para apená-lo da liderança do PP, Janene surtou, trepou no sofá e, de dedo em riste para Chinaglia, mandou um recado ameaçador ao presidente. 'Avisa àquele f.d.p. que, se eu perder a liderança, e eu não estou nem falando do meu mandato, mas só da liderança, eu vou contar tudo', berrou Janene. 'Vou contar todas as conversas que tive com ele sobre esse caso', completou, referindo-se aos pagamentos do mensalão. Antes que os presentes digerissem a gravidade da ameaça, souu outro petardo. 'Eu também', endossou o líder do PL, o deputado Sandro Mabel. 'Também falei várias vezes com ele sobre isso', disse, reforçando a ameaça.

Já se sabia que o presidente Lula fora alertado sobre a existência do mensalão em pelo menos cinco ocasiões, entre fevereiro de 2004 e março passado. É a primeira vez, porém, que se tem notícia de que Lula pode ter chegado ao ponto de negociar pessoalmente os pagamentos, tendo, portanto, se envolvido com o

assunto de forma muito mais profunda e mais comprometedorá. Além de Janene, Mabel e Chinaglia, estiveram no jantar o hoje ex-deputado Valdemar Costa Neto, o líder licenciado do PMDB, José Borba, e os deputados Nelson Meurer e João Pizzolatti, ambos do PP. Janene, o anfitrião, abischoitou pelo menos 4,1 milhões de reais das contas de Marcos Valério no Banco Rural. Já Mabel é acusado de distribuir entre os deputados do PL parte dos 10 milhões de reais retirados por Costa Neto, presidente de seu partido. Apesar das evidências de que estão enlameados no mensalão, os dois, Janene e Mabel, seguem firmes na liderança de seus partidos.

A ameaça de Janene, secundada por Mabel, foi uma reação a um encontro de Lula com o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, ocorrido na manhã daquela mesma terça-feira 26 de julho. Nesse encontro, Lula sugeriu a Severino que era recomendável renovar a elite da base aliada, trocando os líderes atingidos pelas denúncias.

Cordato, Severino prometeu examinar a idéia e, à tarde, tentou convencer Janene a deixar a liderança do PP — mas esbarrou na oposição irada do deputado. A pelo menos dois interlocutores com quem conversou naquela terça-feira, Janene avisou que não irá cair sozinho. À noite, quando cedeu seu apartamento para a reunião, a idéia era assar uma pizza. A receita: o PL retiraria o pedido de cassação contra Roberto Jefferson, que, em troca, daria novo depoimento à CPI. Jefferson diria que fora mal interpretado. Em vez de mensalão, ele diria que o dinheiro era para pagar dívidas de campanha, corroborando a tese, mais anena, de que ocorreu apenas um crime eleitoral. Mas, como os líderes não confiam no governo, e ninguém confia em Roberto Jefferson, o acordo não vingou. Agora só resta torcer para que Janene e Mabel estejam blefando. ■

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o texto publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 12 de agosto de 2005 intitulado "Despudor sem disfarce".

O texto registra que "o PT perdeu de vez o que ainda pudesse conservar de pudor e respeito pela inteligência alheia". Para exemplificar, são citados alguns casos: o do deputado petista Paulo Pimenta, que tentou juntar à papelada da CPI um documento forjado; o do empréstimo de Lula ao PT, supostamente pago pelo Sr. Paulo Okamoto, hoje Presidente do Sebrae; o do comportamento acintoso do presidente Lula como candidato em campanha, sendo a estrela de uma festa eleitoral,

em Palmas, no Estado de Tocantins; e, por último, o da derrota na votação do salário mínimo no Senado Federal.

O texto conclui, ao citar a derrota na votação do salário mínimo: "Mas politicamente a derrota foi uma desmoralização adicional para um presidente que perdeu por completo, no mínimo, a noção de suas responsabilidades".

Sr. Presidente, requeiro que o texto acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



NOTAS E INFORMAÇÕES A3  
ESTADO DE SÃO PAULO - SEXTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 2005

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO  
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900  
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP  
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

Conselho de Administração:

- PRESIDENTE  
Roberto C. Mesquita
- MEMBROS  
Fernão Lara Mesquita  
Francisco Mesquita Neto  
Julio César Mesquita  
Maria Cecília Y. C. Mesquita  
Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875

- Julio Mesquita (1891-1927)
- Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
- Francisco Mesquita (1927-1969)
- Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
- José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
- Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
- Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
- Américo de Campos (1875-1884)
- Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
- Pilino Barrêlo (1927-1958)

NOTAS & INFORMAÇÕES

# Despudor sem disfarce

Quaisquer que venham a ser os desdobramentos dos escândalos de corrupção, um fato não poderá deixar de ocorrer, sob pena de aviltamento da instituição do Congresso Nacional. É a cassação do mandato do deputado Paulo Pimenta, do PT gaúcho, vice-presidente da CPI do Mensalão (cargo ao qual renunciou ontem). Com uma desfaçatez que supera tudo o que o seu partido andou fazendo desde a eclosão da crise - e, segundo fontes do próprio PT, a mando do ainda homem forte da legenda, o ex-ministro José Dirceu -, Pimenta tentou juntar à papelada da CPI um documento forjado: uma lista com cerca de 90 nomes de políticos mineiros, do PSDB, PFL, PTB e outras agremiações, que teriam recebido dinheiro de Marcos Valério para o caixa 2 da campanha de 1998. Além de tentar impingir essa losca fabricação, o petista manteu infantilmente ao dizer que a relação - com o timbre do Supremo Tribunal Federal na capa - lhe havia sido repassada por um dos advogados de Valério. Só que Pimenta foi flagrado entrando no carro do empresário, com ele, na madrugada de quarta-feira, depois do seu depoimento à mesma CPI. A

contratação tem em comum com o infame "dossie Cayman" contra o então presidente Fernando Henrique e os principais líderes tu- canos o fato de ter sido oferecida a órgãos de imprensa, nenhum o aceitou. A baixeza da manobra diz tudo da tropa de choque desse partido a caminho não da refundação, como quer o seu presidente Tasso Gentro, mas do total afundamento.

Talvez mais chocante que o ato delituoso de um membro da cúpula de um órgão colegiado do Congresso é a constatação, decorrente dele, mas não só, de que o PT perdeu de vez o que ainda pudesse conservar de pudor e respeito pela inteligência alheia: como que possuído por irremediável compulsão, mente, engana- na e acaba se entredando em contra- dições de um primarismo atroz. Veja-se o val- vémi de alegações sobre a origem e a quitação de um débito de R\$ 29.492,26, contraído em 2001 pelo presidente de honra do PT, Luiz Iná- cio Lula da Silva, e alegadamente pago pelo presidente do Sebrae, o sindicalista Paulo Okazaki, mediante depósitos em dinheiro numa conta do partido. Espantosamente, ele diz não



ter prova dos pagamentos. Querei que se acredite que o partido lan- çou por engano como empréstimo gastos com viagens de Lula, naquele ano, que ele se recu- sou a pagar por achar que eram da alçada da agremiação. Somentie três semanas depois de o caso vir a público e chamar a atenção da CPI dos Correios, e uma semana depois de acom- panhar o presidente a Garanhuns, Okamoto emergiu como o pagador da dívida - embora também ele não reconheça que a dívida é de Lula. Suspeita-se, na ponta inicial, que a sigla fez uso indevido de recursos do Fundo Partidário, ou seja, de dinhei- ro público; na ponta final, que o di- nheiro do reembolso veio de Marcos Valério. Perguntado sobre isso na CPI, o ex-tesoureiro Delúbio Soares não respondeu.

O mesmo Lula que fala pelos cotovelos, se recusa a dizer uma palavra a respeito e garan- te que preferir "perder voto a perder a vergo- nha", acaba de ignorar o decore da função de chefe de governo. Na visita a Palmas, no To- cantins, antontem, ele não apenas tornou a se comportar, acintosamente como um candida- to

em campanha, mas foi a estrela de uma fes- ta eleitoral, com todos os pertences tradicio- nais: camisetas com a inscrição "100% Lula" foram confeccionadas, faixas dependuradas, ponto facultativo decretado, ônibus mobiliza- dos para trazer o povo dos bairros, lanches e refrigerantes distribuídos à farta. Esquecida a faixa presidencial, Lula foi ainda um palanquei- ro à moda dos grofores.

Enquanto isso, sem comando, desnordeado e com a sua base parlamentar aos cacocs, o go- verno não conseguiu impedir, na votação da MP do salário mínimo de R\$ 300, que o Senado aprovasse uma emenda vingativa do ex-lulista Antonio Carlos Magalhães, elevando o piso pa- ra R\$ 384,29. Voltaram contra o Planalto dois senadores da base aliada, ambos do PSB, e cir- co membros do tão cortejado PMDB. Dois pe- tistas se absteram. Na prática, isso não deve dar em nada. Mesmo que a Câmara ratifique a decisão do Senado, é certo que Lula vetará o aumento que oneraria o Tesouro em R\$ 12 bi- lhões ao ano, baixando em seguida nova MP sobre o assunto. Mas politicamente a derrota foi uma desmoralização adicional para um pre- sidente que perdeu por completo, no mínimo, a noção de suas responsabilidades.



**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar artigo intitulado “O silêncio do avestruz”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista **Veja** do último dia 17 de agosto do corrente.

Como destaca o artigo, “o intelectual de esquerda, que em geral é professor de faculdade, viu desmanchar-se no ar sua última ilusão esquerdista – o governo do PT. Será interessante acompanhar o que esse personagem dirá no ciclo de conferências ‘O silêncio dos intelectuais’. Pelo título do encontro, não espere

muita coisa. Para o intelectual de esquerda nesta era pós-marxista e pós-petista, pensar dói. Melhor se refugiar no silêncio”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos **Anais do Senado Federal**.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**TALES ALVARENGA**

## O silêncio do avestruz

Curiosíssimo ciclo de conferências está previsto para os próximos dois meses no Rio, em São Paulo, Belo Horizonte e Salvador. O tema do encontro é uma confissão de impotência dos participantes. O ciclo se chama “O silêncio dos intelectuais”. Silêncio dos intelectuais de esquerda diante da auto-implosão e do funeral do PT, bem entendido. Os deputados interrogam, os jornalistas denunciam, os acusados mentem na CPI e o cidadão comum balança a cabeça incrédulo com a quadrilha que o PT organizou para assaltar o Estado. Já os intelectuais se reúnem para analisar o silêncio.

Há três tipos de petistas caricatos e o intelectual de esquerda em geral é um deles. Esses tipos são o emotivo, o ideológico e o porquinho Prático. O emotivo é aquele sujeito de bons sentimentos que votou no PT por acreditar que o Brasil ficaria melhor num governo Lula. Esse petista está decepcionado. Sente vergonha daqueles que o viram um dia entusiasmado com a pureza do Partido dos Trabalhadores.

O petista ideológico é um tipo que se sentiu fascinado pelo igualitarismo marxista na juventude e não conseguiu se libertar dessa superstição anacrônica na vida adulta. Ao contrário do emotivo, acha que os valores de uma sociedade não se alteram para melhor apenas com a boa vontade de um partido e da população que o elegeu. É preciso, acha ele, mudar a própria natureza da sociedade, expelindo a camada burguesa dominante, para colocar em seu lugar a vanguarda dos trabalhadores, ou seja, eles mesmos, os intelectuais de esquerda.

Há, por fim, o porquinho Prático. Esse já foi emotivo e ideológico, mas tudo isso acabou amaciado por sua arte de se adaptar à realidade. São políticos e, como se sabe, nesse aspecto todos os políticos são iguais. Porquinhos Práticos são esses integrantes da cúpula do

PT que estão perdendo a cabeça por ter sido pilhados, na quadrilha do mensalão. Para ver como eles pensavam no passado, consulte na internet os documentos do partido anteriores a 2002. Ou, melhor ainda, examine os manuais marxistas, leninistas, maoístas e fidelistas usados pelos professores do Movimento dos Sem Terra para doutrinar as crianças nos seus acampamentos de lona. A cúpula do PT, com algumas exceções como

Lula, um dia foi assim.

Os que foram para o governo na ca-

ravana lulista perceberam que só teriam chance de chegar ao poder abrindo mão de seu repertório ideológico. Trocaram a ideologia pelo poder. E foram com tanta ganância ao banquete que engoliram de contrapeso alianças com a direita, a política econômica neoliberal e até mesmo a tentativa de comprar sua permanência no

governo com dinheiro surrupiado do Estado e de “doadores” privados.

Para o puro intelectual de esquerda, a travessia tem sido bem mais difícil. Por mais esgarçado que tenha se tornado seu sistema de crenças, depois da conversão da União Soviética e do Leste Europeu ao capitalismo, ele ainda se excita em fazer a crítica fácil do neoliberalismo. O intelectual de esquerda, que em geral é professor de faculdade, viu desmanchar-se no ar sua última ilusão esquerdista — o governo do PT. Será interessante acompanhar o que esse personagem dirá no ciclo de conferências “O silêncio dos intelectuais”. Pelo título do encontro, não espere muita coisa. Para o intelectual de esquerda nesta era pós-marxista e pós-petista, pensar dói. Melhor se refugiar no silêncio.

**“Para o intelectual de esquerda nesta era pós-marxista e pós-petista, pensar dói. Melhor se refugiar no silêncio”**

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Já é hora de *impeachment*?”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal **Correio Braziliense** de 14 de agosto do corrente.

Segundo o autor, a natureza dos fatos que circundam o presidente, já suficientemente do conhecimento da sociedade, e a petulância com que tem se apresentado à nação, sempre de costas para a gravidade dos fatos apurados, fazem com que um eventual

processo de *impeachment* não possa ser descartado. Ainda segundo o autor, “a dinâmica dos acontecimentos com o passar dos dias sugere melhor reflexão sobre a hipótese”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OPINIÃO

# Já é hora de impeachment?

**MAURÍCIO CORRÊA**  
Advogado

**O** salvo-conduto outorgado pela consciência nacional ao presidente da República – uma espécie de bill of indemnity – tem, como dele se deduz, o propósito de frear eventual processo de *impeachment*. A quase consensualidade que inspira a medida reúne não só a comunidade política, mas também substancial parcela dos veículos de comunicação, do setor empresarial, dos grandes sindicatos e, enfim, dos que recebem que a instauração de procedimento dessa ordem possa trazer indesejáveis gravames à economia do país, com pungentes arranhões no funcionamento das instituições do Estado. A proteção que se busca dar ao mandato presidencial, todavia, pode não ter a longevidade esperada. A dinâmica dos acontecimentos com o passar dos dias sugere melhor reflexão sobre a hipótese.

Há, por seu lado, outros fatores que conspiram para que se acelere a possível adoção do remédio político extremo. O primeiro deles é a própria natureza dos fatos que circundam o presidente, já suficientemente do conhecimento da sociedade e que, por si, poderiam fundamentar cabível representação à Câmara dos Deputados. O segundo, sem dúvida, é a petulância com que tem se apresentado à nação, sempre de costas para a gravidade dos fatos apurados, que exibem inegável participação de gente grávida de sua íntima relação, constituída de altos agentes públicos, parlamentares e dirigentes partidários – todos direta ou indiretamente comprometidos com o esquema em que se meteu.

A articulação dos atores participantes da trama que resultou na obtenção e destinação de recursos oficiais desceende a um longo e complexo benefício, configura situação que não subsistiria se não houvesse,

por evidente, a tática anuência do chefe da nação. Ninguém mais tem qualquer suspeita de que esse acunplimento não tenha se dado. Chego a imaginar, distante do plano de mera conjectura, que, de fato, o presidente sabia mesmo era de tudo ou de boa parte de tudo. Nem mesmo supponho que tenham seus subalternos, correligionários e aliados, abusado de sua confiança. A menos que se trate de títire manietado por cordões umbilicais de uma súcia de banidics, o que prefiro não acreditar para entender que a urdidura era de seu inteiro conhecimento.

Além dessa real evidência, irrita saber de seu despodor ao arrostar-se perante a nação como o melhor de todos os presidentes. Enquanto a cada hora se torna mais patente o conúbio presidencial na apostasia dos valores da pátria, seus pronunciamentos, de tão inoportunos e despropositados, sinalizam um estado de instabilidade emocional e de divagação comportamental não condizente com a seriedade, imponência e sobriedade do status de presidente da República.

Partindo-se do princípio de que toda a tramãia montada era de conhecimento exclusivo ou irrplicito do presidente, resta saber se os desmandos já detectados com a participação do ex-chefe da Casa Civil, do ex-ministro da Secom e do bando criminoso do PT, já não fornecem substrato legal para o enquadramento em crime de responsabilidade do presidente.

O inciso VII do artigo 85 da Constituição Federal define como crime de responsabilidade do presidente deixar de dar cumprimento às leis. O artigo 2º da Lei 1079/50 estabelece que os crimes de responsabilidade, ainda que simplesmente tentados, são passíveis da perda do cargo. A seguir, o inciso V do artigo 4º da mencionada norma disciplina que são

crimes de responsabilidade do presidente da República os que atentarem contra a Constituição e, especialmente, contra a proibição administrativa. Do mesmo modo, o artigo 9º, número 3, proclama que são crimes contra a proibição na administração “não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição”.

Ora, dando-se de barato, se omitiu o presidente quanto ao funcionamento de uma quadilha que tinha seu quartel-general instalado no Palácio do Planalto – cujas ações visavam a assaltar os cofres públicos –, somente por isso já não seria mais do que suficiente o seu enquadramento nos atos de improbidade praticados por subordinados, ainda que não tivesse participação direta nos delitos? Por que a impunidade? Em nome de que valêres? Se fosse um infeliz que tivesse roubado uma bicicleta toda anobentada, não seria preso?

A cassação de mandato por crime de responsabilidade se dá por exclusiva vontade política. Essa espécie de crime necessariamente pode não ter nada a ver com o delito comum. Basta a perda de confiança por atos ou omissões do agente político no cumprimento do dever para que ocorra sua materialização. Por muito menos o presidente Collor foi cassado. Por que tamanha coidescendência? Medo de que a economia se decomponha? Não, não é possível, já estamos maduros.

Pronto este artigo, tomo conhecimento das bombásticas afirmações de Duda Mendonça. É mais um reforço ao que disse. O pífio pronunciamento presidencial de sexta-feira passada não inovou em nada a situação. Até o pedido de desculpas foi tosco. Simples história para boi dormir. A crise é grave. Cabe ao Congresso o resto.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a crise que atinge o Brasil continua ocupando espaços cada vez maiores na mídia nacional e internacional. As revistas de grande circulação no país deram continuidade às matérias sobre a crise política que se instalou no país. É nesse contexto que solicito que as capas das revistas relacionadas em anexo passem a constar dos Anais do Senado Federa-

ral, para que o pesquisador do futuro possa avaliar o desempenho do atual governo.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**Edição 1918 . 17 de agosto de 2005**

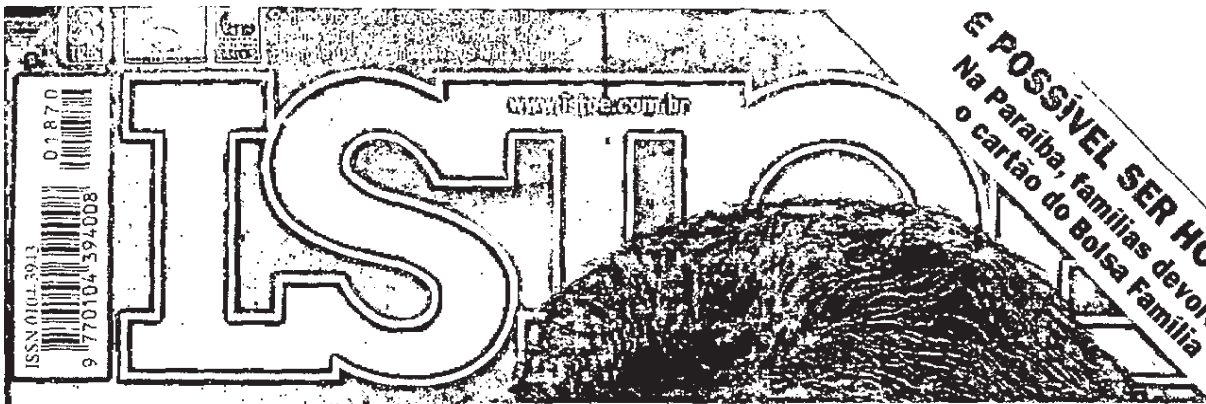
**Duda Mendonça  
iz que a campanha  
de 2002 foi paga  
com dinheiro sujo**

**Preso, Toninho  
da Barcelona, doleiro  
do PT, quer contar  
tudo na CPI**

**Hélio Bicudo:  
"Lula é mestre  
em esconder a sujeira  
embaixo do tapete"**



**A LUTA DE LULA CONTRA O  
IMPEACHMENT**  
A defesa do presidente na televisão não convence e ele  
tem a chance de explicar o escândalo



**É POSSÍVEL SER HONESTO**  
 Na Paraíba, famílias devolvem  
 o cartão do Bolsa Família

- **O publicitário Duda Mendonça confessa ter recebido R\$ 10,5 milhões do PT nas Bahamas e leva a crise política para o Palácio do Planalto**
- **O presidente pede desculpas à Nação, diz que foi traído pelo PT e pede a colaboração de todos para que a economia não seja afetada**
- **Resta saber se Lula terá fôlego para promover a necessária reforma política**

# LULA

# GANHA TEMPO



# EPOCA

## ESQUEMA BAHAMAS

Duda Mendonça: parte da campanha de 2002 foi paga com dólares do caixa dois

R\$ 6,90 - Nº 378 - 15 agosto 2005

www.epoca.com.br

EXCLUSIVA

# A CONFISSÃO

"Lula sabia do acordo de R\$ 10 milhões com o PL"

"Pedi ao Delúbio: cheque não. Me dá em dinheiro"

"Reclamei com Dirceu que o dinheiro entrava pingado. Ele disse: calma, o Delúbio vai resolver"

"Só recebi R\$ 6,5 milhões. Estão colocando R\$ 4 milhões a mais na minha conta"

Valdemar Costa Neto,  
presidente do PL

EXEMPLAR DE ASSINANTE  
VENDA PROIBIDA



EDITORA  
GLOBO

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em um momento delicado da política brasileira, em que escândalos não cessam de aparecer, muitos eleitores, principalmente os mais jovens, sentem-se perdidos, destituídos de símbolos que lhes motivem a participar, de forma ativa e construtiva, dos debates nacionais.

Não lhes tiro a razão, pois a quantidade de gente envolvida em práticas vis e criminosas é nada menos que avassaladora. Por outro lado, é preciso saber enxergar por sobre o mar de lama, e ver com clareza que ainda são muitos os que, no presente e no passado, têm dedicado os melhores esforços na construção de uma nação mais digna para nós e para nossos filhos e netos.

É nesse contexto que não posso deixar de citar e de homenagear meu ilustre conterrâneo, o saudoso Senador Francisco Duarte Filho, que completaria 100 anos em dezembro deste ano de 2005.

Pois a linha mestra que sempre caracterizou a atuação política do Senador Duarte Filho foi sua retidão de caráter, sua lealdade à coisa pública e às necessidades do povo potiguar, características essas reconhecidas por todos os que com ele conviveram.

Digo todos, Senhor Presidente, para acentuar o fato de o Senador Duarte Filho haver conquistado admiradores independentemente da filiação partidária. Se teve adversários, já que sem divergências o debate político não faz sentido, o saudoso Senador Duarte Filho jamais teve inimigos.

Médico de formação, um dos fundadores do Hospital de Caridade de Mossoró, hoje Hospital Duarte Filho, o saudoso mossoroense provou aqui, no Senado Federal, haver depurado com maestria o dom de saber escutar. Sua modéstia e humildade, ressaltadas por todos os contemporâneos, permitiam-lhe uma notável firmeza em seus posicionamentos, sem, no entanto, resvalarem na aspereza. Com efeito, sua coerência de princípios jamais se confundiu com desconsideração pela opinião adversária.

Esse talento para o jogo político, que não é outra coisa senão a habilidade para equacionar de forma eficiente a diferença, qualificou o Senador Duarte Filho para compor a Mesa Diretora do Senado, onde teve assento até seu súbito desaparecimento, em 1973.

Triste ficou Mossoró, cidade que o teve como Prefeito; triste ficou o Rio Grande do Norte, que o teve como Senador e como Secretário de Estado da Saúde e da Assistência Social; tristes ficamos nós, brasileiros, que perdemos o privilégio de poder contar com um interlocutor cuja experiência e sensibilidade o tornaram referência em seu tempo. Perdemos um amigo que jamais deixou de ter como prioridade as necessidades dos mais humildes, as carências do sofrido Nordeste brasileiro.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Há cerca de 32 anos o Senador Duarte Filho não está mais, fisicamente, entre nós. Porém, seu exemplo de retidão, de humildade e de desprendimento são fontes perenes de inspiração. No ano do centenário de seu nascimento, é com muita alegria que evoco as lembranças de meu tão ilustre e querido conterrâneo, para homenageá-lo.

A trajetória política do saudoso Senador Duarte Filho serve para mostrar que, por mais que sejamos tentados a fraquejar, mais fortes são as razões que nos fazem ver a política como meio de lutarmos por um País melhor para todos.

É claro, Senhor Presidente, que não me refiro à política minúscula, vil, de negociatas e mensalões, mas a política séria, maiúscula, digna das tradições desta Casa e dos eleitores, da qual o saudoso conterrâneo Duarte Filho é um grande exemplo, hoje e sempre.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência lembra ao Plenário que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã será dedicado à apresentação da Agenda 21 Infantil, pela Conferência Criança Brasil no Milênio, de acordo com o **Requerimento nº 578, de 2005**, do Senador Paulo Octávio e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

## ORDEM DO DIA

1

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 21, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 251, de 2005)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 251, de 2005), que institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romeu Tuma.

2

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 31, DE 2000***(Votação nominal)*

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 29, DE 2002***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 12, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 42, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, ten-

do como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.*

Pareceres sob nºs 463 e 1.510, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 3 a 6, de Plenário): favorável à Emenda nº 5 e pela rejeição das demais emendas.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 87, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais.* (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 12, DE 2004***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.*

**Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões**

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e  
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

**9**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 59, DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Parecer, sob nº 1.130, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

**10**

**PARECER Nº 1.511, DE 2005  
(Escolha de Autoridade)**

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.511, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma, sobre a Mensagem nº 206, de 2005 (nº 514/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Márcio Paulo Buzanelli* para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – Abin.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 15 minutos.)*



**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL  
(52ª LEGISLATURA)**

	<b>BAHIA</b>	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		<b>SANTA CATARINA</b>
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	<b>MARANHÃO</b>	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		<b>ALAGOAS</b>
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
	<b>PARÁ</b>	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		<b>SERGIPE</b>
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	<b>PERNAMBUCO</b>	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		<b>AMAZONAS</b>
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	<b>SÃO PAULO</b>	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		<b>PARANÁ</b>
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	<b>MINAS GERAIS</b>	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		<b>ACRE</b>
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	<b>GOIÁS</b>	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	<b>MATO GROSSO</b>	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		<b>DISTRITO FEDERAL</b>
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		<b>TOCANTINS</b>
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	<b>CEARÁ</b>	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		<b>AMAPÁ</b>
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	<b>PARAÍBA</b>	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		<b>RONDÔNIA</b>
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		<b>RORAIMA</b>
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	<b>PIAUI</b>	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:  
Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)\***

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

\* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE**  
**(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)



**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

\* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

\*\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA  
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br)

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
(9 titulares e 9 suplentes)

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
(7 titulares e 7 suplentes)



**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE**  
(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Shessarenko	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT  
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3111856 Fax: 3114646  
E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .



**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT  
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
E – Mail: [cantony@senado.gov.br](mailto:cantony@senado.gov.br).



**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

**10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**  
(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**  
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

**1º Eleição Geral:** 19.04.1995  
**2º Eleição Geral:** 30.06.1999

**3º Eleição Geral:** 27.06.2001  
**4º Eleição Geral:** 13.03.2003

**Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA** <sup>13</sup>  
**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES** <sup>2</sup>

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) <sup>10</sup>			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata <sup>11</sup>	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves <sup>12</sup>	SE	1306
PT <sup>1</sup>					
Heloísa Helena <sup>14</sup>	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
PSDB <sup>5</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) <sup>16</sup>		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca <sup>7</sup>	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB <sup>1</sup>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB <sup>1</sup> , PL <sup>1-15</sup> e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) <sup>9</sup>		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					2051
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					

(atualizada em 09.08.2004)

**Notas:**

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

<sup>9</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>10</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

<sup>11</sup> Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>12</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

<sup>13</sup> Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

<sup>14</sup> Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

<sup>15</sup> Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

<sup>16</sup> O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

## **CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

(Resolução nº 17, de 1993)

### **COMPOSIÇÃO**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5257  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko  
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP)
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
<b>AELTON FREITAS</b>			
Realiza protesto contra a intenção do Ibama em desapropriar grande parte de terras no Estado de Minas, na área do Parque da Serra da Canastra, e apelo no sentido de que o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente revejam a decisão tomada. ....	251	Requerimento nº 905, de 2005, que requer, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, com o Projeto de Lei do Senado nº 346, por regularem a mesma matéria. ....	259
<b>ALBERTO SILVA</b>		<b>ALVARO DIAS</b>	
Comenta o descontentamento do povo brasileiro diante da atual conjuntura política brasileira. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. ....	273	Homenageia a maçonaria brasileira pela passagem do Dia do Maçom. ....	305
Trata a respeito da proposta ao Presidente da República de investimento na produção de energia renovável. ....	289	Presta homenagem à memória do empresário alagoano José Aprígio, irmão do Senador Teotônio Vilela Filho. Aparte ao Senador Teotônio Vilela Filho. ....	345
Proposta de Emenda à Constituição N° 40, de 2005, que altera o art.89 da Constituição Federal, para estatuir a participação dos Ex-Presidentes da República no Conselho da República. ....	353	Comenta notícia relacionada ao advogado Rogério Buratti, relativo ao recebimento de propina pelo atual Ministro Antonio Palocci, quando na gestão da prefeitura de Ribeirão Preto. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	359
Defesa da adoção de uma política destinada à implantação do biodiesel como combustível alternativo. ....	497	Comenta as denúncias do Sr. Rogério Buratti ao Ministério Público de São Paulo, envolvendo o Ministro Antonio Palocci. ....	386
<b>ALMEIDA LIMA</b>		Tece considerações acerca da corrupção no Governo Lula. ....	386
Transcrição do artigo “O cerco se aperta”, do escritor Carlos Heitor Cony, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , de 9 de agosto de 2005. ....	192	Tece considerações sobre a entrevista concedida pelo Ministro Antonio Palocci. ....	449
<b>ALOIZIO MERCADANTE</b>		Transcrição do artigo intitulado “Já é hora de <i>impeachment?</i> ”, de autoria do ex-presidente do STF, Maurício Corrêa, publicado no jornal <b>Correio Braziliense</b> , edição de 14 de agosto de 2005. ....	517
Comenta os êxitos advindos da construção do Pólo Industrial em Manaus. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	56	<b>ANA JÚLIA CAREPA</b>	
Projeto de Lei do Senado N° 289, de 2005, que altera a redação da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a qual dispõe sobre partidos políticos e regulamenta os artigos 17 e 14, § 3º inciso V, da Constituição Federal. ....	213	Tece reflexões sobre a comemoração da adesão do Pará à independência do Brasil, ocorrida em 15 de agosto de 1823. ....	181
		Homenageia todos os que tomaram no Pará em busca de justiça, citando a Cabanagem, o Mas-	



	Pág.		Pág.
sacre Brigue Palhaço, e inclusive o Massacre de Eldorado do Carajás, em 1996. ....	201	ra”, do jornalista Rodrigo Craveiro, da equipe do Correio. ....	59
Tece considerações sobre a corrupção no PT, Partido dos Trabalhadores. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	469	Encaminha voto de aplauso ao escritor amazonense Milton Hatoum. ....	72
Comenta a importância da conservação dos patrimônios arquitetônicos. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. ....	473	Requerimento n° 899, de 2005, que requer, de acordo com o art.216 do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2° da Constituição Federal, e que considera a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Ministro da Educação, a listagem completa de impressos encomendados a gráficas localizadas no Rio Grande do Sul, do ano 2003 até 17 de agosto de 2005, especificando o tipo de trabalho gráfico executado, com que objetivo, qualidade e valores. ....	92
Elogia o Ministro Antônio Palocci pela entrevista coletiva concedida à imprensa, em 21 de agosto de 2005. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. ....	477	Requerimento n° 900, de 2005, que requer Voto de Aplauso ao escritor amazonense Milton Hatoum pelo lançamento de seu novo livro, intitulado Cinzas do Norte. ....	92
<b>ANTONIO CARLOS MAGALHÃES</b>			
Reclama da atuação parcial do Senador Amir Lando na presidência da CPI do Mensalão. ....	46	Discorre a respeito de mensagens que recebe através da Internet acerca da atuação do Presidente Lula e citação especial sobre mensagem que veio pelo correio, traduzindo o inconformismo do povo brasileiro. ....	189
Contesta a atuação do Senador Sibá Machado, presente em todas as comissões, e que desconhece a protelação que ocorre na CPI do Mensalão e dos Correios. ....	46	Transcrição do artigo “Lição de humildade”, publicada na revista <b>Exame</b> , edição de 17 de agosto de 2005. ....	189
Comenta a política dos governos antecessores ao Presidente Lula. Aparte ao Senador Ramez Tebet. ....	94	Discursa a respeito da inconsistência e incompetência da atual política externa brasileira. ..	189
Discursa sobre a decisão da Câmara dos Deputados, em 17 de agosto de 2005, de reduzir o salário mínimo aprovado pelo Senado. ....	247	Requerimento N° 902, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do ator Cláudio Correia e Castro, ocorrido em 16 de agosto de 2005, no Rio de Janeiro. ....	219
Tece comentários sobre a entrevista concedida pelo Ministro Antonio Palocci. ....	442	Tece comentários sobre a crise política reinante no país. ....	243
Trata a respeito das denúncias de envolvimento no esquema de corrupção no município de Ribeirão Preto, relacionadas ao Ministro Antônio Palocci. Aparte ao Senador José Agripino. ....	464	Transcrição do artigo de Clóvis Rossi, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , de 13 de agosto de 2005, intitulado “A desculpa que faltou”. ....	302
<b>ARTHUR VIRGÍLIO</b>			
Comenta o pronunciamento do Presidente Lula em Vitória da Conquista, Bahia. ....	41	Homenageia a maçonaria brasileira pela passagem do Dia do Maçom. ....	341
Comenta a responsabilidade do Presidente Lula pelos atos que praticou em sua campanha eleitoral. Aparte ao Senador José Agripino. ....	48	Requerimento n° 910, de 2005, que requer Voto de Pesar de Lembrança ao ensejo do transcurso do segundo aniversário da morte do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, vítima do atentado contra o prédio da representação da ONU no Iraque. ....	342
Comunica a prisão do Advogado Rogério Buratti, em Ribeirão Preto, acusado de superfaturamento de contrato para limpeza de lixo e fraude em licitação. ....	50	Comenta a CPML do Banestado. Aparte ao Senador Pedro Simon. ....	350
Discute a Proposta de Emenda à Constituição N° 59, de 2004, que altera o nome da chamada Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. ....	55	Transcrição de matéria intitulada “As 30 melhores entrevistas da Revista <b>Playboy</b> ”, que contém entrevista concedida por Lula no Aeroporto de Recife, em julho de 1979. ....	358
Transcrição de matéria do jornal <b>Correio Braziliense</b> , do dia 13 de agosto de 2005, sob o título “Imprensa denuncia Embaixadora Brasilei-			



## IV

	Pág.		Pág.
Faz reflexão sobre fato relevante ocorrido em 29 de julho de 2005, que foi a entrega do Anteprojeto de Reforma Universitária ao Presidente da República. ....	239	FLÁVIO ARNS	
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		Parecer N° 1.488, de 2005-CRE, acerca da Mensagem N° 150, de 2004 (n° 539/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Marcos Caramuru de Paiva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Sultanato de Brunei Darussalam. ....	64
Trata a respeito da PEC que retira parte do Cofins e a PEC sobre a CPMF e sugestão da destinação de 50 por cento dos recursos para o Fundo de Combate à Pobreza. ....	26	FLEXA RIBEIRO	
Reflete a respeito do projeto de reforma eleitoral, de autoria do Senador Jorge Bornhausen. ..	26	Discute a Proposta de Emenda à Constituição N° 59, de 2004, que altera o nome da chamada Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	58
Tece considerações sobre projeto de lei de autoria de S.Exa., que trata do aumento do acesso de alunos ao ensino superior. ....	432	Comenta os investimentos na Educação e suas implicações na consciência política. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. ....	275
EDUARDO SUPLICY		Saúda a vinda da Senadora Íris de Araújo ao Senado Federal. Aparte à Senadora Íris de Araújo. .	279
Tece comentários às declarações do Presidente Lula, em 17 de agosto de 2005, na Bahia. .	32	Comenta a crise do setor moveleiro de Santa Catarina. Aparte ao Senador Leonel Pavan. ....	284
Comenta a necessidade da vinda do Presidente Lula ao Congresso Nacional para esclarecimentos.	32	Transcrição do artigo intitulado “O que já está provado”, do colunista Clóvis Rossi, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> . ....	297
Homenageia a vida pública do político Miguel Arraes. Aparte ao Senador Pedro Simon. ....	186	Transcrição do artigo do jornalista Fernando Rodrigues, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , intitulado “Eutanásia incerta”. ....	297
Elogia o filme “Os 2 filhos de Francisco”, sobre a dupla sertaneja Zezé Di Camargo e Luciano. ....	476	Homenageia o dia 15 de agosto, data em que o Estado do Pará aderiu à Independência do Brasil, no ano de 1823. ....	297
Faz leitura de correspondência de apoio dirigida ao Ministro Antonio Palocci, após a entrevista coletiva concedida à imprensa, em 21 de agosto de 2005. ..	476	Comenta palavras do Presidente Lula em viagem à Bahia. ....	297
Elucida os questionamentos feitos pelo Senador Arthur Virgílio acerca das declarações do Ministro Antonio Palocci, em entrevista coletiva concedida à imprensa, em 21 de agosto de 2005. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	480	Transcrição do artigo de autoria do Sr. Jarbas Passarinho, intitulado “O parlamentarismo do PT”, publicado no jornal <b>Correio Braziliense</b> do dia 9 de agosto de 2005. ....	400
Parabeniza o Senador Alberto Silva pela criação de empregos políticos no Estado do Piauí. Aparte ao Senador Alberto Silva. ....	499	Elogia o Senador Alberto Silva no pronunciamento quanto à defesa da adoção de uma política destinada à implantação do biodiesel como combustível alternativo. Aparte ao Senador Alberto Silva.	498
Comenta os dados estatísticos quanto à criação de empregos pelos governos Lula e Fernando Henrique Cardoso. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	500	Transcrição do texto intitulado “Despudor sem disfarce”, publicado na seção Notas & Informações do jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 12 de agosto de 2005. ....	514
EFRAIM MORAIS		GARIBALDI ALVES FILHO	
Tece considerações sobre entrevista do Deputado Hélio Bicudo concedida à revista <i>Veja</i> , a respeito da crise política no Brasil. ....	95	Homenageia a vida pública do político Miguel Arraes. Aparte ao Senador Pedro Simon. ....	187
FERNANDO BEZERRA			
Congratula o Senado pela aprovação célere de projeto que modifica a legislação eleitoral. ....	275		

	Pág.		Pág.
Saúda a vinda da Senadora Íris de Araújo ao Senado Federal. Aparte à Senadora Íris de Araújo. ....	280		
Comenta os programas sociais na Paraíba. Aparte ao Senador José Maranhão. ....	293		
Discursa sobre a aprovação, em 18 de agosto de 2005, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de projeto de reforma eleitoral parcial, de autoria do Senador Jorge Bornhausen. ....	293	Requerimento N° 903, de 2005, que solicita, nos termos do inciso II, "a", do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja concedida licença para desempenhar a missão de representar o Senado Federal na Reunião por um Outro Mundo (Sommet pour um Autre Monde-SPAM), ocorrida de 20 a 30 de agosto de 2005. ....	219
Discursa sobre a "Carta Aberta à Nação", elaborada pela Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, e pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - Conamp, sobre a atual crise no país. ....	381	Presta homenagem à memória do empresário alagoano José Aprígio, irmão do Senador Teotônio Vilela Filho. Aparte ao Senador Teotônio Vilela Filho. ....	344
Comenta política para o salário mínimo que contemple aposentados e pensionistas da Previdência Social. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	384	Saúda o Senador Paulo Paim, que discursou sobre a política para o salário mínimo que contemple aposentados e pensionistas da Previdência Social. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	385
Defesa do comparecimento do Sr. Rogério Buratti à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, para esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades na prefeitura de Ribeirão Preto durante a gestão do Ministro Antonio Palocci. ....	457	Discorre sobre a desilusão de militantes do Partido dos Trabalhadores com os atos de corrupção de dirigentes da sigla. ....	390
<b>GERSON CAMATA</b>		<b>HERÁCLITO FORTES</b>	
Requerimento nº 890, de 2005, que requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2005 que, "Dispõe sobre a Publicidade Oficial da Administração Pública Federal e dá outras providências", seja encaminhado à Comissão de Educação para que esta se pronuncie sobre o mesmo. ....	14	Elogia a atitude do Senador Eduardo Suplicy, sobre a necessidade da vinda do Presidente Lula ao Congresso Nacional para esclarecimentos. ....	34
<b>GILBERTO GOELLNER</b>		Solicita que o Senador Sibá Machado divulgue quem fez as gravações e depois as divulgou e quem subtraiu documentos da CPI. ....	47
Discursa a respeito da crise na agricultura do Estado do Mato Grosso, com a falência de inúmeros produtores rurais. ....	257	Homenageia a vida pública do político Miguel Arraes. Aparte ao Senador Pedro Simon. ....	188
<b>GILBERTO MESTRINHO</b>		Discorda do pronunciamento do Senador Ney Suassuna, que discursa sobre a preocupação de S.Exa. com o aparecimento das personalidades de sucesso instantâneo criadas pelas CPI's. Aparte ao Senador Ney Suassuna. ....	449
Comenta os interesses do Senador Arthur Virgílio em relação aos interesses do Estado do Amazonas. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	57	Tece considerações sobre a entrevista coletiva concedida em 21 de agosto de 2005 pelo Ministro Antônio Palocci. ....	456
<b>HELOÍSA HELENA</b>		Trata a respeito das notícias relacionadas ao caixa dois, abastecedor de recursos para as campanhas do Governo Lula. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. ....	462
Reforça a informação de que a base de apoio do governo impede o trabalho da CPMI dos Correios. ....	46	Tece considerações acerca das denúncias de corrupção feitas pela Kroll, empresa que rastreia contas bancárias, ao Partido dos Trabalhadores. Aparte ao Senador José Agripino. ....	465
Saúda a todos os militantes em marcha pela defesa da ética, não subsidiada pelo poder público nem pelo mensalão. ....	50	<b>IDELI SALVATTI</b>	
		Apresenta sugestão, que foi levada, em 18 de agosto de 2005, à Receita Federal, elaborada pelo Professor da USP, Sr. Valmor Slomski, que dispõe sobre a declaração de bens e direitos em tempo	



VI

	Pág.		Pág.
real, objetivando proporcionar um maior controle no combate à sonegação e lavagem de dinheiro.	237	Registro do décimo Congresso do Partido Socialista Brasileiro que se realizará nesta semana em Brasília, com a ausência de Miguel Arraes. ...	29
Consternação pelo incêndio do Mercado Público de Florianópolis. ....	473	Comenta a agenda cumprida na Bahia em diversos municípios. ....	29
Demonstra preocupação com os reflexos na economia nacional das denúncias do Sr. Rogério Buratti. ....	473	Homenagem a Miguel Arraes, falecido em 13 de agosto de 2005. ....	268
ÍRIS DE ARAÚJO		Trata do descontentamento do povo brasileiro diante da atual conjuntura política brasileira. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. ....	274
Discursa sobre o perigo de convulsão social no país. ....	275	JORGE BORNHAUSEN	
JEFFERSON PÉRES		Realiza manifestações sobre o pronunciamento do Senador Mão Santa. ....	24
Reflete sobre o discurso do Senador José Sarney, proferido na tribuna do Senado a respeito da responsabilidade do Presidente Lula pela crise política e discordância com parte de seu conteúdo. ....	40	Tece considerações sobre uma agenda positiva para o desenvolvimento de ações legislativas. ....	24
Tece comentários ao pronunciamento do Presidente Lula em Vitória da Conquista, Bahia. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	42	Realiza apelo para que seja agendado na agenda positiva da Câmara o projeto sobre a reforma eleitoral. ....	24
Comenta as repercussões do depoimento do publicitário Duda Mendonça na CPMI. Aparte ao Senador José Agripino. ....	49	JOSÉ AGRIPINO	
Trata a respeito dos recursos da SUFRAMA-Superintendência da Zona Franca de Manaus que estão contingenciados. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	57	Trata a respeito das repercussões do depoimento do publicitário Duda Mendonça na CPMI. .	48
JOÃO BATISTA MOTTA		Comenta a responsabilidade do Presidente Lula pelos atos que praticou em sua campanha eleitoral. ....	48
Tece considerações sobre declaração do Presidente Nacional do PT, Sr. Tarso Genro, que afirmou que o Governo do PT errou em manter uma política de juros altos e superávit exagerado. ....	242	Comenta os interesses do Senador Arthur Virgílio em relação aos interesses do Estado do Amazonas. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	56
Elogia o Senador Alberto Silva no pronunciamento quanto à defesa da adoção de uma política destinada à implantação do biodiesel como combustível alternativo. Aparte ao Senador Alberto Silva.	498	Requerimento nº 898, de 2005, que requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Ciência e Tecnologia informações sobre a previsão orçamentária e a efetiva liberação de recursos feitas a UNE, bem como esclarecimentos sobre se as liberações foram precedidas das usualmente exigidas prestações de contas de parcelas anteriores. ....	91
JOÃO CAPIBERIBE		Tece considerações sobre a atuação do Partido dos Trabalhadores e a necessidade de explicações a serem dadas pelo Presidente Lula. ....	253
Requerimento nº 891, de 2005, nos termos dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que solicita ao Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, informações a respeito das ações empreendidas pelo Ministério das Relações Exteriores no sentido de apurar incidente que originou as acusações de racismo feitas à embaixadora brasileira na República de Moçambique. ....	14	Discorre a respeito das denúncias de envolvimento no esquema de corrupção no município de Ribeirão Preto, relacionadas ao Ministro Antônio Palocci. Aparte ao Senador Sérgio Guerra. ....	460
		Realiza análise das notícias veiculadas sobre o recebimento de propina pelo Ministro Palocci, quando prefeito de Ribeirão Preto. ....	462

	Pág.		Pág.
Tece considerações sobre a corrupção no PT, Partido dos Trabalhadores. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	469	JOSÉ MARANHÃO	
Presta homenagem póstuma ao Senador Francisco Duarte Filho, pelo transcurso do centenário de seu nascimento. ....	521	Relato de trechos da declaração da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, sobre a crise política por que passa o Brasil, feita na quadragésima terceira Assembléia Geral. ....	34
JOSÉ JORGE		Homenageia a vida pública do político Miguel Arraes. Aparte ao Senador Pedro Simon. ....	186
Comenta a necessidade da vinda do Presidente Lula ao Congresso Nacional para esclarecimentos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. ....	33	Discursa acerca da matéria publicada na revista <b>IstoÉ</b> sobre a devolução de cartões do Programa Bolsa-Família na Paraíba. ....	292
Discursa sobre reunião, conduzida pela Ministra Dilma Roussef, com o objetivo de colher a adesão dos governadores envolvidos com a transposição do Rio São Francisco. ....	38	JOSÉ SARNEY	
Protesto pela forma de tratamento dada na reunião, conduzida pela Ministra Dilma Roussef, a representantes de Pernambuco. ....	38	Transcrição de documentos referentes à Fundação de Seguridade Social – GEAP, entidade de assistência a servidores públicos federais. ....	451
Demonstra solidariedade com a proposta do Senador Eduardo Suplicy de trazer o Presidente Lula ao Congresso Nacional. ....	38	LEONEL PAVAN	
Trata a respeito da falta de indicação para cargos de direção, na Aneel. ....	72	Comenta o projeto de reforma eleitoral, de autoria do Senador Jorge Bornhausen. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. ....	28
Parecer N° 1.510, de 2005 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as emendas apresentadas em Plenário à Proposta de Emenda à Constituição n° 42, de 2003, tendo com o 1° secretário o Senador Pedro Simon, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros dos tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral. ....	89	Trata da crise política brasileira envolvendo o Partido dos Trabalhadores, PT, e o Governo do Presidente Lula. Aparte ao Senador Ramez Tebet. ...	94
Presta homenagem à memória do empresário alagoano José Aprígio, irmão do Senador Teotônio Vilela Filho. Aparte ao Senador Teotônio Vilela Filho. ....	345	Transcrição de matérias publicadas na semana do dia 17 de agosto de 2005, intituladas: “A crise sobre a rampa”, “Negócio de Família”, “Até para o Genro”, “Corrupção e Bordel”. ....	193
Discursa a respeito da aprovação, em 18 de agosto de 2005, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de projeto de reforma eleitoral. ...	350	Requerimento n° 904, de 2005, que requer, nos termos dos arts.218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, homenagens pelo falecimento do Radialista José Carlos Aguiar, da Rádio Bandeirantes – AM de Tubarão, Santa Catarina. ....	219
Comenta notícia relacionada ao advogado Rogério Buratti, relativo ao recebimento de propina pelo atual Ministro Antonio Palocci, quando na gestão da prefeitura de Ribeirão Preto. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	358	Elogia o trabalho do Senador Gilberto Goellner. Aparte ao Senador Gilberto Goellner. ....	259
Parecer N° 1.514, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 58, de 2004, que introduz no art.52 da Constituição Federal, um § 2°, que transforma em 1º o seu atual parágrafo único. ....	417	Saúda a vinda da Senadora Íris de Araújo ao Senado Federal. Aparte à Senadora Íris de Araújo. ....	278
Tece considerações sobre a entrevista coletiva concedida pelo Ministro Antonio Palocci, em 21 de agosto de 2005. ....	441	Tece comentários ao depoimento do Sr. Delúbio Soares, prestado em 18 de agosto de 2005 à CPMI do “Mensalão”. ....	283
		Crise do setor moveleiro de Santa Catarina. ....	283
		Transcrição do artigo da articulista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , intitulado “Fantasmas”. ....	299
		Critica a elevada carga tributária praticada no Brasil, com base em dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário - IBPT, e	

	Pág.		Pág.
pele Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. ....	400	ria do Senador Jorge Bornhausen, sobre a reforma eleitoral. ....	23
Parecer N° 1.515, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei n° 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. ....	419	Comenta o projeto de reforma eleitoral, de autoria do Senador Jorge Bornhausen. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. ....	28
Realiza apelo às autoridades pela apresentação de solução para acabar com a crise na agricultura brasileira. ....	433	Comenta a atual conjuntura que envolve o Congresso Nacional. Aparte ao Senador Papaléo Paes. ....	31
Tece considerações sobre a corrupção no PT, Partido dos Trabalhadores. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	468	Homenageia a vida pública do político Miguel Arraes. Aparte ao Senador Pedro Simon. ....	188
Questiona as declarações do Ministro Antonio Palocci, em entrevista coletiva concedida à imprensa, em 21 de agosto de 2005. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	480	Comenta a responsabilidade do Governo Federal em manter a tradição das universidades públicas. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. .	236
Transcrição do artigo intitulado “O silêncio do avestruz”, de autoria do articulista Tales Alvarenga, publicado na revista <i>Veja</i> , edição de 17 de agosto de 2005. ....	516	Discursa sobre as verbas destinadas ao pagamento de Professores de Ensino Superior. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. ....	241
LÚCIA VÂNIA		Comenta a política de juros altos e superávit exagerado. Aparte ao Senador João Batista Motta. ....	242
Registra a passagem dos 50 anos da Companhia Energética de Goiás-Celg. ....	203	Trata do Brasil como campeão mundial de elevadas taxas de juros. Aparte ao Senador César Borges. ....	246
Trata a respeito da importância dos trabalhos realizados pela CPMI da Emigração Ilegal. ....	402	Homenagem a Miguel Arraes, falecido em 13 de agosto de 2005. Aparte ao Senador João Capiberibe. ....	269
LUIZ OTÁVIO		Tece comentários ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque, sobre o fato de que a população começa a execrar a classe política brasileira como um todo, e não apenas o PT. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. ....	274
Registra o centenário do Clube do Remo, em Belém do Pará. ....	198	Saúda a vinda da Senadora Íris de Araújo ao Senado Federal. Aparte à Senadora Íris de Araújo. ....	278
MAGUITO VILELA		Homenageia a maçonaria brasileira pela passagem do Dia do Maçom. ....	308
Requerimento n° 892, de 2005, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, que requer licença para tratamento de saúde, no período de 17 de agosto de 2005 a 15 de setembro de 2005. ....	62	Presta homenagem à memória do empresário alagoano José Aprígio, irmão do Senador Teotônio Vilela Filho. Aparte ao Senador Teotônio Vilela Filho. ....	344
Requerimento n° 893, de 2005, para fins previstos no art. 56, inciso II, da Constituição Federal, que requer licença para tratar de interesses particulares (art.43, inciso II, do Regimento Interno), por 120 dias a partir de 16 de setembro de 2005. ....	62	Comenta os benefícios da Educação para o país. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. ....	357
MÃO SANTA		Elogia o Senador Garibaldi Alves Filho. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. ....	382
Tece referências à reunião de 17 de agosto de 2005 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quando foi apreciado o projeto de auto-		Comenta política para o salário mínimo que contemple aposentados e pensionistas da Previdência Social. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	384
		Comenta a corrupção no Governo Lula. Aparte ao Senador Alvaro Dias. ....	387
		Presta agradecimento à Ministra Marina Silva, pela audiência destinada a tratar de assuntos pertinentes ao cultivo de camarão na região Nordeste. ..	388

	Pág.		Pág.
Relata o Manifesto do novo grupo parlamentar do PMDB intitulado: “Novo Grupo Autêntico do PMDB”. .....	428	NEY SUASSUNA	
Comenta o financiamento das faculdades. Aparte ao Senador Eduardo Siqueira Campos. ...	433	Projeto de Lei do Senado N° 291, de 2005, que altera a legislação tributária federal para incluir os estabelecimentos de ensino médio entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte-SIMPLES, e dá outras providências. ....	215
Comenta a necessidade de punição para os políticos corruptos. Aparte ao Senador Marco Maciel. ....	444	Requerimento n° 901, de 2005, que requer, nos termos do item 12, alínea “c”, inciso II do art.255 do Regimento Interno, sobre o PLS n° 312/2003-que altera a Lei n° 8742, de 7 de dezembro de 1993, para instituir o abono anual para os benefícios da prestação continuada pago pela assistência social que além da Comissão de Assuntos Sociais - CAS, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE. ....	218
Comenta a corrupção na Administração Municipal. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. .	458	Homenageia Miguel Arraes, falecido em 13 de agosto de 2005. Aparte ao Senador João Capi-beribe. ....	268
MARCELO CRIVELLA		Comenta a preocupação de S.Exa. com o aparecimento das personalidades de sucesso instantâneo criadas pelas CPI’s. ....	447
Informa o estado de saúde do Vice-Presidente José Alencar que se submeteu a uma angioplastia de rotina no Incor, em São Paulo. ....	181	OSMAR DIAS	
MARCO MACIEL		Comenta a preocupação de S.Exa. a respeito da proposta de emenda constitucional sobre educação, em discussão na Câmara dos Deputados, que traz prejuízo aos municípios brasileiros. ....	446
Requerimento n° 908, de 2005, que requer, na forma do disposto no art. 76, § 1°, do Regimento Interno, prorrogação, por sessenta dias, do prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial destinada a apresentar projeto de resolução de reforma do Regimento Interno do Senado Federal. ....	260	PAPALÉO PAES	
Requerimento n° 909, de 2005, que requer, nos termos regimentais e conforme as tradições da Casa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento do pediatra Eduardo Luiz Mouzinho Mariz, ex-integrante do Quadro Médico do Senado Federal, ocorrido ao anoitecer de 17 de agosto de 2005, em Brasília, dessa decisão dando ciência à família do conceituado médico. ....	261	Reflete acerca da atual conjuntura que envolve o Congresso Nacional. ....	30
Registra a realização da segunda reunião do Fórum dos Deputados Estaduais do Partido da Frente Liberal-PFL, realizada no dia 19 de agosto de 2005, em Recife-PE. ....	443	Discursa sobre a crise moral que só pode ser debelada com uma reforma política que ouça a sociedade civil. ....	30
Discorre a respeito da educação como uma questão estrutural brasileira. Aparte ao Senador Osmar Dias.....	447	Parecer N° 1.485, de 2005-CRE, acerca da Mensagem N° 4, de 2003 ( <i>Escolha do Chefe de Missão Diplomática-votação secreta</i> ) e Mensagem N° 4, de 2003 (n°1.208/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Ricardo Luiz Viana de Carvalho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname, exercer o de Embaixador do Brasil junto a Santa Lúcia. ....	58
MOZARILDO CAVALCANTI		Parecer N° 1.486, de 2005-CRE, acerca da Mensagem N° 135, de 2004, a respeito da escolha	
Transcrição de matéria da revista <i>IstoÉ</i> , intitulada “A Verdadeira História de Papillon”. ....	231		
Transcrição do artigo intitulado “Autocorrupção”, publicado na revista <i>Saúde em Primeira Página</i> . ....	263		
Homenageia a maçonaria brasileira pela passagem do Dia do Maçom. ....	309		
Comenta os possíveis resultados advindos da reforma eleitoral. Aparte ao Senador José Jorge.	351		



	Pág.		Pág.
do Chefe de Missão Diplomática-Votação Secreta, (nº 463/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à Comunidade da Dominica. ....	61	Antônio José Rezende de Castro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Uganda. ....	68
Parecer Nº 1.487, de 2005-CRE, acerca da Mensagem Nº 139, de 2004 (nº 476/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Cesário Melantônio Neto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Turquia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Azerbaijão. ....	62	Parecer Nº 1.493, de 2005-CRE, acerca da Mensagem Nº 91, de 2005 (nº 62/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha de Antônio José Rezende de Castro, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Quênia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República do Burundi. ....	68
Parecer Nº 1.489, de 2005-CRE, acerca da Mensagem Nº 151, de 2004 (nº 540/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Lúcio Pires de Amorim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente, com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Maurício. ....	66	Parecer Nº 1.494, de 2005-CRE, acerca da Mensagem Nº 176, de 2004 (nº 672/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Renato Luiz Rodrigues Marques, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Ucrânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Moldova. ....	70
Parecer Nº 1.490, de 2005-CRE, acerca da Mensagem Nº 191, de 2004 (nº 793/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Lúcio Pires de Amorim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Reino do Lesoto. ..	66	Parecer Nº 1.495, de 2005-CRE, sobre a Mensagem Nº 112, de 2005 (nº 150/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Renato Luiz Rodrigues Marques, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Ucrânia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Quirguiz. ....	70
Parecer Nº 1.491, de 2005-CRE, acerca da Mensagem Nº 192, de 2004 (nº 794/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Lúcio Pires de Amorim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da África do Sul, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana. ...	66	Parecer Nº 1.496, de 2005-CRE, sobre a Mensagem Nº 179, de 2004 (nº 681/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. José Augusto Lindgren Alves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bósnia-Herzegovina. ....	72
Parecer Nº 1.492, de 2005-CRE, acerca da Mensagem Nº 175, de 2004 (nº 671/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor	66	Parecer Nº 1.497, de 2005-CRE, sobre a Mensagem Nº 198, de 2004 (nº 808/2004, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe de Carreira de Diplomata do Quadro Permanente	

Pág.		Pág.
	do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Socialista de Sri Lanka. ....	
74	Parecer N° 1.498, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 5, de 2005 (n° 6/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República das Maldivas. ....	
74	Parecer N° 1.499, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 163, de 2005 (n° 370/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh. ....	
75	Parecer N° 1.500, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 92, de 2005 (n° 76/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora Leda Lucia Martins Camargo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suazilândia. ....	
76	Parecer N° 1.501, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 95, de 2005 (n° 97/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora Leda Lucia Martins Camargo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à República de Madagascar. ....	
76	Parecer N° 1.502, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 93, de 2005 (n° 95/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Espanha, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Principado de Andorra. ....	78
74	Parecer N° 1.503, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 111, de 2005 (n° 149/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Fausto Martha Godoy, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Tadjiquistão. ....	79
75	Parecer N° 1.504, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 133, de 2005 (n° 235/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. Júlio César Gomes dos Santos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia. ....	81
76	Parecer N° 1.505, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 147, de 2005 (n° 318/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Ivan Oliveira Cannabrava, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos. ....	82
76	Parecer N° 1.506, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 148, de 2005 (n° 319/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Ivan Oliveira Cannabrava, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos, exercer o de Embaixador do Brasil junto a Belize. ....	82
76	Parecer N° 1.507, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 149, de 2005 (n° 328/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora Kátia Godinho Gilaberte, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Senegal, exercer o de Embaixadora do Brasil junto à República de Gâmbia. ...	84

Pág.	Pág.		
<p>Parecer N° 1.508, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 157, de 2005 (n° 340/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Sr. José Jerônimo Moscardo de Souza, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, exercer o de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo. ....</p> <p>Parecer N° 1.509, de 2005-CRE, sobre a Mensagem N° 165, de 2005 (n° 378/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Mauro Mendes de Azeredo, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênic. ....</p> <p>Requerimento n° 895, de 2005, nos termos do art. 321 do Regimento Interno, que requer a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara n° 14, de 2004 (n° 3.986/2000, na Casa de Origem), que altera a Lei n° 6259, de 30 de outubro de 1975. ....</p> <p>Requerimento n° 896, de 2005, nos termos do art. 321 do Regimento Interno, que requer a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n° 65, de 2004 (n° 1.103/99, na Casa de Origem), que dá nova redação ao § 3° do art 1° da Lei n° 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências. ....</p> <p>Requerimento n° 897, de 2005, que requer informações ao Exmo. Sr Ministro de Estado da Fazenda sobre o montante, em reais, da compensação fiscal, a que tiveram direito as emissoras de rádio, as emissoras de televisão, e as empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, referente à cedência do horário gratuito para a propaganda eleitoral e partidária. ....</p> <p>Discorre a respeito da necessidade de estudo para a criação de alternativas que viabilizem um maior aumento dos soldos dos militares. ....</p> <p><b>PAULO PAIM</b></p> <p>Discursa a respeito da participação de S. Exa. na vigésima primeira Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do</p>	<p>85</p> <p>86</p> <p>87</p> <p>88</p> <p>91</p> <p>500</p>	<p>Senado Federal que tratou da crise da rizicultura no Estado do Rio Grande do Sul. ....</p> <p>Discursa sobre aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Lei do Senado 309, de 2004, que define crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. ....</p> <p>Reivindica o aprofundamento do debate sobre política para o salário mínimo que contemple aposentados e pensionistas da Previdência Social. ...</p> <p>Elogia a entrevista concedida, em 21 de agosto de 2005, pelo Ministro Palocci, para esclarecimentos sobre denúncias formuladas pelo Sr. Rogério Buratti. ....</p> <p>Comenta manifesto de integrantes da marcha Zumbi+10, em que pedem a investigação e punição de todos os envolvidos em esquema de corrupção no Governo. ....</p> <p>Comenta entrevista concedida pelo Ministro Antônio Palocci, para esclarecimentos das denúncias de envolvimento no esquema de corrupção no município de Ribeirão Preto. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. ....</p> <p><b>PAULO OCTÁVIO</b></p> <p>Homenageia a maçonaria brasileira pela passagem do Dia do Maçom. Aparte ao Senador Valdír Raupp. ....</p> <p><b>PEDRO SIMON</b></p> <p>Discursa sobre a vida pública do político Miguel Arraes. ....</p> <p>Projeto de Lei do Senado N° 290, de 2005, que acrescenta parágrafos ao art. 23 da Lei n° 9.096, de 19 de setembro de 1995. ....</p> <p>Saúda a vinda da Senadora Íris de Araújo ao Senado Federal. Aparte à Senadora Íris de Araújo. ....</p> <p>Discursa sobre a aprovação, em 18 de agosto de 2005, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de projeto de reforma eleitoral parcial, de autoria do Senador Jorge Bornhausen. ....</p> <p>Presta homenagem à memória do empresário alagoano José Aprígio, irmão do Senador Teotônio Vilela Filho. Aparte ao Senador Teotônio Vilela Filho. ....</p> <p>Trata a respeito de requerimento endereçado ao Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Mensalão, Senador Amir Lando, que solicita a transferência de todas as bases de dados</p>	<p>200</p> <p>302</p> <p>382</p> <p>466</p> <p>470</p> <p>474</p> <p>307</p> <p>182</p> <p>213</p> <p>278</p> <p>287</p> <p>344</p>

	Pág.		Pág.
relativas às movimentações do MTB Bank, pertencentes ao acervo da CPMI do Banestado. ....	349	RODOLPHO TOURINHO	
<b>RAMEZ TEBET</b>		Tece comentários ao depoimento do Sr. Delúbio Soares, à CPMI do “Mensalão”. ....	280
Comenta uma agenda positiva para o desenvolvimento de ações legislativas. Aparte ao Senador Jorge Bornhausen. ....	25	<b>ROMERO JUCÁ</b>	
Comenta o projeto de reforma eleitoral, de autoria do Senador Jorge Bornhausen. ....	29	Congratula a nova Diretoria da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos-NTU e discursa sobre a publicação do relatório anual 2004/2005 da NTU. ....	202
Discursa sobre a crise política brasileira envolvendo o Partido dos Trabalhadores, PT, e o Governo do Presidente Lula. ....	92	Saúda a vinda da Senadora Íris de Araújo ao Senado Federal. Aparte à Senadora Íris de Araújo. ....	279
<b>REGINALDO DUARTE</b>		Homenageia os 60 anos de existência da Fundação Ruben Berta, entidade formada pelos funcionários da Varig. ....	394
Transcrição do artigo de autoria do jornalista Diogo Mainardi, publicado na revista <b>Veja</b> , de 10 de agosto de 2005, intitulado “Confie em mim”. ....	300	<b>ROMEU TUMA</b>	
Transcrição do artigo intitulado “O elogio da mediocridade”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> do dia 14 de agosto de 2005. ....	401	Parecer N° 1.511, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que aprecia o relatório apresentado pelo Senhor Senador Romeu Tuma que opina favoravelmente sobre a mensagem N° 206, de 2005, do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Márcio Paulo Buzanelli para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência-ABIN. ....	220
<b>RENAN CALHEIROS</b>		<b>SÉRGIO CABRAL</b>	
Parecer N° 1.479, de 2005 (da Comissão Diretora) que apresenta redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n° 65, de 2004 (n° 1.103, de 1999, na Casa de Origem). ....	15	Analisa a telefonia no Brasil e saúda a limitar que põe fim à limitação de noventa dias para os usuários da telefonia celular pré-paga. ....	181
Parecer N° 1.480, de 2005 (da Comissão Diretora) que apresenta redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n° 14, de 2004 (n° 3.986, de 2000, na Casa de origem). ....	16	<b>SÉRGIO GUERRA</b>	
Parecer N° 1.484, de 2005 (da Comissão Diretora) que apresenta redação final do Projeto de Lei do Senado N° 16, de 2005. ....	18	Homenageia a vida pública do político Miguel Arraes. Aparte ao Senador Pedro Simon. ....	185
<b>RIBAMAR FIQUENE</b>		Transcrição do artigo “Crise, humor e grandeza”, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , de 4 de agosto de 2005. ....	191
Tece considerações a respeito da resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que determinou a redução do número de vereadores no país. ....	290	Transcrição de matérias intituladas “CNBB pede reforma política profunda e fim da reeleição” e “Presidente da CNBB cobra explicação de Lula”, publicadas, respectivamente, nos jornais “O Estado de S.Paulo” e “Folha Dirigida” em suas edições de 12 de agosto de 2005. ....	294
<b>ROBERTO SATURNINO</b>		Transcrição de matérias publicadas em jornais de grande circulação, em edições de 12 de agosto de 2005, sobre a destruição da imagem ética do Partido dos Trabalhadores. ....	395
Apelo para as necessidades prementes e urgentes por que passa o Estado do Rio de Janeiro, especialmente na área das Universidades Federais, que constituem o pólo de destaque do Estado. ....	235		
Discorre acerca do corte de recursos destinados à realização dos Jogos Pan-Americanos. ..	235		



	Pág.		Pág.
Comenta entrevista concedida pelo Ministro Antônio Palocci, para esclarecimentos das denúncias de envolvimento no esquema de corrupção no município de Ribeirão Preto. ....	459	Comenta o desenvolvimento econômico advindo da política econômica financeira do Governo do PT. Aparte ao Senador João Batista Motta. ....	243
Transcrição de artigo de autoria do jornalista Carlos Heitor Cony, intitulado “Plural majestático”, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 13 de agosto de 2005. ....	501	Trata do Brasil como campeão mundial de elevadas taxas de juros. Aparte ao Senador César Borges. ....	246
<b>SÉRGIO ZAMBIASI</b>		Tece comentários sobre a popularidade que o desenrolar das CPI's está alcançando junto à população. ....	249
Comenta a realização, entre os dias 15 a 20 de agosto de 2005, da trigésima terceira Edição do Festival de Cinema de Gramado-RS. ....	393	Discursa sobre prováveis irregularidades que vêm ocorrendo com relação aos documentos recolhidos pelas CPI's. ....	249
<b>SERYS SLHESSARENKO</b>		Tece considerações sobre a corrupção no PT, Partido dos Trabalhadores. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	470
Requerimento nº 906, de 2005, que requer, nos termos do art. 119 do Regimento Interno, a dispensa de parecer da Comissão de Educação para o PLS nº 148 de 2005, que “regulamenta as relações entre a internet e a propaganda eleitoral e dá outras providências”, a fim de que a matéria seja reencaminhada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e assim, possa ser analisada juntamente com outras que pretendem modificar o processo eleitoral, principalmente, porque o prazo para que as novas regras passem a valer, já nas próximas eleições, está se esgotará. ....	260	Comenta os reflexos na economia nacional das denúncias do Sr. Rogério Buratti. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. ....	475
Requerimento nº 907, de 2005, que requer, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Solene a ser realizada no dia 15 de setembro, às 10 horas da manhã, a fim de celebrar os 20 anos do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. ....	260	<b>TASSO JEREISSATI</b>	
<b>SIBÁ MACHADO</b>		Discorre sobre a distinção entre Governo, Presidente e Partido. Aparte ao Senador Ramez Tebet. ....	93
Comenta a atuação da CPI do Mensalão. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. ...	46	Homenageia a vida pública do político Miguel Arraes. Aparte ao Senador Pedro Simon. ....	185
Trata a respeito das afirmações do Senador Antônio Carlos Magalhães, o qual reitera que cumprirá o seu mandato enquanto estiver na suplência da Ministra Marina Silva. ....	47	<b>TEOTÔNIO VILELA FILHO</b>	
Comenta a existência de uma sindicância dentro da CPMI dos Correios, em especial sobre documentos do Banco Rural. ....	47	Tece considerações sobre a grave crise criada pelas denúncias em apuração pelas CPI's. ....	254
Comenta a existência de uma sindicância dentro da CPMI dos Correios, em especial sobre documentos do Banco Rural. ....	47	Transcrição do editorial do jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , de 14 de agosto de 2005, intitulado “O vazio do PT”. ....	300
Comenta as repercussões do depoimento do publicitário Duda Mendonça na CPMI. Aparte ao Senador José Agripino. ....	50	Presta homenagem à memória de seu irmão, o empresário alagoano José Aprígio. ....	342
		Transcrição de várias matérias publicadas pela revista <b>Veja</b> , do último dia 17 de agosto de 2005, que enfatiza a atual crise política e seus desmembramentos. ....	502
		<b>TIÃO VIANA</b>	
		Parecer Nº 1.481, de 2005 (da Comissão Diretora) que apresenta redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005 (nº 1.652, de 2003, na Casa de origem). ....	16
		Parecer Nº 1.482, de 2005 (da Comissão Diretora) que apresenta redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 2001 (nº 3.786, de 1997, na Casa de origem). ....	17

	Pág.		Pág.
Parecer N° 1.483, de 2005 (da Comissão Di- retora) que apresenta redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n° 96 de 2001 (n° 2.646, de 2000, na Casa de origem). .....	17	Parecer N° 1.512, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 42, de 2005, (n° 276/2003, na origem), que altera o caput do art.11 da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (substitui a expressão “atendimento médico” por “atendimento integral à saúde”). .....	412
VALDIR RAUPP		WELLINGTON SALGADO	
Homenageia a maçonaria brasileira pela pas- sagem do Dia do Maçom. ....	307	Homenageia a vida pública do político Miguel Arraes. Aparte ao Senador Pedro Simon. ....	186
Tece considerações sobre a crise institucional no Estado de Rondônia. ....	346		